VI

A REFORMA

WILL DURANT

28326 6

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

VI

LUTERO

ERASMO

A REFORMA

WILL DURANT

Uma História da Civilização Européia
de Wyclif a Calvino: 1300-1564

Neste livro, Will Durant passa em revista os homens e as idéias, as crenças e os conflitos que abalaram o mundo na Idade da Reforma. Trata-se de um estudo autônomo e completo da Reforma — talvez o fato mais importante da história moderna — e, ao mesmo tempo, da continuação da monumental obra histórica de Durant, A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO.

Traçando a história da Civilização européia de Wyclif a Calvino, Durant tenta captar e transmitir o drama de um período tão abalado pela revolução quanto o momento que vivemos. Durant encontra revoluções sociais acompanhando as revoluções religiosas em quase todas as fases da Reforma, e é desse ponto de vista original, que leva em conta dois dramas simultâneos, que escreveu este livro.

Durant começa refletindo sobre a religião de modo geral, sua função para a alma e para o grupo, e as condições e os problemas da Igreja Católica Romana nos dois séculos anteriores a Lutero. Observa que na Inglaterra, na Alemanha e na Boêmia já se anunciavam as idéias e os conflitos da Reforma Luterana, e examina com simpatia os esforços promovidos por Erasmo em favor da auto-reforma pacífica da Igreja.

No Livro II, é a Reforma propriamente dita que ocupa o centro do palco, com Lutero e Melanchthon na Alemanha, Zwingli e Calvino na Suíça, Henrique VIII na Inglaterra, Knox na Escócia e Gustavus Vasa na Suécia. O Livro III aborda os "estrangeiros": a Rússia, os Ivãns e a Igreja Ortodoxa; o Islam e o desafio de sua cultura, de suas crenças e de seu poder; e a luta dos judeus para encontrar cristãos na cristandade.

O Livro IV vai além dos eventos e estuda o direito e a economia, a moral e os costumes, a arte e a música, a literatura, a ciência e a filosofia da Europa na época de Lutero. No Livro V, Will Durant faz uma experiência de empatia e tenta ver a Reforma do ponto de vista da Igreja ameaçada. Admira a audácia silenciosa com que ela enfrentou a tempestade. Em um breve epílogo, examina a Renascença e a Reforma, o Catolicismo e o Iluminismo, na ampla perspectiva da história e do pensamento modernos. Durant esforça-se por ser imparcial em um assunto extremamente controvertido, embora admita que "nada é mais irritante que a imparcialidade".

WILL DURANT

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

VI

A REFORMA

História da Civilização
Européia de Wyclif
a Calvino: 1300-1564

Tradução de Mamede de Souza Freitas

Ao Leitor

O LEITOR em perspectiva merece uma advertência amistosa de que *A Reforma* não é um título inteiramente honesto para este livro. O título exato seria: "História da Civilização Européia Fora da Itália de 1300 a 1564, Mais ou Menos, Inclusive a História da Religião na Itália Bem Como um Panorama Incidental da Civilização Islâmica e Judaica na Europa, África e Ásia Ocidental". Por que uma fronteira temática tão meandrosa? Porque o Volume IV *(A Idade da Fé)* desta "História da Civilização" levou a história européia somente até 1300, e o Volume V *(A Renascença)* restringiu-se à Itália, 1304-1576, protelando os ecos italianos da Reforma. Assim, este Volume VI deve principiar em 1300; e o leitor se divertirá ao ver que Lutero entra em cena somente depois de ter sido contada uma terça parte dessa história. Mas concordemos secretamente em que a Reforma principiou de fato com John Wyclif e Luís da Baviera no século XIV, progrediu com Jan Hus no século XV e culminou explosivamente no século XVI com o descuidado monge de Wittenberg. Aqueles cujo interesse imediato estiver apenas na revolução religiosa podem omitir os Capítulos III-VI e IX-X sem prejuízo irreparável.

Portanto, a Reforma é o assunto central, porém não o único, deste livro. Principiamos considerando a religião em geral, suas funções na alma e no conjunto, e as condições e problemas da Igreja Católica Romana nos dois séculos anteriores a Lutero. Observaremos a Inglaterra em 1376-82, a Alemanha em 1320-47 e a Boêmia em 1402-85 ensaiarem as idéias e conflitos da Reforma Luterana; e à medida que avançarmos, notaremos como a revolução social, com aspirações comunistas, caminhou de mãos dadas com a revolta religiosa. Repetiremos ligeiramente o capítulo de Gibbon sobre a queda de Constantinopla, e compreenderemos como o avanço dos turcos às portas de Viena possibilitou a um homem desafiar ao mesmo tempo um imperador e um papa. Observaremos com simpatia os esforços de Erasmo pela auto-reforma pacífica da Igreja. Estudaremos a Alemanha às vésperas de Lutero, e chegaremos assim a compreender quão inevitável era ele quando chegou. No Livro II a Reforma propriamente dita estará em cena, com Lutero e Melanchton na Alemanha, Zwingli e Calvino na Suíça, Henrique VIII na Inglaterra, Knox na Escócia, e Gustavo Vasa na Suécia, com um relance furtivo ao prolongado duelo entre Francisco I e Carlos V; outros aspectos da vida européia nesse meio século turbulento (1517-64) serão protelados a fim de deixar que o drama religioso se desenrole sem adiantamentos embaraçosos. O Livro III observará "os estrangeiros à porta": a Rússia e os Ivãs e a Igreja Ortodoxa; o Islã e seu credo, cultura e poder desafiadores; bem como a luta dos judeus para encontrar cristãos na cristandade. O Livro IV irá "atrás dos bastidores" para estudar a lei e a economia, a moral e os costumes, a arte e a música, a literatura, a ciência

e a filosofia da Europa na era de Lutero. No Livro V faremos uma experiência em empatia: procuraremos observar a Reforma sob o ponto de vista da Igreja em perigo; e seremos forçados a admirar a audácia tranqüila com que ela enfrentou a tempestade ao seu redor. Em um epílogo rápido tentaremos ver a Renascença e a Reforma, o Catolicismo e o Iluminismo, na vasta perspectiva da história e do pensamento modernos.

É um assunto fascinante mas difícil, pois quase todas as palavras que se possam escrever sobre ele podem ser discutidas ou causar distúrbios. Tentei ser imparcial, embora saiba que o passado de um homem sempre influi em seus pontos de vista, e que não há coisa mais irritante do que a imparcialidade. Devo avisar o leitor que fui educado como católico fervoroso, e que conservo gratas recordações dos dedicados padres seculares, sábios jesuítas e bondosas religiosas que suportaram com tanta paciência minha mocidade turbulenta; mas devo dizer-lhe também que adquiri grande parte de minha cultura das conferências que realizei durante 13 anos em uma igreja presbiteriana sob os auspícios favoráveis de protestantes genuínos como Jonathan C. Day, William Adams Brown, Henry Sloane Coffin e Edmund Chaffee; e que muitos de meus ouvintes mais fiéis dessa igreja presbiteriana eram judeus cuja sede de instrução e compreensão me proporcionou uma visão nova de seu povo. Menos do que qualquer homem, tenho eu motivo para preconceitos; e sinto por todos os credos a simpatia ardorosa de quem chegou a aprender que até a confiança na razão é uma fé precária, e que nós somos todos fragmentos de escuridão tateando em busca do sol. Não sei mais a respeito do fim do que o mais simples garoto das ruas.

Agradeço ao Dr. Arthur Upham Pope, fundador do Asia Institute, por corrigir alguns dos erros dos capítulos sobre o Islã; ao Dr. Gerson Cohen, do Seminário Teológico Judeu da América, por examinar as páginas sobre os judeus; a meu amigo Harry Kaufman de Los Angeles pela revisão da parte sobre música; e, *pleno cum corde,* a minha mulher pelo seu auxílio ininterrupto e seus comentários esclarecedores em cada etapa de nosso trabalho de cooperação neste livro.

Se a morte não intervier, haverá um Volume VII de conclusão, *A Idade da Razão,* que deverá aparecer dentro de uns cinco anos, e deverá conduzir a História da Civilização até Napoleão. Nesse ponto faremos nossa reverência e nos retiraremos, profundamente gratos a todos que carregaram o peso destes volumes nas mãos, e perdoaram os inúmeros erros de nossa tentativa de desvendar o presente em seu passado essencial, pois o presente é o passado acumulado para a ação, e o passado é o presente desvendado para nossa compreensão.

WILL DURANT

Los Angeles, 12 de maio de 1957

1. As datas de nascimento e morte são normalmente omitidas no texto, porém serão encontradas no Índice.

2. O ponto de vista religioso dos autores reproduzidos ou citados no texto é indicado na Bibliografia pelas letras C, J, P ou R, para católico, judeu, protestante ou racionalista.

3. As passagens dirigidas mais aos estudantes de objetivo determinado do que ao leitor em geral são indicadas pelo tipo reduzido.

4. Para tornar este volume uma unidade independente, algumas passagens de *A Renascença*, sobre a história da Igreja antes da Reforma, foram resumidas no capítulo de abertura.

5. A localização das obras de arte, quando não indicada no texto, será geralmente encontrada no Índice sob o nome do artista. Em tais localizações, o nome de uma cidade será utilizado para indicar sua galeria mais importante, como:

Amsterdam — Rijksmuseum
Augsburgo — Gemäldegalerie
Barcelona — Museu de Arte Catalã
Basiléia — Öffentliche Kunstsammlung
Bérgamo — Accademia Carrara
Berlim — Kaiser-Friedrich Museum
Bremen — Kunsthalle
Bruxelas — Museu de
Budapeste — Museu de Belas-Artes
Chicago — Art Institute
Cincinnati — Art Museum
Cleveland — Museum of Art
Colmar — Museum Unterlinden
Colônia — Wallraf Richarts Museum
Copenhague — Statens Museum for Kunst
Detroit — Institute of Art
Frankfurt — Städelsches Kunstinstitut
Genebra — Musée d'Art et d'Histoire
Haia — Mauritshuis
Leningrado — Hermitage
Lisboa — Museu Nacional
Londres — National Gallery
Madri — Prado
Milão — Brera
Mineápolis — Institute of Arts
Munique — Haus der Kunst
Nápoles — Museo Nazionale
Nova York — Metropolitan Museum of Art
Nuremberg — Germanisches National Museum
Filadélfia — Johnson Collection
Praga — Galeria do Estado
San Diego — Fine Arts Gallery
Estocolmo — Museu Nacional
Toledo — Museu de Arte

Viena — Kunsthistorisches Museum
Washington — National Gallery
Worcester — Art Museum
As galerias de Florença serão destacadas por seus nomes, Uffizi ou Pitti, assim como a Borghese e a Galleria Nazionale em Roma.

6. Este volume calculará a coroa, a libra, o florim e o ducado dos séculos XIV e XV a $ 25.00 da moeda dos Estados Unidos em 1954; o franco e o xelim a $ 5.00; o *écu* a $ 15.00; o marco a $ 66.67; a libra esterlina a $ 100.00. Estes equivalentes são conjeturas vagas, e a repetida desvalorização das moedas correntes ainda os torna mais arriscados. Observamos que em 1390 um estudante podia ser internado em Oxford por dois xelins por semana;[1] em 1424, mais ou menos, o cavalo de Joana d'Arc custou 16 francos;[2] em 1460 uma criada a serviço do pai de Leonardo da Vinci recebia oito florins por ano.[3]

O autor deseja expressar a sua gratidão às seguintes organizações por certas matérias ilustrativas utilizadas neste livro:
Escritório de Imprensa e Informação da Embaixada Francesa; Escritório de Turismo Alemão; Biblioteca do Metropolitan Museum of Art; Biblioteca da New York Academy of Medicine; Escritório de Turismo Espanhol; Escritório de Turismo Nacional Suíço; Escritório de Informação Turco.

Índice

LIVRO I
DE WYCLIF A LUTERO: 1300 - 1517

LIVRO II
A REVOLUÇÃO RELIGIOSA: 1517-1564

LIVRO III
OS ESTRANHOS À PORTA: 1300-1566

LIVRO IV
NOS BASTIDORES

CAPÍTULO I

A Igreja Católica Romana

1300-1517

I. OS SERVIÇOS DO CRISTIANISMO

A RELIGIÃO é o último assunto que o intelecto principia a compreender. Na mocidade podemos indignar-nos, com orgulhosa superioridade, ante seus absurdos sagrados; nos anos menos confiantes, maravilhamo-nos com sua sobrevivência triunfante em uma era profana e científica, suas ressurreições pacientes após os golpes mortais de Epicuro, Lucrécio, Luciano, Maquiavel, Hume ou Voltaire. Quais os segredos desse poder de recuperação?

O sábio mais esclarecido precisaria da perspectiva de uma centena de vidas para responder apropriadamente. Poderia começar reconhecendo que mesmo na perfeição da ciência há inúmeros fenômenos para os quais parece não haver explicação em termos de causa natural, medida quantitativa e efeito necessário. O mistério do espírito ainda escapa às fórmulas da psicologia, e na física a mesma ordem espantosa da natureza que torna possível a ciência pode razoavelmente sustentar a fé religiosa em uma inteligência cósmica. Nosso conhecimento é uma miragem que diminui em um deserto de ignorância crescente. Ora, a vida raramente é agnóstica; ela toma uma fonte tanto natural como sobrenatural para qualquer fenômeno sem explicação, e age segundo uma ou outra suposição; somente uma pequena minoria de mentes pode interromper sempre o julgamento em face da evidência contraditória. A grande maioria da humanidade sente-se inclinada a atribuir entidades ou acontecimentos misteriosos a seres sobrenaturais postos acima da "lei natural". A religião tem sido a veneração de seres sobrenaturais — sua propiciação, solicitação ou adoração. Muitos homens são atormentados e açoitados pela vida; quando as forças naturais lhes falecem, anseiam pela assistência sobrenatural; aceitam agradecidos as crenças que lhes dão dignidade e esperança à existência, bem como ordem e significação ao mundo; dificilmente poderiam suportar com paciência as brutalidades indiferentes da natureza, o derramamento de sangue e as chicanas da história, ou suas próprias atribulações e privações, se não pudessem confiar em que estas fazem parte de um desígnio inescrutável mas divino. Um cosmos sem causa ou destino conhecido é uma prisão intelectual; ansiamos por acreditar que a grande tragédia tem um autor justo e um fim nobre.

Ainda mais, nós aspiramos à sobrevivência, e achamos difícil imaginar que a natureza haveria de produzir tão laboriosamente o homem, o espírito e o devotamento apenas para suprimi-los na maturidade do desenvolvimento. A ciência dá ao homem poderes cada vez maiores, porém significação cada vez menor; aprimora seus instru-

mentos e despreza seus propósitos; silencia sobre as origens, valores e objetivos finais; não dá à vida ou à história significação ou valor que não seja cancelado pela morte ou pelo tempo que tudo consome. Portanto, os homens preferem a garantia do dogma à dúvida da razão; cansados do pensamento indeciso e do julgamento incerto, acolhem alegremente a orientação de uma igreja autoritária, a catarse do confessionário, a estabilidade de um credo há muito firmado. Envergonhados com o fracasso, privados daqueles que amam, manchados pelo pecado e temerosos da morte, sentem-se redimidos pelo auxílio divino, limpos da culpa e do terror, confortados e inspirados pela esperança, e elevados a um destino divino e imortal.

Entrementes, a religião fornece dádivas sutis e penetrantes à sociedade e ao Estado. Os ritos tradicionais acalmam o espírito e unem as gerações. A igreja paroquial torna-se um lar coletivo, unindo os indivíduos em uma comunidade. A catedral é erguida como o produto e o orgulho da municipalidade unificada. A vida é embelezada pela arte sacra e a música religiosa derrama sua harmonia emoliente na alma e no conjunto. Para um código moral não congênito à nossa natureza e assim mesmo indispensável à civilização, a religião oferece sanções e apoios sobrenaturais: uma divindade que tudo vê, a ameaça do castigo eterno, a promessa da eterna bem-aventurança, e mandamentos que não são de precária autoridade humana e sim de origem divina e força imperiosa. Nossos instintos formaram-se durante mil séculos de insegurança e caça; eles nos amoldaram mais para sermos caçadores violentos e polígamos vorazes, do que cidadãos pacíficos; o vigor deles, outrora necessário, excede à necessidade social atual; têm de ser sopitados uma centena de vezes por dia, conscientemente ou não, para tornar possíveis a sociedade e a civilização. As famílias e os Estados, desde idades anteriores à história, têm apelado para o auxílio da religião a fim de moderar os impulsos bárbaros dos homens. Os pais consideraram a religião útil para reduzir a criança voluntariosa à modéstia e à reserva; os educadores prezam-na como meio valioso de disciplinar e aprimorar a juventude; os governos há muito procuraram sua cooperação para construir a ordem social a partir do egoísmo avassalador e do anarquismo natural dos homens. Se a religião não tivesse existido, os grandes legisladores — Hamurabi, Moisés, Licurgo, Numa Pompílio — tê-la-iam inventado. Não precisaram fazê-lo porque ela brota espontânea e repetidamente das necessidades e esperanças dos homens.

Através de um milênio de formação, de Constantino a Dante, a Igreja Cristã ofereceu os préstimos da religião aos homens e aos Estados. Amoldou a figura de Jesus em uma corporificação divina de virtudes pela qual os bárbaros rudes pudessem ser submetidos à civilização. Formulou um credo que tornou a vida de cada homem uma parte, mesmo modesta, da sublime tragédia cósmica; ligou cada indivíduo em uma relação importante com um Deus que o havia criado. Deus que lhe falara nas Escrituras Sagradas, que aí lhe dera um código moral, que descera do céu para sofrer a ignomínia e a morte como reparação dos pecados da humanidade, e que fundara a Igreja como o repositório de Seus ensinamentos e o agente terrestre de Seu poder. Ano após ano, a tragédia magnífica foi crescendo; santos e mártires morreram pelo credo, e legaram seu exemplo e seus méritos aos crentes. Uma centena de formas — cem mil obras — de arte interpretaram a tragédia e fizeram-na viva até para as inteligências ignorantes. Maria, a Virgem Mãe, tornou-se "a mais bela flor de toda a poesia", o modelo da delicadeza feminina e do amor materno, o receptáculo dos hinos e devoções mais ternos, a inspiradora da arquitetura, escultura, pintura, poesia e música majes-

tosas. Uma cerimônia impressionante elevava diariamente, de um milhão de altares, a mística e exaltante solenidade da missa. A confissão e a penitência purificavam o pecador contrito, a oração consolava-o e fortificava-o, a eucaristia conduzia-o a uma intimidade aterrorizante com Cristo, os últimos sacramentos purificavam-no e ungiam-no na expectativa do paraíso. Raramente a religião desenvolveu tanta arte em seus serviços à humanidade.

A Igreja estava no auge quando, pelas consolações de seu credo, pela magia de seu ritual, pela moralidade mais nobre de seus adeptos, pela coragem, zelo e integridade de seus bispos, e pela justiça superior de seus tribunais episcopais, tomou o lugar deixado vago pelo governo imperial romano como chefe da ordem e da paz na Idade Média (aproximadamente 524-1079 d.C.) do mundo cristão. À Igreja, mais do que a qualquer outra instituição, a Europa devia a ressurreição da civilização no Ocidente depois da invasão bárbara da Itália, Gália, Inglaterra e Espanha. Seus monges fizeram desenvolver terras agrestes, seus mosteiros deram alimento ao pobre, educação aos meninos, teto aos viajantes; seus hospitais receberam os doentes e os desamparados. Os conventos abrigaram mulheres sós e nortearam-lhes os impulsos maternos para fins sociais; durante séculos somente as religiosas proporcionaram instrução às meninas. Se a cultura clássica não ficou inteiramente perdida na vaga da ignorância, foi porque os monges, embora permitissem ou fizessem desaparecer muitos manuscritos pagãos, copiaram e conservaram milhares deles, e mantiveram vivas as línguas grega e latina nas quais estavam escritos; foi nas bibliotecas eclesiásticas, em St. Gall, Fulda, Monte Cassino e outras, que os humanistas da Renascença encontraram relíquias preciosas de civilizações esplêndidas que nunca tinham ouvido o nome de Cristo. Durante mil anos, de Ambrósio a Wolsey, foi a Igreja que preparou os professores, sábios, juízes, diplomatas e ministros de Estado da Europa Ocidental; o Estado medieval assentava na Igreja. Quando a Idade Média terminou — mais ou menos com o nascimento de Abelardo — foi a Igreja que construiu as universidades e as catedrais góticas, proporcionando sedes para o intelecto assim como para a piedade dos homens. Sob sua proteção os filósofos escolásticos retomaram a antiga tentativa de interpretar a vida e o destino humano pela razão. Durante nove séculos quase toda a arte européia foi inspirada e financiada pela Igreja; e até quando a arte adquiriu colorido pagão os papas da Renascença mantiveram seu patrocínio. A música em suas formas mais elevadas foi uma filha da Igreja.

Acima de tudo isso, a Igreja no seu zênite deu aos Estados da Europa um código moral e um governo internacional. Assim como a língua latina, ensinada nas escolas pela Igreja, serviu como meio unificador para o saber, a literatura, a ciência e a filosofia de várias nações, e assim como o credo e o ritual católico — isto é, universal — deram unidade religiosa a uma Europa ainda não dividida em nacionalidades soberanas, assim a Igreja Romana, professando instituição divina e direção espiritual, propôs-se a si mesma como corte internacional, à qual todos os governantes e Estados deveriam estar moralmente obrigados. O Papa Gregório VII formulou esta doutrina de uma República Cristã da Europa; o Imperador Henrique IV reconheceu-a rendendo-se a Gregório em Canossa (1077); um século mais tarde, um imperador mais forte, Frederico Barba-Roxa, após longa resistência, humilhou-se em Veneza perante um papa mais fraco, Alexandre III; e em 1198 o Papa Inocêncio III elevou a autoridade e o prestígio do papado a um ponto em que por algum tempo pareceu que o ideal de Gregório de um Superestado moral chegara a realizar-se.

O grande sonho desfez-se ante a natureza do homem. Os administradores do judiciário papal revelaram-se humanos, parciais, venais, até extorsionários; e os reis e povos, também humanos, ressentiam-se de qualquer poder supernacional. A riqueza crescente da França estimulava-lhe o orgulho de soberania nacional; Filipe IV desafiou com êxito a autoridade do Papa Bonifácio VIII sobre a propriedade da Igreja francesa; os emissários do rei aprisionaram o idoso pontífice durante três dias em Anagmi, e Bonifácio morreu logo depois (1303). Em um de seus aspectos básicos — a revolta dos legisladores seculares contra os papas — a Reforma principiou aí, nessa ocasião.

II. A IGREJA NO NADIR: 1307-1417

No decorrer do século XIV, a Igreja sofreu humilhações políticas e decadência moral. Tinha principiado com a sinceridade e devoção profundas de Pedro e Paulo; tinha-se desenvolvido em um sistema majestoso de disciplina, ordem e moralidade familiares, escolares, sociais e internacionais; estava agora degenerando em um interesse adquirido, entregue à própria perpetuação e à finança. Filipe IV assegurou a eleição de um francês para o papado, e convenceu-o a mudar a Santa Sé para Avinhão, sobre o Ródano. Durante 68 anos os papas foram tão claramente presas e prisioneiros da França que as outras nações lhes proporcionaram uma rápida diminuição de obediência e tributação. Os pontífices atribulados recompunham seu tesouro por meio de inúmeras arrecadações da hierarquia, dos mosteiros e das paróquias. Cada delegado eclesiástico era solicitado a enviar à Cúria Papal — escritórios de administração do papado — metade da renda de seu cargo para o primeiro ano ("anatas"), e daí em diante um décimo ou dízimo por ano. Um novo bispo tinha de pagar ao papa uma quantia importante para o pálio — tira de lã branca que servia de confirmação e insígnia de sua autoridade. Na morte de um cardeal, arcebispo, bispo ou abade, suas propriedades particulares revertiam ao papado. Entre a morte de um eclesiástico e a instalação de seu sucessor, os papas recebiam as rendas integrais do benefício e eram acusados de prolongar esse intervalo. Todo julgamento ou favor conseguido da Cúria exigia um presente como confirmação, e às vezes o julgamento era ditado pelo presente.

Muitos destes impostos papais eram um meio legítimo de financiar a administração central de uma Igreja que funcionava, com êxito decrescente, como o governo moral da sociedade européia. Entretanto, alguma parte dos impostos ia encher os bolsos eclesiásticos, até para remunerar os cortesãos que abarrotavam Avinhão. Guilherme Durand, bispo de Mende, apresentou ao Concílio de Viena (1311) um tratado contendo estas palavras:

> A Igreja toda poderia ser reformada se a Igreja de Roma principiasse removendo os maus exemplos de seu seio... pelos quais os homens estão escandalizados, e o povo todo, assim sendo, infeccionado.... Pois em todas as regiões... a Igreja de Roma tem má reputação, e todos clamam e espalham no exterior que dentro dela todos os homens, do mais importante ao menos importante, dedicam o coração à cupidez.... Que toda a humanidade cristã recebe do clero exemplos perniciosos de glutoneria é claro e notório, uma vez que o clero faz festas mais luxuosas... do que os príncipes e os reis.[1]

"Os lobos têm o controle da Igreja", gritava o alto prelado espanhol Álvaro Pelayo, "e alimentam-se do sangue" do rebanho cristão.[2] Eduardo III da Inglaterra, ele mesmo adepto dos impostos, lembrou a Clemente VI que "o sucessor dos Apóstolos foi designado para conduzir o rebanho do Senhor às pastagens, e não para tosquiá-lo".[3] Na Alemanha, os coletores papais eram perseguidos, presos, mutilados, estrangulados. Em 1372 o clero de Colônia, Bonn, Xanten e Mogúncia comprometeu-se por juramento a não pagar o dízimo imposto por Gregório XI.

Por entre todas as queixas e revoltas, os papas continuavam a manter sua soberania absoluta sobre os reis da terra. Por volta de 1324, sob o patrocínio de João XXII, Agostino Trionfo escreveu uma *Summa de potestate ecclesiastica* em resposta aos ataques ao papado feitos por Marsílio de Pádua e Guilherme de Ockham. O poder do papa, dizia Agostino, vem de Deus, de quem ele é o vigário na terra; mesmo quando for um grande pecador, deve ser obedecido; pode ser deposto por um conselho geral da Igreja por heresia manifesta; mas afora isto sua autoridade só está abaixo da de Deus, e supera a de todos os potentados da terra. Pode destronar reis e imperadores à vontade, mesmo ante o protesto do povo ou dos eleitores; pode anular os decretos dos legisladores seculares, e pode pôr de lado as constituições dos Estados. Nenhum decreto de qualquer príncipe é válido enquanto o papa não lhe der seu consentimento. O papa está acima dos anjos, e pode receber veneração igual à da Virgem e dos santos.[4] O Papa João aceitou tudo isto como conseqüência lógica do estabelecimento em geral admitido da Igreja pelo Filho de Deus, e agiu segundo ele com enérgica firmeza.

Não obstante, a fuga dos papas de Roma e sua subserviência à França foram dois fatores que lhes minaram a autoridade e o prestígio. Como se quisessem proclamar sua vassalagem, os pontífices de Avinhão, em um total de 134 nomeações para o colégio dos cardeais, nomearam 113 franceses.[5] O governo inglês indignou-se contra os empréstimos dos papas aos reis de França durante a Guerra dos Cem Anos, e tolerou os ataques de Wyclif ao papado. Na Alemanha os eleitores imperiais repeliram qualquer interferência dos papas na eleição de reis e imperadores. Em 1372 os abades de Colônia concordaram publicamente em que "a Sé Apostólica tem merecido um desprezo tal que a fé católica nestes lados parece seriamente ameaçada".[6] Na Itália, os Estados Papais — o Lácio, a Úmbria, a Marche e a Romagna — foram tomados por déspotas *condottieri* que prestavam obediência formal aos papas distantes mas retinham as rendas. Quando Urbano V enviou dois legados a Milão para excomungar o recalcitrante Visconti, Bernabò obrigou-os a comer as bulas — pergaminho, cordões de seda e selos de chumbo (1362).[7] Em 1376, Florença, em luta com o Papa Gregório XI, confiscou toda a propriedade eclesiástica de seu território, fechou as cortes episcopais, demoliu os edifícios da Inquisição, prendeu ou enforcou os padres resistentes, e apelou para a Itália para extinguir todo o poder temporal da Igreja. Estava claro que os papas de Avinhão iam perdendo a Europa em sua dedicação à França. Em 1377 Gregório XI fez voltar o papado para Roma.

Quando morreu Gregório XI (1378), o conclave de cardeais, predominantemente francês mas temeroso da multidão romana, escolheu um italiano para papa — Urbano VI. Urbano não era urbano; revelou-se de temperamento tão violento, e tão insistente sobre reformas incompatíveis com a hierarquia, que os cardeais reunidos declararam sua eleição sem validade por ter sido feita sob ameaça, e proclamaram Roberto de Genebra papa. Roberto assumiu as funções como Clemente VII em Avinhão, en-

quanto Urbano continuava como pontífice em Roma. O Cisma Papal (1378-1417) assim inaugurado, como muitas das forças que prepararam a Reforma, foi determinado pela ascensão do Estado nacional; com efeito foi uma tentativa da França de garantir o auxílio moral e financeiro do papado em sua guerra contra a Inglaterra. O precedente aberto pela França foi seguido por Nápoles, Espanha e Escócia; mas a Inglaterra, a Flandres, a Alemanha, a Polônia, a Boêmia, a Hungria, a Itália e Portugal aceitaram Urbano, e a Igreja dividida tornou-se a arma e a vítima dos campos hostis. Metade do mundo cristão considerava a outra metade herética, blasfema e excomungada; cada lado proclamava que os sacramentos ministrados pelos padres da jurisdição oposta eram sem valor, e que as crianças assim batizadas, os penitentes assim absolvidos, os moribundos assim ungidos continuavam em pecado mortal e estavam condenados ao inferno — ou pelo menos ao limbo — se sobreviesse a morte. O islamismo em expansão escarnecia do cristianismo que se desintegrava.

A morte de Urbano (1389) não trouxe nenhum apaziguamento; os 14 cardeais do seu lado escolheram Bonifácio IX, depois Inocêncio VII, em seguida Gregório XII, e as nações divididas prolongaram o papado dividido. Quando Clemente VII morreu (1394), os cardeais de Avinhão nomearam um prelado espanhol para ser Benedito XIII. Este propôs resignar se Gregório lhe seguisse o exemplo, mas os parentes de Gregório, já aboletados nas funções, não concordaram com isso. Alguns cardeais de Gregório abandonaram-no, e exigiram um concílio geral. O rei da França insistia com Benedito para retirar-se; Benedito recusava-se; a França desistiu de sua aliança com ele, e optou pela neutralidade. Enquanto Benedito fugia para a Espanha, seus cardeais uniram-se aos que tinham abandonado Gregório e juntos lançaram um apelo para um concílio a reunir-se em Pisa a fim de eleger um papa aceitável por todos.

Os filósofos rebelados, quase um século antes, tinham lançado as bases teóricas do "movimento conciliar". Guilherme de Ockham protestou contra a identificação da Igreja com o clero: a Igreja, afirmava ele, é a congregação de todos os fiéis; esse todo tem uma autoridade superior a qualquer parte; pode transmitir sua autoridade a um concílio geral de todos os bispos e abades da Igreja; e esse concílio teria o poder de eleger, reprovar, punir ou depor o papa.[8] Um concílio geral, dizia Marsílio de Pádua, é a sabedoria reunida da cristandade; como poderia qualquer homem isolado pôr seu próprio intelecto acima dela? Um concílio assim, achava ele, deveria compor-se não somente de clérigos como também de leigos escolhidos pelo povo.[9] Heinrich von Langenstein, teólogo alemão da Universidade de Paris, aplicou (1381) essas idéias ao Cisma Papal. Argumentava ele que, fosse qual fosse a lógica que pudesse haver nas pretensões dos papas à supremacia, surgira uma crise para a qual a lógica oferecia apenas uma saída: somente um poder fora do papado, e superior aos cardeais, poderia salvar a Igreja do caos que a estava destruindo; e essa autoridade só poderia ser um concílio ecumênico.

O Concílio de Pisa reuniu-se a 25 de março de 1409. Intimou Benedito e Gregório a comparecerem perante ele; eles não lhe deram atenção; o concílio declarou-os depostos, elegeu novo papa, Alexandre V, pediu-lhe que convocasse outro concílio antes de maio de 1412 e dissolveu-se. Havia agora três papas em vez de dois. Alexandre não facilitou as coisas ao morrer (1410), pois seus cardeais nomearam seu sucessor João XXIII, o homem mais rebelde que subiu à cátedra pontifícia desde o vigésimo segundo do seu nome. Governando Bologna como vigário papal, este *condottiere* eclesiástico, Baldassare Cossa, tinha permitido e taxado tudo, inclusive a prostituição,

o jogo e a usura; segundo seu secretário, tinha seduzido 200 virgens, matronas, viúvas e freiras.[10] Mas tinha dinheiro, e um exército; talvez pudesse conquistar os Estados Papais de Gregório, e assim reduzi-lo a uma abdicação pobre.

João XXIII protelou o mais que pôde a reunião do concílio decretado em Pisa. Quando o inaugurou em Constança a 5 de novembro de 1414, chegara apenas uma fração dos três patriarcas, 29 cardeais, 33 arcebispos, 150 bispos, 300 doutores em teologia, 14 legados universitários, 26 príncipes, 140 nobres e quatro mil padres que deveriam tornar o concílio completo o maior da história cristã, e o mais importante desde que o Concílio de Nicéia (325) havia estabelecido o credo trinitário da Igreja. A 6 de abril de 1415, a grande reunião lançou um decreto altivo e revolucionário:

> Este sínodo sagrado de Constança, sendo um concílio ecumênico, e legalmente reunido no Espírito Santo para o louvor de Deus, para extinguir o Cisma atual, e para a união e reforma da Igreja em sua cabeça e em seus membros... ordena, declara e decreta o seguinte: Primeiro, declara que este sínodo... representa a Igreja Militante, e recebe sua autoridade diretamente de Cristo; e todos, seja qual for a linhagem ou a dignidade, inclusive também o papa, estão obrigados a obedecer a este concílio nas coisas que pertencem à fé, ao término deste Cisma, e a uma reforma geral da Igreja em sua cabeça e em seus membros. Declara do mesmo modo que se qualquer pessoa... inclusive também o papa, se recusar a obedecer aos mandamentos, estatutos, ordenanças... deste concílio sagrado... a respeito do término do Cisma ou da reforma da Igreja, ficará sujeita ao castigo conveniente... e, se necessário, recorrer-se-á a outros meios da justiça.[11]

O concílio pediu a abdicação de Gregório XII, Benedito XIII e João XXIII. Não recebendo resposta de João, o concílio aceitou a apresentação de 54 acusações contra ele como pagão, opressor, mentiroso, simoníaco, traidor, libertino e ladrão; outras 16 acusações foram eliminadas como severas demais.[12] A 29 de maio de 1415, o concílio o depôs. Gregório foi mais cordato e sutil; concordou em abdicar, porém somente com a condição de que primeiro teria permissão de tornar a congregar o concílio sob sua própria autoridade. Assim recomposto, o concílio aceitou sua resignação (4 de julho). Para provar melhor sua ortodoxia, queimou vivo (6 de julho) o reformador boêmio Jan Hus. A 26 de julho declarou Benedito XIII deposto; este fixou-se em Valência, e ali morreu aos 90 anos, sempre se considerando papa. A 17 de novembro de 1417, uma comissão eleitoral escolheu o cardeal Ottone Colonna como Papa Martinho V. Toda a cristandade o reconheceu, e o Cisma Papal terminou.

A vitória do concílio a este respeito derrotou seu outro propósito — reformar a Igreja. Martinho V imediatamente assumiu todos os poderes e prerrogativas do papado. Atirando cada grupo nacional de delegados contra os outros, convenceu-os a aceitarem um vago e inócuo mínimo de reforma. O concílio concordou com ele porque estava cansado. A 22 de abril de 1418, dissolveu-se.

III. O PAPADO TRIUNFANTE: 1417-1513

Martinho reorganizou a Cúria para um funcionamento mais eficaz, mas não pôde encontrar outro meio de financiá-la a não ser imitando os governos seculares da época e vendendo favores e serviços. Uma vez que a Igreja sobrevivera um século sem reforma, porém dificilmente poderia sobreviver uma semana sem dinheiro, concluiu que

o dinheiro era necessidade mais urgente do que a reforma. Em 1430, um ano antes da morte de Martinho, um enviado alemão a Roma remeteu a seu príncipe uma carta que quase soava como o tema e o clarim da Reforma:

> A ambição reina suprema na corte romana, e dia a dia encontra estratagemas novos... para extorquir dinheiro da Alemanha.... Daí muito clamor e descontentamento.... Surgirão muitos problemas a respeito do papado, ou então a obediência será por fim completamente repudiada, para fugir a essas extorsões odiosas por parte dos italianos; e esta última decisão, estou percebendo, seria aceitável por muitos países.[13]

O sucessor de Martinho encarava os problemas acumulados da Sé Apostólica sob o ponto de vista de um frade franciscano devoto e mal preparado para o estadismo. O papado tinha de governar os Estados assim como a Igreja; os papas tinham de ser homens de negócios tendo ao menos um pé no mundo, e raramente podiam pretender ser santos. Eugênio IV poderia ter sido santo se os aborrecimentos não lhe tivessem amargurado o espírito. No primeiro ano de seu pontificado o Concílio de Basiléia propôs novamente estabelecer a supremacia dos concílios ecumênicos sobre os papas. Assumiu, uma após outra, funções tradicionalmente papais: concedeu indulgências e dispensas, fixou benefícios, e requereu que as anatas lhe fossem enviadas, em vez de serem enviadas ao papa. Eugênio ordenou-lhe que se dissolvesse; em vez disso, o concílio declarou-o deposto, e nomeou Amadeu VIII, duque de Savóia, antipapa Félix V (1439). O Cisma Papal renascera.

Para completar a derrota aparente do papado, Carlos VII de França convocou uma assembléia de prelados, nobres e jurisconsultos franceses, que proclamaram a autoridade superior dos concílios ecumênicos e lançaram a Sanção Pragmática de Bourges (1438): daí em diante os postos eclesiásticos seriam preenchidos através de eleição pelo clero local, mas o rei poderia fazer "recomendações"; os apelos à Cúria Papal ficavam proibidos, a não ser depois de esgotados todos os caminhos judiciais na França; e as anatas não seriam mais enviadas ao papa. Efetivamente a Sanção estabeleceu uma Igreja Galicana independente e fez do rei seu chefe. Um ano mais tarde a Dieta de Mogúncia adotou resoluções visando a uma igreja nacional semelhante na Alemanha. A Boêmia já se separara do papado. Todo o edifício da Igreja Romana parecia prestes a um colapso.

Eugênio foi salvo pelos turcos. Como os otomanos aproximavam-se cada vez mais de Constantinopla, o governo bizantino decidiu que a capital grega valia uma missa romana, e que uma reunião da cristandade grega com a latina era um prelúdio indispensável para ganhar auxílio militar ou financeiro do Ocidente. Os prelados e nobres gregos foram pitorescamente ataviados a Ferrara, depois a Florença, para encontrar-se com a hierarquia romana convocada pelo Papa (1438). Depois de um ano de discussões chegaram a um acordo que reconhecia a autoridade do pontífice romano sobre toda a cristandade; e a 6 de julho de 1439, todos os membros da conferência, encabeçados pelo imperador grego, dobraram o joelho diante do mesmo Eugênio que parecera, tão pouco tempo antes, o mais desprezado e isolado dos homens. A concórdia foi curta, pois o clero e o povo gregos repudiaram-na; porém restaurou o prestígio do papado, e ajudou a pôr um término ao novo Cisma e ao Concílio de Basiléia.

Uma série de papas fortes, enriquecidos e exaltados pela Renascença italiana, elevava agora o papado a um esplendor que ainda não conhecera, mesmo nos dias de os-

tentação de Inocêncio III. Nicolau V ganhou a admiração dos humanistas por destinar as rendas da Igreja ao patrocínio do ensino e da arte. Calisto III estabeleceu o costume amável do nepotismo — que se tornou um monumento de corrupção na Igreja. Pio II, brilhante como escritor e inepto como papa, lutou pela reforma da Cúria e dos mosteiros. Nomeou uma comissão de prelados conhecidos pela integridade e piedade para estudar as deficiências da Igreja, e a esta comissão fez uma confissão franca:

> Há duas coisas particularmente caras ao meu coração: a guerra contra os turcos e a reforma da corte romana. A correção de todo o estado dos negócios eclesiásticos, que me propus empreender, depende desta corte como modelo. Pretendo começar melhorando a moral dos eclesiásticos aqui, e banindo toda a simonia e outros abusos.[14]

A comissão fez recomendações elogiáveis, e Pio II reuniu-as em uma bula. Mas quase ninguém em Roma queria a reforma; cada funcionário ou dignitário subalterno beneficiava-se de alguma forma de venalidade. A apatia e a resistência passiva derrotaram Pio II, ao passo que a cruzada fracassada que empreendeu contra os turcos absorvia-lhe a energia e os meios. No fim de seu pontificado dirigiu um apelo final aos cardeais:

> O povo diz que nós vivemos para o prazer, acumulamos riqueza, mostramo-nos arrogantes, cavalgamos jumentos gordos, e belos cavalos... mantemos cães de caça, gastamos muito dinheiro com atores e parasitas e nenhum em defesa da fé. Há um pouco de verdade em suas palavras: muitos dentre os cardeais e outros funcionários de nossa corte levam de fato esta espécie de vida. Se se deve confessar a verdade, o luxo e a pompa de nossa corte são grandes demais. E é por isso que nós somos tão detestados pelo povo, que não nos quer ouvir mesmo quando dizemos o que é justo e sensato. Que achais vós que se deva fazer em um estado de coisas tão vergonhoso?... Devemos investigar por que meios nossos predecessores adquiriram autoridade e consideração para a Igreja.... Devemos manter essa autoridade pelos mesmos meios. A temperança, a castidade, a inocência, o zelo pela fé... o desprezo pela terra, o desejo do martírio exaltaram a Igreja Romana, e tornaram-na a senhora do mundo.[15]

A despeito dos esforços de papas como Nicolau V e Pio II, e de eclesiásticos sinceros e competentes como os cardeais Giuliano Cesarini e Nicolau de Cusa, os erros da corte papal aumentaram à medida que o século XV chegava ao fim.[16] Paulo II usava uma tiara papal que valia mais do que um palácio. Sisto IV fez do sobrinho um milionário, atirou-se avidamente ao jogo da política, abençoou o canhão que fez suas batalhas, e financiou suas guerras vendendo os cargos da Igreja para os compradores que mais pagassem. Inocêncio VIII celebrou no Vaticano os casamentos de seus filhos. Alexandre VI, como Lutero e Calvino, considerava o celibato clerical um erro, e procriou cinco ou mais filhos antes de voltar a uma continência sensata como papa. Sua virilidade alegre não feriu tão fundamente naquele tempo como poderíamos supor; uma libertinagem clandestina era então aceita como habitual entre o clero; o que escandalizou a Europa foi que a diplomacia inescrupulosa de Alexandre e o militarismo cruel de seu filho César Bórgia reconquistaram os Estados Papais para o papado e acrescentaram rendas e forças necessárias à Sé Apostólica. Nestas políticas e campanhas os Bórgia usaram todos os métodos de estratagema e morte que em breve seriam formulados no *Príncipe* de Maquiavel (1513) como indispensáveis para fundar um Es-

tado poderoso ou uma Itália unificada. O Papa Júlio II superou César Bórgia movendo guerra contra a rapace Veneza e os franceses invasores; fugia sempre que podia de sua prisão do Vaticano, conduzia seu exército em pessoa, e apreciava a vida rude e a linguagem dos campos de batalha. A Europa ficou chocada ao ver o papado não somente secularizado como também militarizado; entretando não podia deixar de admirar um guerreiro valoroso mal-empregado como papa; e alguns comentários atravessaram os Alpes sobre os serviços de Júlio à arte e sua proteção esclarecida a Rafael e a Miguel Ângelo. Foi Júlio que iniciou a construção da nova basílica de São Pedro, e o primeiro a conceder indulgências aos que contribuíssem para seu financiamento. Foi durante seu pontificado que Lutero foi a Roma e viu pessoalmente aquele "poço de iniqüidade", como chamara Lourenço de Médici à capital da cristandade. Nenhum governante da Europa poderia mais pensar no papado como um supergoverno moral que unisse todas as nações em uma comunidade cristã; o próprio papado, como Estado secular, tornara-se nacionalista; toda a Europa, à medida que decaía a antiga fé, desfez-se em fragmentos nacionais, não reconhecendo lei moral supernacional ou internacional, e condenou-se a cinco séculos de guerras intercristãs.

Para julgar corretamente esses papas da Renascença devemos examiná-los no ambiente de seu tempo. A Europa setentrional podia sentir seus erros, uma vez que os financiava; mas somente aqueles que conheceram a Itália exuberante do período entre Nicolau V (1447-55) e Leão X (1513-21) poderiam examiná-los com clemência compreensiva. Embora alguns deles fossem pessoalmente piedosos, a maioria aceitava a convicção renascentista de que o mundo, conquanto fosse para tantos um vale de lágrimas e de armadilhas diabólicas, podia ser também um cenário de beleza, de vida intensa e de felicidade transitória; não lhes parecia escandaloso que gozassem a vida e o papado.

Tiveram suas virtudes. Trabalharam para recuperar Roma da fealdade e imundície em que caíra enquanto os papas estiveram em Avinhão. Drenaram os pântanos (por empreitada rendosa), calçaram as ruas, restauraram pontes e estradas, melhoraram o abastecimento de água, fundaram a Biblioteca do Vaticano e o Museu Capitolino, aumentaram os hospitais, espalharam caridade, construíram ou restauraram igrejas, embelezaram a cidade com palácios e jardins, reorganizaram a Universidade de Roma, apoiaram os humanistas na ressurreição da literatura, filosofia e arte pagãs, e deram emprego a pintores, escultores e arquitetos, cujas obras são agora uma herança valiosa de toda a humanidade. Esbanjaram milhões; empregaram milhões construtivamente. Gastaram demais com a nova basílica de São Pedro, porém pouco mais, relativamente, do que os reis de França viriam a gastar com Fontainebleau e Versalhes e os *châteaux* do Loire; e talvez pensassem nisso como um meio de transformar as migalhas esparsas de uma riqueza que ia desaparecendo em esplendor duradouro para o povo e seu Deus. A maioria desses papas vivia com simplicidade, alguns (como Alexandre VI) eram abstêmios e resignavam-se à pompa e ao luxo apenas segundo o que exigia a disciplina e o gosto públicos. Elevaram o papado, que ultimamente fora tão desprezado e despojado, a uma imponente majestade de poder.

IV. A TRANSFORMAÇÃO DO AMBIENTE

Mas enquanto a Igreja parecia tornar a crescer em grandeza e autoridade, a Europa estava experimentando transformações econômicas, políticas e intelectuais que minavam lentamente a estrutura do cristianismo latino.

A religião, normalmente, prospera em um regime agrícola, a ciência, em uma economia industrial. Cada seara é um milagre da terra e um capricho do céu; o camponês humilde, sujeito ao tempo e consumido de trabalho, vê forças sobrenaturais em toda a parte, reza por um céu propício, e aceita um sistema feudal-religioso e fidelidades gradativas subindo através do vassalo, do senhor feudal e do rei até Deus. O trabalhador da cidade, o negociante, o industrial, o financista vivem em um mundo matemático de quantidades e processos, de causas materiais e efeitos regulares; a máquina e a tábua de calcular predispõem-nos a ver, por sobre espaços abertos, o domínio da "lei natural". O crescimento de indústria, do comércio e da finança no século XV, a passagem do trabalho do campo para a cidade, a elevação da classe comerciante, a expansão da economia local a nacional e internacional — foram todos presságios maus para uma fé que se amoldara tão bem ao feudalismo e às sombrias vicissitudes dos campos. Os homens de negócios repudiaram as restrições eclesiásticas, tanto quanto os direitos feudais; a Igreja teve de submeter-se, por um malabarismo teológico transparente, à necessidade de cobrar juros sobre empréstimos se o capital era para expandir a empresa e a indústria; em 1500 a velha proibição da "usura" era ignorada universalmente. Cada vez mais os homens da lei e dos negócios substituíam os homens da Igreja e os nobres na administração do governo. A própria lei, recuperando triunfante suas tradições e seu prestígio da Roma Imperial, conduzia a marcha da secularização, e dia após dia invadia a esfera da regulamentação eclesiástica da vida pela lei canônica. Os tribunais seculares estendiam sua jurisdição; os episcopais declinavam.

As adolescentes monarquias, enriquecidas pelas rendas do comércio e da indústria, libertavam-se dia a dia do domínio da Igreja. Os reis protestavam contra a residência, em seus reinos, de legados papais ou núncios que só reconheciam a autoridade do papa, e faziam da igreja de cada nação um estado dentro do estado. Na Inglaterra, os estatutos dos Provisores (1351) e Praemunire (1353) restringiram bruscamente os poderes judiciários e econômicos do clero. Na França, a Sanção Pragmática de Bourges foi ab-rogada teoricamente em 1516, mas o rei reteve o direito de nomear arcebispos, bispos, abades e priores.[17] O Senado veneziano insistiu em reservar para si o direito de fazer nomeações para a alta hierarquia eclesiástica em todos os domínios de Veneza. Fernando e Isabel sobrepuseram-se à autoridade papal ao preencherem muitas vagas eclesiásticas na Espanha. No Sacro Império Romano onde Gregório VII sustentara contra Henrique IV o direito papal de investidura, Sisto IV concedeu aos imperadores o direito de nomeação a 300 benefícios e sete dioceses. Muitas vezes os reis abusavam desses poderes dando cargos da Igreja a favoritos políticos, que ficavam com as rendas — mas ignoravam as responsabilidades — de suas abadias e sés.[18] Muitos abusos eclesiásticos foram atribuídos a tais nomeações seculares.

Entrementes, o ambiente intelectual da Igreja ia mudando, para seu mal. Ela ainda produzia eruditos laboriosos e conscienciosos; mas as escolas e universidades que fundara haviam educado uma minoria cujas idéias nem sempre agradavam aos santos. Ouçamos São Bernardino, em 1420:

> Muitíssimas pessoas, considerando a vida pecaminosa de monges e frades, freiras e clero secular, ficam abaladas com isso; não só, muitas vezes, enfraquecem na fé, e não acreditam em coisa mais alta do que o telhado de suas casas, não considerando

> verdadeiras as coisas que se escreveram concernentes à nossa fé, mas acreditam que elas foram escritas pela obra enganadora dos homens, e não pela inspiração de Deus.... Desprezam os sacramentos... e afirmam que a alma não tem existência; nem tampouco... temem o inferno ou desejam o céu, mas agarram-se de todo o coração às coisas transitórias, e decidem que este mundo será seu paraíso.[19]

Provavelmente, a classe dos negociantes era a menos piedosa; à medida que a riqueza cresce, a religião decai. Gower (1325?-1408) afirmava que os comerciantes da Inglaterra pouco se importavam com o além, dizendo: "Aquele que pode conseguir a doçura desta vida, e a deixa escapar, é um louco, pois homem algum sabe para onde ou por qual caminho vamos" depois da morte.[20] O malogro das Cruzadas provocara um espanto que desaparecia lentamente — dúvidas renovadas ao serem permitidas pelo Deus da cristandade a vitória do Islã e a captura de Constantinopla pelos turcos. A obra de Nicolau de Cusa (1432) e de Lourenço Valla (1439), definindo a "Doação de Constantino" como uma invenção, arruinou o prestígio da Igreja e enfraqueceu seu título ao poder temporal. A recuperação e publicação dos textos clássicos reforçou o ceticismo, pois revelava um mundo de saber e de arte que florescera muito antes do nascimento daquela Igreja Cristã que, no Quinto Concílio de Latrão (1512-17), negara a possibilidade de salvação fora de seu seio: *nulla salus extra ecclesiam*.[21] O descobrimento da América e a exploração mais extensa do Oriente revelaram centenas de nações que com impunidade evidente ignoravam ou rejeitavam Cristo, e tinham crenças próprias, tão positivas e tão moralmente eficazes quanto o cristianismo. Os viajantes que regressavam de terras "gentias" traziam consigo um pouco do verniz de credos e ritos estranhos; esses cultos estrangeiros iam a par do culto e crença cristãos, e os dogmas rivais sofriam atritos na praça do mercado e no porto.

A filosofia, que no século XIII fora criada da teologia, dedicando-se a encontrar fundamentos racionais para a fé ortodoxa, libertou-se no século XIV com Guilherme de Ockham e Marsílio de Pádua, e no século XVI tornou-se completamente secular, manifestamente cética com Pomponazzi, Maquiavel e Guicciardini. Uns quatro anos antes das Teses de Lutero, Maquiavel escreveu uma profecia assustadora:

> Se a religião do cristianismo tivesse sido conservada segundo os preceitos do Fundador, o Estado e a comunidade da cristandade seriam muito mais unidos e felizes do que o são. Nem pode haver maior prova de sua decadência do que o fato de que quanto mais perto estão as pessoas da Igreja Romana, cabeça de sua religião, menos religiosas são. E quem examinar os princípios sobre os quais está baseada a religião, e vir quão diferentes são esses princípios de sua atual prática e aplicação, verá que sua ruína ou punição está muito próxima.[22]

V. AS RAZÕES CONTRA A IGREJA

Deveremos nós recapitular as acusações feitas pelos católicos leais à Igreja dos séculos XIV e XV? A principal e mais pesada era de que ela amava o dinheiro, e possuía-o em quantidade exagerada para seu próprio bem. ("Uma causa da queda da Igreja Alemã reside em suas riquezas enormes, cujo crescimento malsão despertou de um lado a inveja e o ódio dos leigos, e do outro teve um efeito muito deletério nos próprios ministros da Igreja." — Pastor [C.], *History of the Popes*, VII, 293.)

Nos *Centum Gravamina*, ou Cem Agravos, formulados contra a Igreja pela dieta

de Nuremberg (1522), afirmou-se que ela possuía metade da riqueza da Alemanha.[23] Um historiador católico admitia a parte da Igreja como um terço na Alemanha e um quinto na França;[24] mas um procurador-geral do *Parlement* calculou em 1502 que três quartas partes de toda a riqueza da França eram eclesiásticas.[25] Não existem estatísticas para verificar estes cálculos. Na Itália, naturalmente, um terço da península pertencia à Igreja como Estados Papais, que ainda possuía ricas propriedades no resto do país. (Em qualquer sociedade a maior parte das capacidades está confinada a uma minoria de homens; portanto, mais cedo ou mais tarde, a maioria de bens, privilégios e poderes será detida por uma minoria de homens. A riqueza ficou concentrada na Igreja durante a Idade Média porque ela servia funções vitais e também era servida pelos homens mais hábeis. A Reforma, sob um aspecto, foi a redistribuição desta riqueza, naturalmente concentrada, pela apropriação secular das propriedades ou rendas eclesiásticas.)

Seis fatores serviram para acumular terras na posse da Igreja: 1. A maioria dos que legavam propriedades deixava-lhe alguma coisa como "seguro de fogo"; e como a Igreja controlava a redação e autenticação dos testamentos, seus agentes estavam em situação de encorajar tais legados. 2. Uma vez que a propriedade eclesiástica estava mais a salvo do que as outras propriedades do perigo de bandidos, soldados ou governos, algumas pessoas, como medida de segurança, doavam suas terras à Igreja, detinham-nas como seus vassalos, e desistiam de todos os direitos sobre elas, ao morrerem. Outras legavam parte ou todas as suas propriedades à Igreja com a condição de que ela velasse por elas na doença ou na velhice; dessa maneira a Igreja oferecia seguro contra a invalidez. 3. Os cruzados tinham vendido — ou hipotecado e perdido — terras a entidades eclesiásticas para obter dinheiro para sua aventura. 4. Centenas de milhares de acres tinham sido ganhos pela Igreja pelo trabalho de reclamação das ordens monásticas. 5. A terra, uma vez adquirida pela Igreja, era inalienável — não podia ser vendida ou abandonada por nenhum de seus membros, exceto por meios desanimadoramente complexos. 6. A propriedade da Igreja era normalmente livre de impostos pelo Estado; entretanto, às vezes alguns reis indiferentes à danação arrancavam quantias do clero, ou descobriam estratagemas para confiscar alguma parte da riqüeza eclesiástica. Os governantes da Europa setentrional poderiam ter resmungado menos contra as riquezas da Igreja se o rendimento delas, ou as contribuições variadas dos fiéis, tivessem permanecido dentro das fronteiras nacionais; fremiam ante o espetáculo do ouro setentrional fluindo para Roma em milhares de veios.

Entretanto, a Igreja considerava-se o principal agente para a manutenção da moral, da ordem social, da educação, da literatura, do ensino e da arte; o Estado contava com ela para o cumprimento dessas funções; para executá-las, ela precisava de uma organização extensa e dispendiosa; para financiar isso ela cobrava impostos e licenças; mesmo uma igreja não podia ser governada por padres-nossos. Muitos bispos eram os governadores, tanto eclesiásticos como civis, de suas regiões; a maioria deles era indicada pelas autoridades leigas, e vinham de famílias nobres acostumadas à moral fácil e ao luxo; cobravam impostos e gastavam como príncipes; às vezes, no cumprimento de suas inúmeras funções, escandalizavam os piedosos envergando armaduras e conduzindo ardorosamente suas tropas na guerra. Os cardeais raramente eram escolhidos por sua piedade, mas em geral por sua riqueza ou relações políticas ou capacidade administrativa; consideravam-se não monges carregados de votos, e sim senadores e diplomatas de um estado rico e poderoso; em muitos casos não eram padres; e não dei-

xavam que seus chapéus vermelhos os impedissem de gozar a vida.[26] A Igreja esqueceu a pobreza dos Apóstolos nas necessidades e gastos do poder.

Sendo mundanos, os servidores da Igreja eram muitas vezes tão venais quanto os funcionários dos governos contemporâneos. A corrupção fazia parte dos costumes do tempo e da natureza do homem; as cortes seculares eram notoriamente vulneráveis à persuasão do dinheiro, e nenhuma eleição papal poderia rivalizar em suborno com a eleição de Carlos V para imperador. Com exceção desta, os subornos mais gordos da Europa eram pagos na corte romana.[27] Tinham-se fixado preços razoáveis para os serviços da Cúria, mas a cupidez do pessoal elevou o custo real para 20 vezes a quantia legal.[28] Podiam-se obter dispensas de quase todos os impedimentos canônicos, quase todos os pecados, contanto que a persuasão fosse apropriada. Enea Silvio, antes de tornar-se papa, escreveu que em Roma tudo estava à venda, e que lá não se podia conseguir coisa alguma sem dinheiro.[29] Uma geração mais tarde, o monge Savonarola, com o exagero da indignação, chamou a Igreja de Roma de "prostituta", pronta a vender seus favores por uma moeda.[30] Outra geração mais tarde, Erasmo observou: "A falta de vergonha da Cúria Romana atingiu o clímax".[31] Pastor escreve:

> Uma corrupção profundamente arraigada se apossara de quase todos os funcionários da Cúria.... O número excessivo de gratificações e de extorsões ultrapassava todos os limites. Ainda mais, por todos os lados as atas eram confeccionadas desonestamente, e até falsificadas, pelos funcionários. Não é de admirar que se erguessem de todas as partes da cristandade as queixas mais veementes contra a corrupção e as extorsões financeiras dos funcionários papais.[32]

Era raro o merecimento sem recursos poder elevar-se na Igreja do século XV. Do preço módico que se cobrava para a ordenação até as quantias enormes que alguns cardeais pagavam por sua elevação, quase todas as indicações exigiam a lubrificação clandestina dos superiores. Uma medida papal muito usada para arranjar dinheiro era vender cargos eclesiásticos, ou (segundo o ponto de vista dos papas) indicar para sinecuras ou honrarias, até para o cardinalato, pessoas que fizessem uma contribuição substancial para as despesas da Igreja. Alexandre VI criou 80 novos cargos, e recebeu 760 ducados ($ 19,000?) de cada um de seus nomeados. Júlio II formou um "colégio" ou escritório de 101 secretários, que, reunidos, pagavam 74.000 ducados pelo privilégio. Leão X nomeou 60 camareiros e 141 escudeiros para a casa papal, e recebia deles 202.000 ducados.[33] Os salários pagos a tais funcionários eram considerados, pelo doador e pelo recebedor, como anuidades de apólices de doação; mas para Lutero pareciam a mais crua simonia.

Em milhares de casos o nomeado vivia longe do benefício — paróquia, abadia ou bispado — cuja renda lhe sustentava o trabalho ou o luxo; e um único homem podia ser assim o beneficiário ausente de vários postos. O cardeal Rodrigo Bórgia (futuro Alexandre VI) recebia de diversos benefícios a renda de 70.000 ducados ($ 1,750,000?) por ano; e seu inimigo figadal, o cardeal della Rovere (mais tarde Júlio II), detinha ao mesmo tempo o arcebispado de Avinhão, os bispados de Bologna, Lausanne, Coutances, Viviers, Mende, Óstia e Velletri, bem como as abadias de Nonantola e Grottaferrata.[34] Por meio deste "pluralismo" a Igreja mantinha seus chefes mais importantes, e, em muitos casos, eruditos poetas e cientistas. Assim Petrarca, crítico áspero dos papas de Avinhão, vivia de sinecuras que eles lhe concediam; Erasmo, que satirizou centenas de loucuras eclesiásticas, recebia regularmente pensões da

Igreja; e Copérnico, que muito prejudicou o cristianismo medieval, viveu durante anos à custa de benefícios da Igreja, que exigia um mínimo de desvios de suas pesquisas científicas.[35]

Uma acusação mais séria do que o pluralismo foi lançada contra a moralidade do clero. "A moral do clero é corrupta", disse o bispo de Torcello (1458); "tornou-se uma afronta à laicidade".[36] Das quatro ordens de frades fundadas no século XIII — franciscanos, dominicanos, carmelitas, agostinianos — todas, com exceção da última, tinham-se relaxado escandalosamente em piedade e disciplina. As regras monásticas formuladas no fervor da devoção antiga revelaram-se rigorosas demais para uma natureza humana cada vez mais liberta dos temores sobrenaturais. Redimidos da necessidade do trabalho manual por sua fortuna coletiva, milhares de monges e frades negligenciavam os serviços religiosos, perambulavam fora de seus muros, bebiam nas tabernas, e entretinham aventuras amorosas.[37] Um dominicano do século XIV, John Bromyard, disse de seus irmãos frades:

> Aqueles que deviam ser os pais dos pobres... cobiçam as comidas requintadas e apreciam o sono matinal.... Muito poucos se dignam estar presentes às matinas ou à missa.... Estão gastos de glutoneria e embriaguez... para não dizer de sujeira, e por isso agora as reuniões de clérigos dão a impressão de bordéis de gente lasciva e congregações de atores de teatro.[38]

Erasmo repetiu a acusação um século depois: "Muitos conventos de homens e de mulheres pouco diferem de bordéis públicos".[39] Petrarca traçou um quadro favorável da disciplina e da devoção em um mosteiro cartuxo onde morava seu irmão, e vários conventos da Holanda e Alemanha Ocidental conservavam o espírito de estudo e piedade que tinha formado os Irmãos da Vida Comum e produzira *A Imitação de Cristo*.[40] No entanto, Johannes Trithemius, abade de Sponheim (*ca.* 1490), denunciou os monges dessa Alemanha renana com hipérboles violentas:

> Os três votos da religião... são tão pouco respeitados por estes homens como se nunca tivessem prometido cumpri-los.... O dia inteiro é passado em conversações imundas; empregam todo o seu tempo no divertimento e na glutoneria.... Em indisfarçada posse de propriedade privada... cada um mora em sua própria habitação particular.... Nunca temem nem amam a Deus; não têm um pensamento para a vida futura, preferindo seus desejos carnais às necessidades da alma.... Desprezam o voto de pobreza, desconhecem o de castidade, repudiam o de obediência.... A fumaça de suas imundícies eleva-se pelas adjacências.[41]

Guy Jouenneaux, comissário papal enviado para reformar os mosteiros beneditinos da França, apresentou um relatório sombrio em 1503: Muitos monges jogam, blasfemam, freqüentam hospedarias, usam espadas, juntam riquezas, fornicam, "levam vida de bacanais", e "são mais mundanos do que os simples mundanos.... Se eu quisesse descrever todas as coisas que me caíram sob os olhos, faria um relato comprido demais".[42] Na desordem crescente dos mosteiros grande número deles esquecia aquelas palavras admiráveis de caridade, hospitalidade e educação que os tinham habilitado à confiança e ao apoio públicos.[43] Disse o Papa Leão X em 1516: "A falta de regulamento nos mosteiros da França e a vida sem recato dos monges chegaram a um tal abismo que nem os reis, os príncipes e os fiéis em grande maioria têm mais qualquer

respeito por eles''.[44] Um historiador católico recente resume o assunto, quanto a 1490, com uma severidade talvez excessiva:

> Leiam-se os inúmeros testemunhos desse tempo — anedotas históricas, censuras de moralistas, sátiras de eruditos e poetas, bulas papais, constituições sinodais — que dizem elas? Sempre os mesmos fatos e as mesmas queixas: o desaparecimento da vida conventual, da disciplina, da moral.... É prodigioso o número de gatunos e depravados monásticos; para compreender suas desordens temos de ler os pormenores revelados por inquérito judicial quanto ao estado interno da maioria das grandes abadias.... Os abusos entre os cartuxos eram tão grandes que a ordem tinha má reputação em quase toda a parte.... A vida monástica tinha desaparecido dos conventos.... Todos contribuíam para transformar esses asilos de oração em centros de dissipação e desordem.[45]

O clero secular, se formos indulgentes para com o concubinato, apresenta um quadro melhor do que os frades e monges. O pecado principal do simples cura paroquial era sua ignorância,[46] mas ele era muito mal pago e trabalhava demais para ter dinheiro ou tempo para o estudo, e a piedade do povo indica que era freqüentemente respeitado e amado. As violações do voto sacerdotal de castidade eram freqüentes. Em Norfolk, Inglaterra, de 73 acusações de incontinência registradas em 1499, 15 foram contra clérigos; em Ripon, de 126, 24; em Lambeth, de 58, 9; isto é, os faltosos clericais perfaziam uns 23 por cento do total, embora o clero fosse talvez menos de 2 por cento da população.[47] Alguns confessores pediam favores sexuais a suas penitentes.[48] Milhares de padres tinham concubinas; na Alemanha, quase todos.[49] Em Roma presumia-se que os padres mantinham concubinas; e alguns relatórios calculavam em seis mil as prostitutas da cidade, em uma população que não passeva de 100.000 habitantes.[50] Citemos novamente um historiador católico:

> Não é surpresa, quando as classes mais elevadas do clero estavam em tal estado, que entre as ordens regulares e padres seculares o vício e as irregularidades de toda espécie se tornassem cada vez mais comuns. O sal da terra tinha perdido o sabor.... Mas é um erro supor que a corrupção do clero era pior em Roma do que em outras partes; há provas documentadas da imoralidade dos padres em quase todas as cidades da península italiana.... Não admira, como registram a contragosto os escritores contemporâneos, que a influência do clero tivesse declinado e que em muitos lugares quase nenhum respeito se demonstrasse para com o sacerdócio. Sua imoralidade era tão grosseira que se começaram a ouvir sugestões a favor da permissão de os padres se casarem.[51]

Para sermos justos com esses padres sensuais devemos considerar que o concubinato sacerdotal não era corrupção, e sim uma revolta quase universal contra a regra do celibato que tinha sido imposta a um clero rebelde pelo Papa Gregório VII em 1074. Assim como a Igreja Ortodoxa Greco-Russa após o Cisma de 1054 havia continuado a permitir o casamento a seus padres, assim também o clero da Igreja Romana pedira o mesmo direito; e uma vez que a lei canônica de sua Igreja recusava isso, tomavam concubinas. O bispo Hardouin de Angers comunicou em 1428 que o clero de sua diocese não considerava pecado o concubinato, e não procurava disfarçar o uso que fazia dele.[52] Na Pomerânia, em 1500 mais ou menos, tais uniões eram reconhecidas pelo povo como sensatas, e eram encorajadas por ele como uma proteção para suas filhas e

esposas; nas festas públicas o lugar de honra destinava-se naturalmente aos padres e suas consortes.[53] Em Schleswig, um bispo que tentou infringir o costume foi retirado de sua sé (1499).[54] No Concílio de Constança o cardeal Zabarella propôs que, se não se pudesse abolir o concubinato sacerdotal, o casamento clerical deveria ser restaurado. O imperador Sigismundo, em uma mensagem ao Concílio de Basiléia (1431), afiançou que o casamento do clero melhoraria a moral pública.[55] Enea Silvio foi mencionado pelo historiador contemporâneo Platina, bibliotecário do Vaticano, como tendo dito que havia boas razões a favor do celibato do clero, porém outras melhores contra ele.[56] O registro moral dos sacerdotes de antes da Reforma aparece sob melhor luz se encararmos o concubinato sacerdotal como uma revolta perdoável contra uma regra dura desconhecida dos Apóstolos e da cristandade do Oriente.

A queixa que finalmente desencadeou a Reforma foi a venda de indulgências. Através dos poderes aparentemente delegados por Cristo a Pedro (Mat. 16:19), por Pedro aos bispos, e pelos bispos aos padres, o clero tinha autorização para absolver um penitente em confissão da culpa de seus pecados e de seu castigo no inferno, mas não de fazer penitência por eles na terra. Ora, apenas alguns homens, por mais absolvidos que estivessem, poderiam confiar em que morreriam com todas as penitências cumpridas; o saldo teria de ser pago por anos de sofrimento no purgatório, que um Deus misericordioso estabelecera como inferno temporário. Por outro lado, muitos santos, por sua devoção e martírio, tinham ganho merecimentos provavelmente mais numerosos do que as penitências devidas a seus pecados; por sua morte, Cristo tinha juntado uma infinidade de merecimentos; estes, dizia a teoria da Igreja, podiam ser considerados como um tesouro do qual o papa poderia retirar, para cancelar uma parte ou todas as penitências temporais recebidas e não cumpridas pelos penitentes absolvidos. Geralmente, as penitências prescritas pela Igreja tomavam forma de orações, esmolas, peregrinação a alguma relíquia sagrada, aderir a uma cruzada contra os turcos ou outros infiéis, ou doar dinheiro ou trabalhar em projetos sociais, como drenar um charco, construir uma estrada, uma ponte, um hospital ou uma igreja. A substituição do castigo por uma soma de dinheiro (*Wehrgeld*) era costume estabelecido de longa data nas cortes seculares; portanto, não houve grita ante a aplicação da idéia às indulgências. Um penitente absolvido, pagando tal soma — isto é, fazendo uma contribuição em dinheiro — para as despesas da Igreja, receberia uma indulgência parcial ou plenária, não para cometer pecados futuros, e sim para livrar-se de um dia, um mês, um ano de purgatório, ou todo o tempo que poderia ter de sofrer ali para completar a penitência exigida por seus pecados. Uma indulgência não cancelava a culpa dos pecados; estes, quando o padre absolvia um penitente contrito, eram perdoados no confessionário. Portanto, a indulgência era uma remissão, pela Igreja, de parte ou de todas as penitências temporais (isto é, não eternas) recebidas por pecados cuja culpa tinha sido perdoada no sacramento da confissão.

Esta teoria engenhosa e complicada foi logo transformada pela simplicidade do povo, e pela cobiça dos *quaestiarii*, ou "perdoadores", encarregados, ou como tais, de distribuir as indulgências. Como esses provedores tinham permissão de ficar com uma percentagem das receitas, alguns deles evitavam insistir na contrição, confissão e oração, e deixavam o recipiendário livre de interpretar a indulgência como dispensando-o de contrição, confissão e absolvição,e dependendo quase completamente da contribuição monetária. Mais ou menos em 1450 Thomas Gascoigne, reitor da Universidade de Oxford, queixava-se de que

> os pecadores hoje em dia dizem: "Não me importa quantos pecados eu faça pelo julgamento de Deus, pois posso arranjar facilmente uma remissão plenária de toda a culpa e penitência com uma absolvição e uma indulgência concedidas pelo papa, cuja permissão escrita comprei por quatro ou seis *pence*, ou ganhei como prêmio por um jogo de tênis [com o perdoador]". Pois estes mercadores de indulgências perambulam pelo país, e dão uma carta de perdão, às vezes por dois *pence*, às vezes por um gole de vinho ou cerveja... ou até pelo aluguel de uma prostituta, ou por amor carnal.[57]

Os Papas — Bonifácio IX em 1392, Martinho V em 1420, Sisto IV em 1478 — condenaram repetidamente esses conceitos errados e esses abusos, mas estavam muito necessitados de rendas para efetuar uma fiscalização eficaz. Expediam bulas tantas vezes e para uma variedade de causas tão confusa, que os homens de cultura perderam a fé na teoria, e acusaram a Igreja de explorar vergonhosamente a credulidade e a esperança humana.[58] Em alguns casos, como nas indulgências oferecidas por Júlio II em 1510 ou por Leão X em 1513, a redação oficial prestava-se à interpretação puramente monetária.[59] Um frade franciscano de alta linhagem descreveu com indignação como se colocavam caixas em todas as igrejas da Alemanha para receber pagamentos dos que, não tendo podido ir a Roma para o jubileu de 1450, podiam agora obter a mesma indulgência plenária por meio do dinheiro colocado na caixa; e ele advertiu os alemães, meio século antes de Lutero, que, por indulgência e outros meios, suas economias estavam sendo canalizadas para Roma.[60] Até o clero se lamentava de que as indulgências estavam desviando para os cofres papais contribuições que de outra maneira poderiam ter sido garantidas para os fins eclesiásticos.[61] Novamente um historiador católico resume o assunto com admirável candura:

> Quase todos os abusos relacionados com indulgências originaram-se no fato de que os fiéis, após comparecerem ao sacramento da penitência como condição reconhecida para obter indulgências, viam-se convidados a fazer uma oferenda em dinheiro proporcional a seus recursos. Esta oferenda para boas obras, que deveria ter sido apenas acessória, era feita em certos casos nas condições mais altas.... A necessidade de dinheiro, em vez de boas almas, tornou-se muito freqüentemente o fim da indulgência.... Embora na redação das bulas a doutrina da Igreja nunca fosse afastada, e a confissão, a contrição e as boas obras discriminadas claramente fossem a condição de obter indulgência, ainda assim o lado financeiro do assunto ficava sempre visível, e a necessidade de fazer oferendas de dinheiro era colocada muito escandalosamente em primeiro plano. As indulgências foram tomando cada vez mais a forma de acordo monetário, o que conduziu a muitos conflitos com os poderes seculares, que estavam sempre pedindo uma parte dos produtos.[62]

Quase tão mercenária quanto a venda de indulgências era a aceitação ou solicitação, pelo clero, de pagamentos em dinheiro, doações, legados, para a celebração de missas que deveriam reduzir o termo de castigo no purgatório para a alma do falecido. Grandes quantias eram dedicadas a este fim pelas pessoas piedosas, tanto para aliviar um parente ou amigo falecido, como para encurtar ou anular sua própria provação purgatória depois da morte. Os pobres queixavam-se de que devido a sua incapacidade de pagar missas e indulgências eram os ricos maus e não os pobres que herdariam o reino do céu; e Colombo louvava com tristeza o dinheiro porque, dizia ele, "aquele que o possui detém o poder de transportar as almas para o paraíso".[63]

Mil outros agravos avolumavam o caso contra a Igreja. Muitos dentre os leigos sen-

tiam a isenção do clero das leis do Estado, e a perigosa clemência das cortes eclesiásticas para com os faltosos eclesiásticos. A dieta de Nuremberg de 1522 declarou que nenhuma justiça poderia ser mantida por um queixoso laico contra um defensor clerical perante um tribunal espiritual, e advertia que, a menos que o clero se submetesse às cortes seculares, haveria um levante contra a Igreja na Alemanha;[64] naturalmente, então já tinha principiado a revolta. Outras queixas explicitaram o divórcio da religião e da moralidade: a veemência posta mais na fé ortodoxa do que na boa conduta (embora os reformadores devessem ser, neste particular, maiores pecadores do que a Igreja), a absorção da religião pelo itual, a ociosidade inútil e a esterilidade suposta dos monges, a exploração da credulidade popular através de relíquias e milagres falsos, bem como o abuso da excomunhão e da interdição, a censura pelo clero às publicações, a espionagem e crueldade da Inquisição, o uso indevido, para outros fins, de fundos recolhidos para as cruzadas contra os turcos, e mais a afirmação de que um clero corrompido era o único ministrador de todos os sacramentos, com exceção do batismo.

Todos os fatores precedentes entraram no anticlericalismo da Europa Católica Romana no princípio do século XVI. "A indignação e o ódio da laicidade pelo clero degenerado" — diz Pastor — "não foi fator pequeno na grande apostasia".[65] Um bispo londrino queixou-se, em 1515, de o povo "estar tão malignamente convencido da depravação herética que... condenará qualquer clérigo, mesmo que ele seja inocente como Abel".[66] Entre os leigos, conta Erasmo, o título de clérigo, padre ou monge era um termo de insulto pesado.[67] Em Viena, o sacerdócio, em tempos a mais desejada de todas as carreiras, não recebeu qualquer noviço nos 20 anos que precederam a Reforma.[68]

Por toda a cristandade latina os homens bradavam por uma "reforma da Igreja da cabeça aos pés". Italianos apaixonados como Arnoldo de Brescia, Joaquim de Flora e Savonarola de Florença atacavam os abusos eclesiásticos sem deixar de ser católicos, mas dois deles foram queimados vivos. Não obstante, os bons cristãos continuavam a esperar que a reforma pudesse ser empreendida pelos leais filhos da Igreja. Humanistas como Erasmo, Colet, More e Budé temiam a desordem de um rompimento evidente; já era bastante mau que a Igreja Grega se mantivesse afastada da Romana; qualquer outro rasgão na "túnica inconsútil de Cristo" ameaçava a sobrevivência do próprio cristianismo. A Igreja tentou repetidamente, e muitas vezes com sinceridade, expurgar suas fileiras e suas cortes, e adotar uma ética financeira superior à moralidade laica dos tempos. Os mosteiros tentaram muitas vezes restaurar seus regulamentos austeros, mas a constituição do homem modificava a redação de todas as constituições. Os concílios tentaram reformar a Igreja, e foram derrotados pelos papas; os papas tentaram, e foram derrotados pelos cardeais e pela burocracia da Cúria. O próprio Leão X, em 1516, lamentou a ineficácia total desses esforços.[69] Homens da Igreja ilustres como Nicolau de Cusa realizaram reformas locais, mas até essas foram transitórias. Denúncias das falhas da Igreja, por seus inimigos e por seus afeiçoados, irritaram as escolas, perturbaram os púlpitos, invadiram a literatura, cresceram dia a dia, ano a ano, na memória e no ressentimento dos homens, até que o dique da reverência e da tradição explodiu, e a Europa foi varrida por uma revolução religiosa mais conseqüente e profunda do que todas as transformações políticas dos tempos modernos.

CAPÍTULO II

Inglaterra: Wyclif, Chaucer e a Grande Revolução

1308-1400

I. O GOVERNO

A 25 de fevereiro de 1308, Eduardo II, sexto rei da casa dos Plantagenetas, em coroação solene diante da hierarquia eclesiástica e da nobreza reunidas na Abadia de Westminster, prestou o juramento que a Inglaterra altivamente exige de todos os seus soberanos:

Arcebispo de Cantuária: Sire, concedereis e mantereis, e por vosso juramento confirmareis, ao povo da Inglaterra, as leis e costumes que lhes foram concedidos pelos antigos reis da Inglaterra, vossos predecessores justos e piedosos, e principalmente as leis, costumes e privilégios concedidos ao clero e ao povo pelo glorioso Rei Santo Eduardo, vosso predecessor?
Rei: Concedo-as e prometo.
Arcebispo: Sire, mantereis para com Deus e a Santa Igreja, e para com o clero e o povo, paz e concórdia em Deus, inteiramente, após o vosso poder?
Rei: Eu as manterei.
Arcebispo: Sire, vós vos esforçareis por conseguir, em todos os vossos julgamentos, justiça e arbítrio equânimes e certos, em misericórdia e verdade, ao vosso poder?
Rei: Assim o farei.
Arcebispo: Sire, garantireis considerar e manter as leis e costumes piedosos que a comunidade de vosso reino tiver escolhido, e defendê-los-eis e fortificareis para glória de Deus, ao máximo de vosso poder?
Rei: Garanto e prometo.[1]

Tendo assim jurado, e sendo devidamente ungido e consagrado com os santos óleos, Eduardo II transmitiu o governo a mãos corrompidas e incapazes, e entregou-se a uma vida de frivolidades com Piers Gaveston, seu Ganimedes. Os barões insurgiram-se, prenderam e assassinaram Gaveston em 1312, e submeteram Eduardo e a Inglaterra a sua oligarquia feudal. Voltando desonrado por sua derrota pelos escoceses em Bannockburn (1314), Eduardo consolou-se com novo amor, Hugh le Despenser III. Uma conspiração de sua esposa desprezada, Isabel de França, e seu amante, Roger de Mortimer, destronou-o em 1326; foi assassinado em Berkeley Castle a mandado de Mortimer (1327); e seu filho de 15 anos foi coroado como Eduardo III.

O acontecimento mais nobre desta era na Inglaterra foi a instituição (1322) de um precedente que requeria o consentimento de uma assembléia nacional para a validade da lei. Tinha sido costume antigo dos monarcas ingleses, quando necessitados, convocar um "Conselho do Rei" de nobres e prelados eminentes. Em 1295 Eduardo I, guerreando ao mesmo tempo a França, a Escócia e o País de Gales, e necessitando muito urgentemente de dinheiro e homens, informou a "cada cidade, burgo e cidade principal" que mandasse dois burgueses (cidadãos emancipados), e a cada comarca ou condado que mandasse dois cavaleiros (nobres menores) a uma assembléia nacional que formaria, com o Conselho do Rei, o primeiro parlamento inglês. As cidades tinham dinheiro, com o qual seus delegados poderiam ser persuadidos a votar para o rei; as comarcas tinham lavradores (proprietários), que dariam arqueiros e piqueiros vigorosos; chegara a hora de juntar essas forças para a estrutura do governo britânico. Não havia simulação de democracia completa. Embora as cidades fossem — ou seriam por volta de 1400 — livres da sujeição feudal, o voto urbano era limitado a uma pequena minoria de homens que tivessem propriedades. Os nobres e o clero permaneciam dirigentes da Inglaterra: possuíam a maior parte da terra, empregando a maioria da população como rendeiros ou servos, e organizavam e dirigiam as forças armadas da nação.

O parlamento (como veio a ser chamado sob Eduardo III) reunia-se no palácio real de Westminster, em frente à histórica Abadia. Os arcebispos de Cantuária e York, os 18 bispos e os principais abades sentavam-se à direita do rei; meia centena de duques, marqueses, condes, viscondes e barões sentavam-se à esquerda; o Príncipe de Gales e o Conselho do Rei reuniam-se perto do trono; e os juízes do reino, sentados sobre sacos de lã para lhes lembrar o quanto era vital o comércio da lã para a Inglaterra, compareciam para aconselhar sobre questões da lei. Na abertura da sessão os burgueses e os cavaleiros — mais tarde conhecidos como os Comuns — permaneciam de pé e de cabeça descoberta por baixo de uma barra que os separava dos prelados e lordes; agora pela primeira vez (1295) a assembléia nacional tinha uma Câmara Alta e uma Câmara Baixa. As câmaras unidas recebiam do rei ou de seu chanceler uma *pronunciatio* (mais tarde a "fala do trono") explicando os assuntos a serem discutidos e as dotações orçamentárias desejadas. Em seguida, os Comuns retiravam-se para reunir-se em outro salão — geralmente a casa capitular da Abadia de Westminster. Ali debatiam as proposições reais. Terminadas estas deliberações, delegavam um *speaker* (relator) para relatar o resultado à Câmara Alta, e apresentar suas petições ao rei. No encerramento das sessões, as duas câmaras juntavam-se novamente para receber a resposta do soberano, e serem despedidas por ele. Somente o rei tinha a autoridade de convocar ou dissolver o parlamento.

Ambas as casas pediam e normalmente gozavam de liberdade de discussão. Em muitos casos proclamavam a viva voz ou por escrito energicamente suas idéias ao governante; entretanto, em várias ocasiões, ele mandava prender um crítico audacioso demais. Em teoria, os poderes do parlamento estendiam-se à legislação; na prática a maioria dos estatutos aprovados tinha sido apresentada como proposta pelos ministros reais; mas as câmaras freqüentemente apresentavam recomendações e agravos, e protelavam a votação dos fundos até obterem alguma satisfação. A única arma dos Comuns era este "poder da bolsa"; mas à medida que crescia o custo da administração e a riqueza das cidades, o poder dos Comuns subia. A monarquia não era absoluta nem constitucional. O rei não podia aberta e diretamente mudar uma lei feita

pelo parlamento ou promulgar uma nova; mas durante a maior parte do ano governava sem um parlamento a vigiá-lo, e lançava decretos administrativos que afetavam cada setor da vida inglesa. Ele ascendia ao trono não por eleição mas por linhagem. Sua pessoa era considerada religiosamente sagrada; a obediência e a lealdade para com ele eram inculcadas com toda a força da religião, do costume, da lei, da educação e do juramento solene. Se isto não bastasse, a lei da traição determinava que um revoltado contra o Estado fosse arrastado pelas ruas até o cadafalso, tivesse as entranhas arrancadas e queimadas diante dele, e fosse depois enforcado.[2]

Em 1330, Eduardo III, com 18 anos, assumiu o governo, e iniciou um dos reinados mais cheios de acontecimentos da história da Inglaterra. "Seu corpo era belo", diz um cronista contemporâneo, "e seu rosto era como o de um deus";[3] até que os excessos sexuais o debilitaram, foi rei em todo o ser. Quase ignorava a política doméstica, sendo antes guerreiro do que estadista; concedeu amigavelmente poderes ao parlamento enquanto este lhe financiou as campanhas. Durante seu longo governo esgotou a França com o esforço de juntá-la à sua coroa. Ainda assim havia espírito cavalheiresco nele, freqüentemente galanteria, e um tratamento como o que deu ao rei francês prisioneiro, João, teria honrado a corte do rei Artur. Depois de construir a Torre Redonda de Windsor com o trabalho forçado de 722 homens, manteve ali uma Távola Redonda com seus cavaleiros favoritos; e presidiu muitas justas de cavaleiros. Froissart conta uma história, não comprovada, de como Eduardo tentou seduzir a bela condessa de Salisbury, e tendo sido delicadamente repelido, preparou um torneio a fim de novamente deliciar sua alma na beleza dela.[4] Uma lenda encantadora conta que a condessa deixou cair uma liga quando dançava na corte, e o rei ergueu-a do chão, dizendo: *Honi soit qui mal y pense* — "Mal haja a quem nisso põe malícia". A frase tornou-se a divisa da Ordem da Jarreteira, que Eduardo fundou mais ou menos em 1349.

Alice Perrers revelou-se menos difícil do que a condessa; apesar de casada, cedeu ao monarca sequioso, recebeu grandes concessões de terra em troca, e conseguiu tal influência sobre ele que o parlamento registrou um protesto. A rainha Philippa (diz seu afetuoso apaniguado Froissart) suportou tudo isso com paciência, perdoou-o e, em seu leito de morte, pediu-lhe apenas que cumprisse suas promessas de caridade e, "quando aprouver a Deus chamá-lo deste mundo, não escolher outra sepultura, e sim permanecer a meu lado".[5] Ele prometeu "com lágrimas nos olhos", voltou para Alice, e deu-lhe as jóias da rainha.[6]

Suas guerras, ele as conduzia com energia, coragem e habilidade. Naquele tempo a guerra era considerada o trabalho mais elevado e mais nobre dos reis; os governantes que não eram guerreiros eram desprezados, e três destes, na história da Inglaterra, foram depostos. Se for possível um ligeiro anacronismo, a morte natural era uma desgraça à qual não se poderia sobreviver. Cada membro da nobreza européia era preparado para a guerra; só podia progredir em propriedades e poder pela eficiência e bravura nas armas. O povo sofria com as guerras, mas, até este reinado, raramente tomara parte nelas; seus filhos perdiam a memória dos sofrimentos, ouviam contar velhas histórias cavaleirosas de glória, e coroavam com seu melhores louros aqueles dentre seus reis que derramassem mais sangue estrangeiro.

Quando Eduardo se propôs conquistar a França, poucos de seus conselheiros ousaram aconselhar conciliação. Somente quando a guerra já se arrastara por uma geração, e tinha sobrecarregado de impostos até os ricos, foi que a consciência nacional ergueu

um grito pela paz. O descontentamento beirou a revolução quando as campanhas de Eduardo, passando da vitória para a derrota, ameaçaram de colapso a economia da nação. Até 1370 Eduardo tinha aproveitado na guerra e na diplomacia os serviços sábios e leais de *Sir* John Chandos. Quando este herói morreu, seu lugar na chefia do Conselho do Rei foi tomado pelo filho de Eduardo, o duque de Lancaster, chamado João de Gaunt (nome derivado de Gant ou Ghent — Gante — onde nascera). João entregou descuidado o governo aos bucaneiros políticos que encheram os bolsos à custa do povo. Ergueram-se no parlamento pedidos de reforma, e alguns homens de boa vontade oraram pelo feliz restabelecimento da nação através da morte rápida do rei. Outro de seus filhos, o Príncipe Negro — assim chamado provavelmente pela cor de sua armadura — poderia ter trazido novo vigor ao governo, mas em 1376 faleceu enquanto o velho rei ainda vivia. O "Bom Parlamento" desse ano realizou algumas medidas de reforma, pôs dois malfeitores na prisão, expulsou Alice Perrers da corte, e obrigou os bispos a excomungá-la se ela voltasse. Depois que o parlamento se dissolveu, Eduardo, não tomando conhecimento de seus decretos, restaurou João de Gaunt no poder e Alice no leito real; e nenhum bispo ousou reprová-lo. Finalmente o obstinado monarca consentiu em morrer (1377). Um filho do Príncipe Negro ascendeu ao trono como Ricardo II, menino de 11 anos, no meio do caos econômico e político e da revolta religiosa.

II. JOHN WYCLIF: 1320-84

Quais foram as condições que levaram a Inglaterra, no século XIV, a ensaiar a Reforma?

Provavelmente a moral do clero desempenhou apenas papel secundário no drama. O clero superior tinha-se reconciliado com o celibato; sabe-se de um bispo Burnell que tinha cinco filhos,[7] mas é de se presumir que fosse uma exceção. Wyclif, Langland, Gower e Chaucer observam uma predileção, entre monges e frades, pela boa comida e pelas más mulheres. Mas os britânicos dificilmente teriam desenvolvido uma indignação nacional a respeito de tais desvios, já consagrados pelo tempo, ou a respeito de freiras que iam aos ofícios religiosos com os cães pela coleira e os passarinhos de estimação nos braços,[8] ou a respeito dos monges que diziam rapidamente suas preces incoerentes. (Os ingleses humorísticos designaram para Satã um assistente particular para reunir todas as sílabas engolidas por "avarentos, saltadores, galopadores, resmungões, omitidores, corredores" nessas devoções sincopadas, e infligiam ao pecador um ano no inferno para cada sílaba omitida ou mastigada.)[9]

O que mortificava os nervos da bolsa dos laicos e do governo era a riqueza crescente e migratória da Igreja Inglesa. Em diversas ocasiões o clero contribuíra com um décimo de suas rendas para o Estado, mas insistia em que não lhe poderia ser cobrado qualquer imposto sem o consentimento dos sínodos. Além de ser representado na Câmara Alta do parlamento por seus bispos e abades, reunia-se, diretamente ou por procuradores, em sínodos sob a chefia dos arcebispos de Cantuária e de York, e resolvia aí todos os assuntos relativos à religião ou ao clero. Era em geral nas fileiras do clero, como classe mais instruída da Inglaterra, que o rei escolhia os altos funcionários do Estado. Os processos de leigos contra clérigos, a respeito de propriedade da Igreja, eram submetidos às cortes do rei, mas as cortes dos bispos tinham jurisdição única sobre os faltosos tonsurados. Em muitas cidades, a Igreja alugava propriedades a inqui-

linos e reclamava completa autoridade judicial sobre esses inquilinos, mesmo quando cometiam crimes.[10] Tais situações eram irritantes, mas a mais irritante era o fluxo da riqueza da Igreja da Inglaterra para os papas — isto é, no século XIV, para Avinhão — ou seja, para a França. Calculou-se que ia mais dinheiro inglês para o papa do que para o Estado ou para o rei.[11]

Formou-se um partido anticlerical na corte. Promulgaram-se leis para fazer a propriedade eclesiástica tomar parte maior e mais regular nas despesas do governo. Em 1333, Eduardo III recusou-se a continuar pagando o tributo que o rei João de Inglaterra concedera aos papas em 1213. Em 1351, o Estatuto dos Provisores procurou acabar com o controle papal sobre o pessoal ou as rendas dos benefícios ingleses. O Primeiro Estatuto de Praemunire (1353) bania os ingleses que moviam processos em cortes "estrangeiras" (papais) em assuntos que o rei declarava pertencerem à jurisdição secular. Em 1376, os Comuns queixaram-se oficialmente de que os coletores papais na Inglaterra estavam enviando grandes quantias de dinheiro ao papa, e que os cardeais franceses ausentes estavam retirando fartas rendas das sés inglesas.[12]

O partido anticlerical da corte era chefiado por João de Gaunt, cuja proteção possibilitou a John Wyclif morrer de morte natural.

O primeiro dos reformadores ingleses nasceu em Hipswell, perto da aldeia de Wyclif, no Yorkshire do norte, por volta de 1320. Estudou em Oxford, tornou-se professor de teologia ali, e durante um ano (1360) foi mestre do Colégio Balliol. Ordenou-se padre, e recebeu dos papas diversos benefícios em igrejas paroquiais, mas continuou a ensinar ao mesmo tempo na universidade. Sua atividade literária era alarmante. Escreveu grandes tratados escolásticos sobre metafísica, teologia e lógica, dois volumes de polêmicas, quatro de sermões, e uma miscelânea de ensaios curtos porém influentes, inclusive o célebre *Tractatus de civili dominio*. A maioria de suas composições era em latim deselegante e impenetrável, que deveria torná-las inofensivas a qualquer um menos aos gramáticos. Porém, ocultas nessas obscuridades, havia idéias explosivas que quase separaram a Grã-Bretanha da Igreja Romana 155 anos antes de Henrique VIII mergulhar a Boêmia na guerra civil, e que anteciparam quase todas as idéias reformistas de John Hus e Martinho Lutero.

Começando com o pé esquerdo, e submetendo-se à lógica e à eloqüência de Agostinho, Wyclif construiu seu credo sobre aquela horrível doutrina da predestinação, que deveria permanecer mesmo até nossos dias o ímã e o solvente da teologia protestante. Deus, escreveu Wyclif, concede Sua graça a quem Ele desejar, e predestinou cada indivíduo, uma eternidade antes de nascer, a ser condenado ou salvo por toda a eternidade. As boas obras não ganham a salvação, mas indicam que aquele que as executa recebeu a graça divina e é um dos eleitos. Nós agimos segundo a disposição que Deus nos destinou; invertendo Heráclito, nosso destino é o nosso caráter. Só Adão e Eva tiveram vontade livre, por sua desobediência eles a perderam para si e para seus descendentes.

Deus é senhor soberano de todos nós. A obediência que Lhe devemos é direta, como o juramento de todo inglês para com o rei, e não indireta através da obediência a um senhor subordinado, como na França feudal. Portanto, a relação do homem para com Deus é direta, e não pede intermediário; qualquer pretensão da Igreja ou do padre a ser um meio necessário deve ser repelida.[13] Neste sentido todos os cristãos são padres, e não precisam de ordenação. Deus detém o domínio de toda a terra e de seu conteúdo; o ser humano só pode deter propriedade como Seu vassalo obediente. Todo aquele que estiver em estado de pecado — que constitui revolta contra o Soberano

Divino — perde todo o direito de posse, pois a posse de direito ("domínio") exige um estado de graça. Ora, está claro pelas Escrituras que Cristo pretendia que Seus Apóstolos, os sucessores destes e seus delegados ordenados não tivessem propriedade. Qualquer igreja ou padre que possuir propriedade está violando o mandamento do Senhor, está portanto em estado de pecado, e conseqüentemente não pode ministrar de maneira válida os sacramentos. A reforma mais necessária na Igreja e no clero é sua completa renúncia aos bens do mundo.

Como se isso não fosse suficientemente perturbador, Wyclif deduziu de sua teologia um comunismo e anarquismo teóricos. Qualquer pessoa em estado de graça reparte com Deus a posse de todos os bens; idealmente, tudo deveria ser mantido pelos justos em comum.[14] A propriedade privada e o governo (conforme alguns filósofos escolásticos tinham ensinado) são resultado do pecado de Adão (*i.e.*, da natureza humana) e constituem o pecado hereditário do homem; em uma sociedade de virtude universal não haveria propriedade individual, nem leis feitas pelos homens tanto da Igreja como do Estado.[15] Desconfiando de que os radicais, que por essa época estavam cogitando da revolta na Inglaterra, interpretariam isto literalmente, Wyclif explicava que seu comunismo deveria ser entendido apenas em um sentido ideal; os poderes que existem, como ensinara São Paulo, são ordenados por Deus, e devem ser obedecidos. Este namoro com a revolução foi repetido quase exatamente por Lutero em 1525.

O partido anticlerical viu algum sentido, senão no comunismo de Wyclif, pelo menos em sua condenação da riqueza eclesiástica. Quando o parlamento recusou novamente pagar o tributo do Rei João ao papa (1366), Wyclif foi contratado como ***peculiaris regis clericus*** — clérigo a serviço especial do rei — para preparar uma defesa do ato.[16] Em 1374 Eduardo III deu-lhe a reitoria de Lutterworth, aparentemente como pagamento fixo.[17] Em julho de 1376, Wyclif foi nomeado para a comissão real que foi a Bruges estudar com os agentes papais a recusa permanente da Inglaterra a pagar o tributo. Quando João de Gaunt propôs que o governo confiscasse parte da propriedade da Igreja, convidou Wyclif a defender a proposta em uma série de sermões em Londres; Wyclif aquiesceu (setembro de 1376), e foi por isso estigmatizado pelo partido clerical como instrumento de Gaunt. O bispo Courtenay de Londres resolveu atacar Gaunt indiretamente acusando Wyclif de heresia. O pregador foi intimado a comparecer diante de um conselho de prelados na catedral de São Paulo em fevereiro de 1377. Ele compareceu, mas acompanhado de João de Gaunt com uma escolta armada. Os soldados entraram em luta com alguns espectadores; seguiu-se um tumulto, e o bispo achou aconselhável adiar a sessão. Wyclif voltou ileso para Oxford. Courtenay enviou a Roma uma acusação pormenorizada reproduzindo 52 passagens das obras de Wyclif. Em maio, Gregório XI expediu bulas condenando 18 proposições, em grande parte do tratado *Sobre o Domínio Civil*, e ordenou ao arcebispo Sudbury e ao bispo Courtenay que investigassem se Wyclif ainda mantinha esses pontos de vista; se assim fosse, deveriam prendê-lo e mantê-lo em grilhões à espera de instruções posteriores.

A essa altura Wyclif conquistara o apoio não somente de João de Gaunt e de lorde Percy de Northumberland como de grande parte da opinião pública. O parlamento que se reuniu em outubro era fortemente anticlerical. O argumento para a desapropriação da Igreja tinha encantos para muitos membros, que reconheciam que se o rei arrebatasse a riqueza então detida pelos bispos, abades e priores ingleses poderia manter com ela 15 condes, 1.500 cavaleiros, 6.200 fidalgos, e ficar com 20.000 libras por ano.[18] Nessa época a França preparava-se para invadir a Inglaterra, e o tesouro inglês estava quase vazio; que tolice deixar que os agentes papais recebessem fundos das

paróquias inglesas para um papa francês e um colégio de cardeais predominantemente francês! Os conselheiros do rei pediram a Wyclif que preparasse um parecer sobre o problema: "Se o reino da Inglaterra pode legitimamente, quando é iminente a necessidade de repelir a invasão, segurar o tesouro do reino para que não seja enviado a lugares estrangeiros, embora o papa exija sob pena de censura e em virtude de obediência a ele?" Wyclif respondeu em um panfleto que na realidade pedia a separação da Igreja Inglesa do papado. "O papa", escreveu, "não pode pedir este tesouro a não ser por meio de esmolas.... Uma vez que toda a caridade principia em casa, seria obra não de caridade e sim de loucura canalizar as esmolas do reino para o exterior quando o próprio reino está necessitado delas". Contra a contestação de que a Igreja Inglesa fazia parte e deveria obedecer à Igreja universal ou Católica, Wyclif recomendava a independência eclesiástica da Inglaterra. "O reino da Inglaterra, nas palavras das Escrituras, deveria ser um corpo só, e o clero, os lordes e os comuns, membros desse corpo".[19] Esta antecipação de Henrique VIII pareceu tão rude que os conselheiros do rei foram de parecer que Wyclif não fizesse mais declarações sobre o assunto.

O parlamento foi adiado para 28 de novembro. A 18 de dezembro os bispos em guerra publicaram as bulas condenatórias, e pediram ao presidente de Oxford que apoiasse a ordem de prisão dada pelo Papa. A universidade estava então no apogeu de sua independência intelectual. Em 1332 adquirira o direito de depor um reitor que não fosse satisfatório sem consultar seu superior formal, o bispo de Lincoln; em 1367 tinha derrubado todo o domínio episcopal. Metade da faculdade apoiou Wyclif, pelo menos em seu direito de expressar suas opiniões. O reitor recusou-se a obedecer aos bispos, e negou a autoridade de qualquer prelado sobre a universidade em assuntos de crença; entrementes, aconselhou a Wyclif que permanecesse afastado durante algum tempo. Mas é raro o reformador que possa ficar silencioso. Em março de 1378, Wyclif compareceu diante da assembléia de bispos em Lambeth para defender suas idéias. Quando a audiência ia principiar, o arcebispo recebeu uma carta da mãe do rei Ricardo II reprovando qualquer condenação final de Wyclif; e no meio do processo uma multidão entrou à força declarando que o povo inglês não toleraria qualquer Inquisição na Inglaterra. Curvando-se ante essa combinação de governo e populaça, os bispos protelaram a decisão, e novamente Wyclif foi para casa incólume — na realidade, triunfante. A 27 de março Gregório XI morreu, e alguns meses depois o Cisma Papal dividiu e enfraqueceu o papado, e toda a autoridade da Igreja. Wyclif retomou a ofensiva, e publicou ensaio após ensaio, muitos em inglês, aumentando as heresias e a revolta.

Ele nos é apresentado durante esses anos como homem endurecido pela controvérsia e transformado em puritano pela idade. Não era místico; antes, guerreiro e organizador; e talvez levasse sua lógica a extremos cruéis. Seu talento para o vitupério agora se expandia livremente. Denunciou os frades por pregarem a pobreza e acumularem a riqueza coletiva. Achava que alguns mosteiros eram "antros de ladrões, ninhos de serpentes, casas de diabos vivos".[20] Desafiava a teoria de que os méritos dos santos podiam ser aplicados à salvação das almas do purgatório; Cristo e os Apóstolos não haviam ensinado a doutrina das indulgências. "Os prelados iludem os homens com indulgências ou perdões falsos, e roubam-lhes grosseiramente o dinheiro.... São grandes tolos os homens que pagam tão caro essas bulas de perdão.[21] Se o papa tinha o poder de arrancar as almas do purgatório, por que é que, em nome da caridade cristã, não as arrancava de uma vez?"[22] Com veemência crescente Wyclif afirmava que "muitos padres... corrompem esposas, donzelas, viúvas e freiras por todos os meios lascivos"[23], e pedia que os crimes do clero fossem punidos por cortes seculares. Vitu-

perava os vigários que bajulavam os ricos e desprezavam os pobres, que com facilidade perdoavam os pecados dos ricos mas excomungavam os indigentes pelos dízimos que não pagavam, que caçavam, rapinavam e jogavam, e contavam milagres fingidos.[24] Os prelados da Inglaterra, acusava ele, "tiram os meios de vida dos homens pobres, mas não se opõem à opressão"; "dão mais valor à moeda vil do que ao sangue precioso de Cristo"; rezam apenas na aparência, e recebem pagamento por todos os serviços religiosos que executam; vivem no luxo, cavalgando gordos cavalos com arreios de prata e de ouro; "são ladrões... raposas malignas... lobos vorazes... glutões... diabos... macacos";[25] e aqui até a linguagem de Lutero é profetizada. "A simonia reina em todos os Estados da Igreja... A simonia da corte de Roma faz o maior mal, pois é muito freqüente, e sob muita capa de santidade, e despoja nossa terra de homens e de tesouros".[26] A escandalosa rivalidade dos papas (no Cisma), sua troca de excomunhões, sua luta desavergonhada pelo poder "deveriam levar os homens a acreditar nos papas somente enquanto eles seguirem Cristo".[27] Um papa ou um padre "é um senhor, sim, até um rei", em assuntos espirituais; mas se ele adquire posses terrenas, ou autoridade política, é indigno de sua investidura. "Cristo não tinha onde pousar a cabeça, mas dizem que este papa tem mais da metade do Império... Cristo era humilde... o papa senta-se em seu trono e faz os senhores beijarem-lhe os pés".[28] Talvez, sugeria maneirosamente Wyclif, o papa seja o Anticristo profetizado na Primeira Epístola do Apóstolo João,[29] a Besta do Apocalipse,[30] anunciando a segunda vinda de Cristo.[31]

A solução do problema, como Wyclif a encarava, era separar a Igreja de todas as posses materiais e todo o poder. Cristo e Seus Apóstolos tinham vivido na pobreza; assim deveriam viver Seus vigários.[32] Os frades e os monges deveriam voltar à completa observância de seus regulamentos, desistindo de toda propriedade ou luxo;[33] os padres "deveriam tolerar com alegria que lhes fosse retirada a soberania temporal"; deveriam contentar-se com comida e roupa, e viver de esmolas doadas livremente.[34] Se o clero não se despoja, por um retorno voluntário à pobreza evangélica, o Estado deverá adiantar-se e confiscar-lhe os bens. "Que os senhores e os reis cuidem deles" e "constranjam os padres a permanecer na pobreza que Cristo ordenou".[35] Que o rei, assim fazendo, não tema as maldições do papa, pois "nenhuma maldição de homem tem qualquer força a não ser na medida em que o próprio Deus amaldiçoa".[36] Os reis têm de responder apenas a Deus, de Quem eles recebem seu domínio. Em vez de aceitar a doutrina de Gregório VII e de Bonifácio VIII de que os governos seculares têm de estar sujeitos à Igreja, o Estado, dizia Wyclif, deve considerar-se supremo em todos os assuntos materiais e deve assumir o domínio de toda a propriedade eclesiástica. Os padres deveriam ser ordenados pelo rei.[37]

O poder do padre estava em seu direito de ministrar os sacramentos. Wyclif voltou-se para estes com uma completa antecipação de Lutero e de Calvino. Negava a necessidade da confissão auricular, e advogava uma volta à confissão pública voluntária preferida pelos primeiros cristãos. "A confissão privada feita aos padres... não é necessária, mas foi introduzida mais tarde pelo demônio; pois Cristo não a utilizou, nem nenhum de Seus Apóstolos depois Dele".[38] Ela agora faz dos homens escravos do clero, e às vezes é aproveitada para fins econômicos ou políticos; e "por meio desta confissão particular um frade e uma freira poderão pecar um com o outro".[39] Os bons leigos podem absolver um pecador com mais eficácia do que maus padres; mas na verdade só Deus pode absolver. De modo geral deveríamos duvidar da validade de um sacramento ministrado por um padre pecador ou herético. Como também um padre, bom ou mau, não pode mudar o pão e o vinho da eucaristia no corpo e sangue

físicos de Cristo. Nada era mais abominável para Wyclif do que o pensamento de que alguns padres que ele conhecia pudessem realizar tal milagre de criação de Deus.[40] Como Lutero, Wyclif negava a transubstanciação, mas não a Presença Verdadeira; por um mistério que ninguém pretendia explicar, Cristo tornava-se "espiritual, verdadeira, real e efetivamente" presente, mas ao mesmo tempo que o pão e o vinho, que (como ensinava a Igreja) não deixavam de existir.[41]

Wyclif não admitiria que essas idéias fossem heréticas, mas essa teoria da "consubstancialidade" alarmou alguns de seus partidários. João de Gaunt correu para Oxford, e insistiu com o amigo para que não dissesse mais nada sobre a eucaristia (1381). Wyclif não aceitou o conselho, e reafirmou seus pontos de vista em uma *Confessio* datada de 10 de maio de 1381. Um mês mais tarde estourou a revolução social na Inglaterra, e assustou a todos os donos de propriedade, levando-os a repelir toda doutrina que ameaçasse qualquer forma de propriedade, laica ou eclesiástica. Wyclif perdera agora a maior parte de seu apoio no governo, e o assassínio do arcebispo Sudbury pelos rebeldes promoveu seu inimigo mais obstinado, o bispo Courtenay, ao primado da Inglaterra. Courtenay compreendeu que se se permitisse que a concepção de Wyclif sobre a eucaristia se espalhasse, solaparia o prestígio do clero, e portanto também a base da autoridade moral da Igreja. Em maio de 1382, convocou um sínodo do clero a reunir-se no convento dos dominicanos em Londres. Tendo convencido essa assembléia a condenar 24 proposições que leu nas obras de Wyclif, enviou uma ordem peremptória ao reitor de Oxford para que impedisse o autor de qualquer futura aula ou sermão até que sua ortodoxia fosse provada. O rei Ricardo II, como parte de sua reação ao levante que quase o depôs, ordenou ao reitor que expulsasse Wyclif e todos os seus adeptos. Wyclif retirou-se para seu vicariato em Lutterworth, aparentemente ainda protegido por João de Gaunt.

Atrapalhado pela admiração que lhe dedicava o padre John Ball, protagonista principal da revolta, Wyclif publicou diversos escritos que o desrelacionavam com os rebeldes; negou qualquer ponto de vista socialista, e insistiu com seus seguidores para se submeterem pacientemente a seus senhores terrestres com a firme esperança da recompensa depois da morte.[42] Não obstante, continuou seus panfletos contra a Igreja, e organizou um corpo de "Padres Pregadores Pobres" para difundir sua Reforma por entre o povo. Alguns desses *Lollards* (provavelmente do alemão médio *lollaerd*, de *lollen* murmurar, balbuciar [orações?]; cf. *lull*) eram homens de pouco estudo, outros eram lentes de Oxford. Todos andavam vestidos de lã preta e descalços, como os primeiros frades; todos tinham o ardor de homens que haviam redescoberto Cristo. Já tinham a linguagem protestante de uma Bíblia infalível contra as tradições e dogmas falíveis da Igreja, e do sermão em vernáculo contra um ritual místico em uma língua estrangeira.[43] Para esses padres laicos e para seus ouvintes letrados, Wyclif escreveu em inglês rude e vigoroso uns 300 sermões e muitos tratados religiosos. E uma vez que insistia na volta à cristandade do Novo Testamento, pôs-se juntamente com seus auxiliares a traduzir a Bíblia como o único e infalível guia para a verdadeira religião. Até essa ocasião (1381) apenas pequenos trechos das Escrituras tinham sido vertidos para o inglês; as classes instruídas conheciam uma tradução francesa, e uma versão anglo-saxã, que vinha do tempo do rei Alfredo, ininteligível para a Inglaterra de Wyclif. A Igreja, achando que os heréticos como os valdenses faziam uso demais da Bíblia, tinha dissuadido o povo de ler traduções não autorizadas,[44] e tinha reprovado o caos de crença que ela previa quando cada partido fizesse e interpretasse sua própria

tradução, e cada leitor tivesse liberdade de fazer sua própria interpretação, do texto das Escrituras. Mas Wyclif estava decidido a fazer a Bíblia ser acessível a qualquer inglês que soubesse ler. Presume-se que ele próprio tenha traduzido o Novo Testamento, deixando o Velho Testamento para Nicholas Hereford e John Purvey. O conjunto ficou terminado uns 10 anos depois da morte de Wyclif. A tradução foi feita da versão latina de São Jerônimo, não da hebraica do Velho Testamento ou da grega do Novo. Não era um modelo de prosa em língua inglesa, mas foi um acontecimento vital na história da Inglaterra.

Em 1384 o Papa Urbano VI intimou Wyclif a ir à sua presença em Roma. Uma intimação diferente superou em autoridade essa intimação. A 28 de dezembro de 1384, o reformador, doente, sofreu um ataque de paralisia quando assistia à missa, e três dias depois falecia. Foi enterrado em Lutterworth, mas por um decreto do Concílio de Constança (4 de maio de 1415) seus ossos foram desenterrados e atirados em um riacho próximo.[45] Procuraram-se seus escritos, e todos os que se encontraram foram destruídos.

Todos os principais elementos da Reforma estavam em Wyclif: a revolta contra a mundanidade do clero, e a urgência de moral mais severa; a volta da Igreja à Bíblia de Tomás de Aquino a Agostinho, do livre-arbítrio à predestinação, da salvação pelas obras à eleição pela graça divina; a rejeição das indulgências, da confissão auricular e da transubstanciação; a deposição do padre como intermediário entre Deus e o homem; o protesto contra a alienação da riqueza nacional para Roma; o convite ao Estado para terminar com sua submissão ao papado; o ataque (preparatório de Henrique VIII) às posses temporais do clero. Se a Grande Revolta não tivesse feito cessar a proteção do governo aos esforços de Wyclif, a Reforma poderia ter tomado forma e raízes na Inglaterra 130 anos antes de eclodir na Alemanha.

III. A GRANDE REVOLTA: 1381

Inglaterra e País de Gales tinham em 1307 uma população calculada mais ou menos em três milhões de habitantes — aumento vagaroso de uns supostos 2.500.000 em 1066.[46] Os números sugerem um progresso lento das técnicas rurais e industriais — e um controle eficaz da multiplicação humana pela fome, pela doença e pela guerra — em uma ilha fértil mas estreita, que nunca se destinara a sustentar com seus próprios recursos qualquer grande multidão de homens. Provavelmente, três quartas partes do povo eram camponeses, e metade destes eram servos; a este respeito a Inglaterra estava um século atrás da França.

As distinções de classe eram mais nítidas do que no continente. A vida parecia girar em torno de dois focos: senhoria bondosa ou arrogante em uma ponta, esperançosa ou rancorosa servidão na outra. Os barões, à parte seus deveres limitados para com o rei, eram senhores de tudo que dominavam, e de muito mais. Os duques de Lancaster, Norfolk e Buckingham tinham propriedades que rivalizavam com as da coroa, e os Neville e Percy tinham pouco menos. O senhor feudal obrigava seus cavaleiros e senhores vassalos a servi-lo e a defendê-lo, bem como a usar sua "libré". (Libré era originariamente, em franco-inglês, *livrée*, uma entrega ou licença de provisões ou de roupas, feita por um senhor a um vassalo. Com o tempo a roupa adquiriu o caráter de uniforme usado pelos protegidos de um grande homem na pompa de sua escolta. As corporações adotaram o costume e usaram orgulhosamente a libré de distintivo em

suas reuniões e desfiles. Tais roupagens deram colorido à "Alegre Inglaterra".) Não obstante, era possível galgar a escadaria das classes sociais; a filha de um rico comerciante podia agarrar um nobre e um título; e assim, Chaucer, se tornasse a nascer, ficaria espantado ao ver sua neta duquesa. As classes médias adquiriam as maneiras da aristocracia tanto quanto podiam; começaram a chamar-se entre si de *Master* na Inglaterra, *Mon seigneur* na França; em breve cada homem era *Mister* ou *Monsieur*, e cada mulher *Mistress* ou *Madame*. (Os dois últimos títulos passaram por transformação posterior.)

A indústria progredia mais depressa do que a agricultura. Em 1300 quase todos os campos de carvão da Grã-Bretanha estavam em exploração; a prata, o ferro, o chumbo e o estanho eram escavados, e a exportação de metais ocupava lugar de destaque no comércio exterior da nação; costumava-se observar que "o reino é de mais valor debaixo da terra do que em cima".[47] A indústria da lã começou nesse século a enriquecer a Inglaterra. Cada vez mais os senhores retiravam terras de utilidades comuns antes concedidas a seus servos e inquilinos, e transformavam grandes áreas de terreno em cercados para rebanhos; podia-se ganhar mais dinheiro vendendo lã do que cultivando a terra. Os negociantes de lã foram durante algum tempo os comerciantes mais ricos da Inglaterra, capazes de conceder grandes quantias em empréstimos e taxas a Eduardo III, que os arruinou. Cansado de ver a lã em bruto sair da Inglaterra para alimentar a indústria do vestuário de Flandres, Eduardo (1331) atraiu os flamengos para a Inglaterra, e sob a direção deles estabeleceu ali uma indústria têxtil. Em seguida proibiu a exportação de lã e a importação da maior parte do vestuário estrangeiro. No fim do século XIV a manufatura de roupas tinha substituído o comércio de lã como fonte principal da riqueza líquida da Inglaterra e alcançara um estádio semicapitalista.

A nova indústria exigia a cooperação estreita de muitos ofícios — tecer, apisoar, cardar, tingir, reatar, arrematar; as velhas corporações de ofícios não podiam organizar a colaboração disciplinada necessária para a produção econômica; os chefes de empresa — *entrepreneurs* — reuniram várias especializações de trabalho em uma só organização, que financiavam e controlavam. Entretanto, não surgiu ali nenhum sistema de fabricação como em Florença ou em Flandres; a maior parte do trabalho ainda era feito em pequenas oficinas por um mestre, seus aprendizes e alguns diaristas, ou em pequenos moinhos rurais que utilizavam energia hidráulica, ou em casas de campo onde dedos pacientes manejavam o tear quando as tarefas caseiras permitiam. As corporações de ofício combateram o novo sistema com greves, mas sua produtividade superior suplantava toda a oposição; e os trabalhadores que competiam na venda de seu trabalho e habilidade iam cada vez mais ficando à mercê de homens que forneciam o capital e a administração. Os proletários da cidade "viviam da mão para a boca... mediocremente vestidos e alojados, nos tempos bons bem alimentados, mas nos maus tempos sem alimento algum".[48] Todos os habitantes masculinos das cidades inglesas estavam sujeitos ao recrutamento de seu trabalho para as obras públicas, mas os ricos podiam pagar substitutos.[49] A pobreza era mais amarga, embora provavelmente menos extrema do que no início do século XIX. Os mendigos abundavam, e organizaram-se para proteger e gerir sua profissão. As igrejas, os mosteiros e as corporações forneciam uma caridade deficiente.

Neste cenário, a Peste Negra eclodiu não apenas como uma visita catastrófica e sim como quase uma revolução econômica. O povo inglês vivia em um clima mais fa-

vorável à vegetação do que à saúde; os campos eram verdes durante o ano todo, mas a população sofria de gota, reumatismo, asma, ciática, tuberculose, hidropisia e moléstias dos olhos e da pele.[50] Todas as classes tinham um regime pesado e o aquecimento era feito na base de bebidas alcoólicas. "Atualmente poucos homens atingem os 40 anos", disse Richard Rolle mais ou menos em 1340, "e menos ainda os 50 anos de idade".[51] A higiene pública era primitiva; o mau cheiro dos curtumes, chiqueiros de porcos e latrinas empestava o ar; somente os ricos tinham água corrente canalizada para suas casas; a maioria ia buscá-la em canais ou poços e não podia desperdiçá-la em banhos semanais.[52] As classes inferiores ofereciam vítimas prontas para as pestilências que dizimavam periodicamente a população. Em 1349 a peste bubônica passou da Normandia para a Inglaterra e País de Gales, e dali, um ano mais tarde, para a Escócia e a Irlanda; voltou à Inglaterra em 1361, 1368, 1375, 1382, 1390, 1438 e 1464; ao todo eliminou um de cada três ingleses.[53] Quase a metade do clero morreu; talvez alguns dos abusos que mais tarde se lamentaram na Igreja Inglesa fossem devidos à necessidade de arrebanhar para seu serviço apressadamente homens a que faltavam as habilitações adequadas de experiência e caráter. A arte sofreu; a construção eclesiástica quase se interrompeu durante uma geração. A moral sofreu; afrouxaram-se os laços de família, as relações sexuais transbordaram os limites em que a instituição do casamento procurava contê-las a bem da ordem social. As leis não tinham funcionários para sustentá-las, e eram freqüentemente desconhecidas.

A praga colaborou com a guerra para apressar a decadência do sistema senhorial. Muitos camponeses, tendo perdido os filhos ou os auxiliares, abandonavam os arrendamentos pela cidade; os proprietários de terras eram obrigados a contratar trabalhadores livres por duas vezes o salário antigo, e a atrair novos rendeiros por meio de condições mais fáceis do que antes, bem como a substituir os serviços feudais por pagamentos em dinheiro. Obrigados também a pagar preços mais altos por tudo que compravam, os senhores de terras apelaram ao governo para estabilizar os salários. O Conselho Real respondeu (18 de junho de 1349) com uma lei que na essência era o seguinte:

> Devido a que grande parte do povo, principalmente de trabalhadores e servos, morreu ultimamente da peste, e muitos... não querem servir a menos que recebam salários excessivos, e alguns preferiram esmolar ociosamente a ganhar seu sustento com o trabalho; nós, considerando a dolorosa desvantagem que, pela falta principalmente de aradores poderá resultar, temos, após deliberação e acordo com os prelados e nobres, e homens de saber que nos assistiram, de seu conselho mútuo ordenamos:
>
> 1. Cada pessoa capaz de corpo e abaixo da idade de 60 anos, não tendo [com que] viver, sendo chamada, deverá servir àquele que o requerer, ou então [ser] entregue à prisão, até encontrar garantia para servir.
> 2. Se um trabalhador ou servo sair do serviço antes do prazo estipulado, será preso.
> 3. Os salários antigos, e nada mais, serão dados aos servos....
> 4. Se qualquer artífice ou trabalhador receber mais salários do que foram combinados pagar, será preso....
> 5. Os víveres serão vendidos a preços razoáveis.
> 6. Ninguém dará coisa alguma a um mendigo que seja capaz de trabalhar.[54]

Esta lei foi tão desrespeitada por empregadores e empregados que o parlamento publicou (9 de fevereiro de 1351) um Estatuto dos Lavradores, especificando que não

se pagariam salários acima da taxa de 1346, fixando preços definidos para grande número de serviços e mercadorias, e estabelecendo maquinaria de urgência. Um ato posterior a 1360 decretava que os camponeses que deixassem as terras antes que o termo de seu contrato ou aluguel expirasse podiam ser reconduzidos à força e, a critério dos juízes de paz, poderiam ser marcados a ferro na testa.[55] Medidas iguais, de severidade crescente, foram tomadas entre 1377 e 1381. Os salários subiam apesar delas, mas a animosidade decorrente disso entre os trabalhadores e o governo inflamou o conflito de classes, e deu novas armas aos pregadores da revolta.

A rebelião que se seguiu teve uma dezena de origens. Os camponeses que ainda eram servos pediam liberdade; os que eram livres exigiam um fim para as obrigações feudais que ainda se exigiam deles; e os rendeiros insistiam em que a renda da terra fosse baixada para quatro *pence* ($ 1,67?) por acre ao ano. Algumas cidades ainda estavam sujeitas aos senhores feudais, e ansiavam por governo autônomo. Nas comunidades libertas os trabalhadores odiavam a oligarquia mercantil, e os diaristas protestavam contra a insegurança e a pobreza. Todos juntos — camponeses, proletários, até os padres paroquiais — denunciavam a má administração governamental dos últimos anos de Eduardo III e dos primeiros anos de Ricardo II; perguntavam por que as armas inglesas tinham sido batidas tão regularmente depois de 1369, e por que tão pesados impostos tinham sido cobrados para financiar tais derrotas. Abominavam especialmente o arcebispo Sudbury e Robert Hales, os principais ministros do jovem rei, e João de Gaunt como cabeça e protetor da corrupção e da incompetência governamentais.

Os pregadores *Lollard* tinham pouca relação com o movimento, mas tinham contribuído para preparar os espíritos para a revolta. John Ball, o intelectual da rebelião, citava Wyclif com encômios, e Wat Tyler seguia Wyclif no pedido de desapropriação dos bens da Igreja. Ball era o "padre louco de Kent" (como o chamava Froissart) que ensinava o comunismo à sua congregação, e foi excomungado em 1366.[56] Tornou-se pregador itinerante, denunciando a riqueza pecaminosa dos prelados e dos senhores, pedindo uma volta do clero à pobreza evangélica, e zombando dos papas rivais que, no Cisma, estavam dividindo as vestes de Cristo.[57] A tradição atribui-lhe uma estrofe célebre:

Quando Adão cavava e Eva trançava
Quem era então o cavalheiro?[58]

— isto é, quando Adão cavava a terra e Eva movia o tear, haveria alguma divisão de classes no Éden? Froissart, embora tão amante da aristocracia inglesa, mencionou os pontos de vista de Ball com amplitude simpatizante:

> Meus bons amigos, as coisas não poderão ir bem na Inglaterra enquanto tudo não estiver em comum; quando não houver nem vassalos nem senhores, quando os senhores não forem mais senhores do que nós mesmos. Como procedem mal conosco! Por que motivo nos mantêm eles assim em servidão? Não descendemos todos nós dos mesmos pais, Adão e Eva?. E que podem eles demonstrar para serem mais senhores do que nós?... Somos escravos de escravos, e se não executamos nosso trabalho somos espancados.... Vamos procurar o rei e reclamar perante ele; ele é moço e dele poderemos obter uma resposta favorável; e se não a recebermos devemos nós mesmos procurar remediar nossa condição.[59]

Ball foi preso três vezes, e quando a revolta estourou estava na prisão.

O imposto individual de 1380 coroou o descontentamento. O governo estava à beira da bancarrota, as jóias hipotecadas do rei estavam prestes a ser alienadas; a guerra na França exigia mais dinheiro. Um imposto de § 100.000 ($ 10,000,000?) foi lançado sobre o povo, para ser arrecadado de cada habitante acima da idade de 15 anos. Todos os vários elementos da revolta foram unidos por esta derradeira imposição. Milhares de pessoas evitavam os coletores, e o produto total foi muito abaixo do objetivo. Quando o governo enviou novos emissários para caçar os fugitivos, a populaça reuniu as forças e desafiou-os; em Brentwood os agentes reais foram expulsos a pedradas da cidade (1381), e cenas similares ocorreram em Fobbing, Corringham e St. Albans. Fizeram-se comícios monstros em Londres para protestar contra o imposto; enviaram encorajamentos aos rebeldes rurais e convidaram-nos a marchar sobre a capital, juntar-se aos insurretos ali, e "assim obrigar o rei a prometer que não haveria mais um servo na Inglaterra".[60]

Um grupo de coletores que chegava a Kent recebeu uma repulsa tumultuosa. A 6 de junho de 1381, uma multidão arrombou as prisões em Rochester, libertou os prisioneiros e saqueou o castelo. No dia seguinte os rebeldes escolheram para chefe Wat Tegheler ou Tyler. Nada se sabe de seus antecedentes; parece que era ex-soldado, pois disciplinou a horda desordenada em uma ação unida, e ganhou-lhe a pronta obediência às suas ordens. A 8 de junho essa multidão crescente, armada de arcos e flechas, paus, machados e espadas, e recebendo recrutas de quase todas as aldeias de Kent, atacou as residências dos senhores de terra impopulares, dos advogados e funcionários do governo. A 10 de junho foi bem recebida em Cantuária, saqueou o palácio do arcebispo Sudbury ausente, abriu a cadeia e saqueou as mansões dos ricos. Todo o Kent oriental aderiu à revolta; cidade após cidade se sublevava e os funcionários locais fugiam antes da tempestade. Os homens ricos fugiram para as outras partes da Inglaterra, ou se esconderam em lugares afastados, ou se livraram de prejuízos piores dando uma contribuição à causa rebelde. A 11 de junho Tyler voltou seu exército em direção de Londres. Em Maidstone libertou John Ball da prisão; este se uniu à cavalgada e pregava todos os dias. Agora, dizia ele, principiaria o reino da democracia cristã com que ele sonhara e lutara havia tanto tempo; todas as desigualdades sociais seriam niveladas; não haveria mais ricos ou pobres, senhores e servos; cada homem seria um rei.[61]

Entrementes, rebeliões similares espocavam em Norfolk, Suffolk, Beverly, Bridgewater, Cambridge, Essex, Middlesex, Sussex, Hertford, Somerset. Em Bury St. Edmund o povo cortou a cabeça do prior, que tinha estabelecido violentamente demais os direitos feudais da abadia sobre a cidade. Em Colchester os amotinados mataram vários negociantes florentinos que passavam por prejudicar o comércio britânico. Sempre que possível destruíram os documentos, contratos ou cartas que registravam a propriedade ou a servidão feudal; assim os habitantes de Cambridge queimaram os documentos da universidade; e em Waltham cada documento dos arquivos da abadia foi lançado às chamas.

A 11 de junho um exército rebelde de Essex e Hertford chegou aos subúrbios do norte de Londres; no dia 12 os insurretos de Kent chegaram a Southwark, do outro lado do Tâmisa. Não houve resistência organizada por parte dos adeptos do rei. Ricardo II, Sudbury e Hales esconderam-se na Torre. Tyler enviou ao rei um pedido para uma entrevista; foi recusada. O prefeito de Londres, William Walworth, fechou as portas

da cidade, mas estas foram reabertas pelos revolucionários de dentro da cidade. A 13 de junho as forças de Kent marcharam sobre a capital, foram bem recebidas pelo povo e receberam adesões de milhares de trabalhadores. Tyler mantinha sua hoste bem controlada, mas aplacou-lhe a fúria permitindo-lhe que saqueasse o palácio de João de Gaunt. Aí nada foi roubado; um sedicioso que tentou furtar uma taça de prata foi morto pela multidão. Mas tudo foi destruído; e mobiliário luxuoso foi atirado pelas janelas, as tapeçarias caras foram feitas em tiras, as jóias foram despedaçadas; depois a casa foi incendiada e ardeu até os alicerces; alguns rebeldes alegres que tinham bebido demais na adega de vinhos foram esquecidos e consumidos nas chamas. Em seguida o exército voltou-se para o Templo, cidadela dos advogados da Inglaterra; os camponeses recordaram-se de que os advogados tinham escrito os atos de sua servidão ou lhes tinham calculado as posses para os impostos; ali também fizeram um holocausto dos registros, e queimaram os edifícios até os alicerces. As prisões de Newgate e de Fleet foram destruídas, e os felizes ocupantes juntaram-se à multidão. Exaustas pelo esforço de acumular um século de vingança em um dia, as multidões deitaram-se nos espaços livres da cidade e dormiram.

Naquela noite o conselho do rei pensou melhor em sua recusa em deixá-lo falar com Tyler. Mandaram um convite a Tyler e seus seguidores para encontrar-se com Ricardo na manhã seguinte em um subúrbio do norte conhecido como Mile End. Pouco depois de amanhecer, a 14 de junho, o rei de 14 anos, arriscando a vida, saiu da Torre com todo o seu conselho exceto Sudbury e Hales, que não ousavam expor-se. O pequeno grupo caminhou por entre a multidão hostil em direção de Mile End, onde os rebeldes de Essex já estavam reunidos; parte do exército de Kent vinha em seguida, com Tyler à frente. Este ficou surpreso com a presteza de Ricardo em satisfazer quase todas as reclamações. A servidão deveria ser abolida em toda a Inglaterra, todas as obrigações e serviços feudais findariam, o aluguel dos rendeiros seria como haviam pedido; e uma anistia geral absolveria todos os que tinham participado da revolta. Trinta escrivães foram imediatamente postos a trabalhar redigindo cartas de liberdade e perdão para todos os distritos que as pedissem. O rei negou um pedido — que os ministros reais e outros "traidores" fossem entregues ao povo. Ricardo respondeu que todas as pessoas acusadas de má conduta seriam julgadas pelo processo regular da lei, e seriam punidas se fossem culpadas.

Não satisfeitos com esta resposta, Tyler e um grupo selecionado cavalgaram rapidamente para a Torre. Encontraram Sudbury cantando missa na capela. Arrastaram-no para o pátio e obrigaram-no a pôr a cabeça sobre uma tora de madeira. O carrasco era um amador, e precisou de oito golpes de machado para lhe cortar a cabeça. Em seguida os insurretos decapitaram Hales e mais dois outros. Pregaram solidamente a mitra na cabeça do arcebispo por meio de um prego enfiado no crânio; espetaram as cabeças em paus, carregaram-nas processionalmente pela cidade e penduraram-nas acima do portão da Ponte de Londres. Todo o resto daquele dia transcorreu em carnificina. Os comerciantes de Londres, indignados contra a concorrência flamenga, incitaram a multidão a matar todos os flamengos que encontrassem na capital. Para determinar a nacionalidade de um suspeito mostravam-lhe pão e queijo e mandavam-no dizer seu nome; se ele respondesse ***brod und käse,*** ou falasse com sotaque flamengo, perdia a vida. Mais de 150 estrangeiros — comerciantes ou banqueiros — foram assassinados em Londres naquele dia de junho, e muitos advogados ingleses, coletores de impostos e adeptos de João de Gaunt caíram sob os machados e machadinhas da vingança in-

discriminada. Os aprendizes assassinaram seus mestres, os devedores seus credores. À meia-noite os vitoriosos saciados foram novamente descansar.

Informado destes acontecimentos, o rei voltou de Mile End e foi, não para a Torre, mas para a residência da mãe, perto da catedral de São Paulo. Entrementes, grande número dos contingentes de Essex e de Hertford, rejubilantes com as cartas de liberdade, dispersaram-se para suas casas. A 15 de junho o rei enviou uma mensagem modesta aos rebeldes remanescentes pedindo-lhes para se encontrarem com ele nas planícies de Smithfield, nas cercanias de Aldersgate. Tyler concordou. Antes de ir ao encontro, temendo morrer, Ricardo confessou-se e comungou; em seguida pôs-se a caminho com uma escolta de 200 homens cujos trajos pacíficos escondiam espadas. Em Smithfield, Tyler adiantou-se com apenas um único companheiro a protegê-lo. Fez novos pedidos que não se conhecem com certeza, mas que possivelmente continham o confisco das propriedades da Igreja e a distribuição do produto pelo povo.[62] Surgiu um conflito; um dos acompanhantes do rei chamou Tyler de ladrão; Tyler ordenou a seu ajudante que abatesse o homem; o prefeito Walworth barrou-lhe o caminho; Tyler deu um golpe de espada em Walworth, cuja vida foi salva pela armadura que trazia sob a capa; Walworth feriu Tyler com um cutelo curto, e um dos cavaleiros de Ricardo atravessou Tyler duas vezes com a espada. Tyler cavalgou para sua hoste gritando traição, e caiu morto diante de seus homens. Magoados pelo que lhes parecia traição patente, os rebeldes assestaram as flechas e prepararam-se para atirar. Embora o número deles estivesse reduzido, ainda eram uma força substancial, calculados por Froissart em 20.000; provavelmente teriam podido sobrepujar a escolta do rei. Mas Ricardo ia agora ao encontro deles corajosamente, gritando: — "Senhores, atirareis em vosso rei? Serei vosso chefe e capitão; tereis de mim o que procurais. Segui-me apenas para os campos exteriores". Pôs-se a cavalgar lentamente, sem ter certeza de que o matariam ou o poupariam. Os insurretos hesitaram, depois seguiram-no, e a maior parte da guarda real misturou-se a eles.

Entretanto, Walworth voltou bruscamente, galopou para a cidade e mandou ordens aos conselheiros de seus 24 bairros para se reunirem a ele com todas as forças que pudessem reunir. Muitos cidadãos que a princípio haviam simpatizado com a revolta estavam nesse momento perturbados pelos crimes e pela pilhagem; todo homem que tivesse qualquer propriedade sentia que suas mercadorias e sua vida estavam em perigo; assim o prefeito encontrou um exército improvisado de sete mil homens erguendo-se ao seu comando como surgido da terra. Dirigiu-os para Smithfield; ali juntou-se e cercou o rei, oferecendo-se para esmagar os rebeldes. Ricardo recusou; os rebeldes o haviam poupado quando ele estivera à sua mercê, e agora não se mostraria menos generoso. Anunciou-lhes que eram livres para partir a salvo. Os remanescentes de Essex e Hertford dissolveram-se rapidamente; os sediciosos de Londres desapareceram em seus refúgios; somente o contingente de Kent permaneceu. Sua passagem pela cidade foi bloqueada pelos homens armados de Walworth, mas Ricardo deu ordem para que ninguém os molestasse; marcharam a salvo, e desfilaram em desordem pela Old Kent Road. O rei voltou para sua mãe, que o recebeu com lágrimas de alívio feliz. "Ah, querido filho, quanto sofrimento e angústia passei por vós hoje!" "É verdade, senhora", respondeu o jovem. "Sei bem disso. Mas agora rejubilai-vos e louvai a Deus, pois hoje recuperei minha herança que estava perdida, e o reino da Inglaterra também."[63]

Provavelmente sob a pressão do prefeito que o salvara, Ricardo, naquele mesmo

dia 15 de junho, lançou uma proclamação banindo de Londres, sob pena de morte, todas as pessoas que não vivessem lá há mais de um ano. Walworth e suas tropas deram busca nas ruas e alojamentos a tais estrangeiros, apanharam muitos, mataram vários. Entre estes estava um Jack Straw, que confessou, talvez sob tortura, que os homens de Kent tinham planejado proclamar rei a Tyler. Entrementes uma deputação de insurretos de Essex chegou a Waltham e pediu ao rei uma ratificação solene nas promessas que ele fizera a 14 de junho. Ricardo respondeu que elas tinham sido feitas sob pressão, e que ele não tinha a intenção de cumpri-las; pelo contrário, disse-lhes: "Continuais a ser vilões, e vilões permanecereis"; e ameaçou com a mais violenta vingança qualquer homem que continuasse em rebelião armada.[64] Os deputados indignados apelaram para seus adeptos para recomeçar a revolta; alguns assim fizeram, mas foram eliminados com grande carnificina pelos homens de Walworth (28 de junho).

A 2 de julho o amargurado rei revogou todas as cartas e anistias que concedera durante a revolta, e abriu caminho para um inquérito judicial da identidade e ações dos principais participantes. Centenas deles foram presos e julgados; 110 ou mais foram condenados à morte. John Ball foi capturado em Coventry; destemidamente confessou seu papel importante na insurreição, e recusou-se a pedir o perdão do rei. Foi enforcado, estripado e esquartejado; a cabeça dele, com as de Tyler e de Jack Straw, substituiu as de Sudbury e de Hales como enfeites da Ponte de Londres. A 13 de novembro Ricardo apresentou ao parlamento um relatório de suas ações; se, disse ele, os prelados, senhores e plebeus reunidos desejassem que os servos fossem libertados, estava de pleno acordo. Mas os membros eram quase todos proprietários de terras; não podiam admitir o direito do rei de dispor de sua propriedade; votaram para que todas as relações feudais existentes fossem mantidas.[65] Os camponeses vencidos voltaram a seus arados, e os trabalhadores zangados a seus teares.

IV. A NOVA LITERATURA

A língua inglesa ia-se tornando, a etapas lentas, um veículo adequado para a literatura. A invasão normanda de 1066 tinha interrompido a evolução do anglo-saxão em inglês, e durante algum tempo o francês foi a língua oficial do reino. Gradativamente, formaram-se novo vocabulário e novo idioma, basicamente alemão, porém misturado e enfeitado de palavras e acentos gálicos. A comprida guerra com a França pode ter esporeado a nação a revoltar-se contra esse domínio lingüístico por um inimigo. Em 1362 o inglês foi declarado língua da lei e das cortes; e em 1363 o chanceler iniciou um precedente abrindo o parlamento com uma mensagem em inglês. Letrados, cronistas e filósofos (mesmo até Francis Bacon) continuaram a escrever em latim para alcançar público internacional, mas os poetas e os dramaturgos dali em diante falaram a língua da Inglaterra.

O mais antigo drama existente em inglês era um "mistério" — representação teatral de uma história religiosa — representado nos Midlands, por volta de 1350, sob o título de *The Harrowing of Hell,* que apresentava um duelo de palavras na boca do inferno, entre Satã e Cristo. No século XIV tornou-se costume as corporações de uma cidade apresentarem um ciclo de mistérios: uma corporação preparava uma cena, geralmente da Bíblia, levava o cenário e os atores em um barco, e desempenhava as cenas em palcos provisórios construídos em centros populosos da cidade; e nos dias subseqüentes as outras corporações apresentavam cenas seguintes da mesma narrativa bíblica. O mais antigo destes ciclos conhecidos é o dos mistérios de Chester, de 1328; em 1400, ciclos semelhantes foram apresentados em York, Beverly, Cambridge, Coventry, Wakefield, Towneley e Londres. Já em 1182 os mistérios latinos tinham de-

senvolvido uma variedade chamada "milagre", peça que girava em torno do milagre ou dos sofrimentos de algum santo. Cerca de 1378 apareceu outra variedade — a "moralidade" — que apontava uma moral representando um conto; esta forma atingiria o ponto mais alto em *Everyman* (*ca.* 1480). No princípio do século XV sabemos de ainda outra forma dramática, sem dúvida já velha naquele tempo: o interlúdio, não uma peça entre peças mas um *ludus* — uma peça ou espetáculo — desempenhado por dois ou mais atores. O enredo não era limitado à religião ou à moral, mas podia ser secular, humorístico, profano, obsceno até. Grupos de menestréis representavam interlúdios em salões fidalgos ou de corporações, em praças de cidades ou aldeias, ou no pátio de uma hospedaria movimentada. Em 1348 Exeter ergueu o primeiro teatro inglês conhecido, primeiro edifício europeu, pois as estruturas romanas clássicas dedicavam-se específica e regularmente a representações dramáticas.[66] Dos interlúdios viriam as comédias, e dos mistérios e moralismos desenvolver-se-iam as tragédias do rico teatro elizabetano.

O primeiro poema importante — um dos mais estranhos e fortes poemas — da língua chamava-se *The Vision of William Concerning Piers the Plowman.* Nada se conhece do autor além de seu poema; presumindo que este é autobiográfico, poderemos dar-lhe o nome de William Langland e situar-lhe o nascimento mais ou menos em 1332. Ele tomou as ordens menores, mas nunca se ordenou padre; viajou para Londres e, cantando salmos nas missas de defunto, ganhou o suficiente para não morrer de inanição. Vivia vida dissoluta, pecava com "desejos no olhar e concupiscência da carne", tinha uma filha, talvez tivesse casado com a mãe dela, e morou com elas em uma choupana em Cornhill. Descreve-se a si mesmo como uma figura alta, magra, vestindo roupa escura que representava a desilusão sombria de suas esperanças. Gostava de seu poema, publicou-o três vezes (1362, 1377, 1394), e de cada vez o alongava mais. Assim como os poetas anglo-saxões, não usava rima, e sim o verso aliterativo de metro irregular.

Principia descrevendo-se ao adormecer em uma colina de Malvern, vendo em sonhos um "campo cheio de gente" (em inglês *field full of folk,* exemplo expressivo de aliteração poética) — multidões de ricos, pobres, bons, maus, jovens, velhos — e por entre eles uma bela e nobre senhora, a quem identifica com a Santa Igreja. Ajoelha-se diante dela e implora "não um tesouro, mas diga-me como poderei salvar minha alma". Responde ela:

> Quando todos os tesouros são experimentados, a Verdade é o melhor...
> Todo aquele que é verdadeiro, e só diz isso,
> E com isso faz suas obras, e não deseja mal a ninguém,
> É deus pelo evangelho... e igual a Nosso Senhor.[67]

Em um segundo sonho ele vê os Sete Pecados Capitais, e sob cada cabeça recrimina a maldade do homem em uma sátira vigorosa. Durante algum tempo entrega-se ao pessimismo cínico, esperando o fim próximo do mundo. Em seguida Piers (Peter), o Lavrador, entra no poema. É um fazendeiro-modelo, honesto, amigo, generoso, respeitado por todos, trabalhando muito, vivendo fielmente com a mulher e os filhos, e sempre filho piedoso da Igreja. Em visões subseqüentes William vê o mesmo Piers como o Cristo humano, como Pedro, o Apóstolo, como um papa, depois desaparecendo no Cisma Papal e no advento do Anticristo. O clero, diz o poeta, não é mais um remanescente salvador; muitos de seus membros tornaram-se corruptos; iludem os simples, absolvem os ricos por uma compensação, negociam as coisas sagradas, vendem o próprio céu por uma moeda. O que deve um cristão fazer em tal derrocada universal? Deve, diz William, caminhar sempre em frente, sobre todas as instituições e corrupções que intervierem, e procurar ele mesmo o Cristo vivo.[68]

Piers the Plowman tem sua cota de insensatez, e suas alegorias obscuras fatigam qualquer leitor que espera dos autores a obrigação moral de ser claro. Mas é um poema sincero, flagela imparcialmente os patifes, descreve com vigor o cenário humano, eleva-se através de toques de sentimento e de beleza a um posto somente inferior ao dos *Canterbury Tales,* na literatura inglesa do século XIV. A influência que exerceu foi notável; para os rebeldes da Inglaterra, Piers tornou-se um símbolo do camponês correto e destemido; John Ball recomendou-o aos insurre-

tos de Essex de 1381; até à Reforma seu nome foi invocado para criticar a velha ordem religiosa e pedir uma nova.[69]

Ao terminarem suas visões, o poeta voltou do Piers papa, ao Piers novamente camponês: se todos nós, concluía ele, fôssemos, como Piers, cristãos simples e praticantes, essa seria a revolução maior, a final; não seria preciso mais nenhuma.

John Gower é um poeta e figura menos romântica do que o misterioso Langland. Era um rico proprietário de Kent que absorvera muita erudição escolástica, e aperfeiçoara o tédio em três línguas. Também ele atacou as faltas do clero; mas tremia ante as heresias dos *Lollards*, e maravilhava-se ante a insolência dos camponeses que, uma vez satisfeitos de cerveja e trigo, pediam carne, leite e queijo. Três coisas, dizia Gower, são impiedosas quando se libertam: a água, o fogo e a multidão. Enojado deste mundo, preocupado com o outro, "Gower virtuoso" retirou-se em idade avançada para um priorato, e passou seu último ano na cegueira e na oração. Seus contemporâneos admiravam-lhe a moral, lastimavam-lhe o gênio e o estilo, e voltaram-se com alívio para Chaucer.

V. GEOFFREY CHAUCER: 1340-1400

Chaucer, ao contrário, era um homem cheio do sangue e da cerveja da alegre Inglaterra, capaz de suportar as dificuldades naturais da vida, arrancando seu espinho com humor indulgente, e descrevendo todas as fases do panorama inglês com uma pena tão ampla quanto a de Homero, um espírito tão vigoroso quanto o de Rabelais.

O nome dele, como tantos de sua língua, era de origem francesa; significava sapateiro, e provavelmente pronunciava-se *shosayr;* a posteridade prega peças até aos nossos nomes, e só se lembra de nós para nos fazer segundo suas fantasias. Era filho de John Chaucer, negociante de vinhos de Londres. Recebeu uma boa educação tanto dos livros como da vida; sua poesia extravasa conhecimento dos homens e das mulheres, da literatura e da história. Em 1357 "Geoffrey Chaucer" foi oficialmente arrolado no serviço da casa do futuro duque de Clarence. Dois anos mais tarde estava de partida para as guerras na França; foi capturado, mas libertado sob fiança, para a qual contribuiu Eduardo III. Em 1367 vamos encontrá-lo "alabardeiro da Câmara do Rei", com uma pensão de 20 marcos ($ 1,333?) por ano. Eduardo viajava muito com o pessoal de sua casa nos calcanhares; é provável que Chaucer o acompanhasse, tomando conhecimento ao mesmo tempo da Inglaterra. Em 1366 casou-se com Philippa, dama que servia a rainha, e viveram em discórdia moderada até a morte dela.[70] Ricardo II manteve-lhe a pensão, e João de Gaunt acrescentou-lhe 10 libras ($ 1,000) anuais. Houve outros presentes aristocráticos, que poderão explicar por que Chaucer, que conheceu tanto da vida, prestou pouca atenção à Grande Revolta.

Era agradável costume daquele tempo, que admirava a poesia e a eloqüência, mandar homens de letras em missão diplomática ao exterior. Assim Chaucer foi enviado com outros dois para negociar um acordo comercial em Gênova em 1372, e em 1378 foi com *Sir* Edward Berkeley a Milão. Quem sabe se ele conheceu Boccaccio enfermo, Petrarca idoso? De qualquer maneira, a Itália foi uma revelação transformadora para ele. Encontrou lá uma cultura muito mais polida, letrada e sutil do que a da Inglaterra; aprendeu novo respeito pelos clássicos, pelo menos latinos, a influência francesa que tinha formado seus primeiros poemas cedia lugar às idéias, às formas dos versos e aos temas italianos. Quando, por fim, voltou a seu próprio país, para seus cenários e personagens, era um artista completo e uma inteligência amadurecida.

Naquele tempo nenhum homem poderia viver na Inglaterra apenas de escrever poesia. Poderíamos supor que as pensões de Chaucer o manteriam apropriadamente

alojado, alimentado e vestido; depois de 1378 totalizavam $ 10,000 em moeda de nosso tempo; além disso, sua mulher tinha suas próprias pensões de João de Gaunt e do rei. De qualquer maneira, Chaucer sentia necessidade de completar os rendimentos, assumindo diversos postos governamentais. Durante doze anos (1374-86) serviu como "controlador das vendas e subsídios", e durante esse período ocupou aposentos acima da torre de Aldgate. Em 1380 pagou uma quantia não definida a Cecília Chaumpaigne para retirar seu processo contra ele por motivo de rapto.[71] Cinco anos mais tarde foi nomeado juiz de paz para Kent; e em 1386 fez-se eleger para o parlamento. Era nos intervalos destes trabalhos que escrevia as poesias.

Descreve-se a si mesmo, em *The House of Fame*, correndo para casa depois de ter "feito seus cálculos", e perdendo-se por entre os livros, sentado "mudo como uma estátua"; vivia como um eremita em toda a pobreza, castidade e obediência, aplicando o "espírito a produzir livros, canções e cançonetas rimadas". Na mocidade, contanos ele, tinha escrito "muitas canções e cantos lascivos".[72] Traduziu o *De consolatione philosophiae*, de Boécio, para uma prosa correta, e parte do *Romaunt de la rose* de Guillaume de Lorris para poesia excelente. Iniciou uma quantidade do que se poderia chamar de poemas maiores e menores: *The House of Fame, The Book of the Duchess, The Parliament of Fowls* e *The Legend of Good Women;* antecipou-nos no ser incapaz de terminá-los. Eram tentativas ambiciosas embora tímidas, imitações francas, em tema e em forma, de origens continentais.

Neste único poema belíssimo, *Troilus and Criseyde,* continuou a imitar, até a traduzir; porém às 2.730 linhas que tirou do *Filostrato* de Boccaccio acrescentou 5.696 linhas de outra procedência ou de sua própria lavra. Não procurou enganar; repetidamente se referia a suas origens e se desculpava por não as traduzir completamente. Tais transferências de uma literatura para outra eram consideradas legítimas e úteis. pois naquele tempo até os homens bem instruídos não podiam entender qualquer vernáculo que não o seu próprio. Os enredos, como pensavam os dramaturgos gregos e elizabetanos, eram propriedade comum; a arte estava na forma.

Apesar de todas as diferenças, o *Troilus* de Chaucer é o primeiro grande poema narrativo em inglês. Scott considerava-o "comprido e um tanto cacete", e é mesmo; Rossetti achava-o "talvez o mais belo poema narrativo de extensão considerável da língua inglesa";[73] e isto também é verdade. Todos os poemas longos, por mais belos que sejam, tornam-se cacetes; a paixão é de essência poética, e uma paixão que se estende por 8.386 linhas torna-se prosa quase tão rapidamente como é consumado o desejo. Nunca se precisou de tantas linhas para levar uma senhora para a cama, e poucas vezes tem o amor hesitado, meditado, protelado e capitulado, com tal magnificência e retórica despropositada, conceitos melodiosos e fácil felicidade de rima. Somente o Mississípi de prosa de Richardson poderia rivalizar com este Nilo de verso na psicologia sossegada do amor. Entretanto, nem a oratória de asas pesadas, o palavreado interminável e a erudição embaraçante obstinadamente desenvolvida conseguem destruir o poema. É, afinal de contas, um conto filosófico — de como a mulher se destina ao amor e em breve amará *B* se *A* ficar muito tempo afastado. Tem um personagem vividamente retratado: Pandaro, que na *Ilíada* é o chefe do exército lício em Tróia, mas aqui se torna o intermediário exuberante, expedito, que não desanima, para guiar os amantes ao seu pecado; e com referência a isso existe uma palavra. Troilo é um guerreiro ocupado em repelir os gregos, e desdenhoso dos homens que, ociosos sobre seios macios, tornam-se escravos do apetite. Fica delirantemente apaixonado

por Criseida à primeira vista, e daí em diante não pensa em outra coisa que não seja sua beleza, modéstia, delicadeza e graça. Criseida, depois de esperar ansiosamente através de seis mil linhas que o tímido soldado lhe declare seu amor, cai aliviada em seus braços, e Troilo esquece dois mundos ao mesmo tempo:

> Todos os outros temores o abandonaram,
> Tanto do assédio como de sua salvação.[74]

Exausto com a produção deste êxtase, Chaucer passa rapidamente sobre a bem-aventurança dos amantes para a tragédia que a salva do tédio. Como o pai de Criseida desertou para os gregos, ela é enviada a eles pelos troianos indignados em troca do cativo Antenor. Os amantes sofredores separam-se com juras de eterna fidelidade. Chegando entre os gregos, Criseida é entregue a Diomedes, cuja bela virilidade cativa de tal maneira a prisioneira que — *qual plum'in vento* — ela entrega em uma página o que antes tinha custado um livro inteiro. Percebendo isso, Troilo atira-se à batalha procurando Diomedes, e encontra a morte na lança de Aquiles. Chaucer terminou sua epopéia amorosa com piedosa oração à Trindade, e enviou-a, com a consciência pesada, ao "virtuoso Gower para com sua bondade corrigi-la".

Provavelmente em 1387 principiou *The Canterbury Gales (Os Contos de Canterbury).* Era um plano brilhante: reunir um grupo variado de bretões na Tabard Inn em Southwark (onde o próprio Chaucer havia esvaziado muitas canecas de cerveja), cavalgar com eles em sua peregrinação às relíquias de Becket em Canterbury, e pôr-lhes nos lábios os contos e pensamentos que durante meio século se haviam acumulado na cabeça do poeta viajado. Tais processos de unir os contos uns aos outros já se tinham empregado muitas vezes, mas este era o melhor de todos. Boccaccio tinha reunido para seu *Decameron* apenas uma classe de homens e mulheres; não os fizera projetarem-se como personalidades diferentes. Chaucer criou uma hospedaria inteira de personagens tão heterogeneamente verdadeiros que pareciam mais reais para a vida inglesa do que as figuras embalsamadas da história. Vivem e movem-se literalmente, amam e odeiam, riem e choram; e quando vão caminhando pela estrada, ouvimos-lhes não apenas os contos como também seus próprios problemas, brigas e filosofias.

Quem se oporá a que se mencionem mais uma vez essas linhas de abertura, frescas como a primavera?

> Quando abril com suas doces chuvas
> As secas de março penetrou até à raiz,
> E banhou todos os veios com um tal licor,
> De cuja virtude foi engendrada a flor,
> Quando Zéfiro também com seu sopro doce
> Inspirou em cada bosque e plantação
> Os tenros brotos, e o jovem sol
> De Aires já perçorreu meio curso,
> E as avezinhas fazem melodia,
> Dormindo toda a noite de olhos abertos;...
> Então o povo suspira por ir nas peregrinações...
> A distantes altares, conhecidos em terras distantes...
> Em Southwark na Tabard estava eu
> Prestes a partir para minha peregrinação
> A Canterbury com toda a coragem piedosa,

Chegou à noite àquela hospedaria
Um grupo de bem uns vinte e nove
De gente estranha, ali chegada por acaso
Ao mesmo tempo, e eram peregrinos, todos eles,
Que para Canterbury iam cavalgando.

Em seguida, um após outro, Chaucer os apresenta nos traços hábeis de seu Prólogo incomparável:

Havia um cavaleiro, e era homem valoroso,
Que desde a primeira vez em que principiou
A viajar, amava a cavalaria,
A verdade e a honra, a liberdade e a cortesia...
Em batalhas mortais quinze vezes estivera,
E lutara por nossa fé em Tramissene...
E embora fosse valoroso, era prudente,
E de sua aparência tão modesto como uma donzela.
Ele nunca dissera uma vilania,
Em toda a sua vida, a criatura alguma;
Era um gentil cavaleiro muito perfeito.

E o filho do cavaleiro:

...um jovem fidalgo,
Um encantador, um robusto rapaz...
Com tanto calor amava, que pelas contas da noite
Ele não dormia mais do que um rouxinol.

E um alabardeiro para servir o cavaleiro e o fidalgo; e uma prioresa encantadora:

Havia também uma freira, uma prioresa,
Que de seu sorriso era simples e modesta;
Seu maior juramento era por São Luís;
E se chamava madame Eglentyne.
Muito bem cantava ela o serviço divino,
Entoado igualmente pelo seu nariz...
Era tão caridosa e condoída
Que chorava, se visse um camundongo
Preso numa ratoeira, estivesse morto ou ferido.
Tinha cãezinhos, que alimentava
Com carne assada ou leite ou pão muito branco;
Mas haveria de chorar amargamente se um deles morresse...
Em volta do braço usava um par de rosários
De pequenas contas de coral, pintadas de verde;
E dali pendia uma medalha de ouro,
Em que havia primeiro escrito um A coroado,
E por baixo, *Amor vincit omnia (O amor a tudo vence)*.

Acrescentem-se outra freira, três padres, um monge alegre (que gostava de caçadas), e um frade sem igual para arrancar óbolos das bolsas piedosas:

Pois embora uma viúva não tivesse um sapato,
Tão agradável era seu *In principio*,
Que logo recebia uma moeda, aonde fosse.

Chaucer prefere o jovem estudante de filosofia:

> Havia também um estudante de Oxford,
> Que era perito em lógica.
> Seu cavalo era tão magro quanto um ancinho,
> Ele mesmo não era muito gordo, asseguro-lhes,
> Antes parecia magro, e além disso sério.
> Sua capa de pano grosseiro estava bem usada,
> Pois ainda não conseguira lucro algum,
> Nem era bastante mundano para conseguir um cargo.
> Preferia ter à cabeceira
> Vinte livros, envoltos em negro ou vermelho,
> De Aristóteles e sua filosofia,
> A uns trajos ricos, ou um violino, ou uma bela harpa.
> Dedicava a maior parte do pensamento e de cuidado ao estudo.
> Não dizia uma só palavra, além do necessário,
> Seu discurso tendia para a virtude moral;
> Tinha prazer em aprender e prazer em ensinar.

Havia também uma "Esposa de Bath", de quem falaremos adiante, e um pobre pároco, "rico de pensamentos e obras santas", um lavrador, um moleiro que "tinha no alto do nariz uma verruga, e sobre ela um tufo de pêlos como a cerda da orelha do porco"; e um "despenseiro" ou comprador de hospedaria ou colégio; um "mordomo" ou inspetor de fazenda; e um "oficial de justiça" ou distribuidor de intimações:

> Era um velhaco manso e bondoso;
> Melhor sujeito os homens não encontrariam.
> Suportaria, por uma quarta de vinho,
> Que um bom sujeito ficasse com sua concubina
> Doze meses, e o desculpava inteiramente.

Com ele

> ...cavalgava um bom perdoador...
> Sua bolsa estava diante dele no colo,
> Cheia até as bordas de perdões recém-chegados de Roma.

E havia um mercador, e um homem de leis, um *"frankeleyn"* ou proprietário, um carpinteiro, um tecelão, um tintureiro, um *"tapier"* ou tapeceiro, um cozinheiro, e um marinheiro. E havia o próprio Geoffrey Chaucer, postado timidamente à parte, "gordo" e difícil de abraçar, e "olhando sempre para o chão como se quisesse encontrar uma lebre". Não menor era meu hospedeiro, proprietário de Tabard Inn, que jura nunca ter recebido grupo tão alegre; na verdade, oferece-se para ir com eles para lhes servir de guia; e sugere — para passar as 56 milhas — que cada peregrino conte duas histórias na ida e duas na volta, e que o que contar a melhor "terá uma ceia por conta de todos nós" quando chegarem novamente à hospedaria. Fica combinado; está armado o cenário móvel desta *comédie humaine;* a peregrinação principia; e o elegante cavaleiro conta a primeira história: como dois amigos íntimos, Palamon e Arcite vêem uma donzela colhendo flores em um jardim, apaixonam-se ambos por ela, e empenham-se em uma justa de morte sendo ela o prêmio amável.

Quem acreditaria que uma pena tão romântica poderia mudar em uma linha deste bombástico cavalheirismo para a obscenidade escatológica do Conto do Moleiro? Mas o moleiro esteve bebendo, e prevê que seu espírito e sua língua vão resvalar para o nível habitual; Chaucer pede desculpas por ele e por si mesmo — têm de relatar os fatos com sinceridade — e convida o leitor casto a pular para algum conto "que se refira à delicadeza... à moral, e às coisas sagradas". O Conto da Prioresa principia com uma nota docemente religiosa, depois relata a lenda terrível de um menino cristão supostamente morto por um judeu, e como o preboste da cidade prendeu docilmente os judeus da cidade e torturou alguns deles até à morte. De tal piedade Chaucer passa, no prólogo do Conto do Perdoador, a uma sátira aguda aos negociantes de relíquias e de indulgências; este tema terá séculos quando Lutero o trombetear ao mundo. Em seguida, no prólogo do Conto da Esposa de Bath, nosso poeta atinge o nadir de sua moral e o zênite de seu vigor. É um protesto turbulento contra a virgindade e o celibato, posto na boca obscena de uma perita em casamento, uma mulher que teve cinco maridos desde os 12 anos de idade, enterrou quatro deles, e procura um sexto para satisfazer sua juventude:

> Deus ordenou-nos que crescêssemos e nos multiplicássemos
> Mas não mencionou o número,
> De bigamia ou de octogamia;
> Por que chamariam os homens a isso de vilania?
> Oh, ouvi o rei sábio, [o senhor] Salomão,
> Vejo que ele teve mais de uma esposa;
> Se assim quisesse Deus, para mim fosse permitido
> Se renovada a metade do que ele é!...
> Ai de mim, ai de mim, que o amor sempre seja pecado!

Não mencionaremos suas confissões fisiológicas, nem seu correspondente masculino do Conto do Oficial de Justiça, onde Chaucer se inclina sobre o estudo da anatomia da flatulência. O ar se purifica quando chegamos à fábula da sempre obediente Griselda do Conto do Estudante de Oxford; nem Boccaccio nem Petrarca haviam contado tão bem esta lenda imaginada por algum macho desassossegado.

Das 58 histórias prometidas no prólogo, Chaucer nos dá apenas 23; talvez sentisse, com o leitor, que 500 páginas eram suficientes, e que o poço da sua inventiva se secara. Até neste riacho murmurante se encontram passagens enlameadas, que o olhar perspicaz haverá de saltar. Não obstante, a corrente vagarosa e profunda leva-nos com ligeireza e evoca um ar de frescor como se o poeta tivesse vivido diante de verdes margens e não sobre um parapeito de Londres — embora ali também o Tâmisa não fosse difícil de se atingir. Alguns dos hinos à beleza da natureza são exercícios literários estereotipados, mas o filme desenrola-se com tanta naturalidade e fluência de sentimento e palavras, tão grande mostra de observação original de homens e costumes, como raramente se podem encontrar entre as capas de um livro; desenvolve-se com tal cornucópia de imagens, analogias e metáforas que somente Shakespeare produziria de novo. (O perdoador "sobe ao púlpito, cumprimenta a leste e a oeste a congregação como uma pomba no beiral de um celeiro".) O dialeto do Midland Oriental que Chaucer usava tornou-se por seu intermédio a língua literária da Inglaterra: um vocabulário já suficientemente rico para exprimir todas as graças e sutilezas do pensamento. Agora, pela primeira vez, a linguagem do povo inglês tornava-se o veículo da grande arte literária.

O material, como em Shakespeare, é em grande parte de segunda mão. Chaucer apanhava os contos em qualquer parte: o Conto do Cavaleiro extraído da *Teseida* de Boccaccio, Griselda do *Decameron* e uma dúzia dos *fabliaux* franceses. A última fonte pode explicar um pouco da obscenidade de Chaucer; entretanto, o mais fétido de seus contos não tem outra origem que não ele. Sem dúvida afirmava, com os dramaturgos elizabetanos, que os espectadores precisam receber uma bebida obscena de vez em quando para se manterem despertos; fazia seus homens e mulheres falarem como convinha à sua classe e modo de vida; além disso, repete ele, tinham bebido muita cerveja barata. Geralmente seu humor é sadio — o humor caloroso, exuberante, completo, do inglês bem alimentado de antes de dessecação puritana, maravilhosamente misturado à sutileza astuta do moderno espírito britânico.

Chaucer conhecia as faltas, pecados, crimes e vaidades da humanidade, mas amava a vida apesar deles, e era capaz de tolerar qualquer pessoa que não vendesse os votos caros demais. Raramente denuncia; simplesmente descreve. Satiriza as mulheres das classes médias mais baixas no conto da Esposa de Bath, mas saboreia sua exuberância biológica. É descortesmente severo para com as mulheres; seus sarcasmos e estigmatizações mordentes revelam o marido ultrajado a se vingar, pela pena, das derrotas tenebrosas de sua língua. Entretanto fala do amor com ternura, não reconhece outro dom tão rico,[75] e enche uma galeria com os retratos de boas mulheres. Despreza a nobreza que vem de nascimento, e só chama de "nobre àquele que realiza feitos nobres". Mas não confia na instabilidade dos plebeus, e chama de louco a todo homem que associa sua sorte com a popularidade ou se misture com a multidão.

Era geralmente livre das superstições de seu tempo. Denunciou as imposturas dos alquimistas, e embora alguns de seus contadores de histórias falem na astrologia, ele pessoalmente a rejeitava. Escreveu para o filho um tratado sobre o astrolábio, mostrando bastante conhecimento sobre astronomia comum. Não era homem muito culto, pois gostava de exibir conhecimentos; empola suas páginas de grandes remendos de Boécio, e faz até a Esposa de Bath mencionar Sêneca. Cita alguns problemas de filosofia e de teologia, mas sacode os ombros diante deles, desanimado. Talvez sentisse, como qualquer homem do mundo, que um filósofo prudente não vai manter sua metafísica em reserva.

Foi Chaucer cristão crente? Nada podia exceder a crueldade e a aspereza de sua sátira sobre os frades no prólogo e no texto do Conto do Oficial de Justiça; entretanto, tais dardos tinham sido mais de uma vez lançados aos frades por homens de piedade ortodoxa. Aqui e ali ergue ele uma dúvida sobre algum dogma religioso: não mais que Lutero soube harmonizar a onisciência divina com o livre-arbítrio do homem;[76] faz Troilo explicar o determinismo, porém rejeita-o no epílogo. Afirma sua crença no céu e no inferno, mas a certa altura observa que são paragens de onde nenhuma testemunha volta.[77] É perturbado por males aparentemente irreconciliáveis com uma benevolência onipotente, e faz Arcite interrogar a justiça dos deuses com censuras tão duras quanto as de Omar Khayyám:

> Ó deusa cruel, que governais
> Este mundo com os laços de vossa palavra eterna,
> E escreveis na tábua adamantina
> Vossas leis, e vossos dons eternos,
> Que mais é a humanidade ante vossa estima
> Do que a ovelha que se junta ao rebanho?

Pois o homem é morto tal outro animal,
E igualmente habita a prisão e a casa,
Tem moléstias e grande adversidade,
E muitas vezes sem culpa, realmente!
Que conduta há nesta presciência,
Em que o crime atormenta a inocência?...
E quando morre um animal, não tem castigo,
Mas o homem, depois da morte, tem de chorar e lamentar-se...
A resposta a isto deixo-a aos teólogos.[78]

Anos mais tarde tentou recuperar a piedade da juventude. Acrescentou aos *Contos de Canterbury* as "Preces de Chaucer", implorando perdão a Deus e ao homem pelas suas obscenidades e vaidades terrenas e prometendo "até o fim de minha vida... arrepender-me de meus pecados, e considerar a salvação de minha alma".

Nesses últimos anos sua alegria de viver cedeu lugar à melancolia de um homem que no declínio da saúde e dos sentidos rememora o vigor da mocidade. Em 1381 foi nomeado por Ricardo II "Escrivão de nossas Obras em nosso Palácio de Westminster" e outras residências reais. Dez anos mais tarde, embora tivesse pouco mais de 50 anos de idade, a saúde dele parece estar arruinada; de qualquer maneira, as tarefas revelaram-se demasiado pesadas para suas forças, e ele foi dispensado do cargo. Não o encontramos em qualquer outro emprego posterior. Suas finanças baixaram, e ficou reduzido a pedir ao rei seis xelins e oito *pence*.[79] Em 1394 Ricardo concedeu-lhe uma pensão de 20 libras anuais por toda a vida. Não era suficiente; pediu ao rei 60 galões anuais de vinho, e recebeu-os (1398); e nesse ano, quando foi processado por uma dívida de 14 libras, não pôde pagá-la.[80] Morreu no dia 25 de outubro de 1400 e foi sepultado na Abadia de Westminster, o primeiro e o maior dos muitos poetas que ali repousam. (O sepultamento do poeta ali foi talvez devido não à sua poesia e sim por ocupar, no momento da morte, uma propriedade da Abadia.)

VI. RICARDO II

"Pelo amor de Deus, vamos sentar-nos no chão e contar histórias tristes da morte dos reis."[81]

"Ricardo II", diz Holinshed, "foi igualmente de boa aparência e bondoso, e de bom gênio, se a maldade e os maus costumes dos que o rodeavam não o tivessem alterado.... Era pródigo, ambicioso, e muito dado aos prazeres do corpo."[82] Amava os livros, e ajudou Chaucer e Froissart. Tinha mostrado coragem, presença de espírito e procedimento sensato na Grande Revolta; mas depois dessa crise enervante caiu na luxúria e deixou o governo a ministros perdulários. Contra estes homens formou-se uma oposição forte, liderada por Thomas, duque de Gloucester, Richard, conde de Arundel, e Henry Bolingbroke, neto de Eduardo III. Esta facção dominava o "Parlamento Impiedoso" de 1388, que suspendeu e enforcou 10 dos auxiliares de Ricardo. Em 1390, o rei, ainda rapaz de 23 anos, assumiu o cargo, e durante sete anos governou constitucionalmente — isto é, em harmonia com as leis, as tradições e os representantes escolhidos da nação.

A morte da rainha Ana (1394), de origem boêmia, privou-o de uma influência sadia e moderadora. Em 1396 casou-se com Isabelle, filha de Carlos VI, na esperança de consolidar a paz com a França; mas como ela era uma criança de apenas sete anos, Ri-

cardo despendeu a vitalidade com favoritos do sexo masculino e feminino. A nova rainha levou um séquito francês para Londres, e este levou os costumes franceses, talvez as teorias francesas de monarquia absoluta. Quando o parlamento de 1397 enviou a Ricardo uma representação de queixa contra a extravagância de sua corte, ele respondeu altivamente que tais assuntos estavam fora da jurisdição do parlamento. Pediu o nome do membro que tinha proposto a queixa; o parlamento, acovardado, condenou o proponente à morte; Ricardo perdoou-o.

Pouco depois disso Gloucester e Arundel deixaram Londres subitamente. Suspeitando de uma conspiração para depô-lo, o rei ordenou a prisão deles. Arundel foi decapitado e Gloucester asfixiado até morrer (1397). Em 1399 João de Gaunt morreu, deixando uma rica propriedade; Ricardo, precisando de dinheiro para uma expedição à Irlanda, confiscou a propriedade do duque, ante o horror da aristocracia. Enquanto o rei restaurava a paz na Irlanda, o filho exilado e herdeiro deserdado de Gaunt, Henry Bolingbroke, desembarcou em York com um pequeno exército que cresceu rapidamente, à medida que os nobres poderosos aderiam à sua causa. Ao voltar à Inglaterra, Ricardo encontrou suas forças reduzidas tão inferiores, com os amigos abandonando-o em pânico, que entregou sua pessoa e seu trono a Bolingbroke, que foi coroado Henrique IV (1399). Assim terminou a dinastia dos Plantagenetas que principiara com Henrique II em 1154; assim principiou a dinastia de Lancaster que terminaria com Henrique VI em 1461. Ricardo II morreu na prisão em Pontefract (1400), com a idade de 33 anos, talvez devido ao rigor hibernal do cárcere, provavelmente assassinado, como pensavam Holinshed e Shakespeare, por criados do novo rei.

CAPÍTULO III

A França Sitiada

1300-1461

I. O PANORAMA FRANCÊS

A FRANÇA de 1300 não era de modo algum o majestoso Estado que hoje vai do Canal da Mancha ao Mediterrâneo, e dos Vosges e dos Alpes ao Atlântico. A leste chegava apenas até o Ródano. A sudoeste uma grande área — a Guyena e a Gasconha — tinha sido acrescentada à coroa inglesa pelo casamento de Henrique II com Eleonor de Aquitânia (1152); ao norte, a Inglaterra tinha tomado o condado de Ponthieu, com Abbeville; e embora os reis ingleses conservassem essas terras como feudos dos monarcas franceses, mantinham sobre elas soberania efetiva. A Provença, o Delfinado e o Franco-Condado pertenciam ao Sacro Império Romano, cujos chefes eram geralmente alemães. Os reis franceses governavam indiretamente, através de seu parente próximo, os apanágios principescos de Valois, Anjou, Bourbon e Angoulême. Governavam diretamente, como domínios reais, a Normandia, a Picardia, a Champagne, o Poitou, o Auvergne, a maior parte do Languedoc e a Île-de-France — a "ilha" da parte norte central da França cujo centro era Paris. O Artois, Blois, Nevers, Limoges, Armagnac e Valentinois eram governados por senhores feudais que alternadamente serviam na aparência ou combatiam os reis de França. A Bretanha, a Borgonha e Flandres eram feudos franceses, mas, como Shakespeare as chamou, eram "ducados quase reais", conduzindo-se como Estados virtualmente independentes. A França ainda não era a França.

O mais vital e movimentado dos feudos franceses no início do século XIV era o condado de Flandres. Em toda a Europa ao norte dos Alpes só Flandres rivalizava com a Itália em desenvolvimento econômico. Seus limites flutuavam confusamente no tempo e no espaço; vamos indicá-la como a região que envolvia Bruges, Gand, Ypres e Courtrai. A leste do Scheldt estava o ducado de Brabante, que então compreendia Antuérpia, Malines, Bruxelas, Tournai e Louvain. Ao sul de Flandres ficavam as dioceses independentes de Liège e Cambrai, e o condado de Hainaut, em torno de Valenciennes. Empregado em sentido amplo, a "Flandres" compreendia o Brabante, Liège, Cambrai e Hainaut. Ao norte havia sete pequenos principados que compunham mais ou menos a Holanda de hoje. Estas regiões holandesas só atingiriam seu

apogeu no século XVII, quando seu império se estenderia, por assim dizer, de Rembrandt à Batávia. Mas em 1300 já a Flandres e o Brabante palpitavam de indústria, comércio e guerra de classes. Um canal de 12 milhas de comprimento unia Bruges ao Mar do Norte; 100 navios o percorriam diariamente, trazendo mercadorias de uma centena de portos dos três continentes; Enea Silvio classificava Bruges entre as três mais belas cidades do mundo. Os ourives de Bruges constituíam uma divisão completa da milícia da cidade; os tecelões de Gand contribuíam com 27 regimentos de suas forças armadas, que totalizavam 189.000 homens.

A organização corporativa medieval, que dotara o artesão com a dignidade da liberdade e o orgulho da especialidade, estava agora cedendo lugar, nas indústrias têxteis e metalúrgicas de Flandres e Brabante, a um sistema capitalista, no qual um empregador fornecia o capital, o material e a maquinaria aos operários pagos por peça e que não eram mais protegidos pela corporação. (Podemos definir o capital como mercadorias ou fundos empregados para produzir mercadorias para consumo; um capitalista é um investidor ou fornecedor de capital; o capitalismo é um sistema econômico ou um processo dominado por capitalistas.) A admissão a uma corporação tornava-se cada vez mais cara; milhares de trabalhadores tornaram-se jornaleiros — trabalhadores ao dia — que iam de cidade em cidade, de loja em loja, conseguindo somente trabalho provisório, com salários que os obrigavam a viver em choupanas e lhes deixavam poucos haveres além da roupa que usavam.[1] Nasceram idéias comunistas entre os *prolétaires* e os camponeses; os pobres indagavam por que haveriam de ter fome enquanto os celeiros dos barões e dos bispos estouravam de trigo; e todos os homens que não trabalhavam com as mãos eram denunciados como parasitas. Por sua vez, os empregadores queixavam-se dos riscos que corriam seus investimentos: a intermitência dos fornecimentos, o afundamento dos carregamentos, as flutuações do mercado, as artimanhas dos competidores bem como as repetidas greves que elevavam os salários e os preços enfraqueciam a moeda corrente e reduziam os lucros de alguns empregadores ao limite da solvência.[2] Louis de Nevers, conde de Flandres, colocou-se violentamente demais ao lado dos empregadores. A populaça de Bruges e de Ypres, apoiada pelos camponeses dos arredores, revoltou-se, depôs Louis, saqueou abadias e matou alguns milionários. A Igreja aplicou uma interdição às regiões revoltadas; não obstante, os rebeldes forçaram os padres a dizer missa; e um chefe, adiantando-se 450 anos a Diderot, jurou que só ficaria satisfeito quando o último padre fosse enforcado.[3] Louis apelou para seu senhor feudatário, o rei francês; Filipe VI acorreu, derrotou as forças revolucionárias em Cassel (1328), enforcou o burgomestre de Bruges, reempossou o conde, e tornou Flandres uma dependência da França.

A França era de modo geral muito menos industrializada do que Flandres; a manufatura, em sua maior parte, continuava na fase do trabalho manual; mas Lille, Douai, Cambrai e Amiens repetiam a atividade têxtil das cidades flamengas vizinhas. O comércio interno era estorvado pelas estradas más e pelas taxas feudais, porém favorecido pelos canais e rios que constituíam um sistema de estradas naturais através da França. A classe negociante crescente, aliada aos reis, tinha atingido em 1300 uma alta posição no Estado e um grau de riqueza que escandalizava a nobreza rica de terras e pobre de dinheiro. As oligarquias comerciais governavam as cidades, controlavam as corporações e restringiam zelosamente a produção e o comércio. Aqui, como em Flandres, estava latente um proletariado revolucionário nas cidades.

Em 1300 um levante de camponeses pobres, conhecidos na história como *Pastou-*

reaux — pastores — espalhou-se pelas cidades como em 1251, arrastando *prolêtaires* queixosos atrás de si. Chefiados por um monge revoltoso, marcharam para o sul, a maioria descalços e desarmados, proclamando Jerusalém como objetivo. Famintos, saquearam lojas e campos; encontrando resistência, arranjaram armas e transformaram-se em exército. Em Paris invadiram as prisões e derrotaram as tropas do rei. Filipe IV fechou-se no Louvre, os nobres recolheram-se a suas fortalezas, os negociantes fecharam-se em suas casas. A horda passou, aumentada pelos pobres da capital; estava agora com 40.000 homens e mulheres, rufiões e crentes. Em Verdun, Auch e Toulouse mataram todos os judeus que encontraram. Quando se reuniram em Aigues-Mortes, no Mediterrâneo, o senescal ou alcaide de Carcassone cercou-os com suas forças, cortou-lhes os víveres, e esperou até os rebeldes morrerem de fome ou de peste, com exceção de alguns, que enforcou.[4]

Que espécie de governo era esse que deixava a França à mercê da riqueza voraz e da pobreza sem lei? Sob muitos aspectos era o governo mais competente da Europa. Os fortes reis do século XIII tinham sujeitado os senhores feudais ao Estado, tinham organizado um judiciário e uma administração nacionais com um serviço civil experimentado, e tinham uma vez convocado os Estados Gerais: originalmente era a reunião geral de proprietários, depois uma assembléia consultiva de delegados da nobreza, do clero e da burguesia ou classe média. Toda a Europa admirava a corte francesa, onde poderosos duques, condes e cavaleiros misturavam-se a mulheres vestidas de seda em festas elegantes e graciosos adultérios, e onde justas ruidosas em torneios cintilantes mantinham o encanto da cavalaria. O rei João da Boêmia chamava Paris "a residência mais cavalheiresca do mundo" e confessava não poder suportar a vida fora dela.[5] Visitando a cidade em 1331, Petrarca descreveu-a menos romanticamente:

> Paris, embora sempre inferior a sua fama, e muito em dívida para com as mentiras de seu próprio povo, é sem dúvida uma grande cidade. Francamente, nunca vi um lugar mais sujo, exceto Avinhão. Ao mesmo tempo, tem os homens mais instruídos, e é como um grande cesto em que estão reunidas as melhores frutas de cada país. Houve um tempo em que, pela ferocidade de seus costumes, os franceses eram considerados bárbaros. Atualmente, o caso mudou por completo. Uma disposição alegre, o amor da sociedade, facilidade e vivacidade na conversação, é o que os caracteriza agora. Procuram todas as oportunidades de se distinguir, e fazem guerra a todas as preocupações brincando, rindo, cantando, comendo e bebendo.[6]

Filipe IV, apesar de seus confiscos, quase roubos, dos Templários e dos judeus, legou um tesouro quase vazio a seu filho (1314). Luís X morreu após um curto reinado (1316), não deixando herdeiro, mas uma viúva grávida. Após um intervalo, seu irmão foi coroado Filipe V. Uma facção rival queria o trono para Joana, de quatro anos de idade, filha de Luís; mas uma assembléia da nobreza e do clero criou em 1316 o célebre edito em que "as leis e costumes observados inviolavelmente entre os francos excluíam as filhas da coroa".[7] Quando o próprio Filipe morreu sem filho (1322), esta lei foi repetida para afastar sua própria filha do trono, e o irmão dele foi proclamado rei com o nome de Carlos IV. (A suposição de que estes dois decretos se referiam a uma lei dos francos sálicos que proibia a herança de terra por mulheres é agora geralmente refutada;[8] a herança de terra por mulheres havia muito se tornara comum na França.) Muito provavelmente as decisões visavam também a excluir da sucessão a filha de Filipe IV, Isabel, que se casara com Eduardo II da Inglaterra e dera à luz Eduar-

do III (1312). Os franceses estavam decididos a que nenhum rei inglês governaria a França.

Quando Carlos IV morreu sem descendente masculino (1328), a linha direta dos reis capetíngios chegou ao fim. Eduardo III, que se tornara rei da Inglaterra no ano anterior, apresentou à aristocracia reunida da França sua pretensão ao trono francês como neto de Filipe IV e o mais direto descendente vivo de Hugo Capeto. A assembléia rejeitou a pretensão do rei inglês com o argumento de que a mãe de Eduardo não podia transmitir-lhe uma coroa de que ela mesma fora excluída pelas leis de 1316 e 1322. Os barões preferiram um sobrinho de Filipe IV, um conde de Valois; assim Filipe VI iniciou a dinastia dos Valois, que governou a França até Henrique IV inaugurar a linha dos Bourbons (1589). Eduardo protestou, mas em 1329 foi a Amiens, prestou homenagem e garantiu lealdade completa a Filipe VI como seu senhor feudal pela Gasconha, Guyena e Ponthieu. À medida que Eduardo crescia em idade e em artimanhas, arrependia-se mais de sua homenagem, e pensou novamente em sentar-se em dois tronos ao mesmo tempo. Seus conselheiros afirmaram-lhe que o novo Filipe era um fraco, que projetava partir logo em uma cruzada para a Terra Santa. Parecia hora propícia para começar a Guerra dos Cem Anos.

II. A ESTRADA PARA CRÉCY: 1337-47

Em 1337 Eduardo renovou finalmente sua pretensão à coroa francesa. A repulsa à sua pretensão foi apenas a causa imediata da guerra. Após a conquista normanda da Inglaterra, a Normandia pertencera durante 138 anos aos reis ingleses; Filipe II reconquistara-a para a França (1204); agora muitos nobres ingleses de ascendência normanda podiam encarar a guerra que se aproximava como uma tentativa de reconquistar sua terra de origem. Parte da Guyena inglesa tinha sido mutilada por Filipe IV e Carlos IV. A Guyena era perfumada de vinhedos, e o comércio de vinhos de Bordéus era, para a Inglaterra, um privilégio precioso demais para ser insensatamente perdido apenas pela protelação, por uns anos, da morte de 10.000 ingleses. A Escócia era uma excrescência no flanco da Inglaterra; e os franceses tinham-se aliado freqüentemente à Escócia em suas guerras com a Inglaterra. O Mar do Norte era cheio de peixes; a marinha inglesa reclamava soberania naquelas águas, no Canal, na Baía de Biscaia e capturava navios franceses que desprezassem essa primeira proclamação do domínio inglês sobre as ondas. A Flandres era um escoadouro importante para a lã britânica; os nobres ingleses, cujos rebanhos forneciam a lã, bem como os comerciantes ingleses, que a exportavam, não gostavam da submissão de seu mercado mais importante à boa vontade do rei de França.

Em 1336 o conde de Flandres ordenou que todos os britânicos fossem encarcerados; aparentemente Filipe VI tinha recomendado isso como precaução contra as conspirações inglesas. Eduardo III revidou mandando prender todos os flamengos da Inglaterra e proibindo a exportação de lã para Flandres. Dentro de uma semana os teares flamengos pararam por falta de material; os trabalhadores enchiam as ruas gritando por emprego. Em Gand, os artesãos e os manufatureiros uniram-se na renúncia à fidelidade ao conde; escolheram um cervejeiro licenciado, Jacó van Artevelde, para governador da cidade, e aprovaram sua política de desejar a amizade e a lã da Inglaterra (1337). Eduardo suspendeu o embargo; o conde correu para Paris; toda a Flandres aceitou a ditadura de Artevelde e concordou em unir-se à Inglaterra na guerra contra

a França. A 1º de novembro de 1337, Eduardo II, seguindo o costume da cavalaria, mandou a Filipe VI uma declaração formal de que dali a três dias a Inglaterra começaria as hostilidades.

O primeiro grande encontro da Guerra dos Cem Anos foi um conflito naval na costa flamenga em Sluis (1340), onde a marinha inglesa destruiu 142 dos 172 navios da frota francesa. Nesse mesmo ano, tempos depois, Joana de Valois, irmã de Filipe e sogra de Eduardo, deixou o convento em Fontenelle e convenceu o rei francês a enviá-la como emissária de paz. Atravessando muitos perigos até o acampamento dos chefes ingleses, obteve o consentimento destes para uma conferência, e sua mediação heróica persuadiu os reis a uma trégua de nove meses. Devido aos esforços do Papa Clemente VI a paz foi mantida até 1346.

Durante este intervalo de lucidez a guerra de classes apoderou-se do cenário. Os tecelões bem organizados de Gand eram a aristocracia do trabalho nos Países-Baixos. Denunciaram Artevelde como tirano cruel, usurpador dos dinheiros públicos, instrumento da Inglaterra e da *bourgeoisie*. Artevelde havia proposto que a Flandres aceitasse o príncipe de Gales como seu dirigente, e Eduardo III foi a Sluis confirmar o acordo. Quando Artevelde regressou de Sluis a Gand, sua casa foi cercada por uma multidão enfurecida. Implorou pela vida como sincero patriota flamengo, mas foi arrastado para a rua e esquartejado (1345).[9] Os tecelões estabeleceram em Gand uma ditadura do proletariado, e mandaram agentes pela Flandres para induzir os trabalhadores à revolta. Mas os pisoeiros de Gand desavieram-se com os tecelões, e estes foram depostos e muitos massacrados; o povo cansara-se do governo dos tecelões, e Louis de Male, agora conde de Flandres, reuniu todas as cidades sob seu domínio.

Como a trégua expirara, Eduardo III invadiu e devastou a Normandia. A 26 de agosto de 1346, os exércitos inglês e francês encontraram-se em Crécy e prepararam-se para uma batalha decisiva. Os chefes e os homens de ambos os lados ouviram missa, comeram o corpo e beberam o sangue de Cristo, e imploraram Seu auxílio para se liquidarem uns aos outros.[10] Em seguida lutaram com coragem e ferocidade, sem quartel. Eduardo, o Príncipe Negro, mereceu nesse dia o louvor de seu pai vitorioso; o próprio Filipe VI resistiu até sobrarem apenas seis de seus soldados no campo. Segundo o cálculo aproximado de Froissart, morreram nesse único conflito 30.000 homens. O feudalismo também quase morreu ali: a cavalaria montada da França, atacando galantemente com lanças curtas, deteve-se impotente diante de uma parede de compridos espetos ingleses apontados para os peitos de seus cavalos, enquanto os arqueiros ingleses das alas espalhavam a morte entre os cavaleiros. O antigo prestígio da cavalaria, que surgira em Adrianópolis 968 anos antes, começava a decair naquele momento; a infantaria chegou ao apogeu, e a supremacia militar da aristocracia diminuiu. A artilharia foi empregada em Crécy, mas em pequena escala, porque as dificuldades de manejá-la e tornar a carregá-la faziam-na mais embaraçosa do que eficaz, e por isso Villani limitou a utilidade dela ao ruído.[11] (Já tinha um século a artilharia, pois o canhão fora empregado pelos berberes em Sidgilmessa em 1247.)[12]

De Crécy, Eduardo conduziu seu exército para o cerco de Calais, e ali assestou os canhões contra as muralhas da cidade (1347). Esta resistiu durante um ano; então, morta de fome, aceitou a condição de Eduardo de que os sobreviventes poderiam sair em paz se seis cidadãos principais se dirigissem a ele com uma corda em volta do pescoço e as chaves da cidade nas mãos. Seis deles se apresentaram, e quando se postaram diante do rei este ordenou que fossem decapitados. A rainha da Inglaterra ajoelhou-

se diante dele e implorou por suas vidas; o rei atendeu-a, e ela mandou que os homens fossem escoltados para seus lares a salvo. As mulheres aparecem na história com mais crédito do que os reis, e travaram corajosamente uma batalha desesperada para civilizar os homens.

Calais tornou-se então, e ficaria até 1558, parte da Inglaterra, escoadouro estratégico para suas mercadorias e tropas no Continente. Em 1348 revoltou-se; Eduardo sitiou-a novamente, e ele mesmo, incógnito, lutou no assalto. Um cavaleiro francês, Eustace de Ribeaumont, derrubou duas vezes Eduardo, mas foi subjugado e feito prisioneiro. Quando a cidade foi recapturada, Eduardo recebeu os prisioneiros nobres para jantar; os senhores ingleses e o príncipe de Gales os serviram, e Eduardo disse a Ribeaumont:

> *Sir* Eustace, sois o mais valoroso cavaleiro da cristandade que eu já vi atacando um inimigo.... Confiro-vos o prêmio de valor acima de todos os cavaleiros de minha corte.

Tirando da cabeça uma grinalda que estava usando, o rei inglês colocou-a sobre a cabeça do cavaleiro francês, dizendo:

> *Sir* Eustace, ofereço-vos esta grinalda... e vos peço para usá-la durante este ano, por amor de mim. Sei que sois vigoroso e apaixonado, e gostais da companhia das senhoras e donzelas; portanto, dizei, aonde fordes, que eu a ofereci a vós. Dou-vos também a vossa liberdade, livre de resgate, e podeis ir para onde quiserdes.[13]

Aqui e ali, por entre a voracidade e o assassínio, o cavalheirismo sobrevivia, e as lendas do rei Artur aproximavam-se da história verdadeira nas páginas de Froissart.

III. PESTE NEGRA E OUTRAS PESTES: 1348-49

A Grande Peste caiu indiscriminadamente sobre uma Inglaterra próspera com espólios franceses e uma França desolada pela derrota. A pestilência era incidente normal na história da Idade Média; devastou a Europa durante 32 anos do século XIV, 41 anos do século XV, 30 anos do século XVI; assim a natureza e a ignorância humana, esses resolutos malthusianos, cooperaram com a guerra e com a fome para neutralizar os êxtases reprodutivos da humanidade. A Peste Negra foi o pior desses visitantes, e provavelmente a calamidade física mais terrível dos tempos históricos. Entrou na Provença e na França pela Itália, e talvez mais diretamente do Oriente Próximo através dos ratos orientais que aportavam em Marselha. Em Narbona, dizia uma tradição duvidosa, 30.000 pessoas morreram dela; em Paris, 50.000;[14] na Europa, 25.000.000;[15] talvez, no total, "um quarto da população do mundo civilizado".[16] A profissão médica era impotente; não conhecia a causa do mal (Kitazato e Yersin descobriram o bacilo da peste bubônica em 1894), e podia apenas recomendar sangrias, purgantes, cordiais, limpeza da casa e do corpo e fumigação com vapores de vinagre.[17] Alguns médicos e padres, temendo a infecção, recusavam-se a tratar dos doentes, mas a grande maioria enfrentou resolutamente a tarefa; milhares de médicos e padres perderam a vida.[18] De 28 cardeais vivos em 1348, nove morreram um ano depois; de 64 arcebispos, 25; de 375 bispos, 207.[19]

A epidemia disseminou seus resultados em todas as esferas da vida. Como os po-

bres morriam em maior proporção do que os ricos, seguiu-se uma crise de trabalho; terras sem conta foram deixadas sem serem trabalhadas, milhões de arenques se extinguiram naturalmente. O trabalho gozou, por um tempo, crescente poder de compra, fez subir os salários, revogou muitas obrigações feudais que sobreviviam, e armou revoltas que mantiveram os nobres atentos durante meio século; até os padres fizeram greve por melhores pagamentos.[20] Os servos deixavam as fazendas pelas cidades, a indústria expandia-se, a classe comerciante tirava mais lucros da aristocracia rural. O saneamento público fez progressos moderados. A imensidade do sofrimento e da tragédia enfraqueceu muitos espíritos, produzindo neuroses contagiosas; grupos inteiros pareciam enlouquecer em uníssomo, como os Flagelados que em 1349, assim como haviam feito no século XIII, percorriam as ruas da cidade quase nus, flagelando-se em penitência, pregando o Juízo Final, utopias e morticínio de judeus. O povo ouvia com sofreguidão maior do que a habitual os videntes, explicadores de sonhos, feiticeiros, curandeiros e outros charlatães. A fé ortodoxa estava enfraquecida; progredia a superstição. Apresentavam-se motivos estranhos para a praga. Alguns atribuíam-na a uma inoportuna conjunção de Saturno, Júpiter e Marte; outros ao envenenamento dos poços pelos leprosos ou judeus. Os judeus foram mortos em meia centena de cidades de Bruxelas a Breslau (1348-49). A ordem social foi quase destruída pela morte de milhares de policiais, juízes, funcionários do governo, bispos e padres. Até o negócio da guerra sofreu um declínio passageiro: do cerco de Calais à batalha de Poitiers (1356) a Guerra dos Cem Anos foi protelada em uma trégua relutante, enquanto as fileiras dizimadas da infantaria eram preenchidas por homens demasiado pobres para avaliar a vida a mais de alguns xelins acima da morte.

Filipe VI consolou-se da peste e da derrota casando-se, aos 66 anos, com Branca de Navarra, de 18 anos, que ele tinha pretendido para o filho. Sete meses mais tarde falecia. Este filho, João II, o Bom (1350-64), era de fato bom para os nobres; perdoou-lhes os impostos, pagou-lhes para defenderem suas terras contra os ingleses, e manteve todas as formas e graças da cavalaria. Também desvalorizou a moeda, como meio antigo de pagar dívidas de guerra, aumentou várias vezes os impostos das classes inferior e média, e marchou com todo o esplendor ao encontro dos ingleses em Poitiers. Aí; seus 15.000 cavaleiros, escoceses e servidores foram dispersados, assassinados ou capturados pelos sete mil homens do Príncipe Negro; e o próprio rei João, lutando vigorosamente, chefiando com insensatez, estava entre os prisioneiros, assim como o filho Filipe, 17 condes e inúmeros barões, cavaleiros e senhores. A maioria destes teve permissão de se resgatar ali mesmo, e muitos foram libertados sob promessa de levar seu resgate a Bordéus no Natal. O Príncipe recebeu o rei regiamente, e levou-o deliberadamente para a Inglaterra.

IV. REVOLUÇÃO E RENOVAÇÃO: 1357-80

Toda a França caiu no caos após o desastre de Poitiers. A desonestidade e incompetência do governo, a desvalorização da moeda, os resgates dispendiosos do rei e dos cavaleiros, as desolações da guerra e da peste, e os impostos desencorajadores na agricultura, na indústria e no comércio levaram a nação à revolta desesperada. Os Estados Gerais das províncias do norte, convocados em Paris pelo Delfim de 19 anos, Carlos de Valois, para criar novos impostos, empreenderam estabelecer um governo parlamentar na França. (*Delfim* parece ter sido, a princípio, um nome próprio, Delphinus

[*Dolphin*], o qual, freqüentemente repetido nas famílias de Vienne e Auvergne, tornou-se [*ca.* 1250] um título dignitário. Em 1285 foi oficialmente conferido ao filho mais velho do conde de Vienne, e o Delfinado ou *Dauphiné* foi daí em diante usado para designar o condado, do qual é Grenoble atualmente a sede principal. Em 1349 o conde Humboldt II do Viennois vendeu o Dauphiné, com o título de Dauphin, a Carlos de Valois, filho do rei João II. Quando Carlos se tornou rei em 1364, transferiu o título ao filho mais velho; e dali em diante o filho mais velho de um rei francês era regularmente conhecido como Dalphin do Viennois.) Paris e outras cidades tinham, havia muito, *parlements*, mas não passavam de pequenos corpos nomeados, geralmente de juristas, em regra limitados a dar parecer legal ao dirigente ou rei local, bem como registrar-lhes os decretos como parte de uma lei francesa. Esses Estados Gerais, controlados por uma coalizão transitória do clero e da *bourgeoisie*, perguntaram ao conselho real por que é que as imensas quantias levantadas para a guerra tinham produzido apenas tropas indisciplinadas e derrotas vergonhosas; ordenaram a detenção de 22 agentes do governo, e impuseram aos administradores do tesouro a devolução das quantias de que eram acusados de usurpar. Em seguida impuseram restrições à prerrogativa real; pensaram até em depor João, o Bom, eliminando-lhe os filhos da sucessão, e entregando o trono ao rei Carlos, o Mau, de Navarra, descendente direto de Hugo Capeto. Aplacados pela humildade prudente do Delfim, reconheceram-no como regente, e votaram-lhe os fundos para 30.000 homens de armas; obrigaram-no, porém, a demitir os funcionários corruptos ou ignorantes, advertiram-no contra os abusos da cunhagem, e nomearam uma comissão de 36 homens para vigiar as operações e despesas do governo. Condenaram-se juízes pela extravagância das equipagens, pela ociosidade prejudicial, pelos calendários atrasados de 20 anos; dali em diante deveriam iniciar as audiências ao amanhecer, à mesma hora em que os cidadãos honestos iam para suas lojas ou para os campos. Esta "Grande Ordenação" de 1357 também proibia os nobres de deixarem a França ou aderir a guerras particulares, e ordenou às autoridades locais das cidades que prendessem qualquer nobre que violasse esse edito. Com efeito a aristocracia devia ser sujeita às comunas, os nobres à classe comercial; o rei, o príncipe e os barões deveriam obedecer aos representantes escolhidos do povo. A França deveria ter um governo constitucional quatro séculos antes da revolução.[21]

O Delfim assinou a ordenação em março, e principiou a fugir dela em abril. Os ingleses pediam um resgate ruinoso por seu pai, e ameaçavam avançar sobre Paris. O povo demorava a pagar os impostos, sob o pretexto novo de que só podiam ser levantados pelos Estados Gerais. Necessitando urgentemente de dinheiro, Carlos convocou este grupo a reunir-se novamente a 1º de fevereiro de 1358; entrementes, desvalorizou a moeda para aumentar os fundos. A 2 de fevereiro, Étienne Marcel, rico comerciante que, como chefe das corporações de mercadores, desempenhara papel importante na elaboração da "Grande Ordenação", e vinha governando Paris havia um ano, conduziu um grupo armado de cidadãos — todos usando capuzes com as cores dos funcionários da cidade, azul e vermelho — até o palácio real. Censurou Carlos por desobedecer às ordens dos Estados Gerais; e ao ver que o príncipe não queria prestar obediência, Marcel ordenou a seus homens que matassem dois camareiros que guardavam o Delfim, de modo que o sangue deles espirrou sobre o manto real.[22]

Os novos Estados Gerais ficaram horrorizados ante essa violência audaciosa; não obstante apressaram a revolução decretando (maio de 1358) que dali em diante só os

Estados Gerais promulgariam leis para a França, e que em todos os assuntos importantes o rei deveria agir somente com a aprovação dos Estados.[23] Muitos membros da nobreza e do clero fugiram de Paris; muitos funcionários administrativos abandonaram os cargos, temendo pela vida. Marcel substituiu-os por burgueses, e durante algum tempo os comerciantes de Paris empreenderam o governo da França. O Delfim refugiou-se com os nobres na Picardia, formou um exército, e apelou ao povo de Paris para que lhe entregasse os chefes da revolta. Marcel organizou a capital para a defesa, cercou-a de novas muralhas, e ocupou o Louvre, então sede e símbolo da soberania.

Enquanto a revolução tomava Paris, os camponeses do interior julgaram que ali estava a oportunidade de se vingarem dos amos. Ainda em sua maioria servos,[24] pagando impostos para equipar seus senhores, pagando impostos para resgatá-los, roubados por soldados e salteadores, torturados para revelar suas parcas economias, dizimados pela peste e esfomeados pela guerra, sublevaram-se em fúria incalculável, invadiram os castelos feudais, cortaram todos os pescoços nobres que suas facas puderam alcançar, e aliviaram a fome e a sede em tulhas e adegas fidalgas. Os nobres haviam dado por tradição ao camponês tipicamente de bom gênio o apelido de Jacques Bonhomme — Jaime Bom Homem; agora milhares desses Jacques, com a paciência esgotada, mergulhavam em *jacqueries* ferozes, matavam os senhores, violavam as senhoras, assassinavam os herdeiros e vestiam as próprias esposas com as roupas dos mortos.[25]

Na esperança de que essa revolução rural desviasse o Delfim do ataque a Paris, Marcel enviou 800 de seus homens para auxiliar os camponeses. Assim reforçados, marcharam sobre Meaux. As duquesas de Orléans e da Normandia, e muitas outras mulheres de alta linhagem, tinham buscado refúgio lá; viam agora uma turba de servos e rendeiros precipitando-se sobre a cidade, e deram-se por perdidas tanto na virtude como na vida. Então, milagrosamente, como em um romance arturiano, um grupo de cavaleiros que voltava de uma cruzada galopou para Meaux, caiu sobre os camponeses, matou milhares deles, e atirou-os aos montes nos riachos vizinhos. Os nobres saíram dos esconderijos, impuseram multas punitivas às aldeias, e percorreram os campos chacinando 20.000 rústicos, rebeldes ou inocentes (junho de 1358).[26]

As forças do Delfim aproximaram-se de Paris, e cortaram-lhe os fornecimentos de víveres. Desesperançado de resistir com êxito por outros meios, Marcel ofereceu a coroa a Carlos, o Mau, e preparou-se para deixar entrar suas forças na cidade. Rejeitando este plano como traição, o auxiliar e amigo de Marcel, Jean Maillart, fez um acordo secreto com o Delfim, e a 31 de julho Jean e outros assassinaram Marcel com um machado. O Delfim entrou em Paris à testa da nobreza armada. Procedeu com moderação e prudência, empenhou-se em resgatar o pai e em restaurar o moral e a economia da França. Os homens que haviam tentado criar um parlamento soberano retiraram-se para a obscuridade e o silêncio; os nobres gratos uniram-se em volta do trono; e os Estados Gerais tornaram-se instrumento obediente de uma monarquia fortalecida.

Em novembro de 1359, Eduardo III aportou com novo exército a Calais. Evitou Paris, respeitando as muralhas erguidas recentemente por Marcel, mas submeteu o campo ao redor, de Reims a Chartres, a uma destruição de colheitas tão sistemática que novamente Paris conheceu a fome. Carlos pleiteou a paz em termos abjetos. A França entregaria a Gasconha e a Guyena à Inglaterra, livres de qualquer laço feudal ao rei francês; cederia também Poitou, Périgord, Quercy, Saintonge, Rouergue, Calais, Ponthieu, Aunis, Angoumois, Agenois, Limousin e Bigorre; e pagaria três milhões

de coroas pela volta de seu rei. Em compensação Eduardo renunciava, por si e seus descendentes, a qualquer pretensão ao trono da França. Esta Paz de Brétigny foi assinada a 8 de maio de 1360, e um terço da França gemeu e agitou-se sob o jugo inglês. Dois filhos do rei João — os duques de Anjou e de Berry — foram enviados à Inglaterra como reféns da fidelidade francesa ao tratado; João regressou a Paris por entre o toque dos sinos e a alegria dos nobres e dos simples. Quando o duque de Anjou rompeu o compromisso e fugiu para encontrar-se com a esposa, o rei João acorreu à Inglaterra para substituir o filho como refém, e com a esperança de negociar uma paz mais suave. Eduardo recebeu-o como hóspede, e festejou-o diariamente como uma flor da cavalaria. João morreu em Londres em 1364, e foi sepultado na catedral de São Paulo, cativo na morte. O Delfim, com 26 anos de idade, tornou-se Carlos V de França.

Mereceu Carlos V o nome de *le Sage*, o Sábio, que seu povo lhe deu, nem que fosse apenas porque sabia ganhar batalhas sem erguer a mão. Sua mão direita estava perpetuamente inchada e o braço era aleijado, por isso não podia erguer uma lança; dizia-se que fora envenenado por Carlos, o Mau. Quase forçado a uma vida sedentária, reuniu à sua volta conselheiros prudentes, reorganizou todos os departamentos do governo, reformou o judiciário, reconstruiu o exército, fomentou a indústria, estabilizou a moeda, sustentou a literatura e a arte, e colecionou no Louvre a biblioteca real que forneceu os textos e traduções clássicas para a Renascença francesa, e que constituiu o núcleo da *Bibliothèque Nationale*. Concedeu aos nobres a restauração dos privilégios feudais, mas passou por cima deles para nomear como comissário — comandante-em-chefe de todos os exércitos franceses — um bretão escuro, de nariz achatado, pescoço grosso, cabeça imponente, Bertrand Du Guesclin. A fé na superioridade desta "Águia da Bretanha" sobre todos os generais ingleses contribuiu para levar Carlos a empreender a libertação da França do jugo inglês. Em 1369 enviou a Eduardo III uma declaração formal de guerra.

O Príncipe Negro respondeu subjugando Limoges e chacinando três mil homens, mulheres e crianças; era esta a sua concepção da educação política. Revelou-se imprópria; cada cidade do seu caminho fortificou-se, guarneceu-se e fez provisões para uma defesa bem-sucedida, e o Príncipe ficou reduzido a destruir os campos abertos, queimar as colheitas e arrasar as casas abandonadas dos camponeses. Du Guesclin evitou oferecer batalha, mas devastou a retaguarda do Príncipe, prendeu os mensageiros e esperou que as tropas inglesas chegassem à fome. Foi o que aconteceu, e elas recuaram; Du Guesclin avançou; uma a uma as províncias cedidas foram reclamadas; e após dois anos de comando notável e de mútua lealdade do comandante e do rei, os ingleses foram expulsos de toda a França, com exceção de Bordéus, Brest, Cherboug e Calais; pela primeira vez a França atingiu os Pireneus. Carlos e seu grande condestável puderam morrer com honras no mesmo ano (1380), no ápice da vitória.

V. O REI LOUCO: 1380-1422

O jogo da monarquia hereditária substituía agora um governante competente por um idiota amável. Carlos VI tinha 12 anos quando o pai morreu; seus tios atuaram como regentes até ele atingir 20 anos e deixaram-no crescer em uma devassidão irresponsável, enquanto metade da Europa marchava para a beira da revolução. Em 1359 os trabalhadores de Bruges, usando chapéus vermelhos, atacaram o histórico *hôtel de ville*, em uma breve revolta. Em 1366 as classes inferiores de Ypres sublevaram-se,

pregando uma guerra santa contra os ricos. Em 1378 os Ciompi estabeleceram em Florença a ditadura do proletariado. Em 1379 os camponeses esfomeados do Languedoc — centro-sul da França — iniciaram seis anos de guerrilhas contra os nobres e padres, sob um chefe que dava ordens para "matar todos que tiverem mãos macias".[27] Os trabalhadores revoltaram-se em Estrasburgo em 1380, em Londres em 1381, em Colônia em 1396. De 1379 a 1382 um govêrno revolucionário dirigiu Gand. Em Ruão um gordo tapeceiro foi coroado rei por um levante de trabalhadores da cidade; e em Paris o povo matou com malhos de chumbo os coletores de impostos do rei (1382).

Carlos VI tomou as rédeas do governo em 1388, e durante quatro anos reinou tão bem que recebeu o nome de *Bien-Aimé*, Bem-Amado. Mas em 1392 enlouqueceu. Não pôde mais reconhecer a esposa, e implorava à mulher estranha que cessasse de importuná-lo. Em breve somente os criados mais humildes lhe davam alguma atenção. Durante cinco meses não mudou de roupa, e quando finalmente resolveram darlhe um banho foram precisos 12 homens para dominá-lo.[28] Durante 30 anos a coroa francesa foi carregada por um mísero imbecil, enquanto um rei jovem e viril preparava-se para renovar o ataque inglês à França.

A 11 de agosto de 1415, Henrique V zarpou da Inglaterra com 1.300 navios e 11.000 homens. No dia 14 desembarcaram perto de Harfleur, na embocadura do Sena. Harfleur resistiu galhardamente e em vão. Jubilosos com a vitória e acossados pela disenteria, os ingleses marcharam sobre Calais. A cavalaria da França recebeu-os em Azincourt, perto de Crécy (25 de outubro). Os franceses, nada tendo aprendido em Crécy e em Poitiers, ainda descansavam na cavalaria. Muitos de seus cavalos foram imobilizados pela lama; os que avançaram encontraram as estacas agudas que os ingleses tinham plantado no chão em volta de seus arqueiros. Os cavalos desencorajados voltaram-se e atacaram seu próprio exército; os ingleses caíram sobre essa multidão caótica com maças, machadinhas e espadas; o rei conduzia-os valentemente, excitado demais para ter medo; e sua vitória foi arrasadora. Os historiadores franceses calculam a perda inglesa em 1.600 homens e a francesa em 10.000.

Henrique voltou à França em 1417, e sitiou Ruão. Os cidadãos comeram os víveres, depois os cavalos, os cães e os gatos. Para economizar alimento, as mulheres, as crianças e os velhos foram atirados por cima das muralhas da cidade; procuraram passagem pelas linhas inglesas, foram repelidos, ficaram sem alimento e sem abrigo entre os parentes e os inimigos, e morreram de fome; 50.000 franceses morreram de fome nesse cerco impiedoso. Quando a cidade se rendeu, Henrique evitou que seu exército chacinasse os sobreviventes, mas impôs-lhes uma multa de 300.000 coroas, mantendo-os na prisão até receber tudo. Em 1419 avançou sobre Paris, onde havia apenas corrupção, miséria, brutalidade e guerra de classes. Superando a humilhação de 1360, a França, pelo Tratado de Troyes (1420), rendeu-se em tudo, até na honra. Carlos VI deu em casamento sua filha Catarina a Henrique V, prometeu legar-lhe o trono francês, entregou-lhe o governo da França e, para esclarecer qualquer ambigüidade, renegou o Delfim como filho. A rainha Isabel, por uma anuidade de 24.000 francos, não se defendeu dessa acusação de adultério; e, de fato, nas cortes reais daquela época não era fácil a uma mulher saber quem era o pai de seu filho. O Delfim, dominando o sul da França, repudiou o tratado, e organizou, na Gasconha e no Armagnac, bandos para prosseguir na guerra. Mas o rei de Inglaterra reinava no Louvre.

Dois anos mais tarde Henrique V morreu de disenteria; os germes não tinham assi-

nado o tratado. Quando Carlos VI o seguiu (1422), Henrique VI de Inglaterra foi coroado rei de França; mas como não tinha ainda um ano de idade, o duque de Bedford governou como regente. O duque governou com severidade, mas o mais justamente que um inglês poderia governar a França. Extinguiu o roubo enforcando 10.000 bandidos em um ano; julgue-se por aí a condição da terra. Os soldados desmobilizados — *écorcheurs* (esfoladores), *coquillards* (homens das conchas) — tornavam as estradas perigosas, e aterrorizavam até grandes cidades como Paris e Dijon. Sobre a Normandia a devastação da guerra tinha passado e voltado como uma vaga infernal e assassina; até no feliz Languedoc um terço da população tinha desaparecido.[29] Os camponeses fugiam para as cidades, ou escondiam-se nas adegas, ou fortificavam-se nas igrejas, à medida que os exércitos ou as facções feudais ou bandos de ladrões se aproximavam. Muitos camponeses nunca voltaram às suas moradas miseráveis, mas viveram da mendicância ou do roubo, ou morreram de fome ou peste. Igrejas, fazendas, cidades inteiras foram abandonadas e entregues à ruína. Em Paris, em 1422, havia 24.000 casas vazias, 80.000 mendigos,[30] numa população de mais ou menos 300.000 habitantes.[31] O povo comia a carne e as entranhas dos cães. Os gritos das crianças famintas assombravam as ruas.

VI. VIDA ENTRE AS RUÍNAS

A moral era a que qualquer país poderia esperar de tão longa e trágica incapacidade de economia e de governo. Godofredo de la Tour-Landry, por volta de 1372, escreveu dois livros para guiar os filhos no caos; somente o que dedicou às filhas é que escapou. É um volume delicado e afetuoso, cheio de amor paternal, preocupado com uma virgindade particularmente instável em uma época em que muitas mulheres iam dos pecados em abundância a um desprezo impiedoso. Contra tais tentações, pensava o bom cavaleiro, a melhor proteção era a oração constante.[32] O livro reflete uma era ainda apegada aos sentimentos civilizados e ao senso moral. Setenta anos mais tarde deparamos com o vulto horrível do marechal de Rais ou Retz, grande e rico senhor da Bretanha. Tinha o costume de convidar crianças ao seu castelo sob o pretexto de exercitá-las para o coro da capela; matava-as uma a uma e as oferecia em holocausto a demônios a quem implorava poderes mágicos. Mas também matava por prazer e (assim dizem) ria dos gritos de seus coristas torturados ou moribundos. Durante 14 anos seguiu esta rotina, até que por fim o pai de uma vítima ousou denunciá-lo; confessou todos estes pormenores e foi enforcado (1440), mas somente porque tinha ofendido o duque da Bretanha; os homens de sua posição raramente podiam ser levados perante a justiça fossem quais fossem seus crimes.[33] Entretanto, a aristocracia a que ele pertencia forneceu heróis em abundância, como o rei João da Boêmia, ou Gaston Phoebus de Foix, tão amado e louvado por Froissart. As últimas flores da cavalaria floresceram nesse lodo.

A moral do povo participou da derrocada comum. A crueldade, a traição e a corrupção eram endêmicas. O plebeu e o governador eram igualmente acessíveis ao suborno. A profanação imperava; o chanceler Gerson lamentava que as festas mais sagradas se passassem em jogos de cartas, em apostas e em blasfêmias.[34] (As cartas de jogar entraram na Europa provavelmente no século XIV; a primeira referência positiva a elas é de 1379. Parece que vieram dos muçulmanos pela África, Espanha e pelos cruzados. Os chineses afirmam tê-las usado desde 1120.)[35] Caloteiros, falsários, la-

drões, vagabundos e mendigos enchiam as ruas durante o dia e reuniam-se à noite para gozar suas colheitas, em Paris, no Cours des Miracles, assim chamado porque os pedintes que tinham passado por aleijados durante o dia surgiam ali maravilhosamente sãos em todos os membros.[36]

A sodomia era freqüente, a prostituição geral, o adultério quase universal.[37] No século XIV uma seita de "adamitas" advogava o nudismo e o praticava em público até a Inquisição eliminá-la.[38] As figuras obscenas eram tão largamente vendidas quanto agora; segundo Gerson eram vendidas até nas igrejas e nos dias santos.[39] Poetas como Deschamps escreviam baladas eróticas para damas nobres.[40] Nicolau de Clémanges, arcediago de Bayeux, descreveu os conventos de sua diocese como "santuários dedicados ao culto de Vênus"[41]. Admitia-se naturalmente que reis e príncipes tivessem amantes, uma vez que os casamentos reais — e muitos nobres — eram combinações políticas em que não entrava, afirmava-se, nenhuma obrigação de amor. Senhoras de alta linhagem continuavam a travar discussões cerimoniosas sobre a casuística das relações sexuais. Filipe de Borgonha, o Ousado, estabeleceu uma "corte de amor" em Paris, em 1401.[42] Por entre ou sob essa lascívia endinheirada havia provavelmente algumas mulheres virtuosas e homens honestos; temos um rápido vislumbre deles em um livro estranho, escrito à volta de 1393 por um sexagenário anônimo conhecido como o *Ménagier*, ou intendente, de Paris:

> Creio que quando duas pessoas boas e honradas se casam, todos os amores são eliminados... com exceção apenas do amor de um pelo outro. E me parece que quando estão perto um do outro, olham um para o outro mais do que para os outros; agarram-se e prendem-se um ao outro; e não é de boa vontade que falam e fazem sinais a não ser um para o outro.... E todo o seu prazer maior, seu desejo principal e sua alegria perfeita é dar prazer ou prestar obediência um ao outro.[43]

Perseguições aos judeus (1306, 1384, 1396) e aos leprosos (1321), julgamentos e execuções de animais por atacarem ou terem relações sexuais com seres humanos,[44] enforcamentos públicos que atraíam multidões enormes de espectadores entusiasmados entraram no quadro da era. No cemitério da igreja dos Inocentes em Paris foram tantos os recém-falecidos que procuravam admissão que os corpos eram exumados logo que se imaginava ter a carne ficado solta dos ossos; os ossos eram amontoados indiscriminadamente em carneiros ao longo dos claustros; não obstante, esses claustros eram pontos de encontro muito populares; abriam-se lojas ali e as prostitutas faziam seu comércio.[45] Em uma parede do cemitério um artista trabalhou durante meses, em 1424, para pintar uma *Dança da Morte*, na qual os demônios, saltitando com homens, mulheres e crianças, conduziam-nos a passos alegres para o inferno. Isto se tornou um tema simbólico de uma era desesperada; uma peça apresentou-o em Bruges em 1449; Dürer, Holbein e Bosch iriam ilustrá-lo em sua arte. O pessimismo escreveu a metade da poesia do período. Deschamps censurou a vida em quase todas as suas partes; para ele o mundo parecia um velho fraco, medroso e avarento, confuso e decadente; "tudo vai mal", concluiu ele. Gerson concordou com ele: "Vivemos na senilidade do mundo", e o Juízo Final estava próximo. Uma velha julgava que cada pontada que sentia nos dedos dos pés anunciava outra alma lançada ao inferno. Seu cálculo era modesto; segundo a crença popular ninguém entrou no paraíso naqueles últimos 30 anos.[46]

Que fez a religião nesse colapso de uma nação assaltada? Nas quatro primeiras

décadas da Guerra dos Cem Anos os papas, amuralhados em Avinhão, receberam a proteção e as ordens dos reis franceses. Grande parte das rendas recebidas da Europa pelos papas daquele cativeiro ia para esses reis, para financiar a luta de vida e morte contra a Inglaterra; em 11 anos (1345-55) a Igreja adiantou 3.392.000 florins ($ 84,800,000?) à monarquia francesa.[47] Os papas tentaram repetidas vezes terminar a guerra, porém falharam. A Igreja sofreu duramente com a devastação da França, que durou um século; centenas de igrejas e mosteiros foram abandonados ou destruídos; e o clero inferior participou da desmoralização da época. Cavaleiros e lacaios ignoravam a religião até a hora da batalha ou da morte, e devem ter encontrado alguns escrúpulos de fé na indiferença enlouquecedora dos céus. O povo, embora infringisse todos os mandamentos, agarrava-se medrosamente à Igreja e à fé; levava seus vinténs e suas queixas aos altares reconfortantes da Mãe de Deus; acorriam *en masse*, com êxtase religioso, aos sermões ardorosos de Frei Ricardo ou de São Vicente Ferrer. Algumas casas tinham estatuetas da Virgem feitas de tal maneira que com um leve toque abria-se-lhe o abdome descobrindo a Trindade.[48]

Os chefes intelectuais da Igreja nesse período eram na maioria franceses. Pierre d'Ailly não foi apenas um dos mais impressionantes cientistas da época; foi um dos mais competentes e mais incorruptíveis chefes da Igreja; e foi um dos eclesiásticos que, no Concílio de Constança, reconciliaram o cisma do papado. Como diretor do Colégio de Navarra em Paris, teve entre seus alunos um jovem que se tornou o teólogo exponencial de sua geração. Jean de Gerson visitou os Países-Baixos, e ficou impressionado com o misticismo de Ruysbroeck e a *moderna devotio* dos Irmãos da Vida Comum. Quando se tornou reitor da Universidade de Paris (1395) procurou introduzir esta forma de piedade na França, muito embora censurasse o egoísmo e o panteísmo da escola mística. Suas seis irmãs foram subjugadas pelos seus argumentos e pelo seu exemplo, e contam que elas continuaram virgens até o fim da vida. Gerson condenava a superstição da populaça, e as pretensões da astrologia, da magia e da medicina; mas admitia que os feitiços podem ter eficácia por atuarem na imaginação. Nosso conhecimento dos astros, pensava ele, é por demais imperfeito para permitir predições exatas; não podemos nem sequer identificar um ano solar com precisão; não podemos dizer as posições reais dos astros porque a luz deles é refratada, ao chegar até nós, por uma porção de meios. Gerson defendia uma democracia limitada e a supremacia dos concílios na Igreja, mas apoiava uma monarquia forte na França; talvez sua incoerência se justificasse pela condição de seu país, que precisava mais de ordem do que de liberdade. Foi um grande homem à sua maneira e em sua geração; as virtudes dele, como teria dito Goethe, eram-lhe inerentes, ao passo que os erros eram infecções da época. Dirigiu o movimento para depor os papas rivais e reformar a Igreja; também tomou parte na condenação de Jan Hus e Jerônimo de Praga à fogueira.

No meio da decadência do povo, as classes superiores engrandeciam-se e enfeitavam suas casas. Os homens comuns usavam gibões simples, blusas, *culottes* ou calções, bem como botas altas; as classes médias, imitando os reis apesar das leis suntuárias, usavam vestidos compridos, possivelmente tintos de vermelho ou com barras de peles; os senhores nobres usavam gibões e calções compridos, belos mantos e chapéus de plumas que varriam o chão nas reverências da corte. Alguns homens usavam chifres nos bicos dos sapatos, para corresponder com os emblemas menos visíveis da cabeça. As senhoras de alta linhagem gostavam de chapéus cônicos como cúpulas de igrejas, apertavam-se em jaquetas justas e calças coloridas, arrastavam majestosa-

mente pelo chão saias cheias de peles, e descobriam graciosamente o colo, embora ocultassem o rosto com véus. Os botões iam ficando em moda para prender as roupas,[49] tendo sido antes meros ornamentos; hoje em dia estamos invertendo esse movimento. Sedas, tecidos de ouro, brocado, renda, jóias no cabelo, no pescoço e nas mãos, nos vestidos e nos sapatos faziam brilhar até as mulheres gordas; e sob esse brilho protetor quase todas as mulheres das classes superiores desenvolviam uma amplitude rubensiana.

Os lares dos pobres continuavam como nos séculos anteriores, com a exceção de que já eram comuns as janelas de vidro. Mas as "villas" e as casas da cidade (*hôtels*) dos ricos deixaram de ser masmorras tristes; eram mansões confortáveis e bem mobiliadas, com espaçosos pátios em que havia fontes, largas escadas onduladas, sacadas suspensas e telhados de declive agudo que cortavam o céu e aparavam a neve; tinham quartos de criados, despensas, sala da guarda, portaria, rouparia, lavanderia, adega e padaria, além do grande salão e dos quartos de dormir da família do senhor. Alguns "*châteaux*", como o de Pierrefonds (*ca.* 1390) e Châteaudun (*ca.* 1450), já faziam prever os castelos reais do Loire. Melhor conservada do que qualquer palácio da época é a casa do grande capitalista Jacques Coeur, em Bourges, todo um quarteirão, com uma torre gótica de pedra esculpida, cornijas e relevos decorados, e janelas renascentistas, sendo o custo total, segundo dizem, de mais ou menos quatro milhões de dólares na moeda de hoje (1957).[50] Os interiores já eram suntuosamente mobiliados: lareiras magníficas, que podiam aquecer pelo menos um lado de uma sala e seus ocupantes, pesadas poltronas e mesas caprichosamente esculpidas; bancos almofadados ao longo de paredes cobertas de tapeçarias; gigantescos aparadores e armários exibindo baixelas de ouro e de prata e cristais ainda mais bonitos; tapetes espessos, e piso de carvalho encerado ou de azulejos esmaltados; e camas de altos dosséis suficientemente amplas para conterem o senhor, sua dama, e uma ou duas crianças. Nesses tronos preguiçosos os homens e as mulheres dos séculos XIV e XV dormiam nus;[51] as camisolas ainda não eram um complemento indispensável.

VII. LETRAS

Por entre as ruínas, os homens e as mulheres continuavam a escrever livros. As *Postillae perpetuae* (1322-31) de Nicolau de Lyra foram importantes contribuições para a compreensão textual da Bíblia, e prepararam o caminho para o Novo Testamento de Erasmo e a tradução alemã de Lutero. A ficção da época preferia leves contos eróticos como os *Cent nouvelles nouvelles* — cem novos contos — de Antoine de la Salle, ou romances de cavalaria como *Flore et Blanchefleur*. Quase tão fictício foi o livro de um médico de Liège, Jehan à la Barbe, que se chamava a si mesmo *Sir* John Mandeville, e que publicou (*ca.* 1370) uma descrição de suas alegadas viagens ao Egito, Ásia, Rússia e Polônia. John afirmava ter visitado todos os lugares citados nos Evangelhos: "a casa em que a meiga Virgem ia à escola", o ponto onde "foi aquecida a água com a qual Nosso Senhor lavou os pés dos Apóstolos", a igreja na qual Maria "se escondeu para tirar leite de seus seios sagrados; nessa mesma igreja há uma coluna de mármore na qual ela se encostou, e que ainda está úmida de seu leite; e por toda a parte em que seu leite sagrado caiu a terra ainda está macia e branca".[52] João da Barba atinge o ponto alto ao descrever a China, onde sua eloqüência ficou menos prejudicada pela erudição. De vez em quando passa de leve pela ciência, como quando conta a história

do "homem que viajou sempre para o leste até chegar novamente a seu próprio país", como *Monsieur Passepartout* de Júlio Verne. Bebeu duas vezes na Fonte da Juventude, mas voltou todo aleijado de artrite, que talvez contraísse por nunca ter saído de Liège. Essas *Viagens,* traduzidas para uma centena de línguas, tornaram-se uma das sensações literárias do fim da Idade Média.

Indiscutivelmente a produção mais brilhante da literatura francesa do século XIV foram as *Crônicas* de Jean Froissart. Nascido em Valenciennes em 1338, ingressou na poesia em tenra idade; aos 24 anos fez a travessia para Londres a fim de depor seus versos aos pés da mulher de Eduardo III, Philippa de Hainaut. Tornou-se secretário dela, conheceu aristocratas ingleses e admirou-os de maneira positiva demais para ser imparcial em sua história. O desejo de viajar logo o assaltou, levando-o à Escócia, Bordéus, Savóia e Itália. Voltando ao Hainaut, tornou-se padre e cônego de Chimay. Resolveu então reescrever seu livro em prosa, e alongá-lo nas duas pontas. Viajou novamente pela Inglaterra e França, colhendo material com afinco. De volta a Chimay dedicou-se a completar "esta nobre e agradável história... que será muito necessária quando eu tiver partido... para encorajar todos os corações valorosos, e para lhes dar exemplos honrosos".[53] Nenhum romance poderia ser mais fascinante; quem principia essas 1.200 vastas páginas com a intenção de pular de cume em cume achará os vales convidativos também, e irá gostosamente e à vontade até o fim. Este padre, como Júlio II, gostava da guerra mais do que tudo. Sentia atração pela ação, pela galanteria, pela aristocracia; os plebeus só entram em suas páginas como vítimas do conflito dos senhores. Não indagava as causas; confiava demais nos relatos embelezados ou feitos com prevenção; não tinha a pretensão de acrescentar filosofia à narração. Era apenas um cronista, mas o melhor dos cronistas.

O drama marcou época. Mistérios, moralismos, "milagres", interlúdios e farsas ocupavam os palcos erguidos provisoriamente nas cidades. Os temas eram cada vez mais seculares, e a graça era geralmente escandalosa; mas ainda predominavam os enredos religiosos, e o povo nunca se cansava de espetáculos que representavam a Paixão de Cristo. A corporação teatral mais célebre da época — a *Confrairie de la Passion de Nôtre Seigneur,* de Paris — especializou-se em representar a breve estada de Cristo em Jerusalém. Uma dessas Peças da Paixão, escrita por Arnoul Greban, tinha 35.000 linhas.

A poesia também tinha suas corporações. Toulouse fundou em 1323 uma *Consistori de la gaya sciensa,* ou Academia da Ciência Alegre; sob seus auspícios, as competições públicas em poesia procuravam reviver a arte e o espírito dos trovadores. Sociedades literárias semelhantes formaram-se em Amiens, Douai e Valenciennes, em uma previsão da Academia Francesa de Richelieu. Os reis e os grandes senhores tinham poetas, assim como menestréis e bufões, que faziam parte de suas casas. O "bom René", duque de Anjou e de Lorraine, e rei titular de Nápoles, mantinha um bando de poetas e artistas em suas cortes de Nancy, Tarascon e Aix-en-Provence, e rivalizava tão bem com os melhores de seus rimadores, que recebeu o título de o "Último dos Trovadores". Carlos V protegia Eustache Deschamps, que cantou a beleza das mulheres, casou-se, denunciou o matrimônio em um poema de 12.000 linhas, *Le Miroir de mariage (O Espelho do casamento),* e chorou a miséria e a maldade de seu tempo:

Age de plomb, temps pervers, ciel d'airain,
Terre sans fruit, et stérile et prehaigne,
Peuple maudit, de toute douleur plein,
Il est bien droit que de vous tous me plaigne;
Car je ne vois rien au monde qui vienne

Fors tristement et à confusion,
Et quis tout maux en ses faits ne comprenne,
Hui est le temps de tribulation.[54]

O que, numa tradução livre, significa:

Idade de chumbo, tempo perverso, céu de bronze,
Terra sem fruto, estéril e prenhe,
Povo maldito, cheio de todas as dores,
É de direito que de vós todos me queixe;
Pois não vejo vir nada ao mundo
A não ser com tristeza e em confusão,
E que nesses fatos não se contenham todos os males,
Agora é o tempo da tribulação.

Cristina de Pisan, educada em Paris como filha do médico italiano de Carlos V, ficou com três filhos e três parentes para sustentar quando o marido morreu; conseguiu-o por milagre, escrevendo poesias bonitas e histórias patrióticas; merece uma reverência de passagem como a primeira mulher da Europa Ocidental a viver da pena. Alain Chartier teve mais sorte ainda: seus poemas de amor — como *La belle dame sans merci,* que repreendia melodiosamente as mulheres por ocultarem seus encantos — cativaram de tal maneira a aristocracia que uma futura rainha de França, Margarida da Escócia, passou por ter beijado os lábios do poeta quando ele dormia em um banco. Étienne Pasquier, um século mais tarde, contou a lenda de maneira encantadora:

> Quando muitos se espantavam com isso — pois para dizer a verdade a Natureza tinha posto um belo espírito em um corpo muito desgracioso — a dama lhes disse que não se deviam surpreender com esse mistério, pois não era o homem que ela desejara beijar e sim os lábios que produziram tais palavras de ouro.[55]

O melhor poeta francês da época não tinha de escrever poesia, pois era sobrinho de Carlos VI e pai de Luís XII. Mas Carlos, duque de Orléans, foi feito prisioneiro em Azincourt, e passou 25 anos (1415-40) em amável cativeiro na Inglaterra. Ali, com o coração pesado, consolou-se escrevendo ternos versos sobre a beleza das mulheres e sobre a tragédia da França. Durante algum tempo toda a França cantou sua canção da primavera:

Le temps a laissié son manteau,
De vent, de froidure et de pluye,
Et s'est vêtu de brouderie
Du so leil luyant, cler et beau.
Il n'y a beste, ne oyseau
Qu'en son jargon ne chante ou crie:
Le temps a laissié son manteau.[56]

O tempo deixou seu manto
De vento, de frio e de chuva,
E se vestiu de bordado,
De sol brilhante, claro e belo.
Não há animal ou passarinho,
Que em sua linguagem não cante ou grite:
O tempo deixou seu manto.[57]

Até na Inglaterra havia moças bonitas, e Carlos esqueceu os sofrimentos quando a belèza recatada passou:

Dieu! qu'il fait bon la regarder,
La gracieuse, bonne et belle!
Pour les grands biens qui sont en elle
Chacun est près de la louer.
Qui se pourrait d'elle lasser?
Tout jóur sa beauté renouvelle.
Dieu! qu'il fait bon la regarder,
La gracieuse, bonne, et belle![58]

Meu Deus! como é bom olhar para ela,
Essa graciosa, boa e bela!
Pelos grandes dons que possui
Todos estão prontos a louvá-la.
Quem poderia cansar-se dela?
Sempre renova sua beleza.
Meu Deus! como é bom olhar para ela
Essa graciosa, boa e bela!

Autorizado finalmente a voltar para a França, fez de seu castelo em Blois um centro feliz de literatura e de arte, onde Villon foi recebido apesar de sua pobreza e de seus crimes. Quando a velhice chegou e Carlos não pôde mais participar dos festins de seus jovens amigos, desculpou-se com eles em versos graciosos que lhe poderiam servir de epitáfio:

Saluez moi toute la compaignie
Ou a present estes a chière lye,
Et leurs dites que voulentiers seroye
Avecques eulx, mais estre n'y pourroye,
Pour Viellesse qui m'a eu sa baillie.
Au temps passé Jennesse sy jolie
Me gouvernoit; las! or ny suy ge mye.
Amoureus fus, or ne le suy ge mye,
Et en Paris menoye bonne vie.
Adieu, bon temps, ravoir ne vous saroye!...
Saluez moi toute la compaignie.[59]

Saudai por mim toda a companhia
Onde agora estais alegres,
E dizei que de bom grado estaria
Com eles, mas não poderia estar,
Devido à Velhice que me tem cativo.
No tempo passado a Juventude tão alegre
Me governava; ai de mim! já não o sou mais.
Fui apaixonado, agora não o sou mais,
E em Paris levava uma vida boa.
Adeus, tempo bom, não poderei reaver-vos!...
Saudai por mim toda a companhia.

VIII. ARTE

Os artistas da França, nessa época, eram superiores a seus poetas, mas também sofreram o empobrecimento amargo do país. Nenhuma proteção faustosa os amparava, fosse cidade, Igreja ou rei. As comunas, que tinham expressado o orgulho de suas corporações através de templos majestosos a uma fé inquestionável, tinham-se enfraquecido ou destruído com a extensão da autoridade real, e pelo aumento da economia de âmbito local para nacional. A Igreja francesa não podia mais financiar ou inspirar construções estupendas como as que haviam surgido do solo de França nos séculos XII e XIII. A fé e a riqueza tinham decaído; a esperança que nesses séculos havia promovido ao mesmo tempo as Cruzadas e as catedrais — a empresa e sua oração — tinha perdido o êxtase gerador. Era mais do que podia o século XIV terminar, em arquitetura, o que uma era mais ardente havia iniciado. Assim mesmo, Jean Ravi completou a Notre Dame de Paris (1351), Ruão acrescentou uma "Capela da Senhora" (1302) a uma catedral que já fora dedicada a Nossa Senhora, e Poitiers deu a sua catedral a imponente fachada ocidental (1379).

O estilo em rosácea de linha gótica ia agora (1275) cedendo lugar gradativamente a um gótico geométrico que traçava linhas euclidianas em vez de irradiantes. Neste estilo, Bordéus construiu sua catedral (1320-25), Caen ergueu uma bela agulha (destruída na Segunda Guerra Mundial) na igreja de São Pedro (1308), Auxerre deu a sua catedral uma nave nova (1335), Coutances (1371-86) e Amiens (1375) acrescentaram lindas capelas a seus templos históricos, e Ruão elevou sua glória arquitetônica com a nobre igreja de Saint Ouen (1318-1545).

No último quartel do século XIV, quando a França se julgava vitoriosa, seus arquitetos lançaram um novo gótico, alegre em espírito, exuberante em pormenores esculpidos, fantasiosamente complicado no desenho, despreocupadamente alegre em ornatos. A ogiva, ou arco em ponta de uma curva contínua, tornava-se moldura, ou arco ogival de uma curva invertida, como a língua de uma chama, que deu ao estilo o nome de *flamboyant* (flamejante). Os capitéis caíram em desuso; as colunas eram estriadas ou espiraladas; os bancos dos coros eram profusamente esculpidos e fechados com grades de ferro delicadamente rendadas; os pendentes tornaram-se estalactites; as abóbadas eram um emaranhado de traves entrelaçadas, que desapareciam e tornavam a aparecer; os caixilhos das janelas evitavam as velhas formas geométricas sólidas, e abundavam em encantadora fragilidade e incalculável obstinação; as agulhas pareciam feitas de enfeites; a estrutura desaparecia por trás do ornamento. O novo estilo fez sua estréia na capela de São João Batista (1375) da catedral de Amiens; em 1425 tinha dominado a França; em 1436 principiou um de seus milagres de fragilidade, a igreja de Saint Maclou, em Ruão. Talvez a revivescência da coragem e das armas francesas conseguida por Joana d'Arc e Carlos VII, o crescimento da riqueza mercantil exemplificada por Jacques Coeur, bem como a tendência da *bourgeoisie* próspera para a decoração abundante ajudassem o estilo *flamboyant* em seu triunfo na primeira metade do século XV. Nessa forma feminina o gótico resistiu até que os reis e nobres franceses levaram das guerras na Itália as clássicas idéias arquitetônicas da Renascença.

O progresso da arquitetura civil revelava o crescente secularismo da época. Reis e duques achavam que havia igrejas suficientes, e construíram palácios para impressionar o povo e abrigar as amantes; os burgueses ricos gastavam fortunas com suas casas,

as municipalidades proclamavam sua riqueza através de esplêndidos *hôtels-de-ville*, ou prefeituras. Alguns hospitais, como o de Beaune, eram projetados com uma beleza nova e arejada que deve ter embalado os doentes para a cura. Em Avinhão os papas e cardeais congregaram e sustentaram uma variedade de artistas; mas os construtores, pintores e escultores da França agora se reuniam geralmente em torno de um nobre ou de um rei. Carlos V construiu o *château* de Vincennes (1364-73) e a Bastilha (1369), e encarregou o versátil André Beauneveû de esculpir figuras de Filipe VI, João II e do próprio Carlos para a imponente série de túmulos reais que abarrotavam o ambulatório e a cripta de St. Denis (1364). Luís de Orléans ergueu o *château* de Pierrofonds, e João, duque de Berry, embora duro para com os camponeses, foi um dos grandes mecenas da história.

Para ele Beauneveû ilustrou um Saltério em 1402. Era apenas um de uma série de manuscritos iluminados que estão entre o que há de melhor no que se poderia chamar de música de câmara das artes gráficas. Para o mesmo senhor esclarecido, Jacquemart de Hesdin pintou *Les petites heures*, *Les belles heures*, e *Les grandes heures*, todas ilustrando livros de "horas" das orações canônicas diárias. Ainda para o duque João os irmãos Pol, Jehannequin e Herman Malouel de Limburg executaram *Les très riches heures* (1416) — 65 miniaturas de delicada beleza reproduzindo a vida e o cenário da França: nobres na caça, camponeses trabalhando, um cenário rural purificado pela neve. Estas *Horas Riquíssimas*, atualmente escondidas até dos olhos dos turistas no Museu Condé em Chantilly, assim como as miniaturas executadas para *Le bon roi*, René de Anjou, foram quase os últimos triunfos da iluminura; pois no século XV a arte foi ameaçada tanto pela gravura em madeira como pelo desenvolvimento de prósperas escolas de pintura mural e de cavalete de Fontainebleau, Amiens, Bourges, Tours, Moulins, Avinhão e Dijon, sem falar nos mestres que trabalhavam para os duques de Borgonha. Beauneveû e os Van Eyck levaram os estilos flamengos de pintura para a França; e através de Simone Martini e outros italianos que estavam em Avinhão, e da moda angevina em Nápoles (1268-1435), a arte italiana influenciou a francesa muito antes dos exércitos franceses invadirem a Itália. Em 1450 a pintura francesa firmou-se nos próprios pés, e marcou sua maioridade com a anônima *Pietà* de Villeneuve, atualmente no Louvre.

Jean Fouquet é a primeira personalidade definida da pintura francesa. Nascido em Tours (1416), estudou sete anos na Itália (1440-47), e voltou à França com aquela predileção pelos ambientes de arquitetura clássica que no século XVII se tornaria uma idéia fixa com Nicolas Poussin e Claude Lorrain. Não obstante pintou vários retratos que são vigorosas revelações de caráter: o arcebispo Juvénal des Ursins, chanceler da França — gordo, severo e resoluto, e não muito piedoso para homem de estado; Étienne Chevalier, tesoureiro do reino — homem melancólico perturbado pela impossibilidade de coligir dinheiro tão depressa quanto um governo pode gastá-lo; o próprio Carlos VII, depois que Agnès Sorel fez dele um homem; e Agnès, de carne rosada, transformada por Fouquet em uma Virgem fria e imponente de olhos baixos e seio erguido. Para Chevalier, Jean iluminou um *Livro de Horas*, alegrando o tédio da oração ritual com cenas quase perfumadas do vale do Loire. Um medalhão de esmalte de Louvre conserva Fouquet como ele se via a si mesmo — não um Rafael principesco e altaneiro, mas simples artesão do pincel, vestido para o trabalho, ardoroso e desconfiado, preocupado e resoluto, ostentando na fronte os sinais de um século de pobreza. Entretanto, passou sem tropeços de um reino para outro, e chegou afinal a ser

peintre du roi do incomensurável Luís XI. Após muitos anos de trabalho adveio o êxito, e logo depois a morte.

IX. JOANA D'ARC: 1412-31

Em 1422 o filho repudiado de Carlos VI fez-se proclamar a si mesmo rei sob o nome de Carlos VII. Em sua desolação, a França olhava para ele pedindo auxílio, e caiu em desespero mais fundo. Esse jovem tímido, indiferente, descuidado, de 20 anos, quase não acreditava em sua própria proclamação, e talvez compartilhasse das dúvidas dos franceses quanto à legitimidade de seu nascimento. O seu retrato feito por Fouquet mostra um rosto triste e feio, bolsas sob os olhos e nariz desmesurado. Era medrosamente religioso, ouvia três missas por dia, e não deixava passar nenhuma hora canônica sem recitar as orações correspondentes. Nos intervalos atendia a uma longa série de amantes, e deu 12 filhos à esposa virtuosa. Empenhou as jóias e a maior parte das roupas para financiar a resistência à Inglaterra, mas não tinha estômago para a guerra, e deixava a luta para os ministros e generais, que não eram entusiastas nem perspicazes; brigavam ciumentamente entre si — todos, menos o fiel Jean Dunois, filho natural de Luís, duque de Orléans. Quando os ingleses se locomoveram para o sul para sitiarem essa cidade (1428), não houve ação combinada para lhes resistir, e a desordem foi a ordem do dia. Orléans fica em uma curva do Loire; se caísse, todo o sul, agora hesitantemente leal a Carlos VII, juntar-se-ia ao norte para fazer da França uma colônia inglesa. Tanto o norte como o sul observavam o cerco, e rezavam por um milagre.

Até a distante aldeia de Domrémy, meio adormecida pelo Meuse no limite oriental da França, seguia a luta com paixão patriótica e religiosa. Os camponeses eram completamente medievais na fé e no sentimento; viviam da natureza mas no sobrenatural; tinham certeza de que os espíritos viviam no ar ambiente, e muitas mulheres juravam que os tinham visto e falado com eles. Lá, tanto os homens como as mulheres, assim como geralmente toda a França rural, pensavam nos ingleses como diabos que escondiam os rabos nas cotas de malha. Algum dia, afirmava uma profecia comum na aldeia, Deus haveria de enviar uma *pucelle*, uma virgem, para salvar a França daqueles demônios, e extinguir o longo reino satânico da guerra.[60] A esposa do prefeito de Domrémy murmurava estas esperanças a sua afilhada Joana.

O pai de Joana, Jacques d'Arc, era um lavrador próspero, e provavelmente não daria atenção a essas histórias. Joana era notada entre essa gente piedosa por sua piedade; gostava de ir à igreja, confessava-se regularmente e com fervor, e ocupava-se com a caridade da paróquia. No jardinzinho dela as galinhas e os pássaros comiam em sua mão. Um dia, em que fizera jejum, pensou ter visto uma luz estranha acima da cabeça e ouvido uma voz dizer: "Joana, seja uma menina boa e obediente. Vá muitas vezes à igreja".[61] Estava então (1424) com 13 anos; talvez algumas modificações fisiológicas a mistificassem nesse período muito impressionável. Durante os cinco anos seguintes as "vozes" — como chamava às aparições — deram-lhe muitos conselhos, até que finalmente lhe pareceu que o próprio arcanjo São Miguel lhe ordenou: "Vai em socorro do rei de França, e restaurarás seu reino.... Vai procurar M. Baudricourt, capitão em Vaucouleurs, que ele te conduzirá até o rei." Em outra ocasião a voz disse: "Filha de Deus, conduzirás o Delfim a Reims para que ele seja ali ungido e coroado." Pois enquanto Carlos não fosse ungido pela Igreja, a França poria em dúvida

seu direito divino de reinar; mas se o óleo santo fosse derramado sobre a cabeça dele, a França ficaria unida sob a bandeira do rei e seria salva.

Após uma longa e atormentada hesitação Joana revelou suas visões aos pais. O pai ficou chocado ante a idéia de uma menina inocente empreender missão tão fantástica; a permitir aquilo, disse ele, preferia afogá-la com as próprias mãos.[62] Para refreá-la mais ainda, convenceu um jovem aldeão a anunciar que ela lhe prometera a mão em casamento. Ela negou isso; e para preservar a virgindade que consagrara a seus santos, assim como para obedecer à ordem deles, correu para um tio, e convenceu-o a levá-la a Vaucouleurs (1429). Ali o capitão Baudricourt aconselhou ao tio que desse na moça de 17 anos uma boa surra e a devolvesse aos pais; mas quando Joana forçou a entrada até junto dele, e declarou firmemente que tinha sido enviada por Deus para ajudar o rei Carlos a salvar Orléans, o gordo comandante amoleceu e, embora a considerasse tomada pelo demônio, mandou tomar em Chinon as instruções do rei. A permissão real chegou; Baudricourt deu uma espada à Donzela, o povo de Vaucouleurs comprou-lhe um cavalo, e seis soldados aquiesceram em conduzi-la na longa e perigosa viagem através da França até Chinon. Talvez para desencorajar as aproximações masculinas, para facilitar a viagem a cavalo e para conseguir aceitação dos generais e tropas, adotou um vestuário masculino — gibão, calções, polainas, esporas — e cortou o cabelo como se fosse um menino. Cavalgou serena e confiante por entre cidades que vacilavam entre temê-la como uma feiticeira e venerá-la como uma santa.

Após viajar 275 quilômetros em 11 dias chegou perto do rei e de seu conselho. Embora o traje do rei não desse impressão de realeza, Joana (é o que dizem — pois como poderia a lenda manter-se afastada da história?) identificou-o imediatamente, e saudou-o com polidez: "Que Deus vos conceda longa vida, gentil Delfim.... Meu nome é Joana, la Pucelle. O Rei dos Céus vos fala por meu intermédio, e diz que vós sereis ungido e coroado em Reims, e sereis lugar-tenente do Rei dos Céus, que é Rei de França." Um padre que então se tornara capelão da Donzela disse mais tarde que em particular ela assegurara ao rei o nascimento legítimo dele. Pensam alguns que desde seu primeiro encontro com Carlos ela aceitou o clero como intérprete legítimo de suas vozes, e seguiu-lhe a direção na conferência com o rei; através dela os bispos poderiam suplantar os generais na formação da política real.[63] Ainda desconfiado, Carlos enviou-a a Poitiers para ser examinada pelos sábios de lá. Não lhe encontraram nenhum mal. Encarregaram algumas mulheres de investigar sua virgindade, e também nesse ponto delicado ficaram satisfeitos. Pois, como a Donzela, afirmavam que um privilégio especial pertencia às virgens como instrumentos e mensageiras de Deus.

Em Orléans, Dunois havia garantido à guarnição que Deus mandaria em breve alguém em seu auxílio. Ouvindo falar em Joana, ele quase acreditou em suas esperanças, e pediu à corte que lhe mandasse a moça imediatamente. Concordaram, deram-lhe um cavalo negro, cobriram-na com uma armadura, puseram-lhe na mão uma bandeira branca bordada com a flor-de-lis da França, e enviaram-na a Dunois com uma numerosa escolta que levava provisões para os sitiados. Não foi difícil conseguir acesso à cidade (29 de abril de 1429); os ingleses não a tinham cercado completamente, mas tinham repartido seus dois ou três mil homens (menos do que a guarnição de Orléans) por entre uns 12 fortes em pontos estratégicos dos arredores. O povo de Orléans saudou Joana como a Virgem encarnada, seguiu-a confiantemente para lugares perigosos, acompanhou-a à igreja, rezou quando ela rezou, chorou quando ela

chorou. A uma ordem sua os soldados abandonaram as amantes, e esforçaram-se por exprimir-se sem obscenidade; um de seus chefes, La Hire, achou isso impossível, e recebeu de Joana uma dispensa para jurar por seu bastão. Foi esse *condottiere* gascão que pronunciou a célebre oração: "Senhor Deus, imploro-Te que faças por La Hire o que ele faria por Ti se Tu fosses capitão e La Hire fosse Deus".[64]

Joana enviou uma carta a Talbot, o comandante inglês, propondo que ambos os exércitos se unissem como irmãos e se dirigissem à Palestina para salvar a Terra Santa dos turcos; Talbot achou que isso ultrapassava sua incumbência. Alguns dias mais tarde uma parte da guarnição francesa, sem informar Dunois ou Joana, cruzou as muralhas e atacou um dos bastiões britânicos. Os ingleses lutaram bem, os franceses recuaram; mas Dunois e Joana, tendo ouvido o alarido, dirigiram-se para lá e mandaram seus homens renovar o ataque; foi bem-sucedido e os ingleses abandonaram a posição. No dia seguinte os franceses atacaram dois outros fortes e tomaram-nos, estando a Donzela no aceso da luta. No segundo encontro uma flecha atravessou-lhe o ombro; com um curativo, voltou à luta. Entrementes, o canhão poderoso de Guillaume Duisy desfechou sobre o forte inglês de Les Tourelles balas de 120 libras cada uma. Foi poupado a Joana o espetáculo dos franceses vitoriosos assassinando 500 ingleses quando aquele baluarte caiu. Talbot concluiu que suas forças eram impróprias para o cerco, e recuou-as para o norte (8 de maio). Toda a França rejubilou, vendo na "Donzela de Orléans" a mão de Deus; mas os ingleses denunciaram-na como feiticeira, e juraram apanhá-la viva ou morta.

No dia seguinte ao seu triunfo, Joana pôs-se a caminho para encontrar o rei, que vinha avançando de Chinon. Acolheu-a com um beijo, e aceitou o plano dela para marchar através da França até Reims, embora isso significasse atravessar terreno hostil. Seu exército encontrou forças inglesas em Meung, Beaugency e Patay, e obteve vitórias decisivas, empanadas por chacinas vindicativas que horrorizaram a Donzela. A 15 de julho o rei entrou em Reims, e a 17 foi ungido e coroado com cerimônias imponentes na majestosa catedral. Jacques d'Arc, chegando de Domrémy, viu a filha, ainda de trajes masculinos, cavalgando com todo o esplendor pela capital religiosa da França. Não deixou passar a ocasião, e por seu intermédio conseguiu uma diminuição de impostos para sua aldeia. Por um momento Joana considerou sua missão cumprida, e pensou: "Prouvera a Deus deixar-me ir guardar as ovelhas com minha irmã e meu irmão".[65]

Mas a febre da batalha entrara-lhe no sangue. Aclamada como inspirada e santa pela metade da França, quase se esquecia de ser santa, e tornou-se guerreira. Era severa com os soldados, ralhava-lhes com amor, e privava-os dos consolos que todos os soldados consideram devidos a eles; e quando encontrou duas prostitutas que os acompanhavam puxou a espada e golpeou uma delas com tanta força que a lâmina se partiu e a mulher morreu.[66] Acompanhou o rei e o exército em um ataque a Paris, que ainda estava em poder dos ingleses; estava na vanguarda para a limpeza do primeiro fosso; ao aproximar-se do segundo, foi ferida na coxa por uma seta, mas ficou para animar as tropas. O ataque fracassou, sofreram 1.500 perdas, e amaldiçoaram-na por pensar que uma oração pudesse silenciar um canhão; não tinha sido essa a sua experiência. Algumas francesas, que tinham esperado ciumentamente o seu primeiro revés, censuraram-na por chefiar um ataque na festa do nascimento da Virgem (8 de setembro de 1429). Ela se retirou com seu destacamento para Compiègne. Cercada lá pelos borgonheses aliados aos ingleses, corajosamente dirigiu uma sortida que foi re-

pelida; foi a última a recuar, e encontrou as portas da cidade fechadas antes que pudesse atingi-las. Foi arrancada do cavalo e conduzida como prisioneira a João de Luxemburgo (24 de maio de 1430), que a alojou com decência em seus castelos de Beaulieu e Beaurevoir.

Sua boa sorte trouxe-lhe um dilema perigoso. Seu soberano, o duque Filipe, o Bom, da Borgonha, pedia a presa preciosa; os ingleses insistiam com João de Luxemburgo para entregá-la a eles, esperando que uma execução ignominiosa rompesse o encanto que tanto inflamara os franceses. Pierre Cauchon, bispo de Beauvais, que tinha sido retirado de sua diocese por apoiar os ingleses, foi enviado por eles a Filipe com poderes e recursos para negociar a transferência da Donzela para a autoridade britânica, e foi-lhe prometido o arcebispado de Ruão em recompensa, se tivesse êxito. O duque de Bedford, que controlava a Universidade de Paris, induziu os lentes a aconselhar Filipe a entregar Joana, como provável feiticeira e herética, a Cauchon, na qualidade de chefe eclesiástico da região em que ela fora capturada. Sendo esses argumentos rejeitados, Cauchon ofereceu a Filipe e a João um suborno de 10.000 coroas de ouro ($25.000?). Sendo mal sucedido, o governo inglês lançou um embargo sobre todas as exportações para os Países-Baixos. A Flandres, a mais rica fonte de renda do duque, via-se na iminência da bancarrota. João, apesar dos rogos da esposa, e Filipe, a despeito do nome Bom, finalmente aceitaram o suborno e entregaram a Donzela a Cauchon, que a levou para Ruão. Ali, embora formalmente prisioneira da Inquisição, foi posta sob guarda inglesa na torre de um castelo ocupado pelo conde de Warwick como governador de Ruão. Puseram-lhe grilhões nos pés, e passaram-lhe uma corrente pela cintura, prendendo-a a uma trave.

O julgamento principiou a 21 de fevereiro de 1431, e continuou até 30 de maio. Cauchon presidia, um de seus cônegos servia de acusador, um monge dominicano representava a Inquisição, e uns 40 homens entendidos em teologia e leis foram acrescentados ao quadro. A acusação era de heresia. Para deter o monstruoso regimento de traficantes de magias que infestava a Europa, a Igreja fizera da pretensão à inspiração divina uma heresia punível com a morte. Queimavam-se feiticeiras por pretenderem ter poderes sobrenaturais; e era opinião muito comum, entre homens de igreja e leigos, que aqueles que faziam tais afirmativas podiam realmente ter recebido poderes sobrenaturais do diabo. Alguns dos jurados de Joana parecem ter acreditado nisto no caso dela. Durante o julgamento, sua recusa em admitir que a autoridade da Igreja, como representante de Deus na terra, podia suplantar a autoridade de suas "vozes", provou que ela era feiticeira. Foi a opinião da maioria do tribunal.[67] Não obstante este ficou tocado pela simplicidade sem embuste de suas respostas, pela sua piedade e castidade evidentes; eram homens, e parecem por um momento ter sentido uma grande piedade por aquela moça de 19 anos, tão evidentemente presa do medo inglês. "O rei da Inglaterra", disse Warwick, com franqueza de soldado, "pagou caro por ela; sob pretexto algum haveria de fazê-la morrer de morte natural."[68] Alguns jurados argumentaram que o assunto poderia ser apresentado ao papa — que a libertaria, e ao tribunal, do poder inglês. Joana exprimiu o desejo de ser enviada a ele, mas estabeleceu uma diferença firme que a arruinou: reconheceria sua suprema autoridade em assuntos de fé, mas no que concernia ao que ela fizera em obediência às suas vozes não reconheceria outro juiz senão o próprio Deus. Os juízes concordaram em que isso era heresia. Enfraquecida por vários meses de interrogatório, foi persuadida a assinar uma retratação; mas quando viu que isso ainda a deixava condenada à prisão

perpétua sob a jurisdição inglesa, retirou-a. Os soldados ingleses rodearam o tribunal, e ameaçaram a vida dos juízes se a Donzela escapasse de ser queimada. A 31 de maio alguns juízes concordaram e condenaram-na à morte.

Naquela mesma manhã os feixes de lenha foram colocados em altas pilhas na praça do mercado de Ruão. Colocaram-se duas plataformas nas proximidades — uma para o cardeal Winchester da Inglaterra e seus prelados, outra para Cauchon e os juízes; e 800 soldados ingleses montaram guarda. A Donzela foi conduzida em uma carreta, acompanhada por um monge agostiniano, Isambart, que a acompanhou até o fim, sob risco de vida. Ela pediu um crucifixo; um soldado inglês entregou-lhe um que fizera com dois paus; aceitou-o, mas também pediu um crucifixo bento pela Igreja; e Isambart convenceu as autoridades a lhe levarem um da igreja de Saint Sauveur. Os soldados resmungaram ante a demora, pois já era meio-dia. "Pretendem que jantemos aqui?" perguntou o capitão. Seus homens arrancaram-na das mãos dos padres e conduziram-na para a fogueira. Isambart ergueu um crucifixo diante dela, e um monge dominicano subiu à pira com ela. Incendiaram os feixes e as chamas se ergueram em torno de seus pés. Vendo o dominicano ainda a seu lado, ela insistiu com ele para que descesse. Invocou suas vozes, seus santos, o arcanjo São Miguel e Cristo, e foi consumida. Um secretário do rei inglês antecipou o veredicto da história: "Estamos perdidos", gritou ele; "queimamos uma santa".

Em 1455 o Papa Calisto III, por ordem de Carlos VII, determinou um reexame das provas sobre as quais Joana fora condenada; e em 1456 (estando agora a França vitoriosa) o veredicto de 1431 era, pela corte eclesiástica de revisão, declarado injusto e nulo. Em 1920 Bento XV incluiu a Donzela de Orléans entre os santos da Igreja.

X. A FRANÇA SOBREVIVE: 1431-53

Não devemos exagerar a importância militar de Joana d'Arc; é provável que Dunois e La Hire tivessem salvo Orléans sem ela; sua tática de ataque resoluto ganhou algumas batalhas e perdeu outras; e a Inglaterra estava sentindo o custo da Guerra dos Cem Anos. Em 1435 Filipe de Borgonha, aliado da Inglaterra, cansou-se de lutar e fez a paz em separado com a França. Essa defecção enfraqueceu o poder dos ingleses nas cidades conquistadas do sul; uma após outra estas expulsaram suas guarnições aliadas. Em 1436 a própria Paris, cativa durante 17 anos, expulsou os britânicos, e finalmente Carlos VII governou em sua capital.

Por estranho que pareça, ele, que durante tanto tempo fora uma sombra inútil de rei, a essa altura havia aprendido a governar — a escolher ministros competentes, a reorganizar o exército, a disciplinar os barões turbulentos, a fazer tudo que fosse necessário para tornar livre o seu país. Que é que operara essa transformação? A inspiração de Joana a iniciara, mas como ainda parecia fraco, não erguendo um dedo para salvá-la! Sua sogra notável, Yolande de Anjou, ajudara-o com conselhos sábios, encorajara-o a receber e a apoiar a Donzela. Agora — se formos acreditar na tradição — dava a seu genro a amante que durante 10 anos governaria o coração do rei.

Agnès Sorel era filha de um fidalgo da Touraine. Ficando órfã na infância, tinha sido educada por Isabelle, duquesa de Lorena. Isabelle levou-a, então com 23 anos, a visitar a corte em Chinon (1432), no ano seguinte à morte de Joana. Preso pelas tranças castanhas da moça, e apaixonado pelo seu riso, Carlos distinguiu-a com sua preferência. Yolande achou-a dócil, teve esperanças de que ela influiria no rei, e conven-

ceu Marie, sua filha, a aceitar essa última das amantes do marido.[69] Agnès permaneceu até à morte fiel a esta infidelidade, e um rei posterior, Francisco I, após muita experiência nesses assuntos, elogiou a "Dama de Beleza" por ter servido a França melhor do que qualquer freira enclausurada. Carlos "gozava a sabedoria daqueles lábios"; permitiu que Agnès o arrancasse à indolência e à covardia e o tornasse industrioso e resoluto. Reuniu em volta de si homens competentes como o condestável Richemont, que chefiava seus exércitos, Jacques Coeur, que restaurou as finanças do estado, e Jean Bureau, cuja artilharia endireitou os fidalgos recalcitrantes e escorraçou os ingleses para Calais.

Jacques Coeur era um *condottiere* do comércio; homem sem fidalguia e de pouca instrução, que entretanto sabia contar bem; um francês que ousava competir com sucesso com os venezianos, genoveses e catalães no comércio com o Oriente muçulmano. Possuía e equipou sete navios mercantes, guarneceu-os contratando condenados e prendendo vagabundos nas ruas, e pôs seus navios ao mar sob a bandeira da Mãe de Deus. Acumulou a maior fortuna de seu tempo na França, uns 27.000.000 de francos, quando um franco valia pelo menos cinco dólares da moeda enfraquecida de nosso tempo. Em 1436 Carlos encarregou-o da moeda, e logo depois das rendas e despesas do governo. Os Estados Gerais de 1439, apoiando entusiasticamente a resolução de Carlos de eliminar os ingleses do solo francês, habilitaram o rei, por uma célebre sucessão de *ordonnances* (1443-47), a receber toda a *taille* da França — isto é, todos os impostos pagos até ali pelos rendeiros a seus senhores feudais; a renda do governo subia agora a 1.800.000 coroas ($45,000,000?) por ano. Daí por diante a monarquia francesa, ao contrário da inglesa, era independente do "poder de bolsa" dos Estados Gerais, e podia resistir ao crescimento de uma democracia da classe média. Este sistema de taxação nacional forneceu fundo para a vitória da França sobre a Inglaterra, mas como o rei podia levantar o valor do imposto, tornou-se importante instrumento de opressão real, e contribuiu para causar a Revolução de 1789. Jacques Coeur desempenhou papel de chefe nesses desenvolvimentos fiscais, conquistando a admiração de muitos e o ódio de alguns poderosos. Em 1451 foi preso sob acusação — nunca provada — de contratar agentes para envenenar Agnès Sorel. Foi condenado e banido, e todos os seus bens confiscados para o estado — método elegante de explorar por procuração. Fugiu para Roma, onde foi feito almirante de uma frota papal enviada para a libertação de Rodes. Adoeceu em Quios, e ali morreu em 1456, com a idade de 61 anos.

Entretanto, Carlos VII, guiado por Coeur, estabelecera uma cunhagem honesta, reconstruíra as aldeias arrasadas, fomentara a indústria e o comércio, e restaurara a vitalidade econômica da França. Forçou a dissolução das companhias particulares de soldados, e reuniu estes a seu serviço para formar o primeiro exército da Europa (1439). Decretou que em cada paróquia um cidadão válido, escolhido por seus compatriotas, seria liberto de qualquer imposto, armar-se-ia a si mesmo, praticaria o uso das armas, e estaria pronto a qualquer momento a reunir-se a seus iguais no serviço militar do Rei. Foram esses *francs-tireurs*, ou franco-atiradores, que expulsaram os ingleses da França.

Em 1449 Carlos estava preparado para romper a trégua que havia sido assinada em 1444. Os ingleses ficaram surpreendidos e chocados. Estavam enfraquecidos por guerras intestinas, e achavam seu decadente império na França relativamente tão dispendioso de manter no século XV quanto a Índia no século XX; em 1427 a França custa-

va à Inglaterra 68.000 libras e rendia-lhe 57.000. Os britânicos lutavam com coragem mas não com sensatez; confiaram muito tempo demais nos arqueiros e nas estacas, e a tática que detivera a cavalaria francesa em Crécy e em Poitiers revelou-se inútil em Formigny (1450) contra o canhão de Bureau. Em 1449 os ingleses evacuaram a maior parte da Normandia; em 1451 abandonaram sua capital, Ruão. Em 1453 até o grande Talbot foi derrotado e morto em Castillon; Bordéus rendeu-se; toda a Guyena era novamente francesa; os ingleses conservavam apenas Calais. A 19 de outubro de 1453 as duas nações assinaram a paz que colocou um termo na Guerra dos Cem Anos.

CAPÍTULO IV

Gallia Phoenix

1453-1515

I. LUÍS XI: 1461-83

O FILHO de Carlos VII era um delfim excepcionalmente turbulento. Casado contra a vontade aos 13 anos (1436) com Margarida da Escócia, de 11 anos, vingou-se ignorando-a e mantendo amantes. Margarida, que vivia de poesia, encontrou a paz em uma morte prematura (1444), dizendo, ao morrer: "Fora com a vida! Não me falem mais nela".[1] Luís revoltou-se duas vezes contra o pai, fugiu para Flandres depois da segunda tentativa, e esperou impaciente o poder. Carlos sossegou-o deixando-se morrer de fome (1461);[2] e durante 22 anos a França foi governada por um de seus mais estranhos e maiores reis.

Tinha agora 38 anos, era magro e desajeitado, feio e melancólico, de olhos desconfiados e nariz comprido. Tinha a aparência de um camponês, vestia-se como um peregrino empobrecido, com uma roupa cinza grosseira e um pobre chapéu de feltro, rezava como um santo, e governava como se tivesse lido *O Príncipe* antes de Maquiavel nascer. Desprezava a pompa do feudalismo, zombava das tradições e das formalidades, duvidava da própria legitimidade, e chocava todos os tronos com sua simplicidade. Morava no tristonho palácio Des Tournelles em Paris, ou no *château* de Plessis-les-Tours perto de Tours, geralmente como se fosse solteiro, embora casado pela segunda vez; pobre, embora possuísse a França; mantendo apenas os poucos servidores que tivera no exílio, e comendo da mesma comida que qualquer camponês. Não tinha a menor aparência, mas era rei dos pés à cabeça.

Subordinou todos os elementos do caráter à sua decisão de que a França haveria de ser transformada, por seu machado, de uma fragmentação feudal em uma unidade monárquica e uma força monolítica, e que essa monarquia centralizada ergueria a França das cinzas da guerra para uma vida e uma força novas. Dedicava os pensamentos a seu objetivo político dia e noite, com espírito claro, hábil, inventivo, incansável, como César, que não considerava nada feito se faltasse alguma coisa para fazer. "Quanto à paz", disse Comines, "dificilmente podia suportar a idéia dela."[3] Entretanto, foi mal sucedido na guerra, e preferia a diplomacia, a espionagem e o suborno à força; submetia os homens a seus objetivos pela persuasão, pelos elogios, ou pelo medo, e mantinha um grande corpo de espiões a seu serviço no país e no estrangeiro; pagava salários secretos regularmente aos ministros de Eduardo IV da Inglaterra.[4] Era capaz de ceder, engolir uma ofensa, fingir humildade, esperar sua oportunidade de vitória ou de vingança. Cometia grandes erros, mas redimia-se deles com engenhosidade inescrupulosa e desconcertante. Provia a todos os pormenores do governo, e na-

da esquecia. Ainda assim reservava tempo para a literatura e a arte, colecionava manuscritos, reconhecia a revolução que a imprensa fazia prever, e apreciava a companhia de homens cultos, principalmente se eram boêmios no sentido parisiense. Em seu exílio de Flandres unira-se ao conde de Charolais para formar uma academia de letrados, que apimentavam seu pedantismo com os alegres contos de Boccaccio; Antoine de la Salle reuniu alguns deles nas *Cent nouvelles nouvelles*. Era duro para com ricos, indiferente aos pobres, hostil às corporações de artesãos, favorável à classe média como seu apoio mais forte, e em qualquer classe impiedoso para com os que se lhe opunham. Após uma rebelião em Perpignan, decretou que todo rebelde banido que ousasse voltar teria os testículos amputados.[5] Em sua guerra contra os nobres mandou prender alguns inimigos ou traidores particulares durante anos em gaiolas de ferro de dois e meio por dois metros; estas foram inventadas pelo bispo de Verdun, que mais tarde ocupou uma durante 14 anos.[6] Ao mesmo tempo Luís era muito dedicado à Igreja, precisando de sua ajuda contra os nobres e os estados. Tinha quase sempre um rosário à mão, e repetia padre-nossos e ave-marias com a assiduidade de uma freira moribunda. Em 1472 instaurou o Angelus — Ave-Maria rezada ao meio-dia pela paz do reino. Visitava relicários sagrados, relíquias autenticadas, subornava os santos para seu serviço, deu sociedade à Virgem em suas guerras. Quando morreu, ele mesmo foi representado como santo em um portal de abadia em Tours.

Com o auxílio de seus erros criou a França moderna. Encontrou-a frouxa associação de principados feudais e eclesiásticos; fê-la nação, a mais poderosa da cristandade latina. Mandou buscar tecelões de seda na Itália, mineiros na Alemanha; melhorou os portos e os transportes, protegeu a navegação francesa, abriu novos mercados para a indústria, e aliou o governo da França à crescente *bourgeoisie* mercantil e financeira. Viu que o desenvolvimento do comércio além das fronteiras locais e nacionais exigia uma administração central forte. O feudalismo já não era necessário para a proteção e o controle da agricultura; os camponeses iam-se lentamente libertando de uma servidão estagnante; já passara o tempo em que os barões feudais podiam fazer leis próprias, cunhar moeda própria, ser soberanos em seus domínios; por meios corretos ou vis haveria de levá-los, um por um, à submissão e à ordem. Restringiu o direito que eles tinham de atravessar as propriedades dos camponeses quando caçavam, fundou um serviço postal governamental que passava através dos estados deles (1464), proibiu-os de financiar guerras particulares, e de todos exigiu os impostos atrasados que tinham deixado de pagar a seus senhores soberanos, os reis de França.

Não gostavam dele. Representantes de 500 famílias nobres reuniram-se em Paris e formaram a *Ligue du bien public* (1464) para defender seus privilégios pelo sagrado nome do bem público. O conde de Charolais, herdeiro do trono da Borgonha, aderiu a essa Liga, desejoso de acrescentar a França setentrional ao seu ducado. O próprio irmão de Luís, Carlos, duque de Berry, passou-se para a Bretanha e chefiou a revolta. Inimigos e exército ergueram-se contra o rei de todos os lados. Se pudessem unir-se, estava perdido; sua única esperança era derrotá-los separadamente. Arremeteu para o sul através do rio Allier e obrigou uma força hostil a render-se; voltou correndo para o norte justamente a tempo de impedir a entrada de um exército borgonhês em sua capital. Cada um dos lados proclamava a vitória na batalha de Montlhéry; os borgonheses recuaram e Luís entrou em Paris; os borgonheses voltaram com os aliados e cercaram a cidade. Não desejando arriscar uma rebelião dos parisienses inteligentes demais para morrerem de fome, Luís concedeu pelo tratado de Conflans (1465) quase tudo

que seus inimigos pediam — terras, dinheiro, cargos; o irmão Carlos recebeu a Normandia. Nada se disse a respeito do bem público; o povo teve de pagar impostos para levantar as quantias pedidas. Luís esperou sua hora.

Logo Carlos entrou em guerra com o duque Francisco da Bretanha, que o prendeu; Luís marchou sobre a Normandia e recuperou-a sem derramamento de sangue. Mas Francisco, desconfiando com razão que Luís queria a Bretanha também, uniu-se ao conde de Charolais — que se tornara então Carlos, o Temerário, duque de Borgonha — em um ataque aliado contra o rei irreprimível. Luís distendeu todos os nervos da diplomacia, fez uma paz em separado com Francisco e concordou em uma conferência com Carlos, em Péronne. Na realidade, ali chegado, Carlos fê-lo prisioneiro e obrigou-o a ceder a Picardia e a repartir o saque de Liège. Luís regressou a Paris no nadir de seu poder e reputação; até as pegas foram ensinadas a zombar dele (1468). Dois anos depois, nesta reciprocidade de traições, Luís aproveitou-se da preocupação de Carlos com a Gelderland, e mandou suas tropas sobre Saint-Quentin, Amiens e Beauvais. Carlos convenceu Eduardo IV a unir-se a ele contra a França, porém Luís comprou a exclusão de Eduardo. Conhecendo a marcada predileção de Eduardo pelas mulheres, convidou-o a ir divertir-se com as senhoras de Paris; ainda mais, designaria a Eduardo, como confessor real, o cardeal de Bourbon, que "de boa vontade o absolveria se ele cometesse algum pecado por motivo de amor ou de galanteria".[7] Manobrou Carlos para levá-lo à guerra contra a Suíça; e quando Carlos foi morto, Luís não só tomou a Picardia como a própria Borgonha (1477). Amaciou os nobres borgonheses com ouro, e agradou o povo tomando uma amante borgonhesa.

Sentia-se agora bastante forte para voltar-se para os barões que o tinham combatido tantas vezes, e tão poucas vezes haviam obedecido a suas intimações para saírem a lutar pela França. Muitos dos senhores que tinham conspirado contra ele em 1465 estavam mortos, ou incapacitados pela idade. Seus sucessores tinham aprendido a temer um rei que cortava as cabeças dos aristocratas traidores e lhes confiscava as propriedades, que formara um forte exército de mercenários, e parecia sempre apto a levantar quantias imensas para compras e subornos. Preferindo gastar o dinheiro de seus súditos a consumir-lhes as vidas, Luís comprou Cerdagne e o Roussillon à Espanha. Adquiriu Rochelle pela morte do irmão; apoderou-se de Alençon e de Blois à força; convenceu René a entregar a Provença à coroa francesa (1481); um ano depois o Anjou e o Maine reverteram à monarquia; em 1483 a Flandres, procurando o auxílio de Luís contra o Sacro Império Romano, cedeu-lhe o condado de Artois, com as prósperas cidades de Arras e Douai. Com os barões subjugados, e os *parlements* municipais e comunas submetidos ao rei, Luís realizou para a França aquela unificação nacional e administração centralizada que, uma década mais tarde, Henrique VII viria a conseguir para a Inglaterra, Fernando e Isabel para a Espanha, e Alexandre VI para os Estados Papais. Embora isso substituísse uma tirania a muitas outras, foi na época um movimento de progresso, aperfeiçoando a ordem interna e a segurança externa, estabilizando a moeda e as medidas, amoldando os dialetos em uma língua, e preparando o crescimento da literatura vernácula na França. A monarquia não era absoluta; os nobres detinham grande poderes, e geralmente era pedido o consentimento dos Estados Gerais para novos impostos. Os nobres, os funcionários e o clero eram isentos de impostos: os nobres por terem lutado pelo povo, os funcionários porque eram pagos e subornados tão modicamente e o clero porque protegia o rei e o país com suas orações. A opinião pública e os costumes populares censuravam o rei; o *par-*

lement local ainda afirmava que nenhum edito real podia tornar-se lei nos seus distritos enquanto ele não a aceitasse e registrasse. Não obstante fora aberto o caminho para Luís XIV e para o *L'état c'est moi*.

No meio de todos esses triunfos o próprio Luís decaía em corpo e espírito. Fechou-se em Plessis-les-Tours, temendo um assassínio, desconfiando de todos, não recebendo quase ninguém, punindo faltas e erros com crueldade, e vez por outra trajando roupas cuja magnificência contrastava com o vestuário pobre do princípio de seu reinado. Tornou-se tão magro e pálido que aqueles que o viam mal podiam acreditar que ainda não estivesse morto.[8] Durante anos sofrera terrivelmente de hemorróidas,[9] e tivera ataques apopléticos diversas vezes. A 25 de agosto de 1483 outro ataque privou-o da fala; e cinco dias depois morreu.

Os súditos rejubilaram-se, pois ele os fizera pagar atrozmente suas derrotas e vitórias; o povo ficara mais pobre, à medida que a França se tornara maior sob seu governo impiedoso. Não obstante, as eras futuras iriam beneficiar-se por ter ele subjugado os nobres, reorganizado as finanças, a administração e a defesa, ter fomentado a indústria, o comércio e a imprensa e formado um Estado moderno unificado. Como escreveu Comines, "Se se contassem todos os dias de sua vida em que as alegrias e os prazeres suplantaram seus aborrecimentos e preocupações, seriam tão poucos que haveria 20 dias tristes para um agradável".[10] Ele e sua geração pagaram pela futura prosperidade e esplendor da França.

II. A AVENTURA ITALIANA

Carlos VIII tinha 13 anos quando o pai morreu. Durante oito anos, sua irmã, Anne de Beaujeu, apenas 10 anos mais velha do que ele, governou sabiamente a França como regente. Reduziu as despesas do governo, perdoou ao povo um quarto do imposto por cabeça, readmitiu muitos exilados, libertou muitos prisioneiros, e resistiu com êxito à tentativa dos barões, em sua *Guerre Folle* ou Guerra Louca (1485), de recuperar a semi-soberania que Luís havia derrubado. Quando a Bretanha se uniu a Orléans, Lorena, Angoulême, Orange e Navarra em uma revolta posterior, sua diplomacia e o comando de Louis de la Trémouille derrotaram a todas, e ela fez cessar o tumulto com êxito combinando o casamento de Carlos com Ana da Bretanha, que levou seu grande ducado como dote à coroa de França (1491). A regente retirou-se então do governo, e viveu seus restantes 31 anos em tranqüilo esquecimento.

A nova rainha era uma outra Ana, bem diferente. Baixa, chata, magra, aleijada, com um nariz grosso acima de uma boca larga, em um rosto comprido, gótico, tinha espírito próprio, e era tão astuta e parcimoniosa quanto podia ser uma bretã. Embora se vestisse simplesmente de vestido e coifa negros, sabia, em ocasiões de aparato, cintilar de jóias e de panos de ouro; e era ela, mais do que Carlos, que protegia os artistas e poetas, e encarregou Jean Bourdichon de pintar *Les heures d'Anne de Bretagne*. Nunca se esquecendo de sua amada Bretanha e de seus costumes, ocultava o orgulho sob a modéstia, cosia diligentemente, e lutava para reformar a moral do marido e da corte.

Carlos, diz o mexeriqueiro Brantôme, "gostava das mulheres mais do que podia suportar sua frágil constituição".[11] Depois do casamento limitou-se a uma amante. Não podia queixar-se da aparência da rainha; ele mesmo era um corcunda macrocéfalo, seus traços eram feios, os olhos grandes, sem cor e míopes, o lábio superior

grosso e caído, a fala hesitante, as mãos tremiam espasmodicamente.[12] Entretanto, era um bom gênio, bondoso, às vezes idealista. Lia romances de cavalaria, e teve a idéia de reconquistar Nápoles para a França e Jerusalém para a cristandade. A casa de Anjou tinha possuído o reino de Nápoles (1268-1435) até ser expulsa por Afonso de Aragão; as pretensões dos duques de Anjou tinham sido concedidas a Luís XI; eram agora proclamadas por Carlos. Seu conselho considerava-o a última pessoa no mundo indicada para chefiar um exército em uma guerra importante; mas esperava que a diplomacia pudesse facilitar-lhe o caminho, e que uma Nápoles capturada permitisse ao comércio francês dominar o Mediterrâneo. Para proteger os flancos reais, cederam o Artois e o Franco-Condado a Maximiliano da Áustria, e Cerdagne e o Roussillon a Fernando de Espanha; pensaram em apoderar-se de metade da Itália para os refugos da França. Pesados impostos, pedras preciosas hipotecadas e empréstimos de banqueiros genoveses e de Lodovico, regente de Milão, forneceram um exército de 40.000 homens, 100 canhões pesados e 86 navios de guerra.

Carlos pôs-se alegremente a caminho (1494), talvez não relutando em deixar duas Anas para trás. Foi bem recebido em Milão (que tinha contas a ajustar com Nápoles), e achou as damas irresistíveis. Deixou uma fileira de filhos naturais pelo caminho, mas recusou-se elegantemente tocar em uma donzela relutante que tinha sido requerida para seu prazer por seu *valet-de-chambre*; em vez disso, mandou buscar o apaixonado da moça, presidiu o noivado deles e deu-lhe um dote de 500 coroas.[13] Nápoles não tinha força capaz de lhe resistir; entrou na cidade com um triunfo fácil (1495), apreciou seu cenário, a cozinha, as mulheres, e esqueceu Jerusalém. Parece que foi um dos franceses de sorte que não contraíram, nessa campanha, a doença venérea que mais tarde foi chamada de *morbus gallicus* porque se espalhou muito rapidamente na França depois da volta das tropas. Uma "Santa Aliança" de Alexandre VI, Veneza e Lodovico de Milão (que tinha mudado de idéia) obrigou Carlos a evacuar Nápoles e a retirar-se através de uma Itália hostil. Seu reduzido exército travou uma batalha decisiva em Fornovo (1495) e voltou apressadamente para a França, carregando com ele, entre outros contágios, a Renascença.

Foi em Fornovo que Pierre Terrail, senhor de Bayard, então com 22 anos, mostrou pela primeira vez a coragem que lhe valeu em parte o título célebre de *le chevalier sans peur et sans reproche*. Nascido no château Bayard no Delfinado, descendia de família nobre, na qual todos os chefes, durante dois séculos, tinham morrido em batalha; e nesse encontro Pierre parecia disposto a continuar a tradição. Por duas vezes os cavalos que montava foram mortos sob seu corpo, capturou um estandarte inimigo e foi feito cavaleiro pelo rei agradecido. Em uma época de grosseria, promiscuidade e traição, conservou todas as virtudes da cavalaria — magnânimo sem ostentação, leal sem servilismo, honrado sem orgulho insolente e demonstrando através de uma dúzia de guerras um espírito tão bondoso e alegre que os contemporâneos o chamavam *le bon chevalier*. Tornaremos a encontrá-lo.

Carlos sobreviveu três anos à sua viagem à Itália. Indo assistir a uma partida de tênis em Amboise, bateu com a cabeça em uma porta mal fechada e morreu de uma lesão cerebral com 28 anos de idade. Como seus filhos o haviam precedido, o trono passou para seu sobrinho, o duque de Orléans, que se tornou Luís XII (1498). Nascido de Carlos de Orléans quando o poeta tinha 70 anos, Luís estava agora com 36 anos e já de saúde combalida. A moral dele era anormalmente decente para a época, e tinha maneiras tão francas e simpáticas que a França aprendeu a amá-lo apesar de suas guer-

ras fúteis. Pareceu culpado de descortesia quando, no ano de sua ascensão, divorciou-se de Joana de França, filha de Luís XI; mas tinha sido obrigado por aquele rei inflexível a casar-se com a moça antipática quando tinha apenas 11 anos. Nunca pôde criar afeição por ela; e agora convencera Alexandre VI — em retribuição a uma noiva, um condado e uma pensão da França ao filho do Papa, César Bórgia — a anular o casamento sob pretexto de consagüinidade, e a sancionar sua união com a viúva Ana da Bretanha, que levara o ducado com o enxoval. Instalaram-se em Blois, e deram à França um exemplo real de devoção e lealdade mútuas.

Luís XII ilustrou a superioridade do caráter sobre o intelecto. Não tinha o espírito industrioso de Luís XI, mas tinha boa vontade e bom senso, e espírito suficiente para delegar muitos de seus poderes a auxiliares escolhidos com sabedoria. Deixou a administração e grande parte da política a seu amigo de toda a vida Georges, cardeal d'Amboise; e este prelado prudente e bondoso conduziu tão bem os negócios que o público caprichoso, quando surgia qualquer tarefa nova, dava de ombros e dizia: "Georges que faça isso".[14] A França ficou estupefata ao ver os impostos reduzidos, primeiro de um décimo, depois de um terço. O rei, embora educado na riqueza, gastava o menos possível consigo e com a corte, e não sustentava favoritas. Aboliu a venda de cargos, proibiu a aceitação de presentes pelos magistrados, abriu o serviço postal do governo ao uso privado, e limitou-se a escolher, para qualquer vaga administrativa, um dentre três homens nomeados pelo judiciário, e a não remover qualquer funcionário do estado a não ser depois de julgamento público e prova de desonestidade ou incompetência. Alguns comediantes e cortesãos zombavam de suas economias, mas ele aceitava as zombarias com bonomia. "Por entre o palavreado deles", dizia, "podem às vezes dizer-nos verdades úteis; que se divirtam, contanto que respeitem a honra das mulheres.... Prefiro fazer os cortesãos rirem com minha sordidez a fazer o povo chorar com minha extravagância."[15] A maneira mais certa de agradar ao rei era indicar-lhe algum meio novo de beneficiar o povo.[16] Este exprimia sua gratidão chamando-o de *Père du Peuple*. Nunca em sua memória conhecera a França tal prosperidade.

Foi uma pena que esse reinado feliz manchasse sua história com as invasões posteriores da Itália. Talvez Luís e outros reis franceses empreendessem tais sortidas para entreter e dizimar os nobres belicosos que de outro modo poderiam ter perturbado a França com a guerra civil, ameaçando a ainda instável monarquia e a unidade nacional. Após 12 anos de vitórias na Itália, Luís XII teve de retirar suas tropas da península, e depois foi derrotado pelos ingleses em Guinegate (1513) em uma batalha irrisoriamente chamada Batalha das Esporas porque a cavalaria francesa fugiu do campo com estranha pressa. Luís fez a paz, e daí em diante contentou-se em ser apenas rei de França.

A morte de Ana da Bretanha (1514) completou o ciclo de suas aflições. Ela não lhe dera herdeiro, e foi com pouco prazer que ele casou a filha Claude com Francisco, conde de Angoulême, agora o seguinte na linha de sucessão. Seus auxiliares insistiram com ele, aos 52 anos de idade, para que tomasse uma terceira esposa e castigasse o esfuziante Francisco com o nascimento de um filho. Aceitou Maria Tudor, a irmã de 16 anos de Henrique VIII. Esta impôs ao rei doente uma vida alegre e exaustiva, insistindo em todas as atenções devidas à beleza e à mocidade. Luís morreu no terceiro mês de seu casamento (1515), deixando ao genro uma França vencida, mas próspera, que se lembraria com afeição do Pai do Povo.

III. O SURGIMENTO DOS "CHÂTEAUX"

Todas as artes francesas, menos a arquitetura eclesiástica, sentiam agora a influência da monarquia fortalecida e de suas expedições italianas. A construção de igrejas continuou com o gótico *flamboyant*, revelando sua própria decadência pela decoração extravagante e pela prodigalidade de pormenores, porém morrendo como uma cortesã de ópera com toda a fascinação da delicadeza, adorno e graça femininos. Assim mesmo, iniciaram-se algumas esplêndidas igrejas nessa época: São Volfrano em Abbeville, Santo Estêvão du Mont em Paris e o pequeno e perfeito templo erguido em Brou por Margarida da Áustria em memória de seu marido Filiberto II de Sabóia. Velhas estruturas ganharam novos encantos. A catedral de Ruão denominou seu pórtico norte de *Portail des Libraires* devido às estantes de livros que ficavam no pátio; o dinheiro acumulado pelas indulgências para comer manteiga, em Lent, financiou a linda torre do sul, que o espírito francês chamou por causa disso de *Tour du Beurre*; e o cardeal d'Amboise encontrou fundos para a fachada ocidental no mesmo estilo *flamboyant*. Beauvais deu à sua obra-prima inacabada um transepto sul cujos pórtico e rosácea superam muitas fachadas principais; Senlis, Tours e Troyes melhoraram seus templos; e, em Chartres, Jean le Texier construiu uma exuberante agulha a noroeste bem como uma grade de coro magnífica que mostravam as idéias da Renascença impondo-se às linhas góticas. Em Paris a bela Tour St.Jacques é a sobrevivente restaurada de uma igreja erguida neste período a São Tiago, o Maior.

Nobres edifícios civis redimiram as discórdias e o caos da época. Imponentes palácios municipais ergueram-se em Arras, Douai, Saint-Omer, Noyon, Saint-Quentin, Compiègne, Dreux, Evreux, Orléans, Saumur. Grenoble construiu um *Palais de Justice* em 1505, Ruão construíra um outro ainda mais esplêndido em 1493; Robert Ango e Roland Leroux projetaram-no em gótico ornamentado, o século XIX redecorou-o, e a Segunda Guerra Mundial arrasou-o.

Este foi o primeiro século dos *châteaux* franceses. A Igreja tinha sido submetida ao Estado; o prazer deste mundo sobrepunha-se à preparação para o outro; os reis seriam eles mesmos deuses, e fariam para seu prazer um paraíso maometano ao longo do Loire. Entre 1490 e 1530 o *château fort* ou castelo fortificado modificou-se para o *château de plaisance* (castelo de recreio). Carlos VIII, voltando de sua campanha napolitana, pediu a seus arquitetos um palácio tão esplêndido quanto os que vira na Itália. Levou consigo o arquiteto Fra Giovanni Gicondo, o escultor e pintor Guido Mazzoni, o entalhador Domenico Bernabei "Boccador", e mais 19 artistas italianos, até um paisagista, Domenico Pacello.[17] Já havia restaurado o velho castelo de Amboise; agora encarregava esses homens, auxiliados por construtores e artesãos franceses, de transformá-lo "no estilo da Itália" em luxuoso *logis du roi*, residência real.[18] O resultado foi soberbo: uma multidão de torres, pináculos, cornijas, modilhões, trapeiras e sacadas, erguendo-se imponentes na encosta que dominava o rio tranqüilo. Uma nova espécie de arquitetura acabava de nascer.

O estilo ofendeu patriotas e puristas por unir torres góticas a palácios da Renascença, e por substituir a decoração *flamboyant* pelas formas e pormenores clássicos. As muralhas, as torres cilíndricas, os telhados altos e em declive, as ameias com seteiras, os fossos ainda eram medievais, lembrando o tempo em que a casa de um homem tinha de ser seu castelo e sua fortaleza; mas o novo espírito tirou a habitação de sua maciça concha marcial, alargou as janelas em linhas retilíneas para deixar entrar o sol,

embelezou-as com molduras de pedra lavrada, enfeitou o interior com pilastras clássicas, cornijas, medalhões, estátuas, arabescos e relevos, e rodeou a construção de jardins, fontes, flores, e, geralmente, um bosque para caça ou uma risonha planície. Nestes surpreendentes lares de luxo, a escuridão cedeu o lugar à luz, o medo e a tristeza medievais à confiança, audácia e alegria da Renascença. O amor pela vida tornou-se um estilo de arquitetura.

Daríamos um crédito indevido a esta primeira época dos *châteaux* se lhe atribuíssemos a origem ou o desenvolvimento completo deles. Muitos tinham existido anteriormente como castelos, e foram simplesmente modificados; os séculos XVI e XVII aperfeiçoaram a forma até uma elegância aristocrática, o século XVIII mudou a maneira e substituiu a lírica alegre dos *châteaux* pelo épico grandioso de Versalhes. O castelo-*château* de Chinon já era velho quando Carlos VII recebeu Joana d'Arc ali (1429), e Loches já tinha uma longa história como residência real e prisão quando Lodovico, o Mouro, chegou ali como prisioneiro (1504), depois da segunda captura de Milão por Luís XII. Por volta de 1460 Jean Bourré, ministro de estado de Luís XI, restaurou o castelo do século XIII de Langeais em um feitio essencialmente medieval — embora seja ele ainda um dos *châteaux* mais bem conservados. Em Chaumont, por volta de 1473, Charles d'Amboise construiu outro *château* à moda medieval; e em Gaillon, o cardeal, seu irmão, ergueu um imenso castelo *château* (1497-1510), que a Revolução incontidamente destruiu. Dunois, nobre "bastardo de Orléans", restaurou o *château* de Châteaudun (1464), e o cardeal de Orléans-Longueville acrescentou-lhe uma ala nova na mistura gótico-renascentista. O *château* de Blois ainda tem seções do século XIII; Luís XII construiu nele uma ala oriental, em harmoniosa união de tijolo e pedra, de pórtico gótico e janelas renascentistas; mas sua glória suprema esperava por Francisco I.

A escultura gótica fez sua retirada com infinita graça na bela ornamentação entalhada dos túmulos e do retábulo da igreja de Brou, em que a figura da Sibila Agrippa é uma forma tão bela quanto qualquer uma de Chartres ou Reims. Mas nesse meio tempo os artistas italianos remodelavam a escultura francesa para a independência, a simetria e a graça da Renascença. O intercâmbio entre a França e a Itália ia aumentando através das visitas de eclesiásticos, diplomatas, comerciantes e viajantes; objetos de arte italianos importados, principalmente pequenos bronzes, serviam de exemplos das formas e gosto da Renascença bem como clássicos. Com Carlos VIII e Georges e Charles d'Amboise o movimento tornou-se corrente impetuosa. Foram artistas italianos que fundaram a italianizada "Escola de Amboise" na capital rural dos reis. Os túmulos da realeza francesa na igreja de St. Denis são um atestado monumental da transição de sombria dignidade da escultura gótica para a elegância suave e a decoração alegre do desenho renascentista, proclamando a glória e celebrando a beleza até no triunfo da morte.

A transição foi personificada em Michel Colombe. Nascido por volta de 1431, já era descrito em 1467 como "o escultor supremo do reino francês", muito antes da invasão francesa e da absorção da Itália. A escultura gaulesa tinha sido até então quase que toda em pedra; Colombe importou o mármore genovês, e esculpiu nele figuras ainda severas com a intensidade gótica, porém colocadas em molduras de exuberante ornamentação clássica. Para o *château* de Gaillon esculpiu um precioso alto-relevo de *São Jorge e o Dragão* — um cavaleiro sem vida sobre um cavalo fogoso, tudo cercado de colunas, cornijas e cúpula de desenho renascentista. Em *A Virgem do Pilar*, esculpida em pedra para a igreja de St. Galmier, Colombe realizou toda a delicadeza do estilo italiano na modéstia e ternura dos traços, nas linhas suaves do cabelo caído. E talvez tenha sido Colombe que, em idade avançada, esculpiu o Sepulcro da Páscoa (1496) na igreja do priorado de Solesme. (Reproduzido no Metropolitan Museum of Art de Nova York.)

Na pintura, a França sentiu a influência dos Países-Baixos tanto quanto da Itália. Nicolas

Froment principiou com um realismo quase holandês em *A Ressurreição de Lázaro*. Mas em 1476 mudou-se de Avinhão para Aix-en-Provence, e pintou um tríptico para René de Anjou, *A Sarça Ardente*, cujo painel central, mostrando a Virgem no trono, tem qualidades italianas ao fundo, com sua Madonna morena, seu majestoso Moisés, seu anjo encantador, seu cão atento e sua ovelha confiante; aqui a Itália tivera vitória completa. Uma evolução de estilo semelhante marcou a obra do "Mestre de Moulins" — provavelmente Jean Perréal. Foi à Itália com Carlos VIII e novamente com Luís XII; regressou com metade das artes da Renascença no repertório — miniaturista, muralista, retratista, escultor e arquiteto. Em Nantes desenhou — e Colombe esculpiu — o imponente túmulo do duque Francisco II da Bretanha; e em Moulins homenageou seus protetores, Anne e Pierre de Beaujeu, com os belos retratos agora expostos no Louvre.

As artes menores não conservaram a excelência do fim da Idade Média. Enquanto os iluministas flamengos tinham passado havia muito para assuntos seculares e cenas terrenas, as miniaturas de Jean Bourdichon em *Les heures d'Anne de Bretagne* (1508) representavam um regresso à simplicidade e à piedade medievais — as lindas lendas da Virgem e do Menino, a tragédia do Gólgota, o triunfo da ressurreição, as histórias dos santos; a pintura sem ornatos, o fundo clássico, a cor rica e pura, tudo em serena atmosfera de refinamento e sentimento femininos.[19] Como que contrastando com isso, o vitral da época adotou um naturalismo flamengo, à primeira vista impróprio para janelas que levavam luz transfigurada aos solos das catedrais; entretanto, o vidro pintado nessa época para Auch, Ruão e Beauvais conserva um pouco da glória do século XIII. Então, Limoges tornou a acender seus fornos, que tinham ficado frios durante um século, e rivalizou com a Itália e o Islã na pintura de vasos com esmaltes translúcidos. Os entalhadores de madeira não tinham perdido a perícia; Ruskin achou os bancos do coro da catedral de Amiens os melhores da França.[20] As tapeçarias coloridas no fim do século XV chamaram a atenção de George Sand no *Château* de Brissac (1847), e tornaram-se um tesouro do Museu de Cluny em Paris; o Museu de Gobelins possui uma estupenda tapeçaria (*ca.* 1500) de músicos tocando em um jardim de flores-de-lis.

De modo geral, excetuando-se os *châteaux*, o século XV foi uma época fraca na arte francesa. O solo foi arado pelos pés dos soldados e fertilizado com o sangue da guerra; mas somente no fim dessa era teriam os homens meios e tempo de espalhar as sementes da messe que Francisco I iria colher. O auto-retrato de Fouquet trai uma era de humilhação e desespero; as miniaturas de seu aluno Bourdichon refletem a paz familiar do segundo casamento de Luís XII, e o conforto sorridente da terra reconquistada. O pior já tinha passado pela França; o melhor estava prestes a chegar.

IV. FRANÇOIS VILLON: 1431-80

Não obstante, este século de lutas e de caos produziu um grande poeta e um grande historiador. Como um dos resultados da economia nacional e do governo centralizado, a literatura francesa usava agora a linguagem de Paris, viesse o autor da Bretanha, da Borgonha ou da Provença. Como para provar que o francês tinha ficado adulto, Philippe de Comines escolheu-o, e não ao latim, para suas *Mémoires*. O sobrenome de Comines provém da Flandres, onde nasceu. Descendia de linhagem favorecida, pois o duque Filipe V era seu padrinho, foi criado na corte de Borgonha, e aos 17 anos (1464) estava na escolta do conde de Charolais. Quando o conde, que se tornara Carlos, o Temerário, capturou Luís XI em Péronne, Comines reprovou o procedimento do duque, talvez lhe tenha previsto a queda, e sabiamente passou-se para o serviço do rei. Luís fê-lo seu camareiro e enriqueceu-o com propriedades, e Carlos VIII enviou-o em missões diplomáticas. Entrementes, Comines compôs dois clássicos da literatura histórica: *Mémoires, cronique, et hystoire du roy Louis onziesme*, e *Cronique du roi Charles huytiesme* — narrativas escritas em francês claro e simples por um homem que conhecia o mundo e tinha participado dos acontecimentos que descrevia.

Esses livros são um exemplo da extraordinária riqueza da literatura francesa em memórias. Têm suas falhas: transcorrem na maior parte em guerras; não são tão frescos e vívidos como os de Froissart, Villehardouin ou Joinville; fazem reverências demais a Deus enquanto admiram o governo inescrupuloso de Luís XI; muitas vezes as digressões divagadoras são poços de sensaboria. Mesmo assim Comines passa por ser o primeiro historiador filosófico moderno: busca as relações de causa e efeito, analisa o caráter, os motivos e as hipocrisias, julga objetivamente o procedimento, e estuda acontecimentos e documentos originais para esclarecer a natureza do homem e do Estado. Nestes pontos antecipa Maquiavel e Guicciardini, em sua apreciação pessimista da humanidade:

> Nem a razão natural, nem o nosso conhecimento, nem o amor de nosso próximo, nem qualquer outra coisa é sempre suficiente para nos impedir de usar de violência uns com os outros, ou para evitar que retenhamos o que já possuímos, ou para dissuadir-nos de usurpar as propriedades dos outros por todos os meios possíveis.... Os homens maus ficam piores com o saber, mas os bons melhoram intensamente.[21]

Como Maquiavel, espera que seu livro ensinará aos príncipes um ou outro estratagema:

> Talvez as pessoas inferiores não se dêem ao trabalho de ler estas memórias, mas os príncipes... talvez o façam, e encontrem alguma informação que lhes recompense o trabalho.... Pois embora nem os inimigos nem os príncipes sejam sempre iguais, ainda assim, sendo seus negócios muitas vezes os mesmos, não é sem proveito estar informado do que é o passado.... Um dos maiores meios de um homem tornar-se sábio é ter estudado história... e ter aprendido a enquadrar e proporcionar nossos conselhos e empreendimentos segundo o modelo e exemplo de nossos predecessores. Pois nossa vida é de curta duração, e insuficiente para nos dar experiência de tantas coisas.[22]

O imperador Carlos V, o mais sábio governante cristão de seu tempo, concordou com Comines, e classificou as *Mêmoires* como seu breviário.

O público em geral preferia romances, farsas e sátiras. Em 1508 apareceu a versão francesa do *Amadis de Gaula*. Uma dúzia de companhias de atores continuavam a apresentar *mistères*, moralismos, farsas e *soties* — extravagâncias que zombavam de todo mundo, inclusive de padres e reis. Pierre Gringoire foi um mestre nesta modalidade, escrevendo e representando *soties* com vivacidade e êxito por uma geração inteira. A farsa mais duradoura da literatura francesa, *Maistre Pierre Pathelin*, foi representada pela primeira vez por volta de 1464, repetindo-se até 1872.[23] Pathelin é um pobre advogado faminto de casos. Convence um negociante de fazendas a vender-lhe seis varas de pano, e convida-o para jantar naquela noite a fim de receber o pagamento. Quando o comerciante chega, Pathelin está de cama ardendo em fingida febre, e afirma nada saber a respeito das varas ou do jantar. O comerciante sai indignado, encontra o pastor de seu rebanho, acusa-o secretamente de dispor de vários carneiros e convoca-o perante um juiz. O pastor procura um advogado barato e encontra Pathelin, que o aconselha a fingir de idiota e a responder a todas as perguntas com o *bê* do carneiro. O juiz, iludido com os bés e atrapalhado pela mistura de queixas do comerciante tanto contra o pastor como contra o advogado, proporciona à França uma frase célebre ao pedir a todas as partes: *Revenons à ces moutons* — "Voltemos a esses carneiros";[24] e por fim, desesperando de extrair qualquer lógica da confusão, encerra o caso. O triunfante Pathelin pede a sua paga, mas o pastor responde apenas "bé", e o mentiroso esperto é enganado pelo simplório. A história desenrola-se com todo o espírito de uma altercação gaulesa. Rabelais deve ter rememorado Pathelin quando imaginou Panurge, e Molière reencarnou Gringoire e o autor desconhecido desta peça.

O vulto inesquecível da literatura francesa do século XV é François Villon. Mentia, furtava, enganava, tinha casos amorosos e matava como os reis e nobres de seu tempo,

porém com mais ritmo e razão. Era tão pobre que não podia chamar de seu nem o próprio nome. Nascido François de Montcorbier (1431), crescendo no meio de doenças e miséria em Paris, e adotado por um padre bondoso chamado Guillaume de Villon, ele tomou o nome do pai adotivo, desonrou-o e deu-lhe imortalidade. Guillaume conformou-se com as loucuras e madraçarias do rapaz, custeou-lhe os estudos na universidade, e sentiu um consolo orgulhoso quando François recebeu o grau de doutor em letras (1452). Durante três anos depois disso Guillaume deu-lhe cama e comida nos claustros de St. Benoît, esperando que o doutor se tornasse adulto.

Deve ter entristecido os corações de Guillaume e da mãe de François vê-lo deixar a piedade pela poesia, a teologia pelo assalto. Paris estava abarrotada de devassos, meretrizes, charlatães, ladrões sorrateiros, mendigos, fanfarrões, alcoviteiras e bêbados, e o moço despreocupado fez amigos em quase todas as categorias; por algum tempo serviu de proxeneta.[25] Talvez tivesse recebido religião demais, e achasse que um claustro saturava; é particularmente difícil para um filho de padre apreciar os Dez Mandamentos. A 5 de junho de 1455, um padre, Filipe Chermoye, teve uma briga com ele (diz François) e cortou-lhe o lábio com uma faca, quando então Villon o golpeou tão profundamente na virilha que dali a uma semana Filipe morreu. Herói entre os companheiros, criminoso procurado pela polícia, o poeta fugiu de Paris e durante quase um ano escondeu-se no campo.

Voltou "abatido e pálido", de traços finos e pele seca, com um olho sempre à espreita dos policiais, forçando fechaduras ou um bolso de vez em quando, e morrendo de fome e de amor. Apaixonou-se por uma jovem burguesa, que o suportou até poder encontrar um cavalheiro melhor, que o derrotou; amou-a mais ainda, porém celebrou-a mais tarde como *ma damoyselle au nez tortu* — "minha dama de nariz torto". Por essa época (1456) compôs *Le petit testament*, o mais curto de seus testamentos poéticos; pois tinha muitas dívidas e ofensas a pagar, e nunca sabia quando poderia encerrar a vida com um nó. Repreende seu amor pela parcimônia de sua carne, manda seu capuz a Robert Vallée, para "vestir sua amante com mais decência", e lega a Pernet Marchand "três molhos de palha ou de feno, para deitar no chão nu, e assim fazer o jogo do amor". Deixa para seu barbeiro "as pontas e as sobras de meu cabelo"; e deixa seu coração, "miserável, fraco, mudo e morto", àquela que "tão obstinadamente me baniu de sua vista".[26] Após ter disposto de toda a sua fortuna parece que lhe falta o pão. Na véspera do Natal de 1456, participou com outros três do roubo de 500 coroas ($12,500?) do Colégio de Navarra. Munido de seu quinhão, François voltou a residir no campo. Durante um ano desaparece da paisagem histórica; no inverno de 1457, vamos encontrá-lo entre os poetas recebidos em Blois por Carlos de Orléans. Villon tomou ali parte em um torneio poético, e deve ter agradado, pois Carlos deteve-o durante algumas semanas como hóspede, e tornou a encher a bolsa desprevenida do rapaz. Depois, algum capricho ou briga arrefeceu-lhe a amizade, e François voltou para a estrada, fazendo uma apologia em versos. Caminhou para o sul até Bourges, trocou um poema por um presente do duque João II de Bourbon, e avançou até o Roussillon. Pela sua poesia, nós o imaginamos vivendo de presentes e empréstimos, de frutas, nozes e galinhas surripiadas das granjas que beiravam as estradas, conversando com camponesas e criadas de hospedaria, cantando ou assobiando nas estradas, desviando-se da polícia nas cidades. Mais uma vez nós o perdemos de vista; depois, de repente, reaparece, em 1460, condenado à morte em uma prisão de Orléans.

Não sabemos o que o levou a essa contingência; sabemos apenas que em julho daquele ano Maria de Orléans, filha do duque poeta, fez uma entrada oficial na cidade, e que Carlos celebrou o acontecimento com uma anistia geral aos prisioneiros. Villon emergiu da morte para a vida em um êxtase de alegria. Logo faminto, tornou a roubar, foi apanhado e — sendo-lhe assinaladas as fugas anteriores — foi atirado a uma masmorra escura e úmida na aldeia de Meung-sur-Loire, perto de Orléans. Viveu ali quatro meses com os ratos e os sapos, mordendo o lábio ferido e jurando vingança contra um mundo que castigava os ladrões e deixava os poetas morrerem de fome. Mas nem todo mundo era mau. Luís XI, passando por Orléans, declarou outra anistia, e Villon, ao saber que estava livre, dançou um fandango sobre a palha da prisão. Voltou correndo para Paris ou arredores; e agora, velho e calvo, sem um vintém aos 30 anos, escreveu seus maiores poemas, a que chamou simplesmente de *Les Lais* (*Os Lais*); a posteridade, encontrando tantos apresentados novamente sob a forma de legados irônicos, intitulou-os *Le grand testament* (1461-62).

Deixa os óculos para o hospital de cegos pobres, a fim de que possam, se souberem, distinguir os bons dos maus, os vis dos grandes, entre os esqueletos do carneiro dos Inocentes. Tão cedo na vida obcecado pela morte, chora a mortalidade da beleza, e canta a *Ballade des dames du temps jadis* — das belas de outrora:

Dictes moy ou, n'en quel pays,
Est Flora la belle Romaine,
Archipiades, ne Thaïs,
Qui fut sa cousine germaine,
Echo parlant quant bruyt on maire,
Dessus rivière ou sus estan,
Que beaulté ot trop plus qu'humaine.
Mais ou sont les neiges d'antan?

Dizei-me onde, em que país,
Está Flora, a bela romana,
Arquipíada, ou Taís,
Que foi sua prima germana,
Eco, falando quando se faz ruído,
Sobre o rio ou sobre lago,
Quem teve beleza muito mais do que humana?
Mas onde estão as neves de outrora?[27]

Acha que é pecado imperdoável da natureza deliciar-nos com a beleza e depois aniquilá-la em nosso braços. Seu poema mais amargo é *Les regrets de la belle heaulmière* — os arrependimentos da bela cortesã:

Que foi feito dessa fronte lisa?
    Esses loiros cabelos, sobrancelhas arqueadas?
Esse grande cenho, o olhar bonito,
    De que eu recebia os mais sutis?
    Esse belo nariz reto, nem grande nem pequeno;
    Essas pequenas orelhas bem feitas,
Queixo pontudo, claro rosto de finos traços,
E esses lindos lábios vermelhos?[28]

A descrição vai de atrativo em atrativo, sem omitir qualquer uma; e então, em uma litania queixosa, cada encanto esmorece:

> Os seios todos murchos e sumidos,
> Os quadris, como as tetas, encolhidos
> As coxas não mais parecem coxas,
> Mirradas e manchadas como salsichas.

E assim, não amando mais o amor nem a vida, Villon lega a si mesmo ao pó:

> Portanto, meu corpo dou e lego
> À nossa avó a terra;
> Nele os vermes acharão pouco sustento;
> A fome o vem gastando há muitos anos.

Deixa seus livros com gratidão ao pai adotivo; e como presente de despedida à velha mãe, compõe para ela uma humilde balada à Virgem. Pede perdão a todos menos aos que o prenderam: a monges e freiras, mascarados e cantores, lacaios e sedutores, "lascivas que exibem todos os seus encantos... aos brigões, impostores e alegres dançarinos, palhaços com seus macacos e tapetes estendidos... amáveis e simples, vivos e mortos — brado a todos perdão".[29] Assim

> Aqui se fecha e termina o Testamento
> (O grande e o pequeno) do pobre Villon!
> Vinde ao seu enterro,
> Quando ouvirdes o carrilhão...
> Príncipe, meigo como um filhote de esmerilhão,
> Saiba o que ele fez, com seu último alento;
> Bebeu um grande trago de vinho tinto,
> Quando sentiu seu fim se aproximar.[30]

Apesar desses testamentos e despedidas, não pôde esgotar tão cedo a taça da vida. Em 1462 voltou para Guillaume de Villon e para os claustros, e sua mãe se rejubilou. Mas a lei não o esquecera. O Colégio de Navarra fê-lo prender, e só consentiu na liberdade dele sob a condição de que devolvesse sua parte no roubo de seis anos antes — 40 coroas por ano durante três anos. Na noite de sua soltura teve a má sorte de estar em companhia de dois dos seus antigos companheiros de crime quando principiaram uma briga de bêbados em que um padre foi apunhalado. Parece que Villon não teve culpa no caso; retirou-se para o quarto e rezou pela paz. Não obstante, foi novamente preso; foi torturado estranhamente, com o carrasco despejando-lhe água pela garganta até o ponto de arrebentar; e depois, para seu espanto, foi condenado à forca. Durante várias semanas permaneceu encarcerado, esperando e desesperando. E então, esperando a morte para si e para os companheiros, compõe uma triste despedida ao mundo:

> Irmãos humanos, que vivereis depois de nós,
> Não tenhais contra nós os corações endurecidos;
> Pois, se piedade tiverdes de nós pobres,
> Deus antes terá de vós pena.
> Aqui nos vedes atados, cinco, seis,

Quanto à carne, que alimentamos demais,
Há muito tempo está devorada e podre,
E nós, ossos, nos tornamos cinza e pó;
De nosso mal ninguém sorria,
Mas pedi a Deus que a todos nos absolva!

A chuva nos molhou e lavou,
E o sol nos secou e queimou;
Pegas, corvos, nossos olhos furaram,
E a barba e as sobrancelhas nos arrancaram;
Nunca, jamais, nos sentamos;
Aqui e lá, como o vento varia,
À sua vontade sempre nos leva,
Mais picados pelos pássaros do que o dedal da costura.
Portanto, não sejais de nossa confraria,
Mas pedi a Deus que a todos nos absolva.[31]

Ainda não completamente desesperado, Villon convenceu o carcereiro a levar um recado a seu pai adotivo, e a levar à corte do *parlement* um apelo de uma sentença tão patentemente injusta. Guillaume de Villon, que podia perdoar setenta vezes sete, mais uma vez intercedeu pelo poeta, que devia ter alguma qualidade para ser assim amado com tanto afinco. A 3 de janeiro de 1463, a corte, diz seu relatório, "ordenou que... a sentença precedente seja anulada, e — atendendo ao mau gênio do dito Villon — que seja exilado durante 10 anos da cidade... e do viscondado de Paris".[32] François agradeceu à corte em alegre balada, e pediu três dias de indulto para "tratar de minha viagem e dizer adeus a minha gente". Foi-lhe concedido, e provavelmente foi essa a última vez que viu o pai adotivo e a mãe. Arrumou a trouxa, pegou na garrafa de vinho e na bolsa que o bom Guillaume lhe deu, recebeu a bênção do velho, e saiu de Paris e da história. Nada mais sabemos dele.

Foi um ladrão, mas um ladrão melodioso, e o mundo precisa de melodia. Podia ser brutalmente grosseiro, como na *Ballade de la Grosse Margot*, e atirava epítetos obscenos a mulheres que não cediam a seus desejos, e era diabolicamente franco nos pormenores anatômicos. Tudo isso podemos perdoar pelos pecados que foram cometidos contra seus pecados, e a ternura de seu espírito que sempre ressurgia, e pela música melancólica de seu verso. Pagou o castigo pelo que era, e deixou-nos apenas a recompensa.

CAPÍTULO V

A Inglaterra no Século XV

1399—1509

I. REIS

HENRIQUE IV, ao subir ao trono, viu-se ameaçado pela revolta. No País de Gales, Owain Glyn Dwr suplantou por um momento a dominação inglesa (1401-08), mas o futuro Henrique V, então príncipe de Gales, dominou-o com uma estratégia enérgica; e Owen Glendower, depois de levar uma vida perseguida durante oito anos nas escarpas galesas, morreu algumas horas após receber completo perdão de seu conquistador generoso. Sincronizando sua rebelião com a de Glendower, Henry Percy, conde de Northumberland, arrastou alguns nobres do norte a um levante contra um rei incapaz de cumprir as promessas que lhes fizera pelo seu auxílio na deposição de Ricardo II. O descuidado filho do conde, Harry "Hotspur" (injustificadamente amável em Shakespeare), dirigiu uma força hesitante e inadequada contra o rei em Shrewsbury (1403); ali morreu o rapaz em um heroísmo insensato; Henrique IV lutou corajosamente nas fileiras da frente, e seu alegre e preguiçoso filho, o "Príncipe Hal", apresentou-se com a bravura que haveria de ganhar Azincourt e a França. Estes e outros percalços deixavam-lhe pouco tempo ou gosto para o governo; suas rendas claudicavam atrás das despesas; brigava com o parlamento sem a menor tática, e terminou o reinado por entre o caos fiscal e os sofrimentos pessoais da lepra, queda do reto e uma doença venérea.[1] "Partiu para Deus", diz Holinshed, "aos 46 anos... em grande embaraço e pouco prazer".[2]

Na tradição e em Shakespeare, Henrique V tivera uma mocidade livre e alegre, e até conspirara para arrebatar o trono a um pai incapacitado pela moléstia, porém agarrado ao poder. Os cronistas contemporâneos aludem apenas a seus tumultos, mas afirmam-nos que após sua ascensão "transformou-se em outro homem, aplicando-se a ser honesto, grave e modesto".[3] Ele que andara na farra com bêbados e cortesãs dedicava-se agora a conduzir uma cristandade unida contra os turcos que avançavam — acrescentando, entretanto, que precisava primeiro conquistar a França. Realizou seu intento imediato com rapidez espantosa, e durante um momento incerto um rei inglês sentou-se no trono de França. Príncipes alemães enviaram-lhe respeitos, e pensaram em fazê-lo imperador.[4] Rivalizou por algum tempo com César no planejamento das campanhas, no aprovisionamento de seus exércitos, na afeição de suas tropas e em se expor em todas as batalhas e tempos. De repente, ainda moço de 35 anos, morreu de febre no Bois-de-Vincennes em 1422.

A morte dele salvou a França e quase arruinou a Inglaterra. A popularidade de que gozava poderia ter persuadido os contribuintes a salvar o governo da bancarrota; mas

seu filho Henrique VI tinha, quando subiu ao trono, apenas nove meses de idade. Com isso, uma lamentável sucessão de regentes corruptos e generais ineptos atirou o tesouro em um débito insolúvel. O novo governante jamais se elevou a uma estatura real; era um neurastênico frágil e estudioso que amava a religião e os livros, e estremecia à idéia de guerra; os ingleses choravam por ter perdido um rei e ganho um santo. Em 1452, à semelhança de Carlos VI de França, Henrique VI enlouqueceu. Um ano mais tarde seus ministros assinaram uma paz reconhecendo a derrota da Inglaterra na Guerra dos Cem Anos.

Ricardo, duque de York, governou durante dois anos como protetor; em um intervalo nebulosamente lúcido Henrique demitiu-o (1454); o duque, indignado, reclamou o trono devido à descendência de Eduardo III; estigmatizou os reis lancastrianos como usurpadores, e aderiu a Salisbury, Warwick e outros barões naquelas guerras das Rosas — vermelho Lancastre e branco York — que durante 31 anos (1454-85) atiraram nobres contra nobres no suicídio ininterrupto da aristocracia anglo-normanda, e deixaram a Inglaterra empobrecida e devastada. Os soldados desmobilizados pela paz inusitada, e pouco desejosos de voltar às tarefas da vida paisana, alistaram-se em um ou outro dos lados, saquearam as aldeias e cidades, e mataram sem escrúpulo tudo que se interpusesse em seu caminho. O duque de York foi morto em combate em Goldsmith's Wakefield (1460), mas seu filho Eduardo, conde de March, prosseguiu na guerra desumanamente, matando todos os prisioneiros, com ou sem fidalguia; ao mesmo tempo Margarida de Anjou, a rainha viril do suave Henrique, dirigia a resistência lancastriana com ferocidade sem pejo. O conde de March venceu em Towton (1461), extinguiu a dinastia lancastriana, e tornou-se, como Eduardo IV, o primeiro rei da Casa de York.

Mas o homem que verdadeiramente governou a Inglaterra nos seis anos seguintes foi Ricardo Neville, conde de Warwick. Chefe de um clã rico e numeroso, com uma personalidade dominadora e assim mesmo atraente, tão sutil no governo como brilhante na guerra, "Warwick, o Fazedor de Reis", tinha construído a vitória em Towton, e elevado Eduardo ao trono. O rei, repousando da luta, dedicou-se às mulheres, enquanto Warwick governou tão bem que toda a Inglaterra ao sul do Tyne e a leste do Severn (pois Margarida ainda estava combatendo) reverenciou-o em tudo, menos no nome, como rei. Quando Eduardo se rebelou contra a realidade e voltou-se contra ele, Warwick uniu-se a Margarida, expulsou Eduardo da Inglaterra, reintegrou Henrique VI no poder nominal em 1470, e governou novamente. Mas Eduardo organizou um exército com o auxílio da Borgonha, fez a travessia até Hull, derrotou e matou Warwick em Barnet, derrotou Margarida em Tewkesbury (1471), mandou matar Henrique VI na torre, e viveu feliz para sempre.

Ainda tinha apenas 31 anos. Comines descreve-o como "um dos mais belos homens de seu tempo", que "só tinha prazer com as damas, as danças, as festas e a caça".[5] Tornou a encher o tesouro, confiscando as propriedades dos Neville e aceitando de Luís XI, como gratificação para a paz, 125.000 coroas e a promessa de mais 50.000 por ano.[6] Assim tranqüilizado, pôde ignorar o parlamento, cuja única utilidade para ele teria sido votar quantias de dinheiro. Sentindo-se seguro, entregou-se novamente à luxúria e à indolência, esgotou-se com afinco, engordou, e morreu aos 41 anos na plenitude de sua pessoa e de seu poder (1483).

Deixou dois filhos: Eduardo V, de 12 anos, e Ricardo, duque de York, de nove. Seu tio Ricardo, duque de Gloucester, tinha servido ao estado nos seis anos anteriores

como primeiro-ministro, e com tal aplicação, piedade e habilidade que quando se fez regente, a Inglaterra aceitou-o sem protestar, apesar de seus "membros malfeitos, costas curvas, rosto ingrato e ombro esquerdo muito mais alto do que o direito".[7] Fosse por se intoxicar de poder, ou apenas suspeita de conspirações para desalojá-lo, Ricardo mandou prender vários homens importantes, e executou um. A 6 de julho de 1483 fez-se coroar como Ricardo III, e a 15 de julho os dois jovens príncipes foram assassinados na Torre — ninguém sabe por quem. Mais uma vez a nobreza se revoltou, desta vez chefiada por Henrique Tudor, conde de Richmond. Quando as forças modestas do conde se defrontaram com o exército muito maior do rei, em Bosworth Field (1485), a maioria dos soldados de Ricardo recusou-se a lutar, e — faltando-lhe um reino e um cavalo — morreu em uma carga mortal. Terminava a dinastia de York; o conde de Richmond, como Henrique VII, iniciou a linha Tudor que se encerraria com Elizabeth.

Sob a espora da necessidade, Henrique cultivou as virtudes e os vícios que lhe pareciam exigidos pelo seu posto. Holbein pintou-o em um afresco de Whitehall: alto, magro, imberbe, pensativo, humano, mal revelando o calculismo sutil, secreto, o orgulho frio e duro, a vontade flexível porém pacientemente obstinada que levou a Inglaterra da desintegração desamparada do sexto Henrique para a riqueza e o poder concentrados sob o oitavo. Amava "a felicidade de cofres cheios", diz Bacon,[8] porque conhecia seu poder de persuasão em política. Cobrou impostos à nação com engenhosidade, sangrou os ricos com "benevolências" ou forçou as doações, fez uso voraz de multas para alimentar o tesouro e desencorajar o crime, e fechava os olhos quando os juízes aplicavam a multa não ao crime e sim à bolsa. Foi o primeiro rei inglês desde 1216 a manter as despesas dentro do rendimento, e sua caridade e generosidade suavizavam-lhe a parcimônia. Dedicou-se conscienciosamente à administração e negligenciava os prazeres para cumprir suas tarefas. Sua vida foi entristecida pela desconfiança constante, não sem motivo; não confiava em ninguém, escondia seus objetivos, e por meios corretos ou escusos conseguia seus fins. Instaurou a Corte da Câmara Estrelada para julgar, em sessões secretas, nobres turbulentos muito poderosos para temer juízes ou júris locais, e de ano para ano levou a aristocracia arruinada e os prelados assustados a se subordinarem à monarquia. Os poderosos desgostaram-se com o declínio da liberdade e o abandono do parlamento, mas os camponeses perdoavam muito em um rei que disciplinava seus senhores, e os manufatureiros e comerciantes lhe agradeciam a sábia proteção à indústria e ao comércio. Encontrara uma Inglaterra em anarquia feudal, um governo pobre e desacreditado demais para conseguir obediência ou lealdade, deixou a Henrique VIII um estado respeitado, em ordem, com crédito, unido e em paz.

II. O CRESCIMENTO DA RIQUEZA INGLESA

Aparentemente nada fora conseguido pela Grande Revolta de 1381. Exigiam-se ainda muitas obrigações servis, e até 1537 a Câmara dos Lordes rejeitou uma lei para a liberdade final de todos os servos.[9] O cercamento das "terras comuns" (commons) foi acelerado; milhares de servos deslocados tornaram-se proletários sem propriedade nas cidades; o rebanho, disse Thomas More, estava absorvendo o camponês.[10] Em certos sentidos o movimento era bom: terras beirando à exaustão eram novamente nitrogenizadas pelas ovelhas que pastavam, e, por volta de 1500, apenas um por cento da

população era constituída de servos. Cresceu uma classe de lavradores que trabalhava sua própria terra, e que deu gradativamente ao plebeu inglês o caráter vigoroso e independente que mais tarde haveria de forjar a *Commonwealth* e formar uma constituição não escrita de liberdade sem precedente.

O feudalismo tornou-se inútil à medida que a indústria e o comércio se estenderam em uma economia nacional e monetária ligada ao comércio exterior. Quando o servo produzia para seu senhor, tinha poucos motivos para expandir-se ou para empreendimentos, quando o camponês e o comerciante puderam vender seu produto no mercado livre, o desejo de lucro acelerou o pulso econômico da nação, as aldeias mandaram mais alimentos para as cidades, as cidades produziram mais mercadorias para pagá-los, e a troca dos excedentes transbordou dos velhos limites municipais e restrições corporativas para cobrir a Inglaterra e estender-se além mar.

Algumas corporações tornaram-se "companhias comerciais", licenciadas pelo rei para vender produtos ingleses no estrangeiro. Enquanto no século XIV a maior parte do comércio inglês tinha sido carregada em navios italianos, os britânicos agora construíam seus próprios navios, e enviavam-nos para o Mar do Norte, a costa do Atlântico e o Mediterrâneo. Os comerciantes genoveses e hanseáticos protestaram contra esses recém-chegados, e combateram-nos com embargos e pirataria, mas Henrique VII, convencido de que o desenvolvimento da Inglaterra exigia comércio estrangeiro, colocou a navegação inglesa sob a proteção do governo e fez com as outras nações acordos comerciais que estabeleceram a ordem e a paz marítimas. Por volta de 1500 os "aventureiros comerciantes" da Inglaterra dirigiam o comércio do Mar do Norte. Com um olho no comércio com a China e o Japão, o rei, que enxergava longe, encarregou o navegador italiano Giovanni Caboto, então vivendo em Bristol sob o nome de John Cabot, de procurar uma passagem ao norte pelo Atlântico (1497). Caboto teve de contentar-se em descobrir a Terra Nova e, em uma segunda viagem (1498), explorar a costa do Labrador até Delaware; morreu nesse ano, e seu filho Sebastião passou para o serviço da Espanha. Provavelmente nem o marujo nem o rei compreenderam que essas expedições inauguravam o imperialismo britânico e abriam ao comércio e aos colonizadores ingleses uma região que com o tempo seria a força e a salvação da Inglaterra.

Entrementes, tarifas protecionistas alimentavam a indústria nacional; a ordem econômica reduzia o grau de lucro às vezes até 5 por cento, e os decretos governamentais regulavam rigorosamente os salários e as condições de trabalho. Um regulamento de Henrique VII (1495) determinava

> que cada artífice e lavrador esteja em seu trabalho, entre o meio do mês de março e o meio do mês de setembro, antes de cinco da manhã, e que tenha apenas meia hora para almoço, e uma hora e meia para o (meio-dia) jantar, hora em que ele tem tempo para dormir... e que não deixe o trabalho... até entre sete e oito da noite.... E que do meio de setembro ao meio de março cada artífice e lavrador esteja em seu trabalho ao raiar do dia, e não o deixe até à noite... e que não durma de dia.[11]

Todavia, o trabalhador descansava e bebia aos domingos e em 24 feriados adicionais ao ano. "Bons preços" foram estabelecidos pelo estado para muitas mercadorias, e contam que houve prisões por desrespeito às quantias fixadas. Os salários verdadeiros, em relação aos preços, eram aparentemente mais altos no fim do século XV do que no princípio do século XIX.[12]

As revoltas do trabalho inglês, nessa época, assim como os erros econômicos, restringiram os direitos políticos. A propaganda semicomunista prosseguia quase todos os anos, e os trabalhadores eram repetidamente lembrados de que "vós sois feitos do mesmo material de que são feitos os gentis-homens; então por que haveriam eles de se divertir, e vós de lavrar e trabalhar? — por que haveriam eles de ter tanto da prosperidade e tesouro deste mundo, e vós tão pouco?"[13] Numerosos foram os tumultos contra os cercamentos das Terras Comuns, e havia conflitos periódicos entre comerciantes e artesãos; mas também se contam agitações pela democracia municipal, pela representação do trabalho no parlamento e pela redução dos impostos.[14]

Em junho de 1450, uma grande e disciplinada força de camponeses e de trabalhadores da cidade marchou sobre Londres e acampou em Blackheath. Seu chefe, Jack Cade, apresentou suas queixas em um documento ordenado. "Todo o povo comum, devido aos impostos, direitos feudais e outras opressões, não pode viver por seu trabalho manual e sua lavoura."[15] O Estatuto dos Lavradores seria repelido e um novo ministério seria formado. O governo acusou Cade de defender o comunismo.[16] (Veja-se a caricatura que Shakespeare fez de Jack Cade: "Haverá na Inglaterra sete pães de meio *penny* vendidos por um *penny*.... Chamarei de traição tomar cerveja fraca; o reino será de todos.... E aqui... determino e mando que à custa da cidade o conduto urinário verta apenas vinho clarete.... Daqui em diante todas as coisas serão em comum." — 2. *Henrique VI*, iv, 2, 6.) As tropas de Henrique VI e os subordinados de certos nobres enfrentaram o exército rebelde em Sevenoaks (18 de junho de 1450). Para surpresa de todos, os rebeldes venceram e se despejaram sobre Londres. Para apaziguá-los, o Conselho do Rei ordenou a prisão de lorde Saye e de William Crowmer, funcionários particularmente odiados por suas extorsões e tiranias. A 4 de julho foram entregues à multidão que sitiava a Torre; julgados pelos rebeldes, recusaram-se a apelar e foram decapitados. Segundo Holinshed, as duas cabeças foram erguidas em lanças e levadas pelas ruas em alegre procissão; de vez em quando, suas bocas eram apertadas uma contra a outra em um beijo sangrento.[17] O arcebispo de Cantuária e o bispo de Winchester negociaram a paz, atendendo a alguns pedidos e oferecendo anistia. Os rebeldes concordaram e dispersaram-se. Entretanto, Jack Cade atacou o castelo de Queensborough em Sheppey; o governo pô-lo fora da lei, e a 12 de julho foi ferido mortalmente ao resistir à prisão. Oito cúmplices foram condenados à morte; o resto foi perdoado pelo rei, "para grande regozijo de todos os seus súditos".[18]

III. MORAL E COSTUMES

Por volta de 1500, o embaixador veneziano comunicou a seu governo:

> Os ingleses são na maioria — tanto homens como mulheres, de todas as idades — bonitos e bem proporcionados.... São grandes amantes de si mesmos, e de tudo que lhes pertence; acham que não há outros homens além deles, e nenhum outro mundo além da Inglaterra; e sempre que vêem um belo estrangeiro dizem que "ele parece inglês", e que é grande pena que não o seja.[19]

Os ingleses podiam ter respondido que a maior parte desta descrição, *mutatis mutandis*, aplicar-se-ia a todos os povos. Certamente eram uma raça vigorosa, em corpo, personalidade e fala. Blasfemavam com tanto ardor que até Joana d'Arc os chamava comumente de *Goddams*. (*Goddam* ou *Goddamn* é uma imprecação corrente em

língua inglesa, mas seu uso é considerado blasfemo.) Também as mulheres tinham uma linguagem livre, falando em problemas fisiológicos e genéticos com uma liberdade que talvez chocasse os sofisticados de hoje.[20] O humor era tão grosseiro e profano como a linguagem. As maneiras eram rudes, até na aristocracia, e tiveram de ser disciplinadas e suavizadas por um rígido código de cerimônia. O espírito robusto que agitaria os elisabetanos já estava formado, no século XV, por uma vida de perigo, violência e insolência. Cada homem tinha de ser seu próprio policial, pronto a enfrentar o sangue com sangue e, quando preciso, a matar com estômago sólido. Estes mesmos animais vigorosos sabiam ser generosos, cavalheirescos e, no momento oportuno, até carinhosos. Guerreiros endurecidos choraram quando morreu Sir John Chandos, o quase "perfeito cavaleiro"; e a carta de Margaret Paston a seu marido doente (1443) mostra-nos como o amor pode ser de qualquer tempo e de qualquer raça. Deveremos acrescentar, no entanto, que esta mesma senhora quase quebrou a cabeça da filha por esta recusar-se a casar segundo a escolha dos pais.[21]

As meninas eram educadas com decoro e modéstia protetores, pois os homens eram animais de presa, e a virgindade era um patrimônio econômico no mercado matrimonial. O casamento era apenas um incidente na transmissão de propriedades. As meninas podiam casar-se legalmente aos 12 anos, os meninos aos 14, mesmo sem o consentimento dos pais; mas nas classes superiores, para apressar as transações de propriedade, os noivados eram arranjados pelos pais logo depois que as crianças atingiam a idade de sete anos. Uma vez que os casamentos de amor eram casos excepcionais, e o divórcio era proibido, o adultério era comum, principalmente na aristocracia. "Reinava aí abundantemente", diz Holinshed, "o feio pecado da luxúria e da fornicação, com adultérios abomináveis, principalmente do rei".[22] Eduardo IV, depois de experimentar muitos amores, escolheu Jane Shore como concubina favorita. Ela o serviu com fidelidade irrefreada, e revelou-se amiga bondosa na corte para muitos solicitadores. Quando Eduardo morreu, Ricardo III, provavelmente para exibir os vícios do irmão e disfarçar os próprios, obrigou-a a caminhar pelas ruas de Londres com o vestido branco de uma penitente pública. Ela viveu até idade avançada, desamparada, desprezada e escorraçada por aqueles a quem havia ajudado.[23]

Nunca na história que se conhece foram os ingleses (agora tão obedientes à lei) tão sem lei. Cem anos de guerra tinham tornado os homens brutais e indiferentes; os nobres que voltavam da França continuavam a lutar na Inglaterra, e empregavam soldados desmobilizados em seus feudos. Os aristocratas partilhavam com os comerciantes uma ambição de dinheiro que suplantava toda moralidade. Os roubos sem importância eram sem conta. Os negociantes vendiam mercadorias inferiores e usavam pesos falsos; houve um tempo em que as fraudes na qualidade e na quantidade das exportações quase arruinaram o comércio externo da Inglaterra.[24] O comércio nos mares era temperado com a pirataria. O suborno era quase universal: os juízes dificilmente podiam julgar sem "presentes"; os júris eram pagos para serem propícios ao queixoso ou ao defensor — ou a ambos; os coletores de impostos eram "lubrificados" para deixar as isenções escorregarem prontamente de suas mãos; os funcionários de recrutamento, como o Falstaff de Shakespeare, podiam ser induzidos a negligenciar uma cidade;[25] um exército inglês que invadiu a França foi comprado pelo inimigo.[26] Os homens eram tão loucos por dinheiro naquele tempo quanto são agora, e poetas como Chaucer, que denunciavam a cobiça, praticavam-na. A estrutura moral da sociedade podia ter desmoronado se os alicerces não tivessem sido assentados na vida simples

dos homens e mulheres comuns, que, enquanto seus superiores tramavam as guerras e danos do tempo, mantinham o lar e dirigiam a raça.

Todas as classes, com exceção dos negociantes e dos *prolétaires*, moravam no campo a maior parte do ano que lhes era possível. Como os castelos não eram mais defensáveis desde o desenvolvimento do canhão, iam lentamente evoluindo para mansões residenciais. O tijolo substituía a pedra, mas ainda se construíam casas modestas de madeira e barro. A sala central, antes usada para todos os fins, perdeu o tamanho e o esplendor antigos e reduziu-se a um vestíbulo que dava para a grande sala de estar, alguns quartos pequenos e uma *drawte chamber* ou sala de visitas para conversação íntima. Das paredes das casas ricas pendiam tapeçarias, e as janelas — às vezes de vitrais — iluminavam o interior outrora escuro. A fumaça do fogão, que antes saía pela janela, pela porta e pelo telhado, era agora confinada em uma chaminé, e uma lareira imponente enobrecia a sala de estar. Os tetos podiam ser de madeira, o chão de ladrilhos; os tapetes ainda eram raros. Se pudermos acreditar no mais literário que exato Erasmo,

> em quase todas as casas o chão era de argila e de caniços dos brejos, tão descuidadamente renovados que às vezes o fundo permanecia 20 anos, guardando, lá embaixo, escarros, vômitos e vinho de cães e de homens, cerveja... restos de peixe e outras sujeiras desagradáveis. Daí, com a mudança do tempo, exalar-se um vapor que na minha opinião está longe de ser salubre.[27]

As camas eram ricas de entalhes, cobertas floridas e dosséis. A mesa de jantar, nos lares confortáveis, era uma gigantesca obra-prima de nogueira ou carvalho. Ao lado dela, ou na sala, ficava um guarda-louça, aparador ou armário onde a prata da mesa era "exibida" — isto é, arranjada para o uso ou para enfeite. Geralmente preferiam fazer as refeições no "parlatório" — sala para conversar.

Para economizar óleo, as refeições principais eram tomadas à luz do dia: a refeição principal às 10 horas da manhã, a ceia às cinco da tarde. Os homens usavam chapéu à mesa, para evitar que o cabelo comprido caísse na comida. Os garfos eram reservados para fins especiais, como servir a salada ou derreter o queijo; sua utilização entre os ingleses à maneira moderna aparece pela primeira vez em 1463.[28] A faca era fornecida pelo convidado, que a levava em uma bainha curta presa ao cinturão. A etiqueta exigia que a comida fosse levada à boca com os dedos. Como não se usaram lenços antes da metade do século XVI, esperava-se que os homens assoassem o nariz com a mão que segurava a faca de preferência àquela que pegava a comida.[29] Os guardanapos eram desconhecidos, e advertia-se aos comensais que não limpassem os dentes na toalha.[30] As refeições eram pesadas; o jantar comum de um homem de posição continha de 15 a 20 pratos. Os grandes senhores mantinham grandes mesas, alimentando diariamente uma centena de auxiliares, visitas e criados; Warwick, o Fazedor de Reis, empregava seis bois por dia para sua mesa, e às vezes alimentava 500 hóspedes. A carne era o alimento nacional; as verduras eram raras ou desprezadas. As cervejas branca e escura eram as bebidas nacionais; o vinho não era tão abundante ou popular como na França ou na Itália, mas um galão de cerveja por dia era a medida habitual por pessoa, mesmo para as freiras. O inglês, diz *Sir* John Fortescue (*ca.* 1470), "não bebe água, com exceção de certas ocasiões por motivo religioso, ou como meio de fazer penitência".[31]

Na aristocracia, o vestuário era esplêndido. Os homens simples usavam uma túnica

lisa ou capuz, ou a túnica curta própria para o trabalho; os homens endinheirados gostavam de chapéus de pele ou de penas, vestidos floridos, ou jaquetas-fantasia com mangas bufantes, e altos calções apertados, os quais, queixava-se o pároco de Chaucer, "mostravam... os membros horrivelmente inchados, que pareciam... hérnia, e também as nádegas... como se fosse a parte traseira de uma macaca à lua cheia". O próprio Chaucer, quando pajem, tinha uma roupa vistosa com uma calça vermelha e outra preta. Os compridos sapatos pontudos do século XIV desapareceram no século XV, tornando-se arredondados ou achatados na ponta. Quanto ao "exagerado vestuário das mulheres, Deus sabia que embora os rostos de algumas delas parecessem completamente castos e bonitos, ainda assim as repreendia", pela "horrível e despudorada escassez" de sua roupa, sua "luxúria e orgulho".[32] No entanto, os retratos que chegaram até nós mostram o sexo tentador enfeixado em uma pletora de roupas das orelhas até os pés.

Os divertimentos iam da dama e do xadrez, e do gamão e dos dados à pesca e caça, arco e flecha e justas. O jogo de cartas chegou à Inglaterra no fim do século XV; hoje ainda vestem reis e rainhas à moda daquele tempo. A dança e a música eram tão populares quanto o jogo; quase todos os ingleses tomavam parte em cantos corais; Henrique V rivalizava com John Dunstable entre os compositores expoentes do tempo; e os cantores ingleses eram aclamados no Continente. Os homens jogavam tênis, bola, futebol, malha; lutavam ou boxeavam, preparavam galos de briga, açulavam ursos e touros. Formavam-se multidões para ver acrobatas e dançarinos da corda bamba executarem os feitos que divertiram a antigüidade e assombram os modernos. Reis e nobres mantinham malabaristas, bobos e bufões; e um lorde de Misrule, nomeado pelo rei ou pela rainha, dirigia os esportes e festins do tempo do Natal. As mulheres movimentavam-se livremente no meio dos homens, por toda a parte: bebiam nas tabernas, cavalgavam para as caçadas, caçavam com falcões e distraíam os espectadores dos combatentes nos torneios; eram elas que, chefiadas pela rainha, julgavam os contendores e concediam a coroa dourada.

Viajar ainda era penoso, mas ninguém parecia ficar em casa — um mau sinal para a monogamia. As estradas eram enlameadas ou poeirentas, e os ladrões não faziam distinção de raça, sexo, classe ou credo. As hospedarias eram pitorescas e sujas, infestadas de baratas, ratos e pulgas. Quase todas elas tinham uma *Doll Tearsheet* à venda, e raramente a virtude podia encontrar um leito. Os pobres andavam a pé, os ricos a cavalo, geralmente em companhias armadas; os muito ricos empregavam coches puxados a cavalo, que eram a última moda — que se diz terem sido inventados por um húngaro da aldeia de Kocz, no século XV. As carruagens senhoriais eram entalhadas, pintadas e douradas, almofadadas, com cortinas e tapetes; assim mesmo eram menos confortáveis do que os camelos, e tão ondulantes quanto um barco de pesca. Os navios não eram melhores do que na antigüidade, nem piores; o que transportou o rei João de Bordéus a Londres em 1357 levou 12 dias.

O crime imperava. As cidades eram pobres demais para ter qualquer polícia a não ser a voluntária sem ordenado; mas todos os homens eram solicitados a reunir-se ao grito "aqui del-rei" em busca de um criminoso fugitivo. Procuravam-se coibições nos castigos severos para os poucos que eram apanhados; os assaltos, os furtos, os incêndios criminosos e o sacrilégio, assim como o assassínio ou a traição eram castigados com o enforcamento em qualquer árvore apropriada e o cadáver era deixado como advertência aos outros e festim para os corvos. A prática da tortura — tanto no acusado

como na testemunha — aumentou no reinado de Eduardo IV, e continuou durante 200 anos.[33] Os advogados abundavam.

Talvez julguemos aquela era com demasiada severidade, esquecendo as barbaridades de nosso século ilustrado. *Sir* John Fortescue, juiz principal sob Henrique VI, pensava com maior elevação a respeito de seu tempo, e escreveu em sua homenagem duas obras outrora renomadas. Em um diálogo, *De laudibus legum Angliae,* louvava as leis da Inglaterra, exultava com o direito de julgamento pelo júri, lamentava o uso da tortura e, como tantos filósofos, aconselhava os príncipes a se tornarem os servidores legais do povo. Em *Monarchia, or Governance of England,* comparou a França e a Inglaterra com patriotismo; na França, os homens podiam ser condenados sem julgamento público, os Estados Gerais eram raramente convocados, o rei impunha taxas em gêneros de primeira necessidade como o sal e o vinho. Depois de assim exaltar seu país, *Sir* John concluiu que todos os governos deveriam ser sujeitos ao papa, *usque ad pedum oscula* — "até a beijar-lhe os pés".[34]

IV. OS LOLARDOS

O arcebispo Arundel, em 1407, reafirmou a supremacia do cânone ou direito eclesiástico sobre toda a legislação secular, e condenou como grande heresia qualquer repulsa de um decreto papal.[35] Restabelecendo-se de Wyclif, a Igreja ficou mais forte na Inglaterra do século XV, e uma crescente riqueza se despejou em seus cofres. Os "chantrados" eram agora uma forma comum de contribuição: as pessoas às portas da morte pagavam a construção de uma capela e a celebração de missas cantadas para lhes despachar as almas para o paraíso. Como uns 20 bispos e 26 abades tinham assento na Câmara dos Lordes com apenas 47 homens laicos, a Igreja controlava a maioria da câmara do parlamento. Para contrabalançar isto, Henrique VII — e mais tarde Henrique VIII — insistiam no direito dos reis de nomear os bispos e abades da Inglaterra dentre o clero elegível; e esta dependência da hierarquia à monarquia facilitou a rendição clerical à afirmação de Henrique VIII da supremacia real sobre a Igreja Inglesa.

Entrementes os Pregadores Pobres de Wyclif continuavam a espalhar suas idéias anticlericais. Desde 1382 um cronista monacal relatava, com assustado exagero, que "eles se multiplicavam excessivamente, como plantas em broto, enchiam o reino inteiro.... Quase não se podiam encontrar dois homens numa estrada dos quais um não fosse discípulo de Wyclif".[36] Tinham público mais favorável entre os trabalhadores industriais, principalmente os tecelões de Norfolk. Em 1395 os lolardos sentiram-se suficientemente fortes para apresentar ao parlamento uma ousada declaração de princípios. Opunham-se ao celibato clerical, à transubstanciação, à veneração das imagens, às peregrinações, às orações pelos mortos, à riqueza e dotação da Igreja, ao emprego de eclesiásticos nos cargos públicos, à necessidade de confissão aos padres, às cerimônias de exorcismo, às venerações dos santos. Em outras declarações recomendavam que todos deveriam ler a Bíblia freqüentemente, e deveriam seguir seus preceitos como superiores aos decretos da Igreja. Denunciavam a guerra como anticristã, e o luxo como imoral; pediam leis suntuárias que obrigassem a uma volta às comidas e aos trajes simples; abominavam os juramentos e substituíam-nos por frases como "Tenho certeza", ou "É verdade"; já o espírito e a opinião puritanos iam tomando forma na Inglaterra.[37] Alguns pregadores misturavam o socialismo com sua religião mas, na

maioria, abstinham-se de atacar a propriedade privada e buscavam o apoio dos cavaleiros e dos fidalgos, assim como dos camponeses e *prolétaires*.

Todavia, as classes superiores não podiam esquecer o perigo da revolução social de 1381, e a Igreja encontrou nelas uma nova disposição para protegê-la como uma força estabilizadora na comunidade. Ricardo II ameaçou de prisão os representantes dos lolardos no parlamento, e reduziu-os ao silêncio. Em 1397 os bispos ingleses fizeram uma petição ao rei para a execução de hereges impenitentes "como em outros reinos submetidos à religião cristã",[38] mas Ricardo detestava ir a tais extremos. Entretanto, em 1401, Henrique IV e seu parlamento lançaram o célebre estatuto *De haeretico comburendo:* todas as pessoas indicadas por uma corte eclesiástica como hereges persistentes deviam ser queimadas, e todos os livros heréticos deveriam ser destruídos. Nesse mesmo ano William Sawtrey, padre lolardo, foi queimado na fogueira. Outros lolardos foram presos, abjuraram e foram tratados com brandura. Em 1406 o príncipe de Gales apresentou a Henrique IV uma petição demonstrando que a propaganda dos lolardos e seus ataques à propriedade monástica ameaçavam todo o edifício existente da sociedade. O rei ordenou uma perseguição mais rigorosa dos hereges, mas a absorção dos bispos na política do Cisma Papal desviou temporariamente a energia da busca. Em 1410, John Badby, alfaiate lolardo, foi condenado pela Igreja e queimado em Smithfield Market. Antes que a lenha fosse incendiada, o "Príncipe Hal" pediu a Badby que abjurasse, e ofereceu-lhe a vida e dinheiro; Badby recusou a oferta, e subiu à pira para morrer.[39]

O Príncipe subiu ao trono em 1413 sob o nome de Henrique V, e deu inteiro apoio à política de repressão. Um de seus amigos pessoais era *Sir* John Oldcastle, Lorde Cobham, a quem alguns espectadores de Shakespeare, mais tarde, identificaram com Falstaff.[40] Oldcastle servira bem à nação nos campos de batalha, mas tolerava e protegia os pregadores lolardos em suas terras de Herefordshire e Kent. Três vezes os bispos o chamaram a julgamento; três vezes ele se recusou a comparecer; entretanto, cedeu a uma sentença do rei e compareceu diante dos bispos (1413) naquela casa do capítulo da catedral de São Paulo em que Wyclif respondera a processo 36 anos antes. Afirmou seu cristianismo sincero, mas não quis refutar os pontos de vista dos lolardos a respeito da confissão ou da eucaristia. Foi condenado como herege e encerrado na Torre de Londres; concederam-lhe um indulto de 40 dias na esperança de que ele abjurasse; em vez disso fugiu. Ao saberem disso, os lolardos dos arredores de Londres revoltaram-se e tentaram prender o rei (1414). A tentativa falhou, e alguns chefes foram presos e enforcados. Oldcastle escondeu-se durante três anos nas montanhas de Herefordshire e Gales; finalmente foi preso, enforcado como traidor, e depois queimado como herege (1417), pois o Estado e a Igreja pediam cada um o que lhes era devido.

Comparada com outras perseguições, a dos lolardos foi quase moderada; as execuções por heresia elevavam-se a 11 entre 1400 e 1485.[41] Sabemos de várias congregações de lolardos que subsistiram até 1521; em 1518 Thomas Man, que afirmava ter convertido 700 pessoas aos lolardos, sofreu a morte na fogueira; e outros seis foram queimados em 1521.[42] Quando Henrique VIII divorciou a Inglaterra de Roma, e a nação aceitou a mudança sem revolução, os lolardos poderiam afirmar que de certo modo tinham preparado o caminho.

Em 1450, Reginaldo Pecock, bispo de Chichester, publicou um livro a que chamou, à maneira estranha do tempo, *Repressor of Overmuch Blaming of the Clergy*

(Repressor da Censura Demasiada do Clero). Era declaradamente um desmentido aos lolardos, e afirmava um anticlericalismo poderoso entre o povo. Propunha-se a reprimir essas idéias não pela condenação à fogueira, mas unicamente por um apelo à razão. O bispo entusiasta raciocinou tanto que se apaixonou pela razão, correndo o perigo de heresia; viu-se repelindo pelo raciocínio alguns argumentos lolardos da Escritura. Em um *Treatise on Faith* colocava claramente a razão acima da Bíblia como uma prova da verdade — posição que a Europa levaria 200 anos para alcançar. Como boa medida o Repressor irreprimível acrescentava que os Padres da Igreja não deviam ser sempre acreditados; que Aristóteles não era autoridade incontestável; que os Apóstolos não tinham participado do Credo dos Apóstolos; e que a Doação de Constantino era uma invenção.[43] Os bispos ingleses intimaram o orgulhoso Pecock perante seu tribunal (1457), e deram-lhe a escolher entre abjurar e ser queimado. Não lhe agradava ser queimado: leu uma abjuração pública, foi destituído da diocese e recolhido à abadia de Thorney até o fim da vida (1460).

V. A ARTE INGLESA: 1300-1509

A despeito do anticlericalismo e da heresia, a religião ainda era suficientemente fervorosa e opulenta para elevar a arquitetura inglesa a um cimo menor de excelência. O crescimento do comércio e os despojos da guerra financiaram catedrais, castelos e palácios, e ao mesmo tempo glorificaram Oxford e Cambridge com os edifícios mais belos que já se construíram para o ensino. Do mármore de Purbeck e do alabastro de Nottingham às florestas de Sherwood e ao tijolo de qualquer condado, os materiais de construção da Inglaterra foram transformados em nobres torres e agulhas senhoriais, e em tetos de madeira quase tão fortes e belos quanto as cúpulas góticas de pedra. A feia trave de união que ia embaraçantemente de parede a parede foi substituída por projeções de travejamento talhado que sustentavam com maciços ombros de carvalho o arco elevado em cima; desta maneira algumas das igrejas mais belas da Inglaterra estendiam suas naves. Assim a catedral de Selby recebeu um teto de carvalho de traves e relevos que rivalizavam com os desenhos de liernes e de leques que abobadavam a igreja abacial de Bath, o coro de Ely, e o transepto sul de Gloucester com complicadas teias de pedra.

Os formatos do traçado das janelas, das paredes e das grades do coro deram nome aos sucessivos estilos de arquitetura, sobrepondo-se às vezes e muitas vezes misturando-se em um só edifício. O Gótico Decorado Geométrico (*ca.* 1250 — *ca.* 1315) empregava as formas euclidianas, como na catedral de Exeter. O Gótico Decorado Curvilíneo (*ca.* 1315 — *ca.* 1380) abandonou as formas definidas pelas linhas livremente ondeadas que anteciparam com limitação o estilo *flamboyant* da França, como na rosácea sul de Lincoln. O Gótico Perpendicular (*ca.* 1330 — *ca.* 1530) traçou linhas horizontais e verticais dentro da habitual ogiva gótica, como na capela de Henrique VII na abadia de Westminster. As intensas cores dos vitrais do século XIII eram agora suavizadas por tons mais claros, com prateado ou cinzento claro: nessas janelas a pompa da cavalaria moribunda competia com as lendas da cristandade para levar a arte gótica ao alcance do seu esplendor final e declínio.

Raras vezes conheceu a Inglaterra tal euforia de construção. Três séculos (1376-1517) trabalharam para construir a nave atual da abadia de Westminster. No longo

desenrolar desses anos mal podemos sentir o trabalho de espírito e de braços necessário à construção de um incomparável mausoléu para os maiores gênios da Inglaterra. Pouco menos impressionante foi a reconstrução de Windsor: ali Eduardo III reconstruiu em escala imponente a Torre Redonda (1344), e Eduardo IV principiou (1473) a capela de São Jorge, com seus lindos bancos de coro, sua abóbada em leque e seus vitrais. Alan de Walsingham desenhou em Gótico Curvilíneo uma linda Capela da Senhora e uma torre da "lanterna" para Ely. A catedral de Gloucester recebeu uma torre central, uma abóbada de coro, um belo vitral oriental e vastos claustros cujas abóbadas em leque figuram entre as maravilhas da Inglaterra. Winchester estendeu sua nave imensa, e vestiu sua nova fachada de Perpendicular. Coventry construiu nesse estilo a catedral que salvou apenas sua agulha imponente na Segunda Grande Guerra. Peterborough ergueu sua vertiginosa abóbada em leque; York Minster completou a nave, as torres ocidentais e a grade do coro. As torres eram a glória final da época, enobrecendo os colégios Merton e Magdalen em Oxford, a abadia de Fountains, Cantuária, Glastonbury, Derby, Taunton e uma centena de outros santuários. Guilherme de Wykeham usou o Perpendicular ao projetar o New College de Oxford; Guilherme de Waynflete, outro nonagenário, continuou a série no Grande Quadrângulo de Eton; e o Kings College, de Cambridge, prestou tributo ao tempo com uma capela cujas janelas, abóbada e bancos do coro seriam capazes de reconciliar Caliban com a instrução e Timão de Atenas com a oração.

Havia um espírito secular e estabelecido no Gótico Perpendicular que convinha perfeitamente à arquitetura civil dos colégios, castelos, fortalezas, palácios das corporações e das cidades. Foi neste estilo que os condes de Warwick, nos séculos XIV e XV, ergueram seu célebre castelo perto de Leamington. O *Guildhall* de Londres, templo do orgulho mercantil da capital, foi construído em 1411-35, incendiado em 1666, reconstruído por Christopher Wren, e recebeu em 1866 o novo interior que sucumbiu às bombas da Segunda Guerra Mundial. Até as lojas da cidade adotaram, em suas vitrinas de traves, um desenho Perpendicular que conspira com as vergas entalhadas, as cornijas e as sacadas salientes para enfeitiçar-nos com o encanto de uma glória passada.

A escultura inglesa manteve nesta era sua reputação de mediocridade. A estatuária feita para fachadas de igrejas, como em Lincoln e Exeter, estava muito abaixo da arquitetura que se destinava a ornamentar. Os grandes retábulos da catedral de Westminster e da abadia de Santo Albano serviram de modelo para estátuas, mas estas são de mérito muito modesto para darem peso à nossa narrativa. A melhor escultura estava nos monumentos funerários. Esculpiram-se belas figuras, geralmente em alabastro, de Eduardo II na catedral de Gloucester, da *Dame* Eleanor Percy em Beverly Minster, de Henrique IV e da rainha Joana em Cantuária, de Ricardo de Beauchamp em Warwick. Os escultores ingleses atingiam o ponto mais alto ao representarem as flores e as folhagens de sua terra verdejante. Bom entalhe foi realizado em madeira. Os bancos do coro de Winchester, Ely, Gloucester, Lincoln e Norwich arrebatam com sua beleza trabalhada.

A pintura foi arte ainda menor na Inglaterra, muito atrás da obra contemporânea em Flandres e França. A iluminura continuava a ser ocupação favorita; Eduardo III pagou 66 libras ($ 6,600?) por um volume iluminado de romances,[44] e Roberto de Ormsby ofereceu à catedral de Norwich um saltério iluminado que a Biblioteca de Bodley considera "o mais belo manuscrito inglês" de suas coleções. Depois de 1450 a arte da miniatura decaiu com o aparecimento da pintura mural e em painéis, e no século XVI desapareceu diante do milagre novo da imprensa.

VI. CAXTON E MALORY

Em data desconhecida do século XV um autor agora anônimo produziu a mais célebre das peças de moralismo inglesas. *Everyman* é uma alegoria cujos personagens são abstrações inatingíveis: Sabedoria, Beleza, Os Cinco Sentidos, Discrição, Força, Qualidades, Boas-Ações, Companheirismo, Afinidade, Confissão, Morte, Toda a Gente *(Everyman)* e Deus. No prólogo, Deus se queixa de que Seus mandamentos são ignorados por nove entre 10 homens, seis dias dentre sete, e manda a Morte para lembrar aos terrenos que em breve irão para Ele e prestarão contas de suas ações. No espaço de uma linha a Morte desce do céu à terra, encontra Everyman meditando seriamente sobre as mulheres e sobre o ouro. Ele pede uma prorrogação de prazo, oferece uma gratificação de mil libras; mas a Morte só lhe concede um alívio — ser acompanhado à eternidade por um amigo escolhido. Everyman pede ao Companheirismo para unir-se a ele na grande aventura, mas Companheirismo desculpa-se corajosamente:

> Se tu quisesses comer, beber e te divertires,
> Ou procurar juntos a companhia ardente das mulheres,
> Eu não te esqueceria...
> *Everyman*: Então faz-me companhia em minha viagem longínqua.
> *Companheirismo*: Ora, de boa fé, não irei para lá.
> Mas se quiseres cometer um crime, ou matar qualquer homem,
> Nisso eu te ajudarei de boa vontade.[45]

Everyman apela para Afinidade, seu primo, que repele o convite porque "tenho câibra no artelho". Everyman invoca as Qualidades para ajudá-lo, mas estas foram fechadas com tanta segurança que se não podem libertar para prestar qualquer auxílio. Finalmente Everyman suplica a Boas-Ações; esta fica satisfeita por ele não a ter esquecido; apresenta-o à Sabedoria, que o leva à Confissão, que o deixa purificado. Depois Boas-Ações desce com Everyman para seu túmulo, e cantos angelicais saúdam o pecador purificado ao entrar no paraíso.

O autor quase triunfou sobre uma forma dramática tosca. A personificação de uma qualidade não pode nunca habilitar-se como pessoa, pois todos os homens são uma contradição irritantemente complexa, única apenas quando parte de uma multidão; e a grande arte deve retratar o geral através do único, como através de Hamlet ou Dom Quixote, Édipo ou Panurgo. As experiências e a engenhosidade precisariam de mais um século para transformar a enfadonha peça moralista em vivo drama elisabetano do homem infinitamente variável.

O grande acontecimento literário da Inglaterra do século XV foi o estabelecimento de sua primeira imprensa. Nascido em Kent, Guilherme Caxton emigrou para Bruges como negociante. Em suas folgas traduziu uma coleção de romances franceses. Seus amigos pediram-lhe cópias, que ele mesmo fazia; mas sua mão, conta ele, ficou "cansada e não bastante firme com tanta escrita", e seus olhos estavam "turvos com o muito fixar o papel branco".[46] Em suas visitas a Colônia, deve ter visto a imprensa instalada lá (1466) por Ulrich Zell, que aprendera a nova técnica em Mogúncia. Em 1471, Colard Mansion organizou uma gráfica (oficina de imprensa) em Bruges, e Caxton recorreu a ela como meio de multiplicar as cópias de sua tradução. Em 1476 regressou à Inglaterra, e um ano mais tarde instalou em Westminster as fundições —

talvez as prensas — que levara de Bruges. Já estava com 55 anos, e só lhe restavam 15 anos de vida; mas nesse período imprimiu 98 livros, vários dos quais traduzidos por ele do latim ou do francês. A escolha que fazia dos títulos e o estilo apurado e encantador dos prefácios deixaram uma marca duradoura na literatura inglesa. Quando morreu (1491), seu sócio alsaciano, Wynkyn de Worde, prosseguiu com a revolução.

Em 1485 Caxton editou e publicou uma das obras-primas mais encantadoras da prosa inglesa — *The Noble Histories of King Arthur and of Certain of His Knights (As Nobres Histórias do Rei Artur e de Alguns de Seus Cavaleiros)*. Seu estranho autor tinha morrido, provavelmente na prisão, uns 16 anos antes. *Sir* Thomas Malory, na Guerra dos Cem Anos, serviu no séquito de Ricardo de Beauchamp, conde de Warwick, e representou Warwick no parlamento de 1445. Isolado pela licença de guerra, invadiu a casa de Hugh Smyth, raptou a mulher de Hugh, extorquiu 100 xelins de Margaret Kyng e Guilherme Hales, invadiu novamente a casa de Hugh Smyth, e novamente lhe raptou a mulher. Roubou sete vacas, dois bezerros, e 335 carneiros, saqueou duas vezes a abadia cirterciense de Coombe, e foi duas vezes trancafiado no xadrez. Parece incrível que um tal homem pudesse ter escrito aquela terna canção do cisne da cavalaria inglesa que nós agora chamamos de *La Mort d'Arthur,* mas depois de um século de controvérsias ficou assentado que esses deliciosos romances eram o produto dos anos de prisão de *Sir* Thomas Malory.[47]

Tirou a maioria das histórias das formas francesas das lendas arturianas, arranjou-as em boa ordem, e fraseou-as em um estilo de encanto melancólico e feminino. A uma aristocracia que perdia a fidalguia nas brutalidades e traições da guerra, implorava um retorno aos moldes elevados dos cavaleiros de Artur, esquecendo suas faltas e as dele mesmo. Artur, depois de superar o adultério e o incesto, aquieta-se com sua bonita mas temerária Guinevere, governa a Inglaterra — aliás, toda a Europa — de sua capital em Camelot (Winchester), e pede aos 150 cavaleiros de sua Távola Redonda que se comprometam a

> nunca cometer ultraje ou assassínio... não ser cruel de modo algum e sim dar o perdão àquele que pedir misericórdia... e sempre... socorrer as senhoras, sob pena de morte.[48]

O amor e a guerra são os temas entrelaçados de um livro que ressoa com os combates de cavaleiros incomparáveis por damas e donzelas acima de qualquer comparação. Tristão e Lancelote enganam seus reis, porém são a essência da honra e da bravura. Encontrando-se frente a frente, ambos com a armadura, o elmo e a viseira, e portanto com a identidade disfarçada, lutaram durante quatro horas, até suas espadas ficarem ensangüentadas e embotadas.

> Então finalmente falou *Sir* Lancelote e disse: Cavaleiro, vós combateis tão magnificamente como jamais vi um cavaleiro, portanto, e se vos apraz, dizei-me vosso nome. *Sir,* disse *Sir* Tristão, desgosta-me dizer meu nome a alguém. Realmente, disse *Sir* Lancelote, se me pedissem, nunca detestei dizer meu nome. Foi bem dito, disse *Sir* Tristão; portanto vos peço que me digais vosso nome. Belo cavaleiro, disse ele, meu nome é *Sir* Lancelote du Lake. Ai de mim, disse *Sir* Tristão, que fiz eu? Pois vós sois o homem no mundo que eu mais amo. Belo cavaleiro, disse *Sir* Lancelote, dizei-me vosso nome. Realmente, disse ele, meu nome é *Sir* Tristão de Liones. Oh, Jesus, disse *Sir* Lancelote, que incidente me sucede! E assim dizendo, *Sir* Lancelote

> ajoelhou-se e lhe entregou a espada. E então *Sir* Tristão ajoelhou-se e lhe entregou a espada.... Em seguida foram ambos até a pedra, e colocaram-nas sobre elas, e tiraram seus elmos... e um beijou o outro 100 vezes.[49]

Que pulo deste reino jovial, em que ninguém jamais trabalhara para viver, e em que todas as mulheres eram "damas", para o mundo real das *Paston Letters,* aquelas cartas cheias de vida que uniam uma família dispersa na afeição e na finança, na Inglaterra do século XV! Aqui está John Paston, que exerce a advocacia em Londres ou viaja enquanto Margaret educa os filhos e dirige sua propriedade em Norwich; ele é inteiramente de negócios, severo, meticuloso, competente; ela é toda submissão, esposa humilde, capaz, tímida, que treme à idéia de o ter ofendido;[50] tais eram as Guineveres do mundo verdadeiro. Entretanto, aqui também há sentimentos delicados, mútua solicitude, até romance; Margery Brews confessa a *Sir* John Paston II que o ama, e lamenta que o dote que ela lhe pode levar esteja muito abaixo da fortuna dele; "mas se vós me amais, como acredito que realmente me amais, não me abandonareis por isso"; e ele, senhor da fortuna Paston, casa-se com ela a despeito da oposição de seus parentes — e ele mesmo morre dali a dois anos. Havia corações meigos e feridos sob a dura superfície daquela era desordenada.

VII. OS HUMANISTAS INGLESES

Não nos devemos admirar de que a exuberância do ensino clássico na Itália de Cosimo e Lourenço de Médici despertasse apenas um eco tímido naquela Inglaterra cujos comerciantes pouco se importavam com as letras, e cujos nobres não se envergonhavam de uma riqueza analfabeta. *Sir* Thomas More, no raiar do século XVI, admitia que uns 40 por cento do povo inglês sabiam ler.[51] A Igreja e as universidades que ela dirigia eram até ali os únicos protetores dos mestres. Deve ser levado ao crédito da Inglaterra que sob essas circunstâncias, e por entre o desperdício e a violência da guerra, homens como Grocyn, Linacre, Latimer e Colet fossem tocados pela chama italiana, e levassem uma parte de seu calor e de sua luz para a Inglaterra, suficiente para fazer Erasmo, o *arbiter litterarum* da Europa, sentir-se em casa quando chegou à ilha em 1499. Os humanistas, dedicados ao estudo da cultura pagã assim como ao estudo da cultura cristã, foram censurados por alguns "troianos" indígenas, que temiam aqueles "gregos" que levavam presentes da Itália; mas foram corajosamente defendidos e amparados por grandes homens da Igreja como Guilherme de Waynflete, bispo de Winchester, Guilherme Warham, arcebispo de Cantuária, John Fisher, bispo de Rochester, e, mais tarde, Thomas, cardeal Wolsey, chanceler da Inglaterra.

Desde a época em que Manuel Chrysoloras visitou a Inglaterra (1408), alguns jovens mestres ingleses apanharam uma febre cuja única cura, sentiam eles, era o estudo ou a luxúria na Itália. Humphrey, duque de Gloucester, regressou da Itália com uma paixão por manuscritos e formou uma biblioteca que depois enriqueceu a Bodliana. John Tiptoft, conde de Worcester, estudou com Guarino da Verona em Ferrara e João Argyropoulos em Florença, e voltou à Inglaterra com mais livros do que moral. Em 1464-67 o monge William Tilley of Selling estudou em Pádua, Bologna e Roma, levou de volta muitos clássicos pagãos e ensinou grego em Cantuária.

Um de seus fervorosos discípulos ali foi Thomas Linacre. Quando Tilley foi novamente à Itália (1487), Linacre acompanhou-o e ficou 12 anos. Estudou com Policiano

e Chalcondyles em Florença, editou obras gregas para Aldo Manúcio em Veneza, e voltou à Inglaterra tão esclarecido em diversos campos de estudo que Henrique VII convidou-o a lecionar a Artur, príncipe de Gales. Em Oxford, ele, Grocyn e Latimer constituíram quase um Movimento Oxfordiano pelas línguas e literaturas clássicas; suas conferências inspiraram John Colet e Thomas More, e atraíram o próprio Erasmo.[52] Linacre foi o mais universal dos humanistas ingleses, senhor do grego e do latim, traduzindo Galeno, lançando a medicina científica, fundando o Royal College of Physicians e deixando sua fortuna para criar cátedras de medicina em Oxford e Cambridge. Por ele, disse Erasmo, o novo ensino foi estabelecido de tal modo na Inglaterra que nenhum inglês precisa mais ir estudar na Itália.[53]

Guilherme Grocyn já tinha quase 40 anos quando se reuniu a Linacre em Florença. Voltando à Inglaterra em 1492, alugou quartos no Exeter College de Oxford, e ensinou grego diariamente, sob os protestos dos conservadores que temiam que o texto original do Novo Testamento aniquilasse a autoridade milenar da tradução latina da Vulgata de São Jerônimo. Mas Grocyn era tranqüilizadoramente ortodoxo na doutrina e rigidamente honesto em sua vida moral. O humanismo inglês nunca produziu, como em alguns mestres da Renascença italiana, nem mesmo uma hostilidade velada à cristandade; prezava a herança cristã acima de todos os refinamentos intelectuais, e seu discípulo mais famoso não encontrou dificuldade em ser o deão da catedral de São Paulo.

John Colet era o filho mais velho de *Sir* Henrique Colet, rico comerciante que teve 22 filhos e serviu durante dois períodos como prefeito de Londres. Em Oxford o jovem contraiu o ardor humanista de Linacre e Grocyn, e "devorou com avidez" Platão, Plotino e Cícero. Em 1493 viajou pela França e pela Itália, conheceu Erasmo e Budé em Paris, ficou fortemente impressionado por Savonarola em Florença, e escandalizou-se com a frivolidade e licenciosidade dos cardeais e de Alexandre VI em Roma. Ao regressar à Inglaterra, tendo herdado a fortuna do pai, poderia ter-se elevado a um ponto alto nos negócios ou na política, mas preferiu a vida de estudo de Oxford. Desprezando a tradição de que somente um padre poderia ensinar teologia, fez conferências sobre a Epístola de São Paulo aos Romanos, substituiu a dialética escolástica pela crítica e explicação do texto da Vulgata; e os inúmeros ouvintes sentiam-se refrescados pela novidade de seu método, e por pleitear uma vida de bondade como a melhor teologia. Erasmo, que o viu em Oxford em 1499, descreveu-o como um santo perpetuamente tentado pela concupiscência e pela luxúria, porém "mantendo a flor de sua virgindade até a morte", desprezando os monges condescendentes de seu tempo, e consagrando sua fortuna a fins piedosos e à caridade.[54]

Colet fez uma oposição leal à Igreja, amando-a apesar de seus erros. Contestou a verdade literal do Gênesis, mas aceitou a divina inspiração da Bíblia. Prenunciou os reformadores ao afirmar a autoridade das Escrituras contra as tradições e formas eclesiásticas, ao rejeitar a filosofia escolástica como diluição do cristianismo simples, ao duvidar dos poderes confessionais dos padres e da Presença Verdadeira de Cristo no pão consagrado, bem como ao denunciar o espírito mundano do clero:

> Se o mais alto bispo, a quem chamamos papa... for um bispo justo, ele por si nada faz, e sim Deus nele. Mas se de fato tentar alguma coisa por si mesmo, é então um fazedor de veneno.... Isto de fato foi feito durante muitos anos, e agora cresceu tanto a ponto de dominar poderosamente todos os membros da Igreja Cristã, de tal

> maneira que a menos que... Jesus imponha Sua mão com toda a urgência, nossa Igreja grandemente desordenada não poderá estar longe da morte.... Oh, a impiedade abominável desses padres miseráveis, dos quais esta época contém uma grande multidão, que não temem correr do seio de uma prostituta imunda para o templo da Igreja, para os altares de Cristo, para os misteres de Deus! Sobre eles cairá um dia a vingança de Deus.[55]

Em 1504 Colet foi nomeado deão da catedral de São Paulo. Daquele púlpito supremo pregou contra a venda de dioceses, e o mal de benefícios diversos detidos por um só homem. Provocou uma oposição indignada, porém o arcebispo Warham protegeu-o. Linacre, Grocyn e More estavam agora estabelecidos em Londres, livres do conservadorismo e do escolasticismo de Oxford, estimulados pelas visitas de Erasmo, e em breve gozariam da proteção do jovem Henrique VIII. Tudo parecia preparado para uma Renascença inglesa que marcharia de mãos dadas com a pacífica Reforma.

CAPÍTULO VI

Episódio na Borgonha

1363-1515

I. OS DUQUES REAIS

POR sua posição no flanco oriental da França em volta de Dijon, e pelo governo sutil de seus duques, a Borgonha saiu com poucos danos da Guerra dos Cem Anos, tornando-se durante meio século o ponto mais brilhante da cristandade transalpina. Quando se extinguiu a família ducal borgonhesa da linha capetíngia, e o ducado reverteu à coroa francesa, João II deu-o a seu quarto filho Filipe (1363) como recompensa pela sua bravura em Poitiers. Durante 41 anos como duque da Borgonha, Filipe, o Audaz (Philippe le Hardi), manobrou tão bem, e casou-se com tanta diplomacia, que ficaram sob seu domínio o Hainaut, a Flandres, o Artois e o Franco-Condado. Dessa maneira o ducado de Borgonha, teoricamente província da França, tornou-se na realidade um Estado independente, enriquecido pelo comércio e a indústria da Flandres e dignificado pelo patrocínio da arte.

João sem Medo (Jean sans Peur), por uma fina teia de alianças e intrigas, estendeu seu poder ao ponto máximo, e a França sentiu-se desafiada a resistir. Luís, duque de Orléans, governando a França por seu irmão louco Carlos VI, aliou a França ao Sacro Império Romano em um plano para deter João sem Medo. Assassinos a soldo deste mataram-no; seguiu-se uma luta violenta entre o partido borgonhês e os Armagnac — adeptos do sogro de Luís, o conde de Armagnac — pelo controle da política francesa; por sua vez João morreu no punhal de um sicário em 1419. Seu filho Filipe, o Bom, renunciou a qualquer vassalagem à França, aliou a Borgonha à Inglaterra e anexou Tournai, Namur, Brabante, Holanda, Zelândia, Limburg e Louvain. Quando assinou a paz com a França em 1435 extorquiu o reconhecimento da soberania de seu ducado, e a cessão de Luxemburgo, Liège, Cambrai e Utrecht. A Borgonha estava agora em seu zênite, rivalizando em riqueza e poder com qualquer reino do Ocidente.

Filipe talvez não tivesse merecido dos espíritos piedosos o seu título de "o Bom". Não estava acima da chicana, da crueldade e dos arroubos brutais da ira. Mas era filho dedicado, excelente administrador e pai carinhoso até para seu décimo sexto rebento ilegítimo. Amava as mulheres regiamente, teve 24 amantes, rezava e jejuava, dava esmolas e fez de suas capitais — Dijon, Bruges e Gand — os focos artísticos do mundo ocidental fora da Itália. Seu longo governo levou à Borgonha e suas províncias uma tal afluência que poucos de seus súditos lhe opunham qualquer censura aos pecados. As cidades flamengas fremiam sob seu domínio, e lamentavam ver sua antiga organi-

zação corporativa e suas liberdades comunais cedendo a uma economia nacional sob um governo centralizado. Filipe e seu filho Carlos reprimiram as revoltas mas lhes concederam uma paz conciliatória, pois sabiam que da indústria e do comércio dessas cidades vinham os mais ricos rendimentos ducais. Antes de Filipe, as regiões do baixo Reno tinham sido fragmentos tão diversos em instituições e política como em raça e em língua; ele as uniu em um Estado unificado, deu-lhes ordem e apoiou-lhes a prosperidade.

A sociedade borgonhesa em Bruges, Gand, Liège, Louvain, Bruxelas e Dijon era agora (1420-60) a mais polida e ardente da Europa, sem excluir a contemporânea Florença de Cosimo de Médici. Os duques conservavam todas as formas da cavalaria; foi Filipe, o Bom, quem fundou a Ordem do Tosão de Ouro (1429); e foi em parte dos seus aliados borgonheses que a Inglaterra adquiriu a pompa e encanto cavalheirescos que puseram um verniz sobre a superfície tosca das maneiras inglesas, glorificaram as campanhas de Henrique V e brilharam nas páginas de Froissart e de Malory. Os nobres borgonheses, privados de seu poder independente, viviam principalmente como cortesãos, e cultivaram todas as graças da indumentária e do comportamento que pudessem enfeitar o parasitismo e o adultério.[1] Comerciantes e manufatureiros vestiam-se como a realeza, e alimentavam e vestiam as esposas como se estivessem preparando o cenário para Rubens. Com um duque tão amoroso, a monogamia teria sido *lèse-majesté*. João de Heinsberg, o jovial bispo de Liège, teve uns 12 bastardos; João de Borgonha, bispo de Cambrai, teve 36 filhos e netos procriados fora do matrimônio; muitos membros das classes superiores, nessa era eugênica, tiveram essa origem.[2] As prostitutas podiam ser encontradas a quase toda a hora e preço nos banhos públicos. Em Louvain fingiam ser donas de pensão, oferecendo acomodações para estudantes.[3] As festas eram numerosas e extravagantes; artistas célebres eram contratados para desenhar os espetáculos e decorar os barcos; e vinham pessoas de além fronteiras e mares para assistir a espetáculos magníficos nos quais mulheres nuas desempenhavam papéis de deusas e ninfas antigas.[4]

II. O ESPÍRITO RELIGIOSO

Em contraste sombrio com esta sociedade efervescente, estavam os santos e místicos que, sob o governo desses duques, deram à Holanda lugar de destaque na história religiosa. Jan van Ruysbroeck, padre de Bruxelas, retirou-se aos 50 anos (1343) para um mosteiro agostiniano em Groenendael, perto de Waterloo, onde se dedicou à contemplação mística e à composição. Afirmava que o Espírito Santo lhe guiava a pena; não obstante, seu panteísmo aproximava-se de uma negação da imortalidade individual.

> O próprio Deus é submergido com todos os bem-aventurados em uma ausência de contornos... uma eterna perda de si.... O sétimo grau é atingido quando, além de todo o saber ou de todo o conhecimento, descobrimos em nós mesmos um não-saber infinito; quando, além de todos os nomes que se dão a Deus ou às criaturas, vimos a expirar, e passamos para o anonimato eterno, onde nos perdemos... e contemplamos todos esses espíritos bem-aventurados que estão essencialmente abolidos, imersos e perdidos em sua superessência, em uma escuridão desconhecida sem contorno.[5]

Os Países-Baixos (e neste volume, a expressão Países-Baixos será usada em seu sentido original, abrangendo aproximadamente a moderna Bélgica e a Holanda) e a Alemanha Renana viram neste período uma profusão de grupos leigos — "Beghards", "Beguines", "Irmãos do Espírito Livre" — cujos êxtases conduziam muitas vezes à piedade, ao serviço social, ao quietismo e ao pacifismo, às vezes também à repulsa dos sacramentos por desnecessários, e ocasionalmente a uma alegre aceitação do pecado como perfeitamente incluído na união com Deus.[6] Gerrit (Geert, Gerard) Groote de Deventer, após receber uma boa educação em Colônia, Paris e Praga, passou muitos dias com Ruysbroeck em Groenendael, e sentiu o impulso de fazer do amor de Deus o motivo soberano de sua vida. Tendo recebido o diaconato em 1379, principiou a pregar nas cidades da Holanda, em vernáculo, para assistências tão grandes que as igrejas locais não podiam contê-las; as pessoas deixavam suas lojas e refeições para ouvi-lo. Escrupulosamente ortodoxo na doutrina, e ele próprio "machado de hereges", assim mesmo atacou o relaxamento moral dos padres bem como dos leigos, e pedia que os cristãos vivessem estritamente de acordo com a ética de Cristo. Foi denunciado como herege, e o bispo de Utrecht retirou de todos os diáconos o direito de pregar. Um dos adeptos de Groote, Floris Radewijnszoon, elaborou uma regra meio monástica meio comunista para os "Irmãos da Vida Comum", que viviam numa *fraterhuis* em Deventer chefiados por Groote, e que — sem fazer votos monásticos — ocupavam-se de trabalho manual, ensino, devoções religiosas e cópia de manuscritos. Groote morreu aos 44 anos (1384) de uma peste contraída quando tratava de um amigo, mas sua irmandade estendeu a influência através de 200 *fraterhuizen* na Holanda e na Alemanha. As escolas da irmandade deram aos clássicos pagãos lugar proeminente em seu currículo, preparando o caminho para as escolas jesuíticas que lhe assumiram o trabalho na Contra-Reforma. Os Irmãos acolheram a imprensa logo depois de seu aparecimento e utilizaram-na para espalhar sua *moderna devotio*. Alexandre Hegius, em Deventer (1475-98), foi um exemplo memorável do tipo que os estudantes afortunados conheceram — o mestre santo que vive apenas para a instrução e a direção moral de seus alunos. Melhorou o currículo, concentrou-o em torno dos clássicos, e mereceu o elogio de Erasmo pela pureza do estilo latino. Quando morreu deixou apenas sua roupa e seus livros; tudo mais dera em segredo para os pobres.[7] Entre os célebres discípulos de Deventer estavam Nicolau de Cusa, Erasmo, Rodolfo Agrícola, Jean de Gerson e o autor da *Imitação de Cristo*.

Não temos certeza total de quem escreveu esse belo manual de humildade. Provavelmente foi Thomas Hamerken, de Kempis, na Prússia. No silêncio de sua cela no mosteiro do Monte de Santa Agnes, perto de Zwolle, Thomas à Kempis ou de Kempis (1380-1471) extraiu da Bíblia, dos padres da Igreja e de São Bernardo passagens que expunham o ideal da piedade espiritual como foi concebida por Ruysbroeck e Groote, e reescreveu-as novamente em um latim simples e melífluo.

> De que te servirá entregares-te a profundas discussões sobre a Trindade, se não tiveres humildade, e por aí estarás desagradando à Trindade? Francamente, as palavras sublimes não tornam um homem santo e justo, mas uma vida virtuosa o torna querido de Deus. Eu antes sinto a contrição do que sei defini-la. Se soubesses toda a Bíblia de cor, e os ditos de todos os filósofos, de que te serviria sem o amor de Deus, e sem a graça? Vaidade das vaidades, tudo é vaidade, exceto amar a Deus, e a Ele somente servir. Esta é a mais alta sabedoria: por desprezo ao mundo inclinar-se para o Reino dos Céus.... Entretanto, não se deve censurar o estudo... pois é bom

em si mesmo e ordenado por Deus, mas uma boa consciência e uma vida virtuosa são sempre preferíveis....

Aquele que tem um grande amor é realmente grande. Aquele que é pequeno a seus próprios olhos e não faz conta de qualquer elevação de honra é realmente grande. Aquele que deixa de lado todas as coisas terrenas como esterco, para poder ganhar a Cristo, é realmente sábio....

Foge ao tumulto dos homens o quanto puderes, pois o trato das coisas do mundo é um grande empecilho.... Realmente é uma miséria viver na terra.... É uma grande coisa viver em obediência, estar sob um superior, e não estar como desejamos. É muito mais seguro obedecer do que governar.... A cela, em que se vive constantemente, torna-se suave.[8]

Há uma eloqüência meiga na *Imitação de Cristo* que repete a profunda simplicidade dos sermões e parábolas de Cristo. É um freio sempre necessário ao orgulho intelectual da frágil razão e da medíocre sofisticação. Quando nos sentimos cansados de encarar nossas responsabilidades na vida não podemos encontrar melhor refúgio que o Quinto Evangelho de Thomas à Kempis. Mas quem nos ensinará a ser cristãos na torrente e na tempestade do mundo?

III. A BORGONHA CINTILANTE: 1363-1465

Apesar desses Thomas pregadores, as províncias sob o governo borgonhês entregavam-se a uma considerável atividade intelectual. Os próprios duques — Filipe, o Bom, mais do que os outros — formaram bibliotecas e protegeram a literatura e as artes. Multiplicavam-se as escolas, e a Universidade de Louvain, fundada em 1426, tornou-se logo um dos principais centros educativos da Europa. A *Chronique des ducs de Bourgogne*, de Georges Castellain, registra a história do ducado com esplendor retórico e um mínimo de filosofia, mas em um francês vigoroso que participou com Froissart e Comines na formação desse meio preferido de prosa clara e delicada. Grupos particulares organizaram Câmaras de Retórica (*Rederijkers*) para discussões sobre oratória e poesia e a representação de peças. As duas línguas do reino — o francês ou romance dos valões no sul, e os dialetos germânicos dos flamengos e holandeses no norte — rivalizavam na produção de poetas que hoje repousam na paz do esquecimento.

A expressão suprema do ducado estava na arte. Antuérpia principiou em 1352 sua imensa catedral de numerosas alas, e terminou-a em 1518; Louvain ergueu a igreja de São Pedro de belas proporções — outra vítima da Segunda Guerra Mundial. Os homens e as cidades eram tão ricos que podiam possuir mansões ou palácios municipais quase tão magníficos quanto as igrejas que concediam a Deus. Os bispos que governavam Liège alojavam-se e ao seu corpo administrativo no maior e mais elegante palácio dos Países-Baixos. Gand construiu sua casa consistorial em 1325, Bruxelas seu paço municipal em 1410-55, Louvain em 1448-63; Bruges acrescentou seu *hôtel de ville* em 1377-1421, e encimou-o com uma torre mundialmente famosa (1393-96) que servia de marco aos marinheiros no mar alto. Enquanto essas nobres estruturas góticas exprimiam o orgulho da cidade e de comerciantes, os duques e a aristocracia de Borgonha financiavam para seus palácios e túmulos uma brilhante eclosão de escultura, pintura e iluminura de manuscritos. Artistas flamengos, acossados na França

pela guerra, voltaram em massa para suas cidades de origem. Filipe, o Audaz, reuniu uma verdadeira plêiade de gênios para enfeitar sua residência de verão na cartuxa de Champmol — mosteiro no "campo gentil" vizinho de Dijon.

Em 1386 Filipe encarregou Jean de Marville de lhe projetar um mausoléu primoroso na cartuxa. Quando Marville morreu (1389) Claus Sluter da Holanda continuou o trabalho; quando Sluter morreu (1406) seu discípulo Claus de Werve prosseguiu na tarefa; finalmente (1411) o túmulo ficou pronto, e recebeu os ossos do duque, já então morto havia sete anos. Em 1793 uma assembléia revolucionária em Dijon ordenou o desmantelamento do grande sepulcro, e seus componentes foram dispersados ou destruídos. Em 1827 os padres comunais, percebendo uma brisa política oposta, reuniram os fragmentos restantes, e guardaram-nos no Museu de Dijon. O duque e sua duquesa, Margarida da Flandres, jazem em um belo alabastro sobre imponente laje de mármore; e abaixo deles 40 figuras *pleurant* — únicas sobreviventes das 90 que foram esculpidas — choram a morte ducal com uma dor silenciosa e elegante. Para o pórtico da capela da cartuxa, Sluter e seus discípulos (1391-94) esculpiram cinco figuras soberbas: a Virgem recebendo a homenagem de Filipe e Margarida, apresentados a ela por João Batista e Santa Catarina de Alexandria. No pátio, Sluter ergueu sua obra principal, o *Puits de Moïse*, o Poço de Moisés: um pedestal encimado pelas estátuas de Moisés, Davi, Jeremias, Zacarias, Isaías e Daniel, originariamente encimados por um "calvário" ou cena da crucificação, de que resta apenas uma sombria e nobre cabeça de Cristo coroada de espinhos. Nenhuma escultura de tal vigor masculino e audácia se tinha visto na Europa desde os melhores dias da arte romana.

Os pintores constituíam uma dinastia tão notável quanto os escultores. Os miniaturistas ainda encontravam protetores: o conde Guilherme de Hainaut pagou alto preço pelas iluminuras de *Les très belles heures de Nôtre Dame* (*ca.* 1414) (Também conhecidas por *Les heures de Turin*. Algumas destas miniaturas foram destruídas no incêndio da Biblioteca Nazionale de Turim, em 1904; mas existem reproduções fotográficas destas, e subsistem vários originais do Museu Cívico de Turim.); e o gênio desconhecido (talvez Hubert van Eyck) lançou um modelo e um estilo para mil artistas paisagistas dos Países-Baixos ao pintar com zelo microscópico um porto com navios ancorados ou em plena navegação, passageiros desembarcando, marinheiros e estivadores nas suas diferentes tarefas, ondas quebrando-se em uma praia em forma de crescente, nuvens brancas caminhando furtivamente pelo céu — tudo no espaço de um cartão. Em 1392 Melchior Broederlam, de Ypres, abrilhantou a cartuxa de Champmol com o mais antigo painel descritivo existente fora da Itália. Porém Broederlam e os artistas que pintaram as paredes e a estatuária do mosteiro empregaram a têmpera tradicional — misturando as cores com algum material gelatinoso. Os matizes de tons e de cores e o translúcido do tom raramente foram atingidos por estes meios, e a umidade pôde estragar o trabalho acabado. Em inícios de 1329 Jacques Compère de Gand fizera experiências com cores misturadas em óleo. Através de uma centena de anos de experiência e de erros os flamengos desenvolveram a nova técnica; e no primeiro quartel do século XV ela revolucionou a arte da pintura. Quando Hubert van Eyck e seu irmão mais moço, Jan, pintaram a *Adoração do Cordeiro* para a catedral de St. Bavon em Gand, não firmaram somente a superioridade do óleo como veículo da cor; realizaram uma das supremas obras-primas da história da pintura, motivo por que St. Bavon tem sido desde então um ponto de peregrinações.

Na forma, esta pintura, que é a maior do século XV — este "pólo da história da arte", como lhe chamou Goethe[9] — é um políptico dobradiço de seis painéis, pintados em madeira, com 12 quadros de cada lado; aberto, tem 3,30m de altura e 4,20m de largura. No centro da parte inferior há um campo imaginário, com uma cidade de torres majestosas — a Jerusalém celestial — erguendo-se à distância além das colinas; no primeiro plano um poço da Água da Vida; um pouco para trás um altar sobre o qual um cordeiro simbolizando Cristo verte o sangue do sacrifício, enquanto os patriarcas e os profetas, Apóstolos e mártires, anjos e santos, estão reunidos em torno numa enlevada adoração. No centro superior, uma figura entronizada, parecendo algum Carlos Magno semítico e benevolente, é designada como Deus Padre — representação da divindade naturalmente inadequada, mas concepção nobre de um governante sábio e de um juiz justo. É encimado, no quadro, apenas por uma figura — a Virgem, tipo teutônico loiro, de feições suaves, não tanto de beleza como de pureza e modéstia; a *Madonna Sistina* é de concepção menos nobre. À esquerda de Maria está um grupo de anjos; à extrema esquerda um Adão nu, magro e triste, "lembrando na desgraça um tempo feliz". À direita de Deus Padre está João Batista, vestido com muita suntuosidade para um pastor que prega nas selvas. À extrema direita vê-se uma Eva despida, sombria e pouco bonita, chorando o paraíso perdido; durante algum tempo ela, assim como o Adão na outra ponta, escandalizaram uma Flandres gelada que não estava acostumada ao nu na vida ou na arte. Acima dela, Caim mata o irmão como um prelúdio simbólico à história.

O reverso do políptico declina do modelo grandioso dos painéis interiores. Na parte central um anjo à esquerda e Maria à direita, separados por um quarto, representam a Anunciação — rostos estereotipados, mãos notavelmente finas, drapejamentos encantadores como qualquer um da pintura flamenga. Embaixo vê-se um poema latino de quatro linhas; algumas palavras foram apagadas pelos séculos; o resto é o seguinte: "Hubertus van Eyck, grande e hábil acima de qualquer outro, principiou a pesada tarefa, e Johannes, segundo em arte... animado pelo testamento de Jodocus Vyd. Este verso no sexto dia de maio conclama-o a contemplar a obra completa"; e na linha final algumas letras somam no seu valor numérico a 1432, ano da conclusão. Vyd e sua mulher foram os ofertantes. Quanto do quadro foi pintado por Hubert, quanto por Jan, é um problema felizmente insolúvel, podendo-se assim fazer sobre isso todas as dissertações até que desapareça qualquer vestígio do quadro. (*A Adoração do Cordeiro* sobreviveu a muitas restaurações e vicissitudes. Foi retocado em 1550, 1663, 1825, 1829, 1859, 1936, 1951. As partes maiores foram transportadas pelo Exército Revolucionário Francês para Paris em 1794, e devolvidas em 1816. As alas [sem Adão e Eva] foram vendidas a um comerciante de arte em 1816, compradas pelo Museu de Berlim em 1821 e devolvidas a Gand pelo Tratado de Versalhes em 1919. Na Segunda Guerra Mundial o políptico foi transladado para a França como medida de proteção; em 1942 foi tomado pelo alemães; em 1944 foi escondido em minas de sal na Áustria; em 1946 foi devolvido à sua capela na igreja de St. Bavon pelo Exército dos Estados Unidos.[10])

Há talvez nesta pintura de época uma profusão excessiva de figuras e minúcias: cada homem, mulher, anjo, flor, ramo, broto, animal, pedra e gema é reproduzido com paciência e fidelidade heróicas — para divertimento de Miguel Ângelo, que via no realismo flamengo um sacrifício do motivo central ao pormenor incidental e sem importância.[11] Mas nada na Itália contemporânea rivalizou com esta pintura em finalidade, concepção ou efeito; e na arte da pintura subseqüente apenas o teto da Capela Sistina de Miguel Ângelo a suplanta, assim como os afrescos de Rafael no Vaticano, e talvez a *Última Ceia* de Leonardo antes que começasse sua longa decadência. Mesmo em seu tempo toda a Europa letrada falou na *Adoração*. Afonso, o Magnânimo, pediu a Jan van Eyck para que fosse a Nápoles pintar-lhe homens e mulheres assim, de cabelo dourado, como os que aparecem neste quadro mas que eram tão raros no sul da Itália.

Hubert van Eyck desaparece de nossa vista depois de 1432. (Há cinco quadros atribuídos a ele com dúvidas: uma *Anunciação* [Nova York]; *As Três Marias no Sepulcro* [Vierhouten, Coleção van Beuningen]; uma pequena *Madonna* em Frankfurt; e duas

alas de uma peça de altar [Nova York], representando a Crucificação e o Juízo Final com uma *diablerie* quase de Bosch.) Quanto a Jan, podemos segui-lo vagamente através de uma carreira próspera. Filipe, o Bom, fê-lo *valet de chambre* (então um cargo muito elevado e concorrido), e mandou-o para o estrangeiro com embaixadas, como uma jóia da coroa borgonhesa. São-lhe atribuídas umas 24 pinturas existentes, e quase todas são *chef-d'oeuvre*. Dresden possui uma *Virgem e o Menino* só inferior à *Adoração* na produção de Van Eyck; Berlim orgulha-se de *O Homem com o Cravo* — um rosto áspero estranhamente impróprio para a flor acariciada; Melbourne tem a *Madonna de Ince Hall*, de colorido vivo, apenas 22 cm x 15 cm, no entanto avaliada em $250,000; Bruges contém *A Madona com o Cônego van der Paele* — a Virgem encantadora desde o cabelo solto até a bainha do vestido maravilhosamente drapeado, o cônego gordo e calvo, de bom gênio, um dos grandes retratos do século XV; Londres apresenta os recém-casados Giovanni Arnolfini e sua esposa em um interior cintilante de espelhos e candelabros; a Coleção Frick, em Nova York, adquiriu recentemente, a um preço não declarado, porém enorme, uma *Virgem e o Menino com Santa Bárbara e Santa Isabel*, de rico colorido; Washington tem uma *Anunciação* notável por sua ilusão de profundidade, e pelo esplendor do trajo de São Gabriel que rouba a cena de Maria; e o Louvre possui *A Madona com o Chanceler Rolin*, com uma paisagem fascinante de rio tortuoso, ponte em arco, cidade emuralhada, jardins floridos e uma cadeia de colinas erguendo-se para saudar o sol. Em todos estes quadros, além das compactas cores, há uma decisão de pintar os doadores como eram, de revelar num rosto a vida que o possuidor levara, os pensamentos e sentimentos que através dos anos tinham formado os traços em uma confissão de caráter. Em tais retratos é posto de lado o espírito medieval de idealização, e um naturalismo moderno — talvez refletindo o secularismo da classe média — aparece em toda a plenitude.

Muitos outros pintores alcançaram fama naquela terra e naquela era férteis: Petrus Christus, Jacques Daret, Roberto Campin ("o Mestre de Flemalle"). Inclinamo-nos diante deles humildemente e passamos para o discípulo de Campin, Roger de la Pasture. Na idade de 27 anos, Roger conseguiria tal nomeada em sua cidade natal de Tournai, que esta lhe deu duas vezes as três medidas ou barris de vinho que havia votado para Jan van Eyck. Assim mesmo ele aceitou um convite para ser pintor oficial em Bruxelas, e daí em diante deu a seu nome a forma flamenga, Rogier van der Weyden. Em 1450, com 55 anos, foi a Roma para o jubileu, conheceu pintores italianos e foi festejado como uma celebridade mundial; é possível que a pintura a óleo na Itália tenha progredido por sua influência. Quando morreu em Bruxelas, em 1464, era o artista mais célebre de toda a Europa.

Rogier está conservado em quantidade. Também pintou Filipe, o Bom, Rolin — chanceler de Filipe durante 40 anos — Carlos, o Temerário, e muitas outras celebridades. De beleza indescritível é o *Retrato de uma Dama* na National Gallery de Washington — a belicosidade e a piedade, a modéstia e o orgulho reunidos. No retrato, Rogier era romântico demais para se comparar a Jan van Eyck; mas em seus quadros religiosos revelou uma ternura, um refinamento de sentimento, uma intensidade emocional que faltam à arte masculina e realista de Jan; aqui, talvez, o espírito francês ou o italiano falou através da forma flamenga,[12] e a mentalidade medieval reviveu.

Como os italianos, Rogier registrou os episódios vitais na comovente história de Maria e seu Filho: Gabriel anunciando a uma moça assombrada que ela vai ser a mãe de Deus; o menino na manjedoura; a adoração dos Magos; São Lucas pintando a Virgem quando embalava seu Fi-

lho; a visita de Maria a Isabel; a mãe contemplando feliz o Filho; a apresentação no templo; a Crucificação; a descida da Cruz; a Ressurreição; o Juízo Final. Nesta última cena Rogier atingiu o apogeu, em um políptico complexo provavelmente destinado, mas não completamente merecedor, a rivalizar com *A Adoração do Cordeiro*. Foi pintado para Rolin e está agora no bonito hospital que o grande chanceler fundou em Beaune. No painel central Cristo está sentado para o julgamento, porém mais temperado de misericórdia do que em Miguel Ângelo; de cada lado anjos vestidos de branco luminoso seguram os instrumentos de Sua paixão e morte; abaixo deles São Miguel Arcanjo pesa em uma balança o bem e o mal; à esquerda Maria está ajoelhada em adoração e súplica; de um lado os remidos ajoelham-se em oração agradecida, de outro os condenados precipitam-se horrorizados no inferno. Quase tão célebre quanto esta pintura é o tríptico em Antuérpia que ilustra os sete sacramentos com cenas simbólicas. E então, para que não o julguemos completamente imerso em piedoso êxtase, Rogier pinta uma beleza no banho, e dois jovens espreitando-a através de uma fresta da parede, com aquela anômala curiosidade anatômica que a satisfação nunca satisfaz.

IV. CARLOS, O TEMERÁRIO: 1465-77

Toda esta efervescência desvaneceu-se sob o temperamento acalorado de Carlos *le Téméraire*, amiúde chamado erroneamente o ousado. Rogier van der Weyden pintou-o como o jovem belo e sério, conde de Charolais, de cabelos pretos, que conduziu os exércitos do pai a vitórias sangrentas e mordia o freio à espera que ele morresse. Em 1465, Filipe, o Bom, percebendo-lhe a impaciência, entregou-lhe o governo, e apreciou a ambição e energia do rapaz.

Carlos lamentava a divisão de seu ducado em províncias do norte e do sul cortadas no espaço e diferentes na língua; ressentia-se mais da fidelidade feudal que devia, por algumas dessas províncias, ao rei francês, por outras ao imperador alemão. Ansiava por fazer da Borgonha Maior, como a Lotaríngia (Lorena) do século IX, um reino mediano entre a Alemanha e a França, fisicamente coerente e politicamente soberano. Às vezes, até meditava que as mortes oportunas dos poucos herdeiros interpostos lhe entregariam as coroas francesa, inglesa e imperial, e o elevariam a um pináculo ao lado dos vultos mais eminentes da história.[13] Para realizar estes sonhos organizou o melhor exército permanente da Europa, sobrecarregou os súditos de impostos mais do que seus antecessores, disciplinou-se a si mesmo para todos os trabalhos e provas, e não deu ao espírito nem ao corpo, nem aos amigos e inimigos qualquer trégua de conforto ou de paz.

Entretanto, Luís XI pensava na Borgonha ainda como apanágio da França, e combateu seu rico vassalo com estratégia e fraude superiores. Carlos uniu-se aos nobres franceses na guerra contra Luís; ganhou algumas cidades mais e a inimizade duradoura de um rei que não se desencorajava. Nessa luta, Dinant e Liège revoltaram-se contra a Borgonha e declararam-se pela França, e então alguns entusiastas de Dinant deram a uma efígie de Carlos enforcado o nome de bastardo de um padre descuidado. Carlos abateu as muralhas da cidade, entregou-a a três dias de saque pelas suas tropas, escravizou todos os homens, expulsou todas as mulheres e crianças, queimou completamente todos os prédios, e atirou ao rio Meuse 800 dos rebeldes, de pés e mãos atados (1466). Filipe morreu no mês de junho seguinte, e o conde de Charolais tornou-se Carlos, o Temerário. Recomeçou a guerra com Luís, e forçou sua companhia e cooperação no cerco de Liège, freqüentemente revoltada. Os cidadãos que morriam de fome ofereceram a Carlos suas mercadorias em troca de suas vidas; ele repeliu a barganha; a cidade foi saqueada até a última residência e até a última capela;

arrancavam-se cálices das mãos dos padres que celebravam missa; todos os cativos que não pudessem pagar um pesado resgate foram afogados (1468).[14]

O mundo, embora habituado havia muito à violência, não pôde perdoar a Carlos sua severidade, nem a infeudal prisão e humilhação de seu rei. Quando conquistou Gelderland, adquiriu a Alsácia e pisou nos dedos imperiais ao interferir em Colônia e sitiar Neuss, todos os seus vizinhos tomaram providências para detê-lo. Peter van Hagenbach, que ele nomeara para governar a Alsácia, provocou tanto os cidadãos com sua insolência, rapacidade e crueldade, que eles o enforcaram; e como havia alguns comerciantes suíços entre as vítimas de Peter, o ouro francês estava estrategicamente distribuído na Suíça, e os cantões sentiam suas liberdades ameaçadas pelo crescente poderio de Carlos, a Confederação Suíça declarou-lhe guerra de morte (1474). Carlos deixou Neuss, voltou-se para o sul, conquistou a Lorena — unindo assim pela primeira vez as extremidades de seu ducado — e fez marchar seu exército pelo Jura sobre Vaud. Os suíços eram os guerreiros mais valentes daquele tempo; derrotaram Carlos perto de Granson, e novamente perto de Morat (1476); os borgonheses foram dispersados e Carlos quase enlouqueceu de dor. A Lorena viu sua oportunidade e revoltou-se; a Suíça enviou homens e Luís enviou dinheiro para auxiliar a revolta. Carlos formou novo exército, combateu os aliados perto de Nancy, e nessa batalha encontrou a derrota e a morte (1477). No dia seguinte, seu corpo, posto a nu pelos vampiros, foi encontrado meio submerso em uma lagoa, com o rosto metido no gelo. Tinha 44 anos. A Borgonha foi absorvida pela França.

V. A ARTE NOS PAÍSES-BAIXOS: 1465-1515

A Flandres do sul declinou durante algum tempo depois de Filipe, o Bom. Distúrbios políticos levaram muitos tecelões para a Inglaterra; o crescimento da indústria britânica de vestuário tirou o comércio e as matérias-primas das cidades flamengas; em 1520 o tecido inglês abarrotava os mercados da própria Flandres. Bruxelas, Mechlin e Valenciennes sobreviveram por meio da renda, dos tapetes, da tapeçaria e das jóias que eram superiores, Namur por seu couro, Louvain por sua universidade e sua cerveja. Por volta de 1480 o canal que levava o mar a Bruges principiou a ficar com o leito assoreado; fizeram-se esforços heróicos para limpá-lo; o vento e a areia venceram; depois de 1494 os navios que iam para o mar não puderam mais chegar até Bruges. Em breve os comerciantes, depois os trabalhadores, deixaram Bruges por Antuérpia, onde os navios de grande calado podiam entrar pelos estuários do Scheldt. Antuérpia assinou acordos com os exportadores ingleses e repartiu com Calais o comércio britânico com o Continente.

A vida na Holanda existia por obra dos diques, que tinham de ser freqüentemente reconstruídos, e podiam desmoronar a qualquer momento; alguns cederam em 1470 e afogaram 20.000 pessoas. A única indústria importante era a pesca e conservação do arenque. A Holanda forneceu muitos dos pintores célebres deste período, mas era pobre demais para mantê-los; todos, menos Geertgen tot Sint Jans, emigraram para Flandres.

Ali, mesmo nas cidades que estavam em declínio, os burgueses ricos vestiam-se com luxo, moravam em imponentes casas de tijolos luxuosamente mobiliadas — decoradas com as tapeçarias de Arras ou de Bruxelas, e brilhavam com as baixelas de co-

bre de Dinant. Construíram lindas igrejas como Notre Dame du Sablon, em Bruxelas, e São Tiago em Antuérpia, ergueram pedra por pedra a fachada altíssima da catedral de Antuérpia, e principiaram o orgulhoso paço municipal de Gand. Financiavam os pintores, pousavam para retratos, subornavam o céu com a arte votiva e permitiam que suas mulheres lessem livros. Foi talvez a maneira mundana deles que levou a pintura flamenga, no segundo florescimento, a estender o realismo e a paisagem até aos quadros religiosos, bem como a procurar novos motivos nos lares e nos campos.

Dirk Bouts inaugurou o realismo com os exageros naturais dos inovadores. Foi de sua Haarlem natal para Bruxelas, ali estudou com Rogier van der Weyden, fixou-se em Louvain, e pintou para sua igreja de São Pedro um políptico, *A Última Ceia,* com interessante painel — *Páscoa de uma Família Judia* — que parecia sugerir que a Última Ceia era a celebração de um rito ortodoxo hebreu por judeus ainda fiéis ao judaísmo. Para uma capela da mesma igreja Bouts pintou *O Martírio de Santo Erasmo* com uma literalidade chocante: dois carrascos giram um molinete que puxa lentamente os intestinos do santo despido. Em *O Martírio de Santo Hipólito* quatro cavalos, puxados em quatro direções diferentes, arrancam os braços e pernas da vítima santa. Em *A Decapitação do Cavaleiro Inocente* um cavaleiro vingativamente acusado por uma imperatriz apaixonada malsucedida de tentar seduzi-la tem a cabeça cortada; o cadáver sangrento está estendido no chão, a cabeça separada repousa confortavelmente no colo da viúva; Bouts quase redime sua violência com a calma satisfação do moribundo e do morto. Nessas pinturas há cores vivas, vez por outra uma boa paisagem ou perspectiva; mas o desenho medíocre, as figuras rígidas e os rostos sem vida sugerem que o tempo nem sempre seleciona com sabedoria.

Provavelmente Hugo van der Goes tirou seu sobrenome de Goes na Zelândia, e foi outro exemplo da Holanda geradora e perdedora de gênios. Em 1467 foi admitido à corporação de pintores de Gand. Prova da fama da pintura flamenga é o fato de um comerciante italiano de Flandres tê-lo escolhido para pintar um enorme tríptico para o hospital de Santa Maria Nuova em uma Florença já fervilhante de artistas. Hugo escolheu como tema a frase *Quem genuit adoravit* — "A quem ela gerou, adorou". A figura da Virgem em tamanho natural, extasiada em adoração, é magistral; um pastor à esquerda antecipa a magia de Rafael e Ticiano; a paisagem hibernal é nova realização na delicada fidelidade à natureza. O realismo vigoroso, a composição original, o desenho apurado e o delineamento incisivo do personagem colocaram Van der Goes no ápice da escola flamenga do terceiro quartel do século XV. Fosse para obter mais tranqüilidade para trabalhar, fosse para acalmar os temores religiosos que o obcecavam, entrou para um mosteiro próximo de Bruxelas (*ca.* 1475), onde continuou a pintar e (diz um irmão monge) a beber excessivamente. A idéia de que Deus o destinara à danação eterna entristecia-lhe os momentos de sobriedade e levou-o à loucura.[15]

Vespasiano da Bisticci conta-nos que por volta de 1468 o duque Federigo de Urbino mandou buscar em Flandres um pintor para decorar seu gabinete, uma vez que "não conhecia ninguém na Itália que entendesse de pintura a óleo".[16] Joost van Wassenhoeve, amigo de Van der Goes, aceitou o convite, instalou-se em Urbino e chegou a ser conhecido como Justus van Ghent. Compôs para o letrado duque 28 quadros de filósofos, e para uma irmandade de Urbino, um retábulo, *A Instituição do Sacramento.* Embora essas obras sejam flamengas no estilo, marcam um crescente intercâmbio entre a Flandres e a Itália: um crescente emprego do óleo e uma tendência ao realismo, nos pintores italianos, e a infiltração do idealismo e das técnicas da Itália na arte flamenga.

Hans Memling, embora não tenhamos registro de que tenha visitado a Itália, introduziu em sua pintura uma elegância e delicadeza que pode ter adquirido com os pintores de Colônia, ou com Rogier van der Weyden, ou que podem ter vindo de Veneza e ao longo do Reno até Mogúncia. Nascido perto desta cidade, e provavelmente com o nome de sua Mömlingen de origem, Hans trocou a Alemanha pela Flandres e Bruges

por volta de 1465. Ali, três anos mais tarde, *Sir* John Donne, visitante inglês, encarregou-o de pintar uma *Virgem Entronizada.* Era convencional em concepção e composição mas já demonstrava a habilidade técnica de Memling, seu requinte de sentimento e sua piedade profissional. São João Batista foi representado com um realismo flamengo, São João Evangelista com o idealismo de Fra Angelico; e o nascente individualismo da arte traía-se no retrato fraudulento de Memling espiando por trás de uma coluna.

Como Perugino uma geração mais tarde, Memling fez umas 100 madonas, ternamente maternais, divinamente calmas. Estão nas paredes dos museus por toda a parte em que o olhar se pousar: em Berlim, Munique, Viena, Florença, Lisboa, Madri, Paris, Londres, Nova York, Washington, Cleveland, Chicago. Duas das melhores estão no hospital de São João, em Bruges: Maria domina *O Casamento Místico de Santa Catarina,* onde quase todas as figuras são soberbas; preside novamente em *A Adoração do Menino,* mas aí os Magos — um deles, um verdadeiro Goethe Conselheiro Privado — dominam o cenário. Em uma pintura panorâmica em Munique, Memling pintou todos os episódios importantes da vida conhecida de Cristo. Noutra em Turim, contou a história da Paixão com tal confusão de homens e mulheres que até a Brueghel seria difícil suplantá-la. Para a caixa do órgão de um mosteiro em Nájera, na Espanha, compôs um tríptico de *Cristo Rodeado de Anjos,* que rivaliza com o *Angeli Musicanti* de Melozzo da Forlì, de alguns anos antes; e o Museu de Antuérpia não se julgou espoliado quando pagou 240.000 francos ($1,200,000?) por este quadro em 1896.[17] Outro retábulo múltiplo, *O Juízo Final,* foi pintado para Iacopo Tani, agente de Lourenço de Médici em Bruges; foi colocado em um navio de partida para a Itália, mas o navio foi capturado por um capitão hanseático, que ficou com o dinheiro e deixou o quadro ir para o Marienkirche de Dantzig.[18]

Nestas obras principais, e nos painéis individuais, Memling pintou alguns retratos admiráveis: *Martin van Nieuwenhoev* e *Uma Mulher* — ela, imponente sob o chapéu alto e com seus numerosos anéis — ambos no hospital de Bruges; *Um Jovem,* na London Gallery; *Um Velho,* em Nova York; *O Homem com uma Seta,* em Washington. Não atingiram a inspiração ou a penetração de Ticiano, Rafael ou Holbein, mas captam superfícies simples com habilidade de mestre. Os nus esporádicos — *Adão e Eva, Betsabá no Banho* — não atraem.

No fim de sua carreira Memling decorou para o hospital de Bruges um relicário gótico destinado a receber as relíquias de Santa Úrsula. Em oito painéis contou como a piedosa donzela, noiva do príncipe Conon, adiou seu casamento até que pudesse fazer uma peregrinação a Roma; como navegou com 11.000 virgens pelo Reno acima até Basiléia, conduziu-as agilmente pelos Alpes, receberam as bênçãos do papa, e como, no regresso, todas as 11.001 foram martirizadas pelos hunos pagãos em Colônia. Nove anos mais tarde (1488) Carpaccio contou o mesmo bonito absurdo, com um desenho mais apurado e um colorido mais bonito, para a Escola de Santa Úrsula, em Veneza.

É injusto para Memling, ou para qualquer pintor, contemplar-lhe os quadros em conjunto: cada um deles destinava-se a um tempo e lugar diferentes, e para ali convergia sua qualidade lírica. Encará-los na totalidade é ao mesmo tempo perceber-lhes as limitações — a estreiteza de classe e estilo, a monotonia dos retratos e mesmo de suas modestas madonas de cabelo solto de ouro. A superfície é bonita ou verdadeira, e brilha com tons suaves e vivos; mas o pincel raramente chega até à alma recôndita, à

solidão, à contemplação, às aspirações, aos sofrimentos secretos. Não há vida nas mulheres de Memling; e quando ele as despe, ficamos penalizados ao encontrá-las de ventre grande e seios diminutos. Talvez a moda nesses pormenores fosse diferente naquele tempo da que é hoje; até nossos desejos podem sofrer doutrinação. Ainda assim devemos reconhecer que quando Memling morreu (1495) era, na opinião geral de seus admiradores e rivais o pintor principal ao norte dos Alpes. Se outros artistas sentiram seus erros mais acuradamente do que os deles mesmos, não podiam igualar-lhe a delicadeza do estilo, a pureza do sentimento e o esplendor do colorido. Durante uma geração a influência dele foi suprema na escola flamenga.

Gerard David prosseguiu no estilo. Vindo da Holanda para Bruges por volta de 1483, sentiu a magia da *aria dolce* de Memling; suas madonas são quase idênticas às de Memling; talvez repartissem um modelo entre eles. Às vezes, como em *O Descanso na Fuga para o Egito* (Washington), igualou Memling na beleza grave da Virgem e suplantou-o no desenho do Menino. Nos seus velhos anos, David seguiu o comércio e mudou-se para Antuérpia. A escola de Bruges terminou com ele, enquanto a de Antuérpia principiava com Quentin Massys.

Filho de um ferreiro de Louvain, Massys foi recebido na corporação de pintores de São Lucas em Antuérpia em 1491, com 25 anos de idade. Entretanto, São Lucas dificilmente teria aprovado *O Festim de Herodes* em que Herodíades espeta com uma faca de trinchar a cabeça decepada de João Batista, nem *O Sepultamento de Cristo,* em que José de Arimatéia arranca coágulos de sangue do cabelo do cadáver exangue. Tendo casado duas vezes e enterrado sete filhos, Massys tinha um pouco de aço em sua fibra e um pouco de ácido em seus óleos. Assim surpreende uma cortesã no momento de surripiar a um velho usurário o seu dinheiro; e em estilo mais delicado mostra um banqueiro contando seu ouro enquanto a esposa observa com um misto de aprovação e inveja. Entretanto, as madonas de Massys são mais humanas do que as de Memling; uma delas (em Berlim) beija e acaricia seu Filho como faria qualquer mãe; e o azul, o roxo e o vermelho vivos de seus trajes acentuam-lhe a beleza. Quando se tratava de retratos, Massys podia penetrar por trás do rosto do personagem com mais êxito do que Memling, como no notável *Estudo para um Retrato* do Museu Jacquemart-André, em Paris. Foi Massys que Peter Gillis procurou quando em 1517 desejou enviar a Thomas More reproduções fiéis de Erasmo e dele mesmo. Quentin trabalhou bem com Gillis, mas seu *Erasmo* teve a pouca sorte de ser seguido pelo de Holbein. Quando Dürer (1520) e Holbein (1526) chegaram a Antuérpia, foi a Massys que prestaram homenagens como decano da arte flamenga.

Entretanto, nesse tempo, aparecera em Brabante o mais original e absurdo artista da história flamenga. Aqui e ali em Massys — como na multidão de assistentes em *Cristo Mostrado ao Povo* (Madri), ou nos feios rostos de uma *Adoração dos Magos* (Nova York) — havia cabeças retorcidas e brutais como as que Leonardo desenhou na satírica atividade acessória de sua pena. Hieronymus Bosch fez de tais grotescos um negócio de êxito. Nascido em Bois-le-Duc, onde passou a maior parte da vida (no norte de Brabante, agora sul da Holanda), veio a ser conhecido pelo nome flamengo da cidade, Hertogenbosch, finalmente Bosch. Durante algum tempo pintou os habituais temas religiosos, e em alguns, como na *Adoração dos Magos* de Madri, inclinou-se para a normalidade. Mas seu senso do ridículo acabou dominando-lhe a imaginação e a arte. Talvez na infância tivesse sido assustado pelos contos medievais de duendes e fantasmas, de diabos pulando de trás de qualquer rocha ou brotando de uma árvore; agora haveria de caricaturar esses duendes em sátira salutar, e arrancá-los do espírito com um riso. Sentia com sensibilidade de artista os males da humanidade — os esquisitos ou feios ou deformados — e pintava-os com uma mistura macabra de ira

e satisfação. Até em cenas idílicas como *A Natividade* (Colônia) deu o primeiro plano ao focinho de uma vaca; em *A Adoração dos Magos* (Nova York) os camponeses espiam pelas janelas e arcadas para a Virgem e seu Filho. Entretanto, neste último quadro pintou com maestria consumada um majestoso São Pedro e um rei negro, cuja dignidade imponente deixa as outras figuras na sombra. Mas quando Bosch prosseguiu na história de Cristo, ensombreceu os quadros com rostos bestiais, olhos selvagens, narizes enormes, lábios grossos, protuberantes e vorazes. Passando para as lendas dos santos, retratou um surpreendentemente terno São João Evangelista em paisagem incomum de ilhas e mar; mas a um canto colocou um diabo contemplativo — com um capuz de frade, cauda de rato e pernas entomológicas — esperando pacientemente herdar a terra. Em *A Tentação de Santo Antônio* rodeou o anacoreta desesperado de alegres cortesãs e figuras sobrenaturais — um anão com as pernas saindo dos ombros, um pássaro com pernas de cabrito, um jarro com pernas de vaca, um rato montado por uma bruxa, um menestrel coberto com uma caveira de cavalo. Bosch tirou os grotescos das catedrais góticas e construiu um mundo com eles.

Não tinha nada de realista. Vez por outra copiava uma cena da vida, como em *O Filho Pródigo,* mas aí também exagerou o feio, a pobreza e o medo. Sua *Carreta de Feno* não é o festejar do mês de maio, e sim uma ilustração amarga de que "toda a carne é erva".[19] No alto da carga tudo é ideal: um rapaz toca música para uma moça que está cantando; atrás deles dois namorados se beijam e um anjo se ajoelha; acima deles, Cristo paira nas nuvens. Mas no chão um assassino esfaqueia o inimigo caído, uma caftina induz uma jovem à prostituição, um charlatão vende panacéias, um padre gordo recebe dádivas de freiras, as rodas do carro esmagam alguns celebrantes descuidados. À direita, um grupo de demônios, ajudados por macacos, arrastam os condenados para o inferno. Filipe II, rei da Espanha e triste, pendurou esta obra no Escorial. Ao lado colocou uma obra parecida, *Os Prazeres do Mundo.* Em torno de um tanque, no qual se banham homens e mulheres nus, corre uma procissão de nus sobre animais em parte zoológicos e em parte fantasmagóricos; pregos e espinhos penetram no quadro por todos os lados; no primeiro plano dois nus abraçam-se numa valsa, enquanto um pássaro imenso observa-os filosoficamente divertido. Um postigo mostra a criação de Eva como origem de todo o mal; outro exibe as torturas e contorções dos condenados. É uma maravilha de composição, de hábil desenho, de imaginação doentia — verdadeiro Bosch.

Será que até no raiar dos tempos modernos houve milhões de cristãos simples e impressionáveis que tiveram pesadelos como estes? Seria Bosch um deles? É difícil, pois em um retrato seu na biblioteca de Arras aparece em idade avançada, em pleno vigor de espírito e agudeza do olhar; é um homem do mundo que sobreviveu a seu furor satírico, e pode encarar a vida com o humor de quem brevemente estará fora da confusão. Não poderia ter pintado essas fantasias diabólicas com tanta habilidade se ainda o assombrassem. Estava acima delas, não tanto divertido quanto indignado pelo fato de a humanidade tê-las um dia abrigado. Que seus contemporâneos se deliciaram com suas obras como extravagâncias pictóricas de preferência a terrores teológicos fica demonstrado pelo vasto mercado obtido pela publicação de gravuras de suas obras. Uma geração mais tarde Pieter Brueghel haveria de esconjurar esses diabos e transformar esses duendes em multidão sadia e alegre; e quatro séculos mais tarde artistas neuróticos haveriam de refletir as neuroses de seu tempo pintando fantasias sarcásticas cheirando a Hieronymus Bosch.

Uma figura mais convencional fechou este capítulo da pintura flamenga. Nascido em Maubeuge, e por isso também chamada Mabuse, Jan Gossaert foi para Antuérpia em 1503, provavelmente após aprender sua arte com David em Bruges. Em 1507 foi convidado à corte do duque Filipe de Borgonha — um dos subprodutos eróticos de Filipe, o Bom. Jan acompanhou o duque à Itália, e voltou com alguma finura acrescentada ao seu pincel, bem como um discernimento para nus e mitologias pagãs; seu *Adão e Eva* foi o primeiro na arte flamenga a tornar atraente um corpo despido. *Maria com o Menino e os Anjos* e *São Lucas Pintando a Madonna* lembravam a Itália nos seus gordos querubins e os fundos arquitetônicos da Renascença, *A Agonia no Jardim* talvez deva à Itália sua brilhante reprodução do luar. Mas o forte de Gossaert era o retrato. Nenhum flamengo desde Jan van Eyck produziu um tal estudo de caráter como o *Jan Carondelet,* que está no Louvre; aqui o artista concentrou-se no rosto e nas mãos, e revelou a linhagem endinheirada, o administrador estóico, o espírito que se tornou sombrio pelo fardo da autoridade. Massys pusera fim àquela primeira linha da pintura flamenga que tinha atingido a nobreza nos Van Eyck; Gossaert importou da Itália essas inovações de técnica, elegância de ornato, graças de linha, matizes de claro-escuro e de retrato, que no século XVI (excluindo Brueghel) haveria de desviar a pintura flamenga da habilidade e do gênio originais e deixá-la em suspenso até culminar com Rubens e Van Dyck.

Carlos, o Temerário, não deixou filhos, mas tinha concedido a mão de sua filha Maria a Maximiliano da Áustria, na esperança de que os Habsburgos protegessem a Borgonha contra a França. Quando Luís XI assim mesmo se apropriou do ducado, Maria fugiu para Gand. Como preço de ser aceita como soberana constitucional da Flandres, Brabante, Hainaut e Holanda, assinou o *Groote Privilegie* (fevereiro de 1477), que a comprometia a não contrair matrimônio, criar impostos e a não declarar guerra sem o consentimento dos "Estados" ou assembléias das províncias signatárias. Por este e outros documentos posteriores, inclusive a *Joyeuse Entrie,* como o Brabante chamou sua própria concessão de liberdade local, os Países-Baixos iniciaram uma luta de um século pela independência. Mas o casamento de Maria com Maximiliano em agosto de 1477 levou os poderosos Habsburgos para os Países-Baixos. Quando Maria morreu (1482) Maximiliano tornou-se regente. Quando Maximiliano foi eleito imperador (1494), transmitiu a regência a seu filho Filipe. Quando Filipe morreu (1506), sua irmã, Margarida da Áustria, foi nomeada governador-geral pelo imperador. Quando o filho de Filipe, o futuro Carlos V, então com 15 anos, foi declarado de maior idade (1515), os Países-Baixos tornaram-se parte de um grande império Habsburgo sob a égide de um dos governantes mais hábeis e ambiciosos da história. Mas isto é outra história.

CAPÍTULO VII

A Europa Central

1300-1460

I. A TERRA E O TRABALHO

UMA vez que o homem vive por permissão da geografia física, é seu destino ser dividido por montanhas, rios e mares, em grupos que desenvolvem, em um meio isolamento, suas línguas e credos diferentes, traços, costumes e trajes condicionados ao clima. Levado pela insegurança a suspeitar do estrangeiro, detesta e condena as aparências e modos estranhos de outros grupos que não o seu. Todas essas fascinantes variedades de terreno — montanhas e vales, fiordes e estreitos, golfos e torrentes — que fazem da Europa um panorama de prazer variado, dividiram a população de um continente menor em uma quantidade de povos que prezam suas diferenças e que são autoprisioneiros de sua herança de ódio. Há um encanto nesse mosaico de originalidades, e seria de condenar um mundo de pessoas limitadas em mitos e calças iguais. E, não obstante, acima e abaixo dessas diferenças de trajes, costumes, fé e língua, a natureza e as necessidades do homem impuseram-lhe uma uniformidade e interdependência econômica que se torna mais visível e irresistível à medida que as invenções e a sabedoria vão derrubando as barreiras. Da Noruega à Sicília, da Rússia à Espanha, o observador sem prevenção vê o homem não tanto pela diferença de trajes e de línguas, mas entregue a buscas similares que formam caracteres similares: arando e minando a terra, tecendo peças de vestuário, construindo casas, altares e escolas, educando os jovens, trocando os excedentes, e forjando a ordem social como o mais forte órgão de defesa e de sobrevivência do homem. Durante algum tempo.vamos contemplar a Europa Central como uma unidade assim.

Na Escandinávia, a tarefa primordial do homem foi vencer o frio, na Holanda o mar, na Alemanha as florestas, na Áustria as montanhas; a agricultura, base da vida, fazia depender o seu destino dessas vitórias. Por volta de 1300 a rotação das colheitas tornara-se geral na Europa, multiplicando o rendimento do solo. Mas de 1347 a 1381 metade da população da Europa Central foi eliminada pela Peste Negra; e a mortalidade dos homens deteve a fertilidade da terra. Em um ano Estrasburgo perdeu 14.000 almas, Cracóvia 20.000, Breslau 30.000.[1] Durante um século as minas de Harz ficaram sem mineiros.[2] Com uma paciência simples e animal, os homens reiniciaram os antigos trabalhos, cavando e revolvendo a terra. A Suécia e a Alemanha in-

tensificaram a extração de ferro e cobre; o carvão foi extraído em Aachen e Dortmund, o estanho na Saxônia, o chumbo no Harz, a prata na Suécia e no Tirol, o ouro na Caríntia e na Transilvânia.

O fluxo de metais alimentou a indústria crescente, que por sua vez alimentava um comércio em expansão. A Alemanha, pioneira na mineração, naturalmente liderou na metalurgia. O forno explosivo apareceu ali no século XIV; com o machado hidráulico e o laminador transformou o trabalho dos metais. Nuremberg tornou-se a capital dos mercadores de ferro, célebre por seus canhões e seus sinos. A indústria e o comércio de Nuremberg, Augsburg, Mogúncia, Speyer e Colônia tornou-as quase cidades-estados independentes. O Reno, o Meno, o Lech e o Danúbio deram às cidades do sul da Alemanha o primeiro lugar no tráfico exterior com a Itália e o Oriente. Grandes firmas comerciais e financeiras, com extensos mercados e agências, ergueram-se ao longo dessas vias, suplantando, no século XV, o alcance e o poder da Liga Hanseática. A Liga ainda era forte no século XIV, dominando o comércio nos mares do Norte e Báltico; mas em 1397 os países escandinavos uniram-se para quebrar esse monopólio, e logo depois os ingleses e os holandeses principiaram a transportar suas próprias mercadorias. Até o arenque conspirou contra a Hansa: por volta de 1417 resolveu desovar no Mar do Norte de preferência ao Báltico; Lübeck, esteio da Liga, perdeu o comércio do arenque e entrou em declínio; Amsterdam ganhou-o e prosperou.

Por baixo desta classe econômica em progresso, fervia a guerra — entre o campo e a cidade, senhores e servos, nobres e homens de negócio, corporações de comerciantes e de artesãos, capitalistas e proletários, clero e leigos, Igreja e Estado. Na Suécia, na Noruega e na Suíça, a servidão ia-se extinguindo ou se extinguira, mas em outros pontos da Europa Central ia tomando nova vida. Na Dinamarca, Prússia, Silésia, Pomerânia e em Brandemburgo, onde os camponeses tinham conquistado a liberdade desbastando as selvas, a servidão foi restaurada no século XV por uma aristocracia marcial; podemos julgar a rudeza desses *Junkers* por um provérbio dos camponeses brandemburgueses, que desejava longa vida aos cavalos do senhor, para que ele não se lembrasse de cavalgar os servos.[3] Nos países bálticos os barões e os cavaleiros teutônicos, que a princípio limitavam-se a escravizar os habitantes eslavos vencidos, foram induzidos, pela crise de trabalho que se seguiu à Peste Negra e à guerra polonesa de 1409, a manter em escravidão qualquer "vadio que perambule pela estrada ou nas cidades";[4] e celebraram-se tratados com governos vizinhos para a extradição dos servos fugitivos.

A *bourgeoisie* mercantil, protegida pelos imperadores como uma arma contra os barões, governava as municipalidades tão claramente que em muitos casos o paço municipal e a corporação dos comerciantes eram um só. As corporações dos artesãos foram reduzidas à dependência, submetidas à regulamentação municipal dos salários e impedidas de ação conjunta;[5] aqui, como na Inglaterra e na França, os orgulhosos artesãos foram transformados em *prolêtaires* indefesos. Vez por outra os trabalhadores tentavam revoltar-se. Em 1348 os artesãos de Nuremberg prenderam o conselho municipal e governaram a cidade durante um ano; mas os soldados do imperador recolocaram os comerciantes patricianos no poder.[6] Na Prússia, uma lei de 1358 condenava qualquer grevista a ter uma orelha cortada.[7] Rebeliões de camponeses surgiram na Dinamarca (1340-1441), Saxônia, Silésia, Brandemburgo e no Reno (1432), na Noruega e na Suécia (1434); mas foram organizadas muito frouxamente para produ-

zir mais do que uma violência catártica passageira. As idéias revolucionárias circulavam pelas cidades e aldeias. Em 1438 um radical anônimo escreveu um panfleto expondo uma imaginária "Reforma do Kaiser Sigismundo" sobre princípios socialistas.[8] O palco estava sendo lentamente preparado para a Guerra dos Camponeses de 1525.

II. A ORGANIZAÇÃO DA ORDEM

A ordem é a mãe da civilização e da liberdade; o caos é o parteiro da ditadura; portanto a história pode vez por outra ter uma boa palavra para os reis. A função medieval deles era libertar o indivíduo em ritmo crescente da dominação local, e centralizar em uma autoridade o poder de legislar, julgar, punir, cunhar moedas e fazer a guerra. O barão feudal lamentava a perda da autonomia local, mas o simples cidadão achava bom que houvesse, em seu país, um único senhor, uma única cunhagem, uma única lei. Os homens raramente esperavam, naqueles dias semi-analfabetos, que até os reis pudessem desaparecer, sem deixar outro senhor senão as leis e os desatinos que os homens tinham feito livremente.

A Escandinávia teve alguns monarcas notáveis no século XIV. Magno II da Suécia organizou as leis contraditórias de seu reino num código nacional homogêneo (1347). Na Dinamarca, Eric IV disciplinou os barões e reforçou o poder central; Cristóvão II enfraqueceu-o; Waldemar IV restaurou-o, e fez de seu país uma das maiores forças da política européia. Mas a figura suprema das dinastias escandinavas dessa era foi a filha de Waldemar, Margarida. Casada aos 10 anos (1363) com Haakon VI da Noruega, que era filho de Magno II da Suécia, parecia destinada pelo sangue e pelo casamento a unir os tronos aparentados. Quando seu pai morreu (1375) ela correu para Copenhague com seu filho de cinco anos Olavo, e convenceu os eleitores nobres e eclesiásticos a aceitá-lo como rei e ela mesma como regente. Quando seu marido morreu (1380), Olavo herdou a coroa da Noruega; mas como ainda tinha apenas 10 anos, Margarida, agora com 27 anos, atuou ali também como regente. A prudência, tato e coragem que demonstrou assombraram seus contemporâneos, que estavam acostumados à incompetência ou à violência masculina; e os senhores feudais da Dinamarca e da Noruega, depois de dominar muitos reis, apoiaram com orgulho essa rainha sensata e benéfica. Quando Olavo atingiu a maioridade (1385), a diplomacia dela ganhou-lhe a sucessão do trono sueco. Dois anos depois ele morreu, e seus planos pacientes e de longo alcance para a unificação da Escandinavia pareciam frustrados pela morte. Mas o conselho real da Dinamarca, não vendo herdeiro masculino disponível que pudesse igualar-se a "Margrete" em capacidade para manter a ordem e a paz, passou por cima das leis escandinavas contra um governante feminino, elegendo-a regente do reino em 1387. Passando para Oslo, foi escolhida regente da Noruega por toda a vida (1388), e um ano mais tarde os nobres suecos, tendo deposto um rei que não servia, fizeram-na rainha. Margarida persuadiu os três reinos a reconhecer seu sobrinho-neto Eric como herdeiro de seus tronos. Em 1397 convocou os três conselhos de Estado a Kalmar, na Suécia; ali a Suécia, a Noruega e a Dinamarca foram declaradas unidas para sempre, devendo todas ficar sob o mesmo governante, mas cada uma conservando seus próprios costumes e leis. Eric foi coroado rei, mas como tinha ape-

nas 15 anos, Margarida continuou a atuar como regente até à morte (1412). Nenhum outro europeu desse tempo teve um reino tão extenso ou um reinado tão bem-sucedido.

Seu sobrinho-neto não lhe herdou a sabedoria. Eric permitiu à União que se tornasse efetivamente Império Dinamarquês, com um conselho em Copenhague que governava os três Estados. Neste império a Noruega decaiu, perdendo a hegemonia literária que mantivera do século X ao século XIII. Em 1434 Engelbrekt Engelbreksson chefiou uma revolta da Suécia contra a hegemonia dinamarquesa; reuniu em Arboga (1435) uma Dieta nacional de nobres, bispos, cavaleiros e burgueses; e essa assembléia de extensa base tornou-se, através de uma continuidade de 500 anos, o "Riksdag" sueco de hoje. Engelbreksson e Kark Knutsen foram escolhidos para regentes. Um ano mais tarde o herói da revolução foi assassinado, e Knutsen governou a Suécia como regente, depois a intervalos como rei, até morrer (1470).

Entrementes, Cristiano I (1448-81) iniciava a dinastia Oldenburg, que governou a Dinamarca até 1863 e a Noruega até 1814. A Islândia passou ao governo dinamarquês durante a regência de Margarida (1381). O ponto culminante da história e da literatura da ilha tinha passado, porém continuava a dar à Europa caótica uma lição despercebida de governo competente e ordeiro.

A democracia mais forte do mundo, nesse tempo, estava na Suíça. Na história daquele invencível país os heróis são os cantões. Primeiro foram os "cantões florestais" de língua alemã: Uri, Schwyz e Unterwalden, que em 1291 se uniram em uma Confederação para defesa mútua. Depois da vitória histórica dos camponeses suíços sobre o exército dos Habsburgos em Morgarten (1315), a Confederação, conquanto formalmente reconhecesse a soberania do Sacro Império Romano, manteve uma independência virtual. Acrescentaram-se novos cantões: Lucerna (1332), Zurique (1351), Glarus e Zug (1352), Berna (1353); e o nome Schwyz foi estendido em 1352 ao total. Estimulado à autonomia pelas barreiras geográficas, e aceitando a língua e os sistemas franceses, alemães ou italianos segundo a inclinação dos vales e o curso das torrentes, cada cantão fez suas próprias leis, através de assembléias escolhidas pelo voto dos cidadãos. A extensão da imunidade variava de cantão para cantão e de época para época, mas todos os cantões comprometeram-se a uma política exterior unida e à arbitragem de suas questões por uma Dieta federal. Embora às vezes os cantões lutassem uns com os outros, todavia, a constituição da Confederação tornou-se e permanece um exemplo inspirador do federalismo — a união de regiões de governo próprio sob intervenções e leis livremente aceitas.

Para defender sua liberdade a Confederação precisava do treinamento militar de todos os homens, e de serviço militar, por sorteio, de todos os homens entre 10 e 60 anos. A infantaria suíça, armada com piques e de rude disciplina, forneceu as mais temidas e caras legiões da Europa. Os cantões, para aumentar a renda, alugavam seus regimentos a potências estrangeiras, e durante algum tempo "fizeram da bravura suíça artigo de comércio".[9] Os senhores supremos austríacos ainda proclamavam direitos feudais na Suíça, e vez por outra tentavam impô-los; foram repelidos em Sempach (1386) e Näfels (1388) em batalhas que merecem alguma recordação nos registros da democracia. Em 1446 o Tratado de Constança mais uma vez confirmou a fidelidade formal da Suíça ao Império, bem como sua real liberdade.

III. A ALEMANHA DESAFIA A IGREJA

A Alemanha também era uma federação, mas suas partes constituintes eram governadas não por assembléias democráticas mas por príncipes seculares ou eclesiásticos que reconheciam apenas uma lealdade limitada ao chefe do Sacro Império Romano. Alguns desses estados — Baviera, Würtemburg, Turíngia, Hesse, Nassau, Meissen, Saxônia, Brandemburgo, Caríntia, Áustria e o Palatinado — eram governados por duques, condes, margraves ou outros senhores seculares; alguns — Magdeburg, Mogúncia, Halle, Bamberg, Colônia, Bremen, Estrasburgo, Salzburgo, Trier, Basiléia, Hildesheim — eram politicamente sujeitos, em graus variáveis, a bispos ou arcebispos; mas quase uma centena de cidades tinha, por volta de 1460, recebido cartas de liberdade virtual de seus superiores leigos ou eclesiásticos. Em cada principado, delegados dos três estados — nobreza, clero e povo — reuniam-se esporadicamente em uma Dieta territorial que exercia algum domínio através de sua força pecuniária, sobre a autoridade do príncipe. Os principados e cidades livres enviavam representantes ao *Reichstag* ou Dieta Imperial. Uma *Kurfürstentag* especial, ou Dieta de Eleitores, era convocada para escolher um rei; compunha-se, normalmente, do rei da Boêmia, do duque da Saxônia, do margrave de Brandemburgo, do conde palatino e dos arcebispos de Mogúncia, Trier e Colônia. A escolha criava apenas um rei, que era reconhecido chefe do Sacro Império Romano quando coroado imperador pelo papa; daí o título que assumia antes da coroação de "Rei dos Romanos". Escolhia como capital geralmente Nuremberg, muitas vezes outro ponto, até mesmo Praga. A autoridade dele apoiava-se na tradição e no prestígio mais do que nas possessões ou força; não possuía território além do seu próprio domínio como príncipe feudal entre muitos; dependia do *Reichstag* ou *Kurfürstentag* quanto às somas para administrar seu governo ou custear a guerra; e essa dependência condenava até homens competentes como Carlos IV ou Sigismundo a malogros humilhantes nos negócios estrangeiros. A destruição da dinastia de Hohenstaufen pelos poderosos papas do século XIII tinha fatalmente enfraquecido o Sacro Império Romano fundado (a.D. 800) pelo Papa Leão III e Carlos Magno. Em 1400 era uma frouxa associação da Alemanha, Áustria, Boêmia, Holanda e Suíça.

O conflito entre o Império e o papado reavivou-se quando, no mesmo dia de 1314, dois grupos rivais de eleitores escolheram reis a Luís da Baviera e Frederico da Áustria. João XXII, de sua sede papal em Avinhão, reconheceu-os a ambos como reis, e a nenhum como imperador, e argumentou que uma vez que só um papa podia coroar um rei imperador, deveria ser aceito como juiz da validade da eleição; além disso, afirmou o ambicioso pontífice, a administração do Império deveria competir ao papado entre a morte de um imperador e a coroação do sucessor. Luís e Frederico preferiram a arbitragem da guerra. Em Mühldorf (1322) Luís derrotou e aprisionou Frederico, e daí em diante arrogou-se plena autoridade imperial. João ordenou-lhe que desistisse de todos os títulos e poderes, e que comparecesse diante da corte papal para ouvir sentença como rebelde contra a Igreja. Como Luís recusasse, o Papa excomungou-o (1324), convidou todos os cristãos do Império a resistir a seu governo e lançou uma interdição sobre toda região que o reconhecesse como rei. A maioria dos alemães não tomou conhecimento desses editos, pois os alemães, assim como os ingleses, conside-

ravam os papas de Avinhão servidores ou aliados da França. No progressivo enfraquecimento da fé e do papado, os homens principiavam a pensar em si mesmos primeiro como patriotas e depois como cristãos. O catolicismo, que é supernacional, declinava; o nacionalismo, que é protestante, ia crescendo.

Nesta conjuntura, Luís recebeu auxílio e conforto de aliados contraditórios. A bula do Papa João *Cum inter nonnulla* (1323) considerara heresia a opinião de que Cristo e os Apóstolos se recusavam a ter propriedades, e dera instruções à Inquisição para convocar perante seu tribunal os "Franciscanos Espirituais" que afirmavam essa concepção. Muitos frades devolveram a acusação de heresia ao Papa; demonstraram horror sagrado ante a riqueza da Igreja; alguns deles chamavam o idoso pontífice de Anticristo; e o geral dos Espirituais, Miguel Cesena, levou uma grande minoria deles a uma aliança declarada com Luís da Baviera (1324). Encorajado pelo apoio, Luís lançou em Sachsenhausen um manifesto contra "João XXII, que se chama a si mesmo papa"; denunciou-o como homem sanguinário e amigo da injustiça, que estava decidido a destruir o Império; e pedia que um concílio geral julgasse o Papa por heresia.[10]

O rei foi ainda mais encorajado pelo aparecimento, em sua corte de Nuremberg, de dois professores da Universidade de Paris — Marcílio de Pádua e João de Jandun — cujo livro, *Defensor Pacis*, atacava o papado de Avinhão em termos que devem ter agradado os ouvidos reais: "Que se encontra lá, além de um enxame de simoníacos de todas as origens? Que mais, além do clamor de rábulas, do... insulto a homens dignos? Ali a justiça aos inocentes desmorona, a menos que possam comprá-la".[11] Repetindo os pregadores albigeneses e valdenses do século XIII, e antecipando Lutero em 200 anos, os autores argumentavam que o cristianismo devia basear-se exclusivamente na Bíblia. Devia convocar-se um concílio geral da Igreja não pelo papa e sim pelo imperador; o consentimento deste último deveria ser solicitado para a eleição de qualquer pontífice; e o papa, como qualquer outra pessoa, deveria ser sujeito ao imperador.

Encantado ao ouvir isto, Luís resolveu ir à Itália e fazer-se coroar imperador pelo povo de Roma. Em 1327 partiu com um pequeno exército, alguns franciscanos e os dois filósofos a quem empregara para compor suas declarações públicas. Em abril o Papa publicou novas bulas, excomungando João e Marcílio, e ordenando a Luís que deixasse a Itália. Mas Luís foi saudado em Milão pelo dirigente Visconti, e recebeu a coroa de ferro de soberano formal da Lombardia. A 7 de janeiro de 1328, entrou em Roma no meio das aclamações de uma populaça ressentida com a residência do papa em Avinhão. Instalou-se no palácio do Vaticano, e convocou uma assembléia pública que deveria reunir-se no Capitólio. Para a multidão ali reunida, apareceu como candidato à investidura da coroa imperial. A multidão deu-lhe seu consentimento tumultuoso; e a 17 de janeiro o diadema desejado foi colocado sobre sua cabeça pelo velho síndico Sciarra Colonna — o mesmo inimigo implacável do papado que, quase um quarto de século antes, tinha combatido e ameaçado de morte a Bonifácio VIII, e que novamente simbolizava por momentos o desafio do Estado nascente à Igreja enfraquecida.

O Papa João, então com 78 anos, nunca pensou em aceitar a derrota. Proclamou uma cruzada santa para destituir Luís de toda autoridade, e determinou aos romanos, sob pena de interdição, expulsá-lo de sua cidade e voltar à obediência papal. Luís respondeu em termos que lembravam seu predecessor excomungado Henrique IV; convocou outra assembléia popular, e em sua presença lançou um decreto imperial acu-

sando o Papa de heresia e tirania, depondo-o do cargo eclesiástico, e condenando-o ao castigo pelos poderes seculares. Uma comissão do clero e dos leigos romanos, sob as ordens dele, nomeou Pedro de Corvara papa rival. Invertendo os papéis de Leão III e Carlos Magno, Luís colocou a tiara papal sobre a cabeça de Pedro, e proclamou-o Papa Nicolau V (12 de maio de 1328). O mundo cristão assombrou-se e dividiu-se em dois campos, quase nas mesmas linhas que dividiram a Europa depois da Reforma.

Acontecimentos locais sem importância mudaram tragicamente a situação. Luís tinha nomeado Marcílio de Pádua administrador espiritual da capital; Marcílio ordenou aos poucos padres que restavam em Roma que celebrassem a missa como de costume, apesar da interdição; alguns que recusaram foram torturados; e um frade agostiniano foi colocado em uma jaula de leões no Capitólio.[12] Muitos romanos acharam que aquilo era levar a filosofia longe demais. Os italianos nunca tinham aprendido a amar os teutões; quando alguns soldados alemães tiraram provisões dos mercados sem pagar, houve tumultos. Para sustentar as tropas e o séquito Luís precisava de dinheiro; impôs um tributo de 10.000 florins ($250,000?) sobre os laicos, e iguais quantias sobre o clero e os judeus. A indignação cresceu tão perigosamente que Luís pensou a tempo em voltar para a Alemanha. A 4 de agosto de 1328, principiou uma retirada através da Itália. As tropas papais tomaram posse de Roma no dia seguinte; os palácios dos adeptos romanos de Luís foram destruídos, e suas mercadorias foram confiscadas para a Igreja. O povo não opôs resistência, antes voltou a suas devoções e a seus crimes.

Luís consolou-se em Pisa ao receber outro recruta, o mais célebre filósofo do século XIV. Guilherme de Ockham tinha fugido de uma prisão papal em Avinhão; oferecia agora seus serviços ao imperador, dizendo (segundo uma tradição que não foi examinada): *Tu me defendas gladio, ego te defendam calamo* — "Defende-me com a espada, que eu te defenderei com a pena".[13] Escreveu com energia, mas não pôde salvar a situação. Luís tinha retirado todos os elementos governamentais da Itália. Seus adeptos gibelinos tinham esperado governar a península em seu nome em proveito próprio; ficaram desgostosos ao vê-lo apoderar-se de todos os poderes e vantagens do governo; além disso, fê-los levantar impostos impopulares para o tesouro. Como as forças que tinha não eram proporcionais a suas pretensões, muitos gibelinos, até mesmo Visconti, abandonaram-no e assinaram a paz que puderam com o Papa. O Antipapa, abandonado a seus próprios recursos, entregou-se à prisão pelos funcionários papais, foi conduzido diante de João XXII com uma corda ao pescoço, atirou-se aos pés do Papa e pediu perdão (1328). João perdoou-lhe, beijou-o como um filho pródigo e prendeu-o para o resto da vida.

Luís voltou à Alemanha, e enviou numerosas embaixadas a Avinhão oferecendo retratações e desculpas pelo perdão e reconhecimento do Papa. João recusou e continuou lutando até a morte (1334). Luís recuperou algum terreno quando a Inglaterra, principiando a Guerra dos Cem Anos, procurou sua aliança; Eduardo III reconheceu Luís imperador, e este saudou Eduardo como rei de França. Agarrando a oportunidade propiciada por esta aliança de dois poderes importantes contra o papado, uma assembléia de príncipes e prelados alemães em Rense (16 de julho de 1338) declarou que a escolha de um rei alemão pelos eleitores alemães não podia ser anulada por nenhuma outra autoridade; e uma Dieta em Frankfurt-sobre-o-Meno (3 de agosto de 1338) declarou nulos e sem efeito os decretos papais contra Luís; o título e poder imperiais, dizia ela, eram um dom dos eleitores imperiais e não precisavam da confir-

mação de um papa.[14] A Alemanha e a Inglaterra não tomaram conhecimento dos protestos de Benedito XII, e deram um passo à frente no caminho da Reforma.

Tranqüilizado pelo êxito, Luís resolveu então aplicar por inteiro as teorias de Marcílio, e exercer a supremacia eclesiástica assim como a secular. Retirou os nomeados papais dos benefícios clericais, e colocou em seus lugares seus próprios candidatos; apropriou-se das quantias que os coletores papais estavam levantando para uma cruzada; dissolveu o casamento de Margarida de Caríntia — herdeira de grande parte do Tirol — e casou-a com seu próprio filho, que estava ligado a ela por um grau de parentesco que canonicamente invalidava o casamento. O marido repudiado, seu irmão mais velho Carlos, e seu pai, o rei João da Boêmia, juraram vingança; e Clemente VI, que se tornara papa em 1342, viu uma oportunidade para desalojar o idoso inimigo da cadeira papal. Uma diplomacia hábil conquistou eleitor após eleitor para o conceito de que a paz e a ordem só poderiam ser restauradas no Império se se destronasse Luís e se fizesse Carlos da Boêmia imperador; e Carlos, como preço do apoio do Papa, prometeu-lhe obediência às ordens. Em julho de 1346, uma Dieta eleitoral em Rense declarou unanimemente Carlos rei da Alemanha. Tendo malogrado em obter audiência em Avinhão para seus oferecimentos de submissão, Luís preparou-se para lutar até a morte por seu trono. Entrementes, aos 60 anos, caçava incansavelmente; um dia caiu do cavalo e morreu (1347).

Carlos IV, como rei e imperador, governou bem. Os alemães não gostavam dele porque fez de Praga a capital imperial; mas na Alemanha assim como em sua pátria ele melhorou a administração, protegeu o comércio e os transportes, reduziu as peagens e manteve uma moeda honesta; e para o Império todo deu uma geração de relativa paz. Em 1356 ganhou fama equívoca na história por lançar uma série de regulamentos conhecidos por Bula de Ouro — embora fossem apenas alguns dos muitos documentos que levavam o selo dourado imperial. Talvez persuadido de que sua longa ausência da Alemanha precisasse de tal combinação, concedeu aos sete eleitores tais poderes que quase anularam a autoridade imperial. Os eleitores deveriam encontrar-se anualmente para legislar pelo reino; o rei ou imperador devia ser apenas seu presidente e braço executor. Eles próprios, nos seus estados, deveriam gozar de inteiro poder judiciário, propriedade de todos os minerais e metais do solo, direito de cunhar moeda própria, de cobrar impostos e, com certos limites, fazer a guerra e a paz. A Bula dava sanção legal a fatos que existiam, e procurava construir sobre eles uma federação cooperativa de principados. Entretanto, os eleitores absorveram-se em seus casos regionais, e de tal maneira negligenciaram suas responsabilidades como conselho imperial que a Alemanha ficou apenas um nome. Essa independência local dos eleitores tornou possível a proteção de Lutero pelo eleitor da Saxônia, e a conseqüente difusão da fé protestante.

Na velhice, Carlos garantiu a sucessão imperial para o filho mediante um suborno completo (1378). Venceslau IV tinha algumas virtudes, mas gostava do álcool de sua terra natal; os eleitores reprovavam-lhe os gostos e depuseram-no em 1400 em favor de Rupert III, que não deixou vestígio na história. Sigismundo de Luxemburgo tinha sido escolhido, aos 19 anos, rei da Hungria (1387); em 1411 foi eleito Rei dos Romanos, e logo tomou o título de imperador. Era homem de dotes diversos e encanto pessoal, belo e vaidoso, generoso e amável, às vezes cruel; aprendeu várias línguas e depois das mulheres e do poder, o que mais apreciava era a literatura. Suas boas intenções poderiam calçar um pequeno inferno, mas faltou-lhe coragem durante as crises.

Tentou honestamente reparar os abusos e fraquezas do governo alemão; promulgou algumas leis excelentes e impôs algumas; mas foi frustrado pela autonomia e inércia dos eleitores, e pela má vontade deles em participar das despesas para deter os turcos que se aproximavam. Em seus últimos anos consumiu todos os recursos e as energias na luta contra os hussitas da Boêmia. Quando morreu (1437), a Europa lamentou que uma pessoa que durante algum tempo fora a voz do progresso europeu tivesse falhado em tudo, conquanto não na dignidade.

Tinha recomendado o genro, Alberto de Habsburgo, aos eleitores da Boêmia, Hungria e Alemanha. Alberto II honrou as três coroas, mas antes que sua capacidade pudesse dar fruto, morreu de disenteria em uma campanha contra os turcos (1440). Não deixou filho, mas os eleitores votaram as coroas real e imperial a outro Habsburgo, Frederico da Estíria; daí em diante a escolha deles recaiu muitas vezes sobre um príncipe de Habsburgo, e o poder imperial tornou-se efetivamente possessão hereditária dessa família talentosa e ambiciosa. Frederico III transformou a Áustria em arquiducado e os Habsburgos escolheram Viena para capital; o herdeiro presuntivo era regularmente o arquiduque da Áustria; e a cordialidade do caráter austríaco e vienense contribuiu como tema graciosamente feminino para o cruzamento com a rude masculinidade do norte na alma teutônica.

IV. OS MÍSTICOS

Os séculos XIV e XV lançaram as sementes da Reforma: Luís da Baviera, Wyclif na Inglaterra e Hus na Boêmia ensaiaram a peça para Lutero, Henrique VIII, Calvino e Knox. Na Escandinávia, a riqueza rapidamente crescente do clero, livre de impostos, tornou-se um fardo irritante para o povo e para o Estado. Os críticos alegavam que a Igreja possuía metade do território da Dinamarca, mantendo um feudo sobre a própria Copenhague.[15] Os nobres olhavam com inveja ameaçadora para as possessões protegidas apenas por um credo; e até os ortodoxos eram anticlericais. Na Suíça, a orgulhosa independência dos cantões foi um prelúdio para Zwingli e Calvino. Em 1433, Magdeburgo expulsou seu arcebispo e o clero; Bamberg revoltou-se contra o governo episcopal; Passau sitiou o bispo em sua cidadela.[16] Em 1449, um professor da Universidade de Erfurt (onde Lutero deveria estudar) dirigiu ao Papa Nicolau V uma defesa dos concílios gerais como superiores em autoridade aos papas.[17] Os rumores da revolta hussita na vizinha Boêmia espalharam-se pela Alemanha; aqui e ali as congregações valdenses conservavam furtivamente velhas heresias e aspirações semi-comunistas.[18] A própria piedade tendia para um misticismo que tocava as raias da heresia.

Em Johannes Eckhart o misticismo tornou-se um panteísmo que ultrapassava a Igreja e quase ignorava o credo definido. Este frade dominicano era tão culto que o título de *Meister* tornou-se parte de seu nome. Suas obras filosóficas eram enunciadas em um latim tão escolástico que se tivessem sido suas únicas produções ele nunca teria chegado a qualquer perigo ou celebridade. Mas em seu mosteiro, em Colônia, pregava em alemão epigramático o panteísmo audacioso que provocava a Inquisição. Seguindo Dionísio, o Areopagita, e João Escoto Erígena, lutou por exprimir sua sensação dominadora de um Deus onipresente. Este oceano absoluto de divindade concebia-o Eckhart não como uma pessoa ou um espírito, mas apenas como "unida-

de absolutamente nua... o abismo, sem modo e sem forma, da silenciosa e imensa divindade... onde nunca se viu diferença, nem Pai, Filho ou Espírito Santo, onde não há ninguém presente, mas onde o brilho da alma está mais em paz do que dentro de si mesma''.[19] Essencialmente, só essa divindade sem forma existe.

> Deus é todas as coisas e todas as coisas são Deus. O Pai me cria, a mim, Seu filho, sem cessar. Digo mais: Cria em mim Ele próprio e Nele próprio a mim. Os olhos com os quais eu vejo a Deus são os mesmos com que Deus me vê.... Meus olhos e os olhos de Deus são um só.[20]

Em cada indivíduo há um fragmento de Deus, através do qual podemos comunicar-nos diretamente com Ele e nos podemos identificar com Ele. Não através do ritual da Igreja, nem mesmo através da Bíblia, mas só através dessa consciência cósmica pode a alma aproximar-se e ver a Deus. Quanto mais se renuncia aos objetivos individuais e terrenos, tanto mais clara e mais sábia se torna essa divina centelha, até que finalmente Deus e a alma são um só, e ''nós somos totalmente transformados em Deus''.[21] Céu, purgatório e inferno não são lugares; são estados da alma: a separação de Deus é o inferno, a união com Ele é o paraíso.[22] Algumas destas asserções cheiraram a heresia ao arcebispo de Colônia. Convocou Eckhart ao tribunal (1326); Eckhart afirmou sua ortodoxia dócil, e propôs que as afirmativas que fazia fossem encaradas como hipérboles literárias. O bispo condenou-o mesmo assim. O frade apelou para o Papa João XXII, e depois escapou à fogueira por uma morte oportuna (1327).

Sua influência foi difundida por dois discípulos dominicanos que sabiam manter o panteísmo dentro de limites seguros. Heinrich Suso torturou-se durante 16 anos com austeridade de asceta, recortou na carne, sobre o coração, o nome de Jesus, afirmou ter recebido na boca o sangue das feridas de Cristo, e escreveu um *Pequeno Livro da Eterna Sabedoria* em alemão porque, dizia ele, fora em alemão que Deus se revelara a ele.[23] Johannes Tauler chamava a Eckhart seu ''santíssimo Mestre'', e pregou em Estrasburgo e Basiléia a doutrina da união mística com Deus. Foi a Tauler que Lutero atribuiu um livro, *Deutsche Theologie* (*Teologia Alemã*), que o impressionou profundamente com seu credo simples: Deus, Cristo e imortalidade.

A Igreja encarava com certa preocupação os místicos que ignoravam a maior parte dos dogmas, negligenciavam o ritual e afirmavam chegar a Deus sem o auxílio de padres ou de sacramentos. Ali estavam em germe as doutrinas reformadoras do juízo privado, e de cada homem ser um padre, e a justificação não por boas obras mas pela fé transcendente. A Igreja sustentava que as revelações sobrenaturais podiam vir de demônios e maníacos tanto quanto de Deus e dos santos, e que era necessária alguma direção respeitável para impedir que a religião se desintegrasse em um caos de visões e teologias individuais. Essa diferença de opinião ainda divide os homens sinceros.

V. AS ARTES

O estilo gótico vivia ainda na Alemanha muito tempo depois de ter cedido o lugar, na Itália e na França, às influências clássicas da Renascença. Agora coroava as prósperas cidades da Europa Central com igrejas que não se impunham em grandeza como os grandes templos da França, mas que ainda assim elevavam o espírito com uma beleza tranqüila e uma dignidade sem

pretensão. Upsala principiou sua catedral em 1287, Freiberg em 1283, Ulm em 1377 (com a torre gótica mais alta do mundo), Viena seu Stefansdom em 1304, Stralsund sua Marienkirche em 1382, Dantzig outra Marienkirche em 1425. Aachen e Colônia acrescentaram os coros de suas catedrais, Estrasburgo completou a "música gelada" de sua catedral em 1439; Xanten construiu uma bonita Igreja Colegial de São Vítor, que foi destruída na Segunda Guerra Mundial. Nuremberg exaltou-se em quatro igrejas célebres que deram à piedade uma aula de arte e de gosto. A Lorenzkirche (1278-1477) deveu aos séculos XIV e XV seu pórtico imponente e sua rosácea resplendente. A Stefansdom, ou catedral de Santo Estêvão (1304-1476), foi um marco reverenciado; seu telhado inclinado cobria a nave e as alas em um só arco, e caiu diante de Marte em 1945. Por volta de 1309 a Sebalduskirche reconstruiu suas alas; em 1361 ergueu um novo coro; por volta de 1498 completou as torres ocidentais; de 1360 a 1510 instalou magníficos vitrais. A Frauenkirche, ou Igreja de Nossa Senhora (1355-61), com seu vestíbulo ricamente esculpido, foi quase demolida na Segunda Guerra Mundial, mas já está restaurada; e todos os dias ao meio-dia os quatro eleitores-estátuas do célebre relógio da fachada inclinam-se para Carlos IV em reconhecimento incansável de sua Bula famosa. A escultura ainda era crua, mas as igrejas de Breslau e Hallgarten, e a Sebalduskirche de Nuremberg receberam madonnas de pedra ou de madeira de alguma nobreza.

As cidades embelezavam não somente as igrejas como os edifícios públicos, as lojas e as residências. Então ergueram-se aquelas casas de telhados caídos, quase todas de madeira, que dão às cidades alemãs um melancólico encanto medieval para os olhos idealizadores de hoje. A *Rathaus*, ou Casa do Conselho, era o centro da vida civil, às vezes também ponto de encontro das corporações maiores; nas paredes apresentava afrescos, e o madeiramento era em geral entalhado com a plenitude e a força teutônicas. A *Grosse Saal* da *Rathaus* em Bremen (1410-50) tinha um teto de traves entalhadas, uma escada em curva com balaústres e corrimão de madeira entalhada e candelabros vistosos em forma de navios. A *Rathaus* de Colônia (1360-1571), que abrigava a primeira convocação geral da Liga Hanseática; a de Münster (1335), onde foi assinado o tratado de Vestfália; a de Brunswick, jóia do século XIV do gótico civil; a de Frankfurt-sobre-o-Meno (1405), onde os eleitores ofereceram um banquete ao recém-escolhido imperador; todas foram destruídas na Segunda Guerra Mundial. Em Marienburgo os Grão-Mestres da Ordem Teutônica construíram sua imponente *Deutschordenschloss* (1309-80). Em Nuremberg a *Rathaus* ficava em frente à Sebalduskirche; foi construída (1340) para abrigar o *Reichstag* do Império reunido em sua totalidade; meia dúzia de restaurações deixaram-lhe pouco de sua forma medieval. Na praça do mercado, diante da Frauenkirche, um escultor de Praga, Heinrich Parler, ergueu a *Schöner Brunnen*, ou Fonte Bela (1361), cheia de estátuas de heróis pagãos, judeus e cristãos. Com suas esculturas, igrejas e arquitetura secular, Nuremberg, nos três séculos entre 1250 e 1550, representou o espírito alemão no seu mais alto e melhor ponto. As ruas sinuosas eram na maioria estreitas e sem calçamento; entretanto, o futuro Papa Pio II escreveu sobre Nuremberg:

> Quando se vem da Baixa Francônia e se avista esta cidade gloriosa, seu esplendor parece realmente magnificente. Entrando nela, a impressão inicial é confirmada pela beleza das ruas e a elegância das casas. As igrejas... são dignas de louvor e de admiração. O castelo imperial domina altivamente a cidade, e as residências dos burgueses parecem ter sido construídas para príncipes. Em verdade os reis da Escócia morariam de boa vontade com o luxo do cidadão comum de Nuremberg.[24]

Nas cidades alemãs as artes industriais e menores — em madeira, marfim, cobre, bronze, ferro, prata, ouro — atingiam agora o completo amadurecimento do crescimento medieval. Artistas e tecelões compunham tapeçarias esplêndidas; os bons gravadores preparavam o caminho para Dürer e Holbein; os miniaturistas iluminavam belos manuscritos às vésperas de Gutenberg; os marceneiros entalhavam móveis esplêndidos; e os fundidores de metal produziram para as igrejas, no século XV, sinos cuja beleza de tom nunca foi superada. A música não era apenas uma arte; era metade da vida recreativa das cidades. Nuremberg e outras cidades apresentaram grandes festas de drama e cantos populares. O *Volkslied* exprimia os sentimentos piedosos ou amorosos do povo. As classes médias fizeram um ataque em massa aos problemas da polifonia; as corporações rivalizavam em coros gigantescos; açougueiros, tanoeiros, sinaleiros e outros homens poderosos concorriam ao prêmio *Meistersinger* em tumultuosos torneios vocais. A primeira escola famosa de *Meistersinger* foi instalada em Mogúncia em 1311; outras surgiram em Estrasburgo, Frankfurt-sobre-o-Meno, Würzburg, Zurique, Augsburgo, Nuremberg e Praga. Os estudantes que passavam pelas quatro classes de *Schüler, Schulfreund, Dichter* e *Saenger* (estudante, amigo da escola, poeta e cantor) recebiam o título de *Meister*. A linhagem romântica e idealista dos *minnesingers* foi trazida à terra quando os burgueses alemães ataram seu realismo vigoroso às asas da canção.

Uma vez que a classe dos comerciantes dominava as cidades, todas as artes, com exceção da arquitetura de igrejas, tomaram um aspecto realista. O clima era frio e muitas vezes úmido, desencorajando a nudez; o orgulho e o culto do corpo não encontraram ali um meio análogo ao da Itália da Renascença ou da Grécia antiga. Quando Konrad Witz de Constança pintou *Salomão e a Rainha de Sabá*, vestiu-os como para um inverno nos Alpes. Umas 12 cidades, entretanto, tinham escolas de pintura no século XV — Ulm, Salzburgo, Würzburg, Frankfurt, Augsburgo, Munique, Darmstadt, Basiléia, Aachen, Nuremberg, Hamburgo, Colmar, Colônia; e subsistem exemplos de todas elas. Lemos em uma crônica de 1380: "Havia em Colônia nesse tempo um pintor célebre chamado Wilhelm, que não podia encontrar igual em toda a terra. Retratava os homens com tanta habilidade que pareciam vivos".[25] Meister Wilhelm foi um dos muitos "primitivos" — Meister Bertram, Meister Francke, O Mestre de Santa Verônica, o Mestre do Altar de Heisterbacher — que, principalmente sob a influência flamenga, criaram uma disciplina de pintura mural na Alemanha, e difundiram os temas tradicionais dos Evangelhos com uma piedade emotiva que talvez se possa identificar com Eckhart e os outros místicos alemães.

Com Stephen Lochner, que morreu em Colônia em 1451, termina este primeiro desenvolvimento, e chegamos ao zênite da primeira escola. Sua *Adoração dos Magos*, agora um tesouro da catedral de Colônia, pode ser comparada à maioria das pinturas executadas antes da metade do século XV: uma linda Virgem, modesta e altiva ao mesmo tempo, um delicioso Menino, os Sábios do Oriente, muito alemães, porém provavelmente sábios, a composição ortodoxa, o colorido brilhante com azuis, verdes e ouro. Na *Virgem da Gelosia de Rosas* e *A Madona da Violeta*, jovens mães alemãs ideais, de beleza suave e pensativa, estão retratadas com todos os recursos técnicos de uma arte medieval que visivelmente caminhava para a modernidade. A Alemanha estava no limiar de sua era maior.

VI. GUTENBERG

Que foi que pôs fim à Idade Média? Muitas causas, atuando através de três séculos: o fracasso das Cruzadas, as crescentes relações da Europa renascente com o Islã; a decepcionante queda de Constantinopla; a ressurreição da cultura clássica pagã; a expansão do comércio através das viagens da esquadra do Infante Dom Henrique, de Cristóvão Colombo e de Vasco da Gama; a elevação da classe mercantil, que financiava a centralização do governo monárquico; o desenvolvimento dos Estados nacionais que desafiavam a autoridade supernacional dos papas; a revolta vitoriosa de Lutero contra o papado; a imprensa.

Antes de Gutenberg quase toda a instrução estivera nas mãos da Igreja. Os livros eram caros; a cópia era trabalhosa e às vezes descuidada. Poucos autores podiam alcançar um público amplo antes de morrerem; tinham de viver da pedagogia, ou entrar para uma ordem monástica, ou viver de pensões dos ricos ou de benefícios da Igreja. Recebiam pouca ou nenhuma paga dos que publicavam suas obras; e mesmo se um editor lhes pagasse não tinham proteção de direitos autorais, exceto às vezes por uma concessão papal. As bibliotecas eram numerosas mas pequenas; os mosteiros, as catedrais, os colégios e algumas cidades tinham coleções modestas, raramente mais do que 300 volumes; os livros eram habitualmente guardados dentro das paredes, e alguns eram acorrentados à estante do coro ou carteiras. Carlos V de França tinha uma biblioteca famosa pelo tamanho — 910 volumes; Humphrey, duque de Gloucester, tinha 600; a biblioteca da *Christ Church Priory* de Cantuária era talvez maior do que qualquer outra fora do Islã, pois tinha uns dois mil volumes no ano de 1300. A melhor biblioteca conhecida da Inglaterra era a de Ricardo de Bury St. Edmunds, que escreveu com carinho sobre seus livros em *The Philobiblon* (1345), e os fez queixarem-se de seu mau trato por "aqueles animais bípedes chamados mulheres", que insistiam em trocá-los por linho ou seda.[26]

À medida que se multiplicavam as escolas e a alfabetização se desenvolvia, a procura de livros aumentava. As classes comerciais achavam a alfabetização útil para as operações da indústria e do comércio; as mulheres das classes média e alta evadiam-se, pela leitura, para um mundo de romance que era uma compensação; por volta de 1300 já passara o tempo em que apenas o clero sabia ler. Foi essa procura crescente, mais até do que o aumento do abastecimento de papel e o desenvolvimento de uma tinta oleosa,[27] que conduziu a Gutenberg. Os muçulmanos tinham levado a manufatura do papel para a Espanha no século X, para a Sicília no século XII; passou para a Itália no século XIII, para a França no século XIV; a indústria do papel tinha 100 anos na Europa quando a imprensa chegou. No século XIV, quando a roupa de linho se tornou comum na Europa, as sobras de linho forneciam trapos baratos para o papel; o custo do papel diminuiu, e sua obtenção mais rápida cooperou com o aumento da alfabetização para oferecer material e mercado para os livros impressos.

A imprensa propriamente dita, assim como a estamparia, era mais antiga do que o cristianismo. Os babilônios tinham impresso letras ou símbolos em tijolos, os romanos e muitos outros sobre moedas, os oleiros sobre seus utensílios, os tecelões sobre os tecidos, os encadernadores sobre as capas dos livros; qualquer dignitário antigo ou medieval usava a imprensa quando marcava documentos com seu selo. Métodos semelhantes tinham sido empregados na produção de mapas e cartas de jogar. A xilografia — com blocos de madeira ou metal gravados com palavras, símbolos ou ima-

gens — remonta à China e ao Japão do século VIII, talvez além; desta maneira os chineses imprimiram papel-moeda antes ou durante o século X. A xilografia apareceu em Tabriz em 1294, no Egito por volta de 1300; mas os muçulmanos preferiam a caligrafia à impressão, e não serviram neste caso, como em tantos outros, para levar os desenvolvimentos culturais do Oriente para o Ocidente.

A tipografia — impressão com um tipo distinto e móvel para cada sinal ou letra — era usada na China desde 1041. Em 1314 Wang Chen utilizou quase 60.000 tipos móveis de madeira para imprimir um livro sobre agricultura;[28] tinha experimentado primeiro o tipo de metal, mas vira que esse não recebia ou detinha a tinta tão depressa quanto a madeira. Entretanto, o tipo móvel oferecia pouca vantagem ou comodidade para uma língua que não tinha alfabeto, mas que tinha 40.000 sinais diferentes; conseqüentemente, a xilografia tornou-se habitual na China até o século XIX. Em 1403 um imperador coreano imprimiu grande número de volumes com tipos de metal móveis; os sinais eram gravados em madeira dura, desses modelos faziam-se formas de pasta de porcelana, e nessas formas eram colocados os tipos de metal.

Na Europa a impressão com tipos móveis deve ter aparecido primeiro na Holanda; segundo as tradições holandesas, que não se encontram além de 1569, Laurens Coster de Haarlem imprimiu um manual religioso com tipos móveis de metal em 1430; mas a prova não é evidente.[29] Nada mais se encontra a respeito do tipo móvel na Holanda até 1473, quando os alemães de Colônia instalaram uma imprensa em Utrecht. Mas estes homens tinham aprendido a arte em Mogúncia.

Johann Gutenberg nasceu ali, numa família abastada, por volta do ano de 1400. O nome de seu pai era Gensfleisch — "carne de ganso"; Johann preferiu o nome de solteira de sua mãe. Passou a maior parte de seus primeiros 40 anos em Estrasburgo, e parece ter feito experiências lá no corte e formação do tipo de metal. Por volta de 1448 tornou-se cidadão de Mogúncia. A 22 de agosto de 1450, assinou um contrato com Johann Fust, rico ourives, pelo qual hipotecou sua máquina de imprimir a Fust por um empréstimo de 800 florins, mais tarde elevado para 1.600. Uma carta de indulgência concedida por Nicolau V em 1451 foi provavelmente impressa por Gutenberg; existem diversas cópias, com a data de impressão mais antiga: 1454.[30] Em 1455 Fust processou Gutenberg, por falta de pagamento; impossibilitado de satisfazer o compromisso, Gutenberg entregou sua máquina de imprimir. Fust prosseguiu com o estabelecimento juntamente com Peter Schöffer, que tinha sido empregado por Gutenberg como arranjador de tipos. Alguns acreditam que foi Schöffer que a essa altura aperfeiçoara as novas ferramentas e a técnica de imprimir: um "furador" duro de aço gravado para cada letra, número e sinal de pontuação, uma matriz de metal para receber os furadores, e uma forma de metal para manter a matriz e as letras em linha.

Em 1456, Gutenberg, com dinheiro emprestado, instalou outra imprensa. Com esta publicou, nesse ano ou no seguinte, o que se tem considerado comumente seu primeiro livro impresso, a célebre e bela "Bíblia de Gutenberg" — majestoso fólio de 1.282 grandes páginas de duas colunas. (A Bíblia de Gutenberg é também conhecida por "Bíblia de Mazarin", porque foi descoberta mais ou menos em 1760 na biblioteca deixada pelo cardeal. Subsistem 46 exemplares. A Biblioteca Morgan de Nova York pagou, em 1953, $75,000 a um mosteiro suíço por um "Missal de Constança" que acredita ter sido impresso por Gutenberg antes da Bíblia, provavelmente em 1452.) Em 1462 Mogúncia foi saqueada pelas tropas de Adolfo de Nassau; os impressores fugiram, difundindo a nova arte pela Alemanha. Em 1463 havia impressores em

Estrasburgo, Colônia, Basiléia, Augsburgo, Nuremberg e Ulm. Gutenberg, um dos fugitivos, estabeleceu-se em Eltville, onde recomeçou a imprimir. Lutou penosamente de crise financeira em crise financeira, até que Adolfo proporcionou-lhe em 1465 um benefício que lhe concedia uma renda protetora. Morreu uns três anos depois.

Sem dúvida seu emprego do tipo móvel teria sido desenvolvido por outros se ele nunca tivesse nascido; era uma exigência evidente dos tempos; isto é certo para a maioria das invenções. Uma carta escrita em 1470 por Guillaume Fichet de Paris sugere quão entusiasticamente foi saudada a invenção: "Foi descoberto na Alemanha um novo método maravilhoso para a produção de livros, e os que aprenderam a arte vão levá-la de Mogúncia para o mundo. ... A luz desta descoberta se espalhará da Alemanha para todas as partes da terra".[31] Mas nem todos a saudaram. Os copistas protestavam que a imprensa ia aniquilar-lhes o meio de vida; os aristocratas opunham-se-lhe, considerando-a uma vulgarização mecânica, e temiam que fizesse baixar o valor de suas bibliotecas de manuscritos; os homens de Estado e o clero desconfiavam dela como provável veículo de idéias subversivas. Não obstante continuou seu caminho triunfante. Em 1464 dois alemães instalaram uma imprensa em Roma; em 1469, ou antes, dois alemães abriram uma oficina de impressão em Veneza; em 1470 três alemães levaram a arte para Paris; em 1471 chegou à Holanda, em 1472 à Suíça, em 1473 à Hungria, em 1474 à Espanha, em 1476 à Inglaterra, em 1482 à Dinamarca, em 1483 à Suécia, em 1490 a Constantinopla. Nuremberg com a família Koberger, Paris com os Étiennes, Lião com Dolet, Veneza com Aldo Manúcio, Basiléia com Amerbach e Froben, Zurique com Froschauer, Leiden com os Elzevirs tornaram-se colmeias ativas de impressão e edição. Em breve metade da população européia estava lendo mais do que nunca, e a paixão pelos livros tornou-se um dos ingredientes de fermentação da era da Reforma. "Neste mesmo momento", escreve um estudante de Basiléia a um amigo, "um vagão inteiro carregado de clássicos, das melhores edições aldinas, chegou de Veneza. Quer algum? Se quiser, mande-me dizer imediatamente, e mande o dinheiro, pois assim que chega um carregamento surgem 30 compradores para cada volume, limitando-se a perguntar o preço e arrancando os olhos uns dos outros para arrebatá-los."[32] A revolução tipográfica ia caminhando.

Descrever todos os seus efeitos seria fazer a crônica de metade da história do espírito moderno. Erasmo, na euforia de suas vendas, chamou à imprensa a maior de todas as descobertas, mas talvez subestimasse a língua, o fogo, a roda, a agricultura, a escrita, a lei, até o simples substantivo comum. A imprensa substituiu os manuscritos secretos por textos econômicos rapidamente multiplicados, em cópias mais exatas e legíveis do que antes, e tão uniformes que os estudantes em países diferentes podiam trabalhar um com outro por meio de referências a páginas específicas de edições específicas. A qualidade era muitas vezes sacrificada à quantidade, mas os primeiros livros impressos eram em muitos casos modelos da arte da tipografia e encadernação. A imprensa publicou — isto é, tornou acessível ao público — manuais pouco dispendiosos do ensino de religião, literatura, história e ciência; tornou-se a maior e mais barata de todas as universidades, aberta para todos. Não produziu a Renascença, mas pavimentou o caminho para o Iluminismo, para as revoluções americana e francesa, para a democracia. Tornou a Bíblia propriedade comum, e preparou o povo para o apelo de Lutero contra os papas pró Evangelhos; mais tarde permitiria o apelo do racionalista contra Evangelhos pró razão. Extinguiu o monopólio clerical do saber, o

controle da instrução pelos padres. Encorajou as literaturas vernáculas, pois o grande público que exigia não podia ser atingido através do latim. Facilitou a comunicação internacional e a cooperação dos cientistas. Influiu na qualidade e gênero da literatura sujeitando os autores à bolsa e ao gosto das classes médias, de preferência aos protetores aristocratas ou eclesiásticos. E, depois da língua, forneceu o instrumento mais rápido para a disseminação da insensatez que o mundo jamais conheceu até nossa época.

CAPÍTULO VIII

Os Eslavos Ocidentais

1300-1517

I. A BOÊMIA

ATÉ então os eslavos tinham sido destroços humanos, investindo para o oeste às vezes até o Elba, para o sul até o Mediterrâneo, para leste até os Urais, para o norte até o Mar Ártico; depois, no século XIII, foram repelidos no ocidente pelos cavaleiros livônios e teutônicos, e submetidos ao domínio mongol e tártaro no oriente. No século XIV, a Boêmia chefiava o Sacro Império Romano e a Reforma pré-luterana; e a Polônia, unida a uma Lituânia imensa, tornou-se força importante, com uma classe superior de alta cultura. No século XV, a Rússia libertou-se dos tártaros, e unificou, em um estado imponente, seus principados espalhados. Como uma onda avassaladora, os eslavos entraram na história.

Em 1306 a morte de Venceslau III finalizou a ancestral linha Przemyslid na Boêmia. Depois de um intervalo de pequenos reis, os eleitores fidalgos e eclesiásticos mandaram buscar João de Luxemburgo para fundar uma nova dinastia (1310). Suas aventuras galantes fizeram da Boêmia, à força, durante uma geração, uma cidadela da cavalaria. Não podia viver sem torneios, e quando estes se revelavam inofensivos demais atirava-se à guerra em quase todos os reinos da Europa. Tornou-se um *bon mot* do tempo que "nada se pode fazer sem o auxílio de Deus e do rei da Boêmia".[1] Brescia, sitiada por Verona, pediu-lhe auxílio; e ele prometeu ir; a essa notícia os veroneses levantaram o cerco. Brescia, Bérgamo, Cremona, Parma, Módena, até Milão reconheceram-no espontaneamente como soberano feudal em troca de sua proteção; o que Frederico I Barba-Roxa e Frederico II, o Portento do Mundo, tinham sido incapazes de conseguir pelas armas, obtinha-o este rei quase que pela magia do nome. Suas guerras de choque acrescentaram territórios à Boêmia mas diminuíram a afeição do povo, que não lhe podia perdoar estar tão freqüentemente ausente de seu país, a ponto de negligenciar a administração e nunca aprender sua língua. Em 1336 em uma cruzada na Lituânia, contraiu uma moléstia que o deixou cego. Não obstante, quando soube que Eduardo III da Inglaterra desembarcara na Normandia e avançava para Paris, João e seu filho Carlos, com 500 cavaleiros boêmios, atravessaram a Europa para socorrer o rei de França. Pai e filho combateram na vanguarda em Crécy. Quando os franceses se retiraram, o rei cego mandou dois cavaleiros amarrarem os cavalos de cada lado do seu e conduzi-lo para o inglês vitorioso, dizendo: "Se Deus quiser, não se dirá que um rei da Boêmia foge do campo de batalha." Cinqüenta de seus cavaleiros foram mortos com ele; foi mortalmente ferido, e carregado, moribundo, para

a tenda do rei inglês. Eduardo enviou o cadáver a Carlos com uma mensagem cortês: "Neste dia caiu a coroa da cavalaria."[2]

Carlos IV era rei menos heróico, porém muito mais sábio. Preferia a negociação à guerra, e não era tímido demais para um acordo; entretanto, ampliou os limites de seu reino. Nos 32 anos de reinado manteve os eslavos e os alemães em paz insólita. Reorganizou o governo, reformou o judiciário e fez de Praga uma das mais belas cidades da Europa. Construiu lá uma residência real no estilo do Louvre, e o célebre castelo de Karlstein (pedra de Carlos) destinado a repositório dos arquivos do Estado e das jóias da coroa — que eram guardadas não por vaidade e ostentação e sim como fundo de reserva convenientemente móvel e imune às desvalorizações da moeda. Mandou buscar Mateus de Arras para projetar a catedral de São Vito, e Tommaso da Modena para pintar afrescos em igrejas e palácios. Protegeu os camponeses contra a opressão e incrementou o comércio e a indústria. Fundou a Universidade de Praga (1347), transmitiu a seus compatriotas o interesse cultural que adquiriu na França e na Itália, e propiciou o estímulo intelectual que explodiu com a revolta hussita. A corte dele tornou-se o centro dos humanistas boêmios, chefiados pelo bispo João de Stresa, amigo de Petrarca. O poeta italiano admirava Carlos mais do que a qualquer outro monarca da época, visitou-o em Praga, e implorou-lhe que conquistasse a Itália; mas Carlos tinha melhor julgamento. O reinado dele, apesar de sua Bula de Ouro; foi a Idade de Ouro da Boêmia. Sobrevive sorrindo, em um esplêndido busto de pedra calcária na catedral de Praga.

Venceslau IV era um rapaz de 18 anos quando o pai morreu (1378). Seu bom gênio a afeição que tinha pelo seu povo, a clemência em lhe cobrar impostos, a habilidade administrativa granjearam-lhe grande apoio de todos menos dos nobres, que julgavam seus privilégios em perigo pela popularidade dele. Seu gênio às vezes violento e a inclinação pela bebida deram-lhe uma alavanca para deslocá-lo. Foi surpreendido em sua residência de campo, e atirado à prisão (1394), e só foi recolocado no trono ante a promessa de não fazer nada de importante sem o consentimento de um conselho de nobres e bispos. Surgiram novas disputas; Sigismundo da Hungria foi chamado; prendeu Venceslau, seu irmão, e levou-o prisioneiro para Viena (1402). Venceslau fugiu alguns anos mais tarde, voltou à Boêmia, foi recebido com júbilo pelo povo, e recuperou o trono e os poderes. O resto de sua história confunde-se com a tragédia de Hus.

II. JAN HUS: 1369-1415

Venceslau era amado e odiado porque piscava para a heresia e franzia o cenho para os alemães. Uma infiltração rápida dos mineiros, artesãos, comerciantes e estudantes alemães na Boêmia criara uma hostilidade racial entre teutos e tchecos; Hus teria recebido menos apoio do povo e do rei se não simbolizasse um ressentimento nacional contra o predomínio germânico. Venceslau não se esquecia de que os arcebispos da Alemanha tinham chefiado o movimento que o depusera do trono imperial. Sua irmã Ana casara-se com Ricardo II da Inglaterra, e assistira — provavelmente simpatizara também — com a tentativa de Wyclif para divorciar a Inglaterra da Igreja Romana. Em 1388, Adalberto Ranconis deixou uma quantia em dinheiro para habilitar os estudantes boêmios a irem para Paris ou para Oxford. Alguns destes, na Inglaterra, preservaram ou transcreveram obras de Wyclif e levaram-nas para a Boêmia. Milíč de

Kroměříže e Conrad Waldhouser sublevaram Praga com suas denúncias de imoralidade nos laicos e no clero; Matias de Janov e Tomás de Stitny prosseguiram essa prédica; o imperador, e até o arcebispo Ernst, concordaram; e em 1391 uma igreja especial, chamada Capela de Belém, foi fundada em Praga para liderar o movimento de reforma. Em 1402 Jan Hus foi nomeado para o púlpito desta capela.

Jan viera ao mundo na aldeia de Husinetz, e era conhecido por Jan de Husinetz, que mais tarde abreviou para Hus. Mais ou menos em 1390 chegou a Praga como estudante pobre, e ali ganhava o sustento servindo nas igrejas. Pretendia entrar para o sacerdócio; não obstante, segundo o costume do tempo, aderiu ao que Paris chamaria mais tarde de alegres modos "boêmios" da juventude universitária. Em 1396 recebeu o diploma de mestre de artes, e principiou a ensinar na universidade; em 1401 foi eleito deão da faculdade de artes — isto é, das "humanidades". Naquele ano foi ordenado padre, e reformou sua vida dando-lhe uma austeridade quase monacal. Como chefe da Capela de Belém tornou-se o mais famoso pregador de Praga. Muitas personalidades importantes da corte estavam entre seus ouvintes, e a rainha Sofia fê-lo seu capelão. Pregava em tcheco e ensinava sua congregação a tomar parte ativa no serviço cantando hinos.

Mais tarde seus acusadores afirmaram que logo no primeiro ano de ministério tinha reproduzido as dúvidas de Wyclif a respeito do desaparecimento do pão e do vinho dos elementos consagrados da eucaristia. É fora de dúvida que ele lera algumas das obras de Wyclif; tirara cópias dessas obras que ainda existem com suas anotações; e no seu julgamento confessou ter dito: "Acredito que Wyclif será salvo; mas mesmo que pudesse julgar que seria condenado, quisera que minha alma o fosse também".[3] Em 1403 as opiniões de Wyclif tinham granjeado uma tal fama na Universidade de Praga que o capítulo — o clero administrativo — da catedral apresentou aos mestres da universidade 45 excertos das obras de Wyclif e pediu que essas doutrinas fossem eliminadas da universidade. Vários mestres, inclusive Hus, responderam "Não"; mas a maioria determinou que dali em diante nenhum membro do corpo universitário poderia, em público ou em particular, defender ou aderir a qualquer dos 45 artigos.

Hus não deve ter dado importância a essa proibição, pois em 1408 o clero de Praga fez uma petição ao arcebispo Zbynek para reprová-lo. O arcebispo conduziu-se com prudência, pois estava então em conflito com o rei. Mas quando Hus continuou a expressar simpatia pelas opiniões de Wyclif, Zbynek excomungou-o e a vários simpatizantes dele (1409); insistindo eles nas suas funções sacerdotais, o arcebispo colocou Praga inteira sob interdição. Ordenou que todas as obras de Wyclif que se pudessem encontrar na Boêmia lhe fossem entregues; foram-lhe levados 200 manuscritos; queimou-os no pátio de seu palácio. Hus apelou para o recém-eleito Papa João XXIII. O Papa intimou-o a comparecer perante a corte papal. Hus recusou-se a ir.

Em 1411, o Papa, precisando de dinheiro para uma cruzada contra Ladislau, rei de Nápoles, anunciou uma nova oferta de indulgências. Quando isto foi proclamado em Praga, e aos reformadores pareceu que os agentes papais estavam vendendo o perdão em troca de moedas, Hus e seu principal adepto, Jerônimo de Praga, pregaram publicamente contra as indulgências, duvidaram da existência do purgatório e protestaram contra a Igreja arrecadar dinheiro para derramar sangue cristão. Descendo ao vitupério, Hus chamou ao Papa cavador de ouro, e até de Anticristo.[4] Grande parte do público compartilhava das idéias de Hus, e submeteu os agentes papais a tal ridículo e injúria que o rei proibiu qualquer outra prédica ou ação contra a oferta de indul-

gências. Três rapazes que violaram essa proibição foram intimados perante o conselho da cidade; Huss defendeu-os e admitiu que sua prédica os sublevara; foram condenados e decapitados. O Papa então lançou sua própria excomunhão contra Hus; e como Hus não lhe deu importância, João lançou uma interdição sobre toda a cidade em que ele permanecesse (1411). A conselho do rei, Hus saiu de Praga e permaneceu retirado no campo durante dois anos.

Nesses anos escreveu suas obras mais importantes, algumas em latim, outras em tcheco, quase todas inspiradas por Wyclif, algumas talvez ecoando as heresias e o anticlericalismo que um resto dos valdenses levara para a Boêmia nos séculos XII e XIII. Condenava a veneração das imagens, a confissão auricular e a multiplicação dos complicados ritos religiosos. Deu a seu movimento um caráter popular e nacionalista, denunciando os alemães e defendendo os eslavos. Em um tratado sobre o *Tráfico de Coisas Santas* atacava a simonia do clero; em *De sex erroribus* condenava o recebimento de quantias pelos padres para batismo, crisma, missas, casamentos ou enterros; acusou alguns clérigos de Praga de vender o óleo sagrado; e adotou a opinião de Wyclif de que um padre culpado de simonia não poderia administrar legitimamente um sacramento.[5] Seu tratado *De ecclesia* tornou-se sua *apologia* e ruína; das suas páginas extraíram-se as heresias pelas quais foi queimado. Seguiu Wyclif quanto à predestinação, e concordou com Wyclif, Marsílio e Ockham sobre o fato de que a Igreja não deveria possuir bens terrenos. Como Calvino, definiu a Igreja não como o clero nem como o total dos cristãos, e sim como a totalidade, no céu ou na terra, dos que forem salvos.[6] Cristo, e não o papa, é a cabeça da Igreja; a Bíblia, e não o papa, deveria ser o guia dos cristãos. O papa não é infalível, mesmo na fé e na moral; o próprio papa pode ser um pecador ou herege empedernido. Aceitando uma lenda que no tempo era amplamente admitida (até por Gerson), Hus deu importância a um imaginário Papa João VIII que (dizia a lenda) revelara seu sexo ao dar à luz de repente a uma criança nas ruas de Roma.[7] Um papa, concluía Hus, deve ser obedecido somente quando suas ordens se conformam à lei de Cristo. "Revoltar-se contra um papa faltoso é obedecer a Cristo."[8]

Quando se reuniu o concílio geral em Constança, em 1414, para depor três papas rivais e redigir um programa de reforma eclesiástica, pareceu que surgia uma oportunidade de reconciliar os hussitas com a Igreja. O imperador Sigismundo, herdeiro presuntivo de Venceslau IV, que não tinha filhos, ansiava pelo restabelecimento da unidade religiosa e da paz na Boêmia. Assim sugeriu Sigismundo que Hus fosse a Constança e tentasse uma reconciliação. Para esta viagem arriscada ofereceu a Hus um salvo-conduto para Constança, uma audiência pública perante o concílio, e um regresso à Boêmia livre e seguro no caso de Hus repelir o julgamento da assembléia. Apesar das advertências inquietas de seus seguidores, Hus partiu para Constança (outubro de 1414), escoltado por três nobres tchecos e vários amigos. Mais ou menos na mesma ocasião Estêvão de Palecz e outros adversários boêmios de Hus foram a Constança para denunciá-lo perante o concílio.

Ao chegar a Constança, Hus foi a princípio tratado com cortesia e viveu em liberdade. Mas quando Palecz apresentou ao concílio uma lista das heresias de Hus, o concílio intimou-o a comparecer e interrogou-o. Convicto por suas respostas de que era um grande herege, mandou prendê-lo. Adoeceu e durante algum tempo esteve à morte; o Papa João XXIII mandou médicos papais para tratá-lo. Sigismundo queixou-se de que a ação do concílio violara o salvo-conduto que dera a Hus; o

concílio respondeu que não estava preso à sua ação; que a autoridade dele não se estendia aos assuntos espirituais; que a Igreja tinha o direito de suplantar o Estado ao julgar um inimigo da Igreja. Em abril, Hus foi removido para a fortaleza de Gottlieben, sobre o Reno; aí foi acorrentado, e era tão mal alimentado que outra vez adoeceu gravemente. Entrementes, seu companheiro de heresia, Jerônimo de Praga, entrara temerariamente em Constança, e clamara às portas da cidade, às portas das igrejas e diante das casas dos cardeais um pedido para que o imperador e o concílio lhe dessem um salvo-conduto e uma audiência pública. À insistência dos amigos de Hus, saiu da cidade e iniciou o regresso à Boêmia; mas no caminho parava para pregar contra o tratamento que o concílio dava a Hus. Foi preso, levado de volta para Constança e encarcerado.

A 5 de julho, após sete meses de prisão, Hus foi levado acorrentado perante o concílio, e novamente no dia sete e no dia oito. Interrogado sobre seu ponto de vista a respeito dos 45 artigos já condenados nas obras de Wyclif, repeliu a maioria deles, aprovou alguns. Confrontado com excertos de seu livro, *Sobre a Igreja*, exprimiu disposição de retratar-se dos que pudessem ser refutados pela Escritura (exatamente a posição tomada por Lutero em Worms). O concílio argumentou que a Escritura devia ser interpretada não pelo livre julgamento dos indivíduos e sim pelos chefes da Igreja, e pedia que Hus se retratasse de todos os artigos, sem reservas. Tanto os amigos como os acusadores instaram com ele para que cedesse. Recusou. Perdeu a boa vontade do imperador hesitante ao declarar que tanto uma autoridade secular como uma autoridade espiritual deixa de ser dirigente legal desde o momento em que cai em pecado mortal.[9] Sigismundo informou então a Hus de que se o concílio o condenasse, seu salvo-conduto ficaria automaticamente cancelado.

Após três dias de interrogatórios e de inúteis esforços do imperador e dos cardeais para persuadi-lo a retratar-se, Hus foi conduzido novamente à cela de prisão. O concílio concedeu-lhe e a si mesmo quatro semanas para estudar o assunto. Era ainda mais complexo para o concílio do que para Hus. Como poderia um herege ter permissão de viver sem que por isso fossem tachadas de crimes inumanos todas as execuções anteriores por heresia? Esse concílio tinha deposto papas; deveria ser desafiado por um simples padre boêmio? Não era a Igreja o braço espiritual da sociedade, assim como o Estado era o braço físico, responsável por uma ordem moral que precisava de autoridade indiscutível como base? Atacar essa autoridade parecia ao concílio uma traição tão evidente como pegar em armas contra o rei. A opinião teria de se desenvolver através de mais um século até que Lutero pudesse fazer um desafio semelhante e viver.

Fizeram-se outros esforços para conseguir um simulacro de retratação de Hus. O imperador enviou emissários especiais para o exortarem a isso. Dava sempre a mesma resposta: abandonaria qualquer de suas idéias que pudesse ser negada pela Escritura. A 6 de julho de 1415, na catedral de Constança, o concílio condenou tanto Wyclif como Hus, mandou que fossem queimadas as obras deste, e entregou-o ao braço secular. Foi imediatamente despojado da batina e conduzido para fora da cidade para um lugar onde havia sido preparada uma pira de feixes de lenha. Foi-lhe feito um último apelo para se salvar com uma palavra de retratação; recusou novamente. O fogo consumiu-o enquanto ele cantava hinos.

Em perdoável momento de terror, Jerônimo repudiou perante o concílio os ensinamentos de seu amigo (10 de setembro de 1415). Mandado novamente para a prisão,

recuperou aos poucos a coragem. Pediu uma audiência, e após uma longa demora foi conduzido perante a assembléia (23 de maio de 1416); mas em vez de ter permissão de expor seu caso, foi primeiro intimado a responder a várias acusações levantadas contra ele. Protestou com eloqüência apaixonada que comoveu o cético mas político humanista italiano Poggio Bracciolini, que fora a Constança como secretário do Papa João XXIII.

> Que iniqüidade é esta, que a mim, que fui detido em uma prisão infecta durante 340 dias, sem meios de preparar minha defesa, enquanto meus adversários sempre tiveram vossos ouvidos, seja recusada uma hora para me defender? Tendes os espíritos prevenidos contra mim como herege; julgastes-me culpado antes de terdes meios de saber que espécie de homem era eu. No entanto, sois homens, não deuses; mortais, não eternos; estais sujeitos a erro. Quanto mais vos considerardes luzes do mundo, mais cuidado deveríeis ter em provar vossa justiça a todos os homens. Eu, cuja causa julgais, não tenho importância, nem falo por mim, pois a morte chega para todos; mas não quereria que tantos sábios cometessem uma ação injusta, que fará mais mal pelo precedente que abre do que pelo castigo que inflige.[10]

As acusações foram-lhe lidas uma por uma, e ele a todas respondeu sem retratação. Quando finalmente teve permissão de falar livremente, seu fervor e sinceridade quase conquistaram o concílio. Passou em revista alguns dos casos históricos em que os homens tinham sido mortos por suas crenças; relembrou como Estêvão, o Apóstolo, havia sido condenado à morte pelos padres, e afirmou que dificilmente se encontraria pecado maior do que o de padres que matavam sem razão um padre. O concílio esperava que ele se salvasse pedindo perdão; em vez disso repudiou sua retratação anterior, reafirmou a fé nas doutrinas de Wyclif e Hus, e tachou o suplício de Hus de crime que certamente seria punido por Deus. O concílio deu-lhe cinco dias para refletir. Como não se arrependesse, foi condenado (30 de maio), e conduzido imediatamente ao mesmo lugar em que Hus morrera. Quando o carrasco ia atrás dele para acender a fogueira Jerônimo disse-lhe: "Vai à frente, e acende-a diante do meu rosto; se temesse a morte nunca teria vindo aqui." Cantou um hino até ficar sufocado pela fumaça.

III. A REVOLUÇÃO BOÊMIA: 1415-36

A notícia da morte de Hus, levada por estafetas à Boêmia, provocou uma revolta nacional. Uma assembléia de nobres boêmios e morávios enviou ao Concílio de Constança (2 de setembro de 1415) um documento assinado por 500 chefes tchecos; declarava Hus católico bom e correto, denunciava sua execução como um insulto ao país, e proclamava que os signatários lutariam até a última gota de sangue para defender as doutrinas de Cristo contra os decretos feitos pelos homens. Uma declaração posterior convidava os membros a obedecer dali em diante apenas às ordens papais que concordassem com a Escritura; os juízes de tal acordo deveriam ser a faculdade da Universidade de Praga. A própria universidade proclamava Hus mártir e louvava o encarcerado Jerônimo. O concílio intimou os nobres rebelados a comparecer perante ele e a responder às acusações de heresia; nenhum apareceu. Mandou fechar a universidade; a maioria dos mestres e estudantes prosseguiu em seu trabalho.

Por volta de 1412 um dos seguidores de Hus, Jakoubek de Strzibo, propusera que o antigo costume cristão de administrar a eucaristia de ambas as formas — *sub utraque*

especie, tanto o vinho como o pão — fosse restabelecido na cristandade. Ao ver que a idéia agradara às fileiras de seus adeptos, Hus aprovou-a. O concílio proibiu-a, e defendeu o abandono do costume primitivo alegando que ele arriscava o derramamento do sangue de Cristo. Após a morte de Hus a Universidade de Praga e os nobres, chefiados pela rainha Sofia, adotaram a comunhão laica de ambas as espécies como um mandamento de Cristo, e o cálice tornou-se o símbolo da revolta "utraquista". Os seguidores de Hus redigiram em 1420 os "Quatro Artigos de Praga" com suas exigências fundamentais: que a eucaristia deveria ser dada em vinho assim como em pão; que a simonia eclesiástica deveria ser punida sem demora; que a Palavra de Deus deveria ser pregada sem obstrução como único modelo da verdade e da prática religiosas; e que se deveria pôr um paradeiro à posse de grandes bens materiais por padres e monges. Uma minoria radical entre os rebeldes repelia a veneração das relíquias, a pena capital, o purgatório, as missas pelos mortos. Todos os elementos da Reforma Luterana encontravam-se já nessa revolta hussita.

O rei Venceslau, que simpatizara com o movimento, talvez porque prometia transferir a propriedade da Igreja para o Estado, principiava agora a temê-lo como uma ameaçadora autoridade civil e eclesiástica. Na "Cidade Nova" que acrescentara a Praga nomeou somente anti-hussitas para o conselho, e esses homens fizeram regulamentos punitivos destinados a suprimir a heresia. A 30 de julho de 1419, uma multidão hussita desfilou em direção à Cidade Nova, invadiu a câmara do conselho, e atirou os conselheiros pelas janelas à rua, onde outra multidão deu cabo deles. Organizou-se uma assembléia popular, que elegeu conselheiros hussitas. Venceslau confirmou o novo conselho e depois morreu de um ataque do coração (1419).

Os nobres boêmios ofereceram aceitar Sigismundo como rei se ele reconhecesse os Quatro Artigos de Praga. Ele replicou pedindo a todos os tchecos obediência completa à Igreja, e queimou na fogueira um boêmio que se recusou a renunciar ao "cálice laico". O novo papa, Martinho V, anunciou uma cruzada contra os hereges boêmios, e Sigismundo avançou com grande exército contra Praga (1420). Quase do dia para a noite os hussitas organizaram um exército; quase todas as cidades da Boêmia e da Morávia mandaram recrutas entusiastas; Jan Zižka, cavaleiro de 60 anos com um olho só, treinou-os e conduziu-os a vitórias incríveis. Duas vezes derrotaram as tropas de Sigismundo. Este formou outro exército, mas quando chegou uma informação falsa de que os homens de Zižka se aproximavam, esta nova hoste fugiu desordenadamente sem jamais avistar um só inimigo. Inflamados pelo triunfo, os puritanos de Zižka, tomaram então dos seus contendores a idéia de que a dissensão religiosa devia ser reprimida pela força; percorreram acima e abaixo a Boêmia, a Morávia e a Silésia como uma tempestade devastadora, saqueando mosteiros, chacinando monges e obrigando a população a aceitar os Quatro Artigos de Praga. Os alemães da Boêmia, que desejavam continuar católicos, foram as vítimas preferidas das forças hussitas. Entrementes, e durante 17 anos (1419-36), a Boêmia ficou sem rei.

Elementos diferentes e opostos tinham-se unido para fazer a revolução boêmia. Os boêmios nativos ressentiam-se da riqueza e da arrogância dos alemães radicados, e esperavam expulsá-los do país. Os nobres cobiçavam as propriedades eclesiásticas, e achavam que elas valiam uma excomunhão. O proletariado aspirava a libertar-se dos senhores da classe média. As classes médias esperavam elevar seu poder modesto contra a nobreza na dieta que governava Praga e dava algum governo à Boêmia. Os servos, principalmente das propriedades papais, sonhavam dividir esses acres sagrados e,

em último caso, libertar-se dos laços aviltantes. Alguns membros do clero inferior, despojados pela hierarquia, davam à rebelião apoio tácito e ministravam-lhe os serviços religiosos interditados pela Igreja.

Quando os exércitos dos hussitas conquistaram a maior parte da Boêmia, as contradições de seus propósitos dividiram-nos em facções fratricidas. Após terem os nobres arrebatado a maior parte dos bens pertencentes aos grupos eclesiásticos ortodoxos,[11] sentiram que a revolução deveria cessar e esperar os efeitos purificadores do tempo. Enquanto os servos, que tinham trabalhado essas terras para a Igreja, reclamavam sua divisão entre eles como homens livres, os nobres usurpadores exigiam que os camponeses servissem os novos senhores na mesma base servil de antes. Zižka apoiou os camponeses e, durante algum tempo, sitiou os agora conservadores hussitas "calixtinos" ou do cálix. Cansado da luta, aceitou uma trégua, recuou para a Boêmia oriental e fundou uma "Irmandade Horeb" dedicada aos Quatro Artigos e à morte dos alemães. Quando morreu (1424), legou a pele para ser transformada em tambor de guerra.[12]

Na cidade de Tabor formou-se outro partido de hussitas, que afirmava que o verdadeiro cristianismo exigia uma organização comunista da vida. Muito antes de Hus houvera na Boêmia pequenos grupos de valdenses, beguinos e outros hereges irreprimíveis que misturavam ideais religiosos e comunistas. Tinham mantido um silêncio salutar até as tropas de Zižka terem derrubado o poder da Igreja na maior parte da Boêmia; apareciam agora e conquistaram a direção doutrinária em Tabor. Muitos repeliam a Presença Verdadeira, o purgatório, as orações pelos mortos e todos os sacramentos, exceto o batismo e a comunhão, e desaconselhavam a veneração de relíquias, imagens e santos; propunham-se a restaurar o ritual simples da Igreja Apostólica, e repudiavam todos os ritos e pompas eclesiásticas que não puderam encontrar no cristianismo antigo. Opunham-se a altares, órgãos e ao esplendor da decoração de igrejas, e destruíam esses ornamentos sempre que os encontravam. Como os protestantes, mais tarde, reduziram o serviço divino à comunhão, à oração e às leituras da Escritura, com um sermão e canto de hinos; e estes serviços eram dirigidos por clérigos que não se distinguiam dos leigos nos trajes. A maioria dos taboritas tiravam o comunismo do milenarismo: Cristo viria em breve estabelecer Seu Reino na terra; nesse Reino não haveria propriedade, Igreja, Estado, distinções de classe, leis humanas, impostos, nem casamento; decididamente agradaria a Cristo, quando chegasse, encontrar uma utopia tão paradisíaca já estabelecida por Seus adoradores. Em Tabor e em algumas outras cidades tais princípios foram postos em prática; aí, disse um contemporâneo professor na Universidade de Praga: "tudo é mantido em comum, ninguém possui nada só para si; portanto possuir é considerado pecado mortal. Afirmam que todos deveriam ser irmãos e irmãs iguais".[13]

Um camponês boêmio que se fizera filósofo, Pedro Chelcicky, foi além, e escreveu em enérgico tcheco uma série de tratados "tolstoianos" defendendo um anarquismo pacifista. Atacava os poderosos e os ricos, denunciava a guerra e a pena capital como assassínio, e pedia uma sociedade sem senhores, sem servos nem leis de espécie alguma. Pedia aos adeptos que tomassem o cristianismo literalmente como o encontravam no Novo Testamento: batizar somente adultos, dar as costas ao mundo e seus métodos, aos juramentos, ao estudo e às distinções de classe, ao comércio e à vida de cidade; e a viver em pobreza voluntária, de preferência cultivando a terra, e ignorando completamente a "civilização" e o Estado.[14] Os taboritas acharam este pacifismo ina-

dequado a seu temperamento. Dividiram-se em radicais moderados e avançados (estes pregavam o nudismo e um comunismo de mulheres), e as duas facções passaram das discussões à guerra. No decurso de alguns anos as tendências desiguais desenvolveram desigualdades de poder e de privilégio, e finalmente de bens; e os apóstolos da paz e da liberdade foram substituídos por dirigentes impiedosos que dispunham de força despótica.[15]

A cristandade ficou horrorizada com esse cristianismo supostamente comunista. Os hussitas fidalgos e burgueses da Boêmia principiaram a desejar ardentemente a Igreja de Roma como a única organização suficientemente forte para deter a ameaçadora dissolução da ordem social existente. Rejubilaram quando o Concílio de Basiléia propôs a reconciliação. Uma delegação do concílio, sem autorização papal, chegou à Boêmia, e assinou uma série de "Compactos" redigidos de tal maneira que os hussitas e católicos complacentes poderiam interpretá-los como se aceitassem e repelissem os Quatro Artigos de Praga (1433). Como os taboritas se recusassem a reconhecer os Compactos, os hussitas conservadores uniram-se aos grupos ortodoxos sobreviventes da Boêmia, atacaram e derrotaram os taboritas divididos e puseram fim à experiência comunista (1434). A Dieta boêmia assinou a paz com Sigismundo e aceitou-o como rei (1436).

Sigismundo, porém, acostumado a coroar suas vitórias com a futilidade, morreu no ano seguinte. Durante o caos que se seguiu, o partido ortodoxo manteve a predominância em Praga. Um eficiente chefe provinciano, George de Poděbrad, organizou um exército de hussitas, tomou Praga, restabeleceu o utraquista Jan Rokycana na sede do arcebispado e declarou-se governador da Boêmia (1451). Quando o Papa Nicolau V recusou-se a reconhecer Rokycana, os utraquistas pensaram numa transferência de sua subordinação à Igreja Ortodoxa Grega, mas a queda de Constantinopla ante os turcos terminou as negociações. Em 1458, a Dieta, vendo que a excelente administração de Poděbrad restabelecera a ordem e a prosperidade, elegeu-o rei.

Dedicou ele então as energias a reconstituir a paz religiosa. Com a aprovação da Dieta, enviou uma embaixada a Pio II (1462) pedindo a ratificação papal dos Compactos de Praga. O Papa recusou-se, e proibiu aos laicos de qualquer parte de receber a eucaristia sob as duas espécies. A conselho de Gregor Heimburg, jurista alemão, Podebrad, em 1464, convidou os monarcas da Europa a formar uma federação permanente de Estados europeus, com legislatura, executivo e exército próprios, e um judiciário com poderes para decidir as controvérsias do momento e as futuras.[16] Os reis não responderam; o papado revigorado estava forte demais para ser desafiado por uma Liga das Nações. O Papa Paulo II declarou Poděbrad herege, libertou seus súditos do juramento de obediência e apelou aos poderes cristãos para depô-lo (1466). Matias Corvino da Hungria empreendeu a tarefa, invadiu a Boêmia e foi coroado rei por um grupo de nobres católicos (1469). Poděbrad ofereceu o trono a Ladislau, filho do rei Casimiro IV da Polônia. Em seguida, exausto pela guerra e pela hidropisia, morreu, aos 51 anos (1471). A Boêmia, agora Tchecoslováquia, venera-o como seu maior rei, depois de Carlos IV.

A Dieta aceitou Ladislau II, e Matias retirou-se para a Hungria. Os nobres aproveitaram-se da fraqueza juvenil do rei para consolidar seu poder econômico e político, reduzir a representação das cidades e dos burgueses na Dieta, e para rebaixar à servidão os camponeses que acabavam de sonhar com a utopia. Milhares de boêmios, durante este período de revolução e reação, fugiram para outros países. (Os

franceses, confundindo os exilados boêmios com os ciganos que no século XV penetravam na Europa Ocidental, provavelmente pela Boêmia, deram o nome de *Bohème* aos ciganos. A palavra cigano em inglês [*gypsy*] é uma corruptela de *Egyptian*, e reflete a afirmação da tribo de que vem do "Pequeno Egito". Burton localiza-os na Índia. [17] Nas terras bizantinas tomaram o nome de *Rom* — isto é, romano [oriental]; nos Bálcãs e na Europa Central são chamados pelas variantes de *Atzigan* [*Czigany, Zigeuner, Zingari*], palavra de origem incerta. Nos registros europeus aparecem pela primeira vez no início do século XIV como grupos errantes de artesãos, músicos, dançarinos, ledores de sorte e — segundo a crença geral — de ladrões. Por volta de 1414 chegaram à Alemanha, de 1422 à Itália, de 1427 à França, de 1500 à Inglaterra. Em geral aceitavam o batismo, mas não davam muita importância à religião e aos mandamentos e em breve se viram envolvidos com a Inquisição. Foram expulsos da Espanha [1499], do Sacro Império Romano [1500, 1548], da França [1561]. À parte os vestidos de cores alegres e variadas e os enfeites de suas mulheres mais endinheiradas, sua contribuição para a civilização repousa na dança e na música — cujas alternativas de tristeza e exuberância têm inspirado alguns compositores de nome.) Em 1485 os partidos católico e utraquista assinaram o Tratado de Kutna Hora, comprometendo-se à paz durante 30 anos.

Na Boêmia oriental e na Morávia os adeptos de Chelčicky formaram (1457) uma nova seita cristã, a *Jednota Bratrska*, ou Igreja da Fraternidade, dedicada a uma vida agrária simples segundo os princípios do Novo Testamento. Em 1467 repudiou a autoridade da Igreja Católica, ordenou padres próprios, negou o purgatório e a veneração dos santos, antecipou a doutrina de Lutero da justificação pela fé, e tornou-se a primeira igreja moderna a praticar o cristianismo. Por volta de 1500 contava 100.000 membros. Estes "Irmãos Morávios" foram quase exterminados na fúria da Guerra dos Trinta Anos; subsistiram sob a liderança de João Comênio. Na verdade ainda existem, em congregações espalhadas pela Europa, África e América, assombrando um mundo violento e cético com sua tolerância religiosa, piedade modesta e fidelidade pacífica aos princípios que professam.

IV. POLÔNIA: 1300-1505

A preservação da paz é difícil até em regiões que tiram unidade e proteção das barreiras geográficas; imaginem quanto mais difícil é ela em estados expostos em uma ou mais fronteiras a vizinhos sempre ávidos, às vezes tentadores, outras poderosos. A Polônia, no século XIV, estava meio sufocada pelos cavaleiros teutônicos, lituanos, húngaros, morávios, boêmios e alemães que faziam pressão sobre suas fronteiras. Quando Ladislau, o Pequeno, tornou-se grande príncipe da Pequena (Meridional) Polônia (1306), encontrou uma multidão de inimigos. Os alemães da Grande (Ocidental) Polônia repeliram sua autoridade; os cavaleiros apoderaram-se de Dantzig e da Pomerânia; o margrave de Brandemburgo conspirava para destruí-lo; e Venceslau III da Boêmia reclamava o trono polonês. Ladislau abriu caminho por entre esse mar de distúrbios lutando com as armas, com a diplomacia e com o casamento, uniu a Pequena e a Grande Polônia em um reino consistente, e fez-se coroar em Cracóvia, sua nova capital (1320). Morrendo aos 73 anos (1333), legou o trono desconfortável ao filho único, Casimiro, o Grande.

Poder-se-ia contestar este título a Casimiro III, uma vez que ele preferia a negociação e o compromisso à guerra. Entregando a Silésia à Boêmia, e a Pomerânia aos cavaleiros, consolou-se com a aquisição da Galícia, perto de Lwów, e Mazóvia, perto de Varsóvia. Dedicou o reinado de 37 anos à administração, colocando seus diversos territórios sob uma só lei, "para que o Estado não fique parecendo um monstro de muitas cabeças".[18] Sob a direção dele um grupo de juristas unificou a legislação e os costumes das províncias que eram divergentes nos "Estatutos de Casimiro" — a primeira codificação das leis polonesas, modelo de moderação humanitária em comparação aos códigos contemporâneos. Casimiro protegeu os judeus, os gregos ortodoxos e outras minorias raciais ou religiosas, estimulou a instrução e as artes, fundou a Universidade de Cracóvia (1364), e construiu com tanta intensidade que os homens diziam que ele encontrara uma Polônia de madeira e a reconstruíra em pedra. Tão sabiamente incrementou todas as fases da economia nacional que os fazendeiros o saudavam como "o rei dos camponeses", os comerciantes prosperavam na segurança da paz, e todas as classes o chamavam Grande.

Como não tinha herdeiro masculino, deixou a coroa ao sobrinho Luís, o Grande, da Hungria (1370), esperando conseguir para seu país a proteção de uma monarquia forte, e uma parte do estímulo cultural que a dinastia angevina levara da Itália e da França. Mas Luís estava absorvido pela Hungria e abandonava a Polônia. Para conservar a lealdade dos orgulhosos nobres em sua ausência, concedeu-lhes, pelo "Privilégio de Kassa" (1374), isenção da maioria dos impostos e um monopólio de cargos importantes. Uma guerra de sucessão seguiu-se à sua morte (1382). O *seym* ou parlamento reconheceu sua filha Jadwiga, de 11 anos, como "rei"; mas os distúrbios só terminaram quando Jagello, grão-príncipe da Lituânia, desposou Jadwiga (1386), unindo seu vasto reino à Polônia, e levando uma personalidade dominadora ao governo.

O crescimento da Lituânia foi um fenômeno importante do século XIV. Gedymin e seu filho Olgierd puseram sob seu governo pagão quase toda a Rússia ocidental: Polotsk, Pinsk, Smolensk, Chernigov, Volhynia, Kiev, Podolia e a Ucrânia; algumas destas alegraram-se em encontrar, com os grão-príncipes, um refúgio contra a Horda de Ouro Tártara que mantinha a Rússia oriental sob feudo. Quando Jagello sucedeu a Olgierd (1377) o império lituano, cujo governo vinha de Wilno, estendeu-se do Báltico ao Mar Negro, e quase até a própria Moscou. Foi este o presente que Jagello levou a Jadwiga, ou a Polônia foi o dote que ela levou a ele. Tinha ela apenas 16 anos quando se casaram; fora educada como católica romana na mais requintada cultura da Renascença latina; ele tinha 36 anos, era sem instrução e "gentio"; mas aceitou o batismo, tomou o nome cristão de Ladislau II, e prometeu converter toda a Lituânia.

Foi uma união oportuna, pois o avanço para o ocidente dos cavaleiros teutônicos estava pondo em perigo ambos os estados unidos. A "Ordem da Cruz", originariamente dedicada a cristianizar os eslavos, tornara-se um bando de conquistadores marciais, que arrebatavam pela espada todo o território que pudessem arrancar de pagãos ou de cristãos, e que estabeleciam uma dura servidão nas terras que antes haviam sido lavradas por camponeses livres. Em 1410 o Grão-Mestre, de sua capital em Marienburgo, governava a Estônia, a Livônia, a Curlândia, a Prússia e a Pomerânia oriental, isolando a Polônia do mar. Em uma "Guerra Setentrional" feroz, o exército do Grão-Mestre e o de Jagello — dizem que cada um com 100.000 homens — travaram batalha perto de Grünewald ou Tannenberg (1410). Os cavaleiros foram derrotados e

fugiram, deixando 14.000 prisioneiros e 18.000 mortos — entre estes o próprio Grão-Mestre. Desse dia em diante, a Ordem da Cruz entrou rapidamente em decadência, até que na Paz de Thorn (1466) cedeu a Pomerânia e a Prússia Ocidental à Polônia, com o porto livre de Dantzig como porta para o mar.

Durante o reinado de Casimiro IV (1447-92) a Polônia atingiu o máximo de sua expansão, poderio e arte. Apesar de pessoalmente quase analfabeto, Casimiro acabou com o desprezo dos cavaleiros pelas letras dando aos filhos uma educação completa. A rainha Jadwiga, ao morrer, deixou as jóias para financiar a reabertura da Universidade de Cracóvia — a qual, no século seguinte, ensinaria Copérnico. A literatura, assim como a ciência e a filosofia, utilizavam a língua latina; em latim escreveu Jan Dlugosz a sua clássica *História da Polônia* (1478). Em 1477 Veit Stoss de Nuremberg foi convidado a ir a Cracóvia; ali permaneceu 17 anos, e elevou a cidade a um alto posto na arte da época. Para a Igreja de Nossa Senhora esculpiu 147 bancos de coro e um enorme retábulo de 12 m x 10 m, com um relicário central da Assunção tão impressionante quanto o quadro de Ticiano, e com 18 painéis que representavam a vida de Maria e de seu Filho — painéis que quase merecem, apesar de madeira, comparar-se às portas de bronze que Ghiberti fizera para o batistério florentino uma geração antes. Na catedral de Cracóvia, Stoss esculpiu em mármore vermelho um soberbo túmulo para Casimiro IV. Com estas obras a escultura gótica na Polônia atingiu o máximo e o fim. No reinado do filho de Casimiro, Sigismundo I (1506-48) os poloneses aceitaram o estilo da Renascença italiana. O luteranismo introduzia-se, vindo da Alemanha, e uma nova era principiava.

CAPÍTULO IX

A Maré Otomana

1300-1516

I. SEGUNDO FLORESCIMENTO EM BIZÂNCIO: 1261-1373

O IMPÉRIO Bizantino, restabelecido sem derramamento de sangue sob a nova dinastia paleóloga em 1261, subsistiu contra a vontade durante quase dois séculos. Seu território foi reduzido pelo avanço dos muçulmanos na Ásia e na Europa, pela expansão dos eslavos na retaguarda, e por fragmentos esparsos de seu antigo território retidos pelos inimigos cristãos que haviam saqueado Constantinopla em 1204 — normandos, venezianos e genoveses. A indústria vivia ainda nas cidades do Império, mas seus produtos eram transportados por navios italianos que não pagavam tributo ao tesouro. Da classe média antes numerosa restava apenas uma margem. Acima dela ficavam os nobres e prelados luxuriosos, pomposamente ataviados, que nada haviam aprendido da história e haviam esquecido tudo menos seus privilégios. Por baixo estavam as camadas turbulentas de monges que temperavam a piedade com a política, e os proprietários camponeses que iam caindo no arrendamento, rendeiros que escorregavam para a servidão e *prolétaires* que sonhavam com utopias igualitárias. Uma revolução em Salonica (1341) expulsou a aristocracia, saqueou palácios e estabeleceu uma república semicomunista que governou durante oito anos antes de ser eliminada pelas tropas vindas da capital.[1] Constantinopla ainda era um centro movimentado de comércio, mas um viajante muçulmano observou em 1330 "muitas casas destruídas, e campos semeados dentro das muralhas da cidade"; e o diplomata espanhol Ruy González de Clavijo escreveu por volta de 1409: "Por toda a parte, na capital, existem grandes palácios, igrejas e mosteiros, mas a maioria deles está em ruínas".[2] A glória havia abandonado a Rainha do Bósforo.

No meio desta decadência política a herança sempre preciosa da literatura e filosofia gregas da antigüidade uniu-se à tradição bizantino-oriental em arquitetura e pintura para compor o canto de cisne cultural do Império Romano do Oriente. As escolas ainda explicavam Platão, Aristóteles e Zenão, o Estóico, embora desprezassem Epicuro como ateísta; e os professores revisavam e comentavam os textos clássicos. Maximus Planudes, enviado bizantino a Veneza, publicou a *Antologia Grega*, traduziu os clássicos italianos para o grego, e reconstruiu uma ponte cultural entre Bizâncio e a Itália. A carreira de Teodoro Metochites ilustra esta Renascença paleóloga. Primeiro-ministro de Andrônico II, era ao mesmo tempo um dos mais cultos e prolíficos professores de seu tempo. Nicéforo Gregoras, também sábio e historiador, escreveu a respeito dele: "De manhã à noite estava completamente, ardorosamente entregue aos negócios públicos, como se o ensino fosse sem importância alguma para ele; mas tar-

de da noite, depois de sair do palácio, absorvia-se nos estudos com tal intensidade como se fosse um sábio sem nenhuma ligação com qualquer outro interesse".[3] Teodoro escreveu sobre história, poesia, astronomia e filosofia com qualidade não igualada por qualquer grego daquele século XIV. Na revolução que destronou seu senhor, perdeu posição, fortuna e lar, e foi atirado à uma prisão; porém, adoecendo, teve permissão de finalizar seus dias no mosteiro de São Salvador *in Chora* (isto é, nos campos), cujas paredes ele enobrecera com alguns dos mais belos mosaicos da história bizantina.

Em filosofia a velha competição entre platônicos e aristotélicos voltou à cena. O imperador João VI Cantacuzeno defendia Aristóteles, ao passo que Platão continuava o deus de Gemisto Pletho, Este famosíssimo sofista grego estudou filosofia em Brusa, na Ásia Menor, quando essa cidade já era a capital da vanguarda otomana no avanço para o Ocidente. Com um professor judeu de lá, aprendeu a sabedoria dos zoroastrianos; e quando regressou ao seu Peloponeso de origem — então com o nome de Moréia — havia, provavelmente, abandonado a fé cristã. Estabelecendo-se em Mistra, tornou-se ao mesmo tempo juiz e professor. Em 1400 escreveu um tratado com o título de Platão, *As Leis*, no qual propunha a substituição do cristianismo e do maometismo pela religião da Grécia antiga, transformando simplesmente todos os olímpicos menos Zeus em personificações simbólicas de processos ou idéias criadoras; Pletho não sabia que as religiões nascem e não se fazem. Não obstante, os discípulos reuniram-se ardorosamente em volta dele; um deles, Johannes Bessarion, estava destinado a ser um cardeal humanista na Itália. Tanto Gemisto como Bessarion acompanharam o imperador João VIII a Ferrara e a Florença (1438) para assistir ao concílio em que as igrejas grega e romana estiveram por algum tempo reconciliadas na teologia e na política. Em Florença, Gemisto fez conferências sobre Platão a uma audiência de elite, e quase delineou a Renascença italiana. Foi lá que acrescentou o apelido Pletho (completo) ao próprio nome, fazendo um jogo de palavras com *gemistos* (cheio) e *Platão*. Voltando a Mistra, submeteu-se teologicamente, tornou-se arcebispo e morreu aos 95 anos (1450).

A renovação da arte foi tão marcante quanto o rejuvenescimento das letras. Os temas e figuras eram ainda eclesiásticos; mas vez por outra um toque de paisagem, um sopro de naturalismo, um novo calor de colorido e linha dava vida aos mosaicos. Aqueles descobertos há pouco tempo no mosteiro de *Chora* (a mesquita de Kahriye-Jami) têm tal vitalidade que os historiadores ocidentais afirmam ver neles um pouco da viçosa influência italiana. Nos afrescos que cada vez mais substituíam os mosaicos dispendiosos na decoração de igrejas e palácios, os eclesiásticos apareciam descansados, e figuras de viva fantasia e história secular apareciam ao lado das lendas dos santos. Os artífices de ícones, entretanto, apegavam-se ao velho estilo hierático — formas afinadas, rostos ardendo de piedade puritana surpreendentemente ausentes da moral do tempo. A pintura bizantina de miniaturas sofria agora um declínio brusco, mas a reprodução de desenhos de quadros em seda ainda fornecia obras-primas sem rival no mundo ocidental. A chamada "Dalmática de Carlos Magno" data do século XIV ou XV; sobre um fundo de seda azul um artista desenhou, e um artesão hábil teceu em fios de seda, prata e ouro, cenas da vida de Maria, Cristo e vários santos. Esplendores semelhantes de pintura têxtil apareceram nessa época em Salonica, Sérvia, Moldávia e Rússia.

A Grécia era agora novamente um centro da grande arte. Quando o século XIII

chegava ao fim, os francos que haviam pontilhado as paisagens clássicas de pitorescos castelos abriram caminhos para o poder bizantino revigorado. Em 1348 o imperador João VI enviou o filho Manuel a governar como *despotes* da Moréia. Instalou sua sede provincial em uma colina que dominava a antiga Esparta. Para a nova capital foram nobres, patronos, monges, artistas, professores e filósofos. Construíram-se magníficos mosteiros, e três deles conservaram em suas igrejas alguns de seus afrescos medievais: as abadias de Metrópolis e Peribleptos do século XIV, a Pantanassa do princípio do século XV. Lá estão os mais belos murais da longa história da arte bizantina. Em sua execução perfeita, na graça fluida de suas figuras, na profundidade e brilho de suas cores, são comparáveis aos melhores afrescos do mesmo período da Itália; de fato, talvez devam um pouco de sua graça nova a Cimabue, Giotto ou Duccio — que tanto deviam a Bizâncio.

Na costa oriental da Grécia, no alto do promontório do Monte Atos, tinham-se erguido mosteiros no século X e em outros séculos: no século XIV o majestoso Pantocrator, no século XV o mosteiro de São Paulo. Dos murais desses retiros um *Guia da Pintura* grego do século XVIII atribui os melhores a Manuel Panselinos, de Salonica, que "mostrou tanto brilho e habilidade em sua arte que superou a todos os pintores antigos ou modernos".[4] Mas não há certeza das datas nem das obras de Manuel; pode ter pertencido ao século XI ou ao século XVI; e ninguém pode dizer quais as pinturas do Monte Atos que são de sua autoria.

Enquanto a arte bizantina experimentava este florescimento final, o governo bizantino declinava. O exército estava em desordem, a marinha em decadência; navios genoveses ou venezianos controlavam o Mar Negro, e os piratas infestavam o arquipélago grego. Um bando de mercenários da Catalunha — a "Grande Companhia Catalã" — tomou Gallipoli (1306), onerou o comércio dos Dardanelos e instalou uma república de ladrões em Atenas em 1310; nenhum governo conseguiu eliminá-los e deixaram-nos consumir-se por sua própria violência. Em 1307 o Papa Clemente V uniu-se à França, a Nápoles e a Veneza em um plano para recapturar Constantinopla. O plano fracassou, mas durante muitos anos os imperadores bizantinos tiveram tanto medo do Ocidente cristão que não tiveram energia nem coragem para resistir ao avanço muçulmano. Quando esse medo passou, os turcos otomanos estavam às portas.

Alguns dos imperadores compraram a própria destruição. Em 1342 João VI Cantacuzeno, envolvido na guerra civil, pediu auxílio a Orcã, sultão dos otomanos; Orcã enviou-lhe navios e ajudou-o a tomar Salonica; o imperador agradecido deu-lhe sua filha Teodora como esposa extra; o sultão enviou-lhe mais seis mil homens. Quando João Paleólogo empreendeu depô-lo, João Cantacuzeno roubou as igrejas de Constantinopla para pagar a Orcã mais 20.000 turcos, e prometeu ao sultão uma fortaleza no Quersoneso trácio. Na hora de sua vitória aparente, o povo de Constantinopla voltou-se contra ele como traidor, e a revolução transformou-o da noite para o dia de imperador em historiador (1355). Retirou-se para um mosteiro, e escreveu a história de seu tempo como última tentativa de sobrepujar os inimigos.

João V Paleólogo não encontrou conforto no trono. Foi a Roma como suplicante (1369), e ofereceu, em troca de auxílio contra os turcos, fazer seu povo prestar obediência ao papado. Diante do altar-mor da igreja de São Pedro abjurou a Igreja Ortodoxa Grega. O Papa Urbano V prometeu auxílio contra os infiéis e deu-lhe cartas para os príncipes da cristandade. Mas estes estavam ocupados com outros negócios. Em vez

de receber assistência, João foi detido em Veneza como refém do pagamento das dívidas gregas. Seu filho Manuel levou o dinheiro; João voltou a Constantinopla mais pobre do que antes e foi censurado por seu povo por abjurar o credo ortodoxo. Falhando em uma segunda tentativa de conseguir auxílio do Ocidente, reconheceu o sultão Murad I como seu suserano, concordou em fornecer auxílio militar ao exército otomano, e entregou seu amado Manuel como refém da execução de sua promessa.[5] Aplacado por algum tempo, Murad poupou Bizâncio e resolveu subjugar os Bálcãs.

II. OS BÁLCÃS ENCONTRAM OS TURCOS: 1300-96

Até ali o século XIV tinha sido para os Bálcãs um cume em sua história. Na Valáquia, Bulgária, Sérvia, Bósnia e Albânia robustos eslavos cortavam as florestas, cavavam e lavravam a terra, apascentavam os rebanhos e geravam ardorosamente seus próprios sucessores. Do Adriático ao Mar Negro, do Mar Negro ao Báltico, eslavos, italianos, magiares, búlgaros, gregos e judeus transportavam o comércio do Oriente e do Ocidente, e as cidades brotavam em seu caminho.

O grande homem da Sérvia nesse século foi Estêvão Dushan. Seu pai, Estêvão Urosh III, gerou-o em um rápido abandono da monogamia, deu-lhe o afetuoso nome de Dusha — isto é, Alma — e fê-lo coroar herdeiro presuntivo. Quando um filho mais legítimo chegou, e recebeu por sua vez apelidos carinhosos, Estêvão depôs o pai, permitiu que fosse estrangulado, e governou a Sérvia com mão forte durante uma geração. "De todos os homens de seu tempo", escreveu um contemporâneo, ele era "o mais alto, e terrível de se encarar".[6] A Sérvia perdoou-lhe tudo, pois ele empreendia guerras bem-sucedidas. Preparou um grande exército, conduziu-o com maestria, conquistou a Bósnia, a Albânia, o Epiro, a Acarnânia, a Etólia, a Macedônia e a Tessália. Transferindo a capital de Belgrado para Skoplje, reuniu ali um parlamento de nobres, e ordenou-lhe que unificasse e codificasse as leis de seus diferentes estados; o resultante *Zakonik Tsara Dushana*, ou *Código do Tsar Dushan* (1349), revelava um nível de desenvolvimento legal e de costumes civilizados que não ficava muito abaixo da Europa ocidental. Financiada e talvez estimulada por sua exaltação política, a arte sérvia do século XIV rivalizou com o florescimento contemporâneo de Constantinopla e da Moréia; construíram-se magníficas igrejas, e seus mosaicos eram mais livres e mais vívidos do que os normalmente admitidos pelo eclesiasticismo mais conservador da capital grega. Em 1355 Dushan reuniu seus exércitos pela última vez. Perguntou-lhes se preferiam ser conduzidos contra Bizâncio ou contra a Hungria. Eles responderam que o seguiriam aonde ele preferisse ir. "Para Constantinopla!" gritou ele. No meio do caminho adoeceu e morreu.

Seu império era heterogêneo demais para se manter reunido a não ser por um homem de inteligência viva e energia disciplinada. A Bósnia separou-se, e alcançou, durante algum tempo, sob Estêvão Trtko, a hegemonia dos Bálcãs. A Bulgária, sob João Alexandre, teve sua última grande era. A Valáquia, antes parte do império bizantino, separou-se (*ca.* 1290), e governou o delta espalhado do Danúbio. A Moldávia rejeitou sua submissão à Hungria (1349).

Sobre esses pequenos estados centrífugos a sombra turca se projetou mesmo antes que João V Paleólogo tornasse Bizâncio vassala de Murad I. Solimão, o ousado filho do sultão Orcã, conduzira as tropas turcas em auxílio de João VI Cantacuzeno; recebeu, ou tomou, como recompensa a fortaleza de Tzympe no lado europeu dos Darda-

nelos (1353). Quando um terremoto derrubou os muros da vizinha Gallipoli, Solimão entrou na cidade indefesa. A convite seu os colonizadores turcos partiram da Anatólia e espalharam-se pela costa setentrional do Mar de Mármara quase até a própria Constantinopla. Com exército turco maior, Solimão marchou sobre a Trácia e capturou Adrianópolis (1361). Cinco anos mais tarde Murad tornou-a sua capital européia. Desse centro os turcos enviariam durante um século seus golpes aos Bálcãs divididos.

O Papa Urbano V, percebendo a significação desta infiltração turca na Europa, conclamou toda a cristandade para outra cruzada. Um exército de sérvios, húngaros e valáquios marchou corajosamente para Adrianópolis. No rio Maritsa comemoraram seu avanço sem resistência com um festim. Por entre taças e orgias foram surpreendidos por um assalto noturno de uma força turca relativamente pequena. Muitos foram mortos antes que pudessem armar-se; muitos afogaram-se ao tentar retroceder pelo rio; o resto fugiu (1371). Em 1385 Sofia capitulou, e metade da Bulgária rendeu-se aos otomanos. Em 1386 tomaram Nis, em 1387 Salonica. Toda a Grécia estava aberta aos turcos.

Durante um ano heróico a pequena Bósnia resistiu à maré. Estêvão Trtko uniu suas forças aos sérvios sob Lázaro I, e derrotou os turcos em Plochnik (1388). Um ano mais tarde Murad marchou para o oeste com um exército que contava muitos contingentes cristãos. Em Kosovo chocou-se com uma coalizão de sérvios, bósnios, magiares, valáquios, búlgaros, albaneses e poloneses. Um cavaleiro sérvio, Milosh Kobilich, fingindo ser desertor e delator, foi até a tenda de Murad, matou o sultão e foi esquartejado. O filho e herdeiro de Murad, Bajazet I, incitou os turcos a uma coragem feroz, e conduziu-os à vitória. O rei Lázaro foi preso e decapitado; a Sérvia tornou-se vassala tributária dos turcos, e seu novo rei, Estêvão Lazarevitch, foi obrigado a mandar armas e homens a Bajazet. Em 1392, a Valáquia, sob João Shishman juntou-se ao rol dos estados balcânicos tributários dos otomanos. Somente a Bulgária e Bizâncio continuavam capazes de se defender.

Em 1393 Bajazet invadiu a Bulgária. Após um cerco de três meses, Trnovo, a capital, caiu; as igrejas foram profanadas, os palácios incendiados, os principais nobres foram convidados para uma conferência e chacinados. Novamente o Papa apelou para a cristandade, e o rei Sigismundo da Hungria chamou a Europa às armas. A França, apesar de entregue a uma luta de vida e morte com a Inglaterra, mandou uma força de cavaleiros sob o comando do conde de Nevers; o conde de Hohenzollern e o Grão-Mestre dos Cavaleiros de São João compareceram com seus adeptos; o eleitor palatino levou uma companhia de cavalaria bávara; João Shishman renunciou a sua vassalagem e foi com suas tropas lutar sob o rei húngaro.

O exército unido, de 60.000 homens, marchou através da Sérvia e sitiou a guarnição turca em Nicópolis. Prevenidos de que Bajazet, com um exército da Ásia, vinha para levantar o cerco, os cavaleiros franceses, alegrados pelo vinho e pelas mulheres, prometeram aniquilá-lo e bazofiaram que se o céu caísse eles o deteriam com as lanças. Por seu lado, Bajazet jurou que haveria de amarrar o cavalo no altar-mor da igreja de São Pedro em Roma.[7] Colocou as tropas mais fracas na frente, com uma estratégia que deve ter sido evidente. Os cavaleiros franceses arremeteram para elas triunfantes, depois no meio de 10.000 janízaros, em seguida por entre cinco mil cavaleiros turcos, por fim descuidosamente por uma colina acima. Logo depois do topo, depararam com o corpo principal do exército turco — 40.000 lanceiros. Os nobres lutaram com

nobreza, foram mortos, capturados ou postos em fuga, e a infantaria aliada que vinha atrás deles foi desmantelada com sua derrota. Os húngaros e alemães estavam, no entanto, rechaçando os turcos quando Estêvão Lazarevitch da Sérvia levou cinco mil cristãos contra o exército cristão, e venceu a batalha terrível de Nicópolis para o sultão (1396).

Ensandecido pelo espetáculo de tantos de seus homens estendidos mortos no campo de batalha, e pela afirmação da guarnição libertada de que os sitiantes cristãos tinham matado seus prisioneiros turcos, Bajazet mandou executar os 10.000 prisioneiros. O conde de Nevers teve permissão de escolher os 24 cavaleiros que deveriam ser salvos mediante o resgate que pudessem levar. Vários milhares de cristãos foram mortos em um ritual sangrento que durou do amanhecer ao fim da tarde, até que os oficiais do sultão o persuadiram a poupar o resto.[8] Desde esse dia até 1878 a Bulgária foi uma província do Império Otomano. Bajazet estava agora de posse da maior parte da Grécia, e marchou então contra Constantinopla.

III. OS ÚLTIMOS ANOS DE CONSTANTINOPLA: 1373-1453

Nenhum outro governo jamais mereceu tão completamente cair como o bizantino. Tendo perdido a vontade de se defender, e incapaz de convencer os gregos demasiado sofisticados de que é doce e nobre morrer pelo seu país, não enviou contingente aos exércitos cristãos no Maritsa, Kosovo ou Nicópolis. Forneceu 12.000 soldados ao sultão em 1379; e foram tropas bizantinas que, por ordem de João VII Paleólogo, obrigaram a cidade bizantina de Filadélfia, na Ásia Menor, a render-se aos turcos (1390). Quando Bajazet reiniciou o cerco de Constantinopla (1402), o Império Bizantino ficou reduzido à capital: Bajazet comandava ambas as costas do Mar de Mármara, controlava os Dardanelos, governava quase toda a Ásia Menor e os Bálcãs, e passou a salvo entre suas capitais asiáticas e européias. Parecia ter soado a hora final para a cidade sitiada. Os gregos famintos pulavam das muralhas, e passavam-se para os turcos a fim de comer. De repente, apareceu do Oriente muçulmano um salvador "infiel" para o posto avançado da cristandade. Tamerlão, o Grande, tinha resolvido deter o crescimento e insolência do poderio otomano. Quando as hordas tártaras avançaram para o oeste, Bajazet abandonou o cerco de Constantinopla e apressou-se em reagrupar suas forças na Anatólia. Os turcos enfrentaram os tártaros em Ancara (1402); Bajazet foi derrotado e preso. A vaga turca retrocedeu durante uma geração; finalmente Deus parecia estar do lado dos cristãos.

Sob o sábio governo de Manuel II, Bizâncio recuperou a maior parte da Grécia e algumas partes da Trácia. Mas Maomé I reorganizou o exército turco, e Murad II conduziu-o, após uma grande derrota, a grandes vitórias. Os muçulmanos ainda se inspiravam na crença de que morrer pelo Islã era ganhar o paraíso; mesmo que não houvesse paraíso nem huris, eram suficientemente imparciais para julgar bonitas as donzelas gregas. Os cristãos não eram tão imparciais. Os católicos gregos odiavam os católicos romanos e eram por sua vez odiados. Quando os venezianos caçaram e chacinaram os católicos gregos de Creta por terem recusado aceitar o ritual romano e a supremacia papal, o Papa Urbano V uniu-se a Petrarca para congratular-se com o doge pela sua proteção segura da única Igreja verdadeira (*ca.* 1350).[9] O povo e o clero inferior de Bizâncio repeliram todas as tentativas de reunir o cristianismo grego ao latino; e um nobre bizantino declarou que preferiria ver o turbante turco em Constantinopla

ao chapéu vermelho de um cardeal romano.[10] A maioria dos estados balcânicos odiava os vizinhos mais do que os turcos, e alguns preferiram submeter-se aos muçulmanos, que não cobravam mais impostos do que os governantes cristãos, perseguiam menos ou nem um pouco a heresia,[11] e permitiam quatro esposas.

Em 1422 Murad II repetiu o ataque a Constantinopla. Uma revolta nos Bálcãs obrigou-o a abandonar o cerco, e João VIII Paleólogo teve permissão de reinar em relativa paz com a condição de pagar um pesado tributo anual aos turcos. Murad reconquistou a Grécia, Salonica e a maior parte da Albânia. A Sérvia resistiu valentemente sob George Branković; um exército combinado de sérvios e húngaros sob Hunyadi János derrotou Murad em Kunovitza (1444), e Branković governou a Sérvia até sua morte com a idade de 90 anos (1456). Depois das vitórias em Varna e na segunda batalha de Kosovo (1448), Murad assinou uma paz com o imperador Constantino XI Paleólogo, e retirou-se para Adrianópolis para morrer (1451).

Maomé II, cognominado o Conquistador, subiu ao trono otomano aos 21 anos. Confirmou o tratado com Constantino, e mandou seu sobrinho Orcã para ser educado (possivelmente como espião) na corte bizantina. Quando outras potências muçulmanas lhe desafiaram a autoridade na Ásia Ocidental, Maomé transportou seu exército pelos Estreitos, e deixou as possessões européias a cargo do vizir Khalil Pasha, conhecido pela simpatia para com Bizâncio. Constantino tinha mais coragem do que inteligência; advertiu ao vizir de que a menos que fosse duplicada a pensão paga para a educação do sobrinho de Maomé, Orcã seria apontado por Bizâncio como pretendente ao trono otomano.[12] Aparentemente Constantino pensou que a revolta na Ásia oferecesse uma oportunidade de enfraquecer os turcos na Europa. Mas esquecera-se de garantir as alianças no Ocidente ou as comunicações para o sul. Maomé fez a paz com seus inimigos muçulmanos, e com Veneza, Valáquia, Bósnia e Hungria. Voltando à Europa, ergueu uma poderosa fortaleza sobre o Bósforo, acima de Constantinopla, garantindo assim a passagem livre para suas tropas entre os continentes, e controlando todo o comércio que entrava no Mar Negro. Durante oito meses reuniu material e homens. Contratou armeiros para fabricar o maior canhão conhecido até ali, que atiraria bolas de pedra de mais de 250 quilos. Em junho de 1452, declarou a guerra e iniciou o cerco final de Constantinopla com 140.000 homens.[13]

Constantino chefiou a defesa com decisão desesperada. Equipou seus sete mil soldados com pequenos canhões, lanças, arcos e flechas, tochas incendiárias e armas de fogo rústicas que descarregavam balas de chumbo do tamanho de uma noz. Dormindo apenas a intervalos, superintendia, todas as noites, aos consertos dos estragos feitos nas muralhas durante o dia. Não obstante, as antigas defesas desmoronavam cada vez mais diante dos aríetes e da artilharia superior dos turcos; terminava então a fortificação medieval das cidades pelas muralhas. A 29 de maio os turcos abriram caminho por cima de um fosso juncado de corpos de seus próprios mortos e investiram por cima ou através das muralhas sobre a cidade aterrorizada. Os gritos dos moribundos eram abafados pela música marcial das trombetas e tambores. Os gregos finalmente lutavam com bravura; o jovem imperador estava por toda a parte no ardor da refrega, e os nobres que estavam com ele morreram até o último homem em sua defesa. Rodeado pelos turcos, bradou: "Não haverá um cristão para me cortar a cabeça?" Jogou longe as insígnias imperiais, lutou como soldado comum, desapareceu no tropel de seu pequeno exército e nunca mais se soube dele.

Os vencedores massacraram milhares de pessoas, até a defesa cessar. Principiaram

então a pilhagem desenfreada que durante tanto tempo tinha sido a essência de suas esperanças. Todo adulto útil dentre os derrotados foi tomado como prêmio; as freiras eram raptadas como as outras mulheres numa fúria imparcial de rapto; senhores e criados cristãos, despojados dos trajes que lhes definiam a posição, viram-se de repente igualados em escravidão indiscriminada. A pilhagem não foi completamente descontrolada; quando Maomé II encontrou um muçulmano destruindo devotadamente o chão de mármore de Santa Sofia, abateu-o com sua cimitarra real, e anunciou que todos os edifícios seriam reservados para uma rapina organizada pelo sultão. Santa Sofia foi transformada em mesquita após a devida purificação; todos os seus emblemas cristãos foram retirados e os mosaicos foram relegados pela cal ao esquecimento que duraria 500 anos. No mesmo dia da queda da cidade, ou na sexta-feira seguinte, um almuadem subiu ao torreão mais alto de Santa Sofia e conclamou os muçulmanos a se reunirem nela para rezar a Alá vitorioso. Maomé II executou o ritual muçulmano no mais famoso templo da cristandade.

A queda de Constantinopla abalou todos os tronos da Europa. Caíra o baluarte que protegera a Europa contra a Ásia por mais de mil anos. Aquele poder e fé muçulmanos que os cruzados tinham esperado repelir para dentro da Ásia, abrira caminho agora por cima do cadáver de Bizâncio e através dos Bálcãs até as próprias portas da Hungria. O papado, que sonhara com a submissão de toda a cristandade grega ao governo de Roma, viu desanimado a rápida conversão de milhões de europeus do sudeste ao Islã. Vias de comércio antes abertas aos navios ocidentais estavam agora em mãos estranhas, e podiam ser obstruídas pela peagem na paz ou fechadas pelas armas na guerra. A arte bizantina, exilada de sua origem, refugiou-se na Rússia, ao passo que no Ocidente a influência dela desaparecia com seu orgulho. A migração dos sábios gregos para a Itália e para a França, que principiara em 1397, acelerava-se agora fertilizando a Itália com os despojos da antiga Grécia. Em certo sentido nada estava perdido; apenas os mortos tinham morrido. Bizâncio terminara seu papel, e cedera o lugar na heróica, sanguinária, nobre e ignominiosa procissão da humanidade.

IV. HUNYADI JÁNOS: 1387-1456

A população da Hungria, que contava 700.000 habitantes no século XIV era uma mistura flutuante de magiares, panônios, eslovacos, búlgaros, cázaros, patzínacos, cumanos, eslavônios, croatas, russos, armênios, valáquios, bósnios e sérvios: em suma, uma minoria de magiares governando uma maioria de eslavos. Nas nascentes cidades começou a formar-se uma classe média mercantil e um proletariado industrial no século XIV; e como eram na maior parte imigrantes da Alemanha, Flandres e Itália, novas forças raciais foram acrescentadas ao cadinho étnico.

Quando André III morreu, terminando a dinastia Arpád (907-1301), uma guerra de sucessão dividiu mais tarde o país, e a paz só voltou quando a alta nobreza, tendo tornado a monarquia eletiva, entregou a coroa de Santo Estêvão a Carlos Roberto de Anjou em 1308. Carlos levou consigo idéias francesas de feudalismo e cavalaria, idéias italianas de comércio e indústria. Fomentou o desenvolvimento das minas de ouro da Hungria, estimulou os empreendimentos, estabilizou a moeda, expurgou o judiciário, e deu à nação uma administração eficaz. Sob o reino de Carlos e de seu filho Luís, a Hungria tornou-se estado ocidental, ansioso por obter o auxílio do Ocidente contra o Oriente prolífero.

"Luís I", escreveu Voltaire, "reinou com felicidade sobre a Hungria durante 40 anos" (1342-82), e (não com tanta felicidade) "na Polônia 12 anos. Seu povo deu-lhe o nome de Grande, que ele bem merecia; no entanto este príncipe é pouco conhecido na Europa (ocidental), porque não reinou sobre homens capazes de transmitir sua fama e suas virtudes às outras nações. Quão poucos sabem que no século XIV houve um Luís, o Grande, nas Montanhas dos Cárpatos!"[14] Seu caráter combinava a cultura requintada e os sentimentos cavalheirescos com o ardor e a capacidade militares. Entregava-se às vezes a guerras — para vingar o irmão assassinado em Nápoles, para resgatar de Veneza os portos dálmatas que durante muito tempo haviam parecido à Hungria seus escoadouros de direito para o mar, e para deter a expansão agressiva da Sérvia e da Turquia colocando a Croácia, a Bósnia e o norte da Bulgária sob o domínio húngaro. Pelo exemplo e pelo preceito difundiu o ideal da cavalaria entre a nobreza, e elevou o nível dos costumes e da moral do povo. Durante o reinado dele e o do pai, o gótico húngaro realizou os mais belos conjuntos, e Nicolau Kolozsvari e seus filhos esculpiram estatuária notável como o *São Jorge*, atualmente em Praga. Em 1367 Luís fundou a Universidade de Pécs; mas esta, assim como grande parte da glória medieval da Hungria, desapareceu na longa e exaustiva luta com os turcos.

O genro de Luís, Sigismundo I, beneficou-se de um reinado cuja duração (1387-1437) devia ter possibilitado uma política duradoura e de longa visão. Mas as tarefas dele eram maiores do que as possibilidades. Conduziu um exército imenso contra Bajazet em Nicópolis e mal escapou com vida daquele desastre. Compreendeu que o avanço turco era agora o problema supremo da Europa; dedicou grande cuidado e fracas somas à fortificação da fronteira do sul, e construiu na confluência do Danúbio e do Save a grande fortaleza de Belgrado. Porém sua eleição ao cargo imperial levou-o a descuidar-se da Hungria durante longas ausências na Alemanha; e a aquisição da coroa boêmia ampliou-lhe as responsabilidades sem contudo lhe aumentar as forças.

Dois anos depois de sua morte os turcos expansionistas invadiram a Hungria. Nessa crise, a nação forneceu o seu mais célebre herói. Hunyadi János recebeu o sobrenome do castelo de Hunyadi na Transilvânia, fortaleza concedida a seu pai por serviços guerreiros. János — isto é, João — foi treinado para a guerra quase todos os dias, na juventude. Distinguiu-se em uma vitória sobre os turcos em Semendria, e o novo rei, Ladislau V, fê-lo comandante-em-chefe dos exércitos que resistiam aos turcos. Repelir os otomanos tornou-se a finalidade absorvente de sua carreira. Quando os turcos entraram na Transilvânia, conduziu contra eles tropas recentemente disciplinadas e inspiradas por seu patriotismo e comando. Foi nessa batalha que Simão Kemény, reverenciado na literatura húngara, deu a vida pelo chefe. Sabendo que os turcos tinham recebido instruções para procurar e matar Hunyadi, Simão implorou e recebeu permissão para trocar de roupa com ele. Morreu durante intensos assaltos, enquanto Hunyadi conduzia o exército à vitória (1442). Murad II enviou 80.000 novos homens para a frente; fingindo recuar, Hunyadi atraiu-os para uma passagem estreita onde apenas uma fração deles podia lutar ao mesmo tempo; e mais uma vez a estratégia de Hunyadi triunfou. Atormentado pelas revoltas na Ásia, Murad pediu armistício e concordou em pagar uma indenização substancial. Em Szeged, o rei Ladislau e seus aliados assinaram com os representantes de Murad uma trégua, comprometendo-se ambas as partes à paz. Ladislau jurou sobre a Bíblia, os embaixadores turcos sobre o Alcorão (1442).

Mas o cardeal Giuliano Cesarini, legado papal em Buda, logo julgou o momento

propício para uma ofensiva. Murad tinha deslocado seu exército para a Ásia; uma frota italiana, controlando os Dardanelos, poderia impedir a sua volta. O cardeal, que se distinguira pela probidade e habilidade, argumentou que um compromisso com um infiel não poderia prender um cristão.[15] Hunyadi aconselhou a paz, e o contingente sérvio recusou-se a violar a trégua. Os enviados das nações ocidentais concordaram com Cesarini, e ofereceram-se para contribuir com dinheiro e homens para uma cruzada santa. Ladislau concordou, e dirigiu pessoalmente um ataque às posições turcas. Os reforços prometidos do Ocidente não chegaram; o exército otomano, de 60.000 homens, desviou-se do almirante italiano, e tornou a entrar na Europa. Em Varna, perto do Mar Negro — com seu porta-estandarte erguendo numa lança o tratado desrespeitado — Murad infligiu uma derrota esmagadora aos 20.000 homens de Ladislau (1444). Hunyadi aconselhou o recuo, o rei ordenou o avanço. Hunyadi pediu-lhe que ficasse na retaguarda; Ladislau mergulhou na frente da luta e foi morto. Cesarini não recuperou completamente a honra por perder a vida.

Quatro anos mais tarde, Hunyadi tentou resgatar o desastre. Forçando o caminho através de uma Sérvia hostil, enfrentou os turcos em Kosovo em uma batalha furiosa que durou três dias. Os húngaros foram derrotados, e Hunyadi juntou-se a eles na fuga. Escondeu-se durante dias em um brejo; esfomeado, reapareceu e foi reconhecido pelos sérvios, que o entregaram aos turcos. Foi solto com a promessa de nunca mais chefiar um exército no solo sérvio.

Em 1456 os turcos sitiaram Belgrado. Maomé II apontou contra a cidadela a artilharia pesada que derrubara as muralhas de Constantinopla; a Europa nunca vira bombardeio tão violento. Hunyadi dirigiu a defesa com habilidade e coragem nunca esquecidas na poesia húngara.[16] Finalmente, preferindo a anestesia da batalha às agonias da fome, os sitiados precipitaram-se da fortaleza, foram lutando até o canhão turco, e venceram o inimigo com tal decisão que durante 60 anos depois disto a Hungria ficou livre de qualquer ataque muçulmano. Alguns dias após esta defesa histórica, Hunyadi morreu de febre no acampamento. A Hungria venera-o como seu herói maior.

V. A MARÉ CHEIA: 1453-81

Os turcos reiniciaram então a conquista dos Bálcãs. A Sérvia sucumbiu por fim em 1459, e permaneceu província turca até 1804. Maomé II tomou Corinto após um cerco e Atenas sem erguer uma lança (1458). O conquistador, assim como César, deu aos atenienses condições fáceis em respeito a seus antepassados, e demonstrou um interesse culto pelos monumentos clássicos. Podia muito bem ser cordial, pois vingara não somente os cruzados como a Maratona. A Bósnia, cujo porto e capital, Ragusa, recebera, por alguma pretensão de cultura, o título de Atenas sul-eslavônica, aceitou o domínio turco em 1463, e adotou a fé muçulmana com uma facilidade que assombrou o Ocidente.

O mais valente adversário dos turcos na segunda metade do século XV foi Scanderbeg da Albânia. Seu nome verdadeiro era George de Castriota, e era provavelmente de modesta linhagem eslavônica; mas algumas lendas caras a seu povo atribuem-lhe sangue real epirota e mocidade aventurosa. Contam que na meninice foi entregue como refém a Murad II e educado na corte otomana de Adrianópolis. O sultão apreciava tanto a coragem e procedimento dele que o tratava como filho e fê-lo oficial do

exército turco. Convertido ao maometismo, George recebeu o importante nome de Iskender Bey — isto é, Alexandre, o Príncipe — que o tempo apressado abreviou para Scanderbeg. Depois de dirigir os turcos em muitas batalhas contra os cristãos, arrependeu-se de sua apostasia e planejou a fuga. Repudiou o Islã, arrebatou a capital albanesa Kruja ao governador turco, e proclamou a revolta (1442). Maomé II enviou exército sobre exército para castigá-lo; Scanderbeg derrotou-os a todos pela rapidez dos movimentos militares e o gênio de sua estratégia desconcertante; finalmente, Maomé, desanimado por guerras maiores, concedeu-lhe um armistício de 10 anos (1461). Mas o Senado veneziano e o Papa Pio II persuadiram Scanderbeg a romper a trégua e recomeçar a guerra (1463). Maomé, acusando os cristãos de infiéis literalmente sem fé, voltou ao cerco de Kruja. Scanderbeg defendeu-a com tanta tenacidade que o sultão novamente suspendeu o cerco; mas por entre os restos da vitória Scanderbeg morreu (1468). Kruja capitulou em 1479, e a Albânia tornou-se província da Turquia.

Entrementes, o insaciável Maomé absorvia a Moréia, Trebizonda, Lesbos, Negroponte (a velha Eubéia) e a Criméia. Em 1477 um de seus exércitos atravessou o Isonzo, devastou o nordeste da Itália até 35 quilômetros de distância de Veneza, e depois, carregado de troféus, voltou para a Sérvia. Veneza, assustada, que lutara longa e tenazmente por suas possessões no Egeu e no Adriático, desistiu de todas as pretensões sobre Kruja e Santari e pagou uma indenização de 10.000 ducados. A Europa ocidental, que deixara de auxiliar Veneza denunciou-a por fazer e manter a paz com o infiel.[17] Os turcos tinham então atingido o Adriático, e somente as águas que César havia atravessado em um barco a remo os separavam da Itália, de Roma e do Vaticano. Em 1480 Maomé enviou um exército através dessas águas para atacar o reino de Nápoles. Tomou facilmente Otranto, massacrou metade dos 22.000 habitantes, escravizou o resto e cortou em dois um arcebispo.[18] O destino do cristianismo bem como da monogamia oscilava na balança. Ferrante de Nápoles pôs fim à guerra com Florença, e enviou suas melhores forças para recapturar Otranto. Maomé envolvera-se no cerco de Rodes; morreu no meio desse empreendimento; Rodes continuou cristã até Solimão; os turcos abandonaram Otranto e recuaram para a Albânia (1481). Por algum tempo a maré otomana parou de avançar.

VI. A RENASCENÇA HÚNGARA: 1456-90

No meio século de tranqüilidade que Hunyadi havia conquistado para a Hungria, seu filho Matias Corvino levou a nação à culminância histórica. Matias tinhas apenas 16 anos quando subiu ao trono, e não era inteiramente real na aparência; tinha as pernas curtas demais para o tronco, e por isso parecia alto apenas quando estava a cavalo; entretanto, tinha o peito e os braços, a força e a coragem de um gladiador. Pouco tempo depois de sua coroação desafiou para combate singular um cavaleiro alemão de estatura e força imponentes, que em um torneio em Buda derrubara todos os competidores; e Matias ameaçava mandar executá-lo se não lutasse com todo o vigor e habilidade. Os historiadores húngaros afirmam-nos que o jovem rei, ajudado pelas pontas deste dilema, venceu decisivamente o gigante.[19] Matias tornou-se um bom soldado e general, derrotou os turcos por toda a parte onde os encontrou, absorveu a Morávia e a Silésia, malogrando, porém, na conquista da Boêmia. Travou quatro

guerras contra o imperador Frederico III, tomou Viena e anexou a Áustria (1485); o primeiro Império Austro-Húngaro foi húngaro.

As vitórias dele tornaram a monarquia provisoriamente superior à nobreza; ali, como na Europa ocidental, a centralização do governo era a ordem do dia. Em Buda, e no palácio real em Visegrad, sua corte igualava qualquer grandeza real do tempo; grandes nobres tornaram-se servidores seus; os embaixadores eram notados pelo esplendor de seus trajes, equipagem e escolta. A diplomacia de Matias era astuta e sem escrúpulos, afável e generosa; comprava com ouro o que teria custado duas vezes mais pelas armas. Ao mesmo tempo encontrou vagar e prazer em restaurar todos os departamentos do governo, e em trabalhar pessoalmente como administrador cuidadoso e juiz imparcial. Perambulando disfarçado por entre o povo, a soldadesca e as cortes, inspecionava em primeira mão o procedimento de seus funcionários, corrigindo a incompetência e a injustiça sem favoritismo ou temor. Fez o que pôde para proteger o fraco contra o forte, os camponeses contra seus avaros senhores. Enquanto a Igreja continuava a reclamar o país como propriedade papal, Matias nomeava e disciplinava os prelados, e divertiu-se com a indignação que despertou quando fez de um menino italiano de sete anos primaz da Hungria. Os comerciantes de Ferrara, com humor correspondente, mandaram ao novo arcebispo um sortimento de brinquedos.[20]

Em 1476 Matias casou-se com Beatriz de Aragão, e acolheu na Hungria o alegre espírito napolitano bem como os refinados gostos italianos da neta de Afonso, o Magnânimo. O intercâmbio entre a Hungria e Nápoles tinha sido estimulado pelo parentesco angevino de seus reis, e muitos homens da corte de Buda tinham sido educados na Itália. O próprio Matias assemelhava-se aos "déspotas" da Renascença italiana em suas tendências culturais assim como em seu governo maquiavélico. Lourenço de Médici enviou-lhe dois relevos de bronze de Verrocchio, e Lodovico, o Mouro, encarregou Leonardo da Vinci de pintar uma *Madonna* para o rei húngaro, afirmando ao artista que "ele é capaz de apreciar uma grande pintura como poucos homens".[21] Filippino Lippi produziu outra *Madonna* para Corvino, e seus discípulos decoraram com afrescos o palácio real de Esztergom. Um escultor italiano fez um bonito busto de Beatriz;[22] é provável que tenha sido o célebre ourives milanês Caradosso quem desenhou o soberbo *Calvário* de Esztergom; Benedetto da Maiano esculpiu ornamentos para o palácio de Buda; e vários italianos construíram o tabernáculo estilo Renascença da igreja paroquial da Cidade Interna da capital.[23]

Nobres e prelados juntavam-se ao rei no apoio aos artistas e letrados; até as cidades mineiras do interior tinham homens ricos que sublimavam a riqueza na arte. Belos edifícios, tanto civis como eclesiásticos, foram erguidos não só em Buda como em Visegrad, Tata, Esztergom, Nagyvárad e Vác. Centenas de escultores e pintores decoraram esses edifícios. Giovanni Dalmata esculpiu notáveis estátuas de Hunyadi János e outros heróis húngaros. Em Kassa formou-se uma verdadeira escola de artistas. Ali, para o altar-mor da igreja de Santa Isabel, "Mestre Estêvão" e outros esculpiram (1474-77) um imenso e complexo retábulo, cujas figuras centrais são tipicamente italianas em seu requinte e graça. Na igreja paroquial de Beszterczebánya outro grupo esculpiu em pedra um grande relevo, *Cristo no Jardim das Oliveiras*, assombroso nos pormenores cuidados e no efeito dramático. Um vigor de expressão e uma maestria semelhantes aparecem nas pinturas húngaras que subsistem daquele tempo, como em *Maria Visitando Isabel*, pelo "Mestre M. S.", atualmente no Museu de Budapeste.[24] Quase toda a arte deste apogeu húngaro foi destruída ou perdida nas invasões

otomanas do século XVI. Algumas das estátuas estão em Istambul, para onde foram levadas pelos turcos vitoriosos.

As tendências de Matias eram antes literárias que artísticas. Os humanistas, estrangeiros ou nacionais, eram bem recebidos em sua corte e recebiam rendosas sinecuras no governo. Antônio Bonfini escreveu uma história do reino em um latim modelado em Tito Lívio. János Vitez, arcebispo de Gran, formou uma biblioteca de clássicos antigos e forneceu somas para enviar jovens estudantes para estudar o grego na Itália. Um destes, János Pannonius, passou sete anos em Ferrara, conseguiu ser admitido no círculo de Lourenço em Florença, e, de volta à Hungria, assombrou a corte com seus versos latinos e seus dicursos gregos. "Quando Pannonius falava grego", escreveu Bonfini, "imaginava-se que ele devia ter nascido em Atenas."[25] Provavelmente só na Itália se podia encontrar, no último quartel do século XV, uma assembléia de artistas e letrados como os que recebiam apoio na corte de Matias. A *Sodalitas Litteraria Danubia*, fundada em Budapeste em 1497, está entre as mais antigas academias literárias do mundo.[26]

Como seus contemporâneos Medicis, Corvino colecionava arte e livros. Seu palácio tornou-se um museu de estatuária e *objets d'art*. Diz a tradição que ele gastava 30.000 florins ($ 750,000?) por ano em livros, que em muitos casos eram manuscritos valiosamente iluminados. Porém, ao contrário de Federigo da Montefeltro, não desprezou as obras impressas; instalou-se uma imprensa em Budapeste em 1473, três anos antes de chegar a imprensa à Inglaterra. A Biblioteca Corvina, que contava 10.000 volumes quando Matias morreu, era a mais bela biblioteca do século XV fora da Itália. Estava instalada em seu palácio de Buda em dois espaçosos salões, com janelas de vitrais que davam para o Danúbio; as prateleiras eram ricamente esculpidas, e os livros, na maioria encadernados em pergaminho, eram abrigados por reposteiro de veludo.[27] Matias parece ter lido alguns dos livros; ao menos usava Tito Lívio para adormecer; e escreveu a um humanista: "Oh, sábios, como sois felizes! Não lutais pela glória tinta de sangue, nem pelas coroas dos monarcas, mas pelos lauréis da poesia e da virtude. Sois até capazes de nos fazer esquecer o tumulto da guerra".[28]

O poder centralizado que Matias havia organizado sobreviveu muito pouco a sua morte (1490). Os poderosos que ressurgiram dominaram Ladislau II, e apropriaram-se das rendas destinadas a pagar as tropas. Com o exército amotinado, os soldados foram para casa. Livres de impostos, os nobres gastavam as rendas e energias em uma vida licenciosa, enquanto o Islã fazia pressão nas fronteiras e os camponeses duramente explorados fervilhavam de revolta. Em 1514, a Dieta húngara declarou uma cruzada contra os turcos e conclamou os voluntários. Os camponeses, em grande número, reuniram-se em volta da cruz, tendo pouco que escolher entre a vida e a morte. Vendo-se armados, espalhou-se entre eles a idéia: Por que esperar para matar turcos distantes, quando os nobres odiados estão perto? Um soldado de fortuna, György Dózsa, conduziu-os numa *jacquerie* feroz; percorreram toda a Hungria, queimando castelos e massacrando todos os nobres — homens, mulheres e crianças — que lhes caíam nas mãos. Os nobres clamaram por auxílio de todos os lados, armaram e pagaram mercenários, dominaram os desorganizados camponeses e castigaram os chefes com torturas horripilantes. Durante duas semanas Dózsa e seus auxiliares foram mantidos sem alimento; depois, amarraram-no a um trono de ferro em brasa, colocaram-lhe uma coroa de ferro em brasa na cabeça, meteram-lhe um cetro de ferro em brasa na mão; e seus companheiros mortos de fome tiveram permissão de arrancar a carne

assada de seu corpo enquanto ele estava ainda consciente. Da barbárie para a civilização é preciso um século; da civilização à barbárie basta um dia.

Os camponeses não foram mortos, porque eram indispensáveis; mas o Código Tripartido (1514) decretou que "a recente rebelião... colocou para sempre o estigma de infidelidade nos camponeses, e por isso eles alienaram sua liberdade e tornaram-se sujeitos a seus senhores em servidão incondicional e perpétua.... Toda a espécie de propriedade pertence aos senhores de terras, e o camponês não tem direito de invocar a justiça e a lei contra um nobre".[29]

Doze anos mais tarde a Hungria rendeu-se aos turcos.

CAPÍTULO X

Portugal Inaugura a Revolução Comercial

1300-1517

SEM qualquer vantagem natural a não ser uma costa marítima, antes por pura coragem e tenaz empreendimento, o pequeno Portugal tornou-se neste período um dos mais fortes e ricos estados europeus. Fundado como reino em 1139, seu governo, língua e cultura alcançaram forma estável sob seu muito amado rei, Dom Dinis, "o Lavrador" — administrador, reformador, edificador, educador, protetor das artes, e hábil manejador da literatura e do amor. Seu filho, Afonso IV, depois de alguns assassínios preventivos, teve um reinado benfazejo, no qual um comércio crescente com a Inglaterra uniu os dois países em uma amizade política que dura até nossos dias. Para confirmar uma aliança prudente com a Castela que surgia, Afonso insistiu com o filho Pedro que se casasse com Dona Constança Manuel. Pedro casou-se com ela, mas continuou a amar a linda Inês de Castro, também de sangue real. Após a morte de Constança, Inês era um obstáculo a um segundo casamento diplomático de Pedro; Afonso, após verdadeira relutância, mandou matá-la (1355). Camões, o Milton português, contou este célebre romance em sua epopéia nacional *Os Lusíadas*:

> Tais contra Inês os brutos matadores,...
> As espadas banhando e as brancas flores...
> Se encarniçavam, férvidos e irosos,
> No futuro castigo não cuidadosos.[1]

Pedro providenciou a vingança quando, dois anos mais tarde, herdou o trono. Assassinou os assassinos, exumou o corpo de sua amada, coroou-a rainha, depois tornou a sepultá-la com pompa real. Governou com uma severidade alimentada por esta tragédia.

Um romance menos exaltado desordenou o reino de seu sucessor. Fernando I perdeu a cabeça e o coração por Leonor, esposa do senhor de Pombeiro, rompeu o noivado com a princesa de Castela, e casou-se com Leonor a despeito do marido vivo e de uma Igreja escandalizada. Após a morte de Fernando (1383), Leonor assumiu a regência, fez a filha Beatriz rainha, e deu a mão dela a João I de Castela. O povo revoltou-se contra a perspectiva de se tornar apanágio de Castela; as Cortes de Coimbra declararam eletivo o trono português, e escolheram para rei a Dom João, filho de Pedro e de Inês. Castela tentou instalar Beatriz à força; Dom João improvisou um exército, tomou emprestados 500 arqueiros da Inglaterra e derrotou os castelhanos em Aljubarrota a 14 de agosto de 1385, data em que se comemora anualmente o dia de independência de Portugal.

Dom João, o Grande, chamado mestre de Aviz, inaugurou então um reino de 48 anos e uma dinastia — a casa de Aviz — que deteve o trono durante dois séculos. A administração foi reorganizada, a lei e o judiciário foram reformados, a língua portuguesa foi decretada oficial conquanto sua literatura já florescesse no século XII, com a poesia dos trovadores. Os eruditos, lá como na Espanha, continuaram até o século XVIII a empregar o latim, mas Vasco de Lobeira escreveu na língua nativa um romance de cavalaria, *Amadís de Gaula* (*ca.* 1400), que se tornou, traduzido, o livro secular mais popular da Europa. A arte nacional exprimia-se orgulhosamente na igreja de Santa Maria da Vitória, construída no Mosteiro da Batalha por Dom João I, para comemorar "a Batalha" de Aljubarrota; aqui a catedral de Milão é igualada em tamanho, e a Notre Dame de Paris no esplendor complicado de arcobotantes e pináculos. Em 1436 acrescentou-se uma capela de forma e decoração elegantes para receber os restos do "rei bastardo".

Foi venerado em seus filhos. Sucedeu-o Dom Duarte e governou quase tão bem; Pedro codificou a lei; Henrique, o Navegador, inaugurou a revolução comercial que iria transformar o mapa do globo. Quando Dom João I tomou Ceuta aos mouros (1415), deixou Henrique, de 21 anos, como governador do estratégico baluarte, logo do outro lado do Estreito de Gibraltar. Entusiasmado pelos relatos muçulmanos do Timbuctu e do Senegal, e pelo ouro, marfim e os escravos que se podiam obter ao longo da costa ocidental africana, o ambicioso jovem resolveu explorar aquele terreno e acrescentá-lo a Portugal. O rio Senegal, de que lhe falavam os informantes, poderia chegar pelo leste até a nascente do Nilo e a Abissínia cristã; abrir-se-ia uma estrada fluvial através da África, do Atlântico ao Mar Vermelho — portanto até a Índia; o monopólio italiano do comércio com o Oriente seria quebrado; Portugal seria uma potência. A região conquistada poderia ser convertida ao cristianismo, e o Islã africano ficaria rodeado ao norte e ao sul por estados cristãos, e o Mediterrâneo ficaria seguro para a navegação cristã. Não parece que o infante Dom Henrique tenha pensado em uma rota *à volta* da África,[2], mas foi esse o resultado histórico de sua obra.

Por volta de 1420 instalou em Sagres, no extremo sudoeste de Portugal e da Europa, um centro de estudos e informação de conhecimentos e empreendimentos náuticos — a célebre escola de Sagres. Durante 40 anos ele e seus auxiliares, inclusive astrônomos e cartógrafos judeus e muçulmanos, reuniram-se e estudaram ali os depoimentos de marinheiros e viajantes, e enviaram para mares perigosos frágeis navios com velas e remos, e 30 a 60 homens. Um dos capitães de Dom Henrique já redescobrira (1418) a Madeira, que tinha sido avistada por marinheiros genoveses 70 anos antes e depois esquecida (tese, aliás, muito discutida; os ingleses também pretendem ter estado lá, ou pelo menos um casal de fugitivos). Agora os colonizadores portugueses desenvolviam seus recursos; em breve o açúcar e outros produtos pagariam o custo da colonização, e encorajariam o governo português a atender aos pedidos de dinheiro de Henrique. Vendo os Açores marcados em um mapa italiano de 1351, encarregou Gonçalo Velho Cabral de encontrá-los; assim foi feito, e de 1432 a 1444, uma após outra, essas jóias do mar foram acrescentadas à coroa portuguesa.

Mas era a África que atraía Dom Henrique com maior insistência. Navegadores catalães e portugueses tinham navegado 1.500 quilômetros pela costa ocidental abaixo até o cabo Bojador (1341-46). Entretanto, nesse ponto, o vulto enorme do grande continente projetado para oeste no Atlântico desencorajava os marinheiros que procuravam o sul; voltavam para a Europa contando, para se desculpar, histórias de nati-

vos medonhos, um mar tão grosso de sal que não havia proa que pudesse cortá-lo, e afirmativas de que qualquer cristão que fosse além do Bojador seria transformado em negro. Com as mesmas desculpas o capitão Gil Eanes voltou a Sagres em 1433. Dom Henrique ordenou-lhe que prosseguisse novamente, e disse-lhe que lhe trouxesse um relato claro das terras e mares ao sul do cabo tormentoso. Assim estimulado, Gil Eanes avançou mais 240 quilômetros adiante do Bojador (1435), e ficou assombrado ao encontrar uma vegetação luxuriante em regiões equatoriais onde, segundo Aristóteles e Ptolomeu, só podiam existir desertos sob o sol escaldante. Seis anos mais tarde, Nuno Tristão partiu para o Cabo Branco, e trouxe de volta alguns robustos negros, que foram imediatamente batizados e escravizados; os barões feudais puseram-nos a trabalhar nos campos portugueses, e o primeiro resultado importante dos trabalhos de Dom Henrique foi a inauguração do comércio de escravos africanos. Novo apoio financeiro chegou ao príncipe. Seus navios zarpavam aparentemente para explorar e converter, na realidade para apanhar ouro, marfim e escravos. O capitão Lançarote levou (em 1444) 165 negros, que foram empregados no cultivo das terras da Ordem monástico-militar de Jesus Cristo. Um contemporâneo português descreveu a captura desses "mouros negros":

> Nossos homens, gritando: "São Tiago! São Jorge! Portugal!" caíram sobre eles, matando ou capturando todos os que podiam. Então podiam-se ver mães agarrando aos filhos e os maridos às mulheres, e cada um fugia como pudesse. Alguns se atiraram ao mar; outros pensaram em esconder-se nos cantos das choças; outros escondiam os filhos sob os arbustos... onde nossos homens os encontravam. E finalmente Nosso Senhor, que dá a tudo a devida recompensa, deu aos nossos homens nesse dia uma vitória sobre os inimigos; e em recompensa por todo o trabalho que tiveram a Seu serviço apanharam 165 homens, mulheres e crianças, sem contar os mortos.[3]

Por volta de 1448 mais de 900 escravos africanos tinham sido levados para Portugal. Deveríamos acrescentar que os muçulmanos da África do Norte tinham-se antecipado aos cristãos no desenvolvimento do comércio de escravos, e os próprios chefes negros africanos compravam escravos negros aos portugueses com marfim e ouro.[4] O homem era uma mercadoria para as feras humanas.

Em 1445 Dinis Dias chegou ao fértil promontório chamado Cabo Verde; em 1446, Lançarote explorou a foz do Senegal; em 1456 Cadamosto encontrou as ilhas do Cabo Verde. Nesse ano o infante Dom Henrique morreu, mas a empresa continuou com o impulso que lhe deram os lucros econômicos que agora a financiavam. João de Santarém atravessou o equador (1471), Diogo Cão chegou ao rio Congo (1484); finalmente, meio século após a primeira expedição de Dom Henrique, Bartolomeu Dias, abrindo caminho através de tempestades e naufrágios, rodeou o ponto mais meridional da África (1486). Rejubilava-se por descobrir que agora poderia navegar para o oriente; a Índia estava diretamente em frente e parecia quase a seu alcance; mas seus homens exaustos forçaram-no a voltar. Lamentando os rudes mares que haviam abatido o ânimo de seus homens, chamou à ponta meridional do continente, Cabo das Tormentas; mas o rei Dom João II, vendo a Índia por trás da curva, deu à ponta o nome de Cabo da Boa Esperança.

Nem Bartolomeu Dias nem o rei viveram para ver realizado o sonho que agitava agora todo o Portugal — a rota marítima para a Índia. Em 1497 o rei Dom Manuel,

invejoso das honras e riquezas que Colombo levava para a Espanha, encarregou Vasco da Gama de navegar à volta da África para a Índia. Obrigado pelas tempestades a fazer um rota circular, o capitão de 28 anos viajou uns oito mil quilômetros durante 137 dias até o Cabo da Boa Esperança, depois, através de inúmeros perigos e tribulações, 178 dias e 7.240 quilômetros mais até Calecute, importante ligação do comércio oriente-ocidente e norte-sul da Ásia. Ali ancorou a 20 de maio de 1498, 10 meses e 12 dias depois de sair de Lisboa. Ao desembarcar, foi imediatamente preso como pirata, e por pouco não escapava à execução. Com coragem e habilidade notáveis venceu as desconfianças hindus e as invejas muçulmanas, conseguiu licença para os portugueses negociarem, tomou uma rica carga de pimenta, gengibre, canela, cravo, noz-moscada e jóias, e saiu de Calecute a 29 de agosto para um árduo regresso de um ano a Lisboa. Os portugueses tinham finalmente encontrado uma rota para a Índia, livre das onerosas baldeações e taxas sofridas pelas rotas de mar e terra da Itália através do Egito ou da Arábia e da Pérsia. Os resultados econômicos deveriam ser, durante um século, mais vitais para a Europa do que aqueles que provinham da descoberta da América.

Orgulhosos por terem atingido a verdadeira Índia enquanto os navegadores espanhóis perambulavam nas supostas Índias dos Caraíbas, até 1500 os portugueses pouco pensavam em tentar uma passagem para o ocidente. Mas nesse ano, Pedro Álvares Cabral, desviando-se do curso que estabelecera para a Índia via África, foi dar no Brasil; e ainda nesse ano Gaspar Corte-Real redescobriu o Labrador. Em 1503 Américo Vespúcio, navegando sob bandeira portuguesa, explorou o Rio da Prata e o Paraguai; e em 1506 Tristão da Cunha encontrou a ilha do Atlântico sul que tem hoje seu nome. Os estadistas portugueses, no entanto, viam pouco proveito no Brasil, ao passo que cada carregamento da Índia engordava o tesouro real e as bolsas de comerciantes e marinheiros.

O governo português mantinha o domínio absoluto do novo mercado, uma vez que o comércio exigia proteção militar constante. Os comerciantes muçulmanos tinham-se estabelecido havia muito nos postos hindus; alguns potentados hindus uniram-se a eles para resistir à invasão portuguesa; o comércio e a guerra, o dinheiro e o sangue, misturavam-se agora na extensa revolução comercial. Em 1509 Afonso de Albuquerque tornou-se o primeiro governador da Índia portuguesa. Travando campanha sobre campanha contra muçulmanos e hindus, capturou e fortificou Áden e Ormuz, na costa arábica, Goa na Índia e Malaca na Península Malaia; e de Malaca levou presas de guerra no valor de um milhão de ducados. Assim armado, Portugal tornou-se durante 150 anos o senhor do comércio europeu com a Índia e as Índias Orientais. Os mercadores portugueses estabeleceram-se no oriente até as Molucas (1512), e rejubilaram-se ao achar as nozes-moscadas, macis e cravos daquelas "Ilhas das Especiarias", mais gostosos e mais baratos do que os da Índia. Ainda insaciado, Albuquerque foi com 20 navios para o Mar Vermelho, e propôs ao rei cristão da Abissínia que unissem as forças para abrir um canal do Alto Nilo ao Mar Vermelho, desviando assim o rio e transformando todo o Egito muçulmano em um deserto. Alguns tumultos chamaram Albuquerque a Goa, onde morreu em 1515. No ano seguinte Duarte Coelho abriu a Cochinchina e o Sião ao comércio português; em 1517 Fernão Peres de Andrade iniciou relações comerciais com Cantão e Pequim.

O Império Português — o primeiro imperialismo moderno — era agora o mais extenso do mundo, igualado apenas pela Espanha nas Américas. Lisboa tornou-se um empório florescente, cujas águas abrigavam navios de terras romanticamente distan-

tes. Lá, mais do que em Veneza ou em Gênova, os comerciantes do norte da Europa encontravam agora os preços mais baixos para as mercadorias asiáticas. A Itália chorava seu perdido monopólio do comércio oriental. Lentamente, ferida de morte por Colombo, Vasco da Gama e Lutero em uma geração, desvanecia-se a Renascença italiana, enquanto Portugal e Espanha, senhores do mar aberto, lideravam o florescimento dos estados atlânticos.

A literatura e a arte renasciam na nova glória. Fernão Lopes, escrevendo durante 20 anos (1434-54) suas volumosas *Crônicas*, contou a história de Portugal com uma vivacidade de narrativa e um poder de caracterização que rivalizam com Froissart. Gil Vicente inaugurou o drama português com pequenas peças para a corte e *autos* para festivais públicos (à volta de 1500). Desenvolveu-se uma escola de pintura portuguesa, que se inspirou em Flandres mas apresentava caráter e qualidades próprias. Nuno Gonçalves (de 1450 a 72) rivalizou com Mantegna, e quase com os Van Eyck, no sombrio políptico que pintou para o convento de São Vicente: os seis painéis, primitivos em perspectiva e modelagem, mais os 55 retratos — o melhor é o de Henrique, o Navegador — individualizados com força realista. Para comemorar a vitoriosa viagem de Vasco da Gama, o rei Dom Manuel, "o Venturoso", encarregou o arquiteto João de Castilho de construir, perto de Lisboa, em gótico *flamboyant*, o magnífico mosteiro de Belém (*ca.* 1500). Portugal entrara em sua idade de ouro.

CAPÍTULO XI

Espanha

1300-1517

I. O PANORAMA ESPANHOL: 1300-1469

AS montanhas da Espanha eram sua proteção e sua tragédia: davam-lhe relativa segurança contra ataques externos, mas entravavam-lhe o progresso econômico, a unidade política e a participação no pensamento europeu. Em um cantinho do noroeste uma população meio nômade de bascos conduzia os rebanhos das planícies para as colinas e descia novamente com a diástole e a sístole das estações. Embora muitos bascos fossem servos, todos protestavam nobreza, e suas três províncias governavam-se sob a soberania frouxa de Castela ou Navarra. Navarra continuou reino separado até Fernando, o Católico, absorver a parte meridional para Castela em 1515, enquanto o resto tornava-se apanágio real da França. A Sardenha foi tomada por Aragão em 1326; seguiram-se as Baleares em 1354, a Sicília em 1409. O próprio Aragão foi enriquecido pela indústria e comércio de Valência, Tarragona, Saragoça e Barcelona — capital da província da Catalunha dentro do reino de Aragão. Castela era a mais forte e a mais extensa das monarquias espanholas; governava as populosas cidades de Oviedo, León, Burgos, Valladolid, Salamanca, Córdova, Sevilha e Toledo, sua capital; na Espanha, eram seus reis que tinham a maior assistência e as maiores perspectivas.

Afonso XI (1312-50) melhorou as leis e cortes de Castela, desviou a pugnacidade dos nobres para guerras contra os mouros, apoiou a literatura e a arte e recompensou-se a si mesmo com uma amante fértil. A esposa deu-lhe um filho legítimo, que cresceu obscuro, esquecido e amargurado, tornando-se Pedro, o Cruel. A subida ao trono de Pedro, aos 15 anos (1350), desapontou tão visivelmente os nove bastardos de Afonso que foram todos banidos, e Leonor de Guzmán, sua mãe, foi condenada à morte. Quando a real noiva de Pedro, Branca de Bourbon, chegou de França sem ser chamada, desposou-a, passou duas noites com ela, mandou envenená-la sob acusação de conspiração (1361), e casou-se com a amante Maria de Padilla, cuja beleza, afirma-nos a lenda, era tão embriagadora que os cavaleiros da corte bebiam extasiados a água na qual ela tomava banho. Pedro era popular entre as classes inferiores, que o suportavam até o limite mais amargo; mas as repetidas tentativas de seus meio-irmãos para depô-lo levaram-no a tal seqüência de perfídias, crimes e sacrilégios que embaçariam e tingiriam de vermelho qualquer conto. Por fim, Henrique de Trastâmara, filho mais velho de Leonor, organizou uma revolta bem-sucedida, matou Pedro com as próprias mãos e tornou-se Henrique II de Castela (1369).

Mas somos injustos para com as nações quando as julgamos por seus reis, que con-

cordam com Maquiavel em que a moral não é feita para os soberanos. Enquanto os governantes brincavam com assassínios, individuais ou nacionais, o povo, que em 1450 era de 10.000.000 de pessoas, criou a civilização da Espanha. Orgulhando-se de seu sangue puro, eram uma mistura variada de celtas, fenícios, cartagineses, romanos, visigodos, vândalos, árabes, berberes e judeus. No fim da escala social havia alguns escravos, e os camponeses que permaneceram servos até 1471; acima deles estavam os artífices, manufatureiros e comerciantes das cidades; acima destes, em camadas ascendentes de respeitabilidade, estavam os cavaleiros (*caballeros*), os nobres que dependiam do rei (*hidalgos*), e os nobres independentes (*próceres*); e ao lado destes laicos estavam gradações do clero que subiam dos párocos, bispos e abades até arcebispos e cardeais. Cada cidade tinha seu *consejo* ou conselho, e mandava delegados para se reunirem aos nobres e aos prelados nas *cortes* provincial e nacional; teoricamente os decretos dos reis exigiam a aprovação dessas "cortes" para se tornarem leis. Salários, condições de trabalho, preços e lucros eram regulados por conselhos municipais ou pelas corporações. O comércio era entravado pelos monopólios reais, por impostos do Estado ou locais sobre importação e exportação, por pesos e medidas diferentes, pela moeda desvalorizada, pelos salteadores de estrada, pelos piratas do Mediterrâneo, pela condenação eclesiástica do lucro, pela perseguição aos muçulmanos — que forneciam a maior parte dos homens da indústria e do comércio — e judeus, que manejavam as finanças. Foi aberto um banco do Estado em Barcelona (1401) com a garantia governamental dos depósitos bancários; lançaram-se letras de câmbio; e por volta de 1435 foi fundado o seguro marítimo.[1]

Como os espanhóis misturavam o anti-semitismo com uma ascendência semita, conservavam o calor da África no sangue, e tendiam, assim como os berberes, para a raridade e violência de ação e de palavra. Eram astutos e de espírito curioso, no entanto ardentemente crédulos e medrosamente supersticiosos. Conservavam altiva independência de espírito e dignidade de atitude, mesmo na desgraça e na pobreza. Eram ambiciosos e tinham de sê-lo, mas não olhavam para os pobres nem lambiam as botas dos ricos. Desprezavam e evitavam o trabalho, mas suportavam com estoicismo a fadiga; eram preguiçosos mas conquistaram metade do Novo Mundo. Eram sedentos de aventura, grandeza e romance. Gostavam de perigo, mesmo que fosse apenas por procuração; a tourada, relíquia de Creta e de Roma, já era o jogo nacional, solene, imponente, colorido, exato e que ensinava a bravura, a habilidade e uma inteligência ágil. Mas os espanhóis, assim como os ingleses modernos (ao contrário dos elisabetanos), encaravam os prazeres com tristeza; a aridez do solo e as sombras das encostas das montanhas refletiam-se em uma seca tristeza de feitio. As maneiras eram graves e perfeitas, muito melhores do que a higiene; todo espanhol era um cavalheiro, mas poucos eram cavaleiros do banho. Formas e torneios cavaleirescos floresciam no meio da sujeira da populaça; o "ponto de honra" tornou-se religião; as mulheres na Espanha eram deusas e prisioneiras. Nas classes superiores, o traje, sóbrio nos dias de semana, cobria-se de esplendor aos domingos e em circunstâncias festivas, ostentando sedas, golas, pufes, rendas e ouro. Os homens gostavam de perfumes e de saltos altos, e as mulheres, não satisfeitas com seu feitiço natural, enfeitiçavam os homens com cores, rendas e véus místicos. Em mil formas de disfarces prosseguia a caça sexual; solenes terrores eclesiásticos, leis fatídicas, e o *punto de honor* lutavam por deter a perseguição alucinada, mas Vênus triunfava sobre tudo isso, e a fertilidade das mulheres superava a generosidade do solo.

Na Espanha a Igreja era aliada inseparável do Estado, que, por outro lado, dava pouca importância ao papa romano; fazia pedidos freqüentes para a reforma do papado, mesmo quando contribuiu para ele com o irreformável Alexandre VI. Em 1513 o cardeal Ximenes proibiu a promulgação na Espanha da indulgência oferecida por Júlio II para a reconstrução da igreja de São Pedro.[2] Realmente o rei era aceito como cabeça da Igreja espanhola; nesse ponto Fernando não esperou Henrique VIII para instruí-lo; não foi necessária Reforma alguma na Espanha para tornarem unos o Estado e a Igreja, o nacionalismo e a religião. Como parte da troca não declarada a Igreja espanhola gozava de prerrogativas substanciais sob um governo que claramente dependia dela para manter a ordem moral, a estabilidade social e a docilidade popular. Seus componentes, até nas ordens menores, eram sujeitos às cortes eclesiásticas. Possuía grandes extensões de terras, cultivadas pelos rendeiros; recebia um décimo do produto de outras propriedades, mas pagava um terço deste dízimo ao tesouro; afora isso era isenta de impostos.[3] Era talvez mais rica, comparada ao Estado, do que em qualquer outro país, exceto a Itália.[4] A moral clerical e a disciplina monacal estavam aparentemente acima da média medieval; mas, assim como em outras partes, o concubinato clerical era geral e admitido.[5] O ascetismo continuou na Espanha embora declinasse ao norte dos Pireneus; até os amantes se flagelavam a si mesmos para derrubar a resistência de *señoritas* ternas e tímidas, ou para conseguir algum êxtase masoquista.

O povo era ferozmente leal à Igreja e ao rei, porque tinha de o ser, a fim de lutar com coragem e êxito contra seus inimigos imemoriais, os mouros; a luta por Granada foi apresentada como uma guerra pela *Santa Fé*. Nos dias santos, homens, mulheres e crianças, ricos e pobres desfilavam pelas ruas em procissão solene, sombriamente silenciosos ou cantando, por trás de grandes *pasos* que representavam a Virgem ou um santo. Acreditavam fervorosamente no mundo espiritual como seu verdadeiro ambiente e morada eterna; ao lado dele a vida terrena era um sonho mau e passageiro. Odiavam os hereges como traidores da unidade e da causa nacional, e não faziam objeção a que fossem queimados; isso era o menos que podiam fazer pelo seu Deus ultrajado. As classes inferiores quase não tinham instrução, e esta era quase toda religiosa. O imponente Cortés, descobrindo entre os mexicanos pagãos um rito que se parecia com a eucaristia, lamentou que Satã o tivesse ensinado a eles apenas para confundir os conquistadores.[6]

A intensidade do catolicismo na Espanha era acentuada pela competição econômica com muçulmanos e judeus, que juntos formavam quase um décimo da população da Espanha cristã. Já era bastante terrível que os mouros detivessem a fértil Granada; mais irritantes ainda, porém, eram os mudéjares — mouros não convertidos que viviam entre os cristãos espanhóis, e cuja habilidade para os negócios, o artesanato e a agricultura era a inveja de um povo na maior parte preso ao solo em servidão primitiva. Ainda mais imperdoáveis eram os judeus espanhóis. A Espanha cristã perseguira-os durante mil anos: sujeitara-os a tributação parcial, empréstimos forçados, confiscos, assassínios, batismo compulsório; obrigara-os a ouvir sermões cristãos, às vezes em suas próprias sinagogas, insistindo em sua conversão, enquanto a lei tornava crime capital um cristão aceitar o judaísmo. Eram convidados ou obrigados a debates com teólogos cristãos, onde tinham de escolher entre uma derrota vergonhosa ou uma vitória perigosa. Eles e os mudéjares tinham muitas vezes recebido ordem de usar um sinal distintivo, geralmente um círculo vermelho no ombro. Os judeus eram proibi-

dos de contratar criado cristão; os médicos deles não tinham permissão de receitar a doentes cristãos; se coabitassem com mulher cristã, eram condenados à morte.

Em 1328 os sermões de um frade franciscano incitaram os cristãos de Estella, na Navarra, a matar cinco mil judeus e a incendiar-lhes as casas.[7] Em 1391 os sermões de Fernán Martínez levaram a populaça em todos os centros mais importantes da Espanha a massacrar todos os judeus encontrados que recusassem converter-se. Em 1410, Valladolid, e depois outras cidades, influenciadas pela eloqüência do santo e fanático Vicente Ferrer, ordenaram o confinamento dos judeus e dos mouros em quarteirões determinados — *Judería* ou *alhama* — cujas portas deveriam ser fechadas do pôr-do-sol até o amanhecer; esta segregação, no entanto, era talvez para a proteção deles.[8]

Pacientes, laboriosos, astutos, tirando vantagem de toda oportunidade de desenvolvimento, os judeus multiplicaram-se e prosperaram até sob estas desvantagens. Alguns reis de Castela, como Afonso XI e Pedro, o Cruel, protegeram-nos e até elevaram judeus inteligentes a altos postos do governo. Afonso fez Don José de Écija seu ministro das finanças, e outro judeu, Samuel ibn Wakar, seu médico; estes abusaram da posição, foram acusados de intriga e morreram na prisão.[9] Samuel Abulafia repetiu a série; tornou-se tesoureiro do Estado no reino de Pedro, juntou uma grande fortuna e foi condenado à morte pelo rei.[10] Três anos antes (1357) Samuel tinha construído em Toledo uma sinagoga classicamente simples e elegante, que foi transformada, no reino de Fernando, na igreja cristã de El Tránsito, e é agora conservada pelo governo como um monumento da arte hispano-mourisca na Espanha. A proteção de Pedro aos judeus foi a desgraça deles: quando Henrique de Trastâmara depôs Pedro, 1.200 judeus foram massacrados pelos soldados vitoriosos (Toledo, 1355); e assassínios piores aconteceram quando Henrique levou para a Espanha os "Companheiros Livres" recrutados por Du Guesclin entre a canalha da França.

Milhares de judeus espanhóis preferiram o batismo ao terror da violência e dos pogroms. Sendo legalmente cristãos, estes *conversos* foram abrindo caminho na escala econômica e política, nas profissões, até na Igreja; alguns tornaram-se eclesiásticos superiores, alguns eram conselheiros de reis. As habilidades financeiras granjearam-lhes proeminência invejável na coleta e direção do rendimento nacional. Alguns cercaram-se de confortos aristocráticos, alguns tornavam sua prosperidade ofensivamente evidente. Indignados, os católicos deram aos *conversos* o nome brutal de *marranos* — porcos.[11] Todavia, as famílias cristãs com mais linhagem do que dinheiro, ou com um respeito prudente pela capacidade, aceitavam-nos em casamento. Desta maneira o povo espanhol, principalmente as classes superiores, recebeu uma infusão substancial de sangue judeu. Fernando, o Católico, e Torquemada, o Inquisidor, tinham judeus entre seus antepassados.[12] O Papa Paulo IV, em guerra com Filipe II, chamou a ele e aos espanhóis a "semente indigna dos judeus e dos mouros".[13]

II. GRANADA: 1300-1492

Ibn Batuta descreveu a situação de Granada como "inigualada por qualquer cidade do mundo.... Em seu redor, vêem-se por toda a parte pomares, jardins, campos floridos, vinhedos"; e dentro dela "nobres edifícios".[14] Seu nome árabe era *Karnattah* — de significação incerta; os conquistadores espanhóis batizaram-na de *Granada* — "cheia de sementes" — talvez devido à abundância da romãzeira, nas proximidades. O nome se referia não só à cidade como a uma província que incluía Jeres, Jaém,

Almería, Málaga e outras cidades, com uma população total de uns quatro milhões de pessoas. A capital, com um décimo delas, erguia-se "como uma torre de vigia" em um cimo dominando um vale magnífico, que recompensava uma irrigação cuidada e um trabalho científico com duas colheitas por ano. Uma muralha com mil torres guardava a cidade contra seus inimigos de todos os lados. Mansões elegantes e de espaçosas dimensões abrigavam a aristocracia; nas praças públicas as fontes refrescavam o ardor do sol; e nas magníficas salas do Alhambra o emir, sultão ou califa mantinha sua corte.

Um sétimo de toda a produção da agricultura era retido pelo governo, e provavelmente outro tanto para a classe dirigente como contribuição para a administração econômica e o comando militar. Dirigentes e nobres distribuíam um tanto de suas rendas aos artistas, poetas, letrados, cientistas, historiadores e filósofos, e financiavam uma universidade onde cristãos e judeus letrados tinham permissão de manter cátedras e reitorias ocasionais. Nos pórticos dos colégios estavam inscritas cinco linhas: "O mundo está apoiado em quatro coisas: o saber dos sábios, a justiça dos grandes, as orações dos bons e o valor dos bravos".[15] As mulheres participavam livremente da vida cultural; sabemos os nomes dos sábios femininos da Granada mourisca. No entanto, a instrução não impedia que as senhoras estimulassem seus homens não só às paixões inflamadas como também à devoção e atos cavalheirescos. Disse um galante do tempo: "As mulheres distinguem-se pela simetria dos traços, a graciosidade do corpo, o comprimento e ondulação dos cabelos, a brancura dos dentes, a leveza agradável dos movimentos... o encanto da palestra e o perfume de seu hálito".[16] A limpeza pessoal e a higiene pública estavam mais adiantadas do que na cristandade contemporânea. Os trajes e as maneiras eram esplêndidos, e os torneios ou espetáculos alegravam os dias festivos. A moral era fácil, a violência não era rara, mas a generosidade e a honra mourisca conquistaram o louvor cristão. "A reputação de lealdade dos cidadãos" de Granada, disse um historiador espanhol, "era tal que sua simples palavra era mais respeitada do que um contrato escrito o é entre nós."[17] Por entre estes altos progressos o crescimento do luxo minou o vigor da nação, e a discórdia interna propiciava o ataque externo.

A Espanha cristã, consolidando lentamente seus reinos e aumentando sua riqueza, encarava com hostilidade invejosa esse próspero território encravado nela, cuja religião insultava o cristianismo como um politeísmo infiel, e cujos portos ofereciam aberturas perigosas a uma potência infiel; ainda mais, aqueles férteis campos andaluzes poderiam compensar muitos acres estéreis do norte. Somente porque a Espanha católica estava dividida entre facções e reis era que Granada mantinha sua liberdade. Assim mesmo, o altivo principado concordara (1457) em enviar um tributo anual a Castela. Quando um emir descuidado, Ali Abu'l-Hasan, se recusou a prosseguir na gratificação para a paz (1466), Henrique IV estava por demais entregue à devassidão para impor obediência. Mas Fernando e Isabel, logo depois da subida ao trono de Castela, mandaram enviados pedir a renovação do tributo. Com audácia fatal, Ali respondeu: "Digam a seus soberanos que os reis de Granada que pagavam tributo morreram. Agora a nossa casa da moeda cunha apenas lâminas de espadas!"[18] Não suspeitando de que Fernando tinha mais ferro em si mesmo do que havia na casa da moeda mourisca, e sob pretexto de provocação pelas incursões cristãs nas fronteiras, Abu'l-Hasan tomou de assalto a cidade fronteiriça cristã de Zahara, e levou todos os seus habitantes para Granada para serem vendidos como escravos (1481). O marquês

de Cádiz replicou saqueando o baluarte mourisco de Alama (1482). Principiara a conquista de Granada.

O amor complicou a guerra. Abu'l-Hasan ficou tão apaixonado por uma de suas escravas que sua esposa, a sultana Aixa, sublevou a populaça para depô-lo e coroar seu filho Abu-Abdallãh, conhecido no Ocidente por Boabdil (1482). Abu'l-Hasan fugiu para Málaga. Um exército espanhol marchou para sitiar Málaga, foi quase aniquilado nos desfiladeiros da cadeia de montanhas de Ajarquia por tropas ainda fiéis ao emir caído. Invejoso dos feitos guerreiros do pai, Boabdil conduziu um exército para fora de Granada a fim de atacar uma força cristã perto de Lucena. Lutou com bravura, mas foi derrotado e feito prisioneiro. Obteve a liberdade prometendo ajudar os cristãos contra o pai, e pagar ao governo espanhol 12.000 ducados por ano. Entrementes o tio Abu-Abdallahi, conhecido por Az-Zaghral (o Valente), fizera-se emir de Granada. Principiou uma guerra civil de três lados entre tio, pai e filho, pelo trono de Granada. O pai morreu, o filho apoderou-se do Alhambra, o tio retirou-se para Guadix, de onde saía freqüentemente para atacar os espanhóis onde os encontrasse. Estimulado a imitá-lo, Boabdil denunciou o tratado e o tributo e preparou sua capital para resistir ao assalto inevitável.

Fernando e Isabel empregaram 30.000 homens para devastar as planícies que produziam os alimentos de Granada. Moinhos, celeiros, fazendas, vinhedos, plantações de azeitonas e de laranjas, tudo foi destruído. Málaga foi sitiada para impedi-la de receber ou enviar fornecimentos para Granada; esta resistiu até sua população ter consumido todos os cavalos, cães e gatos disponíveis, e seus habitantes iam morrendo às centenas de fome ou de doenças. Fernando impôs-lhe a rendição incondicional, condenou os 12.000 sobreviventes à escravidão, mas permitiu que os ricos se resgatassem entregando todas as suas posses. Az-Zaghral rendeu-se. Toda a província de Granada fora de sua capital estava agora em mãos cristãs.

Os soberanos católicos construíram em volta da cidadela sitiada uma verdadeira cidade para seus exércitos, deram-lhe o nome de Santa Fé e esperaram que a fome entregasse o "orgulho da Andaluzia" à sua mercê. Os cavaleiros mouriscos saíam de Granada e ousavam desafiar os cavaleiros espanhóis em combate singular; os cavaleiros responderam com igual galanteria; mas Fernando, vendo que seus melhores guerreiros estavam morrendo um a um nesse plano cavalheiresco, pôs fim ao jogo. Boabdil conduziu suas tropas para fora em uma sortida desesperada, mas foi repelido. Enviaram-se apelos aos sultões da Turquia e do Egito, mas não chegou qualquer auxílio; o Islã era tão dividido quanto a cristandade.

A 25 de novembro de 1491, Boabdil assinou termos de capitulação que fizeram grande honra aos conquistadores. O povo de Granada conservaria sua propriedade, língua, trajes, religião, ritual; seria julgado por suas próprias leis e magistrados; não haveria impostos durante três anos, e a partir daí somente os que os dirigentes muçulmanos levantassem. A cidade deveria ser ocupada pelos espanhóis, mas todos os mouros que desejassem deixá-la podiam fazê-lo, e seria fornecido transporte aos que desejassem partir para a África muçulmana.

Não obstante, os granadinos protestaram contra a rendição de Boabdil. A insurreição ameaçou-o de tal maneira que ele entregou as chaves da cidade a Fernando (2 de janeiro de 1492), e cavalgou através das linhas cristãs, com os parentes e 50 homens a cavalo, para o pequeno principado montanhês que deveria governar como vassalo de Castela. Dos rochedos por onde passara, voltou-se para lançar um derradei-

ro olhar à magnífica cidade que perdera; esse cimo ainda é chamado *El Ultimo Sospiro del Moro*. A mãe censurou-lhe as lágrimas: "Fazes bem em chorar como uma mulher pelo que não pudeste defender como um homem".[19]

Entrementes, o exército espanhol marchava sobre Granada. O cardeal Mendoza ergueu uma grande cruz de prata sobre o Alhambra, e Fernando e Isabel ajoelharam-se na praça da cidade para agradecer ao Deus que, depois de 781 anos, tinha expulso o Islã da Espanha.

III. FERNANDO E ISABEL

O século entre a morte de Henrique de Trastâmara (1379) e a subida de Fernando ao trono de Aragão foi um período obscuro para a Espanha. Uma série de governantes fracos permitiu aos nobres perturbar a terra com seus conflitos; o governo era descuidado e corrupto; a vingança particular ficava impune; a guerra civil era tão freqüente que as estradas não ofereciam segurança ao comércio, e as terras eram tantas vezes devastadas pelos exércitos que os camponeses as deixavam sem cultivo. O longo reinado de João II (1406-54) de Castela, que gostava demais da música e da poesia para dar importância às tarefas do Estado, foi seguido pelo período desastroso de Henrique IV que, por sua incompetência administrativa, pelo enfraquecimento da moeda e a dissipação da receita com parasitas protegidos, mereceu o título de "Enrique el Impotente". Legou seu trono a Joana, a quem chamava filha; os nobres desdenhosos negaram sua paternidade e potência, e obrigaram-no a nomear sucessora a irmã Isabel. Mas ao morrer em 1474, Henrique IV reafirmou a legitimidade de Joana e seu direito ao governo. Foi dessa confusão paralisadora que Fernando e Isabel tiraram a ordem e o governo que fizeram da Espanha durante um século o estado mais forte da Europa.

Os diplomatas prepararam o empreendimento convencendo Isabel, aos 18 anos, a casar-se com o primo Fernando, de 17 anos de idade (1469). Noiva e noivo descendiam de Henrique de Trastâmara. Fernando já era rei da Sicília; por morte do pai seria rei de Aragão; portanto, o casamento unia três estados em um reino poderoso. Paulo II recusou a bula papal necessária para legalizar o casamento de primos; o documento exigido foi forjado por Fernando, seu pai, e pelo arcebispo de Barcelona;[20] depois que o negócio foi realizado, obteve-se uma bula genuína com o Papa Sisto IV. Dificuldade mais substancial estava na pobreza da noiva, cujo irmão recusava reconhecer o casamento, e do noivo, cujo pai, imerso na guerra, não podia propiciar uma cerimônia real. Um advogado judeu suavizou o curso da política pura com um empréstimo de 20.000 *sueldos*, que Isabel pagou quando se tornou rainha de Castela em 1474. (A unidade da moeda castelhana no século XV era o *maravedí* de cobre; 18,7 destes equivaliam a um *sueldo* aragonês; 34 faziam um *real* de prata; 374 faziam um *escudo* de ouro ou ducado. As flutuações das moedas tornam particularmente arriscado sugerir equivalentes modernos para elas. Mas como o salário de um trabalhador diarista na Espanha do século XV era mais ou menos de seis *maravedís* por dia, não será exagero igualar o *maravedí* a $.067 da moeda dos Estados Unidos em 1954, o *sueldo* a $1,20, o *real* a $2,28, e o *escudo* a $25,00.[21])

O direito de Isabel ao trono foi contestado por Afonso V de Portugal, que tinha desposado Joana. A guerra resolveu a questão em Toro, onde Fernando levou os castelhanos à vitória (1476). Três anos depois ele herdou o Aragão; toda a Espanha, exceto Granada e Navarra, estava agora sob um só governo. Isabel continuava apenas

rainha de Castela; Fernando governava o Aragão, a Sardenha e a Sicília, e participava do governo de Castela. A administração interna de Castela era reservada a Isabel, mas as cartas e decretos reais tinham de ser assinados por ambos os soberanos e a nova cunhagem trazia as duas cabeças reais. Suas qualidades, que se completavam, fizeram de Fernando e Isabel o casal real mais eficiente da história.

Isabel era incomparavelmente bela, diziam seus cortesãos — isto é, moderadamente bonita; de estatura mediana, olhos azuis, cabelo castanho tendendo para o ruivo. Tinha mais instrução do que Fernando, com uma inteligência menos aguda e menos fria. Era capaz de proteger poetas e conversar com filósofos prudentes, mas preferia a companhia dos padres. Escolhia os moralistas mais severos para confessores e guias. Casada com um marido infiel, parece ter mantido completa fidelidade matrimonial até o fim; vivendo em uma era tão moralmente frouxa quanto a nossa, foi um modelo de modéstia sexual. Entre funcionários corruptos e diplomatas perdidos, manteve-se franca, direta e incorruptível. A mãe educara-a em estrita ortodoxia e piedade que Isabel desenvolveu ao ponto do ascetismo, e foi tão dura e cruel ao reprimir a heresia como foi bondosa e amável em tudo o mais. Era a alma da ternura para os filhos, e um esteio de lealdade para os amigos. Fez importantes donativos às igrejas, mosteiros e hospitais. Sua ortodoxia não a impedia de condenar a imoralidade de alguns papas da Renascença.[22] Notabilizava-se em coragem tanto física como moral; resistiu a poderosos nobres, dominou-os e disciplinou-os, suportou tranqüilamente as privações mais pesadas e enfrentou com coragem exemplar as fadigas e os perigos da guerra. Achava sensato manter uma dignidade real em público, e levou a ostentação real a uma extravagância dispendiosa em vestidos e jóias; em particular, vestia-se com simplicidade, comia com frugalidade e distraía os lazeres tecendo bordados delicados para as igrejas de que gostava. Trabalhava conscienciosamente nas tarefas do governo, tomou a iniciativa de reformas salutares, distribuiu a justiça com severidade talvez excessiva; mas estava decidida a elevar seu reino da desordem sem lei à paz legal. Contemporâneos estrangeiros como Paolo Giovio, Guicciardini e o *Chevalier* Bayard colocavam-na entre os mais capazes soberanos de seu tempo, e comparavam-na às heroínas imponentes da antigüidade. Os súditos a veneravam, ao passo que suportavam sem paciência o rei.

Os castelhanos não podiam perdoar a Fernando o ser estrangeiro — isto é, aragonês; e encontravam-lhe muitas falhas mesmo quando rejubilavam com seus êxitos como estadista, diplomata e guerreiro. Comparavam o temperamento frio e reservado dele à bondade calorosa da rainha, as maneiras indiretas, calculadas, à franqueza direta dela, a parcimônia à generosidade dela, o tratamento sovina que dava aos auxiliares às recompensas que ela prodigalizava aos serviços prestados, suas galanterias extramatrimoniais à sua reserva tranqüila. Provavelmente não se indignaram contra a instalação da Inquisição que ele promovera nem o emprego que fazia de seus sentimentos religiosos como arma de guerra; aplaudiam a campanha contra a heresia, a conquista de Granada, a expulsão dos judeus não convertidos e mouros; apreciavam principalmente nele o que a posteridade haveria de admirar menos. Não se sabe de qualquer protesto contra a severidade de suas leis — cortar a língua em caso de blasfêmia, queimar vivo em caso de sodomia.[23] Viam que ele podia ser justo, até clemente, quando isso não afetava a vantagem pessoal ou a política nacional; que era capaz de dirigir seu exército sem medo e com inteligência, embora preferisse unir os espíritos em negociações a unir homens na batalha; e que sua parcimônia não financiava luxos

pessoais e sim empreendimentos caros para o engrandecimento da Espanha. Devem ter-lhe aprovado os hábitos abstêmios, a constância na adversidade, a moderação na prosperidade, a escolha esclarecida de auxiliares; a devoção incansável ao governo, a busca de fins remotos com tenacidade flexível e meios prudentes. Perdoavam-lhe a duplicidade como diplomata, a freqüente infidelidade à própria palavra; não estavam todos os outros governantes tentando por métodos idênticos enganá-lo e lesar a Espanha? "O rei de França", disse ele tristemente, "queixa-se de que eu o enganei duas vezes. Mente o louco; eu o enganei 10 vezes, e mais ainda."[24] Maquiavel estudou cuidadosamente a carreira de Fernando, apreciava-lhe a astúcia, louvava "seus feitos... todos grandes e alguns extraordinários", e chamou-o "o primeiro rei da cristandade".[25] E Guicciardini escreveu: "Que grande diferença havia entre os ditos e feitos deste príncipe, e com que profundidade e segredo tomava suas medidas!"[26] Alguns consideravam Fernando homem de sorte, mas na realidade sua boa sorte estava no preparo cuidadoso dos acontecimentos e no aproveitamento pronto das oportunidades. Quando se fez o balanço de suas virtudes e de seus crimes, verificou-se que por meios corretos e maus tinha erguido a Espanha de um amontoado de fragmentos impotentes a uma unidade e um poder que na geração seguinte a tornou ditadora da Europa.

Fernando cooperou com Isabel na restauração da garantia da vida e da propriedade em Castela, na renovação da "Santa Hermandad", como milícia local para manter a ordem; na extinção dos roubos nas estradas e das intrigas sexuais na corte; na reorganização do judiciário e na codificação das leis; na recuperação de terras do Estado levianamente cedidas aos favoritos pelos reis anteriores; e na obtenção da obediência completa dos nobres à coroa; ali também, como na França e na Inglaterra, a liberdade feudal e o caos tinham cedido lugar à ordem centralizada da monarquia absoluta. As comunas municipais também desistiram de seus privilégios, as *cortes* provincianas reuniam-se raramente, e quando o faziam era principalmente para votar fundos para o governo; uma democracia de fracas raízes enfraqueceu-se e morreu com um rei adamantino. Até a Igreja espanhola, tão preciosa para *los reyes católicos* (o título de "Reis Católicos" foi conferido a Fernando e Isabel pelo Papa Alexandre VI em 1494), foi despojada de uma parte de sua riqueza e de toda a sua jurisdição civil; a moral do clero foi rigorosamente reformada por Isabel; o Papa Sisto IV foi obrigado a ceder ao governo o direito de nomear os dignitários mais altos da Igreja na Espanha; e eclesiásticos competentes, como Pedro González de Mendonza e Ximenes de Cisneros foram promovidos ao mesmo tempo para arcebispos de Toledo e primeiros-ministros do Estado.

O cardeal Ximenes era um personagem tão positivo e poderoso quanto o rei. Nascido de família fidalga mas pobre, foi dedicado desde a infância à Igreja. Na Universidade de Salamanca recebeu aos 20 anos os graus de doutor em Direito Civil e Canônico. Durante alguns anos serviu como vigário e administrador de Mendonza na diocese de Sigüenza. Bem-sucedido porém infeliz, pouco preocupado com honrarias e propriedades, entrou para a ordem monástica mais severa da Espanha — os Franciscanos Observantes. Só o ascetismo o encantava: dormia no chão ou em uma tábua dura, jejuava freqüentemente, flagelava-se, e usava uma camisa de crina sobre a pele. Em 1492 a piedosa Isabel escolheu esse pálido cenobita para seu capelão e confessor. Ele aceitou com a condição de que pudesse continuar a viver no mosteiro e seguir a rígida regra franciscana. A Ordem fê-lo seu chefe provincial, e a seu pedido submeteu-se a

reformas árduas. Quando Isabel o nomeou arcebispo de Toledo (1495), recusou-se a aceitar, mas depois de seis meses de resistência cedeu a uma bula papal que lhe ordenava aceitar. Tinha agora quase 60 anos, e parece ter desejado sinceramente viver como monge. Como primaz da Espanha e chefe do conselho real prosseguiu em suas austeridades; sob os trajes esplêndidos exigidos por seu cargo usava o áspero burel franciscano, e sob este a camisa de crina como antes.[27] Contra a oposição dos altos eclesiásticos, mas apoiado pela rainha, aplicou a todas as ordens monásticas as reformas que tinha realizado na sua. Era como se São Francisco, despojado de sua humildade, se munisse de repente dos poderes e faculdades de Bernardo e Domingos.

Não podia ter agradado a este santo sombrio encontrar dois judeus não convertidos em alta consideração na corte. Um dos conselheiros mais acreditados de Isabel era Abraão Sênior; ele e Isaque Abravanel recebiam as rendas reais e organizavam o financiamento da guerra de Granada. O rei e a rainha estavam nessa ocasião especialmente preocupados com os *conversos*. Tinham esperado que o tempo fizesse desses convertidos cristãos sinceros; Isabel mandara preparar um catecismo especial para a instrução deles; no entanto muitos conservavam secretamente a fé antiga e transmitiam-na aos filhos. O ódio católico aos judeus sem batismo diminuiu durante algum tempo, ao passo que a indignação contra os "Cristãos Novos" aumentava. Houve tumultos contra eles em Toledo (1467), Valladolid (1470), Córdova (1472) e Segóvia (1474). O problema religioso tornara-se também racial; e os jovens rei e rainha meditavam nos meios de reduzir a confusão e o conflito dos povos, línguas e credos a uma unidade homogênea e à paz social. Acharam que não havia melhor meio para estes fins do que restaurar a Inquisição na Espanha.

IV. OS MÉTODOS DA INQUISIÇÃO

Temos hoje tão pouca certeza e estamos tão divididos em nossas opiniões quanto à origem e ao destino do mundo e do homem, que deixamos, na maioria dos países, de castigar as pessoas por divergirem de nós em suas crenças religiosas. Nossa intolerância atual é antes para os que discutem nossos princípios econômicos ou políticos, e explicamos nosso dogmatismo atemorizado com base na idéia de que qualquer dúvida atirada sôbre essas concepções preferidas nos põe em perigo a solidariedade nacional e a sobrevivência. Até à metade do século XVII os cristãos, judeus e muçulmanos preocupavam-se mais profundamente com a religião do que nós hoje em dia; suas teologias eram a riqueza mais valiosa e positiva que possuíam; e encaravam os que repeliam esses credos como atacantes dos alicerces da ordem social e da própria significação da vida humana. Cada grupo estava empedernido pela certeza na intolerância e rotulava os outros de infiéis.

A Inquisição desenvolveu-se muito prontamente entre as pessoas cujas opiniões religiosas tinham sido menos afetadas pela educação e pelas viagens, e cujo raciocínio era mais subordinado ao costume e à imaginação. Quase todos os cristãos medievais, por meio da instrução da infância e do ambiente, acreditavam que a Bíblia tinha sido ditada em todas as palavras por Deus, e que o Filho de Deus fundara diretamente a Igreja Cristã. Dessas premissas, parecia inferir-se que Deus desejava que todas as nações fossem cristãs, e que a prática das religiões não-cristãs — certamente anticristãs — devia ser um insulto grosseiro à Divindade. Ainda mais, uma vez que qualquer heresia substancial devia merecer o castigo eterno, seus perseguidores podiam acredi-

tar (e muitos parecem ter acreditado sinceramente) que, extirpando um herege, estariam salvando seus convertidos em potencial, e talvez ele mesmo, do inferno sem fim.

É provável que Isabel, que vivia entre o próprio odor dos teólogos, tivesse essas opiniões. Sendo um endurecido homem do mundo, Fernando pode ter duvidado de algumas delas; mas estava aparentemente convencido de que a uniformidade do credo religioso tornaria a Espanha mais fácil de governar e mais forte para ferir seus inimigos. A seu pedido e ao de Isabel, o Papa Sisto IV lançou uma bula (1º de novembro de 1478) que os autorizava a nomear seis padres, com diplomas de Teologia e Direito Canônico, para formar uma comissão inquisitorial a fim de investigar e punir a heresia. A particularidade notável desta bula é que dava aos soberanos espanhóis o poder de nomear o pessoal inquisitorial, que nas formas anteriores da Inquisição tinha sido escolhido por chefes provinciais das ordens dominicana e franciscana. Ali, durante três gerações, como na Alemanha e na Inglaterra protestantes do século seguinte, a religião tornou-se subordinada ao Estado. Tecnicamente, no entanto, os inquisidores eram apenas apontados pelos soberanos, e eram então nomeados pelo papa; a autoridade dos inquisitores derivava desta sanção papal; a instituição permanecia eclesiástica, órgão da Igreja, que era órgão do Estado. O governo deveria pagar as despesas e receber o rendimento líquido da Inquisição. Os soberanos mantinham vigilância circunstanciada sobre suas operações, e era facultado apelar para eles das decisões inquisitoriais. De todos os instrumentos de governo de Fernando, este se tornou o seu predileto. Os motivos dele não eram principalmente financeiros; lucrava com a propriedade confiscada do condenado, mas recusava gratificações tentadoras das vítimas ricas para suplantar os inquisidores. O objetivo era unificar a Espanha.

Os inquisidores eram autorizados a empregar auxiliares eclesiásticos e seculares como investigadores e funcionários executivos. Depois de 1483 toda a organização foi colocada sob uma agência governamental, o *Consejo de la Suprema y General Inquisición*, habitualmente chamado *Suprema*. A jurisdição da Inquisição estendia-se a todos os cristãos da Espanha; não atingia judeus ou mouros não convertidos; seus horrores eram dirigidos a convertidos suspeitos de voltar ao judaísmo ou ao maometismo e aos cristãos acusados de heresia; até 1492, o judeu não batizado estava mais seguro do que o batizado. Padres, monges e frades pediam isenção da Inquisição, mas seu pedido foi recusado; os jesuítas resistiram à sua jurisdição durante meio século, mas também foram dominados. O único limite ao poder da *Suprema* era a autoridade dos soberanos; e nos séculos seguintes até esse foi ignorado. A Inquisição pedia, e geralmente recebia, cooperação de todos os funcionários seculares.

A Inquisição fazia suas próprias leis e código processual. Antes de instalar o tribunal em uma cidade, lançava ao povo, por meio dos púlpitos paroquiais, um "Edito de Fé", pedindo a todos que soubessem de qualquer heresia que a revelassem aos inquisidores. Todos eram estimulados à delação, a informar contra seus vizinhos, amigos e parentes. (No século XVI, no entanto, a acusação de parentes próximos não era permitida.) Prometia-se aos informantes completo segredo e proteção; um anátema solene — isto é, excomunhão e maldição — era lançado a todos os que conhecessem e ocultassem um herege. Se um judeu batizado ainda guardasse esperanças de um Messias por vir; se observasse as leis dietéticas do código de Moisés; se guardasse o Sabá como dia de guarda e descanso, ou trocasse de roupa nesse dia; se comemorasse de qualquer maneira um dia santo judeu; se circuncidasse qualquer dos filhos, ou desse

a algum nome hebreu, ou os abençoasse sem fazer o sinal da cruz, se rezasse com movimentos da cabeça, ou repetisse um salmo bíblico sem acrescentar um "Glória"; se voltasse o rosto para a parede quando morria: coisas assim eram classificadas pelos inquisidores como sinais de heresia secreta, que se deviam denunciar imediatamente ao tribunal.[28] Dentro de um "Termo de Graça" qualquer pessoa que se sentisse culpada de heresia podia ir confessá-la; seria multada ou receberia uma penitência, mas seria perdoada, com a condição de que revelasse qualquer informação que pudesse ter sobre outros hereges.

Os inquisidores parecem ter peneirado cuidadosamente as provas juntadas pelos denunciantes e investigadores. Quando o tribunal ficava unanimemente convencido do crime de uma pessoa, expedia uma ordem de prisão. O acusado era mantido incomunicável; ninguém, a não ser os agentes da Inquisição, tinha permissão de falar com ele; nenhum parente podia visitá-lo. Geralmente ficava acorrentado.[29] Era convidado a levar cama e roupa e a pagar todas as despesas de seu encarceramento e sustento. Se não oferecesse dinheiro suficiente para este fim, uma parte de seus bens era vendida em leilão para cobrir as despesas. Os restantes haveres eram seqüestrados por funcionários da Inquisição para que não fossem escondidos ou vendidos para fugir ao confisco. Em muitos casos alguma parte deles era vendida para manter as pessoas da família da vítima que não pudessem trabalhar.

Quando o preso era levado ao tribunal para julgamento, este, que já o julgara culpado, impunha-lhe o encargo de provar sua inocência. O julgamento era secreto e particular, e o acusado tinha de jurar nunca revelar qualquer fato a respeito dele no caso de ser solto. Nenhuma testemunha era apresentada contra ele, nenhuma lhe era nomeada; os inquisidores afirmavam que tal procedimento era necessário para proteger seus informantes. O acusado não era informado a princípio sobre quais as acusações que lhe lançavam; era apenas convidado a confessar o abandono do credo e do culto ortodoxo, e a trair todas as pessoas que suspeitasse de heresia. Se a confissão satisfizesse o tribunal, poderia receber qualquer castigo com exceção da morte. Se se recusasse confessar, tinha permissão de escolher advogados para defendê-lo; no intervalo era mantido em confinamento solitário. Em muitos casos era torturado para fazer uma confissão. Geralmente o caso se arrastava durante meses, e muitas vezes bastava o confinamento solitário em grilhões para garantir qualquer confissão desejada.

A tortura só era aplicada depois que uma maioria do tribunal a votava sob pretexto de que o crime tornara-se provável, embora não certo, pelas provas. Muitas vezes a tortura decretada era adiada na esperança de que o medo levasse à confissão. Parece que os inquisidores acreditavam sinceramente que a tortura era um favor a um acusado já considerado culpado, uma vez que poderia conquistar-lhe, pela confissão, uma penalidade mais leve do que de outra maneira conseguiria; mesmo que depois da confissão fosse condenado à morte, poderia beneficiar-se da absolvição por um padre para salvá-lo do inferno. Entretanto, a confissão da culpa não era suficiente; a tortura também podia ser aplicada para levar um acusado que já confessara a dar o nome de seus companheiros de heresia ou de crime. As testemunhas que se contradiziam podiam ser torturadas para descobrir qual delas estava dizendo a verdade; os escravos podiam ser torturados para forçá-los a testemunhar contra seus senhores. Nenhum limite de idade podia salvar as vítimas; meninas de 13 anos e mulheres de 80 eram sujeitas à tortura; mas os regulamentos da Inquisição espanhola geralmente proibiam a tortura das mulheres lactantes, das pessoas de coração fraco, ou das que eram acusa-

das de heresias pequenas, como partilhar a opinião muito difundida de que o adultério era apenas um pecado venial. A tortura devia ser mantida sem chegar a mutilar permanentemente a vítima, e devia ser interrompida sempre que o médico-assistente assim ordenasse. Devia ser infligida somente em presença dos inquisidores encarregados do caso e de um notário, um secretário de registro e um representante do bispo local. Os métodos variavam segundo o tempo e o lugar. Às vezes amarravam as mãos da vítima nas costas e suspendiam-na então; outras vezes era imobilizada e depois vertiam-lhe água na garganta até quase sufocá-la; outras vezes amarravam cordas em volta dos braços e das pernas que iam sendo apertadas a ponto de cortarem a carne até o osso. Dizem que as torturas empregadas pela Inquisição espanhola eram mais suaves do que as empregadas pela Inquisição papal mais antiga ou pelas cortes seculares do tempo.[30] A tortura maior era a prisão prolongada.

O tribunal da Inquisição não era apenas acusador juiz e júri; também lançava decretos sobre a fé e a moral, e estabelecia uma escala de penalidades. Em muitos casos era misericordioso, perdoando parte do castigo devido à idade, ignorância, pobreza, embriaguez ou boa reputação em geral do penitente. A penalidade mais suave era uma reprimenda. Mais grave era a obrigação de fazer uma abjuração pública da heresia — a qual deixava o inocente marcado para o resto da vida. Em geral o penitente declarado culpado era obrigado a assistir missa regularmente de sambenito — peça de vestuário marcada com uma cruz flamejante. Às vezes era exibido pelas ruas nu até a cintura, carregando a insígnia de sua culpa. Ele e seus descendentes podiam ser eliminados dos cargos públicos para sempre. Podia ser banido da cidade, raramente da Espanha. Podia ser flagelado com um ou 200 açoites até "o limite de segurança"; isto se aplicava tanto às mulheres quanto aos homens. Podia ser encarcerado ou condenado às galés — as quais Fernando recomendava, por serem mais úteis ao Estado. Podia pagar uma multa importante ou ter a propriedade confiscada. Em vários casos homens mortos eram acusados de heresia, julgados *post-mortem*, e condenados ao confisco, caso em que os herdeiros perdiam seus legados. Aos delatores de hereges mortos oferecia-se de 30 a 50 por cento dos resultados. As famílias que temessem tais julgamentos retroativos pagavam às vezes "composições" aos inquisidores como seguro contra o confisco de suas heranças. A riqueza tornara-se um perigo para quem a tinha, uma tentação para os delatores, inquisidores e governo. Como o dinheiro corria para os cofres da Inquisição, seus funcionários tornaram-se menos zelosos em preservar a fé ortodoxa do que em arranjar ouro, e a corrupção florescia piedosamente.[31]

O último castigo era ser queimado na fogueira. Este era reservado às pessoas que, julgadas culpadas de heresia séria, não confessavam antes de a sentença ser proferida, e para as que, tendo confessado a tempo e tendo sido "reconciliadas" ou perdoadas, tinham reincidido na heresia. A própria Inquisição proclamava que nunca matava, e sim entregava simplesmente a pessoa condenada às autoridades seculares, ao chamado "braço secular"; entretanto, sabia que a lei criminal tornava obrigatória a morte na fogueira em todos os casos de heresia maior ou impenitente. A presença oficial de eclesiásticos em autos-de-fé revelava claramente a responsabilidade da Igreja. O "auto-de-fé" não era simplesmente a morte na fogueira, era toda a imponente e terrível cerimônia da sentença e da execução. Seu objetivo era não apenas aterrorizar os pecadores em potencial, mas edificar o povo como por uma antecipação do Juízo Final.

A princípio o processo era simples: os condenados à morte eram conduzidos à praça

pública e amarrados em fila a uma pira; os inquisidores sentavam-se em uma plataforma em frente, fazia-se um último apelo à confissão, liam-se as sentenças, as fogueiras eram acesas, e a agonia era consumada. Mas como as fogueiras tornaram-se mais freqüentes e sofreram certa queda em seu poder psicológico, tornaram a cerimônia mais complexa e aterrorizante: desenrolava-se com todo o cuidado e ao preço de um importante espetáculo teatral. Quando possível, era marcada para celebrar a subida ao trono, o casamento ou a visita de um rei, rainha ou príncipe espanhol. Funcionários municipais ou do Estado, funcionários da Inquisição, padres e monges locais eram convidados — na realidade obrigados — a assistir. Na véspera da execução esses dignitários reuniam-se em sombria procissão através das principais ruas da cidade para colocar a cruz verde da Inquisição sobre o altar da catedral ou igreja principal. Fazia-se um derradeiro esforço para obter à confissão dos condenados; muitos deles cediam e tinham as sentenças comutadas para prisão por um tempo ou por toda a vida. Na manhã seguinte os prisioneiros eram conduzidos através de multidões compactas para uma praça da cidade: impostores, blasfemos, hereges, conversos relapsos; mais tarde, protestantes; às vezes, a procissão levava também imagens dos condenados ausentes, ou caixas com os ossos de pessoas condenadas depois da morte. Na praça, sobre um ou vários estrados elevados, ficavam os inquisidores, o clero secular e o monacal, e os funcionários da cidade e do Estado; vez por outra o próprio rei presidia. Pregava-se um sermão, após o qual todos os presentes recebiam ordem de prestar juramento de obediência ao Santo Ofício da Inquisição, e um compromisso de denunciar e perseguir a heresia em todas as formas e por toda a parte. Em seguida, um a um, os prisioneiros eram conduzidos diante do tribunal e ouviam a leitura das sentenças. Não devemos imaginar qualquer desafio corajoso; é provável que a essa altura todo prisioneiro estivesse próximo do esgotamento espiritual e do colapso físico. Mesmo então poderia salvar a vida pela confissão; nesse caso a Inquisição geralmente se contentava em açoitá-lo, confiscar-lhe os bens e sentenciá-lo à prisão perpétua. Se a confissão fosse retida até depois da sentença ter sido lida, o prisioneiro ganhava a graça de ser estrangulado antes de ser queimado; e como tais confissões de último instante eram freqüentes, os queimados vivos eram relativamente raros. Àqueles que eram julgados culpados de heresia importante, porém a negavam no fim, eram (até 1725) recusados os últimos sacramentos da Igreja, sendo, segundo a intenção da Inquisição, abandonados ao inferno eterno. Os "reconciliados" eram conduzidos novamente à prisão; os impenitentes eram "entregues" ao braço secular, com uma advertência piedosa de que não haveria derramamento de sangue. Chegados à praça preparada para a execução, os que tinham confessado eram estrangulados, depois queimados; os recalcitrantes eram queimados vivos. As fogueiras eram alimentadas até não sobrar mais nada dos mortos além de cinzas, que eram espalhadas por campos e rios. Os padres e os espectadores voltavam para seus altares e seus lares, convencidos de que se tinha feito uma oferenda propiciatória a um Deus insultado pela heresia. Fora restaurado o sacrifício humano.

V. PROGRESSO DA INQUISIÇÃO: 1480-1516

Os primeiros inquisidores foram nomeados por Fernando e Isabel em setembro de 1480, para o distrito de Sevilha. Muitos *conversos* sevilhanos fugiram para o campo e buscaram refúgio junto aos senhores feudais. Estes se dispunham a protegê-los, mas

os inquisidores ameaçavam os barões com a excomunhão e o confisco, e os refugiados eram entregues. Na própria cidade alguns *conversos* planejaram uma resistência armada; o plano foi traído; as pessoas implicadas foram presas; em breve as prisões estavam cheias. Os julgamentos seguiram-se com uma pressa indignada, e o primeiro auto-de-fé da Inquisição espanhola foi realizado a 6 de fevereiro de 1481, com a queima de seis homens e mulheres. Até o dia 4 de novembro desse ano, foram queimados 298; enquanto que 79 foram encarcerados por toda a vida.

Em 1483, por proposta e pedido de Fernando e Isabel, o Papa Sisto IV nomeou um frade dominicano, Tomás de Torquemada, inquisidor geral para toda a Espanha. Era um fanático sincero e incorruptível, que desprezava o luxo, trabalhava febrilmente, rejubilava com a oportunidade de servir a Cristo perseguindo a heresia. Reprovava os inquisidores pela sua mansidão, anulou muitas absolvições, e pediu que os rabinos de Toledo, sob pena de morte, denunciassem todos os *conversos* judaizantes. O Papa Alexandre VI, que a princípio elogiara a devoção às tarefas, ficou assustado com sua severidade, e ordenou-lhe (1494) que repartisse os poderes com dois outros "inquisidores gerais". Torquemada dominava esses colegas, mantinha uma chefia obstinada, e fez da Inquisição um *imperium in imperio*, igualando seu poder ao dos soberanos. Sob seu acicate a Inquisição em Ciudad Real queimou em dois anos (1483-84) 52 pessoas, confiscou os bens de 220 fugitivos e puniu 183 penitentes. Transferindo o quartel-general para Toledo, os inquisidores em um ano prenderam 750 judeus batizados, confiscaram-lhe um quinto dos bens e condenaram-nos a caminhar em procissões de penitência durante seis sextas-feiras, flagelando-se a si mesmos com cilícios. Dois autos-de-fé nesse ano (1486) em Toledo disciplinaram 1.650 penitentes. Iguais castigos foram aplicados em Valladolid, Guadalupe e outras cidades de Castela.

O Aragão resistiu à Inquisição com coragem desesperada. Em Teruel os magistrados fecharam os portões na cara dos inquisidores. Estes lançaram uma interdição sobre a cidade; Fernando reteve os salários municipais e enviou um exército para impor a obediência; os camponeses dos arredores, sempre hostis à cidade, correram a apoiar a Inquisição, que lhes prometeu isenção de todos os aluguéis e dívidas devidos a pessoas culpadas de heresia. Teruel cedeu, e Fernando autorizou os inquisidores a banir todo aquele que fosse suspeito de ter apoiado a oposição. Em Saragoça muitos "Cristão Velhos" aderiram aos "Cristãos Novos" para protestar contra o estabelecimento da Inquisição; quando, não obstante, esta instalou lá o seu tribunal, alguns *conversos* assassinaram um inquisidor (1485). Foi um golpe mortal, pois os cidadãos escandalizados percorreram as ruas gritando "Queimem os *conversos*!" O arcebispo acalmou a multidão com a promessa de pronta justiça. Quase todos os conspiradores foram presos e executados; um saltou, para morrer, da torre onde estava encarcerado; outro quebrou uma lanterna de vidro, engoliu os pedaços e foi encontrado morto na cela. Em Valência, as cortes recusaram permissão aos inquisidores para funcionar; Fernando ordenou a seus agentes que prendessem todos os que se opusessem; Valência cedeu. Em apoio à Inquisição o rei violou uma após outra as liberdades tradicionais de Aragão; a combinação de Igreja e Monarquia, de excomunhões e exércitos reais revelou-se forte demais para qualquer cidade ou província isolada resistir. Em 1488 houve 983 condenações por heresia somente em Valência, e 100 homens foram queimados.

Como encaravam os papas o emprego da Inquisição como instrumento de Estado? Sem dúvida indignados contra tal controle secular, provavelmente por sentimento

humano, e não ficando insensíveis às pesadas multas pagas para dispensa das sentenças da Inquisição, diversos papas tentaram deter-lhe os excessos, e deram proteção esporádica a suas vítimas. Em 1482, Sisto IV lançou uma bula que, se tivesse sido cumprida, teria extinguido a Inquisição no Aragão. Lamentava ele que os inquisidores estivessem demonstrando mais cobiça pelo ouro do que zelo pela religião; que tinham encarcerado, torturado e queimado cristãos fiéis ante o testemunho duvidoso de inimigos ou de escravos. Ordenava que no futuro nenhum inquisidor agisse sem a presença e assistência de algum representante do bispo local; que os nomes e atribuições dos acusadores fossem revelados aos acusados; que os prisioneiros da Inquisição somente deviam ser colocados em prisões episcopais; que os que se queixavam de injustiça deviam ter permissão de apelar para a Santa Sé, e toda ação subseqüente no caso devia ser suspensa até que fosse dado julgamento ao apelo; que todas as pessoas culpadas de heresia deveriam receber a absolvição se se confessassem e se arrependessem, e que depois deveriam ficar livres de acusação ou perseguição por isso. Todos os processos anteriores contrários a essas determinações eram declarados nulos e inúteis, e todos os infratores futuros incorreriam em excomunhão. Era um decreto esclarecido, cuja clareza lhe dá sinceridade. Entretanto, devemos notar que se restringia ao Aragão, cujos *conversos* tinham pago largamente por ele.[32] Quando Fernando o desafiou, prendeu o agente que o publicara e ordenou aos inquisidores que prosseguissem como anteriormente, Sisto não tomou outra deliberação sobre o assunto, a não ser cinco meses mais tarde suspender a execução da bula.[33]

Os *conversos* desesperados fizeram chover dinheiro sobre Roma, implorando dispensas e absolvições das intimações ou sentenças da Inquisição. O dinheiro foi aceito, as dispensas concedidas, mas os inquisidores espanhóis, protegidos por Fernando, ignoraram-nas; e os papas, precisando da amizade de Fernando e das anatas da Espanha, não insistiram. Os perdões eram pagos, concedidos e depois revogados. Às vezes os papas afirmavam sua autoridade, chamando inquisidores a Roma, para responder a acusações de mau procedimento. Alexandre VI tentou moderar a severidade do tribunal. Júlio II ordenou o julgamento do inquisidor Lucero por crueldade, e excomungou os inquisidores de Toledo. Entretanto, o amável e douto Leão denunciou como heresia repreensível a noção de que um herege não devia ser queimado.[34]

Como reagiu o povo da Espanha à Inquisição? As classes superiores e mais a minoria letrada opunham-se fracamente a ela; a populaça cristã geralmente a aprovava.[35] As multidões que se formavam nos autos-de-fé mostravam pouca simpatia, às vezes hostilidade positiva, às vítimas; em alguns lugares tentavam matá-las temendo que a confissão as fizesse escapar à fogueira. Os cristãos acorriam para comprar em leilão os bens confiscados dos condenados.

Qual foi o número de vítimas? Llorente calculou-as, de 1480 a 1488, em 8.800 queimados e 96.494 castigados; de 1480 a 1808, em 31.912 queimados e 291.450 pesadamente castigados. (João Antônio Llorente, padre espanhol, foi secretário-geral da Inquisição de 1789 a 1801. Em 1809 foi encarregado por José Bonaparte de examinar os arquivos da Inquisição e escrever a sua história. Deixou a Espanha com os franceses que se retiravam, publicando sua história da Inquisição em Paris, em 1817.) Esses números são suposições em sua maioria, e são agora geralmente refutados pelos historiadores protestantes como exageros extremos.[36] Um historiador católico admite duas mil queimas entre 1480 e 1504 e mais duas mil até 1758.[37] O secretário de Isabel, Hernando de Pulgar, calculou os queimados em dois mil antes de 1490. Zurita, se-

cretário da Inquisição, gabava-se de que ela queimara quatro mil pessoas somente em Sevilha. Naturalmente, houve vítimas na maioria das cidades espanholas, e mesmo nos domínios espanhóis, como as Baleares, a Sardenha, a Sicília, os Países-Baixos, a América. O ritmo dos queimados diminuiu depois de 1500. Mas nenhuma estatística pode traduzir o terror em que vivia o espírito espanhol naqueles dias e noites. Homens e mulheres, até na segregação das famílias, tinham de vigiar cada palavra que pronunciavam, a fim de que nenhuma crítica descuidada pudesse levá-los a uma prisão da Inquisição. Foi uma opressão mental sem paralelo na história.

A Inquisição deu resultado? Sim, em atingir seu objetivo declarado — livrar a Espanha da heresia pública. A idéia de que a perseguição aos credos é sempre ineficaz é uma ilusão; ela esmagou os albigenses e os huguenotes na França, os católicos na Inglaterra elisabetana, os cristãos no Japão. Eliminou no século XVI os pequenos grupos que apoiavam o protestantismo na Espanha. Por outro lado, provavelmente consolidou o protestantismo na Alemanha, Escandinávia e Inglaterra, despertando nestes povos o medo veemente do que lhes poderia acontecer se o catolicismo fosse restaurado.

É difícil dizer qual foi a parte da Inquisição na extinção do brilhante período da história espanhola de Colombo a Velásquez (1492-1660). O apogeu dessa época foi com Cervantes (1547-1616) e Lope de Vega (1562-1635), depois de ter a Inquisição prosperado na Espanha durante 100 anos. A Inquisição foi um efeito, assim como uma causa, do intenso e exclusivo catolicismo do povo espanhol; e essa tendência religiosa tinha aumentado durante séculos de luta contra os mouros "infiéis". O esgotamento da Espanha pelas guerras de Carlos V e Filipe II, e o enfraquecimento da economia espanhola pelas vitórias da Inglaterra no mar e a política mercantil do governo espanhol podem ter tido mais relação com o declínio da Espanha do que os terrores da Inquisição. As execuções por feitiçaria, na Europa setentrional e na Nova Inglaterra, mostraram nos povos protestantes um espírito similar ao da Inquisição espanhola — o qual, por estranho que pareça, de maneira sensível, tratou a feitiçaria como uma ilusão que se devia lamentar e curar de preferência a punir. Tanto a Inquisição como a queima de feiticeiras eram expressões de uma época arrebatada por uma certeza homicida na teologia, assim como os massacres patrióticos de nossa era podem ser devidos em parte a uma certeza homicida na teoria étnica ou política. Devemos procurar entender tais movimentos em termos da época deles, embora nos pareçam agora os mais imperdoáveis dos crimes históricos. Uma fé suprema inatacável é um inimigo mortal do espírito humano.

VI. *IN EXITU ISRAEL*[38]

A Inquisição destinava-se a amedrontar os cristãos, novos ou velhos, obrigando-os a ter uma ortodoxia pelo menos externa, com a esperança de que a heresia fosse exterminada ao nascer, e que a segunda ou terceira geração de judeus batizados esquecesse o judaísmo de seus antepassados. Não havia intenção de fazer os judeus batizados deixarem a Espanha; quando tentavam emigrar, Fernando ou a Inquisição o proibiam. Mas os judeus não batizados? Perto de 235.000 permaneciam na Espanha cristã. Como poderia a unidade religiosa da nação concretizar-se se estes tivessem permissão de praticar e professar sua fé? Torquemada achava impossível, e recomendava a conversão compulsória ou o banimento deles.

Fernando hesitava. Conhecia o valor econômico da capacidade hebraica no comércio e nas finanças. Mas disseram-lhe que os judeus insultavam os *conversos* e procuravam fazê-los voltar ao judaísmo, nem que fosse apenas secretamente. Seu médico, Ribas Altas, judeu batizado, foi acusado de usar, pendurada ao pescoço, uma bola de ouro que continha uma representação dele mesmo no ato de profanar um crucifixo; a acusação parece incrível, mas o médico foi queimado (1488).[39] Falsificaram-se cartas em que um chefe judeu de Constantinopla aconselhava ao chefe da comunidade judia da Espanha a roubar e a envenenar cristãos tantas vezes quanto possível.[40] Um *converso* foi preso sob a acusação de ter uma hóstia consagrada dentro da mala; foi torturado uma porção de vezes até assinar uma declaração de que seis *conversos* e seis judeus tinham matado uma criança cristã para usar seu coração em uma cerimônia de magia destinada a causar a morte de todos os cristãos e a destruição total da cristandade. As confissões dos homens torturados desmentiam-se umas às outras, e não se verificou desaparecimento de criança alguma; não obstante, quatro judeus foram queimados, dois deles depois de torturados com torqueses em brasa.[41] Estas e outras acusações iguais podem ter influenciado Fernando; de qualquer maneira prepararam a opinião pública para a expulsão de todos os judeus não batizados da Espanha. Quando Granada se rendeu (5 de novembro de 1491), e as atividades industriais e comerciais dos mouros passaram para a Espanha cristã, a contribuição econômica dos judeus não convertidos não pareceu mais vital. Entrementes, o fanatismo popular, inflamado pelos autos-de-fé e pelos sermões dos frades, ia tornando impossível a paz social a menos que o governo protegesse ou expulsasse os judeus.

A 30 de março de 1492 — ano tão sobrecarregado na história espanhola — Fernando e Isabel assinaram o decreto de exílio. Todos os judeus não batizados, de qualquer idade ou condição, deveriam deixar a Espanha até 31 de julho, e não deveriam voltar mais, sob pena de morte. Nesse breve período, deveriam dispor de suas propriedades pelo preço que pudessem conseguir. Podiam levar consigo bens móveis e notas de câmbio, mas nenhum dinheiro, prata ou ouro. Abraão Sênior e Isaque Abravanel ofereceram aos soberanos uma grande quantia para retirar o decreto, mas Fernando e Isabel recusaram. Não foi feita acusação real alguma contra os judeus, exceto sua tendência a atrair os *conversos* de volta ao judaísmo. Um decreto suplementar exigia que até o fim do ano deveriam ser pagos os impostos sobre todas as propriedades e vendas dos judeus. As dívidas de cristãos ou mouros deviam ser cobradas somente após o prazo, por meio dos agentes que os credores banidos pudessem encontrar, ou esses direitos poderiam ser vendidos com desconto a compradores cristãos. Nesta precipitação forçada os bens dos judeus passaram para as mãos dos cristãos por uma pequena fração de seu valor. Uma casa era vendida por um burro, uma vinha por um pedaço de fazenda. Alguns judeus, em desespero, queimaram suas casas (para conseguir o seguro?), outros deram-nas à municipalidade. As sinagogas foram tomadas pelos cristãos e transformadas em igrejas. Os cemitérios judeus foram transformados em pastagens. Em poucos meses a maior parte da riqueza dos judeus espanhóis, acumulada através de séculos, desvaneceu-se. Aproximadamente 50.000 judeus aceitaram a conversão, e tiveram licença de ficar; mais de 100.000 saíram da Espanha em um êxodo prolongado e melancólico.

Antes de partir, casaram todos os filhos que tinham mais de 12 anos. Os jovens ajudavam os velhos, os ricos socorriam os pobres. A peregrinação avançava a cavalo ou burro, em carros ou a pé. Em todas as esquinas bons cristãos — clero e laicos — supli-

cavam aos exilados que se submetessem ao batismo. Os rabinos replicavam afirmando a seus adeptos que Deus os conduziria à terra prometida abrindo uma passagem pelo mar, como fizeram para seus pais na antigüidade.[42] Os emigrantes que se reuniram em Cádiz esperavam confiantes que as águas se abrissem e os deixassem caminhar a seco até a África. Desiludidos, pagaram preços altos pelo transporte por navio. Algumas tempestades dispersaram a frota de 25 navios; 16 destes foram conduzidos de volta à Espanha, onde muitos judeus desesperados aceitaram o batismo como um mal não maior do que o enjôo. Cinqüenta judeus naufragados perto de Sevilha, ficaram dois anos encarcerados e depois foram vendidos como escravos.[43] Os milhares que zarparam de Gibraltar, Málaga, Valência ou Barcelona viram que de toda a cristandade só a Itália estava disposta a recebê-los com humanidade.

A meta mais conveniente para os peregrinos era Portugal. Já existia ali uma grande população de judeus, e alguns tinham alcançado riqueza e situação política durante o reinado de reis amigos. Mas Dom João II ficou amedrontado pelo número de judeus espanhóis — talvez 80.000 — que chegaram. Permitiu-lhes uma estada de oito meses, após a qual deveriam partir. A peste grassou entre eles e espalhou-se aos cristãos, que pediram sua expulsão imediata. João facilitou a partida dos imigrantes judeus fornecendo navios a baixo preço, mas os que embarcaram nesses navios foram vítimas de roubo e saque; muitos foram atirados a praias desertas e abandonados para morrer de fome ou ser capturados e escravizados pelos mouros.[44] Um carregamento de 250 judeus, como fosse recusado em todos os portos, porque a peste ainda grassava entre eles, perambulou pelo mar durante quatro meses. Piratas da Biscaia apoderaram-se de um navio, roubaram os passageiros, depois conduziram os navios para Málaga, onde os padres e os magistrados impuseram aos judeus a escolha entre os batismo e a fome. Depois que morreram 50 dentre eles, as autoridades forneceram pão e água aos sobreviventes e ordenaram-lhes que partissem para a África.[45]

Quando os oito meses de indulto expiraram, Dom João II vendeu como escravos os imigrantes judeus que ainda permaneciam em Portugal. Crianças de menos de 15 anos eram arrebatadas aos pais e enviadas às Ilhas de São Tomé para serem criadas como cristãos. Como não havia apelo que pudesse comover os executores do decreto, algumas mães preferiram afogar-se com os filhos a sofrer a separação.[46] O sucessor de João, Dom Manuel, deu aos judeus um momento para respirar. Libertou os que João tinha escravizado, proibiu aos pregadores incitarem a populaça contra os judeus, e ordenou a suas cortes que desmentissem como histórias malévolas todas as alegações de assassinato de crianças cristãs pelos judeus.[47] Mas nesse intervalo Dom Manuel cortejava Isabel, filha e herdeira de Isabel e Fernando, e sonhava unir ambos os tronos em um só leito. Os soberanos católicos concordavam, com a condição de que Dom Manuel expulsasse de Portugal todos os judeus não batizados, naturais ou imigrantes. Amando as honrarias acima da honra, Manuel consentiu, e ordenou a todos os judeus e mouros de seu reino que aceitassem o batismo ou o banimento (1496). Vendo que apenas alguns preferiam o batismo, resultando em aniquilar os ofícios e profissões nos quais os judeus eram notáveis, ordenou que todas as crianças judias de menos de 15 anos fossem separadas dos pais e batizadas à força. O clero católico opôs-se a esta medida, mas foi executada. "Vi", contou um bispo, "muitas crianças arrastadas pelos cabelos até a pia batismal".[48] Alguns judeus mataram os filhos, e depois suicidaram-se, como protesto. Manuel enfureceu-se, impediu a partida dos judeus, depois mandou que fossem batizados à força. Foram arrastados para as igrejas, os homens pelas

barbas, as mulheres pelos cabelos, e muitos se mataram pelo caminho. Os *conversos* portugueses enviaram uma representação ao Papa Alexandre VI implorando sua intercessão; não se conhece a resposta; foi provavelmente favorável, pois agora Manuel (maio de 1497) concedia a todos os judeus batizados à força uma moratória de 20 anos, durante a qual não deveriam ser levados perante tribunal algum sob acusação de aderir ao judaísmo. Mas os cristãos de Portugal irritavam-se contra a competição econômica dos judeus, batizados ou não; quando um judeu pôs em dúvida um milagre que se dizia ter acontecido em uma igreja de Lisboa, a populaça fê-lo em pedaços (1506); durante três dias a matança foi livre, dois mil judeus foram mortos, centenas foram queimados vivos. Os prelados católicos denunciaram o ultraje, e dois frades dominicanos que tinham instigado o tumulto foram condenados à morte.[49] Por outra parte, durante uma geração houve quase paz.

Da Espanha o terrível êxodo foi completo. Mas a unidade religiosa ainda não estava concluída. Restavam os mouros. Granada tinha sido tomada, mas sua população maometana tivera garantia de liberdade religiosa. O arcebispo Hernando de Talavera, nomeado para governar Granada, observou escrupulosamente este pacto, e procurou conseguir conversões pela bondade e pela justiça. Ximenes não aprovava tal cristianismo. Persuadiu a rainha de que a palavra não precisava ser mantida para com os infiéis, e induziu-a a decretar (1499) que todos os mouros deveriam tornar-se cristãos ou sair da Espanha. Indo ele próprio para Granada, governou por cima de Talavera, fechou as mesquitas, fez fogueiras públicas de todos os livros e manuscritos árabes a que pôde deitar as mãos[50] e superintendeu aos batismos compulsórios por atacado. Os mouros lavavam a água-benta dos filhos assim que se viam fora das vistas dos padres. Houve revoltas na cidade e na província; foram esmagadas. Por um decreto real de 12 de fevereiro de 1502, todos os muçulmanos de Castela e de Leão tiveram de escolher entre o cristianismo e o exílio. Os mouros protestaram que quando seus antepassados tinham governado grande parte da Espanha, tinham dado liberdade religiosa, com raras exceções, aos cristãos que estavam sob seu domínio,[51] mas os soberanos não se deixaram comover. Meninos de menos de 14 anos e meninas de menos de 12 eram proibidos de sair da Espanha com os pais, e os barões feudais tiveram permissão de conservar seus escravos mouros contanto que estes fossem mantidos a ferros.[52] Milhares deles partiram, o resto aceitou o batismo com mais filosofia do que os judeus, e como *moriscos* tomaram o lugar dos judeus batizados ao sofrer as penalidades da Inquisição por reincidirem na fé antiga. Durante o século XVI, três milhões de muçulmanos superficialmente convertidos saíram da Espanha.[53] O cardeal Richelieu chamou ao edito de 1502 "o mais bárbaro da história",[54] mas o frade Bleda achou-o "o acontecimento mais glorioso da Espanha desde o tempo dos Apóstolos. Agora", acrescentava ele, "a unidade religiosa está garantida, e certamente uma era de prosperidade está para despontar".[55]

A Espanha perdeu um tesouro incalculável com o êxodo dos comerciantes, artesãos, sábios, médicos e cientistas judeus e muçulmanos, e as nações que os receberam lucraram econômica e intelectualmente. Conhecendo dali em diante apenas uma religião, o povo espanhol submeteu-se completamente a seu clero, e desistiu de todo o direito de pensar a não ser dentro dos limites da fé tradicional. Com ou sem razão, a Espanha resolveu permanecer medieval, enquanto a Europa, pelas revoluções comercial, tipográfica, intelectual e protestante, corria para a modernidade.

VII. ARTE ESPANHOLA

A arquitetura espanhola, persistentemente gótica, exprimiu com força este duradouro feitio medieval. O povo não pranteava os maravedis que ajudaram o dinheiro real e as nobres consciências, ou a política religiosa, a construir catedrais imensas e a prodigalizar ornatos valiosos e escultura e pintura aterrorizantes sobre seus santos prediletos e sobre a Mãe de Deus, apaixonadamente reverenciada. A catedral de Barcelona elevou-se lentamente entre 1298 e 1448: entre o caos de ruas sem importância ergue suas colunas gigantescas, um pórtico escondido, uma nave majestosa, enquanto seus claustros de muitas fontes ainda propiciam refúgio contra a luta do dia. Valência, Toledo, Burgos, Lérida, Tarragona, Saragoça, León, aumentaram ou embelezaram os templos já existentes, enquanto se erguiam templos novos em Huesca e Pamplona — cujos claustros de mármore branco, elegantemente esculpidos, são tão belos quanto os pátios do Alhambra. Em 1401, o cabido da catedral de Sevilha resolveu erigir uma igreja "tão grande e tão bela que aqueles que nos tempos futuros a contemplarem nos julgarão lunáticos por empreendê-la".[56] Os arquitetos retiraram a mesquita em ruínas que ainda permanecia no ponto escolhido, mas conservaram-lhe os alicerces, o plano e o nobre minarete da Giralda. Durante todo o século XV, pedra após pedra foi subindo até que Sevilha ergueu o maior edifício gótico do mundo (cobre uma área de 375 metros quadrados. A igreja de São Pedro cobre 690; a mesquita de Córdova, 480), de tal maneira que, disse Théophile Gautier, "Notre Dame de Paris poderia andar ereta na nave".[57] Entretanto, a Notre Dame é perfeita; a catedral de Sevilha é imensa. Sessenta e sete escultores e 38 pintores de Murillo a Goya trabalharam para ornamentar esta gigantesca caverna dos deuses.

Por volta de 1410 o arquiteto Guillermo Boffi propôs ao cabido da catedral de Gerona tirar as colunas e arcos que dividiam o interior em nave e alas, e unir as paredes por uma abóbada única de quase 22 metros de largura. Assim foi feito, e a nave da catedral de Gerona tem agora a abóbada gótica mais larga da cristandade. Foi um triunfo para a engenharia, uma derrota para a arte. Tabernáculos não tão estupendos ergueram-se no século XV em Perpinhão, Manresa, Astorga e Valladolid. Segóvia coroou-se a si mesma com uma catedral parecida com uma fortaleza, em 1472; Sigüenza concluiu seus claustros célebres em 1507; Salamanca principiou seu novo templo em 1513. Em quase toda a cidade importante da Espanha, exceto Madri, ergue-se uma catedral em arrasadora majestade de conjunto externo, com interiores que expulsam sombriamente o sol e enchem a alma de terror piedoso, ainda assim iluminadas pelas vivas cores da pintura espanhola, pela estatuária pintada e pelo brilho das jóias, da prata e do ouro. São as sedes do espírito espanhol, medrosamente submisso e altivamente soberbo.

Não obstante, os reis, nobres e cidades encontravam dinheiro para palácios dispendiosos. Pedro, o Cruel, Fernando e Isabel e Carlos V reformaram o Alcázar que um arquiteto mouro tinha planejado em Sevilha, em 1181; a maior parte da reconstrução foi executada por mouros de Granada, de modo que o edifício é um irmão mais fraco do Alhambra. Em estilo sarraceno semelhante, Don Pedro Enríquez construiu para os duques de Alcalá em Sevilha (1500) um palácio senhorial, a Casa de Pilatos, que se supõe ser a réplica da casa de cujo pórtico Pilatos, segundo dizem, entregou Cristo à crucificação. A "Audiência" de Valência (1500) forneceu às cortes locais um "Salón Dorado" cujo esplendor desafiava a "Sala del Maggior Consiglio" do Palácio dos Doges em Veneza.

A escultura ainda era servidora da arquitetura e da fé, enchendo as igrejas espanholas de Virgens de mármore, metal, pedra ou madeira; aqui a piedade era petrificada em formas de intensidade religiosa ou severidade ascética, realçadas pela cor, e tornadas mais admiráveis pela obscuridade profunda das naves. Os retábulos — pára-ventos esculpidos e pintados erguidos por trás do altar — eram um orgulho particular da arte espanhola; grandes quantias, geralmente legadas no terror da morte, foram gastas para reunir e sustentar os mais hábeis artesãos — desenhadores, entalhadores, *doradores* que douravam ou tauxiavam as superfícies, *estofadores* que pintavam o vestuário e os ornatos, *encarnadores* que coloriam as partes que representavam a carne; todos trabalhavam juntos ou por turnos no templo propiciatório. Por trás do altar-mor da catedral de Sevilha, um retábulo de 45 compartimentos (1483-1519) representava lendas sagradas em estatuária pintada ou dourada, em estilo gótico; ao passo que outro na capela de São Tiago, da catedral de Toledo, descrevia em madeira dourada e realismo severo a carreira do santo mais venerado da Espanha.

Príncipes e prelados podiam ser representados em escultura, mas apenas nos túmulos, que eram colocados em igrejas ou mosteiros considerados como antecâmaras do paraíso. Assim, Doña Mencia Enríquez, duquesa de Albuquerque, foi colocada em um sepulcro lindamente esculpido, agora no Hispanic Society Museum de Nova York; e Pablo Ortiz esculpiu para a catedral de Toledo sarcófagos suntuosos para Don Álvaro de Luna e sua esposa. No mosteiro cartuxo de Miraflores, perto de Burgos, Gil de Siloé projetou em estilo italiano um soberbo mausoléu para os pais e irmãos da rainha. Isabel ficou tão satisfeita com esses célebres *Sepulcros de los Reyes* que quando seu pajem favorito, Joan de Padilla (tão descuidadosamente corajoso que ela o chamava *mi loco*), levou um tiro na cabeça no cerco de Granada, encarregou De Siloé de esculpir um túmulo de caráter real para lhe abrigar o cadáver; e novamente Gil rivalizou com a melhor escultura italiana de seu tempo.

Nenhuma arte é mais característica do que a espanhola, e no entanto nenhuma se submeteu mais devotadamente à influência estrangeira. Primeiro, naturalmente, à influência mourisca, havia muito tempo radicada na Península, porém com raízes na Mesopotâmia e na Pérsia, e que levara para o estilo ibérico uma delicadeza de feitura, e uma paixão pelo ornato, dificilmente igualadas em qualquer outra terra cristã. Nas artes menores, onde a decoração estava mais em seu lugar, a Espanha imitou, e nunca superou, seus predecessores sarracenos. A cerâmica foi deixada quase completamente aos mudéjares, cujos utensílios luminosos somente eram igualados pelos chineses, e cujos azulejos coloridos — acima de todos, os *azulejos* azuis — glorificavam o chão, os altares, as fontes, as paredes e os tetos da Espanha cristã. A mesma habilidade mourisca fez dos tecidos espanhóis — veludos, sedas e rendas — os mais belos da cristandade. Aparece novamente no couro espanhol, nos arabescos das grades de metal, nos ostensórios religiosos, na madeira esculpida dos retábulos, nos bancos de coro e nas abóbadas. Influências posteriores insinuaram-se vindas da pintura bizantina, depois da França, Borgonha, Países-Baixos, Alemanha. Dos holandeses e dos alemães, a escultura e a pintura espanhola, tiraram seu realismo surpreendente — Virgens macilentas graficamente bem velhas para serem a mãe do Crucificado, apesar da sentença de Miguel Ângelo a respeito da virgindade perfumar a mocidade. No século XVI todas essas influências recuaram diante do triunfo de âmbito continental do estilo italiano.

A pintura espanhola seguiu uma evolução semelhante, porém desenvolveu-se tardiamente, talvez porque os mouros não tivessem emprestado aqui nem auxílio nem direção. Os afrescos catalões dos séculos XII e XIII são inferiores em desenho às pinturas das cavernas de Altamira da Espanha pré-histórica. No entanto, por volta de 1300, a pintura tornara-se uma mania na Península; mil artistas pintaram murais imensos, enormes retábulos; alguns desses, desde 1345, subsistiram muito mais tempo do que mereciam. Em 1428 Jan van Eyck visitou a Espanha, levando para lá uma importante influência flamenga. Três anos mais tarde o rei de Aragão mandou Luís Dalmau estudar em Bruges; ao voltar, Luís pintou uma *Virgem dos Conselheiros* completamente flamenga. Daí por diante os pintores espanhóis, embora ainda preferissem a têmpera, foram cada vez mais misturando suas cores no óleo.

A era dos primitivos na pintura espanhola culminou com Bartolomé Bermejo (morto em 1498). Logo em 1447 ganhou fama com o *Santo Domingo* que está no Prado. A *Santa Engra-*

cia comprada pelo Gardner Museum de Boston, e o luminoso *São Miguel* da coleção de *lady* Ludlow são quase dignos de Rafael, que chegou uma geração mais tarde. Mas o melhor de todos é a *Pietà* (1490) da catedral de Barcelona: um Jerônimo calvo e de óculos; uma Maria morena e espanhola segurando seu Filho flácido e pálido; ao fundo as torres de Jerusalém sob um céu baixo; e à direita um retrato impiedoso do doador, o cônego Despla, despenteado e de barba crescida, parecendo-se com um bandido arrependido porém condenado, e que sugere a "amarga concepção da humanidade" de Bermejo.[58] Aqui, a graça italiana está transformada na força espanhola, e o realismo celebra seu triunfo na arte espanhola.

A influência flamenga continuou em Fernando Gallegos, e produziu uma obra-prima surpreendente em *Um Cavaleiro da Ordem de Calatrava,* por Miguel Sithium, flamengo a serviço de Isabel; este é um dos mais belos retratos da National Gallery de Washington. Mas novamente surgiu a influência italiana quando Pedro Berruguete voltou à Espanha após uma longa experiência na Itália. Lá estudou com Piero della Francesca e Melozzo da Forlì, e absorveu seu tranqüilo estilo úmbrio. Quando Federigo de Urbino procurou pintores para ornamentar seu palácio, escolheu Justus von Ghent e "Pietro Spagnolo". Depois da morte do duque (1582) Pedro levou a arte úmbrica para a Espanha, e pintou retábulos célebres em Toledo e Ávila. Os quadros atribuídos a ele no Louvre, no Brera, no Prado e no Cleveland Museum quase não apóiam seu atual *réclame* como o Velásquez dos soberanos católicos, mas no desenho e na composição parecem superiores a qualquer coisa produzida na Espanha antes dele.

Lentamente os estímulos estrangeiros foram-se misturando ao gênio nacional para abrir caminho às obras mais amadurecidas de Alonso Coello e El Greco sob Filipe II, e os triunfos de Velásquez, Zurbarán e Murillo na Idade de Ouro do século XVII da Espanha. O gênio é um dom individual da força e da vontade, mas é também uma hereditariedade social de disciplina e capacidades formadas no tempo e absorvidas com o crescimento. O gênio é inato e elaborado.

VIII. LITERATURA ESPANHOLA

Nas letras, a ascendência italiana teve de esperar enquanto a Espanha trocava influências com a França medieval. Foi talvez da Espanha muçulmana e cristã que os trovadores da Provença tiraram suas formas e conceitos poéticos; não obstante, João I de Aragão enviou uma embaixada a Carlos VI de França (1388), pedindo trovadores de Toulouse para irem a Barcelona organizar ali um ramo de sua fraternidade, o *Gay Saber* ou Alegre Sabedoria. Assim foi feito. Em Barcelona e Tortosa realizaram-se concursos poéticos à moda provençal, e a composição e declamação de versos tornou-se uma paixão entre a minoria letrada de Aragão e Castela. Composições líricas sobre o amor ou sobre a fé ou sobre a guerra eram cantadas por *juglares* errantes com um simples acompanhamento de cordas.

Na geração seguinte, João II de Castela apoiou os modelos italianos de poesia. Através de Nápoles e da Sicília, onde os espanhóis dominavam, e através da Universidade de Bologna, onde jovens espanhóis como os Bórgia estudavam, feitios e métrica de versos italianos passavam para a Península, e Dante e Petrarca encontravam imitadores ardentes na língua castelhana. Periodicamente as composições dos poetas espanhóis eram coligidas em *cancioneros,* livros de baladas, cavalheirescos no sentimento, petrarquianos no estilo. O marquês de Santillana — estadista, erudito, mecenas, poeta — importou a forma de soneto da Itália, e em breve compilou uma história da literatura espanhola. Juan de Mena imitou francamente Dante em um poema épico, *O Labirinto,* que fez quase tanto para firmar o castelhano como língua literária quanto *A Divina Comédia* o fizera para a língua toscana. Entrementes, Don Juan Manuel antecipara Boccaccio escrevendo contos dramáticos; de um deles, tirou Shakespeare a lenda completamente incrível de Petruchio domando uma megera.

O romance continuou a penetrar em todas as classes de leitores. O *Amadis de Gaula* foi traduzido para o espanhol (*ca.* 1500) por García Ordóñez, que afirmou a seus leitores que melhorara grandemente o original português; e como este está desaparecido, não podemos contradizê-lo. Amadis, filho ilegítimo de uma imaginária princesa britânica, é atirado ao mar pela mãe. Salvo por um cavaleiro escocês, vem a ser pajem da rainha da Escócia. Lisuarte, rei da

Inglaterra, deixa sua filha Oriana de 10 anos na corte escocesa enquanto vai eliminar um usurpador de seu reino. A rainha designa Amadis, de 12 anos, para pajem de Oriana, dizendo: "Aqui está uma criança que a servirá".

> E ela respondeu que isso lhe agradava. E a criança manteve esta palavra no coração, de tal maneira que nunca mais o deixou... e ele nunca ficou, em todos os dias de sua vida, cansado de servi-la. E este seu amor durou tanto quanto eles viveram; mas Amadis, que não sabia absolutamente o quanto ela o amava, considerava-se muito ousado em ter posto o pensamento nela, diante da sua grandeza e da sua beleza, e nunca sequer ousou dizer uma palavra a respeito disso. E ela também, embora o amasse no fundo do coração, teve o cuidado de não falar com ele mais do que com um outro; mas os olhos dela tiravam grande consolo no mostrar a seu coração o que mais amava no mundo.[59]

É um consolo saber que seu amor se consumou vitoriosamente, depois de tribulações tão numerosas antes do casamento na ficção como depois dele na vida. Há muitos momentos de ternura, e alguns de nobreza, na comprida história; e Cervantes, ao jurar destruir todos os romances desse gênero, poupou este como o melhor.

O romance forneceu uma fonte do drama, que lentamente ia evoluindo das peças de mistério e moralismo, das farsas populares e das mascaradas da corte. A data mais antiga na história do drama espanhol é 1492, quando os diálogos dramáticos de Juan del Encina foram levados à cena. Fernando de Rojas, um *converso,* deu mais um passo para o drama em *La Celestina* (1499), história contada em diálogo, e dividida em 22 atos; era comprida demais para ser encenada, mas suas caracterizações cheias de vida e seu diálogo brilhante prepararam o caminho para as comédias clássicas da Espanha.

O ensino foi tão atrapalhado como apoiado pela Igreja. Enquanto a Inquisição policiava o pensamento, os eclesiásticos mais importantes muito faziam pelo estudo e pela instrução. Italianos como Pietro Martire d'Anghiera, chegando à Espanha em 1487, levaram a notícia do movimento humanista, e espanhóis educados na Itália regressavam com a infecção entusiasmante. A pedido da rainha, Pedro Mártir abriu em sua corte, como fizera Alcuíno para Carlos Magno sete séculos antes, uma escola de línguas e literaturas clássicas; a princesa Joana estudou latim obedientemente, a caminho da loucura. O próprio Pedro escreveu a primeira história das descobertas na América, sob o título de *De rebus oceanis et novo orbe* (1504); as duas últimas palavras repetiam o uso que Vespúcio fizera anteriormente (1502?) do termo com que chamou o "Novo Mundo".

O cardeal Ximenes, cuja fé era firme e aguda como o aço, aderiu ativamente ao movimento clássico. Em 1499 fundou o Colégio de Santo Ildefonso, e em 1508 a Universidade de Alcalá. Ali, em 1502, nove lingüistas sob sua direção principiaram uma das maiores realizações do ensino da Renascença, a *Biblia Polyglotta Compluti,* ou Bíblia Poliglota de Compluto ou Complutense (*Complutum* era o antigo nome latino de Alcalá), a primeira edição completa das Escrituras cristãs nas línguas originais. Ao texto hebraico massorético do Velho Testamento e ao grego do Novo, acrescentaram os editores, em colunas paralelas ou justapostas, a tradução grega dos Setenta, a versão latina "Vulgata" de São Jerônimo e uma paráfrase siríaca do Pentateuco. Leão X franqueou aos auxiliares de Ximenes os manuscritos da Biblioteca do Vaticano; e três judeus batizados contribuíram com seu conhecimento do hebraico. O trabalho de edição foi completado em 1517, mas os seis volumes só foram impressos em 1522. Ximenes, prevendo a morte, apressava seus sábios. "Não percam tempo durante o prosseguimento de nossa gloriosa tarefa, senão, ante as contingências da vida, perdereis o vosso protetor, ou eu terei de lamentar a perda daqueles cujos serviços são, a meu ver, de valor maior do que a riqueza e as honrarias do mundo."[60] Alguns meses antes da morte foi-lhe entregue o volume final com os cumprimentos dos amigos. De

todos os atos de sua administração, disse-lhes ele, não havia nenhum mais indicado do que aquele ao seu louvor. Projetou uma edição de Aristóteles do mesmo porte, com nova tradução latina, mas a brevidade de sua longa vida o derrotou.

IX. A MORTE SOBERANA

Isabel tinha precedido seu enérgico ministro na aventura final. Com toda a sua severidade, ela era mulher de profunda sensibilidade, que carregava os desgostos mais penosamente do que as guerras. Em 1496 enterrou a mãe. De seus 10 filhos, cinco tinham morrido ao nascer ou ainda na infância, e dois morreram em plena juventude. Em 1497 perdeu seu único filho, sua única esperança de uma sucessão pacífica, em em 1498 a filha predileta, a rainha de Portugal, que poderia ter unido a Península na paz. Por entre esses golpes, sofria a tragédia diária de ver sua filha Joana, agora herdeira presuntiva do trono, enlouquecendo lentamente.

Joana tinha desposado Filipe, o Belo, duque de Borgonha, filho do imperador Maximiliano I (1496). Teve dele dois futuros imperadores, Carlos V e Fernando I. Fosse devido a um temperamento inconstante, ou porque Joana já fosse incapaz, Filipe negligenciava-a, e tinha uma ligação com uma senhora de sua corte em Bruxelas. Joana mandou cortar o cabelo da feiticeira, diante do que Filipe jurou que nunca mais coabitaria com a mulher. Ao saber de tudo isso, Isabel caiu doente. A 12 de outubro de 1504, escreveu seu testamento, determinando que deveria ter o mais simples funeral, que o dinheiro economizado seria dado aos pobres, e que deveria ser sepultada em um mosteiro franciscano dentro do Alhambra; "mas" acrescentava ela, "se o Rei meu Senhor preferir seu sepulcro em qualquer outro lugar, então minha vontade será que meu corpo seja transportado e colocado ao lado do seu, para que a união que desfrutamos neste mundo e, pela graça de Deus, podemos esperar para nossas almas no céu, possa ser representada por nossos corpos na terra".[61] Ela morreu em 24 de novembro de 1504, e foi sepultada como havia determinado; mas depois da morte de Fernando seus restos foram colocados ao lado dos dele na catedral de Granada. "O Mundo", escreveu Pedro Mártir, "perdeu seu mais nobre ornamento.... Não conheço ninguém do seu sexo, nos tempos antigos e modernos, que a meu ver mereça ser citada ao lado desta mulher incomparável".[62] (Margarida da Suécia tinha estado afastada demais do conhecimento de Pedro, e Isabel da Inglaterra ainda estava por vir.)

O testamento de Isabel nomeara Fernando regente em Castela de um Filipe absorvido nos Países-Baixos e uma Joana que mergulhava cada vez mais na loucura consoladora. Esperando evitar que o trono espanhol caísse na mão dos Habsburgos na pessoa do filho de Filipe, Carlos, o rei Fernando, com 53 anos de idade, casou-se apressadamente (1505) com Germaine de Foix, de 17 anos, sobrinha de Luís XII; mas o casamento agravou a aversão dos nobres castelhanos por seu senhor aragonês, e seu único rebento morreu na infância. Filipe reclamou a coroa de Castela, chegou à Espanha e foi bem recebido pela nobreza (1506), enquanto Fernando se retirava para seu papel de rei de Aragão. Três meses mais tarde Filipe morria, e Fernando reassumiu a regência de Castela em nome de sua filha louca. Joana, *la Loca,* continuava teoricamente rainha; viveu até 1555, mas nunca, a partir de 1507, deixou o palácio real de Tordesilhas; recusava-se a tomar banho ou a vestir-se; e dia após dia espiava por uma janela

para o cemitério que guardava os restos do marido infiel a quem nunca deixara de amar.

Fernando governou com mais absolutismo como regente do que antes como rei. Liberto da influência moderadora de Isabel, os elementos duros e vingativos de seu caráter vieram a predominar. Já havia recuperado o Russilhão e a Cerdagne (1493), e Gonçalo de Córdova tinha conquistado Nápoles em 1503. Isso violava um acordo assinado por Filipe com Luís XII em Lião para a divisão do reino de Nápoles entre a Espanha e a França; Fernando garantiu ao mundo que Filipe exorbitara suas instruções. Navegou para Nápoles e tomou posse pessoalmente do trono napolitano (1506). Desconfiava de que Gonçalo quisesse esse lugar para si; quando voltou à Espanha (1507), levou o *Gran Capitán* consigo, e confinou-o a uma reserva que a maior parte da Espanha considerou humilhação imerecida.

Fernando dominara tudo menos o tempo. Gradativamente as fontes de vontade e energia que havia nele foram cedendo. Suas horas de repouso foram aumentando, o cansaço chegava mais depressa; negligenciava o governo; tornou-se impaciente e desassossegado, com uma desconfiança mórbida de seus servidores mais leais. A hidropisia e a asma enfraqueciam-no; dificilmente podia respirar nas cidades. Em janeiro de 1516, fugiu para o sul, para a Andaluzia, onde esperava passar o inverno em pleno campo. Adoeceu na viagem, e finalmente foi persuadido a se preparar para a morte. Nomeou Ximenes regente de Castela, e seu próprio filho ilegítimo, arcebispo de Saragoça, regente de Aragão. Morreu a 23 de janeiro de 1516, no sexagésimo quarto ano de vida, sendo o quadragésimo segundo de reinado.

Não é de espantar que Maquiavel o admirasse: ali estava um rei que representava *O Príncipe* antes que seu autor pensasse em escrevê-lo. Fernando fez da religião um instrumento de política nacional e militar, encheu seus documentos de frases piedosas, mas nunca deixou que considerações de moralidade superassem os motivos de oportunidade ou de lucro. Ninguém podia duvidar de sua capacidade, da hábil supervisão de governo, da escolha esclarecida de ministros e generais, do êxito constante na diplomacia, na perseguição e na guerra. Pessoalmente não era ambicioso nem extravagante; seu apetite era mais pelo poder do que pelo luxo, a ambição era por seu país, para fazê-lo unido e forte. Não acreditava na democracia; em seu reino as liberdades locais enlanguesceram e morreram; estava sinceramente convencido de que as antigas instituições comunais não podiam ser expandidas para governarem com sucesso uma nação de tantos estados, fés e línguas. Sua realização, e a de Isabel, foi substituir a anarquia pela monarquia, a fraqueza pela força. Preparou o caminho para Carlos V manter a supremacia real apesar de longas ausências, e para Filipe II concentrar todo o governo em uma só cabeça insuficiente. Para realizar isto foi culpado daquilo que para nossa era parece intolerância bárbara e crueldade inumana, mas parecia a seus contemporâneos uma vitória gloriosa de Cristo.

Como regente, Ximenes conservou zelosamente o absolutismo do trono, talvez como alternativa para uma reincidência na fragmentação feudal. Embora tivesse então 80 anos, governou Castela com vontade inflexível, e derrotou todos os esforços de feudalismo ou das municipalidades para reconquistar seus antigos poderes. Quando alguns nobres perguntaram com que direito ele vergava seus privilégios, apontou, não para a insígnia do cargo sobre sua pessoa e sim para a artilharia no pátio do palácio. Entretanto, sua vontade de poder era subordinada ao senso do dever, pois muitas vezes insistiu com o jovem rei Carlos para deixar Flandres e ir para a Espanha

assumir a autoridade real. Quando Carlos chegou (17 de setembro de 1517), Ximenes correu ao norte para recebê-lo. Mas os conselheiros flamengos de Carlos tinham apoiado os nobres castelhanos ao lhe fornecer um relatório tão desfavorável sobre a administração e sobre o caráter do cardeal que o rei, ainda um jovem de 17 anos, enviou uma carta a Ximenes agradecendo-lhe os serviços, protelando uma entrevista, e ordenando-lhe que se retirasse para sua sé em Toledo para um merecido descanso. Outra carta, demitindo o velho fanático de todos os cargos políticos, chegou-lhe muito tarde para lhe aprofundar a humilhação; tinha morrido a 8 de novembro de 1517, aos 81 anos. As pessoas admiravam-se de que, embora aparentemente incorruptível, tivesse acumulado a grande fortuna pessoal que em testamento deixara à Universidade de Alcalá.

Ele terminava na Espanha uma era rica de honrarias, horrores e homens fortes. A segunda colheita indica que a vitória da coroa sobre as cortes e comunas retirou a média pela qual o caráter espanhol poderia ter expressado e mantido independência e variedade; que a unificação da fé estava garantida à custa de montar a Espanha um aparelho para a supressão do pensamento original sobre as primeiras e as últimas coisas; que a expulsão dos judeus e mouros não convertidos desfalcou o comércio e a indústria justamente quando a abertura do Novo Mundo pedia expansão e progresso econômicos; que a intervenção progressiva da Espanha na política e nas guerras da França e da Itália (mais tarde de Flandres, da Alemanha e da Inglaterra), em vez de voltar a política e os empreendimentos para o desenvolvimento das Américas, pôs fardos insuportáveis sobre os recursos da nação em dinheiro e em homens. Isto, no entanto, é uma visão retrospectiva, e julga a Espanha de Fernando e Isabel em termos que nenhum povo europeu de seu tempo teria compreendido. Todos os grupos religiosos, com exceção de alguns muçulmanos e anabatistas, perseguiam a divergência religiosa; todos os governos — a França e a Itália católicas, a Alemanha e a Inglaterra protestantes — usaram a força para unificar a fé religiosa; todos os países ansiavam pelo ouro das "Índias", Orientais ou Ocidentais; todos empregaram a guerra e a mentira diplomática para garantir a sobrevivência, estender os limites, ou aumentar a riqueza. Para todos os governos cristãos o cristianismo não era um governo de meios mas um meio de governar; Cristo era para o povo, Maquiavel era preferido pelos reis. De certa forma o Estado tinha civilizado o homem, mas quem civilizaria o Estado?

CAPÍTULO XII

O Crescimento do Saber

1300-1517

I. OS MÁGICOS

OS dois séculos cuja história européia foi tão rapidamente esboçada nos capítulos precedentes ainda faziam parte do que a tradição chama de Idade Média — que poderemos definir largamente como a vida da Europa entre Constantino e Colombo, de 325 a 1492 de nossa era. Ao resumirmos agora a ciência, a pedagogia e a filosofia da Europa ocidental nos séculos XIV e XV, devemos lembrar-nos de que os estudos racionais tinham de lutar por espaço e ar em uma selva de superstição, intolerância e medo. Por entre fome, pragas e guerras, no caos de um papado fugitivo ou dividido, homens e mulheres procuravam nas forças ocultas uma explicação qualquer para as misérias incompreensíveis da humanidade, algum poder mágico para dominar os acontecimentos, alguma fuga mística de uma realidade cruel; e a vida da razão caminhava precariamente em um meio de feitiçaria, bruxaria, necromancia, quiromancia, frenologia, numerologia, adivinhação, prodígios, profecias, interpretações de sonhos, conjunções astrais do destino, transmutações químicas, curas milagrosas e poderes ocultos nos animais, minerais e plantas. Todas essas maravilhas mantêm-se vivas conosco hoje em dia, e uma ou outra consegue de quase todos nós alguma fidelidade declarada ou secreta; mas sua influência atual na Europa é muito menor do que nos tempos medievais.

Os astros eram estudados não somente para guiar a navegação e datar as festividades religiosas, mas também para prever os acontecimentos terrestres e os destinos pessoais. As influências penetrantes do clima e da estação, a relação das marés com a lua, o período lunar das mulheres e a dependência da agricultura às maneiras e humores do céu pareciam justificar as afirmativas da astrologia de que os céus de hoje prevêem os acontecimentos de amanhã. Tais predições eram publicadas regularmente (como agora), e conseguiam um vasto e ávido público. Os príncipes não ousavam iniciar uma campanha, uma batalha, uma viagem ou uma construção sem a garantia dos astrólogos de que os astros estavam em configuração propícia. Henrique V da Inglaterra mantinha seu próprio astrolábio para fazer o mapa do céu, e quando a rainha estava para dar à luz compôs seu próprio horóscopo da criança.[1] Os astrólogos eram tão bem recebidos quanto os humanistas na corte ilustrada de Matias Corvino.

Os homens acreditavam que os astros eram guiados por anjos, e que o ar estava congestionado de espíritos invisíveis, alguns vindos do céu, outros do inferno. Os demônios escondiam-se por toda a parte, principalmente na cama das pessoas; a eles alguns homens atribuíam suas derrotas noturnas, algumas mulheres a gravidez inoportuna; e os teólogos concordavam em que tais concubinas infernais eram reais.[2] Por todos os cantos, a qualquer momento, o crédulo indivíduo podia sair do mundo dos

sentidos para um reino de seres e poderes mágicos. Cada objeto natural tinha qualidades sobrenaturais. Os livros de magia estavam entre os *bestsellers* do dia. O bispo de Cahors foi torturado, açoitado e queimado na fogueira (1317) depois de confessar que tinha queimado uma imagem de cera do Papa João XXII na esperança de que o original, como prometia a arte mágica, sofresse como a efígie.[3] O povo acreditava que uma hóstia consagrada por um padre, se fosse apunhalada, sangrava com o sangue de Cristo.

A reputação dos alquimistas tinha diminuído, mas subsistiam a pesquisa honesta e a chicana vistosa. Enquanto editos reais e papais os renegavam, eles persuadiam alguns reis de que a alquimia poderia tornar a encher tesouros esgotados, e as pessoas simples engoliam "ouro potável"[4] que se garantia curar qualquer coisa exceto a credulidade. (Os doentes e os médicos ainda empregam o ouro para o tratamento da artrite.)

A ciência da medicina colidia a cada passo com a astrologia, a teologia e a charlatanice. Quase todos os médicos relacionavam o prognóstico de uma doença com a constelação sob a qual o doente tinha nascido ou adoecera; assim, o grande cirurgião Guy de Chauliac pôde escrever em 1363: "Se alguém for ferido no pescoço enquanto a lua estiver em Touro, o mal será perigoso".[5] Um dos documentos impressos mais antigos foi um calendário publicado em Mogúncia no ano de 1462 e que indicava os melhores períodos astrológicos para a sangria. As epidemias eram amplamente atribuídas às associações dos astros. Talvez pela desilusão da medicina, milhões de cristãos voltavam-se para a cura pela fé. Milhares de pessoas iam procurar os reis de França ou da Inglaterra para ser curadas de feridas por meio de um toque da mão real. Parece que o costume principiara com Luís IX, cuja santidade fizeram crer que ele poderia fazer milagres. Supunha-se que o poder dele tivesse passado para seus sucessores e, através de Isabel de Valois, mãe de Eduardo III, aos governantes da Inglaterra. Outros milhares de pessoas fizeram peregrinações a templos de cura, e transformaram alguns santos em especialistas médicos: assim uma capela de São Vito era freqüentada por pessoas atacadas de coréia, uma vez que se acreditava que esse santo fosse remédio para esse mal. O túmulo de Pedro de Luxemburgo, cardeal que aos 18 anos morreu de austeridades ascéticas, tornou-se um objetivo favorito, onde, dentro de 15 meses após sua morte, atribuíram-se 1.964 curas à eficácia mágica de seus ossos.[6] Os charlatães prosperavam, mas a lei principiou a atrapalhá-los. Em 1382 Roger Clerk, que tinha pretendido curar moléstias aplicando feitiçarias, foi condenado a percorrer Londres com urinóis pendurados ao pescoço.[7]

A maioria dos europeus acreditava na feitiçaria — isto é, no poder das pessoas de controlar os espíritos maus e garantir seu auxílio. A Idade Média ilustrou relativamente bem a este respeito: os Santos Bonifácio e Agobardo denunciaram a crença na feitiçaria como pecaminosa e ridícula; Carlos Magno declarou crime capital executar qualquer pessoa sob acusação de feitiçaria; e o Papa Gregório VII, Hildebrando, proibiu que se fizesse inquisição para os feiticeiros como causas de tempestades e pragas.[8] Mas a ênfase exagerada posta pelos pregadores na realidade do inferno e nas astúcias de Satanás reforçava a crença popular na onipresença e maligna presença dele ou de um de seus companheiros; e muito espírito doente ou alma desesperada abrigava a idéia de invocar tais demônios em seu auxílio. Fizeram-se acusações de feitiçaria contra grande variedade de pessoas, inclusive o Papa Bonifácio VIII. Em 1315 o aristocrata Enguerrand de Marigny foi enforcado por feitiçaria, e em 1317 o Papa João XXII or-

denou a execução de várias pessoas sem importância por planejarem matá-lo invocando o auxílio de demônios. João muitas vezes denunciou a invocação aos demônios, ordenou perseguições por isso e aplicou castigos; mas os editos que lançava eram interpretados pelo povo como confirmativos de sua crença na existência e eficácia dos poderes demoníacos. Depois de 1320 multiplicaram-se as acusações de feitiçaria e muitos dos acusados foram enforcados ou queimados. Era opinião comum na França de que Carlos VI tinha ficado louco por meio de magia; contrataram-se dois feiticeiros que prometeram fazê-lo recuperar a razão; falhando, foram decapitados (1397). Em 1398 a faculdade de teologia da Universidade de Paris publicou 28 artigos condenando a feitiçaria, mas admitindo sua eficácia eventual. O chanceler Gerson declarou heresia pôr em dúvida a existência ou a atividade dos demônios.[9]

A bruxaria era a prática da feitiçaria por pessoas que supostamente veneravam Satanás, em assembléias noturnas ou *Sabbaths,* como o senhor dos demônios que eles diziam empregar. Segundo a crença popular, as bruxas, geralmente mulheres, forneciam poderes sobrenaturais ao preço dessa reverência ao diabo. Assim autorizadas, supunha-se que ultrapassavam as leis naturais e levavam a desgraça ou a morte a quem desejassem. Sábios como Erasmo e Thomas More aceitaram a realidade da bruxaria; alguns padres de Colônia duvidavam dela; a Universidade de Colônia garantia-a.[10] A maioria dos eclesiásticos proclamava — e historiadores laicos de certo modo concordam — que as reuniões secretas à noite eram pretextos para promíscuas relações sexuais, e para iniciar os jovens na arte da devassidão.[11] Fosse por ilusão alucinada, ou para conseguir libertar-se da tortura, muitas feiticeiras confessavam uma ou outra das práticas diabólicas de que eram acusadas. Pode ser que esses "*Sabbaths* de feiticeiras" servissem de moratória a um cristianismo pesado, e como uma veneração em parte divertida e em parte revoltada a Satanás como o inimigo poderoso de um Deus que condenava tantos prazeres à repressão e tantas almas ao inferno; ou esses ritos clandestinos podem ter lembrado e reafirmado os cultos e festas pagãos das divindades da terra, do campo e da floresta, da procriação e da fertilidade, de Baco, Priapo, Ceres e Flora.

As cortes seculares e episcopais uniram esforços para suprimir o que lhes parecia a mais sacrílega das depravações. Vários papas — em 1374, 1409, 1437, 1451, e principalmente Inocêncio VIII em 1484 — encarregaram agentes da Inquisição de tratar as feiticeiras como hereges dissolutas, cujos pecados e maquinações destruíam os frutos dos campos e dos ventres, e cujas pretensões poderiam levar comunidades inteiras à demonolatria. Os papas aplicaram literalmente uma passagem do Êxodo (22. 18): "A feiticeira não deixarás viver." Não obstante, as cortes eclesiásticas, antes de 1446, contentaram-se com penalidades suaves, a menos que um criminoso perdoado reincidisse. Em 1446 a Inquisição queimou várias feiticeiras em Heidelberg; em 1460 queimou 12 homens e mulheres em Arras; e o nome *Vaudois* que lhes era dado, como geralmente aos hereges (valdenses) e feiticeiros da França, sobreviveu à viagem atlântica para originar a palavra *Vuduísmo* para a feiticeira negra nas colônias francesas da América.[12] Em 1487 o inquisidor dominicano Jacó Sprenger, sinceramente apavorado pela aparente difusão da feitiçaria, publicou um guia oficial para a identificação das feiticeiras, *Malleus maleficarum (Demolidor de Feiticeiras).* Maximiliano I, então Rei dos Romanos, prefaciou com uma carta de calorosa recomendação este "importantíssimo monumento da superstição que o mundo produziu".[13] Estas mulheres maléficas, disse Sprenger, agitando uma mistura diabólica qualquer em um caldei-

rão, ou por outros meios, podem intimar nuvens de gafanhotos e lagartas a devorar uma colheita; podem tornar os homens impotentes e as mulheres estéreis; podem secar o leite de uma mulher, ou provocar um aborto; com um olhar apenas podem causar o amor ou o ódio, a doença ou a morte. Algumas delas raptam crianças, assam-nas e comem-nas. Podem enxergar coisas à distância e prever o tempo; podem transformar-se a si mesmas e a outras pessoas em animais.[14] Sprenger perguntava por que havia mais feiticeiras do que feiticeiros, e concluía que era porque as mulheres eram mais levianas e sensuais do que os homens; além disso, acrescentava, sempre tinham sido instrumentos prediletos de Satanás.[15] Em cinco anos ele queimou 48 delas. A partir da sua época o ataque eclesiástico à feitiçaria foi intensificando até atingir a fúria completa no século XVI, sob os auspícios tanto dos católicos como dos protestantes; neste tipo de ferocidade atemorizante, a Idade Média foi superada pelos tempos modernos. Em 1554 um funcionário da Inquisição gabava-se de que nos 150 anos anteriores o Santo Ofício queimara pelo menos 30.000 bruxas, que, se tivessem ficado impunes, teriam levado o mundo todo à destruição.[16]

Escreveram-se muitos livros nessa era contra a superstição, e todos continham superstições.[17] Agostino Trionfo dirigiu ao Papa Clemente V um tratado aconselhando-o a prescrever as práticas ocultas, mas Trionfo achava imperdoável em um médico que ele executasse uma flebotomia durante certas fases da lua.[18] O Papa João XXII lançou golpes tremendos contra a alquimia (1317) e a magia (1327); lamentava o que considerava ser a supremacia de sacrifícios a demônios, pactos com o Diabo, confecção de imagens, anéis e poções para fins mágicos; lançava *ipso facto* a excomunhão sobre todos os praticantes de tais artes; mas até ele insinuava uma crença em sua possível eficácia.[19]

O grande antagonista da astrologia nessa era foi Nicolau de Oresme, que morreu bispo de Lisieux em 1382. Escarnecia dos astrólogos que não sabiam prever o sexo de uma criança por nascer, mas depois do nascimento, proclamavam predizer-lhe o destino na terra; tais horóscopos, dizia Oresme, são histórias da carochinha. Repetindo o título e o esforço de Cícero 14 séculos antes, escreveu *De divinatione* contra as afirmativas dos adivinhos, intérpretes de sonhos, e outros que tais. Entre seu ceticismo em geral contra o ignoto admitia que alguns acontecimentos podiam explicar-se como obra de demônios ou de anjos. Aceitava a noção de "mau-olhado"; achava que um criminoso escurecia um espelho ao olhar-se nele, e que o olhar de um lince podia atravessar uma parede. Reconhecia os milagres da Bíblia, mas repudiava as explicações sobrenaturais quando as causas naturais eram suficientes. Muitas pessoas, dizia Nicolau, acreditam na magia porque lhes falta o conhecimento das causas e processos naturais. Aceitam por ouvir dizer o que não viram, e assim a lenda — como a de um mágico que sobe por uma corda atirada ao ar — pode tornar-se uma crença popular.[20] (Esta é a menção mais antiga que se conhece ao mito de subir na corda.) Conseqüentemente, argumentava Oresme, a vasta predominância de uma crença não é prova de sua veracidade. Mesmo que muitas pessoas afirmem ter testemunhado um acontecimento contrário à nossa experiência comum da natureza, devemos hesitar em acreditar nelas. Além do mais, os sentidos se iludem tão facilmente! A cor, o formato e o som dos objetos variam segundo a distância, a luz e a condição dos órgãos sensoriais; um objeto imóvel pode parecer em movimento, e um outro em movimento pode parecer imóvel; uma moeda no fundo de um vaso cheio de água parece mais distante do que uma outra colocada no vaso vazio. As sensações devem ser interpretadas pelo jul-

gamento, e este também pode errar. Essas ilusões dos sentidos e do julgamento, diz Nicolau de Oresme, explicam muitas das maravilhas atribuídas a poderes sobrenaturais ou mágicos.[21]

Apesar de progressos tão corajosos para um espírito científico, as velhas superstições sobreviveram, ou simplesmente mudaram de forma. Também não ficaram limitadas à populaça. Eduardo III da Inglaterra pagou grande quantia por um frasco que, afirmavam-lhe, pertencera a São Pedro. Mostraram a Carlos V da França, na Sainte Chapelle, um frasco que se dizia conter um pouco do sangue de Cristo; perguntou a seus sábios e teólogos se isso poderia ser verdade; eles responderam prudentemente pela afirmativa.[22] Era nesta atmosfera que a instrução, a ciência, a medicina e a filosofia lutavam por crescer.

II. OS MESTRES

O crescimento do comércio e da indústria deu novo valor à instrução. A alfabetização tinha sido um luxo dispendioso no regime rural; mas em um mundo urbano e comercial era uma necessidade. A lei reconheceu tardiamente a mudança. Na Inglaterra (1391) os proprietários de terras feudais pediram a Ricardo II que revigorasse a velha lei que proibia ao servo mandar o filho à escola sem o consentimento de seu senhor e o reembolso pela perda de um auxiliar no trabalho da fazenda. Ricardo recusou, e no reinado seguinte um estatuto decretava que um pai poderia mandar qualquer dos filhos à escola.[23]

Com este ato de emancipação educativa as escolas elementares multiplicaram-se. No campo as escolas monacais continuavam; nas cidades as escolas elementares eram mantidas pelas igrejas, hospitais, doadores e corporações. A freqüência era voluntária, porém geral, mesmo nas aldeias. Geralmente os professores eram padres, mas no século XIV a proporção de instrutores laicos aumentou. O currículo compreendia o catecismo, o Credo, as orações básicas, a leitura, a escrita, a aritmética, o canto e o flagelamento. Mesmo nas escolas secundárias o flagelamento era o apoio da instrução. Um teólogo explicava que "os espíritos dos meninos têm de ser subjugados";[24] os pais concordavam e talvez seja assim mesmo. Agnes Paston convidava o tutor de seu filho vadio a "açoitá-lo" se ele não se corrigisse, "pois eu prefiro vê-lo enterrado com honra a perdido por descuido".[25]

As escolas secundárias continuavam o treinamento religioso, e acrescentavam a *grammatica*, que compreendia não somente gramática e composição, mas também a língua e a literatura expurgada da Roma clássica; os estudantes — meninos da classe média — aprendiam a ler e a escrever o latim, mesmo mediocremente, como necessidade do comércio exterior assim como para uma carreira eclesiástica. As melhores escolas secundárias do tempo eram as fundadas nos Países-Baixos e na Alemanha pelos Irmãos da Vida Comum; a escola de Deventer tinha dois mil alunos. O rico e enérgico bispo de Winchester, Guilherme de Wykeham, criou um precedente fundando ali (1372) a primeira das escolas "públicas" da Inglaterra — instituições habilitadas, pela filantropia particular ou pública, a fornecer ensino colegial preparatório a uma seleção limitada de meninos. O exemplo foi seguido por Henrique VI, que fundou (1440) e dotou ricamente a Escola de Eton para preparar estudantes para o King's College de Cambridge.

Acima do nível elementar, a educação das mulheres, com algumas exceções entre

as de berço nobre, era limitada ao lar. Muitas mulheres da classe média, como Margaret Paston, aprenderam a escrever um inglês passável, e um punhado de mulheres adquiriu algumas noções de literatura e filosofia. Os filhos da aristocracia recebiam instrução completamente diferente daquela das escolas. Até a idade de sete anos eram ensinados pelas mulheres da casa; depois eram enviados para servir, como pajens, a um nobre parente ou vizinho. Ficando a salvo dos excessos de afeição, aprendiam a ler, escrever, religião e maneiras com as senhoras e com o padre local. Aos 14 anos tornavam-se *squires* — isto é, servidores adultos do seu senhor. Então aprendiam a andar a cavalo, a atirar, a caçar, a tomar parte em justas e a guerrear. Deixavam o estudo dos livros aos inferiores.

Estes iam, entrementes, alimentando um dos mais nobres legados da Idade Média — as universidades. Enquanto a euforia da arquitetura eclesiástica se aplacava, o entusiasmo pela fundação de colégios aumentava. Nesse período, Oxford viu a fundação dos colégios Exeter, Oriel, Queen's, New, Lincoln, All Souls, Magdalen, Brasenose, Corpus Christi e a Divinity School. Ainda não eram colégios no sentido moderno; eram "salas", lugares de residência para estudantes seletos; um décimo, no máximo, dos alunos de Oxford morava nelas. A maior parte da instrução universitária era dada pelos clérigos em salas de aula ou auditórios espalhados, pela cidade. Monges beneditinos, franciscanos, dominicanos e de outras ordens mantinham colégios próprios em Oxford; e dessas academias monásticas saíram alguns dos homens mais brilhantes do século XIV; entre eles estavam Duns Scotus e Guilherme de Ockham, que fizeram algum dano à teologia ortodoxa. Os estudantes de direito recebiam o ensino em Londres, nas Hospedarias da Corte.

Em Oxford não se desperdiçava amor entre a cidade e a toga — cidadãos e professores. Em 1355 os campos hostis entraram em guerra declarada, e foram tantos os heróis mortos que aquele ano ficou conhecido como o ano do Grande Morticínio. Apesar da introdução do açoite nas universidades da Inglaterra (*ca.* 1350), os estudantes eram turbulentos. Proibidos de entregar-se ao atletismo entre muros, gastavam as energias em ações profanas, na bebida e na luxúria; tabernas e bordéis prosperavam sob a proteção deles. A freqüência em Oxford caiu do seu apogeu do século XIII ao baixo nível de um milhar; e depois da expulsão de Wyclif a liberdade acadêmica ficou rigorosamente reduzida pelo controle episcopal.

Cambridge lucrou com a controvérsia de Wyclif e o medo dos *lolardos;* conservadores prudentes afastaram os filhos de Oxford e enviaram-nos para a universiadade mais nova, de tal modo que no fim do século XV as instituições rivais tinham um número de matrículas semelhante. Novas "salas" foram fundadas às margens do Cam: Michaelhouse, University ou Clare, Pembroke, Gonville e Caius, Trinity, Corpus Christi, King's, Queen's, St. Catherine's, Jesus', Christ's e St. John's. Como as salas residenciais de Oxford estas se tornaram colégios, segundo nosso significado, durante o século XV, pois um número sempre maior de professores as escolhia como os pontos em que suas conferências atraíram freqüência maior. As aulas principiavam às seis da manhã, e continuavam até às cinco da tarde. Entrementes, a Escócia e a Irlanda, em sua pobreza, fundaram as universidades de St. Andrews, Glasgow e Aberdeen, e o Trinity College, em Dublin — quatro instituições destinadas a derramar talentos, geração após geração, sobre a vida intelectual das Ilhas Britânicas.

Na França, a instrução, como quase tudo o mais, sofreu com a Guerra dos Cem Anos. Todavia, a crescente necessidade de advogados e médicos aumentou os atrati-

vos tradicionais da carreira eclesiástica, encorajou a fundação de novas universidades em Avinhão, Orléans. Cahors, Grenoble, Orange, Aix-en-Provence, Poitiers, Caen, Bordéus, Valence, Nantes e Bourges. A Universidade de Paris, talvez, porque a monarquia estivesse à beira do colapso, tornou-se no século XIV uma força nacional, desafiando o *parlement,* aconselhando o rei, servindo como corte de apelação da teologia francesa, e reconhecida pela maioria dos educadores continentais como a ***universus universitatum***. O aumento de universidades provinciais e estrangeiras reduziu as matrículas em Paris; mesmo assim, só a faculdade de artes tinha fama de ter mil professores e 10.000 alunos em 1406;[26] e em 1490 a universidade toda tinha quase 20.000 discentes.[27] Uns 50 "colégios" ajudavam a abrigá-los. A disciplina era mais frouxa do que em Oxford, e a moral dos estudantes saudava-lhes antes a virilidade do que a religião. Os cursos de grego, árabe, caldaico e hebraico foram acrescentados ao currículo.

A Espanha tinha fundado suas principais universidades no século XIII — em Palência, Salamanca e Lérida; outras se erguiam agora em Perpignan, Huesca, Valladolid, Barcelona, Saragoça, Palma, Sigüenza, Valência, Alcalá e Sevilha. Nestas instituições, o domínio eclesiástico era completo, e a teologia predominava; entretanto, em Alcalá, 14 cátedras foram entregues à gramática, literatura e retórica, e 12 à teologia e ao direito canônico. Alcalá tornou-se durante algum tempo o maior centro educativo da Espanha; em 1525 tinha sete mil alunos inscritos. Forneciam-se bolsas para estudantes necessitados. O salário de um professor era calculado pelo número dos discípulos; e todo professor era convidado a demitir-se de quatro em quatro anos, podendo ser nomeado novamente se tivesse demonstrado eficiência. Em Lisboa, o rei Dom Dinis fundara uma universidade em 1300, mas a turbulência dos estudantes levou-o a mudá-la para Coimbra, de cuja cidade é hoje o orgulho.

A atividade mental era nessa época mais importante na Europa Central do que na França ou na Espanha. Em 1347 Carlos IV fundou a Universidade de Praga, que em breve tornou-se a cabeça e a voz intelectual do povo boêmio. Outras universidades surgiram em Cracóvia, Viena, Pécs, Genebra, Erfurt, Heidelberg, Colônia, Buda, Würzburg, Leipzig, Rostock, Louvain, Trier, Freiburg-im-Breisgau, Greifswald, Basiléia, Ingolstadt, Pressburg, Mogúncia, Tübing, Copenhage, Upsala, Frankfurt-sobre-o-Oder e Wittenberg. Na segunda metade do século XV essas instituições fervilhavam de estudantes e debates. Só a de Cracóvia tinha 18.338 alunos de uma vez.[28] A Igreja fornecia a maior parte dos fundos, e naturalmente ditava o pensamento; mas os príncipes, nobres, cidades e homens de negócios dividiam entre si a dotação de colégios e de pensões. O eleitor Frederico da Saxônia financiava a Universidade de Wittenberg, em parte com dinheiro apurado com a venda de indulgência, mas que recusava remeter a Roma.[29] O escolasticismo estabelecera-se nas cátedras de filosofia, ao passo que o humanismo crescia fora dos muros universitários. Daí a maioria das universidades da Alemanha aderirem à Igreja durante a Reforma, com duas exceções significativas: Erfurt, onde Lutero estudou, e Wittenberg, onde ensinou.

III. OS CIENTISTAS

A tendência científica era pouco mais popular entre os letrados do que entre o povo. O espírito da época tendia para as "humanidades"; até a revivescência dos estudos gregos ignorou a ciência grega. Na matemática os algarismos romanos obstruíam

o progresso; pareciam inseparáveis da cultura latina; os algarismos hindu-arábicos pareciam hereticamente muçulmanos, e foram recebidos friamente, sobretudo ao norte dos Alpes; a *Cour des Comptes* — o Escritório Francês das Finanças — empregou os algarismos romanos até o século XVIII. Não obstante, Thomas Bradwardine, que morreu de peste (1349), um mês depois de ser sagrado arcebispo de Cantuária, introduziu na Inglaterra vários teoremas arábicos de trigonometria. Seu discípulo, Ricardo Wallingford, abade de St. Albans, foi o matemático mais importante do século XIV; seu *Quadripartitum de sinibus demonstratis* foi a primeira obra de vulto sobre trigonometria da Europa ocidental. Morreu de lepra aos 43 anos, lamentando o tempo que subtraíra à teologia para a ciência.

Nicolau Oresme teve uma ativa carreira eclesiástica, e no entanto enfrentou com êxito o estudo de umas 12 ciências. Preparou o caminho para a geometria analítica desenvolvendo o uso sistemático das coordenadas e utilizando gráficos para demonstrar o crescimento de uma função. Brincou com a idéia de uma quarta dimensão, mas repeliu-a. Como diversos contemporâneos seus, sugeriu a lei de Galileu de que a velocidade de um corpo que cai aumenta regularmente com a duração da sua queda.[30] Em um comentário sobre o *De caelo et mundo* de Aristóteles, escreveu: "Não podemos provar por experimento algum que os céus sofrem um movimento diário e a terra não"; há "boas razões indicativas de que a terra, e não o céu, sofre um movimento diário".[31] Oresme retrocedeu para o sistema de Ptolomeu, mas tinha ajudado a preparar o terreno para Copérnico.

Quando consideramos que ainda não existia telescópio nem câmara para observar ou registrar o céu, é encorajador observar a energia e a inteligência dos astrônomos medievais, muçulmanos, judeus ou cristãos. Jean de Liniers, após vários anos de observações pessoais, descreveu as posições de 48 astros com uma exatidão que era igualada apenas pelos muçulmanos; e calculou a obliqüidade da eclíptica a apenas sete segundos dos cálculos mais modernos. Jean de Meurs e Firmin de Beauval (1344) propuseram-se reformar o calendário juliano — que deixava para trás o sol — omitindo o quadrienal 29 de fevereiro durante os 40 anos seguintes (que teria errado por excesso); a reforma teve de esperar até 1582, e ainda está esperando os acordos internacionais e inter-religiosos. William Merle, de Oxford, salvou a meteorologia da astrologia mantendo registros do tempo durante 2.556 dias. Observadores ou navegadores desconhecidos descobriram no século XV a declinação da agulha magnética: a agulha não aponta inteiramente para o norte, mas inclina-se para o meridiano astronômico em um ângulo pequeno porém considerável que, como observou Colombo, varia de ponto para ponto.

A figura máxima da matemática e da astronomia dessa época foi Johann Müller, conhecido na história por Regiomontanus desde o nascimento (1436) perto de Königsberg, na Francônia Inferior. Aos 14 anos entrou para a Universidade de Viena, onde Georg von Purbach estava introduzindo o humanismo e os últimos progressos italianos na matemática e na astronomia. Esses dois homens amadureceram cedo e morreram logo: Purbach aos 38 anos, Müller aos 40. Decidido a aprender o grego a fim de ler o *Almagesto* de Ptolomeu no original, Müller foi para a Itália, estudou grego com Guarino da Verona, e devorou todos os textos disponíveis, gregos ou latinos, sobre astronomia e matemática. Regressando a Viena, ensinou ali essas ciências, e com tal êxito que foi chamado a Buda por Matias Corvino, e depois a Nuremberg, onde um rico burguês lhe ofereceu o primeiro observatório europeu. Müller equipou-

o com instrumentos fabricados ou aprimorados por ele. Sentimos a brisa pura da ciência em uma carta que escreveu a um colega matemático, em 1464: "Não sei para onde minha pena correrá; esgotará todo o meu papel se eu não a detiver. Ocorre-me um problema atrás do outro, e há tantos tão belos que hesito quanto ao que lhe exporei".[32] Em 1475 Sisto IV chamou-o a Roma para reformar o calendário. Ali um ano depois, Regiomontanus morreu.

A breve duração de sua vida limitou-lhe a obra. Tinha planejado tratados sobre matemática, física, astrologia e astronomia, e esperara publicar os clássicos sobre essas ciências; apenas fragmentos dessas obras tiveram forma e sobreviveram. Completou a *Epítome* de Purbach para o *Almagesto*. Compôs um ensaio *De triangulis* — o primeiro livro dedicado unicamente à trigonometria. Foi aparentemente o primeiro a sugerir o emprego de tangentes nos cálculos astronômicos, e suas tábuas de senos e tangentes facilitaram os cálculos de Copérnico. Formulou tábuas astronômicas mais exatas do que qualquer outra traçada até então. Seu método de calcular a latitude e a longitude foi uma dádiva para os marinheiros. Sob o título de *Ephemerides* publicou em 1474 um almanaque que mostrava a posição diária dos planetas nos 32 anos seguintes; deste livro predisse Colombo o eclipse lunar que encheria os estômagos de seus homens esfomeados a 29 de fevereiro de 1504. As observações feitas sobre o cometa de Halley por Regiomontanus lançaram as bases da moderna astronomia cometária. Mas sua influência pessoal e viva foi maior do que a de livros que escreveu. Suas conferências populares sobre a ciência ajudaram a criar um entusiasmo intelectual em Nuremberg durante a mocidade de Dürer, e tornou a cidade famosa pelos seus instrumentos náuticos e mapas. Um de seus alunos, Martin Behaim, desenhou a cores sobre pergaminho o globo terrestre mais velho que se conhece (1492), ainda conservado no Germanisches Museum de Nuremberg.

A moderna geografia foi criada não por geógrafo e sim por marinheiros, mercadores, missionários, mensageiros, soldados e peregrinos. Os marinheiros catalães fizeram ou usaram mapas excelentes; seus *portolani* — guias de pilotos para os portos mediterrâneos — eram no século XIV quase tão exatos quanto as cartas de navegação de nossos dias.[33] Como as antigas rotas comerciais para leste caíram nas mãos dos turcos, os importadores europeus desenvolveram novas rotas terrestres através do território mongol. O frade franciscano Oderico de Pordenone, depois de passar três anos em Pequim (*ca.* 1323-26), escreveu um registro esclarecedor de sua viagem à China pela Índia e Samatra e da volta pelo Tibete e Pérsia. Clavijo, como veremos, fez um relato fascinante de sua embaixada à corte de Tamerlão. Johann Schnittberger, da Baviera, capturado pelos turcos em Nicópolis (1396), perambulou durante 30 anos pela Turquia, Armênia, Geórgia, Rússia e Sibéria, e escreveu seu *Reisebuch,* primeira descrição oeste-européia da Sibéria. Em 1500, Juan de la Cosa, um dos pilotos de Colombo, publicou extenso mapa do mundo, mostrando pela primeira vez em cartografia as explorações de seu mestre, de Vasco da Gama e outros. A geografia era um drama comovente no século XV.

Em um particular o tratado medieval mais influente sobre geografia foi o *Imago mundi* (1410) do cardeal Pierre d'Ailly, que encorajou Colombo ao dizer que o Atlântico poderia ser cruzado "em muitos poucos dias se o vento for favorável".[34] Foi apenas uma de meia dúzia de obras que este eclesiástico curioso escreveu sobre astronomia, geografia, meteorologia, matemática, lógica, metafísica, psicologia e sobre a reforma do calendário da Igreja. Censurado por dedicar tanto tempo aos estudos se-

culares, respondeu que um teólogo devia manter-se a par da ciência.[35] Via alguma ciência até na astrologia; e, baseando-se na astrologia, predisse uma grande mudança na cristandade dentro de 100 anos, e acontecimentos que abalariam o mundo em 1789.[36]

O melhor pensamento científico do século XIV foi na física. Dietrich de Freiburg (falecido em 1311), deu em essência nossa moderna definição do arco-íris como conseqüência de duas refrações, e um reflexo, dos raios do sol em gotas de água. João Buridano fez trabalho excelente em física teórica; é uma pena que ele seja célebre apenas pelo seu burro, que pode não ter sido dele. (A história do "burro de Buridano" não se encontra em suas obras ainda existentes, mas é uma tradição de idade respeitável; pode ter acontecido em uma de suas conferências. João tinha argumentado que a vontade, encontrando alternativas, é levada a escolher aquela que o intelecto julgar mais vantajosa. Conseqüentemente, concluiu algum humorista, um burro faminto colocado a igual distância de dois molhos igualmente atraentes de feno não teria motivo para preferir um deles, e — à falta de outro alimento — morreria de fome.) Nascido perto de Arras antes de 1300, Buridano estudou e ensinou na Universidade de Paris. Não só se bateu pela rotação diária da terra, como eliminou da astronomia as inteligências angelicais às quais Aristóteles e Santo Tomás de Aquino tinham atribuído o guia e o movimento dos corpos celestes. Não é preciso mais nada para lhes explicar os movimentos, disse Buridano, além de um impulso dado inicialmente por Deus e a lei do ímpeto — que um corpo em movimento continua a mover-se a menos que seja impedido por alguma força existente; aqui Buridano antecipou Galileu, Descartes e Newton. Os movimentos dos planetas e dos astros, acrescentava, são governados pelas mesmas leis mecânicas que operam sobre a terra.[37] Estas proposições, agora tão triviais, eram profundamente prejudiciais ao ponto de vista do mundo medieval. Quase marcam o início da física astronômica.

As idéias de Buridano foram levadas para a Alemanha e Itália por seus discípulos, e influenciaram Leonardo da Vinci, Copérnico, Bruno e Galileu.[38] Alberto da Saxônia levou-as para a universidade que fundou em Viena (1364), Marsilius von Inghen para a universidade que fundou em Heidelberg (1386). Alberto foi dos primeiros a repelir a noção aristotélica de que o vácuo é impossível; desenvolveu a idéia de um centro de gravidade em todos os corpos; antecipou os princípios de Galileu do equilíbrio estático e da aceleração uniforme dos corpos que caem; e sustentava que a erosão das montanhas pela água, e a gradativa ou vulcânica elevação da terra, são forças compensadoras em geologia[39] — idéia que fascinou Leonardo da Vinci.

A mecânica prática fez alguns progressos modestos. Usavam-se complicados moinhos de vento para tirar água, drenar o solo, esmagar o grão, e fazer outras tarefas. A força da água era empregada para fundir e serrar, mover os foles dos fornos, forjar martinetes, mover teares de fiação de seda. Os canhões eram fundidos e calibrados. O aço era feito em quantidades convenientes; instalaram-se grandes fornos de pressão na Europa setentrional no século XIV. A perfuração de poços é citada em 1373; a redução de metais a fio era praticada em Nuremberg no século XV; uma bomba composta de baldes em uma cadeia interminável é representada num manuscrito de 1438.[40] Em um desenho do mecânico hussita Conrad Keyser (*ca.* 1405) aparece a primeira representação conhecida do movimento alternado convertido em movimento rotativo: dois braços, movendo-se alternadamente, revolvem um eixo exatamente como os pistões giram a virabrequim de um automóvel.[41]

À medida que o comércio e a indústria cresciam, exigiam-se melhores instrumentos para medir o tempo. Monges e lavradores tinham dividido a luz do dia no mesmo

número de períodos em todas as estações, fazendo os períodos mais compridos no verão do que no inverno. A vida citadina exigia divisões mais uniformes do tempo, e nos séculos XIII e XIV fizeram-se relógios que dividiam o tempo em partes iguais por todo o ano. Em alguns lugares, as horas eram numeradas de uma a 24 como na cronometria militar de nossos dias; e até 1370 alguns relógios, como o de São Gotardo em Milão, davam o número completo. Isso revelou-se extravagância ruidosa. Por volta de 1375, o dia foi dividido regularmente em duas metades de 12 horas cada uma.

O princípio essencial do relógio mecânico era um peso que fazia girar lentamente uma roda, cuja revolução era detida por um dente de escapamento suficientemente resistente para permitir que a roda girasse apenas por um dente em determinado intervalo de tempo. Esse marcador de tempo foi descrito mais ou menos em 1271. Os primeiros relógios mecânicos foram colocados nas torres de igrejas ou campanários visíveis através das grandes áreas de uma cidade. Um dos primeiros foi instalado (1326-35) na abadia de Santo Albano por Ricardo Wallingford; mostrava não somente as horas e os minutos do dia como também o fluxo e refluxo da maré, e os movimentos do sol e da lua. Outros relógios posteriores acrescentaram uma confusão de acessórios. O relógio (1352) da catedral de Estrasburgo exibia um galo cantando, os três Magos, e uma figura humana em que eram indicados, para cada parte do corpo, o tempo apropriado para a sangria. O relógio da catedral de Wells empregava uma imagem em movimento do sol para indicar a hora, e uma pequena estrela, movendo-se em um círculo interno, para indicar o minuto; um terceiro círculo dava o dia do mês; e sobre uma plataforma acima do disco quatro homens a cavalo emergiam e disparavam a cada hora. Em um relógio do século XV, em Iena, uma cabeça de bufão abria sua boca monstruosa para receber uma maçã de ouro de um peregrino, só para vê-la arrancada da boca quando esta começava a fechar-se sobre ela; e o relógio ainda existe. Um relógio semelhante em Nuremberg, instalado em 1506 e brutalmente interrompido pela Segunda Guerra Mundial, reiniciou suas exibições teatrais em 1953.

Para fazer os relógios, substituiu-se o peso por uma mola em espiral (*ca.* 1450): uma tira de aço fino, enrolada em pequeno círculo ou tambor, causava, por seu desenrolar gradativo, o efeito do peso na roda retardada. No fim do século XV os relógios eram numerosos, alguns grandes como a mão, outros pequenos como uma amêndoa, muitos ovóides como os "ovos de Nuremberg", feitos por Peter Hele (1510). O princípio do peso, escapamento e roda foi aplicado a outros fins, de modo que o relógio mecânico tornou-se o pai de uma miríade de máquinas diferentes.

Enquanto a física assim fazia prever a Revolução Industrial, a alquimia desenvolvia-se lentamente em química. No término dessa era, os alquimistas tinham descoberto e definido o zinco, o bismuto, o enxofre, o régulo de antimônio, o flúor volátil do álcali e muitas outras substâncias. Destilavam o álcool, volatilizavam o mercúrio e produziam o ácido sulfúrico pela sublimação do enxofre. Preparavam o éter e a água-régia, e uma tinta escarlate superior às que se empregam agora.[42] Legaram à química o método experimental que se revelaria o maior dom da ciência medieval ao espírito moderno.

A botânica ainda se limitava, na maior parte, a manuais de agricultura ou a herbários que descreviam as plantas medicinais. Henrique de Hesse (1325-97) sugeriu que novas espécies, principalmente entre as plantas, poderiam evoluir naturalmente de outras;[43] isto 500 anos antes de Darwin. As coleções de animais de reis ou de papas, a criação de animais, a medicina veterinária, os tratados sobre caça ou pesca, ou sobre a cultura das abelhas e do bicho-da-seda, os bestiários que contavam histórias de animais para insinuar a moral, e os livros de falcoaria, como o *Miroir de Phoebus*

(Espelho de Febo) (1387) de Gaston III, conde de Foix, quase sem saber, juntaram material para uma ciência da zoologia.

A anatomia e a fisiologia tinham dependido, na maior parte, da dissecação de animais, dos ferimentos de soldados e de casos esporádicos em que a lei exigia a autópsia *post-mortem*. Os cristãos sinceros punham objeções sensatas à dissecação de corpos humanos que, apesar de mortos, deveriam erguer-se intatos dos túmulos no Juízo Final. Durante todo o século XIV, foi difícil conseguir cadáveres para o estudo da anatomia; ao norte dos Alpes muito poucos médicos, antes de 1450, tinham visto um cadáver humano dissecado. Todavia, por volta de 1360, Guy de Chauliac persuadiu as autoridades de Avinhão (então governada pela corte papal) a entregar às escolas de medicina, para dissecação, os corpos dos criminosos executados.[44] As dissecações eram realizadas diante de estudantes de medicina em Veneza em 1368, em Montpellier em 1377, em Florença em 1388, em Lérida em 1391, em Viena em 1404; e em 1445 a Universidade de Pádua construiu o primeiro teatro anatômico conhecido. Os resultados para a medicina foram incontáveis.

IV. OS CURANDEIROS

Na ciência e na prática da medicina, como na literatura e na arte, a Europa setentrional estava meio século ou mais atrás da Itália; e mesmo a Itália por volta de 1300 tinha apenas readquirido o saber médico alcançado por Galeno e Sorano, mil anos antes. Mas as escolas de medicina de Montpellier, Paris e Oxford iam fazendo bons progressos, e os maiores cirurgiões dessa época eram franceses. A profissão estava agora bem organizada, e defendia seus privilégios com vigor; mas como a procura da saúde excedia a oferta, os herbanários, boticários, parteiras, médicos ambulantes e cirurgiões-barbeiros — sem falar nos charlatães — competiam por toda a parte com os clínicos experimentados. O público atraindo a doença por viver mal, e em seguida procurando diagnósticos infalíveis e curas rápidas e baratas, tinha as queixas habituais sobre os doutores mercenários ou criminosos. Froissart considerava "o objetivo de todos os estudantes de medicina ganhar grandes salários"[45] — como se isso não fosse um mal endêmico de toda a civilização.

Os mais interessantes estudantes de medicina da época eram os cirurgiões. Ainda não tinham persuadido os médicos a reconhecê-los como seus iguais; de fato, a Universidade de Paris não admitia estudante algum à sua escola de medicina, no século XIV, a menos que jurasse jamais executar uma operação cirúrgica. Até a sangria, que já se tornara uma panacéia, era proibida aos médicos, e tinha de ser deixada para seus subalternos. Os barbeiros ainda eram utilizados pelo povo para muitas operações; mas os barbeiros-cirurgiões já estavam abandonando o exercício da tesoura e especializavam-se em cirurgia; em 1365, havia 40 barbeiros-cirurgiões assim, em Paris; na Inglaterra, subsistiram até 1540. Uma ordenação de 1372 limitou-os, na França, ao tratamento de "ferimentos de caráter capaz de não causar a morte"; e dali em diante as operações importantes podiam ser executadas legalmente apenas por "cirurgiões-mestres" dedicados à sua especialidade. Em 1505 foi registrado um Colégio Real de Cirurgiões em Edimburgo.

Os grandes nomes da cirurgia, na primeira metade do século XIV, eram Henri de Mondeville e Guy de Chauliac. Froissart deve ter observado que Mondeville, apesar de sempre muito procurado, continuou pobre até o fim da vida, e prosseguiu a obra

apesar de sua própria asma e tuberculose. Sua *Chirurgia* (1306-20), primeira obra sobre cirurgia escrita por um francês, cobria o assunto todo com uma profundidade e capacidade que conquistou novo padrão para os cirurgiões. A contribuição primordial dele foi a aplicação e o desenvolvimento de um método que aprendera com Teodorico Borgognoni em Bologna para o tratamento de ferimentos pela limpeza completa, prevenção da supuração, exclusão do ar e curativos com vinho. Defendia suas inovações com uma advertência contra a aceitação supina de Galeno ou outras autoridades clássicas. "Os autores modernos", escreveu, usando um adjetivo medieval predileto, "estão para os antigos como um anão colocado sobre os ombros de um gigante; vê tudo o que o gigante vê, e ainda mais longe "[46].

A geração seguinte à dele produziu o mais célebre dos cirurgiões medievais. Nascido de linhagem camponesa na aldeia francesa que lhe deu o nome, Guy de Chauliac impressionou de tal maneira os senhores do feudo que lhe pagaram a instrução em Toulouse, Montpellier, Bologna e Paris. Em 1342 tornou-se médico papal em Avinhão, e manteve essa posição difícil durante 28 anos. Quando a Peste Negra chegou a Avinhão, permaneceu em seu posto, tratou das vítimas, contraiu a moléstia e por pouco não sobrevivia. Como qualquer homem, cometeu erros graves: imputava a praga ora a uma conjunção infeliz de planetas, ora aos judeus que procuravam envenenar toda a cristandade; e retardou a cirurgia dos ferimentos ao repelir o simples método de limpeza de Mondeville e voltar ao emprego de emplastros e ungüentos. Mas, em grande parte, viveu à altura das mais belas tradições de sua grande profissão. Sua *Chirurgia magna* (1363) foi o tratado mais profundo, sistemático e erudito sobre a cirurgia produzido antes do século XVI.

A higiene social e individual mal acompanhava os progressos da medicina. A limpeza pessoal não era um fetiche; até o rei da Inglaterra tomava banho apenas uma vez por semana, e às vezes deixava de fazê-lo. Os alemães tinham banhos públicos — grandes bacias em que os banhistas ficavam de pé ou sentados, nus, às vezes os dois sexos juntos;[47] só em Ulm havia 168 *Badestuben* assim em 1489. Em toda a Europa — nem sempre com exceção da aristocracia — a mesma peça de vestuário era usada durante meses, ou anos, ou gerações. Muitas cidades tinham fornecimento de água, mas chegava apenas a algumas casas; a maioria das famílias tinha de ir buscar a água na fonte mais próxima, no poço ou riacho. O ar de Londres era empestado pelo cheiro do gado abatido, até que tal carnificina foi proibida em 1371. O cheiro das latrinas depunha contra as fantasias idílicas da vida rural. As habitações de Londres tinham apenas uma latrina para todos os ocupantes; muitas casas não tinham nenhuma, e despejavam os detritos nos quintais ou nas ruas. Milhares de privadas davam para o Tâmisa; um regulamento da cidade em 1357 denunciou isto, mas o costume continuou. Em 1388, estimulado por várias repetições de peste, o parlamento emitiu o primeiro Ato Sanitário para toda a Inglaterra:

> Pois que tanto esterco e imundície dos intestinos e das vísceras, assim como dos animais mortos como de outras corrupções, é atirado em fossos, rios e outras águas... que o ar fica muito corrompido e infecto, e muitas doenças e outros males intoleráveis acontecem diariamente, tanto para os habitantes... como para os outros que acorrem ou viajam por aqui... está decidido e determinado, que seja feita a proclamação... através do reino da Inglaterra... que todos os que atiram e espalham tais imundícies... deverão fazê-las retirar... sob pena de perda e dano ao nosso Senhor o Rei.[48]

Mais ou menos nessa época promulgaram-se leis semelhantes na França. Em 1383, Marselha, seguindo o exemplo de Ragusa (1377), ordenou o isolamento das pessoas atacadas de peste por 40 dias — uma *quarantine* (quarentena). As epidemias continuaram a acontecer — o suor maligno na Inglaterra (1486, 1508), a difteria e a varíola na Alemanha (1492) — porém com diminuída virulência e mortalidade. Embora a higiene fosse frouxa, os hospitais eram relativamente numerosos; em 1500, a Inglaterra tinha 460, dos quais 16 apenas em York.[49]

O tratamento dos loucos passou gradativamente da reverência supersticiosa ou da crueldade bárbara para o cuidado semicientífico. Em 1300, o cadáver de uma menina que afirmara ser o Espírito Santo foi desenterrado e queimado por ordem eclesiástica, e duas mulheres que demonstraram acreditar nessa afirmativa morreram na fogueira.[50] Em 1359, o arcebispo de Toledo encarregou as autoridades civis de queimar vivo um espanhol que afirmava ser o arcanjo São Miguel, e visitar o céu e o inferno todos os dias.[51] As coisas melhoraram no século XV. Um monge chamado Jean Joffre, cheio de compaixão pelos lunáticos que iam sendo apupados pelas ruas de Valladolid por uma multidão, fundou ali um asilo para os alienados (1409); e seu exemplo foi seguido em outras cidades. O hospital de Santa Maria de Belém, fundado em Londres em 1247, foi transformado em asilo de alienados em 1402, e a palavra Belém (*Bethlehem* é como os ingleses escrevem Belém), transformada em Bedlam, tornou-se sinônimo de um lugar de insanidade.

Os leprosos evidentes ainda eram expulsos da sociedade, mas a lepra quase desapareceu da Europa ocidental no século XV. A sífilis tomou seu lugar. Provavelmente um desenvolvimento do *gros vérole* conhecido anteriormente na França, ou então uma importação da América, apareceu definitivamente na Espanha em 1493, e na Itália em 1495; espalhou-se tão amplamente na França que chegou a ser chamada de *morbus gallicus;* e algumas cidades da Alemanha foram tão assoladas por ela que pediram isenção de impostos.[52] Logo no fim do século XV ouvimos falar no mercúrio para seu tratamento. O progresso da medicina apostava uma corrida corajosa, naquele tempo como agora, com o gênio inventivo da moléstia.

V. OS FILÓSOFOS

Embora tivesse passado o tempo dos fazedores de sistemas, a filosofia ainda era vigorosa; de fato, no século XIV abalou toda a estrutura dogmática do cristianismo. Uma mudança de ênfase finalizou o domínio dos teólogos sobre a filosofia: os pensadores preeminentes encontraram então um novo interesse na ciência, como Buridano, ou na economia, como Oresme, ou na organização da Igreja, como Nicolau de Cusa, ou na política, como Pierre Dubois e Marsílio de Pádua. Intelectualmente, estes homens eram perfeitamente iguais a Alberto Magno, Tomás de Aquino, Siger de Brabante, Boaventura e Duns Scotus.

O escolasticismo — tanto como método de argumentação e exposição como tentativa para mostrar a consistência da razão com a fé — continuava a dominar as universidades setentrionais. Aquino foi canonizado em 1323; daí em diante seus companheiros dominicanos, principalmente em Louvain e Colônia, consideravam ponto de honra manter a doutrina dele contra todos os desafios. Os franciscanos, em oposição leal, preferiram seguir Agostinho e Duns Scotus. Um dominicano sem peias, Guilherme Durand de Saint-Pourçain, escandalizou a ordem ao se passar para os escotis-

tas. Aos 38 anos (*ca.* 1308) principiou um enorme comentário, que terminou na velhice. À medida que progredia, abandonou Aristóteles e Aquino, e resolveu colocar a razão acima da autoridade de "qualquer doutor, por mais famoso ou solene" — aqui estava um filósofo com algum senso de humor.[53] Embora continuasse abertamente ortodoxo em teologia, preparou o terreno para o nominalismo obstinado de Ockham, restaurando o conceptualismo de Abelardo: só as coisas individuais existem; todas as idéias abstratas ou gerais são simplesmente conceitos utilmente abreviados do espírito. Os amigos de Guilherme chamavam-no *Doctor Resolutissimus;* seus adversários *Durus Durandus* — Durand o Duro — e se embalavam na esperança de que o fogo do inferno acabaria por amolecê-lo.

Guilherme de Ockham era muito mais duro, mas não esperou morrer para queimar-se; sua vida inteira foi de inflamada controvérsia, arrefecida somente por uma detenção esporádica e pela força dos tempos, para expressar seu calor em forma escolástica. Não admitia na filosofia outra autoridade que não fosse a experiência e a razão. Prezava seus teoremas apaixonadamente, e revolucionou metade da Europa ao defender suas opiniões. Sua vida, aventuras e objetivos fazem prever os de Voltaire, e talvez seu efeito tenha sido tão grande quanto o dele.

Não podemos dizer com precisão onde e quando nasceu; provavelmente em Ockham, no Surrey, pelos fins do século XIII. Quando ainda jovem entrou para a Ordem de São Francisco, e mais ou menos aos 12 anos foi enviado para Oxford como um rapaz inteligente que certamente seria uma luz forte da Igreja. Em Oxford, talvez em Paris, sentiu a influência de outro franciscano sutil, Duns Scotus; pois, embora se opusesse ao "realismo" de Scotus, levou a crítica racionalista da filosofia e da teologia de seu predecessor muitos passos adiante, para um ceticismo que dissolveria tanto os dogmas religiosos como as leis científicas. Ensinou durante seis anos em Oxford, e deve ter ensinado em Paris. Parece que antes de 1324 — embora ainda um novato na casa dos 20 anos — escreveu comentários sobre Aristóteles e Pedro Lombardo, e o seu livro mais influente, *Summa totius logicae* — sumário de toda a lógica.

Parece, à primeira vista, um terrível deserto de lógica em pedaços e de terminologia técnica, uma procissão sem vida de definições, divisões, subdivisões, distinções, classificações e sutilezas. Ockham sabia tudo sobre "semântica"; lamentava a impropriedade dos termos usados em filosofia, e passava metade do tempo tentando torná-los mais precisos. Insurgia-se contra o edifício gótico das abstrações — uma por cima de outra como arcos em camadas superpostas — que o pensamento medieval tinha erguido. Não conseguimos encontrar em suas obras remanescentes, com precisão, a célebre fórmula que a tradição chamou de "lâmpada de Ockham": *entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem* — as entidades não devem ser multiplicadas além do necessário. Mas exprimiu o princípio em outros termos muitas e muitas vezes: *pluralitas non est ponenda sine necessitate* — não se deve colocar (ou presumir) uma pluralidade (de entidades, causas ou fatores) sem necessidade;[54] e *frustra fit per plura quod potest fieri per pauciora* — é inútil procurar executar ou explicar, admitindo vários entes ou causas, aquilo que pode ser explicado por menos.[55] O princípio não era novo; Tomás de Aquino o tinha aceito, Scotus o tinha usado.[56] Mas nas mãos de Guilherme de Ockham tornou-se uma arma mortífera, decepando centenas de fantasias ocultas e abstrações grandiosas.

Aplicando o princípio à epistemologia, Guilherme de Ockham achou desnecessário admitir, como fonte e material de conhecimento, outra coisa além das sensa-

ções. Destas vem a recordação (sensação revivida), a percepção (sensação interpretada através da recordação), a imaginação (recordações combinadas), a antecipação (recordação projetada), o pensamento (recordações comparadas) e a experiência (recordações interpretadas através do pensamento). "Nada pode ser objeto do sentido interior" (pensamento) "sem ter sido objeto do sentido exterior" (sensação);[57] aqui está o empirismo de Locke, 300 anos antes de Locke. Tudo que nós sempre percebemos fora de nós mesmos são entidades individuais — pessoas, lugares, coisas, ações, formas, cores, gostos, cheiros, pressões, temperaturas, sons específicos; e as palavras pelas quais as denominamos são "palavras de primeira intenção" ou intenção primária, referindo-se diretamente ao que nós interpretamos como realidades externas. Notando e abstraindo os traços comuns de entes semelhantes assim percebidos, podemos chegar a idéias gerais ou abstratas — homem, virtude, altura, doçura, calor, música, eloqüência; e as palavras pelas quais denominamos tais abstrações são "palavras de segunda intenção", referindo-se a concepções derivadas de percepções. Estes "universais" nunca são experimentados em sensação; são *termini, signa, nomina* — termos, sinais, nomes — para a ciência, a filosofia e a teologia; não são objetos que existem fora do espírito. "Tudo que está fora do espírito é singular, numericamente um".[58] A razão é magnífica, porém suas conclusões têm significação apenas enquanto se referem à experiência — isto é, à percepção das entidades individuais, ou à performance dos atos individuais; de outro modo, as conclusões dela são vãs e talvez enganadoras abstrações. Quanta insensatez se diz ou se escreve por se tomarem idéias por coisas, abstrações por realidades! O pensamento abstrato preenche sua função apenas quando conduz a verificações definidas sobre coisas definidas.

Deste "nominalismo" Guilherme de Ockham passou com indiferença desoladora para todos os campos da filosofia e da teologia. Tanto a metafísica como a ciência, declarava ele, são generalizações precárias, uma vez que nossa experiência é apenas de entidades individuais em uma área e em um tempo estreitamente limitados; é pura arrogância de nossa parte admitir a validade universal e eterna das proposições gerais e das "leis naturais" que tiramos deste diminuto setor da realidade. Nosso conhecimento é amoldado e limitado por nossos meios e modos de perceber as coisas (isto é Kant antes de Kant); está fechado na prisão de nosso espírito, e não deve pretender ser verdade objetiva e final sobre qualquer coisa.[59]

Quanto à alma, também é uma abstração. Nunca aparece em nossas sensações ou percepções, externas ou internas; tudo o que percebemos é vontade, afirmando-se o eu em cada ação e pensamento. A própria razão e toda a glória do intelecto são instrumentos da vontade; o intelecto é simplesmente a vontade pensando, procurando seus fins pelo pensamento.[60] (Isto é Schopenhauer.)

O próprio Deus parece cair ante esta filosofia arrasadora. Ockham (como Kant) não encontrava força conclusiva em qualquer dos argumentos empregados para provar a existência da divindade. Repelia a noção de Aristóteles de que a cadeia de movimentos ou causas leva-nos a admitir um Agente Original ou Causa Primeira: um "retrocesso infinito" dos movimentos ou causas é não menos inconcebível do que o Agente sem movimento ou a Causa incausada da teologia de Aristóteles.[61] Uma vez que nada se pode saber a não ser através da percepção direta, nunca poderemos ter qualquer conhecimento claro de que Deus existe — *non potest sciri evidenter quod Deus est.*[62] Que Deus é onipotente ou infinito, onisciente, benevolente ou pessoal, não se pode demonstrar pela razão; muito menos pode a razão provar que há três pessoas em um

Deus, ou que Deus se fez homem para pagar pela desobediência de Adão e Eva, ou que o Filho de Deus está presente na hóstia consagrada.[63] Nem que o monoteísmo é mais racional do que o politeísmo; pode haver mais mundos do que um só, e mais deuses para governá-los.[64]

Que restava então do majestoso edifício da fé cristã, seus encantadores mitos, cantos e arte, sua moralidade dada por Deus, sua esperança fortificante? Ockham recuou diante da ruína da teologia pela razão, e num esforço desesperado para salvar a ordem social baseada em um código moral, por sua vez baseado em um credo religioso, resolveu finalmente sacrificar a razão no altar da fé. Embora não se possa demonstrar, é provável que Deus exista, e que Ele dotou cada um de nós com uma alma imortal.[65] Devemos distinguir (como aconselharam Averróis e Duns Scotus) entre a verdade teológica e a verdade filosófica, e aceitar humildemente na fé o que a razão orgulhosa duvida.

Era demais esperar que esse apêndice final em honra da "razão prática" fosse aceito pela Igreja como reparação pela crítica da razão pura de Ockham. O Papa João XXII ordenou um inquérito eclesiástico nas "heresias abomináveis" do jovem frade, e intimou-o a comparecer ante a corte papal, em Avinhão. Guilherme de Ockham foi, pois nós o encontramos, em 1328, em uma prisão papal dessa cidade, com dois outros franciscanos. Os três fugiram, e foram para Aiguesmortes; embarcaram em um pequeno bote, e foram recolhidos por uma galera que os levou a Luís da Baviera, em Pisa. O Papa excomungou-os, o imperador protegeu-os. Guilherme acompanhou Luís a Munique, uniu-se a Marsílio de Pádua naquela cidade, viveu em um mosteiro franciscano antipapal, e lançou de lá uma torrente de livros e panfletos contra o poder e as heresias dos papas em geral, e de João XXII em particular.

Como em sua metafísica superara o ceticismo de Scotus, assim agora em sua teoria prática Ockham levava a conclusões audaciosas o anticlericalismo de Marsílio de Pádua. Aplicou sua "lâmina" aos dogmas e ritos que a Igreja tinha acrescentado ao cristianismo, e pediu uma volta ao credo mais simples e ao culto do Novo Testamento. Em um combativo *Centiloquium theologicum* levou perante o tribunal de sua razão uma centena de dogmas da Igreja, e argumentou que muitos deles conduziam logicamente a absurdos intoleráveis. Se, por exemplo, Maria é a Mãe de Deus e Deus é o Pai de Nós todos, Maria é mãe de seu pai.[66] Ockham contestava a Sucessão Apostólica dos papas e sua infalibilidade; pelo contrário, insistia, muitos tinham sido hereges, e alguns até criminosos.[67] Advogava um tratamento suave da heresia, propondo que toda expressão de opinião fosse livre exceto quanto à disseminação da falsidade consciente.[68] Aquilo de que o cristianismo precisava, pensava ele, era uma volta da Igreja a Cristo, da riqueza e do poder à simplicidade de vida e humildade de autoridade. A Igreja deveria definir-se não como o clero apenas e sim como toda a comunidade cristã. Esta completa associação, incluindo-se as mulheres, deveria escolher representantes, inclusive mulheres, para um concílio geral, e este concílio deveria escolher e governar o papa. A Igreja e o Estado deveriam estar sob um só chefe.[69]

O próprio Estado deveria submeter-se à vontade do povo, pois nele está colocada toda a soberania sobre a terra. Delega seu direito de legislação e administração a um rei ou imperador no propósito de que ele executará leis para o bem de todos. Se o bem-comum o exigir, a propriedade particular pode ser abolida.[70] Se o governante comete um grande crime, ou é culpado de negligência tão extrema que ameace a sobrevivência do estado, o povo pode com toda a justiça depô-lo.

Sabemos pouco da sorte de Guilherme de Ockham. A cerveja de Munique não conseguia fazê-lo esquecer o vinho perdido de Paris, que ele perdera. Comparava-se a João Evangelista em Patmos, mas não ousava deixar a égide do imperador. Segundo um cronista franciscano, nos últimos anos de sua vida, o rebelde assinou uma retratação de suas heresias. Talvez a reconciliação de Luís com a Igreja aconselhasse isso; e Guilherme pode ter sentido que questionar a verdade dos dogmas de uma religião é jejuno. Ele morreu da Peste Negra 1349 ou 1350, ainda na primavera da vida.[71]

Muito antes da morte foi reconhecido como o mais vigoroso pensador de seu tempo, e as universidades tremeram com as discussões a respeito de sua filosofia. Muitos teólogos aceitaram sua opinião de que os dogmas fundamentais da religião cristã não se podiam provar pela razão;[72] e a distinção entre a verdade filosófica e a verdade religiosa estava tão largamente difundida no século XIV quanto está hoje a trégua tácita entre a investigação científica e os serviços religiosos. Em Oxford tomou forma uma escola de ockhamistas, que se chamou de *via moderna* (como chamara Abelardo ao seu conceptualismo 300 anos antes), e sorriu ante o realismo metafísico de Scotus e Aquino.[73] Os modernistas eram principalmente vitoriosos nas universidades da Europa Central; Hus em Praga e Lutero em Erfurt aprenderam o nominalismo, e podem ter sido preparados por ele para a revolta. Em Paris as autoridades da universidade proibiram o ensino das idéias de Ockham, mas muitos dos estudantes, e alguns mestres, aclamavam-no como o porta-estandarte do livre pensamento, e mais de uma vez as facções opostas, como em nosso tempo, lutaram com palavras e com punhos nos cafés ou nas ruas.[74] Foi provavelmente como reação contra o ockhamismo que Thomas à Kempis condenou a filosofia em *A Imitação de Cristo*.

Ockham desempenhou um papel, mesmo que tenha sido apenas como uma voz, na revolta do Estado nacionalista contra a Igreja universalista. Sua propaganda pela pobreza eclesiástica influenciou Wyclif, e seus ataques ao papado, assim como seu constante apelo contra a Igreja a favor da Bíblia e o cristianismo antigo, prepararam o caminho para Lutero, que considerava Ockham o ''principal e mais inteligente dos doutores escolásticos''.[75] Seu voluntarismo e individualismo exprimiram antecipadamente o espírito temerário da Renascença. Seu ceticismo passou para Ramus e Montaigne, talvez para Erasmo; sua limitação subjetivista do conhecimento às idéias fez prever Berkeley; sua tentativa de salvar a fé através da ''razão prática'' antecipou Kant. Embora filosoficamente fosse um idealista, sua insistência sobre a sensação como a única fonte do conhecimento deu-lhe um lugar na seqüência da filosofia empírica inglesa de Roger e Francis Bacon através de Hobbes, Locke, Hume, Mill e Spencer até Bertrand Russell. Suas investidas esporádicas na ciência física — sua percepção de uma lei de inércia, sua doutrina de ação à distância — estimularam os pensadores, de João Buridano a Isaac Newton.[76] O resultado geral de sua obra, como a de Duns Scotus, foi minar a afirmativa fundamental do escolasticismo — de que o dogma medieval cristão podia ser defendido pela razão. O escolasticismo manteve até o século XVII uma pálida existência *post-mortem*, mas nunca se restabeleceu desses golpes.

VI. OS REFORMADORES

Enquanto Ibn Khaldun fundava a sociologia no Islã, Pedro Dubois, Nicolau Oresme, Marsílio de Pádua e Nicolau de Cusa desenvolviam estudos semelhantes, menos sistematicamente, na cristandade. Dubois servia Filipe IV de França como Ockham e

Marsílio serviram Luís da Baviera, dirigindo ataques contra o papado, e entoando doxologias ao Estado. Em uma *Supplication du peuple de France au roi contre le pape Boniface* (1308), e em um tratado *De recuperatione terrae sanctae* (*Da Recuperação da Terra Santa*, 1305), o ardoroso advogado recomendava que o papado se despojasse de todas as posses e poderes temporais, que os governantes da Europa repudiassem a autoridade papal em seus reinos, e que a Igreja francesa se divorciasse de Roma e se submetesse à autoridade e às leis seculares. Ainda mais, continuava Dubois, toda a Europa devia unir-se sob a chefia do rei francês como imperador, com a capital em Constantinopla, bastião contra o Islã. Dever-se-ia instalar uma corte internacional para julgar as querelas das nações, e dever-se-ia declarar o boicote econômico contra qualquer nação cristã que declarasse guerra a outra. As mulheres deveriam ter as mesmas oportunidades de instrução e os mesmos direitos políticos que os homens.

Ninguém parecia prestar muita atenção a estas propostas, porém elas entraram nas correntes intelectuais que minavam o papado. Dois séculos depois de Dubois, Henrique VIII, que sem dúvida nunca ouvira falar nele, seguiu-lhe o programa, e o de Wyclif, em religião; e no início do século XIX Napoleão estabeleceu durante algum tempo uma Europa unida sob a liderança francesa, com o papa prisioneiro do Estado. Dubois pertencia a essa nascente profissão de legistas que aspirava substituir o clero na administração do governo. Ganhou a batalha; vivemos na euforia de sua vitória.

Oresme, que agitou tantos lagos, escreveu por volta de 1355 um dos ensaios mais claros e mais honestos de toda a literatura econômica — *Da Origem, Natureza, Lei e Alternativas do Dinheiro*. O dinheiro de um país, argumentava ele, pertence à comunidade, não ao rei; é uma utilidade social, não um emolumento real; o dirigente ou o governo pode regular-lhe o lançamento, mas não deveria auferir lucros da cunhagem dele, e deveria manter-lhe a qualidade metálica sem desvalorização. Um rei que enfraquece a moeda é um ladrão.[77] Ainda mais, o mau dinheiro (como a "Lei de Gresham" diria dois séculos depois) retira o bom dinheiro da circulação; o povo esconderá ou exportará a boa moeda, e o govêrno desonesto receberá em suas rendas apenas sua moeda desvalorizada. Estas idéias de Oresme não foram simplesmente ideais; ensinou-as, como tutor, ao filho de João II. Quando seu discípulo tornou-se Carlos V, o jovem rei, após uma desvalorização desesperada, aproveitou a instrução de seu professor e restaurou, em base sensata e honesta, as finanças abaladas da França maltratada pela guerra.

Marsílio de Pádua era de temperamento mais volúvel do que Oresme: individualista independente, orgulhoso de seu intelecto e de sua coragem, fazia de sua filosofia política parte inseparável de sua vida ética. Filho de um notário de Pádua, estudou medicina na universidade; é provável que devesse um pouco de seu radicalismo anticlerical à atmosfera de ceticismo averroístico que Petrarca encontrou e denunciou ali na mesma geração. Passando-se para Paris, tornou-se por um ano reitor da universidade. Em 1324, com a colaboração menor de João de Jandun, escreveu o tratado político mais notável e influente da Idade Média — *Defensor pacis* (*O Defensor da Paz*). Sabendo que o livro deveria ser condenado pela Igreja, os autores fugiram para Nuremberg e se puseram sob a proteção do imperador Luís da Baviera, então em guerra com o papa.

Não podiam ter esperado que um lutador tão vigoroso como João XXII lhes recebesse calmamente a defesa belicosa da paz. O livro afirmava que a paz da Europa estava sendo destruída pela luta entre o Estado e a Igreja, e que a paz poderia ser restau-

rada e melhor mantida se se pusesse a Igreja, com todas as suas propriedades e todo o seu pessoal, sob a mesma autoridade imperial ou real, como outros grupos e bens. Era (dizia o parecer) um erro a Igreja ter adquirido propriedades; nada nas Escrituras justificava tal aquisição.

Como Ockham, os autores definiam a Igreja como o corpo inteiro dos cristãos. Como o povo romano, na lei romana, era o verdadeiro soberano, e simplesmente delegava sua autoridade aos cônsules, senado, ou imperadores, assim a comunidade cristã deveria delegar, mas nunca entregar, poderes a seus representantes, o clero; e este deveria ser responsável para com o povo a quem representava. A procedência da supremacia papal do Apóstolo Pedro é, na opinião de Marsílio, um erro histórico; Pedro não tinha mais autoridade do que os outros apóstolos, e os bispos de Roma, em seus primeiros três séculos, não tinham mais autoridade do que os bispos de várias outras cidades antigas. Não era o papa e sim o imperador ou seus delegados que presidiam os primeiros grandes concílios. Um concílio geral, livremente eleito pelo povo da cristandade, deveria interpretar as Escrituras, definir a fé católica e escolher os cardeais, que escolheriam os papas.[78] Em todos os assuntos temporais o clero, inclusive o papa, devia ser submetido à jurisdição e lei civis. O Estado deveria nomear e remunerar o clero, estabelecer o número de igrejas e de padres, remover tantos padres quantos os que achasse inúteis, controlar as dotações, escolas e rendas eclesiásticas, e socorrer o pobre com os excedentes dos rendimentos da Igreja.[79]

Aqui estava novamente a voz estridente do Estado nacional que despontava. Como, por meio do apoio das classes médias nascentes, tinham subjugado os barões e o povo, os reis sentiam-se agora bastante fortes para repelir as pretensões da Igreja à soberania sobre o poder civil. Aproveitando a oportunidade oferecida pela deterioração da autoridade internacional e intelectual da Igreja, os dirigentes seculares pensavam em dominar todas as fases da vida de seus reinos, inclusive a religião e a Igreja. Este era o início básico que seria defendido na Reforma; e o triunfo do Estado sobre a Igreja marcaria o término da Idade Média. (Em 1535, Henrique VIII, no auge de sua revolta contra a Igreja, mandara traduzir e publicar o *Defensor pacis* a expensas do governo.)

Marsílio, como Ockham e também Lutero, depois de propor a substituição da autoridade da Igreja pela do povo, foi obrigado, tanto pela ordem social como por sua própria segurança, a recolocá-la com a autoridade do Estado. Mas não elevou os reis a monstros de onipotência. Olhava além do triunfo do Estado para o dia em que o povo pudesse realmente exercer a soberania que os teóricos da lei havia muito tinham pretendido entregar-lhe. Na reforma eclesiástica, advogava a democracia: cada comunidade cristã deveria escolher seu representante nos sínodos da igreja, cada paróquia deveria escolher os padres, controlá-los, demiti-los se fosse necessário; e nenhum membro da paróquia deveria ser excomungado sem seu consentimento. Marsílio aplicava os mesmos princípios ao governo civil, mas com modificações hesitantes:

> Declaramos, segundo a verdade e a opinião de Aristóteles, que o legislador — a primeira e verdadeira causa efetiva da lei — deveria ser o povo, o corpo inteiro dos cidadãos, ou sua parte mais importante (*valentiorem partem*), ordenando ou decidindo por sua própria escolha ou vontade, expressa verbalmente em uma assembléia geral dos cidadãos.... Digo parte mais importante, levando em consideração tanto o número de pessoas, como sua qualidade, na comunidade para a qual a lei é feita. O corpo inteiro dos cidadãos, ou sua parte mais importante, ou faz a lei

diretamente ou transmite este dever a alguém ou alguns; mas estes não podem constituir o legislador no sentido restrito do termo; agem somente nos assuntos e nos períodos, que são atingidos pela autorização vinda do legislador original.... Chamo cidadão àquele que participa da comunidade civil com autoridade deliberativa ou autoridade judicial, segundo sua ordem. Por esta definição, os meninos, escravos, estrangeiros e mulheres distinguem-se dos cidadãos... Somente pela deliberação e vontade de toda a multidão é que se faz a melhor lei.... Uma maioria, mais prontamente do que qualquer de suas partes, pode discernir os defeitos de uma lei proposta, pois um corpo inteiro é maior em poder e valor do que qualquer de suas partes diversas.[80]

Esta é uma declaração notável para o seu tempo (1324), e as condições do período justificam suas hesitações. Nem mesmo Marsílio advogaria sufrágio igual para todos os adultos da Europa, onde dificilmente uma entre 10 pessoas sabia ler, as comunicações eram difíceis, e as divisões de classe eram fixadas com o cimento do tempo. De fato repelia a democracia completa, sempre que a política e a legislação fossem determinadas por um número de cabeças (*egenorum multitudo* — "uma multidão de pessoas necessitadas"); e para corrigir esta "corrupção de uma república" estava disposto a que os indivíduos tivessem poder político na medida de seu valor para a comunidade — embora não dissesse como ou por quem isto seria decidido. Deixava lugar para a monarquia, mas acrescentava que "um governante eleito é grandemente preferível a governantes hereditários".[81] O rei deve ser um delegado e servidor do público; e se procede mal, este pode de direito depô-lo.[82]

Essas idéias tinham origem medieval, e até antiga: os advogados romanos e os filósofos escolásticos tinham dotado regularmente o povo de soberania teórica; o próprio papado era uma monarquia eletiva; o papa chamava a si mesmo *servus servorum Dei* — "servo dos servos de Deus"; e Tomás de Aquino concordava com João de Salisbury sobre o direito do povo de derrubar um rei ilegítimo. Mas raramente, na cristandade, tinham sido essas idéias levadas a uma expressão tão explícita do governo representativo. Aqui, em um só homem, no século XIV, estavam as idéias tanto da Reforma protestante quanto da Revolução Francesa.

Marsílio estava muito adiante de seu tempo para ter sossego. Elevou-se rapidamente com Luís da Baviera, e caiu rapidamente com a queda dele. Quando Luís fez as pazes com os papas foi-lhe exigida a demissão de Marsílio como herege. Não sabemos a continuação. Parece que Marsílio morreu em 1343, proscrito tanto da Igreja que combatera quanto do Estado que pelejara por exaltar.

Seu êxito temporário teria sido impossível se a crescente profissão das leis não tivesse dado ao Estado uma autoridade que rivalizava com a da Igreja. Sobre as ruínas da lei feudal e comunal, ao lado e muitas vezes contra a lei canônica da Igreja, os advogados ergueram o "direito positivo" do Estado; e ano após ano esse direito real ou secular aumentou seu alcance sobre os negócios dos homens. As escolas de leis de Montpellier, Orléans e Paris fizeram legistas ousados e sutis que usavam o Direito Romano para construir, contra os reclamos papais, uma teoria de direito divino e poder absoluto para seus reais senhores. Estas idéias eram mais fortes na França, onde evoluíram para *L'état c'est moi* e *Le roi soleil*; predominaram também na Espanha, preparando o absolutismo de Fernando, Carlos V e Filipe II; e até na Inglaterra parlamentarista Wyclif estabeleceu a autoridade ilimitada do rei divino. Senhores e plebeus opuseram-se à teoria, e *Sir* John Fortescue insistia em que o rei inglês não podia promulgar leis sem o consentimento do parlamento, e que os juízes ingleses estavam li-

mitados, por seu juramento, a julgar pela lei do país, fosse o que fosse que o rei pudesse desejar; mas, com Henrique VII, Henrique VIII e Isabel, a Inglaterra também se ajoelharia diante de governantes absolutos. Entre os absolutismos rivais dos papas e dos reis, alguns espíritos idealistas apegavam-se à idéia de uma "lei natural", uma justiça divina implantada na consciência humana, expressa nos Evangelhos, e superior a qualquer lei do homem. Nem o Estado nem a Igreja concederam mais do que um muxoxo a esta concepção; permaneceu no fundo, professada e ignorada, mas sempre vivendo frouxamente. No século XVIII daria origem à Declaração da Independência americana e à Declaração de Direitos do Homem francesa, e desempenharia pequeno mas eloqüente papel em uma revolução que durante algum tempo transtornou os dois absolutismos que tinham governado a humanidade.

Nicolau de Cusa combateu o absolutismo do papado, ao qual depois se resignou. Em sua variada carreira mostrou o lado melhor do cristianismo organizado a uma Alemanha sempre desconfiada da Igreja. Filósofo e administrador, teólogo e legista, místico e cientista, conjugava em uma só personalidade poderosa os melhores elementos daquela Idade Média que ia terminando com sua vida. Nascido em Cusa, perto de Trier (1401), aprendeu uma mistura de estudo e devoção na escola dos Irmãos da Vida em Comum, em Deventer. Em um ano, em Heidelberg, sentiu a influência do nominalismo de Ockham; em Pádua, sentiu-se tocado algum tempo pelo ceticismo de Averróis; em Colônia, absorveu a tradição ortodoxa de Alberto Magno e Tomás de Aquino; nele estavam misturados todos os elementos que o tornariam o mais completo cristão de seu tempo.

Nunca abandonou completamente o feitio místico que o tocara por meio de Mestre Eckhart; escreveu um clássico do misticismo em *De visione Dei*; e em uma defesa filosófica de tais visões (*Apologia doctae ignorantiae*) gravou uma frase célebre — "sábia ignorância". Refutou o racionalismo escolástico que procurava defender a teologia pela razão; todo o saber humano, achava ele, é relativo e incerto; a verdade está escondida em Deus.[83] Geralmente refutava a astrologia; mas, cedendo às ilusões de sua época, incidiu em alguns cálculos astrológicos, e admitiu que o fim do mundo chegaria em 1734.[84] Por entre uma vida cheia de atividade eclesiástica, conservou-se a par do pensamento científico. Insistia em mais experiências e medidas mais exatas; sugeriu marcar o tempo de queda dos diferentes corpos de várias alturas; ensinava que a terra "não pode ser fixa, porém se move como outros astros";[85] cada astro, mesmo que pareça fixo, move-se; nenhuma órbita é exatamente circular; a terra não é o centro do universo, exceto quando se tomar qualquer ponto como centro de um universo infinito.[86] Tratava-se, às vezes, de empréstimos sensatos, às vezes de *aperçus* brilhantes.

Em 1433 Nicolau foi a Basiléia levar ao concílio eclesiástico ali reunido as pretensões de um amigo à sede arquiepiscopal de Colônia. Seu pedido falhou, mas ele aproveitou a oportunidade para apresentar ao concílio — então em disputa com o papa — um trabalho de algum valor na história da filosofia. Intitulou-o *De concordantia Catholica*, e seu objetivo geral era encontrar termos de concordância entre os concílios e os papas. Em complicada analogia com um organismo vivo, representou a Igreja como uma unidade orgânica, incapaz de funcionar com êxito a não ser por meio da cooperação harmoniosa de suas partes. Em vez de concluir, como os papas poderiam ter feito, que as partes deveriam ser guiadas pela cabeça, Nicolau afirmava que só um concílio geral poderia representar, exprimir e unificar os elementos interdependentes

da Igreja. Repetiu Aquino e Marsílio, e quase plagiou Rousseau e Jefferson, em uma passagem idealista:

> Cada lei depende da lei da natureza; e se contradiz a esta não pode ser uma lei válida.... Uma vez que por natureza todos os homens são livres, então cada governo... somente existe pelo acordo e consentimento dos súditos.... O poder de ligação de qualquer lei consiste neste tácito ou explícito acordo e consentimento.[87]

O povo soberano delega poderes a pequenos grupos qualificados pela instrução ou pela experiência para fazer ou administrar as leis; mas estes grupos tiram seus justos poderes do consentimento dos governados. Quando a comunidade cristã delega poderes a um concílio geral da Igreja, esse concílio, e não o papa, é que representa a autoridade soberana na religião. Também não pode o papa apoiar sua pretensão ao absolutismo legislativo na suposta Doação de Constantino, pois essa Doação é uma falsidade e um mito.[88] Um papa tem o direito de reunir um concílio geral, mas esse concílio, se o julgar impróprio, pode de direito depô-lo. E os mesmos princípios valem para os príncipes seculares. Uma monarquia eletiva é provavelmente o melhor governo disponível para a humanidade em sua condição corrupta atual; mas o governante secular, como o papa, deveria reunir periodicamente uma assembléia representativa, e deveria submeter-se às suas decisões.

A parte final da vida de Nicolau de Cusa foi um modelo para os prelados. Feito cardeal (1448), tornou-se em pessoa uma Reforma católica. Em um giro cheio de atividades pelos Países-Baixos e pela Alemanha, manteve sínodos provinciais, reavivou a disciplina eclesiástica, reformou os mosteiros e conventos, atacou o concubinato clerical, incrementou a instrução do clero, e elevou, pelo menos durante algum tempo, o nível da moral clerical e popular. "Nicolau de Cusa", escreveu o douto abade Tritêmio, "apareceu na Alemanha como um anjo de luz e de paz no meio da escuridão e da confusão. Restabeleceu a unidade da Igreja, reforçou a autoridade do Supremo Chefe, e lançou uma semente preciosa de vida nova."[89]

A estes outros títulos podia Nicolau ter acrescentado o de humanista. Gostava dos clássicos antigos, encorajou seu estudo, e projetou imprimir, para ampla circulação, os manuscritos gregos que ele próprio levara de Constantinopla. Tinha a verdadeira tolerância do sábio. Em um *Diálogo sobre a Paz*, composto no mesmo ano em que Constantinopla caiu ante os turcos, apelava pelo entendimento mútuo entre as religiões como raios diferentes de uma verdade eterna.[90] E na aurora do pensamento moderno, quando a liberdade nascente do intelecto era pura intoxicação, escreveu palavras sensatas e nobres:

> Saber e pensar, ver a verdade com os olhos do espírito, é sempre uma alegria. Quanto mais o homem envelhece, maior é o prazer que isso lhe dá.... Assim como o amor é a vida do coração, assim a procura do conhecimento e da verdade é a vida do espírito. Entre os movimentos do tempo, o trabalho diário, as preocupações e as contradições da vida, deveríamos erguer o olhar destemidamente para a abóbada clara do céu, e procurar obter uma noção mais firme da... origem de todo o bem e de toda a beleza, as nossas faculdades de coração e espírito, os frutos intelectuais da humanidade através dos séculos, e as obras magníficas da natureza que nos rodeiam; mas lembrando-nos sempre de que só na humildade está a verdadeira grandeza, e que o conhecimento e a sabedoria são vantajosos enquanto nossas vidas se governarem por eles.[91]

Se tivesse havido mais Nicolaus como este, talvez não tivesse havido Lutero algum.

CAPÍTULO XIII

A Conquista do Mar

1492-1517

I. COLOMBO

ERA "destino manifesto" que nessa época alguém enfrentaria os perigos do Atlântico para encontrar a Índia ou "Catai". Durante dois mil anos a lenda falara em uma Atlântida do outro lado do mar; e mitos posteriores tinham colocado além do Atlântico uma fonte cujas águas conferiam juventude eterna. O fracasso das Cruzadas levou ao descobrimento da América; o domínio do Mediterrâneo oriental pelos turcos, o fechamento ou impedimento das estradas terrestres pelos otomanos em Constantinopla e pelas dinastias anticristãs da Pérsia e do Turquestão, tudo isso tornava dispendiosas e perigosas as antigas vias do comércio Oriente-Ocidente. A Itália e até a França podiam apegar-se aos restos daquele comércio, apesar de todos os desalentos dos pedágios e da guerra, mas Portugal e Espanha estavam muito ao ocidente para fazer tais arranjos com lucro; o problema ou a solução era conseguir outra rota. Portugal encontrou uma em torno da África; para a Espanha não sobrava outra coisa senão tentar uma passagem para o oeste.

O progresso do saber havia muito tinha estabelecido a teoria de que a terra era redonda. Os próprios equívocos da ciência encorajavam a audácia porque subestimavam a largura do Atlântico, e representavam a Ásia pronta para ser conquistada e explorada ao lado oposto. Os marinheiros escandinavos tinham chegado até o Labrador em 986 e por volta do ano 1000, tendo trazido a notícia de um continente imenso. Em 1477, se se puder acreditar em seu próprio relato, Cristóvão Colombo visitou a Islândia,[1] e é provável que tenha ouvido tradições ufanas da viagem de Leif Ericsson a "Vinland". Agora o que era preciso para a grande aventura era dinheiro. A coragem abundava.

O próprio Colombo, no *Mayorazzo* ou testamento que fez antes de partir para sua terceira viagem através do Atlântico, citou Gênova como seu berço natal. É verdade que em seus escritos remanescentes sempre se chama a si mesmo pelo nome espanhol de Cristóbal Colón, nunca pelo nome italiano de Cristóforo Colombo; mas é provável que isso fosse devido ao fato de estar escrevendo em espanhol, morando na Espanha, ou navegando para soberano espanhol, e não porque tivesse nascido na Espanha. É possível que seus antepassados tenham sido judeus espanhóis cristianizados que tivessem emigrado para a Itália; a evidência do sangue e sentimento hebraicos em Colombo é quase convincente.[2] Seu pai era tecelão, e Cristóforo parece ter seguido esse ofício algum tempo em Gênova e em Savona. A biografia escrita por seu filho Fernando conta que ele estudou astronomia, geometria e cosmografia na Universidade

de Pavia, mas os registros da universidade não o mencionam, e ele mesmo nos conta que se tornou marinheiro aos 14 anos.[3] Pois em Gênova todos os caminhos conduzem ao mar.

Em 1476 o navio no qual ele se dirigia para Lisboa foi atacado por piratas; o navio afundou; Colombo conta que, auxiliado pelos destroços do naufrágio, nadou nove quilômetros; mas o grande almirante tinha grande força de imaginação. Alguns meses mais tarde (diz ele) partiu para a Inglaterra como marinheiro ou capitão, dali para a Islândia, depois para Lisboa. Aí se casou, estabelecendo-se então como desenhista de mapas e cartas. Seu sogro era um marinheiro que tinha servido o infante Dom Henrique, o Navegador; sem dúvida Colombo ouviu-o contar algumas histórias mirabolantes da costa da Guiné. Em 1482, provavelmente como oficial, entrou para uma frota portuguesa que navegou naquela costa para a Mina. Leu com interesse, e muitas anotações, a *Historia rerum gestarum* do Papa Pio II, que sugeria a circunavegabilidade da África.[4]

Mas seus estudos cada vez mais o inclinavam para o Ocidente. Sabia que Estrabão, no século I de nossa era, tinha relatado uma tentativa de dar volta ao globo. Conhecia as linhas de Sêneca: "Virá uma era em anos futuros em que o oceano perderá os limites das coisas, e uma terra imensa aparecerá, e o profeta Tiphys revelará novos mundos, e Thule (Islândia?) não será mais o fim da terra".[5] Tinha lido o *O Livro de Marco Polo,* que exaltava as riquezas da China e colocava o Japão a 2.400 quilômetros a leste do continente da Ásia. Fez mais de mil anotações em seu exemplar do *Imago mundi* de Pierre d'Ailly. Aceitou o cálculo predominante de que a circunferência da terra era de 29.000 a 32.000 quilômetros e combinando isto com o deslocamento do Japão segundo Polo, admitia que as ilhas asiáticas mais próximas deveriam estar a uns 8.000 quilômetros a oeste de Lisboa. Tinha ouvido falar em uma carta (1474) na qual o médico florentino Paolo Toscanelli advertira o rei Afonso V de Portugal de que se poderia encontrar um caminho mais curto para a Índia do que em torno da África, navegando-se 8.000 quilômetros a oeste. Colombo escreveu a Toscanelli, e recebeu uma resposta encorajadora. O propósito cresceu e fermentou-lhe no cérebro.

Por volta de 1484 propôs a Dom João II de Portugal que o rei aprestasse três navios para um ano de exploração através do Atlântico; que Colombo fosse nomeado "Grande Almirante do Oceano" e governador perpétuo de qualquer terra que descobrisse e que recebesse um décimo de todas as rendas e metais preciosos que dali em diante fossem retirados dessas terras por Portugal.[6] (Evidentemente, a idéia de propagar o cristianismo vinha depois das considerações materiais.) O rei submeteu a proposta a uma comissão de sábios; foi rejeitada sob pretexto de que o cálculo de Colombo sobre a distância através do Atlântico como de somente 3.800 quilômetros era muito pequeno. (Estava mais ou menos certo das Ilhas Canárias às Indias Ocidentais.) Em 1485 dois navegadores portugueses propuseram um projeto semelhante ao rei Dom João, mas concordavam em se financiarem a si próprios; Dom João deu-lhes ao menos a bênção; partiram (1487), seguiram uma rota setentrional demais, encontraram fortes ventos a oeste, e regressaram desanimados. Colombo renovou seu apelo (1488); o rei convidou-o para uma audiência; Colombo chegou justamente a tempo de presenciar um regresso triunfante de Bartolomeu Dias de uma volta bem-sucedida pela África. Absorvido pelas perspectivas de uma rota africana para a Índia, o governo português abandonou o estudo de uma passagem através do Atlântico. Colombo voltou-se para Gênova e Veneza, mas estas também não o encorajaram, pois tinham

interesses investidos na rota oriental para o Oriente. Encarregou o irmão de sondar Henrique VII da Inglaterra, que convidou Colombo para uma conferência. Quando o convite lhe chegou, já se comprometera com a Espanha.

Tinha agora (1488) uns 42 anos; alto e magro, de rosto comprido, pele avermelhada, nariz de águia, olhos azuis, sardas, cabelo ruivo que já começava a ficar grisalho e em breve seria branco. Seu filho e seus amigos mostraram-no modesto, grave, discreto, sóbrio no comer e no beber, fervorosamente piedoso. Outros disseram que ele era vaidoso, que exibia e exagerava os títulos que recebera, que enobreceu sua ascendência na imaginação e no que escreveu, e que regateou com ganância sua parte no ouro do Novo Mundo; entretanto, valia mais do que pediu. Infringia às vezes os Dez Mandamentos, pois em Córdova, depois da morte da esposa, Beatriz Enríquez deu-lhe um filho natural (1488); Colombo não se casou com ela, mas amparou-a bem durante a vida e no testamento; e como nesses tempos heróicos a maioria das pessoas importantes tinha tais derivados, ninguém parece ficar mal devido a esse acidente.

Entrementes, tinha apresentado sua petição a Isabel de Castela (1º de maio de 1486). Ela o enviou a um grupo de conselheiros presididos pelo santo arcebispo Talavera. Após uma longa demora, declararam o plano impraticável, pretextando que a Ásia devia estar mais a leste do que Colombo supunha. Não obstante, Fernando e Isabel deram-lhe uma anuidade de 12.000 maravedis ($ 840?), e em 1489 outorgaram-lhe uma carta com ordem a todas as municipalidades espanholas para lhe fornecerem alimento e pouso; talvez desejassem conservar uma opção sobre o projeto dele, não fosse por acaso propiciar um continente a um rei rival. Mas quando a comissão Talavera, depois de reexaminar o projeto, mais uma vez o rejeitou, Colombo resolveu submetê-lo a Carlos VIII de França. Frei Juan Pérez, superior do mosteiro de La Rabida, dissuadiu-o conseguindo outra audiência com Isabel. Esta enviou-lhe 20.000 maravedis para lhe financiar a viagem ao acampamento dela no cerco da cidade de Santa Fé. Colombo foi; ela lhe ouviu o pedido com bastante bondade, mas seus conselheiros novamente desprestigiaram a idéia. Ele reiniciou seus preparativos para ir à França (janeiro de 1492).

Nesta conjuntura crítica, um judeu batizado apressou a marcha da história. Luís de Santander, ministro das finanças de Fernando, censurou Isabel pela sua falta de imaginação e iniciativa: tentou-a com a perspectiva de converter a Ásia ao cristianismo, e propôs financiar a expedição ele mesmo com o auxílio de seus amigos. Vários outros judeus — Dom Isaac Abravanel, Juan Cabrero, Abraão Sênior — apoiaram-lhe o pedido.[7] Isabel deixou-se convencer, e ofereceu empenhar as jóias para levantar a soma necessária. Santander achou isso desnecessário; fez um empréstimo de 1.400.000 maravedis da irmandade onde era tesoureiro; acrescentou 350.000 do próprio bolso; e Colombo conseguiu arranjar mais 250.000. (Todas essas contribuições particulares foram mais tarde reembolsadas pelo governo. Santander fora intimado a comparecer perante a Inquisição a 17 de julho de 1491, sob acusações ignoradas; foi "reconciliado", mas parece que reincidiu na heresia ou no judaísmo, pois todas as propriedades lhe foram confiscadas; Fernando, entretanto, devolveu-as a seus filhos.[8]) A 17 de abril de 1492, o rei assinou os papéis necessários. Nessa ocasião ou mais tarde deu a Colombo uma carta para o Cã de Catai; era a China, e não a Índia, que Colombo esperava alcançar, e que até o fim da vida pensou ter encontrado. A 3 de agosto o *Santa Maria* (seu navio-capitânia), o *Pinta* e o *Niña* zarparam de Palos com 88 homens e provisões para um ano.

II. AMÉRICA

Aproaram ao sul em busca das Ilhas Canárias, procurando os ventos do leste antes de enfrentarem o ocidente. Após longa estada nas ilhas aventuraram-se mais para diante (6 de setembro) ao longo do paralelo de latitude 28 — não completamente para o sul a ponto de receber todos os ventos regulares; sabe-se agora que uma travessia ainda mais ao sul teria encurtado a distância e as tribulações em direção da América. O tempo estava benigno, "como abril na Andaluzia", escreveu Colombo em seu diário de bordo; "a única coisa que faltava era ouvir os rouxinóis". Passaram-se 33 dias de ansiedade. Colombo registrava a menos o número de milhas percorridas cada dia: mas como sobrestimava sua velocidade, os registros eram involuntariamente certos. Como a calmaria continuava, mudou a rota, em conseqüência do que, ainda mais do que antes, a tripulação se sentia perdida na imensidão sem-fim do mar. A 9 de outubro os capitães do *Pinta* e do *Niña* aproximaram-se do navio capitânia e imploraram a volta imediata para a Espanha. Colombo prometeu que se não se avistasse terra dentro de três dias faria o que pediam. A 10 de outubro sua própria tripulação amotinou-se, mas ele a sossegou com a mesma promessa. A 11 de outubro ergueram do oceano um galho verde com flores; sua confiança no almirante reapareceu. Às duas horas da manhã seguinte, com lua quase cheia, Rodrigo de Triana, o vigia do *Niña*, gritou *Tierra! tierra!* Era, finalmente, terra.

Quando a aurora surgiu, viram nativos nus na praia, "todos de boa estatura". Os três capitães foram à praia num barco conduzido por homens armados; ajoelharam-se, beijaram o chão e agradeceram a Deus. Colombo batizou a ilha de São Salvador e tomou posse dela em nome de Fernando, Isabel e Cristo. Os selvagens receberam seus futuros escravizadores com cumprimentos civilizados. O almirante escreveu:

> Para que pudéssemos conquistar a amizade — porque eu sabia que era gente que se poderia libertar e converter a Nosso Senhor antes pelo amor do que pela força — dei a alguns deles gorros vermelhos e a outros contas de vidro... e muitas outras coisas de pouco valor, que lhes deram muita satisfação. Ficaram tão nossos amigos que foi uma maravilha; e mais tarde foram a nado para os barcos dos navios, e nos levaram papagaios e fios de algodão... e muitas outras coisas, e em troca nós lhes demos pequenas contas de vidro.... Finalmente trocaram conosco tudo que possuíam, de boa vontade.[9]

O relato do "selvagem amistoso e dócil" que viria enfeitiçar Rousseau, Chateaubriand e Whitman, deve ter principiado nessa ocasião. Mas entre as primeiras coisas que Colombo aprendeu sobre a ilha era que esses nativos estavam sujeitos a perseguições escravizadoras por outros grupos nativos, e que eles mesmos, ou seus antepassados, tinham conquistado indígenas mais antigos. Dois dias depois de desembarcar, o almirante colocou uma observação pouco auspiciosa em seu diário: "Esta gente é muito inábil nas armas.... Com 50 homens poderiam ser todos subjugados e fazer tudo que se quisesse".[10]

Mas, infelizmente, não havia ouro em São Salvador. A 14 de outubro a pequena frota zarpou novamente, procurando Cipango — o Japão — e o ouro. A 28 de outubro fizeram uma abordagem em Cuba. Ali também os nativos eram amistosos; tentaram imitar os visitantes no canto da Ave-Maria, e fizeram o possível para fazer o sinal-da-cruz. Quando Colombo lhes mostrou ouro, pareceram indicar-lhe que en-

contraria um pouco no interior que eles chamavam de Cubanacã — isto é, Cuba central. Entendendo que diziam *El gran can* — o Grande Cã da China — enviou dois espanhóis, com todas as credenciais diplomáticas, para procurar o potentado arredio. Voltaram sem localizar o Cã, mas com uma agradável descrição das delicadezas que tinham recebido. Trouxeram também o primeiro relatório, feito por europeus, do fumo americano: tinham visto nativos, homens e mulheres, fumando ervas de *tabaco* enroladas em forma de charuto, que era metido no nariz. Desapontado, Colombo deixou Cuba (4 de dezembro), levando consigo, à força, cinco rapazes nativos para servirem de intérpretes, e sete mulheres para consolá-los. Todos morreram a caminho da Espanha.

Entrementes, o capitão mais idoso de Colombo, Martín Alonso Pinzón, desertara com seu navio para procurar ouro por sua conta. A 5 de dezembro Colombo chegou ao Haiti. Aí permaneceu quatro semanas, bem recebido e festejado pelos nativos. Encontrou um pouco de ouro, e sentiu-se um pouco mais perto do Cã; mas seu navio-capitânia bateu em um recife e fez-se em pedaços pelas ondas e rochedos, na véspera do Natal que ele projetara celebrar como o mais feliz de sua vida. Por sorte o *Niña* estava perto para salvar a tripulação, e os bondosos nativos aventuraram-se em suas canoas para ajudar a salvar a maior parte da carga antes de o navio afundar. Seu chefe consolou Colombo com hospitalidade e ouro, e afirmativas de que havia grande quantidade do metal assassino em Haiti. O almirante agradeceu a Deus pelo ouro, perdoou-O pelo naufrágio, e escreveu em seu diário que Fernando e Isabel teriam agora meios suficientes para conquistar a Terra Santa. Ficou tão impressionado com as boas maneiras dos nativos que deixou parte de sua tripulação como estabelecimento para explorar a ilha enquanto voltava à Espanha para dar conta de suas descobertas. A 6 de janeiro de 1493, Pinzón juntou-se a ele com o *Pinta;* suas desculpas foram aceitas, pois Colombo relutava em voltar com apenas um navio. A 16 de janeiro iniciou a viagem de volta.

Foi uma viagem longa e triste. Durante todo o mês de janeiro os ventos foram hostis, e a 12 de fevereiro uma violenta tempestade açoitou os navios minúsculos que não tinham mais de 23 metros de comprimento.[11] Quando se aproximavam dos Açores, Pinzón desertou novamente, esperando ser o primeiro a chegar à Espanha com a grande notícia de que a Ásia tinha sido encontrada. O *Niña* ancorou ao largo de Santa Maria nos Açores (17 de fevereiro); metade da tripulação foi a terra, em parte para fazer uma peregrinação ao templo da Virgem; foi presa pelas autoridades portuguesas e todos ficaram na prisão durante quatro dias enquanto Colombo se impacientava ao largo. Foram soltos, e o *Niña* zarpou novamente; mas outra tempestade desviou-o da rota, partiu-lhe as velas, e desesperou de tal maneira os marinheiros que eles juraram passar seu primeiro dia em terra a pão e água e observando os Dez Mandamentos. A 3 de março avistaram Portugal, e embora Colombo soubesse que estava arriscando um incidente diplomático, resolveu desembarcar em Lisboa de preferência a iniciar os 362 quilômetros que faltavam para Palos com uma vela apenas. Dom João II recebeu-o com amabilidade; o *Niña* foi consertado; e a 15 de março chegou a Palos após "trabalhos e horrores infinitos" (disse Colombo), 193 dias após sair daquele porto. Martín Pinzón tinha desembarcado no noroeste da Espanha alguns dias antes, e mandara uma mensagem a Fernando e Isabel, que se recusaram a recebê-lo ou a seu mensageiro. O *Pinta* chegou a Palos um dia depois do *Niña.* Pinzón fugiu amedrontado e só para casa, foi para a cama, e morreu.

III. AS ÁGUAS DA AMARGURA

Colombo foi saudado pelo rei e pela rainha em Barcelona, viveu seis meses na corte, e recebeu o título de *Almirante del Mar Oceano,* como se chamava o Atlântico a oeste dos Açores. Foi nomeado governador do Novo Mundo, ou, como se descreveu a si mesmo, "Vice-Rei e Governador-Geral das Ilhas e Terra Firme de Ásia e Índia".[12] Como se dizia que Dom João II estava preparando uma frota para atravessar o Atlântico, Fernando apelou a Alexandre VI para definir os direitos da Espanha sobre o "Mar Oceano". O papa espanhol, em uma série de bulas (1493), reconheceu à Espanha todas as terras não cristãs a oeste, e a Portugal todas a leste, de uma linha imaginária traçada ao norte e ao sul 270 milhas e oeste dos Açores e das ilhas de Cabo Verde. Os portugueses recusaram-se a aceitar esta linha de demarcação, e a guerra estava iminente quando os governos rivais, pelo Tratado de Tordesilhas (7 de junho de 1494), concordaram em que a linha de demarcação correria ao longo de um meridiano de longitude 250 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde para as descobertas antes dessa data, mas 370 léguas a oeste das mesmas ilhas para descobertas posteriores. (A ponta oriental do Brasil fica a leste desta segunda linha.) As bulas papais davam ao novo território o nome de "Índias"; eruditos como Pietro Martire d'Anghiera aceitaram a teoria de Colombo de que chegara à Ásia; e este engano continuou até Magalhães circunavegar o globo.

Na esperança de encontrar ouro, Fernando e Isabel deram a Colombo uma nova frota de 17 navios, equipada com 1.200 homens, animais para iniciar rebanhos e manadas nas "Índias". A segunda viagem saiu de Sevilha a 25 de setembro de 1493. Trinta e nove dias mais tarde (contra 70 dias da primeira viagem), o vigia avistou uma ilha à qual Colombo, porque o dia era domingo, chamou Dominica. Não houve desembarque ali; o almirante pressentiu presa maior. Passou através do grupo extremo ocidental das Antilhas Menores, e ficou tão impressionado com seu número que as chamou as *Once Mil Virgenes;* ainda são as Ilhas Virgens. Continuando a navegar, descobriu Porto Rico; demorou-se pouco ali, depois apressou-se a ir ver o que acontecera com o estabelecimento espanhol que deixara em Haiti 10 meses antes. Não restava quase homem algum. Os europeus tinham percorrido a ilha espoliando os nativos do ouro e das mulheres; tinham fundado um paraíso tropical com cinco mulheres para cada homem; tinham brigado e matado uns aos outros, e quase todos os restantes tinham sido mortos pelos índios indignados.

A frota navegou para leste ao longo da costa haitiana. A 2 de janeiro de 1494, o almirante desembarcou homens e carga para fundar um novo estabelecimento a que chamou Isabel. Depois de dirigir a construção de uma cidade e o conserto dos navios, partiu para explorar Cuba. Não conseguindo circunavegá-la, concluiu que era o continente da Ásia, talvez a Península Malaia. Pensou em rodeá-la e dar volta ao globo, mas seus navios não estavam equipados para isso. Retrocedeu para Haiti (29 de outubro de 1494), pensando em como estaria seu estabelecimento. Ficou chocado ao ver que se comportara como o anterior; que os espanhóis tinham raptado mulheres nativas, roubado os suprimentos de víveres dos nativos, e raptado meninos para servirem de escravos; e que os nativos tinham matado muitos espanhóis como vingança. Os missionários tinham feito poucas tentativas para cristianizar os índios. Um frade reunira-se a um grupo de descontentes que tinha voltado para a Espanha para fazer aos soberanos um relatório desencorajador dos recursos famosos do Haiti. O próprio

Colombo se fizera traficante de escravos. Enviou expedições para capturar 1.500 nativos; deu 400 aos membros do estabelecimento, e enviou 500 para a Espanha. Duzentos morreram na viagem; os sobreviventes foram vendidos em Sevilha, porém morreram em poucos anos, incapazes de adaptar-se ao clima frio, ou talvez à selvageria da civilização.

Deixando ordens a seu irmão Bartolomeu para transferir o estabelecimento de Isabel para um ponto melhor em Santo Domingo (atualmente Ciudad Trujillo), Colombo partiu para a Espanha (10 de março de 1496), e chegou a Cádiz após uma viagem infeliz de 93 dias. Presenteou seus soberanos com índios e pepitas de ouro; não era muito, porém modificou as dúvidas que se tinham criado na corte a respeito da sabedoria de verter mais dinheiro no Atlântico. O almirante não se sentia bem em terra; o sal do mar estava-lhe no sangue; implorou que lhe dessem pelo menos oito navios para outra tentativa da fortuna. Os soberanos consentiram; e em maio de 1498 Colombo partiu novamente.

Esta terceira viagem foi para o sudoeste até o décimo meridiano de latitude, depois seguiu para oeste. A 31 de julho a tripulação avistou a grande ilha a que o piedoso comandante deu o nome de Trinidad; e a 31 de agosto viu o continente da América do Sul, talvez um ano antes, talvez um ano depois de Vespúcio. Após explorar o Golfo de Paria tomou a direção noroeste e chegou a Santo Domingo a 31 de agosto. Este terceiro estabelecimento tinha sobrevivido, mas um dentre quatro dos 500 espanhóis que ele deixara ali em 1496 estava sofrendo de sífilis, e os colonizadores tinham-se dividido em dois grupos hostis que estavam a pique de guerra. Para aplacar os descontentes, Colombo permitiu a cada homem que ficasse com um grande pedaço de terra, e que escravizasse os nativos que morassem nele; essa tornou-se a regra dos estabelecimentos espanhóis. Já esgotado com os trabalhos, desilusões, a artrite e uma doença dos olhos, Colombo quase sucumbiu ante esses problemas. Seu espírito às vezes se perturbava, tornou-se irritadiço, briguento, ditatorial, avarento e impiedoso em seus castigos; pelo menos assim afirmavam muitos espanhóis, que se impacientavam contra o governo de um italiano. Ele reconhecia que os problemas de dirigir o estabelecimento eram alheios à sua experiência e ao seu temperamento. Em outubro de 1499, enviou duas caravelas à Espanha com um pedido para que Fernando e Isabel nomeassem um comissário real para ajudá-lo a governar a ilha.

Os soberanos pegaram-lhe na palavra, e nomearam Francisco de Bobadilla; mas, indo além do pedido do almirante, deram ampla autoridade ao comissário, até acima de Colombo. Bobadilla chegou a Santo Domingo enquanto Colombo estava ausente, e ouviu muitas queixas da maneira pela qual Colombo e seus irmãos Bartolomeu e Diogo tinham governado o que se chamava agora Hispaniola. Quando Colombo regressou, Bobadilla mandou pô-lo na prisão, com algemas nos braços e grilhões nos pés. Após outro inquérito, o comissário mandou os três irmãos, acorrentados, para a Espanha (1º de outubro de 1500). Chegando a Cádiz, Colombo escreveu uma carta triste aos amigos da corte:

> Faz agora 17 anos que eu vim servir estes príncipes com a Empresa das Índias. Fizeram-me passar oito em discussões, e no fim repeliram-na como se fosse um brinquedo. Assim mesmo, eu insisti.... Lá longe coloquei sob sua soberania mais terra do que a que existe na África e na Europa, e mais de 1.700 ilhas.... Em sete anos, eu, pela vontade divina, fiz a conquista. No momento em que tinha o direito de esperar recompensa e aposentadoria, fui preso sem consideração e mandado de

> volta carregado de ferros.... A acusação foi baseada nas cargas maldosas feitas por civis que se tinham revoltado e desejavam apossar-se da terra....
>
> Imploro a vossas graças, com o zelo dos cristãos fiéis em quem suas Altezas têm confiança, que leiam todos os meus papéis, e vejam como eu, que vim de tão longe para servir a estes príncipes... no fim dos meus dias, fui despojado de minha honra e minhas posses sem motivo, no que não há justiça nem misericórdia.[13]

Fernando estava ocupado em dividir o reino de Nápoles com Luís XII; passaram-se seis semanas até que ele deu ordem para soltarem Colombo e seus irmãos, e mandou chamá-los à corte. Rei e rainha receberam-nos no Alhambra, consolaram-nos e lhes fizeram recuperar os benefícios, mas não sua antiga autoridade no Novo Mundo. Pelas Capitulações ou acordo que tinham assinado em 1492, os soberanos eram obrigados a deixar a Colombo plena autoridade nas terras que descobrira, mas sentiram que ele já não estava apto a exercê-la. Nomearam *Don* Nicolau de Ovando novo governador das Índias; entretanto, permitiram ao almirante que recebesse todos os seus direitos de propriedade em Santo Domingo, e tudo que até então lhe era devido sobre as pepitas de ouro e do comércio. Colombo passou o resto da vida como homem rico.

Mas não estava satisfeito. Importunou o rei e a rainha por mais uma frota; e embora ainda não tivessem certeza de que a "Empresa das Índias" lhes traria algum lucro líquido, achavam que lhe deviam outra tentativa. A 9 de maio de 1502, partindo de Cádiz, Colombo iniciou sua quarta viagem, com quatro navios e 140 homens, inclusive seu irmão Bartolomeu e seu filho Fernando. A 15 de junho avistou a Martinica. A 29 de junho, sentindo uma tempestade na atmosfera e em suas juntas, ancorou ao largo de um ponto abrigado da praia haitiana perto de Santo Domingo. Uma frota de 30 navios estava no porto principal, de partida para a Espanha. Colombo mandou recado ao governador de que se preparava um furacão, e aconselhou-o a reter os navios algum tempo. Ovando repeliu os conselhos e despediu a frota. O furacão chegou; os navios do almirante sobreviveram com um prejuízo mínimo; da frota do governador, todos os navios naufragaram, menos um; 500 vidas se perderam, inclusive a de Bobadilla, e um rico carregamento de ouro foi entregue ao oceano.

Colombo principiou então, sem o saber, os meses mais árduos e trágicos de sua atormentada carreira. Continuando para oeste, chegou a Honduras, e explorou a costa da Nicarágua e da Costa Rica na esperança de encontrar um estreito que lhe permitisse circunavegar a terra. A 5 de dezembro de 1502, formou-se uma tempestade de vento e chuva, cuja violência é vivamente descrita no diário de Colombo:

> Durante nove dias fiquei como uma pessoa perdida, sem esperança alguma de vida. Jamais olhos viram mar tão alto, bravio e coberto de espuma. O vento não só nos impedia a marcha, como também não deixava oportunidade para procurar abrigo em um promontório; portanto éramos obrigados a permanecer naquele oceano cruel, fervendo como uma panela em fogo forte. Nunca esteve o céu mais terrível; durante um dia inteiro e uma noite esteve esbraseado como uma fornalha, e os relâmpagos espocavam com tal violência que a cada vez eu me perguntava se teriam arrebatado os mastaréus e as velas; os raios vinham com tal fúria e violência que todos pensávamos que os navios seriam despedaçados. Durante este tempo todo, a água nunca deixou de cair do céu; eu não digo que chovia, pois era como outro dilúvio. Os homens estavam tão exaustos que ansiavam pela morte para ver findar seu tremendo sofrimento.[14]

Para aumentar o terror do vento, água, relâmpagos e recifes rochosos da vizinhança, apareceu uma tromba-d'água — um turbilhão espumejante no mar — perigosamen-

te próximo dos navios, e atirando a água "até as nuvens". Colombo pegou na Bíblia, e leu nela como Cristo aplacou a tempestade em Cafarnaum; depois, exorcizou a tromba-d'água fazendo com a espada um sinal da cruz no céu, quando então, assim contam, a torre de água desmoronou. Depois de 12 dias medonhos, a fúria passou, e a frota repousou em um porto próximo da atual extremidade oriental do Canal do Panamá. Ali Colombo e seus homens comemoraram tristemente o Natal de 1502 e o Dia de Ano Novo de 1503 sem saber que o Pacífico estava apenas a 64 quilômetros dali.

Outros percalços aconteceram. Treze marinheiros, subindo um rio em um bote da nau capitânia para procurar água doce, foram atacados pelos índios; todos os espanhóis menos um foram mortos, e o bote se perdeu. Dois navios tiveram de ser abandonados por estarem muito carunchosos para poderem navegar; os outros dois vazavam tanto que as bombas tinham de ser acionadas noite e dia. Finalmente os vermes revelaram-se mais fortes do que os homens, e esses navios sobreviventes tiveram de ser levados para uma praia da Jamaica (25 de junho de 1503). Ali a tripulação indefesa ficou um ano e cinco dias, dependendo, para se alimentar, da amizade precária dos nativos, que também pouco tinham de sobra. Diogo Mendez, cuja coragem tranqüila em toda essa adversidade impediu que Colombo caísse em completo desespero, prontificou-se a conduzir seis cristãos e dez índios em uma canoa de tronco de árvore por uma distância de 732 quilômetros — dos quais 128 fora do alcance da terra — a Santo Domingo, a fim de pedir auxílio. Nessa empresa a água acabou e vários índios morreram. Mendez alcançou seu objetivo, mas Ovando não quis ou não pôde ceder um navio antes de maio de 1504, para ir salvar o almirante. Em fevereiro os índios da Jamaica tinham reduzido seus presentes de víveres à tripulação náufraga a um ponto em que os espanhóis começaram a morrer de fome. Colombo tinha consigo as *Ephemerides* de Regiomontanus, que calculavam um eclipse da lua para 29 de fevereiro. Mandou chamar os chefes indígenas, e avisou-os de que Deus, em Sua cólera por terem deixado seus homens passar fome, estava prestes a apagar a lua. Eles riram, mas quando o eclipse principiou, levaram apressadamente víveres para os navios. Colombo tranqüilizou-os, dizendo que tinha pedido a Deus para trazer novamente a lua, e que Lhe prometera que os índios haveriam de alimentar condignamente os cristãos dali em diante. A lua reapareceu.

Mais quatro meses se passaram até chegar o auxílio; mas então o navio que Ovando enviou vazava tanto que quase não poderia voltar para Santo Domingo. Colombo, com o irmão e o filho, partiram em um navio mais forte para a Espanha, chegando a 7 de novembro depois de uma viagem longa e tempestuosa. O rei e a rainha ficaram desapontados por não ter encontrado mais ouro, ou um estreito para o Oceano Índico; e nem Fernando nem Isabel, que estava à morte, tiveram tempo de receber o marujo de cabelos brancos que finalmente voltava do mar para a sua terra. Seus "dízimos" do Haiti ainda lhe eram pagos; sofria de artrite, mas não de pobreza. Quando finalmente Fernando consentiu em recebê-lo, Colombo, mais velho do que seus 58 anos, mal pôde suportar a comprida viagem à corte em Segóvia. Pediu todos os títulos, direitos e rendimentos que lhe tinham sido prometidos em 1492. O rei hesitou e ofereceu-lhe uma rica propriedade em Castela; Colombo recusou. Acompanhou a corte a Salamanca e a Valladolid; e ali, alquebrado de corpo e de coração, morreu, a 20 de maio de 1506. Nunca homem algum refizera assim o mapa da terra.

IV. A NOVA PERSPECTIVA

Agora que ele mostrara o caminho, uma centena de outros marinheiros precipitou-se para o Novo Mundo. Esse nome foi usado pela primeira vez por um comerciante florentino cujo próprio nome agora define as Américas. Américo Vespúcio foi enviado à Espanha pelos Medici para resolver os negócios de um banqueiro florentino. Em 1495 conseguiu um contrato para armar 12 navios para Fernando. Ficou contagiado pela febre da exploração, e em cartas escritas depois (1503-04) a amigos de Florença, afirmava ter feito quatro viagens ao que ele denominava *novo mondo*, e que em uma dessas, a 16 de junho de 1497, tocara o continente da América do Sul. Como João Caboto chegara à Ilha do Cabo Bretão, no Golfo de São Lourenço, a 24 de junho de 1497, e Colombo avistara a Venezuela em 1498, o relatório de Vespúcio dá-lhe o direito de ser o primeiro europeu a chegar ao continente do Hemisfério Ocidental desde Leif Ericsson (*ca.* 1000). A confusão e as negligências dos relatos de Vespúcio lançaram dúvidas em suas afirmativas; mas é digno de nota que em 1505 Colombo, que a essa altura devia poder julgar a honestidade de Vespúcio, confiou-lhe uma carta para o filho do almirante, Diogo.[15] Em 1508 Vespúcio foi feito *piloto mayor* — chefe de todos os pilotos — da Espanha, e deteve esse cargo até morrer.

Uma versão latina de uma de suas cartas foi impressa em Saint-Dié (Lorena) em abril de 1507. Martin Waldseemüller, professor de cosmografia da Universidade de Saint-Dié, citou a carta em sua *Cosmographiae introductio,* que publicou ali naquele ano; aceitava o relato de Vespúcio como digno de fé, e sugeria que o nome *Amerige* ou *America* fosse dado ao que nós agora chamamos América do Sul. Em 1538 Gerhardus Mercator aplicou *America,* em um de seus mapas célebres, a todo o Hemisfério Ocidental. Está estabelecido que em 1499, se não em 1497, Vespúcio, navegando com Alonso de Ojeda, explorou a costa da Venezuela. Em 1500, pouco depois do acidental descobrimento do Brasil por Cabral, Vicente Pinzón, que tinha comandado o *Niña* na primeira viagem de Colombo, explorou a costa brasileira e descobriu o Amazonas. Em 1513 Vasco Núñez de Balboa avistou o Pacífico, e Ponce de León, sonhando com uma fonte de juventude, descobriu a Flórida.

Os descobrimentos iniciados por Dom Henrique, o Navegador, continuados por Vasco da Gama, culminando em Colombo, e completados por Magalhães, produziram a maior revolução comercial da história antes.do advento do aeroplano. A abertura dos mares ocidentais e meridionais à navegação e ao comércio encerrou a era do Mediterrâneo na história da civilização, e iniciou a era do Atlântico. À medida que mais e mais ouro da América chegava à Espanha, o declínio econômico aumentava nos estados do Mediterrâneo, e até nas cidades do sul da Alemanha que, como Augsburgo e Nuremberg, tinham sido comercialmente ligadas à Itália. As nações do Atlântico encontravam no Novo Mundo um escoadouro para os excedentes de população, as reservas de energia e para os criminosos, e desenvolveram ali mercados ávidos para as mercadorias européias. A indústria era estimulada na Europa Ocidental, exigindo invenções mecânicas e melhores formas de força, que fizeram a Revolução Industrial. Novas plantas chegaram da América para enriquecer a agricultura européia — a batata, o tomate, a alcachofra, a abóbora, o milho. O afluxo de ouro e prata elevou os preços, encorajou os manufatureiros, enervou os trabalhadores, credores e senhores feudais, e gerou e arruinou o sonho da Espanha de dominar o mundo.

Os efeitos morais e mentais das explorações rivalizavam com os resultados econômi-

cos e políticos. O cristianismo estava espalhado por um hemisfério imenso, por isso a Igreja Católica Romana ganhou mais adeptos no Novo Mundo do que a Reforma lhe tirou no Velho. As línguas espanhola e portuguesa foram dadas à América Latina, e produziram ali robustas literaturas independentes. A moral européia não foi melhorada pelos descobrimentos, a brutalidade ilegal dos colonizadores voltou para a Europa com os marinheiros e colonizadores que regressavam, e levou a um recrudescimento da violência e da irregularidade sexual. O intelecto europeu foi vigorosamente transtornado pela revelação de tantos povos, costumes e cultos; os dogmas das grandes religiões sofreram pelo atrito mútuo; e mesmo quando protestantes e católicos levaram suas afirmativas hostis a guerras ruinosas, essas afirmativas iam-se desfazendo nas dúvidas e na conseqüente tolerância do Iluminismo.

Acima de tudo isso, um orgulho de realização inspirava o espírito humano precisamente quando Copérnico estava a ponto de reduzir a importância cósmica da terra e de seus habitantes. Os homens sentiam que o mundo da matéria tinha sido conquistado pela coragem do espírito humano. A divisa medieval de Gibraltar — *nec plus ultra* — foi desmentida pela abreviação; era agora *plus ultra* — mais além. Todos os limites tinham sido removidos; todo o mundo estava aberto; tudo parecia possível. Agora, com um impulso ousado e otimista, principiava a história moderna.

CAPÍTULO XIV

Erasmo, o Precursor

1469-1517

I. A EDUCAÇÃO DE UM HUMANISTA

O MAIOR dos humanistas nasceu em Rotterdam ou em suas proximidades em 1466 ou 1469, filho segundo e natural de Gerard, clérigo de ordens menores, e de Margaret, filha viúva de um médico. Parece que o pai ordenou-se padre logo após este *contretemps*. Desconhecemos como foi que o menino recebeu o nome carinhoso de Desiderius Erasmus, que significa o amado desejado. Os primeiros professores ensinaram-lhe a ler e a escrever holandês, mas quando foi estudar com os Irmãos da Vida Comum, em Deventer, foi multado por falar a língua materna; ali o latim era a *pièce de résistance*, e a piedade era tão rigorosa quanto a disciplina. No entanto, os Irmãos estimulavam o estudo dos clássicos pagãos escolhidos, e Erasmo principiou em Deventer a adquirir seu espantoso domínio da língua e da literatura latinas.

Por volta de 1484 morreram-lhe os pais. O pai deixou uma fortuna modesta aos dois filhos, mas os tutores consumiram a maior parte, e dirigiram os rapazes para a carreira monástica, por não exigir qualquer patrimônio. Eles protestaram, pois desejavam ir para uma universidade; por fim foram persuadidos — Erasmo, assim dizem, pela promessa de conseguir muitos livros. O filho mais velho aceitou seu destino, e chegou a ser (conta Erasmo) *strenuus compotor nec scortator ignavus* — "um beberrão de força e não menor libertino".[1] Desiderius fez votos como cônego agostiniano no priorato de Emmaus, em Steyn. Tentou com afinco apreciar a vida do convento, até escreveu um ensaio, *De contemptu mundi (Sobre o Desprezo do Mundo)*, para se convencer de que um mosteiro era exatamente o lugar para um rapaz de espírito voraz e estômago delicado. Mas seu estômago reclamava contra os jejuns e virava-se com o cheiro de peixe; o voto de obediência revelou-se ainda mais penoso do que o de castidade; e talvez a biblioteca monacal fosse deficiente em clássicos. O bondoso prior teve pena dele, e emprestou-o como secretário a Henrique de Bergen, bispo de Cambrai. Erasmo então (1492) aceitou a ordenação sacerdotal.

Mas em qualquer parte que estivesse tinha um pé em outro lugar.[2] Invejava os jovens que tinham ido de sua escola local para as universidades. Paris exalava um perfume de saber e desejo que era capaz de intoxicar os sentidos aguçados através de grandes distâncias. Após alguns anos de serviço eficiente, Desiderius induziu o bispo a mandá-lo para a Universidade de Paris, provido de dinheiro que bastava apenas para sobreviver. Ouvia impaciente as conferências, mas devorava as bibliotecas. Assistia a peças e festas, e às vezes explorava os encantos femininos;[3] observa, em um de seus *Colóquios*, que a maneira mais agradável de aprender francês é com as *filles de joie*.[4]

Todavia, sua paixão mais forte era pela literatura, pois a magia musical das palavras abria uma porta para um mundo de imaginação e delícia. Aprendeu grego sozinho; com o tempo, a Atenas de Platão e Eurípides, Zenão e Epicuro tornou-se-lhe tão familiar como a Roma de Cícero, Horácio e Sêneca; e ambas as cidades eram quase tão reais para ele como a margem esquerda do Sena. Sêneca parecia-lhe um cristão tão bom quanto São Paulo, e muito melhor estilista (ponto em que talvez seu gosto não fosse muito puro). Vagueando através dos séculos, descobriu Lourenço Valla, o Voltaire napolitano; saboreava o latim elegante e a audácia descuidada com que Valla tinha flagelado a invencionice da "Doação de Constantino", encontrara erros graves na Vulgata, e refletira se o epicurismo não poderia ser o *modus vivendi* mais sábio; o próprio Erasmo assombraria mais tarde os teólogos, e consolaria alguns cardeais, procurando reconciliar Epicuro e Cristo.[5] Ainda soavam em Paris ecos de Duns Scotus e Ockham; o nominalismo estava em ascensão, ameaçando doutrinas fundamentais como a transubstanciação e a Trindade. Estas fugas de pensamento prejudicavam a ortodoxia do jovem padre, não lhe deixando muito mais do que uma profunda admiração pela ética de Cristo.

A predileção que tinha pelos livros era quase tão dispendiosa como um vício. Para aumentar sua pensão, dava aulas particulares a estudantes mais jovens e foi morar com um deles. Mesmo assim, não conseguia o suficiente para ter conforto. Importunava o bispo de Cambrai: "Tanto minha pele como minha bolsa precisam ser cheias — uma com carne, outra com moedas. Agi com a vossa habitual bondade";[6] ao que o bispo respondeu com sua habitual moderação. Um aluno, o senhor de Vere, convidou-o a visitar seu castelo de Tournehem, na Flandres; Erasmo ficou encantado ao encontrar na senhora Anne de Vere uma protetora do gênio; ela reconheceu esta qualidade nele, e auxiliou-o com um presente, que foi logo consumido. Outro discípulo rico, Mountjoy, levou-o à Inglaterra (1499). Lá, nas grandes casas de campo da aristocracia, o agitado professor encontrou um reino de prazer refinado que lhe transformou o passado monacal em lembrança aterrorizante. Contou seu progresso a um amigo em Paris, em uma dessas inúmeras e inimitáveis cartas que são agora seu monumento mais vivo:

> Estamos progredindo. Se fores sensato, também virás voando para cá.... Se conhecesses as graças da Inglaterra!... Para mencionar uma dentre muitas atrações: existem aqui ninfas de traços divinos, tão amáveis e bondosas.... Ainda mais, há uma moda que nunca se louva demais. A qualquer parte que vamos, somos recebidos por todos com beijos; quando partimos, despedem-se de nós com beijos; se retrocedemos, nossos cumprimentos nos são retribuídos.... Sempre que se dá um encontro há cumprimentos em abundância; para qualquer lado que nos voltemos nunca ficamos sem eles. Oh Fausto! Se uma vez provasses como são suaves e perfumados esses lábios, haverias de desejar ser viajante, não por 10 anos, como Sólon, mas por toda a vida na Inglaterra.[7]

Na casa de Mountjoy, em Greenwich, Erasmo conheceu Thomas More, então com 22 anos, e assim mesmo suficientemente distinguido para propiciar ao sábio uma apresentação ao futuro Henrique VIII. Em Oxford ficou quase tão encantado com a camaradagem sem-cerimônia entre os estudantes e a faculdade como ficara pelos beijos das divindades campesinas. Ali aprendeu a amar John Colet, que apesar de "defensor e campeão da velha teologia", assombrava seu tempo por praticar o cristianismo. Erasmo ficou impressionado com o progresso do humanismo na Inglaterra:

> Quando ouço meu Colet, parece-me ouvir o próprio Platão. Em Grocyn quem não fica maravilhado ante um mundo tão perfeito de saber? Que é que pode ser mais apurado, profundo e delicado do que o raciocínio de Linacre? Que é que a natureza criou de mais amável, suave e feliz do que o gênio de Thomas More?[8]

Esses homens influenciaram profundamente Erasmo em seu aperfeiçoamento. De jovem vaidoso e travesso, embriagado pelo vinho dos clássicos e pela ambrosia das mulheres, transformou-se em um letrado ardoroso e aplicado, que ansiava não apenas por dinheiro e fama, e sim por algum empreendimento duradouro e benéfico. Quando deixou a Inglaterra (janeiro de 1500), tomara a decisão de estudar e publicar o texto grego do Novo Testamento como a essência destilada daquele verdadeiro cristianismo que, na opinião tanto dos reformadores como dos humanistas, tinha sido superado e encoberto pelos dogmas e acréscimos dos séculos.

A lembrança agradável de sua primeira visita à Inglaterra foi obscurecida pela derradeira hora. Em Dover, passando pela alfândega, o dinheiro que seus amigos ingleses lhe tinham dado, que importava em umas 20 libras ($ 2,000?), foi confiscado pelas autoridades, uma vez que a lei inglesa proibia a exportação de ouro ou prata. More, que ainda não era um grande advogado, advertira-o erroneamente de que a proibição se aplicava apenas à moeda inglesa; e Erasmo tinha trocado as libras por moedas francesas. Nem seu inglês titubeante nem seu latim corcoveante conseguiram desviar-se da ortodoxia voraz da lei; e Erasmo embarcou para a França praticamente sem vintém. "Sofri um naufrágio", disse ele, "antes de ir para o mar."[9]

II. O PERIPATÉTICO

Detendo-se alguns meses em Paris, publicou sua primeira obra de importância, *Collectanea adagiorum,* coleção de 818 adágios ou citações, a maioria tirada dos autores clássicos. O renascimento do saber, isto é, da literatura antiga — tinha lançado a moda de enfeitar as opiniões próprias com um trecho de algum autor grego ou latino; vemos esse costume em plena forma nos *Ensaios* de Montaigne e na *Anatomia da Melancolia* de Burton; no século XVIII permaneceu na oratória forense da Inglaterra. Erasmo acompanhou cada adágio de um comentário curto, geralmente dirigido ao interesse comum e temperado com espírito satírito; assim, observou ele, "na Escritura diz-se que os padres devoram os pecados do povo e acham os pecados tão duros de digerir que precisam do melhor vinho para regá-los".[10] O livro foi uma dádiva para os escritores e oradores; vendeu-se tão bem que durante um ano Erasmo pôde alimentar-se sem auxílio de ninguém. Ainda mais, o arcebispo de Warham, saboreando o livro apesar de suas farpas, enviou ao autor um presente em dinheiro e ofereceu-lhe um benefício na Inglaterra; no entanto, Erasmo não estava preparado para abandonar o Continente por uma ilha. Nos oito anos seguintes, publicou várias revisões dos *Adagia,* aumentando-os para 3.260 passagens. Durante sua vida houve 60 edições; fizeram-se traduções do latim original para o inglês, francês, italiano, alemão e holandês; esteve sempre entre os *bestsellers* do seu tempo.

Assim mesmo os meios eram poucos; e a comida não era suficiente. Precisando de libras, Erasmo escreveu (12 de dezembro de 1500) a seu amigo James Batt, que estava ensinando um filho da senhora Anne de Vere, pedindo-lhe que

observe a ela quanto mais prestígio eu lhe darei com meu estudo do que os outros padres que ela sustenta. Eles pregam sermões comuns; eu escrevo o que há de viver para sempre. Eles, com suas tolices, são ouvidos em uma ou duas igrejas; minhas obras serão lidas por todos os que sabem latim e grego em todos os países do mundo. Eclesiásticos ignorantes assim abundam por toda a parte; homens como eu raramente se encontram em muitos séculos. Repita-lhe tudo isto, a menos que você seja supersticioso demais para dizer algumas mentiras por um amigo.[11]

Falhando essa aproximação, escreveu novamente em janeiro, sugerindo que Batt contasse à senhora que Erasmo estava perdendo a vista, e acrescentando: "Mande-me quatro ou cinco moedas de ouro do seu bolso, que você recuperará do dinheiro da senhora".[12] Como Batt não entrou nessa armadilha, Erasmo escreveu diretamente à senhora, comparando-a às mais nobres heroínas da história e às mais belas concubinas de Salomão, prevendo-lhe uma eternidade de fama.[13] Ela sucumbiu a esta derradeira vaidade; Erasmo recebeu um presente substancial e recuperou a vista. O costume do tempo perdoava um escritor por implorar auxílio de protetores, uma vez que os editores ainda não estavam preparados para manter até autores amplamente lidos. Erasmo podia ter tido benefícios, bispados, e mesmo mais tarde, um chapéu cardinalício; recusou tais ofertas muitas vezes a fim de permanecer *free-lancer*, intelectualmente sem grilhões. Preferia pedir com liberdade a decair em cadeias.

Em 1502, fugindo da peste, Erasmo mudou-se para Louvain. Adriano de Utrecht, reitor da universidade, ofereceu-lhe uma cadeira; Erasmo recusou. Voltando a Paris resolveu ganhar a vida com a pena — uma das primeiras tentativas modernas nessa empresa descuidada. Traduziu os *Ofícios* de Cícero, a *Hécuba* de Eurípides e os *Diálogos* de Luciano. Sem dúvida estes céticos alegres cooperaram para formar o espírito e o estilo de Erasmo. Em 1504 Erasmo escreveu a um amigo:

> Santo Deus! com que humor, com que rapidez Luciano maneja seus golpes, transformando tudo em ridículo, e não deixando passar coisa alguma sem um toque de zombaria. Seus golpes mais pesados dirigem-se aos filósofos... devido às suas afirmativas sobrenaturais, e aos estóicos por sua arrogância intolerável.... Não usa de menos liberdade para escarnecer dos deuses, de onde o apelido de ateu que lhe é aplicado — distinção honrosa, vinda dos ímpios e dos supersticiosos.[14]

Em uma segunda visita à Inglaterra (1505-06), seguiu Colet em peregrinação ao templo de São Thomas à Becket em Cantuária. Descrevendo esta viagem sob nomes fictícios em um de seus *Colóquios*, contou como "Graciano" (Colet) ofendeu seu guia monástico ao sugerir que um pouco da riqueza que enfeitava a catedral fosse empregada para diminuir a pobreza em Cantuária; como o monge lhes mostrou leite que saíra realmente do seio da Virgem, e "uma espantosa quantidade de ossos", que tinham de ser todos beijados respeitosamente; como Graciano deixou de beijar um sapato velho que se dizia ter sido usado por Becket; e como, favor climático e lembrança sagrada, o guia ofereceu a Graciano um pano que se dizia ter sido usado pelo santo para enxugar a testa e assoar o nariz, e que ainda trazia provas disso, no que Graciano fez uma careta e se revoltou. Os dois humanistas, chorando pela humanidade, voltaram a Londres.[15]

Ali a boa sorte chegou para Erasmo. O médico de Henrique VII ia mandar dois filhos para a Itália; Erasmo foi contratado para acompanhá-los como "guia e supervisor-geral". Ficou com os meninos em Bologna durante um ano, devorando as

bibliotecas e aumentando diariamente sua fama de saber, latinidade e espírito. Até essa ocasião tinha usado o traje de cônego agostiniano — batina preta, manto e capuz e um capelo branco que geralmente levava no braço; agora (1506) abandonava essa indumentária pela roupa menos aparatosa de padre secular, e afirmava ter recebido permissão para essa mudança do Papa Júlio II, que estava então em Bologna como conquistador militar. Por motivos para nós desconhecidos, voltou para a Inglaterra em 1506, e ensinou grego em Cambridge. Mas em 1508 vamos encontrá-lo novamente na Itália — preparando uma edição aumentada dos *Adagia* para a prensa de Aldo Manúcio em Veneza. Indo para Roma (1509), ficou encantado pela vida fácil, maneiras requintadas e cultura intelectual dos cardeais. Achou graça — como Lutero, em Roma no ano anterior, ficara escandalizado — nas incursões que os temas e modos pagãos tinham feito na capital da cristandade. O que mais chocou Erasmo foi a política marcial, o ardor e as perseguições de Júlio II; nisso concordou com Lutero; mas também concordou com os cardeais, que aprovavam gostosamente as ausências do Papa combativo. Receberam Erasmo em suas reuniões sociais e ofereceram-lhe uma sinecura eclesiástica se quisesse fixar-se em Roma.

Exatamente quando ia aprendendo a amar a Cidade Eterna, Mountjoy enviou-lhe recado de que Henrique VII tinha morrido, que o amigo dos humanistas tornara-se Henrique VIII, e que todas as portas e empregos estariam agora abertos a Erasmo se voltasse para a Inglaterra. E junto com a carta de Mountjoy chegou uma do próprio Henrique VIII:

> Nossas relações principiaram quando eu era menino. O respeito que eu então aprendi a sentir por vós aumentou pela menção elogiosa que fizestes de mim em vossas obras; e pelo emprego que destes ao vosso talento para o progresso da verdade cristã. Até aqui carregastes sozinho vosso fardo; dai-me agora o prazer de vos ajudar e proteger até onde chegue o meu poder.... Vosso bem-estar é precioso para todos nós.... Proponho portanto que abandoneis qualquer idéia de vos fixardes em outro lugar. Vinde para a Inglaterra, e ficai certo de uma acolhida calorosa. Vós ditareis as condições; serão honrosas e liberais quanto desejardes. Lembro-me de que dissestes que quando estivésseis cansado de perambular faríeis deste país o lar de vossa velhice. Peço-vos, por tudo quanto é sagrado e bom, cumprais a vossa promessa. Não é de agora que aprendemos o valor tanto de vossos dotes intelectuais como de vossos conselhos. Consideraremos vossa presença entre nós como o bem mais precioso que possuímos.... Desejais o repouso; nada vos pediremos além de que façais de nosso reino a vossa pátria.... Portanto, vinde para cá, meu caro Erasmo, e que vossa presença seja a resposta ao meu convite.[16]

Como se poderia recusar um convite tão delicado e generoso? Mesmo que Roma o fizesse cardeal, a língua de Erasmo ficaria presa; na Inglaterra, rodeado de amigos influentes e protegido por um rei poderoso, poderia escrever mais livremente e continuar a salvo. Um tanto relutante, despediu-se dos humanistas de Roma, dos grandes palácios e bibliotecas, dos cardeais que o haviam protegido. Novamente tomou o caminho dos Alpes para Paris, e daí para a Inglaterra.

III. O SATÍRICO

Ficou ali cinco anos, e durante todo esse tempo não recebeu do rei mais do que um cumprimento ocasional. Estaria Henrique demasiadamente ocupado com as relações

exteriores ou com as domésticas? Erasmo esperou e impacientou-se. Mountjoy veio salvar a situação com um presente; Warham dotou-o com os rendimentos de uma paróquia no Kent; e John Fisher, bispo de Rochester e chanceler da Universidade de Cambrigde, nomeou-o professor de grego com 13 libras ($1,300) por ano. Para lhe aumentar a renda com que pudesse manter um criado e um cavalo, Erasmo dedicava suas publicações aos amigos, que sempre corresponderam insuficientemente.

No primeiro ano desta terceira estada na Inglaterra, e em casa de Thomas More, Erasmo escreveu em sete dias seu livro mais célebre, *O Elogio da Loucura*. Seu título grego latinizado, *Encomium Moriae*, era um trocadilho com o nome de More, porém *moros* era louco em grego, e *moria*, loucura. Erasmo conservou a obra em manuscrito durante dois anos, depois foi rapidamente a Paris para mandá-la imprimir (1511). Publicaram-se 40 edições durante sua vida; houve umas 12 traduções; Rabelais devorou-o; em 1632 Milton encontrava-o "nas mãos de todos", em Cambridge.

Moria, segundo o emprego de Erasmo, significava não apenas loucura, absurdo, ignorância e estupidez, mas também impulso, instinto, emoção e simplicidade iletrada, contra sabedoria, razão, cálculo, intelecto. Toda a raça humana, lembra-nos ele, deve sua existência à loucura, pois o que é mais absurdo do que a perseguição polimorfa do macho atrás da fêmea, a febril idealização que ele faz de sua carne, sua paixão lasciva pela cópula? Qual o homem sensato que pagaria por essa diminuição com a escravidão da monogamia por toda a vida? Qual a mulher sensata que pagaria por ela as dores e atribulações da maternidade? Não é ridículo que a humanidade seja o derivado acidental deste mútuo atrito? Se os homens e as mulheres se detivessem para raciocinar, tudo estaria perdido.[17]

Isto ilustra a necessidade da loucura, e a tolice da sabedoria. Existiria a coragem se a razão governasse?[18] Seria possível a felicidade? — ou teria razão o Eclesiastes em acreditar que "aquele que aumenta o saber aumenta a tristeza, e que em muita sabedoria há muita dor"? Quem seria feliz se soubesse o futuro? Felizmente a ciência e a filosofia são malogros, são ignoradas pelo povo, e não fazem grande dano à ignorância vital da raça. Os astrônomos "darão à gente, com a precisão de um fio de cabelo, as dimensões do sol, da lua e das estrelas, com tanta facilidade como dariam a de um frasco ou de uma panela", mas "a natureza se ri de suas mesquinhas conjeturas."[19] Os filósofos confundem os confusos e escurecem a escuridão; prodigalizam tempo e espírito com sutilezas lógicas e metafísicas sem outro resultado além do vento; deveríamos mandá-los, de preferência a nossos soldados, contra os turcos, que recuariam aterrorizados diante de tão espantosa verbosidade.[20] Os médicos não são melhores; "toda a sua arte, como se pratica atualmente, é um conjunto de impostura e habilidade".[21] Quanto aos teólogos,

> dir-nos-ão com todos os pontos todos os sucessivos processos da Onipotência na criação do universo; explicarão a maneira exata de como o pecado original nos vem de nossos primeiros pais; eles nos satisfarão quanto à maneira... como nosso Salvador foi concebido no ventre da Virgem, e demonstrarão, na hóstia consagrada, como os acidentes podem subsistir sem um sujeito... como um corpo pode estar em vários lugares ao mesmo tempo, e como o corpo de Cristo difere do Seu corpo na cruz e no sacramento.[22]

Pensem também na tolice apresentada como milagres e prodígios — aparições, relíquias curativas, evocações de Satanás e "outros fantasmas semelhantes da superstição".

> Estes absurdos... são um bom negócio e proporcionam uma renda aos padres e frades que por meio deste ofício conseguem seu lucro.... Que direi eu dos que louvam e sustentam o embuste dos perdões e indulgências? — que por meio destes calculam o prazo de estada de cada alma no purgatório, e lhe conferem uma permanência maior ou menor segundo a aquisição que fizerem de maior ou menor número destes vis perdões e isenções negociáveis? Ou o que se pode dizer bastante mal de outros que fingem que pela força de tais encantos mágicos, ou pelo manejo de suas contas no ensaio de tais e tais pedidos (que alguns impostores religiosos inventaram, ou para divertimento, ou, o que é mais provável, para lucro), fornecerão riqueza, honrarias, prazer, longevidade e uma velhice luxuriosa, e mais depois da morte, um lugar à mão direita do Salvador?[23]

A sátira prossegue à custa de monges, frades, inquisidores, cardeais, papas. Os monges atormentam o povo com esmolas, pensam tomar o céu por um cerco de salmodias soporíficas. O clero secular tem fome e sede de dinheiro; "são sutilíssimos na arte de arranjar... dízimos, oferendas, emolumentos, etc".[24] Todas as classes e variedades do clero concordam em mandar matar as feiticeiras. Os papas perderam qualquer semelhança com os Apóstolos em "suas riquezas, honrarias, jurisdições, cargos, dispensas, licenças, indulgências... cerimônias e dízimos, excomunhões e interdições", sua avidez pelos legados, diplomacia mundana e por suas guerras sangrentas.[25] Como poderia uma Igreja assim sobreviver a não ser através da loucura, da simplicidade ingênua da humanidade?[26]

O *Elogio da Loucura* levou os teólogos a uma fúria compreensível. "Vós deveríeis saber", escreveu Martin Dropsius a Erasmo, "que vosso *Moria* levou grande perturbação até àqueles que antes eram vossos admiradores fiéis."[27] Mas a sátira nessa devastação alegre era suave, comparada à que marcou a produção seguinte de Erasmo. O terceiro e último ano de seu magistério em Cambridge (1513) foi o ano da morte do Papa Júlio II. Em 1514 apareceu em Paris uma sátira ou diálogo chamado *Iulius exclusus*. Erasmo fez todos os esforços, afora a negativa explícita, por disfarçar sua autoria, mas o manuscrito tinha passado pelas mãos de seus amigos, e More, descuidadamente, colocou-o entre as obras de Erasmo.[28] Pode aparecer aqui como talvez um exemplo perfeito do Erasmo satírico. O papa-guerreiro morto encontra as portas do paraíso fechadas para ele por um teimoso São Pedro.

> *Júlio:* Basta. Sou Júlio o ligurino, P. M....
> *Pedro:* P. M.! Que é isso? *Pestis maxima?*
> *J: Pontifex Maximus*, "seu" velhaco.
> *P:* Se você é três vezes *Maximus*... não poderá entrar aqui se não for também *Optimus*.
> *J:* Impertinência! Você, que não foi mais do que *Sanctus* em todas estas eras — e eu *Sanctissimus, Sanctissimus Dominus, Sanctitas*, a própria Santidade, com bulas para prová-lo.
> *P:* Não há diferença entre ser santo e ser chamado Santo?... Deixe-me olhar um pouco mais de perto. Hum! Sinais de impiedade em abundância.... Batina de padre, mas armadura ensangüentada por baixo; olhos ferozes, boca insolente, testa impenetrável, corpo cheio de cicatrizes de pecados, hálito carregado de vinho, saúde esgotada pela libertinagem. Ai, ameace quanto quiser, vou dizer-lhe quem é.... É Júlio, o Imperador que voltou do inferno....
> *J:* Pare, senão eu o excomungo....
> *P:* Excomungar-me? Com que direito, gostaria de saber?

J: O melhor dos direitos. Você não passa de um padre, talvez nem isso — não pode consagrar. Abra, estou dizendo!

P: Tem de mostrar seus méritos primeiro....

J: Que quer dizer por méritos?

P: Ensinou a verdadeira doutrina?

J: Eu não. Estive ocupado demais com a guerra. Há monges para cuidar da doutrina, se isso tem alguma importância.

P: Ganhou almas para Cristo pelo simples exemplo?

J: Mandei bom número delas para Tártaro.

P: Fez algum milagre?

J: Psiu! Os milagres estão fora de moda.

P: Foi aplicado em suas orações?

J: O invencível Júlio não devia responder a um pescador miserável. Todavia, vai saber quem sou e o que sou. Primeiro, sou ligurino, e não judeu como você. Minha mãe era irmã do grande Papa Sisto IV. O papa me fez um homem rico com o dinheiro da Igreja. Tornei-me cardeal. Tive meus infortúnios. Tive a doença francesa (sífilis). Fui exilado, expulso de meu país, mas sempre soube que chegaria a ser papa.... Consegui, em parte com o auxílio francês, em parte com o dinheiro que pedi emprestado a juros, em parte com promessas. Creso não poderia ter fornecido todo o dinheiro que eu queria. Os banqueiros o informarão a respeito. Mas eu triunfei.... E fiz mais pela Igreja e por Cristo do que qualquer papa antes de mim.

P: Que foi que você fez?

J: Aumentei as rendas. Inventei novos ofícios e os vendi.... Cunhei novamente a moeda e acumulei grandes somas por esse meio. Nada se pode fazer sem dinheiro. Em seguida anexei Bologna à Santa Sé.... Pus em luta todos os príncipes da Europa. Rasguei tratados, e mantive grandes exércitos no campo de luta. Cobri Roma de palácios; e deixei cinco milhões no tesouro atrás de mim...

P: Por que tomou Bologna?

J: Porque queria os rendimentos....

P: E a respeito de Ferrara?

J: O duque era um miserável ingrato. Acusou-me de simonia, chamou-me pederasta.... Eu queria o ducado de Ferrara para um filho que tinha, em que se poderia confiar que seria fiel à Igreja, e que acabava de apunhalar o cardeal de Pavia.

P: Como? Papas com esposas e filhos?

J: Esposas? Não, esposas não, mas por que não filhos?...

P: Foi culpado dos crimes de que o acusavam?

J: Isso não vem ao caso....

P: Não haverá meio de remover um mau papa?

J: Absurdo! Quem pode remover a mais alta de todas as autoridades?... Um papa só pode ser corrigido por um concílio geral, mas nenhum concílio geral pode ser convocado sem o consentimento do papa.... Portanto ele não pode ser deposto por crime algum.

P: Por assassínio, não?

J: Não, nem mesmo que fosse parricídio.

P: Por adultério, não?

J: Nem por incesto.

P: Nem por simonia?

J: Nem por 600 atos de simonia.

P: Nem por envenenamento?

J: Não, nem por sacrilégio.

P: Nem por todos esses crimes reunidos em uma só pessoa?

J: Acrescente-lhe mais 600, não há força que possa depor o papa.

P: Um privilégio novo para meus sucessores — ser o pior dos homens, e ainda ficar livre de castigo. Infeliz da Igreja que não pode sacudir um tal monstro dos om-

bros.... O povo devia insurgir-se de pedras na mão e arrancar os miolos de um patife desses.... Se Satanás precisasse de vigário não poderia encontrar um mais adequado do que você. Qual a prova que apresentou de ser apóstolo?

J: Não é apostólico ampliar a Igreja de Cristo?...

P: Como foi que você ampliou a Igreja?...

J: Enchi Roma de palácios... tropas de criados, exércitos, cargos....

P: A Igreja não tinha nada disso quando foi fundada por Cristo....

J: Está pensando naquele tempo antigo quando morria de fome como papa, com um punhado de pobres bispos perseguidos à sua volta. O tempo mudou tudo.... Veja agora nossas igrejas suntuosas... bispos que parecem reis... cardeais luxuosamente servidos, cavalos e mulas arreados de ouro e pedrarias e ferrados de ouro e prata. Acima de tudo, eu, o Supremo Pontífice, carregado sobre os ombros dos soldados em uma cadeira de ouro, acenando majestosamente a mão a multidões adoradoras. Ouça o ruído do canhão, as notas das trombetas, o rufar dos tambores. Observe as máquinas militares, a populaça gritando, as tochas acesas na rua e na praça, e os reis da terra raramente admitidos a beijar os pés de minha Santidade.... Olhe para tudo isso, e diga-me, não é magnífico?... Está percebendo que pobre bispo miserável você é, comparado a mim?

P: Miserável insolente! A fraude, a usura e a esperteza te fizeram papa.... Levei a Roma gentílica a reconhecer Cristo; tu a tornaste gentílica novamente. Paulo não falou nas cidades que atacou, nas legiões que matou... falou em naufrágios, prisões, desgraças, aflições; esses foram seus triunfos apostólicos, essas foram as glórias de um general cristão. Quando se gabava era das almas que resgatara de Satanás, não de suas pilhas de ducados....

J: Tudo isto é novidade para mim.

P: É possível. Com os teus tratados e protocolos, teus exércitos e tuas vitórias, não tinhas tempo para ler os Evangelhos.... Fingias ser cristão, não és melhor do que um turco; pensas como um turco, és licencioso como um turco. Se há alguma diferença, tu és pior....

J: Então não quer abrir o portão?

P: Antes para qualquer outra pessoa do que para gente como tu....

J: Se não ceder tomarei seu lugar à força. Neste momento estão fazendo uma bela destruição lá embaixo; em breve terei 60.000 fantasmas atrás de mim.

P: Oh homem miserável! Oh miserável Igreja! Não me surpreende que agora tão poucos se apresentem aqui pedindo para entrar, quando a Igreja tem tais governantes. No entanto deve haver bondade no mundo, também, quando um tal poço de iniqüidades pode ser venerado apenas porque traz o nome de papa.[29]

Naturalmente, isto é excessivamente parcial. Nenhum patife tão irremissível como o que foi representado aqui poderia ter libertado a Itália dos invasores, substituído a velha igreja de São Pedro pela nova, ter descoberto, dirigido e desenvolvido Miguel Ângelo e Rafael, unido a civilização cristã e a clássica nas *Stanze* do Vaticano, e oferecido à habilidade de Rafael aquela imagem de profundo pensamento e cuidado exaustivo pintados no retrato incomparável de Júlio da Galeria Uffizi. E o pobre Erasmo, chamando todos os padres à pobreza apostólica, enquanto ele mesmo importunava os amigos por dinheiro! Que um padre pudesse escrever uma acusação tão feroz contra um papa revela o espírito rebelde da época. Em 1518 — ano 2 de Lutero — Peter Gillis escreveu de Antuérpia a Erasmo: "O *Iulius exclusus* está à venda por toda a parte aqui. Todos o estão comprando, todos estão falando nele".[30] Não admira que mais tarde os reformadores tenham censurado Erasmo por ter tocado o clarim da revolta e depois fugido.

Em 1514 outro produto da pena de Erasmo assustou o mundo intelectual da Euro-

pa Ocidental. De 1497 em diante tinha composto diálogos simples, manifestamente para ensinar o estilo e conversação latinos, mas que incidentalmente abordavam uma rica variedade de tópicos que na certa despertavam os escolares de seu sono diário. Seu amigo Beatus Rhenanus, com sua permissão, publicou uma série com o nome de *Familiarium colloquiorum formulae* — "Fórmulas de Colóquios Familiares, por Erasmo de Rotterdam, úteis não somente para aprimorar a linguagem de um menino como para edificar-lhe o caráter". Edições posteriores traziam mais colóquios, de modo que se tornaram a composição mais substancial de Erasmo.

São uma estranha mistura — discussões sérias sobre o casamento e a moral, exortações à piedade, descrições dos absurdos e abusos da conduta e da crença humana, salpicados de gracejos ferinos ou arriscados — tudo em um latim corrido e idiomático que deve ter sido mais duro de escrever do que a linguagem formal do discurso erudito. Um tradutor inglês em 1724 julgou "nenhum livro mais próprio do que este para ler, que, de maneira tão agradável e instrutiva, derruba completamente quase todas as Opiniões e Superstições Católicas".[31] Isto exagera ligeiramente a questão, mas realmente Erasmo, em sua maneira alegre, usou seu "livro de textos de estilo latino" para atacar novamente os defeitos do clero. Condenava o comércio de relíquias, o uso indevido da excomunhão, o poder aquisitivo dos prelados e padres, os falsos milagres impingidos aos crédulos, o culto dos santos por meios terrenos, os excessos do jejum, os contrastes chocantes entre o cristianismo da Igreja e o cristianismo de Cristo.[32] Fez uma prostituta elogiar os monges como seus clientes mais fiéis.[33] Advertiu uma jovem que queria conservar a virgindade que devia evitar "esses monges robustos e barrigudos. A castidade corre mais perigo no claustro do que fora dele".[34] Lamentava a exaltação à virgindade, e cantou um hino ao amor conjugal por superior ao celibato. Lamentava que os homens juntassem com tanto cuidado os bons cavalos, mas que, nos casamentos de conveniência financeira, casassem donzelas sadias com homens doentes; e propunha que se proibisse o casamento com sifilíticos ou pessoas que tivessem qualquer outra incapacidade ou moléstia grave.[35] Misturadas a estas reflexões sérias havia passagens de humor obsceno. Os meninos eram aconselhados a cumprimentar os adultos quando espirrassem, mas não quando "soltavam vento por trás";[36] e uma mulher grávida era saudada com uma única bênção: "Permita o céu que esse fardo que carregais... possa ter uma saída tão fácil quanto foi sua entrada".[37] A circuncisão era recomendada, "pois modera o desejo da cópula". Um comprido diálogo entre "O Rapaz e a Meretriz" terminava de maneira tranqüilizadora com a reforma da senhora.

Os críticos lamentavam que esses colóquios fossem um modo muito descuidado de ensinar o estilo latino. Um deles afirmou que todos os rapazes de Freiburg seriam corrompidos por eles.[38] Carlos V fez de seu emprego na escola um crime punível com a morte. Nisto Lutero concordou com o imperador: "No meu leito de morte proibirei meus filhos de ler os *Colóquios* de Erasmo". A indignação garantiu o êxito do livro; venderam-se 24.000 exemplares logo após a publicação; até 1550 apenas a Bíblia o ultrapassou. Entrementes, Erasmo quase tinha tornado a Bíblia sua propriedade.

IV. O ERUDITO

Deixou a Inglaterra em julho de 1514, e abriu caminho entre a neblina e a alfândega até Calais. Ali recebeu, do prior de seu mosteiro esquecido em Steyn, uma carta

sugerindo que sua licença de afastamento expirara havia muito, e que era melhor voltar para passar os anos restantes na piedade contrita. Ele ficou alarmado, pois na lei canônica o prior poderia apelar para o poder secular para arrastá-lo de volta à sua cela. Erasmo desculpou-se, e o prior não insistiu no assunto; mas para evitar uma repetição do incidente o sábio itinerante pediu a seus influentes amigos ingleses que lhe garantissem, junto a Leão X, uma dispensa de suas obrigações como monge.

Enquanto se processavam essas negociações, Erasmo subiu o Reno em direção à Basiléia, e ofereceu ao impressor Froben o manuscrito de sua produção mais importante — uma revisão crítica do texto grego do Novo Testamento, com nova tradução latina e comentário. Era um trabalho de amor, orgulho e perigo tanto para o autor como para o editor: a preparação levara anos, a impressão e edição seriam trabalhosas e caras, a presunção de melhorar a versão latina de Jerônimo, santificada havia muito como a *Vulgata*, podia ser condenada pela Igreja, e as vendas talvez não cobrissem o custo. Erasmo diminuiu um dos riscos dedicando a obra a Leão X. Em fevereiro de 1516, Froben finalmente apresentou *Novum Instrumentum omne, diligenter ab Erasmo Rot. recognitum et Emendatum*. Uma edição posterior (1518) mudou *Instrumentum* para *Testamentum*. Em colunas paralelas Erasmo apresentava o texto grego revisto por ele, e a tradução latina. O conhecimento que tinha do grego era imperfeito, e repartiu com os tipógrafos a responsabilidade de muitos erros; sob o ponto de vista professoral, essa primeira edição do Novo Testamento grego a publicar-se impressa era inferior à que um grupo de professores tinha completado e impresso por ordem do cardeal Ximenes em 1514, mas que só foi entregue ao público em 1522. Estas duas obras assinalaram a aplicação do estudo humanístico à literatura antiga do cristianismo, e o princípio dessa crítica bíblica que no século XIX restituiu a Bíblia à autoria e à falibilidade humanas.

As notas de Erasmo foram publicadas em um volume separado. Eram escritas em latim claro e idiomático, inteligíveis para todos os graduados do tempo e foram largamente lidas. Apesar de geralmente ortodoxas, anteciparam muitas descobertas de pesqüisas posteriores. Em sua primeira edição ele omitiu a célebre *Comma Johanneum* (I João 5:7), que afirmava a Trindade, mas que é negada pela *Standard Revised Version* de hoje como uma interpolação do século IV. Imprimiu, mas assinalou como provavelmente espúria a história da mulher apanhada em adultério (João 7:53; 8:11) e os últimos 12 versículos do Evangelho de Marcos. Várias vezes assinalou a diferença entre o cristianismo primitivo e o atual. Assim, em Mateus 23:27, comentava:

> Que diria Jerônimo se pudesse ver o leite da Virgem exibido por dinheiro, recebendo tanta veneração quanto o corpo consagrado de Cristo; os óleos milagrosos; os fragmentos da verdadeira cruz, suficientes, se fossem reunidos, para fabricar um grande navio? Aqui temos o capuz de São Francisco, ali a saia de Nossa Senhora, ou o pente de Santa Ana... não apresentados como auxiliares inocentes da religião, e sim como a substância da própria religião — e tudo pela avareza dos padres e hipocrisia dos monges que brincam com a credulidade do povo.

Observando que Mateus 19:12 ("Alguns se fizeram eunucos por amor do reino dos céus") fora citado para aconselhar o celibato monacal, Erasmo escreveu:

> Nesta classe incluímos aqueles que por fraude ou intimidação foram atirados àquela vida de celibato em que tinham permissão de fornicar mas não de casar; de

> modo que se apenas mantiverem uma concubina são padres cristãos, porém se tomarem esposa são queimados. Na minha opinião os pais que pretendem para seus filhos o sacerdócio celibatário seriam muito mais bondosos se os castrassem na infância, de preferência a expô-los inteiros contra a vontade a esta tentação à luxúria.[39]

E sobre Timóteo 3:2:

> Existem agora padres em grande número, imensos grupos deles, seculares e regulares, e é notório que muito poucos são castos. A grande proporção cai na luxúria, no incesto e na fecundidade às claras. Seria positivamente melhor se aqueles que não podem ser continentes tivessem permissão de ter esposas legais, e assim fugir a esta podridão imunda e miserável.[40]

Finalmente, em uma nota sobre Mateus 11:30, Erasmo feriu a nota fundamental dos reformadores — o regresso da Igreja a Cristo:

> Verdadeiramente o jugo de Cristo seria suave, e seu peso leve, se as mesquinhas instituições humanas não acrescentassem coisa alguma ao que ele mesmo impôs. Ele nada nos ordenou a não ser o amor uns pelos outros, e não há nada, por mais amargo que seja, que a afeição não suavize e adoce. Tudo segundo a natureza é facilmente suportável, e nada concorda melhor com a natureza do homem do que a filosofia de Cristo, da qual o único fim é devolver à natureza caída sua inocência e integridade.... A Igreja acrescentou-lhe muitas coisas, das quais algumas se podem omitir sem prejuízo da fé... como, por exemplo, todas essas doutrinas filosóficas sobre... a natureza — e a distinção das pessoas — da Divindade.... Que regras, que superstições, nós temos a respeito da vestimenta!... Quantos jejuns se instituem!... Que diremos dos juramentos... da autoridade do papa, do abuso das absolvições e dispensas?... Oxalá os homens se contentassem em deixar Cristo governar pelas leis do Evangelho, e que não mais procurassem fortificar sua tirania tenebrosa com decretos humanos![41]

Foram talvez as notas que levaram o livro a um êxito que deve ter surpreendido tanto o autor como o editor. A primeira edição esgotou-se em três anos; edições novas e revistas se fizeram em 69 impressões antes da morte de Erasmo. A crítica à obra foi veemente; apontaram-se muitos erros; e o Dr. Johann Eck, professor em Ingolstadt e proto-antagonista de Lutero, rotulou de escandalosa a afirmativa de Erasmo de que o grego do Novo Testamento era inferior ao de Demóstenes. No entanto, Leão X aprovou a obra, e o Papa Adriano VI pediu a Erasmo que fizesse com o Velho Testamento o que tinha feito com o Novo; mas o Concílio de Trento condenou a tradução de Erasmo, e declarou a *Vulgata* de Jerônimo a única versão latina autêntica da Bíblia. O Novo Testamento de Erasmo foi logo invalidado como didático, mas como acontecimento na história do pensamento sua influência foi imensa. Facilitou e saudou as traduções vernáculas que em breve se seguiriam. Dizia uma passagem veemente do prefácio:

> Gostaria que a mais fraca mulher lesse os Evangelhos e as Espístolas de São Paulo... Gostaria que essas palavras fossem traduzidas para todas as línguas, a fim de que não só escoceses e irlandeses, como também turcos e sarracenos pudessem lê-las. Anseio por que o lavrador as cante para si mesmo quando acompanha o arado, o tecelão as murmure ao som de sua lançadeira, que o viajante iluda com elas a mo-

> notonia da jornada... Podemos lamentar ter empreendido outros estudos, mas feliz é o homem para quem chega a morte quando está entregue a estes. Estas palavras sagradas lhe darão a verdadeira imagem de Cristo, falando, curando, morrendo, erguendo-se novamente, e tornando-o tão presente, que se estivesse diante de nossos próprios olhos vós não o veríeis mais claramente.

Regozijando-se com a capacidade da imprensa e do pessoal de Froben. Erasmo lançou (novembro de 1516) uma edição crítica de Jerônimo, que acompanhou de textos clássicos e patrísticos igualmente revistos corrigindo quatro mil erros no texto corrente de Sêneca; foram serviços de monta ao ensino. Tornou a contar a história do Novo Testamento em *Paraphases* (1517). Essas tarefas exigiam estadas freqüentes em Basiléia, mas um laço novo fixou-lhe a residência perto da corte real de Bruxelas. Carlos era nesse tempo apenas rei de Castela e governante dos Países-Baixos, ainda não imperador Carlos V. Tinha apenas 15 anos, mas seu espírito agudo já se estendia a vários planos, e foi convencido de que sua corte poderia aumentar o esplendor se incluísse o escritor expoente da era entre seus conselheiros privados. Assim foi resolvido; e ao regressar de Basiléia (1516) Erasmo aceitou a posição honorária por um salário modesto. Foi-lhe oferecido um canonicato em Courtrai, com a promessa de uma diocese; recusou, observando a um amigo: "Aí está um sonho para diverti-lo".[42] Recebeu e recusou convites para ensinar nas universidades de Leipzig e Ingolstadt. Francisco I tentou arrancá-lo de Carlos com um pedido lisonjeiro para que se reunisse à corte de França; Erasmo disse não com uma cortesia cheia de floreios.

Entrementes, Leão X enviara a Londres as dispensas pedidas por Erasmo. Em março de 1517, Erasmo viajou para Londres, e recebeu as cartas papais que o libertavam das obrigações monacais e das desvantagens da bastardia. Aos documentos formais Leão acrescentou uma nota pessoal:

> Filho bem-amado, saúde e bênção apostólica. O bom aspecto de vossa vida e de vosso caráter, vossa rara erudição e altos merecimentos, testemunhados não somente pelos monumentos de vossos estudos, que são celebrados por toda a parte, como também pela opinião geral dos homens mais sábios, e a nós recomendados, finalmente, pelas cartas de dois dos mais ilustres príncipes, o Rei da Inglaterra, e o Rei Católico [de França], dão-nos motivo para distinguir-vos com um favor especial e singular. Portanto, de boa vontade vos concedemos vosso pedido, estando prontos a declarar mais abundantemente nossa feição por vós seja quando nos propiciardes ocasião, ou quando o acaso a fornecer, considerando certo que vossa sagrada carreira, assiduamente exercida para o proveito público, seja encorajada a cometimentos mais altos por adequadas recompensas.[43]

Era talvez uma gratificação sensata ao bom comportamento, talvez um gesto sincero de uma corte tolerante e humanista; de qualquer maneira, Erasmo nunca esqueceu esta cortesia papal, e haveria sempre de achar difícil romper com uma Igreja que tão pacientemente suportara o espinho de sua crítica.

V. O FILÓSOFO

De volta a Bruxelas, sentiu-se ainda mais inclinado à prudência pela acolhida afetuosa na corte real. Tomou a sério o cargo de conselheiro privado, esquecendo-se de

que os autores brilhantes raramente são aptos para o governo. No diligente ano de 1516, compôs às pressas um *Instituto principis Christiani* (*Educação de um Príncipe Cristão*), rico de coisas insípidas pré-maquiavélicas de como se deve comportar um rei. Na dedicatória a Carlos escreveu com temerária clareza: "Vós deveis à Providência que o vosso reino tenha sido adquirido sem prejuízo para qualquer pessoa; vossa sabedoria será melhor evidenciada se puderdes mantê-lo em paz e tranqüilidade".[44] Como a maioria dos filósofos, Erasmo reconhecia a monarquia como a forma de governo menos danosa; temia o povo como um "volúvel monstro de muitas cabeças", condenava a discussão popular das leis e da política, e julgava o caos da revolução pior do que a tirania dos reis.[45] Mas aconselhava seu príncipe cristão a proteger-se contra a concentração da riqueza. Os impostos deveriam cair somente sobre o luxo. Deveria haver menos mosteiros, mais escolas. Acima de tudo, não deveria haver guerra entre os estados cristãos — nem mesmo contra os turcos. "Suplantaremos melhor os turcos pela piedade de nossas vidas do que pelas armas; o império do cristianismo será assim defendido pelos mesmos meios pelos quais foi fundado".[46] "Que é que a guerra traz a não ser guerra? — mas a civilidade convida à civilidade, a justiça convida à justiça."[47]

Como Carlos e Francisco chegavam à beira das hostilidades, Erasmo multiplicou os apelos pela paz. Cumprimentou o rei francês por um gesto passageiro de reconciliação, e perguntou como alguém podia pensar em declarar guerra à França, "a parte mais pura e mais florescente da cristandade".[48] Em *Querela pacis* (*O Lamento da Paz*, 1517) alcançou o auge da eloqüência apaixonada:

> Passo em silêncio pelas tragédias das guerras antigas. Destacarei apenas as que ocorreram no curso destes últimos anos. Onde está a terra ou o mar em que o povo não combateu da maneira mais cruel? Onde existe um rio que não tenha sido tinto de sangue humano... de sangue cristão? Oh vergonha suprema! Comportam-se com mais crueldade na batalha do que os não-cristãos, mais ferozmente do que os animais selvagens... Todas [essas guerras] foram feitas pelo capricho dos príncipes, para grande detrimento do povo, a quem esses conflitos não concerniam de modo algum... Bispos, cardeais, papas que são vigários de Cristo — nenhum dentre eles se envergonha de iniciar a guerra que Jesus tanto execrava. O que há de comum entre o elmo e a mitra?... Bispos, como ousais, vós, que estais no lugar dos Apóstolos, ensinar ao povo coisas que dizem respeito à guerra ao mesmo tempo que ensinais os preceitos dos Apóstolos?... *Não há paz, mesmo que injusta, que não seja preferível à mais justa das guerras.*[49]

Príncipes e generais podem lucrar com a guerra, mas as massas suportam as tragédias e o custo.[50] Pode às vezes ser necessário travar uma guerra de defesa própria, mas mesmo nesses casos pode ser mais sensato comprar o inimigo do que armar a guerra.[51] Que os reis submetam suas disputas ao papa. Isto teria sido impraticável no tempo de Júlio II, que era guerreiro; mas Leão X, "um pontífice culto, sincero e piedoso", poderia arbitrar com justiça, e presidir com eficiência uma corte internacional.[52] Erasmo chamava ao nacionalismo uma maldição para a humanidade, e desafiava os estadistas a formar um estado universal. "Desejo", disse ele, "ser chamado cidadão do mundo."[53] Perdoou Budé por amar a França, mas "na minha opinião é mais filosófico colocar nossas relações com as coisas e os homens em terreno em que tratemos o mundo como a pátria comum de todos nós".[54] Erasmo foi o espírito menos nacional no crescente nacionalismo da era da Reforma. "A coisa mais sublime", escreveu ele, "é bem merecer da raça humana."[55]

Não devemos procurar em Erasmo qualquer concepção realista da natureza humana, ou das causas da guerra, ou do comportamento dos estados. Ele nunca encarou o problema com que Maquiavel lidava naqueles mesmos anos — se um estado pode sobreviver, praticando a moral que prega a seus cidadãos. A função de Erasmo foi cortar galhos mortos da árvore da vida, mais do que construir uma filosofia positiva e consciente. Não tinha nem sequer certeza de ser cristão. Freqüentemente afirmava aceitar o credo dos Apóstolos; ainda assim deve ter duvidado do inferno, pois escreveu que: "aqueles que negam a existência de Deus não são tão ímpios quanto os que O representam como inexorável".[56] Dificilmente deve ter acreditado na autoria divina do Velho Testamento, pois confessou sua disposição de "ver todo o Velho Testamento abolido" se isso aquietasse a indignação levantada contra Reuchlin.[57] Sorria das tradições de que Minos e Numa persuadiram seus povos a obedecer a legislação inadequada atribuindo-a aos deuses,[58] e provavelmente suspeitava de que Moisés tivesse feito o mesmo. Demonstrou surpresa que More se satisfizesse com os argumentos a favor da imortalidade pessoal.[59] Julgava a eucaristia mais um símbolo do que um milagre;[60] evidentemente duvidava da Trindade, da encarnação e da concepção da Virgem; e More teve de defendê-lo de um correspondente que declarou que Erasmo tinha confessado na intimidade a sua descrença.[61] Pôs em dúvida um após outro dos costumes cristãos de seu tempo — indulgências, jejum, peregrinações, confissão, vida monástica, celibato clerical, veneração de relíquias, orações aos santos, queima dos hereges. Deu explicações alegóricas ou racionais de muitas passagens bíblicas; comparou a história de Adão e Eva com a de Prometeu e aconselhou "a menos literal" interpretação das Escrituras.[62] Resolveu as penas do inferno na "angústia perpétua do espírito que acompanha o pecado costumeiro".[63] Não espalhava suas dúvidas entre o povo, pois não tinha mitos consoladores ou restritivos para oferecer em lugar dos antigos. "A piedade", escreveu ele, "exige que às vezes ocultemos a verdade, que tenhamos cuidado em não mostrá-la sempre, como se não importasse quando, onde e a quem a mostramos... Talvez devamos admitir com Platão que as mentiras são úteis ao povo."[64]

Apesar desta forte tendência para o racionalismo, erasmo continuou exteriormente ortodoxo. Nunca perdeu a afeição por Cristo, pelos Evangelhos e pelas cerimônias simbólicas com as quais a Igreja alimentava a piedade. Fez um personagem dos *Colóquios* dizer: "Se qualquer coisa é de uso comum nos critãos que não repugna às Sagradas Escrituras, eu a observo por este motivo, para que não ofenda as outras pessoas".[65] Sonhava substituir a teologia pela "filosofia de Cristo", e esforçou-se por harmonizar esta com o pensamento dos maiores pagãos. Aplicou a Platão, Cícero e Sêneca a expressão "divinamente inspirado";[66] não admitia que tais homens fossem excluídos da salvação; e podia "dificilmente proibir" que se rezasse a "São Sócrates". Pediu à Igreja que reduzisse os dogmas essenciais do cristianismo "ao mínimo possível, deixando a opinião livre quanto ao resto".[67] Não advogava a tolerância completa de todas as opiniões (quem faz isso?), mas era a favor de uma atitude misericordiosa para com a heresia religiosa. Seu ideal de religião era a imitação de Cristo; devemos admitir, entretanto, que sua própria prática pessoal era menos do que evangélica.

VI. O HOMEM

Como, realmente, vivia ele? Nesse tempo (1517) residia principalmente na Flandres — em Bruxelas, Antuérpia e Louvain. Morava em intimidade de celibato com uma criada, mas aceitava muitas vezes a hospitalidade dos prósperos, que cortejavam sua companhia como uma distinção social e um festim intelectual. Seus gostos eram exigentes; seus nervos e sentimentos eram requintados a ponto de sofrer muitas vezes com as robustas vulgaridades da vida. Bebia abundantemente vinho e orgulhava-se da capacidade de suportá-lo com firmeza. Pode ter sido parte da causa da gota e dos cálculos que o mortificaram, mas ele achava que o vinho lhe aliviava o sofrimento dilatando as artérias. Em 1514, aos 45 ou 48 anos, descreveu-se a si mesmo como "um inválido grisalho... que não pode beber outra coisa além de vinho", e deve "ser delicado no que come".[68] O jejum não combinava com ele, e irritava-se contra o peixe; talvez a bile lhe colorisse a teologia. Dormia mal, como a maioria das pessoas cujo cérebro ativo não admite toque de recolher. Consolava-se com os amigos e os livros. "Pareço privado de mim mesmo quando me vejo afastado de meus hábitos costumeiros de estudo... Minha casa é onde eu tenho minha biblioteca."[69]

Foi em parte para comprar livros que solicitou dinheiro com toda a assiduidade de um padre de paróquia. Recebia pensões regulares de Mountjov e Warham, presentes importantes como os 300 florins ($7,500?) de Jean le Sauvage, chanceler da Borgonha, e direitos superiores aos que recebia qualquer outro autor de seu tempo. Negava qualquer amor ao dinheiro, procurava-o porque, como homem sem amarras, temia a insegurança de uma velhice solitária. Ao mesmo tempo continuava a recusar cargos lucrativos que lhe teriam aumentado as rendas à custa de sua liberdade.

Sua aparência a princípio não impressionava. Era baixo, magro, pálido, fraco de voz e de constituição. Impressionava pelas mãos sensíveis, pelo nariz comprido e pontudo, pelos olhos azuis acinzentados, e pelo falar — a conversação do espírito mais rico e mais vivo daquela era brilhante. Os maiores artistas dentre seus contemporâneos do norte ansiavam por lhe pintar o retrato, e ele aceitava posar porque tais retratos eram bem recebidos como presentes a seus amigos. Quentin Massys pintou-o em 1517 — escrevendo, absorto, envolto em pesado capote como proteção contra as salas geladas daqueles séculos; esse retrato foi dado a More. Dürer fez um desenho a carvão de Erasmo em 1520, e uma gravura notável em 1526; aqui o toque alemão deu ao "bom europeu" uma fisionomia profundamente holandesa; "se é assim que eu sou", disse o modelo, "sou um grande patife".[70] Holbein suportou todos esses esforços nos muitos retratos que fez de Erasmo. Um está em Turim, outro na Inglaterra, um terceiro em Basiléia, o melhor no Louvre — todos execuções magistrais do maior pintor de retratos do norte. Aqui o sábio tornou-se filósofo, tranqüilo, meditativo, um tanto melancólico, relutantemente resignado com a neutralidade descuidada da naureza e a mortalidade do gênio. "Aquilo que o destino nos traz tem de ser suportado", escreveu em 1517, "e eu formei meu espírito para todos os acontecimentos"[71] — uma *ataraxia* estóica que nunca realizou. "Ele ama a glória", disse ele de um jovem ambicioso, "mas não sabe que fardo é a glória",[72] entretanto, Erasmo, como muitas almas nobres, trabalhava dia e noite para vencer esse pesadelo.

Os erros dele saltavam aos olhos, as virtudes eram segredos que só os íntimos conheciam. Era capaz de implorar sem pejo, mas também era capaz de dar, e muito espírito que surgia expandiu-se ao calor de seu elogio. Quando Reuchlin foi atacado por Pfefferkorn, Erasmo escreveu aos amigos aue tinha entre os cardeais em Roma, e ajudou a conseguir proteção para o hebraísta atormentado. Faltava-lhe modéstia e gratidão, que eram difíceis para alguém cortejado por papas e reis. Era impaciente e ressentia-se com a crítica,[73] e às vezes respondia a ela à maneira ofensiva daquela era de polêmica. Partilhava do anti-semitismo que até os sábios da Renascença demonstravam. Seus interesses eram tão estreitos como intensos: amava a literatura quando vestia a filosofia, e a filosofia quando deixava a lógica pela vida, mas quase ignorou a ciência, o teatro, a música e a arte. Sorria dos sistemas de astronomia que então ocupavam o palco, e os astros sorriam com ele. Em toda a sua numerosa correspondência, não há uma apreciação dos Alpes, ou da arquitetura de Oxford e Cambridge, ou da pintura de Rafael, ou da escultura de Miguel Ângelo, que trabalhavam para Júlio II quando Erasmo estava em Roma (1509); e o canto vitorioso das congregações reformadas viria mais tarde a ofender-lhe o ouvido educado. Tinha senso de humor geralmente sutil e requintado, às vezes rabelaisiano, muitas vezes sarcástico, uma vez inumano, como quando escreveu a um amigo, ao saber que alguns hereges tinham sido queimados. "Eu me condoeria deles se elevassem o preço do carvão, agora que o inverno está chegando".[74] Tinha não somente o egoísmo natural de todos os homens como também aquele egotismo secreto e acarinhado, ou amor-próprio, sem o qual o escritor ou o artista seria esmagado pela corrida descuidada de um mundo indiferente. Gostava da lisonja, e concordava com ela apesar de desmentidos freqüentes. "Os bons juízes", disse a um amigo, "acham que eu escrevo melhor do que qualquer outro homem vivo".[75]

Era verdade, embora apenas em latim. Escrevia mal o francês, um pouco de holandês e de inglês, "provava o hebreu apenas com a ponta da língua", [76] e sabia deficientemente o grego, mas dominava profundamente o latim, e o manejava como uma língua viva aplicável aos matizes e às trivialidades mais antilatinas de seu tempo. Um século que havia pouco se enamorara dos clássicos perdoou-lhe a maioria dos erros pelo brilho vivo do estilo, o encanto novo das afirmativas, a adaga brilhante de sua ironia. Suas cartas rivalizam com as de Cícero em elegância e polidez, sobrepujam-nas em vivacidade e espírito. Ainda mais, o latim que escrevia era todo seu, não imitativamente ciceroniano, era uma língua viva, robusta, flexível, não um eco de 1500 anos. Suas cartas, como as de Petrarca, eram cobiçadas por sábios e príncipes, suplantadas apenas pelo estímulo de sua conversação. Conta-nos ele, talvez com alguma liberdade literária, que recebia 20 cartas por dia e escrevia 40.[77] Vários volumes delas foram publicados durante sua vida, cuidadosamente editadas pelo autor tão preocupado com a posteridade. Leão X, Adriano VI, a rainha Margarida de Navarra, o rei Sigismundo I da Polônia, Henrique VIII, More, Colet, Pirkheimer, eram alguns de seus correspondentes. O modesto More escreveu: "Não posso evitar um ansioso sentimento de vaidade... quando me ocorre que serei recomendado a uma posteridade distante pela amizade de Erasmo".[78]

Nenhum outro escritor contemporâneo igualou-o em fama, a menos que pensemos em Lutero como escritor. Um livreiro de Oxford contou em 1520 que um terço de todas as suas vendas eram de obras de Erasmo. Tinha muitos inimigos, principalmente

entre os teólogos de Louvain, porém tinha discípulos em uma dúzia de universidades, e os humanistas de toda a Europa proclamavam-no seu exemplo e seu chefe. No campo da literatura foi a Renascença e o humanismo personificados — seu culto dos clássicos e um estilo latino apurado, seu cavalheiresco consentimento em não romper com a Igreja, e em não perturbar a inevitável mitologia das massas, contanto que a Igreja fechasse os olhos à liberdade intelectual das classes letradas e permitisse uma reforma ordenada e interna dos abusos e absurdos eclesiásticos. Erasmo, como todos os humanistas, sentiu-se confortado pela elevação de Leão X ao papado; o sonho dele se realizara — um humanista, um sábio e um cavalheiro, a viva unificação da Renascença e do cristianismo, tinha subido ao mais alto dos tronos. Na certa, viria então uma limpeza pacífica da Igreja, a instrução seria difundida, o povo conservaria seu ritual encantador e sua fé consoladora, mas o espírito humano estaria livre.[79]

Quase até ao advento de Lutero, Erasmo manteve essa esperança. Mas a 9 de setembro de 1517 escreveu de Antuérpia a Thomas, cardeal de York, uma frase inauspiciosa: "Nesta parte do mundo temo que se esteja preparando uma grande revolução".[80] Em menos de dois meses ela irrompeu.

CAPÍTULO XV

A Alemanha às Vésperas de Lutero

1453-1517

I. A ÉPOCA DOS FUGGERS

NO meio século anterior à Reforma todas as classes da Alemanha prosperavam, exceto os cavaleiros. Era provavelmente a crescente classe dos camponeses aquela que aguçava seu ressentimento contra as impotências sobreviventes. Alguns eram escravos, uma minoria era proprietária, a grande maioria era de rendeiros que pagavam aluguel aos senhores feudais com a produção, serviços ou em dinheiro. Os rendeiros queixavam-se das extorsões dos senhores; dos 12 dias — em alguns casos 60 — de trabalho que o costume exigia que lhes dessem todos os anos; queixavam-se ainda de sua tomada de terras dos *Allgemeine* ou "comuns" nas quais a tradição lhes permitia pescar, cortar lenha e apascentar os animais; dos danos causados às plantações pelos caçadores e cães dos senhores; da administração da justiça parcial nos tribunais locais que os senhores de terra dominavam, e do imposto por morte aplicado à família do rendeiro quando a morte do chefe interrompia o trato da terra. Os camponeses proprietários indignavam-se contra as taxas escorchantes que tinham de pagar por empréstimos para transportar as colheitas, e da rápida interdição das fazendas pelos agiotas espertos que tinham feito empréstimos a proprietários que evidentemente não podiam pagar. Todas as classes de agricultores pagavam de má vontade o dízimo anual recebido pela Igreja sobre as colheitas e produções.

Estes descontentes fomentaram esporadicamente revoltas agrárias durante o século XV. Em 1431 os camponeses dos arredores de Worms sublevaram-se em uma revolta inútil. Escolheram para estandarte um sapato de camponês — na realidade uma bota amarrada do tornozelo ao joelho — espetaram-no em estacas ou pintaram a imagem em bandeiras; e *Bundschuh* — a Liga do Sapato — tornou-se o título predileto dos grupos rurais rebeldes do tempo de Lutero. Em 1476 um vaqueiro, Hans Böhm, anunciou que a Mãe de Deus lhe revelara que o Reino dos Céus na terra estava próximo. Não haveria mais imperadores, papas, príncipes nem senhores feudais; todos os homens seriam irmãos, todas as mulheres seriam irmãs; todos participariam igualmente dos frutos da terra; terras, bosques, águas, pastagens seriam comuns e livres. Milhares de camponeses foram ouvir Hans; um padre uniu-se a ele; o bispo de Würzburg sorriu com tolerância. Mas quando Hans disse a seus adeptos que na reunião seguinte levassem todas as armas que conseguissem juntar, o bispo mandou prendê-lo; os soldados do bispo atiraram na multidão que tentou salvá-lo; e o movimento fracassou.

Em 1491 os camponeses nos domínios do abade de Kempten, na Alsácia, atacaram seu mosteiro, alegando que estavam sendo constrangidos à servidão por documentos falsos; o imperador Frederico III concedeu um acordo. Dois anos mais tarde os feudatários do bispo de Estrasburgo proclamaram um *Bundschuh*; exigiam a extinção dos direitos feudais e dos dízimos eclesiásticos, a abolição de todas as dívidas e a morte de todos os judeus. Planejaram apoderar-se da cidade de Schlettstadt, de onde esperavam espalhar seu poder através da Alsácia. As autoridades descobriram o plano, prenderam os chefes, torturaram-nos e enforcaram-nos, depois amedrontaram o resto em uma submissão temporária. Em 1502 os camponeses do bispo de Speyor formaram um *Bundschuh* de sete mil homens, propuseram-se acabar com o feudalismo, "caçar e matar todos os padres e monges", e restaurar o que acreditavam ter sido o comunismo de seus antepassados. Um camponês revelou o plano no confessionário; eclesiásticos e nobres uniram-se para impedi-lo; os principais conspiradores foram torturados e enforcados.[1]

Em 1512 Joss Fritz organizou secretamente um movimento semelhante perto de Freiburg-im-Breisgau; Deus, o papa e o imperador deveriam ser poupados, mas todo o feudalismo e todos os direitos seriam abolidos. Um camponês que fora obrigado a aderir a esse *Bund* revelou-o ao seu confessor; as autoridades prenderam e torturaram os chefes; a revolta abortou, mas Joss Fritz sobreviveu e aderiu à Revolta dos Camponeses de 1525. Em 1517 uma liga de 90.000 camponeses da Estíria e da Caríntia empreendeu acabar com o feudalismo ali; durante três meses os bandos atacaram castelos e mataram senhores; por fim o imperador Maximiliano, que simpatizava com sua causa mas lhes censurava a violência, mandou contra eles uma pequena força de soldados, que os subjugou em uma triste paz. Mas o palco estava armado para a Guerra dos Camponeses, e para a comunismo anabatista da Alemanha da Reforma.

Nesse meio tempo, uma revolução mais real se processava na indústria e no comércio alemães. A maior parte da indústria ainda era de artesanato, porém cada vez mais controlada por investidores que forneciam o material, o capital, compravam e vendiam o produto acabado. A indústria mineira ia fazendo rápidos progressos; tiravam-se grandes lucros da mineração da prata, do cobre e do ouro; o ouro e a prata em barra tornaram-se um meio preferido de acumular riqueza; e os direitos de mineração pagos aos príncipes territoriais — principalmente ao eleitor da Saxônia que protegeu Lutero[2] — habilitaram alguns deles a resistir tanto ao papa quanto ao imperador. Cunharam-se moedas de prata sólidas, o dinheiro aumentou, e estava quase completa a passagem para uma economia monetária. Os pratos de prata tornaram-se comuns nas classes médias e superiores; algumas famílias exibiam mesas ou cadeiras de prata maciça; ostensórios, cálices, relicários, até estátuas de prata e ouro acumulavam-se nas igrejas alemãs, e inclinavam os príncipes a uma reforma religiosa que lhes permitisse confiscar a riqueza eclesiástica. Enea Silvio, em 1458, maravilhou-se ao ver os estalajadeiros alemães servirem regularmente bebidas em taças de prata, e perguntou: "Qual é a mulher, não somente entre a nobreza como entre a plebe, que não brilha com o ouro? — e que dizer das rédeas de cavalos realçados pelo ouro mais puro... armaduras e elmos cintilantes de ouro?"[3]

Os financistas eram agora importante força política. Os agiotas judeus da Alemanha eram suplantados pelas firmas de famílias cristãs dos Welsers, dos Hochstetters e dos Fuggers — todos de Augsburg, que, no fim do século XV, era a capital financeira da cristandade. Johannes Fugger, filho de um tecelão, tornou-se comerciante têxtil, e

deixou ao morrer em 1409 uma pequena fortuna de três mil florins. Seu filho Jacob aumentou o negócio; quando morreu (1469) sua fortuna era a sétima de Augsburg. Os filhos de Jacob, Ulrich, Georg e Jacob II, ergueram a firma à supremacia adiantando dinheiro aos príncipes da Alemanha, Áustria e Hungria em troca do rendimento de minas, terras ou cidades. Desses investimentos especulativos os Fuggers tiraram lucros imensos, de modo que por volta de 1500 eram a família mais rica da Europa.

Jacob II foi o gênio culminante da família, empreendedor, impiedoso e laborioso. Preparou-se a si mesmo com estoicismo, estudando cada fase do negócio, cada progresso de escrituração, manufaturação, comércio e finança. Exigiu o sacrifício de tudo, exceto da própria família, ao negócio, e a subordinação de cada um dos Fugger ao interesse familiar; firmou o princípio de que ninguém a não ser um Fugger teria poder no negócio; e nunca permitiu que as amizades políticas influenciassem seus empréstimos. Formou cartéis com outras firmas para controlar o preço e a venda de diversos produtos; assim, em 1498, ele e os irmãos entraram em acordo com os comerciantes de Augsburg para "encurralar" o mercado veneziano do cobre e sustentar o preço.[4] Em 1488 a família emprestou 150.000 florins ao arquiduque Sigismundo da Áustria, e como garantia recebeu toda a concessão das minas de prata de Schwarz até que a dívida fosse paga. Em 1492 os Fuggers e os Thurzo de Cracóvia casaram-se entre si, em um cartel para trabalhar as minas de prata e cobre da Hungria, e para manter os "preços mais altos possíveis" dos produtos.[5] Por volta de 1501 os Fuggers estavam manobrando imensas empresas de minas na Alemanha, Áustria, Hungria, Boêmia e Espanha. Além disso importavam e manufaturavam tecidos; negociavam com sedas, veludos, peles, especiarias, frutas cítricas, munições, jóias; organizaram transporte expresso e um serviço postal particular. Por volta de 1511, quando Jacob II se tornou único chefe da firma, seu ativo subia a 196.791 florins — lucro de 50 por cento ao ano durante 16 anos.[6]

Parte desse lucro provinha das relações dos Fuggers com imperadores e papas. Ulrich Fugger fizera empréstimos a Frederico III; Jacob II tornou-se agente principal de Maximiliano I e Carlos V; a imensa extensão do poder dos Habsburgos no século XVI foi possível devido aos empréstimos dos Fuggers. Embora Jacob repelisse as limitações eclesiásticas aos juros, e as tentativas dos homens de igreja para fixar um "justo preço" às mercadorias dos consumidores, permaneceu católico, fez empréstimos a clérigos para pagar suas gratificações de promoção, e com Ulrich obteve (1494) a direção das finanças papais na Alemanha, Escandinávia, Boêmia e Hungria.

Em seus últimos anos, Jacob Fugger foi o mais homenageado e impopular cidadão da Alemanha. Alguns católicos atacavam-no como usurário; alguns nobres por gratificar mais do que eles na caça aos cargos ou poderes; alguns comerciantes, por seus monopólios invejáveis; muitos trabalhadores por desrespeitar os regulamentos medievais do comércio e da finança; muitos protestantes por dirigir a exportação de dinheiro alemão para os papas. Mas imperadores e reis, príncipes e prelados enviavam-lhe emissários como a um governante; Dürer, Burgkmair e Holbein, o velho, pintaram-lhe o retrato como um realista severo e simples; e Maximiliano deu-lhe o título de conde do Império. Jacob tentou desculpar sua fortuna construindo 106 casas para os pobres, porém católicos, de Augsburg. (Este estabelecimento, os *Fuggerei*, ainda existe. Cobra 42 *pfennigs* a cada família por ano.) Para seus ossos ergueu uma bonita capela na igreja de Santa Ana. Morreu em odor de santidade, deixando milhões de florins e nenhum filho; o maior de todos os presentes tinha-lhe sido negado.

Podemos datar a partir dele a era capitalista da Alemanha, o crescimento dos monopólios particulares, a predominância dos homens de negócios que controlavam o dinheiro por cima dos senhores feudais que possuíam terras. A mineração e as tecelagens alemãs já estavam organizadas em linha capitalista — isto é, controladas por fornecedores de capital — no fim do século XV, seguindo a liderança de Flandres e da Itália em têxteis, 100 anos antes. A Idade Média tinha considerado a propriedade privada de certa forma um truste público; os direitos do proprietário eram limitados pelas necessidades do grupo cuja organização lhe dava oportunidades, facilidades e proteção. Talvez sob a influência do Direito Romano — que agora influenciava a jurisprudência alemã — o dono da propriedade principiava a julgar sua posse absoluta; sentia que tinha direito de fazer o que quisesse com o que era seu. Não parecia mal aos Fugger, Hochstetter e aos outros "príncipes comerciantes" "encurralar" um produto e então forçar a elevação de seu preço, ou formar cartéis para a limitação da produção e o controle do comércio, ou manipular investimentos de maneira a lograr os pequenos acionistas.[7] Em muitos casos um comerciante colocava seus agentes nas portas de uma cidade com ordem de comprar todas as mercadorias que chegavam, para que pudesse revendê-las pelo seu próprio preço na cidade.[8] Ambrose Hochstetter arrematou todo o mercúrio disponível, depois elevou o preço de varejo em 75 por cento.[9] Uma companhia alemã comprou 600.000 florins de pimenta ao rei de Portugal a um preço mais alto do que o habitual, com a condição de que o rei cobrasse um preço ainda mais alto a todos os outros importadores de pimenta de Portugal para a Alemanha.[10] Em parte por meio desses arranjos e monopólios, em parte pela riqueza crescente e pelo aumento na procura das mercadorias, em parte por meio de um fornecimento maior de metais preciosos da Europa Central e da América, os preços subiram entre 1480 e 1520 com uma celeridade que só teve igual em nosso século. "Em pouco tempo, por causa da usura e da avareza", lamentava Lutero, "aquele que antes podia viver com 100 florins agora não pode viver com 200."[11] É mais do que uma história repetida.

A Idade Média tinha visto grandes desigualdades de poder político; a nova era dos Fuggers acrescentou tais disparidades econômicas como a Europa não vira desde os milionários e escravos da Roma Imperial. Alguns comerciantes capitalistas de Augsburgo ou Nuremberg representavam cinco milhões de francos cada. Muitos abriam caminho para a aristocracia rural, ostentavam brasões de armas e retribuíam o desprezo dos aristocratas com a "dissipação ilustre". Joachim Hochstetter e Franz Baumgartner gastaram cinco mil florins em um só banquete, ou jogaram 10.000 florins em uma partida.[12] As casas luxuosamente mobiliadas e artisticamente decoradas dos ricos homens de negócios despertaram a indignação da nobreza, clero e proletariado. Pregadores, escritores, revolucionários e legisladores uniram-se no combate aos monopolizadores. Geiler von Kaisersberg exigiu que eles "fossem expulsos como lobos, uma vez que não temiam nem Deus nem o homem, e engendravam a fome, a sede e a pobreza".[13] Ulrich von Hutten distinguia quatro classes de ladrões: comerciantes, juristas, padres e cavaleiros, e julgava os comerciantes os maiores ladrões de todos.[14] O *Reichstag* de Colônia de 1512 apelou a todas as autoridades civis para que agissem "com diligência e severidade... contra as companhias usuárias, monopolizadoras e capitalistas".[15] Tais decretos foram repetidos por outras Dietas, mas sem efeito; alguns legisladores tinham capitais nas grandes firmas comerciantes, os agentes da lei eram apaziguados com partes das ações[16] e muitas cidades prosperaram com o crescimento do comércio sem peias.

Estrasburgo, Colmar, Metz, Augsburgo, Nuremberg, Ulm, Viena, Ratisbona (Regensburg), Mogúncia, Speyer, Worms, Colônia, Trier, Bremen, Dortmund, Hamburgo, Magdeburgo, Lübeck, Breslau eram prósperos centros de indústria, comércio, letras e artes. Estas e mais 77 outras eram "cidades livres" — isto é, faziam suas próprias leis, enviavam representantes às Dietas provinciais e imperiais, e não reconheciam obediência política a não ser ao imperador, que estava endividado demais com elas por auxílios financeiros ou militares para lhes atacar as liberdades. Embora essas cidades fossem governadas por corporações dominadas por homens de negócio, quase todas elas eram um "estado de prosperidade" paternal no sentido de que regulavam a produção e a distribuição, os salários e os preços e a qualidade das mercadorias, tendo em vista proteger o fraco contra o forte, e assegurar o necessário da vida para todos.[17] Deveríamos agora chamá-las antes cidades do que metrópoles, uma vez que nenhuma delas ultrapassava 52.000 habitantes; não obstante, eram mais populosas do que em qualquer outra época antes de meado do século XIX,[18] e mais prósperas do que em qualquer outra época antes de Goethe. Enea Silvio, orgulhoso italiano, escreveu com entusiasmo sobre elas, em 1458:

> Nunca a Alemanha foi mais rica, mais resplendente do que hoje.... Sem exagero pode dizer-se que nenhum país na Europa tem cidades melhores ou mais bonitas. Parecem tão frescas e novas como se tivessem sido construídas ontem; e em nenhuma outra cidade se encontra tanta liberdade.... Nada mais magnífico... se pode encontrar em toda a Europa do que Colônia, com suas magníficas igrejas, prefeitura, torres e palácios, seus dignos cidadãos, seus nobres rios, seus férteis campos de trigo.... Nem é Augsburg suplantada em riqueza por qualquer cidade do mundo. Viena tem palácios e igrejas que até a Itália pode invejar.[19]

Augsburg não era somente o centro financeiro da Alemanha, o elo comercial mais importante com a florescente Itália. Foram principalmente os comerciantes de Augsburg que construíram e dirigiram aquele Fondaco Tedesco, em Veneza, cujas paredes foram pintadas por Giorgione e Ticiano. Assim ligada à Itália, Augsburg lembrava a Renascença italiana; seus comerciantes sustentavam sábios e artistas, e alguns de seus capitalistas tornaram-se modelos de maneiras e culturas, se não de moral. Assim Konrad Peutinger, síndico ou prefeito em 1493, era diplomata, comerciante, sábio, jurista, latinista, helenista e antiquário, assim como homem de negócios.

Nuremberg era um centro de artes e artesanatos, mais do que de indústria ou finança em grande escala. As ruas ainda eram medievalmente tortuosas e sombreadas pelos andares ou sacadas salientes; os telhados de telhas vermelhas, beirais de telhado pontiagudos e as janelas circulares faziam uma confusão pitoresca sobre o fundo rural e a torrente do Pegnitz. A população não era tão numerosa quanto em Augsburg, mas era alegre, *gemütlich*, e gostava de se divertir em festejos tais como o carnaval anual de máscaras, fantasias e danças. Aqui, Hans Sachs e os Mestres Cantores cantavam suas árias vigorosas; aqui Albrecht Dürer elevou a pintura e a gravura alemãs ao zênite; aqui os melhores ourives ao norte dos Alpes faziam vasos luxuosos, cálices de igreja, estatuetas; aqui os trabalhadores de metal produziam milhares de formas de plantas, animais e pessoas no bronze, ou trabalhavam o ferro em belas grades; aqui os

entalhadores em madeira eram tão numerosos que nos perguntamos como podiam todos ganhar a vida. As igrejas das cidades tornaram-se repositórios e museus de arte, pois cada corporação ou família próspera encomendava alguma obra de beleza para o templo de algum santo padroeiro. Regiomontanus escolheu Nuremberg para sua moradia "porque encontrei lá sem dificuldade todos os instrumentos especiais necessários para a astronomia; e ali é mais fácil para mim manter-me em contato com os eruditos de todos os países, pois Nuremberg, graças às viagens constantes de seus comerciantes, pode ser considerada o centro da Europa".[20] Era característico de Nuremberg que o mais célebre dos comerciantes, Willibald Pirkheimer, também fosse humanista entusiasta, patrono das artes e amigo dedicado de Dürer. Erasmo chamou a Pirkheimer "a maior glória da Alemanha".[21]

As viagens de Vasco da Gama e Colombo, o controle turco do Egeu, e as guerras de Maximiliano com Veneza perturbaram o comércio entre a Alemanha e a Itália. Cada vez mais as exportações e importações alemãs foram mudando pelos grandes rios para o Mar do Norte, o Báltico e o Atlântico; a riqueza e o poder passaram de Augsburg e Nuremberg para Colônia, Hamburgo, Bremen e, acima de todas, Antuérpia. Os Fugger e Welser apoiaram esta marcha fazendo de Antuérpia o centro de suas operações. O movimento para o norte do dinheiro e do comércio alemães divorciou a Alemanha setentrional da economia italiana e tornou-a bastante forte para proteger Lutero contra o imperador e contra o papa. A Alemanha meridional, talvez por motivos opostos, continuou católica.

II. O ESTADO

Como era governada a Alemanha nesta era crítica e de formação?

Os cavaleiros, ou a baixa nobreza, que em anos anteriores tinham governado o campo como vassalos de senhores feudais, iam perdendo a posição militar, econômica e política. Tropas mercenárias pagas por príncipes ou por cidades, e equipadas com armas de fogo e artilharia, iam eliminando a cavalaria que, indefesa, brandia as espadas; a riqueza comercial ia elevando os preços e as despesas, e ia suplantando a propriedade rural como fonte de poder; as cidades iam estabelecendo sua independência e os príncipes iam centralizando a autoridade e a lei. Os cavaleiros vingavam-se algumas vezes armando ciladas ao comércio que passava pelo seu caminho; e quando os comerciantes e as municipalidades protestavam, os cavaleiros invocavam seu direito de fazer guerras particulares. Comines descreveu a Alemanha desse tempo crivada de castelos de onde a qualquer tempo "barões ladrões" e seus guardas armados poderiam lançar-se para pilhar tanto o comerciante como o viajante ou o camponês.[22] Alguns cavaleiros adquiriram o hábito de cortar as mãos direitas dos comerciantes que espoliavam. Götz von Berlichingen, embora tivesse perdido a mão direita a serviço de seu príncipe, substituiu-a por uma mão de ferro, e dirigiu bandos de cavaleiros no ataque não só a comerciantes como também a cidades — Nuremberg, Darmstadt, Metz e Mogúncia (1512). Seu amigo Franz von Sickingen reclamou seus direitos sobre a cidade de Worms, saqueou-lhe os arredores, prendeu-lhe os conselheiros, torturou o burgomestre, resistiu a todas as tentativas das tropas imperiais para capturá-lo e só foi subjugado provisoriamente pelo recebimento de um subsídio anual para servir o imperador. Vinte e duas cidades da Suábia — principalmente Augsburg, Ulm, Fliburg e Constança — uniram-se a alguns membros da alta nobreza para refazer a Liga

Suábia (1488); estas e outras combinações detiveram os cavaleiros ladrões, e conseguiram fazer com que a guerra particular fosse declarada ilegal; mas a Alemanha das vésperas de Lutero era um cenário de desordem social e política, "um reino universal da força".[23]

Os príncipes seculares e eclesiásticos que presidiam ao caos, contribuíam para ele por sua venalidade, pelas cunhagens e pelos direitos alfandegários diversos, pela competição confusa por riqueza e espaço, pela deturpação do Direito Romano para dar a si mesmos autoridade quase absoluta à custa do povo, dos cavaleiros e do imperador. Grandes famílias como os Hohenzollern em Brandenburgo, os Wettin na Saxônia, os Wittelsbacher no Palatinado, os duques de Würtemberg, para não falar nos Habsburgo da Áustria, comportavam-se como soberanos irresponsáveis. Se o poder do imperador católico sobre os príncipes alemães tivesse sido maior, a Reforma poderia ter sido derrotada ou adiada. E a repulsa de Roma por muitos dos príncipes era um passo à frente em direção da independência financeira e política.

O caráter dos imperadores neste período acentuou a fraqueza do governo central. Frederico III (1440-93) era um astrólogo e alquimista que prezava tanto a tranqüilidade estudiosa de seus jardins em Graz que permitiu ao Schleswig-Holstein, à Boêmia, Áustria e Hungria desprenderem-se do Império. Mas no fim de seu reinado de 53 anos jogou uma cartada salvadora fazendo seu filho Maximiliano casar-se com Maria, herdeira de Carlos, o Temerário, da Borgonha. Quando Carlos se despenhou em um túmulo de gelo, em 1477, os Habsburgo herdaram os Países-Baixos.

Maximiliano I (1493-1519), imperador eleito mas nunca coroado, principiou o reinado com todos os presságios de êxito. Todo o Império rejubilou com sua boa aparência e bom gênio, sensatez modesta, jovialidade esfuziante, generosidade e cavalheirismo, coragem e habilidade em justas e caçadas; era como se um italiano da Alta Renascença tivesse subido a um trono alemão. Até Maquiavel ficou impressionado, chamando-o "príncipe sábio, prudente, temente a Deus, governante justo, grande general, bravo no perigo, que suportava a fadiga como soldado mais endurecido... um modelo de muitas virtudes principescas".[24] "Max", porém, não era um grande general e não tinha o intelecto cínico exigido para o príncipe modelo de Maquiavel. Sonhava restaurar a grandeza do Sacro Império Romano recuperando suas possessões antigas e sua influência na Itália; invadiu a península várias vezes em guerras inúteis que a Dieta, mais prática, recusava financiar; permitiu-se a idéia de depor o bravo Júlio II e fazer-se a si mesmo papa e imperador;[25] e (como seu contemporâneo Carlos VIII de França) justificou suas ambições territoriais como prelúdios necessários para um ataque esmagador aos turcos. Mas era constitucional e financeiramente incapaz de um empreendimento duradouro; era tão incapaz de querer os meios como de desejar os fins; e havia ocasiões em que era tão pobre que lhe faltava dinheiro para pagar o jantar. Trabalhou para reformar a administração do Império, porém violou suas próprias reformas, que morreram com ele. Raciocinava demais em termos do poder dos Habsburgo. Depois de muitas desilusões na guerra, voltou à política do pai, de casamentos diplomáticos. Assim, para seu filho Filipe, aceitou a oferta de Fernando da mão de Joana; esta era um pouco deficiente mentalmente, mas levava a Espanha como dote. Em 1515 casou sua neta Maria e seu neto Fernando com Luís e Ana, filho e filha de Ladislau, rei da Boêmia e da Hungria; Luís, morto em Mohacs (1526), Fernando tornou-se rei da Boêmia e (enquanto os turcos permitissem) da Hungria, e o poder dos Habsburgo atingiu a escala mais vasta.

A faceta mais agradável de Maximiliano era seu amor e apoio à música, ao estudo, à literatura e à arte. Dedicava-se fervorosamente ao estudo da história, matemática e línguas; contam que sabia falar alemão, latim, italiano, francês, espanhol, valão, flamengo e inglês, e que em uma batalha conversou com sete comandantes estrangeiros em suas sete línguas diferentes. Em parte por seu exemplo e esforços, os dialetos do sul e do norte da Alemanha fundiram-se em um *gemeines Deutsch* que se tornou a língua do governo alemão, da Bíblia de Lutero, e da literatura alemã. No intervalo das guerras tentou ser autor, e deixou obras sobre heráldica, artilharia, arquitetura, caça e sobre sua própria carreira. Planejava uma extensa coleção de *monumenta* — ruínas e inscrições — do passado alemão, porém mais uma vez o dinheiro faltou. Propôs aos papas uma reforma do calendário que eles efetuaram 80 anos mais tarde. Reorganizou a Universidade de Viena, fundou novas cátedras de leis, matemática, poesia e retórica, e fez de Viena durante algum tempo o mais ativo centro de estudos da Europa. Convidou humanistas italianos a irem a Viena, e deu poderes a Conradus Celtes para abrir ali uma academia de poesia e matemática. Protegeu humanistas como Peutinger e Pirkheimer, e fez do atormentado Reuchlin conde Palatino do Império. Deu encomendas a Peter Vischer, Veit Stoss, Burgkmair, Dürer e outros artistas que floresceram em seu reinado. Mandou fazer, em Innsbruck, um túmulo luxuoso para guardar seus restos; estava incompleto quando morreu, mas deu ensejo às belas estátuas de Teodorico e Artur, por Peter Vischer. Se Maximiliano tivesse sido tão grande quanto seus projetos, teria rivalizado com Alexandre e Carlos Magno.

No derradeiro ano de vida do imperador, Dürer pintou um retrato sincero dele — esgotado e desiludido, derrotado pela sordidez enlouquecedora da época. "A terra não tem alegria para mim", disse essa alma que fora alegre, e lamentava: "Ai, pobre terra da Alemanha!"[26] Mas exagerou o malogro. Deixou a Alemanha e o Império (nem que fosse apenas pelos desenvolvimentos econômicos) muito mais fortes do que os tinha encontrado. A população aumentara, a educação difundira-se; Viena ia ficando uma outra Florença; e em breve seu neto, herdando metade da Europa Ocidental, tornar-se-ia o mais poderoso governante da cristandade.

III. OS ALEMÃES: 1300-1517

Eram talvez nessa época os alemães o povo mais sadio, forte, importante e exuberante da Europa. Tais como os vemos em Wolgemut e Dürer, em Cranach e Holbein, os homens eram gordos, de pescoço grosso, cabeça grande, animais de coração de leão prontos a engolir o mundo e a regá-lo de cerveja. Eram rudes porém alegres, e temperavam a piedade com a sensualidade. Sabiam ser cruéis, como provam os terríveis instrumentos de tortura que aplicavam aos criminosos, mas também sabiam ser compassivos e generosos, e raramente exibiam sua ferocidade teológica por meios físicos; na Alemanha, a Inquisição encontrou corajosa resistência e foi sempre vencida. O espírito robusto deles era mais para o humor esponjoso do que para o espírito seco, empanava-lhes o senso de lógica e de beleza e negava-lhes a graça e a sutileza do espírito francês ou italiano. Sua Renascença medíocre afundou-se na bibliolatria; mas havia no pensamento alemão uma persistência sólida, uma indústria disciplinada, uma coragem crua, que os habilitou a dobrar o poder de Roma, e já prometia fazer deles os maiores mestres da história.

Em comparação com outras nações, eram limpos, sendo o banho uma paixão nacional. Toda a casa bem montada, mesmo nos distritos rurais, tinha seu banheiro. Como na Roma antiga, as numerosas casas de banho públicas forneciam muito mais do que banho; ali os homens podiam barbear-se, as mulheres podiam ser penteadas, eram oferecidas diversas formas de massagens, a bebida e o jogo eram permitidos, e podia-se encontrar alívio para a monogamia. Geralmente os dois sexos tomavam banho juntos, castamente vestidos; mas não havia leis contra o namoro, e um professor italiano, visitando Baden-Baden em 1417, observou que "não há banhos no mundo mais apropriados para a fecundidade das mulheres".[27]

Os alemães daquela era não podiam ser acusados de puritanismo. Sua conversação, correspondência, literatura e humor eram algumas vezes grosseiros para nosso gosto, mas isso fazia parte do vigor de corpo e alma que possuíam. Sempre beberam demais em todas as eras, e embeberam abundantemente a juventude em experiências sexuais; em 1501 Erfurt parecia ao piedoso Lutero "nada menos do que um bordel e uma cervejaria".[28] Os governantes alemães, tanto eclesiásticos como seculares, concordavam com Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino em que a prostituição deve ser permitida se quisermos que as mulheres fiquem a salvo da sedução ou do ataque. As casas de prostituição tinham licença e pagavam impostos. Lemos que os bispos de Estrasburgo e de Mogúncia recebiam rendimentos dos bordéis; e o bispo de Würzburg deu o bordel municipal a Graf von Hennenberg como um feudo produtor de rendas.[29] Fazia parte da hospitalidade a visitas importantes pôr à sua disposição as *Frauenhäuser*, ou casas de mulheres. O rei Sigismundo foi honrado com este privilégio em Berna (1414) e em Ulm (1434), tão calorosamente para sua satisfação, que ele agradeceu publicamente seus anfitriões por isso.[30] As mulheres sem licença às vezes instalavam *Winkelhäuser* — casas ilegais; em 1492 as prostitutas registradas de Nuremberg queixaram-se ao burgomestre desta concorrência desleal; em 1508 tiveram permissão de atacar as *Winkelhäuser*; e assim o fizeram. No verdadeiro código moral da Europa do fim da Idade Média o recurso a uma prostituta era considerado pecado venial, porém normal. Talvez o aumento da sífilis depois de 1492 o tornasse um caso de morte.

O casamento, como nas outras partes, era uma união de propriedades. O amor era considerado um resultado normal, não um motivo razoável do casamento. O noivado era tão comprometedor quanto o casamento. Em todas as classes, os casamentos eram cerimoniosos e luxuosos; os festejos podiam durar uma ou duas semanas; a compra de um marido era tão cara quanto a manutenção de uma esposa. A autoridade do macho era teoricamente absoluta, mas era mais verdadeira em ações do que em palavras; observamos que *Frau* Dürer teve muitas queixas do marido. As mulheres de Nuremberg eram bastante indomáveis para arrancar o imperador Maximiliano seminu da cama, envolvê-lo em um manto, e conduzi-lo a um alegre baile noturno na rua.[31] Segundo uma lenda antiga, alguns homens das classes superiores da Alemanha no século XIV, quando partiam para ausências prolongadas do lar, colocavam um "cinto de castidade" de ferro em volta da cintura e das coxas das esposas, e levavam a chave.[32] Encontram-se vestígios desse costume na Veneza medieval e na França do século XVI, mas nos raros casos que parecem autênticos o cinto era colocado voluntariamente pela esposa ou amante, e a chave era entregue ao marido ou amante, como uma garantia de fidelidade no casamento ou no pecado.[33]

A vida de família prosperava. Uma crônica de Erfurt reconhece oito ou 10 rebentos

para cada casal, como coisa normal; as casas de 15 filhos não eram raras. Estes números incluíam os bastardos, pois os filhos ilegítimos, que eram numerosos, iam em geral para a casa do pai depois do casamento. Os nomes de família passaram a ser empregados no século XV, muitas vezes indicando a ocupação ancestral ou o lugar de origem, mas uma vez ou outra congelando uma alegria momentânea no rigor do tempo. A disciplina era firme em casa e no colégio; até o futuro imperador Max sofreu muitas surras, e parece que disso não adveio mal algum a não ser para o pai ou para o mestre. As casas alemãs eram então (*ca.* 1500) as mais confortáveis da Europa, com amplas escadarias, balaustradas pesadas, mobília imponente, janelas de vidros coloridos, camas com dosséis, tapeçarias nas paredes, tapetes pelo chão, estufas bojudas, estantes carregadas de livros, flores, instrumentos musicais ou pratarias, e cozinhas brilhando com todos os utensílios de um festim alemão.

Externamente as casas eram na maioria de madeira, sendo por causa disso freqüentes os incêndios. Largos beirais e sacadas com janelas obscureciam as ruas. Só algumas avenidas das cidades maiores eram calçadas. A iluminação nas ruas era desconhecida exceto nas noites de festa; à noite a vida corria perigo nas ruas. Os criminosos insignificantes eram tão numerosos como os porcos e vacas que se desgarravam na rua. Não havia polícia organizada; contava-se com castigos severos para deter o crime. A pena para o roubo era a morte, ou, em furtos menores, cortavam as orelhas. Os blasfemos tinham as línguas arrancadas; os exilados que voltavam clandestinamente para Nuremberg tinham os olhos vazados. As mulheres que matavam os maridos eram queimadas vivas, ou torturadas com tenazes em brasa e depois enforcadas.[34] Entre os mecanismos de tortura exibidos antigamente no Schloss ou no Castelo de Nuremberg encontravam-se arcas cheias de pedras pontudas contra as quais a vítima era esmagada; instrumentos para lhe esticar os membros; braseiros para lhe pôr fogo nas solas dos pés; caixilhos pontudos de ferro para dissuadi-lo de se sentar, deitar ou dormir; e *die verflüchte Jungfer*, ou Donzela Maldita de ferro, que recebia o condenado com braços de aço, apertava-o em um abraço cheio de pregos, e depois, soltando-o, deixava-o cair, trespassado, sangrando e quebrado, para a morte lenta em uma cova de facas em movimento e barras de ferro pontudas.[35]

A moral política combinava com a frouxidão moral geral. O suborno era muito comum, e pior no alto. A adulteração das mercadorias era comum, apesar do sepultamento de dois homens vivos em Nuremberg por adulterarem o vinho (1456). O comercialismo — sacrifício da moral ao dinheiro — era tão intenso quanto em qualquer época; o dinheiro, e não o homem, era a medida de todas as coisas. No entanto, esses mesmos burgueses impacientes davam grandes quantias à caridade. "Nos tempos papais", escreveu Lutero, "os homens davam com ambas as mãos, alegremente e com grande devoção. Choviam esmolas, fundações e legados. Nossos antepassados, senhores e reis, príncipes e outras pessoas, faziam donativos ricos e piedosos — sim, em abundância — para igrejas, paróquias, bolsas (de estudo), hospitais."[36] Era sinal de uma era que se secularizava, o fato de muitas doações de caridade serem deixadas não a grupos eclesiásticos e sim a conselhos de cidades, para serem distribuídos pelos pobres.

As maneiras tornaram-se mais rudes — na França e na Inglaterra assim como na Alemanha — quando a plutocracia do dinheiro suplantou a aristocracia do nascimento no controle da economia. A embriaguez era o vício nacional; tanto Lutero como Hutten denunciaram-no, embora Hutten o preferisse à "mentira dos italianos, à ra-

pinagem dos espanhóis, ao orgulho dos franceses''.[37] Um tanto dessa bebida pode ser atribuído aos temperos fortes usados no preparo das refeições. As maneiras à mesa eram grosseiras e precisas. Os garfos tinham chegado à Alemanha no século XIV, mas os homens e as mulheres ainda gostavam de comer com os dedos; mesmo no século XVI um pregador condenava os garfos como contrários à vontade de Deus, o qual ''não nos teria dado dedos se quisesse que usássemos garfos''.[38]

O vestuário era grandioso. Os trabalhadores contentavam-se com um gorro ou um chapéu de feltro, uma blusa curta, e calças por cima — ou enfiadas para dentro — de botas ou sapatos altos. As classes médias acrescentavam uma jaqueta, e um casaco aberto forrado e com barra de pele. Mas os que tinham fidalguia competiam febrilmente com os coletores das corporações na riqueza do vestuário. Em ambas as classes os chapéus dos homens eram vastas complicações de fazenda luxuosa, algumas vezes enfeitados de penas, fitas, pérolas ou ouro. As camisas eram de seda. As peças externas, de cores vivas, eram forradas de pele, e às vezes tecidas com fios de prata. As mulheres ricas usavam coroas de ouro, ou capuzes bordados de ouro, e trançavam o cabelo com ouro; mas as moças modestas cobriam as cabeças com lenços de algodão amarrados debaixo do queixo. Geiler von Kaisersberg conta que algumas mulheres elegantes tinham guarda-roupas que custavam até quatro mil florins ($ 100,000?).[39] Os homens usavam os queixos barbeados mas o cabelo comprido; os cachos dos homens eram tratados com cuidado; notem-se as ondas caprichosas de Dürer e os cachos fantasiosos de Maximiliano. Os anéis eram sinal ou pretensão de classe, como agora. Conradus Celtes observou que a moda dos vestuários mudava mais rapidamente na Alemanha do que em qualquer outra parte, e tão freqüentemente para os homens quanto para as mulheres. Em ocasiões festivas os homens até suplantavam as mulheres em magnificência.

Numerosas eram as festas, continuando o espírito medieval do ''faz de conta'' e alegre exibição, com uma trégua feliz no trabalho e nos Mandamentos. O Natal ainda era cristão, apesar de seus vestígios pagãos; a árvore de Natal viria a ser uma inovação do século XVII. Cada cidade celebrava uma *Kermis* (*Kerk*, igreja em alemão, e *Mis*, missa) ou festa de seu santo padroeiro; nessas ocasiões homens e mulheres dançavam juntos nas ruas, a alegria era de *rigueur*, e nenhum santo ou pregador conseguia abafar a rude hilaridade da festa. A dança tornava-se às vezes uma mania epidêmica, como em Metz, Colônia e Aix em 1374, ou em Estrasburgo em 1412. Em alguns desses casos os doentes da dança de São Vito procuravam alívio do que julgavam ser posse do diabo, dançando até se esgotarem, como fazem hoje alguns jovens maníacos. Os homens encontravam outros escoadouros para seus instintos na caça, ou no esporte mortal da justa. Milhares de homens e mulheres viajavam, muitas vezes servindo-se de um templo distante como pretexto. Iam com prazer doloroso a cavalo ou mula, ou em coches e cadeirinhas, suportando os incômodos das estradas sem calçamento e das hospedarias sem limpeza. As pessoas sensatas, quando podiam, viajavam de barco pelo Reno, pelo Danúbio, ou pelos outros rios majestosos da Europa Central. Em 1500 um serviço postal, aberto para todos, unia as principais cidades.

De modo geral o quadro é o de um povo vigoroso e próspero demais para tolerar por mais tempo as algemas do feudalismo ou as extorsões de Roma. Um orgulhoso sentimento da nacionalidade alemã resistiu a toda a fragmentação política, e deteve os imperadores sobrenaturais assim como os papas sobrenaturais; a Reforma derrotaria o Sacro Império Romano assim como o papado. No ano de 1500 a guerra entre a

vitória teutônica e a romana estava mais uma vez, como no século V, tendendo para a Alemanha.

IV. O AMADURECIMENTO DA ARTE ALEMÃ

Esta maioridade manifestou-se primeiro na arte. Podemos achar difícil de acreditar, mas é verdade, que no próprio apogeu da Renascença italiana — do nascimento de Leonardo da Vinci (1452) à morte de Rafael (1520) — os artistas alemães eram solicitados por toda a Europa por sua superioridade em todas as habilidades — madeira, ferro, cobre, bronze, prata, ouro, gravura, pintura, escultura, arquitetura. Talvez com mais patriotismo do que imparcialidade, Felig Fabri de Ulm escreveu em 1484: "Quando qualquer pessoa deseja ter uma peça de trabalho manufaturado de primeira qualidade em bronze, pedra ou madeira, emprega um artífice alemão. Tenho visto joalheiros, ourives, entalhadores de pedra e fabricantes de carruagens alemães fazerem coisas maravilhosas entre os sarracenos; suplantavam até os gregos e italianos em arte."[40] Uns 50 anos mais tarde um italiano achou que isto ainda era verdade: "Os alemães", escreveu Paolo Giovio, "estão ultrapassando tudo em arte, e nós, italianos descuidados, somos obrigados a mandar buscar bons artífices na Alemanha".[41] Os arquitetos alemães eram contratados por Florença, Assis, Orvieto, Siena, Barcelona e Burgos, e foram chamados para terminar o *duomo* de Milão. Veit Stoss cativou Cracóvia, Dürer recebeu homenagens em Veneza e Holbein, o Moço, entusiasmou a Inglaterra.

Na arquitetura eclesiástica, naturalmente, o zênite tinha terminado com os séculos XIII e XIV. Não obstante, uma única geração de cidadãos de Munique ergueu em gótico da última fase sua *Frauenkirche* (1468-88) ou Igreja de Nossa Senhora, e o *Altes Rathaus* (1470-88) ou Velha Municipalidade; nas duas primeiras décadas do século XVI Freiburg, na Saxônia, terminou seu coro, Augsburg construiu a capela Fugger, a catedral de Estrasburgo terminou sua capela de São Lourenço, e uma encantadora *Chörlein*, ou janela circular, foi acrescentada ao presbitério da *Sebalduskirche* em Nuremberg. Neste período, a arquitetura doméstica construiu chalés encantadores, cobertos de telhas vermelhas, andares superiores guarnecidos de madeira, sacadas floridas e amplos beirais para proteger as janelas do sol ou da neve; assim no duro clima de Mittenwald os alemães indomáveis opuseram à sublimidade dos Alpes Bávaros a simples e acolhedora beleza de seus lares.

A escultura foi a glória da era. Abundavam entalhadores menores que teriam brilhado como estrelas de primeira grandeza em uma via láctea menos brilhante: Nicolaus Gerhart, Simão Leinberger, Tilman Riemenschneider, Hans Backoffen.... Só Nuremberg produziu numa geração um trio de mestres dificilmente suplantados em tempo igual por qualquer cidade da Itália. A carreira de Veit Stoss foi um conto de duas cidades. Criado em Nuremberg e conquistando fama como engenheiro, construtor de pontes, arquiteto, gravador, escultor e pintor, foi para Cracóvia aos 30 anos, e produziu sua melhor obra ali em estilo gótico da última fase *flamboyant*, que exprimiu bem tanto a piedade como a excitabilidade dos poloneses. Voltou a Nuremberg (1496) com dinheiro suficiente para comprar uma casa nova e casar-se com uma segunda mulher, que lhe deu cinco filhos a acrescentar aos oito da precedente. No apogeu de sua opulência, Veit foi preso por ter participado, talvez sem o saber, de uma falsificação; foi marcado a ferro em brasa em ambas as faces, e proibido de sair de Nu-

remberg. O imperador Maximiliano perdoou-lhe e restabeleceu-lhe os direitos cívicos (1506), mas Stoss continuou proscrito até o fim de sua dolorosamente longa vida. Em 1517 esculpiu um grande grupo que representava a Anunciação ou Saudação Angélica; reuniu as duas figuras — dentre as mais próximas da perfeição em toda a escala da escultura em madeira — em uma guirlanda de rosas, rodeou esta com um rosário, acrescentou sete medalhões descrevendo as alegrias da Virgem, e coroou o conjunto — todo em madeira de tília — com uma imagem carrancuda de Deus Padre. A frágil composição foi pendurada na abóbada do coro na *Lorenzkirche*, onde ainda está como uma relíquia preciosa dos dias tranqüilos da grande cidade. Para a *Sebalduskirche*, Stoss esculpiu em madeira uma *Crucificação* que, no seu gênero, nunca foi superada (1520). Nesse ano seu filho Andreas, como prior dos carmelitas de Nuremberg, conseguiu a Stoss uma encomenda para desenhar um altar para uma igreja em Bamberg. Enquanto o artista trabalhava nessa encomenda, a Reforma capturou Nuremberg; Andreas foi substituído como prior porque permaneceu católico; o próprio Veit apegava-se à fé cheia de cor que inspirara sua arte; os pagamentos para a encomenda do altar foram suspensos, e o trabalho ficou incompleto. Stoss passou os últimos 10 anos de vida na cegueira, na solidão e na tristeza, precedido na morte pelas esposas, abandonado pelos filhos e desprezado por uma época absorvida demais pela teologia para perceber que estava perdendo, aos 93 anos (1533), o maior escultor em madeira da história.[42]

Um artífice do bronze igualmente supremo em sua especialidade viveu na mesma cidade e no mesmo tempo, porém levou uma vida mais tranqüila e feliz. Peter Vischer, o Velho, retratou-se a si mesmo em um nicho de sua obra mais célebre como trabalhador sério e simples, baixo, gordo, de barbas, com um avental de couro em volta da cintura, e o martelo e o cinzel nas mãos. Ele e seus cinco filhos dedicaram 11 anos (1508-19) a sua obra-prima, o *Sebaldusgrab* ou Túmulo de Sebaldo, santo padroeiro de Nuremberg. O empreendimento era dispendioso; o dinheiro acabou, e a obra estava inacabada quando Anton Tucher conclamou os cidadãos a contribuírem para os 800 florins ($ 20,000?) que ainda faltavam. Esta obra-prima não impressiona à primeira vista; não parece rivalizar com o Tabernáculo de Orcagna (1348) de Florença; e os caracóis e delfins sobre cujas costas se apóia a estrutura não são os portadores mais indicados para um peso tão imenso. Mas o exame mais acurado revela uma perfeição assombrosa nos pormenores. O sarcófago central de prata é decorado de quatro relevos que representam os milagres do santo. Em volta dele erguem-se as colunas de bronze de um dossel gótico, delicadamente esculpidas de ornatos da Renascença, e reunidas no alto em um encantador rendado de metal. Nas colunas, em volta da base, nos pedestais; nos nichos do baldaquino, os artistas colocaram uma verdadeira população de figuras pagãs, hebréias ou cristãs — tritões, centauros, nereidas, sereias, musas, faunos, Hércules, Teseu, Sansão, os Profetas, Jesus, os Apóstolos, e anjos tocando música ou brincando com leões ou cães. Algumas dessas efígies ainda são grosseiras, muitas são acabadas com a precisão de um Donatello ou um Ghiberti; todas contribuem poderosamente para uma representação variada da vida. As estátuas de Pedro, Paulo, Mateus e João rivalizam com os *Quatro Apóstolos* que Dürer pintou uns sete anos mais tarde na mesma Nuremberg.

Contam-nos que nenhum príncipe ou potentado foi a Nuremberg nessas primeiras décadas do século XVI sem visitar a fundição de Peter Vischer, e muitos recorreram à sua arte. Uma série de igrejas exibiu as obras dele, desde o grande candelabro de co-

bre da *Lorenzkirche* até o túmulo de Maximiliano I em Innsbruck. Seus cinco filhos o seguiram na escultura, mas dois o precederam na morte. Hermann Vischer, o Moço, que morreu aos 31 anos (1517), gravou um relevo em bronze para o túmulo do cardeal Casimiro na catedral de Cracóvia.

Assim como os Vischer se salientaram no bronze, e Veit Stoss na madeira, assim Adam Kraft liderou todos os seus contemporâneos na escultura da pedra. Os cronistas alemães descreveram-no, e a Peter Vischer, o Velho, e Sebastian Lindenast (que desenhou os eleitores obsequiosos no relógio da *Frauenkirche*) como artistas e amigos dedicados. "Eram como irmãos. Toda sexta-feira, mesmo na velhice, reuniam-se e estudavam juntos como aprendizes, segundo se vê nos desenhos que executaram em suas reuniões. Depois separavam-se, esquecendo-se completamente de comer ou beber."[43] Nascido provavelmente no mesmo ano que Peter (1460?), Adam parecia-se com ele na simplicidade, honestidade, piedade e predileção pelo auto-retrato. Em 1492 esculpiu para a *Sebalduskirche* o túmulo de Sebaldus Schreyer, com relevos da Paixão e da Ressurreição. Impressionado pela sua excelente qualidade, Hans Imhoff, príncipe comerciante, encarregou Kraft de desenhar um cibório para conservar o pão e o vinho da eucaristia na *Lorenzkirche*. Adam fez esse *Sakramenthaus*, alto e fino tabernáculo, em estilo gótico final, milagre de filigrana de pedra subindo etapa por etapa a uma altura de 19 metros, e diminuindo em uma graciosa curva que forma um báculo; as colunas avivadas por santos, as portas da "Casa" guardadas por anjos, as superfícies quadradas com relevos em que se viam cenas da vida de Cristo, e todo o aéreo edifício pousado estranhamente sobre três figuras deitadas — Adam Kraft e dois de seus ajudantes. Não há favorecimentos no auto-retrato: a roupa está gasta e estragada pelo uso, as mãos são rudes, a barba está maltratada, o rosto largo e erguido está concentrado na concepção e execução do trabalho. Quando esta obra-prima absorvente ficou pronta, Kraft voltou ao seu motivo predileto esculpindo sete colunas de pedra arenosa com cenas da Paixão; seis destas estão atualmente no *Germanisches Museum*; uma delas, *O Sepultamento*, é típica da arte teutônica — um realismo corajoso que não precisa da idealização para inspirar piedade e fé sinceras.

As artes menores mantiveram os mesmos estilos e temas medievais. Os miniaturistas ainda tinham procura suficiente para manter prósperas corporações. Os artistas importantes como Dürer e Holbein faziam desenhos para vitrais; esta arte, decadente na França e na Inglaterra, atingia então o apogeu na Alemanha; a *Lorenzkirche*, as catedrais de Ulm e Colônia receberam janelas de fama mundial neste período. Não somente as igrejas, mas também as corporações, os castelos, até as casas particulares tinham algumas janelas de vitrais. Cidades como Nuremberg, Augsburg, Regensburgo, Colônia e Mogúncia orgulhavam-se de seus artesãos-artistas: trabalhadores do metal que valorizavam tochas, candelabros, bacias, jarros, fechaduras, bandejas; ourives, cujas produções, desde colheres até altares, eram apreciadas em toda a Europa; operários têxteis que teciam lindos tapetes, tapeçarias, vestimentas eclesiásticas e o vestuário enfeitado da classe aristocrata; dedicadas mulheres que gastaram os dedos e os olhos para cobrir altares e sacerdotes de bordados e sedas. Os entalhadores de madeira nunca foram melhores. Michael Wolgemut, além de pintar duas magníficas janelas para a *Lorenzkirche*, entalhou em madeira uma dúzia de retábulos, verdadeiras obras-primas, e em seguida ensinou Dürer a suplantá-lo.

A gravação pelo entalhe de um desenho na madeira ou no cobre desenvolveu-se no século XV até se tornar arte adulta, tão respeitada quanto a pintura. Os maiores pintores a cultivavam. Martin Schongauer levou-a à perfeição; algumas de suas gravuras — *A Flagelação de Cristo, Cristo Carregando a Cruz, São João em Patmos, A Tentação de Santo Antônio* — figuram entre as maiores de todos os tempos.[44] A ilustração de livros pela gravura tornou-se cômo-

da e popular, e substituiu rapidamente a iluminura. As pinturas mais célebres da época eram multiplicadas em gravuras que se vendiam logo nas livrarias, feiras e festivais. Lucas van Leyden mostrou uma precocidade espantosa neste campo, ao gravar *Maomé* aos 14 anos, *Ecce Homo* aos 16 anos (1510), e chegando à perfeição em sua gravura sobre cobre de Maximiliano.[45] A gravura em ponta seca, por um instrumento pontiagudo que formava um sulco no metal seguindo as linhas do desenho, foi empregada pelo anônimo "Mestre da Casa do Livro" por volta de 1480. A gravura, que consistia em cobrir de cera uma superfície de metal, recortar um desenho na cera, e fazer um ácido (*Ätzen* em alemão) penetrar nas linhas expostas, desenvolveu-se desde a ornamentação de uma armadura até a incisão de placas de metal de onde se podiam imprimir as gravuras; Daniel Hopfer, armeiro, parece ter sido quem fez a primeira gravura que se conhece em 1504. Burgkmair e Dürer praticaram a nova arte imperfeitamente; Lucas van Leyden talvez tenha aprendido com Dürer, mas logo foi além dele até a maestria.

Na pintura essa foi a maior era da Alemanha. Influenciados tanto pela escola holandesa como pela italiana, e pelo seu próprio Memling, expatriado, os pintores alemães da segunda metade do século XV foram gradativamente passando da intensidade e crueza góticas para uma linha mais graciosa, e para as figuras que se movimentavam com facilidade nas cenas naturais que refletiam a vida doméstica da *bourgeoisie* triunfante. Os motivos continuavam predominantemente sagrados, mas os seculares progrediam; os retábulos cederam lugar às pinturas de painéis, e os ricos doadores, não mais satisfeitos em se ajoelhar no canto de um grupo religioso, pediam retratos em que ocupariam o quadro todo. Os próprios pintores saíam do anonimato medieval para individualidades distintas, assinando as obras com os nomes como um aceno para a imortalidade. Ainda anônimo é o "Mestre da *Vida da Virgem*", que trabalhou em Colônia por volta de 1470, e deixou uma *Virgem e São Bernardo* com uma Virgem bem alemã tirando leite do seio para o Filho, diante do devoto monge que dificilmente lembra o cão de caça do céu que perseguiu Abelardo. Michael Pacher é um dos primeiros que perpetuaram seu nome e sua obra. A igreja paroquial de São Wolfgang, em Salzkammergut, ainda exibe o retábulo imponente, de 10 metros de comprimento, que esculpiu e pintou para ela em 1479-81; o estudo da perspectiva nesses painéis fez parte da instrução da arte alemã. Martin Schongauer introduziu em sua pintura a finura de um gravador perito, e o sentimento delicado de Rogier van der Weyden. Nascido em Augsburg (*ca.* 1445), Schongauer fixou-se em Colmar e expandiu ali uma escola de gravura e pintura que desempenhou papel importante no levar as artes à perfeição em Dürer e Holbein.

Ano após ano as progressistas cidades do sul arrebatavam a liderança da arte alemã à Colônia e ao norte. Em Augsburg, centro do comércio com a Itália, Hans Burgkmair introduziu toques decorativos italianos em seus quadros, e Hans Holbein, o Velho, combinou a ornamentação italiana com a alta seriedade do estilo gótico. Hans transmitiu a arte a seus filhos Ambrose e Hans, a quem retratou carinhosamente em seus quadros. Ambrose desvaneceu-se na história, mas Hans Jr. tornou-se uma das glórias da Alemanha, Suíça e Inglaterra.

O maior de todos os predecessores de Dürer foi Matthias Gothardt Neihardt, que pelo erro de um professor ficou conhecido para a posteridade como Matthias Grünewald. Na imemorial hereditariedade social da arte ele aprendeu a magia do pintor com Schongauer em Colmar, acrescentou-lhe a fome de celebridade e perfeição, estudou pacientemente em Gand, Speyer e Frankfurt, e escolheu Estrasburgo para residência (1479). Foi talvez aí que pintou sua primeira produção de mestre, um retrato duplo de Filipe II de Hanau-Lichtenberg e sua mulher; o próprio Dürer jamais superaria este em penetração e graça de execução.[46] Perambulando de novo, Grünewald trabalhou algum tempo com Dürer em Basiléia — onde pintou o *Retrato de um Ho-*

mem, atualmente em Nova York — e novamente com Dürer fez entalhes em madeira, em Nuremberg. Em 1503 fixou-se em Seligenstadt, e ali finalmente desenvolveu seu estilo amadurecido e característico — a reprodução gráfica de cenas bíblicas com sentimento apaixonado e força dramática. O arcebispo Albrecht fê-lo pintor da corte em Mogúncia (1509), mas despediu-o quando Grünewald insistiu em aplaudir Lutero (1526). Fez mau casamento, e retirou-se para uma solidão melancólica que pode ter emprestado algumas sombras escuras ao *chiaroscuro* de sua arte.

Sua obra-prima — provavelmente o maior quadro alemão — é o políptico complexo feito para um mosteiro de Isen, em 1513. O painel central mostra a Virgem e o Filho em uma incandescência cor de ouro quase à moda de Turner, sobre um fundo de mares distantes. Mas o excepcional e inesquecível painel é a horrorizante *Crucificação*: Cristo na agonia final, com o corpo coberto de ferimentos e suor sangrento, os membros retorcidos de dor; Maria desfalecendo nos braços de São João; Madalena, histérica de indignação e tristeza incrédula. Outros painéis ainda poderiam ser pinturas importantes: um concerto de anjos em cenário arquitetural gótico de vermelhos e castanhos vivos; uma *Tentação de Santo Antônio* macabra; o mesmo santo e um companheiro anacoreta em uma floresta encantada de árvores mortas; e um pesadelo à maneira de Bosch que aparentemente simboliza os sonhos de Antônio. Na predominância da cor, da luz e do sentimento sobre a linha, a forma e a representação, este produto quase teatral de força pictória é o apogeu da pintura gótica alemã nas vésperas do triunfo da linha e da lógica em um Dürer que, com raízes no misticismo da Alemanha medieval, estendia mãos de desejo ao humanismo e à arte da Renascença italiana.

V. ALBRECHT DÜRER: 1471-1528

Nenhuma outra nação escolheu um filho tão unanimemente para seu representante na arte como a Alemanha — protestante e católica, norte e sul — escolheu Dürer. A 6 de abril de 1928, quadricentésimo aniversário de sua morte, o *Reichstag* de Berlim e o conselho da cidade de Nuremberg puseram de lado a política e os dogmas para homenagear o artista que a Alemanha mais ama. Ao mesmo tempo os conhecedores ofereciam inutilmente $ 1,000,000 de dólares por um quadro — *A Festa das Guirlandas de Rosas* — pelo qual o próprio Dürer recebera 110 florins ($2,750?).[47]

Seu pai, húngaro, era um ourives estabelecido em Nuremberg. Albrecht era o terceiro de 18 filhos, a maioria dos quais morreu na infância. Na oficina paterna o menino aprendeu a desenhar a lápis, carvão e pena, e a gravar com buril; aprendeu sozinho a observar microscopicamente, e a representar os objetos e motivos em pormenores exaustivos, de modo que em alguns de seus retratos quase cada fio de cabelo parece ter recebido um toque individual do pincel. O pai esperara que o filho fosse mais um ourives, mas cedeu ao desejo do rapaz de ampliar sua arte, e mandou-o como aprendiz a Wolgemut (1486). Albrecht desenvolveu-se lentamente; seu gênio estava na ambição, na perseverança e na paciência. "Deus emprestou-me engenhosidade", disse ele, "por isso aprendi bem; mas tive de me conformar com uma grande dose de aborrecimentos dos seus auxiliares."[48] Tendo oportunidade de estudar o nu, freqüentava os banhos públicos, e desenhava Apolos como os que encontrava ali. Ele mesmo tinha alguma coisa de Apolo nesses anos. Um amigo descreveu-o com carinho:

> Corpo notável em forma e estatura, e não desmerecedor do nobre espírito que continha... rosto inteligente, olhos relampejantes... um pescoço longo, peito largo, cintura fina. Quanto a suas mãos, dir-se-ia que nunca se vira nada mais elegante. E em seu falar a doçura era tão grande que se desejava que nunca tivesse fim.[49]

Atraído pelas gravuras de Schongauer, foi para Colmar (1492), apenas para verificar que o mestre tinha morrido. Aprendeu o que pôde com os irmãos de Schongauer, depois foi para Basiléia, onde recebeu de Grünewald o segredo da arte intensamente religiosa. Já era desenhista perito; uma edição das cartas de São Jerônimo, impressa em 1492 em Basiléia, trazia na página de rosto um retrato do santo feito por Dürer; e este foi tão elogiado que vários editores competiram pelos seus trabalhos futuros. Entretanto, o pai insistia com ele para voltar para casa e casar-se; tinham-lhe escolhido uma esposa na sua ausência. Voltou para Nuremberg e fixou-se na vida de casado com Agnes Frey (1494).

Um ano antes tinha feito seu auto-retrato como um jovem de roupa e chapéu quase femininos, altivo e no entanto desconfiado, duvidando do mundo e a desafiá-lo. Em 1498, ainda vaidoso de suas feições, e agora também da barba, pintou seu retrato como um jovem patriciano ricamente vestido, de gorro de borla e longos cachos castanhos; este é um dos grandes auto-retratos de todos os tempos. Em 1500 pintou-se a si mesmo novamente, vestido mais simplesmente, o rosto alongado entre ondas de cabelo que caíam até os ombros, os olhos penetrantes misticamente fixos; Dürer parece ter-se reproduzido aqui deliberadamente em uma semelhança imaginada com Cristo, não por impiedosa bravata, mas possivelmente por sua opinião muitas vezes expressa de que um grande artista é um arauto inspirado de Deus.[50] A vaidade era o apoio de seu trabalho. Não só multiplicou os auto-retratos, como arranjou lugar para si em muitos quadros seus. Às vezes era capaz de ser modesto, e tristemente consciente de suas limitações. "Quando somos elogiados", disse ele a Pirkheimer, "erguemos o nariz e acreditamos piamente; mas talvez um grande pândego esteja rindo de nós nas nossas costas."[51] Quanto ao resto era de bom gênio, piedoso, leal, generoso e tão feliz quanto o permitiam as circunstâncias.

Não podia ter-se apaixonado pela esposa, pois embarcou para a Itália pouco depois do casamento, deixando-a só. Tinha ouvido falar no que chamava de "renascimento" das artes na Itália "após terem estado ocultas durante um milênio";[52] e embora nunca participasse muito intimamente dessa ressurreição da literatura, filosofia e arte clássicas que acompanhou a Renascença, estava ansioso por ver em primeira mão o que tinha dado aos italianos a supremacia em pintura e escultura, em prosa e poesia. Ficou principalmente em Veneza, onde a Renascença ainda não atingira completo desenvolvimento; mas quando voltou para a sua Nuremberg (1495) tinha de certa forma recebido o estímulo que desencadeou a produtividade rápida de seus 10 anos seguintes. Em 1507, com um empréstimo de 100 florins ($ 2,500?) de Pirkheimer, foi outra vez à Itália, e dessa vez ficou um ano e meio. Estudou as obras de Mantegna e Squarcione em Pádua, copiou humildemente desenhos, e foi logo reconhecido pelos Bellini e outros venezianos como um desenhista completo. *A Festa das Guirlandas de Rosas*, que pintou para uma igreja alemã em Veneza, recebeu elogios até dos italianos, que ainda consideravam a maioria dos alemães uns bárbaros. A "Senhoria" veneziana ofereceu-lhe um cargo permanente se fixasse residência lá, mas a mulher e os amigos o importunavam para voltar para Nuremberg. Observou que os artistas tinham conquistado uma posição social muito mais elevada na Itália do que na Alema-

nha, e decidiu exigir uma situação igual quando voltasse. "Aqui", escreveu, "sou um fino cavalheiro; em meu país sou um parasita" — isto é, que não produzia bens materiais.[53]

Ficou encantado com o entusiasmo da arte na Itália, o número e conflitos dos artistas, as discussões eruditas e apaixonadas sobre teorias da arte. Quando Jacopo de' Barbari expôs-lhe os princípios de Piero della Francesca e outros italianos sobre as proporções matemáticas de um corpo humano perfeito, Dürer observou que "preferia ter ouvido essas explicações a receber um novo reino".[54] Na Itália ficou acostumado com o nu na arte, nem que fosse apenas pelo estudo da estatuária clássica. Enquanto sua própria obra permanecia profundamente teutônica e cristã, adotava com entusiasmo a admiração italiana pela arte pagã, e em uma longa série de escritos esforçou-se por ensinar a seus compatriotas os segredos italianos da perspectiva, proporção e cor. Com estas duas viagens de Dürer à Itália, o estilo gótico chegou ao fim na pintura alemã, e a mesma geração alemã que repelira Roma em religião aceitou a Itália na arte.

O próprio Dürer permanecia em tensão criadora porém confusa entre a Idade Média e a Renascença, entre o misticismo alemão e a mundanidade italiana; e a alegria de viver que vira na Itália nunca suplantou completamente em sua alma a meditação medieval sobre a morte. Com exceção dos retratos, seus motivos continuavam a ser quase inteiramente religiosos, e muitos místicos. Todavia, sua verdadeira religião era a arte. Venerava uma linha perfeita mais do que a imitação de Cristo. Até em suas produções religiosas mostrou o interesse irresistível do artista por todos os objetos mesmo do uso diário mais comum. Como Leonardo da Vinci, desenhava quase tudo que via — rochedos, rios, árvores, cavalos, cães, porcos, rostos e corpos feios, e seres imaginários de forma maravilhosa ou horrível. Desenhou sua perna esquerda vista de várias posições, e amassou uma almofada em diferentes formas para estudálas com sua pena infatigável. Atulhava sua obra de uma verdadeira coleção de animais, e algumas vezes desenhava uma cidade inteira como fundo para um quadro. Ilustrou, com deleite e bom humor, a vida e a atividade da gente do campo. Amava os alemães, pintava-lhes as cabeças enormes e rostos rubicundos sem protestar, e introduzia-os nos ambientes mais inverossímeis, sempre ricamente trajados como burgueses prósperos, encapotados e embuçados contra o frio alemão, mesmo em Roma ou na Palestina. Seus desenhos constituem uma etnografia de Nuremberg. Os protetores principais dele eram os príncipes comerciantes, a quem salvou da morte com seus retratos, embora recebesse encomendas de duques e eleitores imperiais, e finalmente do próprio Maximiliano. Assim como Ticiano gostava mais de retratar a nobreza e a realeza, Dürer sentia-se mais à vontade na classe média, e sua gravura em madeira do imperador fê-lo parecido com o que Luís XII lhe chamara — o "burgomestre de Augsburg". Somente uma vez Dürer conseguiu nobreza em um retrato — a reprodução imaginária de Carlos Magno.

Os 36 retratos são suas obras mais prontamente apreciáveis, pois são simples, sensuais, terrenos, cheios de personalidade. Veja-se Hieronymus Holzschuher, o senador de Nuremberg: cabeça vigorosa, rosto severo, cabelo ralo em uma testa imponente, barba aparada em simetria impecável, olhos penetrantes como se estivessem observando políticos, ainda assim com um princípio de piscadela; aqui está um homem de bom coração, bom humor, bom apetite. Ou observem o mais querido amigo de Dürer, Willibald Pirkheimer: a cabeça de um touro ocultando a alma de um professor, e sugerindo as necessidades gástricas de Gargântua. E quem imaginaria, por trás dos

traços marcados e inchados do imenso Frederico, o Sábio, da Saxônia, o eleitor que desafiou um papa para proteger Lutero? Quase todos os retratos são fascinantes: Oswolt Krell, cuja séria concentração transparece até nas veias das mãos; ou Bernhard von Resten, com a delicada blusa azul, o majestoso chapéu largo, os olhos meditativos de um artista absorto; ou Jakob Muffel, burgomestre de Nuremberg, estudo escuro da devoção severa, derramando um pouco de luz sobre a grandeza e a prosperidade da cidade; ou os dois retratos do pai de Dürer, cansado do trabalho em 1490, completamente esgotado em 1497; ou o *Retrato de um Cavalheiro*, no Prado — a virilidade personificada, deslustrada pela crueldade e pela avareza; ou Elizabeth Tucher, segurando a aliança e encarando desconfiada o casamento; ou o *Retrato de uma Dama Veneziana* — Dürer teve de ir à Itália para encontrar tanto a beleza quanto a força. Raramente há requinte em seus retratos masculinos, nenhuma elegância, apenas força de caráter. "O que não é útil em um homem", disse, "não é belo."[55] Interessava-se pela realidade e pela sua reprodução fiel, mais do que pela beleza dos traços ou da forma. Observou que um artista pode desenhar ou pintar um quadro bonito de um objeto feio ou de um motivo desagradável. Era um teuto, todo perícia, dever, fidelidade; deixava a beleza e a graça para as senhoras e concentrava-se na força,

A pintura não era seu forte, nem muito de seu gosto. As visitas à Itália, porém, estimularam-no a procurar a cor tanto quanto a linha. Para Frederico da Saxônia e a igreja de seu castelo em Wütenberg pintou um tríptico mais tarde conhecido por Retábulo de Dresden; aqui as maneiras italianas de proporção e perspectiva emolduravam figuras resolutamente alemãs: uma *Frau* como a Virgem, um professor como Santo Antônio, um acólito alemão como São Sebastião; o resultado não é irresistível. Mais bonito é o Retábulo Paumgärtner de Munique: um esplêndido São José e uma *Mädchen* Maria sobre um fundo arquitetural de ruínas romanas; mas o primeiro plano está atulhado de bonecos absurdos. A *Adoração dos Magos*, na Uffizi, é um triunfo da cor no vestido azul da Virgem e nos suntuosos vestuários dos reis orientais. *Cristo entre os Doutores* mostra um bonito Jesus de cachos de menina rodeado de doutores de barbas e rugas — sendo um deles uma caricatura horrível, toda nariz e dentes. *A Festa das Guirlandas de Rosas* rivalizava com os maiores quadros italianos do tempo em sua composição habilmente ordenada, na beleza da Mãe e do Filho, no esplendor geral da cor; este é o maior quadro de Dürer, mas atualmente é preciso aventurarmo-nos a fazer a viagem até Praga para contemplá-lo. Viena e Berlim têm belas madonas de Dürer, e a *Madona e Filho com Santa Ana*, de Nova York, mostra a Virgem como uma delicada donzela alemã, e a mãe como uma semita de pele morena. Excelentes são os painéis de Adão e Eva, no Prado; aqui, por um momento, um artista alemão reproduziu a beleza de um saudável nu feminino.

Desanimado pela remuneração inadequada ao trabalho de pintura, e talvez pela obrigação de repetir velhos temas religiosos, Dürer voltou-se cada vez mais para o trabalho mais lucrativo e original do entalhe em madeira e da gravura; pois aí uma placa dava mil cópias facilmente transportáveis para todos os mercados da Europa, e podia fornecer a mesma ilustração para mil volumes impressos. A linha era o forte de Dürer, o desenho era seu reino, onde nenhum homem vivo de então o superou; nisso até os orgulhosos italianos se maravilhavam com sua finura. Erasmo comparou-o, como artesão, a um antigo mestre da linha:

> Apeles foi ajudado pela cor.... Mas Dürer, embora admirável também em outros pontos — o que não exprime ele em monocromo... proporções, harmonias? Ainda mais, ele pinta até aquilo que não se pode pintar — fogo, raios de luz, trovão... raio... todas as sensações e emoções, em suma, todo o espírito do homem como se

reflete no comportamento do corpo, e quase que a própria voz. Coloca estas coisas diante dos olhos com as linhas mais apropriadas — pretas, no entanto de tal maneira que se as salpicássemos de cor prejudicaríamos a obra. E não é mais maravilhoso executar sem as carícias da cor o que Apeles realizou com seu auxílio?[56]

Dürer retribuiu o elogio gravando um retrato de Erasmo (1526), não segundo o modelo vivo mas de um quadro de Massys. Não se iguala a esse retrato, muito menos ao de Holbein; assim mesmo é uma obra-prima de desenho nas dobras e sombras do manto, nas rugas do rosto e das mãos, nas folhas amassadas do livro aberto.

Dürer deixou-nos mais de mil desenhos, em sua maioria milagres de esboço realista, piedoso ou diabolicamente fantasista. Alguns são evidentes caricaturas; um é a idade e a sabedoria desenhadas nitidamente.[57] Às vezes o motivo é inanimado, como em *A Máquina de Fiar Metais* ou apenas uma simples vegetação, como *Um Trecho de Relva*, ou um animal, como a *Cabeça de um Cavalo-Marinho*. Geralmente as plantas e os animais amontoavam-se em volta das pessoas vivas, como no complicado *Madona com uma Multidão de Animais*. Os motivos religosos são os menos bem- sucedidos, mas devemos excetuar e render homenagem ao notável *Mãos de um Apóstolo em Oração*. E finalmente há belos estudos da mitologia clássica, como *Apolo* ou *Orfeu*.

Dürer transformou uns 250 desenhos seus em entalhes em madeira e uns 100 em gravuras; estes dois grupos são as partes mais importantes de seu legado. Até o fim do século cinzelou pessoalmente os desenhos; mais tarde entregou o entalhe na madeira a outros — somente com essa colaboração pôde esboçar uma área de vida tão vasta. Principiou ilustrando livros como *Der Ritter von Turn* e o *Narrenschiff*, de Sebastian Brant; 20 anos depois, desenhou figuras marginais para o Livro de Orações de Maximiliano. Experimentou a pena em nus, e foi magnificamente bem-sucedido em *O Banho dos Homens*, um pouco menos em *O Banho das Mulheres*; em ambos serviu como força revolucionária na arte alemã, que tinha condenado o nu como um escândalo ou uma desilusão. Eram célebres os entalhes em madeira que representavam a vida da Virgem e a Paixão de Cristo. As mulheres devotas podiam agora contemplar, junto aos corações, uma gravura que mostrava o casamento de José e Maria; e os alemães práticos ficaram satisfeitos ao encontrar, no *Estada da Sagrada Família no Egito*, todos os pormenores agradáveis da domesticidade e indústria teutônicas — Maria costurando, José trabalhando em sua banca, e crianças angelicais levando lenha para dentro sem ninguém pedir. Trinta e sete pequenos entalhes em madeira — a *Pequena Paixão* — e 11 grandes — a *Grande Paixão* — levaram a história dos sofrimentos e morte de Cristo a milhares de lares, e aguçaram o apetite do público pela tradução do Novo Testamento por Lutero. Outra série ilustrou o Livro da Revelação; alguns desses entalhes em madeira, como *Os Quatro Cavaleiros do Apocalipse* e *São Miguel Combatendo o Dragão*, eram tão vivos que durante séculos o espírito alemão pensou no Apocalipse segundo as gravuras de Dürer.

Das gravuras em madeira passou para a arte mais trabalhosa da gravura. Vez por outra tentava a ponta seca, como no claro-escuro *Sagrada Família*; geralmente trabalhava com o buril. A *Queda do Homem* é escultura sobre cobre, na forma, digna dos gregos, na proporção e na simetria, digna dos italianos, com a habitual profusão de fauna e flora de Dürer, onde quase todas as parcelas tinham para ele e para sua geração um significado simbólico. Nus femininos de qualidade sem precedentes na arte alemã emergiram do metal em *O Monstro Marinho* e *O Combate da Virtude e do Prazer*, com fundos de paisagens lindamente desenhados. As 16 gravuras que constituem a *Paixão Gravada* são menos impressionantes do que as Paixões em madeira. Mas o *Santo Eustáquio* é uma cornucópia de esboços cheios de vida: cinco cães, um cavalo, uma floresta, um bando de pássaros, um amontoado de castelos em uma colina, um veado levando uma cruz entre os galhos, e convencendo o belo caçador a abandonar a carnificina e tornar-se santo.

Em 1513-14 Dürer alcançou o apogeu como artesão em três *Meisterstiche*, Gravuras de Mestre. *O Cavaleiro*, a *Morte e o Diabo* é uma versão vigorosa de sombrio tema medieval: um cavaleiro de rosto severo com armadura completa sobre um cavalo à maneira de Verrochio, rodeado pelas feias figuras da Morte e de Satanás, porém adiantando-se resoluto para o triunfo da virtude sobre todas as coisas; parece incrível que tanta plenitude e delicadeza de pormenores pudesse ser recortada no metal. *São Jerônimo em Sua Oficina* mostra uma fase mais tranqüila da vitória cristã: o velho e calvo santo inclinado sobre seu manuscrito, escrevendo parece que à luz de seu nimbo, um leão e um cão deitados pacificamente no chão, uma caveira pousada em silenciosa eloqüência sobre a ombreira da janela, e uma coisa, que se parece muito com o chapéu da esposa, pendurada na parede — toda a sala desenhada na perspectiva mais cuidada, com todas as sombras e raios de sol desenhados meticulosamente. Finalmente, a gravura que Dürer intitulou de *Melancholia I* mostra um anjo sentado por entre o caos de uma construção inacabada, com uma confusão de ferramentas e instrumentos científicos aos pés; uma bolsa e umas chaves amarradas à cintura como emblemas de riqueza e poder; a cabeça pousando pensativa em uma das mãos, os olhos fixos meio admirados e meio aterrorizados, em volta de si. Estará perguntando para que fim esse trabalho, essa construção, demolição e construção, essa busca da riqueza, do poder e da miragem chamada verdade, essa glória da ciência e Babel do intelecto que luta inutilmente contra a morte inevitável? Será que Dürer, no início mesmo da idade moderna, compreendeu o problema enfrentado pela ciência triunfante, dos meios do progresso enganados pelos fins imutáveis?

Assim, de desenho em desenho, de pintura em pintura, com uma habilidade e paciência árduas tão diferentes da antecipação de Leonardo da Vinci e da facilidade de Rafael, Dürer penetrou na era de Lutero. Por volta de 1508 comprou a casa que tornou Nuremberg célebre; a Segunda Guerra Mundial destruiu-a; o comércio turístico reconstruiu-a como uma cópia da original. Seus dois andares inferiores eram de pedra, o terceiro e o quarto de estuque rosa e metade de madeira; e acima de um beiral saliente apertavam-se dois outros andares sob o telhado em ponta. Ali, durante 19 anos, Dürer viveu em tristeza moderada com a esposa sem filhos. Agnes era uma simples *Hausfrau* que se perguntava a si mesma por que Albrecht passava tanto tempo com estudos que não rendiam nada ou com amigos beberrões. Ele vivia em meios além do alcance mental dela, esquecia-a socialmente, viajava muitas vezes sem ela, e quando a levou aos Países-Baixos, jantava com celebridades ou com seu anfitrião, enquanto a mulher comia "na cozinha de cima" com a criada.[58] Em 1504 sua mãe, viúva, foi para a casa de Dürer; viveu mais 10 anos; o retrato que fez dela desperta nossa simpatia pela esposa — que também não era linda demais. Seus amigos consideravam Agnes uma megera incapaz de participar da arrebatada vida intelectual de Dürer.

Em seus últimos anos, o mestre de Nuremberg desfrutou celebridade européia como chefe e glória da arte alemã. Em 1515 o imperador concedeu-lhe uma pensão modesta de 100 florins por ano ($2,500?). Era-lhe paga irregularmente, pois as rendas de Maximiliano nunca alcançavam seus planos. Quando Max morreu a pensão cessou, e Dürer resolveu visitar os Países-Baixos e solicitar a Carlos V a renovação do pecúlio. Levou consigo um grande sortimento de desenhos e pinturas para vender ou trocar na Holanda ou na Flandres, e conseguiu por esse meio pagar quase todas as despesas da viagem. O diário que redigiu de seu giro (julho de 1520-julho de 1521) é quase —

não completamente — tão íntimo quanto os que Boswell escreveria dois séculos mais tarde. Registra as despesas, vendas, compras, visitas e homenagens; revela o cuidado do burguês com os pormenores das finanças, e o prazer perdoável do artista pelo reconhecimento de seu gênio. Após andar atrás de Carlos através de muitas cidades, Dürer conseguiu a renovação de sua pensão, e pôde dedicar o resto da viagem a visitar as paisagens e os heróis dos Países-Baixos. Ficou assombrado com a riqueza e beleza de Gand, Bruxelas e Bruges; com o grande políptico dos Van Eycks na igreja de Saint Bavon, e com a catedral de Antuérpia: "que eu nunca vi igual em terras alemãs".[59] Conheceu Erasmo, Lucas van Leyden, Bernaert van Orley, e outros valores neerlandeses, e foi homenageado nas cidades pelas corporações de artistas. Nos brejos cheios de mosquitos de Zelândia contraiu a malária que lhe arruinou a saúde dos últimos anos.

Um prefácio de seu diário assim diz: "comprei o discurso de Lutero por cinco pences brancos, e dei um pela *Condenação* desse homem poderoso".[60] Em Antuérpia (maio de 1521) chegou-lhe a notícia de que Lutero tinha sido "traiçoeiramente apanhado" ao sair da Dieta de Worms. Dürer não sabia que esse rapto tinha sido combinado para proteger o reformador; e temendo que Lutero tivesse sido morto, escreveu em seu diário uma defesa apaixonada do rebelde, e um apelo a Erasmo para vir em auxílio de seu partido:

> Assim esse homem, inspirado pelo Espírito Santo para ser o continuador da verdadeira fé, desapareceu.... Se ele sofreu foi pela verdade cristã contra o papado não cristão, que trabalha contra a liberdade de Cristo, arrancando de nós nosso sangue e nosso suor para se nutrir na preguiça enquanto os povos morrem de fome. Ó Deus! nunca foram os homens tão cruelmente humilhados sob as leis humanas como sob as leis da Sé Romana.... Todos vêem como é clara a doutrina anunciada nos livros de Lutero, e como obedece ao Santo Evangelho. Precisamos salvar esses livros de serem queimados; antes atirarmos ao fogo os livros escritos para combatê-lo.... Vós todos, cristãos piedosos, deplorai comigo a perda deste homem, e orai ao Senhor para que nos mande outro guia. Ó Erasmo de Rotterdam, onde estás? Verás a injustiça e a tirania cega dos poderes que agora estão governando? Ouve-me, cavaleiro de Cristo, vem pôr-te ao lado de Nosso Senhor Jesus; velho como estás... tu também podes ganhar a coroa do martírio.... Faze ouvir a tua voz!... Ó Erasmo, possa Deus teu Juiz ser glorificado em ti![61]

Quando Dürer regressou a Nuremberg, dedicou-se quase inteiramente à arte religiosa, e com ardor renovado aos Evangelhos. Em 1526 completou seu maior grupo de pinturas — *Os Quatro Apóstolos* — impropriamente chamados, uma vez que Marcos, o Evangelista, não era um dos Doze; mas talvez exatamente esse erro se dirigisse à idéia protestante de retroceder da Igreja para os Evangelhos. Os dois painéis estão entre os tesouros mais preciosos daquela *Haus der Kunst*, na qual Munique, ferida pela guerra, reuniu suas célebres coleções de arte. Um painel representa João e Pedro, outro, Marcos e Paulo — os quatro em roupas suntuosamente coloridas que dificilmente combinam com os santos pescadores e comunistas; nesses vestuários Dürer inclinava-se para a idealização italiana, ao passo que nas cabeças grandes e imponentes afirmou seu meio alemão. É bem provável que essas figuras majestosas tivessem sido destinadas a formar os lados de um tríptico para uma igreja católica. Mas em 1525 o conselho municipal de Nuremberg declarou-se pela Reforma. Abandonado o projeto para um retábulo, Dürer presenteou os painés à cidade, e apôs a cada painel inscrições que vigorosamente realçavam a importância dos Evangelhos. Apesar das chaves na mão de

Pedro — geralmente consideradas como as representantes do estabelecimento e poderes divinos da Igreja — essas pinturas podiam ser interpretadas como o testamento protestante de Dürer.

Tinha agora apenas mais dois anos para viver. Ataques periódicos de febre malárica enfraqueceram-lhe a saúde e o espírito. Mesmo em 1522 tinha desenhado seu auto-retrato final como o Homem das Dores, nu, desgrenhado, macilento, doente, sofredor, tendo nas mãos o açoute da Paixão de Cristo. Todavia trabalhou até o fim. Quando morreu (6 de abril de 1528), com 57 anos, deixou suficientes desenhos, gravuras em madeira e gravuras — além de seis mil florins — para sustentar sua viúva em conforto sombrio para o resto da vida. Pirkheimer, que lhe chorou a morte como "o melhor amigo que tive na vida", escreveu um epitáfio simples para o túmulo:

QUICQUID ALBERTI DURERI MORTALE
FUIT SUB HOC CONDITUR TUMULO

— "Tudo que era mortal em Albrecht Dürer foi encerrado sob este túmulo."

Deixou de ter a estatura suprema como artista ao sacrificar a tarefa mais grandiosa da arte por uma menor: ficava tão encantado em ver as formas transitórias das pessoas, lugares e coisas adquirirem vida duradoura em suas mãos que se absorvia principalmente em representar o real — encantador ou feio, expressivo ou sem significação — e só esporadicamente reunia os elementos dispersos da percepção dos sentidos para formar em imaginação criadora, e depois em linha ou cor, belezas ideais para nos dar objetivos a buscar, ou revelar visões que oferecessem compreensão ou paz. Mas atendeu ao chamado de seu tempo. Recortou na madeira ou no cobre a biografia de sua geração expectante e geradora; com sua pena ou lápis, buril ou pincel, evocou as almas ocultas dos homens vigorosos que palmilharam o palco da era; fez essa época viver para nós, através de quatro séculos, em todos os seus entusiasmos, devoções, temores, superstições, protestos, sonhos e encantamento. Ele foi a Alemanha.

VI. OS HUMANISTAS ALEMÃES

Era uma Alemanha robusta nas letras assim como na vida e na arte. A instrução difundia-se. Os livros jorravam de 16 editores em Basiléia, 20 em Angsberg, 21 em Colônia, 24 em Nuremberg; ali, Anton Koberger sozinho empregava 24 prensas e 100 homens. O comércio de livros era um setor de produtos importante no ativo comércio das feiras em Frankfurt, Salzburgo, Nördlingen e Ulm. "Hoje em dia todos querem ler e escrever", disse um contemporâneo alemão; e outro completou: "São inúmeros os novos livros que se escrevem".[62] As escolas multiplicavam-se nas cidades; cada cidade fornecia bolsas de estudos aos estudantes pobres e capacitados; nove novas universidades fundaram-se nesse meio século; e as de Viena, Heidelberg e Erfurt abriram as portas ao Novo Ensino. Brotavam academias literárias em Estrasburgo, Augsburg, Basiléia, Viena, Nuremberg e Mogúncia. Ricos burgueses como Peutinger e Pirkheimer, e o próprio imperador Maximiliano, abriam suas bibliotecas, coleções de arte e as bolsas para os sábios aplicados; e grandes eclesiásticos como Johann von Dahlberg, bispo de Worms, e Albrecht de Brandemburgo, arcebispo de Mogúncia, eram esclarecidos protetores do ensino, da poesia e da arte. A Igreja da Alemanha, seguindo o exemplo dos papas, saudou a Renascença mas aumentou os estudos lin-

güísticos dos textos bíblicos e patrísticos. A Bíblia *Vulgata* latina foi impressa em 26 edições na Alemanha entre 1453 e 1500; houve 20 traduções da Bíblia antes da de Lutero;[63] a difusão do Novo Testamento entre o povo preparou-o para o contraste desafiador de Lutero entre os Evangelhos e a Igreja; e a leitura do Velho Testamento fez parte da rejudaização protestante da cristandade.

O movimento humanista na Alemanha foi a princípio — e depois do seu namoro com Lutero — mais ortodoxo em teologia do que seu correspondente italiano. A Alemanha não tinha passado clássico como a Itália; não tinha tido o privilégio de ser conquistada e instruída pela Roma Imperial; não tinha ligação direta com a antigüidade não-cristã. Sua memória mal chegava além de seus séculos cristãos; nessa era, a erudição alemã mal se aventurava além dos antepassados cristãos; sua Renascença era antes uma renovação do antigo cristianismo do que das letras clássicas e da filosofia. Na Alemanha a Renascença foi absorvida pela Reforma.

Todavia, o humanismo alemão tirou o exemplo da Itália. Poggio Bracciolini, Enea Silvio e outros humanistas, visitando a Alemanha, levaram a semente; estudantes, peregrinos, eclesiásticos, comerciantes e diplomatas alemães, ao visitar a Itália, voltavam carregando em si, mesmo involuntariamente, o pólen da Renascença. Rodolfo Agrícola, filho de um pároco holandês, recebeu ensino profuso em Erfurt, Colônia e Louvain; dedicou sete anos a estudos posteriores de latim e grego na Itália; e voltou para ensinar em Groningen, Heidelberg e Worms. A época ficou maravilhada com suas virtudes raras — modéstia, simplicidade, honestidade, piedade, castidade. Escrevia em um latim quase digno de Cícero; profetizou que a Alemanha em breve "se mostraria não menos latina do que o Lácio";[64] e, de fato, na geração seguinte, a Holanda de Agrícola produziu em Erasmo um latinista que teria estado perfeitamente à vontade na Roma de Tácito e de Quintiliano. Foi numa viagem a Roma que Agrícola contraiu a febre da qual morreu em Heidelberg, na idade de 42 anos (1485).

Foi igualado em influência — quase nada em simpatia — por Jakob Wimpheling, cujo gênio era tão áspero quanto o seu latim era suave. Resolvido a erguer a Alemanha ao nível da Itália em instrução e letras, este "Mestre-escola da Alemanha" elaborou planos para um sistema de escolas públicas, fundou sociedades eruditas, e no entanto previu o quanto o progresso intelectual seria perigoso sem o desenvolvimento moral. "Qual será o lucro de nosso saber", perguntou ele, "se nossos caracteres não forem igualmente nobres, ou toda nossa habilidade não tiver piedade, ou todo nosso saber for sem o amor do próximo, ou toda nossa sabedoria sem humildade?"[65]

O último desses humanistas ortodoxos era Johannes Trithemius, abade de Sponheim, que não obstante escreveu em 1496: "Os dias de construir mosteiros já passaram; os dias de sua destruição vêm chegando".[66] Um humanista menos devoto, Celtes, descreveu Trithemius como "abstêmio em bebida, desdenhoso do alimento animal, vivendo de legumes, ovos e leite, como faziam nossos antepassados quando... nenhum médico tinha principiado a preparar suas cocções que engendraram a gota e a febre".[67] (Nossos antepassados animais parecem ter sido vegetarianos quando não podiam conseguir piolhos; mas nossos antepassados humanos foram aparentemente caçadores, portanto comedores de carne, nos 50.000 anos antes da descoberta da agricultura. Os argumentos dietéticos da história são traiçoeiros.) Em sua curta vida tornou-se uma verdadeira *summa* de saber: perito em latim, grego, hebraico e literaturas respectivas, e mantendo correspondência com Erasmo, Maximiliano, eleitores imperiais e outras celebridades. O povo comum da época só conseguia explicar seus

conhecimentos pela teoria de que possuía poderes sobrenaturais secretos. Entretanto, morreu aos 54 anos (1516).

Conradus Celtes foi o mais zeloso e eficiente dos humanistas alemães. Passando de cidade a cidade como um diplomata apressado das letras, estudando na Itália, Polônia e Hungria, ensinando em Colônia, Heidelberg, Cracóvia, Praga, Mogúncia, Viena, Ingolstadt, Pádua e Nuremberg, exumou preciosos manuscritos esquecidos como as peças de Hrotswitha, e mapas antigos como o que deu a Peutinger, cujo nome veio a ser o seu. Por toda a parte onde ia, reunia estudantes à sua volta, e inspirava-lhes a paixão pela poesia, literatura clássica e antigüidades alemãs. Em 1447, em Nuremberg, o imperador Frederico III coroou-o poeta laureado da Alemanha. Em Mogúncia, Celtes fundou (1491) a influente Sociedade Literária Renana, que contava cientistas, teólogos, filósofos, médicos, historiadores, poetas, advogados como o renomado jurista Ulrich Zasius, e sábios como Pirkheimer, Trithemius, Reuchlin e Wimpheling. Em Viena, com fundos fornecidos por Maximiliano, organizou (1501) uma Academia de Poesia que se tornou parte honrosa da universidade, e na qual professores e alunos viviam juntos na mesma casa e empresa. Durante seus estudos, Celtes aparentemente perdeu a fé religiosa; levantou questões como: "Viverá a alma depois da morte?" e "Haverá, realmente, um Deus?" Em suas viagens levou muitos exemplares femininos, mas nenhum até o altar; e concluiu despreocupadamente que "não há nada mais doce sob o sol, para expulsar a preocupação, do que uma mulher bonita nos braços de um homem".[68]

Este amoralismo cético ficou em moda entre os humanistas alemães nas décadas finais antes de Lutero. Eoban Hesse escreveu em bom latim *Heroides Christianae* (1514), que imitava Ovídio mais no escândalo do que na forma; incluiu cartas de Madalena a Jesus, e da Virgem Maria a Deus Padre. Para combinar as ações com as palavras, vivia tão folgadamente quanto Cellini, bebia mais do que todos os rivais, e achava facílimo esvaziar um balde de cerveja de um só trago.

Conradus Mutianus Rufus, entretanto, realizou amável reconciliação de ceticismo com religião. Após estudar em Deventer, em Erfurt e na Itália, contentou-se com modesto canonicato em Gotha, colocou na porta a divisa *Beata tranquillitas*, reuniu estudantes admiradores e ensinou-lhes a "prezar os decretos dos filósofos acima dos decretos dos padres";[69] mas, advertia-os, deviam ocultar à multidão suas dúvidas sobre o dogma cristão por uma adesão cavalheiresca às cerimônias e formas eclesiásticas.[70] "Falando em fé", dizia ele, "não nos referimos à conformidade do que dizemos com os fatos, mas a uma opinião sobre as coisas divinas baseada na credulidade e na persuasão que procura os lucros."[71] Opunha-se às missas pelos mortos por inúteis, aos jejuns por desagradáveis, e à confissão auricular por embaraçosa.[72] A Bíblia, achava ele, contém muitas fábulas, como as de Jonas e Jó; é provável que Cristo não tenha morrido mesmo na cruz; os gregos e os romanos, na medida em que vivessem com honra, eram cristãos sem o saber, e sem dúvida foram para o paraíso.[73] Os credos e as cerimônias devem ser julgados não pelos seus objetivos literais mas pelos efeitos morais; se trouxeram a ordem social e a virtude particular, devem aceitar-se sem discussão pública. Mutianus pedia uma vida limpa aos discípulos; e em seus últimos anos, jurou: "Dirigirei meus estudos para a piedade, e não aprenderei nada com os poetas, filósofos ou historiadores a não ser o que possa propiciar uma vida cristã".[74] Tendo vivido com todas as consolações da filosofia, morreu com todas as bênçãos da Igreja (1526).

O ressentimento natural criado entre os ortodoxos pelo ceticismo dos últimos humanistas acumulou-se sobre o sábio mais suave e bondoso do tempo. Johannes Reuchlin seguiu a tradição medieval de colher instrução de vários centros, através da ubiqüidade do latim como língua da instrução na Europa Ocidental. Na escola complementar de sua Pforzheim natal, nas universidades de Freiburg, Paris, Basiléia, Orléans e Poitiers, em Linz, Milão, Florença e Roma, seguiu com ardor quase fanático o estudo do latim, grego, hebraico e de leis. Seguindo o costume dos humanistas alemães, mudou o nome — que tirara de *rauchen*, fumar — para Capnio — pois *kapnos* era a tradução grega de fumar. Aos 20 anos organizou um dicionário latino, que teve várias edições. Em Roma, Johannes Argyropoulos deu-lhe uma passagem difícil de Tucídides para traduzir; Reuchlin respondeu tão prontamente que o velho grego exclamou: "A Grécia fugiu agora para além dos Alpes".[75] O estudante sequioso não deixava passar um rabino sem aprender alguma coisa com ele; Mutianus afirmava ter ouvido contar que Reuchlin deu a um sábio judeu 10 moedas de ouro para que lhe explicasse uma frase hebraica[76] — mas isso pode ter sido um sonho de humanista. Pico della Mirandola convenceu Reuchlin a procurar a sabedoria na Cabala. Comparando a tradução de Jerônimo do Velho Testamento com o texto original hebraico, "Capnio" apontou muitos erros no que os teólogos citavam habitualmente como documento infalível. Aos 38 anos (1493) foi nomeado professor de hebraico da Universidade de Heidelberg. O dicionário e a gramática hebraicos que ele compôs colocaram o estudo do hebraico e do Velho Testamento em base científica, e contribuíram para a forte influência das Escrituras hebraicas sobre o pensamento protestante. Gradativamente sua admiração pelo hebraico eclipsou-lhe a devoção aos clássicos. "A língua hebraica", escreveu ele, "é inadulterada, concisa, sumária. É a língua em que Deus falou ao homem, e na qual o homem conversava com os anjos face a face".[77] Manteve a fé ortodoxa através de todos os estudos. Confundiu-a um pouco com o misticismo, mas submeteu dedicadamente todas as suas obras e ensinamentos à autoridade da Igreja.

Um estranho conjunto de circunstâncias fez Capnio herói da Renascença Alemã. Em 1508, Johannes Pfefferkorn, rabino que se fizera padre, publicou um livro, *Judenspiegel (Espelho dos Judeus)*, condenando a perseguição aos judeus, e livrando-os dos crimes legendários de que eram popularmente acusados, mas insistindo com eles para que abandonassem os empréstimos de dinheiro e o Talmude, e aceitassem o cristianismo. Apoiado pelos dominicanos de Colônia, apresentou ao imperador uma recomendação de que todos os livros hebraicos exceto o Velho Testamento fossem suprimidos. Maximiliano deu ordem para que toda a literatura judaica que criticasse o cristianismo fosse entregue a Pfefferkorn, e que fosse examinada pelas universidades de Colônia, Erfurt, Mogúncia e Heidelberg, por Jakob van Hoogstraeten, chefe da Inquisição em Colônia, e por Reuchlin, devido à sua fama de conhecimento do hebraico. Todos menos Reuchlin opinaram em que os livros deviam ser confiscados e queimados. A opinião minoritária de Reuchlin revelou-se um marco na história da tolerância religiosa. Dividiu os livros judeus em sete classes; um grupo, que consistia de obras que expressamente zombavam do cristianismo, deveria ser queimado; todo o resto, inclusive o Talmude, deveria ser conservado, nem que fosse apenas por conter muita coisa útil ao ensino cristão. Ainda mais, argumentava ele, os judeus tinham direito à liberdade de consciência, tanto como cidadãos do Império quanto por não terem assumido compromissos com o cristianismo.[78] Na correspondência particular,

Reuchlin referia-se a Pfefferkorn como um "asno" que não tinha verdadeira compreensão dos livros que aconselhara à destruição.

Pfefferkorn respondeu a estas gentilezas em um *Handspiegel (Espelho de Mão)* que atacava Reuchlin como instrumento pago dos judeus. Reuchlin retrucou no mesmo tom de vitupério em um *Augenspiegel (Luneta)* que provocou um tumulto entre os ortodoxos. A faculdade teológica de Colônia queixou-se a Reuchlin de que seu livro estava fazendo os judeus felizes demais, e insistiu com ele para que o retirasse de circulação. Maximiliano proibiu sua venda. Reuchlin apelou para Leão X; o Papa entregou o assunto a diversos conselheiros, que decidiram que o livro era inofensivo. Leão suspendeu a ação, mas afirmou aos humanistas que o rodeavam que não aconteria qualquer prejuízo a Reuchlin. Entrementes, Pfefferkorn e seus protetores dominicanos acusaram Reuchlin, perante o tribunal da Inquisição de Colônia, de descrente e traidor do cristianismo. O arcebispo interveio, e remeteu o caso a Roma, que o entregou à corte episcopal de Speyer, a qual absolveu Reuchlin. Por sua vez, os dominicanos apelaram para Roma; e as faculdades das universidades de Colônia, Erfurt, Mogúncia, Louvain e Paris ordenaram que os livros de Reuchlin fossem queimados.

É digno de nota — e significativo da vitalidade cultural da Alemanha nessa era — quantas personalidades notáveis foram então em defesa de Reuchlin: Erasmo, Pirkheimer, Peutinger, Oecolampadius de Basiléia, o bispo Fisher de Rochester, Ulrich von Hutten, Mutianus, Eoban Hesse, Lutero, Melanchthon, até alguns membros do alto clero, que, como na Itália, apoiavam os humanistas. Os eleitores imperiais, os príncipes e 53 cidades afirmaram seu apoio a Reuchlin. As cartas de seus defensores foram coligidas e publicadas (1514) como *Clororum virorum epistolae ad Johannem Reuchlin*. Em 1515 os humanistas apresentaram um livro mais devastador, *Epistolae obscurorum virorum ad venerabilem virum magistrum Ortuinum Gratium (Epístolas dos Homens Obscuros ao Venerável Mestre Ortuinus Gratius*, professor de literatura em Colônia). Trata-se de uma das maiores sátiras da história literária. Foi tão bem-sucedida que se fez uma edição aumentada em 1516, e uma continuação um ano depois. Os autores fingiam ser monges piedosos, admiradores de Gratius e inimigos de Reuchlin, e ocultavam-se sob nomes grotescos — Nicolaus Caprimulgius (mocho), Johannes Pellifex (peleteiro), Simon Wurst (lingüiça), Conradus Unckebunck. Em latim propositadamente mau para imitar o estilo monástico, os escritores queixavam-se do ridículo que caíra sobre eles pelos "poetas" (como eram chamados os humanistas alemães); indagavam ansiosos a respeito da perseguição a Reuchlin; ao mesmo tempo exibiam sua ignorância absurda, a grosseria de sua moral e de seus espíritos; discutiam problemas ridículos sob solene forma escolástica, citavam a Escritura com exagero de obscenidades, e zombavam desapercebidamente da confissão auricular, da venda de indulgências, da veneração das relíquias, da autoridade do papa — os próprios temas da Reforma. Toda a Alemanha culta estava intrigada a respeito da autoria dos volumes; só mais tarde se admitiu que Crotus Rubianus de Erfurt, discípulo de Mutianus, escrevera a maior parte da primeira edição, e Hutten a maior parte da continuação. Indignado, Leão X proibiu a leitura ou posse do livro, condenou Reuchlin, mas deixou-o livre com as custas do processo de Speyer (1520). Reuchlin, com 65 anos, esgotado, retirou-se para a solidão, pacificamente perdido no esplendor da Reforma.

O movimento humanista alemão também desapareceu na conflagração. De um lado era combatido pela maioria das universidades; do outro, os reformadores, empe-

nhados em uma luta de morte, fortificaram sua causa com uma fé religiosa que se concentrava na salvação pessoal no outro mundo e deixava pouco tempo para estudos de civilização clássica, ou do aprimoramento humano aqui embaixo. Os próprios humanistas alemães prepararam a derrota por não avançarem da literatura grega para a filosofia grega, por se perderem em polêmicas grosseiras ou em um misticismo muito menos amadurecido do que o de Eckhart. Não deixaram obras importantes; as gramáticas e dicionários que Reuchlin esperava que seriam seu "monumento mais duradouro do que o bronze" foram logo superadas e esquecidas. E, no entanto, quem sabe se Lutero teria ousado atirar seus golpes de Davi em Tetzel e nos papas se o espírito da Alemanha não tivesse sido em certo sentido liberto dos terrores ultramontanos pelos humanistas? Os adeptos de Reuchlin e de Mutianus eram uma minoria poderosa em Erfurt, onde Lutero estudou quatro anos. E o maior poeta alemão da época, alimentado no humanismo, tornou-se o arauto ardente da Reforma.

VII. ULRICH VON HUTTEN

Não houve gigantes na literatura alemã dessa era antes de Lutero; houve apenas uma efervescência e uma fertilidade espantosas. A poesia era escrita para ser lida em voz alta, e era portanto bem recebida no chalé e no palácio. As peças de mistérios e da Paixão continuavam a ser levadas, revestindo a piedade tosca de um interesse vigoroso pela arte dramática. Por volta de 1450 o drama popular alemão estava largamente secularizado. Mesmo no desenrolar de peças religiosas, continha farsas cruas e às vezes escandalosas.[79] O humor brincava na literatura; então, as vicissitudes e brincadeiras de Till Eulenspiegel, aquele velhaco perambulante, divertiam toda a Alemanha, não poupando suas alegres travessuras nem laico nem clérigo; e em 1515 suas aventuras tomaram forma impressa. Muitas vezes a literatura, assim como a arte, mostrou monges e padres arrastados para o inferno.[80] A sátira florescia em todas as formas literárias.

A sátira mais eficaz da época foi a *Narrenschiff* (1494), ou *Nau dos Loucos*, de Sebastian Brant; ninguém poderia ter esperado uma realização tão cheia de vida de um professor de leis e de literatura clássica de Basiléia. Brant imaginou uma frota (esqueceu-a *en voyage* e mais tarde chamou-a nau) manejada por loucos e tentando navegar no mar da vida. Um louco após outro aparece em cena; uma classe após outra experimenta o chicote dos maus versos indignados do jurista — camponês, mecânico, mendigo, jogador, avarento, usurário, astrólogo, advogado, pedante, dândi, filósofo, padre; a vaidade dos homens ambiciosos, a preguiça dos estudantes, a venalidade dos comerciantes, a desonestidade dos assalariados — todos recebem sua parte dos golpes, e Brant reserva homenagens somente para o católico piedoso e ortodoxo que organiza sua vida de maneira a ganhar o paraíso. Lindamente impresso, e enfeitado de gravuras em madeira que realçavam cada farpa do conto, o livro navegou para o triunfo em toda a parte da Europa Ocidental, através de 12 traduções; depois da Bíblia foi o livro mais lido da época.

Brant pousara mansamente seu chicote sobre o clero, mas Thomas Murner, frade franciscano, atacou monges e padres, bispos e freiras com sátiras ao mesmo tempo mais aceradas, grosseiras e espirituosas do que as de Brant. O padre, dizia Murner, interessa-se mais pelo dinheiro do que pela religião; arranca todo o vintém possível de seus paroquianos, depois paga parte das coletas a seu bispo para ter licença de manter

uma concubina. As freiras têm amores clandestinos, e a que tiver mais filhos é escolhida para abadessa.[81] Entretanto, Murner concordava com Brant na fidelidade à Igreja; denunciou Lutero como mais um louco; e em tocante poema *Von dem Untergang des christlichen Glaubens* lamentou o declínio da fé cristã e o caos profundo do mundo religioso.

Se a popularidade imensa dessas sátiras revelava o desprezo que até os católicos leais tinham pelo clero, as sátiras ainda mais apaixonadas de Ulrich von Hutten abandonaram toda esperança de auto-reforma da Igreja, e pediam a revolta declarada. Nascido em uma família nobre da Francônia, Ulrich foi mandado aos 11 anos para o mosteiro de Fulda, com a esperança de que se tornasse monge. Depois de seis anos de experiência fugiu (1505), e levou a vida de estudante errante, compondo e recitando poesia, pedindo esmolas e muitas vezes sem abrigo, porém achando meio de amar uma jovem que lhe deixou sua assinatura no sangue.[82] O corpo, pequeno, quase se lhe consumiu de febre; a perna esquerda muitas vezes ficava inutilizada pelas úlceras e pelo inchaço; seu gênio adquiriu a irritabilidade de um inválido, porém Eoban Hesse achava-o "perfeitamente encantador".[83] Um bispo bondoso levou-o para Viena, onde os humanistas o receberam bem, mas brigou com eles e mudou-se para a Itália. Estudou em Pavia e Bologna, dirigiu epigramas venenosos ao Papa Júlio II, juntou-se a um exército invasor alemão para poder comer, e depois, sempre sofrendo, regressou à Alemanha.

Em Mogúncia a sorte lhe mostrou um sorriso passageiro: escreveu um panegírico ao jovem arcebispo Albrecht, e recebeu 200 florins ($5,000?) como agradecimento. A corte de Albrecht era então uma verdadeira colmeia de humanistas, muitos deles irreverentes livres-pensadores.[84] Ali Hutten principiou sua contribuição às *Epistolae obscurorum virorum*; ali conheceu Erasmo, e ficou cativado pelo saber, espírito e encanto do grande mestre. Com os florins de Albrecht e o auxílio de seu indulgente pai, procurou novamente o sol da Itália, amaldiçoando a cada passo a "raça hipócrita e corrupta dos teólogos e monges".[85] Da capital do papado enviou uma advertência a Crotus Rubianus:

> Renuncie a seu desejo de ver Roma, meu amigo; o que você procura ali não se encontra mais.... Você pode viver do roubo, cometer assassínios e sacrilégios... pode divertir-se na luxúria e negar a Deus no céu; mas se trouxer dinheiro para Roma será uma pessoa respeitabilíssima. Aqui se vendem a virtude e as bênçãos do céu; você poderá até comprar o privilégio de pecar no futuro. Portanto você seria tolo em ser bom; a gente sensata será depravada.[86]

Com alegre ironia dedicou a Leão X (1517) uma nova edição do devastador tratado de Valla sobre a fictícia "Doação de Constantino", e garantiu ao Papa que a maioria de seus antecessores tinham sido tiranos, ladrões e extorsionários, que tinham transformado os castigos do mundo próximo em rendimentos para eles mesmos.[87] Esta obra foi parar nas mãos de Lutero, e inflamou-lhe a raiva contra o papado.

Apesar da violência vituperina de muitos dos poemas de Hutten, ainda assim eles lhe granjearam uma celebridade esparsa na Alemanha. Voltando à pátria em 1517, foi recebido em Nuremberg por Konrad Peutinger; e por sugestão deste rico letrado, Maximiliano coroou Hutten poeta laureado. Albrecht tomou-o então a seu serviço diplomático, e enviou-o em missões importantes em campos distantes como Paris. Quando Hutten voltou a Mogúncia (1518), encontrou a Alemanha agitada pelas teses

de Lutero sobre as indulgências; e deve ter sorrido ao ver seu próprio tolerante arcebispo envolvido naquilo de maneira desconfortável. Lutero ia ser chamado a Augsburg para enfrentar o cardeal Cajetan e uma acusação de heresia. Hutten hesitou; estava ligado ao arcebispo sentimental e financeiramente, mas sentiu no sangue o apelo da guerra. Montou a cavalo e partiu para Augsburg.

VIII. A IGREJA ALEMÃ

Qual era realmente a situação da Igreja Alemã na juventude de Lutero? Um sintoma de sua situação estava na presteza do alto clero em aceitar a crítica e os críticos da Igreja. Houve alguns ateus esparsos cujos nomes se perderam na censura do tempo; e Erasmo cita "homens entre nós que pensam, como Epicuro, que a alma morre com o corpo".[88] Havia céticos entre os humanistas. Havia místicos que negavam a necessidade de Igreja ou de padre como intermediários entre o homem e Deus, e salientavam a prática religiosa interior em detrimento das cerimônias e sacramentos. Aqui e ali havia pequenos grupos de valdenses que negavam a distinção entre padres e laicos; e na Alemanha Oriental havia alguns hussitas que chamavam ao papa Anticristo. Em Eger, dois irmãos, João e Lewin de Augsburg, haviam denunciado as indulgências como um logro (1466).[89] Johan von Wesel, professor em Erfurt, pregava a predestinação e a eleição pela graça divina, rejeitava as indulgências, os sacramentos e as orações aos santos, e declarou: "Desprezo o papa, a Igreja e os concílios, e venero somente a Cristo"; foi condenado pela Inquisição, retratrou-se e morreu na prisão (1481).[90] Wessel Gansfort, erroneamente conhecido por Johann Wessel, duvidava da confissão, da absolvição, das indulgências e do purgatório, fazia da Bíblia a única regra da fé, e fazia da fé a única fonte de salvação; aqui estava Lutero em uma sentença. "Se tivesse lido as obras dele antes", disse Lutero em 1522, "meus inimigos poderiam ter pensado que Lutero copiou tudo de Wessel, tal é a afinidade entre nossos espíritos."[91]

Não obstante, de modo geral, a religião estava florescente na Alemanha, e a maioria esmagadora do povo era ortodoxa e — entre os pecados e as bebidas — piedosa. A família alemã era quase uma igreja, onde a mãe servia de catequizadora e o pai de padre; a oração era freqüente, e havia livros de devoção familiar em todos os lares. Para os que não sabiam ler, havia livros de figuras, *Biblia pauperum*, que ilustravam as histórias de Cristo, Maria e os santos. As figuras da Virgem eram tão numerosas quanto as de Jesus; o rosário era rezado com freqüência esperançosa; Jakob Sprenger, o inquisidor, fundou uma irmandade para rezá-lo; e havia uma oração alemã dirigida à única Trindade realmente popular: "Glória à Virgem, ao Pai e ao Filho".[92]

Uma parte do clero era tão religiosa quanto o povo. Deve ter havido — embora seus nomes raramente se ouvissem acima do ruído feito pela maldade — fiéis ministros da fé para criar ou manter uma piedade tão difundida entre o povo. O pároco, provavelmente, tinha uma concubina ou uma esposa segundo o costume;[93] mas os alemães vigorosos parecem ter admitido isso como um progresso sobre a promiscuidade; e os próprios papas, nessa época robusta, não se tinham levantado contra o celibato? Quanto ao clero "regular" — os que eram sujeitos a um regulamento ou *regula* monástica — muitas de suas ordens estavam então empenhadas em uma reforma séria. Os beneditinos tinham adotado um conforto meio conventual, meio mundano, e os cavaleiros teutônicos prosseguiam em sua moral fácil, nas crueldades guerreiras e na ambição de terras; mas os frades dominicanos, franciscanos e agostinianos volta-

ram à observância de suas regras, e executaram muitas obras de benemerência prática.[94] Os mais zelosos nessa reforma foram os eremitas agostinianos, originariamente anacoretas ou monges eremitas, porém mais tarde reunidos em comunidades. Mantinham com fidelidade aparente os votos monásticos de pobreza, castidade e obediência, e tinham cultura suficiente para preencher muitas cátedras nas universidades alemãs. Foi esta ordem que Lutero escolheu quando resolveu ser monge.

As queixas contra o clero alemão eram principalmente contra os prelados, e por motivo de sua riqueza e mundanidade. Alguns bispos e abades tiveram de organizar a economia e a administração de grandes áreas que tinham ficado na posse da Igreja; eram senhores feudais mitrados ou tonsurados, e nem sempre os mais clementes.[95] Tais eclesiásticos comportavam-se antes como homens do mundo do que como homens de Deus; e afirmava-se que vários deles se dirigiam às Dietas provinciais ou federais com as concubinas acompanhando o séquito.[96] Um culto prelado e historiador católico, Johannes Janssen, recapitulou talvez com demasiada severidade os abusos da Igreja Alemã às vésperas da Reforma:

> O contraste do amor devoto e da ambição terrena, da renúncia piedosa e do impiedoso egoísmo, era evidente tanto nas fileiras do clero como em outras classes da sociedade. Por muitos dos ministros de Deus a prédica da religião e o cuidado das almas eram igualmente esquecidos. A avareza, pecado habitual da época, transparecia entre o clero de todas as ordens e condições, em seu afã de aumentar ao máximo todas as rendas e aluguéis, taxas e emolumentos. A Igreja Alemã era a mais rica da cristandade. Todo mundo sabia que quase um terço da propriedade territorial do país estava nas mãos da Igreja, o que tornava ainda mais condenável nas autoridades eclesiásticas quererem sempre aumentar suas posses. Em muitas cidades os edifícios e instituições clericais cobriam a maior parte do terreno.
>
> Dentro do próprio corpo sacerdotal, havia também os contrastres mais flagrantes quanto aos rendimentos. As ordens inferiores do clero paroquial, cujos estipêndios meramente nominais provinham de dízimos muito precários, eram muitas vezes obrigadas pela pobreza — se não eram tentadas pela avareza — a trabalhar em algum comércio absolutamente inadequado à sua posição, e que as expunha ao desprezo dos paroquianos. As ordens eclesiásticas superiores, por outro lado, gozavam de riqueza abundante e supérflua, que muitas não tinham escrúpulo de exibir de maneira tão ofensiva que provocava a indignação do povo, a inveja das classes superiores e o desprezo de todos os espíritos sérios.... Em muitos pontos eram veementes as queixas contra o abuso mercenário das coisas sagradas... contra as grandes e freqüentes quantias de dinheiro enviadas a Roma, em anatas e dinheiro de suborno. Um amargo sentimento de ódio contra os italianos... principiou aos poucos a ganhar terreno, até entre homens que, como o arcebispo Berthold von Henneberg, eram verdadeiros filhos da Santa Igreja. "Os italianos", escreveu ele a 9 de setembro de 1496, "deviam recompensar os alemães pelos seus serviços, e não secar o corpo sacerdotal com suas freqüentes extorsões de ouro."[97]

A Alemanha podia ter perdoado a mundanidade de seus bispos se lhe tivessem poupado as pretensões e extorsões dos papas. O crescente espírito de nacionalismo indignava-se contra as pretensões do papado em não considerar legítimo nenhum imperador até que fosse confirmado pelo papa, e depor à vontade imperadores e reis. Persistiam os conflitos entre as autoridades seculares e eclesiásticas nas nomeações para cargos, na jurisdição rival das cortes civil e episcopal, na imunidade do clero em quase toda a legislação civil. Os nobres alemães olhavam com concupiscência impaciente para as ricas possessões da Igreja, e os homens de negócios lamentavam que os

mosteiros que reclamavam isenção de impostos competissem com eles na manufatura e no comércio.[98] A essa altura a rivalidade era sobre motivos materiais, mais do que sobre diferenças teológicas. Diz outro historiador católico:

> Era opinião geral na Alemanha que no assunto de impostos a Cúria romana levou a pressão a um ponto insuportável.... Muitas vezes houve a queixa de que os pagamentos, anatas... e direitos de consagração da chancelaria eram levantados indevidamente ou aumentados ilegalmente, que inúmeras novas indulgências eram anunciadas sem o consentimento dos bispos do país, e cobrava-se dízimo após dízimo para uma cruzada e era desviado para outro fim. Até homens dedicados à Igreja e à Santa Sé... muitas vezes declararam que as queixas alemãs contra Roma eram, do ponto de vista financeiro, na maioria perfeitamente justificadas.[99]

Em 1457 Martin Meyer, conselheiro do arcebispo Dietrich de Mogúncia, dirigiu ao cardeal Piccolomini uma recapitulação indignada das injustiças que a Alemanha sofria da Cúria romana.

> A eleição dos prelados é freqüentemente adiada sem motivo, e benefícios e honrarias de toda espécie são reservados aos cardeais e secretários papais; o próprio cardeal Piccolomini recebeu uma custódia geral de forma desusada e desconhecida em três províncias germânicas. Conferem-se expectações sem nome (Expectação era uma promessa de nomeação para um cargo antes da morte ou remoção do titular. O adiamento das nomeações devia-se, freqüentemente, à regra prevalecente de que entre a morte de um bispo e a escolha do seu sucessor as rendas da sede do bispado iam para a Cúria Romana.), recolhem-se severas anatas e outros impostos, e também é sabido que se extorquiu mais do que as somas devidas. Entregaram-se dioceses não ao mais digno e sim ao que ofereceu mais. Com o intuito de acumular dinheiro, anunciam-se diariamente mais indulgências, e impõem-se mais dízimos sem se consultar os prelados alemães. Processos legais que deveriam ser tratados no país têm sido transferidos apressadamente para o tribunal apostólico. Os alemães têm sido tratados como bárbaros ricos e estúpidos, e despojados de seu dinheiro por mil expedientes engenhosos.... Durante muitos anos a Alemanha tem estado no pó, chorando sua pobreza e seu triste destino. *Mas agora seus nobres despertaram como que de um sonho, e resolveram sacudir a canga, e reconquistar sua antiga liberdade.*[100]

Quando o cardeal Piccolomini tornou-se Pio II (1458), desafiou esta ameaça; a Diether von Isenburg pediu 20.500 florins antes de confirmá-lo como novo arcebispo de Mogúncia (1459). Diether recusou pagar, alegando que a quantia superava qualquer precedente; Pio excomungou-o; Diether não tomou conhecimento da excomunhão, e vários príncipes alemães o apoiaram. Diether contratou um jurista de Nuremberg, Gregor Heimburg, para sublevar a simpatia pública pela concessão de supremacia aos concílios sobre os papas; Heimburg foi à França para combinar uma ação conjunta contra o papado; durante algum tempo pareceu que as nações setentrionais rejeitariam a submissão a Roma. Porém os agentes papais afastaram do movimento um após outro os aliados de Diether, e Pio nomeou Adolfo de Nassau para substituí-lo. Os exércitos dos dois arcebispos travaram uma guerra sangrenta; Diether foi derrotado, dirigiu aos chefes alemães uma advertência de que a menos que permanecessem unidos seriam constantemente oprimidos, e este manifesto foi um dos primeiros documentos impressos por Gutenberg.[101]

O descontentamento alemão não ficou abafado por esta vitória dos papas. Depois que uma grande quantia de dinheiro saiu da Alemanha para Roma no jubileu de 1500, uma Dieta de Augsburg exigiu que parte do dinheiro fosse devolvido à Alemanha.[102] O imperador Maximiliano resmungou que o papa recebia 100 vezes mais rendimento da Alemanha do que ele próprio conseguia reunir. Em 1510, estando em guerra com Júlio II, encarregou o humanista Wimpheling de fazer uma lista das queixas alemãs contra o papado; durante algum tempo pensou em propor a separação da Igreja Alemã de Roma, porém Wimpheling dissuadiu-o sob o fundamento de que não poderia esperar apoio constante por parte dos príncipes. Não obstante, todos os desenvolvimentos dessa era preparavam o terreno para Lutero. Uma diversidade básica de interesses materiais opôs a Reforma Alemã — pedindo a cessação do fluxo de dinheiro alemão para a Itália — a uma Renascença Italiana que financiava a poesia e a arte com o ouro transalpino.

Entre o povo, o anticlericalismo ia de par com a piedade. "Um espírito revolucionário de ódio à Igreja e ao clero", escreve o sincero Pastor "apoderara-se das massas em diversas partes da Alemanha.... O grito de 'Morram os padres!' que durante muito tempo fora sussurrado em segredo, era agora a senha do dia."[103] Era tão aguda esta hostilidade popular que a Inquisição, então crescendo na Espanha, quase não ousava condenar uma pessoa na Alemanha. Panfletos violentos despejavam ataques não tanto à Igreja Alemã como à Sé Romana. Alguns monges e padres aderiram ao ataque, e sublevaram suas congregações contra o luxo do alto clero. Peregrinos que voltavam do jubileu de 1500 traziam para a Alemanha histórias sensacionais — muitas vezes exageradas — de papas imorais, de envenenamento de papas, de fanfarronadas de cardeais, e de paganismo e venalidade gerais. Muitos alemães juravam que assim como seus antepassados tinham abatido o poder de Roma em 476, assim eles ou seus filhos esmagariam novamente essa tirania; outros lembravam a humilhação do imperador Henrique IV pelo Papa Gregório VII em Canossa, e achavam que chegara a hora da vingança. Em 1521 o núncio papal Aleander, prevenindo Leão X sobre uma revolta iminente contra a Igreja, disse que cinco anos antes tinha ouvido muitos alemães dizerem que esperavam apenas que "algum louco" abrisse a boca contra Roma.[104]

Mil fatores e influências — de ordem eclesiástica, intelectual, emocional, econômica, política e moral — aproximavam-se, depois de séculos de obstrução e supressão, em um vendaval que atiraria a Europa na maior conflagração desde a conquista de Roma pelos bárbaros. O enfraquecimento do papado pelo exílio de Avinhão e o Cisma Papal; o colapso da disciplina monacal e do celibato clerical; o luxo dos prelados, a corrupção da Cúria, as atividades temporais dos papas; a moral de Alexandre VI, as guerras de Júlio II, a alegria descuidada de Leão X; o comércio de relíquias e de indulgências; o triunfo do Islã sobre a cristandade nas cruzadas e guerras turcas; a familiaridade crescente com as religiões não cristãs; o influxo da ciência e filosofia árabes; o colapso do escolasticismo no irracionalismo de Scotus e no ceticismo de Ockham; o malogro do movimento dos concílios para realizar reformas; a descoberta da antigüidade pagã e da América; a invenção da imprensa; a difusão da alfabetização e da instrução; a tradução e a leitura da Bíblia; o contraste que se notara entre a pobreza e simplicidade dos Apóstolos e a opulência cerimoniosa da Igreja; a riqueza e independência econômica crescentes da Alemanha e da Inglaterra; o crescimento de uma classe média que se indignava com as restrições e pretensões eclesiásticas; o protesto contra o

fluxo de dinheiro para Roma; a secularização do direito e do governo; a intensificação do nacionalismo e o fortalecimento das monarquias; a influência nacionalista das línguas e literaturas vernáculas; os legados fermentantes dos valdenses, de Wyclif e Hus; a necessidade mística de uma religião menos ritualista, mais pessoal, interior e direta: tudo isso se unia agora em uma torrente de forças que fenderia a crosta do hábito medieval, afrouxaria todos os padrões e laços, repartiria a Europa em nações e seitas, varreria cada vez mais os apoios e confortos dos credos tradicionais, e talvez marcasse o princípio do fim do domínio do cristianismo sobre a vida mental do homem europeu.

CAPÍTULO XVI

Lutero: A Reforma na Alemanha

1517-24

I. TETZEL

A 15 de março de 1517, o Papa Leão X promulgou a mais célebre de todas as indulgências. Era uma pena, ainda que fosse justo, que a Reforma estourasse durante um pontificado que reunia em Roma tanto dos frutos, e tanto do espírito da Renascença. Leão, filho de Lourenço, o Magnífico, era agora chefe da família Médici, o qual sustentara a Renascença em Florença; era literato, poeta, cavalheiro, bondoso e generoso, apaixonado pela literatura clássica e pela arte delicada. A moral dele era boa em um meio imoral; a natureza inclinada para uma alegria simpática e autêntica, que deu exemplo de felicidade a uma cidade que um século antes tinha sido decadente e desolada. Todos os erros dele foram superficiais, exceto sua superficialidade. Fazia pouca distinção entre os bens de sua família e os da Igreja, e gastou os fundos do papado com poetas e guerras discutíveis. Era normalmente tolerante: apreciou a sátira contra os eclesiásticos no *Elogio da Loucura* de Erasmo, e executou, com interrupções esporádicas, o acordo tácito pelo qual a Igreja da Renascença concedia liberdade considerável a filósofos, poetas e sábios que se dirigiam — geralmente em latim — à minoria letrada, mas que deixavam inalterada a fé insubstituível das massas.

Filho de banqueiro, Leão estava acostumado a gastar dinheiro rapidamente, e sobretudo com os outros. Herdou de Júlio II os cofres papais repletos e esvaziou-os antes de morrer. Talvez não se importasse muito com a imponente basílica que Júlio planejara e iniciara, mas a velha igreja de São Pedro estava incapaz de conserto, tinham-se gasto imensas quantias com a nova, e seria uma desgraça para a Igreja deixar abortar aquele empreendimento majestoso. É possível que, com alguma relutância, oferecesse a indulgência de 1517 a todos os que quisessem contribuir para a despesa da conclusão do grande templo. Os governantes da Inglaterra, Alemanha, França e Espanha protestaram que esses países estavam sendo sugados de suas riquezas, que as economias nacionais estavam transtornadas pelas campanhas freqüentes para canalizar dinheiro para Roma. Onde os reis eram poderosos, Leão era prudente: concordou em que Henrique VIII retivesse um quarto dos lucros na Inglaterra; adiantou um empréstimo de 175.000 ducados ao rei Carlos I (mais tarde imperador Carlos V) contra as coletas em expectativa na Espanha; e Francisco I deveria ficar com parte da quantia levantada na França. A Alemanha recebeu tratamento menos benigno, pois não tinha monarquia forte para negociar com o Papa; entretanto, o imperador recebeu a modesta quantia de três mil florins das receitas, e os Fugger deveriam retirar das coletas os 20.000 florins que tinham emprestado a Albrecht de Brandemburgo para pagar o Papa por sua confirmação como arcebispo de Mogúncia. Infelizmente essa ci-

dade perdera três arcebispos em 10 anos (1504-14), e pagara duas vezes pesados emolumentos de confirmação; para livrá-la de pagar uma terceira vez, Albrecht fez um empréstimo. Então, Leão concordou em que o jovem prelado dirigisse a distribuição das indulgências em Magdeburgo e Halberstadt, assim como em Mogúncia. Um agente dos Fugger acompanhava cada um dos pregadores de Albrecht, verificava as despesas e receitas, e conservava uma das chaves do cofre forte que guardava as quantias.[1]

O principal agente de Albrecht era Johann Tetzel, frade dominicano que conseguira habilidade e fama como coletor de dinheiro. Desde 1500 sua ocupação principal tinha sido dispor das indulgências. Geralmente, nessas missões, recebia auxílio do clero local: quando entrava em uma cidade, uma procissão de padres, magistrados e laicos piedosos recebia-o com bandeiras, velas e cantos, e carregava a bula de indulgências sobre uma almofada de veludo ou de tecido dourado, enquanto os sinos das igrejas badalavam e os órgãos tocavam.[2] Apoiado desse modo, Tetzel oferecia, em uma fórmula impressionante, uma indulgência plenária àqueles que confessassem penitentemente seus pecados e contribuíssem de acordo com suas posses para a construção da nova igreja de São Pedro:

> Que Nosso Senhor Jesus Cristo se apiede de ti, e te absolva pelos méritos de Sua Santíssima Paixão. E eu, por Sua autoridade, e a de Seus benditos Apóstolos Pedro e Paulo, e do santíssimo Papa, a mim concedida e transmitida nestas partes, absolvo-te, primeiro de todas as censuras eclesiásticas, seja qual for o modo com que incorreste nelas, e em seguida de todos os teus pecados, transgressões e excessos, por mais enormes que sejam, e até dos que são reservados ao julgamento da Santa Sé; e até onde se estenderem as chaves da Santa Igreja, redimo-te de todo o castigo que mereças no purgatório em nome delas, e te reintegro nos santos sacramentos da Igreja... e naquela inocência e pureza que possuías no batismo; de modo que quando morreres os portões do castigo estarão fechados, e os portões do paraíso de delícias estarão abertos; e se não morreres agora, esta graça continuará em plena força quando estiveres a ponto de morrer. Em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo.[3]

Este negócio esplêndido para um crente estava em harmonia com a concepção oficial das indulgências para os vivos. Tetzel estava outra vez dentro da letra de suas instruções arquiepiscopais quando dispensou a confissão preliminar se o contribuinte aplicasse a indulgência a uma alma do purgatório. Diz um historiador católico:

> Não há dúvida de que Tetzel, segundo o que ele considerava suas instruções autorizadas, declarou como doutrina cristã que não se exigia nada além de uma oferta em dinheiro para se obter a indulgência para os mortos, sem que houvesse qualquer necessidade de contrição ou confissão. Também ensinava, de acordo com a opinião então vigente, que uma indulgência podia ser aplicada a qualquer alma com efeito infalível. Partindo deste princípio não há dúvida de que sua doutrina era virtualmente aquela do drástico provérbio: "Logo que o dinheiro soa, a alma do fogo do purgatório voa". A bula papal de indulgência não dava qualquer sanção a este propósito. Era uma vaga opinião escolástica... e não uma doutrina qualquer da Igreja.[4]

Myconius, frade franciscano talvez hostil aos dominicanos, ouviu Tetzel agir, e contou, a respeito desse ano de 1517: "É incrível o que esse monge ignorante disse e

pregou. Deu cartas seladas que declaravam que até os pecados que um homem tencionava cometer seriam perdoados. O papa, dizia ele, tinha mais poder do que todos os Apóstolos, todos os anjos e santos, mais até do que a própria Virgem Maria; pois estes eram todos subordinados a Cristo, mas o papa era igual a Cristo". Isto é provavelmente exagero, mas que tal descrição pudesse ser feita por uma testemunha ocular sugere a antipatia que Tetzel despertou. Hostilidade semelhante aparece no comentário citado ceticamente por Lutero,[5] o qual contava que Tetzel dissera em Halle que mesmo que, *per impossibile,* um homem tivesse violado a Mãe de Deus, a indulgência teria apagado seu pecado. Tetzel obteve certificados das autoridades civis e eclesiásticas de Halle de que nunca tinham ouvido falar nessa história.[6] Era um vendedor entusiasta, mas não inteiramente sem consciência.

Teria escapado à história se não se tivesse aproximado demais das terras de Frederico, o Sábio, eleitor da Saxônia. (Em 1485 os domínios da casa de Wettin estavam divididos em duas regiões. A parte menor, porém mais rica, incluindo Leipzig e Dresden, foi dada ao filho mais moço, o duque Alberto, e ficou conhecida por Saxônia Ducal ou Albertina. A porção maior, porém menos populosa, que incluía Wittenberg e Weimar, foi destinada ao irmão mais velho, o eleitor imperial Ernesto, e veio a ser conhecida por Saxônia Eleitoral ou Ernestina. Esta divisão revelou-se de alguma importância na Reforma.) Frederico era um governante piedoso e econômico. Não fazia objeção teórica às indulgências; reunira 19.000 relíquias sagradas na igreja de seu castelo de Wittenberg,[7] e conseguira fazer aplicar uma indulgência à veneração dessas relíquias; conseguira outra indulgência para os contribuintes à construção de uma ponte em Torgau, e contratara Tetzel para fazer a propaganda dos benefícios dessa indulgência pontifical.[8] Entretanto, retivera do Papa Alexandre VI (1501) a soma levantada na Saxônia Eleitoral por uma indulgência para doações a uma cruzada contra os turcos; liberaria o dinheiro, disse ele, quando a cruzada se materializasse. Não se materializou; Frederico, o Sábio, conservou as quantias, e aplicou-as na Universidade de Wittenberg.[9] Agora, levado pela relutância em deixar a moeda da Saxônia emigrar, e talvez devido ao que se contava das hipérboles de Tetzel, proibiu a pregação da indulgência de 1517 em seu território. Mas Tetzel aproximou-se tanto das fronteiras que o povo de Wittenberg cruzava os limites para obter a indulgência. Vários compradores levaram essas "cartas papais" a Martinho Lutero, professor de teologia na universidade, e pediram-lhe para atestar sua eficácia. Ele recusou. A recusa chegou aos ouvidos de Tetzel; denunciou Lutero, e tornou-se imortal.

Tinha subestimado a combatividade do professor. Lutero compôs rapidamente em latim 95 teses, que intitulou *Disputatio pro declaratione virtutis indulgentiatum (Disputa para o Esclarecimento da Virtude das Indulgências)*. Não considerava suas proposições heréticas, nem elas eram indubitavelmente assim. Ele ainda era um católico fervoroso que não tinha idéia de transtornar a Igreja; seu objetivo era refutar as afirmativas extravagantes que se faziam a respeito das indulgências, e corrigir os abusos que se tinham multiplicado em sua distribuição. Sentia que a saída fácil e a disseminação mercenária das indulgências tinham enfraquecido a contrição que o pecado devia despertar, fizera mesmo do pecado um assunto trivial a resolver em um balcão de negócios com um mercador de perdões. Ainda não negava o "poder das chaves" papal para perdoar os pecados; admitia a autoridade do papa em absolver o penitente confesso das penas terrestres impostas pelos homens de igreja; mas, na opinião de Lutero, o poder do papa de livrar as almas do purgatório, ou de lhes diminuir

o período de castigo lá, dependia não do poder das chaves — que não ia além do túmulo — mas da influência intercessora das orações papais, que podiam ou não ser ouvidas (Teses 20-22). Ainda mais, argumentava Lutero, todos os cristãos participavam automaticamente do tesouro de merecimentos ganho por Cristo e pelos santos, mesmo sem a concessão de tal participação por uma carta papal de indulgência. Desobrigava os papas da responsabilidade pelos excessos dos pregadores, mas acrescentava perfidamente: "Esta pregação desenfreada de perdões transforma em problema nada fácil, até para homens sábios, salvar a reverência devida ao papa das... perguntas astutas da laicidade, a saber: "Por que o papa não esvazia o purgatório em nome do amor sagrado e da necessidade cruel das almas que ali estão, se ele redime um... número de almas em nome do dinheiro miserável com que construirá uma igreja?" (Teses 81-82).

Ao meio-dia de 31 de outubro de 1517, Lutero afixou estas teses na porta principal da igreja do castelo de Wittenberg. Anualmente, a 1º de novembro — Dia de Todos os Santos — as relíquias reunidas pelo eleitor eram exibidas ali, e esperava-se grande multidão. O costume de anunciar publicamente as teses, que o proponente se oferecia para defender contra todos os desafiadores, era um velho costume das universidades medievais, e a porta que Lutero usou para sua proclamação tinha sido empregada regularmente como quadro dos boletins acadêmicos. Acrescentou a essas teses um convite amável:

> Devido ao amor pela fé e ao desejo de trazê-la à luz, as seguintes proposições serão discutidas em Wittenberg sob a presidência do reverendo padre Martinho Lutero, Doutor de Humanidades e Teologia Sacra, e Coadjutor do Ordinário sobre tais ciências nesse lugar. Pelo que pede que os que estiverem incapacitados de comparecer e debater oralmente o façam por carta.

Para certificar-se de que essas teses seriam amplamente entendidas, Lutero fez circular uma tradução alemã entre o povo. Com audácia característica, enviou um exemplar dessas teses ao arcebispo Albrecht de Mogúncia. Delicada, piedosa e involuntariamente, a Reforma tinha começado.

II. A GÊNESE DE LUTERO

Que circunstâncias de hereditariedade e ambiente tinham moldado o obscuro monge, de uma cidade de três mil almas, no Davi da revolução religiosa?

O pai dele, Hans, era anticlerical severo, áspero, irascível; a mãe, era mulher tímida e modesta, muito dada à oração; ambos eram frugais e ativos. Hans fora camponês em Möhra, depois mineiro em Mansfeld; Martinho, porém, nasceu em Eisleben a 10 de novembro de 1483. Seguiram-se mais seis filhos. Hans e Grethe acreditavam no açoite como varinha de condão para administrar justiça; uma vez, contou Martinho, seu pai o espancara tão aplicadamente que durante muito tempo foram inimigos declarados; em outra ocasião, por ter furtado uma noz, sua mãe lhe bateu até o sangue correr; mais tarde Martinho pensava que "a vida severa e dura que levava com eles foi o motivo por que mais tarde me refugiei no claustro e me fiz monge".[10] O quadro da divindade que os pais lhe transmitiram refletia seu próprio feitio: um pai duro e juiz

severo, exigindo uma virtude sem alegria, pedindo reparação constante, e afinal condenando a maior parte da humanidade ao inferno eterno. Ambos acreditavam em feiticeiras, duendes, anjos è demônios de muitas espécies e especialidades. Martinho conservou a maior parte destas superstições até o fim. Uma religião de terror em um lar de disciplina rigorosa contribuiu para formar a mocidade e o credo de Lutero.

Na escola, em Mansfeld, havia muitos açoites e muito catecismo; Martinho foi açoitado 15 vezes em um dia por declinar erradamente um substantivo. Aos 13 anos foi enviado a uma escola secundária mantida por uma irmandade religiosa de Magdeburgo. Aos 14 foi transferido para a escola de São Jorge em Eisenach, e teve três anos relativamente felizes morando no lar confortável de *Frau* Cotta. Lutero nunca se esqueceu da observação que ela fez de que não havia no mundo coisa mais preciosa para um homem do que o amor de uma boa mulher. Foi uma graça que ele levou 42 anos para conquistar. Nessa atmosfera mais sadia desenvolveu o encanto natural da mocidade — era saudável, alegre, sociável, franco. Cantava bem e tocava alaúde.

Em 1501 seu pai, que ia prosperando, mandou-o para a Universidade de Erfurt. O currículo concentrava-se em torno da teologia e da filosofia, que ainda era escolástica; mas o nominalismo de Ockham tinha triunfado ali, e é provável que Lutero tenha observado a doutrina de Ockham de que os papas e os concílios podiam errar. Achou o escolasticismo de qualquer maneira tão desagradável que cumprimentou um amigo por "não ter de aprender o esterco que era oferecido" como filosofia.[11] Havia alguns brandos humanistas em Erfurt; foi muito ligeiramente influenciado por eles; não se preocuparam com ele quando o viram preocupado com o outro mundo. Aprendeu um pouco de grego e menos hebraico, porém leu os principais clássicos latinos. Em 1505 recebeu o grau de Doutor de Humanidades. O pai, orgulhoso, enviou-lhe como presente de formatura uma edição luxuosa do *Corpus iuris,* e ficou satisfeito quando o filho começou a estudar direito. De repente, após dois meses desse estudo, e para desgosto do pai, o jovem de 22 anos resolveu ser monge.

A decisão exprimia a contradição de seu caráter. Vigoroso até ao ponto da sensualidade, visivelmente constituído para uma vida de instintos normais, e assim mesmo sugestionado pelo lar e pela escola na convicção de que o homem é pecador por natureza e de que o pecado é uma ofensa ao Deus onipotente e punitivo, nunca, em pensamento ou na conduta, conciliara seus impulsos naturais com os credos adquiridos. Tendo passado presumivelmente pelas habituais experiências eróticas e fantasias da adolescência, não podia considerá-las como etapas de desenvolvimento, mas encarava-as como as manobras de Satanás empenhado em arrastar as almas à condenação irremediável. A concepção de Deus que lhe tinha sido incutida quase não continha qualquer elemento de ternura; a figura consoladora de Maria tinha pouco lugar naquela teologia de medo, e Jesus não era o filho amante que não podia recusar coisa alguma a Sua mãe. Era o Jesus do Juízo Final tantas vezes representado nas igrejas, o Cristo que ameaçara os pecadores com o fogo eterno. O pensamento insistente do inferno obscurecia um espírito intensamente religioso para esquecê-lo no sabor e na torrente da vida. Um dia, quando regressava de casa do pai para Erfurt (julho de 1505), foi surpreendido por uma tempestade tremenda. O raio brilhou perto dele e bateu em uma árvore próxima. Pareceu a Lutero um aviso de Deus de que a menos que ele dedicasse seus pensamentos à salvação, a morte haveria de surpreendê-lo sem confissão e estaria condenado. Onde poderia viver uma vida de devoção salvadora? Somente onde quatro paredes excluíssem, ou a disciplina ascética sobrepujasse, o mundo, a

carne e o diabo: somente em um mosteiro. Fez um voto a Santa Ana de que se sobrevivesse a essa tempestade tornar-se-ia monge.

Havia 20 claustros em Erfurt. Escolheu um que era conhecido pela fiel observância das regras monacais — o dos Eremitas de Santo Agostinho, ou Agostinianos. Reuniu os amigos, bebeu e cantou com eles pelo que disse ser a última vez, e no dia seguinte foi recebido como noviço em uma cela de mosteiro. Executava as tarefas mais baixas com orgulhosa humildade. Dizia as orações em uma repetição auto-hipnotizadora, enregelava-se em um cubículo frio, jejuava e flagelava-se, na esperança de expulsar os demônios do corpo. "Eu era um monge piedoso, e observava tão estritamente o regulamento de minha ordem que... se algum dia um monge entrou no céu devido à vida de frade, então eu também deveria entrar lá.... Se tivesse durado mais tempo, ter-me-ia torturado até morrer de vigília, orações, leituras e outros trabalhos".[12] Um vez, tendo ficado sem aparecer durante vários dias, uns amigos forçaram a cela e encontraram-no desmaiado no chão. Tinham levado um alaúde; um deles tocou-o; Lutero despertou e agradeceu-lhes. Em setembro de 1506 fez os votos irrevogáveis de pobreza, castidade e obediência, e em maio de 1507 ordenou-se padre.

Os colegas frades deram-lhe conselhos amigos. Um deles afirmou-lhe ter a Paixão de Cristo expiado pela natureza pecaminosa do homem e aberto ao homem redimido as portas do paraíso. As leituras que Lutero fazia dos místicos alemães, principalmente de Tauler, deram-lhe a esperança de saltar o abismo terrível entre uma alma naturalmente pecaminosa e um Deus justo e onipotente. Depois, caiu-lhe nas mãos um tratado de Jan Hus, e as dúvidas doutrinárias vieram juntar-se ao turbilhão espiritual; perguntava-se a si mesmo por que "um homem que era capaz de escrever tão cristãmente e tão vigorosamente fora queimado.... Fechei o livro e afastei-me de coração magoado".[13] Johann von Staupitz, vigário provincial dos Eremitas Agostinhos, dedicou interesse paternal ao perturbado frade, e aconselhou-o a substituir o ascetismo pela leitura cuidadosa da Bíblia e de Santo Agostinho. Os monges demonstraram solicitude presenteando-o com uma Bíblia latina — então objeto raro para ser possuído por um indivíduo.

Um dia, em 1508 ou 1509, ficou impressionado com uma sentença da Epístola de São Paulo aos Romanos (1.17): "O justo viverá por fé". Lentamente, essas palavras conduziram-no à doutrina de que o homem se pode "justificar" — isto é, tornar-se justo e portanto salvar-se do inferno — não pelas boas obras, que nunca poderiam bastar para reparar pecados contra uma divindade infinita, porém somente pela fé completa em Cristo e em sua expiação pela humanidade. Em Agostinho, Lutero encontrou outra idéia que talvez lhe tenha renovado o terror — predestinação — de que Deus, mesmo antes da criação, destinara para sempre algumas almas à salvação e o resto ao inferno; e que o eleito tinha sido escolhido pelo livre-arbítrio de Deus para ser salvo pelo divino sacrifício de Cristo. Desse sólido absurdo voltou correndo para sua esperança fundamental da salvação pela fé.

Em 1508, devido à recomendação de Staupitz, foi transferido para um mosteiro agostiniano em Wittenberg, e ao posto de instrutor de lógica e física, e depois professor de teologia, na universidade. Wittenberg era a capital setentrional — poucas vezes residência — de Frederico, o Sábio. Um contemporâneo considerava-a "uma cidade pobre, insignificante, de casas de madeira pequenas, velhas e feias". Lutero descreveu os habitantes como "bêbados, grosseiros e dados à orgia desmedida"; tinham a fama de ser os maiores bebedores da Saxônia, que era considerada a província

mais beberrona da Alemanha. Um quilômetro e meio a leste, dizia Lutero, terminava a civilização e principiava a barbárie. Ali, principalmente, permaneceu até o fim de seus dias.

Devia ter-se tornado a esta altura um monge exemplar, pois, em outubro de 1510, ele e um companheiro frade foram enviados a Roma em missão misteriosa para os Eremitas de Santo Agostinho. A primeira reação que teve ao avistar a cidade foi a de temor piedoso; prosternou-se, ergueu as mãos, e gritou: "Salve, sagrada Roma!" Cumpriu todas as devoções de um peregrino, inclinou-se respeitosamente diante das relíquias santificadas, subiu a *Scala Santa* de joelhos, visitou uma série de igrejas, e ganhou tantas indulgências que quase desejou que seus pais estivessem mortos, para que pudesse livrá-los do purgatório. Visitou o Fórum romano, mas parece que ficou insensível ante a arte da Renascença com que Rafael, Miguel Ângelo e uma centena de outros principiavam a adornar a capital. Muitos anos depois desta viagem ainda não fizera comentário importante sobre o mundanismo do clero ou a imoralidade então reinante na cidade santa. Entretanto, 10 anos mais tarde, e ainda mais nas reminiscências às vezes imaginosas de suas conversas íntimas da velhice, descreveu a Roma de 1510 como "uma abominação", os papas, piores do que imperadores pagãos, e a corte papal "servida à ceia por 12 moças nuas".[14] É muito provável que não tivesse entrada nos altos círculos eclesiásticos, e não teve conhecimento direto de sua moralidade indubitavelmente fácil.

Depois do regresso a Wittenberg (fevereiro de 1511) avançou rapidamente na escala pedagógica, e foi feito vigário-geral provincial de sua ordem. Dava cursos sobre a Bíblia, pregava regularmente na igreja paroquial, e desempenhava as funções do cargo com habilidade e devoção. Diz um destacado erudito católico:

> Suas cartas oficiais respiravam profunda solicitude pelos hesitantes, simpatia amável pelos caídos; revelavam toques profundos de sentimento religioso e um raro senso prático, embora não despojadas de conselhos que contêm tendências não ortodoxas. A peste que assolou Wittenberg em 1516 encontrou-o corajosamente em seu posto, que, apesar do interesse dos amigos, não quis abandonar.[15]

Lentamente, durante esses anos (1512-17), suas idéias religiosas foram-se afastando das doutrinas oficiais da Igreja. Principiava a falar em "nossa teologia", em oposição à que era ensinada em Erfurt. Em 1515 atribuiu a corrupção do mundo ao clero, que entregava ao povo máximas e fábulas de invenção humana em demasia, e não a palavra das Escrituras de Deus. Em 1516 descobriu um manuscrito alemão anônimo, cuja piedade mística apoiava de tal maneira sua opinião de que a alma dependia absolutamente da graça divina para sua salvação, que o editou e publicou como *Theologia Germanica* ou *Deutsche Theologie*. Censurava os pregadores de indulgências por se aproveitarem da simplicidade dos pobres. Em sua correspondência particular principiou a identificar o Anticristo da Primeira Epístola de João com o papa.[16] Em julho de 1517, convidado pelo duque Jorge, da Saxônia Albertina, para pregar em Dresden, afirmou que a simples aceitação dos méritos de Cristo garantia a salvação do crente. O duque lamentou que essa importância da fé de preferência à virtude "só serviria para tornar o povo presunçoso e rebelde".[17] Três meses depois o estouvado desafiava o mundo a debater as 95 teses que apregoara na igreja de Wittenberg.

III. A REVOLUÇÃO TOMA FORMA

A gravura em madeira feita por Cranach, em 1520, pode sugerir plausivelmente o Lutero de 1517: monge tonsurado de estatura média, temporariamente delgado, de grandes olhos sérios, nariz grande e queixo resoluto, rosto não combativo mas que anunciava tranqüilamente coragem e caráter. No entanto, foi antes a indignação sincera do que a audácia vã que escreveu as teses. O bispo local nada viu de herético nelas, mas aconselhou brandamente a Lutero que durante algum tempo não escrevesse mais sobre o assunto. O próprio autor ficou a princípio abalado com o furor que tinha despertado. Em maio de 1518, disse a Staupitz que sua verdadeira ambição era levar uma vida de calma solidão. Estava-se enganando a si mesmo: adorava a luta.

As teses tornaram-se o assunto da Alemanha literata. Milhares de pessoas tinham esperado um tal protesto, e o anticlericalismo reprimido de várias gerações vibrava por ter encontrado uma voz. A venda de indulgências diminuiu. Mas levantaram-se muitos campeões para enfrentar o desafio. O próprio Tetzel, com um pouco de auxílio profissional, respondeu em *Cento e Seis Anti-Teses* (dezembro de 1517). Não fazia concessões nem apresentava desculpas, mas "dava às vezes uma sanção firme, dogmática mesmo, às opiniões meramente teológicas que dificilmente se coadunavam com a erudição mais apurada".[18] Quando esta publicação chegou a Wittenberg, um pregoeiro que a anunciava foi perseguido pelos estudantes da universidade, e seu estoque de 800 exemplares foi queimado na praça do mercado — processo que Lutero reprovou alegremente. Respondeu a Tetzel em "Um Sermão sobre as Indulgências e a Graça", concluindo-o com um desafio característico: "Se eu for chamado de herege por aqueles cujas bolsas sofrerem pelas minhas verdades, não me importarei muito com seus gritos; pois só dizem isso aqueles cujo entendimento confuso nunca conheceu a Bíblia".[19] Jakob van Hoogstraeten, de Colônia, lançou invectivas contra Lutero, e sugeriu que fosse queimado na fogueira. Johann Eck, vice-reitor da Universidade de Ingolstadt, lançou um panfleto, *Obelisci* (março de 1518), que acusava Lutero de disseminar o "veneno boêmio" (as heresias de Hus), e subverter toda a ordem eclesiástica. Em Roma, Silvestre Prierias, censor papal da literatura, publicou um *Diálogo* "afirmando a supremacia absoluta do papa em termos não completamente isentos de exagero, desenvolvendo principalmente sua teoria a um ponto insustentável no exame das indulgências".[20]

Lutero replicou em uma brochura latina *Resolutiones* (abril de 1518), da qual foram enviados exemplares ao seu bispo local e ao Papa — em ambos os casos com afirmativas de ortodoxia e submissão. O texto falava muito bem de Leão X:

> Embora haja na Igreja homens muito eruditos e muito santos, está, todavia, a infelicidade de nossa era em que até eles... não podem socorrer a Igreja.... Agora finalmente temos um Pontífice excelente, Leão X, cuja integridade e saber são a delícia para os ouvidos de todos os homens bons. Mas o que pode o mais benigno dos homens fazer sozinho, em uma confusão tão grande de casos, digno como é de reinar em tempos melhores?... Nesta era nós somos dignos apenas de papas como Júlio II e Alexandre VI.... A própria Roma, sim, Roma acima de todas, agora se ri dos homens bons; em que parte do mundo cristão zombariam os homens mais livremente dos melhores bispos do que em Roma, a verdadeira Babilônia?

A Leão, diretamente, confessava rara humildade:

> Muito santo Padre, ofereço-me prostrado aos pés de Vossa Santidade, com tudo que sou e que tenho. Animai, matai, chamai, revogai, aprovai, reprovai, como vos parecer melhor. Reconhecerei vossa voz como a de Cristo, residindo e falando em vós. Se eu tiver merecido a morte, não me recusarei a morrer.[21]

Entretanto, como observaram os conselheiros de Leão, as *Resolutiones* afirmavam a superioridade de um concílio ecumênico sobre o papa, falavam ligeiramente nas relíquias e peregrinações, negavam os méritos superiores dos santos, e repeliam todos os acréscimos feitos pelos papas nos três últimos séculos à teoria e prática das indulgências. Como estas eram uma fonte importante do rendimento papal, e Leão estava sem recursos para financiar suas filantropias, divertimentos e guerras, assim como o programa de administração e construção da Igreja, o pontífice atormentado, que a princípio tinha posto de lado a discussão como uma discórdia passageira entre monges, agora abordava o assunto, e mandou chamar Lutero a Roma (7 de julho de 1518).

Lutero enfrentou uma decisão crítica. Mesmo que o mais bondoso dos papas o tratasse com brandura, poderia ver-se polidamente silenciado e enterrado em um mosteiro romano, para ser esquecido logo por aqueles que agora o aplaudiam. Escreveu a Georg Spalatin, capelão do eleitor Frederico, sugerindo que os príncipes alemães protegessem seus cidadãos contra a extradição compulsória para a Itália. O eleitor concordou. Tinha grande consideração por Lutero, que fizera prosperar a Universidade de Wittenberg; e, além disso, o imperador Maximiliano, vendo em Lutero uma carta possível para jogar nas contendas diplomáticas com Roma, aconselhou o eleitor a "cuidar bem desse monge".[22]

Nesta mesma ocasião o imperador tinha convocado a Dieta Imperial para se reunir em Augsburg a fim de estudar o pedido do Papa de que deveria cobrar imposto à Alemanha para ajudar a financiar uma nova cruzada contra os turcos. O clero (propunha Leão) devia pagar um décimo, e os leigos um duodécimo, de sua renda, e cada 50 lares forneceriam um homem. A Dieta recusou; pelo contrário, tornou a expor com firmeza os agravos que estavam fornecendo o fundo para o sucesso de Lutero. Observou ao legado papal que a Alemanha tinha cobrado impostos a si mesma muitas vezes para as cruzadas, com o único resultado de ver seu dinheiro empregado para outros fins papais; que o povo se oporia energicamente a qualquer outra remessa de dinheiro para a Itália; que as anatas, gratificações de confirmação e despesas de litígios referentes a Roma já eram uma carga intolerável; e que os benefícios alemães eram dados como recompensa aos padres italianos. Uma repulsa tão arrojada aos pedidos papais, disse um delegado, nunca se tinha visto na história alemã.[23] Percebendo o espírito de rebelião entre os príncipes, Maximiliano escreveu a Roma aconselhando prudência no tratamento a Lutero, mas prometendo colaborar na supressão da heresia.

Leão estava disposto ou forçado à brandura; de fato, um historiador protestante atribuiu o triunfo da Reforma à moderação do Papa.[24] Pôs de lado a ordem para o comparecimento de Lutero em Roma; em vez disso ordenou-lhe que se apresentasse em Augsburg perante o cardeal Cajetan, para responder a acusações de indisciplina e heresia. Deu instruções a seu legado para oferecer a Lutero completo perdão, e honrarias futuras, se ele se retratasse e se submetesse; do contrário, as autoridades seriam convidadas a enviá-lo a Roma.[25] Mais ou menos na mesma ocasião, Leão anunciou a intenção de presentear Frederico com uma honraria que o piedoso eleitor desejava ha-

via muito — aquela "Rosa de Ouro" que os papas concediam a governantes a quem desejavam distinguir com sua proteção mais elevada. Provavelmente Leão se ofereceu então para apoiar Frederico como sucessor à coroa imperial.[26]

Munido de um salvo-conduto imperial, Lutero foi ao encontro de Cajetan em Augsburg (12-14 de outubro de 1518). O cardeal era homem de grande saber teológico e vida exemplar, mas entendeu que sua missão era de juiz e não de diplomata. Segundo a maneira como encarava o assunto, tratava-se fundamentalmente de uma questão de disciplina e ordem eclesiástica: poderia um monge ter permissão de criticar publicamente os superiores — a quem jurara obediência — e advogar opiniões condenadas pela Igreja? Recusando-se a discutir o certo ou o errado das afirmativas de Lutero, pediu uma retratação e uma promessa de nunca mais perturbar a paz da Igreja. Um perdeu a paciência com o outro. Lutero regressou impenitente para Wittenberg; Cajetan pediu a Frederico que o mandasse a Roma; Frederico recusou. Lutero escreveu um relato muito real das entrevistas, que foi espalhado por toda a Alemanha. Ao enviá-lo a seu amigo Wenzel Link, acrescentou: "Envio-lhe meu insignificante trabalho para que você possa ver se eu não tenho razão em supor que, segundo Paulo, o verdadeiro Anticristo domina a corte romana. Acho que ele é pior do que qualquer turco".[27] Numa carta mais branda ao duque Jorge ele pedia que "se empreendesse uma *reforma* comum dos estados espirituais e temporais"[28] — seu primeiro emprego conhecido da palavra que daria à rebelião seu nome histórico.

Leão prosseguiu em seus esforços pela conciliação. Por uma bula de 9 de novembro de 1518, repudiava muitas das afirmativas extremas sobre as indulgências; estas não perdoavam pecados nem crimes, mas apenas as penalidades terrenas que a Igreja — não os governantes seculares — tinha imposto; quanto a livrar as almas do purgatório, o poder do papa limitava-se às orações, implorando a Deus que aplicasse a uma alma morta os méritos excedentes de Cristo e dos santos. A 28 de novembro Lutero apelou do julgamento do papa para o de um concílio geral. Nesse mesmo mês, Leão encarregou Karl von Miltitz, jovem nobre saxão com ordens menores em Roma, de levar a Rosa de Ouro a Frederico, e também de fazer um esforço discreto para levar Lutero, aquele "filho de Satanás", de volta à obediência.[29]

Ao chegar à Alemanha, Miltitz ficou espantado em encontrar metade do país hostil à Sé Romana. Entre seus próprios amigos de Augsburg e Nuremberg, três dentre cinco eram por Lutero. Na Saxônia o sentimento antipapal era tão forte que ele se despojou de todas as marcas de enviado papal. Quando se encontrou com Lutero em Altenburg (3 de janeiro de 1519), achou-o mais disposto a raciocinar do que a temer. Provavelmente a essa altura Lutero estava sinceramente ansioso por preservar a unidade da cristandade ocidental. Fez concessões generosas: manter-se em silêncio se seus adversários fizessem o mesmo; escrever uma carta de submissão ao Papa; reconhecer publicamente a propriedade das orações aos santos, a realidade do purgatório e a utilidade das indulgências em redimir as penitências canônicas; e recomendar ao povo obediência pacífica à Igreja; ao mesmo tempo, os pormenores da controvérsia deveriam ser submetidos a algum bispo alemão aceitável a ambas as partes, que os adjudicasse.[30] Muito satisfeito, Miltitz foi a Leipzig, convocou Tetzel, censurou-o por seus excessos, acusou-o de falsificação e apropriação indébita e despediu-o. Tetzel retirou-se para seu mosteiro, e morreu logo depois (11 de agosto de 1519). Em seu leito de morte, recebeu uma carta bondosa de Lutero, afirmando-lhe que a venda de indulgências era apenas um incidente, não uma causa, do distúrbio, "que o caso não tinha

principiado por esse motivo, mas que a criança tinha um pai muito diferente''.[31] A 3 de março Lutero escreveu ao Papa uma carta de submissão completa. Leão respondeu com espírito amistoso (29 de março), convidando-o a ir a Roma para fazer sua confissão, e oferecendo-lhe dinheiro para a viagem.[32] Entretanto, com consistente inconsistência, Lutero tinha escrito a Spalatin a 13 de março: ''Estou em dúvida para saber se o Papa é o Anticristo ou seu apóstolo''.[33] Ante as circunstâncias achou mais seguro permanecer em Wittenberg.

Nessa cidade, a faculdade, os estudantes e os cidadãos eram predominantemente simpáticos à sua causa. Ficou particularmente feliz ao receber o apoio de um jovem e brilhante humanista e teólogo que o eleitor tinha nomeado em 1518, na idade de 21 anos, para ensinar grego na universidade. Philipp Schwarzert (Terra Negra) tivera o nome helenizado para Melanchthon por seu tio-avô Reuchlin. Homem de pequena estatura, físico frágil, andar claudicante, traços feios, ar altivo e olhos tímidos, este intelectual da Reforma tornou-se tão estimado em Wittenberg que 500 ou 600 estudantes abarrotavam sua sala de aula, e o próprio Lutero, que o descrevia com ''quase todas as virtudes conhecidas do homem'',[34] sentava-se humildemente entre seus discípulos. ''Melanchthon'', disse Erasmo, ''é um homem de natureza amável; até os inimigos falam bem dele''.[35] Lutero gostava da luta; Melanchthon aspirava à paz e à conciliação. Às vezes Lutero o censurava por ser imoderadamente moderado; mas o lado mais nobre e mais brando de Lutero apareceu em sua afeição ininterrupta por alguém tão oposto a ele em temperamento e política.

> Eu nasci para a guerra, e para lutar com as facções e com os diabos; portanto meus livros são tempestuosos e belicosos. Tenho de desenraizar os cotos e os cepos, aparar os espinhos e cercas, encher os fossos, e sou o guarda florestal que deve abrir caminho e preparar as coisas. Mas Mestre Philipp caminha macia e silenciosamente, cultiva e planta, semeia e rega com prazer, pois Deus o dotou esplendidamente.[36]

Outro professor de Wittenberg brilhou com uma luz mais forte do que a de Melanchthon. Andreas Bodenstein, conhecido pelo nome de sua cidade natal como Carlstadt, entrara para o corpo da universidade aos 24 anos (1504); aos 30 recebeu a cátedra de filosofia tomista e teologia. A 13 de abril de 1517, antecipou-se ao protesto histórico de Lutero publicando 152 teses contra as indulgências. A princípio contrário a Lutero, logo se transformou em adepto ardoroso, ''mais entusiasmado do que eu'', disse o grande rebelde.[37] Quando o *Obelisci* de Eck desafiou as teses de Lutero, Carlstadt defendeu-as em 406 proposições; uma dessas continha a primeira declaração definida, na Reforma Alemã, da autoridade suprema da Bíblia sobre os decretos e tradições da Igreja. Eck replicou com um desafio para um debate público; Carlstadt concordou prontamente, e Lutero tratou dos acordos. Eck publicou então um prospecto em que havia 13 teses que se oferecia para provar no debate. Uma dizia: ''Negamos que a Igreja Romana não fosse superior às outras igrejas antes do tempo de Silvestre; sempre reconhecemos o possessor da cadeira de Pedro como seu sucessor e como vigário de Cristo''. Mas não fora Carlstadt, e sim Lutero quem, nas *Resolutiones,* levantara a questão de que, nos primeiros séculos do cristianismo, a Sé Romana não tinha mais autoridade do que vários outros bispos da Igreja. Lutero sentiu-se desafiado, e proclamou que a tese de Eck o libertava de seu voto de silêncio. Resolveu juntar-se a Carlstadt no torneio teológico.

Em junho de 1519, os dois guerreiros dirigiram-se para Leipzig, acompanhados por

Melanchthon e seis outros professores, e escoltados em carros do campo por 200 estudantes de Wittenberg armados e com armaduras como se fossem para uma batalha; e realmente iam entrar em território hostil a Lutero. No grande salão atapetado do castelo Pleissenburg, atulhado de espectadores entusiastas, e sob a presidência do ortodoxo duque Jorge, da Saxônia Albertina, Eck e Carlstadt iniciaram a justa entre os velhos e os novos (27 de junho). Quase ninguém em Leipzig importava-se com o fato de que no dia seguinte seria eleito um novo imperador em Frankfurt-sobre-o-Meno. Depois de Carlstadt, durante dias, ter sido submetido à habilidade de argumentação superior de Eck, Lutero subiu à tribuna por Wittenberg. Foi brilhante e vigoroso no debate, mas descuidadamente franco. Negou enfaticamente a primazia do bispo de Roma aos primeiros dias do cristianismo, e lembrou a sua audiência, que lhe era bastante antipática, que a Igreja Ortodoxa Grega, de ampla difusão, ainda rejeitava a supremacia de Roma. Quando Eck declarou que a opinião de Lutero repetia a de Hus que o Concílio de Constança tinha condenado, Lutero respondeu que até os concílios ecumênicos podiam errar, e que muitas doutrinas de Hus eram fundamentadas. Quando esse debate terminou (8 de julho), Eck cumprira seu verdadeiro objetivo — fazer Lutero comprometer-se com uma heresia definida. Agora a Reforma progredia de uma discussão menos importante a respeito de indulgências para um desafio importante à autoridade papal sobre a cristandade.

Eck dirigiu-se para Roma, apresentou à Cúria um relato da controvérsia e recomendou a excomunhão de Lutero. Leão não foi tão precipitado; ainda esperava uma solução pacífica, e estava distante demais da Alemanha para compreender quão longe a revolta já fora. Cidadãos preeminentes e respeitados como Johan Holzschuher, Lazarus Spengler e Willibald Pirkheimer intercederam por Lutero; Dürer rezou por seu êxito; os humanistas mandavam uma nuvem de panfletos satirizando o papado com todo o vitupério exuberante, característico da época. Ulrich von Hutten, ao chegar a Augsburg, em 1518, voltou suas rimas contra o apelo de Leão para os fundos da cruzada, e exprimiu a esperança de que os coletores regressassem de bolsas vazias. Quando chegou a notícia do debate de Leipzig, saudou Lutero como o libertador da Alemanha, e desde essa ocasião sua pena foi uma espada pela Reforma. Alistou-se entre os cavaleiros de Franz von Sickingen — que estavam ardendo por uma revolução — e induziu-o a oferecer a Lutero todo o apoio e proteção que seu bando armado pudesse proporcionar. Lutero respondeu com agradecimento caloroso, mas não estava pronto para usar a força em defesa de sua pessoa.

Em março de 1520, Hutten publicou um velho manuscrito alemão redigido ao tempo do imperador Henrique IV (1056-1106), e que apoiava Henrique em sua luta contra o Papa Gregório VII. Dedicou o livro ao jovem imperador Carlos V, como sugestão de que a Alemanha esperava que ele vingasse a humilhação e derrota de Henrique. Libertar a Alemanha de Roma, dizia Hutten, era de maior urgência do que repelir os turcos. "Enquanto nossos antepassados julgavam indigno submeter-se aos romanos quando estes eram a nação mais marcial do mundo, nós não só nos submetemos a esses escravos efeminados do desejo e da luxúria, como nos conformamos em ser espoliados para lhes sustentar a sensualidade".[38] Em abril de 1520, Hutten lançou a primeira de duas séries de *Gespräche*, diálogos em verso que desempenharam papel inferior em importância apenas às obras de Lutero, no expressar e estimular o desejo nacional de independência de Roma. Descrevia Roma como um "gigantesco verme sugador de sangue", e declarava que "o papa é um chefe de bandidos e seu bando

usa o nome da Igreja.... Roma é um mar de impureza, um lamaçal de corrupção, um poço sem fundo de iniqüidade. Não deveríamos nós afluir de todos os lados para concluir a destruição desta praga comum da humanidade?"[39] Erasmo pediu a Hutten que moderasse o estilo, e fez-lhe uma advertência amistosa de que corria o perigo de ser preso. Hutten escondeu-se em todos os castelos de Sickingen, mas continuou sua campanha. Ao eleitor Frederico recomendava a apropriação secular de toda a riqueza monástica, e descrevia os empregos excelentes que a Alemanha poderia fazer do dinheiro que todos os anos era enviado a Roma.[40]

Mas o centro da guerra permanecia na pequena Wittenberg. Na primavera de 1520, Lutero publicou, acompanhado de notas furiosas, um *Epítome* no qual citava as pretensões mais recentes e ainda firmes dos teólogos ortodoxos pela primazia e poderes dos papas. Lutero opôs os extremos aos extremos:

> Se Roma assim acredita e ensina com o conhecimento de papas e cardeais (que eu espero não seja o caso), então nestes escritos declaro livremente que o verdadeiro Anticristo está sentado no templo de Deus e reina em Roma — essa Babilônia tinta de roxo — e que a Cúria Romana é a Sinagoga de Satanás.... Se a fúria dos romanistas assim continuar, não haverá outro remédio senão os imperadores, reis e príncipes, rodeados de força e armas, atacarem essas pestes do mundo, e não mais resolver o assunto com palavras e sim com a espada.... Se nós abatemos os ladrões com a forca, os salteadores com a espada, os hereges com o fogo, porque não atacarmos em armas esses senhores da perdição, esses cardeais, esses papas, e toda essa cloaca da Sodoma romana que corrompeu sem cessar a Igreja de Deus, e lavarmos as mãos em seu sangue?[41]

Mais tarde, no mesmo ano, Carlstadt publicou um "livrinho" — *De canonicis scripturis libellus* — exaltando a Bíblia acima dos papas, concílios e tradições, e os Evangelhos acima das Epístolas. Se Lutero tivesse seguido essa última linha, o protestantismo poderia ter sido menos paulino, agostiniano e fatalista. O *libellus* estava adiante de seu tempo ao duvidar da autoria mosaica do Pentateuco e da completa autenticidade dos Evangelhos. Mas era fraco no argumento central: resolvia a autenticidade dos livros bíblicos pelas tradições dos primeiros séculos, e depois repelia a tradição em favor dos livros assim autenticados.

Confortado pelo apoio de Melanchthon e Carlstadt, Hutten e Sickinger, Lutero escreveu a Spalatin a 11 de junho de 1520:

> Atirei os dados. Agora desprezo a ira dos romanos tanto quanto sua proteção. Não me reconciliarei com eles por toda a eternidade.... Eles que condenem e queimem tudo que me pertence; em retribuição farei o mesmo com eles.... Agora já não tenho medo, e vou publicar um livro em língua alemã sobre a reforma cristã, dirigido contra o papa, em uma linguagem tão violenta como se me estivesse dirigindo ao Anticristo.[42]

IV. BULAS E GOLPES

A 15 de junho de 1520, Leão X publicou uma bula, *Exsurge Domine,* que condenava 41 declarações de Lutero, ordenava a queima pública das obras em que estas haviam aparecido, e exortava Lutero a abjurar seus erros e voltar ao aprisco. Depois de 60 dias de recusa de ir a Roma fazer uma retratação pública, deveria ser eliminado da

cristandade pela excomunhão, escorraçado como herege por todos os fiéis, todos os lugares em que aparecesse deveriam suspender os serviços religiosos, e todas as autoridades seculares deveriam bani-lo de seus domínios ou entregá-lo a Roma.

Lutero assinalou o fim deste período de graça publicando o primeiro de três livros que constituíam um programa de revolução religiosa. Até ali escrevera em latim para as classes intelectuais; agora escrevia em alemão — e como patriota alemão — *Carta Aberta à Nobreza Cristã da Nação Alemã sobre a Reforma do Estado Cristão.* Incluía neste apelo o "nobre jovem" que, um ano antes, tinha sido escolhido imperador, Carlos V, e que "Deus nos deu para ser nosso chefe, e em conseqüência despertando grandes esperanças de bem em muitos corações".[43] Lutero atacava os "três muros" que o papado erguera em volta de si: a distinção entre o clero e a laicidade, o direito do papa de decidir a interpretação da Escritura, e seu direito exclusivo de convocar um concílio geral da Igreja. Todas essas afirmações defensivas, dizia Lutero, deviam ser derrubadas.

Primeiro, não há verdadeira diferença entre o clero e a laicidade; todo cristão é feito padre pelo batismo. Portanto, os governantes seculares deviam exercer seus poderes "sem impedimento ou obstrução, sem atentar se se trata de papa, bispo ou padre a quem afetam.... Tudo que a lei canônica disse em contrário é pura invenção da presunção romana".[44] Segundo, uma vez que cada cristão é um padre, tem o direito de interpretar as Escrituras segundo suas próprias luzes.[45] Terceiro, a Escritura devia ser nossa autoridade final na doutrina e na prática, e a Escritura não oferece justificativa alguma para o direito exclusivo do papa de convocar um concílio. Se ele procura por meio de excomunhão ou interdição impedir um concílio, "deveríamos desprezar sua conduta como a de um louco, e, confiando em Deus, fazer a excomunhão recair sobre ele, e reprimi-lo o melhor que pudermos".[46] Dever-se-ia convocar um concílio muito breve; ele examinaria a "horrível" anomalia que é o chefe da cristandade viver em um esplendor mundano maior do que qualquer rei; cessaria a apropriação dos benefícios alemães pelos clérigos italianos; reduziria a um centésimo a "multidão de canalhas" que detêm sinecuras eclesiásticas e vivem principalmente do dinheiro da Alemanha.

> Alguns calcularam que todos os anos mais de 300.000 florins encontram o caminho da Alemanha para a Itália.... *Aqui chegamos ao âmago da questão*.... Por que é que os alemães têm de suportar tal assalto e tal extorsão de suas propriedades para as mãos do papa?... Se com justiça enforcamos os ladrões e decapitamos os salteadores, por que devemos deixar à solta a cupidez romana? Pois é ela o maior ladrão ou salteador que já veio ou poderá vir ao mundo, e tudo pelo santo nome de Cristo e de São Pedro! Quem poderá por mais tempo suportar isso ou ficar calado?[47]

Por que haveria a Igreja Alemã de pagar esse tributo perpétuo a um poder estrangeiro? Que o clero alemão sacudisse a submissão a Roma e fundasse uma igreja nacional sob a chefia do arcebispo de Mogúncia. As ordens mendicantes deveriam ser reduzidas, os padres deveriam ter permissão de se casar, nenhum voto monástico escravizador seria pronunciado antes dos 30 anos; as interdições, peregrinações, missas pelos mortos e dias santos (menos os domingos) deveriam ser abolidos. A Igreja Alemã reconciliar-se-ia com os hussitas da Boêmia; Hus fora queimado em flagrante violação do salvo-conduto que lhe fora dado pelo imperador; e de qualquer maneira "deveríamos vencer os hereges com livros, não com fogueiras".[48] Toda a lei canônica de-

veria ser abandonada; haveria apenas uma lei, para o clero e para a laicidade igualmente.

> Acima de tudo, deveríamos expulsar das terras alemãs os legados papais com seus "poderes" — que eles nos vendem por grandes quantias de dinheiro — de legalizar lucros injustos, dissolver juramentos, votos e acordos, dizendo que o papa tem autoridade para fazer isso — embora seja pura velhacaria.... Se não houvesse outros subterfúgios para provar que o papa é o verdadeiro Anticristo, esta única coisa bastaria para prová-lo. Ouves isto, ó papa, não o mais santo dos homens e sim o mais pecador? Oh, que Deus no céu destruísse em breve o teu trono, e o atirasse ao abismo do inferno!... Ó Cristo, meu Senhor, baixa Teu olhar, que o dia de Teu julgamento desponte, e destrua o ninho do Diabo em Roma![49]

Esse ataque temerário de um homem contra um poder que penetrava em toda a Europa Ocidental tornou-se a sensação da Alemanha. Os homens prudentes julgaram-no imoderado e inconsiderado; muitos o consideravam como um dos feitos mais heróicos da história alemã. A primeira edição da *Carta Aberta* ficou logo esgotada, e as prensas de Wittenberg estiveram ocupadas com outras edições. A Alemanha, como a Inglaterra, estava madura para um apelo ao nacionalismo; até então ainda não havia Alemanha no mapa, mas havia alemães, cônscios de si mesmos como povo. Assim como Hus tinha estendido seu patriotismo boêmio, assim como Henrique VIII repeliria não a doutrina católica e sim o poder papal sobre a Inglaterra, assim Lutero firmava agora o estandarte da revolta não nos desertos teológicos, e sim no solo rico do espírito nacional alemão. Em qualquer parte que o protestantismo vencesse, o nacionalismo levaria a bandeira.

Em setembro de 1520, Eck e Jerônimo Aleander promulgaram a bula da excomunhão na Alemanha. Lutero revidou com um segundo manifesto, *O Cativeiro Babilônico da Igreja* (6 de outubro). Dirigido a teólogos e a sábios, voltava ao latim, mas foi logo traduzido, e teve quase tanta influência sobre a doutrina cristã quanto a *Carta Aberta* tivera sobre a história eclesiástica e política. Assim como os judeus tinham sofrido um longo cativeiro na Babilônia, assim a Igreja fundada por Cristo, e descrita no Novo Testamento, sofrera mais de mil anos de cativeiro sob o papado em Roma. Durante esse período a religião de Cristo tinha sido corrompida na fé, na moral e no ritual. Uma vez que Cristo dera aos Apóstolos vinho e pão na Última Ceia, os hussitas tinham razão: a eucaristia deveria ser ministrada sob ambas as formas sempre que o povo desejasse. O padre não muda o pão e o vinho no corpo e no sangue de Cristo; nenhum padre tem tal poder místico; mas para o comungante fervoroso, Cristo desce espiritual e substancialmente, não por meio de qualquer transformação milagrosa de um padre, mas por Sua própria vontade e poder; Ele está presente na eucaristia *junto com* o pão e o vinho por consubstanciação e não por transubstanciação.[50] Lutero repelia horrorizado a noção de que, na missa, o padre oferece Cristo a Seu Pai como um sacrifício em reparação dos pecados do homem — embora não achasse nada de horrível na idéia de que Deus permitira que o homem crucificasse Deus como sacrifício a Deus em reparação dos pecados do homem.

A essas sutilezas teológicas acrescentou algumas novidades éticas. O casamento não é um sacramento, pois Cristo não prometeu infundir-lhe a graça divina. "Os casamentos dos antigos não eram menos sagrados do que os nossos, nem são os dos incrédulos menos verdadeiros".[51] Conseqüentemente, não deveria haver proibição

de casamento entre cristãos e não cristãos. "Assim como eu posso comer, beber, dormir, andar... fazer negócios com um pagão, um judeu, um turco ou um herege, assim também posso casar-me com qualquer um deles. Não atribuais importância à lei tola que proíbe isto.... O ateu é um homem ou mulher criado por Deus da mesma forma que São Pedro, São Paulo ou Santa Lúcia."[52] Uma mulher casada com um homem impotente deveria ter permissão, se ele concordasse, de ter relações com outro homem a fim de ter um filho, e devia ter permissão de fazer passar o filho como de seu marido. Se o marido recusar o consentimento, poderá divorciar-se dele. Ainda assim o divórcio é uma tragédia sem fim; talvez a bigamia fosse melhor.[53] Depois, acrescentando o desafio à heresia, Lutero concluía: "Ouço rumores de novas bulas e maldições papais dirigidas contra mim, nas quais insistem para que me retrate.... Se isso for verdade, desejo que este livro seja uma parte da retratação que vou fazer".[54]

Sarcasmo assim deveria ter feito Miltitz desistir de continuar a sonhar com uma reconciliação. Não obstante, mais uma vez procurou Lutero (11 de outubro de 1520), e convenceu-o a enviar ao Papa Leão uma carta desmentindo qualquer intenção de atacá-lo pessoalmente, e apresentando o caso moderadamente para a reforma. Por sua parte, Miltitz tentaria garantir uma revogação da bula. Lutero, o "camponês, filho de camponês", (como se chamava a si mesmo orgulhosamente) de 37 anos, escreveu uma carta não de desculpas porém de conselho quase paternal ao herdeiro de São Pedro e dos Médicis, de 45 anos. Exprimia seu respeito ao Papa como indivíduo, condenava sem complacência a corrupção do papado nos tempos passados e da Cúria papal no presente:

> A vossa reputação, e a fama de vossa vida inatacável... são conhecidas demais e elevadas demais para serem questionadas.... Mas a vossa Sé, que é chamada Cúria Romana, e a qual nem vós nem homem algum pode negar que é mais corrupta do que qualquer Babilônia ou Sodoma jamais foram, e que é, tanto quanto posso ver, caracterizada por uma perversidade totalmente depravada, irremediável e notória — essa Sé já a desprezei completamente.... A Igreja Romana tornou-se o mais licencioso antro de ladrões, o mais desavergonhado de todos os bordéis, o reino do pecado, da morte, do inferno.... Sempre lamentei, excelentíssimo Leão, que vós tivésseis sido feito papa nestes tempos, pois éreis digno de melhores dias....
>
> Portanto, não deis ouvidos, meu caro Leão, a essas sereias que vos levam a ser não um simples homem e sim um semideus, para que possais ordenar... o que quiserdes.... Sois um servo dos servos, e mais do que todos os outros homens estais em uma posição perigosa e que faz pena. Não vos iludais com esses que fingem que sois o senhor do mundo... que apregoam que tendes poder sobre o céu, o inferno e o purgatório.... Enganam-se aqueles que vos elevam acima de um concílio e acima da Igreja universal. Enganam-se aqueles que vos atribuem o direito de interpretar a Escritura, pois, acobertados pelo vosso nome, procuram estabelecer sua própria maldade na Igreja e, infelizmente, por meio deles, Satanás já ganhou muito terreno sob vossos predecessores. Enfim, não acrediteis em nenhum daqueles que vos exaltam, acreditai nos que vos humilham.[55]

Com esta carta, Lutero enviou a Leão o terceiro de seus manifestos. Deu-lhe o nome de *Tratado sobre a Liberdade Cristã* (novembro de 1520) e achava que "a menos que eu me engane, é o total da vida cristã em forma breve".[56] Aqui exprimia com moderação desusada sua doutrina fundamental — que só a fé, não as boas obras, faz o verdadeiro cristão e o salva do inferno. Pois é a fé que torna um homem bom; as boas obras derivam de sua fé. "A árvore dá frutos, os frutos não dão a árvore."[57] Um

homem firme em sua fé na divindade e no sacrifício redentor de Cristo não goza de liberdade de vontade, e sim da mais profunda de todas as liberdades: liberdade de sua própria natureza carnal, de todos os poderes malignos, da condenação, até da lei; pois o homem cuja virtude flui espontaneamente de sua fé não precisa de mandamentos para a retidão.[58] Ainda assim este homem livre deve ser o servo de todos os homens, pois não será feliz se não fizer tudo que estiver a seu alcance para salvar os outros assim como a si mesmo. Está unido a Deus pela fé, a seu próximo pelo amor. Todo cristão crente é um padre oficiante.

Enquanto Lutero escrevia estes tratados históricos, Eck e Aleander iam ao encontro da revolução em primeira mão. Em Meissen, Merseburg e Brandemburgo foram bem-sucedidos ao proclamar a bula de excomunhão; em Nuremberg, arrancaram desculpas de Pikheimer e de Spengler; em Mogúncia, o arcebispo Albrecht, depois de namorar algum tempo a Reforma, excluiu Hutten de sua corte e encarcerou os impressores dos livros de Hutten; em Ingolstadt os livros de Lutero foram confiscados, e em Mogúncia, Louvain e Colônia foram queimados. Mas em Leipzig, Torgau e Döbeln a bula apresentada ao público foi coberta de sujeira e rasgada; em Erfurt muitos professores e clérigos reuniram-se numa recusa geral a reconhecer a bula, e os estudantes atiraram ao rio todos os exemplares que encontraram; por fim, Eck fugiu dos cenários de seus triunfos de um ano antes.[59]

Lutero denunciou a excomunhão em uma série de panfletos amargos, em um dos quais aprovou completamente as doutrinas de Hus. A 31 de agosto de 1520, como "uma simples mosca que ousava dirigir-se ao rei dos reis", apelou ao imperador pedindo proteção; e a 17 de novembro publicava uma apelação formal do papa a um concílio livre da Igreja. Quando soube que os enviados papais estavam queimando seus livros, resolveu responder na mesma maneira. Enviou um convite aos "piedosos e estudiosos jovens" de Wittenberg para se reunirem fora da porta Elster da cidade na manhã de 10 de dezembro. Ali, com as próprias mãos, atirou a bula papal em uma fogueira, junto com alguns decretos canônicos e volumes de teologia escolástica; com uma só ação simbolizou sua rejeição do direito canônico, da filosofia de Tomás de Aquino e de qualquer autoridade coercitiva da Igreja. Os estudantes juntaram alegremente os outros livros dessa espécie, e com eles mantiveram o fogo aceso até o fim da tarde.

A 11 de dezembro, Lutero proclamou que nenhum homem se poderia salvar a menos que renunciasse ao domínio do papado.[60] O monge tinha excomungado o papa.

V. A DIETA DE WORMS: 1521

Um terceiro ator subia agora ao palco, e desse momento em diante desempenhou durante 30 anos um papel importante no conflito das teologias e estados. Por 12 capítulos dominará a nossa narrativa.

O futuro imperador Carlos V começava com hereditariedade real, embora maculada. Seus avós paternos foram o imperador Maximiliano e Maria de Borgonha, filha de Carlos, o Temerário; seus avós maternos foram Fernando e Isabel; o pai era Filipe, o Belo, rei de Castela aos 26 anos, morto aos 28; a mãe era Joana, a Louca, que endoidecera quando Carlos tinha seis anos, e viveu até ele ter 55. Nasceu em Gand a 24 de fevereiro de 1500, foi criado em Bruxelas, e permaneceu flamengo na língua e no caráter até seu recolhimento final na Espanha; nem a Espanha nem a Alemanha o

perdoaram. Mas com o tempo aprendeu a falar alemão, espanhol, italiano e francês, e sabia ficar calado em cinco línguas. Adriano de Utrecht tentou ensinar-lhe filosofia, com êxito medíocre. Desse bom bispo recebeu uma grande dose de ortodoxia religiosa, mas ainda assim deve ter absorvido, na meia-idade, um ceticismo secreto de seus conselheiros e cortesãos flamengos, entre os quais a indiferença ao dogma era simpaticamente popular. Alguns padres queixavam-se da liberdade concedida à opinião religiosa em seu meio.[61] Dava muita importância à piedade, mas estudava cuidadosamente a arte da guerra. Leu Comines e aprendeu quase na infância os estratagemas da diplomacia e a amoralidade dos estados.

Por morte do pai (1506) herdou a Flandres, a Holanda, o Franco-Condado e uma pretensão à Borgonha. Assumiu o governo aos 15 anos e dedicou-se à administração. Aos 16 anos tornou-se Carlos I, rei de Espanha, Sicília, Sardenha, Nápoles e América espanhola. Aos 19 aspirava a ser imperador. Francisco I de França procurava a mesma honraria ao mesmo tempo, e os eleitores imperiais ficaram satisfeitos com suas *douceurs*; mas Carlos gastou 850.000 florins no concurso, e venceu (1519). Para reunir esse pesado *Trinkgelt* pediu emprestados 543.000 florins aos Fugger;[62] desde essa ocasião, Carlos foi pelos Fugger e os Fugger foram por Carlos. Demorando a saldar o empréstimo, Jakob Fugger II enviou-lhe um lembrete áspero:

> É perfeitamente sabido que Vossa Majestade sem mim não poderia ter adquirido a dignidade imperial, como posso provar com as declarações escritas de todos os delegados.... E em tudo isso eu não olhei para meu lucro próprio.... Meu pedido respeitoso é que graciosamente... ordene Vossa Majestade que o dinheiro com o qual eu fiz os pagamentos, acompanhado pelos juros, seja devolvido sem demora.[63]

Carlos fez frente a parte dessa obrigação dando aos Fuggers uma garantia sobre os direitos do porto de Antuérpia.[64] Quando os Fugger ficaram quase arruinados pelas conquistas turcas na Hungria, foi em seu socorro transferindo para eles o controle das minas espanholas.[65] Daí em diante a chave para muito da história política deveria ser *Cherchez le banquier* (Procurai o banqueiro).

O rapaz que aos 19 anos viu-se chefe titular de toda a Europa Central e Ocidental exceto a Inglaterra, a França, Portugal e os Estados Papais, já estava marcado pela saúde precária que viria a aumentar-lhe as vicissitudes. Pálido, baixo, feio, com um nariz aquilino e queixo pontudo e desafiador, de voz fraca e semblante grave, era bondoso e afável por natureza, mas aprendeu logo que um governante tem de manter distância e porte, que o silêncio é metade da diplomacia, e que o senso de humor declarado empana a aura da realeza. Aleander, ao conhecê-lo em 1520, mandou dizer a Leão X: "Este príncipe parece-me bem dotado de... prudência além dos anos, e ter muito mais por trás da cabeça do que seu rosto demonstra".[66] Não tinha mentalidade aguçada, a não ser ao julgar os homens — o que é metade da batalha; quase não se inflamava ante as crises que se lhe defrontavam — mas isso era de fato muito. Uma indolência preservadora de corpo e espírito mantinha-o inerte até que a situação exigisse decisão; então ia ao encontro dela com súbita resolução e pertinácia cheia de recursos. A sabedoria adveio-lhe não por natureza mas pelos reveses.

A 23 de outubro de 1520, Carlos V, não mais velho do que o século, foi à Aachen de Carlos Magno para ser coroado. O eleitor Frederico pôs-se a caminho para assistir à cerimônia, mas foi detido em Colônia pela gota. Nessa cidade, Aleander apresentou-lhe outra petição para a prisão de Lutero. Frederico mandou chamar Erasmo e pediu-

lhe a opinião. Erasmo defendeu Lutero, observou que havia abusos gritantes na Igreja, e argumentou que os esforços para remediá-los não deveriam ser suprimidos. Quando Frederico lhe perguntou quais eram os principais erros de Lutero, ele respondeu: "Dois: ele atacou o papa em sua coroa e os monges na barriga".[67] Pôs em dúvida a autenticidade da bula papal; parecia-lhe irreconciliável com a conhecida delicadeza de Leão X.[68] Frederico informou ao núncio que Lutero tinha apresentado uma apelação, e enquanto seus resultados não fossem conhecidos, Lutero deveria permanecer livre.

O imperador deu a mesma resposta; tinha prometido aos eleitores, como condição de sua eleição, que nenhum alemão seria condenado sem julgamento justo na Alemanha. Entretanto, sua posição tornava a ortodoxia imperativa. Estava estabelecido mais firmemente como rei da Espanha do que como imperador de uma Alemanha que se insurgia contra o governo centralizado; e o clero da Espanha não suportaria mais um monarca brando com os hereges. Além disso, aproximava-se a guerra com a França; seria feita com Milão como prêmio; ali o apoio do papa valeria um exército. O Sacro Império Romano estava preso ao papado de muitas maneiras; a queda de um feriria profundamente o outro; como poderia o imperador administrar seu reino esparso e diverso sem o auxílio da Igreja para a disciplina moral e o governo político? Mesmo agora seus principais ministros eram clérigos. E ele precisava dos fundos eclesiásticos para proteger a Hungria contra os turcos.

Foi com esses diversos problemas em mente, mais do que a questão de um monge refratário, que Carlos convocou uma Dieta Imperial a reunir-se em Worms. Mas quando os principais nobres e o clero, bem como os representantes das cidades livres, reuniram-se ali (27 de janeiro de 1521), Lutero foi o mais importante tema de conversações. As forças que durante séculos tinham preparado a Reforma culminavam agora em um dos mais dramáticos cenários da história européia. "O grande corpo dos nobres alemães", diz um historiador católico, "aplaudiu e secundou as tentativas de Lutero."[69] O próprio Aleander disse:

> Toda a Alemanha está erguida em armas contra Roma. Todo o mundo está em tumulto por um concílio que se reunirá em solo alemão. As bulas papais de excomunhão são escarnecidas. Inúmeras pessoas deixaram de receber o sacramento da penitência.... Martinho é representado com um halo acima da cabeça. O povo beija esses quadros. Vendeu-se tal quantidade que não pude arranjar um.... Não posso sair à rua sem que os alemães levem a mão à espada e rilhem os dentes para mim. Espero que o Papa me dê uma indulgência plenária e tome conta de meus irmãos e irmãs se me acontecer alguma coisa.[70]

O entusiasmo recrudesceu com um turbilhão de panfletos antipapais; um carroção, lamentava Aleander, não conteria todos esses papéis injuriosos. Do castelo de Sickingen em Ebernburg, a alguns quilômetros de Worms, Hutten lançou um ataque frenético ao clero alemão:

> Vai-te embora, porco sujo! Saiam do santuário, seus traficantes infames! Não toquem nos altares com as mãos profanas!... Como ousam gastar o dinheiro destinado a fins piedosos na luxúria, na dissipação e na pompa, enquanto homens honestos padecem fome? A taça está cheia. Não vêem que o vento da liberdade está soprando?[71]

Era tão forte a simpatia por Lutero que o confessor do imperador, o monge franciscano Jean Glapion, aproximou-se secretamente do capelão de Frederico, Georg Spalatin, em uma tentativa de conciliação. Demonstrava grande simpatia pelas primeiras obras de Lutero, mas o *Cativeiro Babilônico* fizera-o sentir-se "como se tivesse sido açoitado e esmurrado da cabeça aos pés". Observou que nenhum sistema de credo religioso se poderia basear solidamente nas Escrituras, pois "a Bíblia é como cera mole, que qualquer homem pode torcer e esticar a seu bel-prazer". Admitia a necessidade urgente da reforma eclesiástica; de fato, advertira seu imperial penitente de que "Deus o punirá e a todos os príncipes se eles não libertarem a Igreja de tais abusos pretensiosos"; e prometeu que Carlos executaria as reformas principais dentro de cinco anos. Mesmo agora, após aqueles terríveis golpes luteranos, achava possível a paz se Lutero se retratasse.[72] Lutero, informado disto em Wittenberg, recusou.

A 3 de março Aleander apresentou à Dieta uma proposta para a condenação imediata de Lutero. A Dieta protestou: que o monge não seria condenado sem uma audiência. Diante disso, Carlos convidou Lutero a ir a Worms prestar testemunho a respeito de seus ensinamentos e livros. "Não precisais temer violência nem importunação", escreveu ele, "pois tendes nosso salvo-conduto."[73] Os amigos de Lutero imploraram-lhe que não fosse, e lembraram-lhe o salvo-conduto que o imperador Sigismundo tinha dado a Hus. Adriano de Utrecht, agora cardeal de Tortosa, que em breve seria papa, enviou um apelo a seu antigo discípulo, o imperador, para não dar importância ao salvo-conduto, prender Lutero, e enviá-lo a Roma. A 2 de abril Lutero saiu de Wittenberg. Em Erfurt, uma grande multidão, em que se contavam 40 professores da universidade, saudou-o como herói. Quando se aproximava de Worms, Spalatin mandou apressadamente aviso para que não entrasse, mas voltasse correndo para Wittenberg. Lutero respondeu: "Mesmo que haja tantos diabos em Worms quantas as telhas nos telhados, irei aí".[74] Um bando de cavaleiros foi ao encontro dele e escoltou-o para dentro da cidade (16 de abril). As ruas encheram-se à notícia de sua chegada; duas mil pessoas se reuniram em torno da carruagem dele; toda a gente foi vê-lo, disse Aleander, e até Carlos foi empurrado para a sombra.

A 17 de abril Lutero, com seu traje monacal, compareceu perante a Dieta: o imperador, seis eleitores, uma aterrorizante corte de príncipes, nobres, prelados e burgueses, e Jerônimo Aleander armado da autoridade papal, documentos formais e eloqüência forense. Em uma mesa ao lado de Lutero havia uma coleção de livros seus. Johann Eck — não aquele do debate de Leipzig, mas um funcionário do arcebispo de Trier — perguntou-lhe se aquelas obras eram suas, e se queria retratar-se de todas as heresias que elas continham. Por um momento, de pé diante da dignidade reunida do Império e do poder e majestade delegados da Igreja, a coragem de Lutero lhe faltou. Respondeu, em voz baixa e tímida, que os livros eram seus, mas quanto à pergunta pedia tempo para refletir. Carlos concedeu-lhe um dia. De volta a seu alojamento, recebeu uma mensagem de Hutten pedindo-lhe que resistisse; e vários membros da Dieta foram secretamente encorajá-lo. Muitos pareciam sentir que sua resposta definitiva assinalaria uma reviravolta na história.

A 18 de abril enfrentou a Dieta com uma confiança mais completa. Agora a câmara estava tão apinhada que até os eleitores tiveram dificuldade em chegar até seus lugares, e muitos dos presentes ficaram de pé. Eck perguntou-lhe se repudiaria, em todo ou em parte, as obras que escrevera. Respondeu que as partes que tratavam dos abusos eclesiásticos eram justas pelo consenso geral. O imperador interrompeu-o com um

explosivo: "Não!" — mas Lutero continuou, e, atacando o próprio Carlos, disse: "Mesmo que eu me retratasse neste ponto, abriria a porta para mais tirania e impiedade, e seria ainda pior se se visse que eu fizera isso por sugestão do Sacro Império Romano". Quanto às passagens doutrinárias de seus livros, concordou em retratar-se de qualquer delas que se revelasse contrária às Escrituras. A isto, Eck, em latim, fez uma objeção que exprimia bem a opinião da Igreja:

> Martinho, vosso argumento de ouvir as Escrituras é o que os hereges sempre formulam. Nada mais fazeis do que repetir os erros de Wyclif e Hus.... Como podeis afirmar que sois o único a compreender o sentido das Escrituras? Colocaríeis vosso julgamento acima do de tantos homens célebres e proclamaríeis que sabeis mais do que eles? Não tendes direito de pôr em dúvida a mais sagrada fé ortodoxa, instituída por Cristo, o legislador perfeito, proclamada através de todo o mundo pelos Apóstolos, selada pelo sangue rubro dos mártires, confirmada pelos sacros concílios, e definida pela Igreja... e que nós estamos proibidos de discutir pelo papa e pelo imperador, senão o debate não teria mais fim. Pergunto-vos, Martinho — respondei simplesmente e sem pormenores — repudiais ou não vossos livros e os erros que eles contêm?[75]

Lutero deu sua resposta histórica *em alemão:*

> Uma vez que Vossa Majestade e vossas excelências desejam uma resposta simples, responderei sem pormenores.... A menos que eu seja convencido pelo testemunho da Sagrada Escritura ou pela razão evidente (não aceito a autoridade de papas e de concílios, pois eles se contradizem uns aos outros), minha consciência é cativa da Palavra de Deus. Não posso e não quero retratar-me de coisa alguma, pois ir contra minha consciência não é direito nem seguro. Que Deus me ajude. Amém.[76]
>
> (Na verdade, não podemos autenticar completamente as célebres palavras gravadas no majestoso *Denkmal* ou Monumento em Memória de Lutero em Worms: *Hier stehe Ich, Ich kann nicht anders* — "Aqui me detenho, não posso fazer outra coisa". Tais palavras não aparecem na transcrição da resposta de Lutero como estão nos registros da Dieta; elas aparecem pela primeira vez na mais antiga versão impressa de seu discurso.[77])

Eck replicou que nenhum erro poderia ser provado nos decretos doutrinários dos concílios; Lutero respondeu que estava preparado para provar tais erros, mas o imperador interveio peremptoriamente: "É bastante; uma vez que ele negou os concílios, não desejamos ouvir mais".[78] Lutero voltou ao seu alojamento cansado da luta, mas confiante em que tinha prestado um bom testemunho no que Carlyle viria a chamar "o maior momento da história moderna do homem".[79]

O imperador estava tão abalado quanto o monge. Nascido para a púrpura, e já acostumado com a autoridade, achava evidente por si mesmo que o direito de cada indivíduo de interpretar as Escrituras, e de aceitar ou repelir os decretos civis ou eclesiásticos segundo o julgamento e consciência particular corroeria em breve as próprias bases da ordem social, pois esta lhe parecia fundamentada em um código de moral que por sua vez tirava sua força de sanções sobrenaturais de credo religioso. A 19 de abril convocou os principais príncipes para uma conferência em seus próprios aposentos. Nessa ocasião, com todos reunidos, apresentou-lhes uma declaração de fé e intenção, escrita em francês, e aparentemente por ele mesmo:

> Descendo de uma extensa linha de imperadores cristãos desta nobre nação alemã, dos reis católicos da Espanha, dos arquiduques da Áustria e dos duques de Borgonha. Foram todos fiéis até a morte à Igreja de Roma, e defenderam a fé católica e a honra de Deus. Decidi seguir-lhes os passos. Um único frade que vai contra toda a cristandade de mil anos deve estar errado. Portanto, estou decidido a arriscar minhas terras, meus amigos, meu corpo, meu sangue, minha vida e minha alma.... Após ouvir ontem a defesa obstinada de Lutero, lamento ter demorado tanto a agir contra ele e seu falso ensinamento. Não tenho mais nada a fazer com ele. Ele pode regressar com o seu salvo-conduto, mas sem pregar ou fazer qualquer tumulto. Agirei contra ele como herege notório, e peço-lhes que se declarem como me prometeram.[80]

Quatro eleitores concordaram com esse procedimento; Frederico da Saxônia e Ludwig do Palatinado abstiveram-se. Nessa noite — 9 de abril — pessoas anônimas afixaram na porta do prédio da municipalidade e em outros pontos de Worms cartazes com o símbolo alemão da revolução social, o sapato do camponês. Alguns eclesiásticos ficaram amedrontados, e pediram em particular a Lutero que fizesse as pazes com a Igreja, mas ele sustentou suas declarações à Dieta. A 26 de abril iniciou a viagem de volta a Wittenberg. Leão X mandou ordens para que o salvo-conduto fosse respeitado.[81] Não obstante, o eleitor Frederico, temendo que a polícia imperial tentasse prender Lutero depois de expirado o prazo do salvo-conduto a 6 de maio, combinou, com o consentimento relutante de Lutero, que ele caísse em uma emboscada na viagem de volta como se fosse por salteadores, e fosse levado para o castelo de Wartburg para ficar aí escondido.

A 6 de maio, o imperador apresentou à dieta — agora diminuída por muitas saídas — o plano que Aleander tinha preparado, do "Edito de Worms". Acusava Lutero de

> ter manchado o casamento, aviltado a confissão, e negado o corpo e o sangue de Nosso Senhor. Ele faz os sacramentos dependerem da fé do recipiendário. É pagão em sua negativa da vontade livre. Este diabo em hábito de monge conciliou antigos erros em um charco imundo, e inventou outros. Nega o poder da hierarquia, e encoraja a laicidade a lavar as mãos no sangue do clero. Seu ensino incita à rebelião, à divisão, à guerra, ao assassínio, ao roubo, ao incêndio premeditado e ao colapso da cristandade. Leva uma vida de animal. Queimou os decretos. Despreza tanto a excomunhão quanto a espada. Causa mais prejuízo ao poder civil do que ao eclesiástico. Nós trabalhamos junto a ele, mas ele reconhece apenas a autoridade das Escrituras, que interpreta em seu sentido pessoal. Demos-lhe 21 dias, a partir de 15 de abril.... Quando o prazo findar, ninguém deverá acolhê-lo. Seus adeptos também serão condenados. Seus livros deverão ser erradicados da memória do homem.[82]

Dois dias depois da apresentação deste edito, Leão X transferiu seu apoio político de Francisco I para Carlos V. A Dieta reduzida concordou com o edito, e a 26 de maio Carlos V promulgou-o oficialmente. Aleander louvou a Deus, e deu ordem para que os livros de Lutero fossem queimados em toda a parte onde fossem encontrados.

VI. OS RADICAIS

O Wartburg era em si mesmo um sombrio castigo. O antigo castelo, pousado no cimo de uma montanha a um quilômetro e meio de Eisenach, estava escondido do mundo assim como do imperador. Durante quase 10 meses (de 4 de maio de 1521 a

29 de fevereiro de 1522), Lutero morou ali em um quarto escuro mobiliado com uma cama, uma mesa, um fogão e um tronco servindo de banco. Alguns soldados guardavam a fortaleza, um guarda tratava do serviço, dois meninos serviam de pajens a Lutero. Por comodidade, e talvez como disfarce local, despiu a batina monacal, vestiu um traje de cavaleiro, e deixou crescer a barba; era agora o *Junker* George. Saía para caçar, mas não apreciava matar coelhos quando havia tantos anticristos ainda por morrer. A ociosidade e a insônia, a comida e cerveja em demasia deixaram-no doente e gordo. Agitava-se e blasfemava como um *Junker.* "Preferia queimar-me em carvões ardentes", escreveu ele, "a apodrecer aqui... Quero estar na refrega."[83] Mas o ministro de Frederico aconselhou-o a permanecer oculto um ano enquanto a febre de Carlos esfriava. Entretanto, Carlos não se esforçou por encontrá-lo ou prendê-lo.

Na solidão intelectual de Lutero, as dúvidas e as alucinações o afligiram. Seria possível, perguntava a si mesmo, que ele estivesse certo e tantos eruditos estivessem errados? Seria sensato abater a autoridade do credo estabelecido? O princípio do julgamento particular predizia o início da revolução e a morte da lei? Se pudermos acreditar na história que ele contou em seu anedotário, foi perturbado, no castelo, por barulhos estranhos que podia explicar apenas como atividade de demônios. Afirmava ter visto Satanás em várias ocasiões; uma vez, jurava ele, o Diabo atirou-lhe nozes;[84] outra vez, conta uma lenda célebre, Lutero atirou-lhe um vidro de tinta, mas errou o alvo.[85] Consolava-se escrevendo cartas expressivas aos amigos e inimigos, compondo tratados de teologia e traduzindo o Novo Testamento para o alemão. Uma vez fez uma viagem relâmpago a Wittenberg para preparar uma revolução.

O desafio que tinha feito em Worms e sua sobrevivência tinham dado a seus adeptos um orgulho temerário. Em Erfurt, estudantes, artesãos e camponeses atacaram e destruíram 40 casas paroquiais, destruíram bibliotecas e listas de rendas e mataram um humanista (junho de 1521). Ao findar desse ano tumultuoso os frades agostinianos de Erfurt abandonaram o mosteiro, pregaram o credo luterano, e denunciaram a Igreja como "mãe do dogma, do orgulho, da avareza, da luxúria, da incredulidade e da hipocrisia".[86] Em Wittenberg, enquanto Melanchthon compunha seu *Loci communes rerum theologicarum* (1521) — a primeira explanação sistemática da teologia protestante — seu colega, o professor Carlstadt, agora arquidiácono da Igreja do Castelo, pedia que a missa fosse rezada (quando o fosse) em vernáculo, que a eucaristia fosse dada em vinho e pão sem confissão preliminar ou jejum, que as imagens religiosas fossem retiradas das igrejas, e que o clero — tanto os monges quanto os padres seculares — se casasse e tivesse filhos. Carlstadt iniciou o movimento casando-se, aos 40 anos, com uma menina de 15 anos (19 de janeiro de 1522).

Lutero aprovou esse casamento, mas "Santo Deus!" escreveu ele, "nossos Wittenberguenses darão esposas a monges?"[87] Não obstante, achou alguma coisa agradável na idéia, pois enviou a Spalatin (21 de novembro de 1421) um tratado *Sobre os Votos Monásticos*, onde defendia o seu repúdio. Spalatin demorou a publicá-lo, pois era desusadamente franco. Admitia o instinto sexual como natural e irreprimível, e declarava que os votos monásticos eram engodos de Satanás, que multiplicavam os pecados. Decorreriam quatro anos antes que o próprio Lutero se casasse; sua apreciação retardada das mulheres parece que não teve papel na inauguração da Reforma.

A revolução continuava. A 22 de setembro de 1521, Melanchthon ministrou a comunhão sob as duas espécies; nesse ponto os utraquistas da Boêmia tiveram uma vitória atrasada. A 23 de outubro a missa deixou de ser rezada no mosteiro de Lutero.

Em novembro, 12 monges saíram do claustro e dirigiram-se para o casamento; em breve um êxodo semelhante esvaziaria metade dos mosteiros da Alemanha. A 3 de dezembro alguns estudantes e cidadãos, armados de facas, entraram na igreja paroquial de Wittenberg, arrancaram os padres dos altares e apedrejaram alguns fiéis que rezavam diante de uma estátua da Virgem. A 4 de dezembro 40 estudantes destruíram os altares do mosteiro franciscano de Wittenberg. Nesse mesmo dia, Lutero, ainda disfarçado de *Junker*, visitou clandestinamente a cidade, aprovou o casamento dos monges, mas advertiu o clero e os laicos contra a violência. "A violência", disse ele, "não está eliminada, mas deve ser exorcizada pelas autoridades constituídas."[88] No dia seguinte voltou para Wartburg.

Pouco depois disso enviou a Spalatin, para ser publicada, uma *Severa Exortação a Todos os Cristãos, Advertindo-os contra a Insurreição e a Rebelião*. Temia que se a revolução religiosa caminhasse depressa demais, ou se tornasse uma revolução social, viesse a suprimir a nobreza e a destruir-se a si mesma. Mas suas páginas iniciais foram criticadas como uma incitação à violência:

> Parece provável que há perigo de um levante, e que os padres, os monges, os bispos e todo o estado espiritual sejam assassinados ou levados ao exílio, a menos que se reformem séria e completamente. Pois o homem comum esteve remoendo os golpes que sofreu em sua propriedade, em seu corpo e sua alma e foi provocado. Foi provocado em demasia, e inescrupulosamente sobrecarregado além da medida. Ele não é capaz nem quer suportar isso mais tempo, e poderia mesmo ter bons motivos para bater a torto e a direito com chicotes e paus, como os camponeses estão ameaçando fazer. Ora não fico de modo algum aborrecido em saber que o clero chegou a tal estado de medo e ansiedade. Talvez caia em si e modere sua tirania louca.... Digo mais. Se eu tivesse 10 corpos, e pudesse obter tal preferência junto a Deus que Ele os castigasse [o clero] pelos meios suaves *(Fuschs schwanz* — a cauda fofa da raposa) da morte física ou insurreição, eu daria muito gostosamente todos meus 10 corpos à morte em favor dos pobres camponeses.[89]

Não obstante, prosseguia ele, é desaconselhável aos indivíduos usarem a força; a vingança é de Deus.

> A insurreição é insensata, e geralmente fere mais o inocente do que o culpado. Portanto, nenhuma insurreição está certa, por melhor que seja o motivo por que é feita. O dano que causa sempre excede o volume da reforma realizada.... Quando a Sra. Multidão (*Herr Omnes* — Senhor Todo o Mundo) se desata não pode distinguir o mau do bom; fere a esmo, e então a horrível injustiça é inevitável.... Minha simpatia está e sempre estará ao lado daqueles contra quem é feita a insurreição.[90]

A revolução, mais ou menos pacífica, prosseguia. No dia de Natal de 1521, Carlstadt celebrou missa em alemão, em traje civil, e convidou todos a receberem a comunhão pegando o pão nos dedos e bebendo pelo cálice. A essa altura, Gabriel Zwilling, chefe da Congregação Agostiniana, convidou os ouvintes a queimar os quadros religiosos e a destruir os altares onde fossem encontrados. A 27 de dezembro derramou-se óleo sobre o fogo pelos "profetas" que chegavam de Zwickau. Essa cidade era uma das mais industriais da Alemanha, tendo grande população de tecelões com um governo municipal de empregadores comerciantes. Incorporou-se um movimento socialista entre os trabalhadores pelos ecos e lembranças da extinta experiência taborita que agitara a Boêmia vizinha. Thomas Münzer, pastor da igreja dos tecelões, de San-

ta Catarina, tornou-se o porta-voz de suas aspirações, e ao mesmo tempo defensor entusiástico da Reforma. Compreendendo que a exaltação de Lutero à Bíblia como o único regulamento de fé abria a questão de quem interpretaria o texto, Münzer e dois companheiros — Nicholaus Storch, o tecelão, e Marcos Stübner, o erudito — anunciaram que eram os únicos qualificados como intérpretes, pois se sentiam inspirados diretamente pelo Espírito Santo. Este espírito, declaravam eles, mandara-os protelar o batismo até à maturidade; pois o sacramento só podia ter efeito através da fé, que não se podia esperar dos bebês. Previam que o mundo iria sofrer uma devastação geral, na qual todos os homens ímpios — inclusive, principalmente, todos os padres ortodoxos — haveriam de perecer; depois disso o Reino comunista de Deus principiaria sobre a terra.[91] Em 1521 foi abafada uma revolução dos tecelões, e foram exilados os três "Apóstolos de Zwickau". Münzer dirigiu-se a Praga, de onde foi expulso, e assumiu um pastorado em Allstedt, na Saxônia. Storch e Stübner foram para Wittenberg, e na ausência de Lutero deixaram impressão favorável em Melanchthon e Carlstadt.

A 6 de janeiro de 1522, dissolveu-se completamente a Congregação Agostiniana de Wittenberg. A 22 de janeiro, os adeptos de Carlstadt estavam bastante fortes no conselho municipal para lançar um decreto ordenando que se retirassem todas as imagens das igrejas de Wittenberg, e proibindo a missa a não ser na forma simplificada de Carlstadt. Este incluiu o crucifixo entre as imagens proibidas, e, como os primeiros cristãos, aboliu a música dos serviços religiosos. "As notas lascivas do órgão", disse ele, "despertam pensamentos do mundo. Quando deveríamos estar meditando nos sofrimentos de Cristo vêem-nos lembrar Píramo e Tisbe.... Releguem os órgãos, trombetas e flautas para o teatro."[92] Quando os agentes do conselho se revelaram morosos na remoção das imagens, Carlstadt conduziu seus adeptos para dentro das igrejas; quadros e crucifixos foram arrancados das paredes, e os padres que resistiram foram apedrejados.[93] Aceitando a opinião dos Profetas de Zwickau — de que Deus fala diretamente aos homens como através das Escrituras, e fala de preferência aos simples de espírito e de coração e não aos instruídos em línguas e livros — Carlstadt, erudito ele mesmo, proclamou que as escolas e os estudos desviavam da piedade, e que os verdadeiros cristãos deveriam desprezar letras e estudos, e tornar-se camponeses iletrados ou artesãos. Um de seus adeptos, George Mohr, dissolveu a escola em que ensinava, e exortou os pais a manterem os filhos puros de letras. Vários estudantes abandonaram a universidade e foram para casa aprender um ofício manual, dizendo que não havia mais necessidade de estudar.

Informado disso tudo, Lutero teve medo de que seus críticos conservadores fossem em breve justificados em suas predições freqüentes de que seu repúdio à autoridade eclesiástica afrouxaria todos os laços da disciplina social. Desafiando o interdito do imperador, e sacudindo toda a proteção do eleitor; caso Carlos procurasse prendê-lo, Lutero deixou o castelo, retomou suas vestes monacais e sua tonsura, e correu para Wittenberg. A 9 de março de 1522, iniciou uma série de oito sermões que chamavam severamente à ordem a universidade, as igrejas e os cidadãos. Repudiava agora todos os apelos à força; não tinha ele libertado milhões de homens da opressão eclesiástica sem erguer mais do que uma pena? "Sigam-me", dizia ele. "Eu fui o primeiro a quem Deus confiou este assunto; fui o primeiro a quem Ele revelou como Sua Palavra deveria ser pregada. Portanto, vós agistes mal em iniciar uma tal obra sem... me consultar primeiro....[94] Dai-me tempo.... Não imagineis que se eliminam os abusos destruindo o objeto que é desrespeitado. Os homens podem proceder mal com vinho e

mulheres; proibiremos então o vinho e aboliremos as mulheres? O sol, a lua, as estrelas, têm sido adorados; iremos então arrancá-los do Céu?"[95] Aqueles que desejassem conservar quadros, estátuas, crucifixos, música ou a missa não deveriam ser contrariados; ele próprio era a favor das imagens religiosas.[96] Combinou que em uma igreja de Wittenberg a missa seria celebrada de acordo com o rito tradicional; em outra, a comunhão seria ministrada somente com pão no altar-mor, porém com pão e vinho em um altar lateral. A forma, dizia Lutero, pouca diferença fazia; o que contava era o espírito com que a eucaristia era recebida.

Foi mais cristão do que nunca nesses oito sermões em oito dias. Arriscou tudo para ser capaz de convencer Wittenberg à moderação, e triunfou. Os Profetas de Zwickau procuraram convertê-lo a seus pontos de vista, e ofereceram-se, como prova de sua inspiração divina, para ler seus pensamentos. Ele aceitou o desafio; responderam que ele estava sentindo uma simpatia secreta por suas idéias; ele atribuiu a clarividência deles ao Demônio, e ordenou-lhes que saíssem de Wittenberg. Carlstadt, demitido de seu cargo por um conselho reconstituído da cidade, tomou um pastorado em Orlamünde, de cujo púlpito denunciou Lutero como "eclesiástico glutão... o novo papa de Wittenberg".[97] Antecipando-se aos *quakers*, Carlstadt abandonou todas as insígnias clericais, adotou um simples casaco cinzento, aboliu os títulos, pediu para ser chamado de "Irmão Andreas", recusou pagamento por seu ministério, ganhava o sustento com o arado, renunciou ao uso de todas as drogas, preferiu a oração aos remédios, advogou a poligamia como bíblica, e adotou um ponto de vista meramente simbólico da eucaristia. A pedido do eleitor, Lutero foi a Orlamünde para pregar contra ele, mas foi expulso da cidade com pedras e barro.[98] Quando a Revolta dos Camponeses cessou, Carlstadt, temendo ser preso como instigador, procurou e recebeu refúgio junto de Lutero. Após muito perambular, o fatigado radical encontrou pouso como professor em Basiléia, e ali, em 1541, conseguiu uma pacífica morte escolástica.

VII. OS FUNDAMENTOS DA FÉ

Lutero reiniciou o teor desigual de seus métodos, como padre de sua congregação e professor da universidade. O eleitor pagava-lhe 200 florins ($ 5,000?) por ano, aos quais cada estudante acrescentava um pagamento módico para assistir às suas conferências. Lutero e outro monge, ambos em trajes civis, moravam no mosteiro agostiniano com um criado estudante. "Minha cama não foi feita durante um ano inteiro, e ficou imunda de suor. Mas eu trabalhava o dia inteiro, e à noite estava tão cansado que caía na cama sem saber se faltava alguma coisa".[99] O trabalho intenso tornava perdoável o seu apetite. "Como feito um boêmio e bebo como um alemão, graças a Deus, amém."[100] Pregava freqüentemente, porém com brevidade compassiva, e em linguagem simples e vigorosa que empolgava seus ouvintes rudes. Seus únicos divertimentos eram o xadrez e a flauta; mas parece ter saboreado mais as horas que passou atacando os "papistas". Foi o mais forte e desinibido polemista da história. Quase todos os seus escritos eram belicosos, salgados com humor e apimentados com vitupério. Deixava seus adversários elaborarem um latim superior para ser lido por alguns eruditos; ele também escrevia em latim quando desejava dirigir-se a toda a cristandade; mas a maioria de suas diatribes foi escrita em alemão, ou era logo traduzida para o alemão, pois ele era uma revolução nacionalista. Nenhum outro autor alemão igualou-o em clareza ou vigor de estilo, na frase direta e pungente, nos símiles felizes

— algumas vezes cômicos — no vocabulário enraizado no falar do povo, e análogo ao espírito nacional.

A imprensa coincidiu com seus objetivos como uma inovação igualmente providencial, que ele empregou com habilidade inexaurível; foi o primeiro a torná-la uma máquina de propaganda e de guerra. Ainda não havia jornais nem revistas; as batalhas eram travadas com livros, panfletos e cartas particulares destinadas à publicação. Sob o estímulo da revolta de Lutero, o número de livros impressos na Alemanha subiu de 150 em 1518 para 990 em 1524. Quatro quintos destes eram pela Reforma. Os livros que defendiam a ortodoxia eram difíceis de vender, ao passo que os de Lutero eram os mais largamente comprados da época. Vendiam-se não somente em livrarias como por mascates e estudantes em viagem; 1.400 exemplares foram comprados em uma feira de Frankfurt; até em Paris, em 1520, sobrepujaram qualquer outro. Já em 1519 foram exportados para a França, Itália, Espanha, Países-Baixos, Inglaterra. "Os livros de Lutero estão por toda a parte e em todas as línguas", escreveu Erasmo em 1521; "ninguém acreditaria quão amplamente ele comoveu os homens."[101] A fertilidade literária dos reformadores transferiu a prepoderância das publicações da Europa meridional para a setentrional, onde permaneceu daí em diante. A imprensa foi a Reforma; Gutenberg tornou Lutero possível.

O supremo empreendimento de Lutero como escritor foi sua tradução da Bíblia para o alemão. Já se tinham feito 18 dessas traduções, mas baseavam-se na *Vulgata* de São Jerônimo, eram cheias de erros e de frases estranhas. As dificuldades de traduzir do original eram assustadoras; ainda não havia dicionários hebraicos ou gregos para o alemão; cada página de texto criava centenas de problemas de interpretação; e a própria língua alemã ainda era crua e formada apenas pela metade. Para o Novo Testamento, Lutero empregou o texto grego que Erasmo tinha publicado com uma versão latina em 1516. Esta parte da tarefa foi completada em 1521, e publicada em 1522. Após mais 12 anos de trabalho, entre constantes lutas teológicas, porém auxiliado por Melanchthon e vários eruditos judeus, Lutero publicou o Velho Testamento em alemão. Apesar de sua erudição imperfeita, essas traduções foram acontecimentos marcantes. Inauguraram a literatura alemã e fundaram o *Neuhochdeutsch* — o Novo Alto Alemão da Saxônia Superior — como língua literária da Alemanha. Entretanto, as traduções eram propositadamente não literárias, apoiadas no falar da população. Em seu modo habitual, Lutero explicou o método: "Não devemos, como fazem os asnos, perguntar às letras latinas como deveremos falar o alemão, porém devemos perguntar às mães em seus lares, às crianças nas ruas, ao povo comum na praça do mercado... devemos ser guiados por eles na tradução; então eles nos compreenderão, e saberão que estamos falando alemão com eles".[102] Portanto, sua tradução teve o mesmo efeito e prestígio na Alemanha como a versão do rei Jaime na Inglaterra um século depois: teve influência extensa e benéfica sobre o falar nacional, e é ainda a maior obra em prosa da literatura nacional. Em Wittenberg, e durante a vida de Lutero, imprimiram-se 100.000 exemplares de seu Novo Testamento; umas 12 edições não autorizadas apareceram em outros lugares; e apesar dos editos que proibiam a sua circulação em Brandemburgo, Baviera e Áustria, tornou-se e permaneceu o livro mais vendido da Alemanha. As traduções da Bíblia contribuíram, como efeito e como causa, cooperativa, para a destituição do latim pelas línguas e literaturas vernáculas que acompanhou o movimento nacionalista, e que correspondeu à derrota da Igreja universal nas terras que não tinham recebido e transformado a língua latina.

Trabalhando tanto tempo na Bíblia, e herdando o ponto de vista medieval de sua autoria divina, Lutero transformou-a carinhosamente na fonte todo-poderosa e na norma de sua fé religiosa. Embora aceitasse algumas tradições que não se baseavam nas Escrituras — como o batismo do recém-nascido e o ofício e descanso dominical — rejeitou o direito da Igreja de acrescentar ao cristianismo elementos que não se fundassem na Bíblia e sim em seus próprios costumes e autoridade, como o purgatório, as indulgências e a veneração de Maria e dos santos. A revelação de Valla da "Doação de Constantino" (o suposto legado da Europa Ocidental aos papas) como um logro cheio de mofo da história tinha abalado a fé de milhares de cristãos nas tradições da Igreja e na validez compulsória dos decretos da Igreja; e em 1537 o próprio Lutero traduziu o tratado de Valla para o alemão. A tradição era humana e falível, mas a Bíblia era aceita por quase toda a Europa como a palavra infalível de Deus.

A razão, também, parecia um fraco instrumento quando comparada à fé em uma revelação divina. "Nós, pobres, miseráveis criaturas... procuramos presunçosamente compreender a incompreensível majestade da luz incompreensível das maravilhas de Deus.... Olhamos com os olhos cegos, como uma toupeira, para a glória de Deus."[103] Não se pode, disse Lutero, aceitar a Bíblia e a razão; uma ou outra deve ceder.

> Todos os artigos de nossa fé cristã, que Deus nos revelou em Sua Palavra, são diante da razão puramente impossíveis, absurdos e falsos. O que (pensa essa hábil tolinha) pode ser mais absurdo e impossível do que Cristo nos dar, na Última Ceia, Seu corpo e sangue para comer e beber?... ou que os mortos se erguerão novamente no último dia?... ou que Cristo, o Filho de Deus, fosse concebido, nascido do ventre da Virgem Maria, se fizesse homem, sofresse e tivesse morte ignominiosa sobre a cruz?[104] ... A razão é o maior inimigo que a fé possui.[105] ... Ela é a maior amante do Diabo... uma prostituta comida pela sarna e pela lepra, que deveria ser calcada aos pés e destruída, ela e sua sabedoria... Atirai-lhe esterco na cara.... afogai-a no batismo.[106]

Lutero condenava os filósofos escolásticos por fazerem tantas concessões à razão, por tentarem provar racionalmente os dogmas, por tentarem harmonizar o cristianismo com a filosofia daquele "amaldiçoado, presunçoso, velhaco pagão" Aristóteles.[107]

Não obstante, Lutero deu dois passos em direção à razão: tornou o sermão, e não a cerimônia, o centro do ritual religioso; e nos primeiros dias de sua rebelião proclamou o direito de cada indivíduo de interpretar as Escrituras para si mesmo. Estabeleceu seu próprio cânone de autenticidade para os livros da Bíblia: até onde concordavam com o ensinamento de Cristo? "Tudo aquilo que Cristo não prega não é apostólico, mesmo que seja escrito por São Pedro ou São Paulo.... Tudo aquilo que Cristo prega seria apostólico mesmo que procedesse de Judas, Pilatos ou Herodes."[108] Repelia a Epístola de Tiago e chamou-a "epístola de palha", porque não podia conciliá-la com a doutrina de São Paulo da justificação pela fé; punha em dúvida a Epístola aos Hebreus porque parecia negar a validez do arrependimento após o batismo (apoiando por isso os anabatistas); e a princípio considerou o Apocalipse uma mistura ininteligível de promessas e ameaças "nem apostólicas nem proféticas".[109] "O Terceiro Livro de Esdras eu o atiro ao Elba."[110] Embora baseados na razão prostituta, a maioria de seus julgamentos sobre o cânone das Escrituras foram aceitos pelos críticos posteriores da Bíblia como inteligentes e sensatos. "Os discursos dos profetas", disse ele, "não fo-

ram, nenhum deles, entregues regularmente à escrita no tempo; seus discípulos e ouvintes coligiram-nos posteriormente.... Os Provérbios de Salomão não foram obra de Salomão." Mas os adversários católicos afirmavam que seus textos de autenticidade e inspiração eram subjetivos e arbitrários, e previam que depois de seu exemplo outros críticos repeliram, segundo seus gostos e pontos de vista, outros livros das Escrituras, até que nada mais sobrasse da Bíblia como base da fé religiosa.

Com as exceções apontadas, Lutero defendeu a Bíblia como absoluta e literalmente verdadeira. Admitia que se a história de Jonas e a baleia não estivesse nas Escrituras teria rido dela como uma fábula; do mesmo modo com os contos do Éden e da serpente, de Josué e do sol; mas, afirmava, uma vez que aceitamos a autoria divina da Bíblia, devemos aceitar essas histórias junto com as outras como verdadeiras em todos os sentidos. Repeliu como uma forma de ateísmo as tentativas de Erasmo e outros de harmonizar as Escrituras e a razão por interpretações alegóricas.[111] Como ele mesmo conseguira paz espiritual não através da filosofia e sim através da fé em Cristo como era oferecida nos Evangelhos, apegava-se à Bíblia como o último refúgio da alma. Contra os humanistas e sua veneração pelos clássicos pagãos, oferecia a Bíblia não como mero produto do intelecto do homem e sim como dádiva e consolação divinas. "Ela nos ensina a ver, sentir, aprender e compreender a fé, a esperança e a caridade muito mais longe do que pode a simples razão humana; e quando o mal nos oprime ela ensina que essas virtudes lançam e projetam a luz sobre a escuridão, e que, após nossa pobre e miserável existência na terra, há uma outra e eterna vida."[112] Interrogado sobre qual a base em que assentava a inspiração divina da Bíblia, respondeu, simplesmente, com o próprio ensinamento dela: só os homens inspirados por Deus poderiam ter formado uma fé tão profunda e consoladora.

VIII. A TEOLOGIA DE LUTERO

Embora sua teologia se baseasse na confiança literal nas Escrituras, a interpretação conservava inconscientemente as últimas tradições medievais. O nacionalismo fazia dele um moderno, a teologia pertencia à Era da Fé. Sua rebelião era muito mais contra a organização e o ritual católicos do que contra a doutrina católica; grande parte desta ficou com ele até o fim. Mesmo em sua rebelião, seguiu antes Wyclif e Hus do que qualquer esquema novo: como a deles, sua revolta estava na repulsa ao papado, aos concílios, à hierarquia e a qualquer outro guia da fé que não a Bíblia; como eles, chamava ao papa Anticristo; e, como eles, encontrou proteção no Estado. A linha de Wyclif e Hus a Lutero é o fio principal do desenvolvimento religioso do século XIV ao século XVI. Teologicamente, a linha estava fixada nas noções de Agostinho de predestinação e graça, que por sua vez tinham raízes nas Epístolas de São Paulo, que nunca tinham conhecido Cristo. Quase todos os elementos pagãos do cristianismo desapareceram quando o protestantismo tomou forma; a contribuição judaica triunfou sobre a grega; os profetas venceram, contra o Aristóteles dos escolásticos e o Platão dos humanistas; São Paulo — mais na linha dos profetas do que na dos Apóstolos — transformou Jesus em uma reparação por Adão; o Velho Testamento suplantou o Novo; Jeová obscureceu a face de Cristo.

A concepção que Lutero tinha de Deus era judaica. Sabia falar com eloqüência da misericórdia e da graça divinas, porém era mais fundamental nele a velha imagem de Deus como o vingador, e portanto de Cristo como o juiz final. Acreditava, sem pro-

testo conhecido, que Deus tinha afogado quase toda a humanidade em um dilúvio, incendiado Sodoma e destruído países, povos e impérios com um sopro de Sua ira e um aceno de Sua mão. Lutero admitia que "poucos são salvos, muitos infinitamente são condenados".[113] O mito suavizador de Maria como intercessora pulou da história, e deixou o Juízo Final em todo o seu terror integral para os homens naturalmente pecadores. Ao mesmo tempo, Deus tinha encarregado os animais ferozes, os insetos e as mulheres más de castigar os homens por seus pecados. Vez por outra recordava-se Lutero de que nada sabemos sobre Deus além de que existe uma inteligência cósmica. Quando um jovem teólogo impertinente perguntou-lhe onde estivera Deus antes do mundo ser criado, ele respondeu, em sua maneira abrupta, johnsoniana: "Estava construindo o inferno para os espíritos presunçosos, agitados e perguntadores como você".[114]

Admitia sem discussão o céu e o inferno, e acreditava em um fim prematuro do mundo.[115] Descrevia um céu de muitas delícias, inclusive cães de estimação "de pêlo dourado brilhando como pedras preciosas" — concessão carinhosa a seus filhos, que tinham demonstrado preocupação a respeito da condenação de seus animais preferidos.[116] Falava com a mesma confiança de Santo Tomás de Aquino sobre os anjos como espíritos sem corpo, benéficos. Às vezes representava o homem como um interminável motivo de disputa entre os bons e os maus anjos, a cujas disposições e esforços opostos deviam ser atribuídas todas as circunstâncias do destino do homem — intrusão zoroástrica em sua teologia. Aceitava completamente a concepção medieval de diabos que perambulavam pela terra, levando a tentação, o pecado e a desgraça aos homens, e facilitando o caminho do homem para o inferno. "Muitos diabos estão nos bosques, nas águas, na floresta e nos lugares escuros e encharcados, prontos a ferir... as pessoas; alguns também estão nas grossas nuvens negras."[117] Alguma coisa disto pode ter sido consciente invenção pedagógica de úteis terrores sobrenaturais; mas Lutero falava tão familiarmente em diabos que parece ter acreditado em tudo que dizia deles. "Conheço muito bem Satanás", disse ele, e contava pormenorizadamente as conversas de ambos.[118] Às vezes enfeitiçava o Demônio tocando flauta;[119] às vezes escorraçava o pobre Diabo chamando-lhe nomes feios.[120] Acostumou-se de tal maneira a atribuir ao Diabo os sons misteriosos das paredes a se contrair com o frio da noite que, quando era despertado por esses ruídos, e podia confiadamente concluir que eram produzidos pela presença de Satanás, conseguia voltar a dormir em paz.[121] Atribuía à ação diabólica diversos fenômenos desagradáveis — o granizo, o trovão, a guerra, a peste — e à ação divina todos os acontecimentos benéficos;[122] dificilmente podia conceber o que nós chamamos de lei natural. Todo o folclore teutônico sobre o poltergeísta, ou espírito barulhento, era aparentemente admitido por Lutero como seu valor presente. As cobras e os macacos eram encarnações prediletas do Demônio.[123] A noção antiga de que os demônios podiam dormir com as mulheres e procriar parecia-lhe plausível; em um caso desses recomendava que a criança fosse afogada.[124] Aceitava a magia e a feitiçaria como realidades, e achava simples dever cristão queimar feiticeiras na fogueira.[125] A maioria dessas idéias eram compartilhadas por seus contemporâneos, católicos ou protestantes. A crença no poder e na ubiqüidade dos diabos atingiu no século XVI uma intensidade não verificada em qualquer outra era; e sua preocupação com Satanás adulterou muito da teologia protestante.

A filosofia de Lutero foi mais tarde toldada pela convicção de que o homem é por natureza mau e disposto ao pecado. (Ou, como diríamos agora, o homem nasceu com

instintos adequados para a era da caça, porém que exigem constante repressão na civilização.) Como castigo pela desobediência de Adão e Eva, a imagem divina foi arrancada do coração humano, deixando apenas as inclinações naturais. "Ninguém é por natureza cristão ou piedoso... o mundo e as massas são e serão sempre não-cristãos.... Os maus sempre superam os bons".[126] Mesmo no homem bom as más ações ultrapassam as boas, pois ele não pode fugir à sua natureza; como disse Paulo: "Não há ninguém perfeito, não, ninguém." "Somos filhos da ira", achava Lutero, "e todas as nossas obras, intenções e pensamentos não são coisa alguma na balança contra nossos pecados".[127] Até onde podem ir as boas obras, cada um de nós mereceria a condenação. Por "boas obras" Lutero queria dizer principalmente essas formas de piedade ritual recomendadas pela Igreja — jejuns, peregrinações, orações aos santos, missas pelos defuntos, indulgências, procissões, doações à Igreja; mas também incluía todas as "obras, seja qual for o seu caráter".[128] Não discutia a necessidade da caridade e do amor para uma sadia vida social, mas achava que mesmo uma vida aquinhoada com tais virtudes não poderia ganhar uma eternidade de bem-aventuranças. "O Evangelho não prega nada sobre o mérito das obras (veja as Bem-aventuranças — Mt, 5.3-11), àquele que diz que o Evangelho exige ações para a salvação digo alto e bom som que é um mentiroso."[129] Nenhuma soma de boas obras poderia reparar os pecados (cada um deles é um insulto a uma divindade infinita) cometidos pelos melhores dentre os homens. Somente o sacrifício redentor de Cristo — o sofrimento e a morte do Filho de Deus — poderia reparar os pecados do homem; e só a crença nessa redenção divina poderá salvar-nos do inferno. Como Paulo disse aos Romanos: "Se confessares com tua boca o Senhor Jesus, e acreditares em teu coração que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo".[130] É esta fé que "justifica" — torna um homem justo apesar de seus pecados, e capaz de salvação. O próprio Cristo disse: "Aquele que crê e é batizado será salvo, mas aquele que não crê será condenado".[131] "Razão pela qual", raciocinava Lutero, "deveria ser a primeira preocupação de todo cristão deixar de lado toda a confiança nas obras, e cada vez mais fortificar a fé."[132] E continuava, em uma passagem que perturbou alguns teólogos mas consolou a muitos pecadores:

> Jesus Cristo inclina-se e deixa o pecador subir em Suas costas, e assim o salva da morte.... Que consolo para as almas piedosas vesti-Lo assim e envolvê-Lo em meus pecados, teus pecados, nos pecados do universo inteiro, e considerá-Lo assim, carregando todos os nossos pecados!... Quando vires que teus pecados se agarram a Ele, então estarás salvo do pecado, da morte e do inferno. O cristianismo não é mais do que um exercício contínuo da sensação de sentir que não tens pecado embora peques, mas que teus pecados são atirados a Cristo. É bastante conhecer o Cordeiro que carrega os pecados do mundo; o pecado não pode apartar-nos dele, mesmo que cometêssemos mil adultérios por dia, ou outros tantos assassínios. Não é boa nova, quando alguém está cheio de pecados, dizer-lhe o Evangelho: Tem confiança e crê, e daqui em diante teus pecados serão perdoados? Uma vez invocado este ponto, os pecados ficam perdoados; não há mais nada por que se trabalhar.[133]

Isto pode ter-se destinado a consolar e a reanimar algumas almas sensíveis que estavam levando muito a sério os próprios pecados; Lutero lembrava-se de que ele também, outrora, engrandecera a irremissibilidade majestosa de seus pecados. Mas para alguns era muito parecido com a frase de Tetzel "deixa cair a moeda na caixa

que todos os teus pecados desaparecerão''; a fé deveria realizar agora todas as maravilhas que se atribuíam à confissão, à absolvição, ao tributo e à indulgência. Ainda mais atraente era uma passagem em que o Lutero sincero e inflamado encontrou uma boa palavra a dizer sobre o pecado propriamente dito. Quando o Demônio nos tenta com aborrecida persistência, dizia ele, talvez seja prudente conceder-lhe um ou dois pecados.

> Vai procurar a sociedade de teus companheiros alegres, bebe, joga, diz obscenidades e diverte-te. Deve-se de vez em quando cometer um pecado de ódio e desprezo pelo Demônio, de modo a não lhe dar oportunidade de nos tornar escrupulosos a respeito de insignificâncias; se tivermos medo demasido de pecar, ficamos perdidos.... Oh, se eu pudesse encontrar algum pecado realmente bom que desse uma sacudidela no Demônio![134]

Esses sadios e bem-humorados *obiter dicta* levavam a interpretações errôneas. Alguns adeptos de Lutero interpretaram-no como conivente com o adultério e o assassínio. Um professor luterano teve de aconselhar os pregadores luteranos a falar o menos possível sobre a justificação somente pela fé.[135] Entretanto, por fé Lutero não queria dizer aquiescência simplesmente intelectual a uma proposição, e sim compromisso próprio com uma crença prática; e confiava em que a crença completa na graça de Deus concedida devido à morte redentora de Cristo tornaria uma pessoa tão fundamentalmente boa que um pecadilho esporádico da carne não faria mal duradouro; a fé levaria logo o pecador à pureza espiritual. Aprovava sinceramente as boas obras;[136] o que negava era sua eficácia para a salvação. ''As boas obras'', dizia ele, ''não fazem um homem bom, mas um homem bom faz boas obras.''[137] E o que faz um homem bom? A fé em Deus e em Cristo.

Como é que a pessoa chega a essa fé salvadora? Não por meio de seus merecimentos, e sim como um dom divino concedido, sem olhar aos merecimentos, àqueles a quem Deus escolheu para salvar. Como São Paulo disse, referindo-se ao caso do Faraó: ''Deus tem misericórdia daquele por quem quer ter misericórdia; e a quem Ele escolhe, fortifica''.[138] Por predestinação divina os eleitos são escolhidos para a felicidade eterna, o resto é abandonado impiedosamente e condenado ao inferno eterno.[139]

> É isto o cúmulo da fé: acreditar que Deus, que salva tão poucos e condena tantos, seja misericordioso; que é justo quem nos tornou necessariamente destinados à condenação, de modo que... Ele parece deliciar-se com as torturas dos miseráveis, e ser mais merecedor de ódio do que de amor. Se por qualquer esforço de raciocínio eu pudesse conceber como Deus, que mostra tanta ira e iniqüidade, pudesse ser misericordioso e justo, não haveria necessidade de fé.[140]

Assim Lutero, em sua reação medieval contra uma Igreja Renascentista de tendências pagãs, retrocedia não só a Agostinho como a Tertuliano: *Credo quia incredibile*; parecia-lhe um mérito acreditar na predestinação porque ela era, para a razão, inacreditável. No entanto fora, pensava ele, pela dura lógica que chegara a essa incredibilidade. O teólogo que escrevera tão eloqüentemente sobre a ''liberdade de um homem cristão'' agora (1525), em um tratado, *De servo arbitrio*, argüía que, se Deus é onipotente, deve ser a causa única de todas as ações, inclusive as do homem; que se Deus é onisciente, prevê tudo, e tudo deve acontecer como Ele previu; que, portanto, todos

os acontecimentos, através de todo o tempo, foram predeterminados em Seu espírito, e estão destinados a ser para sempre. Lutero concluía, como Spinoza, que o homem é "tão sem liberdade quanto um pedaço de madeira, um rochedo, um pedaço de argila ou um monte de sal".[141] Ainda mais estranho: a mesma presciência divina priva os anjos, mais, o próprio Deus, de liberdade; Ele também tem de agir como previu; Sua previsão é Seu destino. Um hebreu lunático interpretou esta doutrina *ad libitum*: um jovem degolou seu irmão e atribuiu a ação a Deus, de Quem ele era simplesmente agente; e outro lógico espezinhou sua mulher até morrer, gritando: "Agora está feita a vontade do Pai".[142]

A maioria destas conclusões estão prejudicialmente implícitas na teologia medieval, e foram deduzidas por Lutero, de Paulo e de Agostinho, com coerência irrefutável. Ele parecia disposto a aceitar a teologia medieval se pudesse renegar a Igreja Renascentista; podia tolerar a idéia da predestinação dos milhões de condenados mais facilmente do que a autoridade dos papas cobradores de impostos escandalosos. Repelia a definição eclesiástica da Igreja como prelazia ou organização episcopal; definia-a como comunidade de crentes na divindade e na paixão redentora de Cristo; mas repetia a doutrina papal quando escreveu: "Todos os povos que procuram e se esforçam por chegar até Deus por outro meio qualquer que não seja através de Cristo (como os judeus, os turcos, os falsos santos, os hereges, etc.) caminham em escuridão e erro horríveis, e assim deverão morrer e perder-se em seus pecados".[143] Aqui, ressuscitado em Wittenberg, estava o ensinamento de Bonifácio VIII e do Concílio de Roma (1302) de que *extra ecclesiam nulla salus* — "fora da Igreja não há salvação".

O mais revolucionário tema da teologia de Lutero era sua destituição do padre. Admitia os padres não como dispensadores indispensáveis dos sacramentos, nem como mediadores privilegiados junto a Deus, e sim apenas como servos escolhidos pelas congregações para atender a suas necessidades espirituais. Casando-se e fundando uma família, estes ministros se despojariam da aura da santidade que fizera o sacerdócio terrivelmente poderoso; seriam "primeiros entre os iguais", mas qualquer homem poderia, se preciso, exercer suas funções, até absolver um penitente. Os monges abandonariam seu isolamento egoísta e muitas vezes ocioso, deveriam casar-se e trabalhar com os outros; o homem no arado, a mulher na cozinha, servem a Deus melhor do que o monge sussurrando em uma repetição estupefaciente orações ininteligíveis. E as orações deveriam ser a comunhão direta da alma com Deus, não apelos a santos semilendários. A veneração dos santos, no entender de Lutero, não era um convívio amigável e consolador do solitário vivo com o morto santo; era um retrocesso à primitiva idolatria politeísta.[144]

Quanto aos sacramentos, encarados como cerimônias sacerdotais que conferiam graça divina, Lutero reduziu severamente o papel deles. Não contêm poderes milagrosos, e sua eficácia depende, não de suas formas e fórmulas, e sim da fé do homem recipiente. A confirmação, o matrimônio, a ordenação episcopal dos padres, e bem como a extrema-unção dos moribundos são ritos a que não está ligada nenhuma promessa especial de graça divina na Escritura; a nova religião podia dispensá-los. O batismo tem a autoridade do exemplo de São João Batista. A confissão auricular pode ser conservada como sacramento, apesar de algumas dúvidas quanto a sua base bíblica. (Foi substituída na prática luterana pela confissão coletiva de pecaminosidade, seguida de absolvição geral.) O sacramento supremo é a Ceia do Senhor, ou eucaristia. A idéia de que um padre, pela magia de suas palavras, pode mudar o pão em Cristo

parecia a Lutero absurda e blasfema; no entanto, argumentava ele, de Sua própria vontade Cristo desce do céu para estar presente consubstancialmente com o pão e o vinho do sacramento. A eucaristia não é mágica de padre, e sim um milagre divino e perpétuo.[145]

A doutrina de Lutero sobre os sacramentos, sua substituição da missa pela Ceia do Senhor, e sua teoria da salvação pela fé de preferência à salvação pelas boas obras minaram a autoridade do clero na Alemanha setentrional. Adiantando este processo, Lutero rejeitou os tribunais episcopais e o direito canônico. Na Europa luterana os tribunais civis tornaram-se únicos, e o poder secular, o único poder legal. Os governantes seculares nomeavam o pessoal eclesiástico, confiscavam a propriedade da Igreja, apropriavam-se das escolas da Igreja assim como das benemerências monacais. Teoricamente, Igreja e Estado continuavam independentes; na realidade, a Igreja ficou sujeita ao Estado. O movimento luterano, que procurava submeter toda a vida à teologia, sem perceber, sem querer, avançou essa secularização penetrante, que é um tema fundamental da vida moderna.

IX. O REVOLUCIONÁRIO

Quando alguns bispos procuraram silenciar Lutero e seus adeptos, ele emitiu um rugido irado que foi quase um clarim da revolução. Em um panfleto "Contra a Falsamente Chamada Ordem Espiritual do Papa e dos Bispos" (julho de 1522), rotulou os prelados de "maiores de todos" os lobos, e junto ia um apelo a todos os bons alemães para expulsá-los à força.

> Seria melhor que cada bispo fosse assassinado, cada fundação ou claustro arrasado, do que uma alma fosse destruída, quanto mais todas as almas se perdessem devido à sua intrujice e idolatria inúteis. De que servem os que vivem na abundância, alimentados pelo suor e pelo trabalho dos outros?... Se eles aceitassem a Palavra de Deus e buscassem a vida da alma, Deus estaria com eles.... Mas se não querem ouvir a Palavra de Deus, e sim esbravejar e indignar-se com excomunhões e fogueiras, assassínios e todos os males, o que merecem senão um vigoroso levante que os varra da face da terra? E nós sorriríamos se isso acontecesse. Todos os que contribuem com o corpo, os bens e a honra para que o domínio dos bispos seja destruído são filhos queridos de Deus e verdadeiros cristãos.[146]

Nessa ocasião criticava o Estado quase tanto quanto a Igreja. Picado pela proibição da venda ou posse de seu Novo Testamento em regiões sob governantes ortodoxos, escreveu, no fim de 1522, um tratado *Sobre a Autoridade Secular: Até Quando Devemos Obedecer-lhe.* Principiava bastante suave, aprovando a doutrina de São Paulo da obediência civil e da origem divina do Estado. Isto contradizia aparentemente seu próprio ensinamento quanto à perfeita liberdade do homem cristão. Lutero explicava que embora os verdadeiros cristãos não precisem da lei, e não usem a lei ou a força entre si, devem obedecer à lei como bom exemplo para a maioria, que não é de verdadeiros cristãos, pois sem lei a natureza pecaminosa do homem poria a sociedade em pedaços. Não obstante, a autoridade do Estado deve cessar onde principia o reino do espírito. Quem são esses príncipes que pretendem ditar o que o povo deve ler ou acreditar?

> Deveis saber que desde o princípio do mundo um príncipe sábio é de fato ave rara; ainda mais um príncipe piedoso. São geralmente os maiores loucos ou os piores

> velhacos da terra. São os carcereiros e carrascos de Deus, e Sua divina ira precisa deles para punir os maus e conservar a paz externa... Entretanto, eu aconselharia com toda a sinceridade esses sujeitos cegos a considerar a curta frase do Salmo CVII: "Lança Ele o desprezo sobre os príncipes". Juro-vos por Deus que se através de vossa falta este pequeno texto tornar-se verdadeiro contra vós, estais perdidos, mesmo que cada um de vós seja tão poderoso quanto o turco; certamente vossos roncos e urros não vos servirão para nada. Uma grande parte já aconteceu. Pois... o homem comum está aprendendo a pensar e... o desprezo dos príncipes está reunindo forças entre a multidão e o povo comum... Os homens não devem, os homens não podem, os homens não querem sofrer a vossa tirania e presunção por mais tempo. Caros príncipes e senhores, sede prudentes e conduzi-vos dessa maneira. Deus não vos tolerará mais. O mundo não é mais o que era quando vós íeis caçar e conduzíeis o povo como outra caça.[147]

Um chanceler bávaro disse que isso era um chamado traiçoeiro à revolução. O duque Jorge denunciou-o como escandaloso, e insistiu com o eleitor Frederico para abolir sua publicação. Frederico deixou-a passar com sua equanimidade habitual. Que teriam dito os príncipes se tivessem lido a carta de Lutero a Wenzel Link (19 de março de 1522)? — "Estamos triunfando sobre a tirania papal, que antigamente esmagava reis e príncipes; quão mais facilmente, então, não venceremos e esmagaremos os próprios príncipes!"[148] Ou se tivessem visto sua definição da Igreja? — "Acredito que existe na terra, sábia como o mundo, apenas uma sagrada comum Igreja cristã, que não é outra senão a comunidade dos santos.... Acredito que nesta comunidade ou cristandade todas as coisas são em comum, e os bens de cada homem são do outro, e nada é apenas propriedade de um homem."[149]

Houve agitações ocasionais, que não devem ter sido tomadas muito literalmente. Na realidade Lutero era conservador, até reacionário, em política e em religião, no sentido de que desejava voltar às crenças e métodos dos primeiros tempos medievais. Considerava-se restaurador, não inovador. Teria ficado satisfeito em conservar e perpetuar a sociedade agrícola que conhecera na infância, com alguns melhoramentos humanos. Concordava com a Igreja medieval em condenar os juros, limitando-se a acrescentar, em sua maneira jovial, que os juros eram uma invenção de Satanás. Lamentava o crescimento do comércio exterior, chamava o comércio de "negócio sujo"[150] e desprezava os que viviam de comprar barato e vender caro. Denunciou como "ladrões manifestos" os monopolizadores que conspiravam para elevar os preços; "as autoridades andariam bem se tirassem dessa gente tudo que possuísse, e a expulsasse do país".[151] Achava que já era tempo de "pôr um freio na boca dos Fugger".[152] E concluía indignado, numa explosão *Sobre o Comércio e a Usura* (1524):

> Os reis e os príncipes deviam olhar para essas coisas e proibi-las por meio de leis severas, mas ouvi dizer que têm interesse nelas, e que a frase de Isaías se cumpriu: "Os teus príncipes se tornaram companheiros dos ladrões". Enforcam ladrões por terem roubado um florim ou meio florim, mas negociam com os que roubam o mundo inteiro.... Os ladrões grandes enforcam os pequenos; e como o senador romano Catão disse: "Os ladrões simples jazem nas prisões e nos cepos; os ladrões públicos, andam por aí vestidos de ouro e seda". Mas que dirá Deus disto por fim? Farácomo diz por meio de Ezequiel: príncipes e mercadores, um ladrão como o outro, ele os misturará como o chumbo e o bronze, como quando uma cidade se incendeia, de maneira que não haverá nem príncipes nem mercadores, nunca mais. Temo que essa era já esteja chegando.[153]

Estava.

CAPÍTULO XVII

A Revolução Social

1522-36

I. A REVOLTA CRESCENTE: 1522-24

OS cavaleiros famintos tinham esperado impacientes por uma oportunidade de se erguerem contra príncipes, prelados e financistas. Em 1522, Carlos V estava longe na Espanha; as tropas de Sickingen estavam impacientemente ociosas; ricas terras da Igreja estavam expostas à fácil conquista. Hutten foi chamado à ação. Lutero tinha convidado o povo alemão a varrer seus opressores da terra.

A 13 de agosto vários cavaleiros assinaram em Landau um acordo de ação conjugada. Sickingen sitiou Trier, e atirou cartas para dentro da cidade convidando o povo a unir-se a ele na expulsão do arcebispo governante; o povo manteve-se silencioso. O arcebispo reuniu tropas, fez o papel de general e rechaçou cinco ataques. Sickingen levantou o cerco e retirou-se para seu castelo em Landstuhl. O arcebispo, com o auxílio de príncipes vizinhos, atacou o castelo; Sickingen ficou mortalmente ferido em sua defesa; a 6 de maio de 1523, rendeu-se; a 7 de maio morreu. Os cavaleiros renderam-se aos príncipes, dissolveram seus exércitos particulares, e agarraram-se com severidade desesperada aos direitos feudais agrários que eram seu recurso principal.

Prevendo esta derrocada, Lutero desligara-se, não muito cedo (19 de dezembro de 1522), da revolta. Por outro lado sua estrela continuava a subir. "A causa de Lutero", escreveu (1522) o arquiduque Fernando a seu irmão, o imperador, "está tão profundamente enraizada em todo o Império que ninguém em mil pessoas está livre dela".[1] Na verdade, monges e padres acorriam, aos magotes, ao novo altar do matrimônio. Em Nuremberg a *Lorenzkirche* e a *Sebalduskirche* ressoavam com a "Palavra de Deus" — a frase dos reformadores para uma fé baseada exclusivamente na Bíblia. Pregadores "evangélicos" moviam-se livremente através da Alemanha setentrional, capturando os velhos púlpitos e estabelecendo novos; e denunciavam não só os papas e bispos como "servos de Lúcifer", mas também os senhores seculares como "opressores iníquos".[2] Entretanto, os senhores seculares também eram convertidos: Filipe de Hesse, Casimiro de Brandemburgo, Ulrich de Württemberg, Ernesto de Lüneberg, João da Saxônia. E até a irmã do imperador, Isabella, era luterana.

O antigo professor de Carlos tornara-se o Papa Adriano VI (1521). Enviou a uma Dieta de Nuremberg (1522) um pedido de prisão de Lutero bem como uma confissão ingênua dos erros eclesiásticos:

> Bem sabemos que durante muitos anos coisas merecedoras de repúdio se aglomeraram em torno da Santa Sé. As coisas sagradas foram profanadas, as ordenações desobedecidas, de modo que em tudo houve mudança para pior. Assim não é de surpreender que a doença tenha descido da cabeça para os membros, dos papas para a hierarquia. Nós todos, prelados e clero, nos desviamos do bom caminho, e durante muito tempo não houve um só que tenha feito o bem, não, nem um só.... Portanto... empregaremos toda a diligência para reformar antes de tudo a Cúria Romana, de onde talvez se originaram todos esses males.... O mundo inteiro anseia por tal reforma.[3]

A assembléia concordou em pedir ao eleitor Frederico que detivesse Lutero, mas perguntava por que Lutero deveria ser condenado por apontar abusos clericais agora tão peremptoriamente confirmados. Achando que a confissão do papa era insuficientemente pormenorizada, enviou-lhe sua própria lista de 100 *gravamina* da Alemanha contra a Igreja, e propunha que essas queixas fossem estudadas e sanadas por um conselho nacional a realizar-se na Alemanha sob a presidência do imperador.

A mesma Dieta, dominada pela nobreza, deu uma atenção simpatizante às acusações de que os monopolizadores estavam ficando ricos à custa do povo. Uma comissão escreveu às maiores cidades da Alemanha pedindo sua opinião sobre se os monopólios eram perigosos, e se deviam ser regularizados ou destruídos. Um respondeu que eles eram um mal, e que as firmas comerciais deveriam limitar-se ao pai, o filho e o genro. Augsburg, terra dos Fugger, apresentou uma defesa clássica do "grande negócio", do *laissez faire* e das viúvas e órfãos:

> A cristandade (ou devemos dizer o mundo inteiro?) é rica devido aos negócios. Quanto mais negócios um país fizer, mais próspero será seu povo.... Onde há muitos comerciantes há muito trabalho.... É impossível limitar o tamanho das companhias.... Quanto maiores e mais numerosas forem, melhor para todos. Se um comerciante não for completamente livre para fazer negócios na Alemanha, irá para outra parte, em prejuízo da Alemanha.... Se não puder fazer negócios acima de uma certa quantia, que fará com o dinheiro a mais?... Seria bom deixar o comerciante em paz, e não lhe pôr restrições à função ou ao capital. Algumas pessoas falavam em limitar a capacidade de lucro dos investimentos. Isto faria... grande injustiça e prejuízo pois arrebataria a subsistência de viúvas, órfãos e outros sofredores... que tiram suas rendas de investimentos nessas companhias.[4]

A Dieta determinou que as companhias não tivessem capital acima de 50.000 florins. Estabeleceu ainda que os lucros deveriam ser distribuídos de dois em dois anos, prestando-se contas públicas; que o dinheiro não deveria ser emprestado a juros de usura; que nenhum comerciante compraria mais do que um máximo determinado de qualquer mercadoria em qualquer trimestre; e que os preços seriam determinados pela lei. Os comerciantes apelaram para Carlos V; ele os apoiou por motivos que já foram explicados; e como muitos magistrados da cidade participavam dos lucros dos monopólios, os editos de Nuremberg em breve se tornaram letra morta.

Para uma sessão posterior da Dieta (janeiro de 1524) um novo papa, Clemente VII, enviou o cardeal Lorenzo Campeggio com outros pedidos para a prisão de Lutero. As multidões apuparam o núncio em Augsburg; teve de entrar secretamente em Nuremberg para evitar demonstrações hostis; e teve a humilhação de ver três mil pessoas, inclusive a irmã do imperador, receberem a eucaristia sob as duas espécies de um pastor luterano. O cardeal Campeggio advertiu a Dieta de que a revolta religiosa, se não fos-

se reprimida, em breve minaria a autoridade civil e a ordem; mas a Dieta respondeu que qualquer tentativa de derrubar Lutero à força resultaria em "motins, desobediência, assassínio... e ruína geral".[5] Enquanto continuavam as deliberações, principiou a revolução social.

II. A GUERRA DOS CAMPONESES: 1524-26

A revolta religiosa oferecia aos trabalhadores dos campos uma ideologia atraente com que exteriorizar seus pedidos de uma parte maior na crescente prosperidade da Alemanha. As injustiças que já tinham atiçado muitos motins rurais ainda agitavam o espírito camponês, e até com intensidade febril, agora que Lutero tinha desafiado a Igreja, censurado os príncipes, quebrado as barreiras da disciplina e do temor, feito de cada homem um padre, e proclamado a liberdade do homem cristão. Na Alemanha dessa era a Igreja e o Estado estavam tão associados, com os clérigos desempenhando papel tão grande na ordem social e na administração civil, que o colapso do prestígio e do poder eclesiásticos removeu a barreira principal para a revolução. Os valdenses, begardos, Irmãos da Vida Comum, tinham continuado uma velha tradição de basear as propostas radicais sobre os textos bíblicos. A circulação do Novo Testamento impresso foi um golpe tanto para a ortodoxia política quanto para a religiosa. Expunha os compromissos que o clero secular tinha tomado com a natureza do homem e os métodos do mundo; revelava o comunismo dos Apóstolos, a simpatia de Cristo pelos pobres e oprimidos. Nesse ponto, o Novo Testamento foi para os radicais dessa era um verdadeiro *Manifesto Comunista*. Tanto o camponês quanto o proletário encontraram nele uma garantia divina para sonhar com uma utopia em que a propriedade privada seria abolida, e o pobre herdaria a terra.

Em 1521 circulou na Alemanha um panfleto com o título de *Karsthans* — isto é, João do Forcado. Este "Homem da Enxada" e da pena pedia a proteção camponesa para Lutero; e uma continuação publicada no mesmo ano advogava a insurreição rural contra o clero católico.[6] Outro panfleto de 1521, escrito por Johannes Eberlin, pedia o sufrágio universal masculino, a subordinação de cada governante e funcionário a conselhos eleitos pelo povo, a abolição de todas as organizações capitalistas, o retorno à fixação medieval de preços para o pão e o vinho, e a educação de todas as crianças em latim, grego, hebraico, astronomia e medicina.[7] Em 1522, um panfleto intitulado *Necessidades da Nação Alemã* (*Teutschek Nation Notturft*), e falsamente atribuído ao falecido imperador Frederico III, pedia a abolição de "todas as peagens, direitos, passaportes e multas", a abolição do direito romano e canônico, a limitação das organizações comerciais a um capital de 10.000 florins, a exclusão do clero do governo civil, o confisco da riqueza dos mosteiros, bem como a distribuição do produto entre os pobres.[8] Otto Brunfels proclamou em 1524 que o pagamento de dízimos ao clero era contrário ao Novo Testamento. Os pregadores misturavam o evangelismo protestante com as aspirações utópicas. Um declarou que o céu estava aberto aos camponeses porém fechado aos nobres e clérigos; outro aconselhou os camponeses a não darem mais dinheiro a padres ou monges. Münzer, Carlstadt e Hubmaier advertiam seus ouvintes de que "os lavradores, mineiros e moleiros compreendem melhor o Evangelho, e podem ensiná-lo melhor, do que uma aldeia inteira... de abades e padres... ou de doutores de teologia"; Carlstadt acrescentou: "e melhor do que Lutero".[9] Almanaques e astrólogos, como que dando uma indireta para a ação, predisseram um levante

para 1524. Um humanista católico, Johannes Cochlaeus, advertiu Lutero (1523) de que "a populaça nas cidades, e os camponeses nas províncias, se insurgirão inevitavelmente.... Estão envenenados pelos inúmeros e abusivos panfletos e discursos que se imprimem e declamam entre eles contra a autoridade papal e secular".[10] Lutero, os pregadores e os panfletários não eram a causa da revolta; as causas eram as queixas justas dos camponeses. Mas podia-se argumentar que o evangelho de Lutero e seus adeptos mais radicais "derramaram óleo sobre as chamas",[11] e transformaram o ressentimento dos oprimidos em ilusões utópicas, violência incalculável e vingança apaixonada.

A carreira de Thomas Münzer apreendeu todo o enervamento da época. Nomeado pregador em Allstedt (1522), pediu o extermínio dos "sem Deus" — isto é, ortodoxos ou conservadores — pela espada; "os sem Deus não têm direito de viver a não ser tanto quanto lhes permitir o eleito".[12] Propôs aos príncipes que guiassem o povo numa revolta comunista contra o clero e os capitalistas. Como os príncipes não aproveitaram a oportunidade, apelou ao povo para que derrubasse os príncipes também, e "fundasse uma sociedade requintada como a que foi imaginada por Platão... e Apuleio de *O Asno de Ouro*".[13] "Todas as coisas são comuns a todos", escreveu ele, "e deveriam ser distribuídas conforme as exigências do momento, segundo as várias necessidades de todos. Qualquer príncipe, conde ou barão que, depois de lhe lembrarem severamente esta verdade, não quiser aceitá-la, deverá ser decapitado ou enforcado."[14] O eleitor Frederico tolerou divertido este evangelho, mas seu irmão o duque João e seu primo o duque Jorge uniram-se a Lutero para mandar expulsar Münzer de seu pastorado (1524). O irado apóstolo vagueou de cidade em cidade, anunciando a libertação de "Israel", e o iminente Reino do Céu sobre a terra.[15]

Encontrou Münzer um clima político propício na cidade livre de Mülhausen, na Turíngia, onde a indústria têxtil reunira um proletariado numeroso. Heinrich Pfeiffer, ex-monge, já iniciara ali, com o apoio da baixa classe média, um movimento para arrebatar o conselho municipal da oligarquia patrícia. Münzer pregou seu programa radical aos trabalhadores da cidade e aos camponeses da vizinhança. A 17 de março de 1525, os adeptos armados de Pfeiffer e Münzer depuseram os nobres e estabeleceram um "Conselho Eterno" para governar Mülhausen. Segundo Melanchthon, os radicais vitoriosos expulsaram os monges e tomaram todas as propriedades da Igreja;[16] entretanto, nenhum teólogo dessa era pode ter crédito para relatar imparcialmente as atividades ou opiniões de seus adversários. Não se estabeleceu nenhuma república comunista; Pfeiffer revelou-se mais capaz na prática do que Münzer, e dominou a revolta segundo as necessidades da classe média. Antecipando um ataque das tropas imperiais, Münzer reuniu os trabalhadores e os camponeses em um exército, e mandou fundir artilharia pesada para ele no mosteiro dos Frades Descalços. "Avante!" era seu grito para os homens; "avante enquanto o fogo está quente! Que suas espadas fiquem mais quentes ainda com o sangue!"[17]

Pela mesma ocasião levantes camponeses convulsionavam a Alemanha meridional. Talvez uma tempestade de granizo (1524), que aniquilou todas as esperanças de colheita em Stühlingen, tenha servido de gatilho para a revolta. Esse distrito, perto de Schaffhausen, não ficava longe demais da Suíça para sentir o exemplo dos resolutos camponeses que se tinham libertado de tudo menos das formalidades do poder feudal. A 24 de agosto de 1524, Hans Müller, agindo por sugestão de Münzer, reuniu à sua volta alguns camponeses de Stühlingen, e uniu-os em uma "Irmandade

Evangélica'' para emancipar os lavradores de toda a Alemanha. Em breve tiveram a adesão dos rendeiros descontentes do abade de Reichenau, do bispo de Constança, dos condes de Werdenburg, Montfort, Lupfen e Sulz. No fim de 1524 havia uns 30.000 camponeses em armas na Alemanha meridional que se recusavam a pagar impostos ao governo, dízimos à Igreja ou direitos feudais, e que juravam emancipação ou morte. Em Memmingen, seus delegados, sob a direção ou influência dos protestantes zuinglianos de Zurique, redigiram em março de 1525 os ''Doze Artigos'' que incendiaram metade da Alemanha.

> Ao leitor cristão paz, e a graça de Deus através de Cristo.
>
> Há muitos anticristãos que ultimamente aproveitaram a assembléia dos camponeses para atirar o escárnio sobre o Evangelho, dizendo: É este o fruto do novo evangelho? É para ninguém ser obediente, e sim serem todos rebeldes... para derrubar, ou talvez matar, os senhores espirituais e temporais? A todos esses críticos sem deus e malevolentes respondem os artigos seguintes a fim de, primeiro, retirar esta censura da Palavra de Deus, e segundo, para justificar de maneira cristã a desobediência, mais ainda, a rebelião dos camponeses.
>
> Primeiro: É nosso humilde pedido e súplica, como também vontade e intenção de todos nós, que no futuro tenhamos autoridade e poder de tal maneira que uma comunidade inteira possa escolher e nomear um pastor, e também ter o direito de demiti-lo....
>
> Segundo: Uma vez que o dízimo é citado no Velho Testamento e cumprido no Novo, nós... pagaremos o justo dízimo do grão, porém de maneira adequada.... Queremos que no futuro ele seja recolhido e recebido por nosso preboste clerical, que será nomeado pela comunidade; que desse dízimo seja dado ao pastor... um pecúlio modesto e suficiente para ele e os seus... que o restante seja distribuído aos pobres e necessitados da mesma aldeia.... O pequeno dízimo, não o daremos absolutamente, pois Deus criou o gado para o livre uso dos homens....
>
> Terceiro: Tem sido costume até agora que os homens nos detenham como sua propriedade, o que é lamentável, sabendo-se que Cristo nos redimiu e comprou a todos com o precioso derramamento de Seu sangue, tanto aos pequenos como aos grandes.... Portanto, está de acordo com as Escrituras que sejamos livres, e assim seremos... A nossos governantes escolhidos e nomeados (nomeados para nós por Deus) obedeceremos de boa vontade em todos os assuntos justos e cristãos, e não temos dúvida de que, como cristãos sinceros e verdadeiros, nos libertarão alegremente da servidão, ou nos mostrarão no Evangelho que somos servos....
>
> Sexto: Temos uma queixa séria contra os serviços que são aumentados dia a dia....
>
> Oitavo: Somos fortemente lesados, pois muitos de nós temos arrendamentos que não sustentam os aluguéis que pagamos, e os camponeses sofrem perdas e ruína. Que os senhores mandem homens honrados inspecionar os tais arrendamentos, e determinar um aluguel justo... pois cada lavrador é digno da sua paga....
>
> Décimo: Estamos lesados porque alguns se apropriaram de prados dos campos comuns, que já pertenceram à comunidade....
>
> Undécimo: Queremos o direito de matar inteiramente abolido. Não o toleraremos, nem permitiremos que viúvas e órfãos sejam tão vergonhosamente roubados....
>
> Duodécimo: Se um ou mais dos artigos aqui apresentados... puder ser-nos demonstrado impróprio segundo a Palavra de Deus, desistiremos dele se isso nos for explicado com argumentos tirados das Escrituras.[18]

Os chefes camponeses, encorajados pelas declarações semi-revolucionárias de Lutero, enviaram-lhe uma cópia dos Artigos, e solicitaram-lhe apoio. Ele respondeu com

um panfleto impresso em abril de 1525: *Ermahung zum Frieden* (*Exortação à Paz*). Aplaudia o oferecimento dos camponeses de se submeterem à correção pelas Escrituras. Registrava as acusações, que iam aumentando, de que seus discursos e suas obras tinham fomentado a revolta; negava sua responsabilidade, e lembrava a campanha que fizera pela obediência civil. Mas não retirou a crítica à classe dos senhores:

> Não temos ninguém a quem agradecer esta rebelião maligna a não ser vós, príncipes e senhores, e principalmente vós, bispos e padres e monges alucinados, cujos corações estão endurecidos contra o Santo Evangelho, embora saibais que é verdade e que não podeis desmenti-lo. Além disso, em vosso governo temporal, não fazeis outra coisa senão espoliar e roubar vossos súditos, para poderdes levar vida de esplendor e soberba, até o pobre povo comum não poder agüentar mais.... Muito bem, então, uma vez que sois a causa desta ira de Deus, ela indubitavelmente cairá sobre vós, se não modificardes a tempo vossos métodos.... Os camponeses estão reunidos, e isto pode resultar na ruína, destruição e desolação da Alemanha por duros assassínios e derramamentos de sangue, a menos que Deus seja levado por vosso arrependimento a impedi-lo.[19]

Aconselhava os príncipes e senhores a reconhecer a justiça de muitos dos Artigos, e insistia em uma política de consideração benevolente. Aos camponeses dirigiu um franco reconhecimento de seus erros, mas apelava para eles para que refreassem a violência e a vingança; predizia que o recurso à violência deixaria os camponeses em situação ainda pior do que antes. Previa que uma revolta violenta traria o descrédito ao movimento pela reforma religiosa, e que seria censurado por tudo. Opunha-se à apropriação dos dízimos pelas congregações. As autoridades deviam ser obedecidas, e tinham direito de cobrar impostos ao povo para pagar as despesas do governo. A "liberdade de um homem cristão" devia ser compreendida por liberdade espiritual, e compatível com a servidão, até com a escravidão.

> Abraão e outros patriarcas não tinham escravos? Lede o que São Paulo ensina a respeito dos criados, que nesse tempo eram todos escravos. Portanto, vosso terceiro artigo é inoperante face ao Evangelho.... Este artigo deveria tornar todos os homens iguais... e isso é impossível. Pois um reino terreno não pode sobreviver se não houver nele uma desigualdade de pessoas, de modo que algumas sejam livres, outras presas, algumas soberanas, outras súditas.[20]

Seu conselho final, se tivesse sido seguido, teria poupado à Alemanha muito derramamento de sangue e muita devastação:

> Escolhei, entre os nobres, determinados condes e senhores, e das cidades alguns conselheiros, e tratai desses assuntos e resolvei-os de maneira amistosa. Vós, senhores, abandonai vossa teimosia... e desisti de uma parte de vossa tirania e opressão, para que a gente pobre tenha ar e espaço para viver. Por sua parte os camponeses deveriam deixar-se instruir, ceder e deixar passar alguns artigos que visam longe demais e alto demais.[21]

Os dirigentes camponeses, entretanto, achavam que agora era tarde demais para recuar; em qualquer conciliação mais cedo ou mais tarde seriam castigados. Choraram Lutero como um traidor, e prosseguiram na revolta. Alguns assumiram de maneira muito literal o sonho da igualdade: os nobres deveriam desmantelar seus castelos, e viver como camponeses e burgueses; não deveriam andar mais a cavalo, pois isso os

elevava acima de seu próximo. Os pastores deveriam ser informados de que dali em diante seriam criados, e não donos, de suas congregações, e seriam expulsos se não se ativessem estritamente e apenas às Escrituras.[22] Exigências similares vinham dos trabalhadores das cidades. Denunciaram o monopólio dos cargos da cidade pelos ricos, o sonegamento dos fundos públicos por funcionários corruptos, os preços constantemente crescentes enquanto os salários permaneciam os mesmos. "Seria melhor para a salvação da alma", disse um radical, "se os senhores prelados não fossem tão ricos e luxuriosos, e se suas posses fossem divididas entre os pobres."[23] Wendel Hipler e Friedrich Weigant propuseram que toda a propriedade da Igreja fosse confiscada em favor das necessidades seculares; que todos os impostos de transporte e direitos de tarifas fossem abolidos; que houvesse em todo o Império uma só cunhagem e um só sistema de pesos e medidas.[24]

O movimento tinha um variado sortimento de chefes: os hoteleiros George Metzler e Metern Feuerbacher, o alegre fanfarrão Jäcklein Rohrbach, alguns ex-soldados e padres, e dois cavaleiros do bando derrotado de Sickingen — Floriano Geyer e Götz von Berlichingen, "da Mão de Ferro"; Hauptmann e Goethe escolheriam mais tarde estes dois heróis para expressivas peças. Cada chefe era soberano sobre seu próprio grupo, e raramente combinava sua ação com os outros. Não obstante, na primavera de 1525, a revolta estourou em uma dúzia de localidades dispersas mais ou menos ao mesmo tempo. Em Heilbronn, Rotenburg e Würzburg, uma comuna de representantes trabalhistas apoderou-se da administração municipal. Em Frankfurt-sobre-o-Meno a comuna vitoriosa anunciou que dali em diante seria conselho, burgomestre, papa e imperador, tudo ao mesmo tempo. Em Rotenburg, os padres foram expulsos da catedral, as imagens religiosas foram destruídas, uma capela foi arrasada (27 de março de 1525), e as adegas de vinho clericais foram esvaziadas com alegria triunfante.[25] As cidades sujeitas aos senhores feudais renunciaram a sua vassalagem; cidades episcopais exigiram a cessação dos privilégios clericais, e amotinaram-se pela secularização da propriedade eclesiástica. Quase todo o ducado da Francônia aderiu à revolta. Muitos senhores e bispos, que não estavam preparados para resistir, juraram aceitar as reformas que lhes pediam; assim os bispos de Speyer e Bamberg, bem como os abades de Kempten e Herzfeld. O conde Guilherme de Henneberg libertou os servos. Os condes Jorge e Albrecht de Hohenlohe foram intimados a comparecer perante os chefes camponeses e foram iniciados na nova ordem: "Irmão Jorge e irmão Albrecht, venham aqui e jurem aos camponeses que sereis como irmãos para eles, pois agora não sois mais senhores e sim camponeses".[26] A maioria das cidades recebeu os rebeldes rurais calorosamente. Muitos do baixo clero, hostis à hierarquia, apoiaram a revolta.

O primeiro embate sério teve lugar em Leipheim, junto ao Danúbio, perto de Ulm (4 de abril de 1525). Sob o comando de um padre enérgico, Jakob Wehe, três mil camponeses tomaram a cidade, beberam todo o vinho que encontraram, saquearam a igreja, destruíram o órgão, talharam polainas para si mesmos nas vestimentas sacerdotais, e prestaram homenagem caricatural a um dos componentes do bando, sentado no altar e vestido de padre.[27] Um exército de mercenários contratados pela Liga Suábia e chefiado por um general competente, Georg von Truchsess, pôs cerco a Leipheim, e amedrontou os camponeses indisciplinados, fazendo-os render-se. Wehe e quatro outros chefes foram decapitados, o resto foi poupado, mas as tropas da Liga queimaram muitas cabanas de camponeses.

Na sexta-feira, da Paixão 15 de abril de 1525, três contingentes rebeldes chefiados por Metzler, Geyer e Rohrbach puseram sítio à cidade de Weinsberg (perto de Heilbronn), cujo governante, o conde Ludwig von Helfenstein, era particularmente odiado pelas suas severidades. Uma delegação de camponeses aproximou-se dos muros e pediu uma conferência; o conde e seus cavaleiros fizeram uma sortida de surpresa e massacraram a delegação. No domingo de Páscoa os atacantes, auxiliados por alguns habitantes da cidade, investiram pelos muros, e eliminaram os 40 homens em armas que pensaram em resistir. O conde, sua esposa (filha do falecido imperador Maximiliano), e 16 cavaleiros foram aprisionados. Rohrbach, sem consultar Metzler ou Geyer, ordenou que os 17 homens passassem entre filas de camponeses armados de lanças. O conde ofereceu toda a sua fortuna como resgate; foi negada como expediente contemporizador. A condessa, prosternada e alucinada, implorou pela vida do marido; Rohrbach mandou que dois homens a erguessem para que ela pudesse assistir à orgia de vingança. À medida que o conde caminhava para a morte no meio de uma saraivada de punhais e lanças, os camponeses lhe lembravam suas próprias brutalidades. "Atiraste meu irmão em uma prisão", gritou um deles, "porque não descobriu a cabeça quando passavas." "Atrelaste-nos como bois na canga", gritaram outros; "mandaste cortar as mãos de meu pai porque ele matou uma lebre em seu próprio campo.... Teus cavalos, cães e caçadores espezinharam as minhas sementeiras.... Arrancaste-nos até o último tostão." Durante a meia-hora seguinte os 16 cavaleiros foram igualmente derrubados. A condessa teve permissão de se retirar para um convento.[28]

Em quase todas as partes da Alemanha grupos de camponeses faziam motins. Saqueavam-se mosteiros, ou eram obrigados a pagar resgates fortes. "Em parte alguma", diz uma carta de 7 de abril de 1525, "os insurrectos fazem segredo de... sua intenção de matar todos os clérigos que não romperem com a Igreja, destruir todos os claustros e palácios episcopais, e arrancar completamente a religião católica do país."[29] Isto é talvez exagero, mas podemos observar que na Baviera, Áustria e no Tirol, onde o protestantismo tinha sido aparentemente abolido, os rebeldes tomaram muitas cidades, e obrigaram o arquiduque Fernando a concordar em que todos os sermões seriam dali em diante segundo as Escrituras — característica exigência protestante. Em Mogúncia, o arcebispo Albrecht fugiu diante da tempestade, mas seu legado salvou a sé, assinando os Doze Artigos e pagando um resgate de 15.000 florins. A 11 de abril os habitantes de Bamberg repeliram a soberania feudal do bispo, saquearam e incendiaram-lhe o castelo, e saquearam as casas dos ortodoxos. Na Alsácia, a revolta espalhou-se tão depressa que no fim de abril todos os católicos ou ricos senhores de terras estavam em perigo de vida. A 28 de abril um exército de 20.000 camponeses atacou Zabern, sede do bispo de Estrasburgo, e pilhou o mosteiro; a 13 de maio tomaram a cidade, forçaram um entre cada quatro homens a segui-los, negaram todos os pagamentos de dízimos, e exigiram que dali em diante todos os funcionários, exceto o imperador, fossem eleitos por sufrágio popular, e sujeitos à revocação.[30] Em Brixen, no Tirol, um antigo secretário episcopal, Michael Gasmaier, organizou uma revolta que atacou todos os clérigos ortodoxos, saqueou o mosteiro local (12 de maio), e continuou insubmisso durante um ano. Em todos os vales dos rios Inn e Etsch, diz um cronista não simpatizante do tempo, "houve tal aglomeração, gritaria e tumulto que dificilmente um homem de bem podia andar nas ruas. O roubo e a pilhagem... tornaram-se tão comuns que até os homens piedosos foram tentados a isso".[31] Em

Freiburg-im-Breisgau, os camponeses saquearam castelos e mosteiros, obrigando a cidade a aderir à "Irmandade Evangélica" (24 de maio). Nesse mesmo mês um bando de camponeses arrancou o bispo de Würzburg do palácio, e locupletou-se em suas provisões. Em junho, o poderoso e guerreiro arcebispo Matthias Lang foi perseguido do palácio de Salzburg para sua fortaleza, que dominava a cidade. Em Neustadt, no Palatinado, o eleitor Ludwig, cercado por oito mil camponeses, convidou seus chefes a jantar, e acedeu alegremente a seus pedidos. "Ali", disse um contemporâneo, "viam-se os vilões e seu senhor sentados à mesma mesa, comendo e bebendo juntos. Ele era, ao que parecia, todo coração para eles, e eles para ele."[32]

No meio desta torrente de acontecimentos, Lutero lançou da imprensa de Wittenberg, em meados de maio de 1525, um panfleto "Contra as Hordas Salteadoras e Assassinas de Camponeses". Sua veemência surpreendeu tanto o príncipe quanto o camponês, assim como o prelado e o humanista. Chocado pelos excessos dos rebeldes enfurecidos, temendo uma possível subversão de toda a lei e governo na Alemanha, e mortificado pelas acusações de que seus próprios ensinamentos tinham provocado a maré, colocava-se agora sem reservas do lado dos senhores em perigo.

> No primeiro livro não me aventurei a julgar os camponeses, uma vez que tinham oferecido deixar-se acomodar e instruir.... Mas antes que eu me voltasse para eles, esquecendo seu oferecimento, entregaram-se à violência, e roubaram, enfureceram-se e agiram como cães enraivecidos.... O que estão fazendo é obra do Diabo, e em particular é obra do arquidiabo (Münzer) que governa em Mülhausen.... Devo principiar apresentando-lhes seus pecados.... Em seguida devo ensinar aos governantes como deverão conduzir-se nessas circunstâncias....
>
> Qualquer homem contra o qual se possa provar sedição está fora da lei de Deus e do Império, de modo que o primeiro que puder matá-lo está agindo acertadamente e bem.... Pois a rebelião traz consigo uma terra cheia de assassínios e derramamento de sangue, faz viúvas e órfãos, e põe tudo de cabeça para baixo.... Portanto, que todo aquele que puder, elimine, mate e apunhale, secreta ou abertamente, lembrando-se de que nada pode ser mais venenoso, prejudicial ou diabólico do que um rebelde. É como quando se tem de matar um cão raivoso, se não o matarmos ele nos matará, e um país inteiro conosco....

Rejeitava a suposta garantia das Escrituras para o comunismo.

> O Evangelho não torna comuns os bens, exceto no caso daqueles que fazem por espontânea vontade o que os Apóstolos e discípulos fizeram nos Atos IV. Não pediram, como fazem nossos camponeses alucinados em sua fúria, que os bens dos outros — de um Pilatos ou de um Herodes — ficassem em comum, e sim seus próprios bens. Entretanto, nossos camponeses querem comunizar os bens dos outros homens, e que os seus próprios fiquem para eles. Que belos cristãos, esses! Acho que não sobrou nenhum diabo no inferno, transformaram-se todos em camponeses.

Aos governantes católicos ofereceu o perdão se esmagassem os rebeldes sem julgamento. Aos governantes protestantes recomendou a oração, a contrição e a negociação, mas se os camponeses continuarem obstinados,

> então empunhem rapidamente a espada. Pois um príncipe ou senhor deve lembrar-se neste caso de que é o ministro de Deus e o servo de Sua ira (Romanos, XIII), a quem a espada é confiada para usar com tais sujeitos... Se ele puder castigar e

não o fizer — mesmo que o castigo consista em tirar a vida e derramar sangue — então é culpado de todos os assassínios e todos os males que esses sujeitos cometerem... Então os governantes deverão atacar indiferentemente, e com justeza feri-lo enquanto seus corações baterem... Se alguém julgar isto duro demais, lembre-se de que a rebelião é intolerável, e que a destruição do mundo poderá vir a qualquer momento.[33]

Foi a desgraça de Lutero que essa explosão tenha chegado a seus leitores justamente quando as forças das classes proprietárias principiavam a subjugar a revolta, e o reformador ficou com a responsabilidade indevida do terrorismo da repressão. Não é provável que os patrões prejudicados fossem influenciados pelo panfleto, estava em seu temperamento lidar com os insurrectos com uma severidade que servia de descoroçoamento numa recordação imperecível. Durante algum tempo tinham adormecido os camponeses simples com conferências e promessas, e com isso tinham persuadido muitos bandos a se dispersar; ao mesmo tempo, os patrões organizaram e armaram suas levas de tropas.

No auge da tormenta, o eleitor Frederico morreu (5 de maio de 1525), tranqüilo e em paz, admitindo que ele e outros príncipes tinham prejudicado os camponeses, recusando-se a medidas extremas de represálias, e deixando para seu sucessor, o duque João, insistentes conselhos de moderação. Mas o novo eleitor achou que a política do irmão tinha sido imprudentemente branda. Uniu suas forças às do duque Henrique de Brunswick e de Filipe, landgrave de Hesse, e juntos investiram contra o acampamento de Münzer às portas de Mülhausen. Os exércitos inimigos igualavam-se apenas em número — cada um com oito mil homens, mas as tropas ducais eram na maior parte de soldados treinados, ao passo que os camponeses, apesar da artilharia feita em casa de Münzer, estavam armados sem eficiência, não eram disciplinados, e agitavam-se com um medo natural. Münzer confiou em sua eloqüência para restaurar o moral, e conduziu os camponeses com orações e hinos. A primeira barragem do canhão dos príncipes matou centenas deles, e os rebeldes apavorados fugiram para a cidade de Frankenhausen (15 de maio de 1525). Os vitoriosos perseguiram-nos e massacraram cinco mil homens. Trezentos prisioneiros foram condenados à morte, suas mulheres imploraram misericórdia por eles, foi-lhes concedida, com a condição de que as mulheres esfacelassem os miolos de dois padres que tinham fomentado a revolta, assim foi feito, enquanto os duques triunfantes assistiam.[34] Münzer escondeu-se, foi capturado, torturado para confessar o erro de seus métodos e decapitado diante do quartel-general dos príncipes. Pfeiffer e seus 1.200 soldados defenderam Mülhausen; foram derrotados. Pfeiffer e outros chefes foram condenados à morte, mas os cidadãos foram poupados mediante o pagamento de um resgate total de 40.000 florins ($1,000,000?).

Entrementes, Truchsess tomou a cidade de Böblingen por meio de negociações, e de dentro de seus muros assestou as armas sobre um acampamento rebelde do lado de fora (12 de maio). Os camponeses que sobreviveram a esse canhoneio foram massacrados pela cavalaria; isso finalizou a revolta em Württemberg. Voltando-se em seguida para Weinsberg, Truchsess incendiou-a completamente, e mandou assar lentamente Jäcklein Rohrbach, que tinha dirigido o "Massacre de Weinsberg". Truchsess prosseguiu a marcha para derrotar as forças camponesas em Königshofen e Ingolstadt, recapturou Vürzburg e decapitou 81 rebeldes escolhidos, como lembrete para os outros (5 de junho). Floriano Geyer fugiu de Vürzburg para o esquecimento, e ficou como

uma lenda venerada. Götz von Berlichingen rendeu-se a tempo, viveu para combater por Carlos V contra os turcos, e morreu na própria cama e castelo aos 82 anos (1562). Rotenburg foi tomada a 20 de junho, Memmingen logo depois. A revolta na Alsácia foi esmagada com o assassínio de dois mil e seis mil homens em Lipstein e Zabern (17-18 de maio). A 27 de maio tinham sido mortos uns 20.000 camponeses só na Alsácia, em muitos casos depois de se renderem; o ar das cidades era fétido devido ao mau cheiro dos mortos.[35] O margrave Casimiro mandou decapitar alguns de seus camponeses derrotados, enforcar outros, nos casos mais brandos mandava cortar as mãos ou arrancar os olhos.[36] Finalmente, príncipes mais sensatos intervieram para reduzir a barbaridade da repressão, e no fim de agosto a Dieta de Augsburg lançou um ofício em que insistia sobre a moderação nos castigos e multas. "Se todos os rebeldes forem mortos", perguntou um nobre filósofo, "onde iremos encontrar camponeses para trabalhar para nós?"[37]

Na Áustria, a revolta prosseguiu mais um ano. Em janeiro de 1526, Michael Gasmaier proclamou por todo o Tirol o mais radical de todos os programas revolucionários. Seriam condenados à morte todos os "sem deus" (isto é, não-protestantes) que perseguissem a verdadeira Palavra de Deus, ou que oprimissem o homem comum. Todas as imagens e relíquias deveriam ser retiradas das igrejas, e não se diriam mais missas. As muralhas, torres e fortalezas das cidades deveriam ser demolidas, dali em diante haveria apenas aldeias, e todos os homens seriam iguais. Os funcionários e juízes seriam escolhidos por sufrágio universal de homens adultos. As rendas e direitos feudais deveriam cessar imediatamente, os dízimos seriam recolhidos, mas deveriam ser entregues à Igreja reformada e aos pobres. Os mosteiros seriam transformados em hospitais ou escolas. As minas deveriam ser nacionalizadas. Os príncipes seriam determinados pelo governo.[38] Durante algum tempo, Gasmaier, com estratégia inteligente, derrotou as tropas enviadas contra ele, porém foi finalmente derrotado e fugiu para a Itália. O arquiduque Fernando ofereceu um prêmio pela cabeça dele e dois rufiões espanhóis ganharam a quantia assassinando-o no seu quarto em Pádua (1528).

As perdas de vidas e propriedades alemãs na Revolta dos Camponeses só seriam superadas pela Guerra dos Trinta Anos. Só entre os camponeses morreram uns 130.000 em combate ou castigo. Houve 10.000 execuções sob a jurisdição da Liga Suábia, o carrasco de Truchsess gabava-se de ter matado 1.200 condenados com suas mãos peritas. Os próprios camponeses tinham destruído centenas de castelos e mosteiros. Centenas de aldeias e cidades tinham ficado desabitadas ou arruinadas, ou empobrecidas pelas pesadas indenizações. Mais de 50.000 camponeses sem teto enchiam as estradas ou se ocultavam nos bosques. As viúvas e os órfãos eram legiões, mas a caridade estava sem coração ou sem vintém. Em muitos casos os rebeldes tinham queimado as cartas que registravam seu direitos feudais, redigiram-se novas cartas, que renovavam os deveres, algumas vezes de maneira mais branda, outras mais rigorosamente, do que antes. Fizeram-se concessões aos camponeses da Áustria, Baden e Hesse, nos outros lugares a servidão recrudesceu, e continuaria, ao leste do Elba, até o século XIX. Os rudimentos democráticos tinham abortado. Os desenvolvimentos intelectuais foram interrompidos, a censura às publicações aumentou, tanto sob as autoridades católicas quanto sob as protestantes. O humanismo enlanguescera no fogo, a alegria renascentista da vida, da literatura e do amor cedeu lugar à teologia, à pieguice e às meditações sobre a morte.

A própria Reforma quase pereceu na Guerra dos Camponeses. Apesar dos desmentidos e denúncias de Lutero, a rebelião se pavoneara com as cores e idéias protestantes: as aspirações econômicas eram apresentadas em frases que Lutero tinha santificado; o comunismo seria simplesmente um retorno ao Evangelho. Carlos V interpretou o levante como "um movimento luterano".[39] Os conservadores classificavam a desapropriação da propriedade eclesiástica pelos protestantes como ações revolucionárias equivalentes ao saque de mosteiros pelos camponeses. No sul os príncipes e senhores apavorados renovaram sua lealdade à Igreja Romana. Em vários lugares, como em Bamberg e Würzburg, homens até das classes proprietárias foram executados por terem aceito o luteranismo.[40] Os próprios camponeses voltaram-se contra a Reforma como um engodo e uma traição; alguns chamavam Lutero de *Dr. Lügner* — "Dr. Mentiroso" — e "adulador dos príncipes".[41] Durante anos depois da revolta foi tão impopular que raramente ousava sair de Wittenberg, mesmo para acorrer ao leito de morte do pai (1530). "Está esquecido tudo que Deus fez pelo mundo por meu intermédio", escreveu ele (15 de junho de 1525); "agora senhores, padres e camponeses, estão todos contra mim, e me ameaçam com a morte".[42]

Não era do seu feitio ceder terreno ou pedir desculpas. A 30 de maio de 1525, escreveu a Nicolau Amsdorf: "Minha opinião é que é melhor que todos os camponeses sejam mortos do que perecerem os príncipes e magistrados, porque os rústicos pegaram na espada sem autoridade divina".[43] Em julho de 1525, publicou uma *Carta Aberta A Respeito do Duro Livro contra os Camponeses.* Os críticos, dizia, não mereciam resposta; as críticas mostravam-nos rebeldes no íntimo, como os camponeses, e também não merecedores de piedade; "os governantes deveriam agarrar essa gente pelo cabelo e fazê-la calar a boca".[44]

> Se eles acham que esta resposta é duta demais, e que isto é falar em violência e apenas fechar a boca dos homens, respondo que têm razão. Um rebelde não é digno de receber resposta com argumentos, pois não os aceita. A resposta para uma boca assim é um soco no nariz para sangrar. Os camponeses não querem ouvir... seus ouvidos têm de ser abertos à bala, até que as cabeças lhes saltem dos ombros. Discípulos assim precisam de varinhas assim. Aquele que não quer ouvir a Palavra de Deus quando é dita com bondade tem de ouvir o carrasco quando chegar com o machado... Não quero ouvir nem saber nada de misericórdia, e sim dar atenção à vontade de Deus em Sua Palavra... Se ele tiver ira e não misericórdia, que é que se vai fazer com a misericórdia? Saul não pecou ao demonstrar misericórdia para com Amalec quando deixou de executar a ira de Deus que lhe fora ordenada?... Vós que prezais tão alto a misericórdia porque os camponeses estão derrotados, por que não a prezastes quando os camponeses estavam enfurecidos, matando, roubando, incendiando e saqueando, até ficarem terríveis aos olhos e ouvidos dos homens? Por que não foram eles misericordiosos para com os príncipes e senhores, a quem queriam exterminar completamente?

A misericórdia, afirmava Lutero, é o dever dos cristãos em sua condição particular; entretanto, como funcionários do Estado, devem normalmente antes seguir a justiça do que a misericórdia, pois desde o pecado de Adão e Eva o homem tem sido tão mau que são necessários governos, leis e castigos para controlá-lo. Devemos mais consideração à comunidade posta em perigo pelo crime do que aos criminosos que põem em perigo a comunidade.

> Se as intenções dos camponeses tivessem sido realizadas, nenhum homem honesto lhes teria escapado, mas todo aquele que tivesse um centavo mais do que outro teria sofrido por isso. Eles já tinham principiado isso, e não teriam parado aí; mulheres e crianças teriam sido desgraçadas; acabariam por se matar uns aos outros, e não teria havido paz nem segurança em parte alguma. Já se ouviu coisa mais descontrolada do que uma turba de camponeses quando bem alimentados e com poder?... O burro está impante, e o povo será governado pela força.[45]

As declarações extremadas de Lutero sobre a Guerra dos Camponeses escandalizam-nos hoje porque a ordem social foi tão bem estabelecida que nós acreditamos em sua continuidade, e podemos tratar com brandura os poucos que a perturbassem com violência. Mas Lutero estava diante da dura realidade de bandos de camponeses que transformavam suas justas queixas em pilhagem indiscriminada, e que ameaçavam a completa subversão da lei, do governo, da produção e da distribuição na Alemanha. Os acontecimentos justificavam sua advertência de que a revolução religiosa pela qual arriscara a vida seria seriamente ameaçada pela reação conservadora que se deveria seguir a uma revolta malograda. Ele deve ter-se sentido um tanto em dívida pessoal para com os príncipes e nobres que o tinham protegido em Wittenberg e Worms e em Wartburg, e podia muito bem perguntar a si mesmo quem o salvaria contra Carlos V e Clemente VII se o poder principesco deixasse de amparar a Reforma. A única liberdade que lhe parecia digna de se lutar por ela era a liberdade de adorar a Deus, buscar a salvação segundo a própria consciência. Que diferença fazia que, nesse breve *Vorspiel* para a vida eterna, o indivíduo fosse príncipe ou escravo? Nós deveríamos aceitar nossa condição neste mundo sem nos queixarmos, presos de corpo e de dever, porém livres na alma e na graça de Deus.

E entretanto os camponeses tinham uma queixa contra ele. Ele não predissera apenas a revolução social, dissera que não ficaria aborrecido com ela, que a receberia com um sorriso, mesmo que os homens lavassem as mãos no sangue episcopal. Ele também fizera uma revolução, pusera em perigo a ordem social, escarnecera da autoridade não menos divina do que a do Estado. Não protestara contra a apropriação secular da propriedade eclesiástica. De que outra maneira senão pela força poderiam os camponeses melhorar sua sorte quando o voto lhes era proibido, e seus opressores empregavam diariamente a força? Os camponeses achavam que a nova religião santificara a sua causa, sublevara-os à esperança e à ação, e abandonara-os na hora decisiva. Alguns deles, em desespero, indignados, tornaram-se cínicos ateus.[46] Muitos, ou seus filhos, guiados pelos jesuítas, voltaram ao aprisco católico. Alguns seguiram os radicais a quem Lutero havia condenado, e ouviram no Novo Testamento um chamado ao comunismo.

III. OS ANABATISTAS EXPERIMENTAM O COMUNISMO: 1534-36

Só observando com que entusiasmo ardente alguns de nossos contemporâneos adotam heresias econômicas é que poderemos compreender o fervor com que as piedosas minorias rebeldes seguiam, mesmo até a fogueira, uma ou outra reviravolta da revolução religiosa no século XVI.

A mais radical das novas seitas tomou o nome de Anabatista (*Wiedertäufer*, Novamente-Batizadores), devido a sua insistência em que o batismo, se ministrado

na infância, deveria ser repetido na maturidade, e que, ainda melhor, deveria ser adiado, como por João Batista, até o batizando amadurecido poder consciente e voluntariamente fazer sua profissão de fé cristã. Havia seitas dentro desta seita. Aqueles que acompanhavam Hans Denck e Ludwig Hätzer negavam a divindade de Cristo: Ele era apenas o mais devoto dos homens, que nos redimira não pela agonia na cruz mas pelo exemplo de Sua vida.[47] Denck elevava a consciência do indivíduo acima da Igreja, do Estado e da própria Bíblia. A maioria dos anabatistas adotava a severidade puritana de moral bem como a simplicidade de maneiras e de vestir. Desenvolvendo com lógica precipitada a idéia de Lutero da liberdade cristã, condenavam todo governo de força, e toda resistência a ele pela força. Repeliam o serviço militar com o argumento de que é invariavelmente pecaminoso extinguir a vida humana. Como os primeiros cristãos, recusavam jurar votos, sem excetuar os votos de fidelidade a príncipe ou imperador. Sua saudação habitual era: "A paz do Senhor seja contigo" — eco do cumprimento judaico e muçulmano e precursor da maneira *quaker*. Enquanto Lutero, Zwingli, Calvino e Knox concordavam com os papas sobre o absurdo da tolerância religiosa, os anabatistas pregavam-na e praticavam-na; um deles, Balthasar Hübmaier, escreveu a primeira defesa clara dessa tolerância (1524).[48] Escarneciam dos cargos públicos e de todos os recursos ao litígio. Eram anarquistas tolstoianos três séculos antes de Tolstoi, e um século depois de Peter Chelcicky, de quem talvez tenham copiado o credo. Herdando ciente ou involuntariamente a doutrina dos taboritas boêmios ou dos Irmãos Morávios, alguns anabatistas proclamaram uma comunidade de bens;[49] alguns, se pudermos acreditar em cronistas hostis, propuseram uma comunidade de esposas.[50] Entretanto, de modo geral a seita rejeitava qualquer partilha compulsória de bens, advogava o auxílio mútuo voluntário, e sustentava que no Reino dos Céus o comunismo seria automático e universal.[51] Todos os grupos anabatistas inspiravam-se no Apocalipse e na espera confiante do breve retorno de Cristo à terra; muitos crentes afirmavam saber o dia e a hora de Sua vinda. Então todos os ímpios — nesse caso todos, menos os anabatistas — seriam eliminados pela espada do Senhor, e os eleitos viveriam na glória em um paraíso terrestre sem leis ou casamento, possuindo todas as coisas boas em abundância.[52] Assim os homens esperançosos se endureciam contra o trabalho e a monogamia.

Os anabatistas apareceram pela primeira vez na Suíça. Talvez um cristianismo pacífico tivesse penetrado sorrateiramente pelos valdenses do sul da França e pelos begardos dos Países-Baixos. Aqui e ali, como em Basiléia, alguns intelectuais adotaram a idéia de uma sociedade comunista. As passagens comunistas da *Utopia* de Thomas More podem ter agitado os sábios que se reuniam em volta de Erasmo nessa cidade. Três membros desse círculo tornaram-se chefes anabatistas: Conrad Grebel e Felix Manz de Zurique, e Balthazar Hübmaier de Waldshut — bem em frente à fronteira da Áustria. Em 1524, Münzer visitou Waldshut, Carlstadt foi a Zurique, e formou-se em Zurique uma seita anabatista sob o nome de "Espirituais" ou "Irmãos". Pregava o batismo adulto e a vinda de Cristo, repelia a Igreja e o Estado, e propunha a cessação dos juros, dos impostos, do serviço militar, dos dízimos e dos votos.

Nessa época, Ultrich Zwingli estava conseguindo a adesão do Grande Conselho de Zurique para a sua crença protestante, o que incluía controle da religião pelas autoridades seculares. Ele tentou junto aos "Irmãos" um afrouxamento de sua antipatia pelo Estado e pleiteou a prática do batismo das crianças; eles não cederam. O Conselho os convocou para um debate público (17 de janeiro de 1525): falhando nos seus

propósitos de convertê-los, o Conselho decretou que os pais de crianças não batizadas abandonassem a cidade. Os anabatistas denunciaram o Conselho, chamaram Zwingli de velho dragão e desfilaram pelas ruas aos gritos de "Maldição para Zurique".[53] Os seus líderes foram presos e banidos, o que lhes permitiu continuarem a espalhar suas doutrinas. Saint-Gall e Appenzell aderiram ao movimento; Berna e Basiléia foram inflamadas por ele; Hübmaier conquistou praticamente toda a cidade de Waldshut com o seu proselitismo. Em Appenzell, 1.200 homens e mulheres, seguindo literalmente as palavras de Cristo — "Não estejais apreensivos sobre o que comereis" — sentaram-se e aguardaram que Deus chegasse e os alimentasse.[54]

O aparente sucesso da Guerra dos Camponeses na primavera de 1525 promoveu essas conversões, mas o insucesso real encorajou as classes proprietárias nas cidades suíças a tomarem medidas repressivas. O Conselho de Zurique prendeu Manz (julho); a seguir Grebel e também Hübmaier, e ordenou que todos os recalcitrantes anabatistas "deveriam ser confinados na torre", mantidos a pão e água e "aí deixados morrer e apodrecer"[55]. Assim morreu Grebel; Manz foi morto por afogamento; Hübmaier abjurou a crença, foi libertado, voltou atrás da abjuração e empenhou-se no trabalho de converter Augsburg e Morávia; Hätzer foi decapitado em Constança por anabatismo e adultério. Os cantões protestantes e católicos mostraram igual energia em sufocar a seita, da qual, em 1530, nada mais restava na Suíça do que alguns grupos secretos de adeptos e em números desprezíveis.

Entrementes, espalhara-se o movimento como um boato através da Alemanha meridional. Um zelo pela propaganda evangélica apoderou-se dos convertidos, e transformou-os em missionários ardorosos do novo credo. Em Augsburg, Denck e Hübmaier infiltraram-se rapidamente entre os trabalhadores têxteis e a classe média inferior. No Tirol muitos mineiros, comparando sua pobreza com a riqueza dos Fugger e Hochstetter, que eram donos das minas, aderiram ao anabatismo quando fracassou a Revolta dos Camponeses. Em Estrasburgo a luta entre católicos e protestantes permitiu à seita multiplicar-se despercebidamente durante algum tempo. Mas um panfleto de 1528 advertia as autoridades de que "aquele que ensina que todas as coisas devem" ser "em comum não tem outra coisa em mente senão excitar o pobre contra o rico, os súditos contra os governantes ordenados por Deus".[56] Nesse ano, Carlos V lançou uma ordem que tornava o rebatismo crime capital. A Dieta de Speyer (1529) ratificou o edito do imperador, e ordenou que os anabatistas de toda a parte deveriam ser mortos como animais selvagens assim que fossem capturados, sem juiz ou julgamento. Um cronista anabatista, talvez exagerando relatou o resultado à maneira dos primeiros hagiógrafos cristãos:

> Alguns foram torturados e esquartejados; outros foram queimados até virarem cinza e pó; alguns foram assados em fogueiras ou torturados com tenazes em brasa... Outros foram enforcados em árvores, decapitados à espada, ou atirados à água... Alguns morreram de fome ou apodreceram em prisões escuras... Alguns, considerados jovens demais para serem executados, foram chibateados e muitos ficaram anos nas prisões... Muitos tiveram as faces furadas a ferro em brasa... O resto foi caçado de país em país. Como as corujas e os corvos, que não ousam voar durante o dia, foram muitas vezes obrigados a esconder-se e viver em rochas e em fendas, em florestas virgens, ou em cavernas e poços.[57]

Por volta de 1530, diz o contemporâneo Sebastian Franck, dois mil anabatistas tinham sido mortos. Numa cidade alsaciana, Ensisheim, executaram-se 600. Em Salz-

burg os que se retratavam tinham permissão de ser decapitados antes de serem colocados na fogueira; os impenitentes eram assados em fogo lento até morrerem (1528).[58] Os anabatistas compuseram hinos comoventes para comemorar esses martírios: e a maioria dos autores dos hinos tornaram-se mártires por sua vez.

Apesar dessas matanças a seita cresceu, e mudou-se para o norte da Alemanha. Na Prússia e em Württemberg, alguns nobres saudaram os anabatistas como fazendeiros pacíficos e laboriosos. Na Saxônia, diz antigo historiador luterano, o vale do Werra encheu-se deles, e em Erfurt afirmavam ter despachado 300 missionários para converter o mundo moribundo. E Lübeck, Jürgen Wullenwever, que fora acusado de anabatismo, tomou rapidamente o controle da cidade (1533-34). Na Morávia, Hübmaier fez progressos com sua doutrina moderada, que explicava o comunismo não como "propriedade comum", e sim afirmando que "se deve dar de comer a quem tem fome, beber a quem tem sede e vestir os nus, pois em verdade nós não somos donos de nossas posses, e sim apenas os intendentes ou despenseiros".[59] Has Hut, inflamado pelos ensinamentos de Münzer, arrebatou os anabatistas da Morávia de Hübmaier pregando uma comunidade completa de bens. Hübmaier retirou-se para Viena, onde foi queimado na fogueira, e sua mulher foi atirada amarrada ao Danúbio (1528).

Hut e seus adeptos estabeleceram um centro comunista em Austerlitz, onde, como se previssem Napoleão, renunciaram a todo serviço militar, e denunciaram toda sorte de guerra. Limitando-se à lavoura e à pequena indústria, esses anabatistas sustentaram seu comunismo durante quase um século. Os nobres que possuíam as terras protegiam-nos porque enriqueciam as propriedades com seu trabalho consciencioso. O cultivo era comum entre eles: os materiais para a agricultura e para o artesanato eram comprados e distribuídos por funcionários comunais; parte dos lucros era paga ao proprietário da terra como aluguel, o resto era distribuído segundo a necessidade. A unidade social não era a família e sim a Haushabe, ou lar. Este lar abrangia de 400 a duas mil pessoas, com uma cozinha comum, uma lavanderia comum, uma escola, um hospital e uma cervejaria. As crianças, depois de desmamadas, eram criadas em comum, mas a monogamia continuava. Na Guerra dos Trinta Anos, por um edito imperial de 1622, foi suprimida esta sociedade comunista; os membros aceitaram o catolicismo ou foram banidos. Alguns dos exilados foram para a Rússia, outros para a Hungria. Tornaremos a falar neles.

Nos Países-Baixos, Melchior Hofmann, tanoeiro suábio, pregava o evangelho anabatista com sucesso entusiasmante. Em Leyden, seu discípulo Jan Matthys chegou à conclusão de que o advento da Nova Jerusalém não poderia ser mais esperado com paciência, e sim devia ser realizado imediatamente, e, se necessário, pela força. Enviou através da Holanda 12 apóstolos para anunciar as boas novas. O mais capacitado deles era um jovem alfaiate, Jan Beuckelszoon, conhecido na história por João de Leyden, e para a ópera de Meyerbeer *Le Prophète*. Sem instrução completa, tinha espírito agudo, imaginação viva, bela presença, língua pronta, vontade resoluta. Escrevia e representava peças e compunha poesias. Vindo a conhecer as obras de Thomas Münzer, sentiu que todas as outras formas de cristianismo, que não aquela que conquistara e perdera Mühlhausen, eram tíbias e insinceras. Ouviu Jan Matthys e ficou conquistado pelo anabatismo (1533). Tinha então 24 anos. Nesse ano aceitou um convite fatal para ir pregar em Münster, a rica e populosa capital da Vestfália.

Assim chamada devido ao mosteiro em volta do qual crescera, Münster era feudalmente submissa a seu bispo e ao capítulo da catedral. Não obstante o crescimento da

indústria e do comércio, tinha desenvolvido um certo grau de democracia. Os cidadãos reunidos, representando 70 corporações, escolhiam anualmente 10 eleitores, que escolhiam o conselho da cidade. Mas a minoria abastada fornecia a maior parte da capacidade política, e naturalmente dominava o conselho. Em 1525, entusiasmadas com os levantes dos camponeses, as classes inferiores apresentaram 36 "pedidos" ao conselho. Alguns destes foram concedidos, o resto foi aceito com adiamentos. Um pregador luterano, Bernard Rottman, tornou-se o porta-voz dos descontentes e pediu a Jan Matthys que mandasse alguns anabatistas holandeses em seu auxílio. Temendo a insurreição, o "partido da ordem" conseguiu que o bispo Franz von Waldeck entrasse na cidade com seus dois mil homens armados. A populaça, chefiada por Matthys, Rottman e João de Leyden, combateu-os nas ruas, expulsou-os, e assumiu o domínio militar de Münster (10 de fevereiro de 1534). Fizeram-se novas eleições; os anabatistas ganharam o conselho; dois deles, Knipperdollingk e Kippenbroick, foram escolhidos para burgomestres; a experiência entusiasmante principiava.

Münster achou-se imediatamente em estado de guerra, sitiada pelo bispo e seu exército reforçado, e temerosa de que em breve os poderes da ordem e do costume na Alemanha se unissem contra ela. Para se proteger contra a oposição interna, o novo conselho decretou que todos os não-anabatistas deveriam aceitar o rebatismo ou sair da cidade. Foi uma medida cruel, pois significava que homens velhos, mulheres carregando bebês, e crianças descalças teriam de sair a cavalo ou a pé da cidade, no auge de um inverno alemão. Durante o cerco ambos os lados executaram sem piedade qualquer pessoa que fosse apanhada trabalhando para o inimigo. Sob a premência da guerra o conselho foi substituído por uma assembléia popular e uma Comissão executiva de Segurança Pública, ficando a supremacia para os chefes religiosos de ambas. Matthys morreu combatendo numa sortida fracassada (5 de abril de 1534), e dali em diante João de Leyden governou a cidade como rei.

O "comunismo" que estava agora estabelecido era uma economia de guerra, como talvez todo comunismo estrito devia ser; pois os homens são por natureza desiguais, e só podem ser levados a repartir bens e fortunas devido a um perigo vital e comum; a liberdade interna varia com a segurança externa, e o comunismo acaba por se quebrar sob as tensões da paz. Em perigo de vida caso perdessem a unidade, inspirados pela fé religiosa é pela eloqüência inevitável, os sitiados aceitaram uma "teocracia socialista"[60] na esperança desesperada de que iriam realizar a Nova Jerusalém entrevista no Apocalipse. Os membros da Comissão de Segurança Pública foram chamados "os anciões das 12 tribos de Israel", e João de Leyden tornou-se "rei de Israel". Talvez para dar, nos espíritos dos simples, alguma dignidade útil a seu cargo precário, João, assim como seus auxiliares, vestiu as explêndidas roupas que os exilados ricos deixaram. Os inimigos acusaram mais tarde os chefes radicais de comer com abundância enquanto a população sitiada chegava quase a morrer de fome; a prova não é conclusiva, e os chefes sempre sentem uma obrigação premente de passar bem. A maior parte das riquezas confiscadas foi distribuída entre o povo; "os mais pobres entre nós", escreveu um deles, "andam agora vestidos suntuosamente";[61] tinham fome na magnificência.

Por outro lado o comunismo de Münster era limitado e de ensaio. Os governantes, segundo uma testemunha hostil, decretaram que "todas as posses seriam em comum",[62] mas na realidade a propriedade privada continuava praticamente em tudo, exceto nas jóias, metais preciosos e na presa de guerra. As refeições eram tomadas em

comum, mas apenas pelos que estavam empenhados na defesa da cidade. Nessas refeições lia-se um capítulo da Bíblia, e cantavam-se cânticos sacros. Três "diáconos" foram nomeados para suprir as necessidades dos pobres; e para garantir material para essas caridades os abastados restantes foram persuadidos ou obrigados a ceder o seu supérfluo. As terras próprias para cultivo dentro da cidade foram consignadas a cada casa segundo seu tamanho. Um edito confirmou o tradicional domínio do marido sobre a mulher.[63]

A moral pública era regulada por leis severas. Os bailes, os jogos e as peças religiosas eram fomentados sob direção, mas a embriaguez e a jogatina eram severamente castigadas, e a prostituição foi abolida, o adultério tornou-se crime capital. Um excesso de mulheres, causado pela fuga de muitos homens, levou os chefes a decretar, baseados em precedentes bíblicos, que as mulheres sem compromisso se tornariam "companheiras das esposas" — na realidade, concubinas.[64] As mulheres de compromisso recente parecem ter aceito essa situação achando-a preferível à esterilidade solitária. Alguns conservadores da cidade protestaram, organizaram uma revolta, e prenderam o rei; mas seus soldados, logo embrutecidos pelo vinho, foram assassinados pela soldadesca anabatista que ressurgia; e nesta vitória da Nova Jerusalém as mulheres desempenharam um papel viril. João, libertado e reentronizado tomou várias esposas e (dizem os cronistas hostis) governou com violência e tirania.[65] Deve ter tido algumas qualidades geniais pois milhares de pessoas aceitaram alegremente seu governo, e deram a vida a seu serviço. Quando pediu voluntários para o seguirem em uma sortida contra o acampamento do bispo, alistaram-se mais mulheres do que lhe pareceu sensato empregar. Quando pediu "apóstolos" para se aventurarem em busca do auxílio de outros grupos anabatistas, 12 homens tentaram atravessar as linhas inimigas, mas foram todos capturados e mortos. Uma mulher ardorosa, inspirada pela história de Judite, saiu para assassinar o bispo; foi embargada e executada.

Embora muitos anabatistas da Alemanha e da Holanda repudiassem o recurso à força de seus irmãos de Münster, muitos mais aplaudiram a revolução. Colônia, Trier, Amsterdam e Leyden murmuraram com os anabatistas orações pela vitória. De Amsterdam zarparam 50 navios (22 e 25 de março de 1535) para levar reforços à cidade bloqueada, mas foram todos dispersos pelas autoridades holandesas. A 28 de março, repetindo o levante de Münster, um bando anabatista capturou e fortificou um mosteiro na Friesland Ocidental; foi derrotado com uma perda de 800 vidas.

Defrontando-se com esta revolta que se espalhava, as forças conservadoras do Império, tanto protestantes como católicas, mobilizaram-se para reprimir o anabatismo em toda a parte. Lutero, que em 1528 tinha aconselhado brandura com os novos hereges, aconselhou em 1530 "o emprego da espada" contra eles por serem "não somente blasfemos como altamente sediciosos";[66] E Melanchthon concordou. Cidade após cidade mandava dinheiro ou homens para o bispo; uma Dieta em Worms (4 de abril de 1535) ordenou um imposto sobre toda a Alemanha para financiar o cerco. O bispo podia agora rodear a cidade e bloquear com eficiência todos os seus abastecimentos.

Enfrentando a fome e a deterioração da moral, o rei João anunciou que todos os que desejassem podiam sair da cidade. Muitas mulheres e crianças, bem como alguns homens, agarraram a oportunidade. Os homens foram feitos prisioneiros ou mortos pelos soldados do bispo, que pouparam as mulheres para vários serviços. Um dos *émigres* salvou a vida oferecendo-se para mostrar aos sitiantes uma parte sem defesa

dos muros. Guiada por ele, uma força de *Landsknichts* escalou os muros e abriu uma porta (24 de junho); em breve tropas aos milhares choveram sobre a cidade. A fome já deixara um tal resultado que apenas 800 dos sitiados podiam ainda pegar em armas. Entrincheiraram-se na praça do mercado; em seguida renderam-se mediante promessa de um salvo-conduto para sair de Münster; depois que depuseram as armas, foram massacrados *en masse*. Revistaram-se as casas, e foram assassinados ainda 400 sobreviventes escondidos. João de Leyden e dois de seus auxiliares foram amarrados a fogueiras; cada parte do corpo deles foi lacerada com tenazes em brasa, até que "quase todos os que estavam na praça do mercado ficaram enjoados com o mau cheiro" as línguas foram-lhes arrancadas; por fim cravaram-lhes punhais no coração.[67]

O bispo reconquistou a cidade e aumentou seu poder antigo; dali em diante todos os atos das autoridades civis seriam sujeitas ao veto episcopal. O catolicismo estava restaurado triunfalmente. Por todo o Império, os anabatistas, temendo pela vida, repudiaram a todos os membros culpados de usar a força. Não obstante, muitos desses hereges pacifistas foram executados. Melanchthon e Lutero aconselharam Filipe de Hesse a condenar à morte todos os adeptos da seita.[68] Os chefes conservadores achavam que uma ameaça tão grave à ordem econômica e política estabelecida devia ser castigada com severidade inesquecível.

Os anabatistas aceitaram a lição, adiaram o comunismo para o milênio, e resignaram-se à prática de seus princípios — de vida sóbria, simples, piedosa, pacífica — que não ofendessem o Estado. Meno Simonis, padre católico convertido ao anabatismo (1531) deu a seus adeptos holandeses e alemães uma direção tão hábil que os "menonistas" sobreviveram a todas as tributações, e formaram comunidades rurais bem sucedidas na Holanda, Rússia e América. Não há parentesco definido entre os anabatistas continentais e os *quakers* ingleses e os batistas norte-americanos; mas o repúdio da guerra e dos juramentos pelos *quakers* e a insistência batista sobre o batismo adulto vêm provavelmente das mesmas tradições de credo e procedimento que na Suíça, na Alemanha e na Holanda tomaram as formas anabatistas.[69] Uma qualidade quase todos esses grupos tinham em comum — a boa vontade de tolerar pacificamente uma fé diferente da sua. A teologia que os apoiava através das vicissitudes, da pobreza e do martírio dificilmente combina com nossa filosofia transitória; mas também eles, em sua sinceridade, devoção e amizade, enriqueceram nossa herança e redimiram nossa humanidade deslustrada. (Um ramo dos anabatistas emigrou em 1719 da Alemanha para a Pensilvânia e se estabeleceu em Germantown, nas cercanias da Filadélfia; esses *Dunkers* contavam em 1954 por volta de 200.000 membros. Em 1874 muitos anabatistas de ascendência morávia deixaram a Rússia e se estabeleceram em Dakota do Sul e Alberta. Na Pensilvânia oriental os menonistas "Amish" — do nome de um chefe do século XVII Jakob Amen — ainda repelem oficialmente lâminas, botões, estradas de ferro, automóveis, cinema, jornais, até tratores, mas suas fazendas estão entre as mais assediadas e próperas dos Estados Unidos. O total mundial dos menonistas em 1949 era de 400.000.)[70]

CAPÍTULO XVIII

Zwingli: A Reforma na Suíça

1477-1531

I. *MULTUM IN PARVO*

O ÊXITO dos cantões suíços ao rechaçar o ataque de Carlos, o Temerário, em 1477, fortificou-lhes a Confederação, inflamou-lhes o orgulho nacionalista e enrijeceu-os para resistir à tentativa de Maximiliano de submetê-los tanto de fato como em teoria ao Sacro Império Romano. As disputas sobre a divisão dos despojos depois da derrota da Borgonha levou os cantões quase à guerra civil; mas na Dieta de Stans (1481) um filósofo eremita, Nikolaus von der Flüe — Bruder Klaus na memória dos suíços — conseguiu convencê-los a ficarem em paz.

De cantão em cantão crescia a Confederação vigorosa. Fribourg e Solothurn foram admitidos em 1481, Basiléia e Schaffhausen em 1501, Appenzell em 1513; eram agora 13 confederados, todos falando dialetos germânicos, com exceção de Fribourg e Berna onde se falava também o francês. Formaram uma república federal: cada cantão tratava de seus assuntos internos, mas era governado nas relações exteriores por uma legislatura comum. A única câmara desta Dieta federal compunha-se de um número igual de deputados de cada cantão. A democracia não era completa; vários cantões apropriaram-se de comunidades menores como vassalos sem voto. Nem a Suíça era, então, amante modelar da paz. Em 1500-12 os cantões aproveitaram-se do desmembramento italiano para apoderar-se de Bellinzona, Locarno, Lugano e outras regiões ao sul dos Alpes; e continuaram a emprestar legiões suíças — com seu consentimento — a potências estrangeiras. Mas depois da derrota dos lanceiros suíços em Marignano (1515), a Confederação renunciou à expansão territorial, adotou uma política de neutralidade, e dedicou os camponeses viris, os hábeis artesãos e os ativos comerciantes ao desenvolvimento de uma das civilizações mais civilizadas da história.

A Igreja era tão divertida e corrupta na Suíça quanto na Itália. Dava proteção e liberdade considerável aos humanistas que se reuniam em volta de Froben e Erasmo em Basiléia. Fazia parte da tolerância moral da época o fato de a maioria dos padres suíços gozar os serviços de concubinas.[1] Um bispo suíço cobrava quatro florins ao seu clero a cada filho que lhes nascia, e em um ano juntou 1.522 florins dessa fonte.[2] Lamentava que muitos padres jogassem, freqüentassem tavernas e se embebedassem[3] — pelo visto sem pagar uma gratificação episcopal. Diversos cantões — principalmente Zurique — estabeleceram uma supervisão civil dos homens de igreja e cobraram impostos às propriedades monacais. O bispo de Constança afirmava que toda Zurique era seu feudo, e exigia-lhe obediência e dízimos; mas o papado estava envolvido demais na política italiana para lhe apoiar com eficácia os reclamos. Em 1510 o Papa

Júlio II, em retribuição a algumas legiões genebrinas, concordou em que o conselho da cidade de Genebra governasse os mosteiros, conventos e a moral pública dentro de seus domínios.[4] Assim, sete anos antes das teses de Lutero, a essência da Reforma foi obtida em Zurique e Genebra — a supremacia da autoridade secular sobre a autoridade eclesiástica. O caminho estava preparado para Zwingli e Calvino estabelecerem suas diferentes combinações de Igreja e Estado.

II. ZWINGLI

Uma visita ao lugar de nascimento de Huldreich ou Ulrich Zwingli sugere a regra não invariável de que os grandes homens nascem em casas pequenas. O mais racional e malsucedido dos reformadores iniciou a vida (1º de janeiro de 1484) em um diminuto chalé na aldeia de vale e montanha de Wildhaus, a 80 quilômetros a sudeste de Zurique, no atual cantão de Saint-Gall. Um telhado de aba inclinado, paredes de pesadas tábuas, pequenas janelas de caixilhos, assoalhos de grossas pranchas, tetos baixos, quartos escuros, escada rangente, sólidas camas de carvalho, uma mesa, uma cadeira, uma estante para livros: este lar histórico indica um ambiente no qual a seleção natural era rigorosa, e a selação sobrenatural parecia uma esperança indispensável. O pai de Ulrich era o principal magistrado nessa aldeola escondida, e sua mãe era a orgulhosa irmã de um padre. Era o terceiro de oito filhos, que competiam pela admiração de duas irmãs. Desde a infância fora destinado ao sacerdócio.

Seu tio, diácono da igreja da vizinha Wesen, tomava parte com os pais em sua educação, e proporcionou a Zwingli uma inclinação e uma largueza humanísticas que o distinguiam sensivelmente de Lutero e Calvino. Aos 10 anos o menino foi enviado a uma escola de latim em Basiléia; aos 14 entrou para um colégio em Berna, dirigido por um classicista originário daquela cidade, que era uma sumidade; dos 16 aos 18 estudou na Universidade de Viena, em seu apogeu humanístico, sob a direção de Conradus Celtes. Alegrava os afazeres tocando alaúde, harpa, violino, flauta e saltério. Aos 18 anos voltou para Basiléia e estudou teologia com Thomas Wyttenbach que, já em 1508, atacava as indulgências, o celibato clerical e a missa. Aos 22 anos (1506) recebeu o diploma de mestre, e foi ordenado padre. Celebrou sua primeira missa em Wildhaus entre parentes jubilosos e, com 100 florins arrecadados para ele, comprou uma nomeação[5] para um pastorato em Glarus, a 32 quilômetros de distância.

Ali, enquanto cumpria zelosamente seus deveres, continuou os estudos. Aprendeu sozinho o grego para ler o Novo Testamento no original. Leu com entusiasmo Homero, Píndaro, Demócrito, Plutarco, Cícero, César, Tito Lívio, Sêneca, Plínio, o Moço, Tácito, e chegou a escrever um comentário sobre o humorista cético Luciano. Correspondia-se com Pico della Mirandola e Erasmo, chamava a Erasmo "o maior filósofo e teólogo", visitou-o com toda a reverência (1515), e lia-o todas as noites como prelúdio para o sono. Como Erasmo, torcia o nariz à corrupção eclesiástica, tinha um desprezo ameno pela carolice doutrinal, e recusava-se veementemente a pensar nos filósofos e poetas clássicos ardendo no inferno. Jurava que "antes compartilharia do destino eterno de um Sócrates ou de um Sêneca do que de um papa".[6] Não deixava que os votos sacerdotais o excluíssem dos prazeres da carne; teve alguns casos com mulheres generosas, e continuou a condescender assim consigo mesmo até o casamento (1514). Sua congregação parece que não se importava, e os papas lhe pagaram, até 1520, uma pensão anual de 50 florins para apoiá-los contra o partido pró-francês de

Glarus. Em 1513 e 1515 acompanhou o contingente de Glarus de mercenários suíços à Itália como capelão, e fez o possível para mantê-los fiéis à causa papal; mas seu contato com a guerra nas batalhas de Navarro e Marignano levaram-no a opôr-se violentamente a qualquer outra venda da bravura suíça a governos estrangeiros.

Em 1516 a facção francesa de Glarus conquistou vantagens, e Zwingli mudou-se para um pastorato em Einsiedeln, no cantão de Schwyz. Os sermões dele adquiriram ali tom protestante, antes mesmo da rebelião de Lutero. Em 1517 exigiu uma religião baseada exclusivamente na Bíblia, e disse a seu arcebispo, cardeal Matthäus Schinner, que havia pouca autoridade para o papado nas Escrituras. Em agosto de 1518 atacou os abusos na venda de indulgências e convenceu os monges beneditinos a retirar, de sua lucrativa relíquia da Virgem, uma inscrição que prometia aos peregrinos "completa remissão de todos os pecados em culpa e em castigo também".[7] Alguns peregrinos de Zurique levaram a seus pastores um relato entusiasmado dos sermões que ele pregava. A 10 de dezembro de 1518, aceitou um apelo para ser vigário ou "padre do povo" na Grossmünster, ou grande catedral, de Zurique, a cidade mais empreendedora da Suíça.

Aproximava-se da maturidade na moral e no espírito. Empreendeu uma série de sermões em que interpretava, do texto grego, todo o Novo Testamento, com exceção do Apocalipse, de que não gostava; tinha pouca coisa do misticismo que fez parte da formação de Lutero. Não temos retrato dele ao natural, mas seus contemporâneos descrevem-no como homem bonito, de rosto corado, sangüíneo, com voz melodiosa que prendia sua congregação. Não rivalizava com Lutero em eloqüência nem exegese; no entanto, seus sermões eram tão convincentes em sinceridade e clareza que logo toda Zurique obedeceu a sua influência. Os superiores eclesiásticos apoiaram-no quando reiniciou a campanha contra a venda de indulgências. Bernhardin Samson, frade franciscano de Milão, tinha atravessado o Passo de São Gotardo em agosto de 1518, para tornar-se o Tetzel da Suíça. Oferecia a indulgência do Papa Leão aos ricos sobre pergaminho por uma coroa, aos pobres sobre papel por alguns vinténs; e com um gesto da mão absolvia das penas do purgatório todas as almas que tinham morrido em Berna. Zwingli protestou; o bispo de Constança apoiou-o; e Leão X, aprendendo alguma coisa nos acontecimentos da Alemanha, chamou de volta seu apóstolo extravagante.

Em 1519 a peste abateu-se sobre Zurique, arrebatando um terço da população em meio ano. Zwingli permaneceu em seu posto, trabalhou noite e dia tratando dos doentes, apanhou também a infecção e esteve às portas da morte. Quando se restabeleceu era a figura mais popular de Zurique. Dignitários distantes como Pirkheimer e Dürer enviaram-lhe felicitações. Em 1521 foi nomeado padre-chefe da Grossmünster. Estava agora suficientemente forte para proclamar abertamente a Reforma na Suíça.

III. A REFORMA ZWINGLIANA

Quase inconscientemente, mas como resultado natural de sua educação incomum, ele tinha mudado o feitio do pastorato em sua igreja. Antes dele, o sermão tinha pouca importância; a missa e a comunhão tinham sido quase que todo o serviço; Zwingli fez o sermão dominar o ritual. Tornou-se professor e pregador; e, à medida que sua confiança crescia, cada vez mais crescia sua convicção de que o cristianismo devia ser restituído à antiga simplicidade de organização e veneração. Ficou profundamente

abalado pela revolta e pelas obras de Lutero, e pelo tratado de Hus, *Sobre a Igreja.* Por volta de 1520 atacou publicamente a vida monástica, o purgatório e a invocação dos santos; além disso, afirmava que o pagamento de dízimos à Igreja devia ser puramente voluntário, como nas Escrituras. Seu bispo implorou-lhe que retirasse essas declarações; ele continuou; e o conselho cantonal apoiou-o ordenando a todos os padres de sua jurisdição que pregassem apenas o que encontrassem na Bíblia. Em 1521 Zwingli persuadiu o conselho a proibir o alistamento da soldadesca suíça pelos franceses; um ano mais tarde a proibição foi estendida a todos as potências estrangeiras; e quando o cardeal Schinner continuou a recrutar tropas suíças para o papa, Zwingli observou à sua congregação que o cardeal usava um chapéu vermelho não sem motivo, pois "se fosse torcido vós veríeis o sangue de vossos parentes mais próximos cair de suas dobras".[8] Não encontrando texto algum no Testamento para a abstenção de carne na Quaresma, permitiu a seus paroquianos ignorar os mandamentos da Igreja para os jejuns da Quaresma. O bispo de Constança protestou; Zwingli respondeu-lhe com um livro, *Archeteles* (princípio e fim), que previa uma rebelião universal contra a Igreja, e aconselhava os prelados a imitar César, envolver-se em seus mantos e morrer com elegância e dignidade. Com mais 10 padres fez uma petição ao bispo para extinguir a imoralidade clerical permitindo o casamento dos sacerdotes (1522). Nessa ocasião mantinha Anna Reinhard como amante ou esposa secreta. Em 1524 casou-se publicamente com ela, um ano antes do casamento de Lutero com Catherine von Bora.

Este rompimento definitivo com a Igreja foi precedido de duas controvérsias que lembravam o debate de Leipzig entre Lutero e Eck, e repetia à distância as controvérsias escolásticas das universidades medievais. Como república semidemocrática, a Suíça não ficou escandalizada com a sugestão de Zwingli de que as diferenças entre seus pontos de vista e os de seus adversários conservadores tivessem audiência clara e imparcial. O Grande Conselho de Zurique, assumindo de bom grado a jurisdição teológica, convidou os bispos a mandar representantes. Estes compareceram em peso, e ao todo 600 pessoas se reuniram para a entusiasmante disputa no paço municipal (25 de janeiro de 1523).

Zwingli propôs defender 67 teses.

> 1. Erram todos aqueles que dizem que o Evangelho nada é sem a aprovação da Igreja....
>
> 15. No Evangelho está contida claramente toda a verdade....
>
> 17. Cristo é o único santo padre eterno. Aqueles que fingem ser santos padres opõem-se, sim, põem de lado a honra e a dignidade de Cristo.
>
> 18. Cristo, que uma vez se ofereceu na cruz, é o suficiente e perpétuo sacrifício para os pecados de todos os crentes. Portanto, a missa não é sacrifício, e sim comemoração do único sacrifício da cruz....
>
> 24. Os cristãos não estão ligados a qualquer penitência que Cristo não tenha ordenado. Podem comer em qualquer tempo toda espécie de alimento....
>
> 28. Tudo que Deus permite e não proíbe é justo. Portanto, o casamento vai bem a todos os homens....
>
> 34. O assim chamado poder espiritual [a Igreja] não tem fundamento nas Sagradas Escrituras, e no ensinamento de Cristo.
>
> 35. Mas o poder secular é confirmado pelo ensinamento e pelo exemplo de Cristo (Lucas, II, 5; Mateus, XXII, 21)....
>
> 49. Não conheço escândalo maior do que a proibição do casamento legal aos padres, ao passo que lhes permitem, mediante o pagamento de uma gratificação, ter concubinas. Vergonha! (*Pfui der Schande!*)...

57. As Sagradas Escrituras nada dizem do purgatório....

66. Todos os superiores espirituais devem arrepender-se sem demora, e estabelecer apenas a cruz de Cristo, senão morrerão. O machado está colocado sobre a raiz.[9]

Johann Faber, vigário-geral da diocese de Constança, recusou-se a discutir essas proposições pormenorizadamente, protestando que deviam ser apresentadas perante grandes universidades ou um concílio geral da Igreja. Zwingli achou isso desnecessário; agora que o Novo Testamento era acessível em vernáculo, todos podiam fazer a Palavra de Deus decidir esses termos; era o bastante. O conselho concordou; declarou Zwingli não culpado de heresia, e ordenou a todos os clérigos de Zurique que pregassem somente o que pudessem provar pelas Escrituras. Aqui, como na Alemanha luterana, o Estado suplantou a Igreja.

Muitos padres — estando agora seus salários garantidos pelo Estado — aceitaram a ordem do conselho. Muitos casaram-se, batizaram em vernáculo, negligenciaram a missa e abandonaram a veneração das imagens. Um grupo de entusiastas principiou a destruir indiscriminadamente quadros e estátuas das igrejas de Zurique. Perturbado pelo alastramento da violência, Zwingli combinou uma segunda polêmica, (26 de outubro de 1523), a que assistiram 550 leigos e 350 clérigos. O resultado foi uma ordem do conselho de que uma comissão em que estava incluído Zwingli preparasse um folheto de instrução doutrinária para o povo, e que no intervalo toda a violência deveria cessar. Zwingli escreveu rapidamente *Eine kurze Christliche Einleitung (Uma Breve Iniciação Cristã),* que foi enviado a todo o clero do cantão. A hierarquia católica protestou, e a Dieta da Confederação, reunindo-se em Lucerna (26 de janeiro de 1524), secundou o protesto, declarando-se ao mesmo tempo pela reforma eclesiástica. O conselho não tomou conhecimento dos protestos.

Zwingli formulou sua doutrina com mais extensão em dois tratados latinos: *De vera et falsa religione* (1525) e *Ratio fidei* (1530). Aceitava a teologia básica da Igreja — um Deus trino e uno, a Queda de Adão e Eva, a Encarnação, a Concepção da Virgem e a Expiação; mas interpretava o "pecado original" não como uma nódoa de culpa herdada de nossos "primeiros pais", e sim como uma tendência anti-social na natureza do homem.[10] Concordava com Lutero em que o homem nunca poderá ganhar a salvação pelas boas obras, e sim que deve crer na eficácia redentora da morte por sacrifício de Cristo. Concordava com Lutero e Calvino sobre a predestinação: cada acontecimento, e portanto o destino eterno de cada indivíduo, foi previsto por Deus, e deverá acontecer como foi previsto. Mas Deus destinou à condenação apenas aqueles que repelem o Evangelho que lhes foi oferecido. Todas as crianças (de pais cristãos) que morrem na infância são salvas, mesmo que não estejam batizadas, pois são jovens demais para pecar. O inferno é verdadeiro, mas o purgatório é "uma ficção... um negócio lucrativo para seus autores"; as Escrituras nada sabem a respeito dele.[11] Os sacramentos não são veículos milagrosos, e sim símbolos úteis, da graça divina. A confissão auricular é desnecessária; nenhum padre — somente Deus — pode perdoar o pecado; mas é muitas vezes benéfico confiar nossos aborrecimentos espirituais a um padre.[12] A Ceia do Senhor não é uma refeição verdadeira do corpo de Cristo, e sim um símbolo da união da alma com Deus, e do indivíduo com a comunidade cristã.

Zwingli conservou a eucaristia como parte do serviço reformado, e distribuía-a em pão e vinho, mas oferecia-a apenas quatro vezes por ano. Nessa celebração esporádica grande parte da missa era conservada, mas era recitada em alemão suíço pela congregação e pelo padre. Durante o resto do ano a missa era substituída pelo ser-

mão; o apelo do ritual aos sentidos e à imaginação estava subordinado ao apelo da palavra ao espírito — uma trapaça arrojada sobre a inteligência popular e a estabilidade das idéias. Uma vez que uma Bíblia infalível tinha agora de substituir uma Igreja infalível como guia para a doutrina e a conduta, a tradução alemã de Lutero do Novo Testamento foi adaptada ao dialeto suíço alemão, e um corpo de sábios e teólogos, chefiados pelo santo Leo Jud, foi encarregado de preparar uma versão alemã de toda a Bíblia. Esta foi publicada por Christian Froschauer em Zurique, em 1534, quatro anos antes de aparecer a melhor versão de Lutero.

Em fiel obediência ao Segundo Mandamento, e marcando o retorno do cristianismo protestante a suas antigas tradições judaicas, o conselho de Zurique ordenou a retirada de todas as imagens, relíquias e ornamentos religiosos das igrejas da cidade; até os órgãos foram abolidos, e o imenso interior da Grossmünster ficou tristemente nu, como está até hoje. Algumas imagens eram bastante absurdas, algumas se prestavam tanto à superstição que mereciam a destruição; mas algumas eram suficientemente bonitas para fazer o sucessor de Zwingli, Heinrich Bullinger, lamentar sua perda. O próprio Zwingli tinha uma atitude tolerante para com as imagens que não eram veneradas como ídolos extraordinários,[13] mas perdoava a demolição como uma censura à idolatria.[14] As igrejas de aldeia do cantão tiveram licença de conservar suas imagens se uma maioria da congregação assim o desejasse. Os católicos conservavam alguns direitos civis, mas eram inelegíveis para os cargos públicos. O comparecimento à missa era punível com uma multa; comer peixe em vez de carne na sexta-feira era proibido por lei.[15] Os mosteiros e conventos (com uma exceção) foram fechados ou transformados em hospitais ou escolas; os monges e as freiras saíram do claustro para o casamento. Os dias santos foram abolidos, e desapareceram as peregrinações, a água benta e as missas pelos mortos. Embora nem todas as mudanças se efetuassem em 1524, assim mesmo a Reforma estava a essa altura muito mais adiantada em Zwingli e Zurique do que em Lutero e Wittenberg; nessa ocasião Lutero ainda era um monge celibatário, e ainda celebrava missa.

Em novembro de 1524, Zurique formou um conselho privado (*Heimliche Rath*) de seis membros para preparar as soluções de problemas de governo urgentes ou delicados. Entre Zwingli e este conselho firmou-se um compromisso de trabalho: ele cedia ao conselho a regulamentação dos assuntos tanto eclesiásticos como seculares, e em ambos os terrenos o conselho seguiria a direção de Zwingli. Igreja e Estado em Zurique tornaram-se um organismo, do qual Zwingli era chefe não oficial, e no qual a Bíblia era aceita (como o Alcorão no Islã) como a primeira fonte e texto final da lei. Em Zwingli, como mais tarde em Calvino, o ideal do Velho Testamento do profeta guiando o Estado estava realizado.

Triunfando tão rápida e completamente em Zurique, Zwingli volveu um olhar de cobiça para os cantões católicos, e perguntou-se a si mesmo se a Suíça inteira não poderia ser conquistada para a nova forma da fé antiga.

IV. AVANTE, SOLDADOS CRISTÃOS

A Reforma tinha cindido a Confederação, e parecia destinada a destruí-la. Berna, Basiléia, Schaffhausen, Appenzell e os Grisões apoiavam Zurique; os outros cantões estavam hostis. Cinco cantões — Lucerna, Uri, Schwyz, Unterwalden e Zug — formaram uma Liga Católica para suprimir todos os movimentos hussitas, luteranos e zwin-

glianos (1524). O arquiduque Fernando da Áustria insistiu com todos os estados católicos para que unificassem a ação e prometeu auxílio, pois sem dúvida esperava restaurar o poder dos Habsburgo na Suíça. A 16 de julho todos os cantões, exceto Schaffhausen e Appenzell, concordaram em excluir Zurique das futuras dietas federais. Zurique e Zwingli replicaram enviando missionários ao distrito de Thorgau para proclamar a Reforma. Um destes foi preso; uns amigos o libertaram, e chefiaram uma turba enfurecida que saqueou e incendiou um mosteiro, e também destruiu imagens em várias igrejas (julho de 1524). Três dos chefes foram executados, e um espírito marcial surgiu em ambos os lados. Erasmo, tímido em Basiléia, ficou assustado em ver adoradores piedosos, estimulados por seus pregadores, saírem da igreja "como possessos, com a ira e o ódio pintados nas faces... como guerreiros animados por seu general a um ataque violento".[16] Seis cantões ameaçaram deixar a Confederação se Zurique não fosse castigada.

Zwingli, saboreando seu novo papel de chefe, aconselhou Zurique a aumentar seu exército e arsenal, a procurar a aliança da França, a construir uma fogueira por trás de Fernando que fomentasse a revolução no Tirol, e a prometer a Thorgau bem como a Saint-Gall a propriedade dos mosteiros como retribuição ao seu apoio. À Liga Católica ofereceu paz em três condições: que cedesse a Zurique a célebre abadia de Saint-Gall; que renunciasse à aliança austríaca; e que entregasse a Zurique o satírico de Lucerna, Thomas Murner, que escrevera com muita mordacidade sobre os reformadores. A Liga zombou desses termos. Zurique ordenou a seus representantes em Saint-Gall que se apoderassem da abadia; obedeceram (28 de janeiro de 1529). Em fevereiro a tensão aumentou com os acontecimentos de Basiléia.

O chefe protestante nessa "Atenas da Suíça" era Johannes Hausschein, que tinha helenizado o nome, que significava lamparina de casa, para Oecolampadius. Escrevia poesia em latim aos 12 anos, dominou logo depois o grego, e atingiu classe, como hebraísta, inferior apenas a Reuchlin. No púlpito da Igreja de São Martinho e na cátedra de teologia na universidade adquiriu fama como reformador e moralista, humano em todas as coisas menos na religião. Por volta de 1521 já atacava os abusos do confessionário, a doutrina da transubstanciação, a idolatria da Virgem. Em 1523 Lutero aclamou-o. Em 1525 adotou o programa zwingliano, inclusive a perseguição aos anabatistas. Mas repelia a predestinação; *salus nostra ex Deo*, ensinava ele, *perditio nostra ex nobis* — "Nossa salvação vem de Deus, nossa condenação, de nós mesmos".[17] Quando o conselho de Basiléia, agora predominantemente protestante, proclamou a liberdade de adoração (1528), Oecolampadius protestou, e pediu a supressão da missa.

A 8 de fevereiro de 1529, 800 homens, reunidos na igreja dos franciscanos, enviaram ao conselho um pedido para que a missa fosse proibida, para que todos os católicos fossem demitidos de cargos oficiais, e que uma constituição mais democrática fosse estabelecida efetivamente. O conselho deliberou. No dia seguinte os suplicantes foram armados à praça do mercado. Como ao meio-dia o conselho ainda não tinha chegado a qualquer decisão, a multidão foi para as igrejas com martelos e machados, e destruiu todas as imagens religiosas que pôde descobrir.[18] Erasmo descreveu o caso em uma carta a Pirkheimer:

> Os ferreiros e trabalhadores tiraram das igrejas as imagens e lançaram tais insultos às imagens dos santos e ao próprio crucifixo, que é de surpreender que não tenha havido milagres, sabendo-se como sempre costumava acontecer toda a vez que

> os santos eram ofendidos mesmo ligeiramente. Nenhuma estátua sobrou nas igrejas e nos vestíbulos, nos pórticos e mosteiros. Os afrescos foram cobertos por camadas de lodo. Tudo que pudesse incendiar-se foi atirado ao fogo, e o resto foi feito em pedaços. Nada foi poupado por amor ou por dinheiro.[19]

O conselho aceitou a sugestão, e votou pela abolição completa da missa. Erasmo, Beatus Rhenanus e quase todos os professores da universidade deixaram Basiléia. Oecolampadius, vitorioso, sobreviveu ao levante apenas dois anos, morrendo logo depois da morte de Zwingli.

Em maio de 1529, um missionário protestante de Zurique, tentando pregar na cidade de Schwyz, foi queimado na fogueira. Zwingli persuadiu o conselho de Zurique a declarar guerra. Elaborou o plano da batalha, e dirigiu pessoalmente as tropas do cantão. Em Kappel, 16 quilômetros ao sul de Zurique, foram detidos por um homem, Landemann Aebli de Glarus, que implorou uma hora de trégua enquanto negociava com a Liga. Zwingli desconfiou de traição, e preferiu o avanço imediato; foi desobedecido por seus aliados berneses e por seus soldados, que fraternizaram prontamente, por cima das barreiras cantonais e teológicas, com os soldados do inimigo. Durante 16 dias as negociações continuaram; finalmente o bom senso dos suíços prevaleceu, e a Primeira Paz de Kappel foi assinada a 24 de junho de 1529. Os termos foram uma vitória para Zwingli: os cantões católicos concordavam em pagar uma indenização a Zurique e a cessar a aliança com a Áustria; nenhum partido atacaria o outro devido a diferenças religiosas; e nas "terras comuns" sujeitas a dois ou mais cantões o povo deveria decidir, por voto majoritário, a regulamentação de sua vida religiosa. Entretanto, Zwingli estava mal satisfeito: tinha pedido, e não recebera, liberdade para pregar o protestantismo nos cantões católicos. Predisse o breve rompimento da paz.

Na verdade, durou 28 meses a paz. Nesse intervalo houve um esforço para unir os protestantes da Suíça e da Alemanha. Carlos V tinha ajustado sua questão com Clemente VII; ambos estavam agora livres para unir as forças contra os protestantes. Mas estes já eram uma força política poderosa. Metade da Alemanha era luterana; muitas cidades alemãs — Ulm, Augsburgo, Württemberg, Mogúncia, Franckfurt-sobre-o-Meno, Estrasburgo — tinham fortes tendências zwinglianas, e na Suíça, embora fossem católicos os distritos rurais, a maioria das cidades era protestante. Era evidente que para se protegerem do Império e do papado fazia-se necessária uma unidade protestante. Apenas a teologia estava atrapalhando.

Filipe, landgrave de Hesse, tomou a iniciativa convidando Lutero, Melanchthon e outros protestantes alemães para se encontrarem com Zwingli, Oecolampadius e outros protestantes suíços no seu castelo em Marburg, ao norte de Franckfurt. A 29 de setembro de 1529, as facções rivais encontraram-se. Zwingli fez concessões generosas; dissipou a suspeita de Lutero de que duvidava da divindade de Cristo; aceitou o Credo de Nicéia e o dogma do pecado original. Mas não quis retirar sua opinião sobre a eucaristia como um símbolo e comemoração, mais do que um milagre. Lutero escreveu na mesa da conferência as palavras atribuídas a Cristo — "Isto é meu corpo" — e não quis admitir outra interpretação que não a literal. Sobre 14 artigos os partidos assinaram um acordo; sobre a eucaristia dividiram-se (3 de outubro), e não amigavelmente. Lutero recusou a mão que Zwingli lhe estendia, dizendo: "Seu espírito não é o nosso espírito"; formulou uma profissão de teologia em 17 artigos, inclusive a "consubstanciação", e convenceu os príncipes luteranos a repelir aliança com qualquer grupo que não assinasse todos os 17 artigos.[20] Melanchton concordou com seu

mestre. "Dissemos aos zwinglianos", escreveu ele, "que nos admirávamos de como é que a consciência lhes permitia chamar-nos irmãos quando afirmavam que nossa doutrina era errônea";[21] aqui, em uma só sentença, está o espírito da época. Em 1532, Lutero aconselhou o duque Albrecht da Prússia a não permitir qualquer zwingliano em seu território, sob pena de condenação eterna. Era pedir muito a Lutero que passasse com um passo apenas da Idade Média para a era moderna; tinha recebido uma impressão profunda demais da religião medieval para tolerar com paciência qualquer repúdio de seus fundamentos; achava, como bom católico, que seu mundo de pensamento desmoronaria, todo o sentido da vida desapareceria, se perdesse qualquer elemento básico da fé na qual fora formado. Lutero foi o mais medieval dos homens modernos.

Abatido com este fracasso, Zwingli voltou a Zurique que se estava tornando inquieta sob sua ditadura. Ressentiam-se as severas leis suntuárias; o comércio era entravado pelas diferenças religiosas entre os cantões; os artesãos estavam descontentes com sua fraca interferência no governo; e os sermões de Zwingli, confusos devido à política, tinham perdido sua inspiração e encanto. Sentiu tão agudamente a mudança que pediu licença ao conselho para procurar um pastorato em outro lugar. Foi persuadido a ficar.

Dava agora grande parte de seu tempo aos escritos. Em 1530 enviou seu *Ratio fidei* a Carlos V, que não deu sinal de tê-lo recebido. Em 1531 dirigiu a Francisco I uma *Christianae fidei brevis et clara expositio*. Nesta "breve e clara exposição da fé cristã" expressava a convicção erasmiana de que um cristão, ao chegar ao paraíso, encontraria lá muitos judeus e pagãos nobres: não só Adão, Abraão, Isaac, Moisés, Isaías... como também Hércules, Teseu, Sócrates, Aristides, Numa, Camilo, os Catões, os Cipiões; "em resumo, não houve nem um homem bom, nem um espírito santo, nem qualquer alma fiel, desde o princípio do mundo e até seu fim, a quem não veremos lá com Deus. Que se podia imaginar de mais alegre, agradável e nobre, do que este espetáculo?"[22] Esta passagem escandalizou de tal maneira Lutero que ele concluiu que Zwingli devia ter sido um "gentio";[23] e o bispo Bossuet, concordando por uma vez com Lutero, citou-o para provar que Zwingli tinha sido um infiel irremediável.[24]

A 15 de maio de 1531, uma assembléia de Zurique e seus aliados votaram a obrigação dos cantões católicos de permitirem liberdade de pregar em seu território. Como os cantões se recusaram, Zwingli propôs a guerra, mas os aliados preferiram um bloqueio econômico. Os cantões católicos, privados de toda a importação, declararam guerra. Novamente marcharam os exércitos rivais, novamente Zwingli foi à frente carregando o estandarte; novamente os exércitos se encontraram em Kappel (11 de outubro de 1531) — os católicos com oito mil homens, os protestantes com 1.500. Dessa vez lutaram. Os católicos venceram, e Zwingli, com 47 anos, foi um dos 500 zuriquenses assassinados. Seu corpo foi esquartejado e depois queimado em uma pira de esterco.[25] Ao saber da morte de Zwingli, Lutero declarou-a o julgamento de um gentio pelo céu,[26] e "um triunfo para nós".[27] "Desejo do fundo do coração", contam que disse, "que Zwingli pudesse ter sido salvo, mas temo o contrário, pois Cristo disse que aqueles que O negarem serão condenados."[28]

Zwingli foi substituído em Zurique por Heinrich Bullinger, e em Basiléia Oswald Myconius prosseguiu depois da morte de Oecolampadius. Bullinger fugiu à política, supervisionou as escolas da cidade, protegeu os protestantes fugitivos, e fez caridade aos necessitados de qualquer credo. Aprovou a execução de Servetus, mas, excetuan-

do isso, tendeu para uma teoria de liberdade religiosa geral. Uniu-se a Myconius e Leo Jud para formular a Primeira Confissão Helvética (1536), que durante uma geração foi a expressão autorizada das opiniões de Zwingli; e com Calvino redigiu o *Consensus Tigurinus* (1549), que levou os protestantes de Zurique e de Genebra a uma única "Igreja Reformada".

Apesar desse acordo protetor, o catolicismo reconquistou em anos subseqüentes muito do terreno perdido na Suíça, em parte por meio de sua vitória em Kappel. As teologias são aprovadas ou reprovadas na história pelo assassínio ou fertilidade concorrentes. Sete cantões aderiram ao catolicismo — Lucerna, Uri, Schwyz, Zug, Unterwalden, Fribourg e Solothurn; quatro ficaram definitivamente protestantes — Zurique, Basiléia, Berna e Schaffhausen; os outros ficaram em equilíbrio entre as duas fés, incertos de suas certezas. O sucessor de Zwingli em Glarus, Valentin Tchudi, comprometeu-se celebrando missa de manhã para os católicos, e pregando um sermão evangélico — puramente das Escrituras — à tarde para os protestantes; batia-se pela tolerância mútua, e era tolerado; escreveu uma *Crônica* tão imparcial que ninguém podia adivinhar por ela qual a fé que preferia. Até nessa época havia cristãos.

CAPÍTULO XIX

Lutero e Erasmo

1517-36

I. LUTERO

TENDO resumido as condições econômicas, políticas, religiosas, morais e intelectuais que propiciaram a Reforma, devemos ainda considerar como uma das maravilhas da história que na Alemanha um só homem tivesse, sem saber, reunido essas influências em uma rebelião que transformou um continente. Não precisamos exagerar o papel do herói aqui; as forças da mudança teriam encontrado outra encarnação se Lutero tivesse continuado em sua obediência. Ainda assim a visão desse rude monge, erguendo-se na dúvida e no terror e na decisão inabalável contra as instituições mais arraigadas e os costumes mais sagrados da Europa, fustiga-nos o sangue, e demonstra mais uma vez a distância que o homem já percorreu desde o barro ou desde o macaco.

Como era ele, essa vigorosa voz de seu tempo, essa sumidade da história alemã? Em 1526, como está retratado aos 43 anos por Lucas Cranach,[1] estava em uma transição, de delgado para gordo; muito sério, com apenas uma sugestão de seu humor robusto; cabelo crespo e ainda negro; nariz imenso; olhos negros e brilhantes — seus inimigos diziam que brilhavam demônios neles. Uma atitude franca e aberta tornava-o impróprio para a diplomacia. Um retrato posterior (1532), também de Cranach, mostrava Lutero alegremente obeso, com um rosto largo e cheio; este homem gostava de viver. Em 1524 abandonou o hábito monacal e vestiu-se como leigo, às vezes nos trajes de professor, outras com um casaco e umas calças comuns. Não se furtava a remendá-los ele mesmo; a esposa queixava-se de que o grande homem tinha cortado um pedaço das calças do filho para remendar as suas.

Tinha escorregado para o casamento por inadvertência. Concordava com São Paulo em que é melhor casar do que ir para a fogueira, e afirmava que o sexo é tão natural e necessário quanto comer.[2] Mantinha a noção medieval de que a cópula é pecaminosa mesmo no casamento, porém "Deus cobre o pecado".[3] Condenava a virgindade como uma violação do preceito divino de "crescei e multiplicai-vos". Se "um pregador do Evangelho... não pode viver castamente solteiro, que tome esposa; Deus fez esse emplastro para essa chaga".[4] Achava o método de reprodução humano um pouco absurdo, pelo menos retrospectivamente, e sugeria que "se Deus me tivesse consultado sobre o assunto, eu lhe teria aconselhado a continuar a geração das espécies formando os seres humanos de argila, como Adão foi feito".[5] Tinha a concepção tradicional e alemã da mulher destinada por Deus a ter filhos, cozinhar, rezar e pouca coisa mais. "Tirem as mulheres de suas tarefas de esposas, e não servirão para nada."[6] "Se as mu-

lheres ficam cansadas e morrem de conceber, não há perigo nisso; que morram enquanto concebem; foram feitas para isso".[7] A mulher deve dar ao marido amor, homenagem e obediência; ele deve governá-la, embora com bondade; ela deve cingir-se à sua esfera, o lar; mas aí pode fazer mais com os filhos com um dedo do que o homem com dois punhos.[8] Entre marido e mulher "não deve haver questão de meu e teu"; todas as suas posses devem ser comuns.[9]

Lutero tinha a habitual aversão do macho por uma mulher instruída. "Gostaria", disse, referindo-se a sua mulher, "que as mulheres repetissem o Padre-Nosso antes de abrirem a boca".[10] Mas desprezava os escritores que compunham sátiras sobre as mulheres. "Os defeitos que as mulheres tiverem, nós devemos verificá-los na intimidade, delicadamente... pois uma mulher é um vaso frágil."[11] Apesar de sua franqueza rude a respeito do sexo e do casamento, não era insensível às considerações estéticas. "O cabelo é o ornamento mais belo que as mulheres possuem. Antigamente, as virgens costumavam usá-lo solto, exceto quando estavam de luto. Gosto que as mulheres deixem cair o cabelo nas costas; é um espetáculo muito agradável."[12] (Isto deveria tê-lo deixado mais brando para com o Papa Alexandre VI, que se apaixonou pelo cabelo solto de Giulia Farnese.)

Aparentemente não foi por necessidade física que Lutero se casou. Em uma expansão de mau humor disse que se casara para agradar ao pai e irritar o demônio e o papa. Mas levou muito para se decidir, e então a decisão foi tomada em seu nome. Quando, por suas recomendações, algumas freiras saíram do convento, encarregou-se de procurar maridos para elas. Por fim somente ficou sem par Catherine von Bora, mulher bem-nascida e de bom caráter, mas que dificilmente poderia suscitar paixão irrefreada. Tinha lançado o olhar para um jovem estudante de Wittenberg, de família nobre; não conseguiu agarrá-lo, e arranjou um serviço doméstico para se manter. Lutero sugeriu um tal Dr. Glatz para marido; ela respondeu que Glatz era inaceitável, mas que *Herr* Amsdorf ou o Dr. Lutero serviriam: Lutero tinha 42 anos, Catherine, 26; ele achava a discrepância proibitiva, mas seu pai insistiu com ele para que perpetuasse o nome da família. A 27 de junho de 1525 o ex-monge e a ex-freira tornaram-se marido e mulher.

O eleitor deu-lhes o mosteiro agostiniano para morar, e elevou o salário de Lutero para 300 florins ($7,500) por ano; mais tarde foi aumentado para 400, depois para 500. Lutero comprou uma fazenda, que Katie dirigia e amava. Ela lhe deu seis filhos, e cuidou fielmente deles, de todas as necessidades domésticas de Martinho, de uma fábrica de cerveja doméstica, de um tanque de peixes, de uma horta, de galinhas e porcos. Ele a chamava de "meu senhor Katie", e sugeria que ela poderia pô-lo em seu lugar quando ele esquecesse a subordinação biológica do homem à mulher; ela, porém, teve muito que suportar com suas zangas esporádicas e sua imprevidência confiante; pois ele não se importava com dinheiro, e era descuidadamente generoso. Não recebia direitos pelos livros que escrevia, embora rendessem uma fortuna ao editor. Suas cartas a Catherine ou sobre ela revelam a afeição crescente que lhe tinha, e um casamento de modo geral feliz. Repetiu à sua maneira o que lhe tinha sido dito na mocidade: "O maior dom de Deus ao homem é uma esposa piedosa, bondosa, temente a Deus, amante do lar".[13]

Era bom pai, conhecendo como que por instinto a mistura certa da disciplina e do amor. "Castigue se precisar, mas faça com que o doce acompanhe o castigo."[14] Compunha cantigas para os filhos, e entoava essas cantigas com eles enquanto tocava

alaúde. Suas cartas aos filhos estão entre as jóias da literatura alemã. Seu espírito robusto, que era capaz de enfrentar um imperador na guerra, quase sucumbiu com a morte de sua filha predileta, Magdalena, com a idade de 14 anos. "Deus", disse ele, "não deu em mil anos um presente tão grande a um bispo quanto o que me deu com ela."[15] Rezava noite e dia pelo seu restabelecimento. "Eu gosto muito dela, mas, querido Deus, se for Tua santa vontade tirá-la, de boa vontade deixá-la-ei Contigo."[16] E disse a ela: "Lena, querida, minha filhinha, gostarias de ficar aqui com teu pai; tens vontade de ir com aquele outro Pai?" "Sim, querido pai", respondeu Lena, "como Deus quiser." Quando ela morreu, chorou longa e amargamente. Quando ela foi colocada na sepultura, falou-lhe como a uma alma viva: "*Du liebes Lenichen*, você subirá e brilhará como as estrelas e o sol. Como é estranho saber que ela está em paz e que tudo está bem, e no entanto tão triste!"[17]

Não satisfeito com seus seis filhos, levou para sua casa-mosteiro de muitos quartos 11 sobrinhos e sobrinhas órfãos, educou-os, sentava-se com eles à mesa, e conversava com eles interminavelmente; Catherine lamentava o monopólio que faziam dele. Alguns deles tomaram notas não censuradas de sua conversação diária; o conjunto resultante de 6.596 itens rivaliza com o *Johnson* de Boswell e as conversas registradas de Napoleão, em peso, espírito e sabedoria. Ao julgar Lutero deveríamos lembrar-nos de que ele nunca publicou esses *Tischreden*; poucos homens têm sido tão completamente expostos à espionagem da humanidade. Aqui, mais do que nas controvérsias do campo de luta teológico, está Lutero *chez lui, en pantoufles*, em casa, de chinelos.

Verificamos, antes de tudo, que ele foi um homem, não um tinteiro; vivia tão bem quanto escrevia. Nenhuma pessoa sadia censurará a inclinação de Lutero pela boa comida e cerveja, ou seu gozo fecundo de todos os confortos que Catherine von Bora lhe pôde dar. Podia ter sido mais prudentemente reservado nesses pontos, mas a reserva chegou com os puritanos, e era desconhecida tanto dos italianos da Renascença como dos alemães da Reforma; até o delicado Erasmo escandaliza-nos com seu falar francamente fisiológico. Lutero comia demais, mas era capaz de castigar-se a si mesmo com jejuns prolongados. Bebia demais, e lamentava a bebida como um vício nacional; mas a cerveja era a água vital dos alemães, assim como o vinho dos italianos e dos franceses; a água podia ser literalmente venenosa nesses tempos descuidados. No entanto, nunca ouvimos falar em que ele tenha ultrapassado a exuberância para a embriaguez. "Se Deus me pode perdoar por tê-lo crucificado com missas durante 20 anos, também pode ser indulgente comigo por tomar às vezes um bom gole para homenageá-Lo."[18]

Seus erros saltavam aos olhos e aos ouvidos. Orgulhoso no meio de suas constantes expressões de humildade, dogmático contra o dogma, desordenado no zelo, não concedendo uma parcela de benevolência a seus adversários, agarrando-se às superstições ao mesmo tempo em que ria da superstição, denunciando a intolerância e praticando-a — não havia aqui nenhum modelo de coerência nem Grandison de virtude, e sim um homem tão contraditório quanto a vida, atazanado pela pólvora da guerra. "Não demorei a morder meus adversários", confessou ele, "mas para que serve o sal se não arder?"[19] Chamava aos decretos do papa *Dreck*, esterco;[20] ao papa, "porca do Diabo" ou tenente, e Anticristo; aos bispos, "larvas", hipócritas incrédulos, "macacos ignorantes"; dizia que a ordenação sacerdotal marcava um homem "com o sinal da besta do Apocalipse"; que os monges eram piores do que os carrascos ou asssassinos, ou quando muito, "pulgas no manto de peles de Deus Todo-Poderoso";[21] podemos

deduzir o quanto o público saboreava a sua hilaridade. "A única parte da anatomia humana que o papa têve de deixar sem controle é a parte de trás."[22] Sobre o clero católico escreveu: "O Reno mal dá para afogar todo o bando maldito de ladrões... cardeais, arcebispos, bispos e abades romanos";[23] ou, à falta da água, "praza a Deus mandar sobre eles a chuva de fogo e enxofre que consumiu Sodoma e Gomorra."[24] O que faz lembrar o comentário do imperador Juliano: "Não há animal selvagem igual a um teólogo enfurecido."[25] Mas Lutero, como Clive, admirava-se de sua própria moderação.

> Muitos acham que sou feroz demais contra o papismo; ao contrário, lamento ser, infelizmente, suave demais; gostaria de poder expelir um raio contra o papa e o pontificado, e que cada vento fosse um furacão.[26]... Amaldiçoarei e repreenderei os bandidos até ir para baixo da terra, e eles nunca terão uma palavra amável de minha parte.... Pois sou incapaz de rezar sem amaldiçoar ao mesmo tempo. Se for impelido a dizer: "Bendito seja Vosso nome", tenho de acrescentar: "Maldito, danado, ultrajado seja o nome dos papistas". Se for impelido a dizer: "Venha a nós o Vosso Reino", tenho de acrescentar por força: "Maldito, danado, destruído seja o papado". De fato, rezo assim oralmente todos os dias e em meu coração, sem interrupção.[27]... Nunca trabalho melhor do que quando estou inspirado pela ira. Quando estou zangado posso escrever, rezar e pregar bem, pois então meu temperamento inteiro fica estimulado, meu entendimento é aguçado.[28]

Uma paixão tão retórica estava no feitio dos tempos. "Alguns dos pregadores e autores de panfletos do lado ortodoxo", confessa o douto cardeal Gasquet, "combinavam neste ponto com Lutero."[29] Esperava-se o vitupério dos gladiadores intelectuais, e os auditórios o saboreavam; a polidez era suspeita de covardia. Quando a mulher de Lutero censurava-o — "Querido marido, você é rude demais" — ele respondia: "Um rebento pode ser cortado com uma faca de pão, mas um carvalho requer um machado";[30] uma resposta suave podia desviar a indignação, mas não podia derrubar o papado. Um homem amolecido até a linguagem requintada teria fugido a um combate tão mortal. Era preciso uma pele grossa — mais grossa do que a de Erasmo — para exterminar as excomunhões papais e os interditos imperiais.

Além disso, era preciso uma vontade forte. Essa era a fortaleza de Lutero; daí sua confiança em si mesmo, seu dogmatismo, sua coragem e sua intolerância. Mas também tinha algumas virtudes amáveis. Em seus anos do meio da vida esteve no auge da sociabilidade e gentileza, e era uma coluna de energia para quem precisasse de consolo ou auxílio. Não tomava atitudes, não pretendia a elegância, nunca se esqueceu de que era filho de camponês. Reprovou a publicação de suas obras completas, pedindo aos leitores que em lugar delas lessem a Bíblia. Protestou contra a aplicação do nome de luteranas às igrejas que seguiam sua direção. Quando pregava transportava seu discurso para o vocabulário e entendimento de seus ouvintes. Seu humor era rural — grosseiro, descuidado, rabelaisiano. "Meus inimigos examinam tudo que eu faço", queixava-se; "se eu solto um vento em Wittenberg, eles o sentem em Roma."[31] "As mulheres usam véus por causa dos anjos; eu uso calças por causa das moças."[32] Muitos de nós cometeram tais gracejos, mas não tiveram cronistas tão impiedosos. O mesmo homem que os dizia gostava de música quase à idolatria, compunha hinos ternos ou tempestuosos, e os acomodava — preconceito teológico silenciado algum tempo — às harmonias polifônicas já em uso na Igreja Romana. "Não desistiria de meu humilde dom musical por nada, por maior que fosse.... Sou perfeita-

mente da opinião de que... depois da teologia, não há arte que se possa comparar à música; pois só ela, depois da teologia, nos dá... repouso e alegria ao coração."[33]

Sua teologia levou-o a uma ética suave, pois lhe ensinou que as boas obras não podem conquistar a salvação sem a fé na redenção por Cristo, nem o pecado poderia prejudicar a salvação se a fé persistisse. Um pecadilho vez por outra, pensava ele, poderá animar-nos no caminho reto e estreito. Cansado de ver Melanchthon definhar por escrúpulos tristonhos a respeito de lapsos sem importância na santidade, disse-lhe, com humor genuíno *Pecca fortiter* — "Peque com força; Deus pode perdoar somente a um pecador ardoroso", mas escarnece do casuísta anêmico;[34] no entanto seria absurdo inferir desta caçoada acidental uma acusação sutil. Uma coisa é clara: Lutero não era puritano. "Nosso amor a Deus quer que comamos, bebamos e sejamos alegres."[35] "Eu procuro e aceito a alegria em qualquer parte em que a encontrar. Sabemos agora, graças a Deus, que podemos ser felizes com uma boa consciência."[36] Aconselhava seus adeptos a divertir-se e dançar aos domingos. Aprovava os divertimentos, jogava bem xadrez, chamava o jogo de cartas de diversão inofensiva para espíritos imaturos,[37] e disse uma frase sábia a respeito da dança: "As danças foram instituídas para que se possa aprender a cortesia em comum, e para que se possam formar amizades e relações entre moços e moças; aqui é possível vigiar-lhes os contatos, e encontrar ocasião de encontros honestos. Eu mesmo as freqüentaria algumas vezes, mas a mocidade haveria de rodopiar menos vertiginosamente se eu assim fizesse".[38] Alguns pregadores protestantes desejavam proibir as peças teatrais mas Lutero era mais tolerante: "Os cristãos não devem evitar as peças por haver algumas vezes rudeza e adultérios nelas; por tais motivos teriam de desistir da Bíblia também".[39] De modo geral, a concepção da vida, em Lutero, era notavelmente sadia e alegre para quem achava que "todas as inclinações naturais são ou sem Deus ou contra Ele",[40] e que nove entre 10 almas eram predestinadas por Deus para o inferno eterno.[41] O homem era incomensuravelmente melhor do que sua teologia.

Seu intelecto era vigoroso, mas estava carregado demais dos miasmas da juventude, demasiado encarnado pela guerra, para produzir uma filosofia racional. Como seus contemporâneos, acreditava em duendes, feiticeiras, demônios, no valor curativo dos sapos vivos,[42] e nos ímpios *incubi* que perseguiam as donzelas no banho ou na cama e as levavam à maternidade.[43] Ridicularizava a astrologia, mas às vezes falava nos termos dela. Apreciava a matemática por "assentar sobre demonstrações e provas seguras";[44] admirava o impulso temerário da astronomia para os astros, mas, como quase todos os seus contemporâneos, repeliu o sistema de Copérnico por contradizer as Escrituras. Insistia em que a razão devia permanecer nos limites estabelecidos pela fé religiosa.

Sem dúvida estava certo em sua opinião de que o sentimento, mais do que o pensamento, é a alavanca da história. Os homens que amoldam as religiões movem o mundo; os filósofos vestem de frases novas, geração após geração, a sublime ignorância da parte pontificando sobre o todo. Assim Lutero rezava enquanto Erasmo raciocinava; e enquanto Erasmo cortejava príncipes Lutero falava com Deus — ora imperiosamente, como alguém que tinha combatido sem descanso nas lutas do Senhor e tinha direito de ser ouvido, ora humildemente como uma criança perdida em um espaço infinito. Confiante em que Deus estava do seu lado, enfrentou obstáculos intransponíveis, e venceu. "Carrego comigo a maldade do mundo inteiro, o ódio do imperador, do Papa, e de todo o seu séqüito. Pois bem, avante, em nome de Deus!"[45] Teve a coragem

de desafiar os inimigos porque não tinha o intelecto para duvidar de sua verdade. Foi o que tinha de ser para fazer o que tinha de fazer.

II. OS HEREGES INTOLERANTES

É instrutivo observar como Lutero passou da tolerância para o dogma à medida que seu poder e certeza cresciam. Entre os "erros" que Leão X, na bula *Exsurge Domine*, denunciou em Lutero, estava o de que "queimar hereges é contra a vontade do Espírito Santo". Na *Carta Aberta à Nobreza Cristã* (1520) Lutero decretava que "cada homem era um padre", com o direito de interpretar a Bíblia segundo seu parecer particular e luz individual;[46] e acrescentava: "Deveríamos vencer os hereges com livros, não com fogueiras".[47] No ensaio *Sobre a Autoridade Secular* (1522), escreveu:

> Deus pode e quer que ninguém governe a alma a não ser ele mesmo.... Desejamos tornar isto tão claro que todos o apreendam, e que nossos *Junkers*, os príncipes e bispos, vejam quanto são loucos quando procuram obrigar o povo... a acreditar numa coisa ou noutra.... Uma vez que a crença ou a descrença é uma questão de consciência de cada um... o poder secular devia contentar-se em tratar de seus próprios assuntos, e permitir aos homens acreditar em uma coisa ou em outra, segundo o que forem capazes e desejarem, e não oprimir ninguém pela força. Pois a fé é uma obra livre, para a qual ninguém pode ser obrigado... A fé e a heresia nunca são tão fortes como quando os homens se opõem a elas pela força pura, sem a palavra de Deus.[48]

Em uma carta ao eleitor Frederico (21 de abril de 1524), Lutero pedia tolerância para Münzer e outros de seus inimigos. "Não deveríeis impedi-los de falar. É preciso que haja seitas, e a Palavra de Deus tem de enfrentar a luta.... Deixemos em Suas mãos o combate e o choque livre dos espíritos." Em 1528, quando outros defendiam a pena de morte para os anabatistas, ele opinou que a menos que fossem culpados de sedição deviam ser apenas exilados.[49] Da mesma maneira, em 1530, recomendou que a pena de morte para a blasfêmia fosse suavizada para a pena do exílio. É verdade que mesmo nesses anos liberais ele falava como se desejasse que seus adeptos ou Deus afogassem ou de qualquer maneira eliminassem todos os "papistas"; mas isso era "oratória de combate", que não tinha intenção séria. Em janeiro de 1521, escreveu: "Não gostaria de que o Evangelho fosse defendido pela violência ou pelo crime"; e em junho desse ano censurou os estudantes de Erfurt por atacarem padres; entretanto, não se opôs a "assustá-los" um pouco para melhorar sua teologia.[50] Em maio de 1529, condenou os planos para a conversão forçada de paróquias católicas em protestantes. Até 1531 ensinava que "nós nem podemos nem devemos forçar qualquer pessoa à fé".[51]

Mas era difícil para um homem com o caráter vigoroso e positivo de Lutero defender a tolerância depois que sua posição ficara relativamente garantida. Um homem que tinha a certeza de ter a Palavra de Deus não podia tolerar a contradição. A transição para a intolerância foi mais fácil em relação aos judeus. Até 1537 Lutero achava que eles deviam ser perdoados por manter seu credo, "uma vez que nossos loucos, os papas, bispos, sofistas e monges, esses grosseiros estúpidos, lidaram com os judeus de tal maneira que qualquer cristão teria preferido ser judeu. De fato, se eu tivesse sido judeu, e visse uns idiotas e néscios assim interpretar o cristianismo, preferia tornar-me porco a tornar-me cristão.... Aconselharia e imploraria a todo o mundo que tratasse

bondosamente os judeus, e que os ensinassem segundo as Escrituras; num caso desses, poderíamos esperar que viessem até nós''.[52] Lutero deve ter compreendido que o protestantismo era sob certos aspectos uma volta ao judaísmo, em sua repulsa à vida monástica e ao celibato clerical, na importância que dava ao Velho Testamento, aos Profetas e aos Salmos, e na adoção (excetuando-se o próprio Lutero) de uma ética sexual mais severa do que a do catolicismo. Ficou decepcionado quando os judeus não tiveram um movimento correspondente para com o protestantismo; e sua hostilidade à cobrança de juros ajudou-o a virar-se contra os usurários judeus, depois contra os judeus em geral. Quando o eleitor João expulsou os judeus da Saxônia (1537), Lutero repeliu um apelo judeu pela sua intercessão. Em sua Conversa à Mesa uniu ''judeus e papistas'' como ''ímpios miseráveis... duas meias feitas com o mesmo pedaço de pano''.[53] Nos seus últimos anos entregou-se a uma fúria de anti-semitismo, denunciou os judeus como ''uma nação obstinada, incrédula, orgulhosa, má, abominável'', e pediu que suas escolas e sinagogas fossem arrasadas pelo fogo.

> E que todo aquele que puder, atire enxofre e piche sobre elas; se alguém puder atirar o fogo do inferno sobre elas, tanto melhor.... E isto deve ser feito em honra a Nosso Senhor e à cristandade, para que Deus possa ver que nós somos mesmo cristãos. Que suas casas também sejam arrasadas e destruídas.... Que seus livros de orações e Talmudes lhes sejam arrebatados, a sua Bíblia inteira também; que seus rabinos sejam proibidos, sob pena de morte, de ensinar daqui em diante. Que lhes sejam fechadas as ruas e as estradas. Que sejam proibidos de exercer a usura, e que todo o seu dinheiro, e todos os seus tesouros de prata e ouro lhes sejam arrebatados e postos em lugar seguro. E se tudo isto não for suficiente, que sejam escorraçados do país como cães danados.[54]

Lutero nunca devia ter envelhecido. Já em 1522 estava sendo mais papa do que os papas. ''Não admito'', escreveu, ''que minha doutrina possa ser julgada por quem quer que seja, nem mesmo pelos anjos. Aquele que não aceita minha doutrina não pode ser salvo.''[55] Por volta de 1529 traçava algumas distinções sutis:

> Ninguém deverá ser obrigado a professar a fé, mas ninguém deve ter permissão de injuriá-la. Que nossos adversários façam suas objeções e ouçam nossas respostas. Se forem convertidos com isso, muito bem; se não forem, que calem a boca e acreditem no que quiserem.... Para evitar aborrecimentos não deveríamos, se possível, tolerar ensinamentos em contrário no mesmo estado. Até os descrentes deviam ser obrigados a obedecer aos Dez Mandamentos, ir à igreja, e conformar-se exteriormente.[56]

Agora Lutero concordava com a Igreja Católica em que ''os cristãos exigem certeza, dogmas definidos e Palavra de Deus segura, em que possam confiar para viver e morrer por eles''.[57] Assim como a Igreja nos primeiros séculos do cristianismo, dividida e enfraquecida por uma crescente multiplicidade de seitas ferozes, sentira-se levada a definir seu credo e expulsar todos os dissidentes, assim também agora Lutero, desanimado pela variedade de seitas turbulentas que tinham brotado da semente do julgamento pessoal, ia passo a passo da tolerância para o dogmatismo. ''Agora todos os homens pretendem criticar o Evangelho'', queixava-se ele; ''quase todo tolo cego ou sofista tagarela precisa, realmente, ser doutor de divindade.''[58] Picado pelos sarcasmos dos católicos de que ele desatara uma anarquia dissolvente de credos e moral,

concluía, com a Igreja, que a ordem social exigia um ponto final ao debate, uma autoridade reconhecida para servir de "âncora da fé". Quem deveria ser essa autoridade? A Igreja respondia: a Igreja, pois somente um organismo vivo poderia ajustar-se, e às suas Escrituras, à transformação inevitável. Não, disse Lutero; a única e final autoridade deveria ser a própria Bíblia, uma vez que todos a consideram a Palavra de Deus.

No capítulo 13 do Deuteronômio, nesse livro infalível, encontrou uma ordem explícita, vinda da boca de Deus, de condenar os hereges à morte: "Nem o teu olhar se apiedará dele, nem tu o esconderás", mesmo que seja "teu irmão, ou teu filho, ou a mulher do teu coração... mas tu o matarás com certeza, tua mão será a primeira a dar-lhe a morte". Nessa ordem medonha a Igreja tinha agido aniquilando os albigenses do século XIII; essa imprecação divina tinha-se transformado em certificado de autoridade das fogueiras da Inquisição. Apesar da violência da linguagem de Lutero, nunca se igualou com a severidade da Igreja no tratamento dos dissidentes; mas continuou, dentro da área e dos limites de seu poder, a silenciá-la tão pacificamente quanto podia. Em 1525 pediu o auxílio dos regulamentos de censura existentes na Saxônia e no Brandemburgo para eliminar as "doutrinas perniciosas" dos anabatistas e dos zwinglianos.[59] Em 1530, em seu comentário do Salmo 82, aconselhou os governos a executar todos os hereges que pregassem a sedição ou fossem contra a propriedade privada, e "aqueles que ensinam contra manifesto artigo de fé... como os artigos que as crianças aprendem no credo, assim, por exemplo, como se alguém ensinasse que Cristo não era Deus e sim um simples homem".[60] Sebastian Franck achava que havia mais liberdade de palavra e de crença entre os turcos do que nos estados luteranos, e Leo Jud, o zwingliano, secundou Carlstadt ao chamar a Lutero outro papa. Deveremos observar, no entanto, que no fim da vida Lutero retrocedeu ao seu sentimento antigo para com a tolerância. Em seu último sermão aconselhava o abandono de todas as tentativas de destruir a heresia pela força; católicos e anabatistas deviam ser tolerados com paciência até o Juízo Final, quando Cristo se encarregará deles.[61]

Outros reformadores igualaram ou suplantaram Lutero na caça à heresia. Bucer de Estrasburgo insistia com as autoridades civis dos estados protestantes para que extirpassem todos os que professassem uma "falsa" religião; tais homens, dizia ele, são piores do que assassinos, até suas mulheres, filhos e gado deveriam ser destruídos.[62] O relativamente suave Melanchthon aceitou a presidência da inquisição secular que suprimiu os anabatistas da Alemanha com a prisão ou a morte. "Por que deveríamos apiedar-nos desses homens mais do que Deus se apieda?" perguntava ele, pois estava convencido de que Deus tinha destinado todos os anabatistas ao inferno.[63] Recomendava que a repulsa ao batismo infantil, ou ao pecado original, ou à Presença Real de Cristo na eucaristia fosse castigada como crime capital.[64] Insistia sobre a pena de morte para um sectário que achava que os gentios podiam salvar-se, ou para outro que duvidava de que a crença em Cristo como Redentor pudesse transformar um homem naturalmente pecador em homem justo.[65] Aplaudiu, como vamos ver, a execução de Servet. Pediu ao Estado que obrigasse todo o povo a assistir regularmente aos serviços religiosos protestantes.[66] Pedia a supressão de todos os livros que se opusessem ou embaraçassem o ensinamento de Lutero; assim as obras de Zwingli e seus adeptos foram postas formalmente no índex dos livros proibidos de Wittenberg.[67] Como Lutero ficara satisfeito com a expulsão dos católicos das regiões governadas por príncipes luteranos, Melanchthon era a favor dos castigos corporais. Ambos concordavam em que

o poder civil tinha o dever de promulgar e apoiar "a lei de Deus" — isto é, o luteranismo.[68] Entretanto, Lutero aconselhava a que onde existissem duas seitas em um estado a minoria deveria ceder à maioria, em um principado predominantemente católico os protestantes deveriam ceder e emigrar, em uma província em que prevalecessem os protestantes, os católicos deveriam recuar e partir; se resistissem, deveriam ser castigados com eficiência.[69]

As autoridades protestantes, seguindo os precedentes católicos, aceitaram o compromisso de manter a conformidade religiosa. Em Augsburg (18 de janeiro) o conselho da cidade lançou um decreto que proibia o culto católico, e bania, dentro de oito dias, todos os que não aceitassem a nova fé. Ao expirar o período de trégua o conselho enviou soldados para tomar posse de todas as igrejas e mosteiros, foram removidos os altares e estátuas, e os padres, monges e freiras foram banidos.[70] Franckfurt-sobre-o-Meno promulgou ordem semelhante, e a apreensão das propriedades de igrejas católicas, bem como a abolição dos serviços católicos, espalharam-se pelos estados controlados por protestantes.[71] A censura à imprensa, já estabelecida em áreas católicas, foi adotada pelos protestantes; assim o eleitor João da Saxônia, a pedido de Lutero e de Melanchthon, promulgou (1528) um edito que proibia a publicação, venda ou leitura da literatura zwingliana ou anabatista, ou pregar ou ensinar suas doutrinas, "e todo aquele que souber de que alguém esteja fazendo qualquer dessas coisas, seja estranho ou parente, deve informar os... magistrados do lugar, a fim de que o culpado possa ser apanhado a tempo e castigado.... Aqueles que souberem de tais desobediências às ordens... e não derem informações serão punidos com a perda da vida ou da propriedade".[72]

A excomunhão, como a censura, foi imitada dos católicos pelos protestantes. A Confissão de Augsburg de 1530 proclamava o direito da Igreja Luterana de excomungar qualquer membro que repelisse uma doutrina luterana fundamental.[73] Lutero explicou que "embora a excomunhão no papismo tenha sido e seja vergonhosamente aplicada, e se tornasse um simples tormento, assim mesmo não devemos tolerar que ela caia, e sim fazer dela uso devido, como Cristo ordenou".[74]

III. OS HUMANISTAS E A REFORMA

O dogmatismo intolerante dos reformadores, suas violências de linguagem, fragmentação e animosidades sectárias, sua destruição da arte religiosa, sua teologia predestinarista, sua indiferença pelo saber secular e insistência renovada sobre os demônios e o inferno, sua concentração sobre a salvação pessoal numa vida de além-túmulo — tudo isso contribuiu para afastar os humanistas da Reforma. O humanismo era um retrocesso pagão à cultura clássica, o protestanismo era um piedoso retorno ao sombrio Agostinho, ao princípio do cristianismo, mesmo ao judaísmo do Velho Testamento; recomeçava assim a longa contenda entre o helenismo e o hebraísmo. Os humanistas tinham percorrido um caminho considerável no campo católico; com Nicolau V e Leão X tinham tomado o papado; os papas não só os tinham tolerado mas também os protegeram, e os ajudaram a recuperar os tesouros perdidos da literatura e da arte clássicas — tudo tacitamente subentendido que suas obras seriam dedicadas, presumivelmente em latim, às classes cultas, e não transtornariam a ortodoxia do povo. Perturbados agora nessa combinação confortável, os humanistas acharam que a Europa teutônica dava menos importância a eles e a sua cultura aristocrática do que à linguagem reconfortadora da alma dos novos pregadores vernáculos sobre Deus e o

inferno e a salvação de cada um. Riam dos debates apaixonados de Lutero e Eck, Lutero e Carlstadt, Lutero e Zwingli como de lutas que eles julgavam mortas havia muito ou amavelmente esquecidas. Não tinham inclinação pela teologia, o Céu e o Inferno tinham-se tornado mitos para eles, menos reais do que a mitologia da Grécia e de Roma. O protestantismo, tal como o encaravam, era uma traição à Renascença, ia restaurar todo o sobrenatural, irracional e diabólico que obscurecera o espírito medieval; achavam que isso não era progresso e sim reação, era a sujeição renovada do espírito emancipado aos mitos primitivos da populaça. Irritavam-se contra o vitupério de Lutero contra a razão, sua exaltação de uma fé que era agora definida dogmaticamente pelos papas mirins ou potentados protestantes. E o que restava daquela dignidade humana que Pico della Mirandola descrevera com tanta nobreza, se tudo que acontecia na terra — cada heroísmo, cada sacrifício, cada progresso da decência e do valor humanos — era simplesmente a execução mecânica, por homens indefesos e sem significação, dos decretos prescientes e inevitáveis de Deus?

Humanistas que tinham criticado, mas nunca deixado a Igreja — Wimpheling, Beatus Rhenanus, Thomas Murner, Sebastian Brant — agora apressavam-se a confirmar sua lealdade. Muitos humanistas, que tinham aplaudido a rebelião inicial de Lutero como uma correção salutar de um abuso vergonhoso afastaram-se dele quando a teologia e a polêmica protestantes adquiriram forma. Willibald Pirkheimer, helenista e estadista, que apoiara tão abertamente Lutero ao ser ele excomungado no primeiro plano da bula *Exsurge Domine*, ficou escandalizado com a violência de linguagem de Lutero, e afastou-se da revolta. Em 1529, embora ainda criticando a Igreja, escreveu:

> Não nego que no princípio todos os atos de Lutero não parecessem inúteis, uma vez que nenhum homem bom poderia ficar satisfeito com todos os erros e imposturas que se acumularam gradativamente no cristianismo. Assim, juntamente com outros, esperei que se pudesse aplicar algum remédio a tão grandes males; mas fiquei cruelmente decepcionado. Pois, antes que os erros antigos fossem extirpados, surgiram outros muito mais intoleráveis, que comparados a eles tornavam os antigos brinquedo de criança.... As coisas chegaram a um ponto tal que os patifes papistas acabam parecendo virtuosos perto dos outros evangélicos.... Lutero, com sua língua desavergonhada e descontrolada, deve ter caído em insânia, ou estar inspirado pelo Espírito do Mal.[75]

Muciano concordava. Tinha saudado Lutero como a "estrela matutina de Wittenberg"; em breve estava lamentando que Lutero "tivesse toda a fúria de um maníaco".[76] Crotus Rubianus, que tinha aberto uma vereda para Lutero com as *Cartas dos Homens Obscuros*, voltou à Igreja em 1521. Reuchlin enviou a Lutero uma carta gentil, e impediu que Eck queimasse os livros de Lutero em Ingolstadt; mas repreendeu seu sobrinho Melanchthon por adotar a teologia luterana, e morreu nos braços da Igreja. Johannes Dobenek Cochlaeus, a princípio do lado de Lutero, voltou-se contra ele em 1522 e dirigiu-lhe uma carta de censura:

> Supõe que desejamos desculpar ou defender os pecados e males do clero? Deus nos livre! — haveríamos antes de ajudá-lo a extirpá-los, enquanto isso se puder fazer de maneira legítima.... Mas Cristo não ensina os métodos que você está executando tão injuriosamente com "Anticristo", "bordéis", "antros do Diabo", "latrinas", e outros termos ofensivos desconhecidos, sem falar em suas ameaças, de espada, derrame de sangue e assassínio. Oh Lutero, Cristo nunca lhe ensinou esse modo de atuar![77]

Os humanistas da Alemanha tinham talvez esquecido as indecências de seus predecessores italianos — Filelfo, Poggio e muitos mais — que tinham aberto um precedente para a pena insolente de Lutero. Mas o estilo de guerrear de Lutero era apenas a superfície de sua acusação. Observavam — como Lutero observava — uma deterioração da moral e dos costumes na Alemanha, e atribuíam-na à brecha na autoridade eclesiástica e ao desconto de "boas obras" de Lutero como merecimento para a salvação. Sentiam-se magoados com o menosprezo protestante pelo saber, com o nivelamento de Carlsdadt do sábio e do camponês, com o desprezo de Lutero pelo estudo e pela erudição. Erasmo expressou a opinião geral dos humanistas — e nisso Melanchthon concordava tristemente[78] — de que onde quer que fosse que o luteranismo triunfasse, as letras (isto é, a instrução e a literatura) declinavam.[79] Os protestantes retrucaram que isso era simplesmente porque o saber, para o humanista, significava principalmente o estudo dos clássicos e da história pagã. Durante uma geração os livros e os panfletos de polêmica religiosa absorveram de tal maneira o espírito e a imprensa da Alemanha e da Suíça que quase toda outra forma de literatura (com exceção da sátira) perdeu o público. Firmas editoras como a de Froben de Basiléia e a Atlansee de Viena encontravam tão poucos compradores para as obras eruditas lançadas com grandes despesas que chegaram quase à falência.[80] Os fanatismos rivais sufocaram a jovem Renascença Alemã, e a tendência do cristianismo renascentista para se reconciliar com o paganismo chegou ao fim.

Alguns humanistas, como Eoban Hess e Ulrich von Hutten, continuaram fiéis à Reforma. Hess vagueou de cargo em cargo, voltou a Erfurt para encontrar a universidade abandonada (1533), e morreu ensinando poesia em Marburg (1540). Hutten, depois da queda de Sickingen, fugiu para a Suíça, roubando para comer durante a viagem.[81] Desamparado e doente, procurou Erasmo em Basiléia (1522), embora tivesse taxado publicamente o humanista de covarde por não aderir aos reformadores.[82] Erasmo recusou-se a recebê-lo, alegando a impropriedade de sua estufa para aquecer os ossos de Hutten. O poeta compôs então *Uma Acusação* denunciando Erasmo como renegado poltrão; propôs suspender a publicação se Erasmo lhe pagasse; Erasmo resistiu, e insistiu com Hutten que seria mais sensato resolverem suas discórdias em paz. Mas Hutten tinha permitido que o manuscrito de seu libelo circulasse em segredo; chegou ao conhecimento de Erasmo, o que o levou a unir-se ao clero de Basiléia na insistência com o conselho da cidade pela expulsão do satírico. Hutten enviou a *Acusação* à tipografia e mudou-se para Mulhouse. Nessa cidade uma multidão se reuniu para lhe atacar o refúgio; fugiu novamente, e foi apanhado por Zwingli em Zurique (junho de 1523). "Contemplem", disse o reformador, nesse ponto mais humano do que o humanista, "contemplem este destruidor, o terrível Hutten, a quem vemos tão amigo do povo e das crianças! Esta boca, que atirou tempestades sobre o papa, respira apenas delicadeza e bondade".[83] Nesse ínterim, Erasmo respondeu à *Acusação* numa *Spongia Erasmi adversus aspergines Hutteni (A Esponja de Erasmo sobre as Aspersões de Hutten)* escrita às pressas; e escreveu ao conselho da cidade de Zurique protestando contra as "mentiras" que Hutten dissera dele, e recomendando o banimento do poeta.[84] Mas agora Hutten estava agonizante; a guerra de idéias e os estragos da sífilis tinham-no esgotado. Exalou o último suspiro (29 de agosto de 1523) em uma ilha do lago de Zurique, tendo 35 anos, e sem outras posses além da roupa e da pena.

IV. APÊNDICE DE ERASMO: 1517-36

A reação de Erasmo à Reforma proporciona um vivo debate entre os historiadores e filósofos. Qual era o melhor método para a humanidade — o ataque direto de Lutero à Igreja, ou a política de Erasmo de compromisso pacífico e reforma em partes? As respostas quase definem dois tipos de personalidade: guerreiros "cabeças-duras" de ação e vontade, acomodatícios "compassivos" dados ao sentimento e ao pensamento. Lutero era fundamentalmente homem de ação; seus pensamentos eram decisões, seus livros eram feitos. Seu pensamento era medieval no conteúdo, medieval no resultado; sua coragem e decisão, mais do que sua teologia, cooperaram com o nacionalismo para estabelecer a era moderna. Lutero falava em alemão vigorosamente masculino ao povo alemão, e sublevou uma nação para derrubar uma potência internacional; Erasmo escrevia em latim graciosamente feminino para um público internacional, uma elite cosmopolita de doutores universitários. Era sensível demais para ser homem de ação; louvava e pedia a paz enquanto Lutero amava e desejava a guerra. Era um mestre de moderação, condenando a intemperança e a extravagância. Fugia da ação para o pensamento, das certezas temerárias para a dúvida prudente. Sabia demais para ver a verdade ou o erro só em um lado; via os dois lados, tentava reuni-los, e ficava esmagado entre os dois.

Aplaudia as Teses de Lutero. Em março de 1518, enviou exemplares delas a Colet e More, e escreveu a Colet: "A Cúria Romana pôs de lado completamente a vergonha. Que é mais impudente do que essas indulgências?"[85] Em outubro escreveu a outro amigo:

> Ouvi dizer que Lutero é aprovado por todos os homens bons; mas dizem que suas obras são desiguais. Acho que estas Teses agradarão a todos, exceto algumas a respeito do purgatório, que aqueles que vivem delas não quererão seguir.... Percebo que a monarquia do sumo pontífice romano (como é agora aquela sé) é a praga da cristandade, embora seja louvada cegamente por padres sem-vergonhas. Ainda assim quase não sei se será oportuno tocar nesta ferida aberta, pois isso é dever dos príncipes; mas eu temo que eles conspirem com o pontífice para ter parte nos despojos.[86]

Erasmo vivia agora a maior parte do tempo em Louvain. Contribuiu para a fundação do *Collegium Trilingue*, com cadeiras de latim, grego e hebraico. Em 1519 Carlos V deu-lhe uma pensão. Erasmo impôs como condição para aceitar que conservaria independência de corpo e espírito; mas se era humano, essa pensão, acrescentada às que recebia do arcebispo Warham e do lorde Mountjoy, deve ter desempenhado algum papel na composição de sua atitude para com a Reforma.

Quando a revolta de Lutero passou da crítica às indulgências, à repulsa ao papado e aos concílios, Erasmo hesitou. Tinha esperado que a reforma da Igreja se pudesse promover apelando para a boa vontade do papa humanista. Ainda reverenciava a Igreja como (assim lhe parecia) um alicerce insubstituível da ordem social e da moral individual; e embora acreditasse que a teologia ortodoxa estava crivada de tolices, não tinha confiança na sabedoria do julgamento particular ou popular para desenvolver um ritual ou credo mais benéfico; o progresso da razão só poderia vir através do filtro da ilustração dos poucos instruídos para os muitos competidores. Admitia sua participação no preparo do caminho de Lutero; o *Elogio da Loucura* estava a essa altura circu-

lando aos milhares através da Europa, assestando escárnio nos monges e teólogos e apurando as tiradas grosseiras de Lutero. Quando os monges e teólogos o acusaram de pôr o ovo que Lutero tinha chocado, ele respondeu irritado: "É verdade, mas o ovo que eu pus era uma galinha, ao passo que Lutero chocou um galo de briga".[87] O próprio Lutero tinha lido o *Elogio da Loucura*, e quase tudo mais publicado por Erasmo, e disse aos amigos que estava simplesmente dando uma forma mais direta ao que o célebre humanista dissera ou sugerira muitos anos antes. A 18 de março de 1519 escreveu a Erasmo com humildade e respeito, solicitando-lhe amizade e, por implicação, apoio.

Erasmo teve então de tomar uma das decisões cruciantes de sua vida, e qualquer das pontas do dilema parecia fatal. Se repelisse Lutero seria chamado de covarde. Se se associasse a Lutero para repelir a Igreja Romana não perderia apenas três pensões e a proteção que Leão X lhe dera contra os teólogos obscurantistas; teria de abandonar seu plano e estratégia de reforma da Igreja pelo aprimoramento dos espíritos e da moral em homens influentes. Já obtivera (assim julgava) um progresso real nesta linha, com o Papa, o arcebispo Warham, o bispo Fisher, o deão Colet, Thomas More, Francisco I, Carlos V. Naturalmente, esses homens nunca consentiriam em repelir a Igreja; fugiriam de romper uma instituição que em seu ponto de vista estava aliada inextricavelmente ao governo principesco na manutenção da estabilidade social; mas poderiam comprometer-se numa campanha para reduzir as superstições e horrores do culto predominante, para expurgar e educar o clero, para controlar e dominar os monges, e para proteger a liberdade intelectual para o progresso do espírito. Trocar esse programa por uma divisão violenta da cristandade em metades inimigas, e por uma teologia de predestinação e da inutilidade das boas obras, haveria de parecer a esses homens, e parecia a Erasmo, o caminho para a loucura.

Esperava que ainda se poderia restabelecer a paz se todos os partidos baixassem as vozes. Em fevereiro de 1519, aconselhou Froben a não editar mais obras de Lutero, por serem inflamatórias demais.[88] Em abril escreveu ao eleitor Frederico animando-o a proteger Lutero por ser mais incompreendido do que pecador.[89] Finalmente (30 de maio) respondeu a Lutero:

> Caro irmão em Cristo, sua epístola, que mostra a agudeza de sua mente e respira espírito cristão, me foi muito agradável. Não posso dizer-lhe que agitação seus livros estão despertando aqui. Não se pode de modo algum dissipar a desconfiança destes homens de que suas obras são escritas com meu auxílio, e que eu sou, como eles dizem, o porta-voz de seu partido.... Já lhes provei que o senhor me é inteiramente desconhecido, que não li seus livros e nem aprovo nem reprovo suas obras, mas que *eles* deveriam lê-las antes de falar tão alto. Sugeri também que os assuntos sobre os quais o senhor escreveu não são próprios para se declamarem do alto do púlpito, e que como se admitiu que seu caráter era sem mancha, a denúncia e a maldição não eram exatamente oportunas. Foi inútil; continuam; continuam mais indignados do que nunca.... Eu mesmo sou o alvo principal da animosidade. Os bispos em geral estão do meu lado....
>
> Quanto ao senhor, tem bons amigos na Inglaterra, mesmo entre as maiores pessoas de lá. Tem amigos aqui também — eu principalmente. Quanto a mim, meu assunto é a literatura. Limito-me a ela tanto quanto posso, e me mantenho longe de outras questões; mas de modo geral acho que a cortesia para com os adversários é mais eficaz do que a violência.... Talvez fosse mais prudente de sua parte denunciar esses que adulteram a autoridade do papa do que censurar o próprio papa. As-

sim também com os reis e príncipes. As instituições antigas não podem ser desenraizadas num momento. A discussão tranqüila pode fazer mais do que a condenação em bloco. Evite toda a aparência de sedição. Mantenha-se frio. Não se enfureça. Não odeie ninguém. Não fique entusiasmado com o barulho que fez. Estive examinando o seu *Comentário dos Salmos*, e fiquei muito satisfeito com ele.... Cristo lhe deu Seu espírito, para Sua própria glória e para o bem do mundo.[90]

Apesar desta ambivalência prudente, os teólogos de Louvain continuaram a atacar Erasmo como nascente da torrente luterana. A 8 de outubro de 1520 Aleander chegou, mandou afixar a bula papal que excomungava Lutero, e tachou Erasmo de fomentador secreto da revolta. Os eruditos aceitaram a chefia de Aleander, e expulsaram Erasmo da faculdade de Louvain (9 de outubro de 1520). Ele se mudou para Colônia, e lá, como já vimos, defendeu Lutero em uma conferência com Frederico da Saxônia (5 de novembro). A 5 de dezembro enviou ao eleitor uma declaração conhecida por *Axiomata Erasmi*, com o fim de demonstrar que o pedido de Lutero para ser julgado por juízes imparciais era razoável; que eram homens bons e amantes do Evangelho aqueles que menos se indignaram com Lutero; que o mundo estava sequioso de verdade evangélica (isto é, verdade baseada unicamente no Evangelho); e que uma tendência assim, tão amplamente difundida, não podia ser reprimida.[91] Com o dominicano Johann Faber compôs um memorial para Carlos V, recomendando que Carlos, Henrique VIII e Luís II da Hungria indicassem um tribunal imparcial para julgar o caso de Lutero. Numa carta ao cardeal Campeggio (6 de dezembro) pedia justiça para Lutero:

Compreendi que quanto melhor era um homem, menos inimigo de Lutero se mostrava.... Apenas algumas pessoas vociferavam contra ele, apreensivas pelos seus próprios bolsos... Ninguém lhe respondeu ainda ou lhe apontou os erros.... Como, enquanto há pessoas que se dizem bispos... cujo feitio moral é abominável, pode estar certo perseguir-se um homem de uma vida impecável, em cujas obras pessoas distintas e ilustres encontraram tanto para admirar? O motivo foi simplesmente destruí-lo e a seus livros para tirá-lo do espírito e da memória, e isso só se poderá fazer quando se provar que ele está errado...

Se queremos a verdade, todo homem devia ter a liberdade de dizer o que pensa sem temor. Se os advogados de um lado forem recompensados com mitras, e os advogados do outro com a corda ou a fogueira, a verdade não será ouvida... Nada podia ter sido mais pérfido ou insensato do que a bula do Papa. Não foi digna de Leão X, e aqueles que foram enviados para publicá-la só pioraram as coisas. Entretanto, é perigoso para os príncipes seculares opor-se ao papado, e eu não pretendo ser mais corajoso do que os príncipes, principalmente quando nada posso fazer. A corrupção da corte romana talvez exija reforma intensa e imediata, mas eu e aqueles como eu não somos solicitados a tomar uma tarefa como essa sobre os ombros. Preferia ver as coisas ficarem como estão a ver uma revolução que pode levar a não se sabe onde... Pode ficar certo de que Erasmo tem sido, e será sempre, um súdito fiel da Sé romana. Mas eu acho, e muitos acharão comigo, que haveria uma probabilidade melhor de arranjo se houvesse menos ferocidade, se a direção fosse posta entre as mãos de homens de peso e saber, se o Papa seguisse sua própria disposição e não se deixasse influenciar por outros.[92]

Lutero tornava cada vez mais difícil para Erasmo interceder por ele, uma vez que de mês para mês a violência de sua linguagem aumentava, até que, em julho de 1520, convidou seus leitores a lavar as mãos no sangue dos bispos e dos cardeais. Quando

chegou a notícia de que Lutero tinha queimado em público a bula de excomunhão de Leão, Erasmo confessou-se escandalizado. A 15 de janeiro de 1521, o Papa enviou-lhe uma carta em que exprimia prazer pela sua lealdade; ao mesmo tempo Leão enviava instruções a Aleander para tratar o humanista com todas as deferências. Como se aproximava a Dieta de Worms, um príncipe alemão pediu a Erasmo que fosse em auxílio de Lutero, mas ele respondeu que era tarde demais. Lamentava a recusa de Lutero em se submeter; tal submissão, achava ele, teria apressado o movimento de reforma; agora, temia a guerra civil. Em fevereiro de 1521 escreveu a um amigo:

> Todos confessavam que a Igreja sofria sob a tirania de certos homens, e muitos estavam cogitando de remediar esse estado de coisas. Agora este homem se ergue para tratar do assunto de tal maneira... que ninguém ousa defender nem sequer o que ele disse bem. Há seis meses aconselhei-o a acautelar-se contra o ódio. *O Cativeiro da Babilônia* afastou muitas pessoas dele, e diariamente publica mais coisas atrozes.[93]

Lutero já abandonara a esperança do apoio de Erasmo, e colocou-o de lado como um pacifista covarde que "julga que se pode executar tudo com civilidade e benevolência".[94] Ao mesmo tempo, e a despeito das instruções de Leão, Aleander e os teólogos de Louvain continuaram atacando Erasmo como luterano disfarçado. Aborrecido, mudou-se para Basiléia (15 de novembro de 1521), onde esperava esquecer a jovem Reforma na velha Renascença. Basiléia era a cidadela do humanismo suíço. Ali trabalhava Beatus Rhenanus, que editou Tácito e Plínio, o Moço, descobriu Velleius Paterculus, e dirigiu a publicação do Novo Testamento de Erasmo. Ali estavam impressores e editores que eram também eruditos, como Hans Amerbach e aquele santo entre os editores, Johann Froben (ius), que se extenuou sobre suas prensas e textos, e (disse Erasmo) "deixou à família mais honra do que fortuna".[95] Ali viveu Dürer durante anos; ali Holbein fez retratos assombrosos de Froben e Bonifacius Amerbach — que reuniu a coleção de arte que está agora no Museu da Basiléia. Sete anos antes, em uma visita anterior, Erasmo descrevera o círculo com exagero afetuoso:

> Pareço estar vivendo em algum santuário encantador das Musas, onde uma multidão de eruditos... aparece com toda a naturalidade. Ninguém ignora o latim nem o grego; a maioria conhece o hebraico. Esta se destaca pelo estudo da história, aquela outra é profundamente versada em teologia, uma é perita em matemática, outra é estudiosa da antigüidade, outra é sábia em leis. Positivamente até agora nunca tive a boa sorte de viver em uma sociedade tão aprimorada... Que sinceridade impera entre todos, que alegria, que concórdia![96]

Morando com Froben, Erasmo funcionava como conselheiro literário, escrevia prefácios, publicava os Padres da Igreja. Holbein fez retratos célebres dele em Basiléia (1523-24). Um ainda está lá; outro foi enviado ao arcebispo Warham, e está atualmente na coleção do conde de Radnor; o terceiro, no Louvre, é a obra-prima de Holbein. De pé, diante de uma mesa, escrevendo, envolto em um pesado casaco forrado de pele, com um gorro que lhe chega até o meio de cada orelha, o maior dos humanistas trai em sua velhice prematura (estava agora com 57 anos), tributo cobrado por uma saúde combalida, uma vida peripatética de controvérsias, e a solidão bem como os sofrimentos espirituais provocados pela tentativa de ser justo para com os dois lados nos conflitos dogmáticos de seu tempo. Fiapos desordenados de cabelo branco esca-

pam do gorro. Lábios severos e finos; traços requintados, mas fortes; nariz agudo e esquadrinhador; pálpebras pesadas quase fechadas sobre olhos cansados; aqui, em um dos maiores de todos os retratos, está a Renascença golpeada mortalmente pela Reforma.

A 1º de dezembro de 1522, o novo papa, Adriano VI, escreveu a Erasmo em termos que sugeriam a influência extraordinária que lhe creditavam os dois lados:

> Está em vós, com a ajuda de Deus, recuperar aqueles que foram seduzidos por Lutero para fora do caminho reto, e deter aqueles que ainda resistem.... Não preciso dizer-vos com que alegria receberei de volta esses hereges sem precisar esmagá-los com a roda da lei imperial. Sabeis como estão longe de minha natureza esses métodos grosseiros. Ainda sou como me conhecestes quando éramos estudantes juntos. Vinde procurar-me em Roma. Encontrareis aqui os livros de que precisais. Tereis a mim e a outros homens eruditos para consultar; e se fizerdes o que vos peço não tereis motivo de arrependimento.[97]

Após uma troca preliminar de cartas em que prometiam segredo um ao outro, Erasmo abriu o coração ao Papa:

> Vossa Santidade pede meus conselhos e quer ver-me Iria a seu encontro com prazer se minha saúde o permitisse.... Quanto a escrever contra Lutero, não possuo saber suficiente. Vossa Santidade acha que minhas palavras terão autoridade. Infelizmente, minha popularidade, aquela que tive, transformou-se em ódio. Uma vez fui Príncipe das Letras, Astro da Alemanha... Sumo Sacerdote do Saber, Campeão de uma Teologia Mais Pura. Agora a nota está modificada. Um partido diz que eu concordo com Lutero porque não me oponho a ele; o outro me condena porque eu me oponho a ele.... Em Roma e no Brabante, chamam-me herege, heresiarca, cismático. Discordo completamente de Lutero. Citam isso e aquilo para mostrar que somos iguais. Poderia encontrar 100 passagens em que São Paulo parece ensinar as doutrinas que eles condenam em Lutero....
>
> Aqueles que aconselham medidas suaves são seus melhores conselheiros. Os monges — chamam-se a si mesmos Atlas de uma Igreja vacilante — afastam aqueles que deviam ser seus sustentáculos.... Alguns acham que não há outro remédio além da força. Essa não é a minha opinião... haveria terrível derramamento de sangue. O problema não é o que a heresia merece, e sim como lidar com ela de maneira sábia.... Por mim, diria que se descobrissem as raízes do mal. Eliminar essas para começar. Não punir ninguém. Que aquilo que aconteceu seja encarado como um castigo enviado pela Providência, e que se conceda uma anistia geral. Se Deus me perdoa os pecados, Seu vigário poderá perdoar. Os magistrados poderão evitar a violência revolucionária. Se possível, deveria haver um freio às imprensas. Depois, que o mundo saiba e veja que Vossa Santidade pretende sinceramente reformar os abusos contra os quais se tem bradado com justiça. Se Vossa Santidade deseja saber quais são as raízes a que me refiro, envie pessoas em quem possa confiar a todas as partes da cristandade. Que elas consultem os homens mais sábios que puderem encontrar nos diversos países; e em breve saberá.[98]

O pobre Adriano, cujas boas intenções ultrapassavam seus poderes, morreu do coração em 1523. Seu sucessor, Clemente VII, continuou a insistir com Erasmo para aderir aos que lutavam contra Lutero. Quando por fim o sábio cedeu, não foi com um ataque pessoal a Lutero, nenhuma acusação geral à Reforma, e sim com um estudo objetivo e cortês do livre arbítrio (*De libero arbitrio*, 1524). Admitia que não podia penetrar o mistério da liberdade moral, nem reconciliá-la com a onisciência e onipo-

tência divinas. Mas nenhum humanista poderia aceitar as doutrinas da predestinação e do determinismo sem sacrificar a dignidade e o valor do homem ou da vida humana: aqui estava outra divisão entre a Reforma e a Renascença. Para Erasmo parecia evidente que um Deus que punia pecados que Suas criaturas, feitas por Ele, não podiam evitar cometer, era um monstro imoral indigno de adoração ou louvor; e atribuir uma conduta assim ao "Pai no céu" de Cristo seria a blasfêmia mais horrível. Segundo o parecer de Lutero o pior criminoso seria um mártir inocente, destinado a pecar por um ato de Deus, e portanto condenado pela vingança divina ao sofrimento eterno. Como poderia um crente da predestinação fazer qualquer esforço criador, ou esforçar-se por melhorar a condição da humanidade? Erasmo confessava que a escolha moral de um indivíduo é estorvada por mil circunstâncias sobre as quais ele não tem controle; no entanto, a consciência do homem insiste em afirmar tal medida de liberdade, sem a qual ele seria um autômato sem significação. De qualquer maneira, concluía Erasmo, vamos admitir nossa ignorância, nossa incapacidade para conciliar a liberdade moral com a presciência divina ou com a causalidade onipresente; adiemos a solução para o Juízo Final; mas no intervalo evitemos qualquer hipótese que faça do homem um boneco, e de Deus um tirano mais cruel do que qualquer outro da história.

Clemente VII enviou 200 florins ($5,000?) a Erasmo ao receber esse tratado. Muitos católicos ficaram decepcionados com o tom conciliatório e filósofico do livro; tinham esperado uma exaltante declaração de guerra. Melanchthon, que tinha demonstrado opiniões a favor da predestinação em seu *Loci communes*, ficou favoravelmente impressionado com o estudo de Erasmo, e omitiu a doutrina em edições posteriores;[99] também ele ainda esperava a paz. Mas Lutero, numa réplica atrasada intitulada *De servo arbitrio* (1525), defendeu incondicionalmente a predestinação:

> A vontade humana é como uma besta de carga. Se Deus a montar, ela caminhará como Deus quiser; se Satanás a montar, caminhará como Satanás quiser. Nem pode escolher o cavaleiro.... Os cavaleiros brigam pela sua posse ... Deus prevê, preordena e executa todas as coisas por uma vontade imutável, eterna e eficaz. Por este raio o livre-arbítrio cai em pedaços no pó.[100]

É próprio do feitio do século XVI que Lutero rejeitasse o livre-arbítrio, não como alguns dos pensadores do século XVIII haveriam de fazer, porque ele fosse contra um reino universal de lei e de causalidade, tão pouco como muitos no século XIX fariam, porque hereditariedade, ambiente e circunstância pareciam determinar, como outra trindade, os desejos que parecem determinar a vontade. Lutero rejeitava o livre-arbítrio baseado na idéia de que a onipotência de Deus torna-O a causa verdadeira de todos os acontecimentos e de todas as ações, e que conseqüentemente é Ele, e não nossa virtude ou nossos pecados, Quem decide de nossa salvação ou condenação. Lutero enfrenta resolutamente a amargura de sua lógica:

> O senso comum e a razão natural sentem-se grandemente ofendidos em que Deus por Sua simples vontade desampare, sobrecarregue e condene, como se ele se deleitasse com o pecado e com esses tormentos eternos, Ele de Quem se diz ser de tanta misericórdia e bondade. Tal conceito de Deus parece mau, cruel e intolerável, e contra ele se revoltaram muitos homens em todos os tempos. Eu mesmo uma vez me senti magoado até o mais profundo abismo do desespero, de tal maneira que desejei nunca ter sido criado. Não adianta tentar fugir a isso por meio de distinções engenhosas. A razão natural, por mais ofendida que esteja, deve admitir

> as conseqüências da onisciência e da onipotência de Deus.... Se é difícil acreditar na misericórdia e na bondade de Deus quando condena aqueles que não O merecem, devemos lembrar-nos de que se a justiça de Deus se pudesse considerar justa pelo entendimento humano, não seria divina.[101]

Também típica do tempo foi a grande venda que este tratado *Sobre o Arbítrio Servo* teve nas sete edições latinas e nas duas vernáculas que foram necessárias no espaço de um ano. Com o tempo este se revelou o maior livro de pesquisa da teologia protestante; aqui Calvino encontrou a doutrina da predestinação, eleição e reprovação que transmitiu para a França, Holanda, Escócia, Inglaterra e os Estados Unidos. Erasmo respondeu a Lutero em dois tratados menores, *Hyperaspistes* (*O Defensor*) I e II (1526-27), mas a opinião contemporânea concedeu ao Reformador o melhor da discussão.

Mesmo nesse ponto continuou Erasmo a esforçar-se pela paz. Recomendava a seus correspondentes a tolerância e a cortesia. Achava que a Igreja deveria permitir o casamento clerical e a comunhão dos dois modos; que devia ceder algumas de suas imensas propriedades às autoridades e aos usos laicos; e que questões tão discordantes como a predestinação, o livre-arbítrio e a Presença Verdadeira deviam ser deixadas indefinidas, abertas às interpretações diferentes.[102] Aconselhou o duque Jorge da Saxônia a tratar com humanidade os adventistas; "não é justo punir pelo fogo qualquer erro, seja ele qual for, a menos que se acrescente a ele a sedição ou outro crime parecido que as leis punem com a morte".[103] Isto foi em 1524; no entanto, em 1533, levado pela amizade ou pela senilidade, defendeu a prisão dos hereges por Thomas More.[104] Na Espanha, onde alguns humanistas se tinham tornado erasmianos, os monges da Inquisição iniciaram uma pesquisa sistemática das obras de Erasmo, com intenção de fazer condená-lo como herege (1527). Não obstante, ele prosseguiu em sua crítica à imoralidade monacal e ao dogmatismo teológico como provocadores principais da Reforma. Em 1528 repetiu a acusação de que "muitos conventos, tanto de homens como de mulheres, são bordéis públicos", e "em muitos mosteiros a última virtude a se encontrar é a castidade".[105] Em 1532 condenou os monges como mendigos importunos, sedutores de mulheres, perseguidores de hereges, caçadores de legados, falsificadores de testemunhos.[106] Era completamente pela reforma da Igreja ao mesmo tempo que acusava a Reforma. Não podia decidir-se a abandonar a Igreja, ou a vê-la partida ao meio. "Suportarei a Igreja até o dia em que vir uma outra melhor."[107]

Erasmo ficou aterrorizado ao saber do saque de Roma pelas tropas protestantes e católicas a serviço do imperador (1527); tinha esperado que Carlos animasse Clemente a entrar em acordo com Lutero; agora papa e imperador estavam a ferro e fogo. Foi um choque mais patente o que teve quando, em um tumulto religioso, os reformadores de Basiléia destruíram as imagens das igrejas (1529). Apenas um ano antes, ele mesmo tinha denunciado a veneração das imagens: "O povo devia aprender que elas não passam de sinais; seria melhor que não houvesse nenhuma, e que a oração fosse dirigida somente a Cristo. Mas em todas as coisas deve haver moderação":[108] nesse ponto, era essa precisamente a posição de Lutero. Mas o aplaudido e insensato despojamento das igrejas parecia-lhe uma reação antiliberal e bárbara. Saiu de Basiléia e mudou-se para Freiburg-im-Breisgau no território da Áustria católica. As autoridades da cidade receberam-no com honras, e como residência deram-lhe o palácio de Maximiliano I, não terminado. Quando a pensão imperial passou a chegar com grande irregularidade os Fugger deram-lhe os fundos de que necessitava. Mas os monges e

teólogos de Freiburg atacaram-no como cético secreto, e como causa verdadeira da tormenta na Alemanha. Em 1535 regressou a Basiléia. Uma delegação de professores da universidade adiantou-se para recebê-lo, e Jerome Froben, filho de Johann, deu-lhe aposentos em sua casa.

Tinha agora 69 anos, era magro, com as feições repuxadas pela idade. Sofria de úlceras, diarréia, pancreatite, gota, cálculos e resfriados freqüentes. Notem-se as mãos inchadas no desenho de Dürer. No seu último ano ficou confinado aos aposentos, muitas vezes de cama. Atormentado pelas dores, e ouvindo quase diariamente novos ataques que lhe eram feitos por protestantes e católicos, perdeu o bom humor habitual que o fizera caro aos amigos, e tornou-se amargurado. Entretanto, quase diariamente lhe chegavam cartas de saudações de reis, prelados, estadistas, sábios ou financistas, e sua residência era uma meta de peregrinação literária. A 6 de junho de 1536 foi acometido de disenteria aguda. Percebeu que estava à morte, mas não pediu padre nem confessor, e extinguiu-se (12 de junho) sem os sacramentos da Igreja, invocando muitas vezes os nomes de Maria e de Cristo. Basiléia proporcionou-lhe um funeral principesco e um túmulo na catedral. Os humanistas, os impressores e o bispo da cidade reuniram-se para erigir sobre seus despojos uma pedra, em que celebravam sua "incomparável erudição em todos os ramos do saber". O testamento não deixou legados para fins religiosos, mas destinava quantias para o tratamento dos doentes ou dos velhos, para dotar as moças pobres, e para a educação de jovens de futuro.

Sua posição perante a posteridade flutuou com o prestígio da Renascença. Quase todos os partidos, na febre da revolução religiosa, chamaram-no de vira-casaca e covarde. Os reformadores acusaram-no de os ter levado até a margem, tê-los inspirado ao salto, e depois ter permanecido em seu lugar. No Concílio de Trento foi tachado de herege ímpio, e suas obras foram proibidas para os leitores católicos. Já em 1758 Horace Walpole chamava-o de "parasita pedinte, que tinha talento suficiente para descobrir a verdade, e insuficiente coragem para professá-la".[109] No fim do século XIX, quando a fumaça da batalha se desvaneceu, um historiador protestante erudito e sensato lamentou que a concepção erasmiana de reforma, "concepção de sábio... fosse em breve detida e posta de lado por métodos mais grosseiros e mais drásticos. Entretanto, pode-se perguntar se, afinal de contas, o método lento não será com a experiência o mais seguro, e se qualquer outro agente do progresso humano pode ser permanentemente substituto da cultura. A Reforma do século XVI foi obra de Lutero; mas se alguma nova Reforma estiver... em caminho, só poderá basear-se nos princípios de Erasmo".[110] E um historiador católico acrescenta uma observação quase racionalista: "Erasmo pertencia, intelectualmente, a uma era posterior, mais científica e mais racional. A obra que ele tinha iniciado, e que foi interrompida pelos tumultos da Reforma, foi retomada em um tempo mais aceitável pelos eruditos do século XVII".[111] Lutero tinha de acontecer; mas quando sua obra ficou pronta e a paixão arrefeceu, os homens haveriam de novamente tentar apreender o espírito de Erasmo e da Renascença e renovar, com paciência e tolerância mútua, o longo e lento trabalho do iluminismo.

CAPÍTULO XX

As Fés em Guerra

1525-60

I. O AVANÇO PROTESTANTE: 1525-30

QUE combinação de forças e circunstâncias habilitou o protestantismo nascente a sobreviver à hostilidade tanto do papado como do Império? A piedade mística, os estudos bíblicos, a reforma religiosa, o desenvolvimento intelectual, a audácia de Lutero não eram suficientes; poderiam ter sido desviados ou dominados. Provavelmente, os fatores econômicos foram decisivos: o desejo de conservar a riqueza alemã na Alemanha, de libertar a Alemanha do domínio papal ou italiano, de passar a propriedade eclesiástica para os usos seculares, de repelir as instrusões imperiais na autoridade territorial, judicial e financeira dos príncipes, cidades e estados alemães. Acrescentem-se certas condições políticas que *permitiram* o êxito protestante. O Império Otomano, depois de conquistar Constantinopla e o Egito, ia-se expandindo perigosamente nos Bálcãs e na África, absorvendo metade da Hungria, sitiando Viena, e ameaçando fechar o Mediterrâneo ao comércio cristão; Carlos V e o arquiduque Fernando exigiam uma Alemanha e uma Áustria unidas — dinheiro e homens tanto protestantes como católicos — para resistir a esta avalancha muçulmana. O imperador estava geralmente entregue aos assuntos da Espanha, da Flandres, ou da Itália, ou em conflito de morte com Francisco I da França; não tinha tempo nem dinheiro para uma guerra civil na Alemanha. Concordava com seu protegido Erasmo em que a Igreja precisava terrivelmente de reforma; estava intermitentemente em disputa com Clemente VII e Paulo III, mesmo a ponto de permitir que seu exército saqueasse Roma; somente quando imperador e Papa se fizeram amigos é que puderam combater eficazmente a revolução religiosa.

Mas por volta de 1527 a "heresia" luterana já se tornara ortodoxia em metade da Alemanha. As cidades achavam o protestantismo lucrativo; "não se importam nem um pouco com a religião", lamentava Melanchthon; "anseiam apenas por ter o domínio nas mãos, ficar livres do poder dos bispos";[1] por uma ligeira alteração na túnica teológica fugiam dos impostos e tribunais episcopais, e podiam apropriar-se de agradáveis parcelas de propriedade eclesiástica.[2] Entretanto, o desejo honesto de uma religião mais simples e mais sincera parece ter animado muitos cidadãos. Em Magdeburgo os membros da paróquia de Saint Ulrich se reuniram no presbitério e escolheram oito homens que deveriam escolher o pregador e dirigir os negócios da igreja (1524) em breve todas as igrejas da cidade estavam ministrando a Ceia do Senhor à maneira luterana. Augsburg era tão fervorosamente protestante que quando Campeggio chegou ali como legado papal a populaça apelidou-o de Anticristo (1524). A

maior parte de Estrasburgo aceitou a nova teologia de Wolfgang Fabricius Capito (1523), e Martinho Bucer, que o sucedeu ali, também converteu Ulm. Em Nuremberg, grandes chefes de negócios como Lazarus Spengler e Hieronymus Baumgärtner conquistaram o conselho da cidade para o credo luterano (1526); a Sebalduskirche e a Lorenzkirche transformaram seu ritual, embora mantivessem sua arte católica. Em Brunswick as obras de Lutero foram amplamente difundidas; seus hinos eram cantados em público; sua versão do Novo Testamento foi estudada com tanta seriedade que quando um padre a citava com erro era corrigido pela congregação; finalmente, o Conselho da cidade ordenou a todos os clérigos que pregassem apenas o que pudesse ser encontrado nas Escrituras, batizassem em alemão e ministrassem o sacramento sob as duas espécies (1528). Por volta de 1530 a nova fé tinha conquistado Hamburgo, Bremen, Rostock, Lübeck, Stralsund, Dantzig, Dorpat, Riga, Reval e quase todas as cidades imperiais da Suábia. Irromperam tumultos iconoclastas em Augsburg, Hamburgo, Brunswick, Stralsund. É provável que parte dessa violência fosse uma reação contra o uso eclesiástico de estátuas e pinturas para inculcar lendas ridículas e lucrativas.

Os príncipes que adotavam de bom grado o direito romano — que tornava o governante secular onipotente como delegado do "povo soberano" — viam no protestantismo uma religião que não só exaltava o Estado como lhe obedecia; agora poderiam ser senhores tanto espirituais como temporais, e toda a riqueza da Igreja poderia ser deles para administrar ou usufruir. João, o Constante, que sucedeu a Frederico, o Sábio, como eleitor da Saxônia (1525), aceitou definitivamente a fé luterana, o que Frederico nunca fizera; e quando João morreu em 1532 seu filho, João Frederico, manteve a Saxônia Eleitora firmemente protestante. Filipe, o Magnânimo, landgrave de Hesse, formou com João a Liga de Gotha e Torgau (1526) para proteger e expandir o luteranismo. Outros príncipes aderiram: Ernesto de Lüneburg, Otto e Francisco de Brunswick-Lüneburg, Henrique de Mecklenburg, Ulrich de Württemberg. Alberto da Prússia, Grão-Mestre dos Cavaleiros Teutônicos, seguindo o conselho de Lutero, abandonou os votos monásticos, casou-se, secularizou as terras de sua ordem e fez-se duque da Prússia (1525). Lutero viu-se, aparentemente pela simples força de sua personalidade e de sua eloqüência, vencedor de metade da Alemanha.

Uma vez que agora muitos monges e freiras iam deixando o convento, e o público parecia pouco desejoso de sustentar os restantes, os príncipes luteranos suprimiram todos os mosteiros de seu território com exceção de alguns cujos ocupantes tinham abraçado a fé protestante. Os príncipes concordaram em repartir as propriedades e rendimentos confiscados com os nobres, as cidades e algumas universidades, mas este compromisso foi mantido com muita frouxidão. Lutero invectivou contra a aplicação da riqueza eclesiástica em qualquer fim que não fosse religioso ou educacional, e condenou a captura precipitada de edifícios e terras eclesiásticos pela nobreza. Uma parte modesta do espólio foi cedida para atender a escolas e aos pobres; os príncipes e os nobres ficaram com o restante. "Acobertados pelo Evangelho", escreveu Melanchthon em 1530, "os príncipes estavam apenas atentos ao saque das igrejas."[3]

Para o bem ou para o mal, para fins espirituais ou materiais, a grande transformação ia progredindo. Províncias inteiras — Friesland Oriental, Silésia, Schleswig, Holstein — passaram-se quase unanimente para o protestantismo; nada poderia mostrar melhor como se tornara moribundo o catolicismo nesses pontos. Nas regiões em que

subsistiam padres, continuavam eles a manter concubinas,[4] e clamavam pela permissão de se casar legalmente como estava fazendo o clero luterano.[5] O arquiduque Fernando declarou ao Papa que o desejo de casamento era quase universal entre o clero secular católico, que em 100 pastores pouco mais de um não era aberta ou secretamente casado; e os príncipes católicos fizeram ver ao papado que a abolição do celibato tornara-se uma necessidade moral.[6] Um católico leal queixava-se (1524) de que os bispos, com a revolução à sua porta, prosseguiam em seus festins luculianos;[7] e um historiador católico, falando de Albrecht, arcebispo de Mogúncia, descreve "os apartamentos luxuosamente mobiliados que esse ímpio príncipe da Igreja usava para o comércio secreto com sua amante".[8] "Todos", diz o mesmo historiador, "tinham-se tornado tão hostis aos padres que estes eram escarnecidos e importunados em qualquer parte aonde fossem."[9] "Por toda a parte o povo", escreveu Erasmo (31 de janeiro de 1530), "é pelas novas doutrinas."[10] Entretanto, isso era verdade apenas na Alemanha setentrional; e mesmo lá o duque Jorge da Saxônia e o eleitor Joachim de Brandemburgo eram decididamente católicos. A Alemanha meridional e ocidental — que fizera parte do antigo Império Romano, e recebera alguma cultura latina — permanecia na maior parte leal à Igreja; o Sul *gemütlich* preferia os métodos alegremente coloridos e sexualmente suaves do catolicismo ao estoicismo predestinado do Norte. Os poderosos arcebispos-eleitores de Mogúncia, de Trier e (até 1543) de Colônia, mantiveram essas regiões predominantemente católicas; e o Papa Adriano VI salvou a Baviera concedendo a seus duques, para usos seculares, um quinto da renda eclesiástica do Estado. Concessão semelhante de rendimentos da Igreja aplacou Fernando na Áustria.

A Hungria entrou com força no drama. A ascensão prematura de Luís II ao trono com a idade de 10 anos (1516), e sua morte prematura, foram elementos determinantes da tragédia húngara. Até seu nascimento foi prematuro; os médicos de seu tempo apenas salvaram o frágil recém-nascido fechando-o nas carcaças quentes de animais mortos para lhe darem calor. Luís cresceu e tornou-se um belo rapaz, bondoso e generoso porém dado à extravagância e a festas com recursos minguados em uma corte corrupta e incompetente. Quando o sultão Solimão enviou um embaixador a Buda, os nobres recusaram-se a recebê-lo, arrastaram-no por todo o país, cortaram-lhe o nariz e as orelhas e o devolveram a seu senhor.[11] O sultão enfurecido invadiu a Hungria, e apoderou-se de dois de seus baluartes mais vitais — Szabadka e Belgrado (1521). Após muitas delongas, e entre a traição ou a covardia dos nobres, Luís formou um exército de 25.000 homens, e marchou com heroísmo alucinado ao encontro de 100.000 turcos em um campo perto de Mohács (30 de agosto de 1526). Os húngaros foram quase todos mortos, e o próprio Luís foi arrastado a uma fuga cheia de percalços. Solimão entrou triunfalmente em Buda; seu exército saqueou e incendiou a bela capital, destruiu todos os edifícios mais importantes com exceção do palácio real, e incendiou a maior parte da valiosa biblioteca de Matias Corvino. A hoste vitoriosa espalhou-se pela metade oriental da Hungria, incendiando e saqueando, e Solimão levou 100.000 cativos cristãos para Constantinopla.

Os nobres sobreviventes dividiram-se em facções hostis. Um grupo, considerando impossível a resistência, escolheu João Zápolya para rei, e autorizou-o a assinar uma paz humilhante; Solimão permitiu-lhe reinar em Buda como seu vassalo, mas a metade oriental da Hungria permaneceu efetivamente sob o domínio turco até 1686. Outra facção uniu-se aos nobres da Boêmia para dar a coroa da Hungria e da Boêmia a

Fernando, na esperança de garantir o auxílio do Império Romano e da poderosa família Habsburgo. Quando Solimão voltou ao ataque (1529), percorrendo 218 quilômetros de Buda ao longo do Danúbio até às portas de Viena, Fernando defendeu com êxito sua capital. Mas durante esses anos críticos Carlos V fora obrigado a agradar os protestantes para que toda a Europa não caísse nas mãos do Islã. O avanço turco para o Ocidente protegeu tão evidentemente o protestantismo que Filipe de Hesse rejubilou-se com as vitórias turcas. Quando Solimão, derrotado em Viena, voltou para Constantinopla, católicos e protestantes ficaram livres para reiniciar sua luta pela alma da Alemanha.

II. AS DIETAS DISCORDAM: 1526-41

Assim como a liberdade interna varia (do mesmo modo que as outras coisas) com a segurança externa, o protestantismo, durante seu período seguro, caiu na fragmentação sectária inerente aos princípios de julgamento privado e à supremacia da consciência. Já em 1525 Lutero escrevia: "Há hoje em dia quase tantas seitas e credos quantas são as cabeças".[12] Melanchthon continuava penosamente ocupado em moderar seu mestre e a procurar fórmulas ambíguas para reconciliar as certezas contraditórias. Os católicos apontavam jubilosos para as facções protestantes que se recriminavam mutuamente, e previam que a liberdade de interpretação e de credo levaria à anarquia religiosa, à desintegração moral, bem como a um ceticismo abominável tanto para os protestantes como para os católicos.[13] Em 1525 três artistas foram banidos da Nuremberg protestante por discutirem a autoria divina da Bíblia, a Presença Verdadeira na eucaristia e a divindade de Cristo.

Enquanto Solimão preparava a campanha que dividiu a Hungria ao meio, uma Dieta de príncipes, prelados e burgueses alemães reuniu-se em Speyer (junho de 1526) para estudar os pedidos dos católicos para que o Edito de Worms fosse imposto, e a contraproposta dos protestantes de que a religião ficasse livre até que um concílio geral sob os auspícios alemães decidisse as discussões. Os protestantes venceram, e o decreto final dessa Dieta determinava que — dependendo de tal concílio — cada Estado alemão, em religião, "viveria, governaria e procederia como julgasse poder responder a Deus e ao imperador"; que ninguém seria castigado por ofensas passadas contra o Edito de Worms; e que a Palavra de Deus seria pregada por todos os partidos, sem interferência de um no outro. Os protestantes interpretaram este "Intervalo de Speyer" como uma sanção ao estabelecimento de igrejas luteranas, à autonomia religiosa de cada príncipe territorial, e à proibição da missa nas áreas luteranas. Os católicos repeliram tais afirmações, mas o imperador, em luta com o Papa, aceitou-as provisoriamente; e Fernando em breve se viu ocupado demais com os assuntos da Hungria para opor qualquer resistência eficaz. (*Intervalo* [de Speyer] é a tradução errônea mas aceita de *Abschied*, que, como a tradução melhor, *decisão*, significava uma eliminação — um decreto final para dirigir o procedimento entre o adiamento e a reabertura de uma conferência.)

Tendo concluído a paz com Clemente, Carlos voltou ao conservantismo natural de um rei, e ordenou à Dieta de Speyer que voltasse a reunir-se a 1º de fevereiro de 1529. Sob a influência do arquiduque que presidia e do imperador ausente, a nova assembléia rejeitou o "Intervalo" de 1526, e promulgou um decreto que permitia os serviços luteranos — mas exigia a tolerância dos serviços católicos — nos estados lute-

ranos, e proibia inteiramente o sermão ou o ritual luterano nos estados católicos, impunha o Edito de Worms, e punha fora da lei as seitas zwinglianas e anabatistas por toda a parte. A 25 de abril de 1529, a minoria luterana publicou um "Protesto" que declarava que a consciência lhes proibia a aceitação desse decreto; apelava para o imperador por um concílio geral; no intervalo aderiria ao Intervalo de Speyer original a qualquer preço. O termo *Protestante* foi aplicado pelos católicos aos signatários deste Protesto, e foi gradativamente entrando em uso para designar os alemães revoltados contra Roma.

Como ainda precisasse da unidade alemã contra os turcos, Carlos convocou outra Dieta, que se reuniu em Augsburg (20 de junho de 1530) sob sua presidência. Durante esta conferência ele se hospedou em casa de Anton Fugger, agora chefe da firma que o fizera imperador. Segundo uma história antiga, o banqueiro agradou ao governante acendendo uma fogueira com um certificado imperial de dívida.[14] Como os Fugger estavam aliados financeiramente aos papas, o gesto pode ter levado Carlos a um passo mais perto do papado. Lutero não compareceu, pois ainda estava sob o decreto de banimento imperial, e poderia ser preso a qualquer momento; mas foi a Coburg, na fronteira saxônica, e manteve contato, através de mensageiros, com a delegação protestante. Comparou a assembléia a uma congregação de gralhas que tagarelavam e manobravam diante de suas janelas, e lamentou que "cada bispo levasse tantos demônios" ou votantes à Dieta "quantas são as pulgas que se encontram em um cão no dia de São João".[15] Parece que foi nessa época que ele compôs o maior de seus hinos — "*Ein feste Burg ist unser Gott*" — "Uma fortaleza é o nosso Deus".

A 24 de junho o cardeal Campeggio pediu à Dieta a completa supressão das seitas protestantes. No dia 25 o cristão Bayer leu para o imperador e parte da assembléia a célebre *Confissão de Augsburg*, que Melanchthon tinha preparado, e que, com algumas modificações, viria a tornar-se o credo oficial das igrejas luteranas. Em parte porque temesse uma guerra das forças imperiais e papais combinadas contra os protestantes divididos, em parte porque era por temperamento inclinado ao acordo e à paz, Melanchthon deu à declaração (conta um sábio católico) "um tom digno, moderado e pacífico",[16] e se esforçou por diminuir as diferenças entre as opiniões católicas e luteranas. Estendeu-se sobre as heresias que os evangélicos (era como os luteranos se chamavam a si mesmos por se apoiarem unicamente nos Evangelhos ou Novo Testamento) e os católicos romanos condenavam igualmente; separou os luteranos da reforma zwingliana, e deixou esta última sem amparo. Suavizou as doutrinas da predestinação, a "consubstanciação" e a justificação pela fé; falou com moderação nos abusos eclesiásticos que o protestantismo tinha derrotado; defendeu com delicadeza a administração do sacramento sob ambas as formas, a abolição dos votos monacais, o casamento do clero; e apelou para o cardeal Campeggio para que aceitasse essa Confissão com o espírito conciliatório com que fora composta. Lutero lamentou algumas concessões, mas deu ao documento sua aprovação indispensável. Zwingli enviou sua *Ratio fidei* ao imperador, atestando abertamente sua descrença na Presença Verdadeira. Estrasburgo, Constança, Lindau e Memmingen apresentaram uma Confissão em separado, a *Tetrapolitana*, na qual Capito e Bucer lutavam por cobrir os abismos entre os credos luterano, zwingliano e católico.

A facção extrema dos católicos, dirigida por Eck, replicou com uma Refutação tão intransigente que a assembléia se recusou a submetê-la ao imperador enquanto não foi duas vezes abrandada. Após essa revisão, insistia na transubstanciação, nos sete

sacramentos, na invocação dos santos, no celibato clerical, na comunhão somente de pão e na missa em latim. Carlos aprovou esta Refutação, e declarou que os protestantes deviam aceitá-la ou enfrentar a guerra. Um partido mais moderado dos católicos entrou em entendimento com Melanchthon, e ofereceu permitir a comunhão de pão e vinho. Melanchthon, em retribuição, concordou em reconhecer a confissão auricular, o jejum, a jurisdição episcopal, e até, com algumas emendas, a autoridade dos papas. Mas outros chefes protestantes recusaram-se a ir tão longe; Lutero protestou que a restauração da jurisdição episcopal submeteria os novos ministros à hierarquia romana, e em breve liquidaria a Reforma. Vendo que o acordo era impossível, diversos príncipes protestantes partiram para suas casas.

A 19 de novembro a Dieta diminuída lançou sua Decisão ou decreto final. Todas as fases do protestantismo foram condenadas; o Edito de Worms seria imposto; a Câmara Imperial de Justiça (*Reichskammergericht*) iniciaria ações legais contra todos os que se apropriaram de propriedades eclesiásticas; os protestantes teriam até 15 de abril de 1531 para aceitar a Refutação de maneira pacífica. A assinatura de Carlos fez deste "Intervalo de Augsburg" um decreto imperial. Para o imperador deve ter parecido o máximo da sensatez dar seis meses aos rebeldes para se ajustarem à vontade da Dieta. Dentro desse período oferecia-lhes a imunidade do Edito de Worms. Daí em diante, se os outros deveres o permitissem, teria de submeter as teologias rivais ao supremo tribunal da guerra.

Enquanto a Dieta ainda estava reunida, vários estados formaram uma Liga Católica para a defesa e restauração da fé tradicional. Interpretando isto como um gesto de guerra, os príncipes e as cidades protestantes organizaram (março de 1531) a Liga de Schmalkalden, que tirou o nome de seu lugar de origem, perto de Erfurt. Quando se esgotou o período de trégua, Fernando, agora "Rei dos Romanos", propôs a Carlos principiarem a guerra. Mas Carlos ainda não estava pronto. Solimão planejava outro ataque a Viena; o confederado de Solimão, Barba-Roxa, estava atacando o comércio cristão no Mediterrâneo; e o aliado de Solimão, Francisco de França, estava esperando para investir contra Milão no momento em que Carlos se envolvesse em uma guerra civil alemã. Em abril de 1531, em vez de impor o decreto de Augsburg, suspendeu-o, e pediu o auxílio protestante contra os turcos. Lutero e os príncipes corresponderam com lealdade; luteranos e católicos assinaram a Paz de Nuremberg (23 de julho de 1532), prometendo auxílio combinado a Fernando, e mútua tolerância religiosa até que fosse convocado um concílio geral. Reuniu-se um exército tão numerosos de alemães protestantes e católicos, de católicos espanhóis e italianos, sob a bandeira do imperador, em Viena, que Solimão considerou desfavoráveis os presságios e voltou para Constantinopla, enquanto o exército cristão, embriagado pela vitória sem sangue, saqueou cidades e casas cristãs, "espalhando um desastre maior", disse a testemunha Thomas Cranmer, da Inglaterra, "do que os próprios turcos".[17]

O patriotismo dos protestantes deu a seu movimento dignidade e ímpeto novos. Quando Aleander, novamente emissário papal, ofereceu aos chefes luteranos uma audiência em um concílio geral, se prometessem submissão às decisões finais do Concílio, eles rejeitaram a proposta. Um ano mais tarde (1534) Filipe de Hesse, sem dar importância à condenação de Lutero a qualquer política ofensiva, aceitou o auxílio francês para a restauração do protestante duque Ulrich ao poder em Württemberg. O governo de Fernando nessa cidade estava terminado; as igrejas foram saquea-

das, os mosteiros foram fechados, e suas propriedades apreendidas pelo Estado.[18] Mais uma vez as circunstâncias favoreciam os protestantes: Fernando estava absorto no oriente, Carlos no ocidente; e os anabatistas nabalistas estavam aparentemente consolidando uma revolução comunista em Münster; os radicais de Jürgen Wullenwever capturaram Lübeck (1535); os príncipes católicos precisavam agora do auxílio luterano contra a revolta interna assim como contra os otomanos. Ainda mais, a Escandinávia e a Inglaterra tinham a essa altura repelido Roma, e a católica França procurava a aliança da Alemanha luterana contra Carlos V.

Exaltada por esta força crescente, a Liga de Schmalkalden votou pela formação de um exército de 12.000 homens. Quando o novo papa, Paulo III, perguntou em que termos a Liga aceitaria um concílio geral, esta respondeu que só reconheceria um concílio realizado independentemente do papa, composto dos chefes da Alemanha tanto seculares como eclesiásticos, e que receberia os protestantes não como hereges e sim como participantes iguais.[19] Repudiava a Câmara Imperial de Justiça, e notificou o vice-chanceler do imperador de que não admitiria o direito dos católicos de deter propriedade da Igreja, ou de prosseguir sua guerra, nos territórios de príncipes protestantes.[20] Os estados católicos renovaram sua Liga, e pediram a Carlos completo reforço dos poderes dados à *Reichskammergericht*. Ele respondeu com palavras corteses, mas o temor de Francisco I às suas costas manteve-o à distância.

A onda protestante continuava a crescer. Diz um historiador católico:

> A 9 de setembro de 1538, Aleander escreveu de Linz ao papa que a situação religiosa da Alemanha era quase ruinosa; a adoração divina e a ministração dos sacramentos tinham cessado em grande parte; os príncipes seculares, com exceção de Fernando I, eram, ou completamente luteranos, ou cheios de ódio dos padres, e ávidos das propriedades eclesiásticas. Os prelados viviam com a mesma extravagância de antes.... As ordens religiosas tinham decaído aos punhados; o clero secular não era muito mais numeroso, e tão imoral e ignorante que os poucos católicos o evitavam.[21]

Quando morreu Jorge, duque católico da Saxônia Albertina, foi sucedido por seu irmão Henrique, luterano; Henrique por sua vez foi sucedido por Maurício, que viria a ser o salvador militar do protestantismo na Alemanha. Em 1539 Joachim II, eleitor do Brandemburgo, estabeleceu em sua capital, Berlim, uma Igreja Protestante altivamente independente tanto de Roma como de Wittenberg. Em 1542 o ducado de Cleves, a diocese de Naumburg, e mesmo a sé de Halle, de Albrecht, reuniram-se ao rol dos protestantes pelas misturas oportunas da política e da guerra; e em 1543 o conde Hermann von Wied, arcebispo-eleitor de Colônia, escandalizou Roma ao converter-se ao luteranismo. Os chefes luteranos estavam tão confiantes que, em janeiro de 1540, Lutero, Melanchthon e outros publicaram uma declaração afiançando que a paz só poderia ser conseguida mediante a renúncia, do imperador e do clero católicos a sua "idolatria e erro", e por sua adoção da "doutrina pura" da Confissão de Augsburg. E o documento dizia: "Mesmo que o papa nos concedesse nossas doutrinas e cerimônias, ainda seríamos obrigados a tratá-lo como perseguidor e proscrito, uma vez que em outros reinos não renunciaria a seus erros". "Tudo depende do Papa", disse Lutero, "bem como de seu deus, o demônio."[22]

Carlos quase concordou, pois em abril de 1540, arrebatou a iniciativa religiosa ao papa, e convidou os chefes católicos e protestantes da Alemanha a se encontrarem em

"colóquio cristão" para procurar novamente uma solução pacífica de suas diferenças. "A menos que o papa intervenha com decisão", escreveu um núncio papal, "toda a Alemanha será presa do protestantismo." Numa conferência preliminar em Worms um longo debate entre Eck e Melanchthon resultou em uma tentativa de aceitação pelos católicos, anteriormente intransigentes, dos princípios suaves formulados na Confissão de Augsburg.[23] Encorajado, Carlos convocou os dois grupos em Ratisbona (Regensburg). Nesta cidade, sob sua liderança (5 de abril a 22 de maio de 1541), chegaram ao ponto mais próximo de um acordo. Paulo III estava disposto à paz, e seu principal delegado, o cardeal Gasparo Contarini, era homem de boa vontade e de elevado caráter moral. O imperador, atormentado por ameaças da França e pedidos de Fernando de auxílio contra os turcos que voltavam, estava tão aflito por um acordo que muitos chefes católicos suspeitaram de inclinações protestantes. A conferência concordou em permitir o casamento do clero e a comunhão de ambas as formas, mas nenhum malabarista prestidigitador conseguiu encontrar uma fórmula que ao mesmo tempo afirmasse e negasse a supremacia religiosa dos papas. e a transubstanciação na eucaristia; e Contarini não achou graça em uma questão protestante sobre se um rato que mordesse uma hóstia consagrada estaria comendo pão ou Deus.[24] A conferência falhou, mas Carlos, tendo pressa de ir para a guerra, deu uma garantia provisória aos protestantes de que não haveria ações contra eles por manterem a Confissão de Augsburg, ou por deterem bens confiscados da Igreja.

Durante esses anos de controvérsia e crescimento, a nova fé criara uma nova Igreja. Por sugestão de Lutero recebeu o nome de Evangélica. Tinha a princípio defendido uma democracia eclesiástica, na qual cada congregação escolheria seu próprio ministro e determinaria seu próprio ritual e credo; mas sua crescente dependência dos príncipes levaram-no a ceder estas prerrogativas a comissões apontadas pelo Estado e responsáveis perante ele. Em 1525 o eleitor João da Saxônia ordenou a todas as igrejas de seu ducado que adotassem um serviço evangélico como o formulado por Melanchthon com a aprovação de Lutero; os padres que se recusaram a obedecer perderam seus benefícios, e os leigos obstinados, depois de um período de trégua, foram exilados.[25] Outros príncipes luteranos tiveram procedimento semelhante. Como guia doutrinário para as novas igrejas, Lutero compôs um *Kleiner Katechismus* de cinco páginas (1529), que consistia nos Dez Mandamentos, no Credo dos Apóstolos, e em interpretações curtas de cada artigo. Teria sido considerado inteiramente ortodoxo nos quatro primeiros séculos do cristianismo.

Os novos ministros eram de modo geral homens de boa moral, entendidos nas Escrituras, indiferentes à erudição humanística e dedicados às tarefas de seus pastoratos. O domingo era observado como o sabá; aqui Lutero aceitava antes a tradição do que a Bíblia. O "Serviço Divino" conservava grande parte do ritual católico — altar, cruz, velas, paramentos e partes da missa em alemão; mas o sermão tinha um papel maior, e não havia orações à Virgem ou aos santos. As pinturas e as estátuas religiosas foram retiradas. A arquitetura eclesiástica foi transformada para levar os fiéis mais para perto do pregador; daí tornarem-se as galerias uma característica regular das igrejas protestantes. A inovação mais agradável foi a participação ativa da congregação na música da cerimônia. Até os que eram desafinados tinham vontade de cantar, e agora todas as vozes podiam ouvir-se a si mesmas no anonimato protetor da multidão. Lutero tornou-se poeta da noite para o dia, e escreveu hinos didáticos, polêmicos e inspiradores de força rude e masculina típica de seu caráter. Os fiéis não cantavam apenas es-

ses e outros hinos protestantes; eram convocados durante a semana para ensaiá-los; e muitas famílias cantavam-nos em casa. Um jesuíta apreensivo admitiu que "os hinos de Lutero matavam (convertiam) mais almas do que seus sermões".[26] A música protestante da Reforma elevou-se até rivalizar com a pintura católica da Renascença.

III. O LEÃO DE WITTENBERG: 1536-46

Lutero não tomou parte direta nas conferências pacíficas desses seus últimos anos; mais do que os teólogos, eram agora os príncipes os verdadeiros chefes protestantes, pois os termos tratavam muito mais da propriedade e do poder do que do dogma e do ritual. Lutero não fora feito para negociações e estava ficando velho demais para lutar com outras armas que não fosse a pena. Um enviado papal descreveu-o em 1535 ainda vigoroso e alegre ("a primeira pergunta que ele me fez foi se eu tinha ouvido a história, corrente na Itália, de que ele era um alemão bêbado");[27] mas seu corpo, que ia engordando, abrigava várias doenças — má digestão, insônia, tonturas, cólicas, cálculos nos rins, abscessos nos ouvidos, úlceras, gota, reumatismo, ciática e palpitações do coração. Ingeria bebidas alcoólicas para amortecer as dores e dormir; experimentava os remédios que os médicos lhe receitavam; e tentava orações impacientes; as doenças progrediam. Em 1537 pensou morrer de cálculo, e lançou um ultimato à Divindade: "Se esta dor continua ficarei louco e deixarei de reconhecer Tua bondade".[28] A irritação de seu gênio era em parte uma expressão do sofrimento. Os amigos cada vez mais o evitavam, pois "quase nenhum de nós", disse um amigo entristecido, "pode fugir à sua zanga e ao seu escárnio público"; e o paciente Melanchthon corcoveava sob as humilhações freqüentes de seu ídolo grosseiro. Quanto a "Oecolampádius, Calvino... e outros hereges", disse Lutero, "têm corações endiabrados e corruptos e bocas mentirosas".[29]

Tentou com afinco ser razoável em seu tratado *Sobre os Concílios e as Igrejas* (1539). Comparou as diversas promessas e adiamentos papais de um concílio geral ao tormento de um animal faminto oferecendo-lhe e retirando o alimento. Com grande sabedoria passou em revista a história dos concílios, e observou que vários concílios eclesiásticos tinham sido convocados e presididos por imperadores — sugestão para Carlos. Duvidava de que qualquer concílio convocado por um papa reformasse a Cúria. Antes de sancionar o comparecimento de protestantes a um concílio da Igreja "precisamos primeiro condenar o bispo de Roma como tirano, e queimar todas as suas bulas e decretos".[30]

Suas opiniões políticas, nos últimos anos de vida, sugerem que o silêncio é três vezes de ouro depois dos 60 anos de idade. Sempre fora conservador politicamente, mesmo quando parecia encorajar a revolução social. Sua revolta religiosa era mais contra a prática do que contra a teoria; condenava o alto custo das indulgências, e mais tarde o domínio papal, mas aceitou até o fim da vida as doutrinas mais difíceis do cristianismo ortodoxo — a Trindade, a Concepção da Virgem, a Redenção, a Presença Verdadeira, o inferno — e tornou algumas dessas mais indigestas do que antes. Desprezava o povo comum, e teria corrigido o célebre erro de Lincoln sobre esse fruto da indiferença. *Herr Omnes* — Sr.ª Multidão — precisa de um governo forte, "para que o mundo não fique selvagem, a paz desapareça, e o comércio... seja destruído.... Ninguém precisa pensar que o mundo pode ser governado sem sangue.... O mundo não pode ser governado com um rosário".[31] Mas quando o governo de

rosários perdesse a força, o governo pela espada tinha de tomar seu lugar. Assim, Lutero teve de transferir para o Estado a maior parte da autoridade que tinha pertencido à Igreja; portanto, defendia o direito divino dos reis. "A mão que empunha a espada secular não é uma mão humana, e sim a mão de Deus. É Deus, e não o homem, Quem enforca, e despedaça na roda, e decapita e chicoteia; é Deus quem arma a guerra."[32] Nesta exaltação do Estado, agora única fonte de ordem, estão as sementes das filosofias absolutistas de Hobbes e Hegel, e uma presciência da Alemanha imperial. Em Lutero, Henrique IV levou Hildebrando a Canossa.

À medida que envelhecia, Lutero tornava-se mais conservador do que os príncipes. Aprovou a exigência do trabalho forçado e os pesados direitos feudais do camponês; e quando um barão tinha comichões de consciência Lutero tranqüilizava-o afirmando que se tais encargos não fossem impostos aos plebeus, eles se tornariam insuportáveis.[33] Citava o Velho Testamento dizendo que ele justificava a escravidão. "Os carneiros, o gado, os criados e as criadas eram todos bens vendáveis se assim aprouvesse a seus senhores. Seria bom se ainda fosse assim. De outro modo homem algum poderá obrigar ou domar a gente servil."[34] Todo o homem deveria permanecer fielmente na tarefa e no plano da vida que Deus lhe destinar. "Servir a Deus é para todos permanecer em sua vocação e classe, por mais mesquinha e simples que seja." Esta concepção da vocação tornou-se a coluna do conservantismo nas terras protestantes.

Um príncipe que tinha sido um protetor leal da causa protestante criou para Lutero um problema espinhoso em 1539. Filipe de Hesse era ao mesmo tempo guerreiro, amoroso e consciencioso. Sua mulher, Cristina de Sabóia, era um dissabor fiel e fértil; Filipe hesitava em divorciar-se de uma pessoa tão merecedora, mas desejava ardentemente Margarida de Saale, a quem conhecera quando convalescia de sífilis.[35] Depois de cometer adultério durante algum tempo, resolveu que estava em estado de pecado, e devia abster-se da Ceia do Senhor. Como isto se revelou inconveniente, sugeriu a Lutero que a nova religião, que tanto devia ao Velho Testamento, deveria, tal como ele, permitir a bigamia — para a qual, entretanto, o castigo legal em uso era a morte. Afinal de contas, não seria isto mais decente do que a sucessão de amantes de Francisco I, e mais humano do que as execuções de Henrique VIII? Filipe estava tão ansioso pela solução bíblica que ameaçou desertar para o campo imperial, até para o papal, se os teólogos de Wittenberg não conseguissem enxergar a luz das Escrituras. Lutero estava pronto; de fato, em *O Cativeiro da Babilônia* tinha preferido a bigamia ao divórcio; tinha recomendado a bigamia como a melhor solução para Henrique VIII;[36] e muitos teólogos do século XVI encaravam o assunto com mentalidade aberta."[37] Melanchthon estava relutante; finalmente concordou com Lutero em que deveriam dar o consentimento, mas que seria escondido do público. Cristina também consentiu, com a condição de que Filipe "deveria cumprir seus deveres conjugais para com ela mais do que até ali".[38] A 4 de março de 1540, Filipe casou-se, formalmente, porém em segredo, com Margarida como esposa suplementar, na presença de Melanchthon e Bucer. O landgrave agradecido enviou a Lutero uma carroça de vinho como *pourboire*.[39] Quando a notícia do casamento principiou a transpirar, Lutero negou que tivesse dado consentimento; "o Sim secreto", escreveu ele, "deve permanecer por amor da Igreja de Cristo um Não público".[40] Melanchthon caiu gravemente doente, talvez de remorso e vergonha, e recusou-se a comer até que Lutero ameaçou excomungá-lo.[41] "Melanchthon", escreveu Lutero, "está terrivelmente mortificado a

respeito deste escândalo, mas eu sou um saxão rude e um camponês grosseiro; minha pele já está bastante grossa para suportar essas coisas".[42] Entretanto, muitos evangélicos ficaram escandalizados. Os católicos divertiram-se e riram, sem saber que o próprio Papa Clemente VII tinha pensado em permitir a bigamia a Henrique VIII.[43] Fernando da Áustria anunciou que embora tivesse certa inclinação para a nova fé, agora detestava-a. Carlos V, como preço para não perseguir Filipe, extorquiu-lhe uma promessa de apoio em todas as futuras divisões políticas.

O gênio de Lutero ia ficando como lava quente à medida que se aproximava do túmulo. Em 1545 atacou os "sacramentistas" zwinglianos com tal violência que Melanchthon lamentou a brecha que se alargara entre os protestantes do Sul e os do Norte. Convidado pelo eleitor João a retomar novamente o caso contra a participação em um concílio dirigido pelo papa, Lutero enviou uma invectiva *Contra o Papado em Roma Fundado pelo Demônio* (1545), na qual sua inclinação para o vitupério superou-se a si mesma. Todos os seus amigos ficaram chocados, exceto o pintor Lucas Cranach, que ilustrou o livro com gravuras em madeira, de sátira desenfreada. Uma mostrava o papa cavalgando um porco e abençoando um monte de esterco; outra acorrentava-o, e a três cardeais, a um pelourinho; e o frontispício mostrava o pontífice no trono rodeado de diabos e coroado por um balde de varredor de ruas. A palavra *diabo* salpicava o texto; o papa era "o padre mais diabólico", "este hermafrodita romano" e "papa sodomita"; os cardeais eram "filhos do diabo irremediavelmente perdidos... asnos ignorantes.... A gente gostaria de amaldiçoá-los tanto, que o trovão e o raio os esmagassem, o fogo do inferno os queimasse, a peste, a sífilis, a epilepsia, o escorbuto, a lepra, os tumores e todas as doenças os atacassem".[44] Repudiava mais uma vez a idéia de que o Sacro Império Romano era um presente dos papas; pelo contrário, pensava ele, chegara a hora de o Império absorver os Estados Papais.

> Acorram, agora, imperador, rei, príncipes, senhores, e todo aquele que quiser acorrer convosco; Deus não ajuda os preguiçosos. E, antes de tudo, arranquem ao papa Roma, a Romagna, Urbino, Bologna e tudo o que ele possui como papa, pois que foi obtido com mentiras e estratagemas; com blasfêmias e com idolatria vergonhosamente tudo furtou e roubou ao Império e calcou aos pés, e portanto enviou almas sem conta à sua recompensa no fogo eterno do inferno... Portanto, deveria ele, o papa, seus cardeais, e toda a canalha de sua santidade idólatra e papal, serem agarrados e, como blasfemos, terem as línguas arrancadas pela nuca e pregadas na forca com pregos.[45]

Talvez seu espírito tivesse começado a declinar quando escreveu este toque de clarim para a violência. O envenenamento gradativo dos órgãos internos pelo tempo, pelos alimentos e pela bebida deve ter alcançado e afetado o cérebro. Em seus últimos anos Lutero adquiriu uma obesidade incômoda, com as bochechas e o queixo cheios de dobras. Tinha sido um vulcão de energia, um Leviatã incansável, que dizia *Rast Ich, so rost Ich* — "Se paro, enferrujo".[46] Mas agora o cansaço o dominava; descreveu-se a si mesmo (17 de janeiro de 1546) "velho, decrépito, indolente, cansado, frio, com apenas um olho em bom estado".[47] "Estou cansado do mundo, e ele está cansado de mim", escreveu;[48] e quando a eleitora-mãe da Saxônia desejou-lhe mais 40 anos de vida, respondeu: "Senhora, a viver 40 anos mais, eu preferia desistir de minha oportunidade no paraíso".[49] "Peço ao Senhor que venha sem demora levar-me daqui. Que Ele venha, antes de tudo, com o Seu Juízo Final; esticarei o

pescoço, o raio me ferirá, e eu descansarei''.[50] No fim continuou a ter visões do diabo; e vez por outra, dúvidas sobre sua missão. ''O demônio me ataca dizendo que da minha boca saíram grandes danos e muito mal; e com isto ele muitas vezes me deixa veementemente perplexo''.[51] Às vezes desesperava do futuro do protestantismo: ''os servidores devotos do Altíssimo estão-se tornando cada vez mais raros'':[52] as seitas e as facções aumentam em número e em encarniçamento; e ''depois da morte de Melanchthon haverá uma triste decadência'' da nova fé.[53] Mas depois sua coragem voltava. ''Peguei Cristo e o papa pelas orelhas e os reuni, assim não me aborreço mais. Embora fique preso entre a porta e os gonzos e fique esmagado, não importa; Cristo levará avante.''[54]

Seu testamento principiava em plena forma: ''Sou muito conhecido no céu, na terra e no inferno''. Contava que ele, ''pernicioso e miserável pecador'', recebera de Deus a graça de difundir o Evangelho de Seu Filho, e que conquistara renome como ''doutor da verdade, desprezando a excomunhão do papa, imperador, reis, príncipes e padres, e o ódio de todos os demônios''. E concluía: ''Pelo que, para a disposição da minha parca propriedade, que seja suficiente o testemunho de minha mão; e que se diga: 'O Dr. Martinho Lutero, notário de Deus e testemunha de seu Evangelho, escreveu isto'.''[55] Não duvidava de que Deus estivesse esperando para saudá-lo.

Em janeiro de 1546 foi no frio do inverno a Eisleben, sua cidade natal, para arbitrar uma controvérsia. Durante sua ausência enviou cartas encantadoras à mulher — como a 1º de fevereiro:

> Desejo-te paz e graça em Cristo, e te envio meu amor pobre, velho e enfermo. Querida Katie, senti-me fraco na estrada para Eisleben, mas foi minha própria culpa.... Soprava um vento tão frio por trás de mim e me batia na cabeça através do gorro que parecia que me ia gelar o cérebro. Isto deve ter contribuído para a vertigem, mas agora, graças a Deus, estou tão bem que me sinto terrivelmente tentado pelas mulheres bonitas, e não me importa o quanto sou galante.... Deus te abençoe.[56]

Jantou alegremente a 17 de fevereiro. Na manhã seguinte sentiu violentas dores de estômago. Enfraqueceu rapidamente, e os amigos que se reuniram à sua cabeceira não esconderam que ele estava morrendo. Um deles perguntou-lhe: ''Reverendo padre, permanece firme ao lado de Cristo e da doutrina que pregou?'' Ele respondeu: ''Sim''. Depois, um ataque apoplético privou-o da palavra, e ele morreu nesse estado (18 de fevereiro de 1546). O corpo foi levado para Wittenberg e foi sepultado na igreja do Castelo, em cuja porta ele tinha pregado suas Teses 29 anos antes.

Esses anos estão entre os mais importantes da história, e Lutero fora sua voz estridente e dominante. Seus erros foram muitos. Não soube avaliar o papel histórico que a Igreja desempenhara na civilização da Europa setentrional, não compreendeu a fome da humanidade pelos mitos simbólicos e consoladores, não teve caridade para lidar com justiça com seus inimigos católicos e protestantes. Libertou seus adeptos de um papa infalível, mas submeteu-os a um livro infalível; e foi mais fácil mudar os papas do que o livro. Conservou os mais cruéis e incríveis dogmas da religião medieval, ao passo que permitia que quase toda a sua beleza fosse exterminada nas lendas e na arte, e legou à Alemanha um cristianismo não mais verdadeiro do que o antigo, muito menos alegre e confortador, apenas mais honesto em seus ensinamentos e em sua gente. Tornou-se quase tão intolerante quanto a Inquisição, mas suas palavras eram

mais duras do que os atos. Foi culpado do escrito mais injurioso da história da literatura. Ensinou à Alemanha o ódio teológico que lhe enrubesceu o solo até 100 anos após sua morte.

No entanto, os erros que cometeu foram seus êxitos. Era um homem de guerra, porque a situação parecia pedir guerra, porque os problemas que atacou tinham durante séculos resistido a todos os métodos de paz. Sua vida inteira foi uma guerra contra o sentimento de culpa, contra o demônio, o Papa, o imperador, Zwingli, mesmo contra os amigos que comprometessem sua revolta em um protesto cavalheiresco ouvido com delicadeza e cuidadosamente esquecido. Que poderia ter feito um homem mais brando contra tais desvantagens e forças? Nenhum homem de envergadura filosófica, nenhum espírito científico que restringisse a crença à evidência, nenhuma natureza cordial fazendo concessões generosas ao inimigo, teria lançado um desafio tão grande que abalou o mundo, ou teria marchado tão resolutamente, como se levasse antolhos, para seu objetivo. Se sua teologia predestinarista era tão repulsiva à razão e à bondade humanas quanto qualquer mito ou milagre da fé medieval, foi por sua irracionalidade apaixonada que comoveu os corações dos homens. É a esperança e o terror que fazem os homens rezar, não a prova de coisas vistas.

Conclui-se que com os golpes de seu punho pesado ele esmagou o bolo do costume, a casca da autoridade, que tinham bloqueado o movimento do espírito europeu. Se julgarmos a grandeza pela influência — que é o teste menos subjetivo que podemos usar — poderemos colocar Lutero ao lado de Copérnico, Voltaire e Darwin como as personalidades mais vigorosas do mundo moderno. Escreveu-se mais sobre ele do que sobre qualquer outro homem moderno, com exceção de Shakespeare e Napoleão. Sua influência sobre a filosofia foi demorada e indireta; movimentou o fideísmo de Kant, o nacionalismo de Fichte, o voluntarismo de Schopenhauer, a submissão hegeliana da alma ao Estado. Sua influência na literatura e língua alemãs foi tão decisiva e penetrante quanto a da Bíblia do rei Jaime sobre a língua e letras na Inglaterra. Nenhum outro alemão é tão freqüenemente ou tão carinhosamente citado. Assim como Carlstadt e outros, afetou a vida e as instituições morais do homem ocidental rompendo com o celibato clerical, e derramando na vida secular as energias que tinham sido desviadas para o ascetismo, a preguiça ou a piedade monacais. A influência dele diminuiu à medida que se espalhava; foi imensa na Escandinávia, transitória na França, superada pela de Calvino na Escócia, Inglaterra e Estados Unidos. Mas na Alemanha foi suprema; nenhum outro pensador ou escritor deixou marca tão profunda no espírito e no caráter dos alemães. Foi a figura mais vigorosa da história da Alemanha, e seus compatriotas não o amam menos porque ele foi o mais alemão dos alemães.

IV. O TRIUNFO DO PROTESTANTISMO: 1542-55

Lutero morreu exatamente um ano antes do desastre que pareceu fatal ao protestantismo na Alemanha.

Em 1545, Carlos V, auxiliado pelas tropas luteranas, obrigou Francisco I a assinar a Paz de Crépy. Solimão, em guerra com a Pérsia, deu ao Ocidente uma trégua de um ano. O Papa Paulo III prometeu ao imperador 1.100.000 ducados, 12.000 homens de infantaria e 500 cavalos se voltasse todas as suas forças contra os hereges. Carlos achou que finalmente poderia efetuar o que sempre fora sua esperança e política: esmagar o

protestantismo, e dar ao seu reino uma fé católica unificada que, pensava ele, lhe fortificaria e facilitaria o governo. Como poderia ser um verdadeiro imperador da Alemanha se os príncipes protestantes continuassem a ridicularizar-lhe a autoridade, e a ditar os termos como o aceitariam? Não tinha levado o protestantismo a sério como religião; as contendas entre os teólogos luteranos e católicos pouco ou nada significavam para ele; mas o protestantismo como teologia dos príncipes unidos em armas contra ele, como força política capaz de determinar a eleição imperial seguinte, como fé dos panfletários que o satirizavam, de artistas que o caricaturavam, de pregadores que o chamavam Filho de Satanás[57] — isso pôde suportar em silêncio amargurado quando era obrigado; mas agora, durante uma estação transitória, estava livre para lutar e amoldar seu reino caótico em uma só fé e em uma só força. Decidiu-se pela guerra.

Em maio de 1546 mobilizou suas tropas espanholas, italianas, alemãs e dos Países-Baixos, convocando para auxiliá-lo o duque de Alba, seu mais competente general. Quando os príncipes protestantes lhe enviaram delegados a Ratisbona para perguntar a significação de seus movimentos, ele respondeu que pretendia reconduzir a Alemanha à obediência imperial. Durante essa conferência, conquistou para seu lado o chefe militar mais competente da Alemanha, o jovem e ambicioso Maurício, duque da Saxônia Albertina. Os Fugger prometeram auxílio financeiro, e o papa expediu uma bula com a excomunhão para todos os que resistissem a Carlos, e oferecia indulgências liberais a todos os que o auxiliassem em sua guerra santa. Carlos proclamou o interdito imperial contra o duque João da Saxônia Ernestina e o landgrave Filipe de Hesse; absolveu os súditos deles da obediência, e jurou confiscar-lhes as terras e os bens. Para dividir a oposição, anunciou que não interferiria no protestantismo onde ele estivesse definitivamente estabelecido; seu irmão Fernando fez promessa semelhante à Boêmia; e Maurício ficou preso à causa por uma promessa de que substituiria João como eleitor da Saxônia. Esperançosos ou temerosos, os eleitores de Colônia e Brandemburgo, o conde Palatino e a Nuremberg protestante permaneceram neutros. Compreendendo que não somente sua teologia como seus bens e pessoas estavam em perigo, João da Saxônia, Filipe de Hesse, os príncipes da Anhalt, as cidades de Augsburg, Estrasburgo e Ulm mobilizaram todas as suas forças e puseram 57.000 homens em campo.

Mas quando João e Filipe marcharam para o sul para desafiar Carlos, Fernando foi para o norte e o oeste para se apoderar do ducado de João; e Maurício, para ter um dedo na massa, uniu-se a ele para invadir a Saxônia Ernestina. Percebendo isso, João correu para o norte para defender seu ducado. Fê-lo com brilhantismo; mas, no intervalo, as tropas de Filipe principiaram a desertar por falta de pagamento, e as cidades protestantes, iludidas por promessas de jogo franco, buscaram a paz com Carlos, que as deixou ir com pesadas multas que partiram a espinha dorsal financeira de sua liberdade. Carlos estava agora tão superior em armas quanto em diplomacia. A única força que protegia os protestantes era o papa. Paulo III principiara a temer um sucesso grande demais para o imperador; se não sobrevivessem príncipes protestantes para deter o poder imperial, ele se estabeleceria como absoluto tanto no norte como no sul da Itália, rodearia ou absorveria os Estados Papais, e dominaria inapelavelmente o papado. De repente (janeiro de 1547) Paulo ordenou às tropas papais que estavam com Carlos que o abandonassem e voltassem à Itália. Obedeceram alegremente. O papa viu-se hereticamente jubiloso com as vitórias do eleitor João, na Saxônia.

Mas Carlos estava resolvido a levar a batalha a uma decisão. Marchando para o norte, encontrou as forças desfalcadas do eleitor em Mühlberg do Meissen, derrotou-as completamente (24 de abril de 1547), e fez João prisioneiro. Fernando pediu a execução do bravo príncipe; o astuto Carlos concordou em comutar a sentença para prisão perpétua se Wittenberg lhe abrisse as portas; ela assim fez, e a capital do protestantismo alemão caiu em mãos católicas enquanto Lutero dormia tranqüilamente sob uma lousa na igreja do Castelo. Maurício da Saxônia e Joachim de Brandemburgo persuadiram Filipe de Hesse a entregar-se mediante a promessa que lhe fizeram de que seria libertado logo. Carlos não tomara tal compromisso; o máximo de sua generosidade foi prometer liberdade a Filipe depois de 15 anos. Parecia que não sobrava ninguém para desafiar o vitorioso imperador. Henrique VIII tinha morrido a 28 de janeiro, Francisco I, a 31 de março. Nunca, desde Carlos Magno, fora o poder imperial tão grande.

Mas os ventos da fortuna mudaram novamente. Os príncipes alemães, reunidos em outra Dieta em Augsburg (setembro de 1547), resistiram aos esforços de Carlos para consolidar sua vitória militar em uma autocracia legal. Paulo III acusou-o de conivência no assassinato de Pierluigi Farnese, filho natural do papa; e a Baviera, sempre leal à Igreja, foi contra o imperador. Uma maioria protestante tornou a formar-se entre os príncipes, e arrancou de Carlos o consentimento provisório ao casamento clerical, à dupla comunhão, e à retenção protestante da propriedade da Igreja (1548). O papa indignou-se ao ver o imperador assumir o poder para governar em tais assuntos eclesiásticos, e os católicos murmuravam que Carlos estava mais interessado em estender seu Império e entrincheirar os Habsburgo do que em restaurar a única fé verdadeira. Maurício, agora eleitor da Saxônia em Wittenberg, viu-se, protestante e vitorioso, perigosamente impopular entre uma população protestante e conquistada; sua traição tinha envenenado o poder que conquistara. Seus pedidos a Carlos para libertar o landgrave foram ignorados. Principiava a perguntar a si mesmo se teria escolhido a melhor parte. Em segredo, uniu-se aos príncipes protestantes no Tratado de Chambord (janeiro de 1552), pelo qual Henrique II da França prometia auxílio para expulsar Carlos da Alemanha. Enquanto Henrique invadia a Lorena e tomava Metz, Toul e Verdun, Maurício e seus aliados protestantes marchavam para o sul com 30.000 homens. Carlos, descansando nos louros em Innsbruck, tinha descuidadamente dispersado suas tropas; não tinha agora defesa alguma a não ser a diplomacia, e até nesse jogo de habilidade Maurício provou competência. Fernando propôs um armistício; Maurício prolongou as negociações cortesmente, ao passo que avançava sobre Innsbruck. A 9 de maio, acompanhado apenas por alguns auxiliares, Carlos encaminhou-se penosamente, de liteira, na chuva e na neve à noite, pelo Passo de Brenner para Villach, na Caríntia. Uma jogada de dado da fortuma tinha transformado o senhor da Europa em um fugitivo gotoso estremecendo nos Alpes.

A 26 de maio, Maurício e os protestantes vitoriosos encontraram-se com Fernando e alguns chefes católicos em Passau. Carlos, após longo intervalo de deflação de si mesmo, consentiu em fazer Fernando assinar um tratado (2 de agosto de 1552) pelo qual Filipe seria solto, os exércitos protestantes deveriam dispersar-se, protestantes e católicos gozariam liberdade de culto até que se pudesse convocar uma nova Dieta, e se essa Dieta não conseguisse atingir uma decisão aceitável, tal liberdade de culto continuaria para sempre — palavra predileta dos tratados. Maurício principiara com traição, e elevara-se até uma diplomacia vitoriosa; em breve (1553) morreria por seu país

aos 30 anos em combate contra Albrecht Alcibiades, que lançara metade da Alemanha em uma anarquia perigosa para todos.

Perdendo a esperança de resolver seus problemas na Alemanha, Carlos voltou-se para o Ocidente, a fim de reiniciar a luta com a França. Fernando presidiu com paciência a histórica Dieta de Augsburg (5 de fevereiro — 25 de setembro de 1555), que finalmente, por meio século, deu paz à Alemanha. Viu que o princípio territorial de liberdade ducal era forte demais para permitir uma soberania tão central e absoluta como os reis tinham conseguido na França. Os representantes católicos eram maioria na Dieta, mas os protestantes, superiores em poderio militar, comprometeram-se a defender cada artigo da Confissão de Augsburg de 1530; o eleitor Augusto, que sucedera a Maurício na Saxônia, aderiu ao ponto de vista protestante; e os católicos compreenderam que tinham de ceder ou recomeçar a guerra. Carlos, na senilidade de sua diplomacia, insistiu com os eleitores para nomearem seu filho Filipe seu sucessor ao título imperial; até os católicos temiam a perspectiva desse espanhol severo a governá-los; e Fernando, aspirando ao mesmo trono, não podia esperar vencer sem o apoio protestante no colégio eleitoral.

As armas e as circunstâncias favoreceram de tal modo os protestantes que eles pediram tudo: deveriam ser livres para a prática de sua fé em todo o território alemão; o culto católico deveria ser proibido no território luterano; os confiscos presentes e futuros da propriedade da Igreja considerados válidos e irrevogáveis.[58] Fernando e Augusto redigiram um compromisso que em quatro palavras célebres — *cuius regio eius religio* — personificava a fraqueza espiritual da nação e da era. A fim de permitir a paz entre e dentro dos estados, cada príncipe deveria escolher entre o catolicismo romano e o luteranismo; todos os seus súditos deveriam aceitar "a religião do reino a que pertencessem"; e aqueles que não aprovassem deveriam emigrar. Não havia pretensão de qualquer lado à tolerância; o princípio que a Reforma tinha defendido na mocidade de sua revolta — o direito do julgamento privado — estava tão completamente rejeitado pelos chefes protestantes quanto pelos católicos. Esse princípio tinha levado a uma tal variedade e choque de seitas que os príncipes se sentiram com motivo para restaurar a autoridade doutrinária, mesmo que tivesse de ser fragmentada em tantas partes quantos fossem os estados. Os protestantes concordavam agora com Carlos e os papas em que a unidade do credo religioso era indispensável à ordem social e à paz; e não podemos julgá-los com justiça se não considerarmos o ódio e a luta que estavam consumindo a Alemanha. Os resultados foram maus e bons: a tolerância era agora positivamente menor depois da Reforma do que antes dela;[59] mas os príncipes baniam os turbulentos em vez de queimá-los — rito reservado para as feiticeiras; e a conseqüente multiplicação das infalibilidades enfraqueceu a todas.

O verdadeiro vitorioso não foi a liberdade de culto e sim a liberdade dos príncipes. Cada um se tornou, como Henrique VIII da Inglaterra, o chefe supremo da Igreja em seu território, com o direito exclusivo de nomear o clero e os homens que deveriam definir a fé obrigatória. O princípio "erastiano" — de que o Estado deveria governar a Igreja — estava definitivamente estabelecido. (O princípio tirou o nome do teólogo suíço Thomas Erastus [1524-83], mas não pode ser encontrado explicitamente nas obras dele.) Como foram os príncipes, e não os teólogos, que conduziram o protestantismo ao triunfo, eles naturalmente receberam os frutos da vitória — supremacia territorial sobre o imperador, supremacia eclesiástica sobre a Igreja. O protestantismo era o nacionalismo estendido à religião. Mas o nacionalismo não era o da Alemanha;

era o patriotismo de cada principado; a unidade alemã não era adiantada, era embaraçada, pela revolução religiosa; mas não é certo que a unidade tivesse sido uma bênção. Quando Fernando foi escolhido imperador (1558), seus poderes imperiais foram menores do que os que até o atormentado e engodado Carlos tinha possuído. Realmente, o Sacro Império Romano não morreu em 1806 e sim em 1555.

Assim como o Império, as cidades alemãs perderam com o triunfo dos príncipes. As comunas imperiais tinham sido defesas do imperador, protegidas por ele contra o domínio dos governantes territoriais; agora que o imperador estava enfermo, os príncipes estavam livres para interferir nos assuntos municipais, e desvaneceu-se a independência comunal. Nesse intervalo o crescente vigor da Holanda absorvia a maior parte do comércio que despejava produtos alemães no Mar do Norte pelas bocas do Reno; e as cidades meridionais esmoreciam com o relativo declínio comercial de Veneza e do Mediterrâneo. O enfraquecimento comercial e político trouxe a decadência cultural; nos dois séculos seguintes as cidades alemãs não mostrariam novamente a vitalidade de comércio e de pensamento que tinha precedido e apoiado a Reforma.

Melanchthon, sobrevivendo à Paz de Augsburg cinco anos, não tinha certeza de que queria a trégua. Tinha sobrevivido à sua liderança, não só nas negociações com os católicos como na determinação da teologia protestante. Libertara-se de Lutero a ponto de rejeitar a predestinação completa e a presença de Cristo na eucaristia,[60] e lutava para manter a importância das boas obras, ao passo que insistia com Lutero em que elas não poderiam ganhar a salvação. Uma controvérsia surgiu entre os "filipistas" — Melanchthon e seus adeptos — e os luteranos ortodoxos, que clamavam principalmente de Iena; estes chamavam a Melanchthon "mameluco apóstata" e "servo de Satanás"; ele os descrevia como estúpidos idólatras capciosos.[61] Os professores eram contratados ou demitidos, encarcerados ou soltos, conforme diminuíam ou aumentavam as ondas da lava teológica. Os dois partidos concordaram em proclamar o direito do Estado de suprimir a heresia pela força. Melanchthon seguiu Lutero ao sancionar a servidão e defender o direito divino dos reis;[62] mas desejava que o movimento luterano, em vez de aliar-se aos príncipes, tivesse antes buscado a proteção das aristocracias burguesas municipais, como em Zurique, Estrasburgo, Nuremberg e Genebra. Em seus momentos mais característicos, falava como o erasmiano que tinha esperado ser: "Falemos apenas no Evangelho, na fraqueza humana e na misericórdia divina, na organização da Igreja e no culto verdadeiro. Tranqüilizar as almas e dar-lhes uma regra de ação justa — não é esta a essência do cristianismo? O resto é debate escolástico, discussão sectária".[63] Quando a morte chegou, recebeu-a como uma libertação benigna da "fúria dos teólogos" e da "barbaridade desta era capciosa".[64] A história tinha escolhido mal, para general de uma guerra revolucionária, um espírito que a natureza tinha feito para o estudo, a amizade e a paz.

CAPÍTULO XXI

João Calvino

1509-64

I. MOCIDADE

NASCEU Calvino em Noyon, França, no dia 10 de julho de 1509. Noyon era uma cidade eclesiástica, dominada pela catedral e pelo bispo; ali, no começo da vida, ele teve um exemplo da teocracia — o governo de uma cidade por clérigos, em nome de Deus. O pai, Gérard Chauvin, era secretário do bispo, solicitador no cabido da catedral, e procurador fiscal do condado. A mãe morreu quando ele era jovem ainda; o pai casou-se novamente. Talvez Calvino deva parte de seu espírito sombrio à educação severa que recebera da madrasta. Gérard quis que três de seus filhos seguissem a carreira sacerdotal, certo de que haveria de colocá-los bem. Conseguiu benefícios para dois, mas um destes tornou-se herege e morreu recusando os sacramentos. O próprio Gérard foi excomungado após uma discussão de ordem financeira que teve com o cabido da catedral; houve certas dificuldades em permitir que fosse enterrado em terreno sagrado.

João foi enviado ao Collège de la Marche, na Universidade de Paris. Registrou-se como Johannes Calvinus e aprendeu a escrever um excelente latim. Passou mais tarde para o Collège de Montaigu, onde devia ter ouvido a extraordinária repercussão que ali teve o nome de seu famoso aluno Erasmo; ali ficou até 1528, quando surgiu Ignacio de Loyola, que seria a réplica de sua figura no catolicismo. "Não têm fundamento as histórias, que já se contaram, de que Calvino tivera uma mocidade muito desregrada", disse uma autoridade católica.[1] Ao contrário, as provas existentes indicam que era um estudante assíduo, tímido, taciturno, piedoso e já "criticava severamente a moral dos companheiros"[2] o que não o impedia, já naquele tempo e depois, de ser estimado pelos amigos, os quais lhe tributavam inabalável fidelidade. Na ânsia de dominar conhecimentos esotéricos e teorias fascinantes, lia até altas horas da noite; foi naqueles anos de estudante que desenvolveu alguns dos muitos males que lhe atormentaram a vida adulta e que contribuíram para a formação de seu estado de ânimo.

Inesperadamente, em fins de 1528, recebeu ordens do pai para que partisse para Orléans a fim de estudar advocacia, presumivelmente, disse o filho, "porque ele julgava que a ciência das leis comumente enriquecia aqueles que a seguiam".[3] Calvino entregou-se com prazer ao novo estudo; esta ciência, não a filosofia ou a literatura, é que lhe parecia a melhor aquisição intelectual da humanidade, a que moldava os impulsos anárquicos do homem para a ordem e para a paz. Ele imprimiu na teologia e na moral a lógica, a precisão e a severidade dos *Princípios* de Justiniano e deu à sua

própria obra-prima um nome idêntico. Tornou-se, acima de tudo, um legislador, o Numa e o Licurgo de Genebra.

Tendo recebido o diploma de licenciado ou bacharel em direito (1531), voltou para Paris e mergulhou sedento no estudo da literatura clássica. Sentindo o desejo muito comum de ver seu nome impresso, publicou (1532) um ensaio em latim sobre o *De clementia* de Sêneca; o mais severo dos legisladores religiosos começou assim sua carreira pública com um tributo à clemência. Enviou uma cópia a Erasmo, aclamando-o como a "maior glória" (depois de Cícero) e "artista primoroso das letras". Parecia dedicado ao humanismo, quando alguns sermões de Lutero lhe vieram às mãos; as teorias audaciosas neles contidas causaram-lhe forte impressão. Círculos atentos, em Paris, discutiam o novo movimento, e deve ter havido muito falatório sobre o monge temerário que tinha queimado a bula do papa e desafiado a condenação por parte de um imperador; de fato, o protestantismo já tinha feito mártires na França. Alguns homens que aconselhavam a reforma da Igreja figuravam entre os amigos de Calvino; um deles, Gérard Roussel, era um favorito de Margarida de Navarra, irmã do rei; outro, Nicholas Cop, era o reitor eleito da universidade, e Calvino, provavelmente o tinha auxiliado na elaboração de seu fatídico discurso de posse (1º de novembro de 1533). Começava com o argumento de Erasmo sobre a necessidade de purificar a religião cristã, prosseguia desenvolvendo a teoria de Lutero sobre a salvação por meio da fé e da graça e terminava apelando para que houvesse tolerância e se ouvissem as novas idéias religiosas. O discurso causou furor; a Sorbonne ergueu-se rancorosa; o *Parlement* iniciou um processo contra Cop por heresia. Ele fugiu; ofereceu-se um prêmio de 300 coroas pela sua captura, morto ou vivo, mas ele conseguiu alcançar Basiléia, que era então protestante.

Calvino foi prevenido por amigos de que ele e Roussel estavam com mandados de prisão. Ao que parece, Margarida intercedeu a seu favor. Deixou Paris (janeiro de 1534) e refugiou-se em Angoulême; foi provavelmente ali, na rica biblioteca de Louis de Tillet, que começou a escrever sua obra *Princípios*. Em maio, ousou voltar a Noyon e renunciou aos benefícios de cuja renda vivia. Foi preso duas vezes e posto em liberdade. Voltou clandestinamente a Paris, conversou com os chefes protestantes e encontrou Servet, a quem mais tarde condenaria à fogueira. Quando alguns protestantes extremistas pregaram cartazes ofensivos em vários pontos de Paris, Francisco I, em represália, moveu furiosa perseguição contra eles. Calvino fugiu a tempo (dezembro de 1534), reunindo-se a Cop, em Basiléia. Ali, com apenas 26 anos, terminou a mais eloqüente, ardente, lúcida, lógica, influente e terrível obra de toda a literatura da revolução religiosa.

II. O TEÓLOGO

Calvino publicou o livro em latim (1536) sob o título *Christianae religionis institutio (Princípios da Religião Cristã)*. Em um ano esgotou-se a edição, e clamou-se por mais outra. Calvino atendeu com nova edição ampliada (1539), também em latim; em 1541, traduziu-a para o francês, e a forma deste trabalho constitui uma das mais expressivas produções de que há registro na literatura francesa. O *Parlement* de Paris condenou o livro, em ambas as versões, e vários exemplares foram queimados em praça pública, na capital. Calvino continuou, em toda a sua vida, a ampliar o livro e a divulgá-lo; em sua última edição, o número de páginas elevou-se a 1.118.

A primeira edição foi apresentada com um veemente mas digno "Prefácio ao Cristianíssimo Rei de França". Dois fatos foram a causa desse prefácio dirigido a Francisco I: o edito real de janeiro de 1535 contra os protestantes franceses, e o convite quase simultâneo de Francisco I a Melanchthon e Bucer para que viessem à França e conseguissem uma aliança entre o monarca francês e os príncipes luteranos contra Carlos V. Calvino esperava reforçar a questão política com argumentos teológicos e fazer com que o rei, à semelhança da irmã, se inclinasse para a causa protestante. Estava ansioso por desligar esta do movimento dos anabatistas que já estava prestes a descambar para o comunismo, em Münster. Descreveu os reformadores franceses como patriotas, dedicados ao rei e contrários a toda agitação de ordem econômica ou política. O princípio e o fim do famoso Prefácio revelam a majestade do pensamento e do estilo de Calvino:

> Quando comecei este trabalho, *Sire,* longe estava de meu pensamento que iria escrever um livro que seria depois dedicado a Vossa Majestade. Tencionava apenas expor alguns princípios elementares, por meio dos quais os estudantes de assuntos religiosos pudessem conhecer a natureza da verdadeira piedade.... Mas quando percebi que a fúria de certos homens maus de seu reino havia chegado a ponto de impedir a divulgação de uma doutrina sadia no país, achei que meu tempo seria empregado utilmente se nesse mesmo trabalho... eu lhe expusesse ser possível conhecer a natureza da doutrina que está sendo objeto do ódio incontido daqueles homens maus que estão agora agitando o país a ferro e fogo. Pois, não tenho receio de reconhecer que esse tratado contém um resumo dessa mesma doutrina que, segundo alardeiam, merece ser punida com prisão, exílio, proscrição e fogueira e ser exterminada da face da terra. Não desconheço as terríveis insinuações que, por eles, têm sido feitas a Vossa Majestade a fim de tornar odiosa a nossa causa, no seu conceito; mas sua clemência levá-lo-á a julgar que será o fim de todos os atos e palavras inocentes se a acusação for considerada procedente....
>
> *Sire,* Vossa Majestade mesmo reconhece as calúnias que diariamente chegam a seus ouvidos a respeito de nossa causa: que o único objetivo dela é arrancar o cetro das mãos dos reis, derrubar todos os tribunais... subverter a ordem e o governo, perturbar a paz e a tranqüilidade públicas, ab-rogar todas as leis, dividir todas as propriedades e bens e, em uma palavra, lançar a confusão total....
>
> Por tal motivo, suplico a Vossa Majestade — e certamente não é uma súplica desarrazoada — que se digne tomar inteiro conhecimento desta causa que até aqui tem sido agitada, confusa e insensatamente, sem obedecer a uma determinada norma, e caracterizada mais por um espírito de veemente paixão do que pelo espírito de justiça. Não julgue que esteja preparando minha própria defesa, a fim de poder voltar a salvo para minha terra natal; pois, embora sinta a afeição que todo homem deve sentir por sua terra, mesmo assim, dadas as circunstâncias existentes, não lamento estar longe dela. A causa que defendo é a de todas as criaturas religiosas e, conseqüentemente, do próprio Cristo....
>
> Estaremos, porventura, preparando a subversão nos reinos, nós, de quem jamais se ouviu pronunciar uma palavra facciosa, de cuja vida sempre se soube ter sido pacífica e honesta quando debaixo de seu governo, e de quem, mesmo agora no exílio, não cessa de rezar pela prosperidade de Vossa Majestade e de seu reino?... Pela Graça Divina, não foi pouco o que aprendemos nos Evangelhos para que nossa vida fosse, para nossos detratores, um exemplo de castidade, liberalidade, bondade, temperança, paciência, modéstia e de todas as outras virtudes....
>
> Embora Vossa Majestade esteja agora afastado de nós e até mesmo incitado contra nós, não perdemos a esperança de reconquistar a sua graça, se se dignar ler com calma e serenidade esta confissão, com a qual fazemos nossa defesa perante Vossa

> Majestade. Mas, pelo contrário, se seus ouvidos estiverem dominados pelas insinuações dos espíritos, a ponto de não darem oportunidade a que os acusados se defendam, e se esses maldosos ultrajantes, com sua conivência, continuarem a perseguir-nos com prisão, flagelo, tortura, confisco e fogueira, nós, na verdade, à semelhança dos carneiros destinados ao abate, ficaremos sujeitos às piores desgraças. Contudo, haveremos de preservar pacientemente nossas almas e aguardar a poderosa mão do Senhor... para livrar o pobre de suas aflições e punir aqueles que o menosprezam e que agora exultam na perfeita segurança em que se encontram. Possa o Senhor, o Rei dos Reis, firmar o seu trono na justiça e o seu reino na eqüidade.[4]

É difícil para nós, numa época em que a teologia cedeu lugar à política, como centro dos interesses e conflitos humanos, perceber a disposição de ânimo com que Calvino escreveu os *Princípios*. Era, mais do que Spinoza, uma criatura apaixonada por Deus. Dominava-o a noção que tinha da pequenez do homem e da grandeza de Deus. Que absurdo supor que a razão frágil de um ser tão infinitesimal que é o homem pudesse compreender o Espírito que permanece por trás daquelas inúmeras e obedientes estrelas! Compadecendo-se da razão do homem, Deus revelou-se a ele, na Bíblia. Prova-se que esse Livro Sagrado é Seu Verbo (diz Calvino) pela impressão inigualável que causa no espírito humano.

> Lede Demóstenes ou Cícero, lede Platão, Aristóteles ou quaisquer outros dessa classe; admito que vos sentireis atraídos, deleitados, comovidos e arrebatados por eles de maneira surpreendente; mas, se, depois de lê-los, vos entregardes à leitura desse Livro Sagrado, estejais ou não dispostos, ele vos afetará com tanta força ao penetrar profundamente em vosso coração e no dominar vosso espírito que as belas obras dos retóricos e filósofos chegam quase a desaparecer completamente; é, portanto, fácil perceber algo divino nas Sagradas Escrituras, que ultrapassa as maiores realizações e ornamentos da inteligência humana.[5]

Conseqüentemente, esse Verbo que nos foi revelado deve ser a autoridade final, não somente na religião e moral, mas também na história, na política, em tudo. Temos de aceitar a história de Adão e Eva; pois, por terem desobedecido a Deus é que explicamos a natureza má do homem e a perda do livre-arbítrio.

> O espírito do homem acha-se de tal forma afastado da justiça de Deus que concebe, deseja e empreende tudo que é ímpio, perverso, vil, impuro e abominável. Seu coração acha-se de tal modo infeccionado pelo veneno do pecado que só sabe produzir o que é corrupto; e se, em uma ocasião qualquer, o homem faz alguma coisa aparentemente boa, seu espírito, entretanto, permanece sempre envolto em hipocrisia e em falsidade, e o coração escravizado pela sua perversidade interior.[6]

Como poderia um ser tão depravado merecer a felicidade eterna no paraíso? Nenhum de nós jamais a poderia conquistar por maiores que fossem nossas boas ações. As boas ações têm valor, mas somente o sacrifício do Filho de Deus, ao morrer por nós, é que pôde conseguir a salvação, não para todos, pois a justiça de Deus exige a condenação de muitos, mas, em Sua misericórdia, Ele escolheu alguns que deviam ser salvos, e a estes deu a fé inabalável de que seriam redimidos por Cristo. Pois disse São Paulo: "Deus o Pai nos elegeu Nele, antes da fundação do mundo para que fôssemos santos e irrepreensíveis diante Dele em caridade; e nos predestinou para filhos de adoção por Jesus Cristo, para Si mesmo, segundo o beneplácito de Sua vontade".[7]

Calvino, à semelhança de Lutero, interpretou isso como significando que Deus, por livre escolha e completamente independente de nossas virtudes e vícios, determinou, muito antes da criação, quais os que deviam ser salvos e quais os que deviam ser condenados.[8] À pergunta por que Deus escolheria quais os homens a serem salvos e quais os condenados, independentemente de seus méritos, Calvino responde mais uma vez com as palavras de São Paulo: "Pois Ele diz a Moisés: Compadecer-me-ei de quem me compadecer, e terei misericórdia de quem Eu tiver misericórdia".[9] Conclui Calvino:

> Em conformidade, pois, com a clara doutrina das Escrituras asseveramos que Deus, por um desígnio eterno e imutável, determinou de uma vez para sempre quais as criaturas que ele admitiria à salvação e quais as que condenaria à destruição. Afirmamos que esse desígnio, no que diz respeito ao escolhido, baseia-se em Sua bondade gratuita, totalmente independente do mérito humano, mas que, para os que ele destina à condenação, o portão da vida encontra-se fechado por uma decisão justa e irrepreensível, porém, incompreensível.[10]

Até a queda de Adão e Eva, com todas as suas conseqüências para a raça humana, na teoria de São Paulo, "foi determinada de conformidade com o admirável desígnio de Deus".[11]

Calvino admite que a predestinação repugna a razão mas responde que "é desarrazoado que o homem perscrute, impune, as coisas que Deus ordenou ficassem ocultas em Si mesmo".[12] Entretanto, professa saber por que Deus tão arbitrariamente determinou o destino eterno de bilhões de almas: foi "para provocar nossa admiração pela Sua glória" através da manifestação de Seu poder.[13] Concorda em que isso é "um decreto horrível" (*decretum horribile*), "mas ninguém pode negar que Deus previa o futuro e o destino final do homem antes de o ter criado e que o previa porque isso fora determinado pelo Seu próprio decreto".[14] Outros poderiam argumentar, como Lutero, que o futuro está determinado porque Deus o previu, não podendo ser falsa Sua previsão; Calvino derruba a questão dizendo que considera que Deus prevê o futuro *porque* assim o quis e determinou. E o decreto sobre a condenação eterna é absoluto; não existe purgatório na teologia de Calvino, nenhuma casa a meio caminho onde se pudesse, durante uns milhões de anos no fogo, limpar a sua "condenação". Não há, pois, razão para orações aos mortos.

Seria de supor que, segundo as teorias de Calvino, não houvesse motivo algum para qualquer espécie de orações; tudo tendo sido fixado por um decreto divino, nenhum oceano de preces seria capaz de lavar uma partícula do inexorável destino. Contudo, Calvino é mais humano que sua teologia: façamos nossas preces com humildade e fé, diz-nos ele, que elas serão atendidas; a prece e a resposta foram também decretadas. Adoremos Deus nos humildes cultos religiosos, porém cumpre-nos rejeitar a missa como sendo uma pretensão sacrílega dos sacerdotes de querer transformar a matéria terrena em corpo e sangue de Cristo. Cristo está presente na eucaristia apenas espiritualmente, e não fisicamente, e a adoração da hóstia consagrada como sendo literalmente Cristo não passa de mera idolatria. O uso de imagens sagradas da Divindade, em clara violação do Segundo Mandamento, estimula a idolatria. Todos os quadros e imagens religiosas, até mesmo o crucifixo, deviam ser removidos das igrejas.

A verdadeira Igreja é a congregação invisível dos eleitos, mortos, vivos e dos que es-

tão por nascer. A Igreja visível é composta de "todos aqueles que, por profissão de fé, vida exemplar e participação nos sacramentos do batismo e da eucaristia" (Calvino rejeita os demais sacramentos) "reconhecem o mesmo Deus e o mesmo Cristo".[15] Fora desta Igreja não há salvação.[16] Igreja e Estado são ambos divinos, destinados por Deus a trabalharem em harmonia como corpo e alma de uma sociedade cristã: cabe à Igreja regular todos os pormenores da fé, do culto e da moral; cabe ao Estado, como braço físico da Igreja, fazer obedecer a essas regras.[17] Cumpre às autoridades seculares providenciarem para que a "idolatria" (em grande parte sinônimo de catolicismo no uso que os protestantes fazem da palavra) e "outros escândalos da religião não sejam publicamente expostos e divulgados entre o povo", e que somente o Verbo de Deus seja ensinado e acolhido.[18] O governo ideal será uma teocracia, devendo a Igreja Reformada ser reconhecida como a voz de Deus. Calvino reivindicou para sua Igreja todas as prerrogativas dos papas para a supremacia da Igreja sobre o Estado.

É notável verificar quanto da tradição e teoria do catolicismo romano sobreviveu na teologia de Calvino. Ele devia alguma coisa ao estoicismo, especialmente a Sêneca, e algo a seus estudos de direito; mas apoiou-se principalmente em Santo Agostinho, que tirou o predestinacionismo de São Paulo, o qual não conheceu Cristo. Resolutamente Calvino desprezou a concepção que Cristo fez de Deus como sendo pai amante e misericordioso e, calmamente, omitiu muitas passagens da Bíblia que admitiam a liberdade do homem para moldar seu próprio destino (2 Ped. 3.9;1 Tim. 2.4;1 João 2.2;4.4, etc.). O gênio de Calvino não estava em conceber novas idéias, porém em desenvolver os pensamentos de seus predecessores até chegar a conclusões lógicas destruidoras, exprimindo-as com uma eloqüência que, igual, só haveria a de Santo Agostinho, e formulando suas inferências práticas em um sistema de legislação eclesiástica. Tomou de Lutero a doutrina da justificação ou eleição pela fé; de Zwingli, a interpretação espiritual da eucaristia, e, de Bucer, as noções contraditórias sobre a vontade divina, como causa de todos os acontecimentos, e a necessidade de uma piedade prática e tenaz, como prova e testemunho da eleição. Muitas dessas doutrinas protestantes tinham vindo, em forma mais suave, pela tradição católica; Calvino ressaltou-as e negligenciou-se dos elementos que podiam compensar e abrandar a religião medieval. Era mais medieval que qualquer pensador entre Santo Agostinho e Dante. Rejeitou completamente a preocupação humanista com as virtudes terrenas e conduziu novamente o pensamento do homem, mais sombriamente que antes, para o outro mundo. No calvinismo, a Reforma repudiou mais uma vez a Renascença.

Constitui, à primeira vista, um mistério e, depois, uma revelação que uma teologia tão desagradável tivesse conquistado a aprovação de centenas de milhões de homens na Suíça, França, Escócia, Inglaterra e América do Norte. Por que os calvinistas, huguenotes e puritanos haveriam de combater tão valentemente em defesa de sua própria impotência? E por que essa teoria da impotência humana contribuiu também para produzir alguns dos mais fortes caracteres na história? Porventura esses crentes, julgando-se os poucos eleitos, adquiririam mais força do que perderiam se reconhecessem que sua conduta não contribuía com coisa alguma para a sua sorte? O próprio Calvino, que era tímido e resoluto ao mesmo tempo, tinha certeza de que pertencia aos eleitos, e isto o confortava tanto que achava que o "horrível decreto" da predestinação "produzia os mais agradáveis benefícios".[19] Alguns que se julgavam eleitos sentiriam prazer em considerar quanto eram poucos os que deviam ser salvos e muitos os que deviam ser condenados às penas eternas? Assim como a crença de que

eram os eleitos de Deus dava a muitas almas a coragem de enfrentar as vicissitudes da vida e a falta aparente de certo objetivo nela, também a fé similar do povo judaico possibilitava sua preservação em meio às dificuldades, que, não fosse isto, teriam destruído a vontade de viver; de fato, a idéia dos calvinistas de serem os eleitos de Deus talvez deva sua forma à crença judaica, assim como o protestantismo, em geral, deveu muita coisa ao Velho Testamento. A confiança na eleição divina deve ter sido o sustentáculo da coragem dos huguenotes em suportar guerras e massacres, e dos peregrinos que abandonavam seus lares e, arrostando todos os perigos, saíam à procura de novas terras em regiões hostis. Se um pecador reformado adquirisse essa confiança e acreditasse que sua reforma havia sido ordenada por Deus, permaneceria com a crença inabalada até o fim. Calvino enalteceu essa sensação de orgulho na eleição, tornando os eleitos, pobres ou não, uma aristocracia hereditária: os filhos dos eleitos eram automaticamente os eleitos pela vontade de Deus.[20] Assim, por um simples ato de fé em si mesmo, podia-se, mesmo que fosse só na imaginação, possuir e transmitir o paraíso. Para a aquisição de tais bens imortais, a confissão de fraqueza era um preço baratíssimo.

Os adeptos de Calvino precisavam desse consolo, pois ele vivia pregando que a vida terrena é um vale de misérias e de lágrimas. Com alegria ele aceitava "ser exata a opinião daqueles que consideravam o maior bem o fato de não se nascer e o maior bem seguinte, o fato de se morrer imediatamente; nada havia de irracional na conduta daqueles que se lamentavam e choravam ao nascer alguém da família e que, solenemente, se rejubilavam por ocasião de seus funerais"; ele apenas lastimava que esses pessimistas esclarecidos, sendo em sua maioria pagãos que desconheciam Cristo, fossem condenados às chamas eternas.[21] Somente uma coisa podia tornar a vida suportável — a esperança de ininterrupta felicidade depois da morte. "Se o céu é nossa morada, que é a terra senão um lugar de exílio? — e se saímos deste mundo para entrar na vida, que é o mundo senão um sepulcro?"[22] Diferentemente de seu lado poético, Calvino descreve em suas mais eloqüentes páginas não as fantasias do inferno, porém os encantos do céu. O eleito devoto sofrerá sem um murmúrio todas as dores e aflições da vida. "Pois eles manterão sempre diante de si aquele dia em que o Senhor receberá Seus servos fiéis em Seu pacífico reino, enxugar-lhes-á as lágrimas dos olhos, cobri-los-á com o manto da alegria, adorná-los-á com a coroa da glória, proporcionar-lhes-á inefáveis prazeres e exaltá-los-á para que se unam à Sua majestade e... participem de Sua ventura".[23] Para os pobres e infelizes, que cobrem a terra, talvez fosse uma crença indispensável.

III. GENEBRA E ESTRASBURGO: 1536-41

Enquanto sua obra, *Princípios*, estava ainda sendo impressa (março de 1536), Calvino fez, segundo tradição geralmente aceita, se bem que não unanimemente,[24] uma rápida viagem a Ferrara, através dos Alpes, provavelmente com o propósito de solicitar da duqueza protestante Renée, esposa do duque Ercole II e filha do finado Luís XII, auxílio para os protestantes que estavam sendo perseguidos em França. Comovida com o fervor de suas convicções religiosas, ela o tomou como seu guia espiritual através de uma reverenciosa correspondência que com ele manteve até a morte. Voltando à Basiléia, em maio, Calvino aventurou-se a ir a Noyon a fim de vender ali algumas propriedades. Partiu, depois, juntamente com o irmão e a irmã, para Estras-

burgo. Deteve-se, porém, por algum tempo em Genebra (julho de 1536) em virtude de a estrada ter ficado bloqueada com a guerra.

A capital da Suíça francesa era mais antiga que a história. Nos tempos pré-históricos era um conglomerado de habitações lacustres construídas sobre estacas, algumas das quais se podem ainda ver. No tempo de César, era, um ativo cruzamento de rotas de comércio na ponte, onde o Ródano se precipita do lago Leman para ir em seguida à busca do Mediterrâneo, depois de vaguear pela França. Na Idade Média, Genebra caiu sob o domínio secular e espiritual de seu bispo. Normalmente, este era eleito pelo cabido da catedral, que, com isso, tornou-se uma força política na cidade; este foi essencialmente o governo que Calvino restaurou mais tarde em forma protestante. No século XVI o ducado de Sabóia, que ficava do outro lado dos Alpes, assumiu o domínio sobre o cabido e elevou ao episcopado homens subservientes a Sabóia e dados aos prazeres do mundo, receosos de que não houvesse outra vida depois desta. O outrora excelente governo episcopal e a moral do clero sob sua jurisdição foram de mal a pior. Um sacerdote, a quem se ordenara que mandasse embora a concubina, concordou em fazê-lo assim que seus companheiros do clero renunciassem também à vida galante; prevaleceu a vida galante.[25]

Dentro daquele governo eclesiástico-ducal, as principais famílias de Genebra organizaram o Conselho dos Sessenta para a elaboração das leis municipais, o qual elegeu quatro síndicos como funcionários executivos. O conselho costumava reunir-se na catedral de São Pedro do bispado; a jurisdição de religiosos e civis estava tão entrelaçada que, enquanto o bispo cunhava moedas e dirigia o exército, o conselho regulava a moral, expedia excomunhões e concedia alvarás a prostitutas. Assim como em Trier, Mogúncia e Colônia, o bispo era também um príncipe do Sacro Império Romano e, naturalmente, assumia funções de que depois ficaram livres os bispos. Alguns chefes civis, conduzidos por François de Bonnivard, procuraram libertar a cidade das autoridades episcopal e ducal. Com o fito de fortalecer esse movimento, esses *Patriotes* concretizaram uma aliança com a Fribourg católica e a Berna protestante. Os partidários da aliança receberam o nome do termo alemão para confederados — *Eidgenossen* (camaradas por juramento), os franceses deturparam o termo, transformando-o em *Huguenots* (Huguenotes). Por volta de 1520, os chefes de Genebra eram, em sua maioria, comerciantes, pois, diferentemente de Wittenberg, Genebra era uma cidade comercial, servindo de intermediária nas operações entre a Suíça, no norte, a Itália, no sul, e a França, a oeste. Os burgueses de Genebra formaram (1526) o Grande Conselho dos Duzentos, e este elegeu o Pequeno Conselho dos Vinte e Cinco que se tornou o verdadeiro governante da municipalidade e que, freqüentemente, zombava da autoridade do bispo e do duque. O bispo declarou a cidade como estando sob o jugo da revolta e chamou em seu auxílio os soldados do duque. Estes capturaram Bonnivard e aprisionaram-no no castelo de Chillon. O exército de Berna veio em auxílio dos confederados de Genebra; as forças ducais foram derrotadas e dispersadas; o bispo fugiu para Annecy, e o herói de Byron foi libertado do cárcere. O Grande Conselho, indignado com o apoio que o clero havia dado a Sabóia, pronunciou-se pela fé reformada e assumiu a jurisdição, tanto civil como eclesiástica, de toda a cidade (1536), dois meses antes da chegada de Calvino.

O herói doutrinário dessa revolução foi Guillaume Farel. Como Lutero, foi extremamente piedoso na mocidade. Em Paris, ficou sob a influência de Jacques Lefèvre d'Étaples, cuja tradução e explicações da Bíblia transtornaram-lhe a ortodoxia; pois,

não pôde descobrir nas Escrituras vestígio algum de papas, bispos, indulgências, purgatórios, nem dos sete sacramentos, missa, celibato do clero, adoração da Virgem Maria ou de santos. Desdenhando a ordenação, seguiu viagem como pregador independente, vagueando de uma cidade a outra, na França e na Suíça. De estatura pequena, constituição franzina, voz e espírito fortes, o rosto pálido avivado por olhos faiscantes e uma barba de vermelho flamejante, denunciou o papa como Anticristo, a missa como sacrilégio e as imagens de igreja como ídolos que deviam ser destruídos. Em 1532, começou a pregar em Genebra. Foi preso pelos agentes do bispo, os quais se propuseram a lançar o "cão luterano" no Ródano; os síndicos intervieram, e Farel escapou com alguns ferimentos na cabeça e alguns escarros na roupa. Conseguiu a adesão do Conselho dos Vinte e Cinco à sua causa e, com o auxílio de Pedro Viret e Antônio Froment, recebeu tanta ajuda popular que quase todo o clero católico teve de sair. Em 21 de maio de 1536, o Pequeno Conselho decretou a abolição da missa e a remoção de todas as imagens e relíquias das igrejas. As propriedades eclesiásticas foram empregadas pelos protestantes para fins de culto religioso, instituições de caridade e ensino; o ensino tornou-se compulsório e gratuito, e uma severa disciplina moral ficou consolidada em lei. Os cidadãos foram chamados para jurar fidelidade ao Evangelho, sendo banidos aqueles que se recusassem a assistir ao culto religioso da Reforma.[26] Era essa a Genebra, onde Calvino acabava de chegar.

Farel tinha então 47 anos; embora estivesse destinado a viver um ano mais que Calvino, viu naquele jovem austero e eloqüente, 20 anos mais moço, justamente o homem que precisava para consolidar a Reforma e levá-la para frente. Calvino mostrou-se relutante; tinha planejado uma vida dedicada aos estudos e à produção de obras literárias. Sentia-se mais à vontade com Deus do que com os homens. Mas Farel, com a expressão de profeta bíblico e voz trovejante, ameaçou lançar a maldição dos santos sobre ele se fosse preferir seus estudos particulares à árdua e perigosa pregação do Evangelho eterno. Calvino cedeu; o conselho e o presbitério deram sua aprovação, e, sem outra ordenação, ele começou seu ministério (5 de setembro de 1536), fazendo, na igreja de São Pedro, a primeira das várias elocuções sobre as Epístolas de São Paulo. Por toda a parte, no protestantismo, salvo as seitas socialmente radicais, a influência de São Paulo dominava a de São Pedro que é reputado o fundador da Igreja Romana.

Em outubro, Calvino acompanhou Farel e Viret a Lausanne; exerceu ali pequeno papel nos célebres debates que conquistaram a passagem daquela cidade para o campo protestante. Voltando a Genebra, o velho e o jovem pastores do grupo de São Paulo prepararam-se para novamente consagrar os habitantes a Deus. Aceitando sinceramente a Bíblia como o Verbo literal de Deus, sentiram-se com a absoluta obrigação de pôr em vigor o seu código moral. Ficaram chocados ao encontrarem tantas pessoas que se entregavam a cantos, danças e prazeres semelhantes; além disso, alguns jogavam, bebiam até embriagar-se ou cometiam adultério. Todo um distrito da cidade estava ocupado por prostitutas, sob a direção de sua própria *Reine du bordel,* a Rainha do Bordel. Ao belicoso Farel e ao consciencioso Calvino, a aceitação daquela situação seria trair a Deus.

A fim de restabelecer a base religiosa de uma moral real, Farel expediu a *Profissão de Fé e Disciplina,* e Calvino o popular *Catecismo*, que o Grande Conselho aprovou em novembro de 1536. Os cidadãos que persistentemente transgredissem o código moral seriam excomungados e exilados. Em julho de 1537, o conselho ordenou a to-

dos os cidadãos que fossem à igreja de São Pedro e jurassem fidelidade à *Profissão de Fé;* de Farel. Qualquer manifestação de catolicismo — tais como, porte de rosário, adoração de uma relíquia sagrada ou observância de dias santos — estava sujeita a punição. Mulheres que usassem chapéus impróprios eram postas na prisão. Bonnivard, demasiado alegre em sua liberdade, foi prevenido para que pusesse um fim à sua conduta imoral. Jogadores eram amarrados a toros de madeira. Adúlteros eram enxotados pelas ruas, rumo ao desterro.

Acostumados ao governo eclesiástico e a uma complacente disciplina moral de um catolicismo abrandado pelos climas do sul, os genebreses resistiram às novas disposições. Os *Patriotes*, que haviam libertado a cidade do bispo e do duque, reorganizaram-se a fim de libertá-la de seus zelozos ministros. Outro partido, exigindo a liberdade de consciência e culto, e denominado, por isso, *Libertins* ou Liberais, ligou-se aos *Patriotes* e aos católicos secretos, e essa coalizão conseguiu obter maioria no Grande Conselho, na eleição de 3 de fevereiro de 1538. (Calvino, acusando os Liberais de falta de firmeza moral, deu à palavra *libertin* a nova significação que hoje empregamos.) O novo conselho ordenou aos ministros que se mantivessem fora da política. Farel e Calvino denunciaram-no e recusaram-se a servir a eucaristia até que a cidade rebelde se sujeitasse à disciplina que havia jurado observar. O conselho depôs os dois ministros (23 de abril) e ordenou que abandonassem a cidade dentro de três dias. O povo celebrou a deposição com grandes manifestações de alegria em praça pública.[27] Farel aceitou um convite para ir a Neuchâtel; ali pregou até o fim de seus dias (1565). Nessa cidade, foi erguido em honra de sua memória um monumento público.

Calvino seguiu para Estrasburgo, então uma cidade livre, apenas subordinada ao imperador, e serviu como ministro da *L'Église des Étrangers*, congregação de protestantes, em sua maioria procedentes da França. Para conseguir mais uma renda, além dos 52 florins ($ 1,300?) que a Igreja lhe pagava anualmente, vendeu sua biblioteca e tomou estudantes como pensionistas. Achando inconveniente o celibato naquela situação, pediu a Farel e Bucer que procurassem para ele uma mulher, e deu a relação das especificações: "Não sou desses amantes loucos que, ao ficarem fascinados pelo belo corpo de uma mulher, aceitam também seus defeitos. Eis apenas um tipo de beleza que me seduz — que ela seja casta, prestimosa (não fastidiosa), econômica, paciente e que zele pela minha saúde".[28] Após duas tentativas, casou-se (1540) com Idelette de Bure, uma pobre viúva com muitos filhos. Ela lhe deu também um filho, mas este morreu na infância. Quando ela morreu (1549), Calvino escreveu palavras cheias de ternura que a austeridade de sua vida pública jamais deixara perceber. Viveu depois a sós os restantes 15 anos de sua vida.

Enquanto ele trabalhava em Estrasburgo, os acontecimentos continuavam a agitar Genebra. Encorajado pela expulsão de Farel e Calvino, o bispo exilado planejou uma volta triunfante à catedral. Como passo preliminar, persuadiu Iacopo Sadoleto a escrever uma *Epístola aos Genebreses,* aconselhando-os a recomeçarem o culto e a prática do catolicismo (1539). Sadoleto, para um cardeal e humanista, era cavalheiro de virtudes excepcionais; já tinha aconselhado ao papado que tratasse brandamente os dissidentes protestantes e havia depois recebido, sob sua proteção, em Carpentras, os valdenses hereges que fugiam ao massacre (1545). Empregando um belo latim que havia aprendido com o impecável Bembo, dirigiu "a seus muito amados irmãos, magistrados, senado e cidadãos de Genebra" vinte páginas de cortesias diplomáticas e

exortações teológicas. Frisou a rapidez com que o protestantismo estava sendo dividido em seitas que se guerreavam, conduzido, alegava ele, por homens astuciosos, ávidos por galgar o poder; comparou isto com a união já de muitos séculos, na Igreja Romana, e perguntou com quem a verdade teria maior probabilidade de estar; com aquelas facções divergentes ou com a doutrina católica formada pela experiência dos séculos e os espíritos inteligentes que se reuniam nos conselhos eclesiásticos. Concluiu oferecendo a Genebra todo e qualquer serviço que estivesse em seu poder prestar.

O conselho agradeceu os cumprimentos e prometeu-lhe uma resposta. Mas não se encontrou uma pessoa em Genebra que pudesse rebater com a espada ou em latim o requintado humanista. Entrementes, certo número de cidadãos pediu que fosse dispensado do juramento que havia feito de apoiar a *Profissão de Fé e Disciplina*; durante algum tempo, parecia que a cidade ia voltar para o catolicismo. Calvino soube do que se passava e, em uma resposta ao cardeal, ergueu-se com toda a força de seu espírito e de sua pena para defender a Reforma. Usou da mesma cortesia e da mesma eloqüência, mas não cedeu sequer um palmo de terreno em sua teologia. Protestou contra a insinuação de que se tinha rebelado para satisfazer uma ambição pessoal; declarou que podia ter-se erguido a postos mais confortáveis se tivesse permanecido ortodoxo. Reconhecia a base divina da Igreja Católica, mas acusou que os vícios dos papas da Renascença haviam demonstrado que o papado havia sido aprisionado pelo Anticristo. À sabedoria dos conselhos da Igreja, contrapunha a sabedoria da Bíblia que Sadoleto quase ignorara. Lamentava que a corrupção da Igreja tivesse provocado a secessão e a cisão, mas somente assim poder-se-iam curar os males. Se os católicos e protestantes quisessem agora cooperar para limpar a doutrina, o ritual e os elementos de todas as igrejas cristãs, seriam recompensados com a união final, no céu, com Cristo. Foi uma carta extraordinária que, talvez, não ressaltasse as virtudes incidentais dos papas da Renascença, mas, por outro lado, foi elaborada com um espírito de urbanidade e dignidade, muito raro nas controvérsias daquele tempo. Lutero, lendo-a em Wittenberg, declarou que ela devia ter aniquilado o cardeal: "Alegra-me" — disse ele — "que Deus levante homens que... terminarão a guerra que iniciei contra o Anticristo".[29] O conselho de Genebra ficou tão impressionado que ordenou que as duas cartas fossem impressas à custa da cidade (1540). Começaram a perguntar-se a si mesmos se, no terem banido Calvino, haviam perdido o homem mais capaz, na Reforma suíça.

Outros fatores alimentavam aquela dúvida. Os ministros que haviam substituído Farel e Calvino provaram ser incompetentes, tanto na pregação como na disciplina. O povo perdera o respeito por eles e entregara-se novamente àquela moralidade descuidada dos dias anteriores à Reforma. O jogo, a bebida, as brigas nas ruas e o adultério floresciam; canções pornográficas eram cantadas em plena praça pública; pessoas brincavam nuas nas ruas.[30] Dos quatro síndicos que haviam chefiado o movimento para expulsar Farel e Calvino, um teve de ser condenado à morte por assassínio, outro por falsificações, um terceiro por traição e o quarto morreu quando procurava escapar à prisão. Os comerciantes que controlavam o conselho deviam olhar com apreensão aquela situação de desordem, a qual impedia o curso dos negócios. O próprio conselho não teve disposição para fazer uma substituição para talvez depois ser excomungado por um bispo que se restaurasse no poder. Aos poucos, a maioria dos membros foi concordando com a idéia de se chamar novamente Calvino. Em 1º de maio de 1541, o conselho anulou a sentença de desterro e declarou serem Farel e Calvino homens

ilustres. Foram enviadas sucessivas comissões a Estrasburgo para persuadir Calvino a recomeçar suas atividades de pastor em Genebra. Farel perdoou a cidade por não lhe ter estendido igual convite e, com nobre generosidade, juntou-se às comissões para aconselhar Calvino a voltar. Mas este havia feito muitas amizades em Estrasburgo; sentia que devia ali muitas obrigações e achava que em Genebra somente lutas lhe estariam reservadas. "Não há nenhum lugar no mundo que eu tanto receie quanto esse." Mas concordou em fazer-lhe apenas uma visita. Quando chegou (13 de setembro de 1541), recebeu tantas homenagens, tantas desculpas e tantas promessas de cooperação no restabelecimento da ordem e do Evangelho, que não teve forças para recusar. Em 16 de setembro, escreveu a Farel: "Seu desejo foi atendido. Já não posso mais sair daqui. Possa Deus dar-me Sua bênção".[31]

IV. A CIDADE DE DEUS

Calvino, nos primeiros anos depois de sua volta, conduziu-se com moderação e modéstia, tendo conquistado apenas uma pequena minoria a seu favor. Foram nomeados oito pastores-assistentes, a ele subordinados, para servirem à igreja de S. Pedro e às outras igrejas da cidade. Ele trabalhava de 12 a 18 horas por dia como pregador, administrador, professor de teologia, superintendente de igrejas e escolas, conselheiro de conselhos municipais e regulador da moral pública e da liturgia da igreja; entrementes, continuava ampliando os *Princípios da Religião Cristã;* escrevia comentários sobre a Bíblia e mantinha correspondência que, em volume, somente era inferior à de Erasmo, mas que, em influência, ultrapassava a do grande humanista. Dormia e comia pouco; jejuava freqüentemente. Seu sucessor e biógrafo, Théodore de Bèze, maravilhava-se de ver que aquele homenzinho (*unicus homunculus*) pudesse carregar uma carga tão pesada e variada.

Sua primeira tarefa foi reorganizar a Igreja Reformada. A seu pedido, o Pequeno Conselho, logo depois de sua volta, nomeou uma comissão de cinco clérigos e seis conselheiros, dirigida por ele, a fim de preparar um novo código eclesiástico. A 2 de janeiro de 1542, o Grande Conselho ratificou as *Ordonnances ecclésiastiques* resultantes, cujas características essenciais continuam aceitas pelas igrejas reformadas e presbiterianas da Europa e Estados Unidos da América do Norte. O ministério dividia-se em pastores, professores, irmãos leigos e diáconos. Os pastores de Genebra constituíam "A Venerável Companhia", que governava a Igreja e preparava os candidatos para o ministério. Ninguém devia, dali por diante, pregar em Genebra sem autorização da Companhia; o consentimento do conselho da cidade e da congregação era também necessário, mas as ordenações episcopais — e bispos — eram tabus. O novo clero, conquanto não reivindicasse os milagrosos poderes dos sacerdotes católicos e decretasse sua própria inelegibilidade para os cargos civis, tornou-se, sob a direção de Calvino, mais poderoso que quaisquer outros sacerdotes desde o tempo do antigo Israel. A verdadeira lei de um Estado cristão, disse Calvino, deve ser a Bíblia; o clero é o justo intérprete dessa lei, estando a ela sujeitos os governos civis, os quais devem fazer com que seja cumprida, conforme é assim interpretada. Os homens práticos, naqueles conselhos, podiam ter tido suas dúvidas sobre esses pontos, mas parecia que achavam ser a ordem social tão vantajosa para a economia que deixaram algumas idéias eclesiásticas permanecer, por algum tempo, sem contestação. Assim, durante

um extraordinário quarto de século, uma teocracia de clérigos pareceu dominar uma oligarquia de mercadores e homens de negócios.

Por intermédio do consistório ou presbitério, composto de cinco pastores e 12 presbíteros leigos, todos eleitos pelo conselho, exercia o clero sua autoridade sobre a vida de Genebra. Como os pastores ocupavam o cargo durante todo o tempo de seu ministério e os presbíteros durante apenas um ano, o consistório, nas questões que não afetassem vitalmente os negócios, era governado pelos seus membros eclesiásticos. Tinha o direito de decretar o culto religioso e a conduta moral de todos os habitantes; mandava um ministro e um presbítero visitar todas as casas e famílias anualmente; podia intimar qualquer pessoa a comparecer diante dele a fim de ser interrogada; podia censurar ou excomungar publicamente os transgressores e podia confiar no Conselho para expulsar da cidade aqueles que ele banisse da Igreja. Calvino tinha poder como chefe desse consistório; de 1541 até sua morte, em 1564, sua voz foi a mais influente em Genebra. A intensidade de sua crença em sua missão e a absoluta devoção que tinha por sua tarefa davam-lhe uma força a que ninguém podia realmente resistir. Se Hildebrando tivesse ressuscitado, ter-se-ia rejubilado com esse aparente triunfo da Igreja sobre o Estado.

Ao ser empossado, o clero regulou em primeiro lugar o culto religioso. "Todos os membros da família devem ir ouvir os sermões aos domingos, salvo aquele que tiver de ficar em casa para cuidar das crianças ou do gado. Se houver prédica nos dias da semana, todos que puderem devem vir." (Calvino pregava três ou quatro vezes por semana.) "Se alguém chegar depois de começado o sermão, cumpre adverti-lo. Se não se corrigir, cumpre pagar uma multa de três soldos."[32] Ninguém seria dispensado de assistir ao culto protestante sob a alegação de seguir um credo religioso diferente ou particular; Calvino era tão radical quanto qualquer papa no rejeitar o individualismo nas crenças; esse grande legislador do protestantismo repudiou por completo o princípio de julgamento privado com que a nova religião havia começado. Tinha visto a fragmentação da Reforma em uma centena de seitas e, prevendo mais ainda, não queria admitir em Genebra a existência de nenhuma delas. Ali, um corpo de teólogos eruditos formularia o credo autoritário; os genebreses que não o aceitassem teriam de procurar outras paragens para viver. A ausência freqüente aos cultos protestantes ou a recusa constante de se receber a eucaristia constituíam transgressão sujeita a punição. A heresia foi novamente considerada um insulto a Deus e traição ao Estado; era punida com a morte. O catolicismo, que havia pregado essa teoria da heresia, tornou-se, por sua vez, heresia. No período de 1542 a 1564, 58 pessoas foram condenadas à morte e 76 desterradas por violarem o novo código. Ali, como algures, a feitiçaria era crime capital; em um só ano, por recomendação do consistório, 14 pseudofeiticeiras foram enviadas à fogueira sob acusação de que haviam persuadido Satanás a afligir Genebra com a peste.[33]

O consistório fazia pouca distinção entre religião e moralidade. A conduta tinha de ser dirigida com o mesmo zelo que a crença, pois a boa conduta era o objetivo da verdadeira religião. O próprio Calvino, austero e severo, sonhava com uma comunidade tão bem regulada que suas virtudes provassem sua teologia e envergonhassem o catolicismo que havia produzido ou tolerado o luxo e as fraquezas de Roma. A disciplina devia ser a espinha dorsal da personalidade, possibilitando-a erguer-se das misérias da natureza humana para a sublimidade da vitória do homem sobre si mesmo. O clero devia ser o guia pelos seus exemplos e preceitos; podia casar-se e procriar, mas tinha

de abster-se da caça, jogo, festas, comércio e das diversões dos seculares, bem como aceitar a visita e o exame minucioso sobre moral que anualmente seriam feitos pelos seus superiores eclesiásticos.

Estabeleceu-se um sistema de visitas domiciliares para regular a conduta dos leigos: um ou outro presbítero visitava anualmente cada casa no distrito que lhe era assinalado e interrogava os moradores sobre todas as fases de suas vidas. O consistório e o conselho uniram-se para a proibição de jogos, inclusive o carteado, profanidades, embriaguez, freqüência às tavernas, danças (que eram então agravadas com beijos e abraços), canções indecentes e ímpias, excessos nas diversões, vida extravagante e trajes exagerados. A cor permitida e a quantidade de roupa e o número de pratos tolerados em uma refeição eram especificados por lei. As jóias e as rendas constituíam motivos para censura. Uma mulher foi presa por ter feito um penteado alto.[34] As representações teatrais limitavam-se a peças religiosas, as quais foram também proibidas depois. As crianças deviam receber o nome dos santos, constantes do calendário católico, mas preferia-se que se adotassem os das personalidades do Velho Testamento; um pai que insistia em dar o nome de Claude ao filho, em vez de o de Abraão, passou quatro dias na prisão.[35] Seguindo o exemplo dos católicos e seculares, adotou-se a censura da imprensa, mais ampliada, porém (1560): foram banidos os livros de falsas doutrinas religiosas ou de tendência imoral; os *Ensaios* de Montaigne e o *Émile* de Rousseau caíram mais tarde sob essa proscrição. Era crime falar desrespeitosamente de Calvino ou do clero.[36] A primeira vez que se violassem tais disposições punia-se com uma reprimenda, a segunda vez com multas, e as persistentes violações, com a prisão ou o desterro. A fornicação devia ser punida com exílio ou afogamento; o adultério, a blasfêmia e a idolatria, com a morte. Houve até o caso extraordinário de uma criança que foi decapitada por ter batido nos pais.[37] Nos anos de 1558-59, houve 414 perseguições por transgressões morais; no período de 1542 a 1546, 76 pessoas foram desterradas e 58 executadas; a população de Genebra era, naquele tempo, de 20.000 almas.[38] Como em toda a parte, no século XVI, empregava-se freqüentemente a tortura para se obter uma confissão ou testemunhos.

Os preceitos estendiam-se ao ensino, à sociedade e à vida econômica. Calvino criou escolas e uma academia; mandou vir da Europa Ocidental bons professores de latim, grego, hebraico e teologia e preparou jovens ministros, os quais levaram seu evangelho para a França, Holanda, Escócia e Inglaterra com o mesmo ardor e devoção dos missionários jesuítas na Ásia; em 11 anos (1555-66), Genebra tinha enviado 161 de tais emissários para a França, muitos dos quais cantaram salmos huguenotes ao serem martirizados. Calvino considerava natural a divisão de classes, e sua legislação protegia as posições sociais, prescrevendo a qualidade da roupa e os limites de atividades para cada classe.[39] Cabia a toda pessoa aceitar seu lugar na sociedade e executar suas obrigações sem invejar seus superiores e sem se queixar da sorte. A mendicância era proibida. Substituiu-se a caridade indiscriminada por uma administração popular que zelava pela assistência aos pobres.

O calvinismo deu ao trabalho árduo, à sobriedade, à diligência, à frugalidade e à parcimônia uma sanção religiosa e coroa de louros que, talvez, tenha contribuído para desenvolver esse caráter laborioso do moderno homem de negócios protestante; mas é uma relação que tem sido exagerada.[40] O capitalismo achava-se muito mais desenvolvido na católica Florença e Flandres antes da Reforma do que na Genebra de Calvino. Calvino rejeitou o individualismo na economia assim como na religião e na

moral. A unidade da sociedade, em sua opinião, não era o indivíduo livre (com quem Lutero iniciara a revolta), mas a comunidade da cidade-estado, cujos membros a ela eram ligados por uma disciplina e leis rigorosas. "Nenhum membro da comunidade cristã — escreveu ele — deve manter seus dons para si ou para seu uso particular; deve partilhá-los com os membros seus companheiros; tampouco deve tirar proveito das coisas, salvo das que procedem do benefício comum do corpo como um todo."[41] Não tinha simpatia pelas especulações nas aquisições ou pelas acumulações impiedosas.[42] À semelhança de alguns teóricos católicos no final da Idade Média, permitia juros sobre empréstimos, mas, na teoria, limitava-os a 5 por cento e aconselhava que se fizessem empréstimos sem cobrança de juros a indivíduos necessitados ou ao Estado.[43] Com sua aprovação, o consistório puniu açambarcadores, monopolizadores e usurários que cobraram juros excessivos; fixou preços para mantimentos, roupas e operações cirúrgicas; censurou e multou mercadores que fraudavam fregueses, negociantes que adulteravam pesos e fabricantes de roupas que logravam no corte.[44] O regime chegou a encaminhar-se para o socialismo de Estado: a "Venerável Companhia" fundou um banco e dirigiu algumas indústrias.[45]

Se tivermos bem em mente esses fatores limitativos, poderemos admitir um sereno e crescente entendimento entre o calvinismo e os negócios. Calvino não teria mantido por muito tempo sua liderança se tivesse obstruído o desenvolvimento comercial de uma cidade, cujo comércio era sua vida. Ele se adaptou à situação, permitiu a cobrança de juros à razão de 10 por cento e recomendou empréstimos do Estado para o financiamento da indústria particular e sua expansão, como na manufatura de roupas e produção de seda. Centros comerciais, como Antuérpia, Amsterdam e Londres adotaram prontamente esta primeira religião moderna que aceitava a economia moderna. O calvinismo acolheu a classe média em seu rebanho e cresceu com o seu desenvolvimento.

Quais foram os resultados do domínio de Calvino? As dificuldades para se fazer cumprir leis deviam ter sido imensas, pois nunca, na história, se exigiram tão severas virtudes de uma cidade. Uma parte considerável opunha-se ao regime, chegando até ao ponto de rebelar-se francamente; contudo, um substancial número de cidadãos devia tê-lo apoiado, mesmo que fosse apenas na questão de teoria geral da moral — pois os outros dela tinham necessidade. A afluência de huguenotes franceses e de outros protestantes devia ter fortalecido a ação de Calvino, e a limitação dessa experiência a Genebra e seu interior, sem dúvida, aumentou as probabilidades de êxito. O constante medo que se tinha de uma invasão e absorção por estados hostis (Sabóia, Itália, França, o Império) contribuía para a manutenção da estabilidade política e obediência cívica; o perigo externo promovia a disciplina interna. Em todo o caso, temos uma entusiástica descrição dos resultados, saída da pena de uma testemunha ocular, Bernardino Ochino, um protestante italiano que se refugiou em Genebra:

> Praguejamento, blasfêmias, incontinência, sacrilégio, adultério e vida impura, como prevalecem em muitos lugares onde morei, são aqui desconhecidos. Não há alcoviteiros nem meretrizes. O povo não sabe o que é carmim e todos se vestem decentemente. Não se usam jogos de azar. A bondade é tão grande que os pobres não precisam mendigar. As pessoas repreendem-se umas às outras de modo fraternal, como Cristo prescreve. As ações judiciárias acham-se banidas da cidade, nem existe simonia, assassínio ou espírito de partido, e, sim, apenas paz e caridade. Por outro lado, não há aqui órgãos, nem voz de sinos, nem velas acesas ou lâmpadas (nas

igrejas), nenhuma relíquia, nem quadros, estátuas, dosséis ou mantos magníficos, nem farsas ou cerimônias tristes. As igrejas estão completamente livres da idolatria.[46]

Os registros existentes do conselho, para aquele período, não confirmam completamente esse relatório; revelam uma alta percentagem de crianças ilegítimas, crianças abandonadas, casamentos forçados e sentenças de morte;[47] o genro e a enteada de Calvino figuram entre os que foram condenados por adultério.[48] Mas vamos depois encontrar novamente, já em 1610, Valentino Andreal, um ministro luterano de Württenberg, louvando Genebra com inveja:

> Quando estive em Genebra observei algo grande de que haverei de lembrar-me e que desejarei enquanto viver. Nessa cidade existe não só a perfeita instituição de uma república perfeita, mas também como ornamento especial, uma disciplina moral através da qual se fazem semanalmente investigações sobre a conduta, e até sobre as menores transgressões, dos cidadãos.... Todo praguejamento, blasfêmias, jogos, luxo, lutas, ódio, fraudes, etc., são proibidos, e quase não se ouve falar de grandes pecados. Que ornamento glorioso da religião cristã essa pureza de moral! Devemos lamentar com lágrimas que isso nos esteja faltando (a nós, alemães) e esteja completamente esquecido. Não fosse a diferença de religião, teria ficado preso a Genebra para sempre.[49]

V. OS CONFLITOS DE CALVINO

O caráter de Calvino harmonizava com sua teologia. O retrato a óleo, na Biblioteca da Universidade de Genebra, mostra-o como um místico severo e sombrio: tez morena, porém pálida, barba preta e rala, testa alta e olhos penetrantes e implacáveis. Era de pequena estatura e franzino, mal talhado para carregar uma cidade em suas mãos. Mas atrás daquela frágil constituição cintilava um espírito agudo, atento, devotado e forte e uma vontade firme e indomável, talvez a vontade de dominar. Seu intelecto era uma cidadela da ordem, tornando-o quase o Tomás de Aquino da teologia protestante. Sua memória era sólida e precisa. Estava mais avançado que sua própria época ao duvidar da astrologia, ombreando com ela no rejeitar Copérnico e um pouco atrasado (como Lutero) ao atribuir muitos acontecimentos terrestres ao diabo. Sua timidez encobria sua coragem, seu acanhamento dissimulava um orgulho interior, e sua humildade perante Deus transformava-se, às vezes, em forte arrogância perante os homens. Era profundamente sensível à crítica e não sabia tolerar a oposição com a paciência de alguém que pode conceber a possibilidade de achar-se em erro. Atormentado pelas doenças, curvado sob o peso do trabalho, muitas vezes perdia a calma e explodia sua cólera com uma torrente de palavras eloqüentes; confessou a Bucer que achava difícil amansar "a fera selvagem de seu ódio".[50] Suas virtudes não incluíam boa disposição de espírito, o que teria suavizado suas convicções, nem o senso de beleza, o que teria podido poupar a arte eclesiástica. Não era, entretanto, um desmancha-prazeres; recomendava a seus adeptos que fossem alegres, praticassem jogos inofensivos, como os de boliche e argolas, e que desfrutassem com moderação o prazer do vinho. Sabia ser amigo delicado e bondoso e inimigo implacável, capaz de julgamentos severos e de vinganças cruéis. As pessoas que o serviam temiam-no,[51]

mas amavam-no as que o conheciam melhor. Sexualmente sua vida não mostrava defeito. Vivia com simplicidade, comia frugalmente, jejuava sem ostentação, dormia apenas seis horas por dia, nunca tirava férias, e não se poupava em tudo aquilo que julgasse ser do serviço de Deus. Recusou aumento de salário, mas esforçou-se por levantar fundos para auxiliar os pobres. "A força desse herege" — disse o Papa Pio IV — "estava no fato de o dinheiro jamais tê-lo fascinado. Se eu tivesse servos como esse, meus domínios estender-se-iam de um oceano a outro".[52]

Um homem de tal têmpera devia criar muitos inimigos. Ele os combateu com vigor e na linguagem polêmica do tempo. Descrevia seus oponentes como canalhas, idiotas, cães, burros, porcos e animais fedorentos[53] — epítetos que se adaptavam muito menos ao seu latim elegante do que ao estilo de gladiador de Lutero. Mas era provocado. Certo dia, Jerônimo Bolsec, um ex-monge procedente de França, interrompeu o sermão de Calvino na catedral de São Pedro para denunciar a doutrina da predestinação como sendo um insulto a Deus; Calvino respondeu citando as Escrituras; a polícia prendeu Bolsec; o consistório acusou-o de heresia; o conselho mostrou-se inclinado a condená-lo à morte. Mas ao serem solicitadas as opiniões dos teólogos de Zurique, Basiléia e Berna, elas provaram ser desconcertantes: Berna recomendou cautela no trato de problemas que estavam além da compreensão humana — uma nova nota na literatura da época; e Bullinger preveniu Calvino de que "muitos estão descontentes com o que dizeis em os *Princípios* sobre a predestinação e chegaram às mesmas conclusões de Bolsec".[54] O conselho optou então para o desterro (1551). Bolsec voltou para a França e entregou-se novamente ao catolicismo.

De resultados mais importantes foi a controvérsia que Calvino teve com Joachim Westphal. Esse ministro luterano de Hamburgo denunciou como "blasfêmias satânicas" a teoria de Zwingli e Calvino de que Cristo estava apenas espiritualmente presente na eucaristia e achava que os reformadores suíços deviam ser refutados, não pelas penas dos teólogos, porém pelas varas dos magistrados (1552). Calvino respondeu-lhe em termos tão severos que seus companheiros reformadores, em Zurique, Basiléia e Berna, recusaram-se a assinar sua admoestação. Westphal e outros luteranos voltaram ao ataque; Calvino tachou-os de "macacos de Lutero" e argumentou com tal eficiência que várias regiões até então luteranas — Brandemburgo, o Palatinado e partes de Hesse, Bremen, Anhalt e Baden — passaram a adotar o ponto de vista dos suíços e da Igreja Reformada; somente o silêncio de Melanchthon (que secretamente concordara com Calvino) e o eco *post-mortem* dos ataques de Lutero salvaram o resto do norte da Alemanha para o credo luterano.

Depois desses ataques, Calvino enfrentou um grupo de radicais que acabava de chegar à Suíça, procedente da Itália, onde se operara a Contra-Reforma. Caelius Secundus Curio, lecionando em Lausanne e Basiléia, surpreendera Calvino ao anunciar que os que se salvaram — inclusive muitos pagãos — seriam em maior número que os condenados às penas eternas. Laelius Socinus, filho de eminente jurista italiano, instalou-se em Zurique, estudou grego, árabe e hebraico a fim de compreender melhor a Bíblia; aprendeu demais e perdeu a fé na Trindade, na predestinação, no pecado original e na expiação. Manifestou seu ceticismo a Calvino que lhe respondeu do melhor modo que pôde. Socinus concordou em não manifestar publicamente suas dúvidas; mas tempos depois falou sem rebuços contra a execução de Servet e foi um dos poucos que, naquela época agitada, defendeu a tolerância religiosa.

Em um Estado em que a religião e o governo se fundiam numa mistura embriaga-

dora, era natural que os conflitos de Calvino fossem mais freqüentes com os *patriotas* e os *libertinos* que outrora o tinham expulsado e agora deploravam sua volta. Os *patriotas* ressentiam-se de sua origem e de seus adeptos franceses, detestavam sua teologia, apelidaram-no de Caim e davam a seus cães o nome de Calvino; insultavam-no nas ruas e, provavelmente, haviam sido eles os que, uma noite, deram 50 tiros diante de sua casa. Os *libertinos* pregavam uma religião panteísta, na qual não havia diabos, anjos, o Jardim do Éden, expiação, Bíblia ou papas. A rainha Margarida de Navarra recebeu-os e auxiliou-os em sua corte, em Nérac, e censurou Calvino pela severidade com que os tratara.

Em 27 de junho de 1547, Calvino encontrou pregado em seu púlpito um cartaz que dizia o seguinte:

> Seu grande hipócrita! Você e seus companheiros pouco lucrarão com suas dores. Se não se salvarem, fugindo, ninguém irá impedir sua queda, e vocês amaldiçoarão a hora em que deixaram seu mosteiro.... Depois de sofrer durante muito tempo, o povo se vinga.... Tenham cuidado para não ter a mesma sorte de M. Verle (que tinha sido assassinado).... Não queremos tantos mestres....[55]

Jacques Gruet, chefe *libertino*, foi preso sob a suspeita de ter escrito o cartaz; não foram apresentadas provas. Alegou-se que, uns dias antes, havia feito algumas ameaças contra Calvino. Encontraram documentos em seu quarto, cuja letra se supunha ser dele, nos quais se tachava Calvino de orgulhoso e de hipócrita ambicioso e se ridicularizava a inspiração das Escrituras e a imortalidade da alma. Torturaram-no duas vezes por dia, durante 30 dias, até que confessou — não sabemos se era verdade — que tinha afixado o cartaz e conspirado com agentes franceses contra Calvino e Genebra. Em 26 de julho, meio morto, foi amarrado a um poste; os pés foram pregados com pregos, e ali lhe deceparam a cabeça.[56]

A tensão aumentou até que, em 16 de dezembro de 1547, os *patriotas* e *libertinos* apresentaram-se armados a uma reunião do Grande Conselho e exigiram que se pusesse um fim ao poder do consistório sobre os cidadãos. No auge de um violento tumulto, Calvino entrou na sala, enfrentou os chefes hostis e gritou, batendo no peito: "Se querem sangue, há ainda aqui algumas gotas; ataquem, pois!" Desembainharam-se espadas, mas ninguém ousou ser o primeiro assassino. Calvino dirigiu a palavra a todos que ali se encontravam, fazendo-o com rara moderação, e finalmente convenceu a todos os partidos a que se fizesse uma trégua. Mas a confiança que tinha em si ficou abalada. Em 17 de dezembro, escreveu a Viret: "Dificilmente espero que a Igreja possa ser sustentada mais tempo, pelo menos pelo meu ministério. Crede-me, rompeu-se meu poder, salvo se Deus estender Sua mão." Mas a oposição dividiu-se em facções e acalmou-se até que o julgamento de Servet ofereceu outra oportunidade.

VI. MIGUEL SERVET: 1511-53

Miguel Servet (Serveto) nasceu em Villanueva (a umas 60 milhas ao norte de Saragoça); era filho de um notário de boa família. Cresceu no tempo em que os escritos de Erasmo estavam gozando de transitória tolerância, na Espanha. Ficou, até certo ponto, influenciado pela literatura dos judeus e moslemes; leu o Alcorão, digeriu os comentários dos rabinos e impressionou-se com a crítica dos semitas sobre a religião cris-

tã (com suas orações à Trindade, à Virgem Maria e aos santos), por eles tachada de politeísta. Lutero chamou-o de "o Mouro". Em Toulouse, onde estudava direito, viu, pela primeira vez, uma Bíblia completa e jurou lê-la "mil vezes"; ficou profundamente impressionado com as visões do Apocalipse. Ganhou a proteção de Juan de Quintana, confessor de Carlos V, tendo sido levado por Juan a Bologna e Augsburg (1530). Miguel descobriu o protestantismo e gostou dele. Visitou Oecolampadius na Basiléia, e Capito e Bucer em Estrasburgo; logo se tornou demasiado herege para o ponto de vista deles e foi convidado a ir pregar em outra freguesia.

Em 1531 e 1532 publicou a primeira e segunda edições de sua obra básica, *De Trinitatis erroribus*. Era trabalho um tanto confuso e em um latim grosseiro que talvez tivesse feito Calvino sorrir; mas, em riqueza de erudição bíblica, era uma surpreendente proeza para um rapaz de 20 anos. Jesus, na teoria de Servet, era um homem em quem Deus, o Pai, havia soprado o Logos, a Divina Sabedoria; nesse sentido, Jesus *tornara-se* o Filho de Deus; mas ele não era igual nem co-eterno a Deus, o Qual podia transmitir o mesmo espírito de sabedoria a outros homens; "o Filho foi enviado pelo Pai da mesma maneira que o foi qualquer dos profetas".[57] Isso aproximava-se muito da concepção de Maomé sobre Cristo. Servet passou a adotar a teoria semítica sobre o trinitarismo. "Todos aqueles que crêem na Trindade, na essência de Deus, são triteístas", e acrescentou que eram "verdadeiros ateístas" porque negavam a existência de um só Deus.[58] Partindo de um jovem, era uma teoria extremada, mas Servet procurou amenizar sua heresia escrevendo rapsódias sobre Cristo, chamando-o a Luz do Mundo; a maioria de seus leitores, porém achava que ele havia extinguido a luz. Como se não quisesse deixar uma pedra que não tivesse sido removida, concordou com os anabatistas em que o batismo devia ser aplicado tão-somente aos adultos. Oecolampadius e Bucer repudiaram-no, e ele, seguindo o itinerário contrário ao de Calvino, fugiu da Suíça para a França (1532).

A 17 de julho, a Inquisição de Toulouse expediu um mandado de prisão contra ele. Servet pensou em ir para a América, mas achou Paris mais agradável. Ali, disfarçando-se sob o nome de Miguel de Villeneuve (o nome de família), estudou matemática, geografia, astronomia e medicina e entreteve-se também com a astrologia. O grande Vesálio era seu colega de estudos de anatomia, e ambos foram louvados pelos seus mestres. Servet discutiu com o deão da faculdade de medicina e parece que o ofendeu com sua impetuosidade, paixão e orgulho. Desafiou Calvino para um debate, mas não compareceu a ele (1534). Com o furor causado pela locução de Cop e os cartazes heréticos, Servet, à feição de Calvino, deixou Paris. Em Lion, publicou uma edição erudita da *Geografia* de Ptolomeu. Em 1540, mudou-se para Vienne (a 16 milhas ao sul de Lion), onde viveu até o último ano de sua vida, exercendo a medicina e o professorado. Dos muitos eruditos que havia em Lion, foi ele o escolhido pelos editores dali para rever uma tradução latina da Bíblia feita por Santes Pagnini. O trabalho levou três anos e abrangia seis volumes. Em uma nota sobre Isaías, 7.14, que Jerônimo traduzira como "uma virgem conceberá", Servet explicou que a palavra hebraica não significava virgem, porém uma jovem mulher; observou que não se referia profeticamente à Maria, mas simplesmente à esposa de Ezequias. Com o mesmo espírito, indicou que outras passagens aparentemente proféticas, do Velho Testamento, referiam-se apenas a figuras ou acontecimentos contemporâneos. Isso desconcertou tanto os protestantes como os católicos.

Não sabemos quando Servet descobriu a circulação do sangue nos pulmões — a

passagem do sangue da câmara direita do coração pela artéria pulmonar e através dos pulmões, sua purificação ali pelo oxigênio e sua volta pela veia pulmonar para a câmara esquerda do coração. Pelo que se sabia até então, ele somente publicou sua descoberta em 1553, quando a incluiu em sua obra final, *A Restauração do Cristianismo*. Colocou a teoria em um tratado teológico porque considerava o sangue o espírito vital no homem e, portanto — mais provavelmente do que o coração ou o cérebro — a verdadeira sede da alma. Deixando de lado por um momento o problema da prioridade de Servet sobre essa descoberta, apenas notamos que, aparentemente, ele havia concluído o *Christianismi restitutio* por volta de 1546, pois, nesse ano, enviou o manuscrito a Calvino.

O próprio título era um desafio ao homem que havia escrito o *Christianae religionis institutio*; mais ainda, o livro repelia, como blasfêmia, a idéia de que Deus havia predestinado almas para o inferno independentemente de seus méritos ou culpas. Deus, disse Servet, não condena aquele que não condena a si mesmo. A religião é boa, mas o amor é melhor, e o Próprio Deus é o amor. Calvino achou que, para refutar tudo isso, bastaria enviar a Servet um exemplar do *Princípios*. Servet devolveu-o com anotações insultuosas,[59] acompanhadas de uma série de cartas tão insolentes que Calvino escreveu a Farel (13 de fevereiro de 1546): "Servet acaba de enviar-me um grande volume de suas loucuras. Se eu consentir, ele virá aqui, mas não quero dar minha palavra, pois se vier e eu tiver autoridade, não tolerarei que saia vivo".[60] Indignado com a recusa de Calvino em continuar com a correspondência, Servet escreveu a Abel Poupin, um dos ministros de Genebra (1547):

> Vosso evangelho não tem Deus, nem verdadeira religião, nem boas obras. Ao invés de Deus, vós tendes um Cérbero de três cabeças (a Trindade de predestinação?). Por religião, tendes um sonho determinista.... Para vós o homem é um tronco inerte e Deus uma quimera de vontade escravizada.... Vós fechais o Reino do Céu para os homems... Ai! Esta é a terceira carta que escrevo para prevenir-vos a fim de que possais tomar uma atitude melhor. Não vou prevenir-vos mais. Nesta luta do Miguel, sei que certamente morrerei... mas não vacilo.... Cristo virá. Não demorará.[61]

Obviamente, Servet era um pouco mais insano do que a média dos homens de seu tempo. Anunciou que o fim do mundo estava próximo, que o Arcanjo Miguel chefiaria uma guerra santa contra os anticristos papais e de Genebra e que ele, que recebera o mesmo nome do Arcanjo, lutaria e morreria nessa guerra.[62] O *Restitutio* era um apelo para ela. Não é de admirar que tivesse dificuldade de encontrar um editor. Os impressores de Basiléia esquivavam-se dele. Finalmente (3 de janeiro de 1553), foi o trabalho impresso clandestinamente, em Vienne, por Baltasar Arnouillet e Guillaume Guéroult. Seus nomes e o lugar da publicação foram omitidos, e o autor assinou apenas com as iniciais MSV. Ele pagou todas as despesas, corrigiu as provas e destruiu depois o manuscrito. O volume tinha 734 páginas, pois incluía uma forma revista da *De Trinitatis erroribus* e 30 cartas de Servet a Calvino.

Dos mil exemplares impressos, alguns foram enviados a um livreiro em Genebra. Ali, um caiu nas mãos de Guilherme Trie, amigo de Calvino. As 30 cartas mostraram claramente a Calvino que as iniciais MSV representavam o nome de Miguel Servet de Villanueva. Em 26 de fevereiro de 1553, Trie escreveu a um primo católico, em Lion, Antoine Arneys, manifestando sua surpresa pelo fato de o cardeal François de Tour-

non ter permitido que semelhante livro fosse impresso em sua diocese. Como Trie soube do lugar em que o livro foi publicado? Calvino sabia que Servet estava morando em Lion ou Vienne.

Arneys encaminhou o caso a Matias Ory, inquisidor em Lion. Este notificou o cardeal, o qual ordenou a Maugiron, vice-governador de Vienne, que investigasse a questão. Em 16 de março, Servet foi intimado a ir à casa de Maugiron. Antes de obedecer à intimação, destruiu todos os documentos que pudessem incriminá-lo. Negou que tivesse escrito o livro. Arneys mandou uma carta a Trie, solicitando maiores provas de que Servet era o autor da obra. Trie obteve de Calvino algumas das cartas de Servet e envivou-as a Lion. Correspondiam a várias cartas do livro. Em 4 de abril, Servet foi preso. Três dias depois escapou pulando o muro do jardim. Em 17 de junho, o tribunal civil de Vienne condenou-o, se fosse encontrado, a ser queimado vivo em fogo lento.

Servet vagueou pela França durante três anos. Resolveu refugiar-se em Nápoles, passando por Genebra. Por motivos desconhecidos, permaneceu em Genebra um mês, sob um nome suposto; entrementes, arranjou transporte para Zurique. Em um domingo, 13 de agosto, foi à igreja, talvez para evitar investigações por parte das autoridades. Foi reconhecido. Calvino foi informado a respeito e ordenou sua prisão. Calvino explicou esse ato em uma carta que escreveu mais tarde (9 de setembro de 1553): "Quando os papistas são tão impiedosos e violentos na defesa de suas superstições a ponto de desejar cruelmente o derramamento de sangue inocente, não se envergonham os magistrados cristãos de se mostrarem menos ardentes na defesa de sua crença inabalável?" O Pequeno Conselho seguiu a orientação de Calvino e foi mais longe que ele em ferocidade. Como Servet era apenas um viajante em trânsito e não um cidadão sujeito às leis de Genebra, o conselho, legalmente, nada poderia fazer senão deportá-lo.

Foi encarcerado no antigo palácio episcopal, então uma prisão. Não foi torturado, a não ser com os piolhos que infestavam sua cela. Podia receber papel e tinta e quaisquer livros que quisesse comprar. Calvino emprestou-lhe vários volumes dos primeiros Padres da Igreja. O julgamento foi meticulosamente conduzido, tendo durado mais de dois meses. Calvino fez a acusação em 38 artigos, sustentados por citações de passagens escritas por Servet. Uma acusação era que ele havia aceito a descrição que Estrabão fizera da Judéia como sendo um país árido, ao passo que a Bíblia chamava-a de uma terra, onde fluíam o leite e o mel.[63] As acusações básicas eram que Servet havia rejeitado a doutrina da Trindade e o batismo dos infantes; foi também acusado de ter, "na pessoa do Sr. Calvino, desacreditado as doutrinas do Evangelho da Igreja de Genebra".[64] Em 17 e 21 de agosto, Calvino compareceu pessoalmente, no julgamento, como acusador. Servet defendeu corajosamente suas teorias, até mesmo sobre o panteísmo. Em um ato de cooperação, nada comum, de religiões que se hostilizavam, o Conselho de Protestantes de Genebra pediu aos juízes católicos de Vienne informações sobre as acusações que ali haviam sido feitas contra Servet. Um novo artigo de acusação era o da prática de imoralidade sexual. Servet respondeu que uma ruptura há muito o tinha tornado impotente, o que o impedia de casar-se.[65] Foi depois acusado de ter assistido à missa em Vienne; alegou o medo de morrer como justificativa. Contestou a jurisdição do tribunal civil sobre os casos de heresia; assegurou ao tribunal que não se tinha metido em sedição nem violado as leis de Genebra; pediu um advogado que estivesse mais familiarizado do que ele com as leis para auxiliá-lo em

sua defesa. Seus apelos foram recusados. A Inquisição de França enviou um agente a Genebra para pedir que enviassem Servet de volta para aquele país, a fim de que pudesse ser executada a sentença que havia sido pronunciada contra ele; Servet caiu em prantos e suplicou ao conselho que rejeitasse esse pedido; o conselho atendeu-o. Mas esse pedido talvez tivesse estimulado o conselho a rivalizar com a Inquisição em severidade.

A 1º de setembro, dois inimigos de Calvino — Ami Perrin e Philibert Berthelier tiveram permissão de participar também do julgamento como juízes. Travaram debates com Calvino, mas nada conseguiram; conseguiram, porém, persuadir o conselho a consultar as outras igrejas da Suíça protestante sobre a maneira pela qual Servet devia ser tratado. Em 2 de setembro, a chefia de Calvino, na cidade, foi novamente posta à prova no conselho pelos *patriotas* e *libertinos;* ele sobreviveu à tempestade. O evidente desejo da oposição em salvar Servet talvez tivesse colaborado muito na perseguição tenaz que Calvino movia contra o herege e no desejo de condená-lo à morte. Contudo, cumpre notarmos que o principal acusador no julgamento foi Claude Rigot, um *libertino*.[66]

No dia 3 de setembro, Servet apresentou ao conselho uma resposta escrita aos 38 artigos de acusação que haviam sido expostos por Calvino. Respondeu a cada ponto com vivos argumentos e citações das Escrituras e da patrística. Contestou o direito de Calvino intervir no julgamento e chamou-o de discípulo de Simão Mago, um criminoso e homicida.[67] Calvino respondeu em 23 páginas; estas foram submetidas a Servet, que as devolveu ao conselho com comentários nas margens, tais como: "mentiroso", "impostor", "hipócrita", "pobre patife";[68] provavelmente a tensão de um mês de prisão e o tormento mental tivessem arrancado a Servet o domínio sobre si mesmo. Os relatórios de Calvino sobre o julgamento são, em si mesmo, à maneira daquele tempo; falando sobre Servet, diz que "o cachorro ordinário limpou o focinho"; "o pérfido tratante" macula cada página com "ímpias loucuras".[69] Servet pediu ao conselho que condenasse Calvino por ser "um repressor da verdade sobre Jesus Cristo", que o "exterminasse", confiscasse seus bens e, com o que apurasse, reembolsasse-o, a ele, Servet, pelas perdas sofridas em virtude de seus atos. Esta sugestão não teve acolhimento favorável.

Em 18 de outubro, chegaram respostas das igrejas suíças, cuja opinião havia sido solicitada. Todas aconselharam a condenação de Servet; nenhuma, a execução. Em 25 de outubro, Perrin fez um último esforço para salvá-lo, apelando para novo julgamento perante o Conselho dos Duzentos; o apelo foi rejeitado. No dia 26, o Pequeno Conselho, sem que um só membro dissentisse, lavrou a sentença de morte baseando-se em dois pontos de heresia — o Unitarismo e a rejeição do batismo para o infante. Quando Servet ouviu a sentença, disse Calvino, "chorou como um louco e... bateu sobre o peito, clamando em espanhol, *Misericordia! Misericordia!* Servet pediu para falar com Calvino; implorou-lhe clemência; Calvino apenas concordou em dar-lhe as últimas consolações da verdadeira religião se retirasse suas heresias. Servet recusou-se a fazê-lo. Pediu que o decapitassem em vez de queimá-lo. Calvino mostrara-se inclinado a apoiar-lhe esse pedido, mas o velho Farel, que desejava assistir à morte da presa, reprovou-o por aquela tolerância. O conselho votou que ele fosse queimado vivo.[70]

A sentença foi executada na manhã seguinte, 27 de outubro de 1553, na colina de Champel, ao sul de Genebra. No caminho para a execução, Farel importunou Servet

para que ganhasse a misericórdia divina confessando o crime de heresia; segundo Farel, o condenado respondeu: "Não sou culpado. Não mereci a morte"; e suplicou a Deus que perdoasse seus acusadores.[71] Servet foi preso com correntes de ferro a um poste, com o seu último livro amarrado ao corpo. Quando as chamas lhe atingiram o rosto, soltou gritos lancinantes. Meia hora depois morria. (Em 1903 foi erguido um monumento a Servet em Champel. A primeira entidade que figurava na lista dos que contribuíram para a ereção do monumento era o Consistório da Igreja Reformada de Genebra.[72])

VII. UM APELO EM FAVOR DA TOLERÂNCIA

Católicos e protestantes uniram-se na aprovação daquela sentença. A Inquisição em Vienne, privada de sua presa viva, queimou a efígie de Servet. Melanchthon, em uma carta a Calvino e Bullinger, deu "graças ao Filho de Deus" pela "punição daquele homem blasfemo" declarando que aquela morte na fogueira era "um piedoso e memorável exemplo para toda a posteridade".[73] Bucer declarou do púlpito, em Estrasburgo, que Servet tinha merecido ser destripado e estraçalhado.[74] Bullinger mais humano, concordou que os magistrados civis deviam punir a blasfêmia com a morte.[75]

Mas, mesmo nos dias de Calvino, algumas vozes manifestaram-se a favor de Servet. Um siciliano escreveu um comprido poema, *De iniusto Serveti incendio*. David Joris da Basiléia, um anabatista, publicou um protesto contra a execução, mas sob pseudônimo; depois de sua morte, descobriram que havia sido ele o autor do poema; exumaram-lhe o corpo e queimaram-no em praça pública (1566). Os adversários políticos de Calvino naturalmente condenaram o tratamento dispensado a Servet, e alguns de seus amigos reprovavam a severidade da sentença, dizendo que ela encorajava os católicos de França a aplicar a pena de morte aos huguenotes. Tais críticas deviam ter-se espalhado, pois, em fevereiro de 1554, Calvino expediu o *Defensio orthodoxae fidei de sacra Trinitate contra prodigiosos errores Michaelis Serveti*. Se — argumentou ele — acreditarmos na inspiração da Bíblia, saberemos então a verdade, e todos aqueles que a ela se opõem são blasfemadores e inimigos de Deus. Como a ofensa deles é infinitamente maior que qualquer outro crime, cumpre à autoridade civil punir os hereges, os quais são piores que assassinos, pois o assassino mata apenas o corpo, ao passo que a heresia aceita condena a alma para o inferno eterno. (Era esta precisamente a posição dos católicos.) Além disso, o Próprio Deus deu-nos explicitamente instruções para matarmos os hereges e destruir com a espada qualquer cidade que abandone o culto da verdadeira fé revelada por Ele. Calvino citou os violentos decretos de Dt. 13.5-15, 17.2-5, Ex. 22.20 e Lv. 24.16, argumentando sobre eles com uma eloqüência verdadeiramente fervorosa:

> Todo aquele que sustentar ser injustiça punir hereges e blasfemadores torna-se cúmplice do crime deles.... Não é questão aqui da autoridade do homem; é Deus Quem fala, e é claro que Ele quis que aquela lei subsistisse na Igreja até o fim do mundo. Por que razão Ele exige de nós uma severidade tão excessiva, senão para mostrar-nos que não lhe tributamos a devida honra, enquanto não colocarmos o Seu culto acima de toda a consideração humana, e que não devemos poupar parentes nem sangue de quem quer que seja, renunciando a toda benevolência quando se trata de combater pela Sua glória?[76]

Calvino moderou suas conclusões aconselhando clemência para aqueles cujas heresias não fossem fundamentais ou que fossem claramente devidas à ignorância ou fraqueza de espírito. Mas, conquanto, na generalidade, tomasse São Paulo como guia, recusou-se a empregar o expediente deste último no declarar que as leis velhas ficavam anuladas pelas novas. Na verdade, a teocracia que ele, aparentemente havia estabelecido, teria mergulhado na confusão se ao público fosse dado o direito de manifestar-se sobre diferenças de credo.

Entrementes, que fim levara o espírito de tolerância de Erasmo? Erasmo fora tolerante porque não alimentava certezas; Lutero e Melanchthon abandonaram a tolerância ao progredirem em sua crença: Calvino, com uma precocidade incrível, convencera-se de seu credo desde os 20 anos. Alguns humanistas, que haviam estudado o pensamento dos clássicos e que não haviam sido afugentados para o rebanho de Roma, porque não gostavam da violência da luta teológica, sugeriram, com certa hesitação, ser inatingível a certeza na religião e na filosofia e que, portanto, os teólogos e filósofos não deviam matar.

O humanista que mais claramente falou em prol da tolerância, em meio ao choque daquelas opiniões, foi, durante certo tempo, um dos amigos mais íntimos de Calvino: Sebastião Castellio. Nascido em Jura, em 1515, tornou-se um estudioso das línguas latina, grega e hebraica; ensinou grego em Lion, viveu com Calvino em Estrasburgo, tendo sido nomeado por ele reitor da Escola Latina, de Genebra (1514), onde começou a traduzir toda a Bíblia em um latim elevado. Conquanto admirasse Calvino como homem, execrava a doutrina da predestinação e irritava-se com aquela nova disciplina do corpo e do espírito. Em 1544, acusou os ministros de Genebra de serem intolerantes, impuros e de se entregarem à embriaguez. Calvino queixou-se ao conselho; acharam que Castellio tinha levantado calúnias e, com isso, foi desterrado (1544). Durante nove anos viveu ele em grande pobreza, sustentando uma família grande e trabalhando, à noite, na versão das Escrituras. Terminou-a em 1551; depois, solitário e sereno em seu fatigante trabalho erudito, começou novamente pelo Gênesis 1.1 e traduziu a Bíblia para o francês. Finalmente (1553) obteve um lugar de professor de grego na Universidade de Basiléia. Simpatizou-se com os unitários, procurou auxiliar Servet e sentiu-se chocado com o fato de Calvino defender a execução. Sob nomes supostos, ele e Caelius Curio publicaram (março 1554) o primeiro trabalho clássico sobre tolerância: *De haereticis an sint persequendi?* (Os hereges devem ser perseguidos?)

A parte principal do trabalho era uma antologia, compilada por Curio, dos argumentos cristãos em favor da tolerância, de Lactâncio e Jerônimo a Erasmo, do Lutero dos primeiros tempos e do próprio Calvino. Castellio adicionou ainda sua argumentação no prefácio e no epílogo. Durante centenas de anos, salientou ele, os homens haviam debatido sobre o livre-arbítrio, predestinação, céu e inferno, Cristo e a Trindade e outras questões difíceis; não se tinha chegado a um acordo; provavelmente jamais se chegaria a ele. Mas nenhum era necessário, disse Castellio; tais discussões não tornavam melhores os homens; tudo o de que precisávamos era trazer o espírito de Cristo para nossa vida diária, alimentar os pobres, socorrer os doentes e amar até mesmo os inimigos. Parecia-lhe ridículo que todas as novas seitas, assim como a velha Igreja, pretendessem ser as únicas que possuíam a verdade absoluta e quisessem impor seus credos sobre aqueles que elas dominavam fisicamente; resultava que o homem ficaria ortodoxo em uma cidade e herege ao entrar noutra; teria de trocar de re-

ligião, como o seu dinheiro, em cada fronteira. Podemos conceber Cristo ordenando que se queimasse vivo um homem por defender o batismo dos adultos? As leis de Moisés que exigem a morte de um herege foram anuladas pela lei de Cristo, que é uma lei de benevolência e não de despotismo e terror. Se um homem nega que exista vida depois da morte e rejeita todas as leis, ele pode (disse Castellio) ser apenas silenciado pelos magistrados; não deve ser condenado à morte. Além disso (pensava ele), a perseguição às crenças é fútil; o martírio por uma idéia espalha-a mais rapidamente do que o teria feito o mártir se lhe tivessem permitido viver. Que tragédia (concluiu) que aqueles que ultimamente se tenham libertado da terrível Inquisição viessem a imitar tão cedo a sua tirania, forçando tão cedo os homens a voltar para as trevas cimérias depois de prometer-lhes a alvorada![77]

Conhecendo os sentimentos de Castellio, Calvino reconheceu imediatamente seu dedo no *De haereticus*. Delegou a tarefa de responder a ele ao seu mais brilhante discípulo, Théodore de Besze, ou Bèze, ou Beza. Nascido em Vézelay, de aristocrática linhagem, Théodore estudara advocacia em Orléans e Bourges; exerceu-a com sucesso em Paris, escreveu poesias em latim, fascinou algumas mulheres com seu espírito, mais ainda com a sua prosperidade, viveu uma vida alegre, casou-se, caiu gravemente enfermo, passou, no leito, por uma conversão contrária à de Loyola, adotou o protestantismo, fugiu para Genebra, apresentou-se a Calvino e foi nomeado professor de grego, na Universidade de Lausanne. Extraordinário que um refugiado protestante de uma França que perseguia os huguenotes fosse empreender a defesa da perseguição. Fê-lo com a habilidade de um advogado e a devoção de um amigo. Em setembro de 1554, publicou o seu *Da haereticis a civili magistratu puniendis libellus (Pequeno Livro sobre o Dever dos Magistrados Civis em Punir os Hereges)*. Frisou novamente ser impossível a tolerância religiosa para aqueles que aceitavam a inspiração divina das Escrituras. Mas se não aceitássemos a Bíblia como a palavra de Deus, em que base ergueríamos a fé religiosa que é tão claramente indispensável — considerando a maldade natural do homem — às restrições morais, à ordem social e à civilização? Nada restaria, senão dúvidas caóticas que desintegrariam o cristianismo. Para um sincero crente da Bíblia só podia haver uma religião; todas as demais seriam falsas ou incompletas. Sim, o Novo Testamento prega a lei do amor, mas isto não nos impede de punir ladrões e assassinos; como, pois, haveríamos de poupar os hereges e a que título?

Castellio voltou à luta com um opúsculo denominado *Contra libellum Calvini*, que somente foi publicado meio século depois. Em outro manuscrito, *De arte dubitandi*, antecipou-se a Descartes transformando a "arte de duvidar" no primeiro passo para o estudo da verdade. Em *Quatro Diálogos* (1578), defendeu o livre-arbítrio e a possibilidade da salvação universal. Em 1562, no *Conseil à la France désolée*, apelou em vão aos católicos e protestantes para que pusessem um fim às guerras civis, as quais estavam destruindo a França, e permitissem a todos os que acreditavam em Cristo "servir a Deus segundo sua própria religião e não segundo a religião de outrem".[78] Dificilmente tinha-se ouvido uma voz tão em desacordo com aquele tempo. Castellio morreu na miséria, com a idade de 48 anos (1563). Calvino declarou que sua morte prematura fora uma sentença justa de um Deus justo.

VIII. OS ÚLTIMOS ANOS DE CALVINO: 1554-64

Talvez Calvino conhecesse a secreta simpatia de Castellio pelo unitarismo — a crença da existência de uma só pessoa em Deus, portanto a rejeição da divindade de Cristo; ele podia ser perdoado por ver, nessa dúvida básica, o começo do fim da fé cristã. Temia essa heresia ainda mais por tê-la encontrado na própria Genebra, sobretudo entre os protestantes que tinham fugido da Itália. Estes não viam motivo algum para se substituir uma improvável transubstanciação por uma improvável predestinação; sua revolta feriu a teoria fundamental da religião cristã, de que Cristo era o Filho de Deus. Matteo Gribaldi, professor de jurisprudência em Pádua, tinha uma casa de veraneio nas proximidades de Genebra. Durante o julgamento de Servet, falou abertamente contra a punição civil por causa de opiniões religiosas e advogou a liberdade de culto para todos. Aclamado diante do conselho, foi banido sob suspeita de unitarismo (1559). Conseguiu um lugar de professor de direito na Universidade de Tübingen; Calvino enviou uma mensagem à universidade informando-a das dúvidas de Gribaldi; a universidade fez pressão para que ele confessasse ser trinitário; ao invés, ele fugiu para Berna, onde morreu vítima da peste de 1564. Giorgio Blandrata, físico italiano domiciliado em Genebra, foi intimado a comparecer diante do conselho sob a acusação de duvidar da divindade de Cristo; ele fugiu para a Polônia, onde encontrou certa tolerância para sua heresia. Valentino Gentile, da Calábria, exprimiu opiniões unitárias, publicamente, em Genebra; foi preso, condenado à morte (1557), tendo sido posto em liberdade por se ter retratado; partiu para Lion, onde foi preso pelas autoridades católicas, mas libertaram-no depois ao assegurar ele que seu principal interesse fora contestar Calvino. Ele se uniu a Blandrata, na Polônia, voltou para a Suíça, onde foi capturado pelos magistrados de Berna; foi condenado por perjúrio e heresia, e decapitado (1566).

Em meio àquelas batalhas pelo Senhor, Calvino continuou a viver com simplicidade e a governar Genebra pela força de uma personalidade armada das ilusões de seus adeptos. Sua posição foi tornando-se mais forte à medida que os anos lhe iam dando raízes. Sua única fraqueza era de ordem física: dores de cabeça, asma, dispepsia, cálculos nos rins, gota e febres atormentavam-no e afinavam-lhe o corpo, emprestando-lhe ao rosto uma expressão severa e lúgubre. Uma moléstia prolongada, em 1558-59, deixou-o paralítico e fraco, com constantes hemoptises. Dali em diante teve de permanecer na cama a maior parte do tempo, embora continuasse a estudar, dirigir e pregar, mesmo que tivesse de ser carregado, para o santuário, em uma cadeira. Em 25 de abril de 1564, fez seu testamento, cheio de confiança na escolha que fizera da glória eterna. No dia 26, os síndicos e os membros do conselho rodearam-lhe o leito; pediu perdão pelas suas explosões de cólera e para que todos se apegassem firmemente à pura doutrina da Igreja Reformada. Farel, já então com 80 anos, veio de Neuchâtel para despedir-se dele. Após muitos dias de orações e sofrimentos, Calvino encontrou finalmente a paz (27 de maio de 1564).

Sua influência foi ainda maior que a de Lutero, mas ele percorrera uma estrada que havia sido aberta por este último. Este protegera sua nova igreja, chamando em seu apoio o nacionalismo dos alemães; foi um lance necessário, mas amarrou fortemente o luteranismo aos elementos teutônicos. Calvino amava a França e esforçou-se por difundir a causa dos hunguenotes, mas não era um nacionalista; a religião era sua

pátria, e, assim, sua doutrina, embora modificada, inspirou o protestantismo da Suíça, França, Escócia e Estados Unidos, conquistando grandes setores na Hungria, Polônia, Alemanha, Holanda e Inglaterra. Calvino deu ao protestantismo, em muitos países, uma organização, confiança e orgulho que o capacitaram a sobreviver a mil provas.

Um ano antes de sua morte, seu discípulo Olevianus uniu-se a Ursinus, discípulo de Melanchthon, para preparar o *Catecismo de Heidelberg*, o qual se tornou a palavra representativa da fé reformada na Alemanha e Holanda. Bèze e Bullinger conciliaram os credos de Calvino e Zwingli na Segunda Confissão Helvética (1566), a qual se tornou oficial nas igrejas reformadas da Suíça e França. Em Genebra, a própria obra de Calvino foi continuada com muito zelo por Bèze. Mas a cada ano os negociantes que controlavam os conselhos iam opondo maior resistência — e cada vez com mais resultados — às tentativas do consistório e da "Venerável Companhia" de colocar restrições de ordem moral sobre as operações econômicas. Após a morte de Bèze (1608), os príncipes mercadores consolidaram sua supremacia, e a Igreja de Genebra perdeu os privilégios de direção que Calvino havia conquistado para as questões não religiosas. No século XVIII, a influência de Voltaire moderou a tradição calvinista e colocou um fim à preponderância da ética puritana sobre o povo. Pacientemente, o catolicismo esforçou-se por reconquistar um lugar na cidade; ofereceu uma religião sem trevas e uma ética sem severidade; já em nossos dias, em 1954, a população era 42 por cento católica e 47 por cento protestante.[79] Mas a estrutura mais impressionante, feita pelo homem em Genebra é o nobre "Monumento da Reforma" que, correndo majestosamente ao longo do muro de um parque, celebra as vitórias do protestantismo e tem em seu centro as poderosas figuras de Farel, Calvino, Bèze e Knox.

Entrementes, a rígida teocracia de Calvino ia fazendo brotar as sementes da democracia. Os esforços dos chefes calvinistas, no sentido de dar escolas para todos e incutir a disciplina no caráter, auxiliaram os resolutos burgueses da Holanda a afugentar a alienígena ditadura de Espanha e sustentaram a revolta dos nobres e do clero, na Escócia, contra uma fascinante, porém imperiosa rainha. O estoicismo de um rígido credo formou as fortes almas dos *convenistas* escoceses, dos puritanos ingleses e holandeses e dos puritanos da Nova Inglaterra. Fortaleceu o coração de Cromwell, guiou a pena do cego Milton e destruiu o poder dos retrógrados Stuart. Encorajou bravos e implacáveis homens a conquistar um continente e a espalhar a base da educação e da autonomia até que todos pudessem ser livres. Os homens que escolhiam seus próprios pastores logo clamaram pela escolha de seus governantes e a congregação autônoma veio a tornar-se a municipalidade também autonôma. O mito da eleição divina justificou-se com a criação da América.

Ao ser realizada essa função, a teoria da predestinação caiu na parte estagnada da fé protestante. Com a restauração da ordem social, na Europa, depois da Guerra dos Trinta Anos, na Inglaterra depois das revoluções de 1642 e 1689, na América depois de 1793, o orgulho pela eleição divina transformou-se em orgulho pelo trabalho e pelas realizações da inteligência. O homem sentiu-se mais forte e mais seguro; diminuiu o medo, e a crueldade atemorizadora que havia gerado o Deus de Calvino cedeu lugar a uma visão mais humana, fazendo com que se desse nova concepção à divindade. Gradativamente as igrejas que haviam recebido a orientação de Calvino foram-se descartando dos elementos mais rígidos de seu credo. Teólogos ousaram crer que todos os que morriam na infância seriam salvos, e um deles, muito respeitado, anunciou, sem

que isso causasse tumulto, que "o número dos que ficariam finalmente perdidos... não seria muito considerável."[80] Ficamos satisfeitos de ouvir essas palavras confortadoras, e concordamos em que até mesmo um erro tem sua vida porque serve a alguma necessidade vital. Contudo, é sempre difícil amar o homem que obscureceu a alma humana com a concepção mais absurda e mais ímpia sobre Deus, em toda essa longa e glorificada história do absurdo.

CAPÍTULO XXII

Francisco I e a Reforma na França

1515-59

I. LE ROI GRAND NEZ

NASCEU Francisco à sombra de uma árvore em Cognac, no dia 12 de setembro de 1494. Foi seu avô Carlos de Orléans, o poeta; talvez o canto e o amor pela beleza estivessem em seu sangue. Seu pai foi Carlos de Valois e Orléans, conde de Angoulême, que morreu, após muitos adultérios, quando Francisco ainda tinha três anos de idade. Sua mãe era Luísa de Sabóia, uma mulher bela, talentosa e ambiciosa com inclinação para a riqueza e o poder. Viúva aos 17 anos, rejeitou a mão de Henrique VII da Inglaterra e dedicou-se — salvo algumas *liaisons* — a fazer do filho o rei de França. Não sentiu pesar quando Ana da Bretanha, segunda esposa de Luís XII, teve um filho natimorto, deixando Francisco como herdeiro do trono. Foi com tristeza que Luís fez Francisco duque de Valois e nomeou preceptores para instruí-lo na arte de reinar. Luísa e sua irmã Margarida criaram-no com desvelo de mãe, tocando as raias da idolatria!, e prepararam-no para ser um rei galante. Luísa chamava-o *Mon roi, mon seigneur, mon César*, alimentava-o com romances de capa e espada, ufanava-se de sua galantaria e desmaiava com os golpes que ele recebia nos torneios que tanto apreciava. Francisco era bonito. alegre, cortês e destemido; enfrentava o perigo como um Rolando ou um Amadis: quando um porco selvagem, escapando de um cercado, procurou fazer estragos no pátio real, foi Francisco quem, enquanto os outros fugiam, enfrentou o animal, matando-o brilhantemente.

Com a idade de 12 anos (1506), ficou noivo de Cláudia de França, filha de Luís XII, então com sete anos. Ela havia sido prometida ao jovem que seria depois o imperador Carlos V; quebrara-se o contrato para evitar que a França ficasse subjugada à Espanha; foi esse um item, em um sem-número de irritações, que estimulou os conflitos de Habsburgos e Valois desde a mocidade até à morte. Aos 14 anos, Francisco despediu-se da mãe e foi juntar-se a Luís em Chinon. Aos 20, casou-se com Cláudia. Ela era corpulenta e insípida, manca, fecunda e boa criatura; deu-lhe filhos em 1515, 1516, 1518, 1520, 1522 e 1523 e morreu em 1524.

Entrementes, tornou-se rei (1º de janeiro de 1515). Todo o mundo exultou de contentamento, sobretudo a mãe, a quem ele presenteou com os ducados de Angoulême e Anjou, os condados de Maine e Beaufort e o baronato de Amboise. Foi também generoso para os outros — para os nobres, artistas, poetas, pajens e amantes. Sua voz agradável, sua cordialidade e boa índole, sua vivacidade e encanto, seu todo de cavalheiro e de um homem típico da Renascença, granjearam-lhe a afeição do país e até mesmo de sua corte. A França rejubilou-se e nutria fortes esperanças em seu governo,

como a Inglaterra, naqueles anos, no de Henrique VIII, e o Império, no de Carlos V O mundo parecia rejuvenescido, tal o frescor de sua realeza. E Francisco, mais ainda que o próprio Leão X, estava resolvido a gozar o trono.

Que era ele realmente, esse Artur e Lancelote? Fisicamente teria sido formidável, não fosse o nariz ser mais formidável ainda; contemporâneos irreverentes chamavam-no *le roi grand nez*. Tinha 1,80m de altura, os ombros largos; era ágil e forte; podia concorrer com os melhores na corrida, no salto, na luta e na esgrima; podia manejar com qualquer das mãos uma espada ou uma pesada lança. A sua pouca barba e bigode não disfarçavam sua mocidade; tinha 21 anos quando foi coroado. Seus olhos estreitos sugeriam vivacidade e bom humor, porém não sutileza ou profundidade. Se o nariz denunciava virilidade, estava de conformidade com sua reputação. Brantôme, cuja obra *Dames Galantes* não pode ser considerada histórica, escreveu que "o rei Francisco excedia-se em suas expansões amorosas; sendo jovem e livre, entregava-se ora a uma mulher, ora a outra, com indiferença... de que resultou apanhar a *grande vérole* (sífilis) que lhe abreviou os dias".[1] Diz-se que sua mãe declarara que ele fora punido por onde tinha pecado. (Deve ser lenda a história do advogado que, ao ser recrutada para o leito real sua esposa, *La Belle Ferronière* [A Bela Ferrageira], infeccionara-se propositalmente e transmitira-lhe sífilis a fim de que ela contaminasse o rei.[2]) Talvez a história tivesse exagerado a variedade de seus amores. Fosse qual fosse o número deles, permaneceu exteriormente fiel, primeiro a Francisca de Foix, condessa de Châteaubriand, depois, de 1526 até sua morte, a Ana de Pisselieu, a quem fizera duquesa d'Étampes.

Os mexeriqueiros espalharam um sem-número de histórias românticas a seu respeito — que havia sitiado Milão não por causa da cidade, mas por causa de um par de olhos inesquecíveis que ali tinha visto,[3]. ou que uma sereia de Pavia o tinha atraído para a sua principal tragédia.[4] Seja como for, podemos mostrar certa simpatia por um rei assim tão sensível. Ele tanto podia demonstrar ternura como paixão extravagante: quando propôs o divórcio do filho à persistentemente estéril Catarina de Médicis, as lágrimas dela o venceram.[5] "Não se pode imaginar criatura mais humana que Francisco", disse Erasmo.[6] Mais ainda: se isso se originava de uma sensação à distância, já Budé, o próprio humanista de Francisco, descrevia-o como um homem "delicado e acessível".[7]

Para um homem era demasiado frívolo. Rivalizava com Henrique VIII no esplendor dos mantos reais e na majestosa elegância da boina. Tinha a salamandra como símbolo, que julgava salvá-lo sempre em todas as lutas, mas, mesmo assim, não escapava dos impactos da vida. Gostava de honrarias, distinções, adulação e não tolerava críticas. Mandou açoitar um ator por satirizar a corte; Luís XII, atingido pela mesma sátira, dignara-se apenas à sorrir.[8] Podia mostrar-se ingrato, como no caso de Ana de Montmorency, injusto, como o fora para Carlos de Bourbon e cruel como no caso de Semblançay; mas geralmente sabia perdoar e ser generoso. Os italianos maravilhavam-se com sua liberalidade.[9] Nenhum governante na história foi mais amável para com os artistas do que ele. Amava a beleza, intensa e inteligentemente, e gastava com a mesma presteza, tanto com a guerra como com a arte; contribuiu muito para a Renascença francesa.

Sua capacidade intelectual não igualava o encanto de sua índole. Tinha poucos conhecimentos de latim e desconhecia o grego, mas surpreendia muitos homens pela variedade e exatidão de seus conhecimentos de agricultura, caça, geografia, ciência

militar, literatura e arte; entregava-se com prazer à filosofia quando esta não intervinha nos amores ou na guerra. Era demasiado descuidado e impetuoso para ser um grande comandante, demasiado despreocupado e amigo dos prazeres para ser um grande estadista, demasiado fascinado pelas aparências para chegar à verdadeira substância, demasiado influenciado por favoritos e ministros para saber escolher os melhores generais e ministros e demasiado expansivo e franco para ser um competente diplomata. Sua irmã Margarida lamentava sua incapacidade de governante e previa que o sutil, mas inflexível imperador o destronaria no torneio da vida. Luís XII, que o admirava como "um jovem belo e elegante", via com pressentimento o pródigo hedonismo de seu sucessor. "Todo o nosso trabalho é inútil, disse ele; esse grande rapaz vai estragar tudo."[10]

II. A FRANÇA EM 1515

A França desfrutava, naquele tempo, a prosperidade oriunda de um solo fecundo, da habilidade e economia do povo e de um reinado generoso. A população era de uns 16 milhões de almas, comparada com três milhões na Inglaterra e sete milhões na Espanha. Paris, com 300.000 habitantes era a maior cidade da Europa depois de Constantinopla. A estrutura social era semifeudal: quase todos os camponeses eram donos da terra que cultivavam, mas geralmente a mantinham em feudo — e deviam taxas e serviços — para com os *seigneurs e chevaliers*, cuja função era organizar a agricultura e prover proteção militar da localidade e da nação. A inflação, causada pelo contínuo aviltamento da moeda e a extração ou importação de metais preciosos, facilitou o pagamento tradicional dos tributos e possibilitou aos camponeses comprarem, por preço barato, as terras da nobreza, rica de propriedades, porém pobre de dinheiro; daí a prosperidade rural que mantinha alegres e católicos os camponeses enquanto os *Bauer* alemães procediam a revoluções de ordem econômica e religiosa. Estimulada pelo senso de propriedade, a energia francesa extraía do solo o melhor trigo e o melhor vinho da Europa; o gado era gordo e multiplicava-se; havia leite, manteiga e queijo em todas as mesas; galinhas e outras aves domésticas em quase todos os pátios, e o camponês aceitava o cheiro do chiqueiro como uma das fragrâncias abençoadas da vida.

O trabalhador da cidade — mesmo um artista em sua própria oficina — não participava, na mesma proporção, daquela prosperidade. A inflação aumentava mais rapidamente os preços do que os sálarios, e as tarifas protecionistas e monópolios da realeza, como o do sal, ajudavam a manter alto o custo de vida. Trabalhadores descontentes faziam greves, mas eram quase sempre derrotados, e a lei proibia que se unissem para fins econômicos. O comércio movimentava-se despreocupadamente ao longo dos rios, porém com muita dificuldade pelas pobres estradas, recebendo cada senhor tributo pela travessia de seu domínio. Lion, onde o comércio do Mediterrâneo, subindo o Ródano, ia encontrar o afluxo de mercadorias procedentes da Suíça e da Alemanha, figurava como a primeira cidade depois de Paris, na indústria de França, e a primeira cidade depois de Antuérpia como bolsa e centro de investimentos e finanças. De Marselha, o comércio francês rumava para o Mediterrâneo e aproveitava-se das relações amistosas que Francisco ousava manter com Solimão e os turcos.

Dessa economia, Francisco, à maneira dos governos, tirava renda até os limites da tolerância. A *talha* figurava como um imposto pessoal ou de propriedade para todos,

menos para os nobres e o clero; este último pagava ao rei dízimos e subsídios eclesiásticos; os nobres supriam e equipavam a cavalaria que constituía ainda o principal sustentáculo das armas francesas.

Os prazeres do rei não lhe deixavam muito tempo para governar; por isso delegava suas tarefas, mesmo a formação de sua política, a homens como o almirante Bonnivet, Anne de Montmorency, os cardeais Duprat e de Tournon e o visconde de Lautrec. Três conselhos auxiliavam e orientavam esses homens e o rei: um Conselho Privado dos Nobres, um mais íntimo, Conselho de Negócios, e um Grande Conselho que tratava dos apelos do rei. Salvo isto o *parlement* de Paris, composto de uns 200 membros seculares e eclesiásticos vitalícios, nomeados pelo rei, servia como corte suprema. Tinha o direito de adverti-lo quando achava que seus editos contrariavam as instituições fundamentais da França; seus decretos somente tinham todo o prestígio da lei quando "registrados" — de fato, ratificados — por esse antigo organismo. Dominado por advogados e velhos, o *parlement* de Paris tornara-se o órgão nacional e político da classe média e— depois da Sorbonne — a organização mais conservadora da França. Os *parlement* locais e os governadores nomeados pelo rei administravam as províncias. Os Estados Gerais foram por algum tempo ignorados; a cobrança de impostos substituiu as subvenções, e o papel que a nobreza exercia no governo acabou declinando.

A função dos nobres era dupla: organizar o exército e servir o rei na corte. A corte, composta dos chefes administrativos, dos principais nobres, de suas esposas e a família e dos favoritos do rei, tornou-se a cabeça e a fachada da França, o espelho da moda e o eterno centro festivo da realeza. Dominando esse turbilhão, íamos encontrar o Mestre da Casa Real, o qual organizava e dirigia o protocolo; vinha em seguida o Camareiro, encarregado da Câmara real; seguiam-se-lhe quatro Cavalheiros da Câmara ou Primeiros Senhores de Serviço, que estavam sempre ao lado do rei para atender a seus desejos; eram substituídos a cada três meses a fim de darem a ouros notáveis a oportunidade de participar dessa interessante intimidade; para que nenhum fosse esquecido, havia cerca de 20 a 54 Senhores da Câmara para servir os quatro primeiros; acrescentemos 12 Pajens e quatro Introdutores da Câmara e veremos que os aposentos particulares do rei eram bem cuidados. Vinte senhores serviam como despenseiros da cozinha real, dirigindo um corpo de 45 auxiliares e 25 copeiros. Uns *30 enfants d'honneur* — rapazes de alta linhagem — exerciam as funções de pajens reais, resplendentes em suas vestes com adornos prateados. Uma multidão de secretários multiplicava as mãos e a memória do rei. O cardeal era o Grande Capelão da capela real; o bispo era o Mestre do Oratório ou do culto, e 50 bispos diocesanos tinham permissão para abrilhantar a corte, aumentando-lhe assim o conceito. Posições honorárias, como a de "gentis-homens da câmara", com pensões de 240 libras, eram concedidas a várias figuras de talento, a eruditos como Budé e poetas como Marot. Não devemos esquecer os sete médicos, sete cirugiões, quatro barbeiros, sete coristas, oito artífices, oito empregados da cozinha e oito introdutores para a câmara de audiências. Cada um dos filhos do rei tinha seus próprios elementos que os serviam — despenseiros, chanceleres, professores, pajens e fâmulos. Cada uma das duas rainhas — Claude e Margarida — tinha um séquito de 10 ou 15 damas de serviço e oito ou 16 damas de honra — *filles demoiselles.* Francisco elevou a mulher a uma alta posição em sua corte, o que constituiu um de seus traços mais característicos. Divertia-se com suas ligações, estimulava e apreciava a exibição que elas faziam de seus belos vestidos

e encantos pessoais. "Uma corte sem damas" — disse ele — "é como um jardim sem flores";[11] e provavelmente foram as mulheres — dotadas com a eterna beleza da arte — que deram à corte de Francisco I um gracioso esplendor e um alegre estímulo inigualados até nos palácios da Roma Imperial. Todos os potentados da Europa taxavam o povo no esforço de imitar algo dessa fantasia parisiense.

Debaixo daquela polida superfície encontrava-se a imensa base da criadagem: quatro chefes, seis chefes-assistentes, cozinheiros especialistas em sopas, temperos, massas ou assados e um sem-número de pessoas para suprir e servir a mesa do rei , a *cuisine commune* da corte e as necessidade e confortos das damas e cavalheiros. Havia os músicos da corte dirigidos pelos mais notáveis cantores, compositores e instrumentistas da Europa, fora Roma. Um estribeiro-mor, 25 escudeiros e uma multidão de cocheiros e palafreneiros serviam os estábulos reais. Havia Mestres de Caça, uma centena de cães e 300 falcões — adestrados e tratados por 100 falcoeiros sob a direção de um Falcoeiro-mor. Quatrocentos arqueiros formavam o corpo da guarda do rei e abrilhantavam a corte com sua indumentária colorida.

Para os banquetes, bailes, casamentos e recepções diplomáticas da corte, um só edifício em Paris não bastava. O Louvre era então uma sombria fortaleza; Francisco abandonava-o pelos inúmeros palácios conhecidos pelo nome de *Les Tournelles* (As Torrinhas) nas imediações da Bastilha ou pelo espaçoso palácio, onde costumava reunir-se o *parlement*; melhor ainda, como gostava de caçar, passava para Fontainebleau ou descia para seus castelos ao longo do rio Loire, em Blois, Chambord, Amboise ou Tours, arrastando consigo metade da corte e riqueza da França, Cellini, com seu habitual exagero, descreveu seu patrono real viajando com um séquito de 18.000 pessoas e 12.000 cavalos.[12] Os embaixadores estrangeiros protestavam contra o custo e o cansaço das viagens para alcançar ou acompanhar o rei; quando o alcançavam, iam encontrá-lo dormindo — dormia até o meio-dia, recuperando-se dos prazeres da noite anterior — ou preparando-se para uma caçada ou torneio. O custo de toda essa glória andarilha era enorme. O tesouro estava sempre às portas da falência; os impostos subiam constantemente, e os banqueiros de Lion eram coagidos a fazer empréstimos arriscados à casa real. Em 1513, percebendo que seus gastos estavam perdendo de vista as rendas, prometeu o lei limitar suas indulgências pessoais, "não incluindo, porém, as despesas comuns de nossas pequenas necessidades e prazeres".[13] Desculpava-se de suas extravagâncias alegando que precisava impressionar os embaixadores, sobrepujar os nobres ambiciosos e agradar a populaça; os parisienses — pensava — ansiavam por espetáculos e mais admiravam do que ressentiam o esplendor do rei.

O governo de França tornou-se depois bissexual. Francisco, aparentemente era onipotente no governo, mas gostava tanto de mulheres que cedia prontamente às imposições da mãe, da irmã, da amante e até mesmo da esposa. Devia ter amado bastante a Cláudia para que lhe tivesse dado tantos filhos. Casou-se com ela atendendo a razões de Estado; sentia-se com o direito de apreciar outras mulheres mais artisticamente delineadas. A corte acompanhava o exemplo do rei e observava uma polida arte no adultério. O clero adaptava-se à situação, após fazer as necessárias objeções. O povo não as fazia e prazerosamente imitava o leviano código da corte — salvo uma jovem que, segundo consta, destruiu sua beleza propositalmente para fugir à lubricidade do rei (1524).[14]

A mulher mais influente da corte era a mãe do rei. "Pode dirigir-se a mim" — disse Luísa de Savóia a um legado papal — "que chegaremos a um resultado. Se o rei se

queixar, deixá-lo-emos falar''.[15] Muitas vezes seus conselhos eram bons e, quando serviu como regente, o país teve uma situação melhor do que ao tempo em que esteve sob as mãos fracas do rei. Mas sua cobiça levou o duque de Bourbon a cometer uma traição e fez o exército francês morrer de fome na Itália. Seu filho perdoou-lhe tudo, grato por tê-lo feito um deus.

III. MARGARIDA DE NAVARRA

É provável que Francisco I amasse à irmã em seguida à mãe, mais que à amante — cujo auxílio lhe dera algo menos duradouro e profundo do que sua desinteressada adoração. O amor era a vida de Margarida — o amor pela mãe, pelo irmão, pelos maridos que teve, o amor platônico e o amor místico e religioso. Diz uma bonita história que ''ela nascera sorrindo e estendia a mãozinha a todos que chegavam''.[16] Chamava à mãe, ao irmão e a si mesma *Nôtre Trinité*, e sentia-se satisfeita por ser ''o menor ângulo'' daquele ''triângulo perfeito''.[17] Por nascimento, era Margarida de Angoulême, Orléans e Valois. Dois anos mais velha que Francisco, auxiliou a criá-lo e, em seus jogos infantis, ''era sua mãe, sua patroa e sua pequenina esposa''.[18] Zelava por ele como se fosse alguma divindade salvadora que se tivesse transformado em criatura humana; quando descobriu que ele era também um sátiro, aceitou essa disposição como um direito que assistia a um rei grego, se bem que não se deixasse conspurcar pelo seu ambiente. Sobrepujava Francisco nos estudos, mas jamais pôde rivalizar com ele na apreciação que, como conhecedor, tinha pela arte. Aprendeu espanhol, italiano, latim, grego e um pouco de hebraico; rodeava-se de eruditos, poetas, teólogos e filósofos. Não obstante, veio a ser uma mulher atraente; não era bonita fisicamente (tinha também o comprido nariz dos Valois), mas exercia forte fascinação com o encanto de seu caráter e os dotes do espírito. Era simpática, agradável, generosa, amável e freqüentemente revelava possuir espírito alegre. Ela mesma era uma das melhores poetisas da época, e sua corte, em Nérac ou Pau, era o centro literário mais brilhante da Europa. Todos a amavam e desejavam estar a seu lado. Chamavam-na, naquela época romântica e, ao mesmo tempo, cínica, *La Perle des Valois* — pois *margarita* era o nome latino de pérola. Difundira-se uma lenda interessante, segundo a qual Luísa de Savóia a havia concebido depois de engolir uma pérola.

As cartas que escreveu ao irmão figuram entre as mais belas e as mais ternas na literatura. Devia haver muita coisa de bom nele para atrair tal devoção. Seus outros amores tinham altos e baixos, inflamavam-se ou esfriavam-se; essa paixão pura pelo irmão foi constante, através de 50 anos, e sempre intensa. O sopro desse amor quase purifica o ar daquele tempo perfumado.

Gaston de Foix, sobrinho de Luís XII, despertou-lhe o primeiro romance, partiu depois para a conquista da Itália e morreu em Ravena (1515). Guillaume de Bonnivet apaixonou-se profundamente por ela, mas encontrou seu coração ainda dominado pela figura de Gaston; casou-se com uma das suas damas de companhia para ficar próximo dela. Aos 17 anos (1509), ela se casou com Carlos, duque de Alençon, também de linhagem real; Francisco havia pedido esse casamento a fim de cimentar uma liança entre famílias fortemente rivais. Margarida achou, porém, difícil amar o jovem. Bonnivet ofereceu-lhe a consolação do adultério; ela desfigurou o rosto com uma pedra afiada a fim de quebrar o encanto que exercia sobre ele. Alençon e Bonnivet partiram para lutar por Francisco na Itália; Bonnivet morreu como herói, em Pa-

cia; quanto a Alençon, correu notícia de que havia fugido no momento crítico da batalha. Voltou para Paris e viu-se ali escarnecido por todos; Luísa de Savóia chamou-o de covarde; caiu doente com pleurisia; Margarida perdoou-o e tratou dele com ternura, mas a morte acabou por levá-lo (1525).

Depois de dois anos de viuvez, Margarida, já então com 35 anos, casou-se com Henri d'Albret, rei titular de Navarra, um jovem de 24 anos. Afastado de seu reino, pois Fernando II e Carlos V reivindicavam Navarra para si, Henri foi nomeado governador da Guienne por Francisco. Estabeleceu uma pequena corte em Nérac e, às vezes outra em Pau, no sudoeste da França. Tratava Margarida como a uma mãe, quase como a uma madrasta; não limitou sua fidelidade aos votos do matrimônio, e ela procurava consolar-se fazendo o papel de anfitriã e protetora de escritores, filósofos e refugiados protestantes. Em 1528, deu a Henri uma filha, Joana d'Albret, destinada a ser famosa como mãe de Henrique IV. Dois anos depois deu à luz um filho que morreu na infância; depois disso só andava de preto. Francisco escreveu-lhe uma carta terna e piedosa que não se esperava fosse sair de sua pena. Logo, porém, ordenou, a ela e ao marido que lhe entregassem Joana para que fosse educada junto à corte real; ele temia que Henri, seu cunhado, contratasse o casamento da filha com Felipe II de Espanha ou que fosse criada como protestante. Essa separação foi o mais profundo dos muitos sofrimentos que ela teve antes da morte do rei, mas não interrompeu a devoção que tinha por ele. É triste, porém, necessário dizer que, ao ordenar Francisco a Joana que se casasse com o duque de Cleves e tendo ela recusado, Margarida apoiou o rei, seu irmão, a ponto de dar ordens à governanta de Joana para que a surrasse até que ela concordasse. Joana levou boas surras, mas corajosa como era — uma menina de 12 anos — assinou um documento dizendo que se a forçassem a casar-se, consideraria nulo o casamento. Arranjou-se, apesar disso, o casamento, alegando-se que as necessidades do Estado constituíam a lei suprema; Joana resistiu até o fim e teve de ir carregada para a igreja. Assim que terminou a cerimônia, fugiu, indo morar com os pais em Pau, onde suas extravagâncias com vestidos, cortejos e obras de caridade quase os arruinaram.

A própria Margarida personificava a beneficência. Andava sem escolta pelas ruas de Pau, "como uma simples jovem", permitindo que dela se acercassem e ouvia, em primeira mão, os sofrimentos do povo. "Ninguém deve afastar-se, triste ou desapontado, da presença dos príncipes", disse ela, "pois os reis são os ministros dos pobres... e os pobres são criaturas de Deus."[19] Chamava-se a si mesma a "Primeira-Ministra dos Pobres". Visitava-os em suas casas e mandava-lhes os médicos da corte. Henri cooperava bastante nesse trabalho, pois era excelente governante, embora, como marido, fosse negligente. Os trabalhos públicos dirigidos por ele serviram de modelo para a França. Ele e Margarida, juntos, financiaram a educação de grande número de estudantes pobres, entre os quais Amyot, o qual, mais tarde, traduziu Plutarco. Margarida deu abrigo e proteção a Marot, Rabelais, Desperiers, Lefèvre d'Étaples, Calvino e a tantos outros que um de seus protegidos a comparou a "uma galinha que carinhosamente reunia os pintinhos e os cobria com as asas".[20]

Além de suas obras de caridade, três interesses lhe dominavam a vida em Nérac e Pau: literatura, amor platônico e uma teologia mística que achava espaço tanto para o catolicismo quanto para o protestantismo e tolerância até mesmo para a liberdade de pensamento. Era seu costume ter a seu lado poetas que para ela recitavam enquanto bordava; ela mesma compunha versos de algum valor, em que o amor humano e o

amor divino se confundiam num êxtase obscuro. Durante sua vida, publicou vários volumes de poesias e dramas; não são tão belos quanto suas cartas, as quais só foram impressas em 1841. Todo o mundo conhece seu *Heptameron*, por causa de sua famosa imoralidade. Mas os patronos da pornografia sentir-se-ão desapontados com esse trabalho. As histórias não eram de conformidade com a época, a qual encontrava mais espírito em travessuras, anomalias e vicissitudes do amor e no afastarem os monges de seus juramentos; as histórias mesmas eram contadas com certas restrições. Eram contos relatados por homens e mulheres da corte de Margarida ou da de Francisco I; foram escritos por ela ou para ela (1544-48), mas ela não os publicou; apareceram impressos 10 anos depois de sua morte. Fora sua intenção formar com eles outro *Decameron*, mas como o livro findava com o sétimo dia de narrativas, o editor chamou-o *Heptameron*. Muitas das narrativas parecem ser histórias autênticas, disfarçadas com a troca de nomes. Diz-nos Brantôme que sua mãe fora uma das que as contavam e que ela tinha uma chave para se conhecer as pessoas verdadeiras que se ocultavam com pseudônimos nos contos; assegura-nos, por exemplo, que o quarto conto do quinto dia é uma narrativa das investidas de Bonnivet contra a própria Margarida.[21]

Deve-se admitir que, com nosso gosto de hoje em dia, sentir-nos-íamos obrigados a corar com aquelas histórias de sedução, contadas por damas e cavalheiros franceses que, assim, passavam os dias esperando que a chuva amainasse e pudessem voltar de seus banhos em Cauterets. Algumas das observações incidentais eram surpreendentes: "Você quer dizer então que tudo é legal para aqueles que se amam, contanto que ninguém saiba?" "Sim, de fato; somente os tolos é que são descobertos."[22] A filosofia geral do livro está sintetizada em uma significativa frase da quinta história: "Infeliz a dama que não preservar cuidadosamente o tesouro que tanta honra lhe dá quando bem conservado e tanta desonra quando continua a conservá-lo".[23] As histórias são aliviadas por muitos ditos espirituosos: assim, lemos sobre um piedoso farmacêutico de Pau "que nunca tinha nada com a esposa, salvo na Semana Santa à guisa de penitência".[24] Metade do bom humor, como em Boccaccio, gira em torno das travessuras dos monges. "Esses bons padres" — diz um personagem na quinta história — "pregam-nos o espírito de caridade e querem desonrar nossas mulheres." Um marido ultrajado concorda: "Eles não ousam tocar no dinheiro, mas estão prontos a tocar nas coxas das mulheres, as quais são muito mais perigosas". Deve-se acrescentar que aqueles alegres contadores de histórias ouviam missa todas as manhãs e fumigavam toda segunda página com árias de piedade.

Que Margarida se tenha divertido a granel ou colecionado esses contos é coisa que revela o espírito da época e faz que nos acautelemos para não descrevê-la como santa até seus anos de declínio. Conquanto ela mesma pareça ter sido persistentemente pura, tolerava, no entanto, muita falta de firmeza nos outros; não registrou nenhuma objeção contra a distribuição que o rei fazia de suas prerrogativas e manteve relações íntimas com suas sucessivas amantes. Aparentemente, os homens e a maioria das mulheres pensavam do amor entre os sexos em termos absolutamente naturais. Era um galante costume das mulheres francesas, naquele reino frívolo, presentear com suas ligas os homens de seus sonhos.[25] Margarida considerava o desejo físico muito permissível, mas ela mesma só dava guarida em seu coração ao amor platônico e ao amor religioso. O culto ao amor platônico tinha vindo das "cortes de amor" medievais, enaltecidas pelos versos italianos, como os hinos de louvores ao fim do *Courtier*, de Castiglione. A opinião de Margarida era que as mulheres deviam aceitar, além da cos-

tumeira paixão sexual, a devoção dos homens, os quais deviam ser recompensados apenas com terna amizade e algumas intimidades inofensivas; essa ligação exercitaria a sensibilidade estética do macho, deixá-lo-ia, com maneiras requintadas e ensinar-lhe-ia a observar restrições de ordem moral; a mulher civilizaria assim o homem. Mas na filosofia de Margarida havia um amor mais elevado que o sexual ou o platônico — o amor da bondade, da beleza ou de qualquer perfeição, e, portanto, acima de tudo, o amor a Deus. Mas "para se amar a Deus é preciso primeiro amar com perfeição a criatura humana".[26]

Sua religião era tão complexa e tão confusa quanto a concepção que fazia do amor. Assim como o egoísmo do irmão não lhe obscurecia a devoção que lhe tinha, assim também as tragédias e brutalidades da vida deixavam pura e ardente sua fé religiosa, por pouco ortodoxa que fosse. Tinha momentos de ceticismo: em *Le miroir de l'âme pêcheresse* confessou que, às vezes, duvidava das Escrituras e de Deus; acusou Deus de crueldade e perguntara a si mesma por que Ele escrevera realmente a Bíblia.[27] Em 1533, a Sorbonne chamou-a para responder a uma acusação de heresia; ela não deu atenção ao chamado. Um monge declarou à sua congregação que ela merecia ser costurada em um saco e atirada ao Sena;[28] mas o rei ordenou à Sorbonne e aos monges que deixassem a irmã em paz. Não dava crédito àquelas acusações contra ela; "ela me ama tanto" — disse ele — "que somente acreditará naquilo em que eu acreditar".[29] Ele se sentia demasiado feliz e confiante para sonhar em ser um huguenote. Mas Margarida podia sê-lo; ela tinha a noção do pecado e, de seus pecadilhos, fazia verdadeiras tempestades. Desprezava as ordens religiosas, considerando-as inúteis e imorais. Achava que a reforma já estava demorando muito. Lera alguma literatura dos luteranos e aprovava os ataques que faziam contra a imoralidade e a cobiça dos eclesiásticos. Francisco ficou admirado ao encontrá-la um dia fazendo uma prece com Farel[30] — o João Batista de Calvino. Em Nérac e Pau, enquanto continuava a orar para a Virgem com o mesmo zelo piedoso, ia dando sua proteção aos protestantes fugitivos, inclusive ao próprio Calvino. Contudo, este último se ofendeu ao encontrar em sua corte livres-pensadores, como Etienne Dolet e Bonaventure Desperiers; censurou-a por sua tolerância; mesmo assim ela continuou a ser tolerante. Com prazer teria composto o Edito de Nantes para o neto. Em Margarida, a Renascença e a Reforma fundiram-se por um só momento.[31]

A influência de Margarida irradiou pela França. Todo espírito livre tinha-a como protetora e como ideal. Rabelais dedicou-lhe *Gargantua*. Ronsard e Joachim du Bellay seguiam, de quando em vez, suas idéias platônicas, como seu misticismo platonizante à moda de Plotino. As traduções que Marot fez dos salmos fê-la inclinar o espírito, em parte, para os huguenotes. No século XVIII, Bayle dedicou-lhe uma ode em seu *Dictionnaire*. No século XIX, o protestante Michelet, na magnífica, interminável e incansável rapsódia denominada *Histoire de France* manifestou-lhe sua gratidão: "Lembremo-nos sempre dessa graciosa Rainha de Navarra, em cujos braços, nosso povo, ao fugir da prisão ou da fogueira, encontrou segurança, honra e amizade. Nossa gratidão a vós, querida Mãe de nossa Renascença! Vossa casa foi a casa de nossos santos e vosso coração, o ninho de nossa liberdade".[32]

IV. OS PROTESTANTES FRANCESES

Ninguém duvidava da necessidade de se reformar a religião. Os mesmos bons e maus eclesiásticos ali apareciam como algures: de um lado, padres fiéis, monges devotos, freiras santas, um ou outro bispo que se dedicava mais à religião que à política; de outro, padres ignorantes e piegas, monges vadios e lúbricos, frades à cata de dinheiro e fingindo pobreza, fracas irmãs nos conventos, bispos que recebiam o dinheiro da terra e abandonavam o crédito do céu. À medida que progredia o ensino, caía a fé, e, como o clero era quem mais cuidava do ensino, mostrava pela sua conduta que não mais levava a sério a escatologia outrora aterradora de seu credo oficial. Alguns bispos assenhorearam-se, para uso próprio, de uma liberal multiplicidade de benefícios e jurisdições; assim João de Lorena mantinha — e gozava das rendas — os bispados de Metz, Toul e Verdun, os arcebispados de Reims, Lion, Narbona, Albi, Macon, Agen, e Nantes, bem como as abadias de Gorze, Fécamp, Cluny, Marmoutiers, Saint-Ouen, Saint-de-Laon, Saint-Germer, Saint-Médard de Soissons e Saint-Mansuy de Toul.[33] Era muito para suas necessidades; e ele se queixava de pobreza.[34] Monges denunciavam a vida mundana dos bispos; padres denunciavam os monges; Brantôme cita uma frase então muito popular em França: "Avaro e lúbrico como um padre e um monge".[35] A primeira sentença do *Heptameron* descreve o bispo de Sées ansioso por seduzir uma mulher casada; e uma dezena de histórias no livro relata minuciosamente empreendimentos semelhantes da parte de vários monges. "Tenho tal horror de ver um monge" — disse uma personagem — "que não tive coragem de me confessar a eles, acreditando que são piores que os outros homens."[36] "Há alguns homens bons entre eles" — admite Oisille, que é o nome que Margarida, no *Heptameron*, deu à mãe — mas essa mesma Luísa de Savóia escreveu em seu diário: "No ano de 1522... meu filho e eu, pela graça do Espírito Santo, começamos a conhecer os hipócritas brancos, pretos, cinzentos, enfumaçados e de todas as cores, dos quais Deus, em Sua infinita misericórdia e bondade, nos preserva e defende; pois se Jesus Cristo não mentiu, não existe em toda a humanidade uma geração que seja mais perigosa".[37]

Entretanto, a cobiça de Luísa, a poligamia do filho e a moral anárquica da corte não inspiravam bom exemplo ao clero, que, em sua maioria, estava sujeito ao rei. Em 1516, Francisco I obteve de Leão X uma Concordata, que lhe dava o poder de nomear os bispos e abades de França; mas como ele utilizava essas nomeações, em grande parte, como recompensa para serviços de ordem política, confirmava-se o caráter mundano dos prelados. A Concordata, com efeito, tornava a "Igreja Galicana" independente do papado e dependente do Estado. Desse modo, Francisco, um ano antes de surgirem as Teses de Lutero, conseguiu de fato, se bem que graciosamente não em forma, o que os príncipes alemães e Henrique VIII iriam conseguir pela guerra ou revolução — a nacionalização da religião cristã. Que mais poderiam os protestantes de França oferecer ao rei francês?

O primeiro deles precedeu Lutero. Em 1512, Jacques Lefèvre, nascido em Étaples, na Picardia, na ocasião lecionando na Universidade de Paris, publicou uma tradução, em latim, das Epístolas de São Paulo, com um comentário, expondo, entre outras heresias, duas que 10 anos depois seriam básicas para Lutero: que o homem pode salvar-se não pelas boas obras, porém pela fé na graça de Deus, conquistada pelo sacrifício da redenção de Cristo, e que Cristo se encontra presente na eucaristia por Seu próprio

ato e boa vontade e não por qualquer transubstanciação de pão e vinho realizada pelo sacerdote. Lefèvre, da mesma maneira que Lutero, exigia a volta ao Evangelho e, como Erasmo, procurou restabelecer e clarear o autêntico texto do Novo Testamento como meio de purificar a religião cristã das lendas medievais e dos acréscimos feitos pelos sacerdotes. Em 1523, ele publicou uma tradução no Novo Testamento em francês e, um ano depois, dos Salmos. "Que vergonha" — diz em um de seus comentários — "ver um bispo convidando pessoas para que bebam com ele, só pensando em jogar... caçando constantemente... freqüentando casas más."[38] A Sorbonne condenou-o como herege; ele fugiu para Estrasburgo (1525); Margarida intercedeu em seu favor; Francisco I chamou-o novamente e fê-lo bibliotecário real em Blois e professor de seus filhos. Em 1531, quando os excessos cometidos pelos protestantes haviam irritado o rei, Lefèvre refugiou-se em casa de Margarida, no sul da França, e ali viveu até à morte, que lhe veio com a idade de 87 anos (1537).

O discípulo de Lefèvre, Guillaume Briçonnet, que havia sido nomeado bispo de Meaux (1516), tomou a si o encargo de reformar a diocese de acordo com o espírito do mestre. Após quatro anos de zeloso trabalho, sentiu-se bastante forte para aventurar-se em inovações teológicas. Nomeou, para benefícios, reformadores conhecidos, tais como Lefèvre, Farel, Louis de Berquin, Gérard Roussel e François Vatable, e encorajou-os a pregar a "volta ao Evangelho". Margarida aplaudiu-o e fê-lo seu diretor espiritual. Mas quando a Sorbonne — a escola de teologia que então dominava a Universidade de Paris — proclamou que condenava Lutero (1521), Briçonnet ordenou à sua corte que fizesse a paz com a Igreja. A unidade da Igreja parecia-lhe, tanto quanto a Erasmo e Margarida, mais importante que a reforma.

A Sorbonne não podia deter o fluxo das idéias de Lutero através do Reno. Estudantes e mercadores traziam da Alemanha as obras de Lutero como sendo as novidades mais excitantes da época; Froben enviou exemplares delas de Basiléia para serem vendidos na França. Os trabalhadores descontentes aceitaram o Novo Testamento como documento revolucionário e ouviam com satisfação os pregadores que extraíam dos Evangelhos a utopia da igualdade social. Em 1523, quando o bispo Briçonnet colocou nas portas da catedral uma bula de indulgências, Jean Leclerc, cardador de lã, de Meaux, arrancou-a e substituiu-a por um cartaz chamando o papa de Anticristo. Foi preso e, por ordem do *parlement* de Paris, foi ferreteado na testa (1525). Mudou-se para Metz, onde destruiu as imagens religiosas, para as quais uma procissão planejava queimar incenso. Cortaram-lhe a mão, arrancaram-lhe o nariz, fazendo o mesmo com os mamilos por meio de uma torquês, amarraram-lhe a cabeça com uma cinta de ferro em brasa e queimaram-no vivo (1526).[39] Vários outros radicais foram mandados para a fogueira, em Paris, por "blasfêmia" ou por negarem o poder de intercessão da Virgem e dos santos (1526-1527).

O povo de Paris geralmente aprovava essas execuções;[40] alimentava sua fé religiosa como a própria revelação e pacto de Deus, e abominava os hereges, achando que roubavam aos pobres sua maior consolação. Nenhum Lutero apareceu em França para levantar a classe média contra a tirania e as exigências do papa; a Concordata impossibilitava tal tentação, e Calvino não havia ainda atingido uma situação eminente em Genebra, donde pudesse expedir seus severos apelos para a reforma. Os rebeldes encontraram algum apoio entre os aristocratas, mas os cavalheiros e damas eram demais displicentes para aceitar as novas idéias ao ponto de perturbar a fé do povo ou os confortos da corte. O próprio Francisco I tolerou a propaganda luterana enquanto ela não

representou uma ameaça de perturbação social ou política. Ele também tinha suas dúvidas acerca dos poderes do papa, da venda de indulgências e da existência do purgatório;[41] é possível que pensasse em usar sua tolerância para com o protestantismo como arma contra um papa demasiado propenso a favorecer Carlos V. Admirava Erasmo; procurou-o para o novo Collège Royale e, como ele, acreditava no estímulo que se devia dar ao ensino e à reforma eclesiástica — mas gradativamente, a fim de não dividir o povo em duas facções que se guerreassem, ou a fim de não enfraquecer os serviços da Igreja no tocante à moralidade privada e à ordem social.[42] "O rei e a rainha-mãe" (Luísa de Sabóia), escreveu Margarida a Briçonnet em 1521, "estão mais do que nunca a favor da reforma da Igreja."[43] Quando a Sorbonne prendeu Louis de Berquin por ter traduzido algumas das obras de Lutero (1523), foi ele posto em liberdade por intercessão de Margarida junto ao rei. Contudo, Francisco I estava assustado com a revolta dos camponeses na Alemanha, a qual parecia ter sido fruto da propaganda dos protestantes; antes de partir para seu malogro em Pavia, ordenou aos prelados que reprimissem o movimento luterano em França. Quando o rei se encontrava preso em Madri, Berquin foi apanhado novamente, mas Margarida conseguiu obter ordem para libertá-lo. Quando o próprio Francisco I foi posto em liberdade, entregou-se a uma fase de liberalismo, talvez em sinal de gratidão pela irmã que tanto trabalhara pela sua libertação. Chamou Lefèvre e Roussel do exílio, e Margarida teve então a impressão de que o movimento para a reforma havia conquistado a vitória.

Dois acontecimentos fizeram o rei voltar para a ortodoxia. Ele precisava de dinheiro para resgatar os dois filhos que havia entregue a Carlos em troca de sua própria liberdade; o clero concordou em dar-lhe 1.300.000 libras, com a condição, porém, de tomar uma posição mais firme contra a heresia; ele assentiu (16 de dezembro de 1527). Em 31 de maio de 1528, ficou aterrado com a notícia de que as cabeças da estátua da Virgem e o Filho, na parte externa de uma igreja da paróquia de Saint-Germain, haviam sido destruídas durante a noite. O povo clamou por vingança. Francisco ofereceu mil coroas para a descoberta dos vândalos e encabeçou uma sombria procissão de prelados, funcionários do Estado, nobres e gente do povo para restaurar as estátuas quebradas com cabeças de prata. A Sorbonne aproveitou-se da reação para prender Berquin mais uma vez; e, enquanto Francisco se achava ausente, em Blois, o impenitente luterano foi morto na fogueira (17 de abril, 1529) para gáudio da multidão que estava presente.[44]

A disposição de espírito do rei variava com as mudanças de sua diplomacia. Em 1532, furioso com a colaboração que Clemente VII prestava a Carlos V, fez algumas propostas aos príncipes luteranos da Alemanha e permitiu que Margarida colocasse Roussel como pregador perante grande assistência, no Louvre; quando a Sorbonne protestou, Francisco I baniu seus líderes de Paris. Em outubro de 1533, já estava em boas relações com Clemente e prometeu-lhe enérgicas medidas contra os protestantes franceses. Em 1º de novembro, Nicholas Cop fez sua oração em prol do luteranismo, na universidade; a Sorbonne levantou-se irritada e Francisco I ordenou nova perseguição. Mas, depois, sua briga com o imperador avivou-se, mandando ele então Guillaume du Bellay, favorável à reforma, a Wittenberg, para pedir que Melanchthon formulasse uma possível reconciliação entre a antiga religião e as novas idéias (1534), e tornando assim possível uma aliança entre a França Católica e a Alemanha Protestante. Melanchthon acedeu ao pedido; tudo ia muito bem, quando uma facção extremista, entre os reformadores franceses, colocou, nas ruas de Paris, Orléans e outras ci-

dades, e até mesmo nas portas dos aposentos do rei, em Amboise, cartazes denunciando a missa como idolatria e o clero católico como "um bando de parasitas... apóstatas, lobos... mentirosos, blasfemadores, assassinos das almas" (18 de outubro de 1534).[45] Enfurecido, Francisco I ordenou a prisão indiscriminada de todos os suspeitos; as prisões ficaram logo repletas. Muitos impressores foram presos, e, durante algum tempo, foi proibida toda e qualquer impressão. Margarida, Marot e muitos protestantes moderados foram unânimes em condenar os cartazes. O rei, seus filhos, embaixadores, nobres e o clero, carregando velas acesas, marcharam em solene silêncio rumo à catedral de Notre Dame para ali ouvir uma missa expiatória (21 de janeiro de 1535). Francisco declarou que decapitaria os próprios filhos se os visse acalentando aquelas heresias sacrílegas. Naquela noite seis protestantes morreram queimados em Paris por um método que se julgara apropriado para aplacar a Divindade: foram suspensos sobre uma fogueira e abaixados sobre ela repetidas vezes de maneira a prolongar-lhes a agonia.[46] No período de 10 de novembro de 1534 a 5 de maio de 1535, 24 protestantes foram queimados vivos em Paris. O Papa Paulo III censurou o rei, dizendo ser desnecessária tal severidade e ordenou-lhe que cessasse a perseguição.[47]

Não havia terminado o ano e já Francisco I cortejava novamente os protestantes alemães. Ele mesmo escreveu a Melanchthon (23 de julho de 1535), convidando-o para que viesse "conferenciar com alguns de nossos mais distintos doutores quanto aos meios de restabelecer, na Igreja, essa sublime harmonia que é o meu principal desejo".[48] Melanchthon não atendeu ao convite. Talvez suspeitasse de que Francisco fosse servir-se dele como pedra no sapato do imperador, ou talvez tivesse sido dissuadido por Lutero ou o eleitor de Saxônia, o qual disse: "Os franceses não são evangélicos e, sim, erasmianos".[49] Isso se aplicava a Margarida, Briçonnet, Lefèvre e Roussel e não aos colocadores de cartazes e huguenotes calvinistas que começavam a multiplicar-se no sul da França. Após fazer a paz com Carlos V (1538), Francisco renunciou a todos os esforços para conciliar seus próprios protestantes.

A maior desgraça de seu reino foi, apenas em parte, sua culpa. Os *vaudois* ou valdenses, que ainda alimentavam as idéias semiprotestantes de Pedro Valdo, que os reuniu no século XII, tinham tido a permissão sob proteção real, de manter sua existência à feição dos quacres em umas 30 aldeias ao longo do rio Durance, na Provença. Em 1530, eles entraram em contato com reformadores, na Alemanha e Suíça, e, dois anos depois, elaboraram uma profissão de fé baseada nas teorias de Bucer e Oecolampadius. Um legado papal estabeleceu a Inquisição entre eles; apelaram para Francisco I; este ordenou que cessassem a perseguição (1533). Mas o cardeal de Tournon, alegando que os valdenses estavam conspirando contra o governo, convenceu o vacilante e fraco rei a assinar um decreto (1.° de janeiro de 1545) estabelecendo que seria condenado à morte todo valdense que fosse julgado culpado de heresia. Os funcionários do *Parlement*, em Aix-en-Provence, interpretaram a ordem como significando matança em massa. A princípio os soldados recusaram-se a obedecê-la; foram, porém, induzidos a matar alguns; isso foi o suficiente para inflamá-los; entregaram-se ao massacre. Em uma semana (12-18 de abril), várias aldeias foram completamente incendiadas; em uma delas, foram mortas 800 pessoas, entre homens, mulheres e crianças; em dois meses, foram mortas três mil pessoas, arrasadas 22 aldeias e 700 homens enviados para as galés. Vinte e cinco mulheres aterrorizadas, tendo-se refugiado em uma caverna, morreram asfixiadas por um incêndio que atearam à entrada. A Suíça e

a Alemanha protestaram, exprimindo todo o seu horror. A Espanha congratulou-se com Francisco I.[50] Um ano depois, um pequeno grupo de luteranos foi encontrado reunido em Meaux, sob a direção de Pierre Leclerc, irmão de Jean Leclerc, que havia sido estigmatizado; 14 pessoas do grupo foram torturadas e queimadas, oito das quais depois de se lhes terem arrancado a língua (7 de outubro de 1546).

Essas perseguições constituíram a mácula suprema do reinado de Francisco I. A coragem dos mártires emprestou dignidade e esplendor à sua causa; milhares de expectadores deviam ter ficado impressionados e inquietos e, não fossem aquelas espetaculares execuções, jamais ter-se-iam dado ao trabalho de abjurar uma fé que haviam herdado. A despeito da freqüente implantação de atos de terror, existiam "bandos" de protestantes em Lion, Bordéus, Orléans, Reims, Amiens, Poitiers, Bourges, Nîmes, La Rochelle, Châlons, Dijon e Toulouse. Legiões de huguenotes surgiam inesperadamente por toda a parte. Francisco, moribundo, devia ter sabido que havia deixado ao filho, além do ódio envolvente da Inglaterra, Alemanha e Suíça, um legado de ódio na própria França.

V. HABSBURGO E VALOIS: 1515-26

Não se esperava que um monarca tão frívolo se contentasse em renunciar a todas aquelas esperanças que haviam agitado seus predecessores de acrescentar Milão e, se possível, Nápoles, como brilhantes, na coroa de França. Luís XII havia aceitado os limites naturais da França; havia reconhecido, por assim dizer, a soberania dos Alpes. Francisco deixara de reconhecê-la e contestara o direito do duque Maximiliano Sforza sobre Milão. Durante vários meses, reuniu e equipou uma imensa força. Em agosto de 1515, conduziu-a por uma nova e perigosa estrada — forçando seu caminho através de desfiladeiros rochosos — sobre os Alpes, rumo à Itália. Em Marignano, a nove milhas de Milão, a cavalaria e a infantaria francesas enfrentaram os suíços mercenários de Sforza durante dois dias (13 e 14 de setembro de 1515), em que houve matança como jamais a Itália conhecera desde as invasões dos bárbaros; foram deixados 10.000 homens mortos no campo da luta. Repetidas vezes os franceses pareciam derrotados, quando o próprio rei avançou e reuniu as tropas graças ao exemplo que lhes dera de sua coragem. Era costume um soberano, vitorioso na batalha, premiar os atos de bravura, formando novos cavaleiros no campo; antes de fazer isto, Francisco, em um gesto sem precedentes, porém característico, ajoelhou-se diante de Pierre, *Seigneur* de Bayard, e pediu para ser feito cavaleiro pela mão desse famoso *Chevalier sans peur et sans reproche*. Bayard protestou, dizendo que o rei era *ex officio* o cavaleiro dos cavaleiros e não precisava receber o título, mas o jovem soberano, apenas com 21 anos, insistiu. Bayard fez o tradicional ritual e, guardando depois sua espada, disse: "Minha boa espada, seguramente haverás de ficar bem guardada como uma relíquia, honrada, acima de todas as demais, por ter, no dia de hoje, conferido a tão belo e poderoso rei a ordem da cavalaria; jamais me servirei de ti senão contra os turcos, mouros e sarracenos!"[51] Francisco entrou em Milão como seu senhor; mandou o duque deposto para a França com uma confortável pensão, apoderou-se também de Parma e Piacenza, e assinou com Leão X, em esplêndidas cerimônias em Bolonha, um tratado e uma Concordata que permitiram a ambos alegar terem conquistado uma vitória diplomática.

Francisco I voltou para França como o ídolo de seus compatriotas e quase co-

mo ídolo da Europa. Encantara os soldados, participando de suas privações e excendendo-os em bravura. Conquanto, em seu triunfo, tivesse cedido à sua vaidade, temperou-a reconhecendo o valor dos outros, abrandando todo egoísmo com palavras de louvor e graça. Inebriado pela fama, cometeu seu maior erro: candidatou-se à coroa imperial. Sentia-se francamente inquieto com a possibilidade de Carlos I, rei de Espanha e Nápoles e conde de Flandres e Holanda, tornar-se também o chefe do Sacro Império Romano — com todas as suas pretensões sobre a Lombardia, portanto, sobre Milão, pelo que Maximiliano havia tantas vezes invadido a Itália; dentro de um novo império como esse, a França ficaria aparentemente cercada por inimigos invencíveis. Francisco recorreu ao suborno e perdeu; Carlos subornou mais e ganhou (1519). Começou, então, a amarga rivalidade que manteve a Europa Ocidental agitada até três anos depois da morte do rei.

A Carlos e Francisco nunca faltaram razões para se manterem hostis. Mesmo antes de tornar-se imperador, Carlos havia reivindicado a Borgonha, por intermédio de sua avó Maria, filha de Carlos, o Temerário, tendo-se recusado a reconhecer a anexação da Borgonha à coroa de França. Milão era formalmente um feudo do Império. Carlos continuou a manter Navarra ocupada pelos espanhóis; Francisco insistiu que ela fosse devolvida a seu vassalo e cunhado, Henri d'Albret. Pairando acima desse *casus belli* ficava a pergunta principal: Quem ia ser o senhor da Europa, Carlos ou Francisco? Os turcos responderam que seria Solimão.

Francisco desfechou o primeiro golpe. Notando que Carlos estava às voltas com a revolução política na Espanha e uma revolução religiosa na Alemanha, enviou um exército através dos Pireneus para reconquistar Navarra; foi derrotado, em uma campanha, cujo incidente mais importante foi cair ferido Ignacio de Loyola (1521). Outro exército seguiu para o sul a fim de defender Milão; as tropas amotinaram-se por falta de pagamento do soldo; foram desbaratadas em La Bicocca pelos mercenários imperiais, e Milão caiu em poder de Carlos V (1522). Para cúmulo da desgraça, o condestável dos exércitos franceses aderiu ao imperador.

Carlos, duque de Bourbon, era chefe da poderosa família que ia governar a França de 1589 a 1792. Era o mais rico homem do país depois do rei; 500 nobres figuravam entre seus dependentes; foi o último dos grandes barões que puderam desafiar o monarca daquele Estado agora centralizado. Serviu bem Francisco na guerra, lutando destemidamente em Marignano; serviu menos bem no governo, indispondo os milaneses com sua administração cruel. Mal suprido ali de numerário do rei, despendeu 100.000 libras de seu próprio bolso, esperando ser reembolsado; não foi. Francisco encarava com apreensão e ciúme esse seu vassalo que parecia quase um rei. Chamou-o de Milão e fez-lhe, impensada ou propositalmente, algumas afrontas que o tornaram seu inimigo. O duque tinha-se casado com Susana de Bourbon, cujas vastas propriedades deviam, pela vontade da mãe, reverter à coroa se Susana morresse sem descendência. Susana morreu sem filhos (1521), mas fez um testamento deixando todas as suas propriedades ao marido. Francisco e a mãe reivindicaram-nas como descendentes mais diretos do duque de Bourbon anterior; Carlos contestou a reivindicação. O *parlement* de Paris pronunciou-se contra ele. Francisco propôs um acordo, pelo qual o duque gozaria do rendimento das propriedades até o dia de sua morte; o duque rejeitou-o. Luísa, já com 51 anos, ofereceu-se para noiva do duque, que tinha 31, levando como dote um título de domínio absoluto sobre as propriedades; ele recusou o oferecimento. Carlos V fez uma proposta rival: ofereceu a mão de sua irmã Eleonora

em casamento e todo o apoio das tropas imperiais às reivindicações do duque. Este aceitou a proposta; fugiu à noite, através da fronteira, e foi nomeado tenente-general do exército imperial na Itália (1523).

Francisco enviou Bonnivet contra ele. O apaixonado de Margarida mostrou-se incompetente; seu exército foi subjugado em Romagnano pelo duque. Na retirada, o *Chevalier* de Bayard, comandando a perigosa retaguarda, foi ferido mortalmente por um tiro de arcabuz (30 de abril de 1524). O vitorioso Bourbon encontrou-o agonizando à sombra de uma árvore e dirigiu-lhe alguns cumprimentos consoladores. Respondeu Bayard: "Meu senhor tem pena de mim; morro depois de ter cumprido meu dever; eu é que tenho pena de vós, de vos ver servir contra vosso rei, vossa terra e contra o juramento que fizestes".[52] Aquilo perturbou o duque, mas ele já não podia voltar atrás. Entrou em acordo com Carlos V e Henrique VIII, pelo qual todos os três invadiriam a França simultaneamente, subjugariam todas as forças francesas e dividiriam o país entre si. Como parte do acordo, o duque entrou na Provença, conquistou Aix e sitiou Marselha; mas foi mal abastecido na campanha; encontrou, inesperadamente, forte resistência e teve de ceder. Recuou para a Itália (setembro de 1524).

Francisco julgou aconselhável persegui-lo e reconquistar Milão. Bonnivet, tolo até o fim, aconselhou que conquistasse Pavia primeiro e atacasse depois Milão pelo sul. O rei concordou e começou o cerco (26 de agosto de 1524). Mas ali também a defesa era superior ao ataque; durante quatro meses as hostes francesas ficaram imobilizadas, enquanto Bourbon, Carlos de Lannoy (Vice-rei de Nápoles) e o marquês de Pescara (marido de Vitória Colonna) reuniam um novo exército de 27.000 homens. Essa força surgiu inesperadamente à retaguarda das tropas francesas; no mesmo dia (24 de fevereiro de 1525), Francisco viu seus homens assaltados, de um lado, por essa inesperada multidão, e, de outro, por uma investida das forças de Pavia. Como de costume, combateu na vanguarda e matou tantos soldados inimigos com sua própria espada que julgou assegurada a vitória. Mas sacrificou a direção das tropas com sua coragem; elas ficaram mal distribuídas; sua infantaria movimentou-se entre sua artilharia e os adversários, tornando inúteis os superiores canhões franceses. Suas tropas vacilaram; o duque de Alençon fugiu, arrastando consigo as forças da retaguarda. Francisco gritou para que seu exército, já então desorganizado, tornasse a segui-lo para a batalha; somente os mais bravos de seus nobres o acompanharam, de que resultou uma grande matança da cavalaria francesa. Francisco recebeu ferimentos no rosto, nos braços e nas pernas, mas continuou a distribuir golpes por todos os lados; o cavalo caiu sob ele; continuou a lutar ainda. Seus leais cavaleiros foram caindo um por um a seu lado até que ele ficou só. Os soldados inimigos cercaram-no e iam matá-lo quando um oficial o reconheceu; salvou-o e levou-o para Lannoy, que, com profundas e respeitosas reverências, aceitou-lhe a espada.

O rei vencido ficou aprisionado na fortaleza de Pizzighettone, nas imediações de Cremona, donde lhe permitiram que escrevesse uma carta à mãe, que, em sua ausência, estava governando a França, uma carta muitas vezes citada, porém nem sempre citada direito:

> À REGENTE DE FRANÇA: Senhora, a fim de que saibais como me sinto em meu infortúnio: nada me resta no mundo senão a honra e a vida, que está salva (*de toute chose ne m'est demeuré que l'honneur et la vie, qui est sauvée*). Para que, em vossa adversidade, esta notícia vos pudesse levar um pequeno conforto, pedi

> permissão para escrever-vos esta carta... suplico-vos, no exercício de vossa costumada prudência, que nada façais precipitadamente, pois espero, afinal, que Deus não me abandone....[53]

Enviou uma carta similar a Margarida, que respondeu a ambas:

> MEU SENHOR: A alegria que ainda sentimos com as amáveis cartas que vos dignastes escrever-nos ontem, a mim e a vossa mãe, nos faz tão felizes por sabermos que estais bem de saúde, de que depende nossa vida, que me parece somente deveremos pensar em louvar a Deus e desejar que continueis dando boas notícias, que é o melhor alimento para nossa vida. Como o Criador nos deu a graça de que nossa *trindade* seja sempre unida, *as outras duas vos suplicam* que esta carta, apresentada a vós que sois o *terceiro*, seja aceita com a mesma afeição com que é cordialmente oferecida pelas vossas mais humildes e obedientes servas, vossa mãe e irmã,
>
> LUÍSA, MARGARIDA.[54]

Ao imperador, em Madri, Francisco escreveu uma carta muito humilde, dizendo-lhe que "se vos dignardes compadecer-vos a ponto de responder pela segurança que um rei de França prisioneiro merece... podeis estar certo de que fazeis uma aquisição ao invés de um prisioneiro inútil; fazeis do rei de França vosso escravo para sempre".[55] Francisco não havia sido preparado para enfrentar o infortúnio.

Carlos recebeu a notícia da vitória calmamente e recusou-se a celebrá-la, como sugeriam muitos, com um esplêndido festival. Recolheu-se aos aposentos (segundo consta) e, ajoelhando-se, fez uma oração. Enviou a Francisco e Luísa as condições para a paz e para a libertação do rei que lhe pareciam moderadas: 1. A França devia renunciar à Borgonha e a todos os direitos sobre a Flandres, Artois e a Itália; 2. Todas as terras e dignidades reivindicadas pelo duque de Bourbon deviam ser-lhe entregues; 3. A Provença e o Delfinado deviam transformar-se em um Estado independente; 4. A França devia restituir à Inglaterra todo território francês que havia estado, anteriormente, sob o domínio britânico — *i.e.*, Normandia, Anjou, Gasconha e Guienne; 5. Francisco devia assinar uma aliança com o imperador e aliar-se a ele em uma campanha contra os turcos. Luísa respondeu que a França não cederia um palmo de seu território e estava preparada para se defender até ao último homem. A regente agiu então com uma energia, decisão e inteligência que fez com que o povo francês lhe perdoasse os erros e teimosias. Ela providenciou imediatamente a organização e o equipamento de novos exércitos e incumbiu-os da defesa de todos os pontos possíveis de serem invadidos. Para desviar de França o pensamento do imperador, aconselhou Solimão, da Turquia, que protelasse o ataque contra a Pérsia e empreendesse, em vez disso, uma campanha no Ocidente; não sabemos qual a influência que sua sugestão exerceu na decisão do sultão, mas o fato é que, em 1526, ele marchou contra a Hungria e infligiu uma derrota tão desastrosa ao exército cristão em Mohács que qualquer invasão de França, por Carlos, teria sido considerada uma traição ao mundo cristão. Entrementes, Luísa fez ver a Henrique VIII e Clemente VII quanto a Inglaterra e o papado ficariam reduzidos à escravidão se fossem cedidos ao imperador todos os territórios que ele exigia. Henrique vacilou; Luísa insistiu em seu ponto de vista e ofereceu-lhe uma "indenização" de dois milhões de coroas; ele assinou uma aliança de defesa e ataque com a França (30 de agosto de 1525). Essa diplomacia feminina abriu os olhos dos homens e destruiu a confiança de Carlos em si.

Por um acordo feito entre Luísa, Lannoy e o imperador, o rei prisioneiro foi transportado para a Espanha. Quando Francisco chegou a Valência (2 de julho de 1525),

Carlos enviou-lhe uma carta cortês, mas o tratamento que lhe dispensou estava aquém de ser cavalheiresco. Designaram um quarto acanhado para Francisco em um velho castelo, em Madri, onde ficou sob rigorosa vigilância; a única liberdade que lhe permitiam era cavalgar uma mula pelas imediações do castelo, vigiado por guardas montados e armados. Pediu a Carlos uma entrevista; Carlos procrastinou-a e deixou que duas semanas de tormentosa prisão inclinassem Francisco a pagar um pesado preço pela liberdade. Luísa propôs avistar-se com o imperador e entabular negociações com ele, mas o imperador achou melhor jogar com o prisioneiro do que arriscar-se a ficar fascinado pelos encantos de uma mulher e mostrar-se depois complacente. Ela o informou de que sua filha Margarida, agora viúva, "sentir-se-ia feliz se pudesse ser agradável a Sua Majestade Imperial"; ele, porém, preferiu Isabel de Portugal que, com um dote de 900.000 coroas, podia provê-lo, ao mesmo tempo, de cama e pensão. Após dois meses de ansiedade na prisão, Francisco caiu gravemente enfermo. O povo espanhol, lamentando a severidade do imperador, dirigiu-se às igrejas a fim de orar pelo rei francês. Carlos fez também suas preces, pois um governante morto seria inútil como garantia política. Fez uma breve visita a Francisco, prometeu libertá-lo logo e mandou permissão a Margarida para vir confortar o irmão.

Margarida tomou o navio em Aiguesmortes (27 de agosto de 1525) com destino a Barcelona, donde foi carregada em uma liteira através dos caminhos tortuosos de metade do território de Espanha, em direção a Barcelona. Consolova-se escrevendo poesias e enviando mensagens ardentes ao rei. "Aquilo que quiserdes de mim, seja até mesmo lançar ao vento as cinzas de meus ossos para vos render serviço, não me será estranho, nem difícil, nem doloroso, porém um consolo, uma tranqüilidade de espírito e uma honra."[56] Quando finalmente ela chegou ao leito do irmão, encontrou-o aparentemente a caminho da convalescença. Mas, em 25 de setembro, ele teve uma recaída, caiu em estado de coma e pareceu entrar em agonia. Margarida e o pessoal da casa ajoelharam e oraram. Um sacerdote ministrou os sacramentos. Seguiu-se uma aborrecida convalescença. Margarida fez companhia a Francisco durante um mês e partiu depois para Toledo a fim de fazer um apelo ao imperador, que recebeu seus argumentos friamente; tinha sabido da aliança de Henrique VIII com a França e ansiava por punir a duplicidade de seu último aliado e a audácia de Luísa.

A Francisco restara ainda um trunfo, embora fosse quase certo que implicaria sua prisão para sempre. Tendo prevenido a irmã que deixasse a Espanha o mais depressa possível, assinou em novembro de 1525 uma carta de abdicação formal em favor do filho mais velho; como esse segundo Francisco era um menino de apenas oito anos de idade, nomeou Luísa — e, em caso da morte dela, Margarida — regente de França. Carlos viu logo que um rei sem reino, sem nada para entregar, seria inútil. Mas Francisco tinha mais coragem física do que coragem moral. Em 14 de janeiro de 1526, assinou com Carlos o Tratado de Madri. Os termos eram essencialmente aqueles que o imperador havia proposto a Luísa; até mais severos, pois exigiam que os dois filhos mais velhos do rei fossem entregues a Carlos como reféns para fiel execução do tratado. Além disso, Francisco consentiu em casar-se com Leonor, irmã do imperador, a rainha-mãe de Portugal; jurou que, se deixasse de cumprir os termos do tratado, voltaria à Espanha para ali continuar novamente prisioneiro.[57] Mas, em 22 de agosto de 1525, ele havia depositado em mãos de seus auxiliares um documento anulando antecipadamente "todos os pactos, convenções, renúncias, quitações, revogações, derrogações e juramentos que tivesse de fazer contrários à sua honra e ao bem de sua

coroa"; na véspera da assinatura do tratado, repetiu a declaração aos franceses encarregados das negociações e disse que "havia sido pela força e imposição, encarceramento e tempo passado na prisão que estava assinando, e que tudo que continha no documento era nulo e devia ficar nulo, sem efeito".[58]

A 17 de março de 1526, o vice-rei Lannoy entregou Francisco ao marechal Lautrec, em uma barcaça, no rio Bidassoa, que separa a cidade espanhola de Irún da cidade francesa de Hendaye; em troca, recebeu os príncipes Francisco e Henrique. O pai deu-lhes a bênção, deixou cair algumas lágrimas e apressou-se a ir para o solo francês. Ali saltou para cima de um cavalo e exclamou alegremente: "Sou rei novamente!". Pôs-se a caminho de Bayonne, onde Luísa e Margarida o esperavam. Em Bordéus e Cognac passou três meses praticando esporte a fim de recuperar a saúde, tendo-se entregue também a um pouco de amor; não tinha sido um monge durante um ano? Luísa, que havia brigado com a condessa de Chateaubriand, havia trazido consigo uma bonita jovem de cabelos louros, de 18 anos, Anne de Heilly de Pisselieu, como dama de honra, a qual, conforme tinha sido planejado, não escapou ao olhar faminto do rei. Ele a cortejou e, em pouco tempo, fê-la sua amante; desde aquele momento, até que a morte os separasse, a nova favorita partilhou com Luísa e Margarida o coração do rei. Ela tolerou pacientemente seu casamento com Leonor e as ligações incidentais. Para salvar as aparências, ele lhe deu um marido, Jean de Brosse; fê-lo duque e a ela duquesa d'Étampes, e sorriu mostrando sua apreciação quando Jean se retirou para uma propriedade distante, na Bretanha.

VI. GUERRA E PAZ: 1526-47

Quando os termos do Tratado de Madri tornaram-se conhecidos, despertaram uma hostilidade quase geral contra Carlos. Os protestantes da Alemanha tremeram ante a possibilidade de enfrentar um inimigo tão forte. A Itália ressentiu-se de suas reivindicações sobre a suserania na Lombardia. Clemente VII absolveu Francisco do juramento que havia prestado em Madri e uniu-se à França, Milão, Gênova, Florença e Veneza na formação da Liga de Cognac com vistas a uma defesa comum (22 de maio de 1526). Carlos declarou que Francisco "não era cavalheiro"; ordenou-lhe que voltasse para sua prisão na Espanha; deu instruções para que aplicasse tratamento mais severo aos filhos do rei, na prisão, e deu toda liberdade a seus generais para disciplinarem o papa.

Um exército imperial, que se havia formado na Alemanha e Espanha, marchou contra a Itália, escalou as muralhas de Roma (morrendo o duque de Bourbon nessa ocasião), saqueou a cidade com mais requintes do que o fizeram os godos e vândalos, matou quatro mil romanos e encarcerou Clemente em Santo Ângelo. O imperador, que havia ficado na Espanha, assegurou à Europa escandalizada que seu exército, faminto, havia-se excedido na execução das instruções recebidas; contudo, seus representantes, em Roma, mantiveram o Papa encerrado no castelo de Santo Ângelo, desde 6 de maio até 7 de dezembro de 1527, e exigiam de um papado quase falido a indenização de 368.000 coroas. Clemente apelou a Francisco e Henrique para que o auxiliassem. Francisco enviou Lautrec à Itália com um exército que saqueou Pavia, vingando-se, assim, cruelmente, pela sua resistência dois anos antes; a Itália perguntou-se a si mesma se os amigos franceses seriam, por acaso, melhores que os

inimigos alemães. Lautrec contornou Roma e sitiou Nápoles; esta cidade começou a passar fome. Entrementes, Francisco havia ofendido Andrea Doria, chefe da marinha genovesa. Doria chamou sua frota que estava sitiando Nápoles, aliou-se ao imperador e abasteceu os sitiados. O exército de Lautrec, por sua vez, passou privações; o próprio Lautrec morreu, e seu exército dissolveu-se (1528).

A comédia dos governantes mal consolava o povo de sua tragédia. Quando os emissários de Francisco e Henrique surgiram em Burgos para fazer uma declaração de guerra formal, Carlos respondeu ao enviado francês: "O rei de França não está em situação de dirigir a mim tal declaração: ele é meu prisioneiro.... Vosso amo agiu como um poltrão e patife, deixando de manter a palavra que me deu no tocante ao Tratado de Madri; se ele disser o contrário, manterei minha palavra contra ele com o meu corpo contra o dele".[59] Esse desafio para um duelo foi prontamente aceito por Francisco que mandou um arauto dizer a Carlos "que ele havia mentido descaradamente". Em sua resposta, Carlos dignou-se a citar o lugar para o encontro e a pedir a Francisco que marcasse o dia e a hora. Mas os nobres franceses interceptaram o mensageiro e, com procrastinações de ordem legal, fizeram com que o duelo passasse para as calendas gregas. As nações tinham-se desenvolvido tanto que suas diferenças de ordem econômica ou política não podiam ser solucionadas por meio de combates particulares ou pelos pequenos exércitos que tinham estado à fazer o jogo da guerra na Itália da Renascença. O método moderno de decisão por meio de uma luta destruidora tomou forma com esse debate de Habsburgo-Valois. (O duelo existia na Idade Média como um apelo, sob o controle e a sanção do rei ou da justiça, ao julgamento de Deus. No século XVI, tornou-se uma defesa particular e individual da honra ofendida; criou suas próprias e estritas leis fora das leis do Estado e, em certo ponto, contribuiu para desenvolver as regras de cortesia e cavalheirismo e as limitações discretas. Não foi legalmente permitido em França depois de 1547, mas a opinião pública continuou a sancioná-lo. Na Inglaterra, caiu em desuso sob o reinado de Elizabeth; o julgamento por duelo, porém, continuou legal, ali, até 1817 .)

Foi preciso que duas mulheres ensinassem àqueles potentados a arte e a sabedoria da paz. Luísa de Sabóia comunicou-se com Margarida da Áustria, regente dos Países-Baixos, e anunciou que Francisco, ansioso pela volta dos filhos, abandonaria todas as suas pretensões sobre Flandres, Artois e Itália e pagaria um resgate de dois milhões de coroas-ouro pelos filhos; jamais cederia, porém, a Borgonha. Margarida persuadiu o sobrinho a protelar suas pretensões sobre a Borgonha e a esquecer as do duque de Bourbon, já então convenientemente morto. Em 3 de agosto de 1529, as duas mulheres e seus assistentes diplomáticos assinaram *La Paix des Dames* — a "Paz das Damas" de Cambrai. O resgate foi conseguido do comércio, da indústria e do sangue da França; após quatro anos de cativeiro, os príncipes reais voltaram livres e contaram a história do cruel tratamento que tinham sofrido, o que encolerizou Francisco e a França. Enquanto as duas inteligentes mulheres encontravam a paz eterna — Margarida em 1530 e Luísa em 1531 — os reis preparavam-se para recomeçar a guerra.

Francisco virou-se para todos os lados à cata de auxílio. A Henrique VIII enviou dinheiro para acalmá-lo por tê-lo quase ignorado no acordo de Cambrai, e Henrique, furioso por Carlos ter-se oposto ao seu "divórcio", hipotecou seu apoio à França. Em um ano, mais ou menos, Francisco negociara alianças com os príncipes protestantes da Alemanha, com os turcos e com o Papa. O vacilante pontífice não tardou, porém, em fazer a paz com Carlos; coroou-o imperador (1530) — a última coroação de um

Sacro Imperador Romano por um papa. Assustado, depois, com um monarca que havia, de fato, transformado a Itália em uma província de seu reino, Clemente procurou nova aliança com a França, oferecendo sua sobrinha Catarina de Médicis em casamento a Henrique, duque de Orléans, filho de Francisco. O rei e o papa encontraram-se em Marselha (28 de outubro de 1533), e o casamento, de grande importância para a história, foi celebrado pelo próprio papa. Clemente morreu um ano depois, sem que tivesse, até então, resolvido coisa alguma.

O imperador, já velho aos 35 anos, suportou o fardo que impusera a si mesmo com pouca fortaleza de ânimo. Sentiu-se chocado ao saber — na palavra do vizir do Sultão a Fernando da Áustria — que o sítio de Viena, pelos turcos, em 1529, havia sido empreendido em resposta a um apelo de Francisco, Luísa e Clemente para que os auxiliassem contra o Império em sua ambição envolvente.[60] Mais ainda: Francisco tinha-se aliado com o chefe tunisino Khair ed-Din Barba-Roxa, que estava perseguindo o comércio cristão no Mediterrâneo ocidental, fazendo incursões nas cidades costeiras e levando consigo cristãos para transformá-los em escravos. Carlos reuniu outro exército e marinha, atravessou o mar, rumo a Túnis (1535), conquistou-a, libertou 10.000 cristãos escravos e recompensou as tropas que não tinham recebido o soldo, permitindo que saqueassem a cidade e massacrassem a população muçulmana. Deixando guarnições em Bona e La Goleta, Carlos voltou para Roma (5 de abril de 1536) como o triunfante defensor do mundo contra o Islã e o rei de França. Entrementes, Francisco renovara suas pretensões sobre Milão e, em março de 1536, conquistou o ducado de Sabóia a fim de desembaraçar o caminho para a Itália. Carlos enfureceu-se. Em veemente oração perante o novo papa, Paulo III, e todo o consistório de cardeais, expôs novamente todos os seus esforços em prol da paz, as violações dos tratados de Madri e de Cambrai pelo rei de França e as alianças de sua "Cristianíssima Majestade" (conforme Francisco era chamado) com os inimigos da Igreja, na Alemanha, e do mundo cristão, na Turquia e na África; e terminou desafiando novamente Francisco para um duelo: "Não devemos continuar a derramar inutilmente o sangue de nossos inocentes súditos; decidamos nossas querelas de homem para homem e com as armas que ele escolher... e depois disso que as forças unidas da Alemanha, Espanha e França sejam empregadas para humilhar o poder dos turcos e exterminar a heresia do mundo cristão."

Foi uma oração muito sutil, pois obrigou o papa a postar-se ao lado do imperador; mas ninguém levou a sério sua proposta de duelo; uma luta por procuração era muito mais segura. Carlos invadiu a Provença (25 de julho de 1536) com 50.000 homens, esperando flanquear os franceses em Sabóia ou deles desviar-se, subindo o Ródano. Mas a condestável Anne de Montmorency ordenou às fracas forças francesas que queimassem, na retirada, tudo que pudesse abastecer as tropas imperiais; Carlos, como sempre, sofreu falta de dinheiro e não pôde alimentar seus homens; abandonou a campanha. Paulo III, ansioso por libertar Carlos a fim de que se pudesse atacar os turcos ou os luteranos, persuadiu os dois estropiados titãs a que se encontrassem com ele — em salas separadas — em Nice, a fim de assinarem uma trégua de 10 anos (17 de junho de 1538). Um mês depois, Leonor, esposa de um e irmã de outro, reuniu o rei e o imperador em um encontro pessoal em Aiguesmortes. Ali deixaram de ser reis e tornaram-se humanos; Carlos ajoelhou-se para abraçar os pequeninos filhos do rei; Francisco deu-lhe um rico diamante, incrustado em um anel, no qual estavam inscritas as palavras *Dilectionis testis et exemplum* — "símbolo e prova de afeição"; Carlos

tirou do próprio pescoço o colar do Tosão de Ouro e colocou-o no pescoço do rei. Foram juntos assistir à missa, e o povo, rejubilando com a paz, deu vivas a ambos.

Quando Gand se rebelou contra Carlos (1539) e uniu-se a Bruges e Ypres que se ofereciam a Francisco, o rei resistiu a essa tentação; quando Carlos, na Espanha, viu as vias marítimas fechadas pelos navios rebeldes ou *mal de mer*, Francisco atendeu a seu pedido, dando-lhe passagem através da França. Os conselheiros do rei aconselharam-no a que forçasse o imperador, em sua passagem, a assinar a cessão de Milão ao duque de Orléans, mas Francisco recusou-se a assumir tal atitude. "Quando se faz uma coisa generosa" — disse — "deve-se fazê-lo completa e destemidamente." Ele encontrou o histrião da corte escrevendo o nome de Carlos V no "Diário do Bobo"; pois, disse Tribouillet, "ele é um bobo maior do que eu se ele vier pela França". "E que dirás tu se eu o deixar passar?" indagou o rei. "Apagarei o nome dele e escreverei o vosso em seu lugar."[61] Francisco deixou Carlos passar incólume e ordenou a todas as cidades do caminho que recebessem o imperador com honrarias e festas dignas de um rei.

Terminou essa precária amizade quando os soldados espanhóis capturaram, nas imediações de Pavia, emissários franceses que levavam novas propostas de aliança de Francisco a Solimão (julho de 1541). Nessa ocasião, Barba-Roxa estava atacando novamente as cidades da costa da Itália. Carlos partiu de Maiorca com outra armada a fim de destruí-lo, mas as tempestades castigaram de tal forma a frota que ela foi obrigada a voltar à Espanha sem nada ter conseguido. A sorte do imperador estava declinando. Sua jovem esposa, que ele tinha aprendido a amar, morrera (1539); e sua própria saúde estava piorando. Em 1542, Francisco declarou guerra a ele por causa de Milão; os aliados do rei incluíam agora a Suécia, Dinamarca, Guelderland, Cleves, Escócia, os turcos e o papa; somente Henrique VIII apoiou Carlos, mediante determinado preço; e as cortes espanholas recusaram-se a fornecer adicionais subsídios para a guerra. Uma frota turca combinou com uma frota francesa para sitiar Nice, que era na ocasião território do Império (1543); falharam no cerco, mas Barba-Roxa e suas tropas muçulmanas tiveram permissão para passar o inverno em Toulon, onde começaram a vender abertamente escravos cristãos.[62] Pacientemente, o imperador restabeleceu a situação. Achou meios de pacificar o papa; conquistou a adesão de Filipe de Hesse, fechando os olhos à sua bigamia; atacou e venceu o duque de Cleves; fez junção com os aliados ingleses e enfrentou a França com forças tão poderosas que Francisco recuou, cedendo-lhe as honrarias da campanha (outubro de 1543). Uma vez mais sem dinheiro para abastecer o exército, Carlos acolheu com prazer a proposta de paz; assinou com Francisco o Tratado de Crépy (18 de setembro de 1544). O rei retirou suas reivindicações sobre Flandres, Artois e Nápoles; Carlos V não mais exigia a Borgonha; uma princesa Habsburgo casar-se-ia com um príncipe francês e dar-lhe-ia Milão como dote. (Grande parte disso poderia ter sido arranjado pacificamente em 1525.) Carlos sentia-se agora livre para dominar os protestantes em Mühlberg. Ticiano pintou-o ali sem artrite, altivo e triunfante, gasto e cansado após um sem-número de vicissitudes e reviravoltas da sorte irônica.

Quanto a Francisco, estava liquidado, e a França também quase. Em um sentido, ele perdera tudo, menos a honra; tinha preservado sua terra, abandonando os ideais do cavalheirismo. Contudo, os turcos teriam vindo sem seu chamado, e a vinda deles tinha contido um imperador que, sem isso, teria espalhado a Inquisição espanhola pela Flandres, Holanda, Suíça, Alemanha e Itália. Francisco encontrara a França em paz e prosperidade; deixou-a falida e à beira de outra guerra. Um mês antes de sua

morte, embora jurasse amizade a Carlos, enviou 200.000 coroas aos protestantes da Alemanha para apoiá-los contra o imperador.[63] Ele — e ligeiramente em menor grau Carlos — concordava com Maquiavel em que o estadista, cuja tarefa é preservar sua pátria, pode violar o código moral que ele exige de seus cidadãos, cuja tarefa consiste apenas em preservar suas vidas. O povo francês podia ter-lhe perdoado as guerras, mas tinha perdido o encanto pelo esplendor de seus processos, e de sua corte quando percebeu o custo. Ele já era impopular em 1535.

Consolou-se Francisco I com a beleza viva e a beleza morta. Em seus últimos anos, transformou Fontainebleau em sua residência favorita; reconstruiu-a e deleitou-se com a graciosa arte feminina com que os italianos a adornavam. Cercou-se de uma *Petite Bande* de jovens mulheres que o agradavam com suas bonitas feições e alegria. Em 1538, uma doença prejudicou-lhe a úvula, e dali por diante gaguejava vergonhosamente. Tentou curar o que era provavelmente sua sífilis com pílulas de mercúrio que Barba-Roxa recomendara, mas de nada adiantaram.[64] Um abscesso persistente e malcheiroso quebrou-lhe o ânimo, deu uma expressão triste e queixosa a seus olhos outrora penetrantes e tornou-o de uma piedade desagradável. Tinha de vigiar a comida, pois suspeitava que alguns cortesãos, que esperavam conquistar altas posições com o seu sucessor, desejavam envenená-lo. Observou tristemente que a corte já centralizava as atenções em volta do filho, o qual tinha começado a distribuir empregos e aguardava impacientemente sua vez de gozar dos recursos da França. Chamou para junto de seu leito de morte, em Rambouillet, seu único herdeiro e preveniu-o para que não se deixasse dominar pela mulher — pois Henrique já era todo devoção para com Diane de Poitiers. O rei confessou seus pecados em rápido resumo e, respirando com dificuldade, acolheu a morte. Francisco, duque de Guise, que se achava à porta, sussurrou para os que se encontravam no quarto contíguo: *Le vieux gallant s'en va* — "O velho galante já se vai".[65] E foi, murmurando o nome de Jesus. Tinha 53 anos e reinara durante 32 anos. A França achara que fora muito, mas quando se refez perdoou-lhe tudo, porque ele havia pecado graciosamente, tinha amado a beleza e encarnara a França.

Naquele mesmo ano morria Henrique VIII e, dois anos depois, Margarida. Ela ficara muito tempo afastada de Francisco, demasiado distante para compreender que a morte o espreitava. Quando, em um convento, em Angoulême, recebeu a notícia de que ele se achava gravemente enfermo, quase perdeu o juízo. "Seja quem for que vier à minha porta" — disse ela — "e anunciar-me a cura do rei, meu irmão, esteja esse mensageiro cansado e deprimido, enlameado e sujo, haverei de beijá-lo e abraçá-lo como se fosse o príncipe e cavalheiro mais elegante da França; e se estiver precisando de um leito... dar-lhe-ei o meu e, com prazer, deitar-me-ia no chão para ouvir as boas notícias que me trouxesse."[66] Enviou mensageiros a Paris; eles regressaram e mentiram para ela; disseram-lhe que o rei estava passando bem. Mas as lágrimas furtivas de uma freira traíram a verdade. Margarida permaneceu no convento durante 40 dias, atuando como abadessa e cantando com as freiras os velhos cânticos sacros.

De volta, em Pau ou Nérac, resignou-se a uma vida austera, às infidelidades do marido e às teimosias da filha. Depois de todos aqueles anos de bravura e meio-protestantes, encontrou conforto no colorido da música hipnótica e no incenso do ritual católico. O calvinismo, que estava conquistando o sul da França, atemorizou-a, fazendo-a voltar para a piedade dos tempos da infância. Em dezembro de 1549, quando observava um cometa nos céus, apanhou uma febre que provou ser bastante

forte ao vencer-lhe o corpo e o espírito já enfraquecidos pela inclemência da vida. Anos antes, ela havia escrito uma poesia como se estivesse meio apaixonada pela anestesia da morte:

Seigneur, quand viendra le jour,
Tant désiré,
Que je serai par amour
A vous tiré?...
Essuyez les tristes yeux
Le long gemir,
Et me donnez pour le mieux
Un doux dormir.

Senhor, quando virá o dia,
Dia tão desejado
Em que por amor
A Vós serei atraída?...
Enxugai os tristes olhos,
Encerrai o longo sofrer,
E concedei-me de boa vontade
Um doce morrer.

VII. DIANE DE POITIERS

O "velho galante" teve sete filhos, todos de Cláudia. O mais velho, Francisco, parecia-se com o pai: bonito, encantador, alegre. Henrique, nascido em 1519, era sossegado, tímido, um pouco displicente; igualou-se ao irmão apenas na desventura. Os quatro anos de provações e humilhações que haviam passado na Espanha tinham deixado neles traços indeléveis. Francisco morreu seis anos depois da libertação. Henrique tornou-se mais taciturno do que antes; era um introvertido e evitava os divertimentos da corte; tinha companheiros, mas estes raramente o viam sorrir. Os homens diziam que ele se tinha tornado espanhol na Espanha.

Não foi por sua vontade que se casou com Catarina de Medici, nem por vontade dela. Ela também teve suas tribulações. Os pais dela tinham morrido de sífilis 22 dias depois de seu nascimento (1519); desse tempo em diante, até seu casamento, andara de um lugar para outro, desventurada e sem ser solicitada. Quando Florença expulsou os Medici, seus governantes (1527), conservou Catarina como refém para que eles se comportassem bem, e quando os exilados voltaram para sitiar a cidade, ela foi ameaçada de morte a fim de detê-los. Clemente VII serviu-se dela como peão para conseguir a adesão da França à política papal; ela seguiu obedientemente para Marselha; era uma jovem de 14 anos, e casou-se com um rapaz de 14 anos também que mal lhe dirigiu a palavra durante todo o tempo dos festejos. Quando da chegada em Paris teve uma recepção muito fria porque levara consigo muitos italianos; tornou-se, para os parisienses, "a florentina"; embora se esforçasse arduamente para agradá-los, não o conseguia, nem a eles nem ao marido. A despeito de muitos esforços, permaneceu estéril durante 10 anos; os médicos suspeitavam de que a causa talvez fosse alguma herança desagradável dos pais infeccionados. Perdendo esperanças de vir a ter descendência, Catarina de Médicis, como assim era chamada na França, dirigiu-se amargurada a Francisco e, entre lágrimas, ofereceu-se para submeter-se a um divórcio e recolher-se ao convento. O rei, galantemente, recusou o sacrifício. Por fim, abriram-se as portas à maternidade e os filhos vieram em sucessão quase anual. Dez ao todo, dos quais os principais foram Francisco II, que se casaria com Maria Stuart, Isabel, que iria casar-se com Filipe II, Carlos IX, que daria ordem para o massacre da noite de São Bartolomeu, Eduardo que se tornaria o trágico Henrique III, e Margarida de Valois, que se casaria com Henrique de Navarra e o mortificaria. Durante todos aqueles

anos, com exceção dos quatro primeiros de esterilidade, o marido, conquanto gerasse filhos em seu corpo, amou Diane de Poitiers.

De entre as amantes reais, Diane foi a única que exerceu grande papel na história de França. Não era bela. Quando Henrique, então com 17 anos, apaixonou-se por ela (1536), ela já estava com 37 anos; os cabelos começavam a embranquecer e as rugas a assinalar na testa a passagem do tempo. Seus únicos encantos físicos eram a graça e a pele, que mantinha sempre fresca banhando-se com água fria durante todas as estações. Não era uma cortesã e, ao que parece, foi fiel ao marido, Louis de Brézé, até a morte dele; e, conquanto tivesse tido, a exemplo de Henrique, dois ou três casos durante sua ligação com o rei, foram esses incidentes veniais, meras notas graciosas em seu cântico de amor. Não era romântica; ao contrário era muito prática e aproveitava-se das oportunidades que se lhe ofereciam; a França não lhe condenou a moral, e sim o seu dinheiro. Não se assemelhava às *mignons* de Francisco — àquelas cabecinhas bonitas, porém vazias, que viviam entregues aos folguedos até se verem surpreendidas pela maternidade. Diane tinha boa instrução, bom senso, boas maneiras e espírito; ali estava uma amante que encantava pela inteligência.

Descendia de alta linhagem e criara-se em Moulins, na corte dos Bourbons, uma corte amante das artes. O pai, Jean de Poitiers, conde de Saint-Vallier, participou da traição do duque de Bourbon depois de tentar impedi-la; foi capturado e condenado à morte (1532). O marido de Diane, que era favorável a Francisco, conseguiu o perdão para o pai dela. (Não é verdadeira a história, espalhada por Victor Hugo em *Le roi s'amuse*, de que Diane conseguira o perdão entregando-se ao rei.)[67] Louis de Brézé era neto de Carlos VII por parte de Agnès Sorel; tinha habilidade ou influência, pois tornou-se grão-senescal e governador da Normandia. Tinha 56 anos quando Diane, com 16 anos de idade, casou-se com ele (1515). Quando morreu (1531), ela ergueu, em sua memória, um magnificente túmulo com uma inscrição na qual jurava eterna fidelidade. Ela não se casou novamente e, depois da morte do marido, só usou vestido branco e preto.

Encontrou-se com Henrique quando, menino de sete anos, estava sendo entregue em Bayonne como refém do pai. Ele estava assustado e chorava; Diane, naquele tempo com 27 anos, acariciou-o e confortou-o; a mãe do menino, Cláudia, morrera dois anos antes; talvez a lembrança daquelas doces carícias tenha revivido nele quando a encontrou novamente, 11 anos depois. Embora estivesse casado já havia quatro anos, mentalmente não se tinha ainda desenvolvido, e era anormalmente melancólico e tímido; precisava mais de uma mãe do que de uma esposa; e ali, mais uma vez, Diane aparecia serena, terna e confortadora. Ele a procurou primeiro como filho, e suas relações foram, durante algum tempo, aparentemente castas. A afeição e os conselhos de Diane deram-lhe confiança em si mesmo; sob sua tutela, ele deixou de ser misantropo e preparou-se para ser rei. O povo dizia que tinham tido uma filha, Diane de France, que ela educou juntamente com as duas filhas que tivera de Brézé; ela adotou também a filha que uma jovem do Piemonte havia tido de Henrique em 1538, a qual pagou por aquele momento com o rei transformando-se em freira. Surgiu também outra criança ilegítima com um caso posterior de Henrique com Mary Fleming, governanta de Maria Stuart. A despeito dessas experiências, sua afeição para com Diane de Poitiers foi-se tornando cada vez mais forte. Escreveu-lhe poemas excelentes; cobriu-a de jóias e propriedades. Não negligenciou inteiramente Catarina; geralmente jantava e passava as noites com ela, que grata por participar das sobras de seu amor, aceitava,

com tristeza e em silêncio, o fato de outra mulher ser a verdadeira delfina de França. Catarina devia sofrer ainda mais quando via que Diane, ocasionalmente, aconselhava Henrique a dormir com a esposa.[68]

A ascensão de Henrique ao trono não diminuiu a posição de Diane. Escreveu-lhe o rei as mais humildes cartas suplicando-lhe que o deixasse ser seu escravo para toda a vida. A paixão dele fê-la quase tão rica quanto a rainha. Garantiu-lhe uma percentagem fixa de todos os proventos resultantes das nomeações para preenchimentos de cargos e quase todas as nomeações dependiam dela. Deu-lhe as jóias da coroa que a duquesa d'Étamps usava; quando a duquesa protestou, Diane ameaçou acusá-la de seguir o protestantismo e somente renunciou às jóias mediante a doação de uma propriedade. Henrique permitiu que mantivesse para seu uso 400.000 táleres que Francisco havia legado para apoiar secretamente os príncipes protestantes, na Alemanha.[69] Com tal doação, Diane reconstruiu, de acordo com um projeto traçado por Filiberto Delorme, a velha mansão de Brézé, em Anet, transformando-a em um grande castelo que veio a ser, não somente um segundo lar para o rei, mas, também, um museu de arte e um belo centro de reunião de poetas, artistas, diplomatas, duques, generais, cardeais, mulheres encantadoras e filósofos. Ali, com efeito, reunia-se o Conselho Privado de Estado, e Diane era a primeira-ministra, desapaixonada e inteligente. Por toda a parte — em Anet, Chenonceaux, Amboise e Louvre — as baixelas, brasões de armas, obras de arte, bancos do coro, etc. traziam o ousado símbolo daquele romance do rei, dois "D" justapostos, de costas um para o outro, com um tracinho entre eles formando a lêtra "H". Há qualquer coisa de comovente e belo acerca dessa amizade extraordinária, construída sobre o amor e o dinheiro, mas que durou até à morte.

Na luta da Igreja contra a heresia, Diane pôs toda a sua influência em favor da ortodoxia e supressões. Ela tinha razões sobejas para a piedade: sua filha casara-se com um filho de Francisco, o duque de Guise; e Francisco, com seu irmão Carlos, cardeal de Lorena, ambos favoritos em Anet, eram os chefes do partido católico, na França. Quanto a Henrique, a piedade em sua infância tinha-se intensificado com os anos que passara na Espanha; suas cartas de amor misturavam Deus e Diane, como rivais, em seu coração. A Igreja era útil; deu-lhe três milhões de coroas-ouro para que cancelasse o decreto do pai restringindo os poderes dos tribunais eclesiásticos.[70]

Entretanto, o protestantismo ia-se desenvolvendo em França. Calvino e outros estavam enviando missionários, cujo êxito já estava alarmando. Várias cidades — Caen, Poitiers, La Rochelle e muitas outras na Provença — eram predominantemente huguenotes por volta de 1559; um sacerdote calculou que, naquele ano, os protestantes franceses formavam quase uma quarta parte da população.[71] Diz um historiador católico: "A fonte da apostasia de Roma — corrupção eclesiástica — não havia sido eliminada, ao contrário, estava fortalecida pela... Concordata" entre Leão X e Francisco I.[72] Nas classes média e baixa, o protestantismo era, em parte, um protesto contra um governo católico que refreava a autonomia municipal, tributava intoleravelmente e malbaratava as rendas e as vidas na guerra. A nobreza, destituída de seu antigo poder político junto ao rei, encarava com inveja os príncipes luteranos que tinham vencido Carlos V; talvez um feudalismo semelhante pudesse ser restabelecido na França se pudessem espalhar pelo povo o ressentimento contra os abusos da Igreja e do Estado. Nobres preeminentes, como Gaspard de Coligny, seu irmão mais jovem,

François d'Andelot, o príncipe Louis de Condé e seu irmão Antoine de Bourbon, tomaram parte ativa na organização da revolta dos protestantes.

O protestantismo gaulês adotou para sua teologia os *Princípios*, de Calvino; seu autor e a língua eram franceses e sua lógica empolgava o espírito francês. Depois de 1550, Lutero ficara completamente esquecido em França; o próprio nome de huguenote viera de Zurique, tendo atravessado Genebra e chegado à Provença. Em maio de 1559, os protestantes sentiram-se bastante fortes para enviar representantes ao seu primeiro sínodo geral que se realizava, em segredo, em Paris. Por volta de 1561, havia duas mil igrejas "reformadas" ou calvinistas em França.[73]

Henrique II propôs-se a esmagar a heresia. Seguindo suas instruções, o *parlement* de Paris organizou uma comissão especial (1549) para perseguir os dissidentes; aqueles que fossem condenados eram enviados para a fogueira; a nova corte tornou-se conhecida pelo nome de *le chambre ardente*, "a câmara ardente". Pelo Edito de Châteaubriand (1551), a impressão, venda ou posse de literatura herética constituía crime grave e a persistência nas idéias protestantes devia ser punida com a morte. Os delatores recebiam uma terça parte dos bens dos condenados. Tinham de denunciar ao *parlement* todo juiz que tratasse os hereges com complacência, e ninguém podia ser magistrado a menos que sua ortodoxia pairasse acima de qualquer dúvida. Em três anos, a *chambre ardente* mandou 60 protestantes para a fogueira. Henrique propôs ao Papa Paulo IV que se estabelecesse a Inquisição, na França, nos novos moldes de Roma, mas o *parlement* opôs objeções a que sua autoridade fosse anulada. Um de seus membros, Anne du Bourg, destemidamente sugeriu que se cessasse toda perseguição contra a heresia até que o Concílio de Trento terminasse suas definições com relação aos dogmas ortodoxos. Henrique mandou prendê-lo e declarou que o veria a caminho da fogueira, mas o destino privou o rei de assistir a esse espetáculo.

Porque, entrementes, fora atraído a uma nova guerra contra o imperador. Não pudera jamais perdoar o longo encarceramento do pai, do irmão e de si mesmo; odiava Carlos com a mesma intensidade com que amava Diane. Quando os príncipes luteranos colocaram-se decisivamente contra o imperador, a favor de Cristo e do feudalismo, procuraram uma aliança com Henrique e convidaram-no para que se apoderasse de Lorena. Assim, pois, ele concordou no Tratado de Chambord (1552). Em uma campanha rápida e bem dirigida, apoderou-se, sem muita dificuldade, de Toul, Nancy, Metz e Verdun. Carlos, mais disposto a ceder a vitória ao protestantismo, na Alemanha, do que a Valois, na França, assinou uma paz humilde com os príncipes em Passau e apressou-se a sitiar os franceses em Metz. Francisco, duque de Guise, granjeou fama, ali, pela sua hábil e pertinaz defesa. De 19 de outubro a 26 de dezembro de 1552, manteve Carlos o cerco; foi depois pálido, fatigado, de barba branca, e aleijado que retirou suas tropas desanimadas. "Vejo perfeitamente" — disse — "que a sorte se assemelha a uma mulher; ela prefere um rei jovem a um imperador velho."[74] "Antes de três anos" — acrescentou — "serei um frade franciscano".[75]

Em 1555-56, renunciou ao seu domínio nos Países-Baixos e Espanha a favor do filho, assinou a Trégua de Vaucelles com a França e partiu para a Espanha (17 de setembro de 1556). Julgou que legara a Filipe um reino em paz, mas Henrique achou que a situação exigia outra investida contra a Itália. Filipe não tinha fama de general; viu-se inesperadamente mergulhado em uma guerra com o Papa Paulo IV; para Henrique, aquela oportunidade afigurava-se propícia. Mandou Guise conquistar Milão e Nápoles e ele mesmo se preparou para enfrentar Filipe nos antigos campos de bata-

lha, no nordeste da França. Filipe mostrou-se à altura da situação. Pediu emprestado a Anton Fugger um milhão de ducados e atraiu a rainha Maria da Inglaterra para a guerra. O duque Emmanuel Filiberto de Sabóia conduziu os exércitos de Filipe, em Saint-Quentin (10 de agosto de 1557), a uma vitória esmagadora; tomou Coligny e Montmorency como prisioneiros e preparou-se para marchar contra Paris. A cidade estava em pânico; parecia impossível qualquer defesa. Henrique ordenou a Guise e suas tropas que voltassem da Itália; o duque atravessou a França e, graças a uma notável presteza no movimento, surpreendeu e conquistou Calais (1558), que a Inglaterra dominava desde 1348. Filipe, odiando a guerra e ansioso por voltar para a Espanha, foi logo persuadido a assinar o Tratado de Cateau-Cambrésis (2 de abril de 1559); Henrique concordou em permanecer no norte dos Alpes e Filipe consentiu em deixá-lo conservar Lorena e — indiferente às lágrimas da rainha Maria — também Calais. Tornaram-se, de súbito, amigos: Henrique deu sua filha Isabel em casamento a Filipe e contratou o de sua irmã Margarida de Berry com Emmanuel Filiberto, que então recuperara a Sabóia. Prepararam-se magnificentes festas, torneios, banquetes e casamentos.

Assim, enquanto o cauteloso Filipe permanecia na Flandres, os notáveis franceses, flamengos e espanhóis reuniam-se no palácio real de *Les Tournelles*, em Paris; arenas foram cercadas, na *Rue St. Antoine*, com pavilhões e balcões alegremente decorados, e todo o mundo se entregou a grandes júbilos Em 22 de junho, o duque de Alba, como procurador de Filipe, recebia Isabel como a nova rainha de Espanha. Henrique, agora com 40 anos, insistiu em participar do torneio. Naquelas pugnas, dava-se a vitória ao cavaleiro que, sem ser desmontado, quebrasse três lanças contra a armadura do adversário. Henrique realizou essa proeza contra os duques de Guise e Sabóia, os quais sabiam muito bem qual o papel que tinham de representar naquele torneio. Mas um terceiro adversário, Montgomery, depois de quebrar a lança contra o rei, desastradamente não pôde impedir que a ponta passasse debaixo da viseira do rei, furando-lhe um olho e atingindo-lhe o cérebro. Henrique passou nove dias inconsciente. A 9 de julho, celebrou-se o casamento de Filiberto e Margarida. No dia 10, morria o rei. Diane de Poitiers retirou-se para Anet e ali viveu os últimos sete anos de vida. Catarina de Médicis, que tanto ansiara pelo amor do rei, usou luto durante os restantes anos de sua existência.

CAPÍTULO XXIII

Henrique VIII e o Cardeal Wolsey

1509-29

I. UM REI PROMISSOR: 1509-11

NINGUÉM, que tivesse contemplado o jovem que subira ao trono da Inglaterra, em 1509, teria imaginado que ele seria o herói e o vilão do reinado mais dramático da história da Inglaterra. Jovem ainda, de 18 anos, a compleição bonita e as feições regulares, tinha uma aparência atraente, quase feminina, mas seu corpo e proezas atléticas logo destruíam qualquer idéia de feminilidade. Os embaixadores estrangeiros competiam com os aduladores nativos em louvar-lhe os cabelos castanhos avermelhados, a barba dourada e a "elegantíssima barriga da perna". "Ele gosta imensamente de tênis", relatou Giustiniani ao Senado de Veneza; "é a coisa mais interessante vê-lo jogar, sua pele bonita brilhando através de uma camisa do mais fino tecido."[1] No arco e na luta, igualava-se aos melhores do reino; na caça, jamais se sentia cansado; dedicava dois dias da semana aos torneios — e nisso apenas o duque de Suffolk podia rivalizar com ele. Era também um músico consumado, "cantava e tocava toda sorte de instrumentos com raro talento" (escreveu o núncio papal) e compusera duas missas, as quais continuam ainda salvaguardadas. Gostava de dançar e de bailes carnavalescos, desfiles pomposos e belas roupas. Apreciava os mantos de arminho e púrpura; a lei deu-lhe o direito de usar vestimenta purpúrea ou de brocado de ouro. Comia com prazer e, às vezes, prolongava os jantares oficiais por sete horas, mas, nos primeiros 20 anos de seu reinado, a vaidade pôde dominar-lhe o apetite. Todo o mundo o amava e maravilhava-se de suas maneiras cordiais e atenção, de seu humor, tolerância e clemência. Sua ascensão ao trono foi aclamada como a aurora de uma idade de ouro.

As classes intelectuais rejubilaram-se também com o fato, pois, naqueles dias de paz e tranqüilidade, Henrique aspirava a ser um erudito e, ao mesmo tempo, atleta, músico e rei. Antes o tinham destinado a seguir a carreira eclesiástica; tinha-se tornado uma espécie de teólogo e podia citar as Escrituras em qualquer ocasião. Tinha bom gosto pela arte, sabia escolher objetos para suas coleções e, sabiamente, escolheu Holbein para imortalizar sua figura avantajada. Tomou parte ativa em obras de engenharia, construção de navios, fortificações e artilharia. *Sir* Thomas More, referindo-se a ele, disse que "tinha muita instrução, como jamais o tivera qualquer monarca inglês antes dele"[2] — elogio que não era exagerado. "Que não podemos esperar" — continuou More — "de um rei que foi alimentado por filósofos e pelas nove Musas?"[3] Mountjoy escreveu embevecido a Erasmo, na ocasião em Roma:

> Que não podemos esperar de um príncipe cujo extraordinário talento e caráter quase divino conhecemos tão bem? Mas quando souberdes que herói ele se mostra agora, como se conduz com sabedoria, como ama a justiça e a bondade, como dispensa atenção aos sábios, ouso jurar que não necessitareis de asas para voar e vir contemplar essa nova e auspiciosa estrela. Oh! meu Erasmo! Se pudésseis ver como todo o mundo aqui se rejubila de possuir um príncipe assim tão grande, só desejando que viva para sempre, não poderíeis reprimir as lágrimas de alegria. O céu se regozija, e, com ele, a terra.[4]

Erasmo foi e, durante certo tempo, participou daquele delírio. "Até então" — escreveu ele — "o coração da sabedoria figurava entre aqueles que professavam a religião. Agora, enquanto estes, em sua maioria, se entregam aos prazeres do estômago, à luxúria e ao dinheiro, o amor pela sabedoria afastou-se deles para os príncipes seculares, a corte e a nobreza.... O rei não só recebe em sua corte homens como More, mas até os convida — não os obriga — a acompanharem tudo o que faz, a participar de seus deveres e prazeres. Prefere a companhia de homens como More à de jovens tolos ou à de moças e de ricos."[5] More era um dos conselheiros do rei, Linacre, seu médico e Colet, seu pregador na catedral de São Paulo. (Na verdade, os eclesiásticos amigos de Erasmo — o deão Colet, o bispo Fisher de Rochester e o arcebispo Warham de Cantuária — foram generosos e devotados amigos da sabedoria.)

No ano da ascensão de Henrique, Colet, tendo herdado a fortuna do pai, empregou grande parte dela no estabelecimento da Escola de São Paulo. Cento e cinqüenta rapazes foram escolhidos para ali estudar literatura clássica, teologia e moral cristã. Colet violou a tradição, formando o professorado de mestres leigos; foi a primeira escola da Europa que não teve clérigos como professores. Os "troianos" que, em Oxford, tinham-se investido contra o ensino dos clássicos, sob a alegação de que isso conduziria a controvérsias religiosas, opuseram-se ao programa de Colet, mas o rei não lhes deu atenção e estimulou Colet em seu empreendimento. Conquanto este último fosse ortodoxo e um exemplo de piedade, seus inimigos o acusaram de herege. O arcebispo Warham silenciou-os, com o que teve o apoio de Henrique. Quando Colet viu Henrique inclinado para uma guerra contra a França, condenou publicamente aquela política e, como Erasmo, declarou que uma paz injusta era preferível à mais justa das guerras. Mesmo com a presença do rei na congregação, Colet denunciou a guerra como infringindo os preceitos de Cristo. Particularmente, Henrique pediu-lhe que não destruísse o moral do exército. Quando o rei foi aconselhado a depor Colet, declarou: "Que cada um tenha seu próprio orientador espiritual... este homem será o meu."[6] Colet continuou a levar a religião a sério. Escreveu a Erasmo, (1517) no espírito de Thomas à Kempis:

> Ah! Erasmo! Os livros de sabedoria não têm fim; mas nada há melhor para esse curto período nosso do que viver uma vida pura e santa e, todos os dias, esforçarnos por ser limpos e esclarecidos... pelo ardente amor a Jesus e o desejo de imitá-Lo. Por isso, é meu mais sincero desejo que, deixando todos os caminhos indiretos, possamos prosseguir, por um método curto, rumo à Verdade. Adeus.[7]

Em 1518 preparou seu próprio túmulo. Fê-lo muito simples, apenas com uma inscrição: *Johannes Coletus*. Um ano depois era enterrado, e muitos acharam que era um santo que tinha morrido.

II. WOLSEY

Henrique VIII, que viria a ser a personificação do *Príncipe*, de Maquiavel, era ainda um simples novato em política internacional. Reconheceu a necessidade de ser orientado e tratou de examinar os homens que o rodeavam. More era brilhante, mas tinha apenas 31 anos e era inclinado à santidade. Thomas Wolsey era apenas três anos mais velho e sacerdote, mas toda a sua figura denunciava o estadista; a religião era, para ele, parte da política. Nascido em Ipswich, "de baixa origem e de sangue desprezível" (assim o descreveu o orgulhoso Guicciardini),[8] Thomas Wolsey tinha recebido o grau de bacharel em Oxford, com a idade de 15 anos; aos 23 era tesoureiro do Colégio Madalena, e demonstrou suas qualidades aplicando os necessários fundos para a construção final da mais majestosa torre daquele edifício, o que fizera sem que para isso estivesse autorizado. Sabia como viver com os outros. Exibindo tino para a direção e negociações, subiu de posição, através de uma sucessão de capelanias, passando a servir a Henrique VII como capelão e na diplomacia. Henrique VII, ao subir ao trono, fê-lo esmoler — diretor das obras de beneficência. Logo esse sacerdote tornou-se membro do Conselho Privado e surpreendeu o arcebispo Warham ao advogar uma aliança militar com a Espanha, contra a França. Luís XII estava invadindo a Itália e podia mais uma vez transformar o papado em um estado dependente da França; em todo o caso, a França não devia tornar-se demasiado forte. Henrique cedeu, nessa questão, a Wolsey e a seu próprio padrasto, Fernando da Espanha; ele mesmo, nesse tempo, estava inclinado para a paz. "Contento-me com o que tenho" — disse a Giustiniani; "desejo comandar apenas meus próprios súditos; mas, por outro lado, não desejo que alguém venha a ter os meios de poder comandar-me."[9] Isso quase resume a carreira política de Henrique. Tinha herdado as reivindicações dos reis ingleses contra a coroa de França, mas sabia que isso era uma pretensão fútil. A guerra terminou logo, na batalha das Esporas (1513). Wolsey arranjou a paz e convenceu Luís XII a casar-se com Maria, irmã de Henrique. Leão X, satisfeito por ter sido salvo, elevou Wolsey ao arcebispado de York (1514) fazendo-o em seguida cardeal (1515); Henrique, triunfante, fê-lo chanceler (1515). O rei orgulhou-se de ter protegido o papado. Quando mais tarde um papa recusou-lhe a anulação do casamento, achou que isso era uma grande ingratidão.

Os cinco primeiros anos de Wolsey, como chanceler, figuraram entre os mais brilhantes, nos anais da diplomacia inglesa. Seu objetivo foi organizar a paz da Europa, usando a Inglaterra como contrapeso para preservar o equilíbrio das forças entre o Sacro Império Romano e a França; presumivelmente entrava em suas considerações que ele seria o árbitro da Europa e que a paz no Continente favoreceria o comércio vital com os Países-Baixos. Como primeiro passo, negociou uma aliança entre a França e a Inglaterra (1518) e tratou o casamento de Maria (mais tarde rainha), filha de Henrique, com dois anos de idade, com o filho de Francisco I, de sete meses. O gosto de Wolsey para a prodigalidade, nos gastos com as recepções, revelou-se quando emissários franceses chegaram a Londres para assinar os acordos; homenageou-os, em seu palácio, em Westminster, com um jantar, "igual ao qual jamais foi dado por Cleópatra ou Calígula" — relatou Giustiniani — "tendo toda a sala sido decorada com gigantescos vasos de ouro e prata".[10] Mas aquele cardeal mundano podia ser perdoado; jogara altas paradas e ganhara. Insistiu que a aliança fosse estendida ao imperador Maximiliano I, ao rei Carlos I da Espanha e ao Papa Leão X; foram convidados a

participar dela. Aceitaram. Erasmo, More, e Colet entusiasmaram-se com a esperança de que uma era de paz havia despontado sobre todo o reino cristão do Ocidente. Até mesmo os inimigos de Wolsey congratularam-se com ele. Ele aproveitou a oportunidade para subornar[11] agentes ingleses, em Roma, a fim de conseguir sua nomeação como legado papal *a latere*, na Inglaterra; a frase significava "de lado", confidencial, e era a mais alta designação de um emissário papal. Wolsey era agora o supremo chefe da Igreja da Inglaterra e — com mesuras estratégicas a Henrique — governante do país.

A paz foi obscurecida, um ano depois, pela rivalidade entre Francisco I e Carlos I pelo trono imperial; Henrique também pensou em atirar sua boina à arena, mas ele não tinha um Fugger. O vencedor, agora como Carlos V, fez uma breve visita à Inglaterra (maio de 1520), apresentou respeitos a sua tia Catarina de Aragão, rainha de Henrique, e ofereceu-se para casar com a princesa Maria (já prometida ao delfim) se a Inglaterra prometesse apoiá-lo em qualquer conflito futuro com a França; tão antinatural é a paz! Wolsey recusou, mas aceitou uma pensão de sete mil ducados do imperador e arrancou dele a garantia de que o auxiliaria em sua eleição para papa.

O brilhante cardeal atingiu seu triunfo mais espetacular no encontro dos soberanos francês e inglês no Campo do Tecido de Ouro (junho de 1520). Ali, em uma planície entre Guînes e Ardres, nas proximidades de Calais, a fidalguia e a arte medievais exibiram-se com incomparável suntuosidade. Quatro mil nobres ingleses, escolhidos e colocados pelo cardeal e envergando trajes de seda, com rendas e babados, à última moda medieval, acompanhavam Henrique, enquanto o jovem monarca de barba vermelha cavalgava um cavalo branco para ir ao encontro de Francisco I; e do cortejo fazia parte o próprio Wolsey, o qual envergava mantos de cetim purpúreo que rivalizavam em esplendor com os dos reis. Havia sido construído um palácio improvisado para receber suas majestades, suas damas e comitivas. Um pavilhão coberto por um pano com fios de ouro e adornado de ricos tapetes sombreava o local da conferência e das festas; de uma fonte jorrava o vinho; limpara-se o terreno para a realização de um torneio real. Confirmou-se a aliança de casamento e política entre as duas nações. Os felizes monarcas combateram à lança e, até mesmo, travaram luta corporal. Francisco pôs em risco a paz da Europa desmontando o rei inglês. Com a graça característica dos franceses, reparou o *faux pas*, indo cedo, desarmado e com poucos acompanhantes também desarmados, visitar Henrique no acampamento dos ingleses. Foi um gesto de confiança e amizade que Henrique compreendeu perfeitamente. Os monarcas trocaram presentes preciosos e votos solenes.

Na verdade, um não podia confiar no outro, pois a lição que dá a história é que os homens mentem mais quando governam estados. Depois dos 17 dias de festejos com Francisco, Henrique foi durante três dias conferenciar com Carlos, em Calais (julho de 1520). Ali, rei e imperador, acompanhados de Wolsey, juraram eterna amizade e concordaram em não prosseguir nos planos de casamento com membros da família real francesa. Essas alianças separadas constituíram uma base mais precária para a paz da Europa do que o acordo multilateral que Wolsey havia arranjado antes da morte de Maximiliano, mas ainda assim deixou a Inglaterra na posição de mediadora e, com efeito, de árbitro — posição muito mais elevada que qualquer outra que pudesse ser baseada em sua riqueza ou poder. Henrique ficou satisfeito. Para recompensar seu chanceler, ordenou aos monges de Santo Albano que elegessem Wolsey abade deles e lhe dessem sua renda líquida, pois "meu grande cardeal teve muitas despesas nesta

sua viagem". Os monges obedeceram, e o rendimento de Wolsey pôde atender em parte suas necessidades.

Wolsey era, em escala maior que muitos de nós, um composto de virtudes e defeitos. "Ele é muito simpático" — escreveu Giustiniani — "extremamente eloqüente, de extraordinária capacidade e infatigável."[12] Mas sua moral era imperfeita. Teve dois filhos ilegítimos, foram pecadilhos que facilmente se esqueciam naquela era fortemente sensual; mas, se dermos crédito a um bispo, diremos que o cardeal sofria de sífilis.[13] Aceitava o que se podia ou não chamar de propinas — grandes somas de dinheiro, com que o presenteavam Francisco e Carlos; mantinha-os um procurando sobrepujar o outro com as pensões e benefícios que lhe ofereciam; eram estas as cortesias daquele tempo; e o dispendioso cardeal, que achava que suas normas políticas estavam servindo a toda a Europa, era de opinião que toda a Europa devia servi-lo. Inegavelmente, amava o dinheiro, o luxo, a pompa e o poder. Grande parte de seus rendimentos destinava-se a manter uma situação, cuja superfície extravagante fosse talvez um instrumento da diplomacia, com o propósito de dar aos embaixadores estrangeiros uma idéia exagerada sobre os recursos da Inglaterra. Henrique não pagava salário a Wolsey, de modo que o chanceler tinha de viver e dar suas recepções com base em suas rendas eclesiásticas e pensões do estrangeiro. Mesmo assim, podemos maravilhar-nos de ter ele necessitado de todos os rendimentos que lhe vinham como detentor de duas reitorias, seis prebendas, uma chefia de comunidade religiosa, como abade de Santo Albano, bispo de Bath e Wells, arcebispo de York, administrador da diocese de Winchester e sócio dos bispos italianos ausentes de Worcester e Salisbury.[14] Dispunha de quase todos os grandes cargos eclesiásticos e políticos do reino e, provavelmente, cada nomeação lhe proporcionava uma gratificação. Um historiador católico calculou que Wolsey, no seu apogeu, recebia uma terça parte de todas as rendas eclesiásticas da Inglaterra.[15] Era o súdito mais rico e mais poderoso do país; "sete vezes mais poderoso que o papa", na opinião de Giustiniani;[16] ele é o "segundo rei", disse Erasmo. Faltava apenas um passo a ser dado — o papado. Duas vezes Wolsey tentou consegui-lo, mas, nesse jogo, o astuto Carlos, ignorando as promessas feitas, derrotou-o.

O cardeal acreditava que o cerimonial constitui o cimento da força; esta pode adquirir o poder, mas somente os hábitos públicos podem, pacificamente e com pouco dispêndio, sustentá-lo, e o povo julga a posição do homem pelo cerimonial que o cerca. Assim, em suas aparições oficiais e em público, Wolsey trajava-se com esplendor formal que julgava aconselhável no supremo cargo de representante do papa e do rei. Solidéu vermelho de cardeal, luvas vermelhas, mantos de tafetá escarlate, sapatos prateados ou dourados, com incrustações de pérolas e pedras preciosas — ali estavam Inocêncio III, Benjamin Disraeli e o Beau Brummel em uma só pessoa. Foi o primeiro clérigo na Inglaterra a usar seda.[17] Quando celebrava missa (o que se dava raramente), tinha bispos e abades como acólitos, e, em certas ocasiões, duques e condes derramavam a água com a qual lavava as mãos para a consagração. Permitia que seus fâmulos se ajoelhassem ao servi-lo à mesa. Quinhentas pessoas, muitas de alta linhagem, serviam-no em seu escritório e em sua casa.[18] A corte de Hampton que construiu para sua residência era tão luxuosa que a presenteou ao rei (1525) a fim de evitar o mau olhado da realeza.

Mas, às vezes, esquecia-se de que Henrique VIII era o rei. "Em minha primeira visita à Inglaterra" — escreveu Giustiniani ao Senado de Veneza — "o cardeal costu-

mava dizer-me: 'Sua Majestade fará isso e aquilo'. Depois, aos poucos, foi-se esquecendo e começou a dizer: 'Vamos fazer isso e aquilo'. Presentemente, ele diz: 'Vou fazer isso'."[19] Novamente escreveu o embaixador: "Se fosse necessário não dar atenção ao rei ou ao cardeal, seria preferível que se aplicasse isso ao rei; o cardeal poderia ressentir-se da precedência que se desse ao rei".[20] Os pares e diplomatas do reino raramente obtinham audiência com o chanceler enquanto não a solicitassem três vezes. Com o decorrer dos anos, o cardeal passou a governar francamente como ditador; reuniu o parlamento somente uma vez, durante seu domínio. Dava pouca atenção às formas constitucionais; enfrentava a oposição com ressentimentos e a crítica com censuras. O historiador Polidoro Vergil escreveu que aqueles métodos trariam a queda de Wolsey; de fato, foi enviado para a Torre, e, somente graças às repetidas intercessões de Leão X conseguiu ser posto em liberdade. A oposição contra ele começou a tomar vulto.

Talvez aqueles a quem Wolsey dirigia ou disciplinava tivessem fechado os ouvidos da história e transmitido seus pecados sem que fossem absolvidos. Contudo, ninguém contestava sua capacidade ou sua constante devoção para com suas muitas tarefas. "Ele trata de tantas questões" — informou Giustiniani ao altivo Senado veneziano — "como as que ocupam todos os magistrados, cargos e conselhos de Veneza, quer civis quer criminais; e todas as questões de Estado são igualmente tratadas por ele, seja de que natureza forem."[21] Era amado pelos pobres e odiado pelos poderosos por causa de sua justiça imparcial; quase quebrando qualquer precedente na história da Inglaterra, depois de Alfred, abriu sua corte para todos aqueles que se queixavam de opressões e, destemidamente, punia os culpados, por mais elevadas que fossem suas posições.[22] Era generoso para com os letrados e artistas. Começou a reforma religiosa transformando vários mosteiros em colégios. Estava a caminho de proporcionar uma estimulante melhoria no ensino, na Inglaterra, quando os inimigos que granjeara em sua labuta apressada e na miopia de seu orgulho conspiraram com um romance do rei para engendrar sua queda.

III. WOLSEY E A IGREJA

Wolsey reconhecia os abusos que ainda sobreviviam na vida eclesiástica da Inglaterra e, em grande parte, dava o exemplo: bispos que se afastavam de suas funções, clérigos mundanos, monges ociosos e sacerdotes apanhados no laço da paternidade. O Estado, que tantas vezes tinha exigido a reforma da Igreja, participava agora como causa dos males, pois os bispos eram nomeados pelos reis. Alguns bispos, como Morton, Warham e Fisher, eram homens de grandes qualidades e caráter; muitos outros estavam demasiado absorvidos no conforto da prelazia para preparar o clero para suas funções espirituais e obrigações. A moralidade sexual dos coadjutores era provavelmente melhor que na Alemanha, mas naquelas oito mil paróquias da Inglaterra havia inevitavelmente casos de concubinatos, adultérios, embriaguez e crimes de sacerdotes — o bastante para fazer o arcebispo Morton dizer (1486) que "o escândalo de suas vidas punha em perigo a estabilidade de sua ordem".[23] Richard Foxe, por volta de 1519, informou Wolsey que o clero, na diocese de Winchester, estava "tão depravado pela licenciosidade e corrupção" que não tinha esperança de qualquer reforma durante sua vida.[24] Os sacerdotes paroquiais, suspeitando de que sua promoção dependia das coletas, eram mais do que nunca exigentes na cobrança de tributos; alguns

cobravam anualmente, dos aldeões, uma décima parte da produção de frangos, ovos, leite, queijo e frutas e até do salário que lhes pagavam; qualquer pessoa que, no testamento, não legasse alguma coisa à Igreja, corria o grande risco de lhe ser negado um enterro cristão, com a perspectiva de resultados demasiado horríveis. Em suma, o clero, com o propósito de financiar seus serviços, tributava quase com a mesma diligência do Estado moderno. Já em 1500, a Igreja possuía, segundo uma estimativa católica conservadora, cerca de uma quinta parte de todas as propriedades na Inglaterra.[25] A nobreza, ali como na Alemanha, nutria inveja por aquela riqueza eclesiástica e ansiava por recuperar as terras e rendas que seus piedosos e medrosos antepassados haviam alienado para Deus.

A situação do clero secular, na Inglaterra, foi resumida, obviamente com certo exagero, pelo deão Colet em uma oração que dirigiu a uma assembléia de clérigos, em 1512:

> Desejo que, tendo em conta vosso nome e profissão, considereis finalmente a reforma dos negócios eclesiásticos, pois jamais ela se fez tão necessária.... Pois a Igreja — esposa de Cristo — que Ele desejou fosse imaculada, tem-se tornado abominável e deformada. Como o diz Isaías: "A fiel cidade tornou-se uma prostituta", e como cita Jeremias: "Ela fornicou com muitos amantes", com o que ela concebeu muitas sementes de iniqüidade e diariamente produz os mais abomináveis rebentos.... Nada tem desfigurado tanto a face da Igreja como a vida mundana e secular do clero.... Que fome e sede de honrarias e cargos estamos encontrando hoje em dia entre as pessoas eclesiásticas! Que corrida incansável de um benefício para outro, de um pequeno para outro maior!...
>
> Quanto ao desejo da carne, não invadiu esse vício a Igreja, como uma inundação... de modo que nada é mais cuidadosamente procurado... pela maior parte dos sacerdotes, do que aquilo que proporciona o prazer sensual? Entregam-se eles a festas e banquetes... dedicam-se à caça e à falcoaria, mergulham nos prazeres deste mundo....
>
> A cobiça também... apoderou-se do coração de todos os sacerdotes... que hoje em dia estão cegos a tudo, menos ao que pareça trazer-lhes ganhos.... Estamos perturbados nestes dias pelos hereges — homens às voltas com estranha loucura; mas a heresia deles não é tão pestilenta e tão perniciosa para nós e o povo quanto a vida má e depravada que o clero está levando.... A reforma tem de começar convosco.[26]

E mais uma vez o deão gritou encolerizado:

> Ó sacerdotes! Ó sacerdócio!... Oh! a abominável impiedade desses infelizes sacerdotes, dos quais esta era encerra uma grande multidão, que não temem sair do seio de alguma horrível meretriz e ir correndo para o templo da Igreja, para o altar de Cristo, para os mistérios de Deus![27]

O clero regular ou monástico incorreu em uma censura ainda mais severa. O arcebispo Morton, em 1489, acusou o abade William de Santo Albano de "simonia, usura, apropriação indébita de fundos e de viver pública e continuamente com prostitutas e amantes, nos recintos do mosteiro e fora deles"; acusou os monges de levar "uma vida de luxúria... sim, de conspurcar os lugares santos, até mesmo as próprias igrejas de Deus, com infames relações com freiras", transformando o priorado em "um bordel público".[28] Os registros das visitas episcopais pintam um quadro menos lúgubre. Dos 42 mosteiros visitados, no período de 1517 a 1530, 15 foram encontrados sem faltas graves e, na maioria dos demais, as transgressões eram mais de discipli-

na que de castidade.[29] Alguns mosteiros ainda praticavam fielmente o regime medieval de orações, estudos, hospitalidade, caridade, e dedicavam-se ao ensino dos jovens. Alguns exploravam a credulidade — e faziam coletas de moedas — da massa popular por meio de falsas relíquias a que atribuíam curas milagrosas; bispos queixavam-se das "botas fedorentas, pentes sujos... cintas podres... cachos de cabelos e trapos imundos... expostos e encomendados para a gente ignorante", como relíquias autênticas de mulheres e homens santos.[30] No todo, segundo estimativa do historiador católico mais recente, 600 mosteiros da Inglaterra mostravam, nos primeiros 25 anos do século XVI, generalizada má conduta, franca ociosidade e grave negligência no trato dos bens eclesiásticos.[31]

Em 1520 havia uns 130 conventos de freiras na Inglaterra. Apenas quatro tinham mais de 30 membros.[32] Oito foram suprimidos pelos bispos, em um caso, disse o bispo, por causa de "dissoluta disposição e incontinência das mulheres religiosas da casa, em razão de sua vizinhança com a Universidade de Cambridge".[33] Em 33 visitas a 21 conventos de religiosas, na diocese de Lincoln, 16 foram relatados de modo favorável; em 14, notou-se falta de disciplina e devoção; em dois, diziam que as prioresas viviam em adultério e, noutro, foi encontrada uma freira deixada grávida por um sacerdote.[34] Tais desvios de regras muito árduas eram naturais no clima moral daqueles tempos e poderão ter sido sobrepujados pelos bons serviços prestados em matéria de ensino e caridade.

O clero não era popular. Eustáquio Chapuys, embaixador católico de Carlos V na Inglaterra, escreveu a seu senhor em 1529: "Quase todo o povo odeia os sacerdotes."[35] Muitos homens, completamente ortodoxos em seu credo, denunciaram a severidade da taxação eclesiástica, a extravagância dos prelados e a riqueza e ociosidade dos monges. Quando o chanceler do bispo de Londres foi acusado de ter assassinado um herege (1514), o bispo pediu a Wolsey que impedisse o julgamento por um júri civil, "pois estou certo de que, se meu chanceler for julgado por 12 homens quaisquer em Londres, eles se colocarão tão maliciosamente a favor da depravação do herege, que votarão pela condenação de meu funcionário embora ele esteja tão inocente quanto Abel".[36]

A heresia começou a surgir novamente. Em 1506, 45 homens foram acusados de heresia perante o bispo de Lincoln; 43 retrataram-se, dois foram enviados à fogueira. Em 1510, o bispo de Londres julgou 40 hereges: mandou dois para a fogueira; em 1521, julgou 45 deles, dos quais cinco foram para a fogueira. Os anais dão uma relação de 342 julgamentos dessa natureza em 15 anos.[37] Entre as heresias figuravam afirmações de que a hóstia consagrada permanecia sempre apenas pão; os sacerdotes não tinham mais poder que qualquer outro homem para consagrar ou absolver; os sacramentos não eram necessários para a salvação; as peregrinações aos túmulos de santos e as orações para os mortos eram inúteis; as orações deviam ser dirigidas somente a Deus; que o homem só podia ser salvo pela fé, independentemente de suas boas ações; o cristão fiel estava acima de todas as leis, menos da de Cristo; a Bíblia, e não a Igreja, devia ser a única regra de fé; todo homem devia casar-se e os monges e freiras deviam repudiar os votos de castidade. Algumas dessas heresias tinham sua origem na pregação dos lolardos, outras eram reverberações dos clarins de Lutero. Já em 1521, jovens rebeldes, em Oxford, ansiosamente pediam notícias da revolução religiosa na Alemanha. Cambridge, em 1521-25 abrigou uma dúzia de futuros heresiarcas: Guilherme Tyndale, Miles Coverdale, Hugh Latimer, Thomas Bilney, Edward Fox, Nico-

lau Ridley, Thomas Cranmer.... Vários deles, prevendo perseguição, emigraram para o Continente, imprimiram folhetos anticatólicos e enviaram-nos clandestinamente para a Inglaterra.

É possível que como repressão a esse movimento e talvez para exibir sua erudição teológica, tenha publicado Henrique VIII, em 1521, seu famoso livro *Assertion of the Seven Sacraments against Martin Luther (Defesa dos Sete Sacramentos contra Martinho Lutero)*. Muitos julgaram ser Wolsey o autor secreto; talvez Wolsey tivesse sugerido o livro e suas principais idéias como parte de sua diplomacia, em Roma; mas Erasmo alegou que o rei tinha realmente planejado e composto esse tratado, e a opinião geral inclinou-se depois para esse ponto de vista. O livro traz a pena de um novato; mal consegue apresentar uma refutação racional; prefere confiar em citações da Bíblia, nas tradições da Igreja e em graves ofensas. "Que serpente tão venenosa como ele" — escreveu o futuro rebelde contra o papado — "ousa chamar de tirânica a autoridade do papa?... Que grande elemento diabólico é ele, que se esforça por arrancar os membros cristãos de Cristo, de sua cabeça!" Nenhuma punição poderia ser demasiada para alguém que "não quer obedecer o Chefe dos Sacerdotes e Supremo Juiz na terra", pois "toda a Igreja está subordinada, não só a Cristo, mas... ao único vigário de Cristo, o papa de Roma".[38] Henrique invejava os títulos honoríficos que a Igreja dera ao rei de França e a Fernando e Isabel, respectivamente "Cristianíssimos" e "os Soberanos Católicos"; seu agente, ao presentear o livro ao Papa Leão X, pediu-lhe que confiasse a Henrique e seus sucessores o título de *Defensor Fidei* — Defensor da Fé. Leão X consentiu, e o instaurador da Reforma na Inglaterra cunhou as duas palavras em suas moedas.

Lutero não teve pressa em responder. Em 1525, respondeu de modo característico ao "burro desajeitado", "louco frenético... esse rei das mentiras, rei Heinz, para infelicidade de Deus, rei da Inglaterra.... Já que com premeditada malícia esse verme danado e podre mentiu contra meu Rei, nos céus, tenho o direito de cobrir esse monarca inglês com sua própria lama".[39] Henrique, não acostumado com insultos, queixou-se ao eleitor de Saxônia, o qual era demasiado delicado para dizer-lhe que não mexesse com leões. O rei jamais perdoou Lutero, não obstante este apresentasse mais tarde suas desculpas; mesmo quando se rebelou completamente contra o papado, repudiou os protestantes alemães.

A resposta mais eficiente de Lutero foi sua influência na Inglaterra. Naquele mesmo ano de 1525, tem-se notícia de uma "Associação de Irmãos Cristãos" de Londres, que pagava agentes para distribuir opúsculos de luteranos e outros hereges e bíblias inglesas, em fascículos ou completas. Em 1408, o arcebispo Arundel, perturbado com a circulação da versão de Wyclif das Escrituras, proibiu qualquer tradução para o inglês sem aprovação episcopal, sob o fundamento de que uma versão não autorizada poderia deturpar passagens difíceis ou dar certa forma ao texto com o fito de apoiar uma heresia. Muitos clérigos desencorajavam a leitura da Bíblia em qualquer de suas formas, argumentando que era necessário ter conhecimentos especiais a fim de se conseguir uma interpretação exata, e que trechos das Escrituras estavam sendo empregados para fomentar a rebelião.[40] A Igreja não havia levantado objeções oficiais a traduções anteriores às de Wyclif, mas aquela permissão tácita não era de grande importância porquanto todas as versões inglesas, antes de 1526, eram manuscritas.[41]

Daí a importância, na época, do Novo Testamento em inglês, impresso por Tyndale, em 1525-26. Já em seus tempos de estudante, ele planejara traduzir a Bíblia, não

da *Vulgata,* como Wyclif o fizera, mas do original hebraico e grego. Ao ser censurado por um fervoroso católico, que lhe disse que "seria melhor ficar sem a lei de Deus" — *i.e,* a Bíblia — "do que sem o papa", Tyndale respondeu: "Se Deus poupar minha vida, daqui a muitos anos farei com que o menino que conduz o arado conheça mais as Escrituras do que vós".[42] Um regedor de Londres deu-lhe cama e comida durante seis meses, enquanto o jovem executava sua tarefa. Em 1524, Tyndale seguiu para Wittenberg, onde continuou a trabalhar sob a direção de Lutero. Em Colônia, começou a imprimir a versão que fizera do texto grego do Novo Testamento revisto por Erasmo. Um agente inglês levantou as autoridades contra ele; Tyndale fugiu da Colônia católica para a Worms protestante, e, ali, imprimiu seis mil exemplares, a cada um dos quais acrescentou um volume separado contendo notas e prefácios agressivos, baseados nos de Erasmo e Lutero. Todos esses exemplares entraram clandestinamente na Inglaterra e serviram de combustível para o incipiente incêndio dos protestantes. Cuthbert Tunstall, bispo de Londres, alegando graves erros na tradução, preconceitos nas observações e heresias nos prefácios, tentou suprimir a edição, comprando todos os exemplares que descobria, queimando-os publicamente ante a cruz da catedral de São Paulo; mas novos exemplares continuaram a vir do Continente; More comentou que Tunstall estava financiando a impressão da Bíblia de Tyndale. O próprio Thomas More escreveu um longo *Diálogo* (1528) criticando a nova versão; Tyndale não deixou de responder-lhe; More revidou com um trabalho de 578 páginas, denominado *Refutação.* O rei julgou serenar os ânimos proibindo a leitura e circulação da Bíblia em inglês até que se pudesse fazer uma tradução autorizada (1530). Nesse ínterim, toda impressão, venda, importação e posse de obras heréticas acabou sendo proibida pelo governo.

Wolsey expediu ordens para que se prendesse Tyndale, mas Filipe, landgrave de Hesse, protegeu o autor, o qual, em Marburg, prosseguia com a tradução do Pentateuco (1530). Lentamente, pelo seu próprio trabalho ou sob sua direção, a maior parte do Velho Testamento foi vertida para o inglês. Mas, em um momento de descuido, Tyndale caiu nas mãos dos funcionários imperiais; foi encarcerado durante 16 meses em Vilvorde (nas imediações de Bruxelas) e queimado na fogueira (1536), não obstante a intercessão de Thomas Cromwell, ministro de Henrique VIII. Diz a tradição que suas últimas palavras foram: "Senhor, abri os olhos do rei da Inglaterra".[43] Viveu bastante para poder cumprir sua missão; o menino do arado podia ouvir agora os evangelistas contarem, em inglês firme, claro e incisivo, a estimulante história de Cristo. Quando apareceu, em 1611, a histórica Versão Autorizada, 90 por cento da maior e mais influente obra clássica da literatura inglesa eram do texto original de Tyndale.[44]

A atitude de Wolsey para com aquela nascente reforma na Inglaterra revestia-se da paciência que se era de esperar de um homem que chefiava a Igreja e o Estado. Contratou uma polícia secreta para espionar a heresia, examinar a literatura suspeita e prender hereges. Mas procurava convencer estes últimos a guardar silêncio ao invés de puni-los. Nenhum herege foi enviado à fogueira por ordem sua. Em 1528, três estudantes de Oxford foram encarcerados por heresia; o bispo de Londres permitiu que um morresse na prisão; outro retratou-se e foi posto em liberdade; e o terceiro ficou à disposição de Wolsey, que lhe facilitou a fuga.[45] Quando Hugh Latimer, o mais eloqüente dos primeiros reformadores na Inglaterra do século XVI, denunciou a degene-

ração do clero, e o bispo de Ely pediu a Wolsey que o eliminasse, Wolsey deu licença a Latimer para pregar em qualquer igreja do país.

O cardeal tinha um plano inteligente para reformar a Igreja. "Ele desprezava o clero" — segundo o bispo Burnet — "e, em particular, os monges, que não prestavam serviço algum à Igreja tampouco ao Estado e eram, pela sua vida escandalosa, motivo de censura para a Igreja e um fardo para o Estado. Resolveu, portanto, suprimir grande número deles e passá-los para outra instituição."[46] Fechar um mosteiro que funcionava mal constituía coisa inaudita; foi feito por ordem eclesiástica em muitos casos antes da atuação de Wolsey. Ele começou (1519) expedindo estatutos para a reforma dos cônegos regulares de Santo Agostinho; se os estatutos fossem seguidos, os cônegos tornar-se-iam, sem dúvida, figuras exemplares. Encarregou seu secretário, Thomas Cromwell, de visitar pessoalmente os mosteiros, ou fazê-lo por intermédio de agentes, e relatar as condições verificadas; essas visitas tornaram Cromwell um homem experiente para boa execução, mais tarde, das ordens de Henrique para que se fizesse uma investigação mais severa na vida dos conventos da Inglaterra. Ouviram-se queixas contra a aspereza desses agentes, de receberem ou exigirem "presentes" e de os dividirem com Cromwell e o cardeal.[47] Em 1524, Wolsey obteve permissão do Papa Clemente VII para fechar os mosteiros que tivessem menos de sete ocupantes e aplicar a renda dessas propriedades na criação de colégios. Ficou satisfeito quando esses fundos permitiram estabelecer um colégio em sua terra natal Ipswich e outro em Oxford. Esperava continuar com esse processo, fechar mais mosteiros todos os anos e substituí-los por colégios.[48] Mas suas boas intenções perderam-se na confusão da política, e o principal resultado de suas reformas monásticas foi prover Henrique de um respeitável precedente para lançar mão de um esquema mais extenso e mais lucrativo.

Enquanto isso, a política estrangeira do cardeal sofreu um desastre. Talvez porque procurasse conseguir o apoio do imperador para sua eleição ao papado (1521, 1523), permitira que a Inglaterra se unisse a Carlos na guerra contra a França (1522). As campanhas dos ingleses foram malsucedidas e dispendiosas em dinheiro e vidas. Para financiar novos esforços, Wolsey convocou (1523) o primeiro parlamento, em sete anos, e escandalizou-o pedindo um subsídio sem precedentes — 800.000 libras — uma quinta parte de cada propriedade dos leigos. Os Comuns protestaram; votaram depois uma sétima parte; o clero protestou, mas cedeu metade da renda anual de todos os benefícios. Quando chegou a notícia de que o exército de Carlos havia subjugado os franceses em Pavia (1525) e feito Francisco prisioneiro, Henrique e Wolsey julgaram aconselhável participar do iminente desmembramento da França. Planejou-se nova invasão; precisou-se de mais dinheiro; Wolsey arriscou o pouco que lhe restava ainda de popularidade pedindo a todos os ingleses, com mais de 50 libras ($5,000?) de rendimentos, que contribuíssem com uma sexta parte de seus bens para uma "Outorga Amigável" destinada ao prosseguimento da guerra até um fim glorioso. Que se nos permitam admitir amigavelmente que o objetivo talvez fosse impedir que Carlos tragasse toda a França. O pedido encontrou uma resistência tão generalizada que Wolsey teve de modificar o programa e pensar na paz. Foi assinado um tratado de defesa mútua com a França como outro esforço para o restabelecimento do equilíbrio de forças. Mas em 1527, as forças imperiais conquistaram Roma e prenderam o papa; Carlos parecia agora o invencível chefe do Continente; a política de controle e equilíbrio de Wolsey fracassara completamente. Em janeiro de 1528, a Inglaterra uniu-se à França na guerra contra Carlos.

Ora, Carlos era sobrinho de Catarina de Aragão, de quem Henrique desejava ardentemente divorciar-se; e Clemente VII, que podia conceder o divórcio por motivos de Estado, estava física e politicamente prisioneiro de Carlos.

IV. O "DIVÓRCIO" DO REI

Catarina de Aragão, filha de Fernando e Isabel, chegou à Inglaterra em 1501, com a idade de 16 anos, e casou-se (14 de novembro) com Artur, também da mesma idade, filho primogênito de Henrique VII. Artur morreu em 2 de abril de 1502. Admitia-se geralmente que o casamento havia sido consumado; o embaixador espanhol diligentemente enviou "provas" do fato a Fernando, e o título de Artur — Príncipe de Gales — somente foi oficialmente transferido para seu irmão mais novo, Henrique, dois meses depois de sua morte.[49] Contudo, Catarina negou que o casamento tivesse sido consumado. Ela tinha trazido consigo um dote de 200.000 ducados ($5.000.000?). Temendo que Catarina voltasse para a Espanha com aqueles ducados, e ansioso por renovar uma aliança, por casamento, com o poderoso Fernando, Henrique VII propôs que ela se casasse com o príncipe Henrique, embora fosse mais velha que ele seis anos. Uma passagem da Bíblia (Lv. 20. 21) proibia tal casamento, "Se um homem tomar a mulher de seu irmão, imundície é... ficarão sem filhos". Outra passagem, porém, dispunha justamente o contrário: "Se irmãos morarem juntos, e um deles morrer sem filhos, então a mulher do que morreu não se casará com outro estranho, fora da família; seu cunhado a tomará e a receberá por mulher..." (Dt. 25. 5). O arcebispo Warham condenou a união proposta; o bispo Fox de Winchester defendeu-a se uma dispensa papal pudesse ser obtida com relação ao impedimento por questão de afinidade. Henrique VII encaminhou o pedido de dispensa; o Papa Júlio II concedeu-o (1503). Alguns canonistas contestaram, outros confirmaram o poder do papa de dar dispensa de um preceito bíblico,[50] e o próprio Júlio teve suas dúvidas.[51] Os esponsais — aliás o casamento legal — seguiram todas as formalidades (1503), mas, como o noivo tinha apenas 12 anos, protelou-se a coabitação. Em 1505, o príncipe Henrique pediu a anulação do casamento, alegando que havia sido imposto pelo pai,[52] mas convenceram-no a confirmar a união por ser do interesse da Inglaterra; em 1509, seis semanas depois de sua ascensão ao trono, o casamento foi publicamente celebrado.

Sete meses depois (31 de janeiro de 1510), Catarina deu à luz o primeiro filho, que morreu ao nascer. Um ano depois teve um filho; Henrique rejubilou-se com o herdeiro masculino, que iria continuar a linhagem dos Tudor; mas, em poucas semanas, o infante morria. Um segundo e terceiro filhos sucumbiram logo depois do nascimento (1513, 1514). Henrique começou a pensar no divórcio ou, mais precisamente, na anulação de casanento. A pobre Catarina fez nova tentativa e, em 1516, deu à luz a futura rainha Maria. Henrique acalmou-se; "se foi uma filha esta vez" — disse para si mesmo — "os seguintes serão filhos homens pela graça de Deus".[53] Em 1518 Catarina teve outro filho, mas natimorto. O desapontamento do rei e do país agravou-se com o fato de ter sido contratado o casamento de Maria, na idade de dois anos, com o delfim de França; se Henrique não recebesse um filho homem, Maria herdaria o trono da Inglaterra e seu marido, tornando-se rei de França, seria, com efeito, rei da Inglaterra também, tornando o país uma província de França. Os duques de Norfolk, Suffolk e Buckingham alimentavam esperanças de derrubar Maria e apoderar-se da

coroa; Buckingham falava muito; foi acusado de traição e decapitado (1521). Henrique manifestou o temor de que o fato de não ter filho homem fosse uma punição de Deus por ter usado a dispensa papal de uma lei bíblica.[54] Jurou que, se a rainha lhe desse um filho homem, empreenderia uma cruzada contra os turcos. Mas Catarina não teve mais filhos. Por volta de 1525, desvaceneram-se todas as esperanças de que ela pudesse dar novos rebentos.

Há muito que Henrique perdera todo interesse por Catarina, como mulher. Estava agora com 34 anos, em pleno vigor de sua masculinidade; ela estava com 40 e parecia ter mais idade; nunca fora atraente, e suas freqüentes doenças e infelicidades tinham-lhe deformado o corpo e obscurecido o espírito. Sobressaía em cultura e distinção, mas os maridos raramente julgaram encantadora a erudição em uma esposa. Era uma boa e fiel esposa; depois da Espanha era ao marido a quem mais amava. Considerava-se — e por algum tempo fora — uma embaixatriz da Espanha e comentava que a Inglaterra devia sempre postar-se ao lado de Fernando ou Carlos. Por volta de 1518, Henrique teve sua primeira amante, que se conhece, depois que se casara: Elizabeth Blount, irmã de Mountjoy, um amigo de Erasmo. Ela lhe deu um filho em 1519; Henrique fê-lo duque de Richmond e Somerset, pensando em tê-lo como sucessor. Mais ou menos em 1524, tomou outra amante, Maria Bolena;[55] na verdade, *Sir* George Throckmorton acusou-o, na sua frente, de adultério com a mãe de Maria também.[56] Era uma lei não escrita daqueles tempos que o rei, quando casado por motivos de Estado e não por sua livre escolha, pudesse procurar fora do casamento o romance que lhe faltava no leito legal.

Em 1527 ou antes, Henrique voltou suas vistas para Ana, irmã de Maria. O pai era *Sir* Thomas Bolena, um mercador e diplomata muito favorecido pelo rei; a mãe era uma Howard, filha do duque de Norfolk. Ana foi enviada a Paris para acabamento de sua educação; ali se tornou dama de honor da rainha Cláudia e depois de Margarida de Navarra, a qual talvez lhe tivesse despertado certo interesse pelo protestantismo. É possível que Henrique a tivesse visto como uma jovem muito viva, aos 13 anos, no Campo do Tecido de Ouro. Quando ela voltou à Inglaterra, aos 15 anos (1522), tornou-se dama de honor da rainha Catarina. Não era extraordinariamente bonita; de pequena estatura, a tez morena, os lábios grossos e o pescoço comprido; mas Henrique e outros sentiram-se atraídos pelos seus olhos pretos e vivos, os abundantes cabelos castanhos, a graça, o espírito e a alegria. Ela tinha alguns ardentes apaixonados, inclusive Thomas Wyatt, o poeta, e Henrique Percy, que seria futuramente o conde de Northumberland; mais tarde seus inimigos a acusaram de ter-se casado clandestinamente com Percy antes de lançar suas vistas para o rei; as provas eram inconcludentes.[57] Não se sabe quando Henrique começou a cortejá-la; das cartas de amor existentes que lhe dirigiu, calcula-se que a primeira foi escrita em julho de 1527.

Qual a relação desse romance com a petição de Henrique para a anulação de seu casamento? Inegavelmente, tinha pensado nisso já em 1514, quando Ana era uma menina de sete anos. Parece que tinha deixado essa idéia de lado até 1524, quando, segundo seu próprio relato, cessara de ter relações conjugais com Catarina.[58] Os primeiros passos registrados com vistas à anulação datam de março de 1527, muito tempo depois de Henrique ter conhecido Ana, mais ou menos na ocasião em que ela substituíra a irmã na afeição do rei. Wolsey aparentemente ignorava a intenção de Henrique de casar-se com Ana, quando, em julho de 1527, fora à França, em parte para arranjar uma união entre Henrique e Renée, a filha de Luís XII, a mesma que iria criar

uma agitação com os protestantes na Itália. A primeira referência que se conhece das intenções de Henrique está contida em uma carta datada de 16 de agosto de 1527, do embaixador espanhol, na qual este informa Carlos V da crença geral em Londres de que o rei se casaria com "uma filha de *Sir* Thomas Bolena",[59] se obtivesse o "divórcio". Isso dificilmente se referia a Maria Bolena, pois, em fins de 1527, Henrique e Ana estavam vivendo em apartamentos vizinhos debaixo do mesmo teto, em Greenwich.[60] Podemos concluir que a ação de Henrique para a anulação do casamento foi acelerada pela sua paixão por Ana, embora não fosse essa talvez a verdadeira causa. A causa básica era seu desejo de ter um filho homem, a quem pudesse transmitir o trono com a confiança de que teria uma sucessão tranqüila. Quase toda a Inglaterra partilhava dessa esperança. O povo lembrava-se, com horror, dos muitos anos (1454-85) de guerra entre as casas de York e Lancaster pela posse da coroa. A dinastia de Tudor tinha apenas 42 anos; seus direitos ao trono eram duvidosos; somente um herdeiro homem, filho legítimo e direto do rei, poderia continuar a dinastia sem contestação ao título. Mesmo que Henrique não tivesse encontrado Ana Bolena, ainda teria desejado e merecido o divórcio e uma esposa adequadamente fecunda.

Wolsey concordou com o rei nesse ponto e assegurou-lhe que se poderia obter prontamente, do papa, a anulação; o poder papal para conceder tais separações era geralmente aceito como medida prudente, justamente para tais necessidades do país, e já havia muitos precedentes. O cardeal, entretanto, fizera seus cálculos sem que pudesse prever dois acontecimentos desagradáveis: Henrique não queria Renée e, sim, Ana, e a anulação teria de vir de um papa que, na ocasião em que o caso lhe chegasse às mãos, estaria prisioneiro de um imperador que tinha motivos de sobra para hostilizar Henrique. Provavelmente Carlos teria feito oposição à anulação enquanto a tia a ela resistisse e, mais ainda, se um novo casamento, como o que planejava Wolsey, viesse aliar a Inglaterra firmemente à França. Uma das causas da Reforma na Inglaterra não foi diretamente a ascensão de Ana Bolena, porém a obstinada recusa de Catarina e Carlos em reconhecer o justo desejo de Henrique em ter um filho homem; a rainha e o imperador católicos colaboraram com o papa prisioneiro no sentido de separar a Inglaterra da Igreja. Contudo, a causa que finalmente provocou a Reforma Inglesa não foi tanto a ação de anulação do casamento de Henrique; foi mais a força que adquiriu a monarquia inglesa até chegar ao ponto de poder repudiar a autoridade do papa sobre os negócios e a renda do país.

Henrique afirmou que seu grande desejo de conseguir a anulação foi ocasionado por Gabriel de Grammont, que chegara à Inglaterra, em fevereiro de 1527, a fim de tratar do casamento que se propunha fazer da princesa Maria com o membro da casa real de França. Grammont, segundo declarou Henrique, levantou a questão quanto à legitimidade de Maria, alegando que o casamento de Henrique com Catarina podia ter ficado invalidado por violar uma proibição da Bíblia que o papa não podia remover. Alguns achavam que Henrique tinha inventado essa história,[61] mas Wolsey repetiu-a; foi relatada ao governo francês (1528); (pelo que se sabe) não foi negada por Grammont; este se esforçou por persuadir Clemente de que a ação de divórcio de Henrique era justa. Carlos informou seu embaixador, na Inglaterra (29 de julho de 1527), de que estava aconselhando Clemente a não atender ao pedido de Henrique.

Quando se achava em França, Wolsey foi definitivamente informado de que Henrique desejava casar-se com Ana e não com Renée. Ele continuou a trabalhar pela anulação, mas não dissimulou seu pesar pela escolha do rei. Este, sem dar atenção ao

chanceler, mandou, no outono de 1527, seu secretário, Guilherme Knight, apresentar dois pedidos ao papa prisioneiro. O primeiro era que Clemente permitisse a Henrique ter duas esposas, reconhecendo a duvidosa validade de seu casamento, a falta de um herdeiro do sexo masculino e o fato de Catarina não desejar divorciar-se. Uma ordem no último momento, da parte de Henrique, impediu que Knight apresentasse a proposta; tinha perdido um pouco da audácia; mas devia ter ficado espantado quando, três anos depois, recebeu de Giovanni Casale, um de seus agentes em Roma, uma carta datada de 18 de setembro de 1530, dizendo: "Uns dias atrás o papa, secretamente, me declarou que Vossa Majestade poderia ter permissão de ter duas esposas".[62] O segundo pedido de Henrique não deixava também de ser muito estranho: que o papa devia conceder-lhe dispensa para casar-se com a mulher com cuja irmã, ele, o rei, tivera relações sexuais.[63] O papa concordou com isso, porém com a condição de que fosse anulado o casamento com Catarina; mas, quanto a essa anulação, ele não estava ainda preparado para decidir. Clemente não só temia Carlos, como também receava decretar que um papa anterior havia cometido um grave erro em tornando válido o casamento. Ao fim de 1527, recebeu um terceiro pedido — que nomeasse Wolsey e outro legado papal para participarem como juízes, na Inglaterra, ouvirem os testemunhos e julgarem a validade do casamento de Henrique com Catarina. Clemente atendeu ao pedido (13 de abril de 1528); nomeou o cardeal Campeggio para julgar juntamente com Wolsey em Londres e prometeu — em uma bula que seria mostrada apenas a Wolsey e Henrique — confirmar qualquer decisão que os legados apresentassem.[64] Provavelmente o fato de Henrique ter-se unido a Francisco (janeiro de 1528), na declaração de guerra a Carlos, e ter-se comprometido a libertar o papa, exerceu influência na decisão deste último em anuir ao pedido.

Carlos protestou e enviou a Clemente cópia de um documento que alegou ter encontrado nos arquivos de Espanha, no qual Júlio II confirmava, como válida, a dispensa que Henrique e Wolsey propunham anular. Desorientado, o papa, ainda prisioneiro de Carlos, expediu imediatamente instruções a Campeggio "para não dar a sentença sem ordem expressa daqui.... Se se fizer tão grave ofensa ao imperador, estará perdida toda esperança de paz universal, e a Igreja não escapará à ruína total, porquanto está inteiramente em poder dos servos do imperador.... Protelai tanto quanto possível".[65]

Chegando à Inglaterra (outubro de 1528), Campeggio procurou convencer Catarina a recolher-se a um convento. Ela concordou, com a condição, porém, de Henrique fazer votos monásticos. Mas nada podia estar mais longe das cogitações dele do que a pobreza, a obediência e a castidade; contudo, deu a entender que faria tais votos se o papa prometesse dispensá-lo deles quando pedisse. Campeggio recusou-se a transmitir essa proposta ao papa. Ao invés, relatou (fevereiro de 1529) a determinação do rei em casar-se com Ana. "Esta paixão" — escreveu — "é bastante extraordinária. Ele só pensa em Ana e só tem olhos para ela e não pode ficar afastado dela um minuto. Chega a causar-me piedade ver como a vida do rei e a estabilidade ou a queda de todo um país dependem só desta questão".[66]

Mudanças na situação militar colocaram o papa cada vez mais contra a proposta de Henrique. O exército francês, que Henrique tinha auxiliado a financiar, fracassara em sua campanha na Itália, deixando o papa completamente à mercê do imperador. Florença expulsara os Médicis do governo — e Clemente era tão devotado a essa família quanto Carlos aos Habsburgo. Veneza aproveitou-se da impotência do papa

para arrebatar Ravena dos Estados Papais. Quem poderia agora salvar o papado senão aquele que o tinha prisioneiro? "Já resolvi tornar-me imperialista e viver e morrer como tal", disse Clemente (7 de junho de 1529).[67] A 29 de junho assinou o Tratado de Barcelona, pelo qual Carlos prometia restituir Florença aos Médicis, Ravena ao papado e dar-lhe liberdade; mas havia uma condição: Clemente jamais haveria de concordar com a anulação do casamento de Catarina sem que esta desse seu livre consentimento. A 5 de agosto, Francisco I assinou o Tratado de Cambrai, que, na realidade, entregava a Itália e o papa ao imperador.

Em 31 de maio, Campeggio, após ter protelado tanto quanto pôde o julgamento, deu início aos trabalhos para, juntamente com Wolsey, ouvir Henrique. Catarina apelou para Roma, recusando-se a reconhecer a competência desse tribunal. Em 21 de junho, porém, tanto ela como o rei compareceram a ele. Catarina atirou-se aos pés de Henrique e fez um comovente apelo para que não se destruíssem os laços matrimoniais. Lembrou-lhe seus muitos trabalhos, toda a sua fidelidade e a paciência que teve com seus passatempos fora do lar; tomou Deus como testemunha de que era virgem quando Henrique se casou com ela e perguntou-lhe em que o tinha ofendido.[68] Henrique ergueu-a e assegurou-lhe que nada desejara mais ardentemente do que a felicidade no casamento; explicou que suas razões para a separação não eram de ordem pessoal e, sim, para atender aos interesses da dinastia e do país; rejeitou seu apelo a Roma alegando que o imperador tinha o papa sob seu domínio. Ela se retirou debulhada em lágrimas e recusou-se a continuar participando do julgamento. O bispo Fisher falou em sua defesa, ganhando, com isso, a inimizade do rei. Este exigiu que o tribunal decidisse claramente o caso. Campeggio, habilmente, protelou a decisão e, finalmente (23 de julho de 1529), adiou o julgamento, tendo em vista as férias de verão. Para tornar a indecisão mais acentuada, Clemente "chamou" o caso para a alçada de Roma.

Henrique enfureceu-se. Achando que Catarina se obstinara em não ser razoável, recusou-se a manter toda e qualquer relação com ela e começou a passar, ostensivamente, suas horas de prazer com Ana. Provavelmente pertence a esse período a maioria das 17 cartas de amor que o cardeal Campeggio conseguiu surripiar da Inglaterra[69] e que a Biblioteca do Vaticano, ciosamente, conserva entre seus tesouros literários. Ana, conhecendo a maneira de proceder dos homens e dos reis, aparentemente lhe tinha dado apenas encorajamento e atenções; em dúvida, queixara-se de que sua mocidade estava passando enquanto os cardeais, que não sabiam compreender o desejo de uma jovem em ter um próspero marido, procrastinavam o direito de ele adornar o desejo com os laços do matrimônio. Ela se queixou a Wolsey por não encaminhar com presteza e mais resolutamente o apelo de Henrique e dar o despacho. O rei partilhou de seu ressentimento.

Wolsey fez o que pôde, conquanto não sentisse entusiasmo algum pela questão. Mandou dinheiro a Roma para subornar os cardeais,[70] mas Carlos enviou também; além disso, fez seguir para lá um exército. O cardeal chegou até a fazer vista grossa à idéia de bigamia,[71] como o haveria de fazer Lutero uns anos mais tarde. Wolsey, entretanto, sabia que Ana e seus parentes influentes estavam manobrando para derrubá-lo. Procurou acalmá-la com finas iguarias e presentes caríssimos, mas sua hostilidade aumentava à medida que a questão da separação se ia arrastando. Wolsey, referindo-se a ela, disse que era "a inimiga que vivia alerta, estava sempre estudando e imaginando, quer dormindo quer acordada, sua completa destruição".[72] Previa

que, se fosse concedido o divórcio, Ana seria rainha e arruiná-lo-ia, e que, se não fosse concedido, Henrique o demitiria por ter fracassado e exigiria minuciosa e rigorosa prestação de contas de sua administração.

O rei tinha muitas razões para estar descontente com o chanceler. A política estrangeira tinha desmoronado e o ter deixado a amizade de Carlos para aliar-se à França provara ser desastroso. Dificilmente se encontrava agora, na Inglaterra, um homem que pudesse dizer uma boa palavra a favor do cardeal outrora onipotente. O clero odiava-o por causa de seu domínio absoluto; os monges temiam que houvesse mais dissoluções de mosteiros; os comuns odiavam-no por tirar-lhes os filhos e o dinheiro para combater em guerras inúteis; os mercadores tinham-lhe ódio porque a guerra com Carlos obstruía o comércio deles com a Flandres; os nobres também o odiavam por causa de suas exigências, seu orgulho, ele que era um arrivista, e também por causa de sua riqueza que proliferava. "Alguns nobres", relatou o embaixador francês (17 de outubro de 1529), "pretendem, quando Wolsey morrer ou for destruído, desembaraçar-se da Igreja e saquear os bens de ambos".[73] Os fabricantes de roupa de Kent sugeriram que se colocasse o cardeal em uma barca furada e a deixassem vaguear no mar.[74]

Henrique foi mais sutil. No dia 9 de outubro de 1529, um de seus advogados expediu um mandado convocando Wolsey para responder, perante os juízes do rei, à acusação de que seus atos, como legado, haviam violado os *Estatutos de Praemunire,* datados de 1329, os quais determinavam que se confiscassem os bens de qualquer inglês que trouxesse as bulas papais para a Inglaterra. Não fazia diferença alguma que Wolsey tivesse conseguido a autoridade de legado a pedido do rei[75] e se tivesse utilizado dela principalmente a favor de Sua Majestade. Wolsey sabia que os juízes do rei o condenariam. Mandou a Henrique uma carta de submissão, muito humilde, confessando seus fracassos, porém pedindo-lhe que se lembrasse também de seus serviços e de sua lealdade. Deixou depois Londres, utilizando-se de uma barcaça no rio Tâmisa. Em Putney, recebeu uma amável mensagem do rei. Para testemunhar sua gratidão, ajoelhou-se na lama e agradeceu a Deus. Henrique apropriou-se dos ricos bens que havia no palácio do cardeal, em Whitehall, porém permitiu-lhe que mantivesse o arcebispado de York e suficientes bens para si, bens estes que exigiram 160 cavalos e 72 carros para serem transportados para a sede de seu episcopado.[76] O duque de Norfolk foi o sucessor de Wolsey, como primeiro-ministro; Thomas More foi seu sucessor, como chanceler (novembro de 1529).

Durante quase um ano o deposto cardeal atuou como piedoso e exemplar arcebispo, visitando regularmente suas paróquias, providenciando reparos nas igrejas e desempenhando com justiça seu papel na corte de arbitragem. "Quem foi menos amado no norte do que meu amo, o cardeal, antes de ele ter estado lá?" — comentou um homem de Yorkshire — "e quem mais amado, depois que ele esteve lá algum tempo?"[77] Mas a ambição tornou a dominá-lo ao declinar o temor da morte. Escreveu cartas a Eustáquio Chapuys, o embaixador imperial na Inglaterra; perderam-se estas cartas, mas um relatório de Chapuys a Carlos diz o seguinte: "Tenho uma carta do médico do cardeal, na qual diz que seu amo... achava que o papa devia proceder a críticas mais severas e recorrer ao braço secular"[78] — *i.e.*, excomunhão, invasão e guerra civil. Norfolk teve notícias dessa correspondência, prendeu o médico de Wolsey e arrancou dele, por meios incertos, a confissão de que o cardeal havia aconselhado o papa a excomungar o rei. Não sabemos se o embaixador ou o duque denuncia-

ram o médico ou se este denunciou verdadeiramente o cardeal. Seja como for, Henrique ou o duque ordenou a prisão de Wolsey.

Ele se submeteu serenamente à ordem de prisão (4 de novembro de 1530), despediu-se dos membros de sua casa e partiu para Londres. Em Sheffield Park, atacado de disenteria, viu-se obrigado a ficar na cama. Mas os soldados do rei ali chegaram com ordens de conduzi-lo para a Torre. Pôs-se novamente a caminho, mas depois de dois dias de viagem a cavalo sentiu-se tão fraco que a escolta permitiu que se recolhesse ao leito na abadia de Leicester. Ao oficial do rei, *Sir* Guilherme Kingston, pronunciou as palavras que foram relatadas por Cavendish e adaptadas por Shakespeare: "Se eu tivesse servido a meu Deus com a mesma diligência com que servi a meu rei, Ele não me teria abandonado agora que estou com os cabelos brancos".[79] Wolsey morreu, no dia 29 de novembro de 1530, na abadia de Leicester, na idade de 55 anos.

CAPÍTULO XXIV

Henrique VIII e Thomas More

1529-35

I. O PARLAMENTO DA REFORMA

NO parlamento que se reuniu em Westminster, no dia 3 de novembro de 1529, os grupos que o controlavam — os nobres na Câmara Alta, os mercadores na dos Comuns — concordaram com três normas políticas: a redução da riqueza e do poder dos eclesiásticos, a manutenção do comércio com a Flandres e o apoio ao rei em sua campanha em prol de um herdeiro do sexo masculino. Isso não importava na aprovação do casamento com Ana Bolena, geralmente considerada aventureira, tampouco impedia uma simpatia quase geral por Catarina.[1] As classes inferiores, politicamente impotentes, mostravam-se ainda desfavoráveis ao divórcio, e as províncias do norte, decididamente católicas, tomaram francamente o partido do Papa.[2] Henrique manteve essa oposição temporariamente tranqüila permanecendo ortodoxo em tudo, menos no direito de os papas governarem a Igreja da Inglaterra. Nesse ponto, o espírito nacional, ainda mais forte na Inglaterra do que na Alemanha, sustentava a atitude do rei, e o clero, conquanto horrorizado com a idéia de fazer de Henrique seu chefe, não era contrário a ficar independente de um papado que tão evidentemente estava subordinado a uma potência estrangeira.

Por volta de 1528, um tal Simon Fish publicou um panfleto de seis páginas que Henrique leu, não se sabendo se protestou contra a publicação; muitos leram-no francamente deleitados. Denominava-se "A Súplica dos Mendigos" e pedia ao rei que confiscasse, no todo ou em parte, a riqueza da Igreja da Inglaterra:

> Nos tempos de vossos nobres predecessores, conseguiram entrar ardilosamente em vosso reino... mendigos e vagabundos veneráveis... bispos, abades, diáconos, arquidiáconos, sufragâneos, sacerdotes, monges, cônegos, frades, vendedores de indulgências e convocadores. E quem pode dizer o número dessa classe vadia e ruinosa que (desprezando toda espécie de trabalho) tem mendigado de modo tão importuno que conseguiu reunir em suas mãos mais de uma terça parte dos bens de todo o vosso reino? As melhores propriedades, mansões, terras e territórios lhes pertencem. Além disso, têm a terça parte de todo o trigo, capinzal, pastos, alfafa, lã, potros, vitelos, ovelhas, porcos, gansos e galinhas.... Sim, e são tão gananciosos em seus lucros que as pobres esposas têm de lhes prestar contas de todo o dízimo, caso contrário não poderão elas gozar de seus direitos na Páscoa.... Qual delas quererá trabalhar por três *pence* por dia quando pode ganhar, pelo menos, 20 para dormir uma hora com um frade, ou monge ou um padre?[3]

Os nobres e mercadores talvez tivessem admitido certo exagero nessa acusação, mas eram de opinião que ela daria um agradável resultado — a secularização das propriedades da Igreja. "Esses senhores", escreveu o embaixador francês Jean du Bellay, "pretendem... desacreditar a Igreja e apoderar-se de todos os seus bens, cujo valor nem é preciso escrever em cifras, pois o proclamam abertamente.... Espero que os sacerdotes não venham a ter o Grande Selo" — *i.e.*, não fiquem à testa do governo — "novamente e que, nesse parlamento, passem por terríveis sustos".[4] Wolsey tinha conseguido afastar esse ataque contra a Igreja, mas sua queda deixara o clero impotente, salvo através da fé (em declínio) do povo; a autoridade do papa que poderia tê-los protegido pelo seu prestígio, interditos e aliados, constituía agora o principal objeto de ódio do rei e estava sujeita ao jogo da política do imperador. A tradição requeria que a legislação que afetasse a Igreja na Inglaterra devia ser aprovada, ou requeria confirmação, por parte do clero convocado sob a chefia dos arcebispos de Cantuária e York. Poderia essa convocação aplacar o ódio do rei e reprimir o anticlericalismo do parlamento?

A batalha foi iniciada pelos Comuns. Elaboraram uma declaração ao rei, na qual professavam a doutrina ortodoxa, porém, criticando fortemente o clero. Esse famoso "Ato de Acusação" denunciava que o sínodo fazia leis sem o consentimento do rei ou do parlamento, limitando seriamente a liberdade dos leigos e submetendo-os a pesadas censuras ou multas; que o clero exigia pagamento para a administração dos sacramentos; que os bispos concediam benefícios a "certos jovens, a quem chamavam de sobrinhos", não obstante a pouca idade e a ignorância de tais criaturas; que as cortes episcopais exploravam ganaciosamente o direito de arrecadar taxas e multas e prendiam pessoas, as quais encarceravam, sem mencionar o crime de que eram acusadas, denunciando e punindo severamente os leigos à mínima suspeita de heresia. O documento terminava solicitando ao rei a "reforma" desses males.[5] Henrique, que talvez tivesse estado a par de sua elaboração, submeteu os principais pontos ao clero, por ocasião de seu sínodo, e pediu uma resposta. Os bispos admitiram alguns abusos que atribuíram a um ou outro indivíduo; sustentaram que seus tribunais eram justos e dirigiram-se depois ao piedoso rei, que tão nobremente repelira Lutero, para que os auxiliasse a suprimir a heresia. Depois, interpretando mal a disposição do rei, acrescentaram palavras agressivas:

> Visto considerarmos nossa autoridade de fazer as leis apoiada nas Escrituras de Deus e na determinação da Santa Igreja... não podemos submeter a execução de nossos processos e obrigações, que certamente nos foram prescritos por Deus, ao assentimento de Vossa Majestade.... Com toda a humildade, portanto, suplicamos a Vossa Graça... manter e defender essas leis e disposições que nós... pela autoridade de Deus, e para Sua honra, temos de fazer para edificação da virtude e manutenção da fé cristã.[6]

A questão estava aberta. Henrique não a enfrentou imediatamente. Seu primeiro interesse foi obter a aprovação do parlamento para um estranho pedido: — que o dispensassem de resgatar os empréstimos que ele havia tomado de seus súditos. (A depreciação da moeda hoje isenta os governos desse honesto assalto.) Os Comuns protestaram, mas acabaram dando a aprovação. Foram apresentados três outros projetos que tinham por finalidade impedir que o clero tivesse autoridade sobre as homologações de testamentos, exigisse taxas obituárias e possuísse muitos benefícios. Os pro-

jetos foram aprovados pelos Comuns; encontraram forte oposição dos bispos e abades que participavam da Câmara Alta; sofreram emendas, mas, em sua essência, foram transformados em lei. O parlamento suspendeu os trabalhos a 17 de dezembro.

No verão de 1530, o rei recebeu um encorajamento um tanto caro. Thomas Cranmer, doutor em teologia, em Cambridge, sugeriu a Henrique que as grandes universidades da Europa dessem seu voto na seguinte questão: se o papa podia permitir que um homem se casasse com uma viúva do próprio irmão. Isto resultou em divertido jogo de subornos entre rivais. Os agentes de Henrique espalharam dinheiro para conseguir pronunciamentos contrários; os agentes de Carlos empregaram dinheiro e ameaças para conseguir respostas afirmativas.[7] As respostas dos italianos estavam divididas; as universidades luteranas recusaram qualquer conforto ao Defensor da Fé; mas a Universidade de Paris, sob a pressão de Francisco,[8] deu a resposta que foi duplamente cara ao rei. Oxford e Cambridge, depois de receber severas cartas do governo, aprovaram o direito de Henrique anular o casamento.

Com a força desse apoio, o rei expediu, através de seu procurador geral (dezembro de 1530), o aviso de que o governo pretendia processar, como violadores dos Estatutos de Praemunire, todos os clérigos que haviam reconhecido o poder de legado de Wolsey. Ao se reunirem o parlamento e o sínodo (16 de janeiro de 1531), os agentes do rei alegremente anunciaram a este último que o processo seria retirado se eles confessassem sua culpa e pagassem uma multa de ≤ 118.000 ($ 11,800,000?).[9] O clero protestou, dizendo que jamais desejara que Wolsey tivesse tal poder e somente o tinha reconhecido como legado em virtude de o rei assim ter procedido, no julgamento de sua ação, perante o próprio Wolsey e Campeggio. Tinham, naturalmente, razão, mas Henrique tinha absoluta necessidade de dinheiro. Pesarosamente concordaram em levantar, em suas congregações, a quantia citada. Dando-se a importância, o rei exigiu depois que o clero o reconhecesse como "o protetor e o único chefe supremo da Igreja e do clero da Inglaterra" — *i.e.*, que cessasse seu voto de obediência ao papa. Eles apresentaram uma série de compromissos; lançaram mão de um sem-número de frases ambíguas; Henrique mostrou-se intransigente e insistiu que respondessem sim ou não. Finalmente (10 de fevereiro de 1531), o arcebispo Warham, então com 81 anos, relutantemente, propôs a fórmula do rei, com uma cláusula de ressalva: "enquanto permitir a lei de Cristo". O clero, em seu sínodo, não disse palavra; o silêncio foi considerado consentimento; a fórmula transformou-se em lei. Apaziguado, o rei permitiu depois aos bispos que perseguissem os hereges.

O parlamento e o sínodo, convocados, adiaram novamente os trabalhos (30 de março de 1531). Em julho, Henrique deixou Catarina em Windsor; jamais iria vê-la de novo. Logo depois, ela foi removida para Ampthill, e a princesa Maria foi instalada em Richmond. Henrique exigiu as jóias que Catarina havia usado como rainha e deu-as a Ana Bolena.[10] Carlos V protestou junto a Clemente, o qual endereçou um breve pontifício ao rei (25 de janeiro de 1532), censurando-o por adultério e exortando-o a que deixasse Ana e mantivesse Catarina como a legítima rainha até que fosse dada uma decisão ao pedido de anulação de casamento. Henrique não deu atenção à censura e prosseguiu em seu romance. Mais ou menos nessa ocasião, escreveu uma de suas ternas cartas a Ana:

> Meu único amor, esta tem por fim dizer-vos que sinto aqui uma grande solidão desde que partistes; pois, asseguro-vos que o tempo me parece muito mais compri-

do agora, depois de vossa partida, do que se me afigurava há uma quinzena atrás; creio que a causa disso está em vossa bondade e em minha paixão.... Mas agora que vou encontrar-me convosco, tenho a impressão de que metade de meu sofrimento desapareceu... ao desejar (especialmente uma noite) ter em meus braços o meu amor e beijar-lhe dentro em breve os lindos seios. Escrito com a mão daquele que foi, é e será vosso por vontade dele, *H. R.*[11]

Ao se reunirem o parlamento e, por seu lado, o sínodo (15 de janeiro de 1532), Henrique obteve de tôdas as quatro câmaras novas leis anticlericais: o clérigo, abaixo do grau de subdiácono, quando acusado de felonia, seria julgado pelos tribunais civis; as taxas e multas nas cortes eclesiásticas seriam reduzidas; as taxas obituárias dos eclesiásticos e as requeridas para homologação de testamentos seriam diminuídas ou abolidas; as anatas (renda do primeiro ano de um prelado recentemente nomeado) não mais seriam pagas ao papa, bem como cessaria a transferência de fundos da Inglaterra para Roma, para dispensas, indulgências e outros serviços papais. Insinuou-se habilmente junto à Cúria que as anatas seriam restituídas ao papa se o casamento com Catarina fosse anulado.

Naquela ocasião, a maioria dos bispos já havia sido conquistada para o ponto de vista de que eles não perderiam coisa alguma em autoridade ou rendas se a Igreja da Inglaterra ficasse independente de Roma. Em março de 1532, o clero, em seu sínodo, anunciou que estava preparado para separar-se do papado: "Possa ser do agrado de Vossa Graça mandar cessar essas injustas exigências.... E, no caso que o Papa queira instaurar um processo contra este reino para obter as anatas... possa agradar a Vossa Majestade ordenar no presente parlamento que se retire da Igreja de Roma a obediência de Vossa Majestade e do povo".[12] Em 15 de maio, o clero apresentou ao rei a garantia de que submeteria todas as suas leis subseqüentes a um comitê — metade leigos, metade clérigos — com poderes para vetar quaisquer disposições que julgasse nocivas ao reino. Assim, naquele "Parlamento da Reforma" e no sínodo que marcaram época na história, nasceu a Igreja da Inglaterra, a qual se tornou uma arma e um súdito do Estado.

No dia 16 de maio, Thomas More, tendo falhado em deter a maré anticlerical, resignou o cargo que ocupava de chanceler e recolheu-se à vida privada. Em agosto, o arcebispo Warham morria, depois de ditar, no leito de morte, seu repúdio à submissão do clero ao rei. Henrique nomeou Thomas Audley para o lugar de More e Thomas Cranmer para o de Warham. A revolução prosseguiu em sua marcha. Em fevereiro de 1533, o parlamento expediu o "Estatuto de Apelos", pelo qual todo litígio que anteriormente era enviado a Roma passava, doravante, a ser decidido "nos tribunais espirituais e temporais do reino, independentemente de qualquer... inibição, excomunhão ou interdição estranhas".[13]

Em 15 de janeiro de 1533, Henrique casou-se com Ana Bolena, que já estava grávida de quatro meses.[14] Tinha agora razões urgentes para anular a união com Catarina: Tendo feito, sem resultado, outro apelo ao Papa, obteve do sínodo do clero a aprovação do "divórcio" (abril de 1533); em 23 de maio, Cranmer, como arcebispo de Cantuária, declarou ilegal e nulo o casamento com Catarina, e, em 28 de maio, declarou Ana a esposa legal de Henrique. Três dias depois, Ana, em um vestido de brocado e coberta de jóias, seguiu para sua coroação como rainha da Inglaterra, em majestoso carro, delineado segundo a tradição por Hans Holbein, o Moço. Em meio à exaltação, ela notou o silêncio desaprovador da multidão. Talvez tivesse perguntado a

si mesma quanto tempo sua cabeça inquieta iria usar a coroa. O Papa Clemente declarou nulo o novo casamento e ilegítima sua futura descendência e excomungou o rei (11 de julho de 1533). Em 7 de setembro, nascia Elizabeth. O embaixador de Carlos informou-o de que a amante do rei havia dado à luz um bastardo.[15]

O parlamento, que havia adiado os trabalhos a 4 de maio, reabriu as sessões em 15 de janeiro de 1534. A coroa apropriou-se definitivamente das anatas e de outras rendas do papa, e a nomeação dos bispos tornou-se, por lei, como já era na prática, uma prerrogativa do rei. As acusações por heresia passaram da jurisdição clerical para a civil.

Em 1533, Elizabeth Barton, uma freira de Kent, anunciou que tinha recebido ordens de Deus para condenar o novo casamento do rei, acrescentando que lhe tinha sido permitido ver o lugar que estava sendo preparado no inferno para Henrique. A corte real submeteu-a a severo exame e arrancou-lhe a confissão de que suas revelações eram imposturas e que havia permitido a outras pessoas que delas se servissem em uma conspiração para destronar o rei.[16] Ela e seis "cúmplices" foram julgados pela Câmara dos *Lordes*. Tendo sido declarados culpados, foram executados (5 de maio de 1534). O bispo Fisher foi acusado de ter tido conhecimento da conspiração e de não ter prevenido o governo; foi também acusado de ter estado, juntamente com Catarina, a par de um plano, concebido por Chapuys e desencorajado por Carlos, para uma invasão da Inglaterra, a qual devia coincidir com uma insurreição dos partidários de Catarina.[17] Fisher negou as acusações, mas permaneceu sob suspeita de traição.

O mais agressivo agente de Henrique, nessa questões, foi Thomas Cromwell. Nascido em 1485, filho de um ferreiro de Putney, cresceu em meio à pobreza e dificuldades, e, durante alguns anos, errou, praticamente como vagabundo, pela França e Itália. Voltando à Inglaterra, entrou no negócio de tecidos, tornou-se agiota e enriqueceu. Serviu Wolsey fielmente durante cinco anos, defendeu-o na adversidade e ganhou a consideração de Henrique por sua operosidade e lealdade. Foi sucessivamente chanceler do erário, chefe dos registros e (maio de 1534) secretário do rei. De 1531 a 1540, foi o principal administrador do governo, como o obediente executor da vontade de Sua Majestade. Seus inimigos aristocráticos, que o desprezavam e o tinham na conta de adventício e símbolo de seus prósperos rivais, os negociantes, acusaram-no de praticar os princípios de *O Príncipe* de Maquiavel, de aceitar propinas, vender cargos e de amar desordenadamente a riqueza e o poder. Seu objetivo, que ele quase não procurava dissimular, era tornar o rei a figura suprema em todas as fases da vida inglesa e financiar uma monarquia absoluta com a riqueza confiscada à Igreja. Ao prosseguir em seus objetivos, demonstrou consumada e inescrupulosa habilidade, multiplicou a fortuna e ganhou todas as batalhas, exceto a última.

Foi provavelmente por sugestão de Cromwell e por meio de suas manobras que Henrique, inquieto com a crescente hostilidade do povo, persuadiu o parlamento a aprovar o Ato de Sucessão (30 de março de 1534), que declarou sem valor o casamento com Catarina, transformou Maria em bastarda, nomeou Elizabeth herdeira do trono, a menos que Ana tivesse um filho, e declarou ser crime capital questionar a validade do casamento de Ana com o rei ou a legitimidade de sua descendência. Todos os ingleses, homens e mulheres, de conformidade com esse Ato, tinham de prestar juramento de lealdade ao rei. Comissários reais, apoiados por soldados, percorriam o país e entravam nas casas, castelos, mosteiros e conventos e exigiam o juramento Somente uns poucos se recusaram a fazê-lo; entre eles, achavam-se o bispo Fisher e Thomas

More. Prontificaram-se a fazer juramento para a sucessão, mas não para as outras disposições do Ato. Foram encarcerados na Torre. Finalmente, o parlamento votou os decisivos Estatutos de Supremacia (11 de novembro de 1534): estes reafirmavam a soberania do rei sobre a Igreja e o Estado na Inglaterra, batizavam a nova Igreja nacional com o nome de *Ecclesia Anglicana* (Igreja Anglicana) e davam ao rei todos os poderes sobre moral, organizações, heresias, credo e reforma eclesiástica que até então cabiam à Igreja. O Ato considerava traição falar ou escrever sobre o rei, como usurpador, tirano, cismático, herege ou infiel. Foi exigido de todos os bispos novo juramento; deviam aceitar a supremacia civil e eclesiástica do rei sem a ressalva de "enquanto a lei de Cristo o permitir" e não deveriam consentir, no futuro, o reinício de qualquer atividade do papa na Inglaterra.

Todas as forças do governo foram empregadas para paralisar a oposição a esses decretos sem precedentes. Em geral, o clero secular aparentara submeter-se a eles. Muitos monges e frades, que tinham confessado direta obediência ao papa, esquivaram-se de fazer os juramentos, e sua recusa influiu na decisão do rei, mais tarde, de fechar os mosteiros. Henrique e Cromwell enfureceram-se com a resistência dos frades da Charterthouse, mosteiro dos cartuxos em Londres. Três priores cartuxos procuraram Cromwell e explicaram-lhe que não podiam reconhecer qualquer leigo como chefe da Igreja na Inglaterra; Cromwell enviou-os para a Torre. Em 26 de abril de 1535, eles, juntamente com outro frade e um sacerdote secular, foram julgados pelos juízes do rei que se mostraram inclinados a perdoá-los; mas Cromwell, temendo que tal clemência estimulasse uma resistência mais generalizada, exigiu sentença condenatória, e os juízes tiveram de ceder. Em 3 de maio, todos os cinco homens, ainda recusando a aceitar o Ato da Supremacia, foram arrastados em uma carreta para Tyburn e um após outro enforcado, cortado vivo, destripado e esquartejado[18]. Um braço cortado foi pendurado sobre o arco de entrada do mosteiro, como advertência para os restantes frades; mas nenhum deles voltou atrás em sua recusa. Três foram encerrados na Torre; foram amarrados a pilares com faixas de ferro em volta do pescoço e dos pés; e durante 17 dias foram obrigados a ficar nessa posição; eram alimentados nessa posição, sem que houvesse qualquer folga para a satisfação de suas necessidades naturais. Os restantes cartuxos, que ainda se obstinavam em não aceitar o Ato da Supremacia, foram dispersados por outros mosteiros, com exceção de 10 que ficaram prisioneiros em Newgate; nove destes morreram da "febre e imundície da prisão".[19]

Tornou-se então Henrique o único juiz no qual, em religião e política, o povo inglês devia crer. Como sua teologia era ainda católica, sob todos os aspectos, salvo o poder papal, adotou como princípio perseguir imparcialmente os protestantes que criticassem o dogma católico e os católicos que criticassem sua supremacia eclesiástica. De fato, a perseguição à heresia continuou e havia de continuar durante todo o seu reinado. Em 1531, por ordem do chanceler More, Thomas Bilney foi queimado na fogueira por falar contra as imagens religiosas, as peregrinações e as orações em favor dos mortos. James Bainham foi preso por sustentar que Cristo estava apenas espiritualmente presente na eucaristia; torturaram-no para arrancar-lhe os nomes de outros hereges; ele resistiu, porém, e foi, queimado em Smithfield, em abril de 1532. Dois outros foram queimados na fogueira, naquele ano; o bispo de Lincoln ofereceu uma indulgência de 40 dias para os bons cristãos que levassem um feixe de lenha para alimentar a fogueira.[20]

Esse reinado de terror alcançou o ponto culminante com a perseguição contra Fis-

her e More. Erasmo descreveu o bispo de Rochester como "uma pessoa dotada de todas as virtudes".[21] Mas o próprio Fisher havia sido culpado de perseguições e tinha-se unido ao embaixador espanhol para aconselhar Carlos a invadir a Inglaterra e depor Henrique.[22] Pela lei, tinha cometido uma traição ao Estado, o qual não podia perdoá-lo sob a alegação de que fora fiel à Igreja. O novo pontífice, Paulo III, cometeu o erro de nomear cardeal o bispo prisioneiro. Conquanto Fisher declarasse que não procurara essa honra, Henrique interpretou a nomeação como um desafio. No dia 17 de junho de 1535, o bispo, que contava então 80 anos, foi submetido ao último julgamento; novamente recusou-se a assinar o juramento de que reconhecia Henrique como o chefe da Igreja Inglesa. Em 22 de junho, foi levado para o cepo, na Colina da Torre, uma testemunha ocular descreveu "um corpo comprido e magro, só pele e ossos, de modo que todo o mundo que lá o viu maravilhou-se de ver que um homem, vivo ainda, pudesse estar de tal forma consumido fisicamente".[23] No cadafalso, ofereceram-lhe o perdão se fizesse o juramento; recusou-o. Decepada a cabeça, colocaram-na sobre a Ponte de Londres; podia agora, se pudesse, disse Henrique, ir a Roma receber o chapéu cardinalício.[24]

II. O UTOPISTA

O pai de Thomas More era um brilhante advogado e preeminente juiz. Thomas recebeu sua educação na Escola de Santo Antônio, em Londres; foi contratado como pajem para o arcebispo Morton, pelo qual foi confirmado na ortodoxia, integridade e verdadeira piedade. Morton predisse — ao que consta — que "essa criança aqui que serve à mesa... será, sem dúvida, um homem extraordinário".[25] Aos 15 anos, o jovem seguiu para Oxford e logo se sentiu tão fascinado pela literatura clássica que o pai, para evitar que ele se tornasse um erudito sem dinheiro, tirou-o da universidade e enviou-o para Londres a fim de ali estudar Direito. As Universidades de Oxford e Cambridge ainda tinham em mira preparar estudantes para a carreira eclesiástica; New Inn e Lincoln's Inn preparavam os homens que mais tarde passaram a ocupar os cargos do clero no governo da Inglaterra. Somente oito membros da Câmara dos Comuns, no parlamento, ao tempo da Reforma (1529-37), tinham recebido educação universitária, ao passo que uma crescente proporção era constituída de advogados e negociantes.

Em 1499, com a idade de 21 anos, More conheceu Erasmo e ficou fascinado pelo humanismo. A amizade de ambos constitui uma das essências fragrantes daquele tempo. Eram dados à comedida alegria e apimentavam seus estudos com bem-humorada sátira. Ambos detestavam a filosofia escolástica, cujas sutilezas, dizia More, eram tão lucrativas quanto o leite que se tirasse de uma cabra para uma vasilha furada.[26] Ambos esperavam por uma reforma que partisse da própria Igreja, evitando assim a desorganização violenta da unidade religiosa e de sua continuidade histórica. More não se igualava a Erasmo em saber e tolerância; de fato, sua habitual cortesia e generosidade eram muitas vezes interrompidas por fortes paixões, até mesmo por certo fanatismo; nas controvérsias, entregava-se, vez por outra, como todos os seus contemporâneos, a ferozes invectivas e rudes censuras.[27] Mas era superior a Erasmo em coragem, senso de humor e devoção a uma causa. As cartas que trocaram constituem precioso testemunho dos encantos de uma época nada agradável. "Adeus" — termi-

na More em uma delas — "queridíssimo Erasmo, mais precioso para mim do que meus olhos!"[28]

Foi um dos homens mais religiosos do século, deixando envergonhados com sua piedade de leigo os eclesiásticos que levavam vida mundana, a Wolsey, por exemplo. Aos 23 quando já estava adiantado no estudo da advocacia, pensou em tornar-se sacerdote. Fez preleções públicas (1501) sobre a *Cidade de Deus*, de Santo Agostinho, e tendo mestres já idosos, como Grocyn, entre seus assistentes. Embora criticasse os monges por infringir suas regras, admirava com fervor o estado monástico sincero e muitas vezes sentia não o ter escolhido. Usou durante muito tempo uma camisa de pêlo de cavalo sobre a pele, a qual o incomodava tanto que de quando em vez o feria a ponto de manchar de sangue a roupa. Acreditava em milagres e nas lendas dos santos, em relíquias terapêuticas, imagens religiosas e peregrinações[29] e escreveu obras devotas, que obedeciam à disposição daqueles tempos medievais, nas quais dizia que a vida é uma prisão e que o objetivo da religião e da filosofia seria preparar-nos para a morte. Casou-se duas vezes e criou muitos filhos dentro da disciplina cristã, ao mesmo tempo sóbrio e alegre, com freqüentes orações, amor mútuo e inteira confiança na Providência. A "Casa Senhorial", em Chelsea, para a qual se mudou em 1523, tornou-se célebre pela sua biblioteca e galeria e pelos jardins que se estendiam por umas 100 jardas até ao Tâmisa.

Aos 26 anos (1504), foi eleito deputado municipal para o parlamento. Ali argumentou com tanto brilho contra uma medida proposta por Henrique VII que o rei o prendeu por algum tempo, multando ao mesmo tempo o pai como um meio tortuoso de ensinar o jovem orador a apreciar os confortos do conformismo. Ao se encerrarem os trabalhos desse parlamento, More recolheu-se à vida privada e prosperou na advocacia. Em 1509, foi persuadido a assumir a função de subprefeito na cidade — *i.e.*, na antiga Londres, ao norte do Tâmisa. A função, que se adaptava ao seu temperamento, era mais judicial do que arriscada. Suas sentenças deram-lhe muito renome, pela sabedoria e imparcialidade, e a delicada recusa de presentes dos litigantes violava precedentes de uma época desonrosa e que ainda vigoravam ao tempo de Francis Bacon. Voltou logo depois ao parlamento; por volta de 1515, era o presidente da Câmara dos Comuns.

Em uma célebre carta a Hutten (23 de julho de 1517), Erasmo descreveu More como de altura mediana, pálido, cabelo castanho avermelhado, indiferente ao traje e às formalidades, comedido na alimentação e bebida, gênio alegre, sempre pronto a sorrir, inclinado a pilhérias e travessuras e mantendo em sua casa um truão, um macaco e muitos animaizinhos de estimação; "todos os pássaros de Chelsea procuravam-no para serem alimentados". Marido fiel, pai amante e venerado, orador convincente, conselheiro judicioso, homem atento à caridade e muito cordial — "enfim", concluía essa amável descrição, "que foi que a Natureza chegou a criar que fosse mais amável, mais doce e mais alegre que o gênio de Thomas More?"[30]

Ele achou tempo para escrever livros. Começou a *História de Ricardo III,* mas como seu conteúdo era nitidamente contra a autocracia e esta permanecia no trono, achou discreto evitar a fatalidade que forçosamente adviria com a impressão. Foi publicada depois de sua morte; Shakespeare baseou um de seus dramas nela, e à biografia feita pelo drama talvez caiba parte da responsabilidade pelo caráter de que Ricardo goza. Em 1516, como se lançasse mão de algo confidencial, More surge com um livro em latim, um dos livros mais célebres, criando uma palavra, estabelecendo um precedente

e um passo rumo às utopias modernas, antecipando metade do socialismo e exprimindo tais críticas contra a economia, sociedade e governo da Inglaterra que, novamente, sobrepôs a discrição ao valor; mandou publicar o livro no estrangeiro em seis edições latinas antes de deixá-lo imprimir, em latim, na Inglaterra. Declarou tê-lo escrito por prazer, sem intenção de torná-lo público; agradeceu, porém, a Erasmo por ter-lhe dado uma vista de olhos quando, no prelo, em Louvain.[31] Foi traduzido para o alemão, italiano e francês antes que aparecesse a primeira versão inglesa (1551), 16 anos depois da morte do autor. Em 1520, deu o que falar no Continente.

More chamara-o *Nusquama*, Nenhures. Não sabemos quem teve a feliz idéia de trocar este título, na impressão, pelo vocábulo grego equivalente à Utopia.[32] A *mise-en-scène* da história era tão engenhosa que muitos leitores a consideravam verídica; constou que um missionário planejara ir converter os utopistas ao cristianismo.[33] More havia sido enviado por Henrique VIII, em uma embaixada, a Bruges (1515); dali passou para Antuérpia com uma carta de apresentação que Erasmo lhe dera para Peter Giles, o escrivão da cidade. Dizia o prólogo que Giles havia apresentado More a um marinheiro português barbado, gasto pelo tempo, chamado Rafael Hythlodaye (vocábulo grego para "hábil em bobagens") que havia navegado com Américo Vespúcio em 1504, feito a volta do globo (seis anos antes da viagem de Magalhães) e visitado, no Novo Mundo, uma ilha feliz, cujos habitantes tinham solucionado muitos dos problemas que afligiam o mundo naquele tempo. A edição de Louvain tornou a mistificação mais plausível acrescentando à obra uma gravura, em madeira, da ilha e uma amostra da língua da Utopia. Somente um lapso é que traiu a história: Hythlodaye passara a elogiar o arcebispo Morton[34] em termos mais naturais para a gratidão de More do que para a experiência de um marinheiro.

O imaginário Magalhães descreve o comunismo dos habitantes da ilha:

> Entre os utopistas... como tudo era em comum, todos os homens tinham abundância de todas as coisas.... Comparo-os com muitas nações... onde todo homem proclama serem seus bens particulares tudo aquilo que ele possui.... Sou da opinião de Platão... de que todo homem deve ter porções iguais de riqueza e comodidades e gozá-las também dentro do espírito de igualdade.... Pois, onde todo homem, sob certos títulos e pretensões, tira e arranca para si tudo o que pode, de modo que uns poucos é que dividem entre si todas as riquezas... o que resta é miséria e pobreza.[35]

Na Utopia cada homem leva seus produtos para o armazém comum e recebe uma quota de acordo com suas necessidades. Ninguém exige mais do que o suficiente, pois a segurança na necessidade evita a ganância. As refeições são feitas em comum, mas se um homem quiser, poderá comer em casa. Não há dinheiro na Utopia, nem compra barata nem venda cara; desconhecem-se os males da burla, do furto e das brigas pela propriedade. O ouro é usado, não como moeda, porém para fazer coisas úteis, por exemplo, vasos. Não há fome nem carestia, pois os armazéns da comunidade mantêm uma reserva para as emergências. Toda a família se empenha em trabalhos de agricultura e indústria, tanto os homens como as mulheres. A fim de se conseguir uma produção adequada, todo adulto tem de trabalhar seis horas por dia, sendo a escolha da ocupação limitada pelas necessidades coletivas. Os utopistas são livres no sentido de libertos da fome e dos temores, mas não o são para viver do trabalho de outrem. Há leis na Utopia, mas são simples e poucas; espera-se, pois, que todo ho-

mem trate de seu próprio caso, não sendo permitidos advogados. Aqueles que violarem as leis serão condenados a servir, durante algum tempo, à comunidade, como escravos; são encarregados das tarefas mais desagradáveis; mas, depois de terminadas, voltam a ter a mesma igualdade de direitos de seus companheiros. Aqueles que cometerem repetidas transgressões de caráter grave são condenados à morte. O suprimento de escravo é aumentado pelo resgate de prisioneiros condenados à morte em outros países.

A unidade da sociedade, na Utopia, é a família patriarcal. "As esposas auxiliam os maridos, os filhos aos pais".[36] A monogamia é a única forma de união sexual que se permite. Antes do casamento, os noivos são aconselhados a contemplar a nudez do outro de modo que os defeitos físicos possam ser revelados em tempo; se forem graves, poder-se-á anular o contrato de casamento. A mulher, depois do casamento, passa a viver com o marido na casa do pai. Permite-se o divórcio por motivo de adultério e por livre e mútuo consentimento, sujeito à aprovação do conselho da comunidade. Anualmente, cada 30 famílias escolhe um chefe para governá-las; cada 10 chefes escolhem um chefe principal para administrar um distrito de 300 famílias. Os 200 chefes servem como conselho nacional, o qual elege para sempre o príncipe ou o rei.

A obrigação básica dos chefes é preservar a saúde da comunidade provendo-a de água limpa, serviços sanitários públicos e serviços médicos e hospitalares, pois a saúde constitui o maior de todos os bens terrenos. Os governantes organizam a educação para crianças e adultos; insistem no preparo profissional, patrocinam as ciências e desencorajam a astrologia, quiromancia e superstição. Podem decretar guerras contra outros povos se julgarem que o bem da comunidade o exige. "Consideram como a mais justa causa de guerra, quando um povo retém um pedaço de terra desabitado e sem utilidade alguma, impedindo que outros dele se possam servir ou tomar posse, os quais... pela lei da natureza deviam ser por ele alimentados e aliviados".[37] (Era a defesa da colonização da América?) Mas os utopistas não glorificam a guerra; "odeiam-na como simplesmente brutal... e, contrariamente aos sentimentos de quase todas as outras nações, nada consideram mais ignominioso do que a glória derivada da guerra".[38]

A religião na Utopia não é, por assim dizer, inteiramente livre. Tem-se tolerância para qualquer credo, exceto o ateísmo e a negação da imortalidade humana. O utopista pode, se quiser, adorar o sol e a lua. Mas aqueles que empregarem a violência, quer em atos quer em palavras, contra qualquer religião reconhecida, serão presos e punidos, pois as leis procuram impedir os conflitos religiosos.[39] Aqueles que negam a imortalidade não são punidos, mas excluídos dos cargos e proibidos de expressar suas opiniões, salvo aos sacerdotes ou "homens de certa importância". Por outro lado, "seria legal que todos favorecessem e seguissem a religião que quisessem... e se esforçassem por fazer que outros adotassem a sua opinião, contanto que o fizessem pacificamente... e sobriamente, sem pressa e sem censuras ou ataques contra outrem".[40] Assim, na Utopia, há várias religiões, mas "a maioria e os mais sensatos... acreditam que há um certo poder divino desconhecido, eterno, incompreensível, inexplicável e que está acima do alcance e da capacidade do espírito do homem, disperso pelo mundo".[41] Permitia-se o monasticismo, contanto que os monges se ocupassem com obras de caridade e trabalhos úteis à comunidade, tais como a reparação de pontes e estradas, limpeza de fossos, corte de madeiras, e atuassem como empregados, mesmo como servos; podiam casar-se se desejassem. Havia sacerdotes, os quais podiam também

casar-se. O Estado observava como festa religiosa o primeiro e o último dia de cada mês, mas nos ofícios religiosos desses feriados "não se via imagem alguma de um deus na igreja" e "só se poderiam fazer orações que não ofendessem a qualquer seita".[42] Em cada um desses feriados, as esposas e os filhos prostravam-se diante dos maridos e pais e pediam perdão por qualquer ofensa que tivessem cometido ou por qualquer obrigação que tivessem deixado de cumprir; ninguém poderia ir à igreja enquanto não estivesse em paz com seu inimigo. É uma feição cristã, mas o jovem humanismo aparece no aceitar parcialmente a teoria dos gregos sobre o suicídio: se um homem sofre de moléstia dolorosa e incurável, é permitido e encorajado para que termine com sua vida. Em outros casos, More acredita, o suicídio é covardia e o corpo devia ser "lançado insepulto em algum pântano fétido".[43]

Não sabemos quanto desse livro representava de conclusões do próprio More, quanto de Erasmo e quanto de imaginação meio brincalhona. Contudo, o jovem estadista teve o cuidado de desligar-se do socialismo de seus utopistas: "Sou de opinião", aparece ele dizendo a Hythlodaye, "que o homem jamais viverá com fartura onde tudo se acha em comum. Pois, como pode haver abundância de bens... onde os próprios ganhos do homem não o conduzem ao trabalho e, sim, à esperança que tem no trabalho de outrem e que o deixa indolente.... Não é possível que tudo esteja bem, salvo se todos os homens forem bons — o que, penso, não se dará ainda por muitos e muitos anos".[44] Contudo, certa simpatia pelas aspirações dos radicais deve ter inspirado um quadro assim tão extenso do ideal comunista. Outras páginas da *Utopia* criticavam com muita severidade a exploração dos pobres pelos ricos. As terras cercadas pelos lordes ingleses, que outrora eram comuns a todos, são condenadas com tais minúcias e espírito que até parecia improvável partisse a crítica de um estrangeiro. Diz Hythlodaye a More:

> A ambição desarrazoada de alguns tende a desgraçar completamente vossa ilha.... Não tolereis que esses homens ricos açambarquem tudo e façam o monopólio do mercado como muito bem lhes apetece.[45]... Quando considero e peso em meu espírito todas essas comunidades que agora florescem por toda parte, nada percebo — que Deus me ajude — senão certa conspiração dos ricos para desenvolver suas próprias comodidades sob o nome e o título de comunidade. Eles inventam e lançam mão de todos os meios e artifícios... como contratar e aproveitar-se do... trabalho do pobre com menos dinheiro possível.... E esses processos são depois transformados em leis.[46]

É quase a voz de Karl Marx agitando o mundo de um pedacinho de espaço no Museu Britânico. Certamente a Utopia constitui uma das mais poderosas e também uma das primeiras acusações contra o sistema econômico que prevaleceu na Europa moderna até o século XX, e permanece como um economia planejada para a felicidade do Estado contemporâneo.

III. O MÁRTIR

Como se explica que um homem com essas idéias tumultuando sua cabeça tivesse sido nomeado para o conselho de Henrique VIII, no ano que se seguiu à publicação da *Utopia*? Provavelmente o rei, a despeito de sua fama de homem culto, não teve paciência de ler o livro em latim e morreu antes que tivesse sido traduzido para o in-

glês. More mantinha suas idéias radicais no círculo de seus amigos. Henrique conhecia-o como uma rara síntese de capacidade e integridade; considerava-o uma ligação com a Câmara dos Comuns; fê-lo cavaleiro, subtesoureiro (1521) e confiou-lhe delicadas tarefas diplomáticas. More opôs-se à política estrangeira pela qual Wolsey levou a Inglaterra à guerra contra Carlos V; o imperador, na opinião de More, não só dispunha de terríveis recursos como também representava o heróico defensor da cristandade contra os turcos. Quando Wolsey caiu, More esqueceu-se de tal modo de suas maneiras que passou a rever, no parlamento, as faltas e erros que haviam causado a queda. Como chefe da oposição, foi o sucessor lógico do cardeal e, durante 31 meses, foi chanceler da Inglaterra.

Mas o verdadeiro sucessor de Wolsey era o rei. Henrique havia descoberto sua própria força e capacidade e estava resolvido — disse ele — a desembaraçar-se de um papado hostil e obstrutor, e a legitimar sua união com a mulher que amava, a qual lhe podia dar um herdeiro para o trono. More não se viu à testa da política; ao contrário, tornou-se um servo de objetivos que feriam profundamente seu espírito leal. Sua consolação foi escrever livros contra a teologia protestante e perseguir os chefes protestantes. Em *Um Diálogo sobre a Heresia* (1528) e obras posteriores, concordou com Fernando II, Calvino e os príncipes luteranos sobre a necessidade da união religiosa para o fortalecimento do país e da paz. Temia que os ingleses se dividissem em uma dezena ou centenas de seitas religiosas. Ele que havia defendido a tradução latina que Erasmo fizera do Novo Testamento protestou contra a versão inglesa de Tyndale, dizendo que deturpava o texto para provar as teorias dos luteranos; achava que as traduções da Bíblia não deviam transformar-se em armas para os filósofos de tavernas. Em todo o caso — sustentava — a Igreja era demasiado preciosa como veículo de disciplina, consolação e inspiração para ser destruída pelo raciocínio apressado de orgulhosos contendores.

Dessa disposição de espírito passou a abordar o sacrifício de protestantes na fogueira. Contesta a acusação de que tivesse flagelado em sua própria casa um homem por heresia;[47] o relato que More faz do ofensor parece muito afastado da teologia: "Se ele espiava qualquer mulher ajoelhada" na oração e "se ela estivesse muito cabisbaixa em suas meditações, ele se insinuava então por detrás e... esforçava-se por levantar-lhe o vestido bem para cima da cabeça".[48] Podia ser que, nas três sentenças de morte pronunciadas em sua diocese, durante sua função de chanceler, estivesse obedecendo à lei que exigia que o Estado prestasse serviço na qualidade de braço secular das cortes eclesiásticas;[49] não há dúvida, porém, de que ele aprovou as condenações à fogueira.[50] Não admitia inconsistência entre sua conduta e a grande tolerância para com as diferenças religiosas em sua *Utopia*; pois, mesmo neste livro, tinham recusado tolerância para com os ateus, os que negavam a imortalidade e os hereges que recorriam à violência ou vitupérios. Contudo, ele mesmo foi culpado de vitupério no argumentar contra os protestantes ingleses.

> "Não obstante, há porcos que não só recebem instrução como também a enxovalham e há cães que estraçalham com os dentes toda a boa cultura... A tais cães os homens não só devem pregar como devem também açoitar e surrar bastante para evitar que dilacerem com os dentes a boa cultura... até que fiquem quietos e ouçam o que lhes é dito. Por tais meios, evitar-se-á que os porcos façam mal, e os cães acabam muitas vezes aprendendo bem que... aprendem a dançar ao toque da flauta do dono, tal a eficiência do castigo, ao passo que umas simples lições sem

surra de nada adiantam. E quem agora se assemelha mais propriamente a tais cães do que esses hereges que ladram contra os sagrados sacramentos?... E quem são mais propriamente tais porcos do que esses hereges de nossos dias, essa classe sórdida como jamais foi vista, que conspurca todo voto santo de castidade... transformando-o em uma liberdade vergonhosa e imunda dos frades de poderem casar-se com freiras?"[51]

O momento chegou quando More considerou Henrique o mais perigoso dos hereges. Recusou-se a aprovar o casamento com Ana Bolena, e viu na legislação anticlerical de 1529-32 um ruinoso atentado contra uma Igreja que, a seu ver, constituía uma base indispensável da ordem social. Ao deixar seu cargo para recolher-se à vida privada, em Chelsea (1532), estava ainda no melhor de sua condição física, aos 54 anos, mas suspeitava que não lhe restava muito mais tempo de vida. Tentou preparar a família para a tragédia ao falar (segundo relata seu genro William Roper)

das vidas dos santos mártires e da... sua maravilhosa paciência, e suas paixões (sofrimentos) e mortes que preferiram sofrer a ofender a Deus, e que coisa feliz e abençoada era, por amor a Deus, a perda de gêneros, a prisão, a perda de terras e também da vida. E lhes disse ainda acreditar piamente que, se percebesse que seus filhos o encorajavam a morrer por uma boa causa, ser-lhe-ia confortante, pela alegria que sentiria, correr alegremente para a morte.[52]

Suas expectativas foram satisfeitas. Em princípios de 1534, foi acusado de ter estado a par de uma conspiração relacionada com a freira de Kent. Admitiu que a tinha visto e acreditado que ele era uma iluminada, mas negou que tivesse tido qualquer conhecimento da conspiração. Cromwell recomendou que o perdoassem; Henrique aceitou a recomendação. Mas em 17 de abril, More foi encerrado na Torre por ter recusado jurar fidelidade ao Ato de Sucessão, o qual, conforme lhe fora apresentado, envolvia o repúdio da supremacia do papa sobre a Igreja, na Inglaterra. Sua filha predileta, Margarida, escreveu-lhe que fizesse o juramento; respondeu que sua súplica lhe causara mais dor que sua prisão. Sua (segunda) esposa visitou-o na Torre (conforme Roper) e censurou-lhe a teimosia:

Ora, sim senhor, Sr. More, estou admirada de que vós, que até aqui fostes sempre considerado homem sensato, desejais agora agir como tolo, ficando encerrado aqui nesta prisão estreita e imunda e sintais prazer em ficar no meio de ratos e camundongos, quando podíeis estar fora, em liberdade, gozando dos favores e da boa vontade do rei e de seu conselho, se fizésseis o que todos os bispos e os mais sábios deste reino fizeram. E ver que tendes em Chelsea uma esplêndida casa, vossa biblioteca, livros, galeria, jardim, pomar e todas as demais coisas necessárias, onde podíeis, em minha companhia, de mim, vossa esposa, de vossos filhos, e em vossa casa, ter alegria, fico imaginando por que pretendeis demorar-vos aqui.[53]

Fizeram-se outros esforços para demovê-lo de seu intento, mas sorridentemente resistiu a todos eles.

Em 1º de julho de 1535 levaram-no a um último julgamento. Defendeu-se bem, mas foi acusado de traição. Ao voltar de Westminster para a Torre, sua filha Margarida duas vezes rompeu a guarda que o cercava e abraçou-o. Ele lhe deu a última bênção. Na véspera de sua execução, enviou sua camisa de pêlo para Margarida com a mensagem de que "amanhã é um dia muito apropriado" para "ir para Deus"...

Adeus, minha querida filha, orai por mim; eu orarei por vós e por todos os vossos amigos para que possamos encontrar-nos todos no céu".[54] Ao subir ao cadafalso (7 de julho) e ao achá-lo tão fraco, ameaçando de tombar, disse para um dos acompanhantes: "Peço-vos, senhor tenente, que providencieis minha subida com segurança; quanto à minha queda eu mesmo tratarei de proteger-me".[55] O carrasco pediu-lhe perdão; More abraçou-o. Henrique deu ordens para que deixasse o prisioneiro dizer apenas poucas palavras. More pediu aos espectadores que rezassem por ele e "fossem testemunhas de que ele... sofria a morte com a fé e pela fé da santa Igreja Católica". Pediu depois que fizessem uma prece pelo rei, para que Deus lhe desse bons conselhos, e protestou que morria como bom servo do rei, mas acima de tudo como servo de Deus.[56] Repetiu o salmo LV. Pousou depois a cabeça sobre o cepo, arranjando cuidadosamente sua comprida barba branca para que nada sofresse: "pena que seja cortada esta cabeça que não cometeu traição alguma", disse.[57] A cabeça de Thomas More foi afixada na Ponte de Londres.

Uma onda de terror passou pela Inglaterra, que compreendeu então a resoluta inclemência do rei. A Europa estremeceu horrorizada. Erasmo achou que ele mesmo tinha morrido, pois "tínhamos apenas uma alma entre nós";[58] declarou que não desejava viver mais e, de fato, um ano depois morria. Ao ter notícia do acontecimento, Carlos V disse ao embaixador inglês: "Se eu tivesse sido o senhor deste servo, do qual eu mesmo recebi durante estes muitos anos não pouca experiência, preferiria ter perdido a melhor cidade em meus domínios do que um conselheiro assim tão valoroso".[59] O Papa Paulo III formulou uma bula de excomunhão, colocando Henrique fora da cristandade, interditando todos os serviços religiosos na Inglaterra, proibindo todo o comércio com ela, absolvendo todos os súditos ingleses de seus juramentos de fidelidade para o rei e ordenando-lhes, a eles e a todos os príncipes cristãos, que o depusessem. Como Carlos e Francisco não quisessem consentir tais medidas, o Papa não expediu a bula até 1538. Quando a promulgou, Carlos e Francisco proibiram sua publicação em seus reinos, não concordando com o Papa sobre a situação de poder ele estabelecer sanções contra os reis. O fracasso dessa bula assinalou novamente o declínio da autoridade papal e o início da soberania do Estado nacional.

O deão Swift considerava More o homem "de maior valor" — talvez usando essa palavra no antigo sentido de coragem — "que este reino jamais produziu".[60] No quarto centenário da execução dele, a Igreja de Roma inscreveu Thomas More e John Fisher entre seus santos.

IV. A HISTÓRIA DE TRÊS RAINHAS

Uns 30 meses depois da morte de More, Henrique VIII perdeu três de suas seis rainhas. Catarina de Aragão definhava em seu retiro, no norte, declarando-se ainda a única esposa legal de Henrique e, por direito, rainha de Inglaterra. Suas fiéis damas de honor continuavam a dar-lhe esse título. Em 1535, foi removida para o castelo de Kimbalton, nas imediações de Huntingdon, onde se recolheu a um quarto, dali só saindo para assistir à missa. Recebia visitas e "a elas tratava muito cortesmente".[61] Maria, que contava agora 19 anos, foi conservada em Hatfield, que ficava apenas a 20 milhas de distância. Não permitiam que mãe e filha se vissem; estavam proibidas de comunicarem-se uma com a outra. Mas trocavam correspondência, e as cartas de Catarina figuram entre as mais ternas em toda a literatura. Henrique ofereceu-lhes me-

lhores alojamentos se reconhecessem a nova rainha; elas não aceitaram a proposta. Ana Bolena mandou que sua tia fosse governanta de Maria e ordenou-lhe que obrigasse "a bastarda", a criar modos recorrendo "de vez em quando a uns tapas no rosto".[62] Em dezembro de 1535, Catarina adoeceu, fez o testamento, escreveu ao imperador pedindo que protegesse a filha e dirigiu uma comovente carta de despedida ao seu "queridíssimo senhor e esposo", o rei:

> Aproximando-se a hora de minha morte, não tenho outra alternativa senão, guiando-me pelo amor que vos tenho, aconselhar para que cuideis da saúde de vossa alma, a qual deveis preferir a todas as demais coisas deste mundo e à própria carne; pois, lançastes-me em muitas calamidades e a vós mesmo em um sem-número de males. Mas perdôo-vos tudo e rogo a Deus que faça o mesmo. Quanto ao resto, recomendo-vos Maria, nossa filha, suplicando-vos que sejais para ela um bom pai... Por fim, faço este juramento: meus olhos vos desejam acima de todas as coisas. Adeus.[63]

Henrique chorou ao receber a carta; quando Catarina morreu (7 de janeiro de 1536), na idade de 50 anos, ordenou que a corte pusesse luto. Ana recusou-se a fazê-lo.[64]

Ana ignorava que dali a cinco meses estaria também morta; mas sabia que já tinha perdido o rei. Seu temperamento exaltado, seus arrebatamentos e suas exigências importunas cansaram Henrique que sentiu logo o contraste de sua língua ferina com a delicadeza de Catarina.[65] No dia do sepultamento de Catarina, Ana deu à luz um filho morto, e Henrique, que ainda desejava ardentemente um filho, começou a cogitar de outro divórcio ou, como ele mesmo disse, da anulação do casamento; o segundo, conforme disse, fora induzido por meio de feitiçarias e era, portanto, nulo.[66] Em outubro de 1535, começou a dispensar uma atenção especial a uma das damas de Ana, Jane Seymour. Quando Ana o censurou por isso, ordenou-lhe que tivesse paciência com ele, como o fizeram as outras de mais valor que ela.[67] Talvez a acusasse de infidelidade, seguindo assim uma tática antiga. Parece inacreditável que mesmo uma mulher volúvel tivesse arriscado a perder o trono por uma leviandade momentânea, mas tinha-se a impressão de que o rei acreditara sinceramente na culpa dela. Relatou ao conselho os rumores que corriam sobre os amores de Ana; o conselho investigou o caso e informou depois o rei de que ela havia cometido adultério com cinco membros da corte: *Sir* Guilherme Brereton, *Sir* Henrique Norris, *Sir* Francis Weston, Mark Smeton e Lorde Rochford, irmão dela. Os cinco homens foram enviados para a Torre, e a 2 de maio de 1536, Ana os seguiu.

Henrique escreveu-lhe dando-lhe esperança de ser perdoada se fosse franca para com ele. Ela respondeu que nada tinha a confessar. Suas companheiras, na prisão, alegaram que ela admitira ter recebido propostas de amor de Norris e Weston, mas que declarara tê-las rejeitado. No dia 11 de maio, o grande júri de Middlesex, encarregado de proceder a investigações locais sobre as transgressões que se alegava terem sido cometidas pela rainha, naquele país, relatou que ficara apurado que ela era culpada de adultério com todos os cinco homens acusados e citou todos os nomes e datas.[68] A 12 de maio, quatro dos homens foram julgados em Westminster por um júri que incluía o pai de Ana, o conde de Wiltshire. Smeton confessou-se culpado, conforme era acusado; os outros alegaram inocência; todos os quatro foram condenados. Em 15 de maio, Ana e o irmão foram julgados por um tribunal composto de 26 nobres sob a presidência do duque de Norfolk, seu tio, porém, inimigo político. Tanto a irmã como o irmão afirmaram sua inocência, mas foram condenados a ser "queima-

dos ou decapitados ou conforme fosse do agrado do rei". A 17 de maio, Smeton foi enforcado; os outros quatro foram decapitados como convinha à sua posição. Naquele dia, os comissários reais pediram ao arcebispo Cranmer que declarasse sem valor o casamento com Ana, e bastarda, Elizabeth. Ele satisfez o pedido. Não se conhecem os fundamentos de seu julgamento, mas presumivelmente o suposto casamento anterior de Ana com Lorde Northumberland foi então declarado real.

Na véspera de sua morte, Ana ajoelhou-se diante de *Lady* Kingston, esposa do administrador da prisão e pediu-lhe um último favor: que fosse e se ajoelhasse diante de Maria, suplicando, em nome dela, que perdoasse as injustiças que lhe tinham sido feitas em virtude do orgulho e da insensatez de uma infeliz mulher.[69] Em 19 de maio, pediu que se realizasse logo a sua execução. Parecia que se sentia um pouco confortada com a idéia de que "o carrasco — segundo me contaram — é muito bom, e meu pescoço é pequenino" — e riu depois com isso. Naquela tarde foi conduzida ao cadafalso. Pediu aos espectadores que orassem pelo rei, "pois príncipe mais delicado e mais clemente do que ele não houve; e para mim ele foi sempre um senhor e soberano bom e delicado".[70] Ninguém tinha certeza de sua culpa, mas poucos foram os que lamentaram sua queda.

No dia de sua morte, Cranmer deu ao rei dispensa para se casar novamente na esperança de ter um herdeiro. Henrique e Jane Seymour contrataram secretamente o casamento pela manhã; casaram-se em 30 de maio de 1536, e, em 4 de junho, era ela proclamada rainha. Jane era de linhagem real; descendia de Eduardo III; era aparentada com Henrique em terceiro ou quarto grau, o que exigia outra dispensa por parte do obediente Cranmer. Não era especialmente bonita, mas impressionava pela sua inteligência, bondade e até mesmo pela sua modéstia. O cardeal Pole, o mais encarniçado inimigo de Henrique, descreveu-a como "cheia de bondade". Jane desencorajara o rei em suas pretensões, quando Ana vivia, recusou seus presentes, devolveu-lhe as cartas que ele lhe endereçou, sem as abrir sequer, e pediu-lhe que não lhe dirigisse a palavra senão na presença de outras pessoas.[71]

Um dos primeiros atos de Jane, depois do casamento, foi fazer a reconciliação de Henrique com Maria. Ele o fez a seu modo. Mandou que Cromwell lhe enviasse um documento intitulado "Confissão de *Lady* Maria": nele, ela reconheceria o rei como chefe supremo da Igreja, na Inglaterra, repudiava "a pretendida autoridade do bispo de Roma" e reconhecia o casamento de Henrique com Catarina como "incestuoso e ilegal". Maria devia assinar o nome em cada cláusula. Ela o fez, mas jamais perdoou a si mesma. Três semanas depois o rei e a rainha foram visitá-la e deram-lhe presentes e mil coroas. Recebeu novamente o título de princesa. No natal de 1536, foi recebida na corte. Devia haver alguma coisa de bom em Henrique e na "sangüinária Maria" — pois, em seus últimos anos, ela quase chegou a amá-lo.

Ao reunir-se outra vez o parlamento (8 de junho de 1536), ele elaborou, a pedido do rei, um novo Ato de Sucessão, pelo qual Elizabeth e Maria eram declaradas ilegítimas e a coroa colocada sobre a cabeça do futuro descendente de Jane Seymour. Em julho, morria o duque de Richmond, filho bastardo de Henrique. Todas as esperanças do rei estavam na gravidez de Jane. A Inglaterra rejubilou-se com ele quando (12 de outubro de 1537) ela deu à luz um menino, o futuro Eduardo VI. Mas a pobre Jane, a quem o rei se sentia profundamente ligado, tanto quanto lhe permitia o espírito egoísta, morreu 12 dias depois do nascimento do filho. Henrique ficou durante algum tempo completamente acabrunhado. Conquanto se tivesse casado três

vezes depois, pediu, à hora da morte, que o enterrassem ao lado da mulher que dera a vida ao presenteá-lo com um herdeiro.

Quais foram as reações do povo inglês ante os acontecimentos daquele reinado que abalara o mundo? Difícil dizer; o testemunho é suspeito, ambíguo e escasso. Relatou Chapuys, em 1533, que, na opinião de muitos ingleses "o último rei Ricardo jamais fora odiado pelo seu povo tanto quanto o fora este rei".[72] Em geral, o povo simpatizava com o desejo do rei em ter um herdeiro, condenava sua severidade para com Catarina e Maria, derramara lágrimas pela morte de Ana, mas mostrava-se profundamente chocado com a execução de Fisher e More. O país era ainda predominantemente católico,[73] e o clero — depois que o governo se havia apropriado das anatas — esperava uma reconciliação com Roma. Ninguém, porém, ousava levantar a voz para criticar o rei. Ele foi criticado por um homem, um inglês, mas entre esse homem e o braço perito do rei encontrava-se o Canal da Mancha.

Reginald Pole era filho de Margarida Plantageneta, condessa de Salisbury, ela mesma sobrinha de Eduardo IV e de Ricardo III. Henrique custeou-lhe a educação; Pole recebeu uma pensão real de 500 coroas por ano e, ao que parecia, estava destinado às mais altas funções na Igreja Inglesa. Estudou em Paris e em Pádua e voltou para a Inglaterra gozando das boas graças do rei. Quando este insistiu em ouvir sua opinião sobre o divórcio, Reginald francamente respondeu que não podia aprová-lo a menos que fosse sancionado pelo papa. Henrique continuou a fornecer uma pensão ao jovem e permitiu-lhe que voltasse ao Continente. Pole ali permaneceu 22 anos, granjeou a estima do papa como escolástico e teólogo e foi nomeado cardeal à idade de 36 anos (1536). Nesse ano, compôs em latim um veemente ataque contra Henrique — *Pro ecclesiasticae unitatis defensione (Em Defesa da Unidade da Igreja).* Explicava que a pretensão de Henrique de exercer a supremacia eclesiástica na Inglaterra ia causar a divisão da religião cristã em vários credos nacionais e que o chôque resultante traria o caos social e político na Europa. Acusou Henrique de ególatra e autocrata. Censurava os bispos ingleses por cederem àquela escravização da Igreja pelo Estado. Denunciava o casamento com Ana, tachando-o de adultério e predizia (não muito sensatamente) que a nobreza inglesa haveria sempre de classificar Elizabeth como "a bastarda de uma prostituta".[74] Pedia a Carlos V que não gastasse munições contra os turcos, ao invés, voltasse as forças imperiais contra o impiedoso rei da Inglaterra. Era uma tremenda invectiva, prejudicada pelo veemente orgulho de sua eloqüência. O Cardeal Contarini aconselhou o autor a não publicá-la, mas Pole insistiu na publicação e enviou um exemplar para a Inglaterra. Quando Paulo III nomeou Pole cardeal, Henrique recebeu a nomeação como um ato de guerra. Abandonou toda idéia de compromissos e concordou com Cromwell, dizendo que todos os mosteiros da Inglaterra deviam ser dissolvidos e suas propriedades acrescentadas à Coroa.

CAPÍTULO XXV

Henrique VIII e os Mosteiros

1535-47

I. A TÉCNICA DE EXTINÇÃO

EM 1535, Henrique, demasiado ocupado com o amor e a guerra para fazer o papel de papa em todos os sentidos, nomeou o agnóstico[1] Cromwell "vice-regente do rei em toda a sua jurisdição eclesiástica". Cromwell passou assim a dirigir a política estrangeira, a legislação do país, a alta corte de justiça, o Conselho Privado, o serviço secreto, a Câmara da Estrela e a Igreja da Inglaterra; Wolsey, em seu apogeu, nunca tivera tantos dedos compridos e gananciosos para tantos pratos suculentos. Mantinha também o olho vivo em todas as publicações e impressos. Persuadiu o rei a proibir a impressão, venda e importação de livros salvo depois de aprovados pelos agentes da coroa; mandou publicar, à custa do governo, certos livros antipapais. Os inúmeros espiões de Cromwell mantinham-no informado de todos os movimentos ou expressões contra Henrique ou contra ele mesmo. Uma observação piedosa sobre Fisher ou More ou um chiste sobre o rei poderiam provocar um julgamento secreto e um encarceramento demorado;[2] predizer a data da morte do rei era incorrer em sua própria morte.[3] Em casos especiais, a fim de ter certeza das conclusões, Cromwell agia como promotor, jurado e juiz. Quase todo mundo na Inglaterra temia-o e odiava-o.

Sua principal dificuldade estava no fato de Henrique, embora onipotente, ser falido. O rei ansiava por ampliar a marinha, aumentar e melhorar os portos; sua corte e despesas pessoais eram extravagantes, e o sistema de governo de Cromwell exigia ampla disposição de fundos. Como levantar o dinheiro? Os impostos já estavam altos e tinham chegado ao ponto em que a resistência tornava novas cobranças mais dispendiosas do que lucrativas; os bispos tinham esgotado suas paróquias para acalmar o rei, e nenhum ouro vinha da América como o que diariamente socorria o inimigo da Inglaterra, o imperador. Contudo, uma instituição na Inglaterra era rica, suspeita, decrépita e indefesa: os mosteiros. Eram suspeitos porque seu juramento de fidelidade era, afinal, feito ao papa, e o terem subscrito o Ato de Supremacia era tido como um gesto insincero e incompleto; eram, aos olhos do governo, um corpo estrangeiro no país, pronto a apoiar qualquer movimento contra o rei. Eram decrépitos porque tinham, em muitos casos, deixado de exercer suas tradicionais funções de educadores, sua hospitalidade e suas obras de caridade. Eram indefesos porque os bispos ressentiam de serem eles isentos do controle episcopal; porque a nobreza, empobrecida pela guerra civil, ambicionava sua riqueza; porque as classes comerciais consideravam os monges e frades vadios e esbanjadores dos recursos naturais, e porque grande parte da comunidade, inclusive muitos bons católicos, não mais acreditavam na eficácia das

relíquias que os monges exibiam nem nas missas que eles, monges, ofereciam aos mortos se os pagassem. E havia excelentes precedentes para fechar os mosteiros: Zwingli havia feito isso em Zurique, os príncipes luteranos na Alemanha, Wolsey na Inglaterra. O parlamento já tinha votado (1533) autorização ao governo para visitar os mosteiros e obrigá-los a proceder à sua reforma.

No verão de 1535, Cromwell mandou três "visitantes", cada um com numeroso séquito, examinar os mosteiros e conventos da Inglaterra e relatar depois suas condições físicas, morais e financeiras; como boa medida, mandou que examinassem também as universidades e as sedes episcopais. Esses "visitantes" eram "homens jovens e impetuosos, provavelmente mais dispostos a executar meticulosamente o serviço do que a desempenhá-lo com delicadeza";[4] não eram imunes a "presentes";[5] "o objetivo de sua missão era preparar um caso para a coroa e, possivelmente, lançaram mão de todos os meios em seu poder para induzir os monges e freiras a incriminarem-se".[6] Não foi difícil encontrar, entre os 600 mosteiros da Inglaterra, um impressionante número deles que mostrassem desvios de ordem sexual[7] — às vezes homossexual — falta de disciplina, exploração gananciosa de falsas relíquias, venda de vasos sagrados ou jóias para aumentar a riqueza e conforto dos mosteiros,[8] negligência nos rituais, hospitalidade e caridade.[9] Mas os relatórios geralmente deixaram de mencionar a proporção dos monges culpados e dos monges de valor, e não distinguïam claramente a bisbilhotice da prova.[10]

Cromwell submeteu ao parlamento, que se reuniu em 4 de fevereiro de 1536, um "Livro Negro", agora perdido, revelando as faltas dos mosteiros e recomendando, com estratégica moderação, que se fechassem os mosteiros e conventos que tivessem uma renda de 200 libras ($20,000?) ou menos por ano. O parlamento, cujos membros em grande parte haviam sido escolhidos pelos auxiliares de Cromwell,[11] deu o consentimento. O rei nomeou um Tribunal de Ampliações para receber, para o tesouro real, as propriedades e rendas daqueles 376 "conventos de pequena renda". Dois mil monges foram encaminhados para outros estabelecimentos ou outras partes — neste último caso com uma pequena soma ou pensão para ter com que viver até encontrarem trabalho. Dos 130 conventos de freiras, somente 18 tinham renda acima de 200 libras, mas somente metade foi fechada.

O drama da extinção desses estabelecimentos foi interrompido por uma tríplice rebelião no norte. Da mesma maneira que a religião cristã havia nascido nas cidades e alcançado os aldeões — *pagani* — por último, também na Suíça, Alemanha e Inglaterra, a Reforma surgiu nas cidades e, durante muito tempo, encontrou resistência nos campos. O protestantismo, na Inglaterra e Escócia, diminuía ao aumentar-se a distância de Londres ou de Edinburgh; chegou tardiamente ao País de Gales e ao norte da Inglaterra e encontrou pouca acolhida na Irlanda.

Nos condados do norte da Inglaterra, a espoliação dos pequenos mosteiros acendeu a fogueira da animosidade que, havia muito, tinha sido preparada pelo aumento de impostos, a ditadura do rei sobre o clero e as exortações clandestinas dos sacerdotes. Os monges despojados que tinham dificuldades em cobrar suas pensões ou de encontrar trabalho uniram-se aos numerosos desempregados que também se queixavam; freiras despojadas, errando de um abrigo a outro provocavam a ira do povo contra o governo, e os auxiliares dos visitantes de Cromwell alimentavam essa ira ao enfeitar-se com os despojos das capelas monásticas, fazendo gibões dos mantos sagrados, selins das túnicas dos sacerdotes e bainhas para adagas das caixas de relíquias.[12]

No dia 2 de outubro de 1536, um visitante que acabara de fechar um convento em Legbourne foi atacado por uma multidão na vizinha cidade de Louth; seus documentos e credenciais foram queimados e, com uma espada encostada ao peito, foi ele obrigado a jurar lealdade à plebe. Todos, na multidão, juraram ser fiéis ao rei e à Igreja Católica Romana. Na manhã seguinte, um exército de rebeldes reuniu-se em Caistor, a poucas milhas de distância; padres e monges desabrigados exortaram-nos; a pequena nobreza local foi obrigada a unir-se aos rebeldes, sendo que alguns elementos mostravam-se dispostos a fazê-lo. No mesmo dia, realizou-se uma grande reunião de aldeões em Horncastle, outra cidade de Lincolnshire. O chanceler do bispo desse condado foi acusado de ser agente de Cromwell; tiraram-no do leito e mataram-no a pauladas. Os rebeldes fizeram uma bandeira, na qual pintaram um arado, um cálice, um chifre e as cinco "últimas palavras" de Cristo e fizeram exigências que foram transmitidas ao rei: os mosteiros deviam ser restaurados, os impostos relevados ou amenizados, o clero dispensado de pagar dízimos ou anatas à coroa, o "sangue vilão" (*i. e.*, Cromwell) removido do Conselho Privado e os bispos hereges — principalmente Cranmer e Latimer — depostos e punidos. Chegaram dos condados do norte e do leste recrutas para a rebelião. Uns 60.000 homens reuniram-se em Lincoln e aguardaram a resposta do rei.

Sua resposta foi furiosa e intransigente. Acusou os rebeldes de ingratos para com um bondoso governante; insistiu dizendo que o fechamento dos pequenos conventos representava a vontade da nação expressa através do parlamento e ordenou aos insurgentes que entregassem seus chefes e se dispersassem, fosse cada um para suas casas, sob pena de morte e confisco de bens. Henrique ordenou, ao mesmo tempo, a seus auxiliares militares que reunissem as forças e seguissem, sob o comando do conde de Suffolk, em auxílio de Lorde Shrewsbury, o qual já havia organizado seus servidores para resistir a algum ataque; escreveu particularmente a uns nobres que se tinham unido à revolta. Estes, percebendo que o rei não se atemorizara e que os insurgentes mal armados seriam logo esmagados, persuadiram tantos deles a voltar para suas aldeias que o exército dos rebeldes, não obstante os protestos dos sacerdotes, rapidamente se dissolveu. Louth entregou 15 chefes; uns 100 mais foram capturados e o restante perdoado pelo rei. Os prisioneiros foram levados para Londres e para a Torre; 33 deles, inclusive sete padres e 14 monges, foram enforcados; os restantes foram aos poucos postos em liberdade.[13]

Entrementes, uma revolta ainda mais grave ocorria em Yorkshire. Um jovem advogado, Richard Aske, viu-se apanhado, física e emocionalmente, no movimento; outro advogado, Guilherme Stapleton, foi obrigado a assumir o comando de uma divisão dos rebeldes em Beverley; Lorde Darcy, de Templehurst, católico ardoroso, secretamente deu à revolta seu apoio; dois Percys fizeram o mesmo, nisto sendo acompanhados pela maioria dos nobres do norte. Em 15 de outubro de 1536, o exército principal, composto de nove mil homens, sob o comando de Aske, sitiou York. Os cidadãos da cidade obrigaram o prefeito a abrir os portões. Aske impediu que seus homens fizessem pilhagem e, em geral, manteve uma ordem extraordinária em suas hostes bisonhas. Proclamou a reabertura dos mosteiros; os monges voltaram satisfeitos para seus estabelecimentos e alegraram o coração dos devotos com o novo ardor de seus cânticos. Aske avançou com suas tropas e conquistou Pomfret, e Stapleton tomou Hull, sem derramamento de sangue. Às exigências apresentadas pelos homens de Lincolnshire foram acrescentadas outras que foram enviadas ao rei: supressão de

todos os hereges e de sua literatura, reabertura dos laços eclesiásticos com Roma, legitimação de Maria, demissão e punição dos visitantes de Cromwell e anulação de todos os cercamentos de terras comuns desde 1489.

Foi esse o ponto mais crítico no reinado de Henrique. Metade do país estava em armas contra sua política; a Irlanda estava em plena revolta e Paulo III e o cardeal Pole estavam insistindo junto a Francisco I e Carlos V que invadissem a Inglaterra e depusessem o rei. Com um novo arranco de sua energia já em declínio, Henrique expediu ordens em todas as direções para que se reunissem as tropas leais e, nesse meio tempo, deu instruções ao duque de Norfolk que distraísse os chefes rebeldes com negociações. O duque arranjou uma conferência com Aske e vários nobres e conquistou a adesão deles com a promessa de que todos seriam perdoados. Henrique convidou Aske para uma conferência pessoal e deu-lhe um salvo-conduto. Ele atendeu ao convite, ficou enfeitiçado pelo sopro da realeza e voltou submisso e desarmado para Yorkshire (janeiro de 1537); ali, porém, foi preso e enviado a Londres como prisioneiro. Privado de seus chefes, as hostes insurgentes dividiram-se e caíram em plena desordem; multiplicaram-se as deserções; ao se aproximarem as tropas do rei, o exército rebelde desapareceu como se tivesse sido uma miragem (fevereiro de 1537).

Quando Henrique se sentiu seguro de que a revolta e a invasão tinham fracassado, desdenhando a promessa que Norfolk havia feito, de que todos seriam perdoados, ordenou a prisão de todos os chefes desafetos que se puderam encontrar e mandou condenar à morte vários deles, inclusive Aske. Ao duque escreveu:

> Nossa vontade é que, antes de recolherdes nossas bandeiras novamente, façais uma execução tão terrível de um bom número de habitantes de cada cidade, vila e aldeia que participaram dessa ofensa, que eles possam ser um espetáculo horroroso para todos os demais que, daqui em diante, quisessem agir de modo semelhante.... Como todas essas revoltas surgiram por solicitação e traiçoeiras conspirações dos monges e cônegos daquelas regiões, desejamos que vós, nesses lugares que conspiraram e opuseram resistência... mandeis, sem piedade e formalidades, deter sem mais demora ou cerimônia todos os monges e cônegos que, de qualquer modo, forem culpados.[14]

Com tão grande terror implantado na oposição, Cromwell passou a fechar os remanescentes estabelecimentos religiosos na Inglaterra. Todos os mosteiros e conventos de freiras que se haviam unido à revolta foram dissolvidos imediatamente e suas propriedades confiscadas pelo Estado. Ampliaram-se as visitas, de que resultaram muitos relatórios sobre indisciplina, imoralidade, traição e decadência. Muitos monges, prevendo o fechamento, venderam pelo maior lance as relíquias e objetos de valor que possuíam; um dedo de Santo André alcançou 40 libras.[15] Os monges de Walsingham foram condenados por forjarem milagres, tendo sido lançada ao fogo a sua lucrativa imagem da Virgem. Demoliram o túmulo histórico de Santo Tomás Becket, em Cantuária; Henrique VIII proclamou que não era santo o vencedor de Henrique II; as relíquias que haviam ofendido Colet e divertido Erasmo foram queimadas; transportaram para o tesouro real os objetos preciosos doados pelos peregrinos piedosos durante 250 anos (1538): e dali por diante Henrique usou no dedo polegar o anel com um grande rubi que havia feito parte daquelas relíquias. Alguns mosteiros procuraram salvar-se enviando dinheiro e presentes a Cromwell; Cromwell aceitou tudo e fechou todos eles. Por volta de 1540, todos os mosteiros e todas as propriedades monásticas, exceto as igrejas das abadias e catedrais, passaram para o rei.

Ao todo, foram fechados 578 mosteiros e uns 130 conventos; foram dispersados 6.521 monges e frades e 1.560 freiras. Entre esses, uns 50 monges e duas freiras abandonaram voluntariamente o hábito religioso; muitos, porém pleitearam permissão para continuar algures sua vida conventual.[16] Umas 12.000 pessoas, que anteriormente eram empregadas dos estabelecimentos religiosos ou deles dependiam, perderam respectivamente seus lugares e donativos. As terras e edifícios confiscados tinham proporcionado uma renda anual de aproximadamente 200.000 libras ($20,000,000?), mas liquidações rápidas reduziram a renda anual das propriedades, depois da nacionalização, para umas 37.000 libras. A isto devemos acrescentar 85.000 libras de metais preciosos confiscados, de modo que o total dos despojos em bens e renda que Henrique teve durante sua vida talvèz tenha importado em cerca de 1.423.500 libras.[17]

O rei foi generoso com esses despojos. Deu algumas das propriedades — a maioria foi vendida a preços baixos — aos pequenos nobres e aos burgueses de projeção — mercadores e advogados — que haviam apoiado e ministrado sua política. Cromwell recebeu ou comprou seis abadias, com uma renda anual de 2.293 libras; seu sobrinho *Sir* Richard Cromwell recebeu sete, com uma renda de 2.552 libras;[18] foi essa a origem da fortuna que fez de Oliver, bisneto de Richard, um homem de recursos e influência no século seguinte. Alguns dos despojos foram empregados para a construção de navios, fortes e portos; outros para o financiamento da guerra e outros para os palácios reais de Westminster, Chelsea e Hampton Court; alguns o rei perdeu no jogo de dados.[19] Seis mosteiros foram devolvidos à Igreja Anglicana como sedes episcopais, e uma pequena soma foi destinada às obras de caridade mais urgentes, que anteriormente eram feitas pelos monges e freiras. A nova aristocracia criada pelas doações e vendas feitas por Henrique tornou-se um poderoso suporte do trono dos Tudor e o baluarte dos interesses econômicos contra qualquer restauração do catolicismo. A antiga aristocracia feudal tinha-se dizimado; a nova, enraizada no comércio e na indústria, mudou a natureza da nobreza inglesa, passando-a do conservantismo estático para os empreendimentos dinâmicos e injetou sangue novo nas classes altas da Inglaterra, dando-lhes novas energias. Isto — e os despojos — talvez tenha sido uma das fontes da exuberância da era elisabetana.

Os efeitos da extinção dos estabelecimentos religiosos foram complexos e intermináveis. Os monges libertados talvez tivessem participado, modestamente ou não, do aumento da população da Inglaterra, de cerca de 2.500.000 em 1485 para uns 4.000.000 em 1547.[20] Um temporário aumento no número de desempregados contribuiu para diminuir os ganhos das classes inferiores, durante uma geração, e os novos proprietários provaram ser mais gananciosos que os antigos.[21] Politicamente, aumentou-se ainda mais o poder da monarquia; e a Igreja perdeu a última cidadela de sua resistência. Moralmente, os resultados foram: o aumento da criminalidade, do pauperismo e da miséria bem como a diminuição de obras de caridade.[22] Mais de 100 hospitais monásticos foram fechados; as autoridades municipais reabilitaram uns poucos. As somas que almas receosas ou reverentes haviam legado aos padres como seguro contra o fogo do inferno ou do purgatório foram confiscadas, na expectativa de que mal algum adviria aos mortos; o rei confiscou 2.374 capelas com as doações para missas.[23] As conseqüências mais sérias ocorreram no ensino. Os conventos forneciam escolas para moças, e os mosteiros e sacerdotes das capelas tinham mantido escolas bem como 90 colégios para rapazes; todas essas instituições foram dissolvidas.

Tendo revelado os fatos tão imparcialmente quanto o permite o preconceito in-

consciente, poderá também ser permitido ao historiador acrescentar um comentário reconhecidamente hipotético. A ambição de Henrique e a crueldade de Cromwell não fizeram mais do que avançar, por uma geração, a inevitável diminuição no número e influência dos mosteiros ingleses. Estes tinham realizado em outros tempos, um admirável trabalho em matéria de educação, caridade e trabalhos hospitalares, mas a secularização de tais funções ia-se processando em toda a Europa Ocidental e mesmo onde prevalecia o catolicismo. O declínio no fervor religioso e da espiritualidade iam diminuindo rapidamente o número de noviços que procuravam os conventos; muitos destes ficaram reduzidos a um número tão pequeno que pareciam fora de proporção com o esplendor de seus edifícios e a renda de suas terras. Lamentável que se tivesse enfrentado tal situação com a brusca pressa de Cromwell ao invés de se recorrer ao plano humano e mais sensato de Wolsey que tinha em vista transformar em colégios o maior número de mosteiros possível. O procedimento de Henrique nesse caso, assim como no da busca de um herdeiro, foi pior que seu objetivo. Foi salutar que se pusesse um fim, até certo ponto, à exploração das almas simples e piedosas por meio de fraudes. O que mais lamentamos foi o tratamento dispensado às freiras, as quais, em sua maioria, laboravam fielmente, cumprindo suas obrigações, fazendo suas preces, ensinando nas escolas e procedendo com benevolência; mesmo aqueles que não partilham de sua grande fé devem ser gratos por saber que seus semelhantes novamente atendem, com perene devoção, às necessidades dos enfermos e dos pobres.

II. OS OBSTINADOS IRLANDESES: 1300-1558

Os reis ingleses justificavam o domínio que exerciam sobre a Irlanda alegando que uma potência continental hostil poderia, a qualquer momento, empregar aquela verdejante ilha para um ataque de flanco contra a Inglaterra, e essa consideração, secundando o amor pelo poder, tornou-se mais ativa quando a Inglaterra protestante não conseguiu arrebatar a Irlanda da Igreja Romana. O povo irlandês, heróico e anárquico, viril e violento, poeticamente dotado e politicamente imaturo, resistia todos os dias às tentativas de sujeição a um sangue e a uma língua alienígenos.

Os males da ocupação inglesa foram aumentando. Sob o reinado de Eduardo III, muitos proprietários de terras anglo-irlandeses voltaram para a Inglaterra para ali viverem confortavelmente das rendas na Irlanda. Conquanto o parlamento inglês denunciasse constantemente essa prática, a "propriedade absenteísta" continuou pelos três séculos seguintes, até tornar-se o principal estímulo para as revoltas irlandesas. Os ingleses que permaneceram na Irlanda acabaram por se casar com moças irlandesas e gradativamente foram absorvidos no sangue e costumes irlandeses. Ansioso por represar essa drenagem racial, o parlamento da Irlanda, dominado por influentes ingleses lá residentes, aprovou o famoso Estatuto de Kilkenny (1366), o qual, juntamente com algumas disposições sensatas e generosas, proibia casamentos, criação de filhos alheios ou outras relações íntimas entre os ingleses e irlandeses, na Irlanda, e qualquer uso que os ingleses fizessem da língua, costumes ou trajes da Irlanda, sob pena de prisão e confisco das propriedades. Nenhum irlandês, segundo o estatuto, seria dali por diante recebido em qualquer organização religiosa inglesa, e nenhum bardo ou contador de histórias irlandês poderia entrar nos lares dos ingleses.[24] Tais proibições fracassaram; as faces rosadas das irlandesas sobrepujaram o brilho da majestade

da lei, e a fusão racial prosseguiu naquelas estreitas regiões de March, Border e Pale, onde só os ingleses, na Irlanda, ousavam morar. (Em 1500, a região de Pale limitava-se à metade dos condados de Dublin, Meath e Louth e a uma parte de Kildare.)

Durante a Guerra das Rosas, a Irlanda poderia ter expulsado os ingleses, se os chefes irlandeses se tivessem unido, mas eles preferiram as lutas fratricidas, as quais muitas vezes eram estimuladas ali pelo buro inglês. Henrique VII restabeleceu a autoridade da Inglaterra em Pale, e seu representante, *Sir* Edward Poynings, conseguiu fazer passar no parlamento irlandês a humilhante "Lei de Poynings" (1494) — pela qual, no futuro, nenhuma sessão poderia ser realizada no parlamento enquanto todas as leis que tivessem de ser apresentadas não tivessem sido aprovadas pelo rei e pelo Conselho Privado da Inglaterra. Assim desvirilizado, o governo inglês na Irlanda tornou-se o mais incompetente, o mais cruel e o mais corrupto do mundo cristão. O seu plano favorito foi nomear um dos 60 capitães irlandeses como representante junto ao vice-rei e encarregá-lo da compra ou subjugação do restante. Geraldo, oitavo conde de Kildare, o nomeado, fez certo progresso, nesse sentido, conseguindo amenizar a indisciplina entre as tribos, o que auxiliou as extorsões da Inglaterra para manter a Irlanda enfraquecida e pobre. Com sua morte (1513), seu filho Geraldo Fitzgerald foi nomeado seu sucessor no mesmo porto. Esse nono conde de Kildare teve uma carreira típica dos lordes irlandeses. Acusado de conspirar com o conde de Desmond para deixar uma força francesa desembarcar na Irlanda, foi chamado à Inglaterra, onde o lançaram na Torre. Tendo ele prometido ajudar fielmente a causa da Inglaterra, Henrique VIII deu-lhe a liberdade e tornou a nomeá-lo representante. Logo foi acusado de fazer má administração. Foi enviado novamente à Inglaterra e, mais uma vez, encerrado na Torre, onde morreu no decurso de um ano (1534). Seu devotado filho, "o sinuoso Thomas" Fitzgerald, declarou imediatamente guerra aos ingleses; combateu brava e desesperadamente durante 14 meses, foi vencido e enforcado (1537).

Por esse tempo, Henrique VIII havia terminado sua separação da Igreja de Roma. Com característica audácia, ordenou ao parlamento irlandês que o reconhecesse como chefe da Igreja na Irlanda assim como na Inglaterra. O parlamento cumpriu a ordem. Exigiu-se de todos os funcionários governamentais na Irlanda o juramento de que aceitavam sua supremacia eclesiástica, e todos os dízimos da Igreja dali por diante tiveram de ser pagos ao rei. Reformadores entraram nas igrejas de Pale e destruíram as imagens e relíquias religiosas. Todos os mosteiros, com exceção de uns poucos distantes, foram fechados, as propriedades confiscadas pelo governo, seus monges despedidos com pensões se não fizessem barulho. Alguns dos despojos foram distribuídos entre os capitães irlandeses; assim subornados, muitos deles aceitaram do rei inglês títulos de nobreza, reconheceram sua supremacia religiosa e abjuraram a autoridade do papa (1539).[25] O sistema de clãs foi abolido, tendo a Irlanda sido declarada um reino, com Henrique VIII como rei (1541).

Henrique vencera, mas cinco anos depois de seu triunfo morria. O catolicismo na Irlanda sobreviveu. Os capitães consideraram sua apostasia como um incidente passageiro da política; continuaram a ser católicos (como o fizera Henrique) ignorando o papa, porém. Os padres, cujos serviços eles apoiaram e receberam, permaneceram serenamente ortodoxos. A fé do povo não sofreu alteração alguma; ao contrário, ganhou vigor novo, porque manteve o orgulho da nacionalidade contra um rei cismático e, depois, contra uma rainha protestante. A luta pela liberdade tornou-se mais intensa do que antes, pois falava pelo corpo e pela alma.

III. UM REI NA REAL ACEPÇÃO DA PALAVRA

Henrique, em 1540, foi o monarca mais absoluto que a Inglaterra conhecera. A velha nobreza normanda, cujos antepassados haviam contido até mesmo Guilherme, o Conquistador, mostrava-se agora tímida e obediente e quase esquecia as prerrogativas que lhe concedia a Magna Carta. A nova nobreza, enriquecida pelo comércio e pelos favores recebidos do rei, servia como barreira às revoltas dos aristocratas e às de caráter religioso. A Câmara dos Comuns, que, em outros tempos, fora a zelosa protetora da liberdade dos ingleses, agora selecionada pelos agentes do rei, deu-lhe poderes quase sem precedentes na história: o direito de confiscar propriedades, de nomear qualquer pessoa seu sucessor, de determinar a ortodoxia e a heresia, de enviar o homem à morte após um julgamento simulado e de expedir proclamações que tivessem a autoridade dos atos do parlamento. "No reinado de Henrique, o espírito de independência da Inglaterra decaiu bastante e o amor pela liberdade esfriou".[26] O povo inglês aceitou esse absolutismo, em parte por medo, em parte porque parecia a alternativa para outra Guerra das Rosas. A ordem era mais importante que a liberdade.

Essas mesmas alternativas persuadiram os ingleses a tolerar a supremacia eclesiástica de Henrique. Com os católicos e protestantes prestes a lançar-se uns contra os outros, com os cidadãos católicos, embaixadores e potentados conspirando contra ele e quase tornando possível uma invasão, Henrique acreditava que somente poderia conseguir a ordem na vida religiosa da Inglaterra pela determinação da fé e ritual que fizesse. Procurou ditar quem devia ler a Bíblia. Quando os bispos suprimiram a tradução de Tyndale, ordenou-lhes que preparassem outra melhor; como demorassem, permitiu a Cromwell que encarregasse Miles Coverdale de fazer nova tradução. Essa primeira versão completa da Bíblia apareceu em Zurique em 1535. Em 1539, foi impressa uma edição revisada; Cromwell ordenou que essa "Grande Bíblia" fosse colocada em todas as igrejas inglesas. Henrique, "com sua liberalidade e bondade de rei", concedeu aos cidadãos o privilégio de ler a Bíblia em suas casas, e logo ela passou a exercer verdadeira influência em quase todas as famílias inglesas. Mas era uma fonte de discórdias e também de inspiração; todas as aldeias produziram seus exegetas amadores que provavam tudo que as Escrituras diziam ou justamente o contrário; fanáticos, por causa dela, chegavam às vias de fato nas igrejas e tavernas.[27] Alguns homens ambiciosos moviam processos de divórcio contra as esposas ou mantinham duas ao mesmo tempo, alegando que isso era uma prática bíblica e justa.[28] Arrependeu-se o rei da liberdade que concedera para a leitura e retomou a posição dos católicos. Em 1543, fez com que o parlamento estabelecesse que somente nobres e proprietários de terras podiam legalmente possuir a Bíblia e somente os sacerdotes podiam pregar sobre ela ou discuti-la em público.[29]

Era difícil para o povo saber o que o rei pretendia— era difícil até mesmo para ele. Católicos continuavam a ir para a fogueira ou a serem decapitados por negar sua supremacia eclesiástica, o mesmo acontecendo com os protestantes que contestavam sua teologia católica. O prior Forest dos Franciscanos Observantes, de Greenwich, que se recusara a renegar o papa, foi suspenso por correntes sobre uma fogueira e queimado lentamente até morrer (31 de maio de 1537).[30] John Lambert, um protestante, foi preso por negar a Real Presença de Cristo na eucaristia; foi julgado pelo próprio Henrique, que o condenou à morte; foi morto na fogueira em Smithfield (16 de novembro de 1538). Sob a influência cada vez maior de Stephen Gardiner, bispo de Win-

chester, Henrique foi-se voltando cada vez mais para a ortodoxia. Em 1539, o rei, o parlamento e o sínodo, pelo "Ato dos Seis Artigos", proclamou a posição dos católicos romanos no tocante à Real Presença, celibato do clero, votos monásticos, missas pelos mortos, necessidade da confissão auricular a um sacerdote e à suficiência da comunhão em uma só espécie. Todo aquele que, pela palavra, falada ou escrita, negasse a Real Presença, devia morrer queimado, sem oportunidade para abjurar, confessar e ser absolvido, e todo aquele que negasse qualquer dos demais artigos sofreria, na primeira transgressão, o confisco de sua propriedade e, na segunda, perderia a vida. Todos os casamentos, até então contratados pelos sacerdotes, foram declarados nulos; todo sacerdote que, dali por diante, mantivesse uma esposa estaria praticando uma felonia.[31] O povo, ainda ortodoxo, aprovou, em geral, tais artigos, mas Cromwell esforçou-se por moderá-los na prática; em 1540, o rei, mudando novamente de opinião, ordenou que se cessasse a execução do "Ato". No entanto, os bispos Latimer e Shaxton, que haviam desaprovado os "Artigos", foram depostos e encarcerados. Em 30 de julho de 1540, três protestantes e três padres católicos sofreram a pena de morte em Smithfield, unidos involuntariamente, os primeiros por contestarem algumas doutrinas católicas e os segundos por rejeitarem a supremacia eclesiástica do rei.[32]

Henrique foi tão inflexível na administração quanto na teologia. Conquanto mantivesse uma corte extravagante e gastasse muito tempo banqueteando-se, trabalhava arduamente em suas tarefas de administração. Escolhia auxiliares competentes e tão implacáveis quanto ele. Reorganizou o exército, equipou-o com novos armamentos e estudou as últimas modalidades em matéria de tática e estratégia. Construiu a primeira marinha real permanente que varreu das costas e do Canal da Mancha os piratas, preparando para Elizabeth suas vitórias navais. Mas tributou o povo até o limite da tolerância, depreciou várias vezes a moeda, confiscou propriedades particulares sob mil e um pretextos, exigiu "contribuições", repudiou suas dívidas, levantou empréstimos junto aos Fugger e promoveu a economia inglesa na esperança de que ela lhe proporcionasse maior renda.

A agricultura estava em crise. A servidão continuava ainda espalhada; persistiam ainda os cercados para as pastagens de carneiros, e os novos proprietários de terra, destituídos de tradições feudais, duplicavam ou quadruplicavam os aluguéis de seus inquilinos alegando aumento nos preços e recusavam-se a renovar os contratos que se expiravam. "Milhares de inquilinos despojados das propriedades iam para Londres e clamavam, junto às portas dos tribunais, por uma indenização, a qual não obtinham".[33] O católico More descreveu um triste quadro com relação aos pobres aldeões.[34] O protestante Latimer denunciou os "senhores aumentadores de aluguéis" e, à semelhança de Lutero, idealizou o passado católico, quando "os homens eram piedosos e cheios de compaixão".[35] O parlamento decretou penas cruéis contra a vagabundagem e mendicância. Por um ato de 1530-31, qualquer mendigo são de corpo, fosse homem ou mulher, seria "atado nu à extremidade de um carro e chicoteado por toda a cidade até que o corpo ficasse sangrando"; em uma segunda transgressão, cortar-se-lhe-ia uma orelha; em uma terceira, a outra orelha; em 1536, porém, uma terceira transgressão incorria em pena de morte.[36] Gradativamente, os camponeses deslocados foram encontrando trabalho nas cidades, mitigando o pauperismo a assistência que então se deu aos pobres. Elevou-se afinal a produtividade da terra pelo cultivo em grande escala, mas a inabilidade do governo em suavizar essa transição constituiu falta criminosa e cruel na administração.

O mesmo governo protegeu a indústria com tarifas; os fabricantes tiraram proveito da mão-de-obra barata que se tornou acessível com a emigração dos aldeões para as cidades. A indústria têxtil reorganizou-se com métodos capitalísticos, e surgiu nova classe de homens ricos que se colocou ao lado dos mercadores no apoio ao rei; o tecido substituiu então a lã como o principal artigo de exportação da Inglaterra. A maior parte dos artigos exportados eram produzidos pelas classes inferiores; a maior parte da importação eram artigos de luxo, apenas acessíveis aos ricos.[37] Com a legalização da taxa de juros em 10 por cento, uma lei de 1536 beneficiou o comércio e a indústria; o rápido aumento dos preços favoreceu os empreendimentos, prejudicando, porém, os trabalhadores, camponeses e os senhores feudais dos velhos tempos. Os aluguéis subiram mil por cento no período de 1500 a 1576;[38] os mantimentos, 250 a 300 por cento; os salários, 150 por cento.[39] Por volta de 1537 escreveu Thomas Starkey: "É tal a pobreza reinante agora que, em caso algum, é possível uma verdadeira e florescente prosperidade comum".[40] Membros de associações encontraram algum auxílio no seguro e assistência mútua que lhes eram concedidos na adversidade; mas em 1545, Henrique confiscou as propriedades dessas associações.[41]

IV. O DRAGÃO SE RETIRA

Que espécie de homem era esse rei papão? Holbein, o Moço, chegando à Inglaterra por volta de 1536, pintou alguns retratos de Henrique e Jane Seymour. O suntuoso vestuário quase oculta a gordura do rei; as jóias e o arminho e a mão pousada sobre a espada ornada de pedras preciosas revelam a autoridade altiva, a vaidade do homem prepotente; o rosto largo e gordo denuncia um forte sensualismo; o nariz é uma coluna de resistência; os lábios cerrados e os olhos severos traem o déspota que rapidamente se encoleriza e se torna de uma crueldade fria. Henrique contava 46 anos ao chegar ao ponto culminante de sua trajetória política, mas começava a decair fisicamente. Estava destinado a casar-se novamente três vezes, sem ter, porém, nova descendência. De todas as seis esposas, apenas três filhos passaram da infância. Um deles — Eduardo VI — tinha a saúde complicada e morreu aos 15 anos; Maria permaneceu desolada com sua esterilidade no casamento; Elizabeth não ousou casar-se, provavelmente consciente de que tivesse algum impedimento de ordem física. A maldição de semi-esterilidade ou de defeito físico caíra sobre a mais orgulhosa dinastia, na história da Inglaterra.

Henrique tinha o espírito arguto; seu modo de julgar os homens era penetrante, sua coragem e força de vontade, imensas. Tinha maneiras ríspidas, e seus escrúpulos haviam desaparecido com a mocidade. Para com os amigos, porém, mostrava-se amável e generoso, jovialmente atencioso e revelava-se capaz de conquistar afeição e devoção. Nascido na realeza, fora cercado, desde o nascimento, de obediência e lisonjas. Apenas poucos homens ousaram resistir a ele e foram enterrados sem cabeça. "Sem dúvida" — escreveu Thomas More da prisão da Torre — "é lastimável que um príncipe cristão seja, com lisonjas, vergonhosamente explorado por conselheiros flexíveis, sempre prontos a atender a seus desejos, e por um clero fraco..."[42] Esta é a origem exterior do retrocesso no caráter de Henrique — a ausência de resistência à sua vontade, depois da morte de More, tornou-o fraco tanto no sentido moral como físico. Não era mais empenhado em questão sexual do que Francisco I; depois da morte de Ana Bolena, parece que ficou mais monógamo, mais comedido que Carlos V; a

atividade sexual não constituía sua pior falha. Cobiçava o dinheiro da mesma maneira que o poder; raramente permitia que considerações de ordem humanitária detivessem suas apropriações. É desprezível a presteza com que matava as mulheres que tinha amado ou a homens, como More e Cromwell, que o tinham servido lealmente durante muitos anos; contudo, no final, não era uma décima parte tão criminoso quanto o bem intencionado Carlos IX ao sancionar o massacre da Noite de São Bartolomeu ou quanto Carlos V ao aprovar o saque de Roma ou quanto os príncipes alemães ao lutarem durante 30 anos pelo direito de determinar a crença religiosa de seus súditos.

As constantes frustrações de seu desejo de amar e de ser pai foram a origem interna de sua decadência. Desapontado durante muito tempo em suas esperanças de ter um herdeiro, desonestamente contido em seu razoável pedido de divórcio do primeiro casamento, enganado (conforme acreditava) pela esposa, pela qual arriscara o trono, despojado muito cedo da única esposa que lhe dera um herdeiro, apanhado na armadilha de um casamento com uma mulher completamente diferente dele, em língua e temperamento, enganado (pensava) pela esposa que parecia prometer-lhe finalmente a felicidade de um lar — eis aí um rei que possuía toda a Inglaterra mas totalmente privado das doces alegrias do mais simples marido, em seu reino. Sofrendo dores intermitentes, causadas por uma úlcera na perna, açoitado com revoltas e crises em todo o seu reinado, forçado quase a todos os momentos a armar-se contra invasão, traição e assassinato — como poderia tal homem desenvolver-se normalmente ou evitar que se degenerasse em uma pessoa desconfiada, ardilosa e cruel? E como haveremos nós, que nos agitamos com as ferroadas das tribulações particulares, compreender um homem que carregava no espírito e na própria pessoa a tempestade e a tensão da Reforma na Inglaterra, desabituou o povo, através de medidas perigosas, de uma lealdade profundamente enraizada e que, entretanto, devia ter sentido em sua alma dividida um assombro destruidor — havia ele libertado o país ou abalado a cristandade?

O perigo, assim como o poder, era o meio em que vivia. Nunca podia saber até onde seus inimigos iriam ou quando eles seriam bem-sucedidos. Em 1538, ordenou a prisão de *Sir* Geoffrey Pole, irmão de Reginald. Temendo a tortura, Geoffrey confessou que ele, outro irmão, Lorde Montague, *Sir* Eduardo Neville e o marquês e marquesa de Exeter haviam mantido correspondência com o cardeal planejando uma traição. Geoffrey foi perdoado; Exeter, Montague e vários outros foram enforcados e esquartejados (1538-39); *lady* Exeter foi encarcerada, e a condessa de Salisbury, mãe dos Pole, foi colocada sob custódia. Quando o cardeal visitou Carlos V, em Toledo (1539), levando o fútil pedido de Paulo III para que o imperador se aliasse a Francisco, pondo fora da lei todo comércio com a Inglaterra,[45] Henrique, em represália, prendeu a condessa que contava então 70 anos de idade; talvez esperasse que, conservando-a na Torre, pudesse conter o entusiasmo do cardeal pela invasão. Tudo valia naquele jogo de vida e morte.

Tendo permanecido dois anos sem casar, Henrique ordenou a Cromwell que lhe procurasse uma aliança, pelo casamento, que fortalecesse sua posição contra Carlos. Cromwell recomendou Ana, cunhada do eleitor de Saxônia e irmã do duque de Cleves que, na ocasião, se tinha desavindo com o imperador. Cromwell ambicionava a realização daquele casamento, pelo qual esperava formar, afinal, a liga dos estados protestantes e, com isso, obrigar Henrique a repelir os Seis Artigos Antiluteranos. Henrique mandou Holbein pintar o retrato de Ana; possivelmente Cromwell acres-

centou algumas instruções às que haviam sido dadas ao artista; veio o quadro e Henrique achou a princesa tolerável. Ela parece desanimada e triste no retrato de Holbein que se encontra no Louvre, mas de feições não é menos simples que Jane Seymour que, por um momento, abrandara o coração do rei. Quando Ana chegou e Henrique a viu (1º de janeiro de 1540), o amor desapareceu à primeira vista. Ele fechou os olhos e casou-se com ela e novamente rezou para que tivesse um filho que viesse fortalecer a sucessão dos Tudor agora que o príncipe Eduardo começava a revelar os sinais de sua fragilidade física. Porém jamais perdoou Cromwell por ter-lhe arranjado tal casamento.

Quatro meses depois, alegando mau procedimento e corrupção, ordenou a prisão de seu mais útil ministro. Quase ninguém opôs objeções; Cromwell era o súdito mais impopular da Inglaterra — pela sua origem, métodos, venalidade e riqueza. Na Torre, foi obrigado a assinar declarações impugnando a validez do novo casamento. Henrique anunciou que não tinha dado seu "consentimento interior" à união e que não o consumara. Ana, confessando que era ainda virgem, concordou com a anulação mediante uma pensão confortável. Receosa de enfrentar o irmão, preferiu viver uma vida solitária na Inglaterra, e foi um pequeno conforto para ela, ao morrer (1557), ser enterrada na abadia de Westminster. Cromwell foi decapitado a 28 de julho de 1540.

Naquele mesmo dia, Henrique casou-se com Catarina Howard, de 20 anos de idade, de uma casa estritamente católica; o partido católico estava triunfando. O rei deixara de flertar com os protestantes do Continente e fez as pazes com o imperador. Julgando-se finalmente seguro nesse lado, voltou sua fantasia para o norte, na esperança de anexar a Escócia à Inglaterra e, com isso, arredondar os limites geográficos e a segurança do país. Foi desviado de seu propósito por outra rebelião no norte da Inglaterra. Antes de partir para debelá-la e para desencorajar qualquer conspiração por ocasião de sua volta, ordenou que fossem condenados à morte (1541) todos os prisioneiros políticos que estavam na Torre, inclusive a condessa de Salisbury. A rebelião foi dominada e Henrique, já livre de cuidados, voltou para a corte de Hampton para procurar doce conforto junto a sua nova rainha.

A segunda Catarina foi a mais bonita de suas companheiras. Mais dependente que nunca dos cuidados de uma esposa, o rei chegou quase a amá-la; deu graças aos céus pela "boa vida que estava levando e que esperava continuar a levar" sob sua direção. Mas no dia seguinte a este *Te Deum* (2 de novembro de 1541), o arcebispo Cranmer entregou-lhe documentos que indicavam que Catarina havia tido relações pré-maritais com três amantes sucessivos. Dois deles confessaram o fato, o mesmo fazendo a rainha. Henrique "ficou de tal forma amargurado", relatou o embaixador francês, "que se julgou que ia enlouquecer";[44] perseguiu-o então o medo de que Deus havia amaldiçoado todos os seus casamentos. Estava disposto a perdoar Catarina, mas foi-lhe dado prova de que ela havia cometido adultério com um primo desde seu casamento com o rei. Ela admitiu que recebera o primo em seus aposentos particulares tarde, uma noite, mas somente na presença de *lady* Rochford; negou que tivesse procedido mal naquela noite ou em qualquer outra ocasião depois que se casara; *lady* Rochford atestou a verdade dessas declarações tanto quanto sabia.[45] Mas a corte real julgou a rainha culpada, e, a 13 de fevereiro de 1542, foi ela decapitada no mesmo lugar em que a cabeça de Ana Bolena havia caído seis anos antes. Seus amantes foram condenados à prisão perpétua.

O rei era agora um homem alquebrado. Sua úlcera zombava da ciência médica de

seu tempo, e a sífilis, que não pudera curar, estava-lhe devastando a constituição física.[46] Perdendo o ardor pela vida, deixou-se transformar em uma verdadeira massa de carne, as bochechas sobrepondo-se a suas papadas, os olhos estreitos meio perdidos em seu rosto irregular. Não podia ir de uma sala para outra sem apoio. Percebendo que não tinha muitos anos de vida, expediu (1543) novo decreto fixando a sucessão para o trono: primeiro herdeiro seria Eduardo, seguindo-se-lhe Maria e depois Elizabeth; não foi mais além, pois a seguinte na sucessão era Maria Stuart, da Escócia. Em um último esforço para conseguir um filho sadio e, após repetidos pedidos do conselho, casou-se pela sexta vez (12 de julho de 1543). Catarina Parr sobreviveu a dois maridos, mas o rei já não insistia mais em ter esposas virgens. Ela era uma mulher de cultura e tato; cuidou pacientemente do rei inválido, fê-lo reconciliar-se com sua filha Elizabeth, da qual se negligenciara durante muito tempo e procurou amenizar sua teologia e o ardor em sua política de perseguição.

Fogueiras por questões teológicas continuaram a crepitar até o fim de seu reinado: 26 pessoas foram queimadas por heresia em seus últimos oito anos. Em 1543, espiões informaram ao bispo Gardiner que Henrique Filmer havia dito: "Se Deus se encontra realnente presente (na hóstia consagrada), então em toda a minha vida comi 20 deuses"; que Robert Testwood, à elevação da hóstia, havia jocosamente prevenido o padre para que não deixasse Deus cair, e que Anthony Pierson havia chamado de ladrão todo padre que pregasse tudo menos "o Verbo de Deus" — *i.e.*, as Escrituras. Todos esses homens foram queimados, por ordem dos bispos anglicanos, em um prado que se estendia diante do palácio real, em Windsor. O rei perturbou-se com o fato de uma testemunha ter feito um depoimento que mais tarde se descobriu ser falso; o culpado foi enviado para a Torre.[47] Em 1546, Gardiner condenou quatro outras mais à fogueira por negarem a Real Presença. Uma era uma jovem, Ana Askew, que sustentou sua heresia durante as cinco horas em que foi inquirida. "Esse que chamais vosso Deus" — declarou ela no julgamento — "é um pedaço de pão; para dar-vos uma prova, peço que o deixeis em uma caixa durante três meses; ele ficará bolorento." Torturaram-na para arrancar-lhe os nomes de outros hereges; ela permaneceu silenciosa em sua agonia; caminhou para a morte, dizendo que "ia feliz como alguém que estava de caminho para o céu".[48] O rei não atuou nessas perseguições. As vítimas apelaram para ele, mas sem resultado.

Em 1543, o rei entrou em guerra com a Escócia e seu "amado irmão" Francisco I, e viu-se logo aliado de seu velho inimigo, Carlos V. Para financiar suas campanhas, exigiu novos "empréstimos" de seus súditos, repudiou o pagamento dos que havia feito em 1542 e confiscou as doações recebidas pelas universidades.[49] Foi carregado para a guerra e dirigiu o cerco e a conquista de Boulogne-sobre-o-Mar. Seus exércitos invadiram a Escócia e destruíram as abadias de Melrose e Dryburgh bem como cinco outros mosteiros, mas foram derrotados em Ancrum Moor (1545). Foi assinado um acordo conveniente com a França (1546); e o rei podia assim morrer em paz.

Estava agora tão fraco que as famílias dos nobres discutiam abertamente sobre a quem devia ser confiada a regência do jovem Eduardo. Um poeta, o conde de Surrey, tinha tanta certeza de que seu pai, o duque de York, seria o regente, que adotou um brasão de armas que só seria admissível no herdeiro aparente do trono. Henrique prendeu ambos; eles se confessaram culpados; o poeta foi decapitado em 9 de janeiro de 1547, ficando a execução do duque marcada para logo depois do dia 27. Mas no

dia 28 morria o rei. Estava com 55 anos, mas vivera uma dezena de vidas em uma só. Deixou uma grande soma destinada a pagar as missas pelo repouso de sua alma.

Os 37 anos do reinado de Henrique VIII transformaram a Inglaterra de um modo mais profundo do que tivesse talvez imaginado ou desejado. Pensara em substituir o papa, deixando ao mesmo tempo como estava a antiga religião que havia habituado o povo a observar as restrições de moral e obediência à lei; mas seu brilhante desafio ao papado, a rapidez com que dispersara os monges e as relíquias, a humilhação contínua a que sujeitava o clero, o confisco das propriedades da Igreja e a secularização do governo enfraqueceram de tal modo o prestígio e a autoridade dos eclesiásticos que foi fácil o advento das mudanças de ordem teológica que se seguiram durante os reinados de Eduardo e Elizabeth. A Reforma na Inglaterra foi menos doutrinária do que a da Alemanha, mas um resultado primacial prevaleceu para ambas — a vitória do Estado sobre a Igreja. O povo escapou de um papa infalível para cair nos braços de um rei absoluto.

No sentido material o povo não lucrou. Continuou a pagar os dízimos da Igreja como o fazia anteriormente, mas as sobras líquidas iam para o governo. Muitos aldeões cultivavam as terras arrendadas para "parentes dos lordes" mais cruéis do que os abades que Carlyle iria idealizar em seu *Past and Present*. Guilherme Cobbett era de opinião que "considerada somente em seu aspecto social, a Reforma na Inglaterra foi, na realidade, o soerguimento dos ricos contra os pobres".[50] Registros de preços e salários revelam que os trabalhadores dos campos e das cidades estavam em melhores condições ao tempo da ascensão de Henrique ao trono do que ao tempo de sua morte.[51]

Eram ruins os aspectos morais desse reinado. O rei deu ao país um exemplo desmoralizador com seus excessos sexuais, sua insensibilidade ao passar, poucos dias depois da execução de uma esposa, para o leito da seguinte, sua calma crueldade, sua desonestidade no fisco e sua ganância material. A classe alta desorganizara a corte e o governo com intrigas e corrupções; a pequena nobreza rivalizava com Henrique na ânsia de arrancar a riqueza da Igreja; os industriais esbulhavam os trabalhadores e eram, por sua vez, esbulhados pelo rei. A decadência da caridade não completava o quadro, pois ficara aquela subserviência aviltante de um povo aterrorizado a um autocrata egoísta. Somente a coragem dos mártires protestantes e católicos redimiu esse quadro, em que se devem ressaltar os mais nobres de entre eles, Fisher e More.

Num quadro mais amplo, mesmo aqueles amargos dias trouxeram alguns frutos bons. A Reforma tinha de vir. Temos que ter isso sempre em mente ao registrarmos a perversidade daquele século em que ela nasceu. A ruptura com o passado foi violenta e dolorosa, mas somente um golpe brutal poderia arrancar essa força que pesava sobre o espírito dos homens. Ao ser removida tal força, o espírito do nacionalismo, que a princípio permitiu o despotismo, transformou-se em entusiasmo popular e em força criadora. A eliminação do papado dos negócios ingleses deixou o povo, por algum tempo, à mercê do Estado; mas, no fim, obrigou-o a confiar em si mesmo no conter seus governantes e no exigir, década após década, medidas de liberdade em consonância com sua inteligência. O governo não seria sempre tão poderoso quanto o fora sob o reinado de Henrique, o Terrível; seria fraco sob o reinado de um filho doente e no de uma filha rancorosa; depois, sob o governo de uma rainha vacilante, porém, triunfante, o país iria erguer-se em uma explosão de energia e colocar-se na liderança do espírito europeu. Talvez Elizabeth e Shakespeare não tivessem existido não fosse a Inglaterra libertada pelo pior e o mais forte de seus reis.

CAPÍTULO XXVI

Eduardo VI e Maria Tudor

1547-58

I. O PROTETORADO DE SOMERSET: 1547-49

O menino de 10 anos de idade que subiu ao trono da Inglaterra com o nome de Eduardo VI fora pintado por Holbein quatro anos antes em um dos mais interessantes de todos os retratos: boina com pluma, cabelo ruivo, manto com gola de arminho e um rosto tão delicado e pensativo que devemos imaginá-lo com todos os traços de Jane Seymour e nenhum de Henrique VIII. Talvez tivesse herdado a fraqueza física que a fizera perder a vida quando ele nasceu; nunca chegaria a adquirir as forças necessárias para governar. Contudo, observou com nobre zelo as obrigações que lhe cabiam como príncipe e rei: estudou diligentemente línguas, geografia e a arte de governar e guerrear; seguiu com atenção todas as questões de Estado que permitiram lhe fossem submetidas e demonstrou para todos, salvo para os católicos intransigentes, tanta bondade e boa vontade que a Inglaterra julgou tivesse enterrado um ogro para coroar um santo. Educado por Cranmer, tornou-se protestante fervoroso. Desencorajava qualquer punição severa por heresia, mas não gostava que sua meia-irmã católica Maria ouvisse missa, pois sinceramente acreditava que a missa era a mais nefanda idolatria. Aceitou satisfeito a decisão do Conselho Real em escolher para seu regente seu tio Eduardo Seymour — feito logo depois duque de Somerset — o qual favoreceu uma política em prol do protestantismo.

Somerset era homem de inteligência, coragem e de integridade imperfeita, porém notável em seu tempo. Belo, cortês e generoso, confundia com sua vida a covarde e egoística aristocracia que podia perdoar-lhe tudo, menos sua simpatia pelos pobres. Embora quase absoluto em poder, acabou por dar um fim ao absolutismo estabelecido por Henrique VII e Henrique VIII: permitiu maior liberdade de palavra, reduziu o número de ações anteriormente classificadas como traição ou felonia, exigiu provas mais concretas para as condenações, devolveu às viúvas dos condenados seus bens e repeliu as leis mais opressivas do governo anterior concernentes à religião. O rei permaneceu chefe da Igreja Inglesa; qualquer comentário irreverente sobre a eucaristia continuava a ser, entretanto, uma ofensa sujeita à punição; todavia, os mesmos estatutos ordenavam que o sacramento fosse ministrado em ambos os modos, prescreviam o inglês como a língua do ofício religioso e repudiavam o purgatório e a missa para os mortos. Os protestantes ingleses que haviam fugido da Inglaterra voltaram trazendo consigo as idéias fecundantes de Lutero, Zwingli e Calvino. Reformadores estrangeiros, percebendo a nova liberdade, levaram para a ilha inquieta os seus vários evangelhos. Pedro Mártir Vermigli e Martinho Bucer lá chegaram, vindos de Estrasburgo;

Bernardino Ochino, de Augsburg; Jan Laski, de Emden. Anabatistas e unitários atravessaram o canal para pregar na Inglaterra heresias que deixaram chocados tanto os protestantes como os católicos. Turbas de iconoclastas, em Londres, tiraram os crucifixos, quadros e estátuas das igrejas; Nicolau Ridley, diretor do Colégio de Pembroke, Cambridge, pregou ardentemente contra as imagens religiosas e a água benta, e, para arremate de tudo isso, o arcebispo Cranmer "comeu carne, publicamente, na quaresma, fato que nunca se verificara desde o tempo em que a Inglaterra se tornara um país cristão".[1] O Conselho Real achou que isso já passava da conta, mas Somerset dominou-o e cortou as peias da reforma. Sob sua direção, o parlamento (1547) ordenou que se extirpassem todos os quadros, nas paredes ou janelas das igrejas que celebrassem profetas, apóstolos ou santos, "a fim de que não ficasse lembrança alguma dos mesmos". A maioria dos vitrais nas igrejas foi destruída; o mesmo se deu com as estátuas; os crucifixos foram substituídos pelas armas do rei; paredes brancas e vidraças simples tiraram as cores da religião da Inglaterra. Houve uma disputa geral, em cada localidade, pela prata e ouro das igrejas; e, em 1551, o governo apropriou-se do que restara. As magnificentes catedrais medievais foram despojadas.

O chefe espiritual daquelas mudanças foi o arcebispo Cranmer; seus principais oponentes foram Edmund Bonner, bispo de Londres, e Stephen Gardiner, bispo de Winchester; Cranmer mandou-os para a *Fleet* (prisão de Londres assim chamada devido a sua proximidade do curso de água de Fleet, um estuário [agora coberto] do rio Tâmisa). Entretanto, o arcebispo vinha trabalhando, durante muitos anos, no sentido de prover, em um só livro, um substituto para o missal e o breviário da Igreja que derrotara. Pedro Mártir e outros eruditos auxiliaram-no nesse trabalho; mas esse Primeiro Livro de Orações Comuns (1548) era um produto essencialmente pessoal, um produto de Cranmer, no qual o zelo pela nova religião se misturava com um sentido muito fino pela solene beleza do sentimento e da frase; mesmo as traduções que fizera do latim tinham o encanto que só um gênio podia dar. O Livro não era completamente revolucionário; seguia algumas idéias dos luteranos, como a rejeição do caráter de sacrifício da missa, mas não negava nem afirmava a transubstanciação; retinha muita coisa do ritual católico e podia ser aceito por um católico romano que não fosse muito exigente. Cranmer não o submeteu ao sínodo e, sim, ao parlamento, e este organismo leigo não teve escrúpulos em prescrever a crença e os rituais religiosos. O Livro tornou-se uma lei do reino e toda igreja, na Inglaterra, recebeu ordens de adotá-lo. Bonner e Gardiner, que haviam sido postos em liberdade, por ocasião de uma anistia geral (1549), foram novamente presos por terem rejeitado o direito do parlamento de legislar sobre religião. A princesa Maria teve permissão de ouvir missa em seus aposentos particulares.

Uma situação internacional perigosa acalmou, por algum tempo, os violentos debates entre católicos e protestantes. Henrique II, da França, exigiu a evacuação da Boulogne-sobre-o-Mar; ante uma recusa, preparou-se para sitiá-la; de um momento para outro também Maria Stuart, rainha dos escoceses, na ocasião uma menina de cinco anos que se achava na França, poderia lançar a Escócia na guerra. Tendo notícias de que os escoceses se estavam armando e provocando uma rebelião na Irlanda, Somerset atravessou a fronteira à frente de uma força e derrotou-os em Pinkie Cleugh (10 de setembro de 1547). As condições que ofereceu aos escoceses foram extraordinariamente generosas e previdentes: os escoceses não sofreriam a perda da liberdade, tampouco seriam suas propriedades confiscadas; a Escócia e a Inglaterra fundir-se-

iam, formando um só império, o "Império da Grã-Bretanha"; cada povo teria seu próprio governo e suas próprias leis, mas ambos deveriam ser governados, depois do corrente reinado, pelo descendente da rainha dos escoceses. Os católicos da Escócia rejeitaram esse plano temendo que o protestantismo da Inglaterra contaminasse o próprio país; além disso, os nobres escoceses estavam recebendo pensões do governo francês e eram de opinião que mais valia um pássaro na mão do que dois voando.

Tendo fracassado naqueles desejos de paz, enfrentando a guerra com a França, lutando por estabelecer no país um acordo entre duas religiões irredutíveis e ouvindo novos rumores sobre uma revolta agrária na Inglaterra, Somerset bebeu o cálice do poder até às fezes quando seu próprio irmão planejou derrubá-lo. Thomas Seymour não se sentia satisfeito de ser apenas lorde almirante-mor e membro do Conselho Privado; queria ser rei. Cortejou a princesa Maria, depois a princesa Elizabeth, mas em vão. Recebeu dinheiro furtado da casa da moeda e despojos dos piratas que permitia operarem no canal; assim financiado, reuniu secretamente provisões de armas e munições. Descobriram sua conspiração; foi acusado pelos condes de Warwick e Southampton; foi quase unanimemente condenado pelas duas casas do parlamento; foi condenado à morte em 20 de março de 1549. Somerset procurou protegê-lo, mas nada conseguiu. O prestígio do protetor caiu com a cabeça do irmão.

A ruína de Somerset foi completada com a rebelião de Ket. Esta rebelião ilustrou aparente anomalia: ao passo que na Alemanha a revolta dos camponeses partia dos protestantes, na Inglaterra partia dos católicos; em cada caso, a religião era a fachada para o descontentamento provocado pela situação econômica, e na Inglaterra a fachada era católica porque o governo era protestante. "O principal resultado da Reforma na experiência dos pobres lavradores, foi o aumento dos sofrimentos",[2] escreveu o protestante Froude. Deve-se reconhecer o valor dos teólogos protestantes, naquele reinado — Cranmer, Latimer, Lever e Crowley — ao condenarem a exploração desenfreada de que eram vítimas os camponeses. Somerset denunciou, indignado, as impiedosas exigências dos novos proprietários de terras "surgidos dos montes de esterco" da riqueza da cidade.[3] O parlamento só pôde pensar em aprovar umas leis ferozes contra a mendicância e dar instruções às igrejas que fizessem, semanalmente, uma coleta em favor dos pobres. Somerset mandou uma comissão averiguar a questão sobre cercados e aluguéis elevados; ela encontrou uma resistência sutil e franca por parte dos proprietários; amedrontados por estes últimos, os inquilinos ocultaram os males e injustiças que lhes faziam, e as modestas recomendações da comissão foram rejeitadas pelo parlamento, no qual os distritos agrários eram representados pela pequena nobreza proprietária. Somerset abriu um pequeno tribunal em sua própria casa para ouvir as queixas dos pobres. Um número cada vez maior de nobres, dirigidos por John Dudley, conde de Warwick, uniu-se em um movimento para depô-lo.

Por fim, furiosos com os males e injustiças que se acumulavam e com o fracasso nos processos de indenizações, os camponeses revoltaram-se de uma extremidade a outra, na Inglaterra. Somersetshire foi o primeiro a revoltar-se, depois Wilts e Gloucestershire, Dorset, Hampshire, Berks, Oxford e Buckingham, no oeste Cornualha e Devon, a leste Norfolk e Kent. Em Norwich, um pequeno proprietário, Robert Ket, organizou os rebeldes, apoderou-se do governo municipal e formou uma comuna de camponeses que, durante um mês, governou a cidade e o interior. Em Mousehold Hill, ao norte da cidade, Ket acampou com 16.000 homens e ali, à sombra de um carvalho, procedeu todos os dias ao julgamento de proprietários transgressores que ha-

viam sido presos pelos camponeses. Não era sangüinário; aqueles que condenava eram encarcerados e alimentados. Mas desprezava os direitos e os títulos de propriedade. Ordenou a seus homens que percorressem toda região em redor, forçassem entrada nas casas senhoriais, confiscassem todas as armas e levassem para a comuna todo o gado e provisões que encontrassem. Carneiros — os principais rivais dos camponeses na utilização do solo — foram reunidos em número de 20.000 e consumidos incontinenti, junto com uma "infinidade de carne de boi", cisnes, corças, patos, cervos e leitões. Em meio àqueles festins, Ket manteve, entretanto, extraordinária ordem, permitindo até mesmo que pregadores exortassem os homens a abandonar a revolta. Somerset demonstrara muita simpatia pelos rebeldes, mas concordou com Warwick em que deviam ser dispersados a fim de que não se desorganizasse toda a estrutura econômica da vida inglesa. Warwick foi enviado contra eles chefiando um exército que havia sido recentemente formado para lutar na França. Ele ofereceu aos rebeldes um perdão de caráter geral se voltassem para suas casas. Ket era favorável à aceitação da proposta, mas chefes mais exaltados opinaram por uma decisão pelas armas e Ket teve de ceder a eles. Em 17 de agosto de 1549, a questão foi resolvida; Warwick, superior a eles em tática, venceu; 3.500 rebeldes foram destroçados; quando os restantes se renderam, Warwick contentou-se em enforcar nove deles e enviou Ket e um irmão para a prisão, em Londres. A notícia da derrota levou o desânimo a outros grupos de rebeldes; um após outro depuseram as armas sob promessa de anistia. Somerset utilizou-se de sua influência para pôr em liberdade a maioria dos chefes, e os irmãos Ket puderam sobreviver por algum tempo.

O protetor foi acusado de ter encorajado a revolta ao demonstrar sua simpatia pelos pobres. Foi acusado também de ter falhado na política estrangeira, pois os franceses estavam agora sitiando Boulogne-sobre-o-Mar. Foi, com justiça, acusado de ter admitido a corrupção entre os funcionários governamentais, depreciado a moeda, aumentado sua própria fortuna e construído sua suntuosa residência, a Casa de Somerset, quando o país estava às portas da falência. Warwick e Southampton encabeçaram um movimento para derrubá-lo. A maioria dos nobres que lhe perdoara a riqueza, menos, porém, sua bondade para com os camponeses, aproveitou-se da oportunidade para vingar-se. Em 12 de outubro de 1549, o duque de Somerset, marchou, como prisioneiro, pelas ruas de Londres, e foi encerrado na Torre.

II. O PROTETORADO DE WARWICK: 1549-53

Pelos padrões daquele tempo, os inimigos de Somerset eram complacentes. Ele foi despojado das propriedades que havia adquirido durante sua regência; em 6 de fevereiro de 1550, foi posto em liberdade; em maio, tornou a ocupar o lugar no Conselho Real. Mas Warwick era agora o protetor do reino.

Warwick era um verdadeiro Maquiavel. Embora inclinado ao catolicismo, adotou as normas protestantes porque seu rival Southampton era o chefe aceito pelos católicos e também porque a maioria dos nobres estava financeiramente ligada ao novo credo. Tinha aprendido bem a arte da guerra, mas sabia que, com um governo falido e um povo empobrecido, não podia sustentar Boulogne-sobre-o-Mar contra uma França que possuía o dobro dos recursos da Inglaterra. Entregou a cidade a Henrique II e assinou uma paz ignominiosa, da qual não pôde escapar (1550).

Sob o domínio dos proprietários de terras, nobres e plebeus, o parlamento (1549)

aprovou uma lei punindo terrivelmente a rebelião dos camponeses. Os cercamentos foram sancionados por uma lei especial; os impostos que Somerset havia lançado sobre os carneiros e a lã, com o propósito de desencorajar os cercamentos, foram revogados. Várias penas foram instituídas para os trabalhadores que combinaram aumentar seus salários.[4] Foram declaradas ilegais as assembléias que se fizessem para discussão da diminuição dos aluguéis ou dos preços; as pessoas que a elas assistissem perderiam suas propriedades. Robert Ket e seu irmão foram enforcados. A pobreza aumentou; as casas de caridade que haviam sido destruídas não foram restauradas. As doenças tornaram-se endêmicas; abandonaram-se os hospitais. O povo começou a passar fome, a moeda ficou novamente depreciada e os preços subiram. A outrora robusta classe dos pequenos proprietários rurais da Inglaterra começou a perecer e os mais miseráveis mergulharam na selvageria.[5]

O caos religioso rivalizava com a anarquia econômica. A maioria do povo permanecera católica,[6] mas a vitória de Warwick sobre Southampton deixou-os sem chefes e eles perceberam a fraqueza daqueles que haviam substituído os homens do passado. O colapso da autoridade moral e espiritual dos sacerdotes, juntamente com a instabilidade e a corrupção do governo, não só ocasionou o aumento da imoralidade, mas também uma balbúrdia de heresias que assustava tanto os católicos quanto os protestantes. João Clement (1556) descreveu "o surpreendente número de seitas que pululava por toda parte, não só de papistas... mas também de arianos, anabatistas e de toda espécie de hereges... algumas negando que o Espírito Santo fosse Deus, outras negando o pecado original, outras a predestinação... um sem-número de coisas semelhantes, um número demasiado grande de seitas para que pudessem ser citadas".[7] Roger Hutchinson (*ca.* 1550) escreveu sobre os "saduceus e libertinos" (livres-pensadores) que diziam "que o Diabo... nada era senão... uma afeição imunda da carne... que não havia lugar de descanso nem de sofrimentos depois desta vida, que o inferno nada era senão uma consciência atormentada e desesperada e que o paraíso é uma consciência feliz, tranqüila e alegre".[8] E John Hooper, bispo protestante de Gloucester, contou que "há muitos que dizem que a alma do homem não é melhor que a de um animal, e que ela é mortal e perecível. Há infelizes que ousam, em seus conventículos, negar que Cristo é nosso Salvador, além de chamar o Filho de Deus de fomentador de desordens e de impostor".[9]

Aproveitando-se da liberdade que havia sido concedida por Somerset, um implacável grupo de protestantes satirizava desapiedadamente a velha religião. Os estudantes de Oxford faziam paródias de missas em suas pantomimas; destruíram missais e arrancaram hóstias dos altares, calcando-as sob os pés. Os pregadores de Londres chamavam os sacerdotes de "rebentos da prostituta de Babilônia" — *i.e.*, rebentos do papa.[10] Homens de negócios faziam suas conferências na catedral de São Paulo; jovens destemidos ali se reuniam para travar seus duelos de morte. O novo protetorado era agora definitivamente protestante. Reformadores eram nomeados para os bispados, geralmente sob a condição de passarem parte dos domínios episcopais para os cortesãos responsáveis pela sua nomeação.[11] O parlamento decretou (1550) que todos os quadros e estátuas deviam ser removidos das igrejas da Inglaterra, salvo "as grandes figuras de reis e nobres que não tivessem sido consideradas santas"; e todos os livros de orações, com exceção do de Cranmer, deviam ser destruídos.[12] As vestes, mantos e toalhas dos altares foram confiscados; muitos foram vendidos e outros dados de presente, indo adornar as casas dos nobres.[13] Por ordem do conselho, eram confisca-

dos para o tesouro todos os vasos que tivessem permanecido nas igrejas depois de 1550; mais tarde, o parlamento apropriou-se, para o governo, das moedas que se achavam nas caixas de coletas para os pobres.[14] O governo ou seus funcionários descobriram novos fundos, cancelando as bolsas de estudos para os estudantes pobres e suprimindo as cadeiras de professores (custeados pelo Estado) que Henrique VIII havia criado nas universidades.[15] O parlamento de 1552 recomendou o celibato ao clero, mas permitiu que se casasse o sacerdote para quem a castidade constituísse um peso.

A perseguição religiosa, que, durante muito tempo, os católicos moviam aos hereges, passou então na Inglaterra, assim como na Suíça e na Alemanha luterana, a ser desencadeada pelos protestantes contra os hereges e os católicos. Cranmer elaborou uma relação de heresias que, se não fossem abjuradas, deveriam ser punidas com a morte; incluíam a *afirmação* da Real Presença na eucaristia, ou a supremacia eclesiástica do papa, bem como a negação da inspiração do Velho Testamento ou das duas naturezas de Cristo ou a justificação pela fé.[16] Joan Bocher, de Kent, foi para a fogueira por contestar a encarnação (1550). Ao bispo protestante de Londres, Ridley, que lhe pedira que se retratasse, disse: "Não faz muito tempo vós queimastes Ana Askew por causa de um pedaço de pão (por negar a transubstanciação); no entanto, acreditais na doutrina pela qual a queimastes; e agora quereis queimar-me por causa de um pedaço de carne (referia-se à frase do Quarto Evangelho — "O Verbo se fez carne"), e no fim acabareis acreditando nisso também".[17] Somente dois hereges foram queimados no reinado de Eduardo; contudo, muitos católicos foram presos por ouvir missa ou por criticarem publicamente o corrente credo ortodoxo.[18] Sacerdotes obstinadamente católicos foram depostos de seus cargos; alguns foram enviados para a Torre.[19] A Gardiner, que se achava ainda lá, foi oferecida a liberdade se consentisse pregar a reforma da religião; como não consentiu, foi removido para um "alojamento mais horrível ainda" na Torre, tendo ficado privado de papel, pena e livros. Em 1552, Cranmer publicou seu Segundo Livro de Orações Comuns que negava a Real Presença, rejeitava o sacramento de extrema-unção e que, na realidade, era o Primeiro Livro revisto sob o ponto de vista protestante. O parlamento decretou um Segundo Ato de Uniformidade, o qual exigia que todas as pessoas assistissem regularmente aos ofícios religiosos conduzidos de conformidade com o Segundo Livro, apenas esses. Em 1553, o Conselho Real promulgou 42 "Artigos de Religião" elaborados por Cranmer, tornando-os obrigatórios para todos os ingleses. Enquanto a virtude e a ortodoxia tornavam-se leis, o protetorado de Warwick ia-se distinguindo, numa era corrupta, por sua corrupção. Isso não impediu que o maleável jovem Eduardo o fizesse duque de Northumberland (4 de outubro de 1551). Uns dias depois, o duque reparou um ato de honestidade política — a libertação de Somerset — acusando seu precedessor de ter tentado restabelecer-se no poder. Somerset foi preso, julgado e condenado, principalmente ante as provas dadas por *Sir* Thomas Palmer; forjou-se uma ordem do rei exigindo a execução de Somerset; no dia 22 de janeiro de 1552, ele enfrentou a morte com coragem e dignidade. O duque de Northumberland, quando, por sua vez, enfrentou a execução, confessou que, por seu intermédio, Somerset havia sido falsamente acusado; também Palmer, antes de sua morte, confessou que o testemunho que havia prestado fora planejado pelo duque de Northumberland.[20]

Raramente na história da Inglaterra uma administração fora tão impopular. O clero protestante, que havia louvado o novo protetor em gratidão pelo seu apoio, voltou-se contra ele ao aumentarem seus crimes. O rei Eduardo estava a caminho da morte; Ma-

ria Tudor, por um ato do parlamento, havia sido nomeada herdeira do trono se Eduardo permanecesse sem filhos, e Maria, como rainha, iria logo vingar-se daqueles que haviam afastado a Inglaterra de sua antiga fé. O duque de Nortthumberland percebeu logo o perigo que sua vida corria. Seu único conforto estava no fato de seus agentes terem preparado Eduardo para prestar-lhe obediência. Ele induziu o rei moribundo a colocar a coroa sobre a cabeça de *lady* Jane Grey, a filha do duque de Suffolk e neta da irmã de Henrique VIII; ademais, Jane havia-se casado recentemente com o filho do duque de Northumberland. Eduardo não tinha, como o pai, recebido autorização do parlamento para nomear seu sucessor; quase toda a Inglaterra considerou a ascensão da princesa Maria como um fato inevitável e justo. Jane protestou, dizendo que não queria ser rainha. Era mulher de uma educação fora do comum: escrevia em grego, estudava grego e correspondia-se com Bullinger em latim tão bem quanto ele. Não era uma santa; sabia criticar firmemente os católicos e menosprezava a transubstanciação. Mas os pecados praticados contra ela foram em número muito maior que os seus. A princípio recebeu o plano do sogro como pilhéria. Ao insistir a sogra, resistiu a ela. Finalmente o marido ordenou-lhe que aceitasse o trono e ela — "que não queria ser desobediente ao esposo" — acabou por obedecer O duque de Northumberland preparou-se então para prender os principais adeptos de Maria e alojar a própria princesa na Torre, onde ela poderia aprender a resignar-se com a sorte.

Em princípios de julho, o rei já estava próximo do fim. Tossia e escarrava sangue; suas pernas estavam inchadas e faziam-no padecer; erupções tomaram-lhe todo o corpo; caíram-lhe os cabelos e depois as unhas. Ninguém sabia o que era aquela estranha moléstia; muitos suspeitavam de que o duque de Northumberland o tinha envenenado. Finalmente, após longos padecimentos, Eduardo morreu (6 de julho de 1553), apenas ainda nos seus 15 anos, demasiado jovem para participar dos crimes em seu reinado.

Na manhã seguinte, o duque de Northumberland partiu a cavalo para Hunsdon a fim de prender a princesa. Maria, porém, havia sido prevenida; escapou, indo refugiar-se em casa de amigos católicos em Suffolk, e o duque voltou a Londres sem sua presa. Por meio de promessas, ameaças ou suborno, o duque persuadiu o Conselho Privado a unir-se a ele, proclamando rainha a Jane Grey. Ela desmaiou. Ao voltar a si, ainda protestou, dizendo que não se sentia preparada para aquele honroso e perigoso cargo que lhe estavam obrigando a assumir. Seus parentes suplicaram-lhe que o aceitasse, alegando que a vida deles dependia de sua aceitação. No dia 9 de julho, foi com relutância que se reconheceu como rainha da Inglaterra.

Mas em 10 de julho chegaram notícias em Londres de que Maria se tinha proclamado rainha, os nobres do norte haviam acorrido para apoiá-la e suas forças estavam marchando contra a capital. O duque de Northumberland tratou de reunir às pressas todos os soldados que pôde e conduziu-os para a batalha. Em Bury, os soldados disseram-lhe que não dariam mais um passo sequer contra a soberana legal deles. Coroando seus crimes, o duque enviou o irmão à França para, com ouro, jóias e a promessa de entregar Calais e Guines, subornar Henrique II e conseguir assim que ele invadisse a Inglaterra. O Conselho Privado veio a saber dessa missão. Interceptou o mensageiro e anunciou sua fidelidade a Maria. O duque de Suffolk dirigiu-se aos aposentos de Jane e informou-a de que seu reinado de 10 dias havia terminado. Ela recebeu a notícia com alegria e perguntou inocentemente se podia voltar para casa

mas o mesmo conselho, que havia jurado servi-la, ordenou que a encerrassem na Torre. Logo depois o duque de Northumberland ficou ali também prisioneiro, rezando por um perdão, porém esperando a morte. O conselho mandou arautos proclamarem rainha a Maria Tudor. A Inglaterra recebeu a notícia em meio a estrondosas manifestações de júbilo. Durante toda aquela noite de verão, os sinos bimbalharam alegremente e as fogueiras crepitaram sem maldade. O povo trouxe para a rua mesas e comidas, fizeram piqueniques e dançaram.

O país parecia lastimar a Reforma e olhar saudoso para um passado que podia ser agora idealizado, uma vez que não podia voltar. Na verdade, a Reforma até então apenas tinha mostrado seu lado mais amargo à Inglaterra: não a libertação dos dogmas, da inquisição e tirania, porém sua intensificação; não espalhara a luz do saber, ao contrário, espoliara as universidades e fechara centenas de escolas; não franqueara as portas para a bondade, ao contrário, quase terminara de vez com a caridade e, mais ainda, dera carta branca à ganância; não mitigara a pobreza e, sim, esmagara implacavelmente os pobres como jamais se tinha visto, durante séculos, na Inglaterra — talvez jamais tivesse ela presenciado tal espetáculo.[21] Qualquer mudança que viesse eliminar a John Dudley, o duque de Northumberland, e seu bando seria bem acolhida. E a pobre princesa Maria, que havia conquistado aquela afeição secreta da Inglaterra pela sua paciência em 22 anos de humilhação — certamente essa virtuosa mulher viria a ser uma nobre rainha.

III. A RAINHA GENTIL: 1553-54

Para compreendermos a rainha Maria era preciso que tivéssemos vivido com ela a trágica juventude durante a qual mal chegou a conhecer a felicidade. Não tinha terminado de fazer dois anos (1518), quando o pai passou a ter amantes, negligenciando sua pobre mãe; tinha oito anos, quando ele pediu a anulação do casamento; aos 15, os pais se separaram e ela foi viver com a mãe no exílio. Mesmo quando a mãe se encontrou moribunda, foi-lhe proibido vê-la.[22] Depois do nascimento de Elizabeth (1533), Maria foi declarada bastarda e destituída de seu título de princesa. O embaixador do imperador temia que Ana Bolena procurasse eliminá-la por ser ela rival da filha, também candidata ao trono. Quando Elizabeth precisou mudar-se para Hatfield, Maria foi obrigada a ir servi-la, tendo de morar "no pior quarto da casa".[23] Tiraram-lhe as empregadas, substituindo-as por outras que estavam subordinadas a *Miss* Shelton, de Hatfield, que, lembrando-lhe que era uma bastarda, disse: "Se eu estivesse no lugar do rei, tocar-vos-ia aos pontapés para fora do palácio real por causa de sua desobediência". Contou-lhe que Henrique manifestara sua intenção de mandar decepar sua cabeça.[24] Durante todo aquele primeiro inverno em Hatfield (1534) Maria esteve doente, os nervos abalados pelos insultos e temores, o corpo e a alma não muito distantes da morte. Foi então que o rei se aplacou, dispensando-lhe uma vez ou outra alguma afeição. Sua posição tornou-se menos desconfortável durante o tempo restante do reinado de Henrique. Mas como preço dessa benevolência, foi-lhe exigido que assinasse uma declaração reconhecendo a supremacia eclesiástica de Henrique, o "casamento incestuoso" de sua mãe e seu próprio nascimento ilegítimo.[25]

Seu sistema nervoso vivia constantemente afetado por essas experiências; "sofria do coração",[26] e permaneceu com saúde fraca até o fim de sua vida. Voltou-lhe a coragem quando, sob o protetorado de Somerset, o parlamento a declarou herdeira ne-

cessária do trono. A religião católica fora um valioso suporte em suas aflições; fora criada nela com um fervor espanhol, fortalecida ainda pelo modo de viver da mãe e pelas exortações que dela recebeu quando moribunda; recusou-se a abandonar aquela religião quando adejava à borda do poder; quando o Conselho do Rei ordenou-lhe que deixasse de ouvir missa em seus aposentos (1549), não deu atenção à ordem. Somerset foi conivente com sua resistência; mas ele foi alijado do poder; o irmão dela, o rei, aprovou a ordem e três de suas criadas foram enviadas à Torre por não a cumprirem (1551). Tiraram-lhe o capelão que havia dito a missa e ela, finalmente, concordou em renunciar àquele santo ritual. Com o espírito alquebrado, pediu ao embaixador do imperador que lhe arranjasse um meio de fugir para o Continente. O prudente imperador recusou-se a aprovar o plano de fuga. Nada se fez, portanto.

Finalmente seu momento de triunfo chegou quando o duque de Northumberland não encontrou pessoa alguma para lutar contra ela; os que empunharam armas para defender sua causa não exigiram pagamento algum; ao contrário, a ela acorreram com suas próprias provisões e ofereceram-lhe sua riqueza particular para financiar a campanha. Quando entrou em Londres como rainha (3 de agosto de 1553), até mesmo a cidade meio protestante ergueu-se quase unanimemente para recebê-la. A princesa Elizabeth foi timidamente ao seu encontro, junto às portas da cidade, perguntando-se a si mesma se Maria teria guardado rancor contra ela por causa das iniqüidades que sofrera. Maria, porém, acolheu-a com um caloroso abraço e beijou todas as damas de honor da comitiva de sua meia-irmã. A Inglaterra sentiu-se tão feliz quanto ao tempo em que Henrique VIII, jovem, belo e generoso, subira ao trono.

Maria tinha agora 37 anos e o tempo implacável já lhe havia marcado o rosto com os sinais do definhamento físico. Raramente depois de adulta ela conhecera um ano sem que tivesse tido uma doença grave. Sofria de hidropisia, indigestões e fortes dores de cabeça; tratava-se com freqüentes sangrias, o que a deixava nervosa e pálida. Suas periódicas amenorréias mergulhavam-na, muitas vezes, em tribulações histéricas, receosa que ficava de que jamais pudesse dar à luz um filho.[27] O corpo estava agora fino e frágil, a testa cheia de rugas, os cabelos ruivos já com riscos prateados, os olhos tão fracos que para ler tinha de chegar o papel para bem perto do rosto. Suas feições eram simples, quase masculinas, a voz tão profunda quanto a de um homem; a vida tinha-lhe dado todas as fragilidades da mulher, mas nenhum encanto. Tinha algumas prendas de seu sexo — tricotava pacientemente, bordava com muita habilidade e tocava flauta; além disso, sabia espanhol, latim, italiano e francês. Teria sido uma grande mulher se não tivesse sido dominada pelas suas convicções teológicas e a força do poder. Era sincera a ponto de ser completamente simples, incapaz de diplomacia e sobremodo desejosa de amar e ser amada. Tinha explosões de raiva e de mau humor. Era obstinada, mas não orgulhosa; reconhecia suas limitações mentais e ouvia humildemente os conselhos. Era inflexível apenas quando se tratava de sua fé; de outro modo, mostrava-se clemente e piedosa, liberal para com os infelizes e ansiosa por reparar as injustiças da lei. Freqüentemente visitava as casas dos pobres, sentava-se ao lado das donas-de-casa e conversava com elas, tomava nota de suas necessidades e reclamações e auxiliava-as em tudo que podia.[28] Restituiu às universidades os bens que seus antecessores haviam tomado.

A melhor feição de seu caráter foi demonstrada na relativa tolerância de seus primeiros tempos de reinado. Não só libertou Gardiner, Bonner e outros que haviam sido encarcerados por recusarem aceitar o protestantismo, como perdoou quase todos

os que haviam tentado afastá-la do trono. Fez, porém, com que alguns deles pagassem pesadas multas ao tesouro; com tal auxílio para a renda reduziu substancialmente os impostos. Pedro Mártir e outros protestantes alienígenas receberam salvo-condutos para deixarem o país. O Conselho da Rainha fez um breve julgamento do duque de Northumberland e de seis outros que haviam conspirado para prender Maria e coroar Jane Grey; todos os sete foram condenados à morte. Maria desejou perdoar até mesmo ao duque de Northumberland, mas Simon Renard, na ocasião embaixador do imperador, dissuadiu-a desse desejo. Todos os três que não tinham sido perdoados fizeram, no último momento, profissão de fé católica romana. Jane Grey declarou justa a sentença e covarde o ato de profissão de fé.[29] Maria propôs a libertação dela, mas acabou cedendo a seus conselheiros, ordenando que a mantivessem confinada na área da Torre com liberdade de movimento.[30]

Em 13 de agosto, a rainha expediu uma declaração oficial de que não "compeliria ou constrangeria as consciências" em questões de crença religiosa;[31] foi esta uma das primeiras declarações de tolerância religosa de um governo moderno. Inocentemente esperava converter os protestantes por meio de argumentos e, para isso, preparou um debate público entre teólogos contrários, mas o debate terminou em discussões amargas, sem resultado. Logo depois, o capelão do bispo Bonner era alvejado por um punhal, atirado por um elemento qualquer de uma multidão que ressentira a sua pregação sobre o Catolicismo; foi salvo da morte por dois teólogos protestantes.[32] Assustada, Maria ordenou (18 de agosto de 1553) que não se pregassem sermões doutrinários, salvo nas universidades, enquanto o parlamento não se reunisse e examinasse os problemas suscitados pelos conflitos religiosos. Cranmer, ainda arcebispo, recebeu ordens de não deixar seu palácio em Lambeth; replicou com um ataque contra a missa, tachando-a de "abominável blasfêmia"; ele e Latimer foram enviados para a Torre (setembro de 1553). O bispo Ridley, de Londres, que havia chamado Maria e Elizabeth de bastardas, tinha sido enviado para a Torre dois meses antes. Resumindo, a conduta de Maria, naqueles primeiros meses de reinado, sobrepujou, em clemência e tolerância, a dos outros grandes governantes de seu tempo.

Os problemas que ela enfrentara talvez esmagassem um soberano que lhe fosse bastante superior em inteligência e tato. Sentiu-se chocada com a confusão e corrupção que reinavam na administração. Ordenou que cessasse a corrupção. Esta continuou a prevalecer passado certo tempo. Maria deu bom exemplo reduzindo as despesas da casa real, garantindo a estabilidade da moeda e deixando que as eleições para o parlamento se processassem livres de qualquer influência; as novas eleições foram "as mais limpas que se haviam realizado durante muitos anos".[33] Mas a redução dos impostos deixou a renda mais baixa que a despesa; para compensar a diferença, ela criou direitos aduaneiros sobre a importação de fazendas e taxou a importação de vinhos procedentes da França; essas medidas, com que esperava auxiliar os pobres, provocaram uma retração comercial. Maria tentou deter o desenvolvimento do capitalismo limitando o número de teares para cada indivíduo a um ou dois. Denunciou "os ricos fabricantes de roupas" por pagarem salários baixos e proibiu o pagamento de salários em espécie.[34] Não pôde, entretanto, encontrar entre os elementos que a cercavam pessoas que fossem dotadas da força e integridade que eram necessárias para fazer cumprir sua boa vontade; e as leis econômicas anularam seus objetivos.

Mesmo na religião encontrou fortes obstáculos de ordem econômica. Talvez não houvesse uma família influente na Inglaterra, cuja propriedade não tivesse sido toma-

da da Igreja;[35] tais famílias opunham-se naturalmente, à volta do credo de Roma. Os protestantes, numericamente uma minoria, porém poderosos financeiramente, podiam a qualquer momento prover os elementos para uma revolta que colocaria no trono a protestante Elizabeth. Maria ansiava por restabelecer o direito dos católicos de exercerem seu culto de conformidade com seu próprio ritual; mas o imperador, que há 32 anos vinha combatendo o protestantismo, aconselhou-a a agir com vagar e que ficasse satisfeita em mandar dizer missa particularmente para ela e as pessoas de seu círculo. Mas a religião lhe era demasiado transcendente para que pudesse encará-la sob o aspecto político. A geração cética que se formara em Londres maravilhava-se com a freqüência e o fervor de suas orações e, provavelmente, o embaixador espanhol devia achar uma coisa muito aborrecida quando ela lhe pedia que se ajoelhasse juntamente com ela para solicitarem a orientação divina. Maria achava que tinha uma missão sagrada a cumprir: restabelecer a religião que tanta coisa significava para ela e pela qual tanto sofrera. Mandou um mensageiro ao papa pedir que removesse a interdição que pesava sobre o culto religioso na Inglaterra; mas quando o cardeal Pole quis ir à Inglaterra como legado papal, ela concordou com Carlos em que a ocasião não estava ainda propícia para uma medida tão temerária.

O parlamento que se reuniu em 5 de outubro de 1553 não era de forma alguma subserviente. Concordou em rejeitar toda a legislação do reinado de Eduardo concernente à religião; reduziu a suas primeiras proporções as severas penas prescritas nas leis de Henrique VIII e Eduardo VI e, graciosamente, informou à rainha que "a ilegitimidade sobre sua nobilíssima pessoa" havia sido anulada, cessando ela de ser uma bastarda. Mas recusou-se a considerar a restauração das propriedades eclesiásticas, resistiu a toda sugestão de que se devia reconhecer a soberania do papa e, embora contra a vontade de Maria, deixou-a como chefe da Igreja da Inglaterra. Com essa autoridade, ela substituiu os bispos protestantes pelos prelados católicos que haviam sido expulsos; Bonner tornou-se mais uma vez bispo de Londres; Gardiner assumiu novamente o bispado de Winchester e passou a ser o conselheiro íntimo da coroa. Os sacerdotes casados foram demitidos de suas paróquias. Permitiu-se novamente a celebração da missa, a qual passou depois a ser estimulada, e, diz um historiador protestante, "o ardor com que o país, em geral, se aproveitou da permissão para restabelecer o culto católico provou inegavelmente que, com exceção de Londres e de umas grandes cidades, a opinião pública estava a favor da rainha".[36] Pelo edito de 4 de março de 1554, foi completamente restabelecido o culto católico, sendo considerados ilegais o protestantismo e outras "heresias" bem como proibida qualquer pregação ou publicação dos protestantes.

Esse movimento teológico não perturbou tanto o país quanto os planos de casamento de Maria. Constitucionalmente ela o temia, mas acabou por enfrentá-lo na esperança de ter um herdeiro que impedisse a ascensão da protestante Elizabeth. Maria dizia-se virgem e provavelmente o era; se tivesse pecado um pouco, talvez tivesse sido menos sombria, menos tensa e menos exigente. O conselho recomendou-lhe Eduardo Courtenay, bisneto de Eduardo IV, mas sua vida de orgias não agradou a Maria. Tendo sido rejeitado, Eduardo planejou casar-se com Elizabeth, depor Maria, entronizar Elizabeth e, por meio desta, governar a Inglaterra — e nem sequer sonhava com a pouca probabilidade que tinha de dominar essa mulher viril. Carlos V ofereceu a Maria seu filho Filipe, a quem estava disposto a legar tudo com exceção do título imperial; garantiu dar os Países-Baixos como presente a qualquer descendente masculino

que houvesse naquele casamento. Maria ficou empolgada com a idéia de ter como esposo o soberano da Espanha, Flandres, Holanda, Nápoles e Américas. Seu sangue, metade espanhol, animou-se com a perspectiva de uma união política e religiosa da Inglaterra com a Espanha. Modestamente deu a entender que sua idade — 10 anos mais velha que Filipe — era uma barreira; temia que seus pobres encantos não satisfizessem o vigor ou a imaginação do jovem príncipe. Não tinha sequer certeza de que saberia amar.[37] Por seu lado, Filipe mostrava-se relutante; seus agentes ingleses informaram-no de que Maria era "uma perfeita santa ", que "se vestia mal";[38] não se poderia encontrar outra criatura mais interessante nas famílias reais da Europa? Carlos persuadiu-o das vantagens do casamento, dizendo que o enlace daria à Espanha um forte aliado contra a França e um precioso apoio nos Países-Baixos, os quais estavam ligados à Inglaterra comercialmente; talvez se pudesse suprimir o protestantismo na Alemanha por meio de uma ação conjunta da Espanha, França e Inglaterra, como estados católicos. Além disso, a união dos Habsburgo e Tudor constituiria uma força capaz de dar à Europa Ocidental, durante toda uma geração, paz compulsória.

O Conselho da Rainha e o povo inglês reconheciam a força desses argumentos, mas temiam que o casamento transformasse a Inglaterra em um apêndice da Espanha e a envolvesse em freqüentes guerras contra a França. Carlos apresentou, em nome do filho, outra proposta, um contrato de casamento pelo qual Filipe teria o título de rei da Inglaterra somente enquanto Maria vivesse; ela seria a única a ter toda a autoridade de soberana sobre os negócios da Inglaterra; participaria de todos os títulos de Filipe e, se *Don* Carlos (filho de Filipe, de um casamento anterior) morresse sem descendência, ela ou seu filho herdaria o império espanhol; além disso, acrescentou o astuto imperador, receberia, durante toda a sua vida, 60.000 libras por ano das rendas do império. Tudo isso parecia bastante generoso; com umas pequenas precauções, o conselho inglês sancionou o casamento. A própria Maria, a despeito de sua modéstia e timidez, aguardou-o impacientemente. Pudera, há muito que esperava alguém a quem pudesse amar! Mas o povo da Inglaterra ressentiu a sua escolha. A minoria protestante, que continuava a resistir à sua supressão, na esperança de que Elizabeth fosse logo a sucessora da frágil e estéril Maria, receava que o poder da Espanha se colocasse ao lado da soberana para fazer cumprir o restabelecimento do catolicismo. Os nobres, enriquecidos com as propriedades eclesiásticas, tremiam ao pensar em ter que devolvêlas. Até os ingleses católicos faziam objeções a que se colocasse no trono um estrangeiro inflexível que, sem dúvida, haveria de servir-se da Inglaterra para satisfazer seus próprios fins, fins estranhos à própria Inglaterra. Surgiram protestos por todo o país. A cidade de Plymouth, tomada de verdadeiro pânico, pediu ao rei de França que a colocasse sob sua proteção. Quatro nobres traçaram planos para um levante que devia começar em 18 de março de 1554. O duque de Suffolk (o pai de Jane Grey que havia sido perdoado) devia atear o fogo da revolta em Warwickshire, *Sir* James Croft chefiaria seus inquilinos de Welsh, *Sir* Peter Carew levantaria o povo de Devonshire e *Sir* Thomas Wyatt, o Moço, chefiaria a revolta em Kent. O velho Wyatt — o poeta — tinha-se apropriado de uma porção de terras da Igreja, as quais o filho não estava de forma alguma disposto a devolver. Os conspiradores cometeram o erro de confiar seus planos a Courtenay, que tinha sido encarregado de conseguir a cooperação de Elizabeth. O bispo Gardiner, que vigiava Courtenay, considerando-o talvez um elemento vingativo por lhe ter sido rejeitada a mão de Maria, mandou prendê-lo e ele, presumivelmente sob torturas, revelou os planos da conspiração.

Os conspiradores, preferindo morrer na batalha a morrer decapitados, pegaram depressa em armas, irrompendo a revolta em quatro condados ao mesmo tempo (fevereiro de 1554). Wyatt conduziu um exército de sete mil homens rumo a Londres e expediu um apelo a todos os cidadãos para que impedissem a Inglaterra de tornar-se um apanágio da Espanha. A parte protestante da população de Londres pôs em movimento um plano para abrir as portas da cidade a Wyatt. O Conselho da Rainha hesitou em comprometer-se e não levantou um único soldado sequer para sua defesa. A própria Maria não podia compreender por que o país que tinha acolhido tão festivamente sua ascensão ao trono queria recusar-lhe a felicidade final que sonhara durante tantos anos de sofrimentos. Não tivesse ela decidido resolver, ela mesma, a questão, seu reinado e sua vida teriam logo terminado. Foi pessoalmente à sede da municipalidade e enfrentou uma asssembléia agitada que não sabia qual o partido a tomar. Declarou que estava pronta a renunciar àquele casamento com o membro da casa real de Espanha se os Comuns assim o desejassem; de fato, "abster-me-ei de casar enquanto viver", mas, não iria permitir que transformassem aquilo em pretexto para uma revolução política. "Não sei dizer" — declarou ela — "quanto uma mãe poderá amar o filho, pois nunca fui mãe de um, mas inegavelmente, se uma rainha pode amar com a mesma naturalidade e ardor os seus súditos como a mãe a seus filhos, então asseguro-lhes que eu, sendo vossa dama e soberana, vos amo com ternura e ardor."[39] Suas palavras e espírito foram calorosamente aplaudidos. A assembléia hipotecou-lhe seu apoio. Os agentes do governo puderam, quase em um dia, reunir 25.000 homens armados. Suffolk foi preso. Croft e Carew fugiram. Wyatt, assim abandonado, conduziu sua pequena força para a batalha nas ruas de Londres; chegou a aproximar-se do palácio da rainha, em Whitehall. Os guardas pediram à rainha que fugisse; ela, porém, resolveu resistir. Os soldados de Wyatt acabaram sendo dominados; ele, completamente exausto, rendeu-se, sendo levado para a Torre. Maria respirou mais uma vez, porém já não era mais a gentil rainha.

IV. "MARIA SANGUINÁRIA": 1554-58

Os conselheiros de Maria tinham muitas vezes condenado sua política de clemência. O imperador e seu embaixador tinham-na censurado por permitir a vida, até mesmo a liberdade, às pessoas que haviam conspirado contra ela, as quais iriam, sem dúvida, conspirar novamente. Perguntaram-lhe como Filipe podia confiar em um país onde seus inimigos eram deixados livres para planejar seu assassinato. O bispo Gardiner era de opinião que a felicidade do país exigia que os traidores fossem executados. A rainha, apavorada, seguiu a opinião de seus conselheiros. Ordenou a execução de *Lady* Jane Grey, a qual, entretanto, jamais quisera ser rainha, e do marido de Jane que desejara ser rei. Jane, com 17 anos apenas, enfrentou com estoicismo a morte; não teve um protesto, uma lágrima (12 de fevereiro de 1554). Suffolk, seu pai, foi decapitado e uns 100 rebeldes de pequena categoria enforcados. Pouparam-se alguns conspiradores por certo tempo na esperança de arrancar-se-lhes confissões úteis. A princípio, Wyatt acusou Elizabeth de participar do plano, mas no cadafalso (11 de abril de 1554) isentou-a de toda e qualquer participação. Courtenay, após um ano de prisão, foi desterrado. Carlos aconselhou Maria a que executasse Courtenay e Elizabeth por constituírem uma ameaça perpétua à sua vida. Maria mandou buscar Elizabeth, conservou-a no palácio de Saint James durante um mês e, depois, encarcerou-a

durante dois meses na Torre. Renard aconselhou-a a fazer a execução imediatamente, mas Maria a isso se opôs, dizendo que não ficara provada a cumplicidade de Elizabeth.[40] Durante aqueles tenebrosos meses, a vida desta última pendeu na balança; esse terror ajudou a formar seu caráter, tornando-a desconfiada e cônscia de sua insegurança, o que refletiu na severidade de seu reinado mais tarde, quando teve as mesmas atribulações acerca de Maria Stuart, e que Maria Tudor tivera com ela. Em 18 de maio, essa futura rainha foi removida para Woodstock, onde viveu com certa liberdade de movimentos, porém sob vigilância. O receio de que outra conspiração pudesse elevar Elizabeth ao trono fez com que Maria lançasse as vistas para o casamento e poder, com isso, ter um herdeiro.

Filipe não se mostrava ansioso pelo casamento. Por intermédio de um representante seu na Inglaterra, casou-se com Maria a 6 de março de 1554, mas ele mesmo só chegou à Inglaterra em 20 de julho. Os ingleses surpreenderam-se, se bem que com agradável impressão, ao ver que se tratava de uma figura física e socialmente tolerável: um rosto um tanto triangular com uma larga testa e um queixo estreito, adornado com cabelos e barbas amarelos; mas também de maneiras graciosas, perspicaz, presenteando a todos e sem qualquer insinuação ou idéia de que ele e sua comitiva consideravam bárbaros os ingleses. Até para Elizabeth teve uma palavra amável, talvez prevendo que Maria fosse mesmo estéril e que Elizabeth viesse a tornar-se algum dia rainha e que isso fosse um mal menor que a ascensão de Maria, rainha da Escócia (há muito ligada à França), ao trono da Inglaterra. Maria, conquanto fosse muito mais velha que Filipe, olhava-o com juvenil admiração. Faminta de afeição durante tantos anos, rejubilava agora por ter conquistado um príncipe tão encantador e poderoso. Entregou-se a ele com completa devoção, o que fez com que a corte comentasse se a Inglaterra não se teria já submetido à Espanha. A Carlos V escreveu humildemente que se sentia "mais feliz do que nunca a cada dia que passava ao descobrir no rei, meu marido, tantas virtudes e qualidades, e constantemente peço a Deus que me conceda graça para que eu possa agradar-lhe".[41]

Seu desejo de dar a Filipe um filho e à Inglaterra um herdeiro era tão intenso que logo se julgou grávida. Sua amenorréia foi acolhida como testemunho real; a esperança silenciou o pensamento de que tal estado já havia ocorrido muitas vezes anteriormente. Tomou os distúrbios digestivos como provas adicionais de maternidade; o embaixador veneziano relatou que os seios da rainha tinham aumentado e dado leite. Durante muito tempo Maria regozijou-se com o pensamento de que ela também, como as mais pobres mulheres de seu reino, podia dar à luz uma criança; não podemos imaginar sua desolação quando os médicos finalmente a convenceram de que o que ela tinha era hidropisia. Entrementes, os rumores de sua gravidez percorreram toda a Inglaterra; fizeram-se preces e procissões para um parto feliz; correu logo a notícia de que havia dado à luz um menino. As lojas cerraram as portas em homenagem a ela; homens e mulheres festejaram o acontecimento nas ruas; os sinos das igrejas repicaram alegremente e um sacerdote anunciou que o menino era "louro e bonito" como convinha a um príncipe.[42] Acabrunhada pela vergonha e frustração, Maria não apareceu em público durante muitos meses.

Ficou, até certo ponto, consolada pela volta do cardeal Pole à Inglaterra. Carlos o tinha detido em Bruxelas porque ele se tinha oposto ao casamento dela com o príncipe espanhol, mas agora que o casamento se tinha consumado, desapareceram as objeções do imperador; o cardeal, como legado papal, atravessou o Canal da Mancha

(20 de novembro de 1554) rumo ao país que havia deixado 22 anos antes, e a calorosa acolhida que lhe deram os funcionários, o clero e o povo demonstrava a satisfação geral pela renovação das relações com o papado. Saudou Maria com a mais aprimorada frase de seu vocabulário religioso: *Ave Maria, gratia plena, Dominus tecum, benedicta tu in mulieribus*, e esperou que pudesse logo acrescentar "bendito seja o fruto de vosso ventre".[43] Quando o parlamento soube que o papa, por intermédio de Pole, dera seu consentimento aos detentores de propriedades da Igreja de retê-las consigo, tudo correu em grande alegria. Os membros do parlamento, de joelhos, expressaram seu arrependimento pelas ofensas cometidas contra a Igreja, e o bispo Gardiner, tendo confessado sua própria vacilação, deu absolvição aos penitentes. A supremacia eclesiástica do papa foi reconhecida, seu direito às anatas e aos "primeiros frutos" reafirmado, as cortes episcopais restauradas e os dízimos das paróquias restituídos ao clero. Os antigos estatutos contra os lolardos foram renovados, tendo a censura das publicações, então a cargo do Estado, voltado novamente para a jurisdição das autoridades da Igreja. Após aquele tumulto de 20 anos, tudo parecia estar como antes.

Filipe permaneceu junto a Maria durante 15 meses, esperando com ela um filho; quando não viu sinal algum de que teria um herdeiro, pediu-lhe que o deixasse ir a Bruxelas, onde se exigia sua presença, porquanto estava sendo planejada a abdicação de seu pai. Ela consentiu tristemente que partisse. Acompanhou-o até ao barco que o devia conduzir pelo rio Tâmisa. De uma janela, seguiu com a vista a barca até que esta desaparecesse (28 de agosto de 1555). Filipe achou que tinha cumprido seu dever durante um árduo ano de amor com uma mulher doente e recompensou-se com as vigorosas damas de Bruxelas.

Pole era agora o homem mais influente da Inglaterra. Ocupou-se imediatamente da reorganização e da reforma da Igreja Inglesa. Com o auxílio de Maria, restaurou alguns mosteiros e conventos de freiras. Maria sentiu-se feliz de ver surgir novamente, nas igrejas, os velhos costumes religiosos, os crucifixos e imagens sagradas, de participar das piedosas procissões de sacerdotes, crianças e associações e de assistir às compridas missas para os vivos e mortos. No lava-pés da quinta-feira santa, de 1556, lavou e beijou os pés de 41 mulheres idosas, passando de uma para outra, de joelhos, e deu esmolas a todas.[44] Agora que perdera a esperança de ser mãe, a religião passou a ser sua consolação e seu apoio.

Ela, entretanto, não podia ressuscitar o passado. As novas idéias tinham criado uma agitação no espírito da própria cidade; havia ainda uma dezena de seitas que publicavam clandestinamente sua literatura e seu credo. Maria afligia-se ao ter notícias de que certos grupos negavam a divindade de Cristo, a existência do Espírito Santo e a herança do pecado original. Para sua fé simples, tais heresias pareciam crimes mortais, piores que uma traição. Sabiam os hereges melhor que o seu amado cardeal como tratar da alma humana? Soube que um pregador havia declarado alto, perante sua congregação, que Deus iria convertê-la ou arrancá-la da terra.[45] Um dia, jogaram pela janela, em um de seus aposentos, um cão morto, a cabeça monasticamente tonsurada, com uma corda à volta do pescoço.[46] Em Kent, um sacerdote teve seu nariz cortado.[47] À Maria afigurava-se desarrazoado que os protestantes emigrados, que ela permitira deixassem livremente a Inglaterra, começassem a enviar panfletos atacando-a, chamando-a tola e reacionária, e falando sobre o "imundo culto latino" de uma "missa de idólatras".[48] Alguns panfletos aconselhavam os leitores a revoltar-se e a depor a rainha.[49] Em uma reunião de 17.000 pessoas, em Aldgate (14 de março de

1554), ouviu-se a proposta de colocar Elizabeth no trono.[50] As insurreições, na Inglaterra, eram tramadas pelos protestantes ingleses que se achavam no estrangeiro.

Maria era, por natureza e hábito, clemente — até 1555. Que foi que a transformou na mais odiada das rainhas inglesas? Em parte, a provocação com ataques que não demonstravam o menor respeito pela sua pessoa, pela sua fé e pelos seus sentimentos; em parte, os sofrimentos e desapontamentos que lhe haviam amargurado o espírito e obscurecido seu modo de pensar; em parte, a firme crença de seus melhores conselheiros — Filipe, Gardiner e Pole — de que a união religosa era indispensável para a união e sobrevivência do país. Filipe teria logo ocasião de aplicar seus princípios nos Países-Baixos. O bispo Gardiner já havia (na primavera de 1554) apoiado a condenação de três bispos protestantes — Hooper, Ridley e Latimer — à fogueira a menos que se retratassem.[51] O cardeal Pole, à semelhança de Maria, era de bondosa disposição, porém inflexível nos dogmas; amava tanto a Igreja que absolutamente não admitia que se duvidasse de suas doutrinas ou autoridade. Não tomou qualquer iniciativa, quer direta quer pessoalmente, nas perseguições de Maria; aconselhava moderação e uma vez libertou 20 pessoas que o bispo Bonner tinha condenado a morrer na fogueira.[52] Deu, entretanto, instruções ao clero para que os grandes hereges fossem "afastados da vida como membros do corpo que tivessem apodrecido"[53], caso falhassem todos os métodos pacíficos de persuasão. Maria mostrou-se hesitante em sua opinião. "No tocante à punição dos hereges, achamos que deve ser feita sem precipitação, devendo-se, entrementes, aplicar a justiça àqueles que, pela inteligência, procuram ludibriar as almas simples".[54] Sua responsabilidade era meramente a de permitir a perseguição, mas não deixava de ser real. Quando a guerra com a França (1558) demonstrou ser um desastre para ela e para a Inglaterra, atribuiu o fracasso à cólera de Deus ante sua complacência para com as heresias; dali por diante promoveu as perseguições de modo positivo.

Gardiner inaugurou o reinado do terror convocando para sua corte episcopal (22 de janeiro de 1555) seis sacerdotes que haviam recusado aceitar o credo restabelecido. Um retratou-se; quatro, inclusive John Hooper, o bispo deposto de Gloucester e Worcester, morreram queimados na fogueira (4-8 de fevereiro de 1555). Parece que Gardiner revoltou-se com tais execuções; não tomou mais parte nas perseguições; sua saúde declinou; morreu em novembro daquele ano. O bispo Bonner encarregou-se da matança. Filipe, que se achava ainda na Inglaterra, aconselhou moderação; quando Bonner condenou seis mais à fogueira, Renard, embaixador do imperador, opôs-se "àquela bárbara precipitação";[57] e o confessor de Filipe, um frade espanhol, pregando perante a corte, denunciou aquelas condenações como contrárias ao doce e generoso espírito inculcado por Cristo.[58] Bonner suspendeu as sentenças por cinco semanas, findas as quais ordenou que fossem executadas. Ele se tinha na conta de clemente; de fato, foi uma vez censurado pelo Conselho da Rainha por não se mostrar muito zeloso na perseguição à heresia.[59] Oferecia o perdão a todo herege que se retratasse, a que acrescentava muitas vezes a promessa de um auxílio financeiro ou de um emprego confortável;[60] mas quando tais incentivos falhavam, dava implacavelmente a sentença. Em geral, colocava-se um saco de pólvora entre as pernas do condenado para que as chamas acarretassem uma morte rápida; mas no caso de Hooper, a lenha queimou muito vagarosamente, a pólvora deixou de explodir e o ex-bispo sofreu agonia durante quase uma hora.

(A principal fonte de informações para as perseguições de Maria é a obra de John Fo-

xe, *Rerum in ecclesia gestarum commentarii* [1559], traduzida para o inglês sob o título de *Acts and Monuments* [1563] e familiarmente conhecida por *The Book of Martyrs* [*O Livro dos Mártires*]. Essa vívida descrição dos julgamentos e mortes dos protestantes tornou-se, em seguida à Bíblia, um livro muito precioso nas casas dos puritanos. Embora o padre jesuíta Parsons publicasse [1603] cinco volumes contestando-lhe a exatidão, exerceu poderosa influência sobre a formação espiritual da Inglaterra de Oliver Cromwell. Muitos clérigos protestantes criticaram a obra, dizendo que continha muito exagero, citações falsas, prevenções e certa indiferença no tocante aos pormenores;[55] um historiador católico compara-a, em questão de fidelidade, às lendas medievais dos santos, porém termina dizendo que, embora muitas particularidades fossem duvidosas, "ninguém duvidava de que tais fatos houvessem realmente acontecido".[56])

A maioria dos mártires eram simples trabalhadores que haviam aprendido a ler a Bíblia e recebido a interpretação dela por intermédio dos protestantes durante o reinado anterior. Talvez os perseguidores achassem justo que os eclesiásticos que mais haviam trabalhado para implantar a fé protestante fossem chamados para prová-la por meio do martírio. Em setembro de 1555, Cranmer, com 66 anos, Ridley, com 65 e Latimer, com 80, foram levados da Torre para Oxford para ali serem julgados. Latimer havia manchado sua brilhante carreira aprovando que fossem mortos na fogueira os anabatistas e os obstinados franciscanos, durante o governo de Henrique VIII. Ridley havia apoiado ativamente a usurpação de Jane Grey, chamara Maria de bastarda e auxiliara na deposição de Bonner e Gardiner de suas dioceses. Cranmer havia sido o chefe intelectual da Reforma na Inglaterra: havia desmanchado o casamento de Henrique e Catarina, casando-o depois com Ana Bolena, substituíra a missa pelo Livro das Orações Comuns, perseguira Frith, Lambert e outros católicos, assinara a legação da coroa que Eduardo havia feito a favor de Jane Grey e denunciara a missa como blasfêmia. Todos esses homens haviam permanecido na Torre durante dois anos, esperando todos os dias a morte.

Cranmer foi julgado, em Oxford, a 7 de setembro. Seus inquiridores esforçaram-se para que se retratasse. Ele sustentou firmemente suas convicções e foi julgado culpado; mas como era arcebispo, a sentença foi deixada para ser dada pelo papa; mandaram-no novamente para a Torre. Em 30 de setembro, Ridley foi julgado; ele também não renunciou a suas convicções. No mesmo dia Latimer foi conduzido perante o tribunal eclesiástico: era agora um homem completamente indiferente à vida, envergando uma túnica velha e surrada, a cabeça branca coberta com um gorro sobre um barrete e um lenço, os óculos dependurados no pescoço e o Novo Testamento preso ao cinto. Negou também a transubstanciação. Em 1º de outubro foram condenados; em 6 de outubro, morreram na fogueira. Ajoelharam-se diante da pira e fizeram juntos a oração. Foram amarrados com correntes a um poste de ferro; dependuraram no pescoço de cada um um saco de pólvora e acenderam os feixes de lenha. "Coragem, mestre Ridley, disse Latimer, portai-vos como homem; estamos acendendo no dia de hoje uma vela com a graça de Deus, na Inglaterra, que, espero, jamais se apagará".[61]

Em 4 de dezembro o Papa Paulo IV confirmou a sentença contra Cranmer. Foi então que o primeiro arcebispo protestante de Cantuária viu-se tomado de grande medo, aliás perdoável. Nenhum homem que tivesse escrito aquele livro tão sensível que é o das Orações Comuns poderia enfrentar aquelas provações sem que se visse domi-

nado por sofrimentos físicos e espirituais. Incitado, talvez, pelo fervente apelo de Pole, Cranmer "renunciou, desprezou e detestou toda espécie de heresias e erros de Lutero e Zwingli"; declarou crer nos sete sacramentos, na transubstanciação, no purgatório e em todos os demais ensinamentos da Igreja Católica Romana. De conformidade com todos os precedentes, essa retratação teria provocado a comutação da sentença para encarceramento, mas (segundo Foxe) Maria rejeitou-a, considerando-a insincera, e ordenou a execução de Cranmer.[62]

Ele leu sua sétima e última retratação na igreja de Santa Maria, em Oxford, na manhã de sua morte (21 de março de 1556) e, para surpresa de todos os presentes, acrescentou:

> E agora chego ao grande fato que tanto me perturbou a consciência, mais que qualquer coisa que tivesse feito ou dito em toda a minha vida: o de ter preparado uma declaração contrária à verdade, à qual agora, aqui, renuncio e que também rejeito... porquanto foi escrita por temer a morte... isto é, todos esses papéis e documentos que escrevi ou assinei com minha mão desde minha degradação.... E já que minha mão cometeu uma ofensa, escrevendo coisas contra minha vontade, será ela a primeira a ser punida, pois... será a primeira a ser queimada. E quanto ao papa, rejeito-o como inimigo de Cristo e Anticristo.[63]

Na pira, ao se lhe aproximarem do corpo as chamas, estendeu para elas a mão e, como diz Foxe, manteve-a "firme e imóvel... para que todos os homens pudessem ver sua mão queimar antes de qualquer outra parte do corpo. E dizendo muitas vezes as palavras de Estêvão, *Senhor, recebei meu espírito*, entregou-o envolto na grandeza das chamas devoradoras".[64]

Sua morte assinalou o ponto culminante das perseguições. Umas 300 pessoas morreram no decurso delas, das quais 273 nos últimos quatro meses daquele reinado. Com o prosseguimento dos holocaustos, tornou-se evidente que se tinha cometido um erro. O protestantismo adquiriu novas forças com aqueles mártires da mesma maneira como tinha acontecido aos primeiros cristãos; muitos católicos ficaram desnorteados em sua fé, envergonhados de sua rainha, por causa dos sofrimentos e da fortaleza de ânimo das vítimas. O bispo Bonner, conquanto não apreciasse aquela situação, passou a ser chamado o "Bonner Sanguinário" porque sua diocese foi a que presenciou maior número de execuções; uma mulher chamou-o de "assassino comum e escravo e trucidador geral de todos os bispos da Inglaterra".[65] Centenas de protestantes ingleses refugiaram-se na França católica e lá trabalharam para dar um fim àquele doloroso reinado. Henrique II, conquanto perseguisse os protestantes franceses, estimulou a conspiração dos ingleses contra a católica Maria, cujo casamento com o rei de Espanha deixara a França cercada de potências hostis. Em abril de 1556, os agentes ingleses descobriram uma conspiração, dirigida por *Sir* Henry Dudley, para depor Maria e entronizar Elizabeth. Vários conspiradores foram presos, inclusive dois membros da casa de Elizabeth; uma confissão implicou a própria Elizabeth e o rei francês. Dominou-se o movimento, mas Maria viveu constantemente perseguida pelo medo de ser assassinada.

Um grupo de fugitivos passou por grandes tribulações que bem revelam a têmpera dogmática daqueles tempos. Jan Laski, calvinista polonês, tinha chegado a Londres em 1548 e fundara ali a primeira igreja presbiteriana da Inglaterra. Um mês após a ascensão de Maria, Laski e parte de sua congregação deixaram Londres. Ao chegarem,

em dois navios dinamarqueses, a Copenhague, não tiveram permissão de entrar a menos que assinassem a confissão de fé luterana oficial. Como firmes calvinistas que eram, declinaram a proposta. Partiram então para Wismar, depois para Lübeck e Hamburgo e, em cada porto, encontraram a mesma exigência que igualmente rejeitaram.[66] Os luteranos da Alemanha não deploraram as vítimas da rainha Maria; ao contrário, denunciaram-nas como hereges detestáveis e "mártires do diabo" por negarem a Real Presença de Cristo na eucaristia.[67] Calvino condenou o implacável sectarismo dos luteranos e, naquele ano (1553), queimou Servet na fogueira. Depois de lutarem no Mar do Norte durante a maior parte do inverno, os refugiados encontraram finalmente um porto humanitário que os acolheu: Emden.

Maria caminhou sombria e fatalmente para seu fim. Seu piedoso marido, agora inesperadamente em guerra com o papado e a França, veio à Inglaterra (20 de março de 1557) e aconselhou a rainha a entrar na guerra como sua aliada. Para tornar sua missão menos odiosa para os ingleses, persuadiu Maria a moderar as perseguições.[68] Mas não pôde ganhar assim tão facilmente o apoio do povo; ao contrário, um mês após sua chegada, Thomas Stafford, sobrinho do cardeal Pole, fomentou uma rebelião com o objetivo de libertar a Inglaterra de Maria e Filipe. Foi derrotado e enforcado (28 de maio de 1557). Para tornar ainda mais amargo o cálice da rainha, o papa, naquele mês, repudiou Pole como legado papal, acusando-o de heresia. Em 7 de junho, Maria, ansiosa para agradar Filipe e convicta de que Henrique II havia apoiado a conspiração de Stafford, declarou guerra contra a França. Tendo conseguido seus objetivos, Filipe deixou a Inglaterra em julho. Maria suspeitou de que não o veria mais. "Vou viver o resto de meus dias sem a companhia dos homens",[69] disse ela. Naquela guerra não desejada a Inglaterra perdeu Calais (6 de janeiro de 1558) que mantivera durante 211 anos; os milhares de ingleses, homens e mulheres, que ali tinham vivido e que fugiram depois sem um ceitil para a Inglaterra, espalharam a amarga acusação de que o governo de Maria havia sido criminosamente negligente na defesa da última possessão inglesa, no Continente. Filipe fez uma paz favorável para si, sem exigir a restituição de Calais. Havia uma frase antiga com referência àquele porto precioso que dizia ser ele a jóia mais brilhante da coroa inglesa. Maria acrescentou outra: "Quando eu estiver morta e me abrirem o peito, verão Calais dentro de meu coração".[70]

Em princípios de 1558, a rainha julgou novamente que estivesse grávida. Fez o testamento, na expectativa de que tivesse um parto perigoso, e mandou um mensageiro a Filipe, suplicando sua presença por ocasião daquele feliz acontecimento. Ele mandou suas felicitações, mas não atendeu ao pedido; Maria enganara-se. Ficou completamente abandonada, talvez, até certo ponto, insana. Passava horas e horas sentada no chão com os joelhos puxados para junto do queixo; andava feito fantasma pelas galerias do palácio; escrevia ao rei cartas manchadas de lágrimas, e ele, prevendo a morte dela, ordenou a seus agentes em Londres que induzissem Elizabeth a casar-se com algum grande nobre espanhol ou com ele mesmo.

Uma febre, com o mesmo caráter da malária, assolou a Inglaterra, por ocasião do verão, nos últimos tempos da vida de Maria. Em setembro de 1558, foi ela atingida pelo mal. Vítima também de hidropisia e de "excesso de bílis", ficou tão fraca que perdeu toda a vontade de viver. No dia 6 de novembro, enviou as jóias da coroa a Elizabeth. Foi um gesto gracioso, no qual o amor pela Igreja cedeu lugar ao seu desejo de dar à Inglaterra uma sucessão pacífica. Sofreu longos períodos de inconsciência; ao

despertar de um deles, declarou que tivera um sonho feliz; sonhara com crianças brincando e cantando diante dela."[1] Em 17 de novembro, ouviu missa pela madrugada, acompanhando-a com ardor, e antes do raiar do dia morreu.

Naquele mesmo dia morria o cardeal Pole profundamente acabrunhado tanto quanto a rainha. Ao avaliarmos esse personagem (o cardeal Reginald Pole), precisamos registrar o doloroso fato de que, no começo de seu último mês, ele havia condenado à fogueira, por heresia, três homens e duas mulheres. É verdade que todos os partidos, exceto os anabatistas, naqueles anos de loucas convicções, concordavam em que a unidade religiosa devia ser preservada mesmo que fosse necessário punir com a morte os dissidentes. Mas em parte alguma do mundo cristão contemporâneo — nem mesmo na Espanha — foram tantos homens e mulheres queimados por causa de suas opiniões como durante o tempo em que Reginald Pole foi primaz da Igreja Inglesa.

No que se refere a Maria, podemos dizer algumas palavras mais complacentes. Dores, doenças e muitas injustiças que sofreu deformaram-lhe o espírito. Sua clemência cedeu lugar à crueldade somente depois que as conspirações procuraram privá-la da coroa. Seguia confiante os conselhos dos eclesiásticos, os quais, tendo sofrido perseguições, procuravam vingar-se. Até o fim, julgou que, com aquelas execuções, estava cumprindo suas obrigações para com a religião que ela amava como a razão de sua própria vida. Não merece a alcunha de "Maria Sanguinária", salvo se aplicarmos o adjetivo a todo aquele seu tempo; esse adjetivo resume inexoravelmente o caráter, em que houvera muita coisa para se amar. Se bem que pareça estranho, ela se destaca no ter levado avante a obra do pai, de separar a Inglaterra de Roma. Mostrou ao país que era ainda católico a pior feição da Igreja que ela servia. Quando morreu, a Inglaterra estava mais preparada do que nunca para aceitar a nova fé que ela se esforçara por destruir.

CAPÍTULO XXVII

De Robert Bruce a John Knox

1300-1561

I. OS INDÔMITOS ESCOCESES

O sul quente e cordial gera a civilização; o norte, frio e temerário, vence repetidas vezes o sul, relaxado e preguiçoso, absorvendo e transformando a civilização. O extremo norte, por sua vez — Escócia, Noruega, Suécia e Finlândia — lutava contra os elementos quase árticos para poder acolher a civilização e dar sua contribuição a ela enfrentando mil obstáculos.

Na Escócia, as regiões montanhosas, estéreis e sem estradas, estimulavam o feudalismo e desencorajavam a agricultura, enquanto as verdejantes e férteis planícies constituíam verdadeiros chamarizes para os ingleses que constantemente as invadiam, não compreendendo por que a Escócia não havia de receber o excesso de sua gente e seus reis. Os escoceses, celtas de origem, misturaram-se na Idade Média com irlandeses, escandinavos, anglos, saxões e normandos, e, por volta de 1500, tinham-se fundido em um povo, a exemplo de sua península, acanhado de idéias e sentimentos, profundo como suas neblinas cheias de superstições e mitologia, altivos como seus promontórios, rudes como suas terras e impetuosos como suas torrentes; eram ao mesmo tempo ferozes e ternos, cruéis e destemidos, e sempre invencíveis. A pobreza parecia enraizada em sua topografia e os hábitos, na pobreza; e assim daquele solo relutante formou-se um espírito de parcimônia. Os camponeses viviam sobrecarregados em demasia com suas tarefas para ter tempo para as letras, e os nobres que os mantinham em servidão orgulhavam-se do analfabetismo, não encontrando utilidade para a cultura em seus feudos e guerras. As montanhas e os clãs dividiam a esparsa população, fomentando fortes rivalidades que não davam quartel na guerra nem segurança na paz. Os nobres, possuindo quase todo o poder militar em seus bandos particulares, dominavam o parlamento e os reis; os Douglas, por exemplo, tinham a seu serviço cinco mil homens e uma renda que rivalizava com a da coroa.

Antes do ano de 1500, a indústria era primitiva e cingia-se à fabricação de artigos domésticos; o comércio, precário, e as cidades, poucas e pequenas. Toda a Escócia possuía uns 600.000 habitantes — metade da população atual de Glasgow. Esta era uma pequena cidade que vivia da pesca; Perth era, até 1452, a capital; Edinburg tinha 16.000 almas. O espírito de independência nacional, local e individual expressava-se nas instituições de autogoverno, nas aldeias e cidades dentro do arca-

bouço do feudalismo e monarquia. Os burgueses — cidadãos livres das cidades — podiam ter representantes no parlamento ou Assembléia dos Estados, mas não tinham assento entre os próprios Comuns, como na Inglaterra, e, sim, entre os proprietários de terras feudais, e sua voz e votos eram dominados pela maioria constituída de nobres. Os reis, não podendo reforçar seu poderio contra os nobres por meio de alianças com ricos mercadores e cidades populosas, como se fizera na França, procuraram o apoio, na riqueza e na influência da Igreja. Os nobres, sempre em desavenças com os reis, aprenderam a odiar a Igreja e a cobiçar-lhe as propriedades; uniram-se na grita geral de que a riqueza nacional estava sendo drenada para Roma. Na Escócia, foram os nobres que fizeram a Reforma, *i. e.*, libertaram o poder secular do eclesiástico,[1] ao contrário da Inglaterra, onde a Reforma partira dos reis e mercadores.

Através de sua influência sobre o povo piedoso, a Igreja Escocesa adquiriu grande opulência em meio à triste pobreza do país e esperanças de outra vida. O enviado papal, em fins do século XV, relatou-lhe que a renda eclesiástica, na Escócia, igualava a quase todas as outras reunidas.[2] Os pregadores e burgueses eram quase os únicos monopolizadores das letras. O clero escocês, já no século XVI, salientava-se por sua cultura, e foi a Igreja, naturalmente, que fundou e manteve as universidades de St. Andrews e Aberdeen. Depois de 1487, os bispos e abades passaram a ser "indicados" — de fato, nomeados — pelos reis, os quais se serviam desses cargos para recompensar serviços políticos ou como sinecuras para seus filhos ilegítimos. Jaime V doou a três de seus filhos bastardos as rendas eclesiásticas de Kelso, Melrose, Holyrood e St. Andrews. As tendências mundanas desses homens nomeados pelos reis foram, até certo ponto, a razão da decadência do clero no século XVI.

Contudo, a frouxidão geral da moral e disciplina que se constatou na Igreja em fins da Idade Média tornou-se evidente na Escócia muito antes das nomeações de prelados pelos reis. "A corrupção da Igreja, muito grande em toda parte da Europa, no século XV" — escreve o profundamente católico Hilaire Belloc — "alcançou na Escócia um grau quase desconhecido em outras partes";[3] daí, em parte, a indiferença com que o povo comum, conquanto ortodoxo no credo, encarara a substituição dos clérigos católicos pelos protestantes. Em 1425, o rei Jaime I queixou-se da dissolução e indolência dos monges; em 1455, um capelão de Linlithgow, antes de receber sua nomeação, teve de dar garantia de que não empenharia os bens de sua igreja e que tampouco manteria uma "concubina constante".[4] O cardeal Beaton teve oito filhos bastardos e dormiu com Marion Ogilvy na véspera de entregar a alma ao Criador;[5] John, arcebispo Hamilton, obteve em várias sessões do parlamento escocês cartas legitimando sua prole, que estava sempre aumentando. Os poetas da Escócia, antes da Reforma, não pouparam palavras para satirizar o clero, e o próprio clero, no sínodo provincial católico de 1549, atribuiu a degradação da Igreja, no país, à "corrupção na moral e profana e sórdida vida dos clérigos de todas as categorias".[6] Devemos, entretanto, acrescentar que a moral do clero apenas refletia a moral dos leigos — sobretudo dos nobres e reis.

II. CRÔNICA DOS REIS: 1314-1554

O fato básico na história do Estado escocês é o receio pela Inglaterra. Os reis ingleses, com o propósito de salvaguardar a Inglaterra de um ataque pela retaguarda, procuraram muitas vezes anexar a Escócia à coroa inglesa. A Escócia, para se proteger,

aceitou uma aliança com o perene inimigo da Inglaterra, a França. É sobre isso que versa esta crônica.

Foi com arcos, setas e machados de guerra que os escoceses se libertaram da Inglaterra em Bannockburn (1314). Robert Bruce, tendo-os conduzido à vitória, governou-os até o dia em que morreu, vítima da lepra (1329). Seu filho, David II, à semelhança dos reis escoceses de tempos imemoriais, foi coroado na sagrada "Pedra do Destino", na abadia de Scone. Quando Edward III da Inglaterra começou a Guerra dos Cem Anos com a França, julgou aconselhável garantir-se primeiro na frente setentrional; derrotou os escoceses em Halidon Hill e colocou Eduardo Balliol como seu títere no trono da Escócia (1333). Davi II somente pôde reconquistar a coroa pagando aos ingleses um resgate na importância de 100.000 marcos ($6.667.000?). Como não deixou herdeiro direto, por ocasião de sua morte (1371), o reino passou para seu sobrinho Robert Stuart, com o qual teve início a fatídica dinastia dos Stuart.

A guerra daquelas duas metades da Grã-Bretanha contra o todo recomeçou logo depois. Os franceses enviaram um exército à Escócia; escoceses e franceses devastaram as regiões limítrofes da Inglaterra, conquistaram Durham e executaram todos os seus habitantes — homens, mulheres, crianças, freiras, monges e padres. Como lance seguinte, naquele jogo de xadrez real, os ingleses invadiram a Escócia, incendiaram Perth e Dundee e destruíram a abadia de Melrose (1385). Robert III prosseguiu na luta; mas quando os ingleses capturaram seu filho Jaime (1406), morreu de dor. A Inglaterra manteve o jovem rei prisioneiro, mas confortavelmente, até à assinatura da "Paz Perpétua" (1423) pelos escoceses, pela qual renunciavam a toda e qualquer outra cooperação com a França.

Jaime I, durante o tempo de sua prisão, adquiriu grande cultura e uma noiva inglesa. Em homenagem a essa "pomba branca como o leite", compôs, na língua escocesa, *The King's Quair* (*i. e.*, *O Livro do Rei*), um poema alegórico de mérito surpreendente para um rei. Na verdade, Jaime era uma figura notável em muitas coisas. Era um dos melhores entre os lutadores, corredores, cavaleiros, arqueiros, lanceiros, artífices e músicos da Escócia. Foi um rei competente e generoso. Impôs penalidades para os comerciantes desonestos e maridos negligentes, construiu hospitais, ordenou que as tavernas se fechassem às nove horas da noite, fez com que os jovens empregassem suas energias em exercícios marciais em vez de empregá-las em outros esportes secundários. Exigiu que se reformasse a disciplina eclesiástica e a vida monástica. Ao começar seu ativo reinado em 1424 Jaime jurou dar um fim ao caos e ao crime na Escócia bem como às guerras privadas dos nobres e ao seu despotismo feudal; "se Deus me der só uma vida de cão, farei a chave guardar o castelo e as samambaias, as vacas" — *i. e.*, terminarei com os roubos das propriedades e do gado — "em toda a Escócia".[7] Um ladrão, na região das montanhas, roubou duas vacas de uma mulher; esta jurou que só iria usar sapatos depois que tivesse denunciado ao rei as fraquezas da lei. "Tu mentes", disse o ladrão; "Vou calçar-te"; e pregou-lhe ferraduras nos pés descalços. Mesmo assim ela foi até ao rei. Ele ordenou a caça ao ladrão; depois que o prenderam mandou que o conduzissem pela cidade de Perth com um quadro descrevendo o crime e providenciou para que o monstro fosse devidamente enforcado. Entrementes, Jaime teve oportunidade de discutir com barões que estavam criando dificuldades, mandou alguns para o cadafalso, confiscou o excesso de propriedades arrendadas, lançou tributos sobre os lordes e burgueses e deu ao governo os fundos de que necessitava para substituir muitas tiranias por uma só. Chamou para o parlamento os

pequenos proprietários territoriais e, juntamente com os elementos da classe média, fez deles um contrapeso à preponderância dos nobres e do clero. Em 1437, um grupo de nobres matou-o.

Os filhos dos nobres, aos quais Jaime I dificultara a vida ou reduzira as propriedades, continuaram a lutar contra Jaime II e a monarquia centralizadora. O novo rei era ainda um menino de sete anos, quando seus ministros convidaram o jovem conde de Douglas e seu irmão mais moço para ficarem hóspedes do rei; eles aceitaram o convite; tiveram um julgamento simulado e foram decapitados (1440). Doze anos depois, o próprio Jaime II convidou Guilherme, conde de Douglas, para que viesse à sua corte em Stirling; deu-lhe salvo-conduto, homenageou-o bastante e assassinou-o sob a acusação de ter mantido correspondência com a Inglaterra, o que foi considerado uma traição. O rei conquistou todas as fortalezas inglesas na Escócia, com exceção de uma apenas e morreu despedaçado com a explosão acidental de seu próprio canhão. Jaime III pagou o castigo pelas ilegalidades do pai; após muitos encontros terríveis, foi capturado pelos nobres e morto sumariamente (1488). Jaime IV casou-se com Margarida Tudor, irmã de Henrique VIII; mais tarde, Maria, rainha dos escoceses, por causa desse casamento, iria reivindicar o trono inglês. Contudo, quando Henrique se uniu à Espanha, Áustria, Veneza e ao papado para atacar a França (1511), Jaime sentiu-se obrigado a ajudar a velha aliada da Escócia, então em perigo, invadindo a Inglaterra. Lutou com inaudita coragem em Flodden Field enquanto muitos de seus soldados fugiam; foi nesse revés que morreu (1513).

Jaime V contava então apenas um ano de idade. Surgiram sérias lutas pela regência. Davi Beaton — um eclesiástico que se distinguia pela capacidade, coragem e admiração pelas mulheres — foi o aquinhoado; nomeado arcebispo de St. Andrews, depois cardeal, preparou o jovem rei para ser um ardente defensor da Igreja. Em 1538, Jaime casou-se com Maria de Lorena, irmã de Francisco, duque de Guise, chefe do partido católico naquela França dividida pelos dogmas. A nobreza escocesa, cada vez mais anticlerical, acompanhava com bastante interesse o divórcio que se processava entre a Inglaterra e o papado, invejava os lordes ingleses que se apropriavam das propriedades da Igreja ou que com elas eram presenteados e que recebiam "salários" de Henrique VIII para se opor à aliança do rei deles com a França. Quando Jaime V travou guerra contra a Inglaterra, os nobres recusaram-se a apoiá-lo. Derrotado em Solway Moss (1542), fugiu, humilhado, para Falkland, onde morreu a 14 de dezembro. No dia 8 daquele mesmo mês, sua esposa dera à luz Maria que, com seis dias de idade, tornou-se a rainha dos escoceses.

Beaton apresentou um testamento pelo qual o rei o nomeara regente da rainha infante. Os nobres contestaram a autenticidade do documento, aprisionaram o cardeal e elegeram regente a Jaime, conde de Arran, mas este libertou Beaton e fê-lo chanceler. Quando Beaton renovou a aliança com a França, Henrique VIII resolveu desfechar uma guerra implacável. A seu exército, no norte, expediu ordens para que queimasse e destruísse tudo que encontrasse pelo caminho, "passando a ferro e fogo, sem exceção, homens, mulheres e crianças, onde encontrasse qualquer resistência" e especialmente "não poupasse criatura alguma" na cidade de St. Andrews de Beaton.[8] O exército esforçou-se para cumprir as ordens; "abadia, granjas, castelo e aldeia foram reduzidos a ruínas";[9] durante dois dias Edinburg foi saqueada e entregue às chamas devoradoras dos incêndios; aldeias e sítios, em sete milhas ao redor, foram saqueados e arrasados; 10.000 cabeças de gado, 12.000 carneiros e 1.300 cavalos foram arrebata-

dos e levados para a Inglaterra (1544). *Sir* Jaime Kirkcaldy, Norman Leslie e outros fidalgos escoceses ofereceram-se para auxiliar os ingleses a "queimar os lugares pertencentes ao partido extremista da Igreja, a prender e encarcerar os principais adversários da aliança com a Inglaterra e a *capturar e matar* o próprio cardeal".[10] Henrique aceitou o oferecimento e prometeu mil libras para cobrir as despesas. O plano falhou durante algum tempo mas foi depois levado a efeito, em 29 de maio de 1546. Dois Kirkcaldy, dois Leslie e numeroso bando de nobres e bandidos forçaram a entrada no palácio do cardeal e assassinaram-no quase *in flagrante delicto* , "pois", disse Knox, "estava muito ocupado com suas contas com a Sra. Ogilvy, naquela noite".[11] "Depois, como fazia muito calor", acrescentou Knox, "julgou-se aconselhável, para evitar que cheirasse mal, dar-lhe muito sal, um manto de chumbo... para esperar as exéquias que seus irmãos, os bispos, pudessem preparar para ele. São coisas que nos agradam escrever."[12] Os assassinos retiraram-se para o castelo de St. Andrews, na costa, e aguardaram o auxílio da Inglaterra que devia vir por mar.

Arran tomou novamente as rédeas do governo. Para assegurar o auxílio da França, prometeu a rainha Maria Stuart, ainda infante, ao delfim da França; para evitar que os ingleses dela se apoderassem, enviou-a clandestinamente para a França (13 de agosto de 1548). A ascensão de Maria Tudor na Inglaterra fez cessar por algum tempo o perigo de novas invasões dos ingleses; o catolicismo reinou então em ambos os lados da fronteira. Sob a influência dos franceses, Arran resignou o cargo de regente (1554), passando-o para Maria de Lorena, mãe da rainha ausente. Era uma mulher inteligente, paciente e corajosa que cedera apenas ao esmagador espírito daquela época. Dotada da cultura da Renascença Francesa, sorria tolerantemente para os dogmas religiosos rivais que se digladiavam em sua volta. Mandou soltar vários protestantes que estavam presos e permitiu tal liberdade de culto e de pregações aos "hereges" que muitos protestantes ingleses, fugindo de Maria Tudor, encontraram abrigo sob o governo de Maria de Lorena é tiveram permissão de formar congregações. Ela foi a mais humana e a mais civilizada dos governantes que a Escócia conheceu durante séculos.

III. JOHN KNOX: 1505-59

A propaganda da reforma já tinha um século de existência na Escócia. Em 1433, Paul Crawar havia sido acusado de importar as doutrinas de Wyclif e Hus; fora condenado pela Igreja e queimado na fogueira pelo Estado. Em 1494, trinta "lolardos de Kyle" foram intimados a comparecer perante o bispo de Glasgow, sob a acusação de terem repudiado relíquias e imagens religiosas, confissão auricular, ordenação e poderes de sacerdotes, transubstanciação, purgatório, indulgências, missas para os mortos, celibato clerical e autoridade papal;[13] via-se nisso quase um resumo da Reforma 23 anos antes das Teses de Lutero. Ao que parece, os acusados retrataram-se.

Logo depois de 1523, os escritos de Lutero entravam na Escócia. Uma tradução escocesa do Novo Testamento de Wyclif circulou em manuscrito; surgiu uma proclamação para que a religião cristã se baseasse exclusivamente na Bíblia. Patrick Hamilton seguiu para Paris e Louvain, estudou filosofia grega e a de Erasmo, partiu depois para Wittenberg; voltou para Escócia bem nutrido dos novos dogmas, pregou a justificação pela fé, foi convidado por Jaime (tio de Davi) Beaton, depois pelo arcebispo de St. Andrews, para que se explicasse perante a corte; atendeu ao convite, defendeu

suas convicções e foi queimado na fogueira (1528). Dois outros "professores" — assim se intitulavam os primeiros reformadores escoceses — foram queimados em 1534. Quatro homens foram enforcados e uma mulher afogada, em 1544; segundo Knox, que nem sempre foi muito exato, ela foi para a morte carregando uma criança.[14]

Esses crimes tinham sido cometidos em tempos e lugares muito diferentes para que pudessem provocar forte reação popular; mas o enforcamento de George Wishart tocou o coração de muitos, tendo sido o primeiro acontecimento positivo da Reforma na Escócia. Por volta de 1543, Wishart traduziu a Primeira Confissão Helvética; infelizmente, essa declaração protestante ordenava aos poderes seculares que punissem os hereges.[15] A partir desse tempo, as formas suíças do protestantismo — a princípio humanamente zwinglianas, depois rigorosamente calvinistas — foram deslocando cada vez mais o luteranismo no movimento escocês. Wishart pregou em Montrose e Dundee, tratou bravamente dos doentes em uma peste e expôs a nova fé em Edinburg, numa ocasião em que Davi Beaton realizava ali uma assembléia do clero escocês. O cardeal mandou prendê-lo e julgá-lo por heresia; foi condenado, estrangulado e queimado (1546).

Entre os prosélitos de Wishart achava-se uma das figuras mais poderosas e influentes da história: John Knox. Nasceu entre 1505 e 1515, nas proximidades de Haddington. Seus pais eram camponeses e queriam que ele seguisse a carreira sacerdotal; estudou em Glasgow, ordenou-se (*ca.*, 1532) e adquiriu grande renome, dados os conhecimentos que tinha das leis civis e canônicas. Seu livro autobiográfico *History of the Reformation of Religion within the Realm of Scotland (História da Reforma da Religião no Reino da Escócia)* nada diz sobre sua mocidade; apresenta-o subitamente (1546) como ardente discípulo e destemido guarda pessoal de George Wishart, empunhando uma pesada espada com as duas mãos. Depois da prisão de Wishart, Knox vagueou de um esconderijo a outro; na Páscoa de 1547, no castelo de St. Andrews, uniu-se ao bando que matou o cardeal Beaton.

Sentindo necessidade da religião, aquele bando de homens que estava sendo perseguido pediu a Knox que fosse seu pregador. Consentiu em sê-lo, após protestar que não se encontrava à altura da missão; todos eles foram unânimes em declarar que jamais tinham ouvido orações tão ardentes. Knox chamou a Igreja Romana de "Sinagoga de Satanás", igualando-a à horrível fera descrita no Apocalipse. Adotou a doutrina luterana, segundo a qual o homem se salva "somente pela fé de que o sangue de Jesus Cristo nos purga de todos os pecados".[16] Em julho, uma frota francesa bombardeou o castelo. Os sitiados resistiram durante quatro semanas; foram finalmente subjugados, e durante 19 meses Knox e os companheiros serviram como escravos nas galés. Dispomos de poucos pormenores sobre o tratamento que lhes deram, exceto que ouvir missa os importunava, e (é Knox quem o diz) a isso se opunham firmemente. Talvez aqueles dias amargos e as vergastadas do feitor tenham contribuído para avivar o ódio no espírito de Knox e mergulhar sua língua e sua pena na violência.

Quando os cativos foram postos em liberdade (fevereiro de 1549), Knox passou a servir como clérigo protestante na Inglaterra, mediante um salário que recebia do governo de Somerset. Pregava todos os dias, na semana, "se a perversa carcaça o permitisse". Nós, hoje em dia, que nem sempre temos o prazer de ouvir prédicas, só podemos fazer uma idéia vaga da ânsia com que o povo do século XVI as aguardava. Os sacerdotes das paróquias deixavam as prédicas para os bispos, estes para os frades, os quais apareciam ali ocasionalmente. No protestantismo, os pregadores transforma-

vam-se em jornais de notícias e opiniões; contavam à congregação os acontecimentos da semana ou do dia; a religião achava-se, então, de tal modo entrelaçada com a vida que quase toda ocorrência afetava a fé ou seus ministros. Denunciavam os vícios e erros de seus paroquianos e esclareciam o governo quanto a seus deveres e faltas. Em 1551, Knox, pregando diante de Eduardo VI e o duque de Northumberland, perguntou como se explicava o fato de os mais piedosos príncipes terem quase sempre os mais ímpios conselheiros. O duque tentou silenciá-lo com um bispado, mas não o conseguiu.

Maria Tudor era mais perigosa. Após certa demora e muita cautela, Knox fugiu para Dieppe e Genebra (1554). Calvino recomendou-o a uma congregação, em Frankfurt, que falava inglês, mas seu código e compostura demonstraram ser muito severos para seus ouvintes; pediram-lhe que os deixasse. Ele voltou para Genebra (1555); podemos aquilatar a força do caráter de Calvino pela influência que exerceu sobre uma personalidade tão positiva e poderosa quanto a sua própria. Knox descreveu Genebra, no tempo de Calvino, como "a mais perfeita escola de Cristo que se via na terra desde os tempos dos Apóstolos".[17] O calvinismo adaptava-se ao seu temperamento porque se tratava de uma fé segura de si mesma, segura de ter sido inspirada por Deus, segura de sua obrigação divina para obrigar o indivíduo a observar certa conduta e credo e segura de seu direito de dirigir o Estado. Tudo isso mergulhou no espírito de Knox e, por meio dele, na história da Escócia. Prevendo com horror o reinado da católica Maria Stuart na Escócia, ele perguntou a Calvino e Bullinger se um povo tinha o direito de recusar obediência a "um magistrado que dava força à idolatria e condenava a verdadeira religião". Eles não quiseram comprometer-se, mas John Knox sabia bem o que tinha em mente.

No outono de 1555, presumivelmente com 50 anos, mostrou o lado terno de um ríspido caráter, voltando à Inglaterra de Maria Tudor e indo a Berwick, onde se casou com Margarida Bowes, pois gostava da mãe dela. A Sra. Isabel Bowes tinha cinco filhos, 10 filhas e um marido católico. Ela abraçou o protestantismo ouvindo as prédicas de Knox; confiou-lhe suas dificuldades domésticas: ele sentiu prazer em orientá-la e aconselhá-la, confortando-a com sua amizade e, ao que parece, as relações permaneceram espirituais até ao fim. Quando Margarida se casou com Knox, a Sra. Bowes deixou o marido e foi viver com a filha e seu confessor. A esposa morreu cinco anos depois do casamento. Knox casou-se novamente, mas a Sra. Bowes permaneceu junto a ele. Raramente na história uma sogra foi tão carinhosa e tão amada.

O estranho trio foi para a Escócia, onde Maria de Lorena ainda achou útil a tolerância para conquistar o apoio da facção protestante à nobreza. Ele elogiou a regente, chamando-a "uma princesa ilustre, dotada de invulgar sabedoria e encantos".[18] Organizou congregações protestantes em Edinburgh e outras cidades e fez prosélitos muitos homens influentes, entre os quais Guilherme Maitland, proprietário territorial em Lethington, e o ilegítimo irmão de Maria Stuart, Jaime Stuart, que seria regente como conde de Murray ou Moray. Uma corte eclesiástica não gostou dessa situação e intimou Knox a que desse informações sobre seus movimentos. Ele preferiu ser discreto e tratou de sair às pressas da Escócia juntamente com a esposa e a mãe dela (julho de 1556). Na sua ausência, a corte eclesiástica queimou-lhe a efígie. Esse martírio sem dor enobreceu-o aos olhos dos protestantes escoceses, e, daquele momento em diante, fosse onde fosse, era considerado o chefe da Reforma Escocesa.

Em Genebra, como pastor de uma congregação inglesa, desenvolveu todo o pro-

grama calvinista da supervisão ministerial sobre a moral e costumes de seus paroquianos. Convidou, ao mesmo tempo, a Sra. Anne Locke, que convertera em Londres, a que deixasse o marido e viesse, juntamente com a filha, morar perto dele, em Genebra. Escreveu-lhe cartas irresistíveis:

> Queridíssima irmã, se pudesse exprimir a grande saudade que sinto de vossa presença, pareceria que estava exagerando. Realmente, choro e rejubilo-me ao lembrar-me de vós; o conforto de vossa presença dominaria tudo isso e asseguro-vos que ela me é tão cara que, não me impedisse a carga desse pequeno rebanho, aqui reunido em nome de Cristo, minha presença anteciparia esta minha carta.... Não fosse em parte a proibição de vosso marido... no íntimo desejaria, sim, não posso deixar de desejar, que fosse do agrado de Deus guiar-vos até esta cidade.[19]

Não obstante a oposição do marido, a Sra. Locke deixou Londres e chegou a Genebra (1557) acompanhada de um filho, uma filha e uma criada. A filha morreu poucos dias depois; a Sra. Locke permaneceu junto a Knox e ajudou a Sra. Bowes, já então velha e menos prestimosa, a atender às necessidades do pregador. Não temos provas de que houvesse no caso relações sexuais nem notícias de que houve queixas da Sra. Knox; quase não se ouvia falar nesta última. O velho destruidor de lares queria que cuidassem dele e o conseguiu em nome de Cristo.

Impunha sua vontade em quase tudo. Como tantos homens ilustres, era fisicamente pequeno, mas seus ombros largos revelavam força e seu semblante severo denunciava firmeza e impunha autoridade. Cabelos pretos, testa estreita, sobrancelhas cerradas, olhos penetrantes, nariz saliente, bochechudo, boca um tanto grande, lábios grossos, barba grande e dedos compridos — ali estavam encarnadas a devoção e a vontade de dominar. Homem de energia fanática, que gostava de pregar duas ou três vezes por semana, cada vez durante duas ou três horas e que, além disso, governava os negócios públicos e vidas privadas — não era de admirar que "em 24 horas não disponho de quatro horas livres para um descanso natural".[20] Uma timidez oportuna amenizava sua coragem; tinha o bom senso de fugir da morte iminente; foi acusado de aconselhar os protestantes a se revoltarem na Inglaterra e Escócia, enquanto ele mesmo permanecia em Genebra ou Dieppe; enfrentou, entretanto, uma centena de perigos, denunciou o corrupto duque de Northumberland em sua presença e mais tarde proclamou a democracia a uma rainha. Nenhum dinheiro podia comprá-lo. Julgava e dizia que sua voz era a voz de Deus. Muitos aceitavam esta sua pretensão e aclamavam-no o oráculo divino; assim, quando falava, disse um embaixador inglês, "animava-nos mais do que o som de 500 trombetas em nossos ouvidos".[21]

O credo calvinista foi a única fonte de suas energias. Deus havia dividido todos os homens em eleitos e condenados; Knox e seus adeptos faziam parte dos eleitos e estavam, portanto, fadados a vencer; seus adversários faziam parte dos condenados e, mais cedo ou mais tarde, o inferno seria sua morada. "Estamos persuadidos" — escreveu ele — "de que tudo que nossos adversários fazem é diabólico."[22] Para tais adversários, condenados por Deus, não se devia ter piedade cristã, pois eram filhos de Satanás e não de Deus; nada havia neles que valesse alguma coisa e seria preferível exterminá-los completamente da face da terra. Knox exultava com esse "perfeito ódio que o Espírito Santo engendra no coração dos eleitos de Deus contra os que condenam Seus estatutos sagrados".[23] Na luta contra os condenados, justificavam-se todos os métodos — mentiras, traições,[24] contradições políticas flexíveis.[25] A causa santifica os meios.

Entretanto, a filosofia moral de Knox, em sua superfície, era precisamente o contrário da de Maquiavel. Ele não admitia que o estadista fosse dispensado de ter o código moral que se exigia dos cidadãos; exigia que os governantes e governados obedecessem os preceitos da Bíblia. Mas a Bíblia para ele significava principalmente o Velho Testamento; os trovejantes profetas da Judéia serviam mais a seus objetivos do que Jesus crucificado. Queria dobrar o país à sua vontade e inflamá-lo com terríveis profecias. Alegava possuir o poder das profecias e predisse corretamente a prematura morte de Maria Tudor e a queda de Maria Stuart — ou será que tais vaticínios se cumpriram por mero acaso? Não se enganava no julgamento do caráter de outros homens, às vezes do seu também. "Por natureza sou grosseiro", confessou francamente;[26] atribuiu a fuga da Escócia à fraqueza e à "maldade" humana.[27] Havia certo humor por detrás de sua ranzinzice, e ele sabia ser também tão delicado quanto violento. Entregou-se com toda sinceridade a sua tarefa que era estabelecer o domínio de sacerdotes puros e letrados sobre a humanidade, começando pelos escoceses. Alegava que um sacerdócio virtuoso seria inspirado por Deus, de modo que em uma sociedade assim administrada Deus e Cristo seriam o rei. Acreditava na teocracia, mas fez mais pela democracia do que qualquer outro homem de seu tempo.

Seus escritos não eram exercícios literários; eram bombas políticas. Rivalizavam com os de Lutero no vigor das censuras. A Igreja Romana era para ele, assim como para Lutero, uma "prostituta... completamente poluída por toda a sorte de fornicações espirituais".[28] Os católicos eram "papistas pestilentos" e "papa-missas",[29] e seus padres "lobos sanguinários".[30] Nenhum homem daquela era eloqüente foi mais eloqüente do que ele. Quando em 1554 Maria Tudor se casou com Filipe II, Knox vociferou em *A Faithful Admonition to the Professors of God's Truth in England (Leal Advertência aos Professores da Verdade Divina na Inglaterra)*: Não demonstrou Maria

> ser uma traidora declarada da coroa imperial da Inglaterra... trazendo um estranho e fazendo rei um orgulhoso espanhol, para vergonha, desonra e destruição da nobreza; para espoliá-la, a ela e aos seus, de sua honra, terras, bens, cargos e promoções; desagregar completamente os tesouros, as utilidades, a marinha e as fortificações do reino; aviltar os pequenos proprietários rurais, escravizar o povo, derrubar o cristianismo e a verdadeira religião de Deus; e finalmente subverter completamente todo o Estado público e as comunidades da Inglaterra?... Oxalá Deus, em Sua grande misericórdia, desperte um Finéias, um Elias ou um Jesus para que o sangue dos abomináveis idólatras possa abrandar a Sua cólera a fim de que ela não consuma toda a multidão![31]

Mas, uma vez ou outra, também escrevia passagens delicadas e belas, dignas de São Paulo, que as inspirava, como em *A Letter... to His Brethren in Scotland* (*Carta... a seus Irmãos na Escócia*):

> Não vou recorrer a ameaças, pois minha grande esperança é de que vós ireis andar, como os filhos da luz, no meio dessa perversa geração; sereis como as estrelas que ainda não se modificaram na escuridão; sereis como o trigo no meio do joio... sereis do número das virgens prudentes que renovam diariamente o óleo das lâmpadas, como também daqueles que aguardam a gloriosa aparição e a vinda do Senhor Jesus, cujo espírito onipotente governa e instrui, ilumina e conforta vossos corações e vossa inteligência agora e sempre.[32]

Mais característico foi o trabalho *First Blast of the Trumpet against the Monstrous Regiment of Women* (*Primeiro Soar da Trombeta contra o Monstruoso Regimento de Mulheres*), escrito em Dieppe, em 1558, contra o que parecia a Knox uma epidemia de mulheres governantes na Europa — Maria Tudor, Maria de Lorena, Maria Stuart e Catarina de Médicis. Podemos compreender seu horror ante a aplicação de seus princípios por Maria Tudor. Mesmo que ela não tivesse feito perseguições, Knox a teria considerado um monstro, uma aberração política, que violava a regra normal de que é ao homem que cabe governar estados. Começou assim:

> É de admirar que, entre tantos espíritos brilhantes que a Ilha da Grã-Bretanha tem produzido, entre tantos pregadores piedosos e zelosos que a Inglaterra tem, às vezes, alimentado e entre tantos letrados e homens de juízo ponderado, como hoje se acham exilados por Jezebel (Maria Tudor), não se encontre um de grande coragem, fiel a Deus... que ouse advertir os habitantes dessa ilha do quão abominável é aos olhos de Deus esse império ou governo de uma mulher perversa, sim, de uma traidora e bastarda; e o que poderá um povo ou país destituído de chefe legal fazer por autoridade da Palavra de Deus ao eleger e nomear governantes e magistrados comuns.... Temos notícia do sangue de nossos irmãos, membros de Jesus Cristo, derramado com a maior crueldade, e do monstruoso domínio de uma cruel mulher... que sabemos ser a única causa de todas essas misérias....
>
> Promover uma mulher a governante, dar-lhe superioridade, domínio e poder supremos sobre qualquer reino, nação ou cidade é coisa que repugna à natureza, é um insulto a Deus, contraria Sua vontade revelada e à lei que aprovou; é finalmente a subversão da boa ordem, de toda eqüidade e justiça.... Pois quem pode negar que não seja repugnante à natureza nomear-se um cego para dirigir e mandar da mesma maneira que aquele que enxerga? Que o fraco, o doente e o impotente devam alimentar e proteger os fortes? E finalmente que o tolo, o louco e o frenético devam governar os discretos e dar conselhos aos que tem o espírito são? Assim são todas as mulheres, comparadas ao homem quando de posse da autoridade.... A mulher, em sua grande perfeição, foi feita para servir e obedecer ao homem e não para governá-lo e dar-lhe ordens.[33]

Quanto a isso, Knox apoiou-se nas citações indiscutíveis das Escrituras; mas quando passou para a história e procurou exemplos de estados arruinados por mulheres governantes, ficou evidentemente perplexo ao constatar que sua atuação havia sido muito melhor que a dos reis. Concluiu, entretanto, confiando na condenação final:

> Amaldiçoada Jezebel da Inglaterra, juntamente com a pestilenta e detestável geração de papistas, não vos vanglorieis de ter triunfado sobre Wyatt e também sobre todos aqueles que empreenderam alguma coisa contra vós.... Não receio dizer que o dia da vingança, em que será apreendido esse horrível monstro que é a Jezebel da Inglaterra... já está indicado no conselho do Eterno.... Saibam disso todos os homens, pois a trombeta já soou uma vez.[34]

Knox levou o manuscrito de suas "clarinadas" a Genebra; mandou imprimi-lo secretamente, sem pôr nele seu nome, e enviou uns exemplares para a Inglaterra. Maria condenou o livro, dizendo que era uma incitação à rebelião e declarou que a posse dele constituiria crime capital.

Em julho de 1558, Knox voltou ao ataque em *An Appellation to the Nobility and Estates of Scotland* (*Apelo à Nobreza e aos Estados da Escócia*):

> Quem quer que não incite o povo à idolatria deve sofrer a pena de morte.... O mesmo deve ser feito onde quer que Jesus Cristo e Seus Evangelhos forem assim recebidos... que os magistrados e o povo juraram e prometeram solenemente defender, como foi feito na Inglaterra, nos últimos dias do governo do rei Eduardo. Em tal caso, digo, não só é legal punir com a morte os que se esforçam por subverter a verdadeira religião, como também aos magistrados e ao povo cabe ainda fazê-lo, salvo se eles provocarem a ira de Deus contra si mesmos.... Não receio afirmar que foi o dever da nobreza, juízes, governantes e povo da Inglaterra não só terem resistido e combatido Maria, essa Jezebel... como também a terem punido com a morte.[35]

Em 1560 escrevia Knox: "Por idolatria compreendemos a missa, a invocação dos santos, a adoração de imagens e a conservação das mesmas e todas as homenagens a Deus que não estivessem contidas em Sua Santa Palavra".[36] Knox incitou o povo da Escócia a aplicar essa doutrina de legítima rebelião contra Maria de Lorena. Queixou-se de que a regente se cercara de cortesãos e soldados franceses que estavam devorando os parcos recursos dos escoceses:

> Enquanto trazem estrangeiros para eliminar-nos, a nós, a nossa comunidade e a posteridade; enquanto se mantém a idolatria e se despreza a verdadeira religião de Cristo; enquanto se mantêm barrigas preguiçosas e tiranos sangüinários, que são os bispos, e se perseguem os verdadeiros mensageiros de Cristo; enquanto, enfim, se condena a virtude e se exalta o vício... que homem piedoso pode ser ofendido por procurar reformar essas iniqüidades (sim, mesmo pela força das armas, uma vez que outros meios nos são negados)?... A punição de tais crimes, como idolatria, blasfêmias e outros que afetam a majestade de Deus, não cabe somente aos reis e principais governantes, mas a todos os organismos do povo também, a todos os seus membros, segundo as possibilidades e a ocasião que Deus conceder para vingar a injúria feita contra Sua glória.[37]

Há uma estranha mistura de revolução e reação nos apelos de Knox. Muitos pensadores, inclusive huguenotes franceses, como Hotman, e jesuítas, como Mariana, iriam concordar com ele no tocante à justificação, às vezes, do tiranicídio. Contudo, suas convicções de que aqueles que estavam certos de sua teologia deviam suprimir — matar, se necessário — seus oponentes remontavam às práticas mais degradantes da Inquisição. Knox considerava ainda em vigor o capítulo XIII do Deuteronômio e interpretava-o ao pé da letra. Todo herege devia ser condenado à morte e as cidades predominantemente heréticas deviam ser punidas com a espada e destruídas inteiramente, e até mesmo seus castelos e suas casas deviam ser incendiados. Knox confessa que, às vezes, tais ordens cruéis o aterrorizavam:

> Ao homem material isso poderá parecer um julgamento rigoroso e severo, sim, poderá parecer que tenha resultado da cólera ao invés de da sabedoria. Pois qual a cidade em que... não vamos encontrar muitas pessoas inocentes, como os infantes, as crianças e as almas simples e ignorantes que jamais consentiram nem poderiam consentir a prática da... impiedade? No entanto, não há exceção, todos estão destinados à morte cruel. Em tais casos, porém, a vontade de Deus é que todas as criaturas se curvem, cubram o rosto e desistam de raciocinar quando é dada a ordem de executar-se Seu julgamento.[38]

Não podemos julgar Knox pelos nossos frágeis padrões de tolerância; ele exprimia com bastante consistência o espírito quase geral de seu tempo. Seus anos em Genebra, onde Servet acabara de ser queimado, confirmaram sua própria tendência para um rígido literalismo e convicções inabaláveis; se lera as alegações de Castellio em prol da tolerância, presumivelmente se sentira confortado pela resposta que a ela deu Bèze. Todavia, um obscuro anabatista, naqueles mesmos anos, escreveu uma crítica sobre o calvinismo, sob o título de *Careless by Necessity (Descuidado por Necessidade)*; protestantes escoceses enviaram-na a Knox para ser rebatida, e durante um momento a voz da razão pôde ser ouvida em meio à guerra das religiões. O autor perguntava como os calvinistas, depois de conhecerem a concepção de Cristo sobre o Pai misericordioso, podiam acreditar que Deus tivesse criado homens cuja condenação eterna Ele tinha previsto e desejado. Deus, disse o anabatista, deu ao homem a tendência natural de amar seus filhos; se o homem foi feito segundo a imagem de Deus, como podia Ele ser mais cruel que o homem? Os calvinistas, continuou o autor, fizeram um mal pior que os ateus, pois "são menos injuriosos a Deus aqueles que acreditam que Ele não existe do que aqueles que dizem ser Ele inclemente, cruel e opressor". Knox respondeu que há mistérios que estão além da compreensão humana. "Será punido o orgulho daqueles que, não satisfeitos com a vontade já revelada de Deus, dedicam-se a querer subir e voar acima dos céus para ali perguntarem qual é a vontade secreta de Deus." "A natureza e a razão" — escreveu ele algures — "afastam o homem do verdadeiro Deus. Que impudência é essa de se preferir a natureza corrupta e a razão cega às Escrituras de Deus?"[39]

Não convencido pela razão e considerando-se fiel ao espírito de Cristo, Knox em 1559, quando a Inglaterra se achava sob o governo de uma rainha protestante, enviou ao seu povo *A Brief Exhortation* (*Breve Exortação*), aconselhando-o a expiar as perseguições de Maria, tornando o credo e a disciplina moral dos calvinistas compulsórios em todo o país. A Inglaterra rejeitou o conselho. Nesse ano, Knox voltou à Escócia para exercer controle sobre a ideologia de sua revolução.

IV. A CONGREGAÇÃO DE JESUS CRISTO: 1557-60

Os apelos de Knox aos escoceses para que derrubassem o jugo de Roma, juntamente com a prédica de outros reformadores, o afluxo de protestantes procedentes da Inglaterra, a infiltração de Bíblias e panfletos da Inglaterra e do Continente, a fome de terras dos nobres escoceses bem como o seu irritante deslocamento pelos empoados franceses da corte fizeram com que se elevasse a temperatura da revolta ao ponto culminante. A população de Edinburgh, firmemente católica em 1543, foi a que mais suportou diretamente e com ressentimento a afluência dos arrogantes gauleses durante a regência de Maria de Lorena. Tudo foi feito para tornar desagradável a vida dos intrusos. O ressentimento apoderou-se de ambos os lados. Como o clero apoiava os franceses, o espírito nacionalista assumiu uma feição anticatólica. As procissões religiosas — nas quais as imagens da Virgem e dos santos eram carregadas e aparentemente veneradas, em que se beijavam reverentemente as relíquias expostas — despertavam o ridículo e dúvidas cada vez maiores. Em setembro de 1557, um grupo de céticos entusiasmados apoderou-se da imagem de São Gil, na igreja de Edinburgh, mergulhou-a em um poço e queimou-a depois até reduzi-la a cinzas. Segundo Knox, ataques iconoclastas semelhantes ocorreram em todas as partes do país.

No dia 3 de dezembro de 1557, um "Bando Comum" de nobres anticlericais — Argyll, Glencairn, Morton, Lorne e Erskine — reuniu-se em Edinburgh (que se tornara a capital em 1542) e assinou o "Primeiro Convênio Escocês". Chamavam-se a si mesmos "Senhores da Congregação de Jesus Cristo", em oposição à "Congregação de Satanás" — *i.e.*, a Igreja. Comprometeram-se a manter "a abençoadíssima Palavra de Deus", reivindicaram a "reforma do governo e da religião" e exigiram da regente liberdade para "empregarmo-nos em questões de religião e consciência já que devemos obedecer a Deus". Resolveram estabelecer igrejas reformadas em toda a Escócia e anunciaram que o Livro das Orações Comuns, prescrito para a Inglaterra, sob o governo de Eduardo VI, devia ser adotado por todas as suas congregações. Os bispos católicos protestaram contra esse ousado cisma e instaram junto ao arcebispo Hamilton para que o reprimisse. Relutante, ele ordenou (28 de abril de 1558) que se queimasse Walter Milne, sacerdote idoso que havia tirado a batina e se casara, passando a pregar depois a reforma da religião entre os pobres. O povo tinha grande respeito pelo velho sacerdote; exprimiu seu horror ante esse último ato da queima de um protestante escocês por heresia e erigiu um monumento de pedras sobre o local de sua morte. Quando outro pregador foi intimado a comparecer perante o tribunal, seus defensores pegaram em armas, forçaram o caminho até à presença da regente e preveniram-na de que não iriam permitir novas perseguições religiosas.

Os Senhores da Congregação notificaram à regente (novembro de 1558) que, a menos que se concedesse liberdade de culto, não se responsabilizariam "se os abusos viessem a ser reprimidos com violência".[40] Naquele mês, mandaram avisar Knox que o protegeriam se voltasse.

Ele não se apressou; somente a 2 de maio de 1559 chegou a Edinburgh. No dia 3 pregou em Perth o sermão que desencadeou a revolução. Foi um veemente sermão contra a idolatria, disse ele. Explicava "a idolatria e a abominação que havia na missa" e "a ordem que Deus havia dado para a destruição desses monumentos".[41] A "multidão de velhacos", conforme descrevia, perdeu o controle. Quando um padre, em uma igreja vizinha, procurou celebrar a missa, um jovem gritou: "É intolerável que tenhamos de ver isso, não obstante Deus, pelas Escrituras, ter condenado claramente a idolatria!" O sacerdote, segundo o relato de Knox, "deu um grande soco no jovem que, encolerizado, pegou uma pedra e lançando-a contra o sacerdote foi atingir o tabernáculo, quebrando uma imagem. Imediatamente toda a multidão que se achava nas imediações começou a lançar pedras contra o referido tabernáculo e os demais monumentos de idolatria".[42] A multidão invadiu três mosteiros, saqueou-os, destruiu as imagens, mas permitiu que os frades levassem consigo o que pudessem carregar. "Em dois dias esses três grandes edifícios... ficaram de tal forma destruídos que deles só ficaram as paredes."[43]

A regente viu-se entre dois fogos. Seu irmão, o cardeal de Lorena, aconselhou-a a imitar Maria Tudor, eliminando os chefes protestantes; entrementes, dentro e ao redor de Perth, os vitoriosos rebeldes ameaçavam matar qualquer sacerdote que ousasse celebrar missa.[44] No dia 22 de maio, os Senhores da Congregação, agora apoiados por seus apaniguados armados, enviaram à regente um terrível *ultimatum*:

> À ilustre regente da rainha, com todo nosso humilde dever e obediência: Como até aqui, com risco de nossas vidas e, mesmo assim, com toda nossa boa vontade, temos servido a autoridade da Escócia e a vossa... é com a maior tristeza que nos ve-

> mos obrigados, pela injusta tirania imposta sobre nós, a declarar-vos que, a menos que essa crueldade seja reprimida por vossa sabedoria, seremos forçados a pegar a espada da justa defesa contra todo aquele que nos perseguir por questões religiosas.... Esse cruel, injusto e tirânico assassínio que se pretende fazer contra cidades e o povo foi e é a única causa de nossa revolta contra nossa costumada obediência que, na presença de Deus, prometemos fielmente à nossa soberana (a rainha Maria da Escócia), ao seu esposo e a vós, a regente; contanto que nossa consciência possa viver naquela paz e liberdade que Jesus Cristo comprou para nós com Seu sangue.... Vossos obedientes súditos em todas as coisas que não repugnem a Deus. — *A Fiel Congregação de Jesus Cristo na Escócia*.[45]

A congregação enviou, na mesma ocasião, um apelo aos nobres para que apoiassem a revolta, e, em outra carta pública preveniu "a geração do Anticristo, os pestilentos prelados e seus rapazolas... que se procederdes com vossas crueldades, sereis tratados, onde quer que fordes encontrados, como assassinos e francos inimigos de Deus... O contrato de paz só será feito depois que tiverdes desistido de vossa franca idolatria e das perseguições cruéis contra os filhos de Deus".[46]

A regente Maria entrou em Perth com as tropas que pôde reunir. Mas os amigos da congregação apresentaram-se armados, e Maria percebendo que não podia vencê-los, assinou um armistício (29 de maio de 1559). Knox retirou-se para St. Andrews e, apesar das proibições do arcebispo, pregou na igreja da paróquia contra a idolatria (11 — 14 de junho). Influenciados pelo seu fervor, seus ouvintes removeram "todos os monumentos de idolatria" das igrejas da cidade e queimaram-nos diante dos olhos do clero católico.[47] O arcebispo fugiu para Perth; as forças da congregação, alegando que Maria violara o armistício empregando dinheiro dos franceses para pagar suas tropas escocesas, atacaram e conquistaram aquela cidadela (25 de junho). No dia 28, saquearam e incendiaram a abadia de Scone. Se dermos crédito ao imaginoso Knox, "uma pobre matrona idosa", assistindo à conflagração, disse: "Agora vejo e compreendo que os julgamentos de Deus são justos. A lembrança que tenho desse lugar é que ele não passava de um covil de traficantes de prostitutas. É incrível... quantas esposas cometeram adultério com esses sórdidos animais que foram criados neste covil, quantas virgens por eles defloradas, especialmente por esse homem mau... o bispo".[48]

Maria de Lorena, que se achava agora tão gravemente enferma que esperava morrer de um momento para outro, fugiu para Leith e procurou deter os vitoriosos protestantes com negociações, esperando a vinda de auxílio da França. A congregação foi mais hábil, pois conseguiu o apoio de Elizabeth de Inglaterra. Knox escreveu à rainha uma carta assegurando que não a havia incluído em suas invectivas contra os soberanos femininos. Guilherme Cecil, primeiro-ministro de Elizabeth, aconselhou-a a auxiliar a revolução escocesa como um passo para trazer a Escócia à órbita política da Inglaterra; isso era, em sua opinião, uma proteção legítima contra Maria Stuart que, ao tornar-se rainha de França (1559), reivindicara também o trono da Inglaterra sob a alegação de que Elizabeth era uma usurpadora bastarda. Logo uma frota inglesa bloqueou o estuário de Forth contra o desembarque de tropas francesas que pudessem vir em auxílio da regente, e um exército inglês juntou-se às forças da congregação, no ataque contra Leith. Maria de Lorena retirou-se para o castelo de Edinburgh e — tendo beijado todas as pessoas de seu séquito — morreu (10 de junho de 1560). Fora uma grande mulher a quem coube um papel inadequado em uma tragédia inevitável.

Os últimos defensores de Maria de Lorena, bloqueados e famintos, renderam-se. Em 6 de julho de 1560, os representantes da congregação, de Maria Stuart, da França e da Inglaterra assinaram o Tratado de Edinburgh, cujos artigos haveriam de refletir profundamente no conflito que se travaria depois entre Maria e Elizabeth. Todos os soldados estrangeiros, exceto 120 franceses, deviam deixar a Escócia; Maria Stuart e Francisco II renunciavam a suas pretensões sobre a coroa inglesa; reconhecia-se Maria como rainha da Escócia, mas ela jamais deveria fazer a guerra ou a paz sem o consentimento dos estados; estes deviam nomear cinco homens dos 12 que formavam o seu conselho privado; nenhum estrangeiro ou sacerdote podia ocupar um cargo elevado, e declarar-se-ia uma anistia geral com as exceções especificadas pelos estados. Era uma paz humilhante para a rainha que se achava ausente e um triunfo notável e quase sem derramamento de sangue por parte da congregação.

O parlamento que se reuniu no dia 1º de agosto de 1560 aceitou, com apenas oito votos dissidentes, a confissão de Fé elaborada por Knox e seus auxiliares, amenizada em algumas cláusulas por Maitland de Lethington. Como credo ainda oficial da igreja presbiteriana da Escócia convém registrar alguns de seus importantes artigos:

> I. Confessamos que reconhecemos um único Deus... em três pessoas.
>
> II. Confessamos reconhecer que nosso Deus criou o homem (a saber, nosso primeiro pai Adão) segundo Sua própria imagem, dele formando também a mulher... de modo a não se poder notar em toda a natureza do homem nenhuma imperfeição. Tanto o homem como a mulher perderam essa honra e perfeição, a mulher ao ser enganada pela serpente e o homem ao obedecer à voz da mulher....
>
> III. Com essa transgressão, comumente chamada Pecado Original, ficou a imagem de Deus completamente maculada no homem; e este e sua descendência natural tornaram-se inimigos de Deus, escravos de Satanás e servos do pecado; e assim a morte eterna teve e terá poder e domínio sobre tudo que não foi, não é e não será reabilitado pelo céu, cuja reabilitação é feita pelo Espírito Santo, o qual opera no coração dos eleitos de Deus uma fé segura em Sua promessa... por intermédio da qual eles reconhecem Jesus Cristo....
>
> VIII. O mesmo Deus e Pai eterno... por simples misericórdia escolheu-nos em Jesus Cristo... antes da fundação do mundo....
>
> XVI. Acreditamos ardentemente que, desde o princípio do mundo, existiu, como existe agora e existirá até o fim do mundo, a Igreja, isto é, uma companhia e multidão de homens escolhidos por Deus que verdadeiramente O adoram e O seguem pela fé verdadeira em Jesus Cristo... fora da qual não há vida nem felicidade eterna. Por conseguinte, abominamos a blasfêmia daqueles que afirmam que o homem que viver de conformidade com a eqüidade e justiça será salvo independentemente da religião que tenha professado....
>
> XXI. ... Reconhecemos... apenas dois sacramentos principais... o batismo e a eucaristia.... Não que imaginemos qualquer transubstanciação do pão no corpo natural de Deus... porém, pela operação do Espírito Santo... acreditamos que o crente, no uso perfeito da mesa de Deus, realmente come o corpo e bebe o sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo....
>
> XXIV. Confessamos reconhecer que os impérios, reinos, domínios e cidades são... ordenados por Deus.... A conservação e a purgação da religião cabem principalmente... aos reis, príncipes e magistrados; de modo que eles não só são nomeados para atender às normas civis como também para manter a verdadeira religião e suprimir qualquer idolatria ou superstição....[40]

Segundo essa confissão, o parlamento da Reforma Escocesa repudiou a jurisdição do papa, tornou compulsórios o credo e o rito da reforma bem como proibiu a celebração da missa sob pena de punição corporal e confisco de bens na primeira transgressão, exílio na segunda e morte na terceira. Mas como os nobres que controlavam o parlamento queriam terra ao invés de sangue e não observavam a teologia calvinista ao pé da letra, a perseguição contra os escoceses que ainda permaneciam católicos manteve-se relativamente branda e não chegaram a aplicar-se castigos corporais. Depois que os nobres tiveram permissão de rejeitar o purgatório como mito, alegaram que haviam sido ludibriados em parte de seu patrimônio pelas doações de terra ou de dinheiro feitas pelos seus ancestrais em pagamento de missas para os mortos que, segundo a nova teologia, estavam irrevogavelmente salvos ou condenados antes da criação do mundo. Com isso, o confisco das propriedades eclesiásticas podia ser denominado elegantemente de restituição de bens furtados. A maioria dos mosteiros da Escócia foi fechada, e sua riqueza foi apreendida pelos nobres. A princípio, o governo não adotou disposição alguma para os ministros calvinistas; estes haviam sido empregados como auxiliares ideológicos na revolução; os nobres haviam perdido interesse pela teologia. Knox e seus companheiros pregadores, que tanto haviam arriscado e se sacrificado pela nova ordem, esperavam que as propriedades eclesiásticas fossem aplicadas na manutenção da Igreja e de seu clero. Fizeram uma petição ao parlamento para que tomasse tais medidas; não receberam resposta, mas acabaram recebendo uma sexta parte dos despojos. Achando isso inadequado, voltaram-se contra a gananciosa aristocracia, dando início à histórica aliança do presbiterianismo escocês com a democracia.

De todas as reformas, a da Escócia foi a que derramou menos sangue e a que foi a mais permanente. Os católicos sofreram em silêncio; seus bispos fugiram; a maioria dos sacerdotes das paróquias aceitou a mudança que para eles não era pior que as exigências e visitas dos bispos. Os distritos rurais perderam as cruzes que costumavam ter à beira das estradas; os antigos templos de peregrinação ficaram abandonados e os santos não mais constituíam motivos para os alegres feriados. Muita gente devia ter pranteado e sublimado o passado e muitos talvez tivessem esperado a vinda de sua jovem rainha de França. Perdera-se muita coisa que fora alegre e bela, muita coisa que fora brutal e inclemente e insincera, e muita coisa haveria de vir que seria inflexível e penosa. Mas aquela mudança tinha de se verificar. Ao se calarem as recriminações e ao se ajustarem os homens à nova ordem, que bem extraordinário o daquela igualdade de fé, ligada às linhas convergentes da realeza, para dar um fim às acirradas guerras entre escoceses e ingleses. Logo depois, a nação mais fraca iria dar à mais forte um rei, e a Grã-Bretanha seria uma só.

CAPÍTULO XXVIII

As Migrações da Reforma

1517-60

I. O PANORAMA ESCANDINAVO: 1470-1523

A PIEDADE do pôvo, por volta de 1500, tornara a Igreja senhora da economia da Escandinávia. Na Dinamarca, metade do solo pertencia à Igreja e era cultivado por locatários que quase viviam mergulhados na servidão.[1] A própria Copenhague era um feudo eclesiástico. O clero e a nobreza estavam isentos de impostos territoriais: os nobres por servirem na guerra à própria custa e o clero por organizar o culto, a moral, o ensino e as instituições de caridade. As universidades de Copenhague e Uppsala achavam-se, naturalmente, em mãos dos eclesiásticos. A Igreja exigia anualmente uma décima parte de toda a produção ou renda não-eclesiástica, uma pequena taxa sobre todo edifício que se erguesse, sobre toda criança que nascesse, sobre todo casamento e sobre todo morto que se enterrasse; exigia um dia de trabalho gratuito, anualmente, de todos os camponeses, e ninguém podia herdar uma propriedade sem fazer uma contribuição à Igreja como tribunal de sucessões nos testamentos.[2] Ela alegava que tais impostos destinavam-se a financiar seus serviços, mas surgiram reclamações de que muita coisa do que era arrecadado era na verdade para manter os bispos em uma vida de esplendor. Os mercadores da Dinamarca, atormentados com o domínio hanseático nos mares Báltico e do Norte, irritaram-se com a verdadeira concorrência que os nobres e o clero faziam, exportando diretamente, muitas vezes em seus próprios navios, o excesso da produção de suas propriedades. Na Escandinávia, como em outros países, os nobres não viam a hora de poder arrebatar as propriedades aos eclesiásticos. Ali, como algures, o nacionalismo entrava em conflito com a Igreja supernacional.

Em todas as três regiões, a Igreja apoiou a União Escandinava de Kalmar, que Cristiano I da Dinamarca havia restaurado (1457). Na Suécia, um partido nacional de burgueses e camponeses rejeitou a União como resultado da supremacia dinamarquesa e proclamou Sten Sture, o Moço, regente de uma nação independente (1512). O arcebispo Gustavo Trolle de Uppsala — na ocasião a capital da Suécia — defendeu a União; Sten Sture, o Moço, o depôs; o Papa Leão X ordenou que o repusessem no cargo; Sture recusou-se a fazê-lo; Leão X interditou o culto religioso na Suécia e encarre-

gou Cristiano II, da Dinamarca, de invadir o país e punir o regente. Cristiano falhou em sua primeira tentativa; teve de assinar um armistício; mas carregou consigo para Copenhague (18 de janeiro de 1520) vários reféns como garantia da observância do armistício por parte da Suécia; um dos reféns era Gustavo Vasa. Em uma segunda expedição, Cristiano conquistou um vitória decisiva; Sture morreu de ferimentos recebidos na batalha. Sua viúva improvisou um exército que defendeu Estocolmo, durante cinco meses, contra os dinamarqueses que a sitiavam; finalmente ela se rendeu com a promessa que lhe fez um general de Cristiano de que seria dada uma anistia geral. No dia 4 de novembro, Cristiano foi coroado rei da Suécia pelo triunfante arcebispo Gustavo Trolle, que foi restaurado no cargo.

Em 7 de novembro, os principais suecos que haviam apoiado Sture foram chamados à presença do rei, na cidadela de Estocolmo. Um representante de Trolle acusou-os de grandes crimes, de terem deposto o arcebispo e destruído seu castelo, e pediu ao rei que vingasse o mal que haviam cometido. A despeito da anistia, 70 suecos ilustres foram condenados à morte. Em 8 de novembro, foram decapitados na Grande Praça; em 9 de novembro, vários outros foram presos e executados; alguns expectadores que haviam manifestado sua simpatia foram também executados. As propriedades dos mortos foram confiscadas pelo rei. Os suecos em peso não puderam reprimir seu horror por aqueles fatos. A União de Kalmar, disseram, fora afogada naquele "Banho de Sangue em Estocolmo", e a Igreja caiu bastante no conceito do povo por ter iniciado o massacre. Cristiano julgara que tornaria seguro seu governo destruindo os cérebros do partido nacional. Na realidade, abrira o caminho para o trono a um jovem refém que seria o libertador da Suécia.

Seu nome era Gustavo Eriksson, mas a posteridade deu-lhe, também, o nome de Vasa, oriundo do feixe (*vasa*, em sueco, *fascis*, em latim) de lenha que aparecia no brazão de armas de sua família. Aos 13 anos, foi mandado para Uppsala a fim de estudar ali; aos 20, foi chamado à corte de Sture, o Moço, que se casara com uma meia-irmã da mãe de Gustavo; ali recebeu nova instrução do primeiro-ministro, o bispo Hemming Gad. No ano de 1519, escapou da vigilância que sobre ele exerciam na Dinamarca, conseguiu chegar a Lübeck; persuadiu o senado ali (sempre hostil à Dinamarca) a que lhe emprestasse dinheiro e um navio e voltou para suas plagas nativas (31 de maio de 1520). Durante meses perambulou pelo país, disfarçado, ocultando-se, às vezes, em alguma aldeia obscura. Em novembro, teve notícias de que cerca de 100 patriotas suecos, inclusive o pai, haviam sido executados em Estocolmo. Montou no cavalo mais veloz que encontrou e rumou para a sua própria província, no norte, Dalecárlia, resolvido a organizar ali, com os indômitos montanheses, os primeiros elementos do exército que haveria de libertar a Suécia dos dinamarqueses.

Sua vida tornou-se então uma epopéia digna de um poema de Homero. Viajando pelas estradas cobertas de gelo, procurou abrigo na casa de um antigo colega de escola. Esse amigo deu-lhe hospitalidade e partiu depois para ir notificar à polícia pró-Dinamarca que o refém fugitivo podia ser capturado; mas a esposa preveniu Gustavo e aconselhou-o que fugisse. Cavalgando 20 milhas mais, ele foi encontrar asilo em casa de um sacerdote que o ocultou durante uma semana. Trinta milhas mais adiante, procurou sublevar a cidade de Rättvik; mas a população não tivera ainda notícias do "Banho de Sangue", nem queria crer nessa história. Vasa cavalgou por prados cobertos de gelo, cobrindo uma distância de 25 milhas até Mora, e novamente clamou pelo levante, mas os camponeses mostraram-se ceticamente apáticos. Sem amigos e, du-

rante certo tempo, desesperançado, Gustavo voltou-se para o oeste, disposto a procurar asilo na Noruega. Antes de atingir a fronteira, um mensageiro de Mora alcançou-o e pediu-lhe que voltasse, alegando que daquela vez seria ouvido com um espírito tão ardente quanto o seu. Os camponeses tinham finalmente recebido notícias da chacina em Estocolmo; além disso, corria um boato de que o rei planejava fazer uma viagem pela Suécia e tinha ordenado que se levantassem forcas em todas as grandes cidades. Novos impostos seriam lançados sobre um povo que já lutava pela vida contra a ganância dos amos e a tirania dos elementos. Quando Gustavo dirigiu novamente a palavra aos cidadãos de Mora, deram-lhe um corpo de guardas composto de 16 montanheses e juraram armar-se, observar disciplina militar e seguir para onde quer que ele os mandasse na luta contra os dinamarqueses.

Eles não conheciam ainda armas, exceto arcos, setas e machados. Vasa ensinou-os a fazer dardos e piques com pontas de ferro. Treinou-os com todo o ardor de um jovem inspirado pelo amor à pátria e pelo desejo de dominar. Assim inspirados, conquistaram Vesteres, depois Uppsala; mais uma vez, o arcebispo Trolle fugiu. O exército cada vez maior, paciente e resolutamente, foi conquistando às guarnições dinamarquesas uma província após a outra. Cristiano não pôde chefiar as forças pessoalmente, pois, em sua própria terra, via-se às voltas com uma guerra civil, mas sua marinha fez constantes incursões nas costas suecas. Gustavo despachou emissários para Lübeck a fim de solicitar navios de guerra. Mediante a promessa de uma grande quantia, a cidade dos mercadores equipou 10 barcos, os quais desviaram as energias da frota dinamarquesa. Em 7 de junho de 1523, os vitoriosos revolucionários, em uma nova *Riksraad*, nomearam seu chefe rei Gustavo I; em 20 de junho, Estocolmo rendeu-se a ele, e Vasa a fez, depois disso, sua capital. Entrementes, Cristiano II havia sido deposto na Dinamarca e Frederico I, seu sucessor, renunciou a todas as pretensões dos dinamarqueses de exercerem sua soberania na Suécia. A União de Kalmar (1397-1523) chegou assim ao fim, tendo início a dinastia de Vasa.

II. A REFORMA SUECA

Gustavo era ainda um jovem de 27 anos. Não era alto como se podia esperar de um homem do norte, mas tinha no corpo o vigor dos vikings; tinha rosto corado, e as grandes barbas amarelas davam-lhe uma dignidade que mais se adaptava à sua posição de rei do que à sua idade. Sua moral, como rei, era excelente. Mesmo a Igreja, que mais tarde haveria de rejeitar, não podia contestar sua piedade. Dedicava-se às tarefas do governo com impaciente energia que, às vezes, resvalava para a violência e tirania, mas as condições da Suécia, por ocasião de sua ascensão ao trono, quase justificavam sua disposição de espírito e autocracia. No caos da guerra, milhares de camponeses haviam deixado suas terras sem semeadura, mineiros haviam abandonado as minas, cidades haviam sido devastadas, a moeda ficara depreciada, o tesouro nacional estava falido e os cérebros pensantes do país haviam sido esmagados no "Banho de Sangue". Os barões feudais sobreviventes consideravam Gustavo um arrivista e olhavam com desprezo a sua pretensão de querer dominar. Fizeram-se conspirações para depô-lo; ele, porém, dominou-as com mão forte. A Finlândia, que fazia parte da Suécia, achava-se ainda em poder dos dinamarqueses, e Sören Norby, almirante dinamarquês, estava de posse da estratégica ilha de Gotland. Lübeck clamava pelo resgate dos empréstimos que fizera.

A primeira coisa de que um governo tem necessidade é de dinheiro a fim de atender ao pagamento das forças que o protegem e dos funcionários que administram o país. Na Suécia, ao tempo de Vasa, os impostos quase eram totalmente absorvidos na despesa de sua arrecadação, pois os únicos que podiam pagá-los eram demasiado fortes e sempre resistiam ao pagamento. Desesperado, Gustavo recorreu ao expediente de depreciar novamente a moeda e, com isso, as finanças pioraram ainda mais, pois a moeda não demorou a ser considerada pelo seu valor real. Somente um grupo na Suécia era ainda rico — o clero. Gustavo voltou-se para ele em busca de auxílio, achando justo que a riqueza da Igreja devesse aliviar a pobreza do povo e do governo. Em 1523, escreveu ao bispo Hans Brask de Linköping pedindo a doação de cinco mil florins ao Estado. O bispo cedeu ao pedido, embora protestasse. Às igrejas e mosteiros da Suécia, Vasa pediu urgentemente que todo dinheiro e metais preciosos, que não fossem indispensáveis à continuação do culto, deviam ser remetidos ao governo a título de empréstimo; publicou uma relação das importâncias que esperava receber de cada fonte. A resposta não foi como esperava; começou então a pensar se não seria aconselhável fazer o que os príncipes luteranos da Alemanha estavam fazendo — confiscar a riqueza da Igreja a fim de atender às necessidades do Estado. Não tinha esquecido de que a maioria do clero superior opusera-se à revolução e sustentara o governo de Cristiano II na Suécia.

Em 1519, Olaus Petri, filho de um mestre de forja sueco, voltou de Wittenberg onde estivera estudando durante muitos anos. Como diácono da escola da catedral, em Strängnärs, admitiu certas heresias: que o purgatório era um mito, que as orações deviam ser dirigidas unicamente a Deus, e somente a Ele deviam ser feitas as confissões e que a pregação do Evangelho era melhor do que o ritual da missa. Os trabalhos de Lutero começaram a circular na Suécia. Brask instou junto a Vasa para que proibisse a venda daquela literatura; o rei respondeu que "os ensinamentos de Lutero não haviam sido considerados falsos pelos juízes imparciais".[3] Talvez ele julgasse boa política manter um herege como reserva para poder lavrar um tento em suas negociações com a Igreja.

A situação tornou-se mais séria quando o Papa Adriano VI recusou confirmar seu próprio legado, Johannes Magnus, como arcebispo de Uppsala, e propôs restaurar no cargo Gustavo Trolle, o inimigo da revolução. Vasa enviou à Cúria uma carta que teria então (1523) chocado e, depois, deliciado Henrique VIII:

> Se nosso Santíssimo Padre tiver qualquer preocupação pela paz de nosso país, teremos prazer se ele confirmar a escolha de seu legado... e atenderemos os desejos do papa no tocante à reforma da Igreja e da religião. Mas se Sua Santidade, contra nossa honra e a paz de nossos súditos, tomar o partido dos criminosos seguidores do arcebispo Trolle, permitiremos que seu legado volte a Roma e iremos governar a Igreja neste país com a autoridade que, como rei, nos é facultada.

A morte de Adriano e o fato de Clemente VII achar-se então às voltas com Lutero, Carlos V e Francisco I deixaram Vasa livre para adiantar a Reforma na Suécia. Ele nomeou Olaus Petri para a igreja de São Nicolau, em Estocolmo; colocou Laurentius, irmão de Olaus, como professor de teologia em Uppsala e elevou um terceiro reformador, Laurentius Andreae, ao cargo de arquidiácono da catedral. Na casa do cabido, da catedral, sob a presidência do rei, Olaus Petri defendeu o luteranismo no debate travado com Peter Galle (27 de dezembro de 1524). Vasa julgou Olaus o vencedor e não

se preocupou com o fato de Olaus ter tomado uma esposa (1525) quatro meses antes do casamento de Lutero. O bispo Brask sentiu-se, no entanto, chocado com essa violação do celibato clerical e exigiu que o rei punisse Petri. Gustavo respondeu que Olaus seria punido se tivesse cometido um erro, mas "seria surpreendente se isso se devesse ao casamento (uma cerimônia que Deus não proibira); não se deveria punir por isso e, sim, por devassidão e outros pecados proibidos.[4]" Ao invés de pôr Petri fora da lei, encarregou-o, a ele e ao irmão, de traduzir a Bíblia para o sueco. Como acontecera em muitos outros países, a versão vernácula auxiliou a formar a língua nacional e a transformar também a religião nacional.

A exemplo de muitos governantes, Gustavo considerava moral qualquer medida que fortalecesse o país e o trono. Providenciou a nomeação, para as dioceses suecas, de todos os bispos que concordaram com seus planos. Encontrou razões irresistíveis para se apropriar, gradativamente, das terras monásticas; partilhou os despojos com os nobres, explicando que estava apenas devolvendo aos leigos o que seus antepassados haviam sido obrigados a dar, por assim dizer, à Igreja. O Papa Clemente VII queixou-se de os sacerdotes suecos se casarem, ministrarem indevidamente a comunhão, negligenciarem do sacramento da extrema-unção e alterarem o ritual da missa, e apelou ao rei para que permanecesse fiel à Igreja. Mas Gustavo já tinha ido muito longe para poder voltar atrás; a ortodoxia teria arruinado seu tesouro. Declarou-se abertamente na Dieta de Vesteres (1527) a favor da Reforma.

Foi uma reunião histórica, tanto em sua constituição como nos resultados. A ela compareceram quatro bispos, quatro cônegos, 15 membros do *Riksraad*, 129 nobres, 32 burgueses, 14 representantes dos mineiros, 104 representantes dos camponeses — foi uma das assembléias nacionais de bases mais amplas no século XVI. O chanceler do rei apresentou uma proposta revolucionária à Dieta: o Estado, disse ele, estava tão empobrecido que não podia funcionar para o bem do povo; a Igreja Sueca era tão rica que podia transferir grande parte de sua riqueza ao governo e ainda assim dispor de bastante para atender a todas as suas tarefas. O bispo Brask, combatendo até o fim pelos seus próprios ideais e bens, declarou que o papa havia ordenado ao clero que defendesse suas propriedades. A Dieta votou a favor do que ordenara o papa. Gustavo, arriscando tudo em um só lance, anunciou que se era aquele o pensamento da Dieta e do país ia então resignar e deixar a Suécia. A assembléia travou debates durante três dias. Os burgueses e os representantes dos camponeses tomaram o partido do rei; os nobres tiveram também boas razões para movimentar-se na mesma direção; finalmente a Dieta, convencida de que Vasa era mais precioso para a Suécia do que qualquer papa, concordou com os desejos do rei. Na suspensão ou na conclusão dos trabalhos de Vesteres, os mosteiros passaram a ser feudos do rei, se bem que os monges pudessem utilizar-se deles; todas as propriedades que haviam sido doadas pelos nobres à Igreja, desde 1454, deviam ser devolvidas aos herdeiros dos doadores; os bispos deveriam entregar seus castelos à coroa; nenhum bispo deveria procurar conseguir a confirmação do papa; o clero devia ceder ao Estado toda renda de que não necessitasse para seus serviços; não haveria mais confissão auricular e todos os sermões teriam de ser baseados exclusivamente na Bíblia. Na Suécia, ainda mais decisivamente do que algures, a Reforma foi a nacionalização da religião, o triunfo do Estado sobre a Igreja.

Vasa sobreviveu a esta crise durante 33 anos e permaneceu até o fim um forte autocrata, porém benéfico. Convenceu-se de que somente uma autoridade centralizada

poderia reorganizar a Suécia, dando-lhe ordem e prosperidade e que, para realizar uma tarefa assim tão complexa não podia deter-se a cada passo para consultar a assembléia e aguardar sua deliberação. Sob seu estímulo e o regulamento que baixou, as minas do norte derramaram seu minério de ferro sobre os nervos da Suécia; a indústria expandiu-se; tratados comerciais com a Inglaterra, França, Dinamarca e Rússia proporcionaram mercados para os produtos suecos, trazendo ao mesmo tempo para a Suécia produtos de uma dezena de países e, com isso, dando novo impulso e confiança a uma civilização que, antes dele, estivera detida na simplicidade do povo rural e dos analfabetos. A Suécia floresceu como jamais acontecera em toda a sua história.

Gustavo empenhou-se em várias guerras, reprimiu quatro revoltas e teve, sucessivamente, três esposas. A primeira deu-lhe um filho que seria o futuro Érico XIV; a segunda deu-lhe cinco filhos e cinco filhas; e a terceira, que tinha 16 anos quando ele, então com 56 se casou com ela, viveu 60 anos mais do que ele. Gustavo induziu o *Riksraad* a aceitar os filhos como herdeiros do trono e a estabelecer a sucessão hereditária masculina, como regra, para a realeza sueca. A Suécia perdoou-lhe a ditadura porque compreendeu que a ordem é a mãe, e não a filha, da liberdade. Quando ele morreu (29 de setembro de 1560), após um reinado de 37 anos, foi sepultado na catedral de Uppsala com pomposa e tocante cerimônia. Não havia dado ao povo aquela liberdade pessoal que parecia tão peculiar ao seu feitio, mas deu-lhe liberdade coletiva de livrar-se do domínio estrangeiro, tanto na religião como no governo, e criou as condições sob as quais o país pôde desenvolver-se na economia, literatura e artes. Foi o pai da Suécia moderna.

III. A REFORMA DINAMARQUESA

Cristiano II da Dinamarca (*r.* 1513-23) era uma personalidade tão cheia de contrastes quanto Gustavo Vasa, que o derrotara na Suécia. Forçado pelos barões a assinar uma humilhante "capitulação" como preço de sua eleição, cercou-se de conselheiros da classe média, não deu atenção aos nobres magnatas do *Riksraad* e tomou como principal conselheira a mãe de sua bela amante holandesa. Esse conselho privado devia ter tido certa habilidade e espírito, pois a política interna de Cristiano foi tão construtiva quanto suas aventuras no estrangeiro foram fúteis. Trabalhou diligentemente na administração, reformou a administração pública das cidades, revisou as leis, exterminou a pirataria, melhorou as estradas, deu início a um sistema postal público, aboliu os piores males da servidão, terminou com a pena de morte para a feitiçaria e organizou a assistência e abriu escolas para os pobres, tornou a educação compulsória, e transformou a Universidade de Copenhague na luz e no refúgio do saber. Incorreu na inimizade de Lübeck ao restringir o poder da Hansa; animou e protegeu o comércio da Dinamarca e deu fim a um bárbaro costume: o de terem os aldeões da orla marítima o privilégio de saquear todos os navios que naufragassem em suas costas.

Em 1517, Leão X mandou Giovanni Arcimboldo à Dinamarca oferecer indulgências; Paul Helgesen, monge carmelita, denunciou o que lhe parecia ser a venda de tais indulgências, e nisso, antecipou as Teses de Lutero.[5] O legado e o rei discutiram sobre a partilha da renda; Arcimboldo fugiu para Lübeck com uma parte, e Cristiano confiscou o restante. Encontrando excelentes razões para a imposição do protestantismo, dado aqueles abusos e a riqueza de que dispunha a Igreja, Cristiano elevou Helgesen a um cargo de destaque na Universidade de Copenhague, onde, durante algum tempo, esse eloqüente Erasmo dinamarquês dirigiu o movimento de reforma. Quando Helsegen se mostrou cauteloso, Cristiano pediu ao eleitor Frederi-

co, o Sábio, da Saxônia, que lhe enviasse o próprio Lutero ou, pelo menos, algum teólogo da escola de Lutero. Veio Carlstadt mas este não ficou ali muito tempo. Cristiano expediu algumas leis sobre a reforma: ninguém devia ser ordenado sem ter estudado suficientemente para expor o Evangelho em dinamarquês; os membros do clero não podiam legalmente possuir propriedades ou receber doações testamentárias salvo se contraíssem matrimônio; os bispos tinham de moderar o luxo em que viviam; os tribunais eclesiásticos perdiam sua jurisdição quando se tratava de propriedades, e uma corte suprema, nomeada pelo rei, devia ter autoridade, em última instância, sobre as questões eclesiásticas e civis. Contudo, quando a Dieta de Worms estendeu sobre Lutero a proscrição do imperador, Cristiano suspendeu suas reformas e Helgesen aconselhou uma reconciliação com a Igreja.

Enquanto essa política interna excitava o povo, Cristiano ia perdendo seu domínio em virtude de seus fracassos na política exterior. Sua crueldade na Suécia fez com que muitos dinamarqueses se voltassem contra ele. Lübeck declarou-lhe guerra por causa de seus ataques contra a navegação hanseática. Os nobres e o clero, que se tinham afastado em virtude dos altos impostos e uma legislação hostil, não atenderam às suas convocações para a realização de uma assembléia nacional e proclamaram seu tio, duque Frederico de Schleswig-Holstein, o novo rei da Dinamarca. Cristiano fugiu para Flandres com a rainha, a irmã protestante de Carlos V; fez a paz com a Igreja, esperando conseguir um reino em troca de uma missa; foi capturado ao tentar reconquistar o trono; durante 27 anos viveu em um dos calabouços de Sönderborg, tendo como companheiro apenas um anão norueguês imbecil. O caminho da glória conduziu-o, vagarosa e ignominiosamente, para a sepultura (1559).

Frederico I não encontrou felicidade sob aquela coroa disputada. Os nobres e o clero tinham-no aceitado sob muitas condições, uma das quais era que ele não permitisse que um herege pregasse na Dinamarca. Helgesen, conquanto continuasse a criticar as falhas da Igreja, voltou suas baterias contra os protestantes, o que fez com veemência, dizendo que a reforma gradual era melhor que uma turbulenta revolução. Mas não pôde deter a maré. O duque Cristiano, filho de Frederico, já era luterano e a filha do rei, com o seu consentimento, tinha-se casado com Albrecht de Brandemburgo, o ex-chefe luterano dos Cavaleiros Teutônicos. Em 1526, Frederico, acompanhando a mudança dos tempos, nomeou como seu capelão Hans Tausen, que havia estudado sob a direção de Lutero. Tausen deixou o mosteiro, casou-se e advogou abertamente as idéias luteranas. Frederico achou conveniente ordenar que lhe fossem pagas, a ele e não ao papa, as taxas das confirmações episcopais. Os pregadores luteranos criaram coragem e proliferaram; os bispos exigiram que fossem expulsos; Frederico respondeu que não tinha poder sobre a alma dos homens e que estava resolvido a dar plena liberdade à fé religiosa — procedimento absolutamente extraordinário. Em 1524, surgiu uma tradução do Novo Testamento em língua dinamarquesa; em 1529, uma versão melhor foi publicada por Cristiano Pedersen, a qual contribuiu imensamente para o desenvolvimento do Protestantismo. O povo, ansioso por terminar com o pagamento dos dízimos ao clero, aceitou prontamente a nova teologia; por volta de 1530, os luteranos já dominavam Copenhague e Viborg. Nesse ano, na Dieta de Copenhague, travou-se um debate público entre chefes católicos e protestantes; o rei e o povo deram a vitória aos segundos; a confissão de fé, ali apresentada por Hans Tausen, permaneceu, durante uma década, o credo oficial dos luteranos dinamarqueses.

A morte de Frederico (1533) trouxe o último ato da Reforma na Dinamarca. Os príncipes mercadores da Dinamarca uniram-se a seus antigos inimigos, em Lübeck, e procuraram restaurar Cristiano II no governo; o conde Christopher de Oldenburg dirigiu as forças de Lübeck e deu seu nome à guerra: "Guerra do Conde"; Copenhague caiu em seu poder; Lübeck já sonhava então em governar toda a Dinamarca. Mas os burgueses e camponeses alinharam-se sob a bandeira de Cristiano, filho de Frederico; seu exército derrotou Oldenburg e conquistou Copenhague após sitiá-la durante um ano (julho de 1536). Todos os bispos foram presos. Foram soltos depois, mas com a condição de que teriam de aceitar o regime protestante. A assembléia

nacional, em outubro de 1536, estabeleceu formalmente a Igreja Luterana do Estado, tendo como chefe supremo Cristiano III. Todas as propriedades monásticas e episcopais foram confiscadas para o rei, e os bispos perderam toda voz ativa no governo. A Noruega e a Islândia aceitaram Cristiano III e suas leis, e tornou-se assim completo o triunfo do luteranismo na Escandinávia (1554).

IV. O PROTESTANTISMO NA EUROPA ORIENTAL

A Polônia viveu a sua Idade de Ouro sob o governo de Sigismundo I (1506-48) e de seu filho Sigismundo II (1548-72). Ambos eram homens de cultura e talento, perspicazes patronos da literatura e das artes, e deram ao pensamento e culto religiosos uma liberdade tal que, embora imperfeita, fazia com que a maioria das nações da Europa, em comparação, parecesse medieval. Sigismundo I casou-se com a alegre e talentosa Bona Sforza (1518), filha do duque Giangaleazzo, de Milão; ela levou para Cracóvia um séquito de cortesãos e letrados italianos, e o rei, ao invés de ressentir-se com isso, acolheu-os prazerosamente como uma ponte para a Renascença. O gosto pelo luxo do vestuário e pelos finíssimos enfeites dominou por completo a aristocracia, a língua e os costumes tornaram-se mais requintados; floresceram as letras e as artes, e Erasmo escreveu sobre a Polônia em 1523: "Congratulo-me com este país... que agora, em ciências, jurisprudência, moral, religião e em tudo que nos separa do barbarismo, encontra-se tão florescente que pode rivalizar com as primeiras e as mais gloriosas nações[6]". Dominando o marido pela sua beleza, graça e astúcia, Bona tornou-se uma rainha de fato e foi também a rainha da moda. Seu filho Sigismundo II foi humanista, lingüista, orador e dado ao uso de indumentária feminina.[7] As guerras mancharam esses brilhantes reinados, pois a Polônia envolvera-se em disputa com a Suécia, Dinamarca e Rússia pelo domínio do Mar Báltico e de seus portos. A Polônia perdeu a Prússia, mas absorveu a Mazóvia, incluindo Varsóvia (1529), e a Livônia, incluindo Riga (1561). A Polônia era, naquela época, um grande Estado europeu.

Nesse meio tempo, a Reforma foi-se infiltrando, procedente da Alemanha e Suíça. A liberdade de culto, garantida pela coroa polonesa aos súditos gregos católicos, havia habituado a nação à tolerância religiosa, e a rebelião secular dos hussitas e utraquistas, na vizinha Boêmia, tornara a Polônia algo indiferente para com a autoridade do papa distante. Os bispos, nomeados pelos reis, eram patriotas cultos, que favoreciam a reforma da Igreja com prudência erasmiana, apoiando generosamente o movimento humanista. Isso, porém, não afastava a inveja com que os nobres e citadinos olhavam para suas propriedades e rendas. Foram crescendo as reclamações contra a drenagem da riqueza para Roma, as indulgências de custo absurdo, a simonia dos eclesiásticos e o custo elevado dos litígios nos tribunais episcopais. Os *szlachta*, ou pequenos nobres, julgavam-se pessoalmente prejudicados com o fato de o clero ficar isento de tributações e de cobrar os dízimos dos próprios nobres. Provavelmente por motivos econômicos, alguns barões influentes ouviram com simpatia a crítica dos luteranos contra a Igreja; a meia soberania dos senhores feudais proporcionava proteção aos movimentos locais dos protestantes da mesma maneira que a independência dos príncipes alemães tornava possível a revolta e a defesa de Lutero. Em Dantzig, um monge defendeu as Teses de Lutero, exigiu reformas eclesiásticas e casou-se com uma herdeira (1518); outro pregador seguiu as idéias luteranas com tal eficiência que várias congregações retiraram de suas igrejas todas as imagens religiosas (1522); o conselho da cidade dispensou os monges e freiras de seus votos e fechou os mosteiros (1525); por volta de 1540, todos os púlpitos de Dantzig encontravam-se em mãos dos protestantes. Quando uns sacerdotes na Braunsberg da Prússia polonesa introduziram o rito luterano, os cônegos da catedral queixaram-se ao bispo; este respondeu que Lutero havia baseado

suas teorias na Bíblia e aquele que se julgasse em condições de contestá-las poderia encarregar-se dessa tarefa (1520).[8] Insistiram junto a Sigismundo I para que censurasse a imprensa e proibisse a importação de livros e trabalhos luteranos; mas seu próprio secretário e um franciscano, confessor de Bona, haviam secretamente abraçado o credo proibido. Em 1539, Calvino dedicou ao príncipe herdeiro os seus *Comentários sobre a Missa*.

Quando o príncipe se tornou Sigismundo II, o luteranismo e o calvinismo progrediram rapidamente. A Bíblia foi traduzida em polonês e a língua vernácula começou a substituir o latim nos cultos religiosos. Sacerdotes ilustres, como Jan Laski, anunciaram sua conversão ao protestantismo. Em 1548, os Irmãos Boêmios, que se haviam exilado de sua própria terra, passaram para a Polônia, e logo surgiram 30 conventículos da seita no país. A tentativa do clero católico de condenar alguns membros dos *szlachta*, por heresia, e confiscar-lhes a propriedade levou muitos pequenos nobres a revoltar-se contra a Igreja (1552). A Dieta nacional de 1555 votou liberdade religiosa para todas as crenças baseadas na "pura Palavra de Deus" e legalizou o casamento clerical e a comunhão com o pão e o vinho. A Reforma na Polônia estava então no auge.

A situação complicou-se pelo desenvolvimento, na Polônia, do mais forte movimento unitário da Europa no século XVI. Já em 1546, as tentativas de Servet contra o trinitarismo eram discutidas naquela longínqua parte do mundo cristão latino. Laelius Socinus visitou a Polônia em 1551, deixando fermentar ali idéias radicais; Giorgio Blandrata continuou a campanha, e, em 1561, o novo grupo expediu sua confissão de fé. Continuando com a confusão da teologia de Servet, restringiram toda a divindade a Deus, o Pai, mas professaram crer no nascimento sobrenatural de Cristo, em Sua inspiração divina, milagres, ressurreição e ascensão. Rejeitaram as idéias sobre o pecado original e a expiação de Jesus; admitiram o batismo e a comunhão apenas como símbolos, ensinando que a salvação dependia sobretudo da prática conscienciosa das doutrinas de Cristo. Quando o sínodo calvinista de Cracóvia (1563) condenou essas doutrinas, os unitários formaram sua própria igreja separada. A plena florescência da seita adveio apenas com Fausto Socinus, sobrinho de Laelius, que chegou à Polônia em 1579.

A Igreja Católica combateu essas evoluções com perseguições, literatura e diplomacia. Em 1539, o bispo de Cracóvia enviou para a fogueira uma velha de 80 anos que havia sido acusada de ter-se recusado a render culto à hóstia consagrada.[9] Stanislaus Hosius, bispo de Kulm, na Prússia, mais tarde cardeal, levou a efeito, com habilidade e diligência, a contra-ofensiva. Trabalhou arduamente para a reforma eclesiástica, mas não simpatizava absolutamente com a teologia e ritual dos protestantes. A uma sugestão sua, Lodovico Lippomano, bispo de Verona, foi enviado à Polônia como legado papal e Giovanni Commendone, bispo de Zante, nomeado núncio papal em Cracóvia. Eles conseguiram o apoio ativo de Sigismundo à causa da Igreja, o qual criou a cisão entre os protestantes e acentuou as dificuldades em se organizar a vida moral do país com tais credos inimigos e flutuantes. Em 1564, Hosius e Commendone trouxeram os jesuítas para a Polônia. Esses devotados e experimentados soldados de Jesus apossaram-se dos lugares estratégicos no sistema educacional, caíram nas boas graças das figuras influentes e fizeram o povo polonês voltar novamente para a sua religião tradicional.

Os boêmios haviam sido protestantes antes de Lutero e pouca coisa encontraram em suas idéias que os aterrorizasse. Uma grande parte de elementos alemães, nas fronteiras, aceitou prontamente a Reforma; os Irmãos Boêmios, que constituíam uns 10 por cento da população de 400.000 habitantes, eram mais protestantes do que luteranos; 60 por cento eram utraquistas — católicos que recebiam a eucaristia sob as duas espécies e que não davam atenção aos protestos dos papas.[10] Em 1560, dois terços da população da Boêmia eram protestantes; em 1561, porém, Fernando introduziu ali os jesuítas, e a maré refluiu para a fé católica ortodoxa.

A Reforma chegou à Hungria através de imigrantes alemães que levaram consigo a notícia de Lutero — de que se podia desafiar a Igreja e o Império e, ainda viver. Os camponeses húngaros, oprimidos por um feudalismo que era apoiado pela Igreja, encararam com certo interesse um protestantismo que poderia talvez terminar com os dízimos e taxas eclesiásticas; os barões feudais lançaram vorazmente suas vistas sobre as vastas propriedades da Igreja, cujos produtos competiam com os seus; os trabalhadores das cidades, contaminados pela utopia, viram na Igreja o principal obstáculo para seus sonhos e entregaram-se a uma furiosa destruição de

imagens. A Igreja cooperou para isso ao persuadir o governo a considerar o protestantismo um crime capital. Na Hungria ocidental, o rei Fernando esforçou-se por chegar a um acordo, desejando permitir o casamento no clero e a comunhão sob ambas as espécies. Na Hungria oriental, o protestantismo espalhou-se livremente sob o governo dos turcos que escarneciam daquela variedade de crenças cristãs e a elas se mostravam indiferentes. Por volta de 1550, parecia que toda a Hungria ia tornar-se protestante. Foi então que o calvinismo começou a competir com o luteranismo na Hungria; os magiares, constitucionalmente antialemães, apoiaram a forma suíça da Reforma; em 1558, os calvinistas, já então em grande número, puderam realizar impressionante sínodo em Czenger. Os centros rivais da Reforma romperam o movimento em dois. Muitos funcionários e conversos, procurando estabilidade social e paz espiritual, voltaram para o cristianismo, e, no século XVII, os jesuítas, dirigidos pelo filho de um calvinista, fizeram com que a Hungria voltasse novamente ao rebanho católico.

V. CARLOS V E OS PAÍSES-BAIXOS

Na Flandres da maturidade de Carlos, a prosperidade do comércio estava mais do que compensando o esporádico declínio industrial. Bruges e Gand estavam em crise, mas Bruxelas sobrevivia por ser a capital dos flamengos; Louvain fabricava teologia e cerveja e Antuérpia estava-se tornando — e o seria em 1550 — a mais rica e a mais ativa cidade da Europa. A esse agitado porto, no amplo e navegável Scheldt, o comércio e as finanças internacionais eram atraídos pelos baixos tributos de importação e exportação, pelas relações políticas com a Espanha e por uma bolsa dedicada, conforme dizia sua inscrição, *ad usum mercatorum cuiusque gentis ac linguae* — "para o uso dos mercadores de todos os países e línguas".[11] Os empreendimentos comerciais eram ali livres das restrições impostas por associações e pelo protecionismo municipal, fatores que haviam travado o progresso da indústria medieval. Ali, bancos italianos abriram agências, "mercadores aventureiros" ingleses estabeleceram um depósito, os Fugger criaram seu centro de atividades comerciais e Hansa construiu sua imponente casa, a Casa dos Esterlinos (1564). O porto assistia, em qualquer dia da semana, à entrada e saída de 500 navios; cinco mil mercadores negociavam na bolsa. Uma letra sobre Antuérpia era então a forma mais comum de moeda internacional. Naquele período, Antuérpia foi gradativamente substituindo Lisboa como o principal porto para o comércio de especiarias; cargas que chegavam a Lisboa eram colocadas a bordo de navios por agentes flamengos ali, navios esses que seguiam diretamente para Antuérpia. Esta cidade encarregava-se da distribuição da mercadoria por toda a Europa setentrional. "Entristeceu-me ver Antuérpia, pois senti que Veneza tinha sido ultrapassada", escreveu um embaixador veneziano.[12] Ele estava presenciando a transferência histórica da hegemonia comercial do Mediterrâneo para o Atlântico Norte. Estimulada por esse comércio, a indústria flamenga reviveu, mesmo em Gand, e os Países-Baixos deram a Carlos V anualmente 1.500.000 libras ($ 37,500,000?), metade de sua renda total.[13]

Ele retribuiu, dando à Holanda e a Flandres um governo razoavelmente bom, salvo na liberdade de culto — um bem que seus amigos e adversários dificilmente podiam conceber. Sua autoridade foi constitucionalmente limitada pelo juramento que fez de observar os decretos e leis locais das cidades e províncias; pelos direitos individuais e domiciliares fortemente mantidos pelos burgueses; pelos conselhos de Estado e finanças e por uma corte de apelação, estabelecida como parte da administração central. Geralmente, Carlos governava os Países-Baixos indiretamente, através de regentes aceitos pelos cidadãos: primeiro, sua tia, ama e tutora, Margarida da Áustria, de-

pois sua irmã Maria, ex-rainha da Hungria, ambas mulheres competentes, dotadas de espírito de humanidade e tato. Mas Carlos tornou-se mais autoritário ao estender-se seu império. Colocou guarnições espanholas nas altivas cidades e reprimiu com severidade toda contravenção grave de sua política internacional. Quando Gand se recusou a votar os fundos militares que exigira e que havia conseguido de outras cidades, Carlos esmagou a revolta com uma extraordinária demonstração de força; exigiu os subsídios e uma indenização, aboliu a liberdade tradicional da municipalidade e substituiu o governo que havia sido eleito pela própria cidade por pessoas por ele mesmo nomeadas (1540).[14] Mas isso não constituiu um traço típico de sua personalidade. A despeito dessas severidades ocasionais, permaneceu popular entre seus súditos nos Países-Baixos; reconheceram a estabilidade política e a ordem social que implantara, as quais foram o suporte da prosperidade econômica; quando anunciou sua abdicação, quase todos os cidadãos o prantearam.[15]

Aceitando a teoria corrente de que o poder e a paz nacional exigiam união da crença religiosa e temendo que o protestantismo, nos Países-Baixos, fizesse perigar seu flanco em suas lutas com a França e a Alemanha luterana, Carlos deu todo apoio à Igreja na perseguição aos hereges, em Flandres e na Holanda. O movimento de reforma foi, ali, muito suave antes de Lutero; depois de 1517, ele entrou como luteranismo e anabatismo, vindo da Alemanha, como zwinglianismo e calvinismo, vindo da Suíça, Alsácia e França. As publicações de Lutero foram logo traduzidas para o holandês e pregadas por ardentes sacerdotes em Antuérpia, Gand, Dordrecht, Utrecht, Zwolle e em Haia. Os frades dominicanos contestaram-nas fortemente; um deles declarou que gostaria de cravar os dentes no pescoço de Lutero e não hesitaria em ir à eucaristia com a boca manchada de seu sangue.[16] O imperador, jovem ainda, pensou em dar um fim àquela agitação, e para isso publicou (1521), a pedido do papa, um "edital" proibindo a impressão e leitura dos trabalhos de Lutero. Naquele mesmo ano, ordenou aos tribunais seculares que pusessem em vigor em todas as cidades dos Países-Baixos o Edito de Worms contra todos os expositores de teorias luteranas. A 1º de julho de 1523, Henrique Voes e Johann Eck, dois frades agostinianos, foram enviados à fogueira, em Bruxelas; foram os primeiros mártires protestantes nos Países-Baixos. Henrique de Zutphen, amigo e discípulo de Lutero e prior do mosteiro agostiniano de Antuérpia, foi preso; escapou, mas foi capturado em Holstein e, ali, queimado (1524). Tais execuções fizeram a propaganda das idéias dos reformadores.

A despeito da censura, a tradução de Lutero do Novo Testamento teve ampla circulação; esta foi mais intensa na Holanda do que na rica Flandres. O desejo de restaurar o cristianismo em sua simplicidade primitiva gerou a milenar esperança do breve retorno de Cristo e do estabelecimento de uma Nova Jerusalém, na qual não haveria governos, casamentos nem propriedades; e essas idéias vinham misturadas com teorias comunistas de igualdade, auxílio mútuo e até "amor livre".[17] Formaram-se grupos anabatistas em Antuérpia, Maastricht e Amsterdam. Melchior Hofmann veio de Emden para Amsterdam, em 1531, e, em 1534, João de Leyden retribuiu a visita levando o credo anabatista de Haarlem para Münster. Calculou-se que, em algumas cidades holandesas, dois terços da população eram anabatistas; em Deventer até o burgomestre havia-se convertido. Impelido pela fome, o movimento transformou-se em uma revolta social. "Sentimo-nos imensamente preocupados com a conflagração anabatista naquelas províncias, que está crescendo à semelhança de um incêndio. Quase não existe um lugarejo ou cidade em que a tocha da insurreição não brilhe secretamente",[18] escreveu um amigo a Erasmo, em 1534. Maria da Hungria, então regente, preveniu o imperador de que os rebeldes planejavam saquear tudo que fosse

propriedade dos nobres, clero e aristocracia mercantil e distribuir os despojos a todos os homens segundo suas necessidades.[19] Em 1535, João de Leyden enviou emissários para preparar um levante simultâneo de anabatistas em vários centros holandeses. Os rebeldes travaram lutas heróicas: um grupo conquistou e fortificou um mosteiro na Frísia ocidental; o governador sitiou-os com pesada artilharia; 800 morreram após uma defesa desesperada (1535). Em 11 de maio, certo número de anabatistas armados invadiu e dominou a prefeitura de Amsterdam; os burgueses desalojaram-nos e aplicaram nos chefes a terrível vingança dos homens amedrontados; arrancaram a língua e o coração dos corpos ainda vivos e atiraram-nos sobre o rosto dos agonizantes e mortos.[20]

Julgando que toda a estrutura social estava sendo desafiada por uma revolução comunista, Carlos levou a Inquisição para os Países-Baixos e deu a seus membros poderes para esmagar o movimento e toda outra heresia, embora importasse em sacrifício da liberdade de todos. Expediu editais sucessivos, no período de 1521 a 1555, contra as dissenções sociais e religiosas. O mais violento deles (25 de setembro de 1550) revelou o declínio do imperador e traçou as bases para a revolta dos Países-Baixos contra seu filho.

> Ninguém deve imprimir, escrever, copiar, conservar, ocultar, vender, comprar ou distribuir nas igrejas, ruas ou outros lugares, qualquer livro ou escritos feitos por Martinho Lutero, Johannes Oecolampadius, Ulrich Zwingli, Martinho Bucer, João Calvino ou outros hereges condenados pela Santa Igreja... nem destruir ou, por qualquer modo, danificar imagens da Virgem Santa ou de santos canonizados... nem realizar conventículos ou reuniões ilegais nem assistir a qualquer reunião em que os partidários dos hereges acima mencionados doutrinem, batizem e conspirem contra a Santa Igreja e o bem-estar geral.... Proibimos a todos os leigos discutirem ou conversarem sobre as Sagradas Escrituras, aberta ou secretamente... ou de as lerem ou ensinarem ou exporem, a menos que tenham estudado devidamente teologia ou tenham sido aprovados por alguma universidade de renome... ou de cultivarem quaisquer das opiniões dos hereges acima citados... sob pena de serem... punidos como se segue... os homens (a serem decapitados) pela espada, e as mulheres a serem enterradas vivas, se não persistirem em seus erros; se persistirem, serão executados pelo fogo; em ambos os casos suas propriedades serão confiscadas para a coroa...
>
> Proibimos a todas as pessoas que dêem guarida, agradem, dêem alimento, fogo ou vestuário ou, de um modo ou outro, favoreçam todo aquele que for conhecido ou seja notoriamente suspeito de ser herege; e todo aquele que deixar de denunciar quaisquer desses fatos estará sujeito às punições acima mencionadas.... Todo aquele que souber de qualquer pessoa maculada de heresia deverá denunciá-la e entregá-la.... O denunciante, em caso de condenação, terá direito à metade dos bens do acusado.... A fim de que os juízes e oficiais não tenham razão — sob pretexto de que as penalidades são muito grandes e pesadas e apenas determinadas para aterrorizar os delinqüentes — para puni-los com menos severidade do que merecem, (ordenamos) que os culpados recebam realmente as penas acima declaradas; proibimos a todos os juízes de alterarem ou mitigarem, de qualquer forma, essas penalidades; proibimos a todos, sejam quais forem suas condições, de pedirem-nos, a nós ou a quem tenha autoridade, a concessão de perdão ou de apresentarem petição a favor de tais hereges, exilados ou fugitivos, sob pena de serem declarados incapacitados, para todo o sempre, de exercer funções civis ou militares e de serem arbitrariamente punidos.[21]

Além disso, qualquer pessoa que entrasse nos Países-Baixos tinha de assinar um juramento de lealdade àquele credo inteiramente ortodoxo.[22]

Com aqueles editos desesperados, os Países-Baixos transformaram-se em um grande campo de batalha em que se digladiavam as antigas e as novas formas do cristianismo. O embaixador veneziano, na corte de Carlos, calculou, em 1546, que 30.000 pessoas, quase todas anabatistas, tinham perecido naquele prolongado movimento de violências do imperador;[23] uma estimativa menos apaixonada reduziu o número de vítimas a mil.[24] A Inquisição de Carlos foi bem-sucedida no tocante aos anabatistas holandeses; um grupo remanescente sobreviveu adotando a política de não-resistência; muitos fugiram para a Inglaterra, onde se tornaram ativos partidários do protestantismo, sob o governo de Eduardo VI e Elizabeth. O movimento comunista, nos Países-Baixos, ruiu por terra, assustado pelas perseguições e abafado pela prosperidade.

Ao encerrar a onda anabatista, caiu sobre os Países-Baixos uma corrente de huguenotes, procedente da França, trazendo consigo o evangelho de Calvino. O fervor muito sério e teocrático da nova heresia empolgou aqueles que tinham herdado as tradições do misticismo e dos Irmãos da Vida Comum; e o fato de aceitarem os calvinistas o trabalho como coisa digna ao invés de maldição, a riqueza como bênção ao invés de um crime e as instituições republicanas como mais simpáticas do que a monarquia às ambições políticas da classe comercial, isto encerrava ingredientes que foram acolhidos de maneira variada por muitos elementos da população. Em 1555, havia congregações calvinistas em Ypres, Tournai, Valenciennes, Bruges, Gand e Antuérpia, e o movimento estava-se espalhando na Holanda. Seria com o calvinismo, e não com o luteranismo e anabatismo, que o filho de Carlos se veria em dificuldades, durante uma amarga geração, no conflito que dividiria os Países-Baixos em dois, libertaria a Holanda do jugo espanhol e torná-la-ia uma das grandes pátrias e asilos do espírito moderno.

Em 1555, Carlos V abandonou todos os seus sonhos, exceto o de morrer em estado de graça. Abandonou a esperança de eliminar o protestantismo na Alemanha e Países-Baixos ou de conciliá-lo com o catolicismo no Concílio de Trento. Renunciou ao desejo de chefiar os protestantes e católicos, alemães e franceses, em uma pomposa marcha contra Solimão, Constantinopla, e a ameaça dos turcos contra o mundo cristão. Seus excessos com bebidas, alimentações e sexo, suas campanhas exaustivas e as responsabilidades de um cargo que suportava o impacto das mudanças revolucionárias haviam arruinado seu corpo, diminuído sua capacidade de estadista e enfraquecido sua vontade. Sofrendo de úlcera aos 33 anos, envelhecido aos 35, atacado, aos 45, de gota, asma, dispepsia e gagueira, passava agora preso das dores metade das horas em que se achava acordado e custava a conciliar o sono; muitas vezes, a dificuldade em respirar mantinha-o sentado na cama durante a noite toda. Seus dedos estavam tão deformados pela artrite que mal pôde segurar a caneta com que assinou a Paz de Crépy. Quando Coligny apresentou-lhe uma carta de Henrique II, mal pôde abri-la. "Que idéia fazeis de mim, senhor almirante?" perguntou. "Serei perfeito cavaleiro para dar uma investida e quebrar uma lança, eu que somente pude abrir uma carta depois de tanta dificuldade?"[25] Talvez sua crueldade ocasional e algo da selvageria com que atacara o protestantismo nos Países-Baixos tivessem resultado das dores que lhe haviam esgotado a paciência. Ordenou que se amputassem os pés dos alemães mercenários capturados que haviam combatido pela França, embora o filho, o

futuro e inexorável Filipe II, solicitasse clemência para eles.[26] Durante muito tempo havia pranteado amargamente a morte de sua amada esposa Isabel (1539), mas com o tempo permitiu que trouxessem para seu leito donzelas indefesas.[27]

No outono de 1555, convocou a assembléia dos Estados Gerais dos Países-Baixos para 25 de outubro e pediu, da Inglaterra, a presença de Filipe. No grande salão atapetado dos duques de Brabante, em Bruxelas, onde os Cavaleiros do Tosão de Ouro costumavam realizar suas assembléias, representantes, nobres e magistrados das 17 províncias reuniram-se rodeados por uma guarda de soldados armados. Carlos entrou apoiado no ombro de Guilherme de Orange, o futuro inimigo de seu filho. Seguiu-se Filipe com a regente Maria da Hungria; entraram depois Emanuel Filiberto de Sabóia, os conselheiros do imperador, os Cavaleiros do Tosão de Ouro e muitos outros notáveis, de quem o mundo achou por bem esquecer. Depois que todos se sentaram, Filiberto levantou-se e explicou, muito demorada e vivamente para prazer de Carlos, as razões de ordem médica, mental e política por que o imperador desejava abdicar o seu governo nos Países-Baixos a favor do filho. Carlos levantou-se depois, apoiando-se novamente no alto e belo príncipe de Orange, e falou com simplicidade e objetivamente. Fez um resumo de seus poderes cada vez mais amplos e do quanto sua vida ficara absorvida no governo. Lembrou que havia visitado a Alemanha nove vezes, a Espanha seis, a Itália sete, a França quatro e a Inglaterra e a África duas, e que havia feito 11 viagens por mar. Continuou:

> Esta é a quarta vez que me preparo para partir para a Espanha.... Por tudo que tenho passado, nada me proporcionou tanta dor... como a que estou sentindo ao separar-me de vós, hoje, sem deixar atrás de mim a paz e a tranqüilidade que tanto desejava.... Mas não me sinto mais capaz de atender a meus negócios sem incorrer em grande fadiga física e, conseqüentemente, em prejuízo para o Estado.... Os cuidados que uma grande responsabilidade envolve, o abatimento extremo que ela causa, minha saúde já arruinada — tudo isso me deixa sem o vigor de que se necessite para governar.... Em meu estado atual, teria de prestar sérias contas a Deus e aos homens se não me destituísse dessa autoridade.... Meu filho, o rei Filipe, já está com idade bastante para poder governar-vos e será, assim o espero, um bom príncipe para todos os meus amados súditos.....[28]

Quando Carlos se sentou com dificuldade na cadeira, os presentes esqueceram-se de seus pecados, perseguições e derrotas, compadecidos de um homem que, durante 40 anos, havia trabalhado segundo suas luzes sob as mais pesadas obrigações do tempo. Muitos choraram. Filipe foi formalmente empossado no cargo de governante dos Países-Baixos e fez o juramento solene (de que seria mais tarde lembrado) de observar todas as leis e direitos tradicionais das províncias. Em princípios de 1556, Carlos entregou-lhe a coroa da Espanha, com todas as possessões no Novo e no Velho Mundos. Carlos reteve o título de imperador, esperando transmiti-lo também ao filho; mas Fernando protestou e, em 1558, o imperador renunciou a ele, deixando-o ao irmão. No dia 17 de setembro de 1556, Carlos partiu de Flushing para a Espanha.

VI. ESPANHA: 1516-58

1. A Revolta dos Comuneros: *1520-22*

Para a Espanha foi um benefício duvidoso que seu rei Carlos I (1516-56) viesse a ser o imperador Carlos V (1519-58). Nascido e educado em Flandres, havia adquirido os costumes e gostos dos flamengos. Somente em seus últimos anos foi que o espírito da Espanha o conquistou. O rei só podia ser pequena parcela do imperador, o qual vivia às voltas com a Reforma, o papado, Solimão, Barba-Roxa e Francisco I; os espanhóis queixavam-se de dispensar-lhes ele tão pouco tempo e despender tão grande parte de recursos humanos e materiais em campanhas aparentemente estranhas aos interesses da Espanha. Como podia um imperador simpatizar com as instituições comunais que haviam feito da Espanha uma democracia pela metade antes da vinda de Fernando, o Católico, e que ela ansiava tanto por restaurar?

Carlos, em sua primeira visita ao reino (1517), não conquistou simpatia alguma. Embora fosse o rei — fazia já 20 meses — ainda não sabia o espanhol. A rispidez com que demitiu o devotado Ximenes chocou os cortesãos espanhóis. Chegou rodeado de flamengos que julgavam a Espanha um país bárbaro, à espera de ser ainda explorado; e o monarca de 17 anos nomeou aqueles sanguessugas para os cargos mais elevados. As várias cortes das províncias, dominadas por fidalgos e pequenos nobres, não dissimularam sua relutância em aceitar um rei alienígena. As cortes de Castela recusaram-lhe o título; só mais tarde foi que reconheceram, a contragosto, como co-governante, ao lado de sua mãe demente, Joana. Isso fê-lo compreender que devia aprender o espanhol, viver na Espanha e não nomear mais estrangeiros para os cargos, ali. Outras cortes fizeram exigências semelhantes. Em meio àquelas humilhações, Carlos recebeu a notícia de que havia sido eleito imperador e que a Alemanha o chamava para que se apresentasse a fim de ser coroado. Quando pediu à corte, em Valladolid (naquele tempo a capital), para financiar a viagem, foi mal acolhido, e um tumulto do povo ameaçou-lhe a vida. Finalmente conseguiu arranjar dinheiro com a corte de Coruña e apressou-se a partir para a Flandres. Mandou corregedores protegerem seus interesses nas cidades e deixou seu antigo tutor, o cardeal Adriano de Utrecht, como regente da Espanha, o que agravou ainda mais a situação.

As municipalidades espanholas levantaram-se sucessivamente, verificando-se então a "Revolta dos *Comuneros*" ou dos membros das comunas. Expulsaram os corregedores, mataram alguns dos representantes que haviam votado os fundos para a viagem de Carlos e, coligados na *Santa Comunidad*, juraram controlar o rei. Nobres, eclesiásticos e burgueses uniram-se àquele movimento. Organizaram em Ávila (agosto de 1520) a *Santa Junta*, como governo central. Exigiram que as cortes participassem do conselho real ao escolher-se o regente, que nenhuma guerra devia ser feita sem o consentimento delas e que as cidades não fossem governadas por corregedores e, sim, por alcaides escolhidos pelos cidadãos.[29] Antônio de Acuña, bispo de Zamora, advogou publicamente a implantação da república, transformou seu clero em guerreiros revolucionários e deu os recursos de sua diocese para a causa. Juan de Padilla, um nobre de Toledo, foi nomeado comandante das forças rebeldes. Dirigiu-as na conquista de Tordesilhas, tomou Joana, a Louca, como refém e mandou que ela assinasse um documento depondo Carlos e nomeando a si mesma rainha. Mesmo em sua loucura, ela foi prudente, recusando-se a fazê-lo.

Não dispondo de forças suficientes para reprimir o levante, Adriano apelou para que Carlos regressasse e francamente lançou a responsabilidade da revolta ao governo arbitrário do rei e à sua ausência. Carlos não atendeu ao apelo, mas ele ou seus conselheiros acharam um meio de criar uma cisão e vencer. Os nobres foram prevenidos de que a revolta constituía uma ameaça para as classes proprietárias e também para a coroa. Realmente, as classes trabalhadoras, há muito oprimidas com salários fixos, trabalhos forçados e proibidas de se unirem, já haviam assumido o poder em várias cidades. Em Valência e arrabaldes, a *Germania* ou Irmandade dos membros de corporações havia assumido a direção da cidade, que passou a ser governada por comissões de trabalhadores. Essa ditadura proletária foi extraordinariamente piedosa; impôs aos milhares de mouros, que ainda permaneciam na província, uma alternativa: ou se batizavam ou morriam. E de fato foram mortos centenas deles que se obstinaram em não ser batizados.[30] Em Maiorca, os plebeus, cujos amos os haviam tratado como escravos, pegaram em armas, depuseram o governador real e mataram todos os nobres que não puderam escapar. Muitas cidades renunciaram a suas alianças e taxas feudais. Em Madri, Sigüenza e Guadalajara, a nova administração municipal excluiu dos cargos todos os nobres, grandes e pequenos; num e noutro ponto, aristocratas eram assassinados. A *Junta* tributou as propriedades da nobreza, que até então gozavam de isenção de impostos. Generalizaram-se os saques; plebeus incendiaram os palácios dos nobres; estes massacraram aqueles. Espalhara-se pela Espanha uma guerra de classes.

A revolta destruiu-se a si mesma ao estender seus objetivos para além de suas forças. Os nobres voltaram-se contra ela, organizaram suas próprias forças, cooperaram com as do rei; conquistaram Valência e derrubaram o governo dos proletários após vários dias de morticínio mútuo (1521). No auge da crise, o exército dos rebeldes dividiu-se em grupos rivais sob o comando de Padilla e *Don* Pedro Girón; a *Junta* dividiu-se também em facções hostis e cada província continuou com sua revolução sem coordenação com as demais. Girón aderiu aos realistas que reconquistaram Tordesilhas e retomaram Joana. O exército de Padilla, já então enfraquecido, foi derrotado em Villalar, tendo sido ele condenado à morte. Quando Carlos regressou à Espanha (julho de 1522), com quatro mil soldados alemães, a vitória já havia sido obtida pelos nobres, e os nobres e plebeus tinham-se enfraquecido de tal modo que ele pôde dominar as municipalidades e corporações, bem como as cortes, e estabelecer uma monarquia quase absoluta. O movimento democrático foi de tal modo subjugado que os plebeus espanhóis ficaram acovardados e obedientes até o século XIX. Carlos temperou sua força com cortesia, cercou-se de fidalgos e aprendeu a falar bem o espanhol; a Espanha ficou satisfeita ao notar que o italiano era a língua adequada para se falar às mulheres, o alemão aos inimigos, o francês aos amigos e o espanhol a Deus.[31]

2. *Os Protestantes Espanhóis*

Somente uma força podia agora desafiar Carlos na Espanha — a Igreja. Ele era pró-católico, porém contra o papa. À semelhança de Fernando, o Católico, procurou tornar a Igreja de Espanha independente dos papas e conseguiu isso até certo ponto tanto que, durante seu governo, as nomeações e rendas eclesiásticas ficaram sob seu controle e eram empregadas para fomentar sua política governamental. Na Espanha, como na França, não foi necessária uma Reforma para subordinar a Igreja ao Estado.

Contudo, durante metade do tempo que Carlos passou em seu reino, foi tal a influência que nele exerceu o ardor da ortodoxia dos espanhóis que, em seus últimos anos (excetuando-se o poder dos Habsburgo), nada lhe pareceu mais importante do que a supressão da heresia. Conquanto os papas procurassem moderar a Inquisição, Carlos deu-lhe todo o apoio até a sua morte. Estava convencido de que a heresia estava conduzindo os Países-Baixos ao caos e à guerra civil, e estava decidido a impedir-lhe o desenvolvimento na Espanha.

A Inquisição espanhola diminuiu sua fúria, mas estendeu sua jurisdição sob o governo de Carlos. Empreendeu a censura da literatura, procedeu a buscas em todas as livrarias e ordenou a queima de livros acusados de heresias.[32] Investigava e punia as perversões sexuais. Instituiu regras de *limpieza* (pureza do sangue) que fechavam toda possibilidade de distinção aos descendentes dos *conversos* e a todos os que tivessem sido punidos pelo tribunal. Considerava com severidade os místicos, pois alguns destes alegavam que suas relações diretas com Deus isentavam-nos de freqüentar a igreja e outros davam a seus êxtases um suspeito sabor de sexualidade. O pregador leigo Pedro Ruiz de Alcaraz anunciou que o coito era realmente a união com Deus, e o frade Francisco Ortiz explicou que, ao deitar-se com uma bela moça mística — mesmo quando lhe abraçava o corpo nu — aquilo não constituía pecado carnal e, sim, um prazer espiritual.[33] A Inquisição tratou com benevolência esses *alumbrados* (iluminados), reservando medidas mais severas para os protestantes da Espanha.

Da mesma maneira que na Europa setentrional, uma escaramuça dos erasmianos precedeu a batalha dos protestantes. Alguns clérigos liberais aplaudiram as censuras às faltas do clero; Ximenes e outros já haviam reformado os abusos mais evidentes, antes da chegada de Carlos. Talvez o luteranismo se tivesse infiltrado na Espanha por meio dos alemães e flamengos que faziam parte do círculo real. Um alemão foi condenado pela Inquisição, em Valência, em 1524, por confessar simpatia pelos luteranos; um pintor flamengo foi condenado à prisão perpétua, em 1528, por contestar o valor das indulgências e a existência do purgatório. Francisco de San Roman, o primeiro luterano espanhol que se conheceu, foi queimado na fogueira, em 1542, enquanto fervorosos expectadores o feriam com suas espadas. Juan Díaz de Cuenca imbuiu-se do calvinismo em Genebra; seu irmão Alfonso partiu apressadamente da Itália para convertê-lo à ortodoxia e, como tivesse falhado nesse ponto, mandou matá-lo (1546).[34] Em Sevilha, um erudito cônego da catedral, Juan Gil ou Egídio, esteve preso durante um ano por pregar contra a adoração de imagens, a prece aos santos e a eficácia das boas obras para se conseguir a salvação; depois de sua morte, seus despojos foram exumados e queimados. Seu companheiro, o cônego Constantino Ponce de la Fuente, continuou a propaganda e morreu nos calabouços da Inquisição. Catorze partidários de Constantino foram queimados na fogueira, inclusive quatro frades e três mulheres; grande número deles foi condenado, tendo as penas sido variadas. A casa em que se reuniam foi completamente arrasada.

Outro grupo semiprotestante formou-se em Valladolid; ali, abrangia também nobres influentes e altos sacerdotes. Foram traídos e denunciados à Inquisição; quase todos foram presos e condenados; alguns procuraram sair da Espanha, mas foram capturados e trazidos de volta. Carlos V, que se havia retirado então para Yuste, recomendou que não se fosse clemente para com nenhum deles, dizendo que os arrependidos deviam ser decapitados, e os que não se mostrassem arrependidos, queimados. Na Festa da Santíssima Trindade, 21 de maio de 1559, dos condenados 14 foram exe-

cutados em meio aos aplausos da multidão.[35] Todos, com exceção de um, retrataram-se, tendo sido decapitados; Antonio de Herrezuelo, que se mostrara impenitente, foi queimado vivo. Sua esposa de 23 anos, Leonor de Cisneros, por ter-se mostrado arrependida, teve a pena comutada para prisão perpétua. Após 10 anos de encarceramento, ela retratou o que disse, proclamou sua heresia e pediu que fosse queimada viva, à semelhança do marido; seu pedido foi atendido.[36] Vinte e seis acusados mais foram revelados em um *auto-de-fé*, no dia 8 de outubro de 1559, perante uma multidão de 200.000 pessoas, presidida por Filipe II. Duas vítimas foram queimadas vivas, 10 estranguladas.

A presa mais famosa da Inquisição, naquele período, foi Bartolomeu de Carranza, arcebispo de Toledo e primaz de Espanha. Como frade dominicano, exerceu muita atividade na perseguição aos hereges. Carlos nomeou-o embaixador junto ao Concílio de Trento e enviou-o à Inglaterra a fim de atender ao casamento de Filipe e da rainha Maria. Quando ele foi eleito arcebispo (1557), somente seu próprio voto foi que impediu a unanimidade na eleição. Mas alguns dos "protestantes" presos em Valladolid atestaram que Carranza havia secretamente simpatizado com seus pontos de vista; descobriram que ele havia mantido correspondência com o reformador ítalo-espanhol Juan de Valdés; e o influente teólogo Melchior Cano acusou-o de sustentar a doutrina luterana da justificação pela fé. Foi preso somente dois anos depois de ter sido elevado ao mais alto cargo eclesiástico na Espanha; podemos julgar daí a força da Inquisição na Espanha. Durante 17 anos ficou ele encerrado numa ou noutra prisão, enquanto sua vida e escritos estavam sendo submetidos a uma devassa em Toledo e Roma. Gregório XIII proclamou-o "veementemente suspeito" de heresia, ordenou-lhe que abjurasse 16 proposições e suspendeu-o das funções do cargo por cinco anos. Carranza aceitou humildemente a sentença e procurou cumprir as penalidades que lhe haviam sido impostas, mas, cinco semanas depois, exausto pela prisão e humilhações, morria (1576).

Com ele cessara todo o perigo do protestantismo na Espanha. No período de 1551 a 1600, houve umas 200 execuções, ali, por heresias protestantes — *i.e.*, quatro por ano. O temperamento do povo, formado por séculos de ódio aos mouros e judeus, tinha-se impermeabilizado e amoldado a uma ortodoxia inabalável; o catolicismo havia-se fundido com o patriotismo, e, para a Inquisição, foi fácil esmagar, em uma ou duas gerações, a efêmera aventura da Espanha com o pensamento independente.

3. A Morte do Imperador: 1556-58

No dia 28 de setembro de 1556, Carlos V fez sua entrada final na Espanha. Em Burgos, dispensou com recompensas muitos dos que o tinham servido e despediu-se de suas irmãs, Maria da Hungria e Leonor, viúva de Francisco I. Elas quiseram partilhar de seu retiro no mosteiro, mas os regulamentos da instituição monástica o proibiam; passaram então a residir não muito distante daquele irmão a quem somente agora pareciam amar. Após suportar muitas cerimônias durante o percurso da viagem, ele chegou à aldeia de Juandilla, no vale de Plasencia, a umas 120 milhas a oeste de Madrid. Ali se deteve vários meses, enquanto os trabalhadores terminavam e mobiliavam as acomodações que tinha ordenado fossem feitas no mosteiro de Yuste (São Justo), seis milhas distante. Quando atingiu a última fase da viagem (3 de fevereiro de 1557), não foi para uma cela monástica que se encaminhou e, sim, para uma man-

são bastante espaçosa e capaz de abrigar os mais íntimos de seus 50 servidores. Os monges rejubilaram-se por ter um hóspede tão distinto, mas entristeceram-se depois de verificar que ele não tencionava seguir-lhes o regime. Comia e bebia tão abundantemente quanto antes — *i.e.*, excessivamente. Omeletes de sardinha, lingüiças de Estremadura, pastelão de enguia, perdizes em salmoura, leitões e enorme quantidade de vinho e cerveja desapareciam no estômago imperial. Seus médicos eram obrigados a receitar-lhe boa porção de sena e ruibarbos para eliminar o excesso. Ao invés de recitar rosários, ladainhas e salmos, Carlos lia ou ditava despachos que trocava com o filho, e dava-lhe conselhos sobre todas as questões de guerra, teologia e governo. Em seu último ano, tornou-se um implacável fanático; recomendava penas cruéis para cortar a heresia pela raiz e lamentava-se de ter deixado Lutero escapar-lhe em Worms. Ordenou que se aplicassem 100 chicotadas em qualquer mulher que se aproximasse a dois tiros de flecha dos muros do mosteiro.[37] Reviu o testamento, dispondo que se celebrassem 30.000 missas para o repouso de sua alma. Não devemos julgá-lo por esses dias de senilidade; talvez tivesse recebido com o sangue da mãe um pouco de insanidade.

Em agosto de 1558, sua gota provocou-lhe uma febre devoradora. Isso se verificou intermitentemente e cada vez com mais intensidade. Durante um mês viu-se atormentado por todas as dores da morte antes que lhe fosse permitido morrer (21 de setembro de 1558). Em 1574, Filipe mandou transferir os despojos para o Escorial, onde jazem sob um majestoso monumento.

Carlos V foi um verdadeiro fracasso em sua época, e até mesmo suas virtudes foram, às vezes, prejudiciais à humanidade. Deu a paz à Itália, mas somente depois de uma década de devastações, subordinando, tanto ela como o papado, à Espanha. A Renascença da Itália sob esse sombrio domínio estagnou-se. Derrotou e capturou Francisco, mas perdeu, em Madrid, uma bela oportunidade de fazer um tratado que pudesse ter resguardado o prestígio de todos e salvado centenas de milhares de vidas. Auxiliou a escorraçar Solimão em Viena e a conter Barba-Roxa no Mediterrâneo. Fortificou os Habsburgo, mas enfraqueceu o Império; perdeu a Lorena e entregou a Borgonha. Os príncipes da Alemanha frustaram-lhe a tentativa de centralizar ali sua autoridade, e, a partir desse tempo, o Sacro Império Romano foi um tecido degenerado a esperar que Napoleão o declarasse morto. Falhou em seus esforços para esmagar o protestantismo na Alemanha, tendo seus métodos de reprimi-lo nos Países-Baixos deixado uma trágica herança para o filho. Encontrara as cidades alemãs livres e florescentes; deixou-as sofrendo sob um feudalismo reacionário. Quando chegou à Alemanha, ela fervia de idéias e energias mais do que qualquer outra nação da Europa; quando abdicou, ela estava exausta espiritual e intelectualmente e ficaria ainda estéril por mais dois séculos. Na Alemanha e na Itália, suas políticas constituíram uma causa menor de declínio, contudo na Espanha foi simplesmente sua ação que esmagou a liberdade e o vigor das municipalidades. Podia ter salvado a Inglaterra para a Igreja, persuadindo Catarina a ceder àquela necessidade de Henrique ter um herdeiro; em vez disso, forçou Clemente a desastrosa vacilação.

Contudo, é nossa percepção tardia que nos deixa ver seus erros e abusos; nossa noção da história faz com que os justifiquemos como enraizados nas limitações de seu ambiente mental e nas duras ilusões da época. Foi o mais capaz dos estadistas entre seus contemporâneos, mas apenas neste sentido: enfrentava com coragem os mais

profundos problemas em sua maior e mais ampla esfera. Foi um grande homem diminuído e esmagado pelos problemas de seu tempo.

Dois movimentos fundamentais ocorreram em seu longo reinado. O mais fundamental foi o desenvolvimento do nacionalismo sob monarquias centralizadas; neste, ele não tomou parte. O mais dramático foi a revolução religiosa oriunda das divisões e interesses territoriais e nacionais. A Alemanha setentrional e a Escandinávia aceitaram o luteranismo; a Alemanha meridional, a Suíça e os Países-Baixos dividiram-se em setores protestantes e católicos; a Escócia tornou-se presbiteriana calvinista, a Inglaterra católica anglicana ou puritana calvinista. A Irlanda, a França, a Itália, a Espanha e Portugal permaneceram fiéis a um papado distante e moderado. Todavia, em meio a essa dupla fragmentação, desenvolveu-se sutil integração: os estados altivos e independentes viram-se interdependentes como nunca, cada vez mais presos em uma só teia econômica e formando um imenso teatro de política, guerra, leis, literaturas e artes entrelaçados. Estava em formação a Europa que nossa juventude conheceu.

CAPÍTULO XXIX

A Unificação da Rússia

1300-1584

I. O POVO

A RÚSSIA não existia em 1300. O norte, em sua maior parte, pertencia a três cidades-estado de governo próprio: Novgorod, Viatka e Pskov. As províncias ocidentais e meridionais eram dependências da Lituânia. No leste, os principados de Moscou, Ryazan, Suzday, Nijni Novgorod e Tver reivindicavam soberania individual e estavam apenas unidos na sujeição comum à Horda de Ouro.

A Horda tomou seu nome da palavra turca *ordu*, acampamento, e seu complemento da tenda em forma de dono, coberta com pano de ouro, que havia servido como quartel-general de Batu, o Esplêndido, neto de Gengis Khan. Tendo conquistado a Rússia meridional e a Ásia ocidental, esses saqueadores asiáticos construíram sua capital em Sarai, à margem do Volga inferior, e ali recebiam anualmente tributos dos príncipes russos. A Horda, em parte, dedicava-se à agricultura, em parte à vida nômade e pastoril. As famílias dominantes eram mongóis, as restantes, em sua maior parte, turcas. O nome "tártaro" chegou à Horda procedente das tribos *Ta-ta* de Gobi, as quais, no século IX, deram início à avalancha dos mongóis rumo ao oeste. Os principais resultados daquela longa sujeição da Rússia à Horda foram de ordem social: autocracia dos duques de Moscou, servil lealdade do povo para com seus príncipes, posição inferior da mulher, organização militar, financeira e judicial do governo moscovita nas bases dos tártaros. O domínio destes últimos protelou por dois séculos a tentativa da Rússia em tornar-se um Estado como os do Ocidente europeu.

O povo russo enfrentava as mais árduas condições com estoicismo silencioso, salvo no fato de que, em meio às suas tribulações, encontrava coragem para cantar. Seus inimigos diziam-nos grosseiros, cruéis, desonestos, astutos e violentos;[1] sem dúvida alguma, os trabalhos e as dificuldades, bem como a inclemência do clima, tinham-nos tornado rijos; mas suas paciência, bom humor, cordialidade e hospitalidade os redimiam, e tanto assim que se mostravam inclinados a julgar-se, *more humano*, o sal da terra. Foram trazidos à civilização por meio de leis bárbaras e penas assustadoras: consta que uma mulher que matasse o marido seria enterrada viva até ao pescoço; as feiticeiras eram também queimadas vivas em uma gaiola de ferro e, no tocante aos falsários, despejavam-lhes na garganta metal derretido.[2] Como qualquer povo que precisa combater o frio, os russos bebiam álcool em abundância, às vezes a ponto de ficarem entorpecidos. Até a comida era temperada para aquecê-los. Gostavam de tomar banhos quentes e banhavam-se mais freqüentemente do que a maioria dos europeus. A religião obrigava a mulher a esconder as formas tentadoras e cabelos, e

estigmatizava-a, como sendo o instrumento escolhido por Satanás; todavia, ela era igual ao homem perante a lei e, quase sempre, juntava-se a ele nos divertimentos públicos e danças — o que era proibido por ser pecado. A Igreja da Rússia pregava uma moralidade muito severa, proibindo por exemplo as relações conjugais durante a quaresma; talvez a severidade desse código fosse o meio de equilibrar a tendência do povo a entregar-se excessivamente ao quase único prazer que lhe restava. Os casamentos eram arranjados pelos pais e realizavam-se cedo. Meninas de 12 anos, e rapazes de 14 eram considerados núbeis. As cerimônias de casamento eram complexas; havia muito simbolismo antigo e festividades, e, durante tudo isso, a noiva tinha de observar um recatado silêncio; sua vingança ficava assim protelada. Na manhã seguinte, esperava-se que ela mostrasse à mãe do marido a prova de que ele havia casado com uma virgem. Geralmente as mulheres permaneciam em uma divisão superior da casa ou *terem*, separadas dos homens; e a autoridade do pai era tão absoluta na família como a do czar no Estado.

A piedade sublimava a pobreza transformando-a no preparativo para o paraíso. Toda casa, fosse qual fosse o tamanho, tinha um quarto decorado com imagens como o lugar para as orações. A visita, antes de saudar os anfitriões, saudava primeiramente as imagens. As boas mulheres levavam sempre consigo rosários onde quer que fossem. As orações eram recitadas como fórmulas cabalísticas cheias de magia; assim, dizia o *Domostroi* — célebre manual do século XVI — certa oração repetida 600 vezes por dia, durante três anos, fazia encarnar na pessoa que a repetisse o Pai, o Filho e o Espírito Santo.[3] Havia, entretanto, belos traços característicos naquela religião cheia de superstições. Na manhã da Páscoa, as pessoas saudavam-se umas às outras com palavras alegres e animadoras, por exemplo: "Cristo ressuscitou". Nessa esperança, a morte era, em certo grau, abrandada; ao enfrentá-la, o homem honesto pagava as dívidas, perdoava os devedores, libertava um ou mais escravos da casa, deixava esmolas para os pobres e para a Igreja e exalava o último suspiro confiante na vida eterna.

A Igreja da Rússia estimulava tal espírito religioso com arquitetura, quadros, imagens, grandes sermões, cerimônias hipnóticas e canto coral maciço que parecia levantar-se das mais místicas profundezas da alma ou do estômago. A Igreja era o órgão vital do Estado. Seus serviços no ensinar as letras e a moral, disciplinar o caráter e sustentar a ordem social eram prodigamente recompensados. Grande era o número de mosteiros e imensos eles eram. O *Troitsa-Sergievskaya Lavra* — Mosteiro da Trindade fundado por São Sérgio em 1335 — havia reunido, por volta de 1600, tal extensão de terras que eram precisos mais de 100.000 camponeses para cultivá-las. Em troca, os mosteiros exerciam a caridade em escala russa; alguns alimentavam 400 pessoas por dia; em uma ano de escassez de víveres, o mosteiro de Volokolamsk alimentou sete mil pessoas em um só dia. Os monges faziam voto de castidade, mas os padres eram obrigados a casar-se. Esses "papas" eram, em sua maioria, analfabetos, mas não constituía isso motivo de censura por parte do povo. Os metropolitas de Moscou eram, em muitos casos, os homens mais capazes, bem como os mais letrados de sua geração, arriscando a fortuna para preservar o Estado e orientando os príncipes no sentido de formar a união nacional. Santo Alexis foi virtualmente o governante da Rússia durante o tempo em que exerceu seu cargo na sé moscovita (1354-70). A Igreja da Rússia, com todas as suas falhas — que talvez tenham sido ditadas pelas suas tarefas — serviu, naquela época de formação, como o principal agente civilizador de um povo embrutecido pelas dificuldades da vida e a natureza predatória do homem.

Em 1448, a Igreja Russa, repudiando a fusão da cristandade grega com a romana, no Concílio de Florença, declarou sua independência do patriarca bizantino; e quando, cinco anos depois, Constantinopla caiu em poder dos turcos, Moscou tornou-se a metrópole da fé ortodoxa. "Saiba agora", escreveu fervoroso monge a um grão-príncipe de Moscou, por volta de 1505, "que a soberania de toda a cristandade uniu-se na de Vossa Alteza. Pois as duas Romas caíram; a terceira, porém, resiste. Não haverá uma quarta, pois seu império cristão durará eternamente."[4]

A Igreja era quase o único patrono das letras e das artes e, portanto, seu ditador. A melhor literatura não estava escrita. As canções populares, passando de boca em boca, de uma geração a outra, celebravam seus amores, casamentos, dores, estações, feriados e mortes; havia baladas populares sobre os santos queridos, os heróis e as proezas legendárias, como as de Sadko, o mercador de Novgorod. Cegos e paralíticos percorriam as aldeias cantando tais canções, baladas e hinos sacros. A literatura escrita era quase toda monástica; tinha por fim servir à religião.

Foram os monges que deram certo requinte à pintura de ícones. Aplicavam uma camada glutinosa sobre um pequeno painel de madeira, revestido, às vezes, de pano; faziam nela os desenhos, sobre os quais aplicavam as cores em têmperas; cobriam a pintura com verniz e colocavam-na em uma moldura de metal. Os motivos eram determinados pelas autoridades eclesiásticas; as figuras e características derivavam-se de modelos bizantinos e remontavam, em contínua evolução através dos mosaicos de Constantinopla, às pinturas da Alexandria helenística. Os melhores ícones daquela época são *Cristo Entronizado,* na catedral da Assunção, de Moscou, de autor desconhecido; a *Entrada de Cristo em Jerusalém,* da escola de Novgorod, e *A Santíssima Trindade,* do monge Andrei Rubliov, no mosteiro da Trindade. Rubliov e seu mestre, Theophanes, o Grego, pintaram afrescos meio bizantinos em Vladimir, Moscou e Novgorod, mas o tempo afetou-os bastante.

Todo governante assinalava seu esplendor e desoprimia a consciência, construindo uma igreja ou mosteiro ou fazendo doações a um e outro. As formas e motivos da Armênia, Pérsia, Índia, Tibete, Mongólia, Itália e Escandinávia uniram-se à predominante herança bizantina para moldar a arquitetura das igrejas russas com sua pitoresca multiplicidade de unidades, seu domo dourado central, suas cúpulas bolbosas admiravelmente traçadas para escoar a chuva e a neve. Depois da queda de Constantinopla e da expulsão dos tártaros, as artes bizantina e oriental deixaram de exercer influência na Rússia; esta começou a vir do Ocidente, passando a modificar o estilo eslavo. Em 1472, Ivan III, esperando herdar os direitos e os títulos dos imperadores bizantinos, casou-se com Zoé Paleólogo, sobrinha do último governante do Império do Oriente. Ela havia sido educada em Roma e assimilara algo dos primeiros tempos da Renascença. Trouxe letrados gregos consigo e deu a conhecer, a Ivan, a arte italiana. Talvez tivesse sido por sugestão sua que ele enviou a primeira missão russa ao Ocidente (1474), com instruções de conseguir a vinda de artistas italianos para Moscou. Ridolfo Fieravante de Bologna, chamado o Aristóteles, por causa de suas inúmeras habilidades, aceitou o convite. Novas investidas dos russos conseguiram arrebanhar Pietro Solario, Alevisio Novi e vários outros artistas. Foram esses italianos que, juntamente com auxiliares e mão-de-obra russos, reconstruíram o Kremlin.

Yuri Dolgoruki fundou Moscou (1156), erguendo um muro em volta de sua vila que estava estrategicamente situada na confluência de dois rios; essa fortaleza *(kreml)* foi a primeira forma do Kremlin. Com o tempo, estendeu-se o cercado, e ergueram-

se igrejas e palácios por detrás de uma maciça parede de carvalho. Ivan III tomou a si a tarefa de transformar todo o conjunto. Foi, ao que parece, Fieravante quem (1475-79) reconstruiu, no Kremlin, a velha catedral da Assunção *(Uspenskiy Sobor)*, onde deviam ser coroados os futuros czares. O desenho permaneceu bizantino com decoração italiana. Os arquitetos de Pskov acrescentaram, no interior dos muros, a pequena catedral da Anunciação (*Blagovyeschenskiy Sobor*, 1484-89); novamente no Kremlin, Alevisio ergueu a catedral do Arcanjo (1505-09). Solario e outros tornaram a murar o recinto com tijolos de um vermelho pálido (1485-1508), no estilo do Castello Sforzesco, de Milão.[5] Foi desse ponto central de muitos templos da Rússia, dessa formidável união e concentração das autoridades eclesiásticas e seculares, que os grandes príncipes e metropolitas de Moscou espalharam seu domínio sobre os nobres, mercadores e camponeses, e lançaram com sangue, luta e piedade os fundamentos de um dos mais poderosos impérios da história.

II. OS PRÍNCIPES DE MOSCOU

Moscou permaneceu uma aldeia obscura até que Daniel Alexandrovitch, em fins do século XIII, alargou-a, tornando-a um pequeno principado. Registros históricos[6] atribuem o crescimento de Moscou à sua posição no navegável rio Moskva, que se achava ligado, por pequeno transporte por terra, ao Volga a leste e ao Oka, ao Don e ao Dnieper, ao sul e oeste. Yuri Danielovitch — filho de Daniel — príncipe de Moscou, ambicionava o vizinho principado de Suzdal, com sua capital, Vladimir, relativamente rica; a mesma ambição existia em Miguel, príncipe de Tver; Moscou e Tver lutavam pela presa; ganhou a primeira; Miguel foi morto e canonizado; Moscou cresceu. Ivan I, irmão e sucessor de Yuri, adotou o duplo título de grão-príncipe de Moscou e grão-duque de Vladimir.

Como coletor dos tributos da Rússia para o Khan tártaro, Ivan I exigia mais do que remetia e prosperou bastante. Sua rapacidade fê-lo granjear o apelido de *Kalita* — Saco de Dinheiro — mas ele deu aos principados uma trégua de 13 anos contra as incursões dos tártaros. Morreu como monge tonsurado, incensado com o odor de santidade (1341). O filho Simeon, o Altivo, herdou sua inclinação para cobrar impostos. Reivindicando autoridade sobre todas as províncias, intitulava-se grão-príncipe de todas as Rússias, o que não impediu que morresse de peste (1353). Ivan II foi um delicado e pacífico governante, em cujo governo a Rússia se viu a braços com uma guerra fratricida. Seu filho Dmitri tinha todas as qualidades marciais necessárias; derrotou todos os rivais e desafiou o Khan. Em 1380 o Khan Mamai reuniu uma horda de tártaros, mercenários genoveses e outros párias e marchou em direção a Moscou. Dmitri e seus aliados russos enfrentaram a horda em Kulikovo, nas imediações do Don, derrotaram-na (1380), ganhando Dmitri o cognome de Donskoi. Dois anos depois os tártaros atacaram, novamente, com 100.000 homens. Os russos, enganados e exauridos pela vitória, não puderam levantar uma força que pudesse enfrentá-los; os tártaros conquistaram Moscou, massacraram 24.000 habitantes e incendiaram toda a cidade. Vasili I, filho de Dmitri, fez a paz com os tártaros, anexou Nijni Novgorod e obrigou Novgorod e Viatka a aceitá-lo como soberano.

Os grão-príncipes de Moscou adotaram a técnica dos tártaros em matéria de despotismo, talvez como alternativa para um caos de analfabetos, sob uma autocracia de violência e ardis, uma burocracia, nos moldes bizantinos, administrava o governo.

Sujeita a um conselho de boiardos que agiam como conselheiros do príncipe e o serviam. Os boiardos eram, ao mesmo tempo, os chefes do exército, os governantes de suas localidades, os organizadores, protetores e exploradores dos semilivres camponeses que cultivavam os campos. Colonizadores e aventureiros emigraram para regiões despovoadas, drenaram os pântanos, fertilizaram o solo queimando as matas, esgotaram-no com uma cultura imprevidente e, assim, foram procedendo em outras regiões até alcançarem o Mar Branco e os Urais, infiltrando-se, depois, pela Sibéria. Naquelas infindáveis planícies, as cidades eram muitas, porém pequenas; as casas eram de madeira e barro, calculadas para durarem uns 20 anos no máximo. As estradas não eram calçadas; e durante o inverno eram mais toleráveis, pois ficavam cobertas de neve e podiam ser percorridas com trenós ou boas botas. Os mercadores preferiam os rios às estradas e, através da água e do gelo, desenvolviam diligente comércio entre o norte e o sul, com Bizâncio, o Islã e a Hansa. Provavelmente foi esse comércio, ao espalhar-se, que venceu o individualismo dos príncipes e provocou a unificação da Rússia.

Vasili II (1425-62), cognominado Tëmny, o Cego, devido a seus adversários lhe terem arrancado os olhos (1446), impôs a obediência aos rebeldes por meio da tortura, mutilações e o cnute, deixando a seu filho uma Rússia suficientemente forte para dar um fim à ignomínia do domínio dos tártaros.

Ivan III tornou-se "o Grande", porque realizou essa tarefa e uniu a Rússia. Foi talhado para essa finalidade: inescrupuloso, sutil, calculista, tenaz, cruel, guiando seus exércitos para vitórias distantes de seu governo no Kremlin; punindo a desobediência ou a incompetência selvagemente, chicoteando, torturando, mutilando até mesmo os boiardos; decepando a cabeça de um médico por não ter podido curar-lhe o filho e dominando com tal severidade os que o cercavam que as mulheres desmaiavam a um olhar seu. A Rússia denominou-o "o Terrível", até que conheceu seu neto.

A mais fácil de suas conquistas foi Novgorod. Lançava olhares cobiçosos àquele próspero mercado, para arrecadação de impostos; os mercadores de Moscou aconselhavam-no a destruir seus concorrentes no norte.[7] O grão-príncipe controlava as planícies entre Moscou e Novgorod; ali a república mercantil comprava seus mantimentos e vendia suas mercadorias; Ivan tinha apenas de fechar aquele celeiro e mercado ao comércio de Novgorod; a cidade-estado ou cedia ou iria à falência. Após oito anos de guerra, uma ou outra vez interrompida por uma trégua, a república renunciou à sua autonomia (1478). Sete mil de seus principais habitantes foram transferidos para Suzdal, a Hansa expulsa, herdando os mercadores de Moscou os mercados de Novgorod e seus príncipes, as rendas.

Absorvendo as colônias daquela república morta, Ivan estendeu seu domínio até a Finlândia, o Ártico e os Urais. Pskov submeteu-se em tempo para preservar sua forma republicana sob a soberania do grão-príncipe. Tver procurou preservar-se, aliando-se à Lituânia; Ivan marchou em pessoa contra a cidade e tomou-a facilmente. Seguiram-se-lhe Rostov e Iaroslavl. Quando os irmãos de Ivan morreram, ele recusou deixar seus domínios passarem para os herdeiros; acrescentou-os aos seus próprios. Um dos irmãos, Andrei, tinha os olhos lançados para a Lituânia; Ivan capturou-o e encarcerou-o; Andrei morreu na prisão; Ivan chorou, mas confiscou-lhe as terras. *La politique n'a pas d'entrailles.*

Libertar-se dos tártaros parecia impossível, porém provou ser coisa fácil. Os remanescentes dos invasores mongóis e turcos haviam-se estabelecido em três grupos rivais,

concentrando-se em Sarai, Kazan e Criméia. Ivan jogou uns contra os outros até se sentir seguro de que não se uniriam contra ele. Em 1480, recusou-se a pagar tributos. O Khan Akhmet subiu o Volga com um grande exército, até às margens do Oka e do Ugra, ao sul de Moscou; Ivan conduziu 150.000 homens às margens opostas. Durante meses, as hostes inimigas enfrentaram-se sem travar batalha; Ivan hesitava arriscar o trono e a vida em um único lance, e os tártaros temiam-lhe a artilharia aperfeiçoada. Quando os rios congelaram, deixando de oferecer proteção aos dois exércitos, Ivan ordenou a retirada. Os tártaros, em vez de persegui-los, retiraram-se também seguindo para Sarai (1480). Foi uma vitória verdadeiramente ridícula. Desse tempo em diante Moscou deixou de pagar tributos à Horda; o grão-príncipe intitulou-se autocrata *(Samoderzhets)*, significando isso que ele não pagava tributos a ninguém. Numa manobra que fizeram com os Khans rivais, estes se empenharam em guerra; Akhmet foi derrotado e morto, e a Horda de Ouro de Sarai deixou de existir.

Restava a Lituânia. Nem o grão-príncipe nem o metropolita de Moscou podiam suportar a paz enquanto a Ucrânia, Kiev e a Rússia Ocidental ficassem sujeitas a uma potência que ameaçasse constantemente Moscou e atraísse os cristãos ortodoxos para o mundo cristão latino. Alegando a existência de uma suposta conspiração polonesa para assassinar Ivan, serviu-lhe de *casus belli;* desencadeou uma guerra santa para a redenção das províncias (1492). Muitos príncipes lituanos, pouco tranqüilos sob a união dos católicos romano-poloneses, abriram os portões às tropas de Ivan. Alexandre, o grão-príncipe da Lituânia, opôs resistência em Vedrosha e perdeu a luta (1500). O Papa Alexandre VI arranjou um armistício de seis anos; Moscou conservou a região que havia conquistado a oeste do rio Sozh, inclusive Chernigov, e que se estendia quase até Smolensk. Ivan III, então com 63 anos, deixou a libertação do restante para os herdeiros.

Seu reinado de 43 anos foi tão importante quanto qualquer outro na história da Rússia antes do século XX. Fosse inspirado pela sede de riqueza e poder, fosse pela convicção de que a segurança e prosperidade da Rússia exigiam a unificação da mesma, Ivan III fez pelo seu país o que Luís XI estava fazendo pela França, Henrique VII pela Inglaterra, Fernando e Isabel pela Espanha e Alexandre VI pelos Estados Papais; a simultaneidade desses acontecimentos revelou o progresso do nacionalismo e da monarquia e a condenação do poder sobrenatural do papado. Os boiardos perderam a independência, os principados enviaram tributos a Moscou e Ivan recebeu o título de "Soberano de Todas as Rússias". Possivelmente a pedido de sua esposa grega, assumiu também o título greco-romano de czar (César), adotou a águia imperial como emblema nacional e declarou-se senhor de todo o poder político e religioso da extinta Bizâncio. As teorias bizantinas e os cerimoniais do governo e da Igreja, como órgão do Estado, acompanharam a religião cristã de Bizâncio, o seu alfabeto grego e as formas de sua arte para a Rússia; e da mesma maneira que Bizâncio havia sido orientalizada pela sua proximidade à Ásia, a Rússia, já orientada por um governo tártaro, veio a tornar-se de muitos modos uma monarquia oriental, estranha e incompreensível para o Ocidente.

III. IVAN, O TERRÍVEL: 1533-84

Vasili III Ivanovitch (1505-33) prosseguiu na unificação da Rússia. Trouxe Smolensk para seu reino e obrigou os principados de Ryazan e Novgorod-Severski a

reconhecer-lhe a soberania. "Somente as crianças de peito podiam reprimir as lágrimas", disse um historiador russo, quando a outrora orgulhosa república de Pskov submeteu-se ao governo de Vasili (1510). A Rússia tornou-se então uma grande potência européia. Vasili correspondia-se em pé de igualdade com Maximiliano I, Carlos V, Solimão, o Magnífico, e Leão X. Quando alguns boiardos procuraram limitar-lhe a autocracia, conteve-os com uma palavra de desprezo — "Camponeses!" — e mandou cortar a cabeça de um nobre. Não tendo nenhum filho da esposa, divorciou-se dela e casou-se com a hábil e altiva Helena Glinski. Depois da morte de Vasili, ela assumiu a regência para o filho de três anos, Ivan IV Vasilievitch. Os boiardos novamente começaram os tumultos quando ela morreu; as facções rivais controlaram o governo, uma em seguida à outra; desorganizaram as cidades com suas violências e derramaram o sangue dos inocentes mujiques na guerra civil.

Em meio àquelas lutas, o jovem Soberano de Todas as Rússias era quase ignorado, às vezes até mesmo desamparado. Vendo brutalidade por toda parte em volta de si, aceitou aquilo como norma de conduta, adotou os mais cruéis divertimentos e tornou-se um jovem mal-humorado e desconfiado. Subitamente, quando rapaz ainda de 13 anos (1544), abandonou como inútil Andrei Shuiski, chefe de uma facção dos boiardos, e assumiu a direção do Estado. Três anos depois fez-se coroar czar pelo metropolita de Moscou. Ordenou, depois, que lhe enviassem certo número de virgens, escolhidas na nobreza de várias partes do reino; escolheu de entre elas Anastacia Romanovna, com quem se casou e cujo nome de família iria logo designar uma dinastia.

Em 1550, convocou a primeira assembléia nacional *(Zemski Sobor)* de toda a Rússia. Confessou-lhe os erros de sua juventude e prometeu fazer um governo justo e clemente. Influenciada, talvez, pela Reforma na Alemanha e na Escandinávia, a assembléia considerou uma proposta de confiscação da riqueza eclesiástica para amparo do Estado. Foi rejeitada, mas outra parecida foi aprovada, pela qual todas as terras isentas de direitos senhoriais, legadas à Igreja, deviam ser restituídas, todas as doações que haviam sido feitas durante a minoridade de Ivan canceladas, e os mosteiros não mais poderiam adquirir certas propriedades sem o consentimento do czar. O clero acalmou-se um pouco quando Ivan tomou o sacerdote Silvestre como diretor espiritual e o fez, a ele e também a Alexis Adashef seus principais ministros. Apoiado por esses auxiliares capazes, Ivan, aos 21 anos, era senhor de um reino que se estendia de Smolensk até os montes Urais e do Oceano Ártico quase até o Mar Cáspio.

Seu primeiro cuidado foi fortificar o exército e equilibrar as forças supridas pelos nobres hostis com duas organizações ligadas diretamente a ele: a cavalaria de cossacos e a infantaria de strieltsi, armada com arcabuzes — armas de fogo inventadas no século XV. (Strieltsi, de *strièlati*, incendiar; cossaco [em russo, *Kazak*] provavelmente da palavra turca *quzzag*, aventureiro.) Os cossacos surgiram naquele século como camponeses cuja posição no sul da Rússia, entre os muçulmanos e os moscovitas, os obrigava a estarem preparados para lutar a um breve sinal, e dava-lhes também oportunidades a que não podiam resistir, quais as de assaltarem as caravanas que faziam o comércio entre o norte e o sul. As principais "hostes" de cossacos eram as do Don, no sudoeste da Rússia, e as de Zaporogue, no sudoeste; tratava-se de repúblicas semi-independentes, estranhamente democráticas; os chefes de família escolhiam um chefe como oficial executivo de uma assembléia eleita pelo povo. Toda terra era proprie-

dade comum de todos, mas era arrendada a famílias individuais para uso temporário, sendo todas as classes iguais perante a lei.[8] Célebres pela sua extraordinária coragem, os cavaleiros cossacos tornaram-se os principais suportes de Ivan IV, na paz e na guerra.

A política estrangeira dele era simples: queria que a Rússia ligasse o mar Báltico ao Mar Cáspio. Os tártaros ainda retinham Kazan, Astrahan e a Criméia, e continuavam a exigir tributos de Moscou, se bem que em vão. Ivan estava convicto de que a segurança e a unidade da Rússia exigiam que ela possuísse os domínios dos Khans e o controle do Volga até seu desaguadouro. Em 1552, o jovem czar conduziu 150.000 homens contra as portas de Kazan, sitiando a cidade durante 50 dias. Trinta mil muçulmanos resistiram com religiosa persistência; fizeram várias sortidas; quando alguns deles eram capturados e enforcados nos patíbulos diante das muralhas, os defensores atiravam-lhes flechas, dizendo que "era melhor que os cativos recebessem a morte das mãos limpas de seus concidadãos do que perecer pelas mãos impuras dos cristãos".[9] Quando os sitiadores se sentiram desanimados após um mês de insucesso, Ivan mandou buscar uma cruz milagrosa em Moscou; mostrou-a a seus homens para os reanimar. Deus havia sido convocado para o serviço militar dos dois lados. Um engenheiro alemão minou as muralhas; elas caíram por terra; os russos invadiram a cidade, gritando que Deus estava com eles e massacraram todos aqueles que não podiam ser vendidos como escravos. Consta que Ivan derramou lágrimas pelos derrotados: "eles não são cristãos, mas são homens", disse. Tornou a povoar aquelas ruínas com cristãos. A Rússia aclamou-o o primeiro eslavo a tomar uma fortaleza tártara e celebrou a vitória da mesma maneira que o fez a França ao celebrar o revés dos muçulmanos em Tours (732). Em 1554, Ivan tomou Astrakhan, transformando-se o Volga em rio completamente russo. A Criméia continuou muçulmana até 1774, mas os cossacos do Don curvavam-se agora ao governo de Moscou.

Tendo limpado a fronteira do leste, Ivan lançou olhares de cobiça para o oeste. Sonhava ver o comércio russo fluir a oeste e ao norte, ao longo dos grandes rios, rumo ao Báltico. Invejava a expansão industrial e comercial da Europa Ocidental e procurava uma abertura qualquer, pela qual a economia russa pudesse participar daquele desenvolvimento. Em 1553, *Sir* Hugh Willoughby e Richard Chancellor foram comissionados, por mercadores de Londres, para descobrir uma rota no Ártico que contornasse a Escandinávia e conduzisse à China. Eles partiram de Harwich em três navios; duas tripulações pereceram no inverno da Lapônia. Chancellor atingiu o ponto de Arkhangelsk — assim denominado pelos ingleses e que se referia ao arcanjo São Miguel. Chancellor, após vencer um sem-número de perigos e dificuldades, chegou a Moscou. Ivan assinou com ele e, mais tarde, com Anthony Jenkinson, tratados dando a The London and Muscovite Company privilégios especiais para comerciar na Rússia.

A Ivan aqueles tratados não representavam meios perfeitos de abrir as portas do Ocidente. Procurou importar técnicos alemães; reuniu 123 técnicos em Lübeck, mas Carlos V não permitiu que saíssem. Um grande rio, o Dvina meridional, corria do coração da Rússia para o Báltico, nas vizinhanças de Riga, mas através da hostil Livônia. As nascentes do Dvina e do Volga não se achavam muito distantes uma da outra; ambos os rios podiam ser ligados por canais; ali, demonstrado pelo próprio destino, via-se uma rota fluvial que podia compensar a desproporção da imensa massa de terra da Rússia em relação às suas costas e portos; o Báltico podia ligar-se aos mares Cáspio e Negro, o Oriente ao Ocidente se encontrariam e, em meio à troca de mercadorias e

idéias, o Ocidente poderia pagar parte de sua antiga dívida cultural para com o Oriente.

Foi então que, em 1557, Ivan inventou um *casus belli* com a Livônia. Expediu contra ela um exército sob a chefia do xá Ali, que foi mais tarde o Khan tártaro de Kazan; o exército devastou brutalmente o país, queimando casas e colheitas, escravizando homens, violentando mulheres e matando-as. Em 1558, outro exército russo conquistou Narva, a oito milhas apenas do Báltico. Desesperada, a Livônia apelou para a Polônia. A Dinamarca, a Suécia, a Alemanha e toda a Europa Central tremeram ante a perspectiva de uma avalancha de eslavos atingir o oeste, como no século VI, até o Elba. Estêvão Báthory despertou os poloneses e conduziu-os à vitória sobre os russos em Polotsk (1582). Derrotado, Ivan cedeu a Livônia à Polônia.

Muito antes desse revés decisivo, o fracasso de suas campanhas havia provocado uma revolta no país. Os mercadores, que ele julgara poder enriquecer com novas vias de comércio, perderam interesse por aquela guerra dispendiosa e demolidora. Os nobres a ela se opunham porque uniria as potências do Báltico, providas de armamento superior, contra uma Rússia ainda feudal em sua organização política e militar. Antes da guerra, e mesmo durante o tempo em que foi travada, Ivan suspeitava de que os boiardos conspiravam contra o seu trono. Durante uma doença quase fatal (1553), soube que um poderoso grupo de nobres planejava, quando ele morresse, afastar seu filho Dmitri e coroar o príncipe Vladimir, cuja mãe estava presenteando prodigamente o exército. Seus conselheiros mais íntimos, Silvestre e Adashef, simpatizavam com os conspiradores boiardos. Não obstante as suspeitas que Ivan nutria por eles, conservou-os no poder durante sete anos; demitiu-os depois (1560) sem violência. Silvestre morreu em um mosteiro e Adashef em uma das campanhas da Livônia. Vários boiardos desertaram e partiram para a Polônia, onde pegaram em armas contra a Rússia; em 1564, o amigo íntimo e principal general de Ivan, o príncipe Andrei Kurbski, fugiu também, alegando que o czar tramava sua morte. Da Polônia, Kurbski enviou uma carta a Ivan, chamando-o criminoso e leproso, o que importava em verdadeira declaração de guerra. Diz a tradição que Ivan, ao ouvir a leitura dessa carta, pregou o pé do mensageiro no chão com um golpe do bastão real. Dignou-se tão-somente responder a Kurbski, refutando tudo o que dissera, em uma carta de 62 páginas, eloqüente e caótica, veemente e bíblica; mais uma vez contou as intrigas dos boiardos para depô-lo. Acreditando que eles haviam envenenado Anastacia, perguntou: "Por que me separastes de minha esposa? Não tivésseis arrebatado de mim a minha novilha, jamais teria havido chacina de boiardos.... Em vão procurei alguém que se apiedasse de mim, mas não encontrei ninguém".[10] Kurbski, nos últimos anos de vida, escreveu um trabalho que constitui nossa principal fonte sobre a *terribilità* do czar, a *História de Ivan*.

Aquelas conspirações e deserções iluminam o mais célebre e mais peculiar acontecimento do reino. Em 13 de dezembro de 1564, Ivan deixou Moscou e, com sua família, ícones, tesouros e uma pequena força militar, retirou-se para sua casa de verão, em Alexandrovsk, e expediu para Moscou duas proclamações. Em uma alegava que os boiardos, a burocracia e a Igreja haviam conspirado contra ele e contra o Estado, razão por que era "com grande mágoa" que renunciava ao trono e ia dali em diante viver uma vida retirada. Na outra assegurava ao povo de Moscou que o amava e que todos podiam estar certos de que podiam contar sempre com sua boa vontade. Na realidade, favorecera constantemente o povo e os mercadores contra a aristocracia

e a ação empreendida pelas classes média e baixa o atestavam. Irromperam com brados ameaçadores contra a nobreza e o clero e exigiram que uma comissão de bispos e boiardos procurasse o czar e implorassem que reassumisse o trono, o que se fez. Ivan concordou em "dirigir novamente o Estado" sob condições que mais tarde iria especificar.

Voltou para Moscou (fevereiro de 1565) e convocou a assembléia nacional do clero e dos boiardos. Anunciou que ia executar os chefes da oposição e confiscar-lhes as propriedades; iria dali por diante assumir todos os poderes, não consultaria os nobres nem a assembléia e baniria do reino todo aquele que desobedecesse seus editos. A assembléia, temendo uma revolta das massas, cedeu e dissolveu-se. Ivan decretou que, no futuro, a Rússia seria dividida em duas partes: uma, a *Zemstchina* ou assembléia das províncias, que ficaria sob o governo dos boiardos e da duma; esta pagaria ao czar a maior parte dos impostos e a ele ficaria subordinada em seus negócios exteriores e militares, mas teria liberdade e governo próprio; a outra, a *Oprichnina* ou "Estado separado", seria governada por ele e seria composta de terras que ele destinasse aos *oprichniki* ou classe separada escolhida pelo próprio czar para policiar e administrar esse meio reino, protegê-lo da sedição e prestar-lhe defesa e serviço militar especial. Os novos funcionários — a princípio mil e depois seis mil — foram escolhidos sobretudo entre os filhos mais moços da nobreza que, não possuindo terras, estavam prontos a apoiar Ivan em troca das propriedades que ora lhes eram confiadas. Essas propriedades eram, em parte, tiradas das possessões da coroa e, em grande parte, confiscadas aos boiardos rebeldes. Ao fim do reinado, a *Oprichnina* incluía quase metade da Rússia, grande parte de Moscou e as mais importantes rotas comerciais. A revolução assemelhava-se à que Pedro, o Grande, tentou 150 anos mais tarde — a elevação de uma nova classe ao domínio político e o desenvolvimento do comércio e da indústria da Rússia. Em um século em que, praticamente, todas as forças militares eram mantidas pela aristocracia, aquele empreendimento exigia formidável coragem de um czar que dispunha apenas de seus soldados pessoais e do apoio inseguro dos negociantes e da população. Segundo alguns contemporâneos, Ivan naquele período crítico, em que contava apenas 35 anos, envelheceu 20.[11]

Ivan escolheu Alexandrovsk como residência regular e transformou-a em cidadela fortificada. Os esforços despendidos em sua revolta contra os boiardos, juntamente com o fracasso da longa guerra contra a Livônia, talvez tivessem afetado o seu espírito nem sempre muito equilibrado. Vestia seus guardas à moda dos monges, com sotainas e barretes; dizia-se o abade deles, cantava com eles e assistia diariamente à missa na companhia de todos; prostrava-se tão fervorosamente diante do altar que andava sempre com a testa esfolada. Isso contribuiu para o respeito que inspirava; a Rússia começou a sentir por ele temor e veneração ao mesmo tempo; os próprios *oprichniki* armados mostravam-se tão servis diante dele que passaram a ser chamados sua *dvor* — corte.

A revolução de Ivan, como outras, teve seu terror. Aqueles que a ela se opuseram foram capturados e executados sem piedade. Uma crônica monástica, presumivelmente hostil a ele, calculou o número de baixas, em virtude de sua ira naqueles anos (1560-70), em 3.470 pessoas; diz a crônica que, quase sempre, a vítima era executada "juntamente com a esposa" ou "com a esposa e os filhos" e, em um caso, "com 10 homens que tinham acorrido em seu auxílio".[12] O príncipe Vladimir e a mãe foram condenados à morte; os filhos, porém, foram poupados e protegidos. Consta que o

czar pedia aos monges que rezassem pelo descanso das almas das vítimas. Defendia as execuções, como a punição habitual para a traição, especialmente em tempo de guerra; um agente da Polônia aceitou esse argumento; um inglês que havia presenciado algumas das chacinas fez a seguinte prece: "Gostaria de pedir a Deus que nossos próprios rebeldes, orgulhosos, pudessem aprender da mesma maneira as suas obrigações para com seus príncipes!"[13]

O auge do terror verificou-se em Novgorod. Ivan havia dado, recentemente, ao arcebispo uma grande soma de dinheiro para reparar as igrejas e julgava-se popular ali, pelo menos entre o clero. Mas foi informado de que havia sido encontrado atrás de um quadro da Virgem, em um convento de Novgorod, um documento — de autenticidade discutível — garantindo a cooperação de Novgorod e Pskov com a Polônia na tentativa para derrubar o czar. No dia 2 de janeiro de 1570, uma grande força militar conduzida por *oprichniki* precipitou-se sobre a cidade, saqueou-lhe os mosteiros e prendeu 500 monges e padres. Ali chegando em pessoa, no dia 6 de janeiro, Ivan ordenou que fosse flagelado até à morte todo sacerdote que não pudesse pagar 50 rublos como resgate. Despiram o bispo e encarceraram-no. Segundo a *Terceira Crônica de Novgorod,* seguiu-se o massacre da população durante cinco semanas; às vezes, eram mortas 500 pessoas em um só dia; de acordo com os registros oficiais, o número de mortos foi de 2.770; Ivan protestou, dizendo que foi de apenas 1.505. Como se acreditava que muitos mercadores estariam participando da conspiração, ansiosos como estavam pela reabertura do comércio com o Ocidente, os soldados do czar queimaram todas as lojas da cidade e as residências dos mercadores nos subúrbios; até as granjas, nos arredores, foram destruídas. A menos que tenha havido exagero nas crônicas monásticas, devemos voltar a outros tempos, ao castigo que Carlos impôs a Liège, pela sua insurreição (1468) ou ao saque de Roma pelos soldados de Carlos V (1527), para neles encontrar certa semelhança com a selvagem vingança de Ivan. Novgorod não conseguiu recuperar sua antiga preponderância na vida comercial da Rússia. Ivan investiu em seguida contra Pskov, onde ordenou aos soldados que se limitassem tão-somente aos saques. Voltou depois a Moscou e celebrou com um baile de máscaras, na corte, o ter escapado de uma conspiração perigosa.

Um reinado assim turbulento dificilmente podia favorecer o progresso econômico ou as atividades culturais. A paz tinha favorecido o comércio, mas a guerra prejudicara-o. Nas terras dadas aos *oprichniki* e também em outras, os camponeses ficavam legalmente ligados ao solo como um meio de promover continuamente seu cultivo (1581); a servidão, rara na Rússia antes de 1500, tornou-se por volta de 1600 a lei do país. Os impostos eram predatórios, a inflação crescente. Em 1500, o rublo valia 94 vezes o rublo de 1910; em 1600, valia 24 vezes;[14] não precisamos prosseguir na investigação dessa depreciação, salvo para notar que, segundo a lição da história, o dinheiro é a última coisa que o homem deve economizar.

A imprevidente fecundidade das famílias e a exaustão do solo obrigavam a uma constante migração para novas terras. Quando a migração passou os Urais, foi encontrar um governo tártaro ali estabelecido e dominando uma população de *bashkirs* e *ostyaks,* em torno de uma capital que era conhecida pelo nome cossaco de *Sibir.* Em 1581, Semen Stroganov arregimentou 600 cossacos e enviou-os, sob a direção de Ermak Timofeevitch, para a conquista daquelas tribos, o que foi feito. A Sibéria ocidental veio a fazer parte do crescente reino da Rússia. Ermak, que havia sido um chefe de bandidos, foi canonizado pela Igreja Ortodoxa.

A Igreja ficou sendo a verdadeira governante da Rússia, pois dominava em toda parte o temor a Deus, enquanto o poder de Ivan era limitado. Severas regras do ritual, se não de moralidade, eram impostas até mesmo ao czar; aos sacerdotes cabia providenciar para que ele lavasse as mãos após dar audiência a embaixadores de nações não ortodoxas. Não se permitia o culto católico romano, mas toleravam-se os protestantes, pois estes eram considerados também adversários do papa de Roma. Ivan IV, a exemplo de Henrique VIII, orgulhava-se dos conhecimentos que tinha de teologia. Travou um debate público, no Kremlin, com um teólogo luterano da Boêmia; e é preciso reconhecer que o mais violento dos czares conduziu a discussão com mais cortesia do que ocorria nas disputas religiosas da Alemanha de seu tempo.[15] Já com outro teólogo não se saiu tão bem. No ofício religioso de um domingo, na catedral da Assunção (1568), Filipe, metropolita de Moscou, recusou ostensivamente a benção que Ivan lhe solicitou. O czar pediu a benção três vezes, em vão. Quando os acólitos perguntaram a razão daquela recusa, Filipe começou a citar os crimes e as depravações do czar. "Silenciai-vos e dai-me vossa bênção!" ordenou o czar. "Meu silêncio acusa os pecados de vossa alma e clama pela vossa morte!" respondeu o prelado. Ivan saiu sem receber a bênção e, durante um mês, Filipe não foi molestado. Mas depois, um servidor do czar entrou na catedral, prendeu-o e arrastou-o para uma prisão em Tver. Há dúvidas quanto ao destino que teve. Segundo a versão aceita pela Igreja Russa, foi queimado vivo. Em 1652, foi canonizado e suas relíquias permaneceram até 1917 objeto de veneração na *Uspenskiy Sobor*.

A Igreja ainda produzia a maioria das obras literárias e artísticas da Rússia. A prensa tipográfica ali chegou por volta de 1491, mas os únicos livros impressos durante aquele reinado foram os manuais de orações. O principal letrado era o metropolita Macário; em 1529, auxiliado por secretários, começou a compilar o que sobrevivera da literatura de seu país em 12 enormes volumes que, na maioria, eram de caráter religioso, geralmente crônicas monásticas. Silvestre, o confessor de Ivan, compôs o célebre *Domostroi* — ou *Livro do Lar* — uma espécie de guia de economia doméstica, boas maneiras e salvação eterna. Nele notamos a advertência ao marido para que bata na esposa com amor e instruções minuciosas para cuspir e assoar o nariz.[16] O próprio Ivan, em suas cartas, não era o menos vigoroso dos escritores de seu tempo.

O mais brilhante produto da arte russa, sob o governo de Ivan IV, foi a Igreja de Basílio, o Bem-Aventurado *(Khram Vasilia Blajennoi)*, que ainda se ergue altaneira, afastada do Kremlin, em uma extremidade da Praça Vermelha. Ao voltar de suas triunfantes campanhas contra Kazan e Astrakhan (1554), Ivan começou a construção do que ele denominou *Pokrovski Sobor* — catedral da Intercessão da Virgem — a quem judiciosamente atribuiu suas vitórias. Em volta daquele templo central de pedra foram erguidas mais tarde sete capelas de madeira, dedicadas aos santos dos dias em que Ivan havia vencido seus adversários. Cada capela foi coroada com uma graciosa cúpula pintada, todas elas bulbosas, diferenciando-se apenas nos ornamentos. A última capela, erigida a São Basílio, em 1588, deu, com o tempo, seu nome a todo aquele admirável conjunto. A lenda, como geralmente é inevitável, atribuiu a arquitetura a um italiano e contava como Ivan lhe havia arrancado os olhos para que ele jamais realizasse um trabalho que pudesse rivalizar com aquela obra-prima. Foram, no entanto, dois russos, Barma e Postnikov, que a projetaram, adotando apenas alguns motivos da Renascença em suas decorações.[17] Todos os anos, no Domingo de Ramos, como parte da sabedoria do governo, os grão-senhores e o clero de Moscou dirigiam-

se em majestosa procissão à catedral: o metropolita ia montado de lado em um cavalo equipado com orelhas artificiais, para simular o jumento montado por Jesus na sua entrada em Jerusalém; e o czar, a pé, conduzia humildemente o cavalo pela rédea; havia abundância de estandartes, cruzes, ícones e turíbulos, e as crianças erguiam hinos de louvor e gratidão aos céus inclementes para que abençoassem a vida dos russos.

Por volta de 1580, Ivan parecia ter triunfado sobre todos os inimigos. Havia sobrevivido a várias esposas, casara-se com uma sexta mulher e pensava em acrescentar outra e cultivar assim uma bigamia amistosa.[18] Teve quatro filhos: o primeiro morreu na infância; o terceiro, Feodor, era apalermado; o quarto, Dmitri, sofria de ataques epilépticos, ao que se dizia. Um dia, em novembro de 1580, o czar, vendo a esposa de seu segundo filho, Ivan, trajando um vestido que lhe parecia indecente, censurou-a e bateu-lhe; ela, que estava grávida, abortou; o czarévitch censurou o pai; este, numa raiva, incontida, feriu-o na cabeça com o bastão imperial; o filho morreu do golpe. O czar enlouqueceu de remorso; passava dias e noites clamando sua mágoa; todas as manhãs apresentava sua abdicação, mas até os boiardos o preferiam agora aos filhos. Viveu três anos ainda. Uma estranha moléstia atacou-o: seu corpo inchava e emitia um cheiro insuportável. Morreu a 18 de março de 1584, quando jogava xadrez com Boris Godunov. Dizia-se à boca pequena que Boris o tinha envenenado. Preparava-se o palco para o grande espetáculo da história dos czares.

Não devemos pensar em Ivan IV como o expoente da brutalidade. Alto e forte, teria sido uma figura simpática não fosse o nariz largo e chato que encimava um bigode espalhado e uma basta barba castanho-avermelhada. O apelido de *Groznyi* foi traduzido erroneamente para "Terrível"; significa, antes, impressionante, à semelhança de *Augustus* que se aplicou aos césares; Ivan III recebera também aquele nome. Para nós e até mesmo para seus cruéis contemporâneos, ele era um homem repulsivamente cruel e vingativo além de um juiz impiedoso. Viveu na época da Inquisição espanhola, do sacrifício de Servet na fogueira, dos hábitos de decapitação de Henrique VIII, das perseguições de Maria, do massacre da Noite de São Bartolomeu; quando ele soube dessa chacina (que o papa acolheu com satisfação), denunciou o barbarismo do Ocidente.[19] Recebeu algumas provocações que atearam fogo a um temperamento facilmente combustível, que a hereditariedade e o ambiente tornaram violento; às vezes, disse uma testemunha, um pequeno aborrecimento fazia-o "espumar de raiva".[20] Costumava confessar-se e, às vezes, exagerava os pecados e crimes, de modo que seus inimigos apenas podiam plagiá-lo em suas acusações. Estudava diligentemente; e com isso tornou-se o leigo mais instruído de seu país e de seu tempo. Tinha senso de humor e sabia dar boas gargalhadas, mas uma malícia sinistra transparecia, muitas vezes em seu sorriso. Encheu seu inferno com boas intenções: gostava de proteger os pobres e os fracos contra os ricos e os fortes; costumava favorecer o comércio e a classe média como meio de conter a aristocracia feudal e briguenta; desejava abrir uma porta para o intercâmbio de mercadorias e idéias com o Ocidente; queria dar à Rússia uma nova classe de administradores que não estivesse ligada, como os boiardos, a métodos antiquados e estacionários; queria libertar a Rússia dos tártaros e erguê-la do caos para transformá-la em uma só unidade. Era um bárbaro que lutava cruelmente para ser civilizado.

Falhou, porque nunca chegou a dominar-se. As reformas que tinha planejado foram meio esquecidas na excitação da revolução. Deixou os camponeses ainda mais duramente subordinados aos senhores da terra do que nunca; obstruiu com a guerra

as vias de comércio; lançou homens capazes nos braços do inimigo; dividiu a Rússia em duas metades hostis e levou-a à anarquia. Deu ao povo desmoralizador exemplo de crueldade impiedosa e de paixão descontrolada. Matou seu filho mais capaz e legou o trono a um fraco, cuja incapacidade atraiu a guerra civil. Foi um dos muitos homens de seu tempo de quem se poderia ter dito que teria sido melhor para seu país, e para a humanidade, se nunca tivesse nascido.

CAPÍTULO XXX

O Gênio do Islam

1258-1520

O MUNDO muçulmano tinha sustentado, desde 1095 até 1291, uma série de ataques tão violentos e religiosos quanto os que mais tarde ele lançou sobre os Bálcãs, subjugando-os e transformando centenas e centenas de igrejas em mesquitas. Oito cruzadas, inspiradas por uma dezena de papas, haviam arremessado a realeza, os cavaleiros e a ralé da Europa contra as cidadelas maometanas da Ásia Menor, Síria, Palestina, Egito e Tunísia; e conquanto tais ataques tivessem finalmente fracassado, acabaram enfraquecendo seriamente a ordem e os recursos dos Estados muçulmanos. Na Espanha as Cruzadas haviam sido coroadas de êxito; ali o Islam havia sido rechaçado; os sobreviventes foram encurralados em Granada, e a condenação fora dilatada por algum tempo. Os viris normandos tomaram-lhe a Sicília. Mas que eram esses ferimentos e amputações comparados à selvagem e ruinosa investida dos mongóis (1219-58) contra a Transoxiana, a Pérsia e o Iraque? Uma série de cidades, que haviam sido o abrigo da civilização muçulmana, foi submetida a saques, massacres e incêndios — Bokhra, Samarcanda, Balkh, Merv, Nichapur, Rai, Herat, Bagdá... Os governos provinciais e municipais foram esmagados; os canais, abandonados, tornaram-se imprestáveis com a acumulação da areia; o comércio foi afugentado; escolas e bibliotecas foram destruídas; os letrados e eruditos, dispersados uns, massacrados e escravizados outros. O espírito do Islam ficou subjugado durante quase um século. Foi revivendo aos poucos; e então os tártaros de Timur varreram a Ásia Ocidental levando-lhe nova desolação, e os turcos otomanos abriram caminho através da Ásia Menor rumo ao Bósforo. Nenhuma outra civilização, na história, conheceu desastres em tão grande número e tão espalhados e completos.

E, contudo, os mongóis, tártaros e turcos trouxeram seu sangue novo para substituir aqueles rios de sangue que eles haviam derramado. O Islam havia crescido no luxo e na indolência; Bagdá, à semelhança de Constantinopla, havia perdido a vontade de viver pelos seus próprios braços; os homens estavam tão apegados a uma vida fácil que pareciam convidar a visita da própria morte; aquela civilização pitoresca, assim como a bizantina, estava também amadurecida para morrer. Mas fora tão rica que — à maneira da antiga Grécia e da Itália da Renascença — pôde, pelos fragmentos e monumentos que salvara, civilizar seus conquistadores. A Pérsia, sob o domínio dos il-khans mongóis, desenvolveu um governo esclarecido, produziu boa literatura e majestosa arte, dotando a história com um nobre letrado, Rashidu'd-Din. Na Transoxiana, Timur foi um espírito construtor quase do mesmo arrojo com que se entregara

às destruições; e em meio a suas devastações, deteve-se para homenagear Hafiz. Na Anatólia, os turcos já estavam civilizados e, entre eles, os poetas eram tão numerosos quanto as concubinas. No Egito, os mamelucos continuavam a fazer construções em escala gigantesca; na África Ocidental, o Islam gerava um historiador filósofo, ao lado do qual os maiores eruditos do mundo cristão eram moscas assustadas e famintas nas teias do escolasticismo. E, entrementes, o Islam ia-se estendendo pela Índia em direção às mais longínquas regiões do Oriente.

I. OS IL-KHANS DA PÉRSIA: 1265-1337

Quando Marco Polo partiu para ver a China de Kublai Khan e atravessou a Pérsia, viu-se em quase todo o caminho dentro do império mongólico. Nunca a história registrou um reino tão imenso quanto aquele. A oeste, limitava-se, pelo Dnieper, com a Rússia; ao sul, incluía a Criméia, o Iraque, a Pérsia, o Tibete e a Índia até o rio Ganges; a leste, abrangia a Indochina, a China e a Coréia; ao norte, achava-se o seu país original, a Mongólia. Em todos esses Estados, os governantes mongóis mantinham estradas, promoviam o comércio, protegiam os viajantes e permitiam a liberdade de culto de várias religiões.

Hulagu, neto de Gengis Khan, depois de destruir Bagdá (1258), estabeleceu a nova capital em Maragheh, na Pérsia setentrional. Quando morreu (1265), seu filho Abafa, tornou-se khan ou príncipe da Pérsia, um tanto subordinado ao distante Kublai Khan. Começou assim a dinastia dos il-khans, que governou a Pérsia e o Iraque até 1337. O maior deles foi Gazan Khan. Era quase o menor de estatura entre seus soldados, mas sua vontade era mais forte do que as armas. Rompeu a aliança com o grande khan da Mongólia ou China e fez do seu Estado um reino independente, com a capital em Tabriz. Chegaram-lhe embaixadores da China, Índia, Egito, Inglaterra, Espanha.... Reformou a administração, estabilizou a moeda, protegeu os camponeses contra os proprietários de terras e bandidos e promoveu tal prosperidade que lembrava Bagdá em seus mais belos dias. Construiu em Tabriz uma mesquita, dois colégios, uma academia de filosofia, um observatório, uma biblioteca e um hospital. Destinou a renda de certas terras à manutenção dessas instituições, para as quais assegurou os principais letrados, físicos e cientistas da época. Ele mesmo era homem de grande cultura e conhecedor de muitas línguas, ao que parece, inclusive o latim.[1] Erigiu para si mesmo um mausoléu tão majestoso, que sua morte (1304) pareceu a entrada triunfal em uma mansão mais nobre.

Marco Polo descreveu Tabriz como "uma grande e gloriosa cidade". Frei Oderico (1320) definiu-a como "a melhor cidade do mundo para o comércio. Encontram-se ali todos os artigos em abundância.... Os cristãos ali dizem que a renda paga pela cidade ao seu governante é maior do que a que toda a França paga ao seu rei".[2] Clavijo (1404) denominou-a "uma poderosa cidade com abundância de riquezas e mercadorias", com "muitos belos edifícios", magnificentes mesquitas e "as casas de banhos mais esplêndidas do mundo".[3] Calculou a população em um milhão de almas.

Uljaitu continuou a política esclarecida de seu irmão Gazan. Seu reino viu algumas das obras de arquitetura e iluminura mais nobres de que há registro na história da Pérsia. A carreira de seu chanceler, Rashidu'd-Din Fadlu'llah, ilustra o progresso do ensino, da erudição e da literatura do seu tempo. Rashidu'd-Din nasceu em Hamadan, em 1247, talvez de pais judeus; assim o afirmavam os inimigos citando os ex-

traordinários conhecimentos que tinha da lei de Moisés. Serviu a Abafa como médico, Gazan como primeiro-ministro e Uljaitu como tesoureiro. Estabeleceu, no subúrbio oriental de Tabriz, a Rab'-i-Rashidi — Fundação Rashidi — um vasto centro universitário. Uma de suas cartas, preservada na Biblioteca da Universidade de Cambridge, descreve-a:

> Nela construímos 24 caravançarais que chegam a tocar o céu, 1.500 lojas que ultrapassam as pirâmides em firmeza e 30.000 fascinantes casas. Foram construídas saudáveis casas de banho, agradáveis jardins, armazéns, moinhos, fábricas de tecidos e papel.... Gente de todas as cidades e arredores foi removida para a referida Rab'. Entre tais pessoas há 200 recitadores do Alcorão.... Demos moradia a 400 outros letrados, teólogos, juristas e tradicionalistas (eruditos *Hadith*) na rua denominada "Rua dos Eruditos"; todos eles recebem pagamentos diariamente, pensões, e uma verba anual para roupas, sabão e confeitos. Acomodamos mil outros estudantes... e demos ordens para se atender ao pagamento diário e à pensão deles... a fim de que possam ocupar-se confortável e tranqüilamente com a aquisição de conhecimentos, com que o povo muito se beneficiará. Determinamos também quais e quantos estudantes devem estudar e quais os professores; depois de sabermos com exatidão as aptidões de cada um que procura ilustrar-se e sua capacidade de aprender determinado ramo das ciências... ordenamos-lhe que aprenda essa ciência....
>
> Cinqüenta hábeis médicos vieram das cidades do Hindustão, China, Misr (Egito) e Sha'm (Síria); todos eles receberam nossa particular atenção, tendo sido favorecidos de todas as maneiras; ordenamos que freqüentem nossa "Casa de Cura" (hospital) todos os dias e que cada um tome a seus cuidados 10 estudantes, que possam aprender medicina, e os prepare para o exercício dessa nobre arte. Para cada um dos oculistas, cirurgiões e ortopedistas que trabalham... em nosso hospital... ordenamos que cinco dos filhos de nossos servidores lhes sejam confiados a fim de serem instruídos na oculística, na cirurgia e na ortopedia. Para todos esses homens... formamos um quarteirão atrás do hospital.... A rua deles chama-se "Rua dos que Curam". Outros artífices e industriários que vieram de vários países foram também acomodados, cada grupo em uma rua particular.[4]

É de se maravilhar com a operosidade de um homem que, embora participasse ativamente da administração de um reino, encontrasse tempo e conhecimentos para escrever cinco livros sobre teologia, quatro sobre medicina e governo e uma volumosa história do mundo. Além disso, segundo nos assegura um muçulmano que o admirava, Rashidu'd-Din só podia dispor do tempo entre a oração da manhã e o levantar do sol para escrever; há, no entanto, dias nublados até mesmo em Azerbadjão. Ele trabalhou arduamente sete anos em seu *Jami'ut-Tawarikh — Compêndio de Histórias*; publicou-o em dois formidáveis volumes. Havia nele relatos substanciais sobre os mongóis, desde Gengis Khan até Gazan; sobre os vários Estados e dinastias maometanos no Islã oriental e ocidental; sobre a Pérsia e a Judéia antes e depois de Maomé; sobre a China e a Índia, com um estudo completo acerca de Buda e do budismo; e um moderado e breve relatório sobre os atos e idéias dos reis, papas e filósofos europeus. As pessoas que leram esses volumes — ainda não traduzidos para uma língua européia — declararam que constituem o mais valioso e erudito trabalho de toda literatura em prosa de Pérsia. Rashidu'd-Din não se serviu apenas dos arquivos de seu próprio governo; contratou letrados chineses para que lhe conseguissem tratados e outros documentos chineses e parece que os leu — bem como autores árabes, hebraicos, turcos e mongólicos — em suas línguas originais.[5]

Para transmitir esse compêndio à posteridade, a despeito do tempo e da guerra, Rashidu'd-Din enviou exemplares para várias bibliotecas, mandou traduzi-lo e propagá-lo em árabe e destinou rendas para a feitura de dois exemplares cada ano, um em árabe e outro em língua persa, a fim de serem presenteados a alguma cidade do mundo muçulmano. Perdeu-se, no entanto, muita coisa dele, juntamente com outros trabalhos, talvez como resultado de seu desastre político. Em 1312, Uljaitu associou-o com Ali-Xá, como co-chanceler do erário. Sob o governo de Abu Sa'id, sucessor de Uljaitu, Ali-Xá espalhou várias acusações contra seu colega e persuadiu o khan de que Rashidu'd-Din e seu filho Ibrahim haviam envenenado Uljaitu. O historiador foi demitido e logo depois condenado à morte (1318), com a idade de 70 anos, juntamente com um de seus filhos. Suas propriedades foram confiscadas, suas fundações privadas das doações e o subúrbio Rab'-i-Rashidi saqueado e destruído.

Abu Sa'id demorou em reparar o mal. Fê-lo nomeando outro filho do historiador seu vizir. Ghiyathu'd-Din governou sabiamente e com justiça. Depois da morte de Abu Sa'id, um período de anarquia terminou com a dinastia dos il-khans, tendo-se dividido o reino deles em pequenos Estados desvastados pela guerra e redimidos pela poesia.

II. HAFIZ: 1320-89

Na Pérsia, em cada dois homens um escrevia versos, e os reis costumavam glorificar os poetas em seguida às amantes, calígrafos e generais. Ao tempo de Hafiz, uma vintena de poetas persas ganhou renome desde o Mediterrâneo até o rio Ganges e do Iêmen até Samarcanda. Todos eles, porém, curvaram-se ante Chamsu'd-Din-Muhammed Hafiz e asseguraram-lhe que ele havia superado o próprio melodioso Sa'di. Ele concordou com tal opinião e dirigiu a si mesmo, com reverência, os seguintes versos:

Jamais vi poesia mais doce que a tua, ó Hafiz,
Juro pelo Alcorão que a guardas em teu peito.[6]

Hafiz significa "recordador"; era o título que se dava a qualquer um que, como nosso poeta, tivesse decorado todo o Alcorão. Nascido em Chiraz, em data desconhecida, e de ascendência também desconhecida, entregou-se logo aos versos. Seu primeiro patrono foi Abu Ichaq que havia sido nomeado xá de Fars (sudeste da Pérsia) por Gazan Khan. Abu Ichaq gostava tanto de poesia que descurou do governo. Quando foi prevenido de que forças hostis se preparavam para atacar sua capital, Chiraz, observou que os homens deviam ser bastante tolos para passar guerreando uma primavera tão bela. O insensível general Ibn Muzaffar conquistou Chiraz, matou Abu Ichaq (1352), proibiu que se bebesse vinho e fechou todas as tavernas da cidade. Hafiz escreveu uma doce elegia:

Se bem que o vinho proporcione prazer e o zéfiro destile
o perfume da rosa,
Não bebas o vinho ao som da harpa, pois o guarda se
acha alerta.
Esconde tua taça na manga de teu manto remendado,
Pois o tempo, como o vaso de decantar, verte sangue.

Limpa a mancha de vinho de teu manto de dervixe com as lágrimas
Pois esta é a estação da piedade e a época da abstinência.[7]

O sucessor de Muzaffar, achando impraticável a proibição ou tendo descoberto que era mais fácil governar bebedores de vinho do que puritanos, reabriu as tavernas, e Hafiz deu-lhe a imortalidade.

Ele seguiu as convenções persas no despender tantos versos sobre o vinho; às vezes, achava um copo de vinho "mais valioso que o beijo de uma virgem".[8] Mas até as úvas se tornam secas depois de umas mil quadrinhas, e logo Hafiz percebeu que o amor, puro ou não, era indispensável à poesia:

Sabes tu o que é a fortuna? É conseguir ver a beleza;
É pedir esmolas em suas aléias e desdenhar as pompas reais.[9]

Nenhuma liberdade lhe parecera depois tão doce quanto a escravidão do amor.

Nossa estada é breve, mas desde que possamos atingir
A glória do amor, não desdenhes
  As súplicas do coração;
O segredo da vida permanecerá ainda além do espírito.

Deixa, pois, teu trabalho e beija agora tua amada,
Eis o rico conselho que lego ao mundo;
  À sedução das flores primaveris o vento larga o moinho
E desliza suavemente para beijar os ramos frondosos....

Ó bela de Chiraz, dá-me apenas o que pede o amor,
E pela tua pinta — esse pequenino grão de areia
  Em tua face de alabastro — Hafiz daria
Toda a Bokhara, toda a Samarcanda...

Se eu pudesse apenas uma vez lançar os dados com a sorte,
Faria essa tentativa, qualquer que fosse o preço,
  Para unir-nos, ó amor, num beijo só;
Que necessidade teria eu pois de paraíso?...

Aquele que teceu de ouro e seda tuas tranças,
Que fez a rosa vermelha e a rosa branca uma só
  E a elas deu tuas faces para a lua de mel —
Não pode dar-me paciência, a mim, Seu filho?[10]

Parece que o casamento acabou por acalmá-lo; se interpretarmos corretamente seus versos sutis veremos que encontrou uma esposa e teve vários filhos antes de decidir-se entre a mulher e o vinho. Em alguns versos, parece lamentar a morte dela:

Minha dama, que transformou esta casa minha
Em um paraíso quando nela morava,
Envolveu-a da cabeça aos pés a graça divina
De um anjo; era pura, sem a mácula de um pecado;
Belo como a lua o seu semblante, e também justa;
Dominadores e ternos no olhar, seus olhos
Brilhavam com inefável encanto.

Então disse meu coração: Aqui meu descanso farei!
Esta cidade respira o seu amor em toda parte.
Mas a um ponto distante estava ela destinada,
Pobre coração! Ele não o sabia!
A influência de alguma estrela fria e má
Fez-me abrir a mão que a segurava; só e longe
Viaja agora aquela que jaz em meu coração.[11]

Seja como for, acalmou-se o poeta; entregou-se a uma vida retirada e pacata e raramente saía do país; dizia que ia deixar que seus poemas viajassem por ele. Foi convidado a visitar muitas cortes reais e houve uma ocasião em que quase aceitou do sultão Ahmad um convite para ir morar em seu palácio real, em Bagdá.[12] Mas seu amor por Chiraz manteve-o prisioneiro; duvidava que o próprio paraíso tivesse cursos de água tão belos e rosas tão vermelhas quanto as daquela terra. De quando em vez redigia uns versos louvando os pequenos soberanos persas de seu tempo, na esperança de receber um presente que suavizasse sua pobreza; pois não havia editores na Pérsia para lançar as produções, e a arte tinha de esperar uma oportunidade, de chapéu na mão, nas antecâmaras dos nobres e reis. Certa vez quase partiu para o estrangeiro; um soberano da Índia não somente lhe mandou um convite como também dinheiro para a viagem; chegou a ir até Ormuz, no Golfo Pérsico, e preparava-se para tomar um navio quando uma tempestade lhe transtornou a imaginação, preferindo ele a estabilidade em terra. Voltou para Chiraz, e mandou um poema para o soberano indiano em vez de ir pessoalmente ao seu país.

O divã ou coleção de poesias de Hafiz contém 693 poemas. Muitos são odes, outros, quadras e outros, versos ininteligíveis. São mais difíceis de traduzir do que os de Dante, pois jogam com muitas rimas e estão repletos de alusões muito interessantes para aquele tempo, mas que agora pesam no espírito. Alguns há, entretanto, que podem ser traduzidos melhor em prosa:

A noite estava prestes a desaparecer quando, atraído pelo perfume das rosas, desci ao jardim para procurar, como o rouxinol, um bálsamo para minha febre. Avistei na sombra uma rosa, uma rosa vermelha como uma lâmpada com um véu, e fitei-a longamente....

A rosa é encantadora porque a face de minha amada o é também.... Que seria da fragrância do relvado e da brisa que sopra no jardim se não fossem as faces de minha amada que são como a tulipa?...

Procurei, na escuridão da noite, desprender meu coração dos laços de tuas tranças, mas senti a carícia de tua face e sorvi o hausto de teus lábios. Apertei-te ao meu peito, e teu cabelo qual uma labareda me envolveu. Esmaguei meus lábios nos teus e entreguei meu coração e minha alma a ti como resgate.[13]

Hafiz era uma daquelas almas abençoadas e atormentadas que, através da arte, poesia, imitação e um desejo meio inconsciente, se tornaram tão sensíveis à beleza que costumam adorar — com olhos, palavras e tato — toda forma bela de pedra, de pintura, de carne ou de flor. Em profundo silêncio sofrem ao ver a beleza afastar-se, mas encontram, cada dia, nova manifestação de sua graça e primor, perdoando sua brevidade e a soberania da morte. Daí a razão por que Hafiz misturava blasfêmias com sua adoração e entregava-se a furiosas heresias mesmo quando louvava o Eterno como a fonte donde emana toda a beleza terrena.

Muitos procuraram torná-lo respeitável interpretando suas bebedeiras como Êxtase

Espiritual, suas tavernas como mosteiros e suas paixões como o Fogo Divino. É verdade que se tornou um sufi e um xeque, envergou o manto de dervixe e escreveu poemas de obscuro misticismo, mas seus verdadeiros deuses eram o vinho, a mulher e a canção. Iniciou-se um movimento para julgá-lo por falta de fé, mas escapou alegando que os versos heréticos destinavam-se a exprimir o ponto de vista de um cristão e não o seu. Escreveu, entretanto, o seguinte:

> Ó fanático! Não penses que estás protegido contra o pecado do orgulho,
> Pois a diferença entre a mesquita e a igreja do infiel é apenas vaidade,[14]

onde "infiel" naturalmente, significa cristão. Às vezes, parecia a Hafiz que Deus era apenas uma invenção da esperança do homem:

> Aquele que nos atrai nesses dias brilhantes,
> A Quem adoramos, embora conheçamos aqueles a quem Ele destrói,
> Pode muito bem lastimar-se, pois quando desaparecermos,
> Desaparecerá Ele também nesse mesmo fogo.[15]

Quando ele morreu, sua ortodoxia era tão duvidosa e seu hedonismo tão volumoso que alguns elementos fizeram objeção a que lhe dessem funerais religiosos; mas seus amigos salvaram a situação alegorizando sua poesia. Uma geração posterior abrigou seus restos mortais em um jardim — o Hafiziyya — resplendente de rosas, das rosas de Chiraz, tendo-se cumprido a predição do poeta de que seu túmulo se transformaria em "um lugar de peregrinação para os amantes da liberdade de todas as partes do mundo". Na lápide de alabastro foi gravado um dos poemas do mestre, finalmente de profundo sentido religioso:

> Onde estão as boas-novas da união para que possa levantar-me?
> Levantar-me-ei do pó para acolher-te!
> Minha alma, qual pássaro que retorna ao ninho, ansiando o paraíso,
> Levantar-se-á e elevar-se-á, livre das ciladas do mundo.
> Quando a voz de teu amor me chamar para ser teu escravo,
> Levantar-me-ei, sobrepondo-me à vida, ao tempo e à morte.
> Derramai, ó Deus! das nuvens de Vossa graça iluminadora
> As bênçãos de Vossa mercê para vivificar minha sepultura.
> Antes que, como o pó que o vento carrega de um lugar para outro,
> eu me levante e fuja para além do conhecimento dos homens.
>
> Quando dirigires para meu túmulo teus pés abençoados,
> Trarás em tuas mãos para mim o vinho e o alaúde;
> Tua voz soará através das dobras de minha mortalha,
> E eu me levantarei e dançarei ao ouvir tuas baladas.
> Conquanto esteja velho, aperta-me uma noite em teu peito,
> E eu, quando a alvorada descer para acordar-me,
> Com a seiva da juventude em minhas faces
> Que de ti houver recebido, levantar-me-ei.
>
> Levanta-te! Deixa que meus olhos se deleitem com tua graça grandiosa!
> Tu és o alvo para o qual se convergem todos os esforços do homem,
> O ídolo do culto de Hafiz; tua face
> Ordenar-lhe-á que se levante, ao sair deste mundo e desta vida![16]

III. TAMERLÃO: 1336-1405

Ouvimos falar, pela primeira vez, dos tártaros como povo nômade da Ásia Central, da mesma família dos mongóis, de quem eram vizinhos e com quem faziam incursões pela Europa. Um escritor chinês do século XIII descreve as excursões comuns da mesma maneira que o historiador Jordanes descrevera os hunos mil anos antes: estatura pequena, de feições desagradáveis para aqueles que os desconhecem, incultos, hábeis na guerra, atingindo o alvo com as setas que atiravam de seus cavalos velozes e continuando a raça por meio de persistente poligamia. Em suas viagens e campanhas levavam consigo camas e mantimentos, esposas, filhos, camelos, cavalos, carneiros e cães; apascentavam os animais entre uma batalha e outra, alimentavam-se de seu leite e carne e vestiam-se com suas peles. Comiam gulosamente quando havia abundância de mantimentos, mas sabiam suportar a fome, a sede, o calor e o frio "com mais paciência do que qualquer outro povo no mundo".[17] Armados de flechas — às vezes com nafta flamejante na ponta — canhões e todos os mecanismos medievais para o cerco, representavam instrumento apropriado e eficaz para o homem que sonhava com um império desde a infância.

Quando Gengis Khan morreu (1227), dividiu seus domínios entre os quatro filhos. Para Jagatai deu a região à volta de Samarcanda; o nome desse filho passou a ser aplicado às tribos de mongóis e tártaros sob seu domínio. Timur (*i.e.*, ferro) nasceu em Kesh, na Transoxiana, filho do emir de uma dessas tribos. Segundo Clavijo, esse novo "Flagelo de Deus" assumiu essa função precocemente: organizou bandos de jovens ladrões para roubar carneiros e gado dos rebanhos vizinhos.[18] Em um desses feitos, perdeu o terceiro e quarto dedos da mão direita; em outro, foi ferido no calcanhar, de que resultou ficar coxo para o resto da vida.[19] Seus inimigos chamavam-no Timur-i-Lang, Timur, o Coxo, que ocidentais indiferentes, como Marlowe, transformaram em Tamburlane ou Tamerlão. Achou tempo para receber alguma instrução; lia poesias e conhecia a diferença entre a arte e a degenerescência. Quando tinha 16 anos, o pai passou-lhe o comando da tribo e retirou-se para um mosteiro, pois o mundo, dizia o velho, "não era melhor que um vaso de ouro cheio de serpentes e escorpiões". (Isso faz parte das *Memórias* de Timur [V,1], ao que parece ditadas por ele nos últimos anos, mas existem dúvidas quanto à veracidade desse fato.) Consta que o pai aconselhou o filho a apoiar sempre a religião. Timur seguiu esse preceito, chegando mesmo a transformar homens em minaretes.

Em 1361, o khan da Mongólia nomeou Khoja Ilias governador da Transoxiana e fez de Timur um dos conselheiros deste último. Mas o enérgico jovem não estava ainda amadurecido para tão elevadas funções no governo; discutiu violentamente com outros membros do conselho de Khoja, tendo sido forçado a fugir de Samarcanda. Internou-se no deserto. Reuniu depois alguns jovens guerreiros e reuniu seu bando com o de seu irmão Amir Husein, que também estava em situação difícil. Vagueando de um esconderijo a outro, enrijaram-se de corpo e alma com os perigos, a falta de abrigos e a pobreza até que, tendo sido empregados para reprimir uma revolta em Sistan, conseguiram com isso certa fortuna. Melhor providos, declararam guerra contra Khoja, depuseram-no, mataram-no e tornaram-se, juntos, os governantes das tribos de Jagatai em Samarcanda (1365). Cinco anos depois, Timur fazia vista grossa ao assassínio de Amir Husein e tornava-se o único sultão.

"Em 769" (1367), diz sua duvidosa autobiografia, "completei 30 anos, e como era

de natureza irrequieta, senti-me bastante inclinado a invadir algumas das regiões vizinhas."[20] Descansava em Samarcanda durante o inverno e entregava-se quase em toda primavera a uma nova campanha. Ensinou as cidades e as tribos da Transoxiana a aceitar-lhe docilmente o domínio; conquistou Khorasan e Sistan e subjugou as ricas cidades de Herat e Kabul; desencorajava a resistência e as revoltas aplicando punições selvagens. Quando a cidade de Sabzawar se rendeu, após um terrível cerco, pegou dois mil prisioneiros, "empilhou-os vivos, um sobre o outro, uniu-os firmemente com tijolos e reboque dando-lhes a forma de um minarete a fim de que os homens, sabendo da majestade de sua cólera, não se deixassem mais seduzir pelo demônio da arrogância"; eis aí o que relatou um panegirista contemporâneo.[21] A cidade de Ziri não lhe deu atenção e resistiu; as cabeças de seus cidadãos contribuíram para a formação de novos minaretes. Tamerlão invadiu o Azerbadjão, conquistou Luristan e Tabriz e enviou seus artistas para Samarcanda. Em 1387, Isfaan rendeu-se e aceitou uma guarnição de tártaros, mas quando Tamerlão partiu, a população sublevou-se e matou a guarnição. Ele voltou com seu exército, invadiu a cidade e ordenou a cada um de seus soldados que lhe trouxesse a cabeça de um persa. Consta que 70.000 cabeças de Isfaan foram colocadas sobre os muros e transformadas em torres para adornar as ruas.[22] Já então satisfeito, Tamerlão reduziu os impostos que a cidade estava pagando ao governador. As restantes cidades da Pérsia pagaram-lhe resgates sem protestar.

Em Chiraz, no ano de 1387, diz uma crônica, muito bonita para que se possa acreditar nela, que Tamerlão mandou vir à sua presença o mais famoso cidadão da cidade e, furiosamente, repetiu-lhe os versos que esse cidadão havia escrito oferecendo toda Bokhara e Samarcanda em troca da pinta no rosto de uma dama. "Com os golpes de minha brilhante espada" — queixou-se Tamerlão, segundo dizem — "subjuguei a maior parte do mundo que se acha habitada... para embelezar Samarcanda e Bokhara, as sedes de meu governo, e vós, miserável criatura, quereis vender ambas por uma pinta preta de uma turca de Chiraz!" Afirmam que Hafiz — era ele — fez uma profunda reverência e disse: "Ai de mim, ó Príncipe! É essa prodigalidade a causa da miséria em que me vedes!" A resposta agradou tanto a Tamerlão que poupou a vida do poeta e deu-lhe um belo presente. Lamentável que nenhum biógrafo de Tamerlão tenha mencionado esse interessante incidente.[23]

Quando Tamerlão se achava no sul da Pérsia, recebeu notícias de que Tuqatmish, khan da Horda de Ouro, tinha-se aproveitado de sua ausência para invadir a Transoxiana e até para saquear aquela pitoresca Bokhara cujo valor Hafiz avaliara em metade de uma pinta. Tamerlão marchou mil milhas para o norte (considerai os problemas de abastecimento que tal marcha envolvia) e escorraçou Tuqatmish para o Volga. Virando-se para o sul e oeste, atacou o Iraque, a Geórgia e a Armênia, matando no caminho os hereges *sayyids*, os quais tachava de "comunistas mal orientados".[24] Conquistou Bagdá (1393) a pedido de seus habitantes, os quais não podiam mais suportar a crueldade do sultão Ahmed ibn Uways. Achando a velha capital em ruínas, ordenou a seus auxiliares que a reconstruíssem; entrementes, escolheu algumas esposas para seu harém e levou um músico célebre para sua corte. Ahmed asilou-se em Brusa, na corte do sultão otomano Bajazet I; Tamerlão exigiu a extradição dele; Bajazet respondeu que isso seria violar as regras de hospitalidade dos turcos.

Tamerlão teria marchado imediatamente contra Brusa, mas Tuqatmish mais uma vez invadira a Transoxiana. O violento tártaro invadiu o sul da Rússia e, enquanto Tuqatmish se ocultava no deserto, saqueou as cidades da Horda de Ouro: Sarai e As-

trakhan. Não encontrando resistência, Tamerlão marchou com seu exército, do Volga ao Don, e talvez planejasse acrescentar toda a Rússia ao seu reino. Russos de todas as províncias faziam preces ardentes; a imagem da Virgem de Vladimir foi carregada até Moscou entre fileiras de homens e mulheres que suplicavam, de joelhos, à Mãe de Deus que salvasse a Rússia. A miséria das estepes contribuiu para salvar o país. Encontrando pouca coisa para saquear, Tamerlão voltou ao chegar às margens do Don e reconduziu seu cansado e faminto exército para Samarcanda (1395-96).

Na Índia — segundo todos os relatórios — havia bastante riqueza para comprar uma centena de Rússias. Proclamando que os soberanos muçulmanos no norte da Índia eram demasiado tolerantes para com a idolatria hindu e que todos os hindus deviam converter-se ao maometismo, Tamerlão, que contava 63 anos, partiu para a Índia à frente de 92.000 homens (1398). Nas proximidades de Délhi, encontrou o exército de Mahmud, seu sultão; derrotou-o, matou 100.000 prisioneiros (?), saqueou a capital e levou para Samarcanda tudo que seus soldados e animais puderam transportar das fabulosas riquezas da Índia.

Em 1399, lembrando-se ainda de Ahmed e Bajazet, encetou nova marcha. Atravessou a Pérsia, rumo a Azerbadjão; depôs o filho estróina que ali governava, enforcou os poetas e ministros que haviam fomentado orgias para a mocidade e tornou a devastar a Geórgia. Entretanto, na Ásia Menor, sitiou Sivas, ressentiu-se da longa resistência e, ao cair a cidade, mandou enterrar vivos quatro mil soldados cristãos — ou eram tais histórias mera propaganda de guerra? Desejando proteger o flanco enquanto atacava os romanos, mandou um mensageiro ao Egito propor um pacto de não-agressão. O sultão al-Malik aprisionou o mensageiro e contratou um assassino para matar Tamerlão. O plano falhou. Depois de dominar Alepo, Homs, Baabek e Damasco, o tártaro prosseguiu em sua marcha rumo a Bagdá, a qual havia expulsado os homens que tinha nomeado para os diferentes cargos. Conquistou-a após sofrer enormes perdas; ordenou a cada um de seus 20.000 soldados que lhe trouxesse uma cabeça. Sua ordem foi cumprida — pelo menos é o que consta. Ricos e pobres, homens e mulheres, velhos e jovens, todos eles pagaram esse tributo, e seus crânios foram empilhados diante das portas da cidade, formando horrorosas pirâmides (1401). Mesquitas, mosteiros e conventos muçulmanos foram poupados; tudo o mais foi saqueado e destruído e com tal meticulosidade que a outrora brilhante capital somente veio a ser reconstruída em nossos tempos graças ao petróleo.

Sentindo-se agora razoavelmente seguro pelos flancos, Tamerlão mandou a Bajazet um último convite para que se rendesse. O turco, que se tinha enchido de confiança com o triunfo que tivera em Nicópolis (1396), respondeu que aniquilaria o exército tártaro e faria a principal esposa de Tamerlão sua escrava.[25] Os dois grandes generais daquela época travaram uma batalha em Ankara (1402). Com sua estratégia, Tamerlão obrigou os turcos a lutarem quando se achavam exaustos por uma longa marcha. Destroçou-os. Bajazet foi feito prisioneiro. Constantinopla rejubilou-se com a vitória. O mundo cristão foi, durante meio século, protegido dos ataques dos turcos pelos tártaros. Tamerlão continuou a marcha rumo ao oeste, na Europa, até Brusa, a qual incendiou, arrebatando-lhe os livros bizantinos e os portões de prata. Marchou para o Mediterrâneo, conquistou Esmirna, arrancando-a dos Cavaleiros de Rodes, massacrou os habitantes e descansou em Éfeso. O mundo cristão tremeu mais uma vez. Os genoveses, que ainda mantinham Quios, Fócida e Mitilene, apresentaram-lhe sua submissão e enviaram-lhe tributos. O sultão do Egito libertou o mensageiro tártaro e passou

a fazer parte dos vassalos ilustres de Tamerlão. O conquistador voltou para Samarcanda como o mais poderoso monarca de seu tempo, dominando desde a Ásia Central até o Nilo e do Bósforo até a Índia. Henrique IV da Inglaterra enviou-lhe felicitações, a França um bispo com presentes e Henrique III de Castela uma ilustre comitiva sob a direção de Ruy González de Clavijo.

Às minuciosas memórias de Clavijo devemos a maior parte de nossos conhecimentos sobre a corte de Tamerlão. Clavijo deixou Cádiz em 22 de maio de 1403, viajou via Constantinopla, Trebizonda, Erzerum, Tabriz, Teerã (pela primeira vez aqui mencionada por um europeu), Nichapur e Mashhad, e chegou a Samarcanda em 31 de agosto de 1404. Tinha alguma razão de esperar que fosse encontrar ali apenas uma horda de tenebrosos carniceiros. Ficou surpreso ante o tamanho e a prosperidade da capital de Tamerlão, o esplendor das mesquitas e palácios, as belas maneiras da classe alta, a riqueza e o luxo da corte bem como o grande número de artistas e poetas que enalteciam Tamerlão. A própria cidade, então com mais de dois mil anos de existência, tinha uns 150.000 habitantes e "casas muito nobres e belas" e muitos palácios "em meio a grandes árvores"; no todo, sem incluir os grandes subúrbios, Clavijo calculou que Samarcanda era "um pouco maior que Sevilha". A água ia encanada para as casas e procedia de um rio que corria nas imediações da cidade, e canais de irrigação estendiam-se pelo interior, onde o ar denunciava a presença de pomares e vinhedos; os carneiros pastavam nos campos, o gado desenvolvia-se, e exuberantes colheitas revelavam a fertilidade do solo. Na cidade, havia fábricas de peças de artilharia, armaduras, arcos, flechas, vidros, porcelanas, ardósias e tecidos de brilho inigualável, inclusive o *kirimze* ou tinta vermelha, o qual deu seu nome ao carmesim. Trabalhando nas lojas ou campos, morando em casas de tijolos, de barro ou madeira ou passeando pelas margens do rio em suas horas de lazer, viam-se tártaros, turcos, árabes, persas, iraquianos, afegãs, georgianos, gregos, armênios, católicos, nestorianos, hindus, todos praticando livremente seus ritos e pregando seus credos contraditórios. As principais ruas eram margeadas de árvores, lojas, mesquitas, academias, bibliotecas e um observatório; uma grande avenida estendia-se de uma extremidade a outra da cidade, e sua parte principal era gramada.[26]

Clavijo foi recebido pelo imperador tártaro no dia 8 de setembro. Atravessou um grande parque, "onde havia muitas barracas de seda" e pavilhões com adornos também de seda. A barraca era a morada comum dos tártaros; o próprio Tamerlão, naquele parque, tinha uma barraca de 100 metros de circunferência. Mas havia também palácios com assoalhos de mármore e ladrilhos e fortes móveis com pedras preciosas incrustadas, alguns feitos inteiramente de prata e ouro. Clavijo encontrou o monarca sentado com as pernas cruzadas sobre almofadas de seda "sob o portal de um belíssimo palácio", diante de uma fonte que lançava uma coluna de água que caía em pequeno lago em que balançavam maçãs incessantemente. Tamerlão envergava um manto de seda e usava um chapéu alto e largo cravejado de rubis e pérolas. Tinha sido, em outros tempos, alto, vigoroso e alerta; agora, com 68 anos, estava curvado, fraco, doente, quase cego; mal pôde levantar as pálpebras para contemplar o embaixador.

Tamerlão adquirira tanta cultura quanto um homem de ação podia suportar; lia história, colecionava obras de arte, protegia artistas, poetas e letrados e sabia, em certas ocasiões, assumir maneiras elegantes. Sua vaidade rivalizava com sua habilidade, que, naquele tempo, era inexcedível. Contradizendo César, considerava a crueldade

uma parte necessária da estratégia; todavia, se dermos crédito às suas vítimas, diremos que muitas vezes recorria à crueldade por mera vingança. Mesmo no governo civil, decretava prodigamente a morte — que tanto podia ser para um prefeito que tivesse oprimido a cidade como para o açougueiro que tivesse exagerado no preço da carne.[27] Desculpava-se de sua rudeza, dizendo que era necessária para governar um povo que não estava ainda conformado com as leis, e justificava seus massacres como um meio de forçar as tribos a respeitar a ordem e a observar a segurança de um Estado unido e poderoso. Mas, como todo conquistador, gostava do poder pelo que este oferecia e dos despojos pela grandeza que podiam financiar.

Em 1405, partiu para conquistar a Mongólia e a China, sonhando com um Estado das dimensões da metade do mundo e que ligasse o Mediterrâneo ao Mar da China. Seu exército contava com 200.000 homens; mas morreu em Otrar, na borda setentrional de seu reino. Suas últimas ordens foram para que seus soldados continuassem a marcha sem ele, e, durante algum tempo, seu cavalo branco, encilhado e sem cavaleiro, acompanhou-os. Mas os soldados sabiam perfeitamente que o espírito e vontade dele é que tinham contribuído para metade de seu poder; lamentando-se e aliviados, ao mesmo tempo, trataram de voltar para casa. Seus filhos construíram para ele, em Samarcanda, o majestoso Gur-i-Mir — o Mausoléu do Emir — uma torre coroada com uma cúpula maciça e revestida de ladrilhos de um belo azul-turquesa.

Seu império desmoronou-se com sua morte. As províncias ocidentais separaram-se quase ao mesmo tempo e seus descendentes tiveram de contentar-se com o Oriente Médio. O mais sábio da linhagem foi o xá Rukh, que permitiu a Ulug, seu filho, governar a Transoxiana de Samarcanda, enquanto ele mesmo governava Khurasan e Herat. Sob o governo desses descendentes de Tamerlão, as duas capitais tornaram-se centros rivais da prosperidade e cultura dos tártaros, os quais se igualavam a quaisquer outros da Europa, naquele tempo (1405-49). O xá Rukh era general competente que amava a paz e favorecia as letras e as artes; fundou uma biblioteca em Herat, que se tornou muito famosa. "Herat é o jardim do mundo", escreveu um príncipe descendente de Tamerlão.[28] Ulug Beg admirava os cientistas e ergueu, em Samarcanda, o maior observatório daquela época. Era, segundo um bombástico biógrafo muçulmano,

> culto, justo, dominador e enérgico e atingiu grande preeminência em astronomia, enquanto era aguçadíssimo em retórica. Em seu reinado, a posição dos homens cultos atingiu seu ponto culminante.... Em geometria, expunha sutilezas e, em questões de cosmografia, esclarecia o Almagesto de Ptolomeu.... Até então não se havia sentado no trono um monarca que se pudesse igualar a ele. Registrou as observações que fez sobre as estrelas com a cooperação dos mais ilustres cientistas.... Construiu em Samarcanda um colégio que, em beleza, posição e valor, não se encontra nos sete climas.[29]

Esse protetor modelar das artes e ciências foi assassinado em 1449 por seu filho bastardo; mas a alta cultura da dinastia dos Timur continuou a prevalecer sob o governo dos sultões Abu Sa'id e Husein ibn Baiqara, em Herat, até o fim do século XV. Em 1501, os mongóis de Uzbeg conquistaram Samarcanda e Bokhara; em 1510, o xá Ismail, da nova dinastia safávida, conquistou Herat. Babur, o último dos governantes da dinastia de Tamerlão, fugiu para a Índia e fundou ali uma dinastia mongólica que fez da Délhi muçulmana uma capital tão brilhante quanto a Roma dos Médicis.

IV. OS MAMELUCOS: 1340-1517

Enquanto o Islã, na Ásia, sofria constantemente invasões e revoluções, o Egito era explorado com relativa estabilidade pelos sultões mamelucos (1250-1517). A peste destruíra a prosperidade do Egito por algum tempo; mas, em meio a essas vicissitudes, os mamelucos continuaram a conciliar uma administração competente e de interesse pelas artes com apropriações indébitas e atrocidades. Em 1381, porém, com o sultão Malin al-Nasir Barquq, os mamelucos de Burji iniciaram uma dinastia de pompas, intrigas, violências e decadência social. Aviltaram a moeda além do que era costume dos governos, tributaram as coisas necessárias à vida, abusaram do monopólio do açúcar e pimenta pelo Estado e lançaram taxas tão pesadas, em Alexandria, sobre o comércio europeu com a Índia que os mercadores ocidentais viram-se obrigados a procurar uma rota para as Índias, contornando a África. No decorrer de uma geração, depois da viagem de Vasco da Gama (1498) o Egito perdeu grande parte de seu valioso quinhão no comércio entre o Oriente e o Ocidente, e esse desastre econômico reduziu o país a tal penúria que apenas pôde oferecer fraca resistência quando Selim I terminou com o governo dos mamelucos e transformou o Egito em uma província do império otomano.

O Cairo foi de 1258 a 1453 a cidade mais rica, mais bela e mais populosa do Islã. Ibn Batuta descreveu-a como uma cidade resplendente em 1326, e Ibn Khaldun, visitando-a em 1383, chamou-a "a metrópole do universo, o jardim do mundo, o formigueiro da espécie humana, o trono da realeza; uma cidade adornada de palácios, castelos, conventos, mosteiros e colégios, e iluminada pelas estrelas da erudição; um paraíso tão generosamente banhado pelas águas do Nilo que a terra ali parecia oferecer aos homens seus frutos como presentes e saudações"[30] — o que talvez tivesse provocado alguma objeção por parte do laborioso lavrador egípcio.

As mesquitas egípcias daquela época refletiam mais a severidade do governo do que as cores do céu. Nelas não havia *ivans* ou portais de tijolos esmaltados e azulejos como na Ásia islâmica, porém paredes de pedra maciça que as tornavam mais uma fortaleza do que um templo para orações. A mesquita (1356-63) do sultão Hassan era a maravilha de sua época e continua sendo o mais imponente monumento da arte dos mamelucos. Na opinião do historiador al-Maqrizi, "ultrapassava a todas as outras mesquitas até então construídas";[31] é de notar, porém, que ele era um patriota do Cairo. Segundo uma tradição não muito segura, o sultão havia reunido os mais famosos arquitetos de muitos países, e pediu-lhes que dissessem qual o edifício mais alto da terra, ordenando-lhes que construíssem um mais alto ainda. Disseram que o mais alto era o palácio de Cósroes I, em Ctesifonte, cujo arco ainda existente, ergueu-se a 105 pés do solo. Roubando as pedras das pirâmides em ruínas, seus trabalhadores construíram as paredes da nova mesquita até a uma altura de 100 pés, acrescentaram um cornija de 13 pés mais e erigiram, em um dos cantos, um minarete atingindo a altura de 280 pés. A sombria massa dessa torre impressiona a vista dos ocidentais, mas dificilmente agrada; os habitantes do Cairo sentiam-se, no entanto, tão orgulhosos dela que inventaram ou plagiaram uma lenda, segundo a qual o sultão havia cortado a mão direita do arquiteto receoso de que ele projetasse uma obra-prima igual — como se um arquiteto projetasse com a mão. Mais atraentes, a despeito de suas funções, eram as mesquitas funerárias que os sultões mamelucos construíram do lado de fora das muralhas do Cairo para embalsamarem seus restos mortais. O sultão Barquq al-Zahir, que começara a vida como escravo circassiano, terminou-a com silenciosa glória no mais esplêndido daqueles túmulos.

O maior arquiteto entre os mamelucos de Burji foi Qa'it Bey. Embora às voltas com a guerra contra os turcos, conseguiu financiar suntuosos edifícios em Meca, Medina e Jerusalém; restaurou, no Cairo, a cidadela de Saladino e a mesquita da Universidade de el-Azhar; construiu um hotel que se tornou célebre pelos seus arabescos de pedra; ergueu na capital uma mesquita comemorativa, em granito e mármore, cujas soberbas decorações, juntamente com o alto minarete com balcão e a cúpula geometricamente esculpida, fazem dela uma das pequenas vitórias da arte muçulmana.

Todas as artes secundárias floresceram sob o governo dos mamelucos. Entalhadores em marfim, ossos e madeira, faziam centenas de interessantes produtos, desde caixas de penas até púlpitos; concebiam-nos com gosto e executavam-nos com incansável diligência e habilidade.

Um testemunho desses trabalhos é o púlpito da mesquita extramural de Qa'it Bey, existente no Victoria and Albert Museum, em Londres. As incrustações de ouro e prata atingiram seu ponto culminante durante aquelas dinastias sanguinárias. A cerâmica egípcia, que havia inventado mil novidades em seus milênios imemoriais, deu então ao mundo vidros esmaltados, lâmpadas para mesquitas, taças, vasos pintados com figuras ou ornamentos em esmalte colorido, às vezes ressaltado com ouro. Com esses e inúmeros outros processos, os artistas muçulmanos, dando à beleza uma forma duradoura, repararam as barbaridades de seus soberanos.

V. OS OTOMANOS: 1288-1517

A história dos otomanos começa depois de ter desaparecido a origem. Ninguém sabe donde surgiram os "turcos"; uns acreditavam serem eles uma tribo fino-úgrica dos hunos e cujo nome significava capacete, o qual é *durko* em um dialeto turco. Eles formaram seus dialetos do mongólico e do chinês e importaram mais tarde vocábulos persas e árabes; esses dialetos "turcos" eram o único meio para classificar como "turcos" aqueles que os falavam. Uma de tais tribos recebeu o nome de seu chefe Seljuq; desenvolveu-se com o decorrer de muitas vitórias até que seus múltiplos descendentes, no século XIII, governaram a Pérsia, o Iraque, a Síria e a Ásia Menor. Uma tribo aparentada, chefiada por Ortoghrul, fugiu, naquele século, de Khorasan, para evitar ser esmagada pela invasão dos mongóis; encontrou emprego militar junto a Seljuq, o emir de Konya (Iconium), na Ásia Menor, tendo recebido um pedaço de terra para criar seus rebanhos.

Com a morte de Ortoghrul (1288?), seu filho Othman ou Osman, que contava, nessa época, 30 anos, foi eleito sucessor; foi dele que os otomanos ou osmanlis receberam o nome. Antes do século XIX não se denominavam turcos; aplicavam esse nome aos povos semibárbaros do Turquestão e Korasan. Em 1290, vendo que os seljúcidas eram demasiado fracos para enfrentá-lo, Othman fez-se emir independente de um pequeno Estado no noroeste da Ásia Menor, e, em 1299, estabeleceu o governo central mais para o leste, em Yeni-Sheir. Não era grande general, mas era homem paciente e persistente; seu exército era pequeno, composto de homens que se sentiam melhor a cavalo do que a pé e dispostos a arriscar uma vida ou um membro cansado em troca de terras, ouro, mulheres ou poder. Entre eles e o Mar de Mármara ficavam as preguiçosas cidades bizantinas mal governadas e pobremente defendidas. Othman sitiou uma delas, Bursa; fracassou a princípio; tornou a voltar e fez nova tentativa; a cidade acabou por se render ao filho dele, Orkhan, enquanto ele mesmo agonizava em Yeni-Sheir (1326).

Orkhan transformou Bursa, santificada com os despojos do pai, na nova capital dos otomanos. Um "destino manifesto" — *i.e.*, um desejo somado ao poder — atraiu Orkhan para o Mediterrâneo, o antigo círculo de comércio, riqueza e civilização. No mesmo ano em que caíra Bursa, ele conquistou Nicomédia, que passou a ser Izmit; em 1330, Nicéia, que se tornou Iznik; em 1336, Pérgamo, que passou a ser Bergama. Essas cidades, célebres na história, eram centros de embarcações e comércio; dependiam, para a obtenção de mantimentos e mercados, das comunidades agrícolas vizinhas que já se achavam em poder dos otomanos; tinham de viver com aquelas terras ou morrer. Não resistiram durante muito tempo; tinham sido oprimidas pelos governantes bizantinos e ouvido que Orkhan não lançava pesados tributos e que ele dava plena liberdade em matéria de religião; e muitos daqueles cristãos do Oriente Próximo eram hereges perseguidos — nestorianos e monofisitas. Imediatamente, grande parte daquela região conquistada aceitou o credo muçulmano; desse modo a guerra resolve problemas teológicos diantes dos quais a razão hesita impotente. Tendo estendido assim seu reino, Orkhan assumiu o título de sultão dos otomanos. Os imperadores bizantinos fizeram a paz, contrataram soldados dele e permitiram que seu filho Solimão criasse fortalezas otomanas em solo europeu. Orkhan morreu em 1359, na idade de 71 anos, firmemente conservado na lembrança de seu povo.

Os sucessores de Orkhan formaram uma dinastia quase sem rival na história por seu vigor marcial, habilidade, capacidade administrativa, bárbara crueldade e cultura das letras, ciências e artes. Murad (Amurath) I foi o menos interessante da linhagem. Analfabeto, assinava o no-

me deixando nos documentos a impressão dos dedos adrede colocados na tinta, à maneira de menos ilustres homicidas. Quando seu filho Saondji chefiou uma revolta que foi, entretanto, mal-sucedida, Murad arrancou-lhe os olhos, decepou-lhe a cabeça e obrigou os pais dos rebeldes a decepar também a cabeça dos filhos.[32] Preparou um exército quase invencível, conquistou a maior parte dos Bálcãs e tranqüilizou-os dando-lhes um governo mais eficiente do que tinham conhecido sob o domínio cristão.

Bajazet I herdou a coroa do pai no campo de Kosovo (1389). Depois de conduzir o exército à vitória, ordenou a execução de Yakub, seu irmão, que havia combatido destemidamente durante aquele dia decisivo. Semelhante fratricídio tornou-se a conseqüência natural na ascensão de um otomano, sob o princípio de que a sedição contra o governo é tão destruidora que todos os pretendentes potenciais ao trono devem ser liquidados o mais cedo possível. Bajazet ganhou o título de *Yilderim* — o Raio — por causa da rapidez de sua estratégia militar; faltava-lhe, no entanto, a habilidade política do pai; despendia algo de sua energia selvagem em relações sexuais. Estêvão Lazarevitch, soberano vassalo da Sérvia, forneceu uma irmã para o harém de Bajazet; Despoina — assim se chamava ela — tornou-se sua esposa favorita, ensinou-lhe a apreciar o vinho e os suntuosos banquetes e, talvez, inadvertidamente, o tivesse enfraquecido como homem. O orgulho dele perdurou até sua queda. Depois de ter violado as regras de cavalaria da Europa, em Nicópolis, deu liberdade ao conde de Nevers com um desafio muito característico, conforme foi relatado ou melhorado por Froissart:

> João, sei bem que és um grande senhor em teu país e filho de um grande personagem. És jovem e talvez te sintas culpado ou envergonhado de esta aventura ter-te acontecido em tua primeira ação de cavalaria; para te eximires dessa culpa e recuperares a honra talvez queiras reunir homens poderosos para guerrear-me. Se eu alimentasse dúvidas ou receios quanto a isso, antes que tivesses partido, ter-te-ia obrigado a jurar pela lei e pela religião que jamais tu e teus companheiros pegaríeis em armas... contra mim. Mas não exigi que tu e teus companheiros fizessem tal juramento ou promessa, mas quero que, quando voltares e estiveres disposto a levantar os homens que quiseres, não deixes de fazê-lo; vem combater contra mim. Encontrar-me-ás sempre disposto a receber-te, a ti e a teus companheiros.... E isto que digo, mostra a quem ouves, pois sou capaz de realizar grandes feitos de armas e estou sempre pronto a fazer novas conquistas no mundo cristão.[33]

Quando Tamerlão capturou Bajazet em Ancira, tratou-o com todo o respeito, não obstante a correspondência que, durante um ano, haviam trocado insultando-se mutuamente. Ordenou que se removessem os grilhões que prendiam o sultão, fê-lo sentar-se a seu lado, assegurou-lhe que sua vida seria poupada e mandou que se preparassem três esplêndidas barracas para sua comitiva. Ao tentar Bajazet escapar, lançaram-no em um quarto com janelas gradeadas, que a lenda exagerou dizendo que o tinham trancado em uma gaiola de ferro. Bajazet adoeceu; Tamerlão chamou os melhores médicos para tratá-lo e mandou que Despoina cuidasse dele e o consolasse. Todos os cuidados não conseguiram fazer com que o Sultão readquirisse as forças; morreu prisioneiro um ano depois da derrota.

Seu filho Maomé I reorganizou o governo e o poder otomanos. Embora tivesse cegado um pretendente ao trono e matado outro, adquiriu o epíteto de "Cavalheiro" em virtude de suas maneiras corteses, seu governo justo e os 10 anos de paz que concedeu ao mundo cristão. Murad II teve gostos semelhantes e preferia a poesia à guerra, mas quando Constantinopla lançou mão de um rival para depô-lo e a Hungria violou a paz empenhada, provou, em Varna (1444), ser um general tão bom quanto qualquer outro. Retirou-se depois para Magnésia, na Ásia Menor, onde duas vezes por semana reunia poetas e sábios, lia versos e palestrava sobre ciências e filosofia. Uma revolta em Adrianópolis fê-lo voltar à Europa; dominou-a vencendo Hunyadi János numa segunda batalha, em Kosovo. Quando morreu (1451), após governar 30 anos, historiadores cristãos fizeram-no figurar entre os maiores monarcas de seu tempo. Ordenou, em seu testamento, que o enterrassem em Bursa, em uma modesta capela sem telhado "para que

a misericórdia e as bênçōes de Deus pudessem cair sobre ele juntamente com o brilho do sol e da lua, e para que a chuva e o orvalho pudessem cair-lhe na sepultura".[34]

Maomé II rivalizou com o pai em cultura e conquistas, na sagacidade política e duração do reinado, mas não em justiça ou nobreza. Aperfeiçoando seus conhecimentos sobre o mundo cristão, rompeu tratados solenes e maculou suas vitórias com massacres inúteis. Era orientalmente sutil nas negociações e estratégias. Ao lhe perguntarem quais eram seus planos, respondeu: "Se um fio de minha barba o soubesse, arrancá-lo-ia".[35] Falava cinco idiomas; conhecia a literatura de vários países, tinha excelentes conhecimentos de matemática e mecânica, cultivava as artes, dava pensão a 30 poetas otomanos e costumava presentear os poetas da Pérsia e da Índia. Seu grão-vizir, Mahmud Paxá, auxiliava-o na proteção às letras e às artes; ele e seu mestre sustentavam tantos colégios e fundações piedosas que o sultão recebeu o nome de "Pai das Boas Obras". Maomé foi também o "Pai da Vitória"; a ele e a seus canhões rendera-se Constantinopla; sob os canhões de sua armada, o Mar Negro tornou-se um lago turco; ante suas legiões e diplomacia, os Bálcãs desmoronaram-se mergulhando na servidão. Esse irresistível conquistador não pôde, entretanto, conquistar-se a si mesmo. Aos 50 anos era um homem completamente gasto por todas as formas de excessos sexuais; os afrodisíacos não puderam avivar-lhe a concupiscência; acabou tendo a mesma classificação dos eunucos de seu harém. Morreu (1481) na idade de 51 anos, justamente na ocasião em que seu exército parecia na iminência de conquistar a Itália para o Islã.

Na disputa entre os filhos, coube o trono a Bajazet II. O novo sultão não tinha inclinações para a guerra, mas quando Veneza conquistou Chipre e desafiou o domínio dos turcos no Mediterrâneo Oriental, despertou; enganou os que o tinham ludibriado com falsas garantias de paz, construindo uma armada de 270 naves, com a qual destruiu a frota veneziana ao largo das costas da Grécia. Um exército turco invadiu o norte, estendendo a invasão até Vicenza (1502), a oeste; Veneza solicitou a paz; Bajazet concedeu-lhe condições suaves e retirou-se para mergulhar em sua poesia e filosofia. Seu filho Selim depô-lo e subiu ao trono (1512); passado algum tempo, Bajazet morria — envenenado, segundo alguns.

A história é uma alternação de temas que estão em contraste uns com os outros: as disposições e as formas de uma época são repudiadas pela seguinte, a qual se cansa da tradição e anseia por novidades: o classicismo gera o romantismo, que gera o realismo, o qual gera o impressionismo; um período de guerra pede uma década de paz e uma paz prolongada acaba convidando a uma guerra agressiva. Selim I desprezou a política pacífica do pai. Vigoroso no físico e na vontade, indiferente aos prazeres e confortos, amando a caça e o acampamento, ganhou o apelido de "o Feroz" por ter mandado enforcar nove parentes a fim de prevenir uma revolta e por entregar-se a guerras de conquistas. A ele não desagradou o fato de o xá Ismail da Pérsia ter invadido a fronteira turca. Registrou o voto de que, se Alá lhe concedesse a vitória sobre os persas, construiria três imponentes mesquitas — em Jerusalém, Buda e Roma.[36] Tendo despertado as preferências religiosas do povo, animando-o para a luta, marchou contra Ismail, conquistou Tabriz e fez do norte da Mesopotâmia uma província otomana. Em 1515, virou a artilharia e os janízaros contra os mamelucos, acrescentando a Síria, a Arábia e o Egito ao seu reino (1517). Levou para Constantinopla, como prisioneiro de honra, o califa do Cairo — aliás o sumo-sacerdote — do maometismo ortodoxo. Dali por diante, os sultões otomanos, à semelhança de Henrique VIII, tornaram-se os chefes da Igreja da mesma maneira que o eram do Estado.

Em plena glória de seu poder, Selim preparou-se para conquistar Rodes e o mundo cristão. Quando todos os seus preparativos estavam terminados, apanhou a peste e morreu (1520). Leão X, que havia tremido mais com o avanço de Selim do que com a rebelião de Lutero, ordenou a todas as igrejas cristãs que cantassem uma ladainha de gratidão a Deus.

VI. LITERATURA ISLÂMICA: 1400-1520

Até Selim, o Feroz, teceu versos rimados, tendo legado a Solimão, o Magnífico, uma coleção de seus poemas bem como um império que se estendia do Eufrates até ao Danúbio e ao rio Nilo. Doze sultões e muitos príncipes — inclusive o príncipe Djem, cuja confortável reclusão

era paga a reis e poetas cristãos pelo seu irmão Bajazet — figuram entre os 2.200 poetas otomanos que adquiriram fama nesses seis últimos séculos.[37] A maioria desses bardos adotou dos persas as formas e idéias, e às vezes a linguagem de seus versos; continuou a glorificar, em intermináveis fontes de rimas, a grandeza de Alá, a sabedoria dos xás e sultões e a incompreensível inveja dos ciprestes ao contemplarem a brancura e a esbelteza das pernas da criatura amada. Nós, ocidentais, estamos agora bastante familiarizados com tais encantos para nos impressionarmos com essas comparações elevadas. Mas os "terríveis turcos", cujas mulheres vestiam-se sedutoramente do nariz aos pés, sentiam-se abalados até à raiz dos cabelos por essas revelações poéticas, e a poesia que, em sua desnaturada tradução, nos deixa indiferentes, podia inspirar-lhes piedade, poligamia e guerra.

Podemos escolher, ao acaso, de entre mil poetas, três já mortos, ainda desconhecidos para o Ocidente provinciano. Ahmedi de Sives (falecido em 1413), seguindo os passos de seu mestre persa Nizami, escreveu o *Iskander-nama* — o *Livro de Alexandre* — extenso poema épico em estilo cru e forte, que dava, além da história da conquista de Alexandre *pela* Pérsia, a história, religião, ciência e filosofia do Oriente Próximo desde os tempos primitivos até Bajazet I. Devemos renunciar a qualquer citação, porquanto as versões feitas são insatisfatórias. A poesia de Ahmad Paxá (morto em 1496) agradou de tal forma a Maomé II que este o nomeou grão-vizir; o poeta apaixonou-se por um belo pajem da comitiva do conquistador; Maomé, que manifestava a mesma predileção, ordenou a morte do poeta; este enviou a seu soberano um poema tão cheio de elogios que ele lhe deu o rapaz, mas desterrou a ambos para Bursa.[38] Ali, Ahmad acolheu em sua casa um jovem poeta que estava destinado a ultrapassá-lo logo. Nejati (falecido em 1508), cujo verdadeiro nome era Isa (Jesus), escreveu, em um pergaminho, uma ode louvando Maomé II e prendeu-a ao turbante do parceiro favorito do sultão, no jogo de xadrez. Maomé mostrou-se naturalmente curioso; leu o pergaminho, mandou chamar o autor e fê-lo funcionário do palácio real. Bajazet II dispensou-lhe estima e cumulou-o de bens, e Nejati, triunfando heroicamente com aquela prosperidade, escreveu naqueles dois reinados alguns dos mais louvados poemas da literatura otomana.

Mesmo assim, os grandes mestres da poesia muçulmana eram ainda os persas. Na corte de Husein Baiqara, em Herat, eram tantos os poetas que seu vizir, Mir Ali Xir Navai, queixou-se: "Se a gente estender os pés, irá atingir em cheio o traseiro de um poeta", a que um bardo respondeu: "E atingirás o teu se recolheres os pés".[39] Pois, Mir Ali Xir (morto em 1501), além de auxiliar a governar Khorasan, sustentar as artes e a literatura e ganhar renome como miniaturista e compositor, era também um grande poeta — era ao mesmo tempo o Mecenas e o Horácio de seu tempo. Foi seu esclarecido patrocínio que auxiliou e confortou os pintores Bihzade e Xá Muzaffar e os músicos Qul-Muhammad, Shayki Na'i e Husein Udi e o supremo poeta muçulmano do século XV — Mulla Nuru'd-Din Abd-er-Rhaman Jami (morto em 1492).

Em uma vida longa e tranqüila, Jami encontrou tempo para adquirir fama como erudito e místico e também como poeta. Como sufista, expôs em delicada prosa o velho tema místico de que a alegre união da alma com o Ente Amado — *i.e.*, Deus — dá-se somente quando a alma percebe que o *ego* é uma ilusão e que as coisas deste mundo não passam de fantasmas transitórios que se fundem na névoa da mortalidade. A maior parte das poesias de Jami é misticismo em versos dosados com um pouco de sensualidade. *Salaman wa Absal* narra uma bela história para indicar a superioridade do amor divino sobre o amor terreno. Salaman é o filho do xá de Yun (*i.e.*, Iônia); nascido sem mãe (o que é muito mais difícil do que a partenogênese), é educado pela linda princesa Absal, que dele se enamora ao atingir ele 14 anos. Ela o conquista com cosméticos:

> Escureceu à volta dos olhos negros,
> Com surma para cativá-lo durante o dia,
> E sobre eles adornou e arqueou as sobrancelhas
> Para feri-lo quando perdido; seus cachos almiscarados
> Em tantos anéis enrolados,
> Nos quais se aninhava a Tentação sobre sua face,
> Cujo rosado ela aumentava com vermelhão,

E depois um grão sutil de almíscar ali colocava
Para atrair o pássaro daquele coração amado.
Às vezes, ao passar, um sorriso rompia
O rubi de seus lábios que encerravam lindas pérolas....
Ou, levantando, aparentemente apressada,
Suas argolas douradas se chocavam,
Como se quisessem chamar inesperadamente
A seus pés a coroa de ouro[40]

do príncipe herdeiro. Ele cede facilmente a tais seduções e, durante certo tempo, os dois jovens se entregam a um amor cheio de lirismo. O rei censura o filho por tais folguedos e ordena-lhe que se prepare para a guerra e para o governo. Ao invés, Salaman foge com Absal em um camelo, "à semelhança de duas amêndoas numa única casca". Chegando ao mar, tomam um barco, partem "em lua-de-mel" e chegam a uma verdejante ilha atapetada de flores fragrantes, cheia de pássaros canoros e de frutas que caem abundantemente a seus pés. Mas naquele paraíso, a consciência fere o príncipe ao lembrar-se das tarefas governamentais que evitou assumir. Convence Absal a voltar com ele para Yun; procura em vão exercitar-se para o mando, mas vê-se de tal modo aniquilado entre o dever e a beleza que, finalmente, meio louco, une-se a Absal no suicídio: erguem uma fogueira e saltam de mãos dadas para as chamas. O fogo consome Absal, mas Salaman sai dele incólume. Sua alma acha-se agora purificada; ele herda o trono e o honra com sua sabedoria. É tudo uma alegoria, explica Jami: o rei é Deus; Salaman, a alma do homem, e Absal, o prazer sensual; a ilha feliz é o Éden de Satanás, no qual a alma é arrebatada de seu destino divino; o trono que a alma purificada assume é o do Próprio Deus. É difícil acreditar que um poeta que pudesse descrever tão sensatamente os encantos de uma mulher quisesse pedir-nos seriamente que os evitemos, exceto ocasionalmente.

Com uma audácia redimida pelo resultado, Jami ousou lançar novamente em versos os temas favoritos de uma dezena de poetas que o antecederam: *Yusuf u Zulaikha* e *Laila wa Majnun*. Em um eloqüente exórdio, reafirma a teoria sufista sobre a beleza celeste e a beleza terrena:

Na Solidão Primeva, quando a Existência ainda não dava sinal de si e o Universo jazia oculto em sua própria negação, Algo havia.... Era a beleza absoluta que se mostrava apenas para Si e com Sua própria luz. Envergava Seu manto, livre de toda mancha de imperfeição, como a mais bela mulher na alcova nupcial do mistério. Nenhum espelho Lhe refletia o rosto, nem o pente passou-Lhe pelas tranças, nem a brisa com seu doce perfume Lhe movera um só fio de cabelo, nem um rouxinol se Lhe aninhara na Rosa.... Mas a Beleza não suporta ser desconhecida; contemplai a Tulipa no cume da montanha, emergindo da rocha ao primeiro sorriso da primavera.... Assim a Beleza Eterna surgiu dos Santos Altares do Mistério para dardejar Seus raios sobre todos os horizontes e almas, e um único raio, que Dela se emanou, atingiu a terra e os céus, e assim Ela se revelou no espelho das coisas criadas.... E todos os átomos do Universo transformaram-se em espelhos que refletiam, cada um, um aspecto da Glória Eterna. Algo de Seu encanto caiu sobre a rosa, e o rouxinol sentiu-se desesperadamente apaixonado. O fogo captou-Lhe o ardor e milhares de mariposas vieram morrer em suas chamas.... E foi Ela quem deu à Lua de Canaã aquele doce encanto que enlouqueceu Zulaikha.[41]

Jami desce daquelas alturas celestiais para descrever o encanto da princesa Zulaikha com ardentes repetições e minúcias, e até mesmo sua "casta fortaleza e seus lugares proibidos".

Seus seios eram orbes da mais pura luz,
Bolhas gêmeas recém-saídas da fonte Kafur,
Duas belas romãs elevando-se altaneiras
Onde nenhum dedo ousado terá esperança de pousar.[42]

Ela vê José em um sonho e por ele se apaixona à primeira vista; mas o pai casa-a com Potifar, seu vizir. Ela vê depois José em carne e osso, exposto no mercado como escravo. Compra-o e procura seduzi-lo. Ele resiste a seus encantos, e ela começa a definhar. Morre o vizir. José substitui-o e casa-se com Zulaikha; logo ambos definham e, finalmente, morrem. Somente o amor a Deus representa a verdade e a vida. — É um conto antigo, mas quem poderia dormir com um sermão desse?·

VII. A ARTE NO ISLAM ASIÁTICO

Por toda parte, sob a esfera do Islam, desde Granada até Délhi e Samarcanda, reis e nobres empregavam os gênios e escravos para construírem mesquitas e mausoléus, pintar e cozer tijolos, tecer e tingir sedas e tapetes, forjar metais, talhar madeiras, esculpir no marfim e iluminar manuscritos com tintas coloridas. Os il-khans, os timuridas, otomanos e mamelucos e até mesmo pequenas dinastias que governavam os mais frágeis fragmentos do Islã, mantinham a tradição oriental de temperar os saques com poesia e os assassínios com a arte. Nas aldeias e nos palácios urbanos, a riqueza gradativamente se transformava em beleza e uns poucos afortunados gozavam da proximidade das coisas agradáveis ao tato e belas para se ver.

A mesquita ainda era o escrínio coletivo das artes muçulmanas. Ali os tijolos e ladrilhos davam feição lírica ao minarete; portais de faiança refletiam os raios do sol em um colorido cintilante; o púlpito exibia os contornos esculpidos e os pormenores incrustados em sua madeira; o esplendor do *mihrab* orientava o fiel para Meca; grades e candelabros ofereciam seus lavores de metal como homenagem a Alá; tapetes suavizavam o piso ladrilhado e serviam de almofada, ao se ajoelharem os fiéis; preciosas sedas envolviam alcorões iluminados. Em Tabriz, Clavijo maravilhou-se com "belas mesquitas adornadas de ladrilhos dourados e azuis";[43] em Isfahan, um dos vizires de Uljaitu instalou na Mesquita de Sexta-Feira um *mihrab*, no qual um prosaico estuque foi adornado de arabescos e letras. O próprio Uljaitu erigiu em Sultaniya suntuoso mausoléu (1313), projetando transportar para ele os restos mortais de Ali e Husein, os santos fundadores da seita xiita; o plano falhou, e os próprios despojos do Khan é que foram abrigados nesse imponente cenotáfio. Imensas e majestosas são as ruínas da mesquita de Varamin (1326).

Tamerlão tinha paixão pela construção e roubava as idéias de arquitetura assim como a prata e o ouro das vítimas de suas armas. Como conquistador, favorecia a massa, como símbolo de seu império e de sua vontade; como *nouveau riche*, amava as cores e chegava ao ponto de ser extravagante com as decorações. Encantado com os azulejos de Herat, chamou oleiros persas para Samarcanda a fim de revestirem com ladrilhos cintilantes as mesquitas e palácios de sua capital; logo a cidade resplandeceu com aquela obra glorificadora. Observou, em Damasco, um bojudo domo que se expandia acima da base e se afinava depois até formar uma ponta; ordenou a seus engenheiros que lhe tomassem as medidas e fizessem a planta antes que ficasse destruído no incêndio geral; ele cobriu Samarcanda com tais domos e espalhou esse estilo entre a Índia e a Rússia, fazendo-o depois estender-se do Taj Mahal à Praça Vermelha. Quando voltou da Índia, trouxe tantos artistas e operários que eles ergueram para ele, em três meses, uma gigantesca mesquita — o "Templo do Rei" — com um portal de 30 metros de altura e um teto sustentado por 480 pilares de pedra. Construiu para sua irmã Tchouchouk Bika a mesquita funerária que se tornou a obra-prima de arquitetu-

ra de seu reinado.[44] Ao ordenar a construção de uma mesquita em memória de sua principal esposa, Bibi Khanun, ele mesmo dirigiu os trabalhos; atirava carne para os operários nas escavações e moedas para os artífices assíduos; animava e obrigava todos a trabalhar com ardor e isso até a chegada do inverno, quando cessou a construção, arrefecendo também todo seu entusiasmo pela arquitetura.

Seus descendentes empreenderam uma arte mais madura. Em Mashhad, Gawhar Shad, a ativa esposa do xá Rukh, quando a caminho de Teerã para Samarcanda, contratou o arquiteto Qavam ad-Din para construir a mesquita, a qual tem seu nome (1418). É a mais brilhante e a mais colorida produção da arquitetura perso-muçulmana.[45] Minaretes carregando "lanternas" delicadas velam o templo. Quatro majestosos arcos abrem a entrada para um pátio central, cada um revestido com ladrilhos de faiança "jamais igualados antes ou depois"[46] — um esplendor do tempo — desafiando as cores em uma centena de formas de arabescos e padrões geométricos, com motivos florais e belos escritos cúficos, que o sol persa tornava ainda mais brilhantes. Encimando o "Pórtico do Santuário", a sudoeste, um domo de ladrilhos azuis rivaliza com o céu, e, no portal, em grandes letras brancas sobre um piso azul, encontra-se a piedosa dedicatória da rainha orgulhosa de sua obra:

> Sua Alteza, a Nobre em Sua Grandeza, o Sol do Céu da Castidade e Continência... Gawhar Shad — possa sua grandeza ser eterna e possa sua castidade durar!... de sua propriedade particular, para benefício de seu futuro Estado e para o dia em que os trabalhos de todos serão julgados pelo desvelo para com Alá e com gratidão... construiu esta grande Masjid-i-Jami, o Templo Sagrado, no reinado do Grande Sultão, o Senhor dos Soberanos, o Pai da Vitória, o xá Rukh.... Que Alá faça eternos seu Reino e Império! E possa Ele aumentar nos habitantes do mundo Sua Bondade, Sua Justiça e Sua Generosidade![47]

A mesquita de Gawhar Shad foi apenas um dos complexos edifícios que fizeram de Mashhad a Roma da seita xiita. Ali, os fiéis do imã Riza, no decurso de 30 gerações, acumularam um conjunto arquitetônico de notável esplendor: graciosos minaretes, imponentes domos, arcadas revestidas de ladrilhos brilhantes ou de chapas de prata e ouro, pátios espaçosos, cujo mosaico azul e branco e faianças retribuem a saudação do sol: aqui, em um esmagador panorama de cores e formas, a arte persa recorreu a todos os feitiços para honrar um santo e impor a piedade sobre os peregrinos.

De Azerbadjão ao Afeganistão, centenas e centenas de mesquitas elevavam-se, naquela era no solo do Islam, pois a poesia da fé é tão preciosa para o homem quanto os frutos da terra. Para nós, ocidentais, prisioneiros nas províncias do espírito, esses templos são apenas nomes vazios, e mesmo honrá-los com bruscas reverências pode nos entediar. Que significa para nós que Gawhar Shad tenha recebido para seus castos despojos um encantador mausoléu em Herat; que Chiraz reconstruísse seu Masjid-i-Jami no século XIV; que Yazd e Isfahan acrescentassem resplendentes *mihrabs* em suas mesquitas de Sexta-Feira? Estamos muito distantes, no espaço, nos anos e nas idéias, para sentir essas grandezas, e aqueles que nelas celebram seu culto pouco apreciam nossos arrojos góticos ou as imagens sensuais de nossa Renascença. Contudo, mesmo nós devemos sentir certa emoção quando, contemplando as ruínas da Mesquita Azul, de Tabriz (1437-67), lembramo-nos da outrora famosa glória de sua faiança azul e de seus arabescos dourados, e não somos indiferentes ao fato de que Maomé II e Bajazet II construíram, em Constantinopla (1463, 1497), mesquitas que quase ri-

valizam com a catedral de Santa Sofia em majestade. Os otomanos adotaram os planos bizantinos, nos portais persas, os domos armênios e os temas de decorações dos chineses para formar suas mesquitas de Bursa, Nicéia, Nicomédia e Konia. Em arquitetura, pelo menos, a arte muçulmana estava ainda no apogeu.

Só uma arte — um Davi perante Golias — ousou antepor-se à arquitetura no Islã. Os mestres da caligrafia e os pacientes miniaturistas que ilustravam livros com cálculos infinitesimais da pena e do pincel talvez fossem ainda mais homenageados que os construtores de mesquitas. Pintaram-se murais, mas nenhum daquele período sobreviveu. Pintaram-se retratos, alguns dos quais ainda existem. Os otomanos obedeciam publicamente à proibição que a Bíblia e o Alcorão impunham quanto aos ídolos, mas Maomé II mandou vir de Veneza, para Constantinopla, Gentile Bellini, o qual lhe pintou o retrato que se encontra agora na Galeria Nacional de Londres. Existem cópias de retratos que, segundo se alega, são retratos de Tamerlão. Em geral, os mongóis que se converteram ao islamismo preferiram as tradições da arte chinesa aos tabus da fé maometana. Da China levaram, para os dragões da iluminura persa, fenices, formas de nuvens, halos de santos e rostos redondos como a lua, bem como os misturaram engenhosamente com os estilos persas de cores límpidas e linhas puras. Havia bastante semelhança na disposição de ambos os estilos. Os miniaturistas chineses e persas, tanto uns como outros, pintavam para aristocratas de gosto talvez muito requintado e procuravam mais agradar a imaginação e os sentidos do que reproduzir as formas objetivas.

Os grandes centros da iluminura naquela época eram Tabriz, Chiraz e Herat. Talvez venham da Tabriz dos il-khans as 55 folhas do "De Motte" *Shah-nama* — o *Livro dos Reis*, de Firdusi — pintadas por vários artistas no século XIV. Mas foi em Herat, sob o governo dos timuridas, que a pintura de miniaturas da Pérsia atingiu o zênite. O xá Rukh contratou um grande corpo de artistas, e seu filho Baisunkur Mirza fundou uma academia que se dedicava ao ensino de caligrafia e iluminura. Nessa escola de Herat teve origem o *Shah-nama* (1429) — um milagre de resplendentes cores e fluente graça — agora tão zelosamente protegido e religiosamente manipulado na Biblioteca do Palácio Gulistan, em Teerã. Contemplá-lo pela primeira vez é como ouvir também pela primeira vez as odes de Keats.

O verdadeiro Keats da iluminura — o "Rafael do Oriente" — foi Kamal al-Dim Bihzad. Ele conheceu na vida e refletiu na arte os horrores e as vicissitudes da guerra. Nascido em Herat, por volta do ano de 1440, estudou em Tabriz, voltando depois para Herat a fim de pintar para o sultão Husein ibn-Baiqara e seu versátil vizir, Mir Ali Xir Navai. Quando Herat se tornou o centro das campanhas de Uzbeg e Safavid, Bihzad mudou-se novamente para Tabriz. Figurou entre os primeiros pintores persas que assinaram o nome em seus trabalhos; entretanto, o que resta de sua arte é relativamente pouco e muito espaçado. Duas miniaturas na Biblioteca Real do Egito, no Cairo, ilustrando o *Bustan* de Sa'di, mostram teólogos travando debates sobre seus mistérios numa mesquita; o manuscrito traz a data de 1489 e o colofão diz o seguinte: "Pintado pelo escravo e pecador Bihzad". A Galeria Freer, de Washington, tem o *Retrato de um Jovem Pintando*, copiado de Gentile Bellini e assinado "Bihzad"; os belos traços revelam ambos os artistas: o desenhista e o modelo. Não é muito certo serem trabalhos seus as miniaturas existentes em um exemplar que o Museu Britânico tem da *Khamza*, de Nizami, e, nesse mesmo tesouro, o manuscrito de *Zafar-nama — Livro das Vitórias*, de Tamerlão.

Essas relíquias dificilmente explicam o inigualável renome de Bihzad. Revelam sensível percepção das pessoas e coisas, ardor e domínio das cores, vivacidade de ação captada na meticulosa delicadeza dos traços; porém mal podem ser comparadas com as miniaturas pintadas para o duque de Berry quase um século antes. Contudo, os contemporâneos de Bihzad eram da opinião de que ele havia revolucionado a iluminura com seus modelos originais de composição, suas vívidas paisagens e suas figuras cuidadosamente individualizadas que pareciam querer saltar para a vida. Khwandamir, historiador persa que contava 50 anos de idade quando Bihzad morreu (*ca.* 1523), falando sobre ele, disse, talvez influenciado pela amizade que lhe dedicava: "Sua arte de desenhista fez com que se apagasse a lembrança de todos os demais pintores do mundo; seus dedos, dotados de miraculosas qualidades, apagaram os quadros de todos os outros artistas entre os filhos de Adão".[48] Isso devia prejudicar nossas convicções ao refletirmos que foi escrito depois que Leonardo havia pintado *A Última Ceia*, Miguel Ângelo, o teto da Capela Sistina e Rafael, as *Stanze* do Vaticano, e que Khwandamir provavelmente jamais ouvira falar em seus nomes.

A arte da cerâmica declinou, naquela época, em *finesse*, em Seljuq, Rai e Kashan. Rai havia ficado em ruínas com os terremotos que tivera e com as incursões dos mongóis, e Kashan dedicava a maioria de seus fornos à fabricação de azulejos. Surgiram, entretanto, novos centros de cerâmica em Sultaniya, Yazd, Tabriz, Herat, Isfahan, Chiraz e Samarcanda. A faiança mosaica tornou-se depois um produto muito procurado: pequenas lajes de lousa, cada qual pintada em uma só cor metálica e com esmalte brilhante que apenas precisava de cuidados para ser permanente. Quando os patronos da arte eram opulentos, os construtores persas usavam essa faiança não só para *mihrabs* e decorações, mas até mesmo para cobrir grandes superfícies dos portais e paredes das mesquitas; disso há exemplo notável em um *mihrab* — da mesquita de Baba Kasin (*ca.* 1354) — no Museu Metropolitano de Arte de Nova York.

Os metalúrgicos do Islã mantinham sua habilidade. Faziam portas e candelabros de bronze para as mesquitas, de Bokhara a Marrakech, se bem que nenhum desses trabalhos igualasse as "portas do paraíso" de Ghiberti (1401-52), no Batistério de Florença. Forjavam as melhores armaduras da época — capacetes de forma cônica para desviar os golpes dos atacantes, escudos de ferro brilhante com incrustações de prata e ouro e espadas com letras ou flores trabalhadas também em ouro. Cunhavam belas moedas e medalhões como o que preserva o gordo perfil de Maomé, o Conquistador, e fabricavam grandes castiçais em que gravavam a imponente escrita cúfica e delicadas formas de flores; moldavam e adornavam turíbulos, escrínios, espelhos, esquifes, braseiros, frascos, jarros, bacias e bandejas; até tesouras e compassos eram artisticamente trabalhados. Idêntica superioridade na arte encontrava-se nos artistas e artesãos muçulmanos que lapidavam pedras preciosas ou que trabalhavam com metais preciosos ou que esculpiam no marfim e na madeira. O que ficou dos tecidos é coisa fragmentária, mas as miniaturas daquele tempo mostram uma grande variedade de belos padrões, desde os finos linhos do Cairo até às barracas de seda de Samarcanda. Na verdade, foram os iluminadores que desenharam os padrões complexos, porém lógicos, para os brocados, veludos e sedas dos mongóis e timuridas, e até mesmo para os tapetes persas e turcos que haveriam de tornar-se logo produtos invejáveis na Europa. Nessas pequenas artes, por assim dizer, era o Islã quem ocupava a vanguarda no mundo.

VIII. O PENSAMENTO ISLÂMICO

A glória havia desaparecido nas ciências e na filosofia. A religião ganhara sua guerra contra elas, justamente na ocasião em que estava cedendo terreno no juvenil Ocidente. As mais altas honrarias passaram a ser dispensadas aos teólogos, dervixes, faquires e santos; os cientistas procuravam mais absorver as descobertas de seus predecessores do que encarar friamente a natureza. Em Samarcanda, a astronomia muçulmana teve seu último impulso quando os astrônomos do observatório de Uleg Beg formularam (1437) gráficos astronômicos que gozaram de alto conceito na Europa até ao século XVIII. Armado desses gráficos e de um mapa árabe, um navegador árabe serviu de piloto a Vasco da Gama desde a África até às Índias, na histórica viagem que pôs fim à ascendência econômica do Islã.[49]

Em geografia, os muçulmanos produziram a grande figura daquela época. Nascido em Tânger, em 1304, Muhammad Abu Abdallah ibn Batuta perambulou por Daru'l-Islam — o mundo maometano — durante 24 anos e voltou ao Marrocos para morrer em Fez. Seu itinerário revela a imensa região pela qual se espalhava o credo de Maomé: alegou ter viajado 75.000 milhas (mais que qualquer outro homem antes da idade da máquina a vapor), ter visto Granada, o norte da África, Tombouctou, o Egito, o Oriente Próximo e o Oriente Médio, a Rússia, Ceilão e a China, e ter visitado todos os governantes muçulmanos daquele tempo. Em cada cidade, apresentava seus respeitos, primeiro aos letrados e teólogos e somente depois disso é que o fazia aos potentados. Vemos nosso próprio provincianismo refletido nele, quando dá a relação de "os sete poderosos reis do mundo", todos muçulmanos, exceto um que era chinês.[50] Descreve não somente pessoas e lugares, mas também a fauna, a flora, os minerais, a alimentação, a bebida e os preços nos vários países, o clima e a fisiografia, os hábitos e a moral, os rituais religiosos e as crenças. Fala com reverência sobre Jesus e Maria, mas sente certo prazer em notar que "todo peregrino que visita a igreja (da Ressurreição em Jerusalém) paga uma taxa aos muçulmanos".[51] Quando regressou a Fez e relatou suas experiências, a maioria dos ouvintes tachou-o de fantasista, mas o vizir ordenou a um secretário que registrasse todos os fatos ditados por Abdallah ibn Batuta. Perdeu-se o livro que ficou quase esquecido até ser descoberto durante a moderna ocupação francesa da Argélia.

Os escritores mais fecundos de "história natural", no período de 1250 a 1350, foram os muçulmanos. Maomé ad-Damiri, do Cairo, escreveu um livro de 1.500 páginas sobre zoologia. A medicina era ainda o forte dos semitas; eram numerosos os hospitais no Islã; um médico de Damasco, Ala'al-din ibn al-Nafis, fez uma exposição sobre a circulação do sangue nos pulmões 270 anos (*ca.* 1260) antes de Servet;[52] e um médico de Granada, Ibn al-Katib, atribuía a peste negra ao contágio — e aconselhava quarentena para os infeccionados — contrariando a teologia, que a atribuía à vingança divina contra os pecados dos homens. Seu tratado *A Peste* (*ca.* 1360) encerrava uma notável heresia: "Deve ser um princípio que as provas tiradas das Tradições" dos companheiros de Maomé "têm de sofrer modificações quando em manifesta contradição com a prova dos sentidos."[53]

Os eruditos e historiadores eram tão numerosos quanto os poetas. Escreviam sempre em árabe, o esperanto do Islã; e em muitos casos, fundiam os estudos e as letras com administração e atividades políticas. Abu-l-Fida, de Damasco, participou de uma dezena de campanhas militares, serviu al-Nasir como ministro no Cairo, voltou à Síria como governador de Hamah, organizou uma grande biblioteca e escreveu alguns livros que, em seu tempo, figuraram na vanguarda dos de sua classe. Seu tratado sobre geografia (*Taqwin al-Buldan*) ultrapassou, em alcance, qualquer outro trabalho europeu daquele gênero e tempo. Calculava que três quartas partes do globo eram cobertas de água e observava que um viajante ganhava ou perdia um dia ao dar a volta pelo mundo indo pelo oeste ou pelo leste. Seu famoso livro *Resumo da História da Raça Humana* foi a principal história muçulmana que se conheceu no Ocidente.

Mas o grande nome, na historiografia do século XIV, é o Abd-er-Rahman ibn Khaldun. É um homem de substância, até mesmo para os olhos dos ocidentais: experiência sólida, viajado e estadista prático e, além disso, familiarizado com as artes, literatura, ciências e filosofia de sua época, tendo encerrado quase todas as fases mu-

çulmanas de então em a *História Universal*. Nascera em Túnis (1332) e lançara ali idéias de que a cultura da África do Norte não era simples eco do Islã asiático; afirmava que ela tinha um caráter e uma vitalidade que lhe eram próprias. "Desde minha infância" — disse Ibn Khaldun em sua autobiografia — "senti verdadeira sede pelo saber e entreguei-me com grande zelo às escolas e aos seus cursos de instrução." A Peste Negra levou-lhe os pais e muitos professores, mas ele continuou a estudar até que "descobri finalmente que sabia alguma coisa"[54] — uma ilusão característica da mocidade. Aos 20 anos foi secretário do sultão de Túnis; aos 24, do sultão de Fez; aos 25, esteve encarcerado em uma prisão. Mudou-se para Granada, e foi enviado como seu embaixador junto à corte de Pedro, o Cruel, em Sevilha. Voltando para a África, tornou-se o principal ministro do príncipe Abu Abdallah, em Bougie; teve, porém, de fugir para salvar a vida quando seu amo foi deposto e assassinado. Em 1370, foi enviado pela cidade de Tlemcen a Granada, como embaixador; foi preso no caminho por um príncipe mouro, a quem serviu durante quatro anos, retirando-se depois para um castelo, nas proximidades de Oran. Ali (1377) escreveu a *Muqaddama al-Alamat*, literalmente *Introdução ao Universo*; precisando de mais livros do que podia conseguir em Orã, voltou para Túnis, mas fez ali inimigos influentes; passou então com malas e bagagens para o Cairo (1384). Sua fama como sábio já era internacional; quando fazia conferências na mesquita de el-Azhar, os estudantes aglomeravam-se em volta dele. O sultão Barquq deu-lhe uma pensão "como costumava fazer com os sábios".[55] Foi nomeado *qadi malekite* — juiz real; levou a função muito a sério; fechou as tabernas. Ridicularizaram-no, fazendo-o deixar o cargo. Mais uma vez retirou-se para a vida privada. Restaurado no posto de *qadi*, acompanhou o sultão Nasir ad-Din Faraj, em uma campanha contra Tamerlão; as forças egípcias foram derrotadas: Ibn Khaldun procurou abrigo em Damasco; Tamerlão sitiou a cidade; o historiador, agora homem idoso, chefiou uma delegação para pedir suaves condições de armistício ao invencível tártaro. Como qualquer outro autor, levou consigo um manuscrito de sua história; leu para Tamerlão a parte que lhe dizia respeito e pediu que o corrigisse onde tivesse errado. Talvez tivesse feito uma revisão das páginas *ad hoc*. O plano deu resultado; Tamerlão libertou-o; logo depois tornou-se mais uma vez o principal juiz, no Cairo. Morreu, no cargo, na idade de 74 anos (1406).

Em meio a sua agitada carreira, Ibn Khaldun escreveu um compêndio da filosofia de Averróis, tratados de lógica e matemática, o *Muqaddama*, a *História dos Berberes* e os *Povos do Oriente*. O *Muqaddama* — *Prolegômenos* — é um dos mais belos trabalhos da literatura islâmica e da filosofia da história, produção extraordinariamente "moderna" para um espírito medieval. Ibn Khaldun concebe a história como "importante ramo da filosofia",[56] e traça com ampla visão a tarefa do historiador:

> A história tem por verdadeiro objetivo fazer-nos compreender o estado social do homem, isto é, sua civilização, revelando-nos os fenômenos que naturalmente acompanharam a vida primitiva e depois o requinte das maneiras... as diversas superioridades que os povos adquirem e que criam impérios e dinastias, as diversas ocupações, profissões, ciências e artes, e, finalmente, todas as transformações que a natureza das coisas pode efetuar na natureza da sociedade.[57]

Julgando-se o primeiro a escrever dessa maneira sobre história, pede que o relevem pelos erros inevitáveis:

> Confesso que, de todos os homens, sou o menos habilitado para atravessar região tão extensa.... Peço que os homens capazes e sábios examinem meu trabalho com boa vontade, corrigindo, com indulgência, os erros que encontrarem. Isso que ofereço ao público pouco valor terá aos olhos dos letrados... mas a gente sempre poderá contar com a cortesia dos colegas.[58]

Espera que seu trabalho sirva de auxílio nos dias tenebrosos que prevê:

> Quando o mundo experimenta uma completa reviravolta, parece mudar sua natureza a fim de permitir novas criações e uma nova organização. Daí a necessidade, hoje em dia, de um historiador que possa descrever o estado do mundo, de seus países e povos e indicar as mudanças nos costumes e crenças.

Dedica-se orgulhosamente Ibn Khaldun, em algumas páginas, a apontar os erros de alguns historiadores. Em sua opinião, eles se perdiam no expor simplesmente a crônica dos acontecimentos e raramente procuravam esclarecer suas causas e efeitos. Aceitavam a lenda quase com a mesma presteza com que aceitavam os fatos, davam estatísticas exageradas, explicando muitas coisas por meio de fatores sobrenaturais. Quanto a ele mesmo, propunha basear-se inteiramente em fatores naturais para explicar os acontecimentos. Diz que vai julgar as declarações dos historiadores por meio da atual experiência da humanidade e rejeitará qualquer ocorrência que venha a ser agora declarada impossível. A experiência é que deve julgar a tradição.[60] Seu próprio método, no *Muqaddama*, tratará primeiramente da filosofia da história, depois das profissões, ocupações e ofícios, seguindo-se-lhes a história das ciências e das artes. Em outros volumes, dá a história política de várias nações, considerando-as cada uma de *per se*, sacrificando deliberadamente a unidade de tempo pela do lugar. A verdadeira matéria da história, diz Ibn Khaldun, é a civilização: como surge e como é mantida, como desenvolve as letras, as ciências e as artes e como entra em decadência.[61] Os impérios, como os indivíduos, têm uma vida e uma trajetória que lhes são próprias. Crescem, amadurecem e declinam.[62] Quais são as causas dessa seqüência?

As condições básicas dessa seqüência são geográficas. O clima exerce uma influência geral, porém, básica. O frio norte eventualmente produz, até nos povos originários do sul, pele branca, cabelos finos, olhos azuis e uma disposição sisuda; os trópicos produzem, com o tempo, pele morena, cabelos pretos, "dilatação do espírito animal", espírito leve, alegria, rápidos arrebatamentos de prazer que conduzem aos cânticos e à dança.[63] A alimentação afeta o caráter: uma pesada dieta de carnes, condimentos e cereais ocasiona pesadume de corpo e espírito, dando logo causa à morte por inanição ou infecção; uma dieta leve, como a que geralmente observam os povos do deserto, torna os corpos ágeis e sadios; o espírito claro oferece resistência às doenças.[64] Não há desigualdade inerente de capacidade entre os povos da terra; seus progressos ou retardamentos são determinados por condições geográficas, podendo ser alterados pela mudança de tais condições ou pela migração para um habitat diferente.[65]

As condições econômicas são menos poderosas que as geográficas. Ibn Khaldun divide todas as sociedades em nômades e sedentárias, segundo os meios de conseguirem elas o alimento, e atribui a maioria das guerras ao desejo de se ter melhor suprimento de alimentos. As tribos nômades cedo ou tarde acabam conquistando as comunidades

organizadas porque são obrigadas pelas condições de sua vida a manter as qualidades marciais de coragem, resistência e solidariedade. Os nômades podem destruir uma civilização, jamais porém poderão construir uma; são absorvidos, no sangue e cultura, pelos conquistados, não constituindo os nômades árabes, nisso, exceção. Quando um povo não se sente mais satisfeito com seu suprimento de alimentos, a guerra torna-se natural. É a guerra que gera e renova a autoridade política. Segue-se que a monarquia constitui a forma comum de governo que tem prevalecido durante quase toda a história.[66] A política fiscal do governo poderá formar ou destruir uma sociedade; a taxação excessiva e a interferência do governo na produção e distribuição podem destruir o estímulo, os empreendimentos e a concorrência e matar a galinha dos ovos de ouro.[67] Por outro lado, a excessiva concentração de riquezas poderá destruir uma sociedade, provocando a revolução.[68]

Existem forças morais na história. Os impérios são sustentados pela solidariedade dos povos, e a maneira melhor de consegui-la é com a adoção e prática da mesma religião. Ibn Khaldun concorda com os papas, a Inquisição e os reformadores protestantes no tocante ao valor da unanimidade na fé.

> Para conquistar, o homem tem de contar com a fidelidade de um grupo animado de um só espírito e objetivo. Tal união de corações e de vontades somente pode movimentar-se por meio da força divina e do apoio da religião.... Quando os homens se entregam de corpo e alma ao desejo de possuir os bens deste mundo, tornam-se invejosos uns dos outros e caem em desarmonia.... Mas se rejeitarem o mundo e suas vaidades em troca do amor a Deus... a inveja desaparece, e, com ela, as discórdias, e os homens se auxiliarão mútua e abnegadamente; sua união os torna mais fortes; as boas causas progridem rapidamente, culminando na formação de um grande e poderoso império.[69]

A religião não é apenas um auxílio na guerra; é também um benefício para a ordem em uma sociedade e para a paz de espírito do homem. Isso somente pode ser conseguido pela crença religiosa que se adotar sem questioná-la. Os filósofos criaram uma centena de sistemas, mas nenhum encontrou um substituto para a religião como guia e inspiração para a vida humana. "Como o homem jamais poderá compreender o mundo, é melhor aceitar a crença transmitida por um legislador iluminado, que sabe melhor do que nós o que é melhor para nós e que nos prescreveu o que devemos crer e fazer."[70] Depois desse prefácio ortodoxo, nosso historiador-filósofo passa a interpretar naturalisticamente a história.

Cada império passa por fases sucessivas. 1. A tribo nômade vitoriosa estabelece-se para gozar a conquista do terreno ou Estado. "O menos civilizado dos povos costuma fazer as conquistas mais extensivas."[71] 2. Ao se tornarem mais complexas as relações sociais, requerer-se-á uma autoridade mais centralizada para a manutenção da ordem; o chefe da tribo torna-se rei. 3. Nessa ordem estabelecida, a riqueza cresce, as cidades multiplicam-se, o ensino e a literatura desenvolvem-se, as artes encontram protetores, e a ciência e filosofia erguem altivas a cabeça. A urbanização adiantada e a riqueza com seus confortos assinalam o começo da decadência. 4. A sociedade enriquecida começa a preferir os prazeres, o luxo e o bem-estar aos empreendimentos, riscos e guerras; a religião perde seu domínio sobre a imaginação e a crença do homem; a moral decai, a pederastia desenvolve-se; as virtudes e atividades marciais declinam; alugam-se mercenários para defender a sociedade; a eles falta a febre do patriotismo

ou a fé religiosa; a riqueza pobremente defendida passa a ser cobiçada pelos milhões de famintos que pululam além das fronteiras. 5. Os ataques externos ou as intrigas no interior, ou ambos, derrubam o Estado.[72] Tal foi o ciclo de Roma, dos almorávidas e almóadas na Espanha, do Islã no Egito, Síria, Iraque e Pérsia, e "é sempre assim".[73]

Essas são algumas das milhares de idéias que tornam o *Muqaddama* o mais notável produto filosófico de seu século. Ibn Khaldun tem idéias próprias sobre quase tudo, menos sobre teologia, na qual é de opinião que é imprudência querer ser original. Conquanto tenha escrito um grande trabalho filosófico, considera a filosofia perigosa e aconselha os leitores a deixá-la em paz;[74] talvez quisesse referir-se à metafísica e teologia ao invés de à filosofia em seu sentido mais lato, numa tentativa para ver as questões humanas sob grande perspectiva. Às vezes, fala como uma velha no mercado; admite milagres, feitiçarias, "mau olhado", propriedades ocultas do alfabeto, predições através dos sonhos, vísceras ou vôo dos pássaros.[75] Contudo, admira a ciência, admite a superioridade dos gregos sobre os mulçumanos, nesse campo, e lamenta o declínio dos estudos científicos no Islam.[76] Repele a alquimia, mas confessa ter certa fé na astrologia.[77]

Devemos fazer outros descontos. Conquanto Ibn Khaldun seja tão liberal quanto o Islam, participa de muitas de suas limitações. Nos três volumes do *Muqaddama*, encontra espaço para apenas sete páginas sobre o cristianismo. Faz menção apenas casual à Grécia, Roma e à Europa medieval. Tendo escrito a história da África do Norte, do Egito muçulmano e do Próximo e Médio Orientes, acredita ter narrado "a história de todos os povos".[78] Às vezes, mostra-se lamentavelmente ignorante: julga que Aristóteles lecionava de um pórtico e Sócrates de um tonel.[79] Sua verdadeira maneira de escrever a história foge de sua introdução teórica; os volumes sobre os berberes e o Oriente representam um fatigante registro de genealogias de dinastias, intrigas palacianas e pequeninas guerras. Ao que parece, tencionava que esses volumes fossem apenas sobre história política, e ofereceu o *Muqaddama* como a história — se bem que seja mais de considerações de ordem geral — da cultura.

Para recuperarmos nosso respeito por Ibn Khaldun, precisamos apenas indagar qual obra cristã de filosofia, no século XIV, podia igualar-se aos *Prolegômenos*. Talvez alguns autores antigos tivessem palmilhado parte do terreno que ele expôs; entre sua própria gente, al-Masudi (falecido em 956), em uma obra agora perdida, discorreu sobre a influência da religião, economia, moral e ambiente no caráter e nas leis de um povo e sobre as causas da decadência política.[80] Ibn Khaldun, porém, julgava, e com certa razão, que havia criado a ciência da sociologia. Em parte alguma, na literatura antes do século XVIII, encontraremos uma filosofia da história ou um sistema de sociologia que se possa comparar em força, alcance e penetrante análise ao trabalho de Ibn Khaldun. Nosso principal filósofo contemporâneo da história julgou o *Muqaddama* "inegavelmente a maior obra de sua espécie jamais criada por qualquer cérebro em qualquer tempo ou lugar".[81] O trabalho de Herbert Spencer, *Princípios de Sociologia* (1876-96), pode ser favoravelmente comparado ao dele, mas Spencer teve muitos auxiliares. Em todo caso, podemos concordar com um ilustre historiador da ciência que disse ter sido o *Muqaddama* de Ibn Khaldun "o mais importante trabalho histórico da Idade Média".[82]

CAPÍTULO XXXI

Solimão, o Magnífico

1520-66

I. O ISLAM AFRICANO: 1200-1566

ENCERRADOS como estamos no mundo cristão, é-nos difícil compreender que, do século VIII ao século XIII, foi o Islam superior à Europa em cultura, política e poder militar. Mesmo no declínio, no século XVI, essa superioridade prevaleceu desde Délhi e além até Casablanca, de Adrianópolis a Aden e de Túnis a Tombouctou. Visitando o Sudão em 1353, Ibn Batuta encontrou ali uma louvável civilização sob a chefia de muçulmanos; Abd-er-Rhaman Sa'di, um maometano negro, haveria de escrever mais tarde interessante e inteligente história — *Tarik-es-Sudan* (*ca.* 1650) — na qual descreveria as bibliotecas particulares de 1600 volumes em Tombouctou e as maciças mesquitas, cujas ruínas atestam a glória passada.

A dinastia Marini (1195-1270) tornou Marrocos independente, desenvolveu Fez e Marrakech, tornando-as grandes cidades, cada uma com imponentes portões, grandiosas mesquitas, boas bibliotecas, colégios à sombra de colunatas e barulhentos bazares onde se podia comprar de tudo pela metade do preço. No século VIII, Fez tinha uns 125.000 habitantes, provavelmente mais que qualquer cidade da Europa, excetuando Constantinopla, Roma e Paris. Na mesquita de Karouine, sede da mais antiga universidade do Marrocos, a religião e a ciência viviam em harmonia recebendo estudantes ansiosos de toda parte do Islã africano e — em árduos cursos de três a 12 anos — preparando professores, advogados, teólogos e estadistas. Emir Yaqub II (*r.* 1269-86), governando Marrocos da cidade de Fez ou de Marrakech, foi um dos mais esclarecidos príncipes de um século progressista, um governador justo, filantropo sábio que temperava a teologia com filosofia, evitando o fanatismo e estimulando amistosas relações com os europeus. Essas duas cidades acolheram, muitos refugiados da Espanha, que levaram novo estímulo à ciência, às artes e à indústria. Ibn Batuta, que havia visto quase tudo do vasto Islã, chamava Marrocos o paraíso terrestre.

No trajeto de Fez a Oran, o viajante moderno surpreende-se ao encontrar, em Tlemcen, o que modestamente ficou de uma cidade que, no século XIII, contava com 125.000 almas. Três de suas 64 mesquitas de outrora — a Jama-el-Kebir (1136), a de Abul Hassan (1298) e a de El-Halawi (1353) — figuram entre as mais belas do mundo maometano: colunas de mármore, mosaicos complexos, brilhantes *mihrabs*, pátios com arcadas, madeira talhada e imponentes minaretes ali sobrevivem para contar o esplendor do passado já quase esquecido. Ali a dinastia de Abd-el-Wahid (1248-1337, 1359-1553) manteve durante três séculos um domínio relativamente esclarecido, protegendo cristãos e judeus, dando liberdade de religião e patrocinando as letras

e as artes. Depois que os turcos conquistaram a cidade (1553), esta perdeu a importância como centro comercial e, na decadência, mergulhou nas sombras da história.

Mais a leste, florescia Argel através de uma mistura de comércio e pirataria. Meio oculto em uma baía semicircular limitada por rochas, esse pitoresco porto que aparece coroado de fileiras de casas e palácios brancos desde o Mediterrâneo até a Casbah era o covil favorito dos corsários; mesmo nos tempos de Pompéia, os piratas daquela costa já atacavam os barcos indefesos. Depois de 1492, Argel tornou-se o refúgio dos mouros fugitivos da Espanha; muitos se reuniram às tripulações dos navios corsários e voltaram-se furiosa e vingativamente contra os barcos cristãos que podiam assaltar. Crescendo em número e audácia, os piratas dirigiam frotas tão poderosas quanto as marinhas de guerra nacionais e faziam incursões pelas costas do Mediterrâneo setentrional. A Espanha revidou os ataques com expedições que, além de protegê-la, conquistaram Oran, Argel e Trípoli (1509-10).

Em 1516, uma figura colorida de pirata entrou em cena. Os italianos chamavam-no *Barbarossa* (Barba-Roxa) por causa de sua barba vermelha; seu verdadeiro nome era Khair ed-Din Khiz. Grego, originário de Lesbos, tinha chegado juntamente com seu irmão Horush para reunir-se à tripulação de piratas. Enquanto Khair ed-Din passava a comandante da frota, Horush dirigiu um exército contra Argel, expulsou a guarnição espanhola e fez-se governador na cidade. Morreu em uma batalha (1518). Khair ed-Din, sucessor do irmão no poder, governou com energia e habilidade. Para consolidar a posição, foi a Constantinopla e ofereceu a Selim I a soberania sobre Trípoli, Tunísia e Argélia em troca de uma força turca adequada para manter sua própria autoridade como governador-vassalo daquelas regiões. Selim concordou e Solimão confirmou o acordo. Em 1533, Khair ed-Din tornou-se o herói do Islã ocidental transportando 70.000 mouros da inóspita Espanha para a África. Nomeado primeiro almirante de toda a frota turca, Barba-Roxa, com 84 navios sob seu comando, atacou sucessivamente várias cidades costeiras da Sicília e Itália, capturando milhares de cristãos para serem vendidos como escravos. Desembarcando nas proximidades de Nápoles, quase conseguiu capturar Giulia Gonzaga Colonna, considerada a mais bela mulher da Itália. Ela escapou seminua, montada em um cavalo e tendo por escolta um cavaleiro. Ao chegar ao seu destino, ordenou a morte do acompanhante por motivos que deixou fossem inferidos.

Mas Barba-Roxa almejava uma presa menos perecível que uma bela mulher. Desembarcando seus janízaros em Bizerte, marchou contra Túnis (1534). A dinastia de Nefsid havia governado essa cidade razoavelmente bem desde 1336; sob sua proteção as artes e as letras haviam florescido; mas Muley Hassan, o príncipe naquela ocasião, caíra no desagrado do povo por causa de suas crueldades. Ele fugiu à aproximação de Barba-Roxa; Túnis foi conquistada sem derramamento de sangue; a Tunísia foi anexada ao reino otomano e Barba-Roxa tornou-se senhor do Mediterrâneo.

Era mais outra crise para o mundo cristão, pois a insuperável frota turca podia, a qualquer momento, conseguir um ponto de apoio para o Islã, na bota italiana. Coisa estranha, Francisco I, na ocasião, tinha-se aliado aos turcos e o Papa Clemente VII à França. Felizmente, Clemente morreu (25 de setembro de 1534); o Papa Paulo III empenhou fundos a Carlos V para que atacasse Barba-Roxa, e Andrea Doria ofereceu toda a cooperação da frota genovesa. Na primavera de 1535, Carlos V reuniu em Cagliari, na Sardenha, 400 navios e 30.000 soldados. Atravessando o Mediterrâneo, sitiou La Goletta, um forte que dominava o Golfo de Túnis. Após um mês de luta, La Goletta

caiu e o exército imperial prosseguiu em sua marcha contra Túnis. Barba-Roxa tentou deter o avanço; foi derrotado e fugiu. Os escravos cristãos, em Túnis, romperam os grilhões e abriram os portões da cidade. Carlos V entrou sem encontrar resistência. Permitiu que os soldados a saqueassem durante dois dias, impedindo assim que se amotinassem; milhares de muçulmanos foram massacrados; a arte de muitos séculos foi destruída em questão de um ou dois dias. Os escravos cristãos exultaram de alegria ao serem libertados e os maometanos sobreviventes foram escravizados. Carlos V reempossou Muley Hassan como seu vassalo tributário, deixou guarnições em Bona e La Goletta e voltou para a Europa.

Barba-Roxa escapou para Constantinopla, onde, com fundos de Solimão, construiu uma nova frota de 200 navios. Em julho de 1537, essa força desembarcou tropas em Tarento. Mais uma vez era o mundo cristão sitiado. Formou-se uma nova "Liga Sagrada", entre Veneza, o papado e o Império, que reuniu 200 barcos ao largo da costa de Corfu. Em 27 de setembro, as armadas rivais, na entrada do Golfo de Ambrácia, empenharam-se em combate quase nas mesmas águas onde Antônio e Cleópatra haviam enfrentado Otávio em Áccio (Actium). Barba-Roxa saiu vencedor e novamente dominou os mares. Partindo para leste, conquistou sucessivamente as possessões venezianas do Egeu e da Grécia, e forçou Veneza a fazer a paz em separado.

Carlos V tentou conquistar Barba-Roxa para seus serviços por meio de presentes e pela proposta de fazê-lo rei-vassalo da África do Norte, mas Khair ed-Din preferiu a isca do Islã. Em outubro de 1541, Carlos V e Doria dirigiram uma expedição contra Argel; foi derrotada em terra pelo exército de Barba-Roxa e no mar por uma tempestade. Barba-Roxa retribuiu aquela visita devastando a Calábria e desembarcando livremente em Óstia, o porto de Roma. A grande capital tremeu em seus alicerces, mas Paulo III, naquele tempo, estava em boas relações com Francisco I, e Barba-Roxa, por cortesia para com seu aliado, ao que se alega, pagou em moeda sonante pelo que tirou em Óstia e partiu em paz.[1] Foi até Toulon, onde sua frota foi bem recebida pelos prosaicos franceses; pediu que suspendessem o repicar dos sinos das igrejas, enquanto os navios de Alá estivessem no porto, a fim de que não lhe perturbassem o sono, e seu pedido foi lei. Uniu-se a uma frota francesa para arrebatar, do imperador, Nice e Villefranche. Depois, aos 77 anos, esse triunfante corsário retirou-se do cenário da luta com todas as honras para morrer no leito aos 80 anos de idade (1546).

Bona, La Goletta e Trípoli renderam-se ao Islã, estendendo-se o Império Otomano de Argel a Bagdá. Somente uma potência muçulmana ousou desafiar sua predominância no Islã.

II. A PÉRSIA SEFÉVIDA: 1502-76

A Pérsia, que havia gozado tantos períodos de fertilidade cultural, estava agora entrando em outra época de vitalidade política e de criações artísticas. Quando o xá Ismail I fundou a dinastia sefévida (1502-1736), a Pérsia era um conglomerado confuso de pequenos reinos. O Iraque, Iazd, Samnan, Firuzkuh, Diyarbekir, Cashan, Khorasan, Kandahar, Balkh, Kuman, Azerbadjão eram estados independentes. Em uma série de campanhas cruéis, Ismail de Azerbadjão conquistou a maioria desses reinos, capturou Herat e Bagdá, e fez novamente de Tabriz a capital de um poderoso reino.

O povo acolheu essa dinastia nativa, glorificada pela união e força que dera ao país, e exprimiu sua satisfação em novo surto de arte persa.

A ascensão de Ismail à realeza constitui uma história inacreditável. Tinha três anos quando o pai morreu (1490), 13 quando partiu para conquistar um trono para si e ainda 13 quando se fez coroar xá da Pérsia. Os contemporâneos descreveram-no como sendo "valente como um galo de briga novo" e "vivo como um fauno", forte, espadaúdo, grandes bigodes e flamejantes cabelos vermelhos; manejava pesada espada com a mão esquerda e, com o arco, era outro Ulisses, derribando sete maçãs em uma fileira de 10.[2] Diziam que era "tão amável quanto uma moça", mas matou a própria mãe (ou madrasta), ordenou a execução de 300 cortesãs em Tabriz e massacrou milhares de inimigos.[3] Era tão popular que "o nome de Deus é esquecido" na Pérsia, disse um viajante italiano, "e somente o de Ismail é lembrado".[4]

A religião e a audácia foram os segredos de seu êxito. A religião na Pérsia era o xiismo — *i.e.*, "o partido" de Ali, genro de Maomé. O xiismo não reconhecia nenhum califa legítimo, mas tão-somente Ali e seus 12 descendentes diretos — "imãs" ou reis santos; e como não havia distinção entre a religião e governo no Islã, cada um de tais descendentes, nessa doutrina, tinha o direito divino de governar a Igreja e o Estado. Da mesma maneira que os cristãos acreditavam que Cristo voltaria para estabelecer Seu reino na terra, também os xiitas acreditavam que o décimo segundo *imã* — Maomé ibn Hasan — jamais tinha morrido e haveria de reaparecer algum dia para instalar seu abençoado governo sobre a terra. Assim como os protestantes condenavam os católicos por aceitar a tradição além da Bíblia, como guia para a verdadeira crença, assim também os xiitas denunciavam os sunitas — a maioria dos maometanos ortodoxos — que haviam fundado o *sunna* ou "caminho" da justiça não somente com base no Alcorão mas também na prática de Maomé, conforme havia sido transmitido nas tradições de seus companheiros e adeptos. E da mesma maneira que os protestantes haviam renunciado a fazer preces aos santos e fechado os mosteiros, também os xiitas desaprovaram os místicos sufistas e fecharam os templos dos dervixes que, à semelhança dos mosteiros da Europa, em seus primeiros tempos, tinham sido centros hospitaleiros e instituições de caridade. Os protestantes chamavam à sua fé "a religião verdadeira"; também os xiitas intitularam-se *al-Ma-minum* — "verdadeiros fiéis".[5] Nenhum fiel xiita comeria com um sunita; se a sombra de um cristão passasse sobre o prato de um xiita, este o deixaria de lado, considerando-o imundo.[6]

Ismail alegava ser descendente do sétimo imã, Safi-al-Din ("Pureza da Fé"), de quem a nova dinastia recebera o nome. Proclamando o xiismo a religião nacional e oficial do Irã e a bandeira sagrada, debaixo da qual combatia, Ismail uniu o povo em piedosa devoção contra os muçulmanos sunitas que cercavam a Pérsia — os usbeques e afeganes a leste e os árabes, turcos e egípcios a oeste. Sua estratégia foi bem-sucedida; a despeito de suas crueldades, era adorado como um santo e seus súditos confiavam tanto em seu poder divino para protegê-los que muitos recusavam usar armadura nas batalhas.[7]

Tendo conquistado esse fervoroso apoio, Ismail sentiu-se bastante forte para desafiar os vizinhos. Os usbeques que governavam a Transoxiana haviam espalhado seu domínio por Khorasan; Ismail arrebatou-lhes Herat e expulsou-os da Pérsia. Seguro a leste, voltou-se para oeste contra os atomanos. Cada fé perseguia agora as demais com grande ardor religioso. O sultão Selim, segundo fontes não muito fidedignas, mandou matar ou prender em seus domínios 40.000 xiitas antes de partir para a guerra

(1514) e o xá Ismail mandou enforcar alguns dos sunitas que formavam a maioria em Tabriz, obrigando o resto a fazer diariamente uma oração amaldiçoando os três primeiros califas como usurpadores dos direitos de Ali. Todavia, na batalha de Chaldirã, os persas acharam o xiismo indefeso ante a artilharia e os janízaros de Selim, o Feroz. Esse sultão capturou Tabriz e subjugou toda a parte norte da Mesopotâmia (1516). O exército, porém, amotinou-se. Ele se retirou e Ismail voltou para sua capital com toda a glória que costuma cobrir um rei marcial. As letras decaíram durante seu agitado reinado, mas as artes prosperaram sob sua proteção; protegeu o pintor Bihzad a quem considerava valer tanto quanto metade da pérsia.[8] Após reinar 24 anos, Ismail morreu na idade de 38 anos, deixando o trono para seu filho de 10 anos de idade apenas (1524).

O xá Tamasp I era um covarde infiel, um sibarita melancólico, um rei incompetente, um juiz austero, um patrono e praticante da arte, um piedoso xiita e o ídolo do povo. Talvez tivesse algumas virtudes secretas que ocultasse da História. Aquela devoção constante à religião perturbou e fortaleceu ao mesmo tempo o governo, pois ela dera sanção a uma dezena de guerras e manteve o Islã do Oriente Próximo e Médio dividido desde 1508 até 1638. Com isso beneficiou-se o mundo cristão, pois Solimão interrompeu seus assaltos contra o Ocidente para empreender as campanhas contra a Pérsia; "somente a Pérsia se interpõe entre nós e ruína", escreveu o embaixador de Fernando em Constantinopla.[9] Em 1533, o grão-vizir Ibrahim Paxá conduziu um exército russo contra Azerbadjão; conquistou sucessivamente várias fortalezas subornando generais persas e finalmente conquistou Tabriz e Bagdá sem desfechar um só golpe (1534). Catorze anos depois, durante um armistício com Fernando, Solimão dirigiu outro exército contra "aqueles cabeças-vermelhas velhacos". (designação que os turcos davam aos persas), tomou-lhes 31 cidades e passou depois ao ataque contra o mundo cristão. No período de 1525 e 1545, Carlos V várias vezes entrou em negociações com a Pérsia, presumivelmente para coordenar uma resistência dos cristãos e persas contra Solimão. O Ocidente rejubilou-se quando a Pérsia assumiu a ofensiva e conquistou Erzerum; mas em 1554, Solimão tornou a voltar, devastou grandes regiões da Pérsia e forçou Tamasp a fazer a paz, pela qual Bagdá e a Mesopotâmia inferior ficaram permanentemente submetidos ao domínio turco.

Mais interessantes que esses tétricos conflitos foram as viagens cheias de peripécias que Anthonv Jenkinson fez pela Transoxiana e Pérsia em busca de uma rota comercial por terra, em direção à Índia e "Catai". Nessa questão, Ivan, o Terrível, mostrou-se amável; acolheu Jenkinson em Moscou, enviou-o como seu embaixador junto aos governantes usbeques, em Bokhara, e concordou em deixar entrar mercadorias inglesas na Rússia, livros de taxas, descendo o Volga e atravessando o Mar Cáspio. Após sobreviver a uma violenta tempestade naquele mar, Jenkinson prosseguiu viagem pela Pérsia, chegando a Qasvin (1561). Ali entregou a Tamasp cartas de saudação de uma longínqua rainha que, aos persas, parecia pequena governante de um povo bárbaro. Estavam dispostos a assinar um acordo comercial, mas quando Jenkinson confessou ser cristão mandaram-no embora; "não temos necessidade de amizade com fiéis", disseram-lhe. Quando ele deixou o xá, um criado espalhou areia sobre as pegadas do cristão para que não masculassem a corte do soberano.[10]

A morte de Tamasp (1576) terminou com um dos mais longos de todos os reinados maometanos, e um dos mais desastrosos. Não se distinguiu por qualquer literatura que os persas pudessem afetuosamente cultivar em sua lembrança, a menos que cite-

mos as fascinantes memórias do expatriado Babur. A arte sefévida, conquanto seu zênite viesse a verificar-se mais tarde, já nesses dois reinados começava a produzir obras da grandeza, brilho e primor que, durante 22 séculos, assinalaram os produtos da Pérsia. Em Isfahan, o mausoléu de Harun-i-Vilaya exibia toda a *finesse* do clássico desenho persa e o melhor colorido e talhe do mosaico de faiança, ao mesmo tempo que um complexo meio-domo coroava o portal da grande mesquita de Sexta-Feira. Outra Masjid-i-Jami erguia-se nessa época, em Chiraz, mas o tempo levou-a consigo.

Em muitos casos, o delicado trabalho dos iluminadores e calígrafos sobreviveu aos monumentos arquitetônicos, justificando os cuidados dispensados aos livros, no Islã, onde eram praticamente idolatrados. Os árabes, orgulhosos de tudo, enamoravam-se de seu alfabeto — o que é, aliás, perdoável — o qual se prestava a traços sinuosos e graciosos. Os persas, principalmente, faziam dessa escrita uma arte ao adornarem os *mibrabs* e os portais de suas mesquitas, o metal de suas armas, a argila de seus vasos, a textura de seus tapetes bem como ao transmitirem suas Escrituras e poesias em manuscritos que muitas gerações iriam manusear para deleite dos olhos e do espírito. O *Nastaliq* ou escrita inclinada que havia florescido no reinado dos timuridas em Tabriz, Herat e Samarcanda, voltou a ser adotado em Tabriz sob o reinado dos sefévidas e com eles seguiu para o Isfahan. Assim como a mesquita reunia uma dezena de artes, também o livro reunia poetas, calígrafos, miniaturas e encadernadores, empregando-os para colaborarem em uma obra delicada e devota.

A arte da iluminuta continuou a florescer em Bokhara, Herat, Chiraz e Tabriz. O Museu de Belas-Artes de Boston tem um soberbo manuscrito do *Shab-nama,* de Firdusi, assinado por Arraji Muhammad al-Qawam, de Chiraz (1552); o Museu de Cleveland tem outro iluminado por Mushid-al-Kiatib (1538) e o Museu Metropolitano de Arte de Nova York tem um dos mais belos exemplos da iluminura e caligrafia de Tabriz, na página do título de um exemplar (1525) do *Khamsu*, de Nizami. O centro da iluminura maometana passou-se para Tabriz quando Bihzad a escolheu para sua residência (ca. 1510). Durante a campanha de Chaldiran, o xá Ismail ocultou Bihzad e o calígrafo Mahmud Nichapuri em uma caverna como se fossem seus bens mais preciosos.[11] Aqa Mirak, discípulo de Bihzad, pintou em Tabriz uma das obras-primas da miniatura daquele período, o *Cósroes e Cbirin Entronizados* (1539), atualmente no Museu Britânico. Mirak, por sua vez, ensinou essa arte ao sultão (príncipe) Muhammad Nur. Filho de rica família, Muhammad ignorou o fato de que dispunha dos meios para ser um inútil; tornou-se a "pérola sem preço" da corte do xá Tamasp, pois ultrapassou todos os seus contemporâneos em caligrafia e iluminura e no desenho de capaz de livros e tapetes. No período de 1539 a 1543, copiou e ilustrou o *Kbamsu*, de Nizami; uma magnífica página, existente no Museu Britânico, mostra o rei Cósroes, montado em um cavalo vermelho-claro, espreitando através de folhagens verdes, castanhas e douradas, a Chirin, que se banhava seminua, em um lago de prata. De cores ainda mais brilhantes é a pintura do Profeta atravessando o espaço em seu cavalo alado Buraf para visitar o céu e o inferno. As figuras encarnam a graça, mas deliberada e religiosamente sem características individualizadas; o artista preocupava-se mais com a decoração do que com a reprodução; dava mais valor à beleza do que à verdade; a primeira é subjetiva e, às vezes, pode ser alcançada, ao passo que a segunda é objetiva e escapa sempre. Naquelas miniaturas, a iluminura persa atingiu o ápice da elegância.

Os mesmos doces cuidados e dedicados desenhos foram dispensados aos tapetes e

fazendas. Não sobreviveu fazenda alguma daqueles reinados, mas as minuaturas descrevem-nas. Os desenhistas e artesãos sefévidas mantiveram sua superioridade na feitura de tapetes. Estes pareciam ser elemento essencial da civilização no Islã. O muçulmano sentava-se e comia não em cadeiras mas no assoalho ou piso coberto com um tapete. Era num "tapete de orações" especial, que geralmente trazia símbolos religiosos e um texto do Alcorão, que ele se prostrava em suas devoções. Tapetes, eram presentes favoritos para amigos, reis e mesquitas; o xá Tamasp enviou a Selim II, por ocasião da ascensão deste último ao trono como sultão otomano (1566), 20 tapetes grandes e pequenos, de seda e ouro. A característica dominante dos desenhos classifica-os como sendo de estilos baseados em jardins, flores, caçadas, losangos e medalhões; mas em volta dessas formas básicas havia um sem-número de arabescos, configurações de nuvens chinesas, símbolos com significação secreta para os iniciados, animais que acrescentavam vida ao padrão, plantas e flores que davam ao tecido uma espécie de fragrância e uma tonalidade alegre. A verdade é que em toda essa complexidade, via-se uma lógica artística, mas perfeita harmonia de linhas mais intricadas que os madrigais de Palestrina, mais graciosas que os cabelos de *lady* Godiva.

Existem ainda alguns tapetes persas famosos dessa primeira metade do século XVI. Um é o tapete de medalhão com 30.000.000 de nós em lã em uma urdidura de seda (380 por polegada quadrada); durante séculos esteve numa mesquita, em Ardabil, e encontra-se agora dividido entre o Museu Vitória e Alberto, em Londres, e o Museu do Condado, em Los Angeles. Em um cartucho de uma extremidade vê-se um verso de Hafiz e abaixo dele estas palavras altivas: "Trabalho do escravo... Maqsud de Khashan, no ano 946" depois da hégira — *i.e.*, 1539 a.D.[12] Também neste museu de Los Angeles encontra-se o imenso Tapete da Coroação, usado por ocasião da coroação de Eduardo VII, em 1901. O Museu Poldi-Pezzoli, em Milão, antes de ter sido destruído, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, contava, entre seus maiores tesouros, um tapete com motivos de caçada de Ghiyath ad-Din Jami de Yazd, o Bihzad do desenho em tapetes. O Tapete Duque de Anhalt, da Coleção Duveen, ganhou renome internacional pelo seu fundo amarelo-dourado e pelos sedutores arabescos em cores carmesim, rosa e azul-turquesa. Os tapetes e os livros figuram, entre os inquestionáveis títulos da Pérsia sefévida, no altar da lembrança da humanidade.

III. SOLIMÃO E O OCIDENTE

Solimão foi o sucessor de seu pai Selim I, em 1520, com a idade de 26 anos. Tinha granjeado renome pela coragem na guerra, generosidade na amizade e eficiente administração das províncias turcas. Seus traços finos e maneiras graciosas proporcionaram-lhe boa acolhida em uma Constantinopla cansada de Selim, o Feroz. Um italiano que viu Solimão logo depois de sua ascensão ao trono descreveu-o como alto, resistente e forte, o pescoço muito comprido, o nariz demasiado curvo, a barba e o bigode finos, a tez pálida e delicada, e as feições graves e serenas; parecia mais um estudante do que um sultão.[13] Oito anos depois, outro italiano descreveu-o dizendo que era "de palidez mortal... melancólico, muito dado a mulheres, liberal, orgulhoso, impetuoso e, às vezes, muito delicado também". Ghislain de Busbeq, embaixador dos Habsburgo junto à Porta, escreveu, quase entusiasmado pelo mais persistente inimigo dos Habsburgo, o seguinte:

> Teve sempre a peculiaridade de ser homem cauteloso e moderado; mesmo em seus primeiros tempos, quando, segundo os preceitos turcos, o pecado teria sido venial, sua vida foi irrepreensível, pois mesmo na mocidade não abusava do vinho nem cometia esses crimes antinaturais tão comuns entre os turcos; nem mesmo aqueles que estavam dispostos a interpretar da maneira mais desfavorável os atos de Solimão podiam imputar-lhe algo pior que o excessivo amor à esposa... É fato muito conhecido que, depois que a fez sua legítima esposa, foi-lhe inteiramente fiel, embora nada houvesse nas leis que o impedisse de ter também amantes.[14]

Esta descrição é digna de nota, mas muito lisonjeira. Solimão foi inegavelmente o maior e o mais nobre dos sultões otomanos e rivalizou com qualquer governante de seu tempo em capacidade, sabedoria e caráter; mas não deixamos de encontrá-lo, de quando em vez, culpado de crueldades, inveja e vingança. Procuremos, porém, a título de uma experiência em perspectiva, examinar desapaixonadamente seu conflito com o mundo cristão.

Os debates militares entre o mundo cristão e o Islã já vinham de 900 anos. Começaram quando os árabes muçulmanos arrancaram a Síria ao Império Bizantino (634). Prosseguiram através da conquista desse império pelos sarracenos de ano a ano e da conquista da Espanha pelos mouros. O mundo cristão revidou com as Cruzadas, nas quais ambas as partes encobriram com frases e fervor religiosos seus objetivos econômicos e crimes políticos. O Islã vingou-se conquistando Constantinopla e os Bálcãs. A Espanha expulsou os mouros. Sucessivos papas apelaram para novas cruzadas contra os turcos; Selim I jurou construir uma mesquita em Roma; Francisco I propôs às potências ocidentais (1516) que se devia destruir completamente o Estado turco e dividir suas possessões entre eles como despojos de infiéis.[15] Esse plano frustrou-se em virtude da guerra religiosa que dividiu a Alemanha, da revolta das comunas espanholas contra Carlos V e do segundo pensamento do próprio Francisco I em procurar o auxílio de Solimão contra Carlos V. Solimão talvez tivesse sido salvo por Lutero, pois muito lhe devia o luteranismo.

Todo governo se esforça por estender suas fronteiras, em parte para aumentar seus recursos e rendas, em parte para criar um terreno adicional de proteção entre suas fronteiras e sua capital. Solimão supunha que a melhor defesa era o ataque. Em 1521, conquistou as fortalezas húngaras de Szabacs e Belgrado; depois, sentindo-se seguro no Ocidente, voltou suas forças contra Rodes. Ali, os cristãos, comandados pelos Cavaleiros de São João, mantinham uma cidadela bastante fortificada dominando diretamente as rotas que iam de Constantinopla a Alexandria e Síria; parecia a Solimão um perigoso baluarte alienígena em um mar, aliás, turco; de fato, os navios-piratas dos Cavaleiros assaltavam o comércio[16] muçulmano em uma extremidade do Mediterrâneo enquanto os piratas muçulmanos da Argélia assaltavam o comércio cristão em outra. Os muçulmanos, quando caíam em poder dos Cavaleiros, eram geralmente mortos.[17] Navios que transportavam peregrinos a Meca eram interceptados sob suspeita de que tinham objetivos hostis. "Dadas todas aquelas circunstâncias" — afirmou um historiador cristão — "Solimão não precisava de justificativa para atacar Rodes";[18] e um ilustre historiador inglês acrescentou: "Era no interesse da ordem pública que a ilha devia ser anexada ao reino turco".[19]

Solimão atacou Rodes com 300 navios e 200.000 homens. Os defensores, dirigidos pelo idoso grão-mestre Philippe de Villiers de L'Île-Adam, combateram os atacantes durante 145 dias, rendendo-se finalmente mediante condições honrosas: os Cavalei-

ros e seus soldados deixariam a ilha, com as vidas garantidas, mas teriam de fazê-lo em 10 dias; o restante da população teria plena liberdade em matéria de religião e ficaria isenta de tributações durante cinco anos. No dia de Natal, Solimão pediu para visitar o Grão-Mestre; manifestou seu pesar, elogiou-lhe a valente defesa e deu-lhe valiosos presentes, tendo observado ao vizir Ibrahim que "causava-lhe grande mágoa ser obrigado a forçar aquele cristão, em idade avançada, a abandonar sua morada e pertences".[20] No dia 1º de janeiro de 1523 os Cavaleiros partiram para a ilha de Creta, donde, oito anos depois, passaram para Malta, que lhes ofereceu morada mais permanente. O sultão manchou a vitória ao condenar à morte o filho e os netos do príncipe Djem por se terem tornado cristãos e poderem assim ser usados, conforme o fora Djem, como pretendentes ao trono otomano.

Em princípios de 1525, Solimão recebeu uma carta de Francisco I, na ocasião prisioneiro de Carlos V, pedindo-lhe que atacasse a Hungria e fosse salvá-lo. O sultão respondeu: "Nossos cavalos estão selados e estamos com a espada à cinta".[21] Ele tinha, entretanto, decidido, há muito tempo, invadir a Hungria. Pôs-se a caminho em abril de 1526 com 100.000 soldados e 300 canhões. O Papa Clemente VII aconselhou os soberanos cristãos a irem em auxílio do Estado ameaçado; Lutero aconselhou os príncipes protestanes a ficarem em casa, pois os turcos representavam evidentemente uma visita divina, e resistir-lhes seria resistir a Deus.[22] Carlos V permaneceu na Espanha. O conseqüente desbaratamento das forças húngaras em Mohács foi uma derrota moral e, ao mesmo tempo, física para o mundo cristão. A Hungria poderia ter-se refeito do desastre se os católicos, os protestantes, o imperador e o papa tivessem trabalhado juntos; rejubilaram-se os chefes luteranos com a vitória dos turcos e o exército do imperador saqueou Roma.

Em 1529, Solimão voltou e sitiou Viena com 200.000 homens; da ponta da torre do templo de Santo Estêvão, o conde Nicolau von Salm, a quem Fernando confiara a defesa, pôde ver as planícies e morros adjacentes escurecidos com as barracas, soldados e armamentos dos otomanos. Dessa vez Lutero convocou seus adeptos a tomarem parte na resistência, pois era evidente que, se Viena caísse, a Alemanha seria o próximo objetivo do ataque dos turcos. Correram notícias pela Europa de que Solimão havia jurado submeter todo o continente a uma só religião verdadeira — o islamismo.[23] Sapadores turcos cavaram sucessivamente vários túneis na esperança de destruir as muralhas e efetuar explosões dentro da cidade, mas os defensores colocaram vasilhas de água nos pontos perigosos e mantiveram-se vigilantes, esperando qualquer movimento que indicasse operações subterrâneas. Veio o inverno, e a longa linha de comunicações do Sultão não pôde manter os abastecimentos. Em 14 de outubro, ele apelou para um último e decisivo esforço, prometendo grandes recompensas; mas o espírito e a carne não se mostraram muito animados; o ataque foi rechaçado com grandes perdas para Solimão, o qual ordenou, aborrecido, a retirada. Foi a sua primeira derrota; reteve, contudo, metade da Hungria e levou para Constantinopla a coroa real de Santo Estêvão. Explicou ao povo que voltava sem vitória porque Fernando (que se mantivera a salvo no cerco, em Praga) recusara-se a lutar. Prometeu que logo ia perseguir o próprio Carlos V, que ousava intitular-se imperador, e iria arrancar-lhe o domínio do Ocidente.

O Ocidente levou-o bastante a sério. Roma foi tomada do pânico; Clemente VII, por uma vez na vida resoluto, tributou até os cardeais para levantar fundos a fim de fortificar Ancona e outros portos através dos quais os otomanos pudessem entrar na

Itália. Em abril de 1532, Solimão marchou mais uma vez em direção ao oeste. A partida da capital constituiu espetáculo bem encenado: 120 canhões abriam marcha; seguiam-se-lhes oito mil janízaros, os melhores soldados do reino; mil camelos transportavam provisões; dois mil cavaleiros de linha protegiam o estandarte sagrado — a águia do Profeta; milhares de jovens cristãos cativos, vestidos com roupas douradas, com chapéus vermelhos de plumas na cabeça, exibiam lanças com inocente bravura; o próprio séquito do sultão era formado de homens de estatura gigantesca e belas feições; entre eles, em um cavalo castanho, ia o próprio Solimão, envergando um manto de veludo vermelho bordado a ouro, com turbante branco cravejado de pedras preciosas, e, atrás dele, marchava o exército num total de 200.000 homens. Quem pôderia resistir a tal esplendor e força? Somente os elementos e o espaço.

Para enfrentar essa avalancha, Carlos V, depois de muito pedir, recebeu autorização da Dieta imperial para recrutar 40.000 infantes e oito mil cavaleiros; ele mesmo e Fernando forneceram 30.000 soldados adicionais. Com esses 78.000 homens reunidos em Viena, aguardaram o cerco. Mas o sultão ficou detido por algum tempo em Güns. Era uma pequena cidade, bem fortificada, guarnecida apenas por 700 soldados. Durante três semanas, resistiram a todas as tentativas dos turcos de romper as muralhas; 11 vezes foram rompidas e 11 vezes os defensores bloquearam a abertura com ferro e fogo em meio a uma luta desesperada. Por fim, Solimão enviou um salvo-conduto e reféns ao comandante, Nicolau Jurischitz, convidando-o para uma conferência. Ele aceitou o convite, tendo sido recebido com honrarias pelo grão-vizir, o qual elogiou-lhe a coragem e o comando. O sultão presenteou-o com um manto honorífico, garantiu-o contra novos ataques e enviou-o de volta à sua cidadela sob imponente escolta de oficiais turcos. Aquela invencível avalancha, derrotada por 700 homens, rumou então para Viena.

Mas ali também Solimão perdeu a presa. Carlos V não queria sair a campo para lutar; teria sido loucura renunciar às vantagens que lhe ofereciam as defesas e arriscar uma luta em campo aberto. Solimão calculou que se não tinha conquistado Viena que era defendida por 20.000 homens, sem a presença de um imperador ou rei, dificilmente iria conseguir resultado melhor contra 78.000, animados por um jovem monarca que havia declarado, publicamente, que, de bom grado, acolheria a morte naquela luta como o mais nobre fim que um cristão poderia desejar neste mundo. Solimão desistiu do ataque e, voltando, devastou a Estíria e a Áustria inferior, levando consigo, como prisioneiros, alguns elementos extraviados para dar certo valor à sua retirada. Não o teria confortado se ouvisse que, enquanto marchava de um lado para outro, inutilmente, pela Hungria, Andrea Doria havia perseguido a esquadra turca, obrigando-a a ocultar-se algures, e conquistara Patras e Koroni, na costa do Peloponeso.

Quando Fernando enviou um emissário a Constantinopla para conseguir a paz, Solimão acolheu-o satisfeito; disse que a concederia "não por sete anos, nem por 25 anos, nem por 100 anos, mas por dois ou três séculos, na verdade, para sempre — se o próprio Fernando não a rompesse", sendo que trataria este último como a um filho.[24] Exigiu, entretranto, um pesado preço: Fernando devia enviar-lhe as chaves da cidade de Grau em sinal de submissão e homenagem. Fernando e Carlos V estavam tão ansiosos por libertar os cristãos das armas de Solimão que se prontificaram a fazer concessões aos turcos. Fernando enviou-lhe as chaves, chamou-se a si mesmo filho de Solimão e reconheceu a soberania deste último sobre a maior parte da Hungria (22 de

junho de 1533). Não foi feita a paz com Carlos V. Solimão reconquistou Patras e Koroni e sonhou dominar Viena e Tabriz.

Conquistou de fato Tabriz e voltou-se novamente para o Ocidente (1536). Pondo de lado a teologia, concordou em cooperar com Francisco I em outra campanha contra Carlos V. Ofereceu as condições mais benévolas ao rei: a paz somente seria feita com Carlos V se este entregasse Gênova, Milão e Flandres à França; os mercadores franceses teriam permissão de navegar, comprar e vender mercadorias em todo o Império Otomano em igualdade de condições com os turcos; os cônsules franceses, nesse reino, teriam jurisdição civil e criminal sobre todos os súditos franceses, os quais deviam gozar de completa liberdade religiosa.[25] Assinadas, essas "capitulações" tornaram-se o modelo dos tratados posteriores que as potências cristãs fizeram com os Estados orientais.

Carlos V replicou com a formação de uma aliança entre o Império, Veneza e o papado. Fernando associou-se a ela; foi, no entanto, curta. Veneza recebeu todo o peso do ataque turco, perdeu suas possessões no mar Egeu e na costa da Dalmácia e acabou assinando uma paz em separado (1540). Um ano depois, o títere de Solimão, em Buda, morria, e o sultão fez da Hungria uma província otomana.

Fernando mandou então um emissário à Turquia pedir a paz e outro à Pérsia, instando junto ao xá que atacasse os turcos. Solimão marchou contra o Ocidente (1543), capturou Grau e Stuhlweissenburg e incorporou mais uma parte da Hungria ao paxalato de Buda. Em 1547, às voltas com a Pérsia, concedeu ao Ocidente um armistício de cinco anos. Ambas as partes o violaram. O Papa Paulo IV apelou aos turcos para que atacassem Filipe II, que era mais papal que os próprios papas.[26] A morte de Francisco e Carlos deixou Fernando mais livre para chegar a um entendimento. Na Paz de Praga (1562), reconheceu a soberania de Solimão sobre a Hungria e a Moldávia, garantiu-lhe um tributo anual de 30.000 ducados e concordou em pagar-lhe 90.000 ducados de importâncias atrasadas.

Dois anos depois seguia o irmão. Solimão havia sobrevivido a todos os seus maiores inimigos e a muitos papas. Era o senhor do Egito, da África do Norte, da Ásia Menor, da Palestina, da Síria, dos Bálcãs e da Hungria. A esquadra turca dominava o Mediterrâneo; o exército turco havia demonstrado suas façanhas a leste e a oeste, e o governo turco havia-se revelado tão competente em administração estatal e diplomacia quanto todos os seus rivais. Os cristãos tinham perdido Rodes, o Mar Egeu, a Hungria e haviam assinado uma paz humilhante. Os otomanos eram agora a potência mais forte da Europa e da África, talvez do mundo.

IV. A CIVILIZAÇÃO OTOMANA

1. *Governo*

Eram os turcos civilizados? Naturalmente que sim; a idéia de que eram bárbaros, em comparação aos cristãos, é destituída de base. Seus métodos agrícolas e ciência, eram, pelo menos, tão bons quanto os do Ocidente. As terras eram cultivadas por locatários dos chefes feudais que, em cada geração, tinham de fazer jus às propriedades servindo satisfatoriamente ao sultão na administração e na guerra. Exceto em têxteis, cerâmicas e talvez em armas e armaduras, a indústria não havia ainda desenvolvido um sistema fabril como acontecera em Florença e Flandres; contudo, os artífices tur-

cos eram célebres pela excelência de seus produtos, e a ausência do capitalismo não era lamentada pelos ricos nem pelos pobres. Os negociantes não haviam atingido, no Islã do século XVI, a influência política ou a posição social que, naquela época, lhes eram concedidas na Europa Ocidental. O comércio entre os turcos era digno de nota devido a sua relativa honestidade, mas entre turcos e cristãos não oferecia seguranças. O comércio exterior ficava geralmente a cargo de estrangeiros. As caravanas muçulmanas deslocavam-se pacientemente pelas antigas rotas medievais, em terra, rumo à Ásia e África, chegando mesmo a atravessar o Saara; caravançarás, muitos deles estabelecidos por Solimão, ofereciam pousadas ao longo do caminho aos mercadores e viajantes. Até o ano de 1500, navios muçulmanos controlavam as rotas marítimas desde Constantinopla e Alexandria, e através do Mar Vermelho, até à Índia e Índias Orientais, onde se trocavam mercadorias com as que vinham transportadas em juncos chineses. Depois da abertura da rota das Índias aos mercadores portugueses, com a viagem de Vasco da Gama, e das vitórias de Albuquerque, os muçulmanos perderam controle do Oceano Índico, entrando o Egito, a Síria, a Pérsia e Veneza em decadência comercial.

O turco era homem da terra e do mar e cuidava menos de religião do que a maioria dos outros maometanos. Contudo, reverenciava os místicos, dervixes e santos, recebia as leis do Alcorão e a instrução das mesquitas. Como os judeus, abstinha-se de ídolos em seu culto e considerava os cristãos idólatras politeístas. A Igreja e o Estado eram uma só unidade: o Alcorão e as tradições constituíam as leis básicas, e a mesma associação de doutores das leis que interpretavam o Livro Sagrado fornecia os professores, advogados, juízes e juristas do reino. Foram tais doutores que, nos reinados de Maomé II e Solimão I, compilaram os definitivos códigos das leis otomanas.

Chefiava a associação o mufti ou *sheik ul-Islam*, o mais alto magistrado no país depois do sultão e do grão-vizir. Como os sultões tinham de morrer, ao passo que a associação gozava de permanência coletiva, os advogados-teólogos eram os governantes da vida cotidiana no Islã. Pelo fato de interpretarem o presente nos termos das leis passadas, sua influência era fortemente conservadora, tendo contribuído para estagnar a civilização muçulmana depois da morte de Solimão. O fatalismo — sorte ou *qismet* dos turcos — sustentava esse conservantismo: como o destino de todas as almas havia sido predeterminado por Alá, o rebelar-se contra a própria sorte constituía impiedade além de tolice; todas as coisas, particularmente a morte, estavam nas mãos de Alá e deviam ser aceitas sem protestos. Uma vez ou outra, um livre-pensador manifestava-se com demasiada franqueza; muito raramente era condenado à morte. Mas em geral a associação permitia muita liberdade de pensamento. Não havia inquisição na Turquia islâmica.

Cristãos e judeus gozaram, até certo ponto, de muita liberdade religiosa com os otomanos e tinham permissão de governar-se a si mesmos, de conformidade com suas próprias leis, em questões que não envolvessem muçulmanos.[27] Maomé II favoreceu deliberadamente a Igreja Ortodoxa Grega porque a mútua desconfiança dos católicos gregos e romanos convinha aos turcos por ocasião das lutas das cruzadas. Embora os cristãos prosperassem sob o domínio dos sultões, sofriam de sérias desvantagens. Na verdade, juridicamente eram escravos, mas podiam dar um fim a essa situação aceitando o maometismo, o que, aliás, foi feito por milhões deles. Os que rejeitavam o islamismo eram excluídos do exército, pois as guerras dos muçulmanos eram, ostensivamente, guerras santas para conversão dos infiéis. Esses cristãos ficavam sujeitos a uma

taxa especial ao invés de prestarem serviço militar; geralmente eram sitiantes que pagavam uma décima parte da produção ao proprietário das terras e tinham de entregar um filho, de cada 10 que tivessem, para ser educado como muçulmano a serviço do sultão.

O sultão, o exército e os ulemás formavam o Estado. Ao chamado do sultão, cada chefe feudal acorria com seus recrutas para formar o *sipahis* — cavalaria — que, no tempo de Solimão, atingiu o total de 130.000 homens, uma cifra notável. O embaixador de Fernando invejava o esplendor de seus equipamentos: roupas de brocado e seda escarlate, amarelo-brilhante ou azul-escuro; arreios resplendentes de ouro, prata e jóias preciosas nos mais belos cavalos que Busbeq até então tinha visto. Uma infantaria de elite era formada de cativos ou de filhos de cristãos que haviam sido educados para servir o sultão no palácio, na administração e, sobretudo, no exército, onde eram chamados *yeni cheri* (novos soldados), que o Ocidente deturpou para janízaros. Murad I havia criado esse corpo especial (*ca.* 1360), talvez com o propósito de libertar sua população cristã de uma mocidade potencialmente perigosa. Não eram numerosos — uns 20.000, sob a chefia de Solimão. Eram esplendidamente treinados na arte da guerra, proibidos de se casarem ou de se empenharem em atividades econômicas; eram doutrinados com orgulho e ardor marcial na fé maometana e mostravam-se tão valentes na guerra quanto inquietos e descontentes na paz. Seguia esses valorosos soldados uma milícia de uns 100.000 homens, cuja ordem e espírito eram mantidos pelos *sipahis* e janízaros. O arco, a flecha e a lança constituíam ainda as armas favoritas; as armas de fogo começavam a entrar em uso; ao se aproximarem do inimigo, manejavam a clava e o espadim. O exército e a ciência militar de Solimão eram os melhores do mundo, naquele tempo; nenhum outro exército igualava o seu no emprego da artilharia, nos trabalhos de sapa, em engenharia, em disciplina e moral, no cuidado pela saúde dos soldados e no abastecimento de grande número de homens através de grandes distâncias. Mas, esses meios eram demasiado excelentes para servir um fim; o exército tornou-se um fim em si mesmo; para ser mantido em condições e bem controlado precisava haver guerras; depois de Solimão, o exército — principalmente os janízaros — tornou-se o senhor dos sultões.

Os conscritos e os filhos convertidos dos cristãos formavam a maior parte dos elementos administrativos do governo central dos turcos. Podia-se imaginar que um sultão muçulmano temesse ver-se rodeado de homens que, à semelhança de Scanderbeg, aspirassem ardentemente à religião dos pais; ao contrário, Solimão preferia esses convertidos porque podiam ser preparados desde a infância para funções específicas da administração. Sem dúvida a burocracia do Estado otomano era a mais eficiente, em existência na primeira metade do século XVI,[28] se bem que fosse notoriamente sujeita a subornos. O Diwan — Divã — à feição de um governo ocidental, reunia os chefes da administração, geralmente sob a presidência do grão-vizir. Era mais consultivo do que legislativo, mas suas recomendações costumavam tornar-se leis por um *kanun* — decreto expedido pelo sultão. O judiciário era exercido por *qadis* (juízes) e *mullahs* (juízes superiores) do ulemá. Um observador francês notou que os tribunais eram diligentes e expeditos nos julgamentos e veredictos;[29] um grande historiador inglês acreditava que "no governo dos primeiros otomanos, a distribuição da justiça era melhor na Turquia do que em qualquer país europeu; os súditos maometanos dos sultões eram mais ordeiros que a maioria dos cristãos, e os crimes, mais raros".[30] As ruas de Constantinopla eram policiadas por janízaros e "provavelmente mais livres de

crimes do que qualquer outra capital da Europa".[31] As regiões que caíram sob o domínio muçulmano — Rodes, a Grécia e os Bálcãs — preferiram-no à sua situação anterior sob a administração dos Cavaleiros, bizantinos ou venezianos. A própria Hungria julgou-se em melhor situação sob o domínio de Solimão do que sob o reinado dos Habsburgo.[32]

A maioria dos escritórios da administração do governo central ficava localizada no *serai*; alojamentos imperiais; não era um palácio, mas um conjunto de edifícios, jardins e pátios, que abrigava o sultão, seu harém, servos, ajudantes e 80.000 burocratas. Nesse conjunto cercado de muros com perímetro de três milhas, entrava-se por um único portão, bem ornamentado, a que os franceses deram o nome de *Sublime Porte* (Porta Sublime) — expressão que, por um capricho de linguagem passou a significar o próprio governo otomano. Logo abaixo do sultão, nessa organização centralizada, vinha o grão-vizir. Vizir origina-se da palavra árabe *wazir* — carregador de fardos. Era muita a carga que lhe pesava sobre os ombros, pois era chefe do Divã, da burocracia, do judiciário, do exército e do corpo diplomático. Dirigia as relações exteriores, fazia as mais importantes nomeações e desempenhava o mais cerimonioso dos papéis nos mais cerimoniosos governos europeus. As obrigações mais pesadas consistiam em agradar o sultão em todas essas questões, pois o vizir era geralmente um ex-cristão, tecnicamente um escravo, e podia ser executado sem julgamento, a uma simples ordem do seu senhor. Solimão demonstrou seu próprio bom julgamento escolhendo vizires que contribuíram bastante para seus êxitos. Ibrahim Paxá (*i.e.*, Abraão, o Governador) era um grego que havia sido capturado pelos corsários muçulmanos e levado para Solimão como um escravo promissor. O sultão achou-o tão competente que lhe foi dando cada vez mais poderes; pagava-lhe 60.000 ducados ($1,500,000?) por ano; deu-lhe uma irmã em casamento, fazia regularmente as refeições com ele e tinha prazer em palestrar com ele, ouvir suas músicas e discorrer sobre seus conhecimentos de línguas, da literatura e do mundo. Declarou Solimão, à maneira floreada do Oriente, que "tudo que Ibrahim Paxá diz deve ser considerado como pérolas que procedem de minha própria boca".[33] Foi uma das grandes amizades da história, quase na tradição da Grécia clássica.

Mas Ibrahim carecia de uma virtude — dissimular externamente com a modéstia o seu orgulho interior. Tinha muitas razões de sentir-se orgulhoso: foi ele quem deu ao governo turco a sua mais alta eficiência; foi sua diplomacia que dividiu o Ocidente, ao arranjar a aliança com a França; foi ele, enquanto Solimão marchava contra a Hungria, quem pacificou a Ásia Menor, a Síria e o Egito, acabando com os abusos e tratando a todos com justiça e afabilidade. Mas tinha também razões para ser circunspecto; era ainda um escravo, e quanto mais alto levantasse a cabeça, mais fino ficava o fio do qual pendia a espada real erguida sobre ela. Encolerizou o exército proibindo-o de saquear Tabriz e Bagdá e tentando impedir que saqueasse Buda. Na pilhagem, salvou parte da biblioteca de Matias Corvino e três estátuas de bronze de Hermes, Apolo e Ártemis, as quais colocou diante de seu palácio em Constantinopla de modo que até mesmo seu liberal amo se sentiu perturbado com esse desprezo pelo mandamento semítico que condenava os ídolos. Rumores acusavam-no de deprezar o Alcorão. Às vezes, dava festas que ultrapassavam as de Solimão em magnificência e custo. Membros do Divã acusaram-no de falar como se exercesse domínio sobre o sultão. Roxelana, a favorita do harém, ressentia-se da influência de Ibrahim e todos os dias, com persistência feminina, intrigava-o junto ao sultão com suas suspeitas e queixas.

Este acabou acreditando em suas intrigas. Em 31 de março de 1536, Ibrahim foi encontrado estrangulado no leito, presumivelmente em conseqüência de uma ordem do sultão. Foi um ato bárbaro tanto quanto a morte de Servet e Berquin na fogueira.

Mais bárbaro ainda foi a lei do fratricídio imperial. Maomé II citara-a francamente em seu *Livro de Leis*: "A maioria dos legisladores declarou que aqueles de meus filhos que ascenderem ao trono terão o direito de executar os irmãos a fim de assegurar a paz do mundo; deverão agir de acordo com isso";[34] isto é, aquele conquistador calmamente condenava à morte toda a sua progênie real com exceção do filho primogênito. Representava outro descrédito para o sistema otomano o fato de a propriedade de uma pessoa condenada à morte reverter a favor do sultão, o qual se sentia, pois, sempre atraído a melhorar suas finanças fechando os ouvidos aos apelos; acrescentaríamos que Solimão resistia a essa tentação. Contrapondo-se a tais males da autocracia, podemos reconhecer no governo otomano uma democracia indireta: a estrada que conduzia a todas as posições, exceto à de sultão, estava aberta a todos os muçulmanos, até mesmo a todos os cristãos que se tivessem convertido. O êxito dos primeiros sultões, entretanto, talvez tivesse demonstrado uma capacidade hereditária da aristocracia, pois em parte alguma, nos governos contemporâneos, se manteve, durante tanto tempo, uma média tão alta de competência como no trono turco.

2. *Moral*

A diversidade de costumes entre os otomanos e cristãos ilustrava flagrantemente as variações geográficas e temporais dos códigos morais. A poligamia reinava tranqüilamente onde a cristandade bizantina havia exigido tão recentemente a monogamia formal; as mulheres ocultavam-se em serralhos, ou por trás dos véus, onde outrora haviam subido ao trono dos césares; e Solimão atendia diligentemente às necessidades de seu harém sem nenhum dos tormentos de consciência que podiam talvez ter perturbado ou marcado as escapadas sexuais de Francisco I, Carlos V, Henrique VIII e Alexandre VI. A civilização turca, como a da Grécia antiga, mantinha a mulher em plano secundário e permitia considerável liberdade para desvios sexuais. Florescia a homossexualidade otomana onde "a amizade grega" havia outrora vencido batalhas e inspirado filósofos.

O Alcorão permitia aos turcos terem quatro esposas e algumas concubinas, mas somente uma minoria podia dar-se ao luxo dessa extravagância. Os guerreiros otomanos, muitas vezes removidos para longe de suas mulheres habituais, tomavam como esposas ou concubinas, *currente thalamo*, as viúvas ou filhas dos cristãos que tinham dominado. Nenhum preconceito racial intervinha: as mulheres tanto podiam ser gregas como sérvias, búlgaras, albanesas, húngaras, alemãs, italianas, russas, mongóis, persas e árabes; eram recebidas de braços abertos e tornavam-se mães de filhos, todos eles, sem distinção, aceitos como legítimos e otomanos. Dadas essas circunstâncias, mal havia necessidade de adultério; quando isso se dava, a punição era severa; a mulher era obrigada a comprar um jumento e percorrer a cidade montada nele; o homem recebia 100 chibatadas e tinha de beijar e recompensar o verdugo que as aplicava. O marido podia conseguir o divórcio; bastava fazer uma simples declaração de que era esse o seu desejo; já a mulher, para se tornar livre, tinha de passar por um processo complexo e embaraçoso.

Solimão permaneceu solteiro até à idade de 40 anos. Depois que a esposa de Baja-

zet I havia sido capturada e, ao que se alega, violada por Tamerlão e seus tártaros, os sultões otomanos, com o propósito de evitar a repetição de tal indignidade, estabeleceram a regra de não se casarem e de só admitirem escravas em seus leitos.[35] O serralho de Solimão continha umas 300 concubinas, todas compradas no mercado ou capturadas na guerra e quase todas de origem cristã. Quando aguardavam a visita do sultão, enfeitavam-se com seus mais belos vestidos e formavam uma fileira para saudá-lo; ele cumprimentava cortesmente tantas quantas lhe permitia o tempo e colocava o lenço sobre o ombro daquela que especialmente lhe agradasse. À noite, ao recolher-se pedia que a mulher lhe devolvesse o lenço. Na manhã seguinte, era ela presenteada com um vestido de fios de ouro, e sua mesada era aumentada. O sultão permanecia no harém duas ou três noites, espalhando recompensas; voltava depois para seu próprio palácio para passar o dia e a noite entre os homens. As mulheres raramente apareciam no palácio e não tomavam parte nos jantares e cerimônias oficiais. Consideravam grande honra serem destinadas ao harém. Qualquer uma lá internada, que chegasse à idade de 25 anos sem ganhar um lenço, era posta em liberdade e quase sempre se casava com um homem de alta posição. No caso de Solimão, essa instituição não lhe provocou degenerescência física, pois em tais questões era homem de exemplar moderação.

A vida social entre os otomanos era unissexual, a que faltava o alegre estímulo dos encantos femininos e da prosa que desperta o riso. Contudo, as maneiras eram tão refinadas quanto no mundo cristão, provavelmente mais requintadas que em quaisquer outros países, exceto a China, Índia, Itália e França. Os escravos domésticos eram em grande número, mas eram tratados com humanidade; muitas leis os protegiam, e havia facilidade de conseguirem alforria.[36] Conquanto a saúde pública fosse deficiente, a higiene pessoal era comum. A instituição dos banhos públicos, que os persas pareciam ter copiado da Síria helenística, foi transmitida aos turcos. Os banheiros públicos, em Constantinopla e outras cidades do Império Otomano, eram construídos de mármore e atrativamente decorados. Alguns santos cristãos vangloriavam-se de evitar a água; os muçulmanos tinham de fazer suas abluções antes de entrar na mesquita e antes de fazer as orações; no Islã a limpeza vinha logo em seguida à religião. À mesa, a etiqueta não era melhor que nos países cristãos; as refeições eram servidas em pratos de madeira e comia-se com os dedos; não havia garfos. Não se bebia vinho em casa; bebia-se bastante nas tavernas, mas havia menos embriaguez do que nos países ocidentais.[37] O café entrou em uso, entre os muçulmanos, no século XIV; dele ouvimos falar primeiramente na Abissínia, donde parece ter passado para a Arábia. Consta que os muçulmanos, a princípio, serviam-se dele para se manterem despertos durante os ofícios religiosos.[38] Somente vamos encontrar menção a seu respeito, em 1592, feita por um escritor europeu.[39]

Quanto ao físico, os turcos eram rijos e fortes e sua resistência ficou célebre. Busbef admirou-se ao notar como alguns turcos recebiam uma centena de varadas nas solas dos pés e nos tornozelos "quebrando-se neles, muitas vezes, inúmeras varas sem lhes arrancar um só grito de dor".[40] Até os turcos comuns conduziam-se com certa dignidade, auxiliados por mantos que lhes ocultavam as formas exageradamente bem nutridas. O homem do povo usava um simples fez, que as pessoas elegantes envolviam em um turbante. Ambos os sexos eram apaixonados pelas flores; os jardins turcos eram famosos pelo colorido; ao que parece, foi deles que a Europa Ocidental recebeu o lilás, a tulipa, a mimosa, o loureiro e o ranúnculo. Havia, nos turcos, uma parte

estética que suas guerras nem sempre revelavam. Surpreende-nos saber por intermédio de viajantes cristãos que, exceto na guerra, "não eram cruéis por natureza", e sim "dóceis, acessíveis, delicados... agradáveis" e "geralmente bons".[41] Francis Bacon queixava-se de que eles pareciam mais delicados para com os animais do que para com os homens.[42] A crueldade surgiu quando a segurança da fé ficou ameaçada; foi então que deram vazão a suas paixões mais selvagens.

O código turco era demasiado rígido na guerra. Não se dava quartel ao adversário; poupavam-se as mulheres e as crianças, mas os inimigos fisicamente capazes, mesmo que estivessem desarmados e não opusessem resistência, eram mortos sem piedade.[43] No entanto, muitas cidades que conquistaram tiveram melhor tratamento que o dispensado pelos cristãos às cidades turcas por eles dominadas. Quando Ibrahim Paxá conquistou Tabriz e Bagdá (1534), proibiu aos soldados que as saqueassem ou que molestassem os habitantes; quando Solimão tomou novamente Tabriz (1548), preservou-a também contra a pilhagem e o massacre; no entanto, Carlos V, quando tomou Túnis (1535), deixou que o exército a saqueasse, única maneira com que pôde pagar-lhe. Contudo, as leis turcas rivalizavam com as dos cristãos em penalidades bárbaras. Aos ladrões por exemplo cortava-se-lhes a mão para impedir novos furtos.[44]

A moral oficial era como no mundo cristão. Os turcos orgulhavam-se de sua fidelidade à palavra dada e geralmente respeitavam os termos da capitulação que ofereciam aos adversários que se rendiam. Mas casuístas turcos, à feição de seus similares cristãos, como São João Capistrano, eram de opinião que nenhuma promessa podia levar os fiéis a agir contra os interesses de sua religião ou contra suas obrigações para com ela, e que o sultão podia ab-rogar seus próprios tratados assim como os de seus predecessores.[45] Viajantes cristãos relataram ter constatado nos turcos, em geral, "honestidade, senso de justiça... benevolência, integridade e espírito de caridade",[46] mas que, praticamente, todos os que detinham cargos não eram indiferentes ao suborno. Um historiador cristão acrescentou que a maioria dos funcionários eram antios cristãos,[47] devemos, entretanto, acrescentar ainda que foram educados como muçulmanos. Nas províncias, o paxá turco, à maneira dos procônsules romanos, apressava-se em acumular uma fortuna antes que seu soberano, levado por um capricho, o substituísse; exigia dos súditos o preço total do que havia pago pela nomeação. A venda de cargos era tão comum em Constantinopla ou Cairo como em Paris ou Roma.

3. *As Letras e as Artes*

O elo mais frágil, na civilização otomana, eram seus pobres recursos de aquisição e transmissão do conhecimento. A educação popular era, em geral, descurada; um pequeno conhecimento constitui uma arma perigosa. A instrução ficava quase sempre limitada aos estudantes que pretendiam seguir o curso de pedagogia, leis ou administração. Nessas esferas o currículo era extenso e severo. Maomé II e Solimão esforçaram-se por reorganizar e melhorar as escolas das mesquitas e os vizires rivalizavam com os sultões nos donativos que a elas faziam. Os professores, nessas instituições, gozavam de situação financeira e posição social melhor que as de seus colegas no mundo cristão latino. Faziam preleções formais sobre o Alcorão, mas sempre conseguiam incluir, na matéria, literatura, matemática e filosofia, e os alunos diplomados, conquanto possuíssem mais conhecimentos de teologia do que de ciências, estavam no mesmo plano do Ocidente no tocante à engenharia e à administraçao.

Somente pequena minoria da população sabia ler, mas quase todos faziam poesias, até o próprio Solimão. À semelhança dos japoneses, os turcos realizavam competições públicas, nas

quais os poetas liam seus trabalhos; Solimão sentia prazer em presidir a esses jogos florais. Os turcos reverenciaram uma centena de poetas naquela época, mas o fato de termos mergulhado em nossa própria grandeza e idioma fez que não percebêssemos até mesmo o seu maior poeta lírico, Mahmud Abdu'l-Baqi. Sua carreira atravessou quatro reinados, pois, embora tivesse 40 anos quando Solimão morreu, viveu ainda 34 anos. Renunciou logo, no início, a sua profissão de seleiro para viver dos versos, e seguramente teria passado necessidades se Solimão não o tivesse protegido com sinecuras. Acrescentando elogios aos lucros, o sultão escreveu um poema sobre a excelência da poesia de Baqi. Este retribuiu com versos sublimes lamentando a morte de Solimão. Mesmo na tradução, que perde sua beleza ao procurar preservar as múltiplas rimas do original, vislumbra-se algo da paixão e esplendor da poesia:

> Cavaleiro do Príncipe da Fortuna, cujo cavalo destemido
> Sempre que avançava e depois se empinava,
> O campo da praça do torneio limitado deixava!
> E ele, diante de cuja espada cintilante os magiares se curvavam,
> Muito bem podiam os francos o terrível brilho confessar!
> Como folha delicada, a cabeça na areia docemente pousou
> E a terra, ciosa, como o escrínio a uma jóia, o preservou.
> Na verdade, dele, o esplendor de sua posição e glória irradiava,
> Era o xá, ó aureolado Iscander, do Estado de Dara armado.
> Diante da areia, sob seus pés, se humilha a Esfera;
> O portão do pavilhão real foi o escrínio de adoração da terra.
> A menor de suas dádivas em príncipe o paupérrimo transformava.
> Potentado generoso em extremo e excessivamente bondoso!
> Não o julgues cansado e dominado por esta triste e volúvel Esfera;
> Para estar perto de Deus, abdicou sua posição e glória.
> Que surpresa se não mais a vida e o mundo contemplarmos!
> Como o sol e a lua, sua beleza sobre a terra se irradiava...
> Que o sangue das nuvens de gota em gota em seu lamento caia
> E que espoquem novamente os brotos cor de sangue da olaia!
> Com essa triste angústia que os olhos das estrelas chovam lágrimas amargas,
> E o fumo dos corações incendiados obscureça os céus...
> O pássaro, sua alma, subiu para as alturas,
> E nada, na terra embaixo, resta senão despojos...
> Oxalá seja eterna a glória celestial de Cósroes!
> Abençoados o espírito e a alma do monarca — e adeus![48]

Os turcos estavam demasiado ocupados com a conquista de Estados poderosos para dispensar muito tempo às artes delicadas que até então tinham distinguido o Islã. Produziram algumas belas miniaturas, com característica simplicidade de desenhos e prodigalidade de estilos. Deixaram aos escandalosos cristãos a pintura representativa, os quais, naquela era, continuaram a adornar com afrescos as paredes de suas igrejas e mosteiros; assim, Manuel Panselinos, inspirando-se talvez nos murais da Renascença, pintou afrescos para a igreja de Protaton, no Monte Atos (1535-36); eram quadros mais livres, mais ousados e mais graciosos do que os dos tempos bizantinos. Os sultões mandaram vir artistas do Ocidente e do Oriente — Gentile Bellini, de Veneza, Xá Kali e Wali Jan, miniaturistas, da Pérsia herética. Nos ladrilhos pintados, os otomanos não tiveram necessidade de auxílio alienígena; usavam-nos para dar um brilhante efeito. Iznik granjeou renome com a excelência de sua faiança. Scutari, Brusa e Herekie, todas da Ásia Menor, especializaram-se em têxteis; seus brocados e veludos, adornados com temas florais carmesins e ouro, impressionaram os desenhistas venezianos e flamengos, sobre os quais exerceram muita influência. Faltava aos tapetes turcos o brilho poético dos tapetes persas, mas seus padrões garbosos e suas cores quentes provocaram admiração na Europa. Colbert induziu Luís XIV a obrigar os tecelões franceses a copiarem alguns tapetes dos palácios turcos, mas isso de nada adiantou; a arte islâmica permaneceu fora do alcance da capacidade dos ocidentais.

A arte turca atingiu o ponto culminante nas mesquitas de Constantinopla. (Somente em 1930 foi a cidade oficialmente rebatizada com o nome de Istambul.) Nem mesmo Mashhad com sua esplendorosa arquitetura, nem Isfahan nos dias do xá Abbas, talvez apenas Persépolis no tempo de Xerxes, igualavam-se, na história muçulmana ou persa, à grandeza da capital de Solimão. Ali, os despojos das vitórias otomanas eram partilhados com Alá em monumentos que exprimiam, ao mesmo tempo, fé e orgulho e a determinação dos sultões em ganhar a reverência do povo também por meio da arte, além das armas. Solimão rivalizou com o avô, Maomé, o Conquistador, em construções. À ordem de Solimão foram erigidas sete mesquitas, e uma destas (1556), recebendo seu nome, superou o templo de Santa Sofia em beleza, embora imitasse o conjunto de suas pequenas cúpulas em volta de um domo central; nela, porém, os minaretes, erguendo suas agudas preces para as alturas, serviam como brilhantes contrapontos para a base maciça.

O interior é uma desnorteante riqueza de decorações: inscrições de ouro no mármore e faiança, colunas de pórfiro, arcos de mármore branco e preto, vitrais colocados em rendilhados de pedra e púlpitos esculpidos com esmero; é um interior demasiado suntuoso para a reverência, demasiado brilhante para a oração. Um albanês, Sinan, projetou essa mesquita bem como 70 outras, e viveu, ao que consta, até à idade de 110 anos.

V. SOLIMÃO

Foi o Ocidente que deu a Solimão o epíteto de "o Magnífico"; seu próprio povo chamava-o *Kanuṇi*, o Legislador, por ter participado na codificação das leis otomanas. Era magnífico, não na aparência, mas no tamanho e equipamento de seus exércitos, no objetivo de suas campanhas, nos adornos dispensados a sua cidade, na construção de mesquitas, palácios e no famoso aqueduto de "Quarenta Arcos", no esplendor de tudo que o cercava e de sua comitiva, e, naturalmente, na força e alcance de seu domínio. Seu império, estendendo-se de Bagdá, chegava até a 90 milhas de Viena e a 120 milhas de Veneza, a antiga rainha do Adriático. Excetuando-se as cidades da Pérsia e da Itália, todas as demais celebradas na história clássica e na Bíblia eram suas: Cartago, Mênfis, Tiro, Nínive, Babilônia, Palmira, Alexandria, Jerusalém, Esmirna, Damasco, Éfeso, Nicéia, Atenas e as duas Tebas. Jamais o Crescente teve tantas terras e mares sob seu domínio.

Estaria a excelência de seu governo de acordo com a extensão de seus domínios? Provavelmente não. É o que teríamos de dizer de qualquer reino imenso, exceto a Pérsia dos Aquemênidas e a Roma sob o governo dos Antoninos. A área governada era demasiado vasta para que pudesse ser bem administrada de um só ponto central antes do advento de comunicações, estradas e transportes modernos. A complacência e a corrupção faziam sentir-se na administração; entretanto, Lutero declarou: "Consta que não há melhor governo temporal que o dos turcos".[49] Em tolerância para com a religião, Solimão era mais ousado e mais generoso que seus colegas cristãos; estes achavam a submissão à religião necessária para a manutenção da força nacional; Solimão permitia a cristãos e judeus que professassem livremente seus credos. "Os turcos" — escreveu o cardeal Pole — "não obrigam os outros a adotarem sua crença. Aquele que não atacar a religião deles poderá professar o credo que quiser; nada lhe acontecerá."[50] Em novembro de 1561, enquanto a Escócia, a Inglaterra e a Alemanha

consideravam o catolicismo um crime e o mesmo faziam a Itália e a Espanha com respeito ao protestantismo, Solimão ordenou a soltura de um prisioneiro cristão, "não desejando que nenhum homem renunciasse, pela força, a sua religião".[51] Os judeus que fugiram da Inquisição, na Espanha e em Portugal, encontraram, em seu império, asilo seguro.

Seus defeitos apareceram mais claramente nas relações com a família do que em seu governo. Todos são unânimes em declarar que, a despeito das guerras — que alegava ser uma defesa contra os ataques — era homem de sentimentos requintadamente bons, generosos, humanos e justos.[52] Quando, às sextas-feiras, ia à mesquita, todos observavam silêncio à sua passagem; fazia reverência a todos — cristãos, judeus e maometanos — e fazia depois suas orações, no templo, durante duas horas. Não temos notícias, em seu caso, de que fosse muito dado ao harém, questão que havia de minar a saúde e as forças de alguns sultões posteriores. Mas vamos encontrá-lo tão suscetível a paixões amorosas que chega até a esquecer o senso de justiça e prudência e até mesmo a afeição paterna.

Nos primeiros anos de seu reinado, sua amante favorita era uma escrava circassiana, conhecida pela alcunha de "a Rosa da Primavera", assinalada por essa sombria e cinzelada beleza que, durante séculos, caracterizou as mulheres da região em volta da extremidade oriental do Mar Negro. Ela lhe deu um filho, Mustafá, que se tornou um jovem bonito, capaz e muito popular. Solimão confiou-lhe importantes cargos e missões e preparou-o para que pudesse merecer a herança do trono. Mas, no decorrer do tempo, Khurrem — "a Sorridente" — uma cativa russa a quem o Ocidente chamava Roxelana, arrebatou o sultão da circassiana, e sua beleza, alegria e artimanhas dominaram-no até que se consumou a tragédia. Menosprezando as regras de seus recentes predecessores, Solimão fez de Khurrem sua esposa (1534) e deleitou-se com os filhos e filhas que ela lhe deu. Vendo-o envelhecer e ante a perspectiva do acesso de Mustafá ao trono, Khurrem temeu pela sorte dos filhos, os quais podiam ser legitimamente mortos pelo novo sultão. Conseguiu casar a filha com Rustem Paxá, que, em 1544, se tornou grão-vizir. Rustem, com a esposa, passou a partilhar com Khurrem o temor pela subida de Mustafá ao poder.

Naquele ínterim, Mustafá foi enviado a governar Diyarbekir, onde se distinguiu pelo seu valor, tato e generosidade. Khurrem serviu-se de suas virtudes para destruí-lo. Insinuou a Solimão que Mustafá estava cortejando a popularidade com o propósito de apoderar-se do trono. Por sua vez, Rustem denunciou que o jovem estava secretamente procurando atrair os janízaros para a sua causa. O sultão sentiu-se atormentado; já então com 59 anos, duvidava da veracidade daquelas denúncias, mas acabou acreditando. Foi pessoalmente a Eregli, chamou Mustafá à sua tenda e mandou matá-lo logo que apareceu (1553). Khurrem e Rustem não tiveram dificuldades em convencer o sultão em mandar matar o filho de Mustafá, receosos como estavam de que este procurasse vingar-se. Selim, filho de Khurrem, foi transformado em príncipe e herdeiro. Ela morreu satisfeita (1558). Mas Bajazet, irmão de Selim, prevendo o seu próprio assassínio, levantou um exército e desafiou Selim; rompeu a guerra civil; derrotado, Bajazet fugiu para a Pérsia (1559); o xá Tamasp, recebendo 300.000 ducados de Solimão e 100.000 de Selim, entregou o contendor; Bajazet foi enforcado (1561) e seus cinco filhos condenados à morte para segurança da ordem social. O sultão sofredor, ao que consta, agradeceu a Alá o fato de terem desaparecido todos aqueles rebentos perigosos e também por poder dali por diante viver em paz.[53]

Mas ele achou a paz insuportável. Não lhe saíam do pensamento as notícias de que os Cavaleiros que havia escorraçado de Rodes estavam bem fortificados em Malta e rivalizando com os piratas argelinos com suas próprias sortidas para rapinagens. Se Malta pudesse ser dos muçulmanos, matutava o sultão de 71 anos, o Mediterrâneo estaria seguro para o Islã. Em abril de 1564, mandou uma frota de 150 navios, com 20.000 homens, apoderar-se daquela ilha estratégica. Os Cavaleiros, habilmente comandados pelo engenhoso Jean de la Valette, lutaram com sua costumeira bravura. Os turcos conquistaram o forte de São Elmo sacrificando seis mil homens, e foi só; a chegada de um exército espanhol obrigou-os a levantar o cerco.

O velho Magnífico não podia terminar a vida com tão desagradável caso. Maximiliano II, que havia sucedido a Fernando como imperador, reteve os tributos que tinham sido prometidos pelo pai e atacou os postos avançados dos turcos, na Hungria. Solimão decidiu empreender mais uma campanha e resolveu, ele mesmo, dirigi-la (1566). Atravessou, com 200.000 homens, Sofia, Nissa e Belgrado. Na noite de 5 para 6 de setembro de 1566, quando sitiava a fortaleza de Szigetvar, entregou a vida de pé, em sua própria tenda; como Vespasiano, era demasiado orgulhoso para receber a morte deitado. Szigetvar caiu no dia 8 de setembro, mas o cerco custou 30.000 vidas aos turcos. O verão já estava no fim. Assinou-se um armistício, e o exército marchou de volta para Constantinopla desconsoladamente; não levava uma vitória, e sim um imperador morto.

Devemos julgá-lo e classificá-lo? Comparado com seus análogos do Ocidente, parecia às vezes mais civilizado, outras mais bárbaro. Dos quatro grandes governantes, da primeira metade do século XVI, Francisco, a despeito de sua vaidade de bravo e da hesitação em suas perseguições, afigura-se-nos o mais civilizado; contudo, olhava para Solimão como protetor e aliado, sem o qual teria sido destruído. Solimão ganhou seu eterno duelo com o Ocidente; de fato, o imperador Maximiliano II, em 1568, recomeçou a pagar os tributos à Porta. Carlos V havia detido o sultão em Viena, mas qual o exército cristão que ousaria aproximar-se de Constantinopla? Solimão era o senhor do Mediterrâneo e, durante certo tempo, pareceu que Roma permanecera cristã graças à tolerância do Magnífico e de Barba-Roxa. Governou seu império indiferentemente bem, mas conseguira fazê-lo com melhores resultados do que o pobre Carlos V às voltas com a fragmentação da Alemanha! Foi um déspota, dado o costume inquestionável e o consentimento do povo. Conseguira o absolutismo de Henrique VIII, na Inglaterra, ou de Carlos, na Espanha, conquistar aquela mesma afeição e confiança do povo? Carlos V dificilmente teria sido capaz de mandar executar o filho à mera suspeita de deslealdade, mas, na velhice, soube clamar pelo sangue dos hereges; Henrique enviara esposas, católicos e protestantes para serem queimados e executados sem que isso o impedisse de almoçar ou jantar. A tolerância de Solimão para com a religião, conquanto fosse limitada, torna tais execuções mais bárbaras ao fazer-se uma comparação.

Solimão travou muitas guerras, matou metade de sua progênie, assassinou um vizir eficiente sem advertência ou julgamento; teve todos os defeitos que acompanham o poder arbitrário. Mas, sem dúvida alguma, foi o maior e o mais capaz dos governantes de sua época.

CAPÍTULO XXXII

Os Judeus

1300-1564

I. OS ERRANTES

EM sua obra *Flores Historiarum* (1228), conta Roger Wendover que perguntaram a um arcebispo armênio visitante do mosteiro de Santo Albano, em princípios do século XIII, o que havia de verdade a respeito da história de um judeu que conversara com Cristo e que se achava ainda vivo no Oriente Próximo. O arcebispo garantiu aos monges que a história era verdadeira. Seu acompanhante acrescentou que o arcebispo havia jantado com aquele imortal pouco tempo antes de deixar a Armênia; que o nome do homem, à moda latina, era Cartophilus; que, na ocasião em que Jesus deixava o tribunal de Pôncio Pilatos, Cartophilus bateu-lhe nas costas, dizendo para que andasse mais depressa, a que Jesus respondeu que sim, mas que ele, Cartophilus, ali ficaria até que Ele, Jesus, voltasse. Outros armênios, visitando o mosteiro em 1252, repetiram a história. A ficção popular ampliou-a; variava o nome do homem errante e contava como, a cada 100 anos mais ou menos, ele adoecia gravemente e caía em profundo estado de coma, do qual despertava, como jovem, com a lembrança do julgamento, morte e ressurreição de Cristo ainda fresca na memória. A história ficou esquecida durante algum tempo, para tornar a aparecer no século XVI, e europeus excitados alegavam ter visto Asvero — como se chamava então *der ewige Jude* ou *le Juif errant* (o judeu errante) — em Hamburgo (1547 e 1564), Viena (1599), Lübeck (1601), Paris (1644), Newcastle (1790) e finalmente em Utah (1868). A lenda do Judeu Errante foi bem recebida numa Europa que estava perdendo a fé, como prova confortadora da divindade e ressurreição de Cristo e como novo penhor de Sua segunda volta. Para nós, esse mito constitui o sombrio símbolo de um povo que perdera a pátria no setuagésimo primeiro ano da era cristã, vagueando, durante 18 séculos, através de quatro continentes e sofrendo constantes crucificações antes de reconquistar sua antiga morada no instável fluxo de nossos tempos.[1]

Os judeus da diáspora encontraram menos sofrimentos sob os sultões da Turquia e os papas da França e Itália. Minorias judaicas viveram com segurança em Constantinopla, Salônica, Ásia Menor, Síria, Palestina, Arábia, Egito, África do Norte e Espanha mourisca. Os berberes, embora relutantes, toleraram-nos, tendo Simon Duran dirigido uma colônia que floresceu na Argélia. Em Alexandria, os membros da comunidade judaica, conforme foi descrito pelo rabino Obadiah Bertinoro, em 1488, viviam bem, bebiam muito vinho, sentavam-se de pernas cruzadas sobre os tapetes, à maneira dos muçulmanos, e tiravam os sapatos antes de entrar na sinagoga ou na casa de um amigo.[2] Tendo encontrado asilo na Turquia, os judeus alemães escreveram aos

parentes descrevendo com entusiasmo as felizes condições em que ali viviam.[3] Na Palestina, o paxá otomano permitiu aos judeus construírem uma sinagoga nas encostas do Monte Sião. Alguns judeus ocidentais fizeram peregrinações à Palestina, considerando boa sorte morrer na Terra Santa e, melhor ainda, em Jerusalém.

Mas o eixo e a alavanca do pensamento judeu, naquela época, estavam no inexorável Ocidente. Lá, eram menos infelizes na esclarecida Itália. Em Nápoles, gozaram da amizade do rei Roberto de Anjou. Prosperaram em Ancona, Ferrara, Pádua, Veneza, Verona, Mântua, Florença, Pisa e outras colmeias da Renascença. "A Itália tem muitos judeus", disse Erasmo em 1518, "mal se vê um cristão na Espanha."[4] O comércio e as finanças eram respeitados na Itália, e os judeus que atendiam a essas necessidades eram considerados estimulantes agentes da economia. A antiga exigência de os judeus terem de usar um distintivo ou roupa que os distinguisse foi geralmente ignorada na península; os judeus abastados trajavam-se como os italianos de sua classe. Os jovens freqüentavam universidades, e um número cada vez maior de cristãos passou a estudar hebraico.

Vez por outra, algum santo, em seu ódio, como São João de Capistrano, incitava os ouvintes a exigir a completa aplicação de todas as leis canônicas que pesavam sobre os judeus; mas, embora Capistrano fosse apoiado pelos Papas Eugênio IV e Nicolau V, os efeitos de sua eloqüência foram passageiros na Itália. Outro frade franciscano, Bernardino da Feltre, atacou os judeus tão violentamente que as autoridades civis de Milão, Ferrara e Veneza ordenaram-lhe que se calasse ou levantasse acampamento. Ao ser encontrada morta uma criança de três anos, nas proximidades da casa de um judeu, em Trento (1475), Bernardino proclamou terem sido judeus os assassinos. O bispo mandou encarcerar todos os judeus de Trento e alguns, sob coação e tortura, disseram que tinham sido os assassinos e bebido o sangue da criança como parte do ritual da Páscoa deles. Todos os judeus em Trento morreram queimados na fogueira. O cadáver do "pequeno Simão" foi embalsamado e exposto como relíquia sagrada. Milhares de crentes simples fizeram peregrinações ao novo santuário; a história da atrocidade, que alegaram ser da autoria dos judeus, espalhou-se, atravessando os Alpes e indo repercutir na Alemanha, onde se intensificou o sentimento anti-semita. O Senado de Veneza tachou a história de piedosa fraude e ordenou às autoridades, dentro da jurisdição veneziana, que protegessem os judeus. Dois advogados foram de Pádua a Trento para examinar as provas; quase foram massacrados pelo populacho. Instou-se junto ao Papa Sisto IV para que canonizasse Simão, mas ele se recusou a fazê-lo e proibiu que o reverenciassem como a um santo;[5] contudo Simão acabou sendo beatificado em 1582.

Em Roma, os judeus gozaram, durante séculos, melhores condições de vida e de liberdade do que em qualquer outra parte do mundo cristão, em parte porque os papas geralmente eram homens cultos, em parte porque a cidade era governada e dividida pelas facções dos Orsini e Colonna, que viviam demasiado ocupados com as lutas entre si para hostilizar a outros, e talvez porque os romanos estivessem demasiado interessados na parte comercial do cristianismo para considerar a religião com fanatismo. Não havia ainda gueto em Roma; a maioria dos judeus vivia no *Septus Hebraicus*, na margem esquerda do Rio Tibre, mas não eram obrigados a isso; erigiram-se palácios de aristocratas romanos entre as habitações de judeus e também sinagogas nas imediações das igrejas cristãs.[6] Perdurava certa opressão: os judeus eram tributados para sustentar os jogos atléticos e obrigados a enviar representantes para

neles tomarem parte, seminus, o que era contra seus costumes e gostos. Sobrevivera o antagonismo racial. Eram ridicularizados nos palcos de Roma e nas farsas carnavalescas; as judias, no entanto, eram geralmente apresentadas como criaturas delicadas e bonitas. Notemos o contraste existente entre Barrabás e Abigail em *O Judeu de Malta*, de Marlowe, entre Shylock e Jéssica, em *O Mercador de Veneza*.

De modo geral, os papas eram tão generosos para com os judeus quanto se podia esperar de homens que honravam Cristo como o Messias e que se ressentiam da crença de que o Messias não tinha vindo ainda. Ao implantarem a Inquisição, os papas isentaram de sua jurisdição os judeus que não se tinham convertido; ela somente convocava os que atacavam o cristianismo ou que procuravam converter um cristão ao judaísmo. "Judeus que jamais tinham deixado de professar o judaísmo não foram molestados"[7] pela Igreja, se bem que o fossem pelo Estado e pelo povo. Vários papas expediram bulas procurando abrandar a hostilidade do povo. O Papa Clemente VI esforçou-se em vão a esse respeito, tendo transformado a Avinhão papal em misericordioso paraíso dos judeus que fugiam do governo predatório de França.[8] Martinho V, em 1419, proclamou ao mundo católico:

> Considerando que os judeus são criados à imagem de Deus e que os remanescentes serão salvos um dia; considerando que eles suplicaram nossa proteção, seguindo o exemplo de nossos predecessores, ordenamos que não sejam molestados em suas sinagogas, que suas leis, direitos e costumes não sejam atacados, que eles não sejam batizados à força nem obrigados a observar as festas cristãs, nem a usar novos distintivos, nem a ficar impedidos de manter relações comerciais com os cristãos.[9]

Eugênio IV e Nicolau V, conforme veremos, expediram leis repressivas; mas, quanto ao resto, diz Graetz, "eram os papas, entre os senhores da Itália, os mais benévolos para com os judeus".[10] Vários deles — Alexandre VI, Júlio II, Leão X — desprezando antigos decretos, confiaram a vida a médicos judeus. Escritores judeus contemporâneos celebraram, com gratidão, a segurança que seu povo gozou sob o reinado dos papas Medici,[11] e um deles chamou a Clemente VII "o bondoso amigo de Israel".[12] Disse um erudito historiador judeu:

> Foi esse o auge do período da Renascença, em que uma sucessão de papas cultos, polidos, epicuristas e conhecedores do mundo, em Roma, consideravam o fomento da cultura uma parte tão importante de suas funções quanto o zelo pelos interesses religiosos da Igreja Católica.... Cuidaram, portanto, desde metade do século XV, de desprezar os pormenores inconvenientes das leis canônicas, demonstrando... mais tolerância para com aqueles que não eram católicos. Os banqueiros judeus constituíam parte integrante da máquina econômica de seus domínios; como homens de sociedade e de espírito liberal, apreciavam a conversa dos médicos judeus e outros com os quais entravam em relações. Daí terem sido quase inteiramente desconsiderados por eles os regulamentos que haviam sido elaborados pelos Padres da Igreja e codificados pelos Terceiro e Quarto Concílios de Latrão.... Com esse exemplo diante dos olhos, outros príncipes italianos — o Medici de Florença, o Estensi de Ferrara e o Gonzaga de Mântua — agiram quase da mesma maneira. Conquanto fossem, vez por outra, perturbados por períodos de violência e fanatismo — por exemplo, quando Savonarola obteve controle sobre Florença em 1497 — os judeus misturaram-se com seus vizinhos e participaram de sua vida até a um grau quase sem exemplo na história. Exerceram papel ilustre em certos aspectos da Renascen-

> ça. ... Refletiam-na em suas próprias vidas e em suas atividades literárias, na língua hebraica; fizeram importantes contribuições à filosofia, música e teatro; eram figuras familiares em muitas cortes italianas.[13]

Algumas figuras, outrora famosas, ilustram aqueles dias brilhantes, nas relações entre cristãos e judeus. Immanuel ben Solomon Haromi (*i. e.*, de Roma) nasceu no mesmo ano em que nasceu Dante (1265) e tornou-se seu amigo. Era homem da Renascença tanto quanto podia ser um judeu leal: médico por profissão, pregador, estudioso da Bíblia, gramático, cientista, homem de riqueza e negócios, poeta e "autor de frívolos versos para canções que muitas vezes passavam dos limites da decência".[14] Com absoluto domínio do hebraico, introduziu a forma do soneto nessa língua; quase rivalizava com os italianos em fluência de espírito; e somente com Heine iríamos encontrar um poeta judeu que mostrasse tão grande talento para a sátira e tão brilhante espírito. Talvez Immanuel tivesse absorvido algo do ceticismo averroísta daquela época; um de seus poemas exprime aversão pelo céu com todas as suas figuras virtuosas (em sua opinião, somente as mulheres feias eram virtuosas) e preferência pelo inferno, onde esperava encontrar as mais tentadoras beldades de todos os tempos. Escreveu na velhice uma fraca imitação de *O Céu e o Paraíso*, de Dante — *Topheth we-Eden;* no judaísmo, assim como no protestantismo, não existe purgatório. Mais generoso que Dante, Immanuel seguiu a tradição dos rabinos, admitindo no céu todos "os justos das nações do mundo";[15] condenou, porém, Aristóteles ao inferno por pregar a eternidade do universo.

Um espírito similar de alegre humor deu vivacidade e energia aos trabalhos de Kalonymos ben Kalonymos. O rei Roberto de Nápoles, em uma visita que fez à Provença, observou esse jovem e levou-o para a Itália. A princípio, Kalonymos interessou-se apenas por ciência e filosofia; traduziu Aristóteles, Arquimedes, Ptolomeu, Galeno, al-Farabi e Averróis para o hebraico, escrevendo com espírito altamente ético. Foi-lhe, no entanto, fácil assimilar a alegre disposição do espírito napolitano. Ao mudar-se para Roma, tornou-se um Horácio judeu, satirizando elegantemente as faltas e fraquezas dos cristãos, judeus e dele mesmo. Lamentava ter nascido homem; tivesse nascido mulher, dizia, não teria que escarafunchar a Bíblia e o Talmude ou ter de aprender os 613 preceitos da Lei. Seu *Tratado do Purim* zombava do Talmude; a popularidade dessa sátira entre os judeus romanos sugere que eles não eram tão piedosos quanto seus irmãos mais infelizes que se encontravam em outros países.

A Renascença reviveu não somente os estudos gregos, mas também os hebraicos. O cardeal Egidio de Viterbo convidou Elijah Levita, na Alemanha, para que viesse a Roma (1509); durante 13 anos, o letrado judeu viveu no palácio do cardeal como hóspede de honra; lecionava hebraico a Egidio e recebia instrução em grego. Graças aos esforços de Egidio, Reuchlin, e de outros alunos cristãos de mestres judeus, foram criadas cadeiras de hebraico em várias universidades e academias italianas. Elijah del Medigo, que ensinava hebraico em Pádua, era ali tão altamente considerado, não obstante se recusar a converter-se, que, ao surgir violenta controvérsia entre os estudantes cristãos sobre um problema escolar, foi ele nomeado pelas autoridades universitárias e pelo Senado de Veneza para atuar como árbitro, o que desempenhou com tal erudição e tato que todas as facções ficaram satisfeitas. Pico della Mirandola convidou-o para lecionar hebraico em Florença. Ali, Elijah entrou no círculo humanista dos Médicis; podemos ainda vê-lo entre as figuras pintadas por Benozzo Gozzo-

li, nas paredes do palácio dos Médicis. Esse erudito não encorajou a idéia de Pico de ter encontrado dogmas cristãos na Cabala; ao contrário, ridicularizou tal revelação, tachando-a de amontoado de absurdos.

Ao norte dos Alpes, os judeus foram menos afortunados que na Itália. Foram expulsos da Inglaterra em 1290, da França em 1306, de Flandres em 1370. A França tornou a chamá-los em 1315, com a condição, porém, de entregarem ao rei dois terços de qualquer dinheiro que pudessem obter sobre os empréstimos que tinham feito antes de sua expulsão;[16] foram novamente banidos quando se esgotaram, para o rei, os lucros nessas operações (1321). Voltaram a tempo de serem considerados culpados da Peste Negra, tendo sido novamente exilados (1349). Chamaram-nos mais uma vez (1360) para prestar auxílio financeiro e cooperação no levantamento de dinheiro para o resgate do rei francês que se achava prisioneiro na Inglaterra. Em 1394, porém, um israelita que se tinha convertido ao cristianismo desapareceu misteriosamente; os judeus foram acusados de tê-lo matado; alguns que foram torturados confessaram que tinham aconselhado o convertido a voltar ao judaísmo; a opinião pública inflamou-se, e Carlos VI, embora relutante, ordenou mais uma vez que fosse banida aquela raça perseguida.

Em Praga havia uma importante comunidade de judeus. Alguns deles iam ouvir os sermões de Milicz, o precursor de Hus, que mostrava possuir grandes conhecimentos do Velho Testamento. Hus estudou hebraico, em cuja língua lia comentários e citava Rashi e Maimônides. Os taboritas que empreenderam as reformas propostas por Hus, chegando quase a lhes dar um cunho comunista, intitulavam-se o Povo Eleito e deram os nomes de Edom, Moabe e Amaleque às províncias alemãs contra as quais guerrearam. Os exércitos hussitas, porém, não se mostraram contrários à matança de judeus; quando conquistaram Praga (1421), não lhes deram a alternativa de se converterem ou pagarem tributos, como o fizeram os maometanos, mas uma alternativa mais simples: a apostasia ou a morte.[17]

De todos os Estados cristãos, era a Polônia que ocupava o primeiro lugar em seguida à Itália no dispensar hospitalidade aos judeus. Em 1098, 1146 e 1196, muitos judeus emigraram da Alemanha para a Polônia a fim de não morrerem às mãos dos cruzados. Foram bem recebidos e prosperaram; por volta de 1207, muitos possuíam grandes propriedades. Em 1264, o rei Boleslav, o Pio, concedeu-lhes uma carta de direitos civis. Depois da Peste Negra, outros alemães mudaram-se para a Polônia, tendo sido acolhidos pela aristocracia dominante como fermento de progresso econômico em uma nação que ainda carecia de uma classe média. Casimiro III, o Grande (1333-70), confirmou e aumentou os direitos dos judeus poloneses e o grão-duque Vitovst garantiu esses direitos aos judeus da Lituânia. Mas em 1407, um padre contou a sua congregação, em Cracóvia, que uns judeus haviam matado um menino cristão e tripudiado sobre seu sangue; essa acusação provocou um massacre. Casimiro IV renovou e ampliou os direitos dos judeus (1447): "queremos" — disse ele — "que os judeus, que desejamos proteger a bem de nossos interesses e dos do erário real, sintam-se tranqüilos em nosso beneficente reino".[18] O clero denunciou o rei; o arcebispo Olesnicki ameaçou-o com o fogo do inferno. João de Capistrano, chegando à Polônia como legado papal, fez discursos inflamados na praça do mercado de Cracóvia (1453). Ao sofrer o rei uma derrota na guerra, clamou-se que ele tinha sido punido por Deus por favorecer os infiéis. Como ele precisava do apoio do clero em outra guerra, rescin-

diu a carta de direitos dos judeus. Registraram-se *pogroms* em 1463 e 1494. Talvez para prevenir tais ataques, os judeus de Cracóvia, dali por diante, tiveram de viver em um subúrbio, Kazimierz.

Lá, e em outros centros poloneses e lituanos, os judeus, vencendo todos os obstáculos, cresceram em número e prosperaram. Sob o reinado de Sigismundo I, tiveram os direitos restaurados, exceto os de residência; gozaram das boas graças de Sigismundo II. Em 1556, três judeus, na cidade de Sokhachev, foram acusados de ter ferido uma hóstia consagrada, fazendo-a sangrar; protestaram inocência, tendo sido queimados na fogueira por ordem do bispo de Khelm. Sigismundo II denunciou a acusação como "piedosa fraude" destinada a provar a judeus e protestantes que a hóstia transformara-se realmente após consagrada no corpo e sangue de Cristo. "Sinto-me escandalizado com essa horrível vilania" — disse o rei; "não estou totalmente destituído de bom senso para acreditar que pudesse haver sangue na hóstia."[19] Com a morte, porém, desse cético governante (1572), chegou ao fim a era de boas relações entre o governo e os judeus da Polônia.

Durante certo tempo, viveram os judeus pacificamente na Alemanha medieval. Operavam ativamente ao longo das grandes artérias fluviais de comércio, nas cidades livres e nos portos; até arcebispos solicitaram permissão do imperador para abrigar judeus. Pela Bula de Ouro (1355), o imperador Carlos IV partilhava com os eleitores imperiais o privilégio de ter judeus como *servi camerae* — servos da câmara; quer isso dizer que os eleitores tinham poder de receber judeus em seus domínios; com isso protegiam-nos, usavam-nos e tributavam-nos. Na Alemanha, assim como na Itália, estudantes, ansiosos por compreender o Velho Testamento, em primeira mão, aprendiam hebraico; o conflito entre Reuchlin e Pfefferkorn estimulou esse estudo; e a primeira edição impressa completa do Talmude (1520) proporcionou novo estímulo.

A influência do judaísmo chegou ao ponto culminante por ocasião da Reforma. Teologicamente a Reforma era a reversão ao credo mais simples e à ética mais severa do primitivo cristianismo judaico. A hostilidade dos protestantes para com as imagens e estátuas religiosas era, naturalmente, um retorno à aversão semítica pelos "ídolos"; algumas seitas protestantes observavam o sábado como o Sabá; a rejeição da "mariolatria" e da veneração aos santos aproximava-se do estrito monoteísmo dos judeus, e os novos ministros, aceitando o sexo e o casamento, assemelhavam-se mais aos rabinos do que aos padres católicos. Os elementos que criticavam os reformadores acusavam estes últimos de "judaizantes", chamando-os de *semi-Judaei* — "meio-judeus".[20] O próprio Carlstadt declarou que Melanchthon desejava voltar a Moisés; Calvino incluiu o "judaizar" entre os pecados mortais de Servet, e os espanhóis admitiram que os estudos hebraicos tinham exercido influência sobre ele no contestar a teologia trinitária. O domínio de Calvino, em Genebra, lembrava o que exerciam os sacerdotes na antiga Israel. Zwingli foi acusado de judaizante pelo fato de ter estudado hebraico com judeus e baseado muitos de seus sermões e comentários no texto hebraico do Velho Testamento. Ele mesmo se confessou encantado com o idioma hebraico:

> Achei essa Língua Sagrada inacreditavelmente requintada, delicada e nobre. Embora seja pobre no número de vocábulos, não se lhe sente essa falta porquanto emprega os que possui de múltiplas maneiras. De fato, ouso dizer que, se formos conceber sua nobreza e graça, veremos que nenhuma outra língua exprime tantas

> coisas com tão poucas palavras e tão belas expressões; nenhuma é tão rica em tantas maneiras multilaterais e sugestivas de empregar as imagens. Nenhuma língua deleita e faz palpitar o coração humano tanto quanto ela.[21]

Lutero não era tão entusiástico assim. Queixou-se, dizendo: "Como odeio gente que mente em tantas línguas como o faz Zwingli; ele pregava em grego e hebraico no púlpito, em Marburg".[22] Na irritabilidade da idade senil, Lutero atacou os judeus como se não tivesse em tempo algum aprendido nada deles; ninguém é herói para seus devedores. Em um panfleto "Com relação aos judeus e suas mentiras" (1542), atirou uma saraivada de argumentos contra os judeus: que se tinham recusado a aceitar Cristo como Deus, que seus eternos sofrimentos provavam o ódio de Deus por eles, que eram intrusos nas terras cristãs, insolentes em sua prosperidade de usurários, que o Talmude sancionava o logro, o roubo e a matança que fizeram entre os cristãos, envenenavam fontes e poços e matavam crianças cristãs para usar-lhes o sangue nos rituais. Vimos, ao estudar seu caráter já em idade avançada, como aconselhava os alemães a incendiar as casas dos judeus, a fechar suas sinagogas e escolas, a confiscar-lhes a riqueza, a recrutar homens e mulheres para os trabalhos forçados e a dar a todos uma alternativa: ou aceitavam o cristianismo ou ser-lhes-ia arrancada a língua. Em um sermão, que fez pouco tempo antes de sua morte, acrescentou que os médicos judeus estavam envenenando deliberadamente os cristãos.[23] Tais manifestações colaboraram para tornar o protestantismo — que tanto devia ao judaísmo — mais anti-semita que o catolicismo oficial, se bem que não tanto quanto o povo católico. Exerceram influência sobre os eleitores da Saxônia e Brandemburgo, pois estes expulsaram os judeus desses territórios.[24] Deram o tom que predominaria na Alemanha durante séculos, e prepararam o povo para os holocaustos de extermínio sistemático.

II. SUPLÍCIO

Por que cristãos e judeus odiavam-se uns aos outros? Inegavelmente a razão contínua e prevalente era o conflito mortal dos credos religiosos. Os judeus constituíam um perene desafio aos dogmas fundamentais do cristianismo.

Essa hostilidade religiosa provocou a segregação racial, voluntária a princípio, compulsória depois, de que resultou o estabelecimento do primeiro gueto em 1516. A segregação acentuava diferenças de vestuário, hábitos, feições, cultos e linguagem; essas diferenças encorajaram desconfianças e temores mútuos, e os temores geraram o ódio. Os judeus transformaram em glória o fato de não poderem geralmente casar-se com cristãos; vangloriavam-se, com o orgulho de sua raça, de serem descendentes de reis que haviam governado Israel mil anos antes de Cristo. Desprezavam os cristãos, considerando-os politeístas supersticiosos, de espírito acanhado, que exprimiam delicadas hipocrisias em meio a grandes brutalidades, que adoravam o Príncipe da Paz e, ao mesmo tempo, travavam guerras fratricidas. Os cristãos desprezavam os judeus, considerando-os estranhos e antipáticos. Thomas More contou o caso de uma piedosa senhora que ficara escandalizada ao saber que a Virgem era judia e que confessara que, depois disso, se sentira incapaz de amar a Mãe de Deus com o mesmo fervor de antes.[25]

A teoria da eucaristia transformou-se em tragédia para os judeus. Exigia-se que os cristãos acreditassem que o sacerdote transforma a hóstia de pão não levedado no cor-

po e sangue de Cristo; alguns cristãos, como os lolardos, duvidavam disso; as histórias que se contavam sobre as hóstias que vertiam sangue à picada de um alfinete ou de uma faca fortaleciam a fé; e quem seria capaz de tão horrível ação senão um judeu? Tais histórias sobre hóstias que vertiam sangue eram comuns nos últimos séculos medievais. Em vários casos, como em Neuburg (próximo a Passau), em 1338, e em Bruxelas, em 1369, tais alegações provocaram o assassínio de judeus e o incêndio de suas casas. Em Bruxelas, erigiu-se uma capela na catedral de Santa Gúdula para comemorar a hóstia de 1369, que vertera sangue; esse milagre era celebrado anualmente com um festival que se transformou na Quermesse Flamenga.[26] Em Neuburg, um escrivão confessou que tinha mergulhado no sangue uma hóstia não consagrada, que a escondera na igreja e acusara depois os judeus de picá-la.[27] Devia-se acrescentar que eclesiásticos esclarecidos, como Nicolau de Cusa, condenaram as histórias sobre os ataques de judeus contra hóstias, considerando-as vergonhosas crueldades.

Por detrás das hostilidades entre as religiões ocultavam-se rivalidades de ordem econômica. Ao tempo em que os cristãos respeitaram a proibição papal com relação à cobrança de juros, os judeus adquiriram quase todo o monopólio da agiotagem no mundo cristão. Ao ignorarem os banqueiros cristãos esse tabu, firmas como os Bardi, Pitti e Strozzi, em Florença, os Welser, Hochstetter e Fugger, em Augsburg, passaram a desafiar esse monopólio, formando-se novo foco de irritação. Tanto os banqueiros cristãos como os judeus cobravam taxas altas, refletindo os riscos dos empréstimos em uma economia instável que se tornou mais instável com o aumento dos preços e a depreciação da moeda. Os banqueiros judeus corriam maiores riscos que seus concorrentes: a cobrança das quantias devidas por cristãos a judeus era incerta e perigosa; as autoridades eclesiásticas podiam declarar moratória sobre as dívidas como o fizeram nas Cruzadas; os reis podiam — e o fizeram — lançar taxas confiscatórias sobre os judeus ou forçá-los a fazerem "empréstimos" ou expulsá-los, absolvendo os devedores, ou exigir uma participação nas cobranças que permitissem. Ao norte dos Alpes, quase todas as classes, salvo os negociantes, ainda consideravam os juros uma usura e condenavam os banqueiros judeus, especialmente quando lhes pediam dinheiro emprestado. Como os judeus eram geralmente os financistas de maior experiência, eram, em vários países, empregados pelos reis para dirigir as finanças do Estado, e o fato de ricos judeus manterem então posições lucrativas e cobrarem impostos do povo inflamava o ressentimento popular.

Mesmo assim, algumas comunidades cristãs acolheram banqueiros judeus. Frankfurt ofereceu-lhes privilégios especiais sob a condição de cobrarem somente 32,5 por cento de juros, quando a taxa deles para outros era de 43 por cento.[28] Isso parece surpreendente, mas soubemos de banqueiros cristãos que cobravam até 266 por cento; os Holzschuher de Nuremberg cobravam 220 por cento em 1304; os usurários cristãos, em Brindisi, cobravam 240 por cento.[29] Soubemos de cidades que clamavam pela volta de banqueiros judeus que eram mais complacentes que seus colegas cristãos. Ravena estipulou, em um tratado com Veneza, que os financistas judeus fossem enviados para lá a fim de abrirem bancos de crédito destinados ao fomento da agricultura e da indústria.[30]

O nacionalismo acrescentou outra nota a esse hino do ódio. Cada nação julgava necessitar de unidade étnica e religiosa e exigia a absorção ou conversão dos judeus. Vários concílios da Igreja e alguns papas mostraram-se agressivamente hostis. O Concílio de Viena (1311) proibiu todas as relações entre cristãos e judeus. O Concílio

de Zamora (1313) determinou que eles deviam ser mantidos em estrita sujeição e servidão. O de Basiléia (1431-33) renovou decretos canônicos que proibiam aos cristãos associarem-se a judeus, servi-los ou empregá-los como médicos, e ordenava às autoridades seculares que os confinassem em locaie separados, obrigando-os a usarem um distintivo que assegurasse que assistiriam aos sermões destinados a convertê-los.[31] O Papa Eugênio IV, em luta com o Concílio de Basiléia, não quis ser por ele superado no criar dificuldades para os judeus; confirmou as limitações decretadas pelo Concílio e acrescentou que os judeus não seriam elegíveis para qualquer função pública, não poderiam herdar propriedades dos cristãos, não deviam construir mais sinagogas e deviam permanecer em suas casas, com as portas e janelas fechadas, na Semana Santa (uma sábia disposição contra a violência dos cristãos); além disso, o testemunho de judeus contra cristãos não teria valor perante a lei. Eugênio queixava-se de que alguns judeus teciam comentários escandalosos sobre Jesus e Maria; talvez fosse verdade;[32] o ódio gera ódio. Em uma bula posterior, ordenou que qualquer judeu italiano que fosse apanhado lendo literatura talmúdica sofreria o confisco de sua propriedade. O Papa Nicolau V encarregou São João de Capistrano (1447) de observar que todas as cláusulas dessa legislação repressiva fossem observadas e autorizou-o a confiscar a propriedade de qualquer médico judeu que tratasse de um cristão.[33]

A despeito daqueles editos, o povo cristão em geral conduzia-se para com os judeus com a boa disposição que estimula quase todo homem, mulher e animal quando seus objetivos não são contrariados. Mas sempre havia em muitas comunidades uma minoria que não hesitava em praticar crueldades sempre que pudesse fazê-lo impunemente. Assim os *pastoureaux*, que surgiram como pastores acaminho da Terra Santa e atraíram para suas hostes a gentalha, ao passarem pela França (1320), resolveram matar, em sua passagem, todos os judeus que recusassem ser batizados. Em Toulouse, 500 judeus refugiaram-se em uma torre; foram sitiados por uma multidão enfurecida que mandou que optassem entre o batismo e a morte. O governador da cidade procurou em vão salvá-los. Achando impossível a resistência, os fugitivos ordenaram ao mais forte de entre eles que os matasse; desse modo, ao que consta, morreram todos com exceção de um; o sobrevivente, embora se prontificasse a submeter-se ao batismo, foi massacrado pela multidão. De maneira semelhante, todos os judeus de 120 comunidades, no sul da França e no norte da Espanha, foram eliminados, com exceção de uns poucos indigentes.[34] Em 1321, sob a acusação de terem envenenado poços, 120 judeus foram queimados nas proximidades de Chinon.[35] Em 1336, um fanático alemão anunciou que recebera revelação de Deus, ordenando-lhe que vingasse a morte de Cristo, matando judeus. Reuniu um séquito de cinco mil aldeões, que receberam o nome de *Armleder*, por causa de uma fita de couro que usavam no braço; percorreram a Alsácia e a Renânia, matando todos os judeus que encontraram. Essa loucura criminosa estendeu-se pela Bavária, Boêmia, Morávia e Áustria (1337). Em vão tentou o Papa Benedito XII colocar um fim a isso; somente em Ratisbona e Viena puderam os judeus ser realmente protegidos; em outras cidades, milhares foram torturados e assassinados.[36]

A Peste Negra foi para os judeus do mundo cristão uma tragédia especial. Esse mesmo flagelo havia matado mongóis, muçulmanos e judeus na Ásia, onde ninguém pensou em culpar estes últimos; mas, na Europa Ocidental, uma população, enlouquecida pelas devastações causadas, acusou os judeus de terem envenenado os poços com o objetivo de destruir todos os cristãos. Espíritos de ir ginação ardente forjaram

pormenores: os judeus de Toledo, dizia-se, haviam despachado agentes com caixas de veneno feito de lagartos, basiliscos e corações de cristãos, para todas as comunidades judaicas, na Europa, com instruções para lançar tais misturas nos poços e fontes. O imperador Carlos IV tachou a acusação de absurda; o mesmo fez o Papa Clemente VI;[37] muitos burgomestres e conselheiros municipais falaram com o mesmo objetivo, o que quase nada adiantou. Espalhou-se, entre os cristãos, a crença de que os judeus raramente eram atingidos pela peste. Em algumas cidades — talvez devido a diferença de leis sanitárias ou de cuidados médicos — a febre pareceu ser menos fatal para eles do que para os cristãos;[38] mas em muitas outras — por exemplo, Viena, Ratisbona, Avinhão e Roma — os judeus sofreram tanto quanto os cristãos.[39] Todavia, alguns foram torturados para que confessassem ter distribuído o veneno.[40] Os cristãos fecharam os poços e fontes e passaram a beber água da chuva ou neve derretida. Irromperam movimentos de violências contra os judeus na França, Espanha e Alemanha. Em uma só cidade, no sul da França, toda uma comunidade judaica foi lançada na fogueira. Todos os judeus da Sabóia, das vizinhanças do Lago Leman, de Berna, Fribourg, Basiléia, Nuremberg e Bruxelas foram queimados. Clemente VI, por uma segunda vez, denunciou todo o horror desses atos, declarou serem os judeus inocentes e explicou que a peste era tão severa nas cidades em que eles não viviam como em quaisquer outras; censurou o clero por impor restrições a seus paroquianos e excomungou toda pessoa que matasse um judeu ou fizesse uma acusação falsa contra ele. Contudo, em Estrasburgo, o bispo apoiou a acusação contra os judeus e persuadiu o relutante conselho municipal a bani-los. O povo achou muito fraca essa medida; derrubou o conselho e instalou outro, o qual ordenou a prisão de todos os judeus na cidade. Alguns escaparam para os campos; muitos deles foram mortos pelos camponeses. Dois mil judeus que haviam ficado na cidade foram encarcerados e receberam ordem de batizar-se; metade submeteu-se à ordem; a outra recusou-se a aceitá-la, tendo sido queimada na fogueira (14 de fevereiro de 1439). Ao todo, umas 510 comunidades judaicas foram exterminadas na Europa cristã em resultado do movimento adversário.[41] Muitas outras mais foram dizimadas; em Saragoça, por exemplo, em cada cinco judeus somente um sobreviveu às perseguições por ocasião da Peste Negra.[42] Lea estimou em três mil o número de judeus assassinados em Erfurt; em 12.000, na Baviera.[43] Em Viena, a conselho do rabino Jonah, todos os judeus se reuniram na sinagoga e suicidaram-se; idênticos suicídios em massa ocorreram em Worms, Oppenheim, Krems e Frankfurt.[44] O pânico causado pelas perseguições fez com que milhares de judeus da Europa Ocidental fugissem para a Polônia e Turquia. Dificilmente encontraríamos, antes de nossos tempos ou em todos os registros de selvageria, atos mais bárbaros que o assassínio coletivo dos judeus por ocasião da Peste Negra.

Aos poucos, os judeus alemães sobreviventes foram voltando para as cidades que os tinham despojado, onde reconstruíram suas sinagogas. Persistiu, porém, o ódio contra eles. Em 1385, todas as 36 cidades da Liga Suábia encarceraram seus judeus e apenas os libertaram sob a condição de serem canceladas todas as dívidas que tinham para com eles; era uma condição agradável especialmente para Nuremberg que lhes devia sete mil libras ($700.000?).[45] Em 1389, certo número deles foi massacrado sob a acusação de ter profanado a hóstia consagrada; sob essa mesma alegação, 14 judeus foram queimados em Posen (1399).[46] Por diversas razões os judeus foram expulsos de Colônia (1424), Speyer (1435), Estrasburgo e Augsburg (1439), Würzburg (1453), Erfurt (1458), Mogúncia (1470), Nuremberg (1498) e Ulm (1499). Maximiliano I

sancionou a expulsão dos judeus de Nuremberg sob a alegação de que "se tinham tornado tão numerosos e, por meio de seus negócios de usurários, ficado senhores de todas as propriedades de muitos cidadãos respeitáveis, o que os arrastou para a miséria e desonra".[47] Em 1446, todos os judeus nas divisas de Brandemburgo foram presos e tiveram os bens confiscados, sob acusações que o bispo Estêvão de Brandemburgo qualificou de pretexto para expoliações: "Aqueles príncipes agiram com iniqüidade quando, levados por uma avareza incomum e sem justa causa, apoderaram-se de certos judeus e lançaram-nos na prisão, recusando-se a restituir o que deles haviam roubado".[48] Em 1451, o cardeal Nicolau de Cusa, um dos homens mais esclarecidos do século XV, obrigou os judeus, sob sua jurisdição, a usarem distintivos. Dois anos depois, João de Capistrano começou a desempenhar seu apostolado, como legado do Papa Nicolau V, na Alemanha, Boêmia, Morávia, Silésia e Polônia. Em seus exaltados sermões, acusou os judeus de matarem crianças e de profanarem a hóstia — acusações que os papas tacharam de superstições criminosas. Excitados contra aquele "flagelo de judeus", os duques da Baviera expulsaram todos os hebreus de seus territórios. O bispo Godofredo de Würzburg, que lhes tinha dado todos os privilégios na Francônia, baniu-os; em sucessivas cidades, eram eles presos e seus direitos de credores anulados. Em Breslau, vários foram presos a pedido de Capistrano; ele mesmo fiscalizou as torturas, com que alguns deles se viram obrigados a fazer toda a sorte de confissões; com base nelas, 40 judeus foram queimados na fogueira (2 de junho de 1453). Os restantes foram banidos, mas os filhos lhes foram tirados e batizados à força.[49] Capistrano foi canonizado em 1690.

As tribulações dos judeus em Ratisbona ilustram aquela época. Um judeu convertido, Hans Vogel, alegou que Israel Bruna, um rabino de 75 anos, lhe tinha levado uma criança cristã e a matara para usar o sangue em um ritual judeu. A populaça acreditou na acusação e clamou pela pena de morte. O conselho municipal, com o propósito de salvar o velho da multidão, encarcerou-o. O imperador Frederico III ordenou que o soltassem. O conselho não ousou desobedecer àquela ordem, mas prendeu Vogel, dizendo-lhe que devia morrer e aconselhou-o a confessar seus pecados. Vogel confessou que Bruna era inocente, sendo o rabino posto em liberdade. Chegaram, porém, notícias a Ratisbona de que judeus, ao serem torturados, haviam confessado ter matado uma criança em Trento. A crença na acusação de Vogel tornou a firmar-se. O conselho ordenou a prisão de todos os judeus de Ratisbona e o confisco de todos os seus bens. Frederico interveio na questão e multou a cidade em oito mil florins. O conselho concordou em libertar os judeus se pagassem a multa juntamente com uma importância adicional de 10.000 florins ($250.000?) como fiança. Responderam que 18.000 florins representavam mais do que todas as propriedades que lhes tinham deixado e que não lhes era, pois, possível pagar aquela soma. Permaneceram na prisão durante mais dois anos, sendo depois postos em liberdade sob o juramento de que não deixariam a cidade nem procurariam vingar-se. Todavia, o clero provocou agitações a fim de que fossem expulsos e ameaçou de excomunhão todo negociante que lhes vendesse mercadorias. Por volta de 1500, somente 24 famílias lá permaneceram, as quais foram depois expulsas, em 1519.[50]

A expulsão dos judeus da Espanha foi descrita anteriormente, como vital para a história desse país. Em Portugal, recomeçou-se o martírio deles quando Clemente VII, por insistência de Carlos V, permitiu que prelados portugueses estabelecessem a Inquisição (1531) a fim de obrigar os *cristãos-novos* — em sua maioria judeus que ha-

viam sido batizados à força — a observar o culto do cristianismo. Adotou-se o severo código de Torquemada; estabeleceu-se uma espionagem para observar se os convertidos voltariam a seguir as práticas religiosas judaicas, e milhares de judeus foram presos. Proibiu-se a emigração de judeus, pois suas funções econômicas eram ainda necessárias ao orçamento português. A fim de impedir que fugissem, proibiu-se aos cristãos de adquirir propriedades deles; centenas de judeus foram enviados à fogueira por tentar sair do país. Chocado com tais atos e talvez influenciado por alguns presentes recebidos dos judeus, Clemente VII ab-rogou os poderes da Inquisição de Portugal e ordenou a libertação de seus prisioneiros bem como a restituição dos bens confiscados. A bula que expediu em 17 de outubro de 1532 traçou princípios humanitários para tratar com os convertidos:

> Como eles foram arrastados à força ao batismo, não podem ser considerados membros da Igreja; puni-los por heresia e reincidência seria violar os princípios da justiça e da eqüidade. Já com os filhos e as filhas dos primeiros marranos o caso é diferente; pertencem à Igreja como membros voluntários. Mas como foram criados por seus parentes no meio do judaísmo e tiveram esse exemplo constantemente diante dos olhos, seria cruel, segundo as leis canônicas, puni-los por se entregarem às crenças e hábitos judaicos. Eles devem ser conservados no seio da Igreja através de benévolo tratamento.[51]

Por um breve que Clemente expediu em 26 de julho de 1534, quando se sentiu próximo da morte, parece que ele agiu com sinceridade; nesse breve, instruía o núncio papal em Portugal a apressar a libertação dos convertidos que se encontravam presos.[52]

O Papa Paulo III continuou a esforçar-se por auxiliar os judeus portugueses, e 1.800 foram postos em liberdade. Mas Carlos V, ao voltar de sua expedição contra Túnis, aparentemente vitorioso, exigiu, como recompensa, a restauração da Inquisição em Portugal. Embora relutante, Paulo III concordou em fazê-lo (1536), mas sob condições que, ao rei Dom João III, pareceram anular seu consentimento: o acusado teria de ser acareado com o acusador, e o condenado teria direito de apelar para o papa. Um convertido fanático concorreu para favorecer os inquisidores, colocando um cartaz na catedral de Lisboa, no qual apresentava um desafio contundente: "O Messias ainda não apareceu; Jesus não era o Messias, e o cristianismo é uma mentira".[53] Como tal declaração visava evidentemente a prejudicar os judeus, podemos muito bem suspeitar de que, nisso, houve um *agent provocateur.* Paulo III nomeou uma comissão de cardeais para investigar os processos da Inquisição portuguesa. Relatou o seguinte:

> Ao ser denunciado um pseudocristão — muitas vezes por testemunhas perjuras — os inquisidores o arrastam a uma cela lúgubre, donde não lhe é dado ver o céu nem a terra muito menos falar com os amigos que talvez pudessem socorrê-lo. Acusam-no, baseados em testemunho obscuro, e não o informam da ocasião, tampouco do lugar em que cometeu o crime pelo qual é denunciado. Passado tempo, dão-lhe um advogado, o qual, muitas vezes, ao invés de defender sua causa, ajuda a mandá-lo para a fogueira. Confesse a infeliz criatura ser cristão fervoroso e negue firmemente as transgressões que lhe são imputadas, condenam-no às chamas e confiscam-lhe os bens. Alegue ser culpado de tal e tal ato, se bem que cometido involuntariamente, tratam-no de maneira igual sob o pretexto de que ele está obsti-

> nadamente negando suas más intenções. Admita ele, livre e completamente, aquilo de que o acusam, reduzem-no às mais extremas necessidades e o condenam às trevas eternas do calabouço. E chamam a isso tratar o acusado com misericórdia, compaixão e caridade cristã! Mesmo aquele que consegue provar inocência fica condenado a pagar uma multa a fim de que não se diga que foi preso sem motivo. Os acusados que são mantidos prisioneiros passam por toda sorte de torturas para admitir as acusações que lhes são feitas. Muitos morrem na prisão, e aqueles que são postos em liberdade recebem, juntamente com todos os seus parentes, o estigma da infâmia eterna.[54]

Apesar de atormentado com os acontecimentos políticos e o perigo de perder a Espanha e Portugal — pois não perdera Leão a Alemanha e Clemente a Inglaterra? — Paulo III fez tudo o que esteve a seu alcance para abrandar a ação da Inquisição. Mas cada dia que passava o terror ia-se estendendo, até que os judeus portugueses descobriram um meio desesperado qualquer de escapar de seus anfitriões e reunir-se aos judeus da Espanha e, juntos, irem à cata de algum canto do mundo cristão ou do Islã, onde pudessem conservar suas leis e pudessem viver.

III. A SEGUNDA DIÁSPORA

Para onde poderiam ir? A Sardenha e a Sicília, onde os judeus haviam vivido durante um milênio, estavam, juntamente com a Espanha, incluídas no edito de expulsão expedido por Fernando; já em 1493, os últimos judeus haviam deixado Palermo. Em Nápoles, milhares de fugitivos foram acolhidos por Ferrante I, pelos frades dominicanos e pela comunidade judaica local; em 1540, porém, Carlos V decretou a expulsão de todos os judeus de Nápoles.

Gênova, havia muito, mantinha a lei que limitava a entrada de novos judeus. Quando os conversos chegaram da Espanha, em 1492, permitiram sua permanência na cidade apenas por uns dias. Um historiador genovês descreveu-os como "cadavéricos, espectros macilentos de olhos encovados, distinguindo-se dos mortos apenas pelo fato de poderem ainda mover-se".[55] Muitos morreram de inanição; mulheres deram à luz crianças mortas; alguns pais venderam os filhos para pagar as despesas de transporte, a fim de poderem sair de Gênova. Um pequeno número de exilados foi recebido em Ferrara, mas teve de usar um distintivo amarelo,[56] talvez por medida de precaução contra a propagação de doenças.

Veneza foi durante muito tempo um paraíso para os judeus. Tinham-se feito esforços para expulsá-los (1395, 1487), mas o Senado protegera-os por considerá-los importantes contribuintes para o comércio e as finanças. Considerável parte do comércio de exportação de Veneza era exercido por judeus, que se mostravam muito ativos na importação de lã e seda da Espanha e de especiarias e pérolas da Índia.[57] Durante um grande período, ocuparam, por sua livre escolha, um quarteirão que deles recebeu o nome — o *Giudecca.* Em 1516, após consultar os principais judeus, o Senado ordenou que todos os judeus, exceto uns poucos elementos que gozavam de favores especiais, morassem em um distrito da cidade, conhecida por *Ghetto;* ao que parece esse nome advinha de uma fundição (*getto*) que lá existia.[58] O Senado ordenou a todos os marranos ou judeus convertidos que deixassem Veneza; muitos concorrentes cristãos aconselharam essa medida, enquanto alguns mercadores cristãos a ela se opuseram,

achando que, com isso, iriam perder certos mercados, especialmente no Islã, mas Carlos V fez pesar sua influência na balança, tendo o decreto de expulsão sido posto em execução.[59] Todavia, mercadores judeus não tardaram em achar um meio de retornar a Veneza. Exilados de Portugal substituíram os marranos que haviam sido expulsos e, durante algum tempo, o português passou a ser a língua dos judeus de Veneza.

Muitos exilados ibéricos foram bem recebidos em Roma pelo Papa Alexandre VI e prosperaram sob Júlio II, Leão X, Clemente VII e Paulo III. Clemente VII permitiu que os marranos cultivassem livremente o judaísmo, afirmando que não estavam sujeitos ao batismo compulsório.[60] Em Ancona, porto dos Estados Papais no Mar Adriático, onde os judeus representavam um elemento vital no comércio internacional, Clemente VII criou um verdadeiro asilo para os judeus e garantiu-os contra as perseguições. Referindo-se a Paulo III, declarou o cardeal Sadoleto que "nenhum papa concedeu aos cristãos tantas honras e privilégios e lhes fez tantas concessões como as que foram dadas por Paulo III aos judeus. Não somente eram auxiliados com benefícios e prerrogativas, como também se armavam positivamente com tais favores."[61] Um bispo queixou-se de que os marranos, ao entrarem na Itália, logo voltavam a praticar o judaísmo, circuncidando os filhos batizados quase "às vistas do papa e da populaça". Sob a pressão de tal crítica, Paulo III restabeleceu a Inquisição em Roma (1542), mas "tomou o partido dos marranos durante toda a sua vida".[62]

Seus sucessores, colhidos na reação contra os costumes livres da Renascença, adotaram uma política, a de tornar a vida insuportável para os judeus. Velhos decretos canônicos foram novamente postos em vigor. Paulo IV (1555-59) exigiu que toda sinagoga nos Estados Papais contribuísse com 10 ducados ($250?) para a manutenção de uma Casa de Catecúmenos, onde os judeus teriam de receber instrução de religião cristã. Proibiu-os de empregar criadas ou enfermeiras cristãs, de receber pacientes também cristãos ou de vender o que quer que fosse aos cristãos, salvo roupas velhas, e de manter com esses últimos quaisquer relações que pudessem ser evitadas. Deveriam usar somente o calendário cristão. Todas as sinagogas de Roma, exceto uma, foram destruídas. Nenhum judeu podia possuir imóveis; aqueles que os possuíssem teriam de vendê-los dentro de seis meses; com esse plano, puderam os cristãos comprar propriedades judaicas avaliadas em 500.000 coroas ($12.500.000) por um quinto de seu valor real.[63] Todos os judeus que permaneceram em Roma tiveram depois de ficar circunscritos a um gueto (1555), onde 10.000 pessoas tinham de viver dentro de uma área de um quilômetro quadrado; várias famílias ocupavam um só quarto; o baixo nível daquele distrito sujeitava-o às inundações periódicas do Rio Tibre, as quais transformavam a região em um pântano assolado por endemias.[64] O gueto era cercado de paredes sombrias, cujos portões eram fechados à meia-noite e abertos ao romper do dia, salvo aos domingos e dias santos, quando permaneciam fechados o dia todo. Fora do gueto, eram os judeus obrigados a usar algo que os distinguisse — os homens, um chapéu amarelo, e as mulheres, um véu ou um distintivo da mesma cor. Guetos idênticos foram estabelecidos em Florença e Siena e, por edito papal, em Ancona e Bologna — onde recebeu o nome de "Inferno".[65] Paulo IV expediu uma ordem secreta para que todos os marranos, em Ancona, fossem lançados nas prisões da Inquisição e tivessem os bens confiscados. Vinte e quatro homens e uma mulher foram ali queimados vivos como hereges relapsos (1556);[66] e 27 judeus foram enviados às galés para sempre.[67] Aquilo foi para os judeus da Itália um tétrico crepúsculo, em uma idade de ouro.

Muitos refugiados judeus conseguiram entrar em França e na Inglaterra a despeito das leis que os baniram. Quase toda a Alemanha encontrava-se fechada para eles. Muitos partiram para Antuérpia, mas poucos foram os que tiveram permissão de ali permanecer mais que um mês. Diogo Mendes, um marrano português, estabeleceu em Antuérpia uma filial do banco que sua família havia fundado em Lisboa. Em 1532 tinha prosperado tanto que o Conselho de Antuérpia prendeu-o e a outros 15 mais sob a acusação de praticarem o judaísmo. Henrique VIII, que empregara Mendes como agente financeiro, interveio no caso; foram todos postos em liberdade mediante o pagamento de uma pesada multa — a "causa final" de muitas daquelas prisões. Outros judeus passaram-se para Amsterdam, onde prosperaram depois que a Holanda se libertou da Espanha (1589).

Os fugitivos que procuraram asilo nas regiões do Islã, que não se achavam sob o domínio direto do sultão turco, receberam tratamento um pouco melhor que no mundo cristão. Os judeus que procuraram desembarcar em Oram, Argel e Bugia foram recebidos a tiros pelos mouros, morrendo vários deles. Proibidos de entrar nas cidades, construíram um gueto improvisado de cabanas feitas com ripas de madeira; uma delas incendiou-se e todo o acampamento, inclusive muitos judeus, foi consumido pelo fogo. Os que tinham ido para Fez encontraram os portões fechados. Instalaram-se nos campos e passaram a viver de ervas e raízes. As mães preferiram matar os filhos a vê-los morrer de fome; pais vendiam os filhos em troca de um pedaço de pão; a peste arrebatou centenas de crianças e adultos. Piratas atacaram o acampamento e roubaram crianças para vendê-las como escravas.[68] Bandidos estripavam os cadáveres de judeus para procurar jóias que julgavam tivessem engolido.[69] Depois de todos esses sofrimentos, os sobreviventes, com incrível coragem e debaixo de infindáveis provações, formaram novas comunidades judaicas na África do Norte mourisca. Em Argel, Simon Duran II várias vezes arriscou a vida para proteger os exilados e instalá-los na cidade com certa segurança. Em Fez, Jakob Berab tornou-se o mais célebre talmudista de sua época.

Sob o reinado dos sultões mamelucos e otomanos, os refugiados espanhóis tiveram aceitação mais humana no Cairo e logo atingiram posições de liderança na comunidade judaica. Selim I aboliu a antiga função de nagid ou príncipe, pela qual um só rabino havia nomeado todos os demais e controlado todas as questões judaicas, no Egito; depois disso, a cada comunidade judaica cumpria eleger seu próprio rabino e dirigir suas próprias questões internas. O novo rabino do Cairo, Davi ibn abi-Zimra, um imigrante espanhol, terminou com o método selêucida de cronologia que os judeus da Ásia e da África estavam usando e persuadiu-os a adotarem (como o haviam feito no século XI os judeus da Europa) um calendário computado a partir do ano da criação do mundo (*anno mundi*), que foi, por conjetura, fixado em 3761 a. C.

Onde quer que fossem os judeus ibéricos ou sefarditas, adquiriam preeminência cultural — muitas vezes política — sobre os judeus nativos. Em Salônica, passaram a formar a maioria da população — e ali permaneceram até 1918 — de modo que os judeus não-espanhóis que ali foram viver tiveram de aprender a língua espanhola. Sob essa hegemonia judaica, Salônica foi, durante certo tempo, o centro comercial que mais floresceu no Mediterrâneo Oriental.

O sultão Bajazet II deu boa acolhida aos judeus exilados na Turquia, pois traziam consigo precisamente a experiência que, nas artes mecânicas, comércio e medicina, muito faltava aos turcos. Referindo-se a Fernando, o Católico, disse Bajazet: "E cha-

mais a Fernando um rei sábio, ele que empobreceu seu país e enriqueceu o nosso?''[70] Como todos os não-muçulmanos no Islã, os judeus ficaram sujeitos a um imposto por cabeça, mas isso isentava-os do serviço militar. A maioria dos judeus da Turquia permaneceu pobre, porém muitos adquiriram riqueza e influência. Decorrido certo tempo, quase todos os médicos em Constantinopla eram judeus. Solimão favoreceu de tal modo seu médico judeu que o isentou, a ele e à família, de todos os tributos. Os judeus distinguiram-se tanto como diplomatas, sob o reinado de Solimão, que os embaixadores cristãos chegavam a cortejá-los como meio de aproximar-se do sultão. Solimão revoltou-se com a opressão contra os judeus de Ancona, no pontificado de Paulo IV, e protestou contra ela junto ao papa (9 de março de 1556); exigiu a liberdade de todos os que eram súditos da Turquia, o que foi feito.[71] Grácia Mendésia, da família dos banqueiros Mendes, depois de praticar filantropia e sofrer insultos e injustiças em Antuérpia, Ferrara e Veneza, encontrou finalmente a paz em Istambul.

A Terra Santa, sob o domínio turco, novamente acolheu o povo que fora o primeiro a torná-la santa. Como Jerusalém era uma terra sagrada tanto para os cristãos e muçulmanos quanto para os judeus, somente limitado número de hebreus teve permissão de nela residir. Mas em Safed, na Alta Galiléia, os judeus desenvolveram-se tão rapidamente em número e prestígio cultural que Jakob Berab procurou criar ali um sinédrio como congresso dirigente para todo o povo judeu. Era uma concepção ousada, mas os judeus estavam divididos demais no espaço, e pela língua e costumes para aceitar aquela unificação de direção. Contudo, nas orações que faziam em todo o Islã e no mundo cristão, suplicavam a Jeová que ''reunisse os que tinham sido dispersos... dos quatro cantos da terra''; e no *Yom Kippur* e na Páscoa, os judeus, em toda parte, apegavam-se à esperança que os sustentava através de todas as tragédias, a de que ''no ano seguinte estariam em Jerusalém''.[72]

IV. A TÉCNICA DE SOBREVIVÊNCIA

A capacidade dos judeus de se refazerem dos infortúnios é uma das impressionantes maravilhas da história, uma parte dessa heróica elasticidade que o homem, em geral, tem demonstrado depois das catástrofes da vida.

A segregação não constituía a pior afronta; eles se sentiam mais felizes e mais protegidos entre si do que em meio à multidão hostil. Sabiam suportar a pobreza, pois a tinham conhecido durante séculos; mas isso não era prerrogativa deles; de fato, era mais provável que se sentissem orgulhosos da riqueza que ocasionalmente tivessem do que verdadeiramente cônscios de sua imemorial indigência. De todas as ofensas, por qualquer motivo que fosse, a mais cruel era o distintivo ou a indumentária que os apontava como criaturas desprezadas e rejeitadas. Sobre isso um grande historiador dos judeus teve palavras amargas:

> O distintivo era o convite que se fazia aos garotos para que os insultassem e os cobrissem de lama; era a insinuação para que a multidão brutal os atacasse, maltratasse e até mesmo para que os matasse, e oferecia às classes altas uma oportunidade para lançá-los no ostracismo, saquear-lhes os bens e exilá-los. Pior ainda do que essa desonra exterior era a influência que o distintivo exercia sobre os próprios judeus. Iam-se acostumando cada vez mais a sua ignominiosa posição e perdiam toda noção de respeito próprio. Descuravam de sua aparência exterior... Tornavam-se cada vez mais indiferentes no modo de falar, pois não eram recebidos nos círculos

> culturais, e, em seu próprio meio, faziam-se compreender por meio de um jargão. Tinham perdido toda noção de beleza e, até certo ponto, tinham-se tornado desprezíveis, justamente como o desejavam seus inimigos.[73]

Há exagero nisso, tendo o historiador generalizado demais o fato. Muitos judeus mantiveram o orgulho e alguns se ufanavam do esplendor de seus trajes; repetidas vezes lemos sobre moças judias que granjearam renome pela beleza; e o *Jüdisch,* que no século XVI evoluíra como dialeto do alemão, com mistura de palavras eslavas e hebraicas, passou a criar uma vigorosa e variada literatura mesmo ao tempo em que Graetz escrevia a sua *História dos Judeus.* Contudo, o supremo crime daqueles séculos foi a deliberada degradação de todo um povo, o assassínio implacável da alma.

A base e parte desse crime foi a exclusão dos judeus de quase todas as atividades, salvo comércio e as finanças. Por motivos, dos quais já se fez um resumo,[74] e por causa dos dízimos que a Igreja exigia sobre a produção agrícola, os judeus foram-se afastando cada vez mais do cultivo do solo; acabaram sendo proibidos de possuir terras.[75] Como não eram admitidos nas guildas (que eram formalmente organizações religiosas cristãs), não podiam elevar-se no mundo manufatureiro, e suas operações mercantis eram limitadas pelos monopólios dos cristãos. Em geral, em suas relações com os cristãos, viam-se limitados a explorar pequenas indústrias, ofícios e agiotagens. Em algumas regiões só podiam vender aos cristãos mercadorias de segunda mão, o mais era proibido. Depois do século XIII, perderam a invejável preeminência que desfrutavam nas finanças. Mas seu fluido capital, suas línguas e suas relações internacionais através de parentes espalhados capacitaram-nos a atingir alta posição no comércio estrangeiro dos Estados cristãos. Era tão preeminente o papel dos judeus que, no volume do comércio internacional, muito perderam os países que os baniram, tendo lucrado aqueles que os acolheram. Foi essa uma das razões — não a principal — do declínio da Espanha e de Portugal bem como do engrandecimento da Holanda, e também por que Antuérpia cedera a liderança comercial a Amsterdam.

Era um consolo compensador que os judeus, em suas questões internas, pudessem ser governados por suas próprias leis, costumes, rabinos e pelos conselhos das sinagogas. O que se dava com o Islã, dava-se também com os judeus: a religião, a lei e a moral estavam inextricavelmente unidas; considerava-se a religião como coextensivo com a vida. Em 1310, o rabino Jakob ben Asher formulou a lei, o ritual e a moral dos judeus no *Arabaah Turim (As Quatro Colunas),* que substituiu o *Mishna Torah* (1170) de Maimônides com um código, em que toda a legislação do Talmude e sentenças dos *Geonim* passaram a ser impostas a todos os judeus. O *Arabaah Turim* tornou-se o guia aprovado para a lei e julgamento rabínicos até 1565.

As calamidades dos séculos XIV e XV destruíram a organização social dos judeus. O índice de mortalidade dos rabinos, à semelhança do dos sacerdotes, foi muito elevado por ocasião da Peste Negra. As perseguições, expulsões e uma vida errante quase deram fim à lei judaica. Os judeus sefarditas tinham dificuldade em aceitar a língua e os costumes das comunidades judaicas que se prontificaram a absorvê-los; instalaram sinagogas próprias e conservaram sua própria língua espanhola ou portuguesa; em muitas cidades, havia congregações separadas de judeus espanhóis, portugueses, italianos, gregos e alemães, cada uma com seu próprio rabino, costumes, instituições de caridade e suas rivalidades.[76] Naquela crise, a família salvou o povo; a mútua devoção entre pais e filhos, entre irmãos e irmãs proporcionava um abrigo estável e seguro. Aqueles séculos de desordem nos costumes terminaram quando o rabino José Karo

expediu de Safed seu *Shulchan Aruch* (Veneza, 1564-65); nesse trabalho *Mesa em Ordem*, a religião, a lei e os costumes dos judeus foram mais uma vez codificados. Mas como Karo baseara o código principalmente no judaísmo espanhol, os hebreus da Alemanha e da Polônia acharam que havia sido dada pouca atenção a suas próprias tradições e interpretações da Lei; o rabino Moisés Isserles de Cracóvia acrescentou à *Mesa em Ordem* o seu *Mapath ha-Shulchan (Toalha para a Mesa,* 1571), no qual formulou as variações asquenazita sobre o código de Karo que era em grande parte sefardita. Com esse acréscimo, o *Shulchan Aruch* permaneceu até nossos próprios tempos o Código Justiniano e a Caaba dos judeus ortodoxos. Dizer a um judeu que ele obedeceu a todos os preceitos do *Shulchan Aruch* representava o maior dos elogios.

Como todas as fórmulas da lei judaica eram baseadas no Talmude, podemos — será que podemos? — imaginar a agitação com que os judeus seguiam as vicissitudes de seu segundo livro sagrado. Em sua parte literária menos imperiosa — o *Haggada* — havia algumas passagens que ridicularizavam certas crenças cristãs. Os convertidos do judaísmo prepararam o caminho para serem aceitos entre os cristãos denunciando-as e exigindo a supressão total do Talmude. A despeito desses movimentos, que culminaram no ataque de Pfefferkorn a Reuchlin, Leão X encorajou a primeira impressão do Talmude (Veneza, 1520); Júlio III marcou, porém, o fim da Renascença ordenando à Inquisição que queimasse todos os exemplares que fossem encontrados na Itália (1553). As casas dos judeus foram invadidas; apoderaram-se de milhares de exemplares; queimaram-se livros judeus em Roma, Bologna, Ravena, Ferrara, Pádua, Veneza e Mântua; Milão, porém, recusou-se a obedecer ao decreto incendiário.[77] Comissões de judeus pleitearam junto ao Papa para que anulasse o edito; ele procrastinou a decisão e, enquanto isso, os livros continuavam a ser queimados; Pio IV decidiu, entretanto, que o Talmude podia ser publicado depois de submetido à censura. Desse tempo em diante, os judeus exerceram a censura em suas próprias publicações.[78]

O *Zohar*, texto da Cabala judaica, sobreviveu incólume porque alguns eruditos católicos julgaram ter encontrado nele provas da divindade de Cristo. O *Zohar* havia sido escrito pouco tempo antes de 1295, como parte de uma série de trabalhos místicos que transmitiam a Cabala ou "tradição secreta" dos judeus que se protegiam da pobreza, perseguições e desorientação meditando no simbolismo divino e esotérico dos números, letras, da leitura invertida de palavras, do Inefável Nome de Yahveh (Jeová), etc. Judeus amargurados reuniam-se em grupos particulares para procurar, por meio do jejum, do pranto, de severo ascetismo e interpretações cabalísticas, alguma nova revelação, acima de tudo no tocante à vinda do Messias, o qual haveria de redimir Israel de todos os seus sofrimentos.

Aqueles que procuraram aquilatar a escala sem precedentes dos sofrimentos, por questão racial, que os judeus experimentaram nos séculos XIV, XV e XVI, podem compreender aquelas escapadas perdoáveis para um misticismo consolador bem como as constantes decepções dos judeus desesperados ao julgarem que o Messias já tinha, de fato, vindo. Em 1524, um jovem e simpático judeu árabe, chamado Davi Reubeni, atravessou Roma montado num cavalo branco e dirigiu-se ao Vaticano, onde se apresentou a Clemente VII, como irmão e enviado de um rei judeu, que disse reinar na Arábia sobre a velha tribo hebraica de Reuben. Declarou que o rei tinha 300.000 soldados, porém sem armas suficientes. Se o papa e os príncipes europeus fornecessem o armamento necessário, a tribo expulsaria os muçulmanos da Palestina, disse.

Clemente mostrou-se interessado e tratou Davi com toda cortesia devida a um embaixador. Os judeus de Roma alegraram-se ao ver um homem de sua raça tão bem acolhido; supriram-no com os recursos necessários à manutenção de sua alta posição de diplomata e, quando lhe veio um convite de Dom João III para que fosse a Portugal, partiu em um navio com numerosa comitiva e sob uma bandeira judaica.

Dom João III entusiasmou-se tanto com suas propostas que suspendeu as perseguições que movia aos marranos. Os judeus de Portugal, muitos dos quais batizados contra a vontade, mal podiam conter a alegria que os dominava, e muitos proclamaram sua crença de que Davi era o Messias. Diogo Pires, judeu convertido que passara a ser secretário do rei, mandou circuncidar-se para provar seu judaísmo; trocou seu nome para Salomon Molcho, partiu para a Turquia e anunciou que Reubeni era o precursor do Messias que ia chegar em 1540. Reubeni não havia feito declaração alguma de ser ele o Messias, nem tampouco o Seu precursor; não passava de um impostor visionário que queria dinheiro, navios e armas. A fuga de Pires-Molcho despertou suspeitas no rei Dom João; este ordenou a Reubeni que partisse; Davi obedeceu à ordem, o navio encalhou na costa de Espanha; foi preso pela Inquisição. Carlos V, aparentemente com o fim de agradar Clemente, ordenou que o pusessem em liberdade. Reubeni seguiu para Veneza (1530) e propôs ao Senado que armasse os judeus da Europa para que estes pudessem atacar os turcos.

Entrementes, Molcho chegava a Ancona. Recebeu um passaporte do papa, atravessou a Itália a cavalo e pregou ardentemente o judaísmo em Roma. Ao tentar a Inquisição prendê-lo como um *converso* relapso, Clemente salvou-o e fê-lo sair da cidade sob sua proteção. Embora Molcho tivesse perdido a confiança em Reubeni, acompanhou-o em uma rápida missão a Ratisbona, onde solicitaram a Carlos V que armasse os marranos contra o Islã. Carlos mandou prendê-los e levou-os consigo a Mântua. Ali, Molcho foi condenado à fogueira. No último momento, o imperador ofereceu-lhe o perdão se retornasse ao cristianismo; ele recusou o perdão e acolheu satisfeito o martírio (1532). Reubeni foi enviado à Espanha, onde foi preso pela Inquisição. Morreu por volta de 1536, ao que parece, envenenado. Amargurados, os judeus da Europa voltaram para os guetos, onde mergulharam novamente em seu misticismo e desespero.

V. O PENSAMENTO JUDAICO

Não era de se esperar que ao tempo da segunda diáspora se produzisse grande cultura entre os judeus; suas energias se consumiam naquela brutal tarefa de sobreviver. O ensino, em que tanto tinham sobressaído, ficara desorganizado pela mobilidade e insegurança da vida, e, enquanto a Europa cristã entrava animada na Renascença, os judeus do mundo cristão iam mergulhando nos guetos e na Cabala. O segundo mandamento proibia-os de participar do renascimento das artes. Letrados havia muitos, mas a maioria concentrava-se no Talmude. Havia gramáticos, como Profiat Duran e Abraão de Balmes; tradutores como Isaac ibn Pulkar, que verteu al-Ghazzali para o hebraico, e Jakob Mantin que traduziu Avicena, Averróis, Maimônides e Levi ben Gerson para o latim. Elijah Levita alarmou os judeus ortodoxos argumentando de modo concludente (1538) que o texto mossorético do Velho Testamento — *i.e.*, o texto com as anotações, os sinais de vogais e a pontuação — datava do quinto século de nossa era.

A odisséia dos Abravanel ilustra as vicissitudes do intelecto judeu nos séculos XV e XVI. Nascido em Lisboa, em 1437, Dom Isaac Abravanel serviu a Afonso V de Portugal como ministro das finanças; misturou, porém, sua vida pública com estudos bíblicos e históricos e transformou sua espaçosa casa em salão a que acorriam letrados, cientistas e homens de negócios. Com a morte de Afonso V, Abravanel perdeu a proteção da casa real e fugiu para a Espanha (1484). Estava absorvido com os trabalhos que escrevia, comentando os livros históricos da Bíblia, quando Fernando, o Católico, chamou-o para gerir as finanças de Castela, cargo que desempenhou durante oito anos. Esforçou-se para evitar o desastre que desabou sobre os judeus em 1492; tendo falhado, uniu-se a eles em seu triste êxodo. Em Nápoles, foi empregado pelo governo, mas os invasores franceses (1495) saquearam-lhe a casa, destruíram-lhe a preciosa biblioteca e forçaram-no a fugir para Corfu. Ali, escreveu como o deviam ter feito muitos judeus naqueles anos: "Minha esposa, meus filhos e meus livros acham-se longe de mim; sinto-me só, sou um estranho em uma terra estranha."[79] Dirigiu-se para Veneza, onde lhe deram um posto diplomático (1503). Em meio àquelas flutuações da sorte, encontrou tempo para escrever vários trabalhos filosóficos e teológicos, de pouco interesse na época; estabeleceu, porém, o princípio de que os fatos e as idéias das Escrituras deviam ser interpretados nos termos da vida política e social daqueles tempos. Permitiram-lhe passar os últimos seis anos de sua vida em paz e segurança, o que não era coisa comum.

Os filhos eram o seu orgulho. Samuel Abravanel prosperou em Salônica; foi ministro das finanças em Nápoles e granjeou a afeição do povo pelas muitas obras filantrópicas que realizou. Judá Leon Abravanel — Leo Hebraeus — tornou-se tão ilustre como médico em Gênova e Nápoles que se tornou conhecido por Leon Medigo. Estudou muitas ciências, escreveu poesias e empreendeu também estudos sobre metafísica. Em 1505, foi nomeado médico de Gonzalo de Cordoba, mas dois anos depois esse "Grande Capitão" se desaveio com Fernando e Leon foi então reunir-se ao pai em Veneza. Seu *Dialoghi d'Amore* (escrito em 1502 e publicado em 1535) foi bem acolhido pelos italianos da Renascença, para os quais as análises filosóficas sobre o amor serviam como prelúdio ou *obbligato* para as vitórias românticas. A beleza espiritual — a beleza da ordem, do plano e da harmonia — é superior à beleza física, argumentava ele nos *Diálogos;* a suprema beleza é a ordem, o plano e a harmonia do universo, que é a expressão exterior da beleza divina; o amor ergue-se por fases, parte da admiração e da busca da beleza física até alcançar a beleza espiritual e celestial, culminando no amor espiritual para com Deus — a compreensão e apreciação da ordem cósmica e o desejo de comunhão com a Divindade. Talvez Castiglione tivesse conhecido o manuscrito, ele que fez Bembo falar de modo semelhante em *Il cortigiano* (1528); talvez o livro impresso tivesse encontrado, através de um século, os meios para exercer sua influência sobre o *amor dei intellectualis,* de Spinoza.[80]

A esse *amour* etéreo, preferiram os judeus dispersos de Portugal o desapaixonado poema em prosa de Usque, em língua portuguesa — *Consolação às Tribulações de Israel* (Ferrara, 1553). Descrevia os alternados triunfos e desastres do povo judaico e confortava os judeus com a afirmativa de que continuavam a ser o povo eleito de Deus. Tinham sido punidos por Deus por causa de seus pecados, mas estavam sendo purificados pelos seus sofrimentos; e nenhum ato diabólico dos homens poderia arrebatá-los de seu destino divino, de felicidade e de glória.

As contribuições dos judeus à ciência, como era inevitável, enfraqueceram naquela

prolongada vivissecção de um povo. Além de a insegurança, a pobreza e a instabilidade impedirem os estudos científicos, um dos mais respeitáveis e influentes rabinos, Salomon ben Abraão ben Adret, de Barcelona, logo nos princípios daquele período (1305), impedira, sob pena de excomunhão, o ensino de ciências e filosofia a qualquer judeu menor de 25 anos, alegando que tal instrução podia prejudicar a fé religiosa. Contudo, Isaac Israeli, o Moço, de Toledo, fez um compêndio da astronomia de seu tempo (1320) e elucidou a cronologia e o calendário judaicos; Immanuel Bonfils, de Tarascon, elaborou valiosas efemérides astronômicas e antecipou os cálculos exponenciais e decimais; Abraão Crescas, de Maiorca, "Mestre dos Mapas e Bússolas do Governo de Aragão", fez um mapa-múndi (1377) que foi reconhecido como o melhor que até então tinha sido realizado. Este mapa Aragão enviou como distinto presente a Carlos VI de França, onde agora se encontra como valioso patrimônio da Bibliothèque Nationale. Jehuda Crescas, filho de Abraão, foi o primeiro diretor do observatório náutico de Henrique, o Navegador, em Sagres, tendo auxiliado este último na elaboração dos mapas geográficos de suas explorações. O *Tratado da Esfera* (1537) de Pedro Nuñes abriu o caminho para Mercator e para toda a cartografia moderna; e *Colloquios dos simples e drogas medicinaes*, de Garcia d'Orta (1563), marcou época em questão de botânica, tendo sido, com ele, fundada a medicina tropical.

Abraão Zacuto foi uma das maiores figuras na ciência, entre os judeus do século XV. Quando lecionava em Salamanca (1473-78), compilou o *Almanach perpetuum*, cujas tábuas astronômicas foram usadas como guias de navegação nas viagens de Vasco da Gama, Cabral, Albuquerque e (depois de 1496), de Colombo. Zacuto figurava entre os refugiados de Espanha (1492). Encontrou asilo temporário em Portugal; a corte consultou-o ao preparar a expedição de Vasco da Gama às Índias, tendo os navios sido equipados com astrolábios por ele aperfeiçoados. Mas em 1497, as perseguições aos judeus fizeram-no sair também de Portugal. Durante alguns anos andou sem destino, na miséria, até que se instalou em Túnis; e, ali, na velhice, confortou-se escrevendo a história de seu povo. Seu discípulo, José Vecinho, médico de Dom João II de Portugal, foi encarregado de cartografar as latitudes e as declinações solares ao longo da costa da Guiné, e os mapas que preparou foram de inestimável valor para Vasco da Gama. Vecinho foi um dos membros da comissão, à qual Dom João II encaminhou o projeto de Cristóvão Colombo de procurar uma rota ocidental para as Índias (1484), e participou da decisão negativa.[81]

Os médicos judeus continuavam a ser os mais procurados na Europa. Atormentados com as condenações religiosas e restrições oficiais e arriscando a vida ao tratar de cristãos ilustres, eram, mesmo assim, os preferidos pelos papas e reis. Suas contribuições para a ciência médica não foram brilhantes, salvo as de d'Orta para a medicina tropical; Amatus Lusitanus foi um exemplo das mais belas tradições de sua profissão e de seu povo. Obrigado pela Inquisição a sair de Portugal, cujo nome latino adotou, residiu temporariamente em Antuérpia, Ferrara e Roma e estabeleceu-se em Ancona (*ca.* 1549), donde era muitas vezes chamado para tratar o mesmo Papa Júlio III, que se esforçara por destruir o Talmude. Até ao fim da vida, podia jurar que jamais se preocupara com compensações, jamais aceitara presentes valiosos e servira os pobres sem nada lhes cobrar, não fizera distinção, em sua clínica, entre cristãos, judeus e turcos e não deixara que as dificuldades do tempo ou da distância interviessem na devoção com que exercia a profissão. Seu *Curiationum medicinalium centuriae septem* (1563) registrava 700 casos clínicos de que ele tratara; esse trabalho foi estudado e

muito valorizado pelos médicos em toda a Europa. O rei da Polônia convidou-o para ser seu médico particular; Lusitanus preferiu permanecer em Ancona; mas, em 1556, foi obrigado a recomeçar a vida errante ao exigir Paulo IV a conversão ou a prisão de todos os marranos na Itália.

A moratória de Ben Adret na ciência e filosofia produziu menos efeito na filosofia do que na ciência, e menos na França do que na Espanha. A influência de Maimônides continuava ainda forte entre os judeus que tinham conseguido sobreviver no sul da França. José Kaspi ousou escrever tratados sobre lógica e moral para orientação do filho e defendeu a tradição filosófica liberal que tinha recebido sua exposição clássica no *Moreh Nebuchim* de Maimônides. Essa tentativa produziu um grande pensador judeu, na pessoa de Levi ben Gerson, que se tornou conhecido no mundo cristão como Gersônides. À semelhança de muitos filósofos judeus, ganhava a vida exercendo a medicina, tendo realizado o ideal de Hipócrates: era um filósofo-médico. Nascido em Bagnols (1288), em uma família de letrados, viveu quase toda sua vida em Orange, Perpignan e Avinhão, onde trabalhava em paz sob a proteção dos papas. Quase não havia uma ciência de que não se ocupasse e um problema de filosofia que deixasse de abordar. Era talmudista culto, fez contribuições para a matemática da música e escreveu poesia.

Na matemática e na astronomia, figurava entre os luminares da época. Antecipou (1321) o método de encontrar o número das simples permutações de *n* objetos por indução matemática, que foi depois formulado por Maurolico (1575) e Pascal (1654). Seu tratado de trigonometria preparou o caminho para Regiomontanus e gozou de tal renome que o Papa Clemente VI mandou traduzi-lo para o latim como *De sinibus, chordis, et arcubus* (1342). Inventou — ou aperfeiçoou materialmente — o astrolábio para medir a altura dos astros; esse aparelho foi, durante dois séculos, um elemento precioso para a navegação. Ben Gerson fez suas próprias observações astronômicas, tendo criticado inteligentemente o sistema de Ptolomeu. Discutiu-o, rejeitando a hipótese heliocêntrica de um modo que dava a entender que havia um número bastante grande de adeptos dela em seu tempo. Aperfeiçoou a *camera obscura* e empregou-a, com o astrolábio, para determinar mais exatamente as variações no diâmetro aparente do Sol e da Lua.

Da mesma maneira que a ciência de Ben Gerson se originava dos matemáticos e astrônomos árabes, também sua filosofia ia buscar a base num estudo crítico dos comentários nos quais Averróis explicava Aristóteles. Durante os anos 1319-21, escreveu sobre esses comentários, abrangendo os tratados de Aristóteles sobre lógica, física, astronomia, meteorologia, botânica, zoologia, psicologia e metafísica; tendo acrescentado, naturalmente, a esses estudos passagens de Maimônides. Sua própria filosofia e grande parte de sua ciência foram incorporadas em uma obra hebraica intitulada, à moda da época, *Milchamoth Adonai (Batalhas do Senhor,* 1317-29). É a primeira obra da filosofia medieval depois de *Moreh Nebuchim,* na qual prossegue com as tentativas de Maimônides de conciliar o pensamento grego com a fé judaica, em detrimento da fé. Quando consideramos os esforços similares de Averróis e Tomás de Aquino para harmonizar o islamismo e cristianismo com Aristóteles, podemos quase dizer que o impacto deste último nas teologias medievais iniciou a desintegração destas últimas e promoveu a transição da Idade da Fé para a Idade da Razão. Gersônides procurou abrandar os ressentimentos ortodoxos demonstrando a resolução de aban-

donar suas opiniões caso estas fossem contrárias às Escrituras — velha artimanha escolástica. Contudo, continuou a argumentar sobre Deus, a criação e eternidade do mundo e sobre a imortalidade da alma, e, ao serem suas conclusões contrárias ao texto das Escrituras, interpretou-o com tal violência que os críticos batizaram o livro com outro título: *Batalhas contra o Senhor.*[82] Não devemos aceitar literalmente certas histórias, como a de que Josué fez parar o sol, disse ele; isto e outros "milagres" similares foram provavelmente ocorrências cujas causas se esqueceram ou se desconhecem.[83] Finalmente proclamou seu racionalismo sem disfarce: "A Tora não pode impedir-nos de considerar ser verdadeiro aquilo que a razão nos aconselha a crer."[84]

Gersônides deduziu a existência de Deus daquilo que o ateu Holbach iria chamar "o sistema da natureza": a lei e a ordem do universo revelam um Espírito cósmico. A isto ele acrescenta o argumento teológico: muitas coisas na natureza viva parecem destinadas como o meio para certo fim, e a Providência dá a todo organismo os meios para se proteger, desenvolver e reproduzir. O mundo, como cosmo ou ordem, foi criado com o tempo, mas a criação não partiu do nada; uma massa inerte e informe preexistia desde a eternidade; a criação deu-lhe vida e forma. Entre Deus e as formas criadas existe um poder intermediário que Gersônides, seguindo Aristóteles e Averróis, designa por *nous poietikos* — o Intelecto Ativo ou Criador; essa emanação da inteligência divina guia todas as coisas e passa a ser a alma no homem. Enquanto a alma depender das sensações do indivíduo, será mortal; enquanto conceber universos e perceber a ordem e a unidade do mundo, tornar-se-á conscientemente parte do Intelecto Ativo, que é imortal.

A filosofia de Ben Gerson foi rejeitada pelos judeus como forma essencialmente averroísta, um racionalismo que acabaria destruindo a crença religiosa. Pensadores cristãos estudaram-no, Spinoza foi influenciado por ele; mas o coração e o espírito dos judeus moderados foram mais fielmente expressos por Hasdai ben Abraão Crescas, que havia absorvido o conservadorismo de Salomon ben Adret. Nascido em Barcelona, em 1340, Crescas viveu em um período de fanático anti-semitismo. Foi preso sob a acusação de ter profanado a hóstia; foi logo solto, mas seu filho, na véspera de casamento, foi morto nos massacres de 1391. As perseguições robusteceram a fé de Hasdai, pois somente pela crença em um Deus justo e na recompensa do paraíso podia ele suportar uma vida tão cruel com suas injustiças e sofrimentos. Sete anos depois do sacrifício do filho, publicou em espanhol o *Tratado* que procurava explicar aos cristãos por que não se devia exigir que o judeu aceitasse o cristianismo. Cortês e moderadamente, argumentava que os dogmas cristãos sobre a Queda, a Trindade, a Imaculada Conceição, a Encarnação, a Expiação e a Transubstanciação envolviam contradições insuperáveis e coisas impossíveis e absurdas. Contudo, ao escrever seu maior trabalho, *Or Adonai (A Luz do Senhor,* 1410), tomou uma posição, pela qual os cristãos podiam ter defendido essas teorias: renunciou à razão, ordenando-lhe que se rendesse à fé. Conquanto não fosse oficialmente rabino, partilhava da teoria dos rabinos de que a renovação das perseguições constituía uma punição divina por sujeitar a religião revelada à diluição racionalista. Se escrevia filosofia, não o fazia por admiração a ela, porém para provar a fraqueza da própria filosofia e da razão e afirmar a necessidade da crença. Repudiou as tentativas de Maimônides e Gerson em querer conciliar o judaísmo com Aristóteles; quem era esse grego para que Deus tivesse de concordar com ele? Protestou contra a idéia de Aristóteles de que a suprema qualida-

de de Deus é o conhecimento; é, antes, o amor. Deus é o Absolutamente Bom. Crescas admitia que a razão não podia harmonizar a presciência de Deus com a liberdade do homem; devemos, portanto, rejeitar a razão e não a liberdade. Devemos crer em Deus, no livre-arbítrio e na imortalidade para nossa paz de espírito e saúde moral, e não devemos ter pretensões de provar essa crença pela razão. Devemos escolher: ou nosso orgulho e nossa fraca razão que destrói a crença e gera o desespero, ou nossa fé humilde no Verbo de Deus; somente pelo Verbo de Deus podemos suportar as maldades e iniqüidades da vida.

Crescas foi o último de uma brilhante linhagem de filósofos judeus medievais. Não foi logo de início apreciado pelo seu povo, pois seu discípulo José Albo encontrou melhor acolhida com seu trabalho filosófico *Ikkarim (Princípios Fundamentais)* que era de leitura mais fácil; nele, José Albo fundiu Maimônides e Crescas em sistema eclético mais consonante do que qualquer dos dois com o judaísmo ortodoxo, o qual não estava preparado para aceitar a irracionalidade da fé. Depois da morte de Albo (1444), os judeus afastaram-se da filosofia, e quase mesmo da história, até o advento de Spinoza. Massacres, deslocamentos, destituições e restrições de residência e ocupação haviam-lhes tirado o ânimo e diminuído o número até o mais baixo nível desde a queda de Jerusalém em 70 d.C.[85] Essas criaturas desprezadas e rejeitadas pelos homens refugiaram-se em seus tristes cânticos e no conforto da companhia de seus semelhantes, nas sinagogas, na esperança de alcançar o perdão divino, a justificação terrena e a bem-aventurança celestial. Os próprios letrados mergulharam no Talmude, confinando sua razão à elucidação da Lei salvadora, enquanto outros se entregavam ao misticismo da Cabala que sublimava o sofrimento, transformando-o em ilusões na escalada para o céu. A poesia judaica cessara seus cânticos. Somente um ou outro remanescente erguia a fronte desafiadoramente à tempestade e amenizava as ironias da vida com algum humor e espírito irônico.

CAPÍTULO XXXIII

A Vida do Povo

1517-1564

I. A ECONOMIA

EM um sentido, o drama do conflito religioso, político e militar que abarcou o início do século XVI era superficial, já que existia apenas pela permissão de um drama secreto desenrolado nos bastidores históricos ou sob o palco magnificente — a batalha diária e perpétua do homem com a terra, os elementos, a pobreza e a morte. Que significavam, afinal de contas, as bulas e assomos de papas e protestantes, os absurdos rivais de mitologias assassinas, o fastígio, a sucessão, a gota e a sífilis de imperadores e reis, em comparação com a luta inexorável pela alimentação, pelo abrigo e pelo vestuário, pela saúde, por cônjuges e filhos, pela vida?

Durante todo esse período, as aldeias da Europa tinham-se mantido vigilantes, noite e dia, contra os lobos, javalis e outras ameaças aos seus rebanhos e lares. O estádio da caça sobrevivia dentro da idade agrícola: o homem tinha de matar ou morrer, e assim as armas de defesa tornavam possível a rotina da labuta. Milhares de insetos, animais das florestas e pássaros do ar competiam com o lavrador pelo fruto das sementeiras e da lida quotidiana; e doenças misteriosas dizimavam-lhe os rebanhos. A qualquer momento as chuvas podiam tornar-se torrentes erosivas ou enchentes devastadoras, ou podiam demorar tanto que todas as coisas vivas estiolavam; a fome rondava sempre à porta e o medo do fogo nunca estava longe do espírito. As moléstias eram freqüentes e os médicos distantes e, em cada década, as pragas podiam levar alguns membros da casa, preciosos ao afeto familiar ou ao trato da terra. De cada cinco crianças que nasciam, duas morriam na infância e outras antes da maturidade.[1] Pelo menos uma vez em cada geração o oficial recrutador levava um filho para o exército — e os exércitos incendiavam aldeias e talavam os campos. Da colheita a custo tratada e ensilada, um décimo ou mais ia para o proprietário e outro décimo para a Igreja. A vida na terra teria sido muito árdua para o corpo e para a alma não fosse a intervenção da alegria das crianças, os passatempos familiares, à noite, a liberdade de cantar, a amnésia da taberna e a meia-crença, esperanças meio duvidosas em outro mundo mais misericordioso. Assim se produziam os víveres que mantinham os fidalgos no paço, os reis em suas cortes, os padres no púlpito, os mercadores e artífices nas cidades, os médicos, professores, artistas, poetas, cientistas, filósofos e, mais e pior, os próprios escravos da terra. A civilização é um parasita do homem da enxada.

A ciência agrícola marcava passo; o progresso na produtividade vinha sobretudo

através da substituição de pequenas propriedades por áreas extensas. Os mercadores e capitalistas proprietários de terras travavam em áreas estagnadas uma batalha de caça ao lucro que aumentava a produção e a miséria. Negociantes empreendedores introduziram na Europa um novo fertilizante, rico em fosfato e nitrogênio — o guano, excremento depositado pelas aves da costa do Peru. Plantas e arbustos da Ásia e da América aclimatavam-se ao solo europeu; a batata, a magnólia, a agave, a pimenteira, a dália, o capuchinha.... O tabaco foi trazido do México para a Espanha em 1558; um ano mais tarde, Jean Nicot, embaixador da França em Lisboa, enviou algumas sementes da planta a Catarina de Médicis; a história recompensa-o dando-lhe o nome a um veneno.

A indústria pesqueira crescia à medida que a população aumentava, mas a Reforma veio prejudicar o comércio de arenques com a permissão de comer carne às sextas-feiras. A mineração progredia rapidamente sob a organização capitalista. Newcastle exportava hulha em 1549. Os Fugger multiplicavam a produção de suas minas incitando a mão-de-obra a esforço maior e mais ordenado e melhorando os métodos de refinar os metais. Georg Agricola leva-nos a uma mina do século XVI:

> As classes mais importantes de trabalhadores são os mineiros, padejadores, carregadores, separadores, lavadores e fundidores... As 24 horas do dia e da noite são divididas em três turnos, de sete horas cada um. As três horas restantes constituem intervalos entre os turnos, durante os quais os trabalhadores entram e saem das minas. O primeiro turno começa às quatro horas da manhã e termina às 11 horas; o segundo começa às 12 e vai até às sete; são turnos diários, de manhã e à tarde. O terceiro é o turno da noite, que começa às 20 horas e acaba às três da madrugada. O *Bergmeister* não permite que se imponha este terceiro turno aos trabalhadores, a não ser que a necessidade o exija. Nesse caso... mantêm vigilância contínua com lampiões acesos; e para evitar que adormeçam devido à hora tardia ou à fadiga, aliviam o longo e árduo trabalho com canções, o que não é de todo desacertado nem desagradável. Em alguns lugares um mineiro não tem licença para acumular dois turnos sucessivos, porque amiúde acontece que ele adormece na mina, vencido pela exaustão de tanto trabalho... Noutros lugares permitem-lhe isso, visto não poder subsistir com o salário de um turno, especialmente quando os víveres encarecem...
>
> Os operários não trabalham aos sábados, quando compram as coisas necessárias à vida; também não costumam trabalhar aos domingos ou nas festas anuais, dedicando nestas ocasiões seu tempo às coisas sagradas. Contudo, os operários não descansam... se a necessidade exige que trabalhem; às vezes um veio de água obriga-os a trabalhar, outras vezes a ameaça de aluição... e em tais ocasiões não considera irreligioso trabalhar nos dias santos. Além disso, todos os homens desta classe são fortes e habituados à faina desde que nascem.[2]

Em 1527 Georg Agricola tornou-se médico da cidade de Joachimsthal. Nessa cidade mineira foi, de vez em quando, mineralogista; com zelo e fascínio estudava, por todos os lados, a história e os modos da mineração e da metalurgia; depois de 20 anos de pesquisas, completou (1550) seu *De re metallica*, que é um clássico da época em seu campo, idêntico às obras-primas de Copérnico e de Vesálio aparecidas na mesma década. Encarregando artistas para ilustrar o livro, Agricola descreveu com pormenores exatos as ferramentas, mecanismos e processos de mineração e fundição. Foi o primeiro a asseverar que o bismuto e o antimônio são os metais primários verdadeiros; distinguiu perto de 20 espécies minerais até aí desconhecidas, e foi o primeiro a explicar a formação de veios (*canales*, canais) de minério em camadas rochosas por depósi-

tos metálicos arrastados por correntes de água que fluem sobre e dentro da terra.[3] Agricola rejeitou como inútil a vara de vedor ou "varinha mágica", então muitas vezes empregada para descobrir metais sob a terra. Nossos contadores Geiger inclinam-nos a encarar com indulgência essas esperançosas varinhas.

A mineração, a metalurgia e a indústria têxtil receberam a maior parte dos progressos mecânicos dessa época. Os mais velhos trilhos de ferro foram aqueles em que os mineiros puxavam ou empurravam os carros cheios de minério. Em 1533, Johann Jürgen acrescentou um pedal à roda de fiar, até aí movida à mão, deixando assim os movimentos manuais livres ao tecelão; a produção logo duplicou. Os relógios aumentavam em pontualidade e diminuíam em tamanho; eram gravados, burilados, esmaltados, adereçados; Henrique VIII usava um relógio minúsculo que só precisava de corda uma vez por semana. Contudo, os melhores relógios de então erravam cerca de 15 minutos por dia.[4]

A comunicação e o transporte coxeavam atrás do comércio e da indústria. O serviço postal foi gradualmente estendido à correspondência particular durante o século XVI. A revolução comercial estimulava melhoramentos na construção náutica: quilhas mais fundas e delgadas traziam mais estabilidade e rapidez; os mastros aumentaram de um a três, as velas a cinco ou seis.[5] Francisco I e Henrique VIII disputavam não só uma corrida na guerra, no amor e no vestuário, mas também na navegação; cada um tinha um vaso grandioso construído à ordem e conforme lhes dera na fantasia, coroado por superestruturas, onde drapejavam as flâmulas de seu orgulho. No Mediterrâneo, um barco do século XVI podia fazer 10 milhas por hora com bom tempo, mas as pesadas naves destinadas ao Atlântico só por sorte faziam 125 milhas por dia. Por terra, a viagem mais rápida era mediante o correio postal, que percorria cerca de 135 quilômetros por dia; não obstante, notícias importantes levavam 10 ou 11 dias para ir de Veneza a Paris ou Madrid. Provavelmente, ninguém por então apreciava o conforto de ter notícias que chegavam muito tarde para atuar. As viagens por terra faziam-se sobretudo a cavalo; daí as pesadas argolas de ferro à entrada das casas. Os coches multiplicavam-se, mas as estradas eram muito fracas para agüentar o tráfego sobre rodas; era preciso equipá-los com seis cavalos, ou mais, que arrastavam aquele peso pelos lamaçais inevitáveis, e não podiam cobrir mais de 20 milhas por dia. Liteiras carregadas por servos eram também usadas pelas senhoras ricas, mas as pessoas menos importantes viajavam a pé através do Continente.

Viajar era comum, apesar das estradas e estalagens. Erasmo achava as estalagens da França toleráveis, sobretudo porque as criadas jovens "riem e pregam peças" e, "quando vamos embora, abraçam-nos", e "tudo por preço baixíssimo"; acusou, porém, os estalajadeiros alemães de serem broncos, resmungões, vagarosos e imundos.

> Depois de cuidar do cavalo, entramos em uma cozinha pejada de botas, bagagens, lama e outras coisas, pois trata-se da sala comum de todos os comensais... Na cozinha tiramos as botas, calçamos os sapatos e, se o desejarmos, trocamos de camisa... Aqui um penteia o cabelo, outro... arrota alho, e... há tão grande confusão de línguas como na construção da Torre de Babel. Em minha opinião nada há de mais perigoso do que tanta gente aspirar o mesmo vapor, especialmente quando os corpos estão expostos por causa do calor... sem mencionar... os gases, os hálitos fétidos... e sem dúvida muitos têm a sífilis espanhola ou, como se lhe chama, o mal francês, muito embora comum a todas as nações.[6]

Se as coisas eram realmente assim em algumas estalagens, podemos esquecer um ou dois pecados aos mercadores viajantes que suportavam isso e ligavam aldeia com aldeia, nação com nação, numa teia econômica sempre em expansão. Em cada década uma nova rota comercial se abria — sobre a terra como a aberta por Chancellor na Rússia, sobre o mar através de mil viagens aventurosas. O Shylock de Shakespeare traficava com a Inglaterra, Lisboa, Trípoli, o Egito, a Índia e o México.[7] Gênova tinha colônias mercantis no Mar Negro, na Armênia, Síria, Palestina e Espanha; fez a paz com a Sublime Porta, e vendeu armas aos turcos que estavam em guerra com a cristandade. A França viu as coisas, fez entendimentos próprios com os sultões e, depois de 1560, dominou o comércio do Mediterrâneo. Antuérpia recebia mercadorias de todo lado e exportava-as para toda parte.

Para enfrentar as necessidades dessa economia em expansão, os banqueiros melhoravam os serviços e as técnicas. À medida que o preço da guerra aumentava com a mudança dos recrutamentos feudais armados com bestas e virotões, lanças e espadas próprias, para massas de milícias ou de mercenários equipados com armas de fogo e artilharia pagas pelo Estado, os governos levantavam empréstimos inusitados dos banqueiros, e os juros que pagavam ou deixavam de pagar faziam ou arruinavam casas financeiras. As economias do povo eram dadas a juros aos banqueiros, que assim financiavam custosas empresas comerciais e industriais. Notas de câmbio substituíam as embaraçosas transferências de moeda ou de mercadorias. As taxas de juro variavam não com a avareza do emprestador e sim com a solvência de quem pedia o empréstimo; assim, as cidades livres da Alemanha, dominadas pelos mercadores pontuais no pagamento, podiam emprestar a 5 por cento, mas Francisco I pagava 10 por cento, Carlos V, 20 por cento. As taxas declinavam à medida que as economias se estabilizavam.

O ouro e a prata das minas da Alemanha, Hungria, Espanha, México e Peru proporcionavam moeda abundante e corrente. Os novos fornecimentos de metal precioso tornaram-se justos com o tempo, pois as mercadorias tinham-se multiplicado mais depressa que a moeda cunhada. As importações da Ásia eram pagas somente em parte pelas exportações, em parte por ouro e prata; daí baixarem os preços nas décadas anteriores a Colombo, para desencorajamento do espírito de empresa e do comércio. Depois do desenvolvimento das minas européias e da importação de prata e ouro da África e América, o fornecimento de metal precioso excedia a produção de mercadorias; os preços subiam, os negócios prosperavam; uma economia baseada em moeda móvel desalojou a velha economia arraigada na posse da terra e o domínio da indústria pelas corporações.

As corporações entraram em decadência. Tinham tomado forma nos tempos da autarquia e do protecionismo municipais; não estavam organizadas para levantar capital, para comprar por atacado mercadorias de fontes distantes, para utilizar métodos fabris e de divisão do trabalho ou para alcançar mercados distantes com seus produtos. Do século XIII em diante tinham desenvolvido uma exclusividade aristocrática e criado tão difíceis condições ao trabalhador que este veio a cair nos braços do empregador capitalista. O capitalista estava animado pela motivação do lucro, mas sabia como acumular economias para transformá-las em capital, sabia como e onde buscar máquinas e matérias-primas, explorar minas, construir fábricas, recrutar trabalhadores, dividir e especializar o trabalho, abrir e atingir mercados estrangeiros, financiar eleições e dominar os governos. Os novos suprimentos de ouro e prata exigiam inves-

timento lucrativo; o ouro americano tornou-se capital europeu. No "capitalismo" resultante havia um gosto de competição, um estímulo ao empreendimento, uma busca febril de modos mais econômicos de produção e distribuição, que inevitavelmente deixaram para trás a auto-satisfação dos trabalhadores corporativos afadigados em rotinas ancestrais. O novo sistema ultrapassou o velho na quantidade dos produtos, embora não na qualidade; e os mercadores gritavam por produção em quantidade para pagar com exportações manufaturadas as importações do Oriente.

A nova opulência estava grandemente limitada aos mercadores, financistas, fabricantes e seus aliados no governo. Alguns nobres ainda faziam fortuna com as vastas propriedades tratadas por centenas de rendeiros, ou com os rebanhos que forneciam lã para a indústria têxtil; mas, pela maior parte, a aristocracia rural achou-se esmagada entre os reis e as cidades dominadas pelo comércio; declinava em poder político e tinha de contentar-se com genealogias. O proletariado partilhava com a nobreza os sofrimentos da inflação. De 1500 a 1600, o preço do trigo, com o qual os pobres faziam o pão, aumentou 150 por cento na Inglaterra, 200 por cento na França e 300 por cento na Alemanha. Dez dúzias de ovos custavam 4 *pence* na Inglaterra, em 1300; em 1400 a mesma quantidade custava 5, em 1500, 7 *pence* e, em 1570, 42.[8] Os salários aumentavam, mas bem menos, dado que eram controlados pelo governo. Na Inglaterra, em 1563, a lei fixou o ordenado anual de um lavrador assalariado em 12 dólares, de um diarista em 9,5 e de um servo em 7,25; atribuindo, em 1954, um poder aquisitivo 25 vezes maior a essas quantias do que em 1563, recebiam mais ou menos 180 dólares por ano. Devemos notar, contudo, que a esses salários juntava-se casa e comida. De modo geral, as alterações econômicas do século XVI deixaram as classes trabalhadoras relativamente mais pobres e politicamente mais fracas do que antes. Os operários produziam mercadorias que eram exportadas para comprar as coisas luxuosas que alegravam e adoçavam a vida de alguns poucos.

A guerra de classes chegou a um estado de tensão dificilmente conhecido desde os dias de Espártaco, em Roma; deixemos a revolta dos *Comuneros* na Espanha, a Guerra dos Camponeses na Alemanha e a Rebelião de Ket na Inglaterra servir como evidência. As greves eram numerosas, embora fossem reprimidas pela coalizão de empregadores e governo. Em 1538, a Corporação dos Tecelões da Inglaterra, dominada pelos patrões, decretou que um operário que se recusasse a trabalhar sob as condições determinadas pelo empregador deveria ser preso na primeira vez, e açoitado e ferreteado na segunda. As leis sobre a madraçaria, sob Henrique VIII e Eduardo VI, eram tão selvagens que poucos operários ousavam ficar desempregados. Uma lei de 1547 estabelecia que a pessoa válida que abandonasse o trabalho e ficasse vadiando pelo país deveria ser ferreteada na testa com a letra V, e seria cedida como escravo, por dois anos, a algum cidadão das redondezas, mantida a "pão e água e pouca bebida, e nada de carne"; se se repetisse a vagabundagem, o culpado deveria ser marcado na face ou na testa com a letra S (de *slave*, escravo), e condenado à escravidão por toda a vida.[9] Deve-se dizer, em abono da nação inglesa, que essas medidas não se podiam pôr em vigor, e que foram logo repelidas, contudo, demonstram a têmpera dos governos do século XVI. O duque Jorge da Saxônia decretou que os salários dos mineiros sob sua jurisdição não seriam aumentados, que nenhum mineiro poderia deixar um lugar para procurar trabalho noutro, e que nenhum empregador podia assalariar quem quer que tivesse fomentado descontentamento noutra mina. O trabalho de crianças era sancionado, explícita ou implicitamente, pela lei. A indústria de passa-

manaria estava, em Flandres, inteiramente a cargo das crianças, e a lei proibia qualquer moça com mais de 12 anos de se empregar nessa ocupação.[10] As leis contra monopólios, açambarcamentos ou usura eram burladas ou ignoradas.

A Reforma estava harmonizada com a nova economia. A Igreja Católica era por temperamento antipática aos "negócios"; condenara os juros, dera sanção religiosa às corporações, santificara a pobreza, castigara a opulência e instituíra tantos dias santos livres de trabalhos que, em 1550, havia nos países católicos 115 dias do ano em que não se trabalhava;[11] tudo isso deve ter contribuído para a lenta industrialização e o enriquecimento lento das terras católicas. Teólogos aprovados pela Igreja tinham defendido a fixação, pela lei, de "preços justos" para as coisas necessárias à vida. Tomás de Aquino ferreteara como "cobiça pecaminosa" a busca de dinheiro além das necessidades de cada um, e regulara que toda posse excedente estava "destinada por lei natural ao propósito de socorrer os pobres".[12] Lutero tinha partilhado dessas opiniões. O desenvolvimento geral do protestantismo, porém, cooperou inconscientemente com a revolução capitalista. Os dias santos eram abolidos, o que resultava no aumento de trabalho e de capital. A nova religião encontrava apoio nos homens de negócio e retribuía a cortesia. Honrava-se a riqueza, louvava-se a parcimônia, o trabalho era encorajado como virtude, aceitava-se o juro como recompensa legítima aos que arriscavam suas economias.

II. LEI

Era uma época cruel, e as leis correspondiam a uma economia impiedosa, a um pauperismo ignominioso, a uma arte sombria e a uma teologia cujo Deus tinha repudiado Cristo.

Entre as populações fadadas à pobreza neste mundo e à condenação no outro, o crime era natural. O assassínio repetia-se em todas as classes. Cada homem válido trazia uma adaga, e só os fracos recorriam à lei para se desagravarem de ofensas. Os crimes passionais eram tão freqüentes na vida como em Shakespeare, e qualquer Otelo que deixasse de matar a mulher suspeita de infidelidade era considerado menos do que um homem. Os viajantes aceitavam a existência dos salteadores de estrada, e por isso andavam em grupos. Nas cidades, os ladrões eram tão numerosos quanto as prostitutas, e as habitações precisavam ser castelos. No apogeu de Francisco I, um bando de salteadores, chamados *mauvais garçons*, saqueavam Paris em plena luz do dia. Brantôme conta-nos, com tão pouca veracidade como sempre, como Carlos IX, desejando aprender "como é que os batedores de carteiras praticavam sua arte", instruiu a polícia a convidar 10 de tais artistas para o baile real; terminado o baile procurou ver o quanto tinham roubado; o dinheiro, as jóias e as roupas sub-repticiamente adquiridos durante a noite subiam ao valor de muitos milhares de dólares, "Diante do que o rei pensou que ia morrer de rir". Permitiu-lhes conservar o fruto de seus estudos, mas alistou-os no exército, por convir mais tê-los mortos do que vivos.[13] Se classificarmos como crime a adulteração de mercadorias, a chicana das fraudes comerciais, o suborno dos tribunais, o tamanho da propriedade eclesiástica, o alargamento das fronteiras pela conquista, quase todo homem, da Europa, era ladrão; podemos beneficiar alguns clérigos, e concordar que houvesse um artífice honesto aqui e ali. Acrescentemos alguns incêndios premeditados, alguns estupros, algumas traições, e começaremos a compreender os problemas enfrentados pelas forças da ordem e da lei.

Tais forças estavam mais organizadas para punir do que para impedir o crime. Em algumas grandes cidades, como Paris, os soldados bancavam os guardiães da paz; os bairros tinham seus guardas, assim como as paróquias tinham oficiais de polícia; mas, de modo geral, as cidades eram pobremente policiadas. Os estadistas, cansados de combater a natureza humana, achavam menos dispendioso dominar o crime decretando penas ferozes e, permitindo ao público presenciar as execuções. Uma série de ofensas era passível da pena capital: assassínio, traição, heresia, sacrilégio, bruxaria, roubo, falsificação, contrabando, incêndio propositado, perjúrio, adultério, estupro (a menos que fosse remediado pelo casamento), ações homossexuais, "bestialidade", falsificação de pesos ou medidas, adulteração de mercadorias, danos em propriedades à noite, fuga da prisão e malogro em tentativa de suicídio. A execução podia ser por decapitação mais ou menos sem dor, mas isso era, comumente, privilégio de senhoras e cavalheiros; os menos importantes eram enforcados; os hereges e as mulheres que matavam o marido eram queimados; os assassinos mais destacados eram arrastados pelo chão e esquartejados; e uma lei de Henrique VIII (1531) mandava que os envenenadores fossem cozidos em vida,[14] como nós, almas mais delicadas, fazemos com os mariscos. Uma ordenação municipal de Salzburg exigia que "um falsificador fosse queimado ou cozinhado até a morte, um perjuro tivesse a língua arrancada pela garganta; um servo que dormisse com a mulher, a filha ou a irmã do senhor, devia ser decapitado ou enforcado".[15] Julienne Rabeau, que tinha matado seu filho depois de um parto muito doloroso, foi queimada em Angers (1531);[16] e ainda aí, se podemos crer em Bodin, queimaram-se vivas muitas pessoas por comerem carne às sextas-feiras e recusarem arrepender-se; as que se arrependeram foram simplesmente enforcadas.[17] Usualmente, o cadáver do enforcado era deixado suspenso como advertência aos vivos, até que os corvos comessem a carne. Por crimes menores um homem ou uma mulher podiam sofrer o açoite, perder uma mão, um pé, uma orelha, o nariz, ou ter um ou os dois olhos vazados, ou ser marcado com um ferro em brasa. Até as prevaricações insignificantes eram punidas com prisão, em condições que variavam da cortesia à imundície, ou levavam ao tronco, ao pelourinho, ao azorrague ou ao banco de imersão. A prisão por dívidas era comum em toda a Europa. Ao final das contas, o código penal do século XVI era mais severo do que na Idade Média, e refletia a desordem moral da época.

O povo não ressentia essas punições ferozes. Sentia certo prazer em assistir às execuções, e às vezes até ajudava. Quando Montecucculi confessou, sob tortura, que tinha envenenado, ou tentado envenenar, Francisco, o bem-amado e popular filho de Francisco I, foi desmembrado vivo: tinham-lhe amarrado as extremidades a cavalos que depois foram impelidos em quatro direções (Lyons, 1536); a populaça "cortou-lhe os restos em pequenos bocados, arrancou-lhe o nariz, extraiu-lhe os olhos, arrebentou-lhe os maxilares, arrastou-lhe a cabeça na lama e 'fê-lo morrer mil vezes antes da morte'".[18]

Às leis contra o crime juntavam-se "leis azuis" contra as recreações que supostamente infringiam a piedade, ou contra inovações que se afastavam muito abruptamente do costume. Comer peixe às sextas-feiras, exigência da lei comum nos países católicos, também se exigia pela lei do Estado na Inglaterra protestante de Eduardo VI, para apoiar a indústria pesqueira e arrastar os homens para o mar.[19] O jogo foi sempre ilegal e sempre popular. Francisco I, que sabia como se divertir, ordenou a prisão das pessoas que jogassem cartas ou dados em tabernas ou casas de jogo (1526),

embora permitisse o estabelecimento de uma loteria pública (1539). A embriaguez era punida por lei, mas a ociosidade era quase um crime capital. Leis suntuárias — destinadas a reprimir os gastos ostensivos dos novos-ricos e a manter as diferenças de classe — regulavam o traje, os adornos, o mobiliário, os alimentos e a hospitalidade. "Quando era rapaz" — disse Lutero — "todos os jogos eram proibidos, de modo que os fabricantes de cartas de jogar, flautistas e atores não eram admitidos aos sacramentos; e aqueles que tinham jogado, ou que tinham assistido a espetáculos e peças teatrais, revelavam isso no confessionário."[20] Tais proibições, em sua maioria, sobreviveram à Reforma, para alcançar o auge em meados do século XVI.

Já era consolador que o cumprimento raramente fosse tão severo como a lei. A fuga era fácil; um juiz ou júri generosos, subornados ou intimidados deixavam ir muito patife ligeiramente punido ou livre de multa. As leis de asilo em igrejas ainda eram reconhecidas sob Henrique VIII. Contudo, a tolerância no cumprimento das leis era compensada pelo uso freqüente da tortura para arrancar confissões ou testemunhos. As leis de Henrique VIII, embora fossem as mais severas da história da Inglaterra,[21] estavam à frente de seu tempo; proibiam a tortura, exceto no caso em que estivesse implicada a segurança nacional.[22] A demora em julgar um acusado podia também constituir tortura; uma queixa das cortes espanholas a Carlos V era de que homens acusados dos mais leves crimes jaziam na prisão 10 anos antes do julgamento, o qual podia arrastar-se por 20 anos.[23]

Os advogados cresciam e multiplicavam-se à medida que os sacerdotes diminuíam. Ocupavam o judiciário e a alta burocracia; representavam a classe média nas assembléias nacionais e nos *parlements* provinciais; mesmo a aristocracia e o clero dependiam deles como guias em direito civil. Formou-se, na França, uma nova *noblesse de robe* — os "gatos peludos" de Rabelais. O direito canônico desapareceu nos países protestantes, e a jurisprudência substituiu a teologia como *pièce de résistance* nas universidades. O direito romano ressurgiu nos países latinos, e chegou à Alemanha durante o século XVI. A lei local sobrevivia a seu lado na França; na Inglaterra, era-lhe preferida a "lei comum", embora o Código de Justiniano tivesse alguma influência na formação e na manutenção do absolutismo de Henrique VIII. Contudo, na própria corte de Henrique, Thomas Starkey, seu capelão, compôs (*ca.* 1537) um *Diálogo* cujo tema principal era que as leis deviam ser ditadas pela vontade do rei, e que os reis deviam submeter-se à eleição e à destituição:

> O país que não pode ser bem governado, nem mantido em boa política por muito tempo, é aquele que é dirigido pela vontade de um só, não escolhido por eleição e sim por sucessão natural; pois raramente se verifica que aqueles que dirigem reinos e reinados por sucessão tenham méritos para tão alta autoridade.... Que é mais repugnante à natureza do que toda uma nação governada pela vontade de um príncipe?... Que é mais contrário à razão do que todas as pessoas serem dirigidas por ele, a quem geralmente falta toda a razão?... Não há homem que possa fazer um príncipe sábio, daquele a quem falta o saber por natureza.... Mas é possível para um homem eleger e escolher aquele que é sábio e justo, e fazer dele um príncipe, e, do mesmo modo, depor aquele que for tirano.[24]

Starkey morreu de estranha morte natural um ano depois de ter escrito o *Diálogo* — mas 334 anos antes de ser impresso.

III. MORAL

Qual era o comportamento do povo na cristandade latina? Não nos devemos iludir pelas suas profissões de fé religiosa; eram, na maioria das vezes, mais expressões de pugnacidade que de fervor. Os mesmos homens vigorosos que podiam crer com tanto ímpeto podiam blasfemar com ímpeto igual, e as jovens que aos domingos ajoelhavam-se com afetação ante as imagens da Virgem pintavam as faces esperançosamente durante a semana, e muitas deixavam-se seduzir apenas com uma proposta de casamento. A virgindade tinha de ser protegida por todas as disposições do costume, da moral, da lei, da religião, da autoridade paterna, da pedagogia e do "ponto de honra"; contudo, perdia-se com facilidade. Os soldados que retornavam das campanhas, em que o sexo e o álcool tinham sido suas principais consolações, achavam doloroso ajustar-se à continência e à sobriedade. Os estudantes enchiam-se de doenças venéreas, e protestavam que a fornicação não era mais que um pecado venial,[25] que os legisladores esclarecidos deviam negligenciar. Robert Greene declarou que em Cambridge tinha "consumido a flor de minha juventude entre gaiatos tão lascivos como eu".[26] Não poucas vezes, dançarinas "absolutamente nuas" dançavam no palco e noutros lugares;[27] trata-se, aparentemente, de uma das mais velhas novidades do mundo. Os artistas erguiam desdenhosamente o nariz para as regras e regulamentos do comportamento sexual,[28] e os fidalgos e senhoras concordavam com eles. "Entre as grandes famílias" — escreveu Brantôme — "as regras e os escrúpulos referentes à virgindade são ridicularizados... Quantas jovens conheço, da alta sociedade, que não levam a virgindade para o leito de núpcias!"[29] Sabemos que espécie de história a doce Margarida de Navarra parece ter ouvido sem um rubor. As prateleiras estavam cheias de literatura licenciosa, pela qual se pagavam altos preços de bom grado.[30] Aretino era tão popular em Paris como em Roma. Rabelais, que era padre, não achava que seus contos de Gargântua venderiam menos pelo fato de conterem um palavreado tal que deixava Aretino a distância. Os artistas achavam mercado fácil para os quadros eróticos, mesmo para as perversões imaginadas;[31] obras-primas desse gênero eram vendidas por mascates, pregoeiros e saltimbancos, mesmo nas grandes feiras.[32] Todas as perversões achavam lugar nesse período,[33] assim como nas aristocráticas páginas de Brantôme.[34]

A prostituição prosperava em renda e prestígio; foi nessa época que suas praticantes vieram a chamar-se *cortigiane* — cortesãs — que era o feminino de *cortigiani* — cortesãos. Alguns generais providenciavam prostitutas para seus exércitos, como salvaguarda das mulheres das cidades ocupadas.[35] Mas, como a doença venérea crescia quase nas proporções de uma praga, os governos legislavam contra as infelizes *filles de joie*. Lutero, enquanto afirmava a naturalidade do desejo sexual, trabalhava para reduzir a prostituição e, sob a pressão dele, muitas cidades da Alemanha luterana tornaram-na ilegal.[36] Em 1560, Michel de l'Hôpital, chanceler de França, renovou as leis de Luís IX contra o mal e, aparentemente, seu decreto foi cumprido.

Entretanto, a absurda luxúria da carne por carne deu fome da alma pela alma, e a toda a renda delicada da corte e do amor romântico. Olhares furtivos, cartas de amor, odes e sonetos, baladas e madrigais, presentes esperançosos e entrevistas secretas faziam pulsar mais forte o sangue nas veias. Alguns espíritos refinados, ou alegre mulheres, importavam da Itália e de Castiglione o passatempo do amor platônico, pelo qual a dama e aquele que a cortejava podiam ser amigos apaixonados, embora abso-

lutamente castos. Tal restrição, contudo, não estava nos hábitos da época; os homens eram francamente sensuais e as mulheres gostavam deles assim. A poesia amorosa abundava, mas era um prelúdio à posse.

Não era um prelúdio ao casamento. Os pais eram ainda muito prosaicos para deixar o amor escolher os cônjuges para toda a vida; o matrimônio, em seu modo de ver, era um casamento de situações. Erasmo, sensível aos encantos da mulher mas não aos do matrimônio, aconselhava os jovens a casar-se tão velhos quanto o desejassem, e a confiar em que o amor crescia com a associação,[37] e que definhava com a saciedade; Rabelais concordava com ele. Não obstante essas autoridades, um número crescente de pessoas jovens, como Joana d'Albret, rebelava-se contra os casamentos de conveniência. Roger Ascham, tutor de Elizabeth, lamentava que "nosso tempo está tão longe da velha disciplina e obediência que, agora, não só os cavalheiros jovens como as próprias moças ousam... casar-se contra a vontade de pai, mãe, Deus, da boa ordem e de tudo".[39] Lutero ficou alarmado ao saber que o filho de Melanchthon tinha noivado sem consultar o pai, e que um jovem juiz de Wittenberg tinha declarado válido tal noivado; isso, pensava o reformador, estava destinado a dar a Wittenberg má reputação. Na universidade, escreveu (22 de janeiro de 1544),

> temos uma horda imensa de jovens de todos os países, e as moças são impudentes, seguindo os rapazes a seus aposentos e quartos e aonde quer que seja, oferecendo-lhes seu amor gratuito; e ouço que muitos pais obrigam os filhos a voltar para casa... dizendo que nós lhes penduramos mulheres ao pescoço... No próximo domingo pregarei um forte sermão, dizendo aos homens que sigam o caminho e os costumes comuns, que existem desde o começo do mundo... isto é, que os pais devem conceder seus filhos uns aos outros com prudência e boa vontade, sem que haja compromisso preliminar entre os próprios jovens... Tais compromissos são invenção do papa abominável, insinuados a ele pelo diabo, para destruir e derrocar o poder paterno, dado e aprovado generosamente por Deus.[40]

Os contratos de casamento podiam combinar-se para meninos e meninas apenas de três anos de idade, embora tais casamentos pudessem anular-se mais tarde, desde que não consumados. A idade legal para o casamento pleno era geralmente aos 14 anos para os rapazes e aos 12 para as meninas. As relações sexuais, depois do noivado e antes do casamento, eram toleradas. Mesmo antes do noivado, na Suécia e, no País de Gales, assim como mais tarde em certas colônias americanas, era permitido que os namorados deitassem juntos na cama, mantendo, porém, um lençol entre eles.[41] Nos países protestantes o matrimônio deixara de ser um sacramento, e por volta de 1580 o casamento civil competia com o religioso. Lutero, Henrique VIII, Erasmo e o Papa Clemente VII consideravam a bigamia permissível sob certas condições, especialmente em substituição do divórcio. Os teólogos protestantes inclinavam-se pouco a pouco a permitir o divórcio, mas, em princípio, só por adultério. Esta ofensa predominava aparentemente na França, apesar do costume de matar as mulheres adúlteras. Os negócios amorosos ilícitos faziam parte da vida normal das mulheres francesas de boa posição social.[42] O *ménage* triangular idêntico ao de Henrique II, Catarina de Médicis e Diane de Poitiers era muito freqüente — aceitando a esposa legal *de convenance* a situação com estranha benevolência, como às vezes acontece na França de hoje.

Exceto na classe aristocrática, a mulher era deusa antes do casamento e serva depois. As mulheres tinham a seu cargo a maternidade, glorificavam-se com os numero-

sos filhos e davam um jeito de controlar os seus senhores. Eram criaturas robustas, habituadas ao trabalho árduo de sol a sol. Faziam a maior parte da roupa da família, e às vezes trabalhavam para capitalistas. O tear era parte essencial do lar; na Inglaterra, todas as mulheres solteiras eram chamadas fiandeiras (*spinsters*). As mulheres da corte francesa constituíam uma espécie diferente, encorajadas por Francisco I a embelezar-se na carne e no vestuário, chegando às vezes a alterar a política nacional graças às armas de seus encantos. Apareceu um movimento feminista na França, vindo da Itália, mas desapareceu rapidamente logo que as mulheres perceberam que seu poder e preeminência eram independentes da política e das leis. Muitas francesas da classe superior eram cultas; em Paris e em outras cidades, já tomava forma o *salon* francês, à medida que as senhoras ricas e cultas faziam de suas casas lugar de encontro de homens de Estado, poetas, artistas, eruditos, prelados e filósofos. Outro grupo de mulheres francesas — Ana de França, Ana da Bretanha, Claude e Renata servem de exemplo — mantinha-se tranqüilamente virtuoso no meio da corrente erótica. De modo geral, a Reforma, sendo teutônica, trabalhou pela visão patriarcal da mulher e da família. Terminou sua entronização da Renascença como exemplo de beleza e como civilizadora do homem. Condenou a benevolência da Igreja para com os desvios sexuais e, após a morte de Lutero, preparou o caminho para a frigidez puritana.

A moralidade social declinava com a ascensão do comercialismo e o desaparecimento temporário da caridade. A desonestidade natural do homem achou formas e oportunidades novas à medida que a economia monetária substituía o regime feudal. Os novos-ricos, que preferiam as apólices à terra, e que raramente vislumbravam o indivíduo de cujo trabalho se beneficiavam, não tinham tradições de responsabilidade e generosidade próprias à riqueza rural.[43] O comércio e a indústria medievais tinham aceitado obstáculos de caráter moral sob a forma de regulamentos corporativos, municipais e eclesiásticos; o novo capitalismo rejeitou tais restrições e arrastou os homens a uma competição estrênua que pôs de lado os velhos códigos.[44] As fraudes comerciais substituíram as fraudes piedosas. A literatura panfletária da época estava sobrecarregada com denúncias da adulteração em massa de víveres e outros produtos. A Dieta de Innsbruck (1518) queixava-se de que os importadores "juntam pó de tijolo ao gengibre e misturam substâncias insalubres à pimenta".[45] Lutero noticiava que os mercadores "aprenderam a habilidade de colocar em adegas úmidas especiarias tais como a pimenta, o gengibre e o açafrão para lhes aumentar o peso. Não há um só artigo do qual eles não consigam tirar lucro mediante medida, conta ou peso falsos, ou produzindo cores artificiais... Ninguém lhes põe fim aos embustes".[46] O Senado de Veneza classificou um embarque de lãs inglesas como fraudulento em peso, fabrico e tamanho.[47]

A caridade, nos países latinos, ainda se administrava com alegria medieval. As famílias nobres gastavam considerável parte das suas rendas em doações e esmolas.[48] Lyons herdou, do século XV, uma complexa organização de caridade municipal, para a qual os cidadãos concorriam "com generosidade de mãos abertas".[49] Na Alemanha e na Inglaterra as mãos não estavam tão abertas. Lutero deu o melhor de si mesmo para o restabelecimento das esmolas interrompidas quando da confiscação, pelos príncipes, das propriedades monásticas, mas confessou que seus esforços tinham malogrado.[50] "Sob o papado" — lamentava — "as pessoas eram caritativas e davam prazerosamente, mas agora, sob a revelação dos Evangelhos, ninguém dá uma esmola; cada um espolia o outro... Ninguém dá um tostão."[51] Latimer dá notícia seme-

lhante em 1548: "Londres nunca foi tão desfavorável como agora... Antigamente, quando um homem rico morria... legava... grandes somas para aliviar os pobres... Agora a caridade desapareceu."[52] Duas cidades italianas, verberava o cardeal Pole a Londres, davam mais esmolas que toda a Inglaterra.[53] "A falar verdade" — concluía Froude — "a caridade e a justiça diminuem na Inglaterra."[54] Provavelmente não era o protestantismo e sim o comercialismo e a descrença que faziam diminuir a caridade.

O pauperismo cresceu à proporção da crise social. Rendeiros despejados, diaristas desempregados, soldados desmobilizados percorriam as estradas principais ou espalhavam-se pelas ruas dos quarteirões miseráveis, mendigando ou roubando para comer. Em Augsburg, estimaram-se os pobres em um sexto da população, em Hamburgo um quinto, em Londres um quarto.[55] "Ó Senhor de misericórdia" — gritava o reformador Thomas Lever — "quantos pobres, fracos, coxos, cegos, aleijados, doentes... jazem e se arrastam pelas ruas enlameadas!"[56] Lutero, cujo ouvido era tão generoso quanto a língua era viperina, esteve entre os primeiros a perceber que o Estado devia passar por cima da Igreja no amparo e socorro dos desfavorecidos. Em sua carta *À Nobreza Cristã da Nação Alemã* (1520), propôs que "toda cidade deveria cuidar de seus próprios pobres". Durante a ausência dele em Wartburg, seus seguidores radicais organizaram, em Wittenberg, uma irmandade para cuidar dos órfãos, dotar as moças pobres, conceber bolsas aos estudantes necessitados e emprestar dinheiro às famílias empobrecidas. Em 1523, Lutero compôs um *Regulamento do Tesouro Comum*, o qual exigia que, em cada distrito, os cidadãos e o clero se taxassem a si mesmos para levantar um fundo destinado a fazer empréstimos, sem juros, a pessoas necessitadas e incapazes de trabalhar.[57] Em 1522 Augsburg nomeou seis *Armenpfleger* — Protetores dos Pobres — para supervisionar a distribuição dos auxílios. Nuremberg seguiu-lhe os passos, depois Estrasburgo e Breslau (1523), Ratisbona e Magdeburgo (1524).

Neste ano de 1524, um humanista espanhol, Juan Luis Vives, escreveu, a pedido do conselho da cidade de Bruges, o panfleto *Do Auxílio aos Pobres*. Notava a amplidão da pobreza no meio da opulência crescente e advertia que a extrema desigualdade de posses poderia engendrar uma rebelião ruinosa. "Assim como é ignominioso" — escreveu ele — "que um pai de família permita, em seu lar confortável, alguém que sofra a desgraça de estar despido ou em andrajos, do mesmo modo é impróprio que os magistrados de uma cidade possam tolerar uma condição em que os cidadãos estejam fortemente apertados pela fome e pela miséria."[58] Vives concordava que todos que fossem capazes de trabalhar deveriam ser obrigados a isso, e que a ninguém se devia permitir que mendigasse. Mas, desde que muitos eram realmente incapazes para o trabalho, era preciso proporcionar-lhes algum abrigo em albergues, hospitais e escolas financiados pela municipalidade; dever-se-lhes-ia dar alimentação, cuidados médicos e educação elementar grátis, bem como providenciar remédio especial para os doentes mentais. Ypres combinou as idéias de Vives com os precedentes alemães e organizou em 1525 uma caixa comunitária para reunir todas as doações em um único fundo e toda distribuição de caridade sob uma única chefia. Carlos V pediu cópia do plano de Ypres e recomendou-o a todas as cidades do Império (1531); Henrique VIII remeteu instruções semelhantes às paróquias da Inglaterra (1536). Nos países católicos, a Igreja detinha a administração da caridade.

A moralidade política continuava maquiavélica. Usavam-se espiões por motivos de segurança; os de Henrique VIII em Roma contavam as mais secretas conversas do Vaticano.[59] O suborno era tradição geral, e prosseguiu com mais viço depois do influxo do ouro americano. Os governos competiam na violação de tratados; frotas turcas e cristãs rivalizavam umas com as outras em pirataria. Com o declínio da cavalaria a moral da guerra caiu em verdadeiro semibarbarismo; cidades que tinham resistido sem êxito a cercos eram saqueadas ou incendiadas; soldados que se tinham rendido eram chacinados ou escravizados até o resgate; o direito e a civilidade internacionais, tal como tinham existido na submissão ocasional de reis à arbitragem dos papas, desapareciam submersos no caos da expansão nacionalista e da inimizade religiosa. Em relação aos não-cristãos, os cristãos reconheciam poucos freios morais, e os turcos respondiam na mesma moeda. Os portugueses capturavam e escravizavam negros africanos, e os conquistadores espanhóis roubavam, escravizavam e matavam nativos americanos sem que isso lhes prejudicasse a resolução de cristianizar o Novo Mundo. A vida era tão amarga para os índios americanos sob o domínio espanhol que milhares deles se suicidavam.[60] Mesmo na cristandade houve, nessa época, um aumento assustador de suicídios.[61] Alguns humanistas desculpavam a autodestruição, mas a Igreja dizia que ela levava ao inferno, de modo que o suicida bem-sucedido saltava da frigideira para as brasas.

Em tudo e por tudo, a Reforma, embora no fim aumentasse a moral da Europa, prejudicou temporariamente a moral do povo. Pirkheimer e Hans Sachs, simpáticos a Lutero, lamentavam que o caos da conduta licenciosa se seguisse ao colapso da autoridade eclesiástica.[62] Lutero, como sempre, era muito franco acerca do assunto:

> Quanto mais progredimos, pior se torna o mundo... É bem evidente quão mais gananciosas, cruéis, imodestas, impudentes e más são as pessoas agora do que o eram sob o papado.[63]... Nós, alemães, somos presentemente a nação risível e a desgraça de todos os povos; somos encarados como porcos ignominiosos e estúpidos... Nós roubamos, mentimos... comemos e bebemos em excesso, e entregamo-nos a todos os vícios.[64] ... É queixa geral que os jovens de hoje são completamente dissolutos e desordenados, e não desejam aprender absolutamente nada... As mulheres e moças de Wittenberg começam a andar despidas, e não há ninguém que as puna ou corrija, e a palavra de Deus é escarnecida[65].

Andreas Musculus, pregador luterano, descreveu o seu tempo (1560) como indescritivelmente imoral, comparado com os alemães do século XV,[66] e muitos chefes protestantes concordavam com ele.[67] "Assusta-me o futuro" — gemeu Calvino — "não me atrevo a pensar nele; a menos que o Senhor desça do céu, o barbarismo nos engolfará."[68] Temos notícias semelhantes da Escócia[69] e da Inglaterra. Froude, ardente defensor de Henrique VIII, resumiu assim:

> O movimento começado por Henrique VIII, julgado pelos resultados presentes [1550], lançou pelo menos o país nas mãos de simples aventureiros. O povo trocou uma superstição que, em seus maiores abusos, prescrevia alguma parcela de respeito e obediência, por uma superstição que funde a obediência na crença especulativa; e, sob essa influência perniciosa, estão desaparecendo não apenas as virtudes superiores do auto-sacrifício como os deveres mais comuns da probidade e da moralidade. A vida particular está infectada de impureza, pelo que a licenciosidade do clero católico parece quase inocência... Entre o bem que permanece sem infecção, o melhor ainda se deve achar do lado da Reforma.[70]

Dificilmente podemos atribuir esse declínio moral da Alemanha e da Inglaterra à liberdade sexual de Lutero ou ao seu desprezo pelas "boas obras", ou ao mau exemplo de indulgência sexual e à crueldade empedernida de Henrique VIII, pois licença semelhante — em certos aspectos mais desenfreada — reinava na Itália católica sob os papas da Renascença e na França católica sob Francisco I. Provavelmente, a causa básica do relaxamento moral da Europa Ocidental foi o aumento da riqueza. Causa principal foi o declínio da fé não só nos dogmas católicos mas nos verdadeiros fundamentos do credo cristão. "Ninguém se preocupa com o céu ou o inferno" — lamentava Andreas Musculus; "ninguém dedica um pensamento a Deus ou ao Diabo."[71] Em tais declarações de chefes religiosos devemos permitir um exagero de reformadores desapontados ao ver quão pouco suas pregações teológicas tinham melhorado a vida moral. Os homens não tinham sido muito melhores antes, e não o seriam nos séculos seguintes, a crer no que diziam os pregadores. Podemos descortinar todos os pecados do século XVI em nosso próprio tempo, e todos os nossos naqueles, segundo o seu significado.

Entretanto, o catolicismo e o protestantismo estabeleceram e revigoraram dois focos de regeneração moral: melhor conduta clerical mediante o casamento ou a continência, e ênfase do lar como cidadela final da fé e da decência. Durante a longa jornada, a Reforma devia realmente reformar, mesmo em excesso; e tempo viria em que homens e mulheres olhariam com secreta inveja para o século XVI, quando seus antepassados foram tão maus e tão livres.

IV. OS COSTUMES

As pessoas eram então, como agora, julgadas mais pelos seus costumes que pela sua moral; o mundo esquece mais prontamente os pecados cometidos com a menor das vulgaridades e a maior das graças. Nisso, como em tudo, menos em artilharia e teologia, a Itália ensinava o caminho. Comparados aos italianos, os povos ao norte dos Alpes, com exceção de rarefeita camada superior na França e na Inglaterra, eram francamente rudes; os italianos chamavam-nos bárbaros, e muitos franceses, encantados com as conquistas italianas no campo e no quarto, concordavam com eles. Os bárbaros, porém, estavam ávidos de civilizar-se. Cortesãos e cortesãs, poetas e envenenadores franceses seguiam modelos italianos; e os ingleses seguiam-nos passo a passo, seduzidos. O *Courtier* de Castiglione (1528) foi traduzido para o francês em 1537, para o inglês em 1561, e círculos polidos discutiam a definição de cavalheiro. Os manuais de boas maneiras eram *bestsellers*; Erasmo escreveu um. A conversação tornou-se arte, na França, como mais tarde na *Mermaid Tavern* em Londres; o duelo de réplicas atravessou os Alpes, vindo da Itália, quase ao mesmo tempo que a arte da esgrima. A conversação era mais polida na França do que na Alemanha; os alemães esmagavam um homem com humor, os franceses alfinetavam-no com finura. A liberdade de linguagem era o agente vital da época.

Como a superfície é mais facilmente apresentável que a alma, as novas classes das civilizações ascendentes do norte prestavam muita atenção ao vestir. As pessoas comuns vestiam-se de modo bem pouco artístico — como vemos nas multidões de Brueghel: chapéus esquisitos, blusas soltas com mangas bufantes, calças justas que desciam até sapatos confortáveis, tendo ao centro um arremate — uma sacola insolen-

te, muitas vezes enfeitada com cores brilhantes, pendendo entre as virilhas do homem. Os homens endinheirados da Alemanha envolviam as robustas carcaças em peças volumosas de tecido, coroadas por largos chapéus que pareciam panquecas aplainadas; mas as alemãs pareciam estar proibidas de se vestirem de outro modo que não fosse como *Hausfrauen* ou cozinheiras. Também na Inglaterra os homens usavam coisas mais finas que as senhoras, até que Elizabeth superou-os com seus mil vestidos. Henrique VIII regulava a marcha da extravagância de vestuário, embelezando-o com ornamentos coloridos e adornos preciosos. O duque de Buckingham, quando do casamento do príncipe Arthur com Catarina de Aragão "usava um manto todo bordado" — diz Holinshed — "forrado de zibelina, e avaliado em 1.500 libras" ($ 150,000?).[71] Leis suntuárias proibiam a qualquer homem abaixo de cavaleiro imitar o esplendor de roupagens deste. As inglesas cobriam suas formas rigidamente, com vestidos que iam dos pés à cabeça e mangas até o punho, enfeitados de debruns e orlas, e fechados por cintos amplos com ornamentos metálicos dos quais pendia um berloque ou um rosário; em geral, usavam menos jóias que os homens.

Sob o apreciador Francisco I, as francesas abriam os corpetes, exibiam seios amplos e decotavam os vestidos nas costas quase até a última vértebra.[72] Se o busto natural não crescia apropriadamente, inseria-se um artificial sob o espartilho.[73] O vestido era justo nos seios e apertado na cintura; mangas tufadas, ancas e bainhas alargadas por arames ocultos e sapatos altos obrigavam a um passo gracioso e balançado. As fidalgas — e só elas — tinham permissão de usar uma cauda no vestido, que era maior na medida do grau de nobreza; se era muita, a cauda podia ter seis metros de comprimento, pelo que se fazia acompanhar de uma aia ou pajem para levantá-la. Noutra moda a mulher deveria cobrir o pescoço com um *fraise* ou rufo, firmemente seguro por arames; e os homens martirizavam-se com geringonças idênticas. Por volta de 1535, Servet observava que "as mulheres espanholas têm um costume que se consideraria bárbaro na França, que é furar as orelhas e pendurar nelas argolas de ouro, muitas vezes ornadas de pedras preciosas";[74] contudo, lá por 1550, as senhoras francesas usavam brincos e mesmo os homens.[75] As jóias mantinham seu domínio imemorial. Os franceses envolviam-se em blusas de seda e gibões de veludo, e protegiam a virilidade com uma *braguette* — braguilha — às vezes enfeitada de rendas ou jóias. Ao contrário do costume do século XV, usavam o cabelo curto e a barba comprida. O cabelo das mulheres, tantas eram as armações, desencoraja qualquer descrição: era trançado, ondeado, cheio de tufos postiços, coberto de flores, embelezado com pedras preciosas, perfumado com ungüentos, pintado ao sabor da moda e levantado em torres ou pirâmides. Os cabeleireiros eram então indispensáveis às mulheres bonitas, pois envelhecer parecia destino pior que a morte.

Quanto eram limpos os corpos por baixo de tanto esplendor? Uma *Introduction pour les jeunes dames*, do século XVI, fala de mulheres "que não têm cuidado em andar limpas, exceto nas partes que se podem ver, continuando sujas... sob a roupa branca";[76] e um provérbio cínico dizia que as cortesãs eram as únicas mulheres que lavavam mais que o rosto e as mãos.[77] Talvez a limpeza aumentasse com a imoralidade, pois, à medida que as mulheres se ofereciam mais à vista, alargava-se a área limpa. O banho freqüente, de preferência em água perfumada, tornou-se então parte das boas maneiras, especialmente na França. As casas de banhos públicos diminuíam de número à medida que os banheiros particulares se multiplicavam; estes, contudo, não tinham, normalmente, água corrente, dependendo de bacias e tinas. Os banhos

de vapor, que entraram na Europa Ocidental com os cruzados no século XIII, continuavam populares em todo o século XVI.

O lar, nos países protestantes, quase substituiu a igreja como centro de culto religioso. O pai servia de padre, dirigindo a família nas preces diárias, na leitura da Bíblia e dos salmos, enquanto a mãe ensinava o catecismo aos filhos. Nas classes médias o bem-estar vinha com a piedade. Foi nessa época que a mesa evoluiu de cavaletes e pranchas para uma unidade de pernas grossas; os bancos e almofadas evoluíram para a cadeira estofada, e a cama de quatro colunas, entalhada e lavrada, tornou-se o símbolo da estabilidade moral e do êxito financeiro. A mobília, a baixela, os atiçadores e utensílios de cozinha eram construídos para durar gerações. As vasilhas de estanho e as colheres de folha-de-flandres ou de prata substituíram as de madeira.

Grandes eram as casas porque as famílias eram grandes. As mulheres davam à luz quase anualmente, muitas vezes em vão, pois a mortalidade infantil era alta. John Colet era o mais velho de 22 irmãos; pelo tempo em que tinha 32 anos, todos os outros estavam mortos. Anton Koberger, o impressor de Nuremberg, teve 25 filhos e sobreviveu a 12. Dürer pertencia a uma família de dezoito filhos, dos quais só três parecem ter alcançado a maturidade.[78] Para completar a família havia animais domésticos, quase tão numerosos como a progênie. Papagaios vindos das Índias Ocidentais e macacos da Índia eram os favoritos.[79] Toda uma literatura instruía as mulheres e as crianças no cuidado que se devia dispensar a cães e pássaros.

As refeições eram copiosas. Desprezavam-se os legumes e verduras, que recebiam aceitação gradual. O repolho, a cenoura, a alface, o ruibarbo, a batata, o feijão-de-lima e o morango tornavam-se agora comuns. A refeição principal era o almoço que se fazia às 11 horas da manhã; a ceia era servida até as 19 horas — quanto mais elevada a classe, mais tardia a hora. A cerveja e o vinho eram as bebidas preferidas em todas as refeições, mesmo ao desjejum matinal; um dos direitos que Thomas More tem à fama é que ele bebia água. Por volta de 1550 os espanhóis trouxeram o chocolate do México; o café não tinha ainda vindo da Arábia para a Europa Ocidental. Em 1512 a família do duque de Northumberland concedia um litro de cerveja amarga a cada pessoa, por refeição, mesmo aos meninos de oito anos; o consumo médio dessa cerveja na Coventry do século XVI era de um litro por dia para cada homem, mulher e criança.[80] As cervejarias de Munique já eram famosas no século XIV.[81] A bebedeira tinha boa reputação na Inglaterra, até que "Maria, a Sanguinária" encarou-a com desagrado; continuou popular na Alemanha. Os franceses bebiam com mais firmeza, sem serem inteiramente indiferentes.

Apesar da pobreza e da opressão, havia ainda muitos encantos na vida. Até os pobres tinham jardins. A tulipa, trazida para a Europa Ocidental por volta de 1550 por Busbecq, embaixador imperial em Constantinopla, tornou-se a paixão nacional da Holanda. As casas de campo eram uma agradável moda na Inglaterra e na França. Os aldeões ainda tinham suas festas sazonais — Primeiro de Maio, Festa da Colheita, Todos os Santos, Natal e outros mais; os próprios reis participavam das festas de maio, e coroavam-se com flores. Os divertimentos dos ricos traziam, às vezes, esplendor excitante aos pobres, como quando Henrique II entrou pomposamente em Lyon, em 1548; e o povo podia, a distância respeitosa, assistir às justas e aos torneios dos senhores — desporto que caiu de moda após a morte do rei de Diane. As procissões religiosas tornaram-se mais pagãs à medida que a época de Henrique VIII caminhava para a elisabetana; no Continente, a moral fácil autorizava mulheres nuas em festas teatrais,

para personificar figuras históricas ou mitológicas; Dürer confessava-se fascinado por uma dessas exibições, à qual assistiu em 1521, em Antuérpia.[82]

E havia os jogos. Rabelais preencheu um capítulo com a enumeração deles, reais e imaginários; Brueghel mostrou quase um cento em uma pintura. Açular cães contra ursos acorrentados, touradas, brigas de galos divertiam a populaça; o futebol, o boliche, o boxe e a luta romana exercitavam e exorcizavam os jovens do povo; e só Paris tinha, no século XVI, 250 campos de tênis para sua fidalguia.[83] Todas as classes caçavam e jogavam; algumas senhoras lançavam dados, alguns bispos jogavam cartas a dinheiro.[84] Mímicos, acrobatas e atores percorriam o país, exibindo-se para os senhores e a realeza. Nas casas jogava-se cartas, xadrez, gamão e muitos outros jogos.

De todos os passatempos, o mais apreciado era a dança. "Depois do jantar" — diz Rabelais — "todos vão juntos ao bosque de salgueiros, onde, sobre a grama verde, ao som de alegres flautas, dançam tão galantemente que é doce e celestial vê-los nesse desporto."[85] Assim, na Inglaterra, no Primeiro de Maio, os aldeões juntavam-se à volta de um mastro alegremente decorado com flores e dançavam seus pesados e rústicos passos e, depois, parece que se entregavam a intimidades que faziam lembrar a festa romana de Flora, deusa das flores. No tempo de Henrique VIII os jogos de maio costumavam incluir a *morris dance* (*i. e.*, dança mourisca) vinda dos mouros espanhóis através do fandango espanhol com castanholas. Os estudantes, em Oxford e Cambridge, dançavam com tanto tumulto que William of Wykeham proibira o arrebatamento perto da estatuária da capela. Lutero aprovava a dança, e gostava especialmente da "quadrilha com os amáveis cumprimentos, abraços, e animado balanço dos pares".[86] O grave Melanchthon dançava; e em Leipzig, durante o século XVI, os pais organizavam bailes para permitir aos estudantes relacionar-se com as "mais honradas e elegantes filhas dos magnatas, senadores e cidadãos".[87] Carlos VI conduzia amiúde o balé (*balait*) ou a dança na corte francesa; Catarina de Médicis levou as danças italianas para a França, e lá, nos últimos dias dessa infeliz rainha-mãe, a dança desenvolveu novas formas aristocráticas. "A dança" — disse Jean Tabourot, em um dos mais antigos livros sobre uma das mais velhas artes — "é praticada para ver se os namorados são saudáveis e adequados um ao outro; e, ao fim da dança, permite-se que o cavalheiro beije sua dama, para que possa verificar se ela tem hálito agradável. Dessa forma... a dança torna-se necessária ao bom governo da sociedade."[88] Foi através do acompanhamento da dança que a música evoluiu das formas vocais e corais para as composições instrumentais, que fizeram dela a arte dominante de nosso tempo.

CAPÍTULO XXXIV

Música
1300-1564

I. OS INSTRUMENTOS

A POPULARIDADE da música durante esses séculos corrige a nota sombria que a história tende a proporcionar-lhes; agora como então, através da excitação e da rudeza da revolução religiosa, ouvimos o povo cantar. "Não dou atenção aos prazeres da mesa, do jogo ou do amor" — escreveu o apaixonado impressor Étienne Dolet — "só a música... me prende, me impressiona e me mergulha em êxtase."[1] Desde a nota pura da voz de uma jovem ou do registro puro de flauta ao contraponto polifônico de Deprès ou Palestrina, cada nação e cada classe redimiu com música o comercialismo e a teologia da época. Nem todos cantavam; Francesco Landino lamentava que todos compusessem.[2] Entre as alegres ou melancólicas canções populares da aldeia e as missas solenes da Igreja, uma centena de formas musicais emprestou sua harmonia a danças, bailados, banquetes, namoros, cortes, procissões, festas, peças teatrais e orações. O mundo cantava.

Os mercadores de Antuérpia eram acompanhados diariamente à Bolsa por uma banda. Os reis estudavam música — não como prerrogativa feminina ou mecânica mas como característica e fonte de civilização. Afonso X de Espanha colecionou persistente e carinhosamente canções à Virgem — *Cantigas de Santa Maria*. Jaime IV da Escócia cortejava Margarida Tudor com o clavicórdio e o alaúde; Carlos VIII de França levava consigo o coro real quando de suas campanhas na Itália; Luís XII cantava de tenor no coro da corte; Leão X compôs canções francesas;[3] Henrique VIII e Francisco I cortejaram-se e rivalizaram entre si com coros rivais no Campo dos Trajes de Ouro. Luís Milan descreveu Portugal, em 1540, como "um verdadeiro mar de música".[4] A corte de Matias Corvino em Buda possuía um coro classificado como igual ao do papa, e havia uma boa escola de música em Cracóvia, sob o reinado de Sigismundo II. A Alemanha estava repleta de canções na juventude de Lutero. "Temos cantores em Heidelberg" — escreveu Alexander Agricola em 1484 — "cujo condutor compõe para oito ou 12 vozes."[5] Em Mogúncia, Nuremberg, Augsburg e noutros lugares, os mestres cantores continuavam a adornar as canções populares e as passagens da Bíblia com a pompa do formalismo e a joalheria do contraponto. As canções populares alemãs eram, provavelmente, as melhores da Europa. Em toda parte a música constituía o incitamento à piedade e o chamariz do amor.

Embora quase toda a música dessa época fosse vocal, os instrumentos acompanhantes eram tão diversos como em uma orquestra moderna. Havia instrumentos de corda, como saltérios, harpas, cítaras charamelas, alaúdes e violas; instrumentos de so-

pro, como flautas, oboés, fagotes, trombetas, trombones, cornetins e gaitas de foles; instrumentos de percussão, como tambores, sinos, matracas, címbalos e castanholas; instrumentos de teclado, como órgãos, clavicórdios, cravos, espinetas, virginais e muitos outros; e de muitos havia variantes encantadoras no tempo e espaço. Todo lar educado tinha um ou mais instrumentos musicais, e algumas casas tinham salas especiais para tocá-los. Freqüentemente constituíam obras de arte, afetuosamente lavrados e imaginativamente concebidos, e mantinham-se como tesouros e recordações de geração a geração. Alguns órgãos eram tão caprichosamente desenhados como fachadas de catedrais góticas; assim, os homens que construíram os órgãos para a *Sebaldus-kirche* e a *Lorenzkirche* de Nuremberg tornaram-se "imortais" por um século. O órgão era o instrumento principal, mas não o único usado nas igrejas; flautas, gaitas de foles, tambores, trombones e mesmo tímpanos podiam juntar seus sons incongruentes à adoração.

O instrumento favorito para acompanhar a voz simples era o alaúde. Como todos os instrumentos de corda, tinha origem asiática. Chegou à Espanha com os mouros, e lá, como a viola (*vihuela*), elevou-se à dignidade de instrumento de solo, para o qual foi composta a mais antiga música instrumental pura que se conhece. Geralmente era feito de madeira e marfim, e modelado como uma pêra; seu bojo era perfurado na forma de uma rosa; tinha seis — às vezes 12 — pares de cordas, que eram tangidas com os dedos; o braço era dividido por tastos de latão em uma escala graduada, e as cravelhas formavam um ângulo com o braço. Quando uma donzela formosa apoiava um alaúde no regaço, arranhava as cordas e juntava sua voz ao som das cordas, Cupido podia economizar uma seta. Contudo, era difícil manter o alaúde afinado, pois o constante puxar das cordas tendia a abalar sua tensão, e um espirituoso disse de um velho alaudista, que sessenta de seus oitenta anos haviam sido gastos na afinação de seu instrumento.[6]

A viola diferia do alaúde por ter as cordas esticadas sobre um cavalete e ser tocada com arco, mas o princípio era o mesmo — a vibração de cordas tensas tangidas sobre uma caixa perfurada para produzir ressonância. As violas tinham três tamanhos: a *viola da gamba*, grande e de tom grave, firmada entre as pernas como a sua contrapartida moderna, o violoncelo; a pequena *viola da braccio* tenor, que se sustentava no braço; e a viola soprano. Durante o século XVI a *viola da braccio* transformou-se no violino, deixando a viola de ser usada no século XVIII.

A única invenção européia, em instrumentos musicais, foi a dos instrumentos de teclado, nos quais as cordas eram indiretamente percutidas, ao invés de serem diretamente tangidas com os dedos ou um arco. A mais velha forma conhecida, o clavicórdio, apareceu no século XII, e sobreviveu para ser "bem temperado" por Johann Sebastian Bach; o mais velho exemplar existente (1537) está no Museu Metropolitano de Nova York. Durante o século XV uma variante mais robusta tomou a forma do cravo, o que permitiu modificações de tonalidade mediante diferenças de pressão; às vezes, um segundo teclado ampliava a gama, e chaves e registros ofereciam novas maravilhas de som. A espineta e o virginal eram variantes italiana e inglesa do cravo. Esses instrumentos de teclado, tal como a viola e o alaúde, eram apreciados tanto pela beleza como pela tonalidade e constituíam gracioso elemento de decoração nos lares abastados.

À medida que os instrumentos melhoravam em extensão, qualidade de tom e complexidade de operação, cada vez se requeria maior treino e perícia para tocá-los com

êxito; crescia o público dos recitais de um ou mais instrumentos sem vozes, e apareceram virtuoses de órgão e alaúde. Conrad Paumann (falecido em 1473), o organista cego de Nuremberg, viajava de corte em corte, dando recitais cuja excelência o elevaram a cavaleiro. Tais progressos encorajavam a composição de música apenas para instrumentos. Até o século XV, quase toda a música instrumental era composta aparentemente para acompanhar vozes ou danças, embora muitas pinturas desse século mostrem músicos tocando sem nenhum cantor ou dançarino visível. A mais antiga música que restou só para instrumentos é o *Fundamentum organisandi* (1452) de Conrad Paumann, que foi originalmente composta como manual para tocar órgão, mas também continha inúmeros solos. O emprego de tipos metálicos móveis na impressão de música por Ottaviano dei Petrucci (1501), baixou o preço da publicação de composições, instrumentais ou de outro tipo. A música escrita para dança prestava-se à apresentação independente; daí a influência das formas de dança na música instrumental. A suíte de "movimentos" compostos para uma sucessão de danças levou à sinfonia e ao quarteto da música de câmara, cujas partes às vezes conservam nomes de danças. O alaúde, a viola, o órgão e o cravo eram preferidos para solos ou execuções orquestrais. Alberto da Ripa conseguiu tal fama como alaudista nas cortes de Francisco I e Henrique II que, quando morreu em 1551, os poetas da França entoaram tristes endechas aos seus restos mortais.

II. A ASCENDÊNCIA FLAMENGA: 1430-1590

As canções e danças do povo foram a fonte perene de onde as formas não-eclesiásticas de música tiraram a origem, o modo e os temas, e mesmo as missas podiam originar-se de cançonetas tais como *Adieu mes amours* (*Adeus, meus amores*). As canções francesas variavam dos alegres cantos da rua e das baladas dos trovadores aos intricados cânticos polifônicos de Guillaume de Machaut e Josquin Deprès.

Machaut (*ca.* 1300-77) era o senhor daquela *ars nova*, que Philippe de Vitry expusera em 1325 — música que usava ritmos binários em adição aos ritmos triplos sancionados pela *ars antiqua* e pela Igreja. Machaut era poeta, erudito, músico, cônego da catedral de Reims, provavelmente também homem de ardor, pois escreveu algumas líricas amorosas, das quais o ardor até hoje não se resfriou. Foi admirável em uma dúzia de formas musicais — baladas, rondós, cançonetas, motetos e missas; a ele é atribuída a mais antiga missa polifônica composta por um homem. Embora eclesiástico, tomou parte do movimento para secularizar a música polifônica, visando a conduzi-la desde os ritmos ortodoxos do motete e da missa cantada para a mais livre e flexível *cantilena* do canto secular.

Nesses séculos os ingleses eram musicais. Não rivalizavam com os italianos em melodia (e quem rivalizaria?), nem com os flamengos em polifonia, mas suas canções, então como agora, revelavam uma ternura e delicadeza que só se encontram nas mais profundas *chansons* dos franceses. Os cantores ingleses foram aclamados no Concílio de Constança, e nessa geração Henrique V, o herói de Agincourt, compôs uma missa cujo *Gloria* e cujo *Sanctus* ainda se conservam. As composições de John Dunstable (*ca.* 1370-1453) eram cantadas desde a Escócia até Roma, e participaram na formação do estilo da escola flamenga.

Do mesmo modo que tivera a liderança na pintura, durante o século XV, assim ocorreu em Flandres que a música têve um de seus mais exuberantes períodos, no

meio de nobres e burgueses prósperos e amantes da arte. "Hoje" — escreveu Johannes Verwere por volta de 1490 — "temos uma florescência em avanço, sem falar do grande número de cantores famosos... um número quase ilimitado de compositores" cujas obras "sobressaem pelo som agradável; nunca ouvi ou vi suas composições sem me regozijar com elas."[7]

Os contemporâneos teriam, provavelmente, classificado Dufay, Okeghem e Deprés exatamente ao lado de Jan van Eyck, Claus Sluter e Rogier van der Weyden na hierarquia de gênios e ebnfeitores. Com a polifonia flamenga, viveu a Europa Ocidental a última fase do espírito gótico em arte — a devoção religiosa temperada com a alegria secular, formas sólidas na base e na estrutura, frágeis e delicadas no desenvolvimento e no ornamento. Mesmo a Itália, tão hostil ao gótico, juntou-se à Europa Ocidental ao reconhecer a supremacia da música flamenga, e ao buscar *maestri* em Flandres para os coros episcopais e as cortes principescas. O imperador Maximiliano I, encantado com a música de Bruxelas, formou, em Viena, um coro no modelo flamengo. Carlos V levou músicos flamengos para a Espanha: o arquiduque Fernando levou alguns para a Áustria, Cristiano II, outros para a Dinamarca; "a fonte da música" — disse o veneziano Cavallo — "está nos Países-Baixos".[8] Foi por meio desta ascendência flamenga que a música profissional escapou ao estreito nacionalismo da época.

Guilhaume Dufay ensinou o caminho. Nascido no Hainaut (*ca.* 1399), educado como menino de coro da catedral de Cambrai, foi chamado a Roma para cantar na Capela Sistinta; então de volta a Cambrai, elevou seu coro ao renome internacional; as missas que compôs ali foram cantadas em todos os centros musicais da cristandade latina. As que sobrevivem soam pesadas e lentas aos ouvidos habituados à velocidade da vida moderna, embora se devam ter se ajustado perfeitamente às catedrais majestosas ou aos solenes coros papais. Mais apropriada para nós é uma canção polifônica de melífua melancolia, *Le jour s'endort* — "O dia adormece". Imaginemos um coro paramentado entoando tal canto por entre as paredes góticas de Cambrai, Ypres, Bruxelas, Bruges, Gand ou Dijon e perceberemos que a arquitetura, a pintura, os hábitos, a música e as maneiras dessa época fervorosa, colorida e pomposa formavam um todo artístico harmonioso, sendo variações de um mesmo tema que impugnava toda a época.

Os métodos de Dufay foram desenvolvidos e difundidos através Europa pelo mais influente professor de música, talvez de todos os tempos. Johannes Okeghem, nascido em Flandres (*ca.* 1430), gastou a maior parte de seus anos proporcionando música e educação musical na corte de França. Sua paixão especial era pelo "cânone" — uma forma da fuga em que as palavras e a melodia cantadas pela primeira voz eram repetidas alguns compassos depois, por uma segunda voz, depois por uma terceira, e assim por diante, num contraponto fluente cuja laboriosa complexidade desafiava os cantores e enlevava os compositores. Estes vieram até ele, de todos os países católicos romanos, para aprender e disseminar o seu estilo. "Através de seus alunos" — escreveu um velho historiador — "a arte" da polifonia contrapontística e "canônica foi transplantada a todos os países; e ele deve ser encarado — pois se pode provar por genealogia estilística] — como o fundador de todas as escolas, desde a sua até a época presente";[9] mas, uma vez que isto foi escrito em 1833, Okeghem não pode ser responsabilizado pela música do século XX. Quando ele morreu em 1495, os músicos da Europa escreveram motetos em sua memória, e Erasmo uma "Lamentação". Mesmo os nomes dos "imortais" são escritos na água.

Os alunos de Okeghem tornaram-se os próceres musicais da geração imediata. Vindo do Hainaut para Paris, Josquin Deprès passou anos estudando com Okeghem, depois serviu como *maestro di capella* — isto é, do coro da capela — em Florença, Milão e Ferrara. Compôs, para o duque Ercole I, um *Miserere* que logo ecoou por toda a Europa Ocidental. Depois de seis anos no coro da Capela Sistina, retornou a Paris (1494), para servir de *maître de chapelle* a Luís XII. Uma de suas mais nobres obras foi a *Déploration de Jehan Okeghem*, uma endecha ao professor morto. Por algum tempo seguiu-o na composição de missas e motetos em estilo canônico, juntando voz sobre voz em problemas quase matemáticos de seqüência e harmonia. Quando adquiriu mais perícia e sua supremacia na "arte musical" tornou-se inquestionável, ele cansou-se da técnica e escreveu motetos, hinos e canções seculares num estilo harmônico mais simples no qual a música seguia e iluminava as palavras em vez de torturá-las num cânone protéico ou esticar uma sílaba dentro da música. Quando ambos, mestre e aluno, se foram, tornou-se costume chamar a Okeghem o Donatello e a Deprès o Miguel Ângelo da arte musical.

A corte de França cultivava a música como a mais fina flor da riqueza e do poder. Uma belíssima tapeçaria datada de cerca de 1500, agora no Musée des Gobelins em Paris, registra quatro mulheres, três jovens e um monge calvo juntos em um jardim, à volta de uma fonte; um rapaz toca alaúde, uma das moças toca viola e uma dama séria toca um órgão portátil. Os poetas franceses faziam suas composições líricas para que fossem cantadas; uma Académie du Palais devotou-se a promover a união entre a música e a poesia; e, mesmo agora, uma sem a outra parece incompleta. Clément Jannequin, um aluno de Deprès, notabilizou-se em canções descritivas; seu *Chant de l'alouette*, ou *Canto da Cotovia* (1521), ainda gorjeia sobre muitos continentes.

A música espanhola refletia a devoção e a galanteria do povo. Fertilizada por influências árabes, italianas, provençais, francesas e flamengas, essa arte ia das melancólicas monodias mouriscas às grandiosas missas polifônicas em estilo flamengo. Um dos maiores compositores do século XVI, Cristóbal Morales, levou a polifonia à alta excelência e transmitiu sua arte a seu discípulo mais famoso, Tomás Luis de Victoria. Em contraste, a herança árabe produziu as melodias que se adequavam ao alaúde. Luís de Milan e Miguel de Fuenllana compuseram para *vihuela* — e executaram nesse instrumento — canções que se rivalizam aos *Lieder* alemães em qualidade e expressividade.

A conquista da Itália pelos músicos flamengos continuou até a ascensão de Palestrina. Heinrich Ysaac, depois de absorver a arte do contraponto em Flandres, foi levado para Florença por Lourenço de Médicis, a fim de ensinar os filhos de *Il Magnifico*; ficou lá 14 anos e compôs música para as canções de Lourenço. Perturbado com a invasão da Itália péla França, passou ao serviço de Maximiliano I, em Innsbruck, onde tomou parte formação dos *Lieder.* Em 1502 voltou à Itália, pensionado pelo imperador e por seu antigo discípulo, Leão X. Suas missas, os motetos e as canções — sobretudo o seu *Choralis Constantinus*, 58 composições a quatro vozes para o ofício da missa durante todo o ano religioso — igualam-se às mais altas músicas da época.

Orlando di Lasso levou a escola flamenga a sua culminância, e exemplificou, em sua carreira triunfante, o alcance geográfico e a ascensão social dos músicos da Renascença. Quando menino do coro em sua Hainaut natal, fascinou tanto os ouvintes que foi duas vezes raptado por aqueles que esperavam tirar lucro de sua voz; finalmente, aos 15 anos (1545?) os pais permitiram a Fernando Gonzaga levá-lo para a Itália. Aos

23 anos tornou-se mestre do coro da igreja de São João de Latrão, em Roma. Estabeleceu-se em 1555 em Antuérpia e publicou seu *Primeiro Livro de Madrigais Italianos*, líricas seculares ataviadas com todos os amaneiramentos do contraponto flamengo. No mesmo ano lançou uma miscelânea de *villanelles* (canções de origem napolitana), canções francesas e quatro motetos religiosos; essa coleção reflete bem a judiciosa oscilação da vida de Di Lasso, entre a alegria profana e a penitência melodiosa. Podemos vislumbrar o seu ambiente em Antuérpia na dedicatória de um moteto ao cardeal Pole, e de outro ao cardeal Granvelle, ministro de Filipe II nos Países-Baixos. Foi provavelmente Granvelle quem arranjou ao jovem compositor o emprego de assistente da direção do coro ducal em Munique (1556). Orlando veio a gostar tanto da Baviera quanto da Itália: tomou sua esposa de uma como tomara o nome da outra, e serviu os duques bávaros até a morte.

Este Mozart feliz do século XVI produziu o dobro das 626 composições do verdadeiro Mozart. Percorreu toda a gama das formas musicais correntes, e em cada uma conquistou renome europeu. Parecia igualmente à vontade em madrigais de refinado amor, em canções de amorosa inconstância, em missas de fervor místico. Em 1563 foi feito *Kapellmeister*. Compôs, então, para Alberto V, uma versão musical dos sete Salmos de Penitência. O duque admirou tanto essas composições que contratou artistas para transcrevê-las em pergaminho, adorná-las com miniaturas e encaderná-las em marroquim vermelho em dois volumes *in folio* que estão hoje entre as mais valiosas propriedades da biblioteca pública de Munique, cidade amante da arte.

Toda a Europa solicitava o novo astro. Quando Di Lasso visitou Paris (1571), Carlos IX ofereceu-lhe 1.200 libras ($30.000?) por ano para ficar; recusou, mas fez presente, a Carlos e Catarina de Médicis, de um livro de canções francesas, as mais melodiosas, disse Brantôme, que Paris jamais ouvira. Uma canção celebrava glórias da capital francesa por seu amor da justiça e paz — um ano antes do Massacre de São Bartolomeu. Regressando a Munique, Di Lasso dedicou uma coleção de motetos latinos aos Fugger, assim como madrigais italianos, *Lieder* alemães e canções francesas; este compositor não foi nenhum pobretão romântico e sim um adepto dos modos mundanos. Em 1574 viajou para Roma à custa do duque Alberto, deu um volume de missas a Gregório XIII e recebeu a Ordem da Esposa de Ouro. Mesmo Deus apreciava as dedicatórias de Orlando; pois quando, no dia de Corpus Christi (1584), forte tempestade ameaçava cancelar a habitual procissão religiosa que percorria as ruas de Munique, a chuva parou e apareceu o sol quando o moteto de Orlando *Gustate et videte* — "Experimentai e vede quão gracioso é o Senhor" — foi cantado por seu coro. Em todos os anos seguintes, no dia de Corpus Christi, entoava-se a mesma música para ensejar céus propícios.

Em 1585 Di Lasso, envelhecido e penitente, publicou o *Quinto Livro de Madrigais*, em que aplicava a forma a temas espirituais; essas estão entre suas mais comoventes composições. Cinco anos mais tarde seu espírito começou a debilitar-se; quase já não reconhecia a esposa, só falava da morte, do Juízo Final e de aumento de salário. Recebeu o aumento e morreu triunfante e insano (1594).

III. A MÚSICA E A REFORMA

Como na teologia, no ritual, na ética e na arte, a Reforma foi uma revolução na música. A liturgia católica era aristocrática, um cerimonial majestoso, arraigado em tradição inviolável, e situada francamente acima do povo em linguagem, vestes, símbolos e música. Nesse espírito, o clero definia-se como a Igreja, e pensava no povo como um rebanho a ser guiado à moral e à salvação através do mito, da lenda, do sermão, do drama e de todas as artes. Nesse espírito, a missa era um mistério esotérico, uma comunicação miraculosa do padre com Deus; e a música da missa era cantada pelo padre e por um coro masculino separado dos devotos. Na Reforma, porém, as classes médias afirmaram-se; o povo tornou-se a Igreja e os clérigos seus ministros, a língua do serviço tinha de ser a vernácula da nação, a música devia ser inteligível e a congregação deveria tomar papel ativo e, finalmente, principal em sua execução.

Lutero amava a música, apreciava a polifonia e o contraponto, tendo escrito, entusiasticamente, em 1538:

> Quando a música natural é conduzida e polida pela arte, logo se começa a ver, com pasmo, a grande perfeita sabedoria de Deus em Sua maravilhosa obra da música, onde uma voz toma uma simples melodia e à volta dela cantam três, quatro ou cinco outras vozes, saltando, elevando-se, volteando embelezando maravilhosamente a melodia simples, como uma quadrilha no céu... Aquele que não achar isto um lilagre inefável de Deus é verdadeiramente um estúpido e não é digno de ser considerado como homem.[10]

Ao mesmo tempo, Lutero aspirava à música religiosa, que comoveria o povo pela sua fusão da fé com o canto. Em 1524 colaborou com Johann Walther, *Kapellmeister* do eleitor Frederico, o Sábio, para produzir o primeiro hinário protestante, que foi ampliado e melhorado através de várias edições. As palavras foram tiradas, em parte, de hinos católicos, em parte de cantos dos Mestres Cantores (*Meistersingeh*), em parte da pena grosseiramente poética do próprio Lutero e ainda de canções populares transformadas em temas religiosos: "o Diabo" — disse Lutero — "não tem direito a todas as boas canções".[11] Algumas das músicas foram compostas por Lutero, outras por Walther e outras adaptadas de composições católicas correntes. As igrejas luteranas continuaram, por quase um século, a incluir missas polifônicas em seu ritual; contudo, o latim foi sendo gradualmente substituído pela língua vernácula, reduzindo-se o papel da missa, ampliando-se o canto pela congregação, e afastando-se os cânticos do coro do contraponto para uma forma harmônica mais fácil, na qual a música aspirava seguir e interpretar as palavras. Das músicas corais compostas por Lutero e de suas ajudas para acompanhar a recitação das narrativas dos Evangelhos proveio a nobre música da igreja protestante do século XVIII, culminando nos oratórios de Haendel, e nas missas, oratórios e corais de Johann Sebastian Bach.

Nem todos os fundadores do protestantismo eram tão favoráveis à música como Lutero. Zwingli, que se considerava um músico, excluía inteiramente a música do serviço religioso, e Calvino proibia qualquer música de igreja, exceto o canto uníssono entoado pela congregação. Permitia, porém, o canto polifônico em casa; e seus adeptos huguenotes da França receberam parte de sua força e coragem do canto familiar de hinos e salmos musicados para várias vozes. Quando Clément Marot transladou os salmos para o verso francês, Calvino gostou tanto do resultado que perdoou as composições polifônicas arranjadas por Claude Goudimel; e o fato de ter sido morto este

compositor protestante no Massacre de São Bartolomeu fez de seu saltério um livro duplamente santo. Um século depois de Marot, um bispo católico expressava a inveja do papel que essas translações e composições desempenharam na Reforma Francesa. "Saber esses salmos de cor é, entre os huguenotes, sinal da comunhão a que pertencem; e, nas cidades em que são mais numerosos, podem ouvir-se melodias da boca de artesãos e, nas aldeias, da dos lavradores."[12] A democratização da música religiosa caracterizava as terras da Reforma, cobrindo a escuridão do credo com a alegria livre do canto.

IV. PALESTRINA: 1526-94

A Igreja Católica continuava a ser o principal patrono da música, assim como das outras artes. Ao norte dos Alpes a música católica prosseguia ao longo das linhas lançadas pela escola flamenga. Esta tradição foi confirmada por Ysaac na Áustria e por Di Lasso na Baviera. Uma das cartas mais generosas de Lutero foi a que ele remeteu em 1530 a Ludwig Senfl, cumprimentando-o pela música composta por ele em Munique, e louvando os duques católicos de lá porque "cultivam e honram a música".[13]

O coro da Capela Sistina era ainda o modelo sobre o qual reis e príncipes estabeleceram suas "capelas" nos séculos XIV e XV. Mesmo entre protestantes a mais alta forma de composição era a missa, e a glória máxima de uma missa era ser cantada pelo coro papal. A suprema ambição de um cantor era entrar para esse coro, que foi, por conseguinte, capaz de reunir as melhores vozes masculinas da Europa Ocidental. *Castrati* — depois chamados *eunuchi* — foram primeiro admitidos no coro da Capela Sistina por volta de 1550; logo depois apareceram alguns na corte bávara. A emasculação era executada com permissão dos rapazes, que eram persuadidos de que suas vozes de soprano deveriam ser um bem muito maior para eles do que a fertilidade — uma virtude vulgar geralmente mais abundante que a procura.

Como qualquer instituição velha e complexa, que tinha muito a perder por uma inovação malsucedida, a Igreja era conservadora, mesmo mais no ritual do que no credo. Os compositores, pelo contrário, estavam enfastiados das velhas modas como sempre o estiveram em todas as épocas, e a experiência era, para eles, a vida de sua arte. Através desses séculos a Igreja lutou para evitar a artificialidade da *ars nova* e a sutileza do contraponto flamengo, que poderiam diminuir a dignidade e a grandeza da missa cantada. Em 1322 o Papa João XXII promulgou um rigoroso decreto contra as novidades musicais e decoração, e ordenou que a música da missa deveria manter o cantochão uníssono, o canto gregoriano, como seu alicerce, e permitir apenas uma harmonia que fosse inteligível aos devotos e intensificasse a devoção mais que a distraísse. A ordem foi obedecida durante um século; depois foi eludida por terem alguns dos executantes cantado a parte baixa uma oitava mais acima do que estava escrito; esse *faulx bourdon* — falso baixo — tornou-se um artifício favorito em França. As complexidades da música sacra cresceram ainda. Cinco, seis ou oito vozes cantavam em fuga e contraponto, nos quais as palavras da liturgia se atropelavam em uma confusão profissional, ou eram abafadas em floreios musicais inseridos, às vezes, pelos cantores *ad libitum*. O costume de adaptar músicas populares à missa levou mesmo à intrusão de palavras profanas no texto sagrado. Algumas missas vieram a conhecer-se pelas fontes seculares, como a *Missa de Adeus Meus Amores* ou a *Missa na Sombra do*

Bosque.[14] O liberal Erasmo estava, ele mesmo, tão desgostoso com a artificialidade da "arte das missas" que protestou, em uma nota à sua edição do Novo Testamento:

> A música moderna de igreja é tão elaborada que a congregação não consegue ouvir uma palavra distinta. Os próprios coristas não entendem o que cantam.... Não havia música [de igreja] no tempo de São Paulo. As palavras eram, então, pronunciadas claramente. Hoje, as palavras nada significam.... Os homens abandonam o trabalho para ir à igreja escutar mais ruídos do que os que jamais se ouviram nos teatros gregos ou romanos. É preciso dinheiro para comprar órgãos e ensinar meninos a guinchar.[15]

Nesta matéria, o partido da reforma dentro da Igreja concordava com Erasmo. O bispo Giberti de Verona proibiu o uso de canções amorosas ou melodias populares nas igrejas de sua diocese; o bispo Morone de Módena proibiu toda música "figurada" — *i. e.*, música adornada com a elaboração de motivos ou temas. No Concílio de Trento, os reformadores católicos exigiram a exclusão de toda a música polifônica dos serviços da igreja e o retorno ao monódico canto gregoriano. A predileção do Papa Pio IV pelas missas de Palestrina pode ter ajudado a salvar a vida da polifonia católica.

Giovanni Luigi Palestrina tomou seu nome de uma cidadezinha da Campania romana, que entrara para a história, no passado, como Praeneste. Em 1537, com a idade de 11 anos, nós o encontramos registrado entre os meninos de coro de Santa Maria Maggiore, em Roma. Ainda não tinha 21 anos quando foi nomeado mestre do coro da catedral de sua cidade natal. Assim estabelecido, desposou (1547) Lucrezia di Goris, mulher de recursos aproveitáveis mas moderados. Quando o bispo de Palestrina tornou-se Júlio III, levou seu mestre de coro para Roma e fê-lo diretor da Cappella Giulia, na catedral de São Pedro, que preparava cantores para a Capela Sistina. O jovem compositor dedicou ao novo Papa o *Primeiro Livro de Missas* (1554), uma das quais apresentava um contraponto de acompanhamento a três vozes para uma voz de canto singelo. O Papa gostou tanto dessas missas que fez de Palestrina membro do coro da Capela Sistina. Por ser casado, a posição de Giovanni parecia irregular no meio do grupo normalmente tonsurado e provocava alguma oposição. Palestrina estava para dedicar um livro de madrigais ao Papa quando este morreu (1555).

Marcelo II só viveu três semanas depois de sua elevação ao papado. À memória dele dedicou o compositor (1555) sua famosa *Missa Papae Marcelli*, que não foi publicada ou assim intitulada até 1567. O Papa Paulo IV, homem de princípios inflexíveis e puritanos, demitiu os três membros casados do coro da Capela Sistina, concedendo a cada um pequena pensão. Palestrina tornou-se logo mestre de coro em São João de Latrão, mas esta posição, embora desse para a manteiga do pão, não oferecia proteção para cobrir a despesa de publicação das composições musicais. Com a ascensão de Pio IV (1559) voltou o favor papal. Pio impressionara-se com os *Improperia* que Palestrina escrevera para o ofício da Sexta-Feira Santa e, a partir daí, essa composição tornou-se parte regular desse ritual, na Capela Sistina. O casamento ainda o excluía do Coro Sistino, mas sua posição melhorou com a nomeação (1561) para mestre de coro de Santa Maria Maggiore.

Um ano mais tarde, o Concílio de Trento, de novo reunido, levantou o problema de ajustar a música de igreja ao novo espírito de reforma. A proposta extrema para proibir inteiramente a polifonia foi rejeitada; aprovou-se uma medida de compromisso premindo as autoridades eclesiásticas a "excluir das igrejas todas as músicas tais como... as que introduzam algo de impuro ou lascivo, a fim de que a casa de Deus pos-

sa verdadeiramente vir a ser... a casa de oração". (Mais tarde, Pio X em 1903 e Pio XII em 1955 acharam necessário repetir essas instruções.) Pio IV nomeou uma comissão de oito cardeais para aplicar esse decreto na diocese de Roma. Uma história divertida conta que a comissão estava quase para banir a música polifônica quando um membro, o cardeal Carlos Borromeu, apelou a Palestrina para que compusesse uma missa que mostrasse a plena congruência da polifonia e da devoção. Palestrina compôs três missas que um coro cantou diante da comissão, entre elas a *Missa Papae Marcelli*, e diz-se que a profunda união de elevação religiosa e pura arte musical dessas missas salvou a polifonia da condenação. Contudo, a *Missa do Papa Marcelo* tinha já 10 anos, e a única ligação conhecida de Palestrina com tal comissão foi o aumento da sua pensão.[16] Podemos crer, todavia, que a música que Palestrina apresentara nos coros de Roma — pela sua fidelidade às palavras, sua anulação dos motivos seculares e pela subordinação da arte musical à intenção religiosa — desempenhara um papel em levar a comissão a sancionar a música polifônica.[17] Argumento suplementar a favor da polifonia foi que as composições eclesiásticas de Palestrina dispensavam normalmente adorno instrumental e eram quase sempre escritas *a cappella* — "em estilo de capela" — *i. e.*, só para vozes.

Em 1571 Palestrina foi, de novo, feito mestre de coro da Cappella Giulia e manteve o posto até a sua morte. Entretanto, compôs com fertilidade incontrolável — ao todo, 93 missas, 486 antífonas, ofertórios, motetos e salmos e um grande número de madrigais. Alguns destes eram sobre temas seculares, mas, à medida que Palestrina envelhecia, até essa forma ajustou aos propósitos religiosos. Seu *Primeiro Livro de Madrigais Espirituais* (1581) inclui alguns de seus mais belos cantos. Infortúnios pessoais podem ter colorido sua música. Em 1576 morreu-lhe o filho, Ângelo, deixando aos seus cuidados dois netos amados, os quais morreram alguns anos mais tarde. Morreu-lhe outro filho por volta de 1579 e, em 1580, a morte da esposa levou-o a pensar em fazer-se monge. Contudo, casou-se de novo, decorrido um ano.

A abundância espantosa e a qualidade da produção de Palestrina elevou-o à liderança da música italiana, senão da européia. A conversão em 29 motetos do Cântico dos Cânticos (1584) as *Lamentações de Jeremias* (1588), seu *Stabat Mater* e o *Magnificat* (1590) confirmaram-lhe a reputação e a faculdade persistente. Em 1592, seus concorrentes italianos reuniram-se para presenteá-lo com uma *Coleção de Salmos de Vésperas*, horando-o como o "pai comum de todos os músicos". A 1º de janeiro de 1594, Palestrina dedicou à grã-duquesa Cristina da Toscana um *Segundo Livro de Madrigais Espirituais*, que combinava novamente a devoção religosa com o domínio musical. Um mês mais tarde morreu, aos 69 anos de idade. O túmulo em que jaz ostenta, debaixo de seu nome, o título que ele merecera, *Musicae Princeps*, Príncipe da Música.

Não devemos esperar apreciar Palestrina hoje a menos que, imbuídos de espírito religioso, ouçamos sua música em ambiente próprio, como parte de algum ritual solene; e, mesmo assim, seus aspectos técnicos podem levar-nos a ficar mais maravilhados do que enlevados. Em sentido literal, o ambiente próprio pode nunca retornar, pois trata-se de música da Reforma Católica, tom sombrio de uma reação severa contra a alegria sensual da Renascença pagã. Era Miguel Ângelo sobrevivendo a Rafael, Paulo IV substituindo Leão X, Ignacio de Loyola tomando o lugar de Bembo, Calvino sucedendo a Lutero. Nossas preferências atuais são uma norma transitória e falível; e a inclinação de um indivíduo — especialmente se ele for falho de competência técnica,

de misticismo e do sentido do pecado — constitui base frágil para sobre ela assentar um padrão de julgamento em música ou teologia. Podemos todos, porém, concordar que Palestrina conduziu à perfeição a polifonia religiosa de seus dias. Como muitos grandes artistas, manteve-se na crista de uma linha de desenvolvimento em sentimento e técnica; recebeu uma tradição e completou-a; aceitou a disciplina e através dela estruturou sua música em uma estabilidade arquitetônica contra os vendavais da mudança. Quem sabe, talvez em época não muito distante, enfadados de sonoridades orquestrais e de óperas romancescas, venhamos a achar de novo, em música como a de Palestrina, uma altura de sentimento, uma profunda e plácida corrente de harmonia mais própria para expressar a alma humana purificada da soberba em razão e espírito, e ficarmos de novo humildes e temerosos ante o mistério do infinito.

CAPÍTULO XXXV

A Literatura na Época de Rabelais

1517-64

I. SOBRE A PRODUÇÃO DE LIVROS

DEPOIS de Gutenberg o impulso de auto-exibição tomou uma forma adicional — a ânsia de se ver em letras de fôrma. Era um desejo dispendioso, pois o único direito autoral então conhecido era o "privilégio exclusivo" dado pelas autoridades civis ou eclesiásticas para imprimir determinado livro. Tal concessão era excepcional e, sem ela, os editores rivais, até no mesmo país, podiam "piratear" uma obra à vontade. Se um livro vendesse bem, o editor normalmente concederia um honorário ao autor; mas as únicas publicações lucrativas o bastante para merecer tal remuneração eram os romances populares, contos de mágica ou de maravilhas e panfletos polêmicos, que tinham de ser abusivos para vender. Obras de erudição com sorte pagariam seus custos. Os editores encorajavam os autores a dedicar tais produções a dignitários do Estado ou da Igreja, e a gente importante e fidalgos, na esperança de uma dádiva pelo louvor.

Imprimir e editar eram coisas geralmente unidas na mesma empresa, e o homem — ou a família — dedicado a isso era fator vital em sua cidade e em seu tempo. A fama somente através da impressão era rara. Claude Garamond, de Paris, conseguiu isto desfazendo-se do tipo "gótico" que os impressores alemães tinham adotado de manuscritos desenhados, desenhando (*ca.* 1540) um tipo "romano" baseado na escrita minúscula carolíngia do século IX desenvolvida pelos humanistas italianos e pela prensa aldina. Os impressores italianos, franceses e ingleses escolheram esta forma romana; os alemães mantiveram-se fiéis ao gótico até o século XIX. Alguns estilos de tipo ainda exibem o nome de Garamond.

A Alemanha liderou o mundo na arte de publicar. Havia firmas ativas em Basiléia, Estrasburgo, Augsburg, Nuremberg, Wittenberg, Colônia, Leipzig, Frankfurt e Magdeburgo. Duas vezes por ano, editores e livreiros reuniam-se na feira de Frankfurt, compravam e vendiam livros e trocavam idéias. Um impressor de Frankfurt publicou o primeiro jornal (1548) — uma folha distribuída na feira, noticiando acontecimentos recentes. Antuérpia tornou-se centro editorial quando Christophe Plantin transformou sua oficina de encadernação em tipografia (1555); dois anos mais tarde, remeteu 1.200 volumes para a feira de Frankfurt. Em França, o centro do comércio de livros era Lyon; 200 estabelecimentos impressores faziam com que a cidade desafiasse Paris como a capital intelectual da terra.

Étienne Dolet, impressor e humanista, foi o "incendiário" de Lyon. Nascido em Orléans, educado em Paris, apaixonou-se por Cícero; "Só aprovo Cristo e Túlio". Ouvindo que o pensamento era excepcionalmente livre em Pádua, correu para lá, e trocou epigramas irreverentes com os averroístas céticos. Em Toulouse tornou-se a alma de um grupo livre-pensador que escarnecia igualmente de "papistas" e luteranos. Banido, foi para Lyon e criou renome com poemas e artigos — mas matou um pintor em uma discussão e fugiu para Paris, onde Margarida de Navarra conseguiu-lhe um perdão do rei. Tornou-se amigo e contendor de Marot e Rabelais. Voltando a Lyon, montou uma impressora e especializou-se na publicação de obras heréticas. A Inquisição intimou-o, julgou-o e prendeu-o; ele escapou, mas foi capturado quando de uma visita clandestina ao seu filho. No dia 3 de agosto de 1546 foi queimado vivo.

Os mais considerados editores franceses foram os Étienne, uma dinastia tão persistente na impressão como os Fugger nas finanças. Henri Étienne pôs em movimento sua prensa em Paris por volta de 1500; ela continuou com seus filhos Francis, Robert e Charles; a esses quatro deveu a França suas melhores edições dos clássicos gregos e latinos. Robert compilou um *Thesaurus linguae latinae* (1532), que veio a ser a viga mestra de todos os dicionários latim-francês posteriores. Para os Étienne o latim tornou-se uma segunda língua; falavam-no regularmente na vida familiar. Francisco I louvou-lhes a obra, auxiliou Margarida defendendo-os contra a Sorbonne, e em uma ocasião juntou-se à roda de eruditos que se reunia na loja de Robert. Uma história famosa conta de como o rei esperou pacientemente enquanto Robert corrigia uma prova urgente. Francisco I forneceu os fundos com que Robert contratou Garamond para desenhar e fundir uma nova fonte de tipo grego, tão bela que se tornou o modelo da maioria das impressões posteriores em grego. A Sorbonne desaprovava o namoro do rei com o helenismo; um professor advertiu o *Parlement* em 1539 de que "propagar um conhecimento do grego e do hebraico operaria a destruição de toda a religião"; quanto ao hebraico, disse um monge, é "bem sabido que todos os que estudam hebraico atualmente tornam-se judeus".[1] Depois de ser molestado pela Sorbonne durante 30 anos, Robert transferiu sua prensa para Genebra (1552); e lá, no ano de sua morte (1559), revelou suas inclinações protestantes ao publicar uma edição dos *Institutes* de Calvino. Seu filho, Henri Étienne II, confirmou a reputação da família lançando, em Paris, edições primorosas dos clássicos, e compilando, em cinco volumes, um *Thesaurus linguae grecae* (1572), que ainda é o mais completo de todos os dicionários de grego. Atraiu a desaprovação da Sorbonne publicando *Apologie pour Herodote* (1566), na qual apontava os paralelos entre os milagres cristãos e as maravilhas incríveis relatadas pelo grego. Por seu turno, Henri Étienne II procurou refúgio em Genebra, mas achou o regime calvinista tão intolerante quanto a Sorbonne.

Muitas publicações dessa época foram modelos de tipografia, gravação e encadernação. As pesadas encadernações semimetálicas do século XV deram lugar às capas leves e mais baratas de couro, pole ou pergaminho. Jean Grolier de Servières, tesoureiro de França em 1534, tinha a maioria de seus três mil volumes tão elegantemente encadernada em marroquim levantino que figuram entre os mais belos livros existentes. As bibliotecas particulares eram, então, inumeráveis, e foram abertas bibliotecas públicas em várias cidades — Cracóvia (1517), Hamburgo (1529), Nuremberg (1538).... Sob o reinado de Francisco I a velha biblioteca real reunida por Carlos VIII foi transferida do Louvre para Fontainebleau e enriquecida com novas coleções e finas encadernações; essa *Bibliothèque du Roi* tornou-se, depois da Revolução, a *Bibliothèque Nationale*. Muitas bibliotecas monásticas pereceram na Reforma, mas muitas passaram para mãos particulares, e o que havia de valor nelas passou para os repositórios públicos. Muito se perdeu na história, mas tanto de valor se preservou que nem um cento do tempo de uma vida o poderia absorver.

II. ESCOLAS

Era natural que a Revolução rompesse, por algum tempo, o sistema educacional da Europa Ocidental, pois ele estava quase totalmente a serviço da Igreja e a influência do clero ortodoxo não poderia ser desafiada com êxito sem lhe quebrar o domínio da educação. Lutero condenava as escolas de gramática existentes porque ensunavam ao estudante "só o mau latim suficiente para se tormar padre e ler a missa... e ainda permanecer por toda a sua vida um pobre ignorante, incapaz de cacarejar ou de pôr ovos".[4] Quanto às universidades, pareciam-lhe antros de assassinos, templos de Moloque, sinagogas da corrupção; "nada mais infernal... jamais apareceu sobre a terra... ou jamais apareceria"; e concluiu que elas eram "dignas apenas de serem reduzidas a pó".[3] Melanchthon concordava com ele na idéia de que as universidades estavam transformando estudantes em pagãos.[4] A opinião de Carlstadt, dos "profetas" de Zwickau e dos anabatistas — de que a educação era uma ostentação inútil, um perigo para a moral e um obstáculo à salvação — foi facilmente aceita pelos pais que choravam o dinheiro gasto com a educação dos filhos. Alguns pais argumentaram que, dado que a instrução secundária era

principalmente dirigida ao preparo dos estudamtes para o sacerdócio e os padres estivessem agora tão fora de moda, era ilógico mandar os filhos às universidades.

Os reformadores tinham esperado que as rendas das propriedades eclesiásticas apropriadas pelo Estado seriam, em parte, devotadas ao estabelecimento de novas escolas para substituir aquelas que estavam desaparecendo com o fechamento dos mosteiros; mas os "príncipes e senhores" — queixava-se Lutero — "estavam tão diligentemente entregues aos altos e importantes negócios da adega da cozinha e do quarto de dormir que não tinham tempo" para ajudar a educação. "Nas províncias alemãs" — escreveu ele em 1524 — "as escolas por toda parte estão destinadas a ir à ruína."[5] Por volta de 1530, ele e Melanchthon lamentavam a deterioração das universidades alemãs.[6] Em Erfurt as matrículas caíram de 311 em 1520 para 120 em 1521 e para 34 em 1524; em Rostock, de 300 em 1517 para 15 em 1525; em Heidelberg, nesse ano, havia mais professores que estudantes; e em 1526 só cinco alunos se matricularam na Universidade de Basiléia.[7]

Lutero e Melanchthon trabalhavam para reparar o estrago. Em uma *Epístola aos Burgomestres* (1524) Lutero apelava às autoridades seculares para que estabelecessem escolas. Em 1530, muito a frente de seu tempo, propôs que a educação elementar fosse compulsória e provida a expensas públicas.[8] Às universidades, gradualmente reconstituídas sob os auspícios protestantes, ele recomendou um currículo centrado na Bíblia, embora também ensinando latim, grego, hebraico, alemão, direito, medicina, história e "poetas e oradores... pagãos ou cristãos".[9] Melanchton fez do renascimento da educação a tarefa principal de sua vida. Sob sua direção e estímulo, foram abertas muitas escolas novas; pelo fim do século XVI havia 300 na Alemanha. Redigiu um *Schulplan* (1527) para a organização das escolas e universidades; escreveu manuais de gramática latina e grega, de retórica, lógica, psicologia, ética e teologia; e preparou milhares de professores para as novas instituições. Sua pátria deu-lhe, agradecimente, o nome de *Praeceptor Germaniae*, o Preceptor da Alemanha. Uma por uma, todas as universidades da Alemanha do norte passaram para o domínio protestante: Wittenberg (1522), Marburg (1527), Tübingen (1535), Leipzig (1539), Königsberg (1544), Jena (1558). Os professores ou alunos que (como afirmou o duque Ulrich de Württemberg) se opunham à "justa e verdadeira doutrina evangélica" eram expulsos. Os calvinistas eram excluídos dos colégios luteranos, e os protestantes eram barrados nas universidades ainda mantidas por católicos. De modo geral, depois da Paz de Augsburg (1555), os estudantes alemães foram proibidos de freqüentar escolas de outra fé que não fosse a do príncipe do território.[10]

Johannes Sturm fez progredir imensamente a nova educação quando fundou um *Gymnasium*, ou escola secundária, em Estrasburgo (1538), e publicou nesse ano um tratado influente, *Das Escolas de Letras Retamente Abertas* (*De litterarum ludis recte aperiendis*). Como muitos condutores do pensamento da Europa Central, Sturm recebera sua educação dos Irmãos da Vida Comum. Dali foi para Louvain e Paris, onde conheceu Rabelais; a famosa carta de Gargântua sobre a educação deve repercutir uma influência recíproca. Enquanto fazia da "devoção sábia" o objetivo principal da educação, Sturm dedicava ênfase crescente ao estudo das línguas e literaturas grega e latina; e esta perfeição de exercícios nos clássicos passou-se para os posteriores *Gymnasien* da Alemanha, formando o exército de eruditos, que no século XIX invadiu e esquadrinhou o mundo antigo.

As escolas da Inglaterra sofreram certamente mais que as da Alemanha por causa da reviravolta religiosa. Escolas diocesanas, monásticas, corporativas e paroquiais dissolveram-se no calor do ataque aos abusos e à riqueza eclesiásticos. Os estudantes universitários, na maioria, provinham dessas escolas; cessando este fluxo, Oxford diplomou apenas 173 bacharéis em humanidades, Cambridge apenas 191, em 1548; em 1547 e 1550 Oxford não diplomou nenhum bacharel.[11] Henrique VIII sentiu o problema, mas a necessidade que tinha de fundos para a guerra ou núpcias limitaram-no a estabelecer o Trinity College de Cambridge (1546), e a financiar cadeiras régias de teologia, hebraico, grego, medicina e direito. A filantropia particular, nesse período, fundou o Corpus Christi College, o Christ Church College, o St. John's College e o Trinity College em Oxford, e o Magdalen College em Cambridge. A comissão real enviada por Cromwell a Oxford e Cambridge em 1535 para se apropriar de seus títulos e doações para o rei levou a faculdade e o currículo a cair sob o controle do governo. O domínio

do escolasticismo na Inglaterra foi sumariamente terminado; os trabalhos de Duns Scotus foram literalmente dispersados aos ventos;[12] o direito canônico foi posto de lado; e encorajou-se o estudo do grego e do latim; o currículo foi largamente secularizado. O dogmatismo, porém, continuou. Uma lei de 1553 exigia a todos os candidatos ao doutoramento que subscrevessem os Artigos Anglicanos de Religião.

Na França e na Flandres católicas, as universidades declinavam não em doações ou matrículas mas no vigor e na liberdade da vida intelectual. Foram abertas novas universidades em Reims, Douai, Lille e Besançon. A Universidade de Louvain rivalizava com a de Paris em número de alunos (cinco mil) e na defesa de uma ortodoxia que até os papas achavam extremada. A Universidade de Paris tinha numerosas matrículas (seis mil), mas de modo algum atraía estudantes estrangeiros em número considerável, nem tolerava, como em seu início, no século XIII, o fermento excitante de novas idéias. Suas outras faculdades eram tão dominadas pela de teologia — a Sorbonne — que este nome veio a ser quase sinônimo da própria universidade. O currículo de teologia e clássicos expurgados parecia a Montaigne uma rotina superficial de memorização e conformismo. Rabelais nunca cansou de satirizar as formalidades escolásticas e as ginásticas lógicas da Sorbonne, o desperdício de anos de estudo em debates cuidadosamente removidos de conexão real com a vida humana. "Estou disposto a perder minha parte do paraíso" — jurou Clément Marot — "se essas grandes bestas" — os professores — "não arruinarem minha juventude."[13] Toda a força e autoridade da universidade viravam-se não só contra os protestantes franceses mas também contra os humanistas.

Francisco I, que bebera o vinho da Itália e conhecera eclesiásticos embebidos na literatura da Roma e da Grécia antigas, fez o melhor que pôde para proteger o conhecimento francês dos desencorajamentos conservadores que emanavam da Sorbonne. Premido por Guillaume Budé, pelo cardeal Jean du Bellay e pela infatigável Margarida, Francisco I forneceu fundos para estabelecer (1529), independentemente da universidade, uma escola devotada, de modo predominante, aos estudos humanísticos. Quatro "professores régios" foram inicialmente nomeados — dois de grego e dois de hebraico; logo foram acrescentadas cátedras de latim, matemática, medicina e filosofia. O ensino era livre.[14] Esse "Collège Royale", mais tarde intitulado "Collège de France", tornou-se o núcleo do humanismo francês, o lar do livre mas disciplinado pensamento da França.

A Espanha, embora apaixonadamente ortodoxa, tinha excelentes universidades — 14 em 1553, incluindo novas fundações em Toledo, Santiago e Granada; a de Salamanca, com 70 professores e 6.778 alunos em 1584, desafiava comparações. As universidades da Itália continuavam a florescer; a de Bolonha, em 1543, tinha 57 professores na faculdade de "artes", 37 na de direito e 15 na de medicina; e Pádua era a Meca dos estudantes empreendedores vindos do norte dos Alpes. A Polônia demonstrava sua idade de ouro matriculando 15.338 alunos na Universidade de Cracóvia, de uma vez;[15] e, em Poznan, o *Lubranscianum*, fundado (1519) pelo bispo João Lubranski, dedicava-se aos estudos humanísticos. De todo em todo, as universidades sofreram menos nos países católicos que nos protestantes neste século cataclísmico.

A importância do professor era subestimada: ele era dolorosamente mal pago. Os professores no Collège Royal recebiam 200 coroas por ano ($5,000?), mas isso era altamente excepcional. Em Salamanca, os professores eram escolhidos pelos alunos depois de um período de prova de competências por candidatos rivais. A instrução fazia-se sobretudo por preleções, às vezes vívidas por causa dos debates. As anotações serviam mais ao estudante do que os manuais; os dicionários eram raros e os laboratórios praticamente desconhecidos, exceto para os alquimistas. Os estudantes abrigavam-se em quartos baratos e insatisfatoriamente aquecidos e adoeciam devido à má alimentação. Muitos trabalhavam para pagar os estudos. As aulas começavam às seis da manhã e terminavam às cinco da tarde. A disciplina era rigorosa; mesmo os que estavam próximos da formatura podiam ser açoutados. Os estudantes aqueciam-se com brigas de rua e tanto vinho e tantas meretrizes quanto lhes fosse possível conseguir. Chegavam, por um meio ou outro, a obter a graduação.

As raparigas das classes baixas continuavam analfabetas; muitas, das classes médias, obtinham instrução moderada em conventos; as jovens ricas tinham tutores. A Holanda orgulhava-se de várias senhoras que podiam ser cortejadas em latim, e que sem dúvida conjugariam me-

lhor do que declinariam. Na Alemanha, a esposa de Peutinger e as irmãs e filhas de Pirkheimer eram famosas pelo saber; em França, as mulheres que circundavam Francisco I embelezavam o namoro com citações clássicas; na Inglaterra, algumas literatas — as filhas de More, Jane Grey, "Maria, a Sangüinária", Elizabeth — eram modelos de erudição.

Dois professores famosos pertenceram a essa época. O menos importante foi *Sir* Thomas Elyot, cujo *Boke Named the Governour* (1531) traçava uma educação pela qual os discípulos fidalgos poderiam preparar-se para o serviço do Estado. Elyot começava por repreender a rudeza cultural dos nobres ingleses; comparava-a ao saber atribuído aos homens públicos da Grécia e da Roma antigas, e citava Diógenes, o Cínico, que, "vendo um homem inculto sentado em uma pedra, observou... 'Olhe uma pedra sentada sobre outra'".[16] Aos sete anos um menino devia ser entregue a um professor cuidadosamente escolhido, que lhe ensinaria os elementos da música, da pintura e da escultura. Aos 14 anos deviam ensinar-lhe cosmografia, lógica e história, e ser exercitado em luta romana, caça, caça com arco e flecha, natação e tênis; nada de futebol, que é jogo plebeu, e "nada significa a não ser fúria bestial e violência externa". O rapaz devia estudar os clássicos em cada estádio de sua educação — primeiro os poetas, depois os oradores, depois os historiadores, depois os generais e depois os filósofos; a que Elyot, quase como numa reflexão tardia, acrescentava a Bíblia, invertendo, assim, o plano de Lutero. Pois, apesar dos protestos dele, Elyot preferia muito mais os clássicos à Bíblia. "Senhor Deus, que doçura incomparável de palavras e de tema nas obras de Platão e de Cícero, onde se junta a gravidade ao deleite, a excelente sabedoria à eloqüência divina, a virtude absoluta ao prazer incrível", de modo que "esses livros são quase suficientes para fazer um perfeito e excelente governante!"[17]

Juan Vives, o mais humano dos humanistas, seguiu um grande objetivo e um amplo caminho. Nascido em Valência, em 1492, deixou a Espanha aos 17 anos para nunca mais a ver. Estudou em Paris tempo bastante para amar a filosofia e desprezar a escolástica. Aos 26 anos escreveu a primeira história moderna da filosofia — *De initiis, sectis, et laudibus philosophiae*. No mesmo ano, desafiou as universidades com um ataque aos métodos escolásticos de ensino da filosofia; o sistema de fomentar o pensamento através de debates, achava ele, fomenta apenas altercação fútil sobre declarações inconseqüentes. Erasmo aclamou o livro, recomendou-o a More e receou cortesmente que "Vives... eclipsasse... Erasmo".[18] Talvez devido à influência de Erasmo é que foi nomeado professor de humanidades em Louvain (1519). Incentivado por Erasmo, publicou uma edição de *A Cidade de Deus*, de Santo Agostinho, com esmerados comentários; dedicou-a a Henrique VIII e recebeu dele uma resposta tão cordial que se foi para a Inglaterra (1523). Foi bem recebido por More e pela rainha Catarina, sua compatriota, e Henrique nomeou-o professor da princesa Maria. Aparentemente por orientação dela, escreveu *Da Educação das Crianças (De ratione studii puerilis*, 1523). Tudo foi bem até que Henrique pediu a anulação do casamento. O rei cancelou-lhe o salário e manteve-o seis semanas em casa sob prisão. Libertado, Vives retornou a Bruges (1528) e gastou aí os restantes anos de vida.

Ainda idealista aos 37 anos, Vives dedicou a Carlos V um apelo erasmiano a favor de um tribunal de arbitragem em substituição da guerra (*De concordia et discordia in humano genere*, 1529). Dois anos mais tarde publicou sua grande obra, *De tradendis disciplinis* (*Da Transmissão dos Estudos*), o mais progressista tratado educativo da Renascença. Pedia uma educação dirigida "para as necessidades da vida, para algum progresso corporal ou mental, para o cultivo e aumento da reverência".[19] O aluno devia entrar na escola "como em um templo sagrado", mas os estudos que fizesse aí deveriam prepará-lo para ser um cidadão decente e útil. Esses estudos abrangeriam o conjunto da vida e deveriam fazer-se atendendo à sua inter-relação, como funcionam na vida. A natureza, assim como os livros, deveria ser estudada; as coisas são mais instrutivas que as teorias. Deixar o estudante notar as veias, os nervos, os ossos e outras partes do corpo em sua anatomia e ação; deixá-lo consultar os lavradores, caçadores, pastores e jardineiros... e aprender o saber deles; essas respigações seriam mais úteis que o "palavreado escolástico que corrompeu todos os ramos do conhecimento em nome da lógica".[20] Os clássicos, expurgados para a juventude, continuariam a ser parte vital do currículo, embora também se devesse estudar a história e a geografia modernas. Dever-se-ia ensinar a língua vernácula assim como o latim, tudo pelo método direto do uso diário.

Vives estava tão longe de seu tempo que este o perdeu de vista e deixou-o morrer na miséria. Manteve-se católico até o fim.

III. OS ERUDITOS

A tarefa característica das universidades, das academias e dos humanistas era reunir, traduzir e transmitir o velho mundo da Grécia e de Roma ao jovem mundo da Europa moderna. A tarefa cumpriu-se em grande parte e a revelação dos clássicos foi completa.

Dois homens continuam a ser homenageados como os oráculos dessa revelação. Guillaume Budé, depois de viver 62 anos na esperança de fazer de Paris a herdeira do humanismo italiano, encontrou-se a si mesmo quando Francisco I fundou o Collège Royal. Começou seus estudos de adulto com o direito, mergulhando, durante quase uma década, nas *Pandectas* de Justiniano. Para compreender melhor esses textos — latinos em linguagem mas bizantinos em significado — aprendeu grego com João Lascaris, e de modo tão devotado que o mestre, ao morrer, legou-lhe sua preciosa biblioteca de livros gregos. Quando, aos 41 anos, Budé publicou as *Annotationes in XXIV libros Pandectarum* (1508), o *Digesto* de Justiniano, pela primeira vez na jurisprudência renascentista, foi estudado em si mesmo e em seu ambiente, ao invés de ser deslocado pelos comentários dos "glosadores". Seis anos mais tarde, publicou outro monumento de pesquisa interior, *De asse et partibus* — na superfície uma discussão de moedas e medidas antigas, mas realmente uma consideração exaustiva da literatura clássica em relação à vida econômica. Ainda mais impressionante foi sua obra *Comentarii linguae graecae* (1529) livremente organizada mas tão rica de informação e exemplificação lexicográfica que colocou Budé à frente de todos os helenistas europeus. Rabelais enviou-lhe uma carta de homenagem e Erasmo prestou-lhe o cumprimento da inveja. Erasmo era homem do mundo, para quem o conhecimento só representava uma parte da vida; mas, para Budé, o conhecimento e a vida eram uma coisa só. "A filosofia" — escreveu — "que há tanto tempo tem sido minha companhia, sócia e amante, representa para mim todos os laços de afeição.... Mas fui forçado a desatar os vínculos de um amor tão devorador... pois achei-o perigoso à minha saúde."[21] Lamentava que tivesse de roubar tempo aos estudos para comer e dormir. Em um momento de distração, casou-se e teve 11 filhos. O retrato que Jean Clouet fez dele (no Museu Metropolitano de Arte de Nova York) mostra-o com aspecto pessimista, mas Francisco I deve ter-lhe encontrado alguma vivacidade, pois fê-lo bibliotecário em Fontainebleau e gostou de ter o velho erudito perto de si, mesmo alojado em torres. Em uma delas contraiu Budé uma febre. Deixou instruções precisas para um funeral simples e morreu tranqüilamente (1540). O Collège de France é o seu monumento.

Paris não tinha ainda, em seu tempo, absorvido a vida intelectual da França. O humanismo tinha vários núcleos: Bourges, Bordéus, Toulouse, Montpellier e, acima de todos, Lyon, onde o amor e o humanismo, as mulheres e a literatura constituíam mistura deliciosa. E em Agen, onde ninguém devia ter visto um imperador, Júlio César Scaliger reinou imperiosamente sobre o cenário filológico após a morte de Budé. Nascido provavelmente em Pádua (1484), foi para Agen aos 41 anos e viveu aí até a morte (1558). Todos os estudiosos o temiam, pois possuía domínio absoluto do latim vituperativo. Fez fama ao atacar Erasmo por depreciar os "ciceronianos" — defensores de um latim ciceroniano preciso. Criticou Rabelais, depois criticou Dolet por criticar Rabelais. Em um volume de *Exercitationes* examinou o *De subtilitate* de Jerome Cardan, e empreendeu provar que tudo o que se afirmava nesse livro era falso e tudo o que se negava, verdadeiro. Seu *De causis linguae latinae* foi a primeira gramática latina baseada em princípios científicos; os comentários que fez sobre Hipócrates e Aristóteles foram notáveis, tanto pelo estilo como pela contribuição à ciência. Júlio César teve 15 filhos, um dos quais se tornou o maior erudito da geração seguinte. Sua *Poetice*, publicada quatro anos depois de sua morte, contribuiu, com a obra de seu filho — e a influência dos italianos que seguiram Catarina de Médicis à França — para devolver o humanismo francês ao estudo do grego e do latim.

Presente especial da renovação grega foi a tradução, por Amyot, das *Vidas* de Plutarco. Jacques Amyot foi um dos muitos protegidos de Margarida; graças a ela, foi nomeado para uma cátedra de grego e latim em Bourges. As traduções que fez de *Dafnis e Cloe* e de outras

histórias gregas de amor foram retribuídas, na genial excentricidade da época, com uma rica abadia. Assim garantido, viajou extensamente pela Itália, dando vazão a suas inclinações antiquárias e filológicas. Quando publicou as *Vidas* (1559), prefaciou o livro com uma súplica eloqüente a favor do estudo da história como "casa do tesouro da humanidade", museu em que milhares de exemplos de virtude e vício, habilidade política e decadência se preservam para a instrução da humanidade; como Napoleão, considerava a história melhor professor de filosofia do que a própria filosofia. Entrementes, dedicou-se a traduzir também a *Moralia* de Plutarco. Foi elevado ao bispado de Auxerre onde morreu na avançada idade de 80 anos (1593). Sua versão das *Vidas* nem sempre era exata, mas constitui, por si mesma, uma obra de literatura, dotada de estilo natural e idiomático, exatamente igual ao do original. A influência que teve foi infindável. Montaigne regalava-se nela e voltou da França de São Bartolomeu a essa antiguidade seleta e enobrecida; Shakespeare compôs três peças da viril tradução feita por North sobre a de Amyot. O ideal plutarquiano do herói modelou uma centena de dramas e revolucionários franceses; e as *Vies des hommes illustres* deu ao país um panteão de celebridades próprio para instigar as mais másculas virtudes da alma francesa.

IV. A RENASCENÇA FRANCESA

É habitual e perdoável classificar com esta expressão, tão rica de sobretons, o período entre a ascensão de Francisco I (1515) e o assassínio de Henrique IV (1610). Na essência, esse colorido florescimento da poesia e da prosa, dos costumes, das artes e dos trajes franceses, foi menos um renascimento do que uma maturação. Pela paciente elasticidade dos homens e o novo progresso da terra recém-semeada, a economia e o espírito franceses tinham-se recobrado da Guerra dos Cem Anos. Luís XI dera à França um governo forte, centralizado e organizado; Luís XII dera-lhe uma proveitosa década de paz. A livre, móvel e fantástica criatividade da idade gótica sobreviveu, mesmo e sobretudo em Rabelais, que tanto admirava os clássicos que quase os citava a todos. Mas o grande despertar foi também uma renascença. A literatura e a arte francesas eram, inquestionavelmente, prejudicadas pelo conhecimento estreito da cultura antiga e das formas clássicas. Essas formas e a índole clássica — a predominância da ordem intelectual sobre o ardor emotivo — mantinham-se no teatro, na poesia, na pintura, na escultura e na arquitetura francesas por quase 300 anos. Os agentes fertilizadores do novo nascimento foram a descoberta e a invasão da Itália, a pesquisa francesa das ruínas, da jurisprudência e da literatura romanas, das letras e artes italianas e do influxo de artistas e poetas italianos em direção à França. Muitos outros fatores contribuíram para o feliz acontecimento: a imprensa; a disseminação e tradução de textos clássicos; o patrocínio de eruditos, poetas e artistas pelos reis franceses, por suas amantes, por Margarida de Navarra e por eclesiásticos e aristocratas; bem como a inspiração de mulheres capazes de apreciar outras belezas além da própria. Todos esses elementos reuniram-se no florescimento da França.

Francisco I, que herdou tudo isso, possuía como pajem o poeta que serviu de transição do gótico ao clássico, de Villon à Renascença. Clément Marot entrou na história como um rapaz travesso de 13 anos que divertia o rei com contos agradáveis e vivas réplicas. Alguns anos mais tarde, Francisco sorria às aventuras e rixas do jovem com "todas as damas de Paris", pois concordava com Marot em que elas eram realmente encantadoras:

La Françoise est entière et sans rompeure;
Plaisir la meine, au profit ne regarde.
Conclusion: qui en parle ou brocarde,
Françoises sont chef-d'oeuvre de nature.

A francesa é perfeita e completa;
O prazer a conduz e ela não vê o lucro.
Para concluir: Por mais que se possa ridicularizá-las,
As francesas são obras-primas da natureza.[22]

Marot murmurava poemas como uma fonte borbulhante. Raramente eram profundos, mas muitas vezes emocionavam pelo sentimento de ternura; eram versos de ocasião, peças coloquiais, baladas, redondilhas, madrigais, ou sátiras e epístolas que lembravam Horácio ou Marcial. Notou, com algum melindre, que as mulheres (e o contrário se dava com ele mesmo, não obstante) se poderiam mais prontamente persuadir por diamantes que por ditirambos:

Quand les petites vilotières
Trouvent quelque hardi amant
Qui faire luire un diamant
Devant leurs yeux riants e verts,
Coac! elles tombent à l'envers.
Tu ris? Maudit soit-il qui erre!
C'est la grande vertu de la pierre
Qui éblouit ainsi leurs yeux.
Tels dons, tels présents servent mieux
Que beauté, savoir, ni prières.
Ils endorment les chambrières,
Ils ouvrent les portes fermées
Comme s'elles étaient charmées;
Ils font aveugles ceux qui voient,
Et taire les chiens qui aboient.
Ne me crois-tu point?

Quando as pequenas mulherezinhas
Encontram ousado amante
Que faça brilhar um diamante
Ante seus olhos risonhos e verdes,
Coac! caem deitadas.
Estás rindo? maldito seja quem erra!
É a grande virtude da pedra
Que assim reduz seus olhos.
Tais dons, tais presentes servem melhor
Que a beleza, o saber ou as preces.
Adormecem as camareiras,
Abrem as portas fechadas
Como que por encanto;
Tornam cegos os que vêem,
E calam os cães que ladram.
Porventura não me crês?

Marot tornou-se, em 1519, *valet-de-chambre* de Margarida, e apaixonou-se respeitosamente por ela; boatos dizem que ela lhe retribuía os lamentos, porém, mais segu-

ramente, não lhe deu nada a não ser religião. Marot imbuiu-se de simpatia moderada pela causa protestante nos intervalos de seus *amours*. Seguiu Francisco I à Itália, lutou como um Bayard em Pavia, teve a honra de ser capturado com o rei e — não se esperando nenhum resgate de um poeta — foi posto em liberdade. Voltando à França, anunciou suas idéias protestantes tão abertamente que o bispo de Chartres convocou-o e manteve-o em prisão cortês no palácio episcopal. Foi libertado por intercessão de Margarida, mas logo foi detido por ajudar prisioneiros a escapar à polícia. Francisco I afiançou-o e levou-o a Bayonne para cantar as graças de sua nova noiva, Eleonora. Após outro episódio de encarceramento — por ter comido toucinho na Quaresma — acompanhou Margarida a Cahors e Nérac.

Dentro em pouco o caso dos editos reavivou a campanha contra os protestantes franceses. Marot recebeu notícias de que seus aposentos em Paris tinham sido vasculhados e que havia um mandado de prisão contra ele (1535). Temeroso de que nem as saias de Margarida lhe servissem de proteção, fugiu para a Itália, a serviço da duquesa Renée, em Ferrara. Ela o acolheu como se um Virgílio renascido tivesse chegado de Mântua; e talvez ela soubesse que Marot gostava de ligar seu nome ao de Publius Vergilius Maró. Ele se assemelhava mais ao vivo e amoroso Ovídio, ou a seu favorito Villon, cujos poemas editara e cuja vida reviveu. Quando o duque Ercole II deu a conhecer que estava farto de protestantes, Clément deslocou-se para Veneza. Chegou-lhe uma notícia segundo a qual Francisco I lhe oferecera perdão desde que abjurasse as heresias; Marot, pensando nas damas de Paris assistindo à missa, abjurou. O rei deu-lhe uma casa com um jardim, o que o fez sentir-se um *bourgeois gentilhomme*.

François Vatable, que ensinava hebraico no Collège Royal, pediu a Clément para passar os salmos a verso francês e explicou-lhos palavra por palavra. Marot colocou 30 salmos em melodiosa poesia e publicou-os com uma dedicatória judiciosa ao rei. Francisco I gostou tanto deles que deu um exemplar especial a Carlos V, que era, no momento, seu amigo; Carlos enviou 200 coroas ($ 5,000?) ao poeta. Marot traduziu mais salmos e publicou-os em 1543 com uma dedicatória a seu primeiro amor, "as damas de França". Goudimel pô-los em música, como vimos, e metade da França começou a cantá-los. Mas, como Lutero e Calvino também gostavam deles, a Sorbonne suspeitou-os de protestantismo; ou talvez no aceso do êxito Marot estivesse retomando suas heresias. Renovou-se a campanha contra ele. Fugiu para Genebra; mas achou o clima teológico da cidade muito severo para sua saúde. Escapuliu-se para a Itália e morreu em Turim (1544) aos 49 anos de idade, deixando uma filha ilegítima aos cuidados da rainha de Navarra.

V. RABELAIS

1. *Ele Mesmo*

O único, inexaurível, cético, hilariante, sábio e obsceno autor das "mais divertidas e proveitosas histórias que jamais se contaram"[23] veio ao mundo em 1495, filho de próspero notário de Chinon. Entrou em idade muito infantil para um mosteiro franciscano; lamentava, mais tarde, que as mulheres que "trazem os filhos nove meses no ventre... não possam suportá-los nove anos... e só acrescentando uma peça ao vestido e cortando não sei quantos cabelos da cabeça, por meio de certas palavras transformam-nos em pássaros" — isto é, tonsuram-nos e fazem-nos monges. O rapaz aceitou

seu destino porque era inclinado a estudar e, provavelmente, como Erasmo, sentia-se atraído pelos livros da biblioteca do mosteiro. Encontrou aí dois ou três outros monges que desejavam estudar grego e que estavam excitados pelo vasto mundo da antigüidade que o conhecimento estava revelando. François fez tais progressos que recebeu uma carta de louvor do próprio Budé. As matérias pareciam ir bem e em 1520 o futuro incréu era ordenado padre. Mas os frades mais velhos sentiam cheiro de heresia na filologia; acusaram os jovens helenistas de comprar livros com o dinheiro que recebiam por pregar, ao invés de depositá-lo na caixa comum. Puseram Rabelais e outro monge em prisão solitária e privaram-nos de livros, que eram para eles metade da vida. Budé, avisado desse *contretemps*, apelou para Francisco I, que ordenou que os literatos fossem reempossados na liberdade e nos privilégios. Alguma intercessão posterior causou um rescrito papal permitindo a Rabelais trocar de votos e residência monásticos; deixou os franciscanos e entrou para o convento dos beneditinos em Maillezais (1524). Aí, o bispo, Geoffroy d'Estissac, ficou tão entusiasmado com ele que conseguiu com o abade que Rabelais tivesse permissão de ir aonde quisesse para prosseguir em seus estudos. Rabelais foi e esqueceu-se de voltar.

Depois de experimentar diversas universidades, entrou para a Escola de Medicina de Montpellier (1530). Devia ter tido alguma instrução anterior nesta área, pois recebeu o grau de bacharel em medicina em 1531. Por motivos desconhecidos não se interessou em adquirir o doutorado; reiniciou a vadiagem, até que, em 1532, estabeleceu-se em Lyon. Como Servet, combinava a prática da medicina com o interesse pela erudição. Serviu como assistente editorial ao impressor Sebastian Gryphius, publicou vários textos gregos, traduziu os *Aforismos* de Hipócrates para o latim, e foi literalmente apanhado pela corrente humanista então na maré cheia em Lyon. A 30 de novembro de 1532 remeteu um exemplar de Flávio Josefo a Erasmo, com uma carta aduladora, estranha em um homem de 37 anos, embora própria dessa época entusiástica:

> Georges d'Armagnac... enviou-me recentemente a *História* de Flávio Josefo... e pediu-me... para mandá-la a vós.... Aproveitei avidamente essa oportunidade, ó mais humanista dos pais, para vos provar minha reconhecida homenagem, meu profundo respeito e minha devoção filial. Meu pai, disse eu? Deveria chamar-vos mãe, se vossa generosidade me permitisse. Tudo que sabemos das mães, que nutrem o fruto de suas entranhas antes de o ver, antes mesmo de saber o que será o filho, que o protegem, que o preservam da inclemência do tempo — eis o que vós fizestes por mim, cuja face vos é desconhecida e cujo nome obscuro nada significa para vós. Vós me criastes, vós me alimentastes no seio puro de vosso divino conhecimento; tudo o que sou, tudo o que possuo, só a vós o devo. Se não o proclamasse em voz alta seria o mais ingrato dos homens. Saúdo-vos mais uma vez, bem amado pai, honra de vosso país, protetor das letras, campeão invencível da verdade.[24]

No mesmo mês de novembro de 1532 vamos encontrar Rabelais médico da Misericórdia, ou hospital da cidade de Lyon, com um salário de 40 libras ($ 1,000?) por ano. Não devemos, porém, imaginá-lo um estudioso ou médico típicos. É certo que sua cultura era variada e imensa. Como Shakespeare, parece que ele teve conhecimento profissional de inúmeros assuntos — direito, medicina, literatura, teologia, culinária, história, botânica, astronomia, mitologia. Refere-se a centenas de lendas clássicas, cita meio cento de autores clássicos; às vezes alardeia erudição como um amador. Tinha vida tão atarefada que não conseguia tempo para atingir exatidão me-

ticulosa no que estudava; as edições que preparou não foram modelos de precisão cuidadosa. Não era de sua natureza ser humanista dedicado como Budé ou Erasmo: amava a vida mais do que os livros. A representação que temos dele é a de um homem de presença distinta, alto e gentil, um poço de sabedoria, luz e fogo na conversação.[25] Não era um ébrio, como velha tradição desacertadamente infere de suas saudações aos bebedores e de seus hinos ao vinho; pelo contrário, exceto por um pequeno bastardo[26] — que viveu tão pouco que não passou de pecado venial — Rabelais levou vida razoavelmente decente e foi reverenciado pelos mais finos espíritos de seu tempo, incluindo inúmeros dignitários da Igreja. Ao mesmo tempo, abrigava em si muitas qualidades do aldeão francês. Gostava dos rudes e sinceros tipos que conhecia nos campos e nas ruas; gozava com as chalaças e gargalhadas, os contos incríveis e as fanfarronadas obscenas deles; e, sem o saber, empalideceu a fama de Erasmo ante a sua por ter coligido e reunido essas histórias, por tê-las melhorado, expandido e dignificado com erudição clássica, por tê-las levantado ao nível da sátira construtiva e incluído cuidadosamente sua própria obscenidade.

Uma história, então corrente em muitas áreas rurais, falava de um gigante generoso chamado Gargântua, de seu apetite cavernoso e de seus feitos amorosos e de força; aqui e ali havia colinas e pedras que, segundo tradições locais, tinham saído da cesta de Gargântua à medida que ele passava. Tais lendas ainda se contavam, em 1860, em lugarejos franceses que nunca tinham ouvido falar de Rabelais. Um escritor desconhecido, talvez o próprio Rabelais em um *tour de rire*, tomou nota de algumas das fábulas e imprimiu-as em Lyon como *As Grandes e Inestimáveis Crônicas do Grande e Enorme Gigante Gargântua* (1532). O livro vendeu tão rapidamente que Rabelais concebeu a idéia de escrever uma seqüência acerca do filho de Gargântua. Assim, na feira de Lyon, em outubro de 1532, apareceram, anonimamente, os *Horribles et espouvantables faictz et prouesses du très renommé Pantagruel (Os Horríveis e Espantosos Feitos e Proezas do Muito Afamado Pantagruel)*. Este nome tinha sido usado em algumas peças populares, mas Rabelais deu à figura conteúdo e profundidade novos. A Sorbonne e os frades condenaram o livro como obsceno e ele vendeu bem; Francisco I gostou dele e parte do clero também. Só 14 anos mais tarde foi que Rabelais admitiu a sua autoria; temia comprometer, senão a vida, pelo menos a reputação como homem de letras.

Era, ainda assim, tão afeiçoado à cultura literária que negligenciava seus deveres no hospital, e por isso foi demitido. Podia ter passado necessidades, não tivesse Jean du Bellay, bispo de Paris e co-fundador do Collège de France, levado Rabelais consigo, como médico, a uma missão à Itália (janeiro de 1534). Regressando a Lyon em abril, Rabelais publicou aí, em outubro, *La vie très horrifique du grand Gargantua, père de Pantagruel (A Vida Muito Horrífica do Grande Gargântua, Pai de Pantagruel)*. Este segundo volume, que mais tarde constituiu o Primeiro Livro da obra completa, continha tantas sátiras joviais do clero que mereceu outra condenação da Sorbonne. Logo as duas histórias, publicadas junto, ultrapassaram em venda todas as publicações da França com exceção da Bíblia e da *Imitação de Cristo*.[27] De novo, segundo nos contam, o rei Francisco riu e aplaudiu.

Mas, na noite de 17 para 18 de outubro de 1534, a aposição de editos protestantes insultuosos nas casas de Paris e nas próprias portas do rei, mudaram-no de protetor de humanistas em perseguidor de hereges. Rabelais ocultara de novo sua autoria, mas nutriam grandes suspeitas acerca disso, e ele tinha boas razões para temer que a Sor-

bonne, com o rei atrás de si, pedisse a cabeça do escritor escandaloso. Outra vez Jean du Bellay veio em seu socorro. Agora cardeal, o genial homem da Igreja agarrou o comprometido literato-médico-pornógrafo em seu esconderijo de Lyon e levou-o para Roma (1535). A ventura de Rabelais foi encontrar aí um papa ilustrado. Paulo III perdoou-lhe o esquecimento dos deveres monásticos e sacerdotais e deu-lhe permissão para praticar a medicina. Como *amende honorable*, Rabelais expurgou das edições futuras de seu novo livro as passagens mais ofensivas ao gosto ortodoxo; e quando Étienne Dolet lhe pregou uma peça, publicando, sem permissão, uma edição inexpurgada, riscou-o da lista de seus amigos. Sob a proteção do cardeal, estudou novamente em Montpellier, recebeu o doutoramento em medicina, ensinou a vastas audiências aí e depois regressou a Lyon para retomar sua vida como literato e médico. Em junho de 1537, Dolet descreveu-o dirigindo uma lição de anatomia, ao dissecar um criminoso executado, diante de um grupo de estudantes.

Depois disso, pouca coisa sabemos de sua carreira ondulante. Estava na comitiva do rei no encontro histórico de Francisco I e Carlos V em Aiguesmortes em julho de 1538. Dois anos mais tarde, encontramo-lo em Turim, médico de Guillaume du Bellay, irmão do cardeal, e então embaixador de França na Sabóia. Nessa ocasião, espiões encontraram na correspondência de Rabelais algumas afirmações que causaram espécie em Paris. Correu à capital, enfrentou o assunto corajosamente e foi exonerado pelo rei (1541). Apesar das repetidas condenações de *Gargântua* e *Pantagruel* pela Sorbonne, Francisco I deu ao embaraçado escritor um posto menor no governo como *maître des requêtes* (comissário das petições), e ainda permissão oficial para publicar o Segundo Livro do *Pantagruel,* que Rabelais agradecidamente dedicou a Margarida de Navarra. O volume causou tamanha agitação entre os teólogos que Rabelais julgou mais avisado refugiar-se em Metz, então parte do Império. Serviu aí, durante um ano, como médico do hospital da cidade (1546-1547). Em 1548 achou que já podia voltar a Lyon e, em 1549, a Paris. Finalmente, seus protetores eclesiásticos asseguraram-lhe a nomeação (1551) para cura da paróquia de Meudon, exatamente a sudeste da capital, e o moscardo perseguido e envelhecido retomou as vestes sacerdotais. Aparentemente, delegou os deveres do cargo a subordinados e limitou-se a usar a renda.[28] Tanto quanto sabemos, era ainda cura de Meudon quando, de modo um tanto anômalo, publicou o que é agora o Quarto Livro de sua obra (1552). Dedicou-o a Odet, cardeal de Chatillon, presumivelmente com permissão; é evidente que havia então, na França, eclesiásticos na Igreja com o saber e a brandura dos cardeais da Renascença italiana. Não obstante, o livro foi denunciado pela Sorbonne e sua venda proibida pelo *parlament.* Francisco e Margarida já estavam mortos e Rabelais nenhuma proteção encontrou no sombrio Henrique II. Ausentou-se por algum tempo de Paris, mas logo regressou. Aí, após longa moléstia, morreu a 9 de abril de 1553. Uma velha história conta-nos como, estando já ele no leito de morte, perguntaram-lhe para onde esperava ir, respondeu: *Je vais chercher un grand peut-être* — "Vou procurar um grande talvez".[29] Infelizmente, trata-se de uma lenda.

2. *Gargântua*

O Prólogo do Primeiro Livro (originalmente Segundo Livro) dá, de uma vez, o gosto e o cheiro do conjunto:'

> Nobilíssimos e ilustríssimos beberrões, e vós, três vezes preciosos aldrabões (pois para vós e a ninguém mais dedico meus escritos).... Olhando o aspecto de Sócrates e apreciando-o pela aparência externa, não daríeis a casca de uma cebola por ele.... Vós, meus bons discípulos, e outros alegres loucos do ócio e do lazer, ao ler os agradáveis títulos de alguns livros de nossa invenção... estais logo prontos a julgar que não há outra coisa neles senão gracejos, chacotas, conversas lascivas e mentiras divertidas.... Mas... na leitura deste tratado achareis... uma doutrina da mais profunda e abstrata consideração... assim como no que concerne a nossa religião, à situação pública e à vida econômica.... Certo peralvilho pateta falou [mal] de meus livros, mas que o leve o diabo.... Brincai agora, meus rapazes, animai os corações e lede alegremente... Avante, Supernaculum!

Por aqui vemos o espírito e a finalidade de Rabelais: sátira séria vestida de zombaria, às vezes lambuzada de sujidade. Continuamos por nossa própria conta, agradecidos de que a palavra impressa não cheire e esperançados de encontrar alguns diamantes na estrumeira.

Gargântua começa com uma genealogia incomparável, na forma das Escrituras. O pai do gigante fora Grangousier, Rei de Utopia; e mãe, Gargamela. Ela o carregou no ventre 11 meses e, quando as dores chegaram, os amigos reuniram-se para comemorar o caso com vinho, alegando que a natureza detesta o vácuo. "Vamos, coragem" — diz, facilmente, o ufano pai à mulher; "despacha esse menino; e imediatamente começaremos a trabalhar... para fazer outro." Por um momento ela lhe deseja o destino de Abelardo; ele propõe realizar isso de imediato, mas ela muda de idéia. O futuro Gargântua, achando a saída usual da maternidade obstruída por um adstringente intempestivo, "entrou pela *vena cava*" de Gargamela, subiu através do diafragma e do pescoço e "pulou fora pelo ouvido esquerdo". Logo que nasceu desatou a gritar, tão estrondosamente que dois condados o ouviram, *À boire! à boire! à boire!* — "Beber! beber! beber!" Puseram-lhe na frente 17.913 cântaros de leite, mas ele logo mostrou preferência por vinho.

Quando chegou o tempo de educar o jovem gigante, e prepará-lo para suceder ao trono, recebeu como professor *maître* Jobelin, que fez dele um basbaque enchendo-lhe a memória com feitos passados e confundindo-lhe a razão com argumentos escolásticos. Impelido por um expediente desesperado, o pai levou o rapaz ao humanista Ponócrates. Mestre e aluno partiram para Paris, a fim de obter educação final. Gargântua cavalga uma égua imensa, cuja cauda, ao balançar, derruba extensas florestas à medida que avança; daí parte da França ser uma planície. Chegando a Paris, Gargântua desmonta em uma torre da Notre Dame; sente-se encantado com os sinos e roubando-os pendura-os ao seu pescoço de cavalo. Ponócrates inicia a reeducação do mimado gigante dando-lhe um enorme purgante, para limpar-lhe as entranhas e o cérebro, que são quase vizinhos. Assim purificado, Gargântua enamora-se da educação; começa, de uma vez, a preparar seu corpo, seu espírito e seu caráter; estuda a Bíblia, os clássicos e as artes; aprende a tocar alaúde e virginal e a gostar da música; corre, salta, luta, aprende a escalar e a nadar; pratica equitação, a justa e as coisas necessárias à guerra; dedica-se à caça para desenvolver a coragem; e, para fortalecer os bofes, grita de modo que toda Paris o ouve. Visita os metalúrgicos, os pedreiros, ferreiros, alquimistas, tecelões, relojoeiros, impressores, tintureiros e "dando-lhes algo para beber" aprende seus ofícios; todo dia toma parte em algum trabalho físico útil; e, às vezes, vai a uma conferência, ou a um julgamento ou aos "sermões dos pregadores evangélicos" (um toque protestante).

No meio de toda essa educação, Gargântua foi subitamente chamado ao reino de seu pai, pois outro rei, Picrochole, tinha declarado guerra a Grangousier. Por quê? Rabelais roubou uma história da *Vida de Pirro*, de Plutarco, e conta-nos como os generais de Picrochole se vangloriavam das terras que conquistaram sob seu comando: França, Espanha, Portugal, Argélia, Itália, Sicília, Creta, Chipre, Rodes, Grécia, Jerusalém.... Picrochole alegra-se e ensoberbece. Contudo, um velho filósofo pergunta-lhe: "Qual será o fim de tantos trabalhos e travessias?" "Quando regressarmos" — responde Picrochole — "poderemos sentar-nos, descansar e alegrarmo-nos". "Mas" — sugere o filósofo — "se por acaso vós nunca regressardes, pois a viagem é longa e perigosa, não seria melhor para nós que descansásseis agora?" "Basta" — gritou Picrochole — "vai-te embora; não temo nada.... Os que me amarem que me sigam" (I, xxxiii). A égua de Gargântua quase ganha a guerra contra Picrochole ao afogar milhares de inimigos com uma simples urinadela.

O herói real da guerra, porém, foi frei João, um monge que amava a luta mais do que as rezas e que deixa sua curiosidade filosófica aventurar-se nos becos mais perigosos. "Qual será a razão" — pergunta ele — "para que as coxas das damas sejam sempre frescas e louçãs?" E, embora não achasse nada acerca desse problema complicado em Aristóteles ou Plutarco, deu respostas a si mesmo ricas em erudição femural. Todos os homens do rei gostam dele, e dão-lhe comida e bebida à medida do ventre; convidam-no a despir a veste monástica para comer melhor, mas ele teme que, sem ela, não tenha tão bom apetite. Todas as faltas que os reformadores protestantes alegaram contra os frades são satirizadas neste alegre membro da classe: ociosidade, glutoneria, embriaguez, preces engolidas e hostilidade a tudo menos a um círculo estreito de estudo e idéias. "Em nossa abadia" — diz frei João — "nunca estudamos, pois tememos os enganos" (I, xxxix).

Gargântua propõe remunerar o bom combate do frade fazendo-o abade de um mosteiro existente, mas João suplica lhe sejam dados os meios para fundar uma nova abadia, com regras "contrárias a todas as outras". Primeiro, não haveria paredes circundantes; os internos deveriam ter liberdade de viver como quisessem. Segundo, não deveria haver exclusão de mulheres; contudo, só deveriam entrar ali mulheres "limpas, bonitas e de amável disposição", e entre as idades de 10 e 15 anos. Terceiro, só se aceitariam homens entre 12 e 18 anos, os quais deveriam ser donairosos e de bom nascimento e boas maneiras; nada de estúpidos e fanáticos, nem mendigos, advogados, juízes, escrivães, usurários, avarentos ou "hipócritas ranhosos". Quarto, nada de votos de castidade, pobreza e obediência: os membros poderão casar-se, ter riqueza e ser livres a todos os respeitos. A abadia deveria chamar-se Télemo, ou "O Que Desejares", e sua única regra seria *Fais ce que vous vouldras* — "Faz o que desejares". Pois "os homens livres, bem-nascidos, bem-criados e experimentados em companhia honesta, têm naturalmente um instinto e um impulso que os impele às ações virtuosas e os afasta do vício; esse instinto chama-se Honra" (I, lvii). Gargântua fornece os fundos para essa anarquia aristocrática e a abadia é construída segundo as especificações que Rabelais deu com tanto pormenor que arquitetos chegaram a fazer plantas dela. Não se esquece de uma biblioteca, um teatro, uma piscina, campo de tênis e de jogo de bola, uma capela, um jardim, uma área de caça, pomares, estábulos e 9.332 aposentos. Era um hotel americano em terra de descanso. Rabelais esqueceu-se de providenciar uma cozinha e de explicar quem faria o trabalho doméstico nesse paraíso.

3. *Pantagruel*

Depois de Gargântua ter sucedido a seu pai como rei, dedicou-se à procriação e à pedagogia. Na idade de "quinhentos e vinte quatro anos" gerou Pantagruel em Badebec, que morreu ao dar à luz; pelo que Gargântua "chorou como uma vaca" a sua mulher e "riu como um bezerro" ao ver o robusto filho. Pantagruel cresceu a proporções imensas. Em uma de suas refeições tragou inadvertidamente um homem, que teve de ser escavado por uma operação de mineração nos intestinos do gigante. Quando Pantagruel se foi para Paris esmerar a sua educação, Gargântua enviou-lhe uma carta típica da Renascença:

Meu querido filho:

...Embora meu falecido pai, de boa memória, Grangousier, tivesse feito tudo o que estava ao seu alcance para me dar perfeição e conhecimento político, e que o meu trabalho e estudo fossem inteiramente correspondentes a, sim, de fato, fossem além de seu desejo; não obstante, como podes muito bem compreender, os tempos então não eram tão próprios e adequados ao saber como agora... pois aqueles tempos eram sombrios, obscurecidos por nuvens de ignorância e cheiravam um pouco à infelicidade e calamidade dos godos que, por onde passaram, tinham destruído toda a boa literatura, que na minha idade madura foi, pela bondade divina, restaurada em sua antiga luz e dignidade, e isso com tal melhora e aumento do saber que dificilmente seria eu agora admitido na primeira classe das escolas infantis....

Agora os espíritos dos homens estão qualificados com todas as matérias da disciplina e as velhas ciências reviveram o que por várias gerações estava extinto; agora as línguas cultas estão restauradas em sua pureza prístina — a saber, o grego (sem o qual um homem se deve envergonhar de se dizer sábio), o hebraico, o árabe, o caldeu e o latim. A imprensa também já está em uso, tão elegante e tão correta que nada se pode imaginar de melhor....

Desejo... que aprendas as línguas perfeitamente.... Não deixes que haja uma história que não tenhas prontamente na memória.... Das artes liberais da geometria, aritmética e música, dei-te algumas luzes quando eras criancinha... continua com elas.... Quanto à astronomia, estuda todas as regras dela; não dês atenção, contudo... à astrologia... que nada mais representa senão trapaças e nulidades evidentes. Quanto ao direito civil, gostaria que conhecesses os textos de cor e depois conferisse-os com a filosofia...

Desejo que estudes exatamente os livros da natureza.... Não deixes de ler cuidadosamente os livros dos médicos gregos, árabes e latinos e não desprezes os talmudistas e cabalistas; e, por freqüentes anatomias, dá-te conhecimento perfeito do microcosmo, que é o homem. E, em algumas horas do dia, aplica o espírito ao estudo das Sagradas Escrituras: primeiro, o Novo Testamento, em grego... depois, o Velho Testamento, em hebraico....

Mas porque, como dizia o sábio Salomão, a sabedoria não entra em espírito malicioso e a ciência sem consciência não é senão a ruína da alma, deves servir, amar e temer a Deus.... Sê prestativo para com todos os teus vizinhos e ama-os como a ti mesmo; reverencia teus preceptores; evita a conversa daqueles com quem não te desejas parecer e não recebas em vão as graças que Deus te conferiu. E quando considerares que obtiveste todo o conhecimento que devias adquirir aí, regressa para junto de mim, para que eu possa ver-te e dar-te a minha bênção antes de morrer...

Teu pai,
GARGÂNTUA[30]

Pantagruel estudou zelosamente, aprendeu muitas línguas e podia ter-se tornado um rato de biblioteca se não tivesse conhecido Panurgo. Aí, de novo, e mesmo mais que em frei João, a personagem subordinada destaca-se mais claramente que seu senhor, como Sancho Pança às vezes brilhava mais que Don Quixote. Rabelais não acha aplicação plena para seu humor irreverente e seu vocabulário descomedido em Gargântua ou Pantagruel; precisa desse algo de salafrário, algo de advogado, algo de Villon, algo de filósofo como veículo para sua sátira. Descreve Panurgo (que significa "Pronto para fazer qualquer coisa") tão magro como um gato esfaimado, caminhando vagarosamente "como se caminhasse sobre ovos"; galante companheiro, mas um pouco lúbrico, e "sujeito a um gênero de doença... chamada falta de dinheiro"; batedor de carteiras, "embusteiro impudico, trapaceiro, bêbado... companheiro muito dissoluto" mas, "por outro lado, o melhor e mais virtuoso homem do mundo" (II, xiv, xvi). Na boca de Panurgo colocou Rabelais os gracejos mais obscenos. Panurgo ressentia-se particularmente do hábito que as senhoras parisienses tinham de abotoar a blusa nas costas; processou as mulheres em tribunal, e podia ter perdido se não ameaçasse adotar costume semelhante com as calças masculinas, em vista do que o tribunal decretou que as mulheres deviam trazer uma abertura modesta mas passável na frente (II, xvii). Enfurecido com uma mulher que o desprezara, Panurgo molhou-lhe as saias, quando ela rezava ajoelhada na igreja, com a urina de um animal no cio; quando a dama saiu, todos os 600.014 cães de Paris a perseguiram com unânime e infatigável devoção (II, xxi-xxii). Pantagruel, ele mesmo um príncipe muito maneiroso, aceita esse tratante como um alívio da filosofia e convida-o para todas as expedições.

À medida que a história caminha para o Terceiro Livro, Panurgo discute consigo e com outros sobre se deve casar-se ou não. Apresenta os argumentos pró e contra através de 100 páginas, algumas espirituosas, muitas enfadonhas; nessas páginas, porém, conhecemos o homem que desposou uma mulher muda, e o renomado jurista Bridlegoose o qual chega a seus mais seguros julgamentos pela sorte. O Prólogo do Quarto Livro aproveita um palpite de Luciano e descreve "um consistório de deuses" no céu, com Júpiter lamentando o sinistro caos que reina sobre a terra, as 30 guerras simultâneas, o ódio recíproco dos povos, as divisões teológicas, os silogismos dos filósofos. "Que faremos com Ramus e Galland... que, juntos, trazem toda Paris pelas orelhas?" Priapo aconselha-o a transformar esses dois Pedros em pedras (ou seja, os dois *Pierres* em *pierres*); aí, Rabelais aproveita um trocadilho das Escrituras.

Regressando à te , registra nos Quarto e Quinto Livros as longas viagens de Pantagruel, Panurgo, frei João e de uma frota real utópica para achar o Templo do Vaso Sagrado e pergunta se Panurgo deve casar-se. Depois de inúmeras aventuras em que se satirizam as festividades da Quaresma, os adversários protestantes do papa, os aduladores hipócritas, os frades, os vendedores de fraudes vetustas, os advogados ("gatos saburrosos"), os filósofos escolásticos e historiadores, a expedição alcança o Templo. Sobre o pórtico está uma inscrição grega que reza que "no vinho está a verdade." Numa fonte próxima está uma garrafa meio submersa, da qual sai uma voz que gorgoleja, *Trinc;* e a prioresa Bacbuc explica que o vinho é a melhor filosofia e que "nenhum riso senão a bebida... o fresco e delicioso vinho... constitui o caráter distintivo do homem". Panurgo sente-se feliz por ter o oráculo confirmado o que ele sabia há muito. Resolve comer, beber e casar-se, e aceitar as conseqüências virilmente. Entoa um canto obsceno em forma de hino e Bacbuc despede o grupo com uma invocação: "Possa essa esfera intelectual, cujo centro está em toda a parte e a circunferência em

nenhures, a quem nós chamamos Deus, manter-vos em Sua Todo-Poderosa proteção" (V, xlvii). Assim, com uma combinação típica de lubricidade e filosofia, o grande romance chega ao fim. (O Quinto Livro foi publicado em 1562, nove anos depois da morte de Rabelais. Os primeiros 15 capítulos foram provavelmente deixados pelo autor;[31] os outros 32 são de autenticidade duvidosa.)

4. *O Truão do Rei*

Que sentido existe atrás deste contra-senso, se é que há alguma sabedoria neste garrafão empalhado de hilaridade falérnico-priápica? "Nossos palhaços do campo" — põe Rabelais na boca de um de seus imbecis — "são um tanto grosseiros, capazes de deslocar o sentido das palavras" (V, vii). Ele ama as palavras, tem um acervo enorme delas e inventa ainda milhares; retira-as, como Shakespeare, de cada ocupação e profissão, de todos os campos da filosofia, da teologia e do direito. Faz listas de adjetivos, substantivos e verbos, como que pelo prazer de contemplá-las (III, xxxviii); multiplica os sinônimos num delírio de redundância; o pleonasmo era já velha mania nessa época francesa.[32] Fazia parte do humor ilimitado e incontrolável de Rabelais, corrente impetuosa ao lado da qual até o humor de Aristófanes e Molière parece modesto. A grosseria é outra fase de seu fluxo incontrolável. Talvez constituísse, em parte, uma reação contra o ascetismo monástico, em parte a indiferença anatômica do médico, em parte um desafio audaz à precisão pedantesca; mas a grosseria era, sobretudo, própria da época. Sem dúvida que Rabelais chega ao excesso; depois de várias páginas de pormenores urogenitais, excretórios e gasosos, fatigamo-nos e paramos. Precisar-se-ia de outra geração de influência clássica para domesticar, em forma disciplinada, tal experiência vulcânica.

Perdoamos essas faltas porque o estilo de Rabelais corre fluentemente. É um estilo despretensioso, aliterário, natural, fácil, fluente, exatamente o instrumento para contar uma longa história. O segredo desse espírito é a imaginação, mais a energia mais a clareza; ele via milhares de coisas inobservadas por nós, notava inumeráveis pormenores de vestuário, conduta e linguagem, unia-os fantasticamente e sabia conjugá-los com alegria.

Apropriava-se das coisas a torto e a direito, como era costume, e, com perdão de Shakespeare, melhorava tudo que roubava. Ajudou-se com centenas de trechos proverbiais dos *Adágios* de Erasmo,[33] e fez o mesmo com o *Elogio da Loucura* e os *Colóquios*. Assimilou meia centena de passagens de Plutarco, anos antes de a tradução de Amyot abrir esse tesouro de grandeza a qualquer ladrão literário. Apropriou-se do "discurso celeste" de Luciano e do conto de Folengo sobre o carneiro que se afogou a si mesmo; achou nas comédias de seu tempo a história do homem que se arrependera de ter curado a esposa muda; e emprega centenas de sugestões dos *fabliaux* e interlúdios que tinham vindo da França medieval. Ao descrever as viagens de Pantagruel, confia nas narrativas propagadas pelos exploradores do Novo Mundo e do Extremo Oriente. Não obstante, com todos os seus roubos, não há autor mais original; e só Shakespeare e Cervantes fazem-nos achar criações da imaginação tão semelhantes à vida como as de frei João e Panurgo. O próprio Rabelais, contudo, é a grande criação do livro, um composto de Pantagruel, frei João, Panurgo, Erasmo, Vesálio e Jonathan Swift, conversando, iludindo, despedaçando ídolos, amando a vida.

Porque amava a vida, descompunha aqueles que a faziam menos louvável. Talvez

tivesse passado momentos difíceis com os frades, incapazes de partilhar de suas devoções humanísticas. Deve ter sido ludibriado por um advogado ou dois, pois rasga-lhes a pele raivosamente. Marca minhas palavras, adverte ele aos leitores, "se viveres seis Olimpíadas e mais a idade de dois cães, poderás ver esses gatos da lei senhores de toda a Europa". Mas lançou também o azorrague sobre juízes, escolásticos, teólogos, historiadores, viajantes, vendedores de indulgências e mulheres. Dificilmente se encontra uma palavra favorável às mulheres em todo o livro; trata-se da maior mancha de Rabelais, talvez o preço que ele pagou, como monge, padre e bacharel, por nunca ter recebido ternura.

Os partidários têm discutido se ele foi católico, protestante, livre-pensador ou ateu. Calvino julgava-o ateu; e "minha própria crença" — concluiu seu admirador, Anatole France — "é que ele não cria em nada".[34] Às vezes ele escrevia como o cínico mais irreverente, como na linguagem do pastor de ovelhas a respeito da melhor maneira de fertilizar um campo (IV, vii). Ridicularizou o jejum, as indulgências, os inquisidores, as decretais, e divertia-se ao explicar os requisitos anatômicos para fazer um papa (IV, xlviii). Não acreditava, de forma alguma, no inferno (II, xxx). Apregoava os argumentos protestantes de que o papado espoliava as nações de seu dinheiro (IV, liii) e de que os cardeais de Roma levavam vida de glutoneria e hipocrisia (IV, lviii-lx). Simpatizava com os hereges franceses; Pantagruel, dizia ele, não ficou muito tempo em Toulouse, porque lá "queimam os mestres vivos, como arenques defumados" — referindo-se à execução de um professor de direito, herético (II, v). Suas simpatias protestantes, porém, parecem ter-se limitado aos humanistas. Seguiu Erasmo fervorosamente, mas pouco favoreceu Lutero e desgostou-se muito com o dogmatismo e o puritanismo de Calvino. Tolerava tudo menos a intolerância. Como quase todos os humanistas, quando obrigados a escolher, Rabelais preferia o catolicismo com suas lendas, sua intolerância e sua arte ao protestantismo com sua predestinação, intolerância e pureza. Repetidamente afirmou sua crença nos fundamentos do cristianismo, mas isso pode ter sido prudência de um homem que, em defesa de suas idéias, está pronto a ir a tudo menos à fogueira. Amava a definição que deu de Deus, tanto que ele (ou o seu continuador) a repetiu (III, xiii; V, xlvii). Aceitava, aparentemente, a imortalidade da alma (II, viii; IV, xxvii), mas, de modo geral, preferia a coprologia à escatologia. Farel chamou-o um renegado por aceitar a paróquia de Meudon,[35] mas isso foi entendido, tanto pelo doador como pelo beneficiário, como um simples meio de comer.

Sua fé real era na Natureza, e nela talvez confiasse tanto como seus amigos ortodoxos. Acreditava que, realmente, as forças da Natureza trabalhavam para o bem, e subestimava-lhe a neutralidade, tal como entre homens e pulgas. Como Rousseau, e ao contrário de Lutero e Calvino, tinha fé e confiança na bondade natural do homem; ou, como outros humanistas, confiava em que a boa educação e o bom ambiente fariam homens bons. Como Montaigne, aconselhava os homens a seguir a Natureza e, possivelmente, encarava com travessa despreocupação o que daí aconteceria à sociedade e à civilização. Ao descrever a Abadia de Télemo parecia estar pregando anarquismo filosófico, mas não era assim; admitiria nela apenas aqueles que tivessem boa criação e educação, além de senso de honra que os capacitasse para os percalços da liberdade.

Sua filosofia final era o "pantagruelismo". O pantagruelismo é viver como Pantagruel — camaradagem cordial e tolerante com a Natureza e os homens, gozo reco-

nhecido de todas as coisas boas da vida e alegre aceitação de nossas vicissitudes e fim inevitáveis. Uma vez Rabelais definiu o pantagruelismo como *une certaine gaieté d'esprit confite de mépris des choses fortuites* — "uma certa alegria do espírito recoberta com o desprezo das coisas fortuitas" (IV, Prólogo). Reunia em si Zenão, o Estóico, Diógenes, o Cínico e Epicuro: aceitar todos os eventos naturais com equanimidade, encarar sem ofensa todos os impulsos e operações naturais e gozar todos os prazeres sãos sem inibições puritanas ou remorso teológico. Pantagruel "aceita todas as coisas de boa disposição, e interpreta cada ação no melhor sentido; não se vexa nem se intranqüiliza... desde que os bens contidos na terra... não são de tanto valor para que por eles perturbemos ou desordenemos nossas emoções, agitemos ou assustemos nossos sentidos ou espíritos" (III, ii). Não devemos exagerar o elemento epicurista dessa filosofia; as litanias de Rabelais ao vinho eram mais verbais do que alcoólicas; não se conformam precisamente a uma descrição contemporânea dele como homem de "fisionomia serena, graciosa e aberta";[36] o vinho que celebrava era o vinho da vida. E esse suposto Senhor da Dipsofilia pôs na boca de Gargântua uma sentença que, em 10 palavras, expressa o desafio de nosso próprio tempo: "A ciência sem consciência nada representa senão a ruína da alma" (II, viii).

A França tem exaltado Rabelais mais do que a qualquer de seus gigantes da pena, com exceção de Montaigne, Molière e Voltaire. Em seu próprio século, Étienne Pasquier chamou-o o maior escritor de sua época. No século XVII, à medida que as maneiras se apertavam em laços e perucas, e a forma clássica tornou-se literalmente de *rigueur,* Rabelais perdeu algum lugar na memória da nação; mas, mesmo depois, Molière, Racine e La Fontaine foram confessadamente influenciados por ele; Fontenelle, La Bruyère e Madame de Sévigné amaram-no, e Pascal apropriou-se de sua definição de Deus. Voltaire começou por desprezar-lhe as grosserias e terminou admirador fervoroso dele. À medida que evoluía a língua francesa, Rabelais tornava-se quase ininteligível aos leitores franceses do século XIX; e talvez ele seja agora mais popular no mundo de língua inglesa do que na França. Pois, em 1653 e 1693, *Sir* Thomas Urquhart publicou uma tradução dos Primeiro e Terceiro Livros em um inglês viril, tão exuberante quanto o original; Peter de Motteux completou a versão em 1708; e, por obra desses homens, *Gargântua e Pantagruel* tornou-se um clássico inglês. Swift furtou coisas do livro, como se por direito do clero, e Sterne deve ter encontrado nele algumas licenças para seus chistes. Trata-se de uma obra que se conta entre as que pertencem não à literatura de um país e sim à do mundo.

VI. RONSARD E A PLÊIADE

Entretanto, corria pela França uma verdadeira corrente de poesia. Conhecemos perto de 200 poetas franceses nos reinados de Francisco I e seus filhos; e não se tratava de lamentadores enfadonhos em um deserto de tédio; eram guerreiros de uma batalha literária — forma *versus* conteúdo, Ronsard *versus* Rabelais — que determinou o caráter da literatura francesa até a Revolução.

Inspirava-os um delírio complexo. Aspiravam a rivalizar com os gregos e romanos em pureza de estilo e perfeição de forma e com os sonetistas italianos em graça de linguagem e imaginação; não obstante, estavam resolvidos a escrever, não em latim como os eruditos que os instruíam e excitavam, mas no francês pátrio; e, ao mesmo tempo se propunham abrandar e refinar esse estilo ainda rude aprendendo palavras,

frases, construções e idéias judiciosamente surripiadas dos clássicos. A deformidade episódica do romance de Rabelais fê-lo, aos olhos deles, um vaso de argila apressadamente transformada à mão, puro e sem esmalte. Acrescentariam à sua vitalidade terrestre a disciplina da forma cuidadosamente trabalhada e do sentimento racionalmente dominado.

A cruzada clássica começou na Lyon do próprio Rabelais. Maurice Sève gastou parte da vida localizando, como julgava, o túmulo da Laura de Petrarca; depois, compôs 446 estrofes à sua própria amada Délia; e, na delicadeza melancólica de seu verso, preparou o caminho para Ronsard. Seu mais sério concorrente em Lyon foi uma mulher, Louise Labé, que, de couraça, lutou qual outra Joana em Perpignan, e que depois esfriou ao casar-se com um costureiro que fechava os olhos, à moda gaulesa, para os amores subsidiários dela. A mulher lia grego, latim, italiano e espanhol, tocava sedutoramente alaúde, mantinha um salão para os rivais e os amantes, e escreveu alguns dos mais antigos e mais belos sonetos da língua francesa. Podemos julgar-lhe a fama pelo funeral que teve (1566), o qual, segundo um cronista, "foi um triunfo. Foi levada através da cidade com a face descoberta e a cabeça coroada por uma grinalda de flores. A morte não conseguiu desfigurá-la e o povo de Lyon cobriu-lhe a campa de flores e lágrimas."[37] Através desses poetas de Lyon, o estilo e a forma petrarquianos passaram para Paris e entraram na Plêiade.

A palavra verdadeira, Plêiade, é um eco clássico, pois, na Alexandria do século III a.C., uma galáxia de sete poetas tinha recebido o nome da constelação que comemorava as sete filhas mitológicas de Atlas e Plêiona. Ronsard, o astro mais brilhante da Plêiade francesa, raramente usou esse termo; seus modelos eram Anacreonte e Horácio antes que os alexandrinos Teócrito ou Calímaco. Foi em 1548, em uma estalagem da Touraine que conheceu Joachim du Bellay e com ele conspirou para tornar clássica a poesia francesa. Conquistaram para sua empresa quatro outros poetas jovens — Antoine de Baïf, Rèmy Belleau, Étienne Jodelle e Pontus de Tyard; juntou-se-lhes também o erudito Jean Dorat, cujas conferências sobre literatura grega no Collège de France e no Collège de Coqueret arrastaram-nos com entusiasmo para as canções líricas da antiga Grécia. Chamavam-se a si mesmos *La Brigade* e juraram salvar a musa francesa das mãos grosseiras de Jean de Meung e Rabelais e dos metros pouco rigorosos de Villon e Marot. Viravam o nariz à linguagem descomedida e à sabedoria ordinária de *Gargântua* e *Pantagruel;* não achavam nenhuma contenção clássica nesses verbos e adjetivos misturados, nesses êxtases torpes, nem qualquer sentimento em favor da beleza da forma na mulher, na natureza ou na arte. Uma crítica hostil, vendo que eram sete, cognominou-os de *La Pléiade*. A vitória deles transformou a palavra em uma bandeira de fama.

Em 1549 Du Bellay proclamou o programa lingüístico da *Brigade* em uma *Défense et illustration de la langue françoyse*. Por *défense* queria ele dizer que a língua francesa seria capaz de expressar tudo o que os idiomas clássicos haviam dito; por *illustration* queria dizer que o francês podia tomar novo lustro, podia brilhar e polir-se a si mesmo, pondo de lado a fala rude da prosa francesa prevalente, assim como das formas de poesia em balada, rondó e redondilha, e purificar-se e enriquecer-se importando termos clássicos e estudando as formas clássicas, como em Anacreonte, Teócrito, Virgílio, Horácio e Petrarca. Para a Plêiade, pois, Petrarca já era um clássico e o soneto a mais perfeita de todas as formas literárias.

Pierre de Ronsard realizou em verso os ideais que Du Bellay expressou em prosa es-

plêndida. Vinha de família há pouco enobrecida; seu pai fora *maître d'hôtel* de Francisco I, e por algum tempo Pierre viveu na brilhante corte. Foi, sucessivamente, pajem do delfim Francisco, depois de Madalena que se casou com Jaime V da Escócia, depois *écuyer* (escudeiro) do futuro Henrique II. Pensou em seguir a carreira militar, mas aos 16 anos começou a ficar surdo. Abandonou a espada e brandiu a pena. Descobriu Virgílio por acaso e viu nele uma perfeição de forma e de discurso até aí desconhecida na França. Dorat levou-o do latim ao grego, e ensinou-lhe a ler Anacreonte, Ésquilo, Píndaro, Aristófanes. "Ó Mestre! "— exclamou o jovem — "por que me escondeste essas riquezas de mim tanto tempo?"[38] Aos 24 anos conheceu Du Bellay. Depois disso, dividiu seu tempo devotadamente entre o canto, a mulher e o vinho.

Suas *Odes* (1550) completaram a revolta lírica. Imitaram francamente Horácio, mas introduziram o gênero na poesia francesa e mantiveram-no por seus próprios pés em pureza de linguagem, elegância de frase e precisão de forma. Dois anos mais tarde, nos 183 sonetos de seus *Amours*, Ronsard tomou Petrarca como modelo e conseguiu uma graça e um refinamento jamais ultrapassados na poesia francesa. Escreveu para cantar e muitos de seus poemas foram musicados durante sua vida, alguns por compositores famosos como Jannequin e Goudimel. Fez às mulheres que cortejava o velho convite para aproveitar enquanto a beleza brilha, mas mesmo nesse tema antigo, feriu nota original, como quando advertiu uma jovem prudente de que ela deveria algum dia arrepender-se de ter perdido a oportunidade de ser seduzida por tão renomado poeta:

Quand vous serez bien vieille, au soir, à la chandelle,
Assise auprès du feu, devisant et filant,
Direz chantant mes vers, en vous émerveillant:
Ronsard me célébrait du temps que j'étais belle.
Lors vous n'aurez servante oyant telle nouvelle,
Desia sous le labeur à demi soummeilant,
Qui au bruit de son nom ne s'aille reveillant,
Bénissant votre nom de louange immortelle.
Je serai sous la terre et, fantôme sans os,
Par les ombres myrteux je prendrai mon repos;
Vous serez au foyer une vieille accroupie,
Regrettant mon amour et votre fier dédain.
Vivez, si m'en croyez, n'attendez à demain;
Cueillez dès aujourd'hui les roses de la vie.

Quando fores bem velha, à noite, à luz de vela,
Sentada junto ao fogo, conversando e cosendo,
Recitarás meus versos maravilhando-te:
Ronsard me celebrava no tempo em que era bela.
Então não haverá criada que ouvindo isso,
Já meio adormecida pelo trabalho,
Ao som de seu nome não desperte,
Abençoando teu nome com louvor imortal.
Estarei sob a terra e, fantasma sem ossos,
Tomarei meu repouso à sombra dos mirtilos;
Serás uma velha encolhida junto ao fogo,
Lastimando meu amor e teu desdém orgulhoso.
Vive, crê em mim, não esperes o amanhã;
Colhe desde hoje as rosas da vida.

Essa exaltação de estilo era adequada à corte de Catarina de Médicis, que trouxera para a França uma comitiva italiana acompanhada dos livros de Petrarca. O novo poeta — duro de ouvido mas soberbo de presença, de figura marcial, cabelo e barba dourados, a face do *Hermes* de Praxíteles — tornou-se o favorito de Catarina, Henrique II, Maria Stuart e mesmo de Elizabeth da Inglaterra, que, na qualidade de sua prima em décimo sétimo grau, enviou-lhe um anel de diamantes. A mitologia grecoromana da Plêiade foi bem recebida; quando os poetas falavam do Olimpo a corte reconhecia o cumprimento;[39] Henrique tornou-se Júpiter, Catarina, Juno, e Diana de Poitier, Diana; e a escultura de Goujon confirmou a comparação.

Quando Henrique II morreu, Carlos IX continuou a estimar Ronsard, não com muito bom resultado, pois o jovem monarca desejava um poema épico sobre a França que se igualasse à *Eneida*. "Eu posso dar a morte" — escreveu o real simplório — "mas vós podeis dar a imortalidade".[40] Ronsard começou a *Franciade*, mas achou sua musa muito curta de fôlego para tão longa viagem; logo desistiu da pretensão e voltou às líricas e ao amor. Atingiu pacificamente a velhice, protegido do ruído do mundo, cuidadosamente conservador em política e religião, reverenciado pelos mais jovens menestréis e respeitado por todos menos pela morte. Foi-se em 1585. Foi sepultado em Tours, mas Paris deu-lhe um funeral olímpico, ao qual se incorporaram todos os notáveis da capital para ouvir um bispo recitar a *oraison funèbre*.

Os poetas que o chamavam príncipe produziram muitos volumes de versos, delicados mas mortos. Muitos, como o mestre, eram pagãos que, em nome do sossego, professavam ortodoxia católica e escarneciam dos huguenotes moralistas. Contudo, fossem ou não esses poetas pobres de dinheiro, eram aristocratas em orgulho, às vezes em sangue, e escreviam para um círculo que tinha vagar para apreciar a forma. Rabelais respondeu à hostilidade deles ridicularizando seu pedantismo, sua imitação servil de metros, frases e epítetos gregos e romanos, seus fracos ecos dos temas antigos e dos conceitos e lamentos de Petrarca. Nesse conflito entre o naturalismo e o classicismo decidiu-se o destino da literatura francesa. Os poetas e teatrólogos da França deveriam escolher o estreito e breve caminho da estrutura perfeita e da graça cinzelada; os prosadores visariam a agradar só pela força da substância. Daí a poesia francesa de antes da Revolução ser intraduzível: o vaso da forma não se pode fragmentar e depois remodelar em molde estranho. No século XIX, as duas correntes se encontraram, as meias-verdades juntaram-se, o conteúdo casou-se com a forma e a prosa francesa tornou-se suprema.

VII. WYATT E SURREY

Não como uma corrente, mas como um rio que desaguasse através de muitas saídas para o mar, assim a influência da Itália passou através da França e alcançou a Inglaterra. O conhecimento de uma geração inspirou a literatura da seguinte; a revelação divina da Grécia e da Roma antigas tornou-se a Bíblia da Renascença. Em 1486 representavam-se as peças de Plauto na Itália, e logo depois nas cortes rivais de Francisco I e Henrique VIII. Em 1508, a *Calandra* de Bibbiena deu início à comédia clássica em vernáculo, na Itália; em 1552, a *Cléopatre captive* de Jodelle iniciou a tragédia clássica em vernáculo, na França; em 1553, Nicholas Udall produziu a primeira comédia inglesa em forma clássica. *Ralph Roister Doister*, disse um crítico, "cheira a Plauto";[41] e cheirava; mas cheirava à Inglaterra também, e a esse humor ro-

busto que Shakespeare utilizaria para os espectadores pouco exigentes dos teatros elisabetanos.

A influência italiana mostrou-se mais brilhante na poesia dos reinados Tudor. O estilo medieval sobreviveu em baladas tão belas como *A Donzela Não Trigueira* (1521); mas quando os poetas que se aqueciam ao sol do jovem Henrique VIII começaram a poetar, seu ideal e modelo foram Petrarca e seu *Canzoniere*. Exatamente um ano antes da ascensão de Elizabeth, Richard Tottel, impressor londrino, publicou uma *Miscellany* na qual os poemas de dois destacados cortesãos revelavam o triunfo de Petrarca sobre Chaucer, da forma clássica sobre a exuberância medieval. *Sir* Thomas Wyatt, como diplomata a serviço do rei, fez várias viagens à França e Itália e trouxe de volta alguns italianos para auxiliá-lo a civilizar seus amigos. Como bom *cortigiano* da Renascença, queimou os dedos no fogo do amor; foi, segundo a tradição, um dos primeiros amantes de Ana Bolena, e esteve preso por algum tempo quando ela foi trancada na Torre de Londres.[42] Entretanto traduziu os sonetos de Petrarca e foi o primeiro a comprimir o verso inglês nessa forma compacta.

Quando Wyatt morreu de uma febre, aos 39 anos (1542), outra romântica figura da corte de Henrique VIII, Henry Howard, conde de Surrey, tomou a lira nas mãos. Surrey cantava as belezas da primavera, reprovava as moças relutantes, e votava sempre fidelidade eterna a cada uma. Meteu-se em excessos noturnos em Londres, esteve algum tempo na prisão por ter feito um desafio de duelo, foi levado a julgamento por comer carne na Quaresma, arrebentou algumas janelas com sua besta pouco certeira, foi de novo preso, outra vez libertado e lutou galantemente pela Inglaterra na França. Regressando, divertiu-se muito audivelmente com a idéia de tornar-se rei da Inglaterra. Foi condenado à forca, tração e esquartejamento, mas sofreu apenas a decapitação em 1547.

A poesia foi ornamento incidental em sua vida estrênua. Surrey traduziu alguns livros da *Eneida*, introduziu o verso branco na literatura inglesa e deu ao soneto a forma que Shakespeare usou. Antevendo, talvez, que os caminhos da glória indevida poderiam levar ao tronco, remeteu a um poeta romano um idílio ávido de rotina e paz rústicas:

Marcial, as coisas que trazem
  A vida feliz são essas, acho eu:
Os ricos morrerem, não com tormento;
  A terra fértil, o espírito tranqüilo;
O amigo justo; nenhuma inveja nem discórdia;
  Nenhuma mudança de regra ou de governo;
Uma vida saudável, sem doenças;
  A tranqüilidade da sucessão;
A comida simples, sem pratos delicados;
  Sabedoria verdadeira junto à simplicidade;
Noites livres de todo o cuidado,
  Em que o vinho não possa oprimir o espírito;
Mulher fiel, sem discussão;
  Sono tal que deixe passar a noite;
Contentarmo-nos com nossa situação,
  Não desejar a morte nem lhe temer o poder.

VIII. HANS SACHS

O espírito da Alemanha, no século que se seguiu às Teses de Lutero, estava perdido em uma discussão de 100 anos que preparou a Guerra dos Trinta Anos. Depois de 1530, a publicação de clássicos da antiguidade quase cessou; de modo geral, publicavam-se pouquíssimos livros; eram substituídos por uma torrente de panfletos polêmicos. Thomas Murner, monge franciscano de pena ácida, açoitava toda a gente com uma cadeia de folhetos acerca de patifes ou patetas — *Schmelmenzunft (Corporação dos Vagabundos), Narrenbeschwörung (Rol dos Loucos)*... todos derivados do *Narrenschiff* de Brant. (Alexander Barclay fez uma adaptação semelhante de Brant no *The Shyp of Folys* em 1509, acrescentando-lhe algumas investidas escocesas da própria lavra.) Muitos dos tolos açoitados por Murner eram homens da Igreja, e foi primeiro tomado como luterano; mas, depois, celebrou Lutero como "um selvagem sangüinário, um néscio, louco e renegado blasfemo".[43] Henrique VIII enviou-lhe 100 libras.

Sebastian Franck era de metal mais fino. A Reforma veio encontrá-lo padre em Augsburg; saudou-a como um bravo, revoltou-se e tornou-se ministro luterano (1525). Três anos depois desposou Ottilie Beham, cujos irmãos eram anabatistas; Sebastian criou simpatia por essa seita perseguida, condenou a intolerância luterana, expulsaram-no de Estrasburgo e teve de ganhar a vida fervendo sabão em Ulm. Ridicularizou a determinação de ortodoxia religiosa pelos duques alemães, notando que "se um príncipe morre e seu sucessor pertence a outro credo, este se transforma na Palavra de Deus".[44] "Um zelo furioso possui todos os homens hoje, de que nós devemos crer... que Deus está só conosco, que não há nenhum céu, nenhuma fé, nem espírito ou Cristo senão em nossa seita." Sua própria fé era um teísmo universalista que nunca fechava as portas. "Meu coração não é estranho para ninguém. Tenho irmãos entre turcos, papistas, judeus e todos os povos."[45] Aspirava a "uma livre e não-sectária... cristandade, que não estivesse voltada para nenhuma coisa externa" nem mesmo para a Bíblia.[46] Chocada com sentimentos tão impróprios para seu século, Ulm por sua vez baniu-o. Achou trabalho como impressor em Basiléia, morrendo aí em uma honesta penúria (1542).

O teatro e a poesia alemães estavam, nessa época, tão mergulhados em teologia que tinham deixado de ser artes e tornaram-se armas de guerra. Nessa confusão, qualquer gíria, grosseria e obscenidade eram consideradas legítimas; exceto as canções e hinos populares, a poesia desaparecera em um chorrilho de rimas adulteradas. Os dramas religiosos prodigamente representados do século XV saíram do gosto do público, sendo substituídos por farsas populares em que se satirizavam Lutero ou os papas.

Então, um homem cresceu acima da fúria para ver o conjunto da vida. Se Hans Sachs tivesse obedecido aos magistrados de Nuremberg, deveria continuar a ser um sapateiro; pois quando, sem se assegurar de *imprimatur* cívico, publicou uma história rimada da Torre de Babel, eles apreenderam o livro, asseguraram-lhe que a poesia não lhe era evidentemente adequada e mandaram-no continuar sua profissão.[47] Contudo, Hans tinha alguns direitos, pois passara pelas fases usuais para se tornar um mestre cantor, e a anomalia de ser sapateiro-remendão e poeta se desvanece quando notamos que a corporação de tecelões e sapateiros, à qual pertencia, praticava regularmente o canto coral e dava concertos públicos três vezes por ano. Para essa corporação, e em todas as outras oportunidades, escreveu Sachs canções e peças com assiduidade.

Não o devemos imaginar um grande poeta e sim uma voz sã e alegre em um século de ódio. Seu interesse básico estava nas pessoas simples, e não nos talentosos; suas peças versavam quase sempre sobre tais pessoas; e mesmo Deus, nesses dramas, é uma criatura benevolente, que fala como qualquer cura das redondezas. Enquanto a maioria dos escritores apimentava suas páginas com acrimônia, vulgaridades ou obscenidades, Hans retratava e exaltava as virtudes da afeição, do dever, da piedade, da fidelidade marital, do amor paterno e filial. Seus primeiros poemas publicados (1516) propunham "aumentar o louvor e a glória de Deus" e "auxiliar as criaturas em uma vida de penitência";[48] e esse espírito religioso aviva seus escritos até o fim. Pôs metade da Bíblia em rima, usando a tradução de Lutero como texto. Saudou Lutero como o "Rouxinol de Wittenberg", que purificaria a religião e restauraria a moralidade.

> Desperta! Desperta! o dia está próximo,
> E nos bosques ouço uma canção.
> É o rouxinol glorioso;
> Sua música soa pela colina e pelo vale.
> A noite cai no Ocidente,
> O dia nasce no Oriente,
> A aurora vem e traz a luz
> Às sombrias nuvens da noite que parte.[49]

Sachs tornou-se, então, o bardo da Reforma, satirizando as faltas dos católicos com uma tenacidade de pé quebrado. Escreveu peças a respeito de monges salafrários, e traça a origem da tribo deles até o diabo; publica peças burlescas ou satíricas em que mostra, por exemplo, um padre seduzindo uma moça ou dizendo missa enquanto bebe. Em 1558 publicou uma *História em Rima da Papisa Joana* — fábula que muitos pregadores protestantes aceitaram como história. Mas Hans também satirizava os luteranos, denunciando-lhes as vidas tão escandalosamente contrárias a seu credo: "Com vossas refeições de carne, vossos tumultos, vosso abuso de sacerdotes, vossa discussão, zombaria, insultos e todo o outro comportamento impróprio, vós luteranos levastes o Evangelho a grande desprezo."[50] Juntou-se a muitos outros no lamentar o comercialismo e a imoralidade do século.

Tomando tudo em conjunto, e descontando a idealização de Wagner, Hans Sachs pode exemplificar o sincero, rude mas generoso alemão que, pelo menos no sul, deve ter constituído a maioria. Representamo-lo feliz e melodioso por 40 anos de lar e poesia. Quando sua primeira esposa morreu (1560), desposou, aos 68 anos, uma bonita mulher de 27 e sobreviveu a essa prova. Algo se pode dizer de uma época e uma cidade em que um sapateiro-remendão podia tornar-se humanista, poeta e músico, adquirir e utilizar uma vasta biblioteca, aprender literatura e filosofia gregas, escrever seis mil poemas e viver com saúde e felicidade razoável até morrer na idade de 82 anos.

IX. A MUSA IBÉRICA: 1515-55

Foi um tempo vívido na literatura de Portugal. O estímulo excitante das explorações, a riqueza crescente do comércio em expansão, a influência da Itália, os humanistas de Coimbra e Lisboa, o patrocínio de uma corte cultivada juntaram-se numa eflorescência que em breve culminaria em *Os Lusíadas* (1572) de Camões. Travou-se uma batalha alegre entre a *Escola Velha*

de Gil Vicente, que animava os temas e as formas nativas, e os *Os Quinhentistas* (século XVI) que seguiam Sá de Miranda no entusiasmo pelos modos e estilos clássicos e italianos. Durante 34 anos (1502-36), Gil Vicente, o "Shakespeare português", dominou o teatro com seus *autos* simples; a corte sorria ao assisti-los e esperava que o autor celebrasse todos os eventos reais com uma peça; e, quando o rei discutiu com o papa, permitiram a Gil Vicente satirizar o papado com tal liberdade que Aleander, assistindo a uma das peças dele em Bruxelas, pensou "que estivesse na média Saxônia escutando Lutero".[51] O fértil dramaturgo escreveu algumas vezes em espanhol, outras em português e ainda outras em ambas as línguas, com pedaços de italiano e francês, latim da igreja e linguagem do povo. Muitas vezes a ação se interrompia, como em Shakespeare, com poemas líricos que se insinuavam no coração das pessoas. Como Shakespeare, Gil Vicente era ator e escritor teatral. Era superintendente cênico também e dirigia os ensaios. Foi, é inegável, um dos melhores ourives do século.

Em 1524, Francisco Sá de Miranda regressou de uma estada de seis anos na Itália, trazendo consigo a febre clássica da Renascença. Como Ronsard e a Plêiade em França, como Spenser e Sidney na Inglaterra, propôs-se dignificar a literatura nacional modelando os temas, os metros e o estilo em linhas clássicas; como Joachim du Bellay, incluía Petrarca entre os clássicos e disseminou o soneto entre seus compatriotas; como Jodelle, escreveu a primeira tragédia clássica em sua língua pátria (1550); e já tinha (1527) escrito a primeira comédia em prosa portuguesa na forma clássica. Seu amigo Bernardim Ribeiro compôs poesia bucólica no estilo de Virgílio e viveu tragédia idêntica à de Tasso: com sua paixão por uma dama da corte provocou tamanha agitação que foi banido; perdoado, viu-se restaurado no favor real e morreu louco (1552).

Os triunfos dos exploradores eram registrados por uma rica escola de historiadores. Gaspar Correia partiu para a Índia e tornando-se um dos secretários de Afonso de Albuquerque, denunciou a corrupção oficial, tendo sido morto em Málaga, em 1565. No meio de sua vida ativa, escreveu, em oito volumes, o que chamou "breve sumário" da conquista portuguesa da Índia (*Lendas da Índia*), cheio das cores daquele século de expansão. Fernão Lopes de Castanheda viajou metade da vida pelo Oriente e trabalhou durante 20 anos em sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. João de Barros serviu em vários cargos administrativos na Casa da Índia, em Lisboa, durante 40 anos, e desonrou os antepassados não acumulando nenhuma fortuna. Tinha acesso a todos os arquivos e juntou-os em uma história a que chamou simplesmente *Ásia*, mas que adquiriu o nome de *Décadas* porque três de seus quatro grossos volumes abrangem períodos de perto de 10 anos cada um. Em ordem, exatidão e clareza suportam a comparação com qualquer composição histórica da época, exceto com as obras de Maquiavel e Guicciardini. A orgulhosa nação rejeitou as exceções e deu a João de Barros o título de "Tito Lívio Português".

O castelhano tornara-se a língua literária da Espanha. Os dialetos galego, valenciano, catalão e andaluz sobreviviam na fala do povo, tendo o galego evoluído paralelamente ao português, como dois ramos do mesmo latim vulgar; contudo, o uso do castelhano como língua do Estado e da Igreja sob Fernando, Isabel e Ximenes deu a esse dialeto prestígio insuperável — e desde esse tempo sua sonoridade máscula serviu de veículo à literatura da Espanha. A enfatuação aparece em alguns escritores do século. Antônio de Guevara constitui um exemplo dos conceitos lingüísticos e floreios retóricos; a tradução de seu *Reloj de Príncipes* para o inglês por lorde Berners (*Dial of Princes*, 1529) contribuiu para moldar o eufuísmo dos *Euphues* de John Lyly e os jogos de palavras simples das primeiras comédias de Shakespeare.

A literatura espanhola cantava a religião, o amor e a guerra. A paixão pelos romances de cavalaria alcançou tamanha altura que, em 1555, as cortes recomendaram que fossem proibidos por lei; tal decreto foi realmente promulgado na América Espanhola; fosse ele aplicado na Espanha e teríamos ficado sem o *Dom Quixote*. Um dos romances respeitados pelo clero na biblioteca dos cavaleiros foi a *Diana enamorata* (1542) de Jorge de Montemayor; imitava a *Arcadia* (1504) do poeta ítalo-espanhol Sannazaro, e foi por sua vez imitado pela *Arcadia* de *Sir* Philip Sidney (1590). O romance em prosa poética de Montemayor foi um dos milhares de exemplos da influência italiana na literatura hispânica; de novo os conquistados venceram os conquistadores. Juan Boscan traduziu o *Cortigiano* de Castiglione em prosa fidelíssima ao ori-

ginal e aceitou a sugestão do poeta veneziano Navajero para popularizar a forma do soneto em Espanha.

Seu amigo Garcilaso de la Vega quase conseguiu, de uma vez, levar a forma à perfeição em castelhano. Como muitos escritores espanhóis desse período, vinha de alta linhagem: seu pai fora embaixador de Fernando e Isabel em Roma. Nascido em Toledo, em 1503, Garcilaso dedicou-se precocemente às armas. Em 1532 distinguiu-se na expulsão dos turcos de Viena; em 1535 foi duas vezes ferido gravemente no cerco de Túnis; alguns meses mais tarde estava na fútil campanha de Carlos V na Provença. Em Fréjus, ofereceu-se como voluntário para chefiar um ataque a um castelo resistente: foi o primeiro a saltar a muralha; recebeu um virotão na cabeça, do que morreu poucos dias depois, na idade de 33 anos. Um dos trinta e sete sonetos que dedicou a seu amigo Boscan tocava um tema sempre presente em todas as guerras:

> E agora, maior que nunca, paira a maldição
> Sobre este nosso tempo; e o que houve antes
> Continua a mudar seu rosto de mal para pior;
> Cada um de nós sentiu o toque da guerra —
> Guerra após guerra, e exílio, perigos, medo —
> E cada um de nós está cansado até a alma
> De ver seu próprio sangue escorrendo por uma lança
> E de estar vivo porque ela errou seu alvo.
> Alguns perderam seus bens e todas as armas,
> E tudo se foi, até mesmo o nome
> Da casa e do lar e da mulher e da memória.
> E qual o sentido disso? Um pouco de fama?
> O agradecimento da nação? Um lugar na história?
> Um dia escreverão um livro, e então veremos.[52]

Garcilaso não pôde ver, mas inúmeros livros o celebraram afetuosamente. Os historiadores registraram sua morte entre os principais acontecimentos da época. Seus poemas foram impressos em pequenos volumes que os soldados espanhóis traziam no bolso em uma dúzia de terras. Aludistas espanhóis musicaram seus poemas, transformando-os em madrigais para *vihuela*, e dramaturgos transformaram suas éclogas em peças de teatro.

O teatro espanhol marcou época, rivalizando em pouco tempo com o elisabetano. Comédias em um ato, sátiras burlescas ou episódios de romances populares eram representados por atores ambulantes na praça pública ou no *corrale* — pátio — das estalagens, outras vezes no paço do príncipe ou na corte real. Lope de Rueda, que sucedeu a Gil Vicente como principal escritor de autos para esses grupos, fez grande fama.

Os historiadores abundavam. Gonzalo Fernández de Oviedo foi nomeado historiógrafo do Novo Mundo por Carlos V e desobrigou-se não muito bem com a volumosa e mal ordenada *Historia general y natural de las Indias Occidentales* (1535). Enriqueceu com a extração de ouro, durante 40 anos de residência na América Espanhola, ofendendo-se com a *Brevísima Relación de la Destruyción de las Indias* (1539), na qual Bartolomé de las Casas expôs a exploração brutal do trabalho escravo dos índios nas minas americanas. Las Casas embarcou com Colombo em 1502, tornou-se bispo de Chiapa, no México, e dedicou quase toda a sua vida à causa dos índios. Nas *Memórias* dirigidas ao governo espanhol, descreveu a presteza com que os nativos morriam sob as árduas condições de trabalho, impostas pelos colonos. Os índios estavam acostumados, pelo clima cálido e pela alimentação simples, apenas a trabalho casual; não extraíam o ouro, embora o retirassem da superfície da terra ou do leito de pequenas correntezas, para usá-lo como ornamento. Las Casas calculou que a população nativa das "Índias" reduzira-se de 12.000.000 (conjetura, sem dúvida, exagerada) para 14.000 em 38 anos.[53] Missionários dominicanos e jesuítas juntaram-se a Las Casas no protesto contra a escravidão dos índios[54], e Isabel repetidamente a denunciou.[55] Fernando e Ximenes promulgaram condições semi-humanas para a arregimentação do trabalho indígena,[56] mas, enquanto eles se absorviam na

política européia, as instruções dadas para o tratamento dos indígenas eram sempre esquecidas.

Contemos uma discussão menor a respeito da conquista do México. Francisco López de Gómara deu uma versão muito à Cortez dessa violência; Bernal Díaz del Castillo, em protesto, compôs (1568) sua *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España,* a qual, embora desse o devido louvor a Cortez, condenava-o por tomar todas as honras e todos os lucros da conquista, pouco deixando para valorosos soldados como Bernal. Trata-se de um livro fascinante, cheio do entusiasmo da ação, da alegria da vitória e de espanto honesto ante a opulência e o esplendor do México asteca. "Quando observava o cenário que me rodeava, pensava comigo mesmo que estava no jardim do mundo." E depois acrescenta: "Destruiu-se tudo."[57]

A história mais amadurecida e a novela mais famosa da Espanha desse período são atribuídas ao mesmo homem. Diego Hurtado de Mendoza nasceu em Granada aproximadamente 11 anos depois da conquista da cidade por Fernando; seu pai ganhara honras no cerco e fora nomeado governador da cidade depois de sua queda. Educado em Salamanca, Bologna e Pádua, Mendoza adquiriu ampla cultura em latim, grego, árabe, filosofia e leis; colecionava textos clássicos com o zelo de um príncipe da Renascença; e quando Solimão, o Magnífico, quis recompensá-lo por certos bons ofícios que fizera à Porta, pediu apenas alguns manuscritos gregos. Subiu a posto elevado no serviço diplomático de Carlos V em Veneza, Roma e no Concílio de Trento. Repreendido por Paulo III por trazer algumas mensagens ríspidas de Carlos V ao Papa, respondeu com todo o orgulho de um grande de Espanha: "Eu sou cavaleiro, assim como o foi meu pai antes de mim, e, como tal, é de meu dever cumprir as ordens do rei meu senhor, sem qualquer temor de Vossa Santidade, enquanto observar o respeito devido ao vigário de Cristo. Sou ministro do rei de Espanha... livre, como seu representante, mesmo do desagrado de Sua Santidade."[58]

Pesquisas recentes discutem ser Mendoza o autor da primeira novela picaresca da literatura européia — *Vida e Aventuras de Lazarillo de Tormes.* Embora inédita até 1553, foi, provavelmente, escrita muitos anos antes. Que o rebento de uma família só menos nobre que a do rei fizesse de um ladrão o seu herói, seria surpreendente; e mais seria que um homem que a princípio se destinava ao sacerdócio incluísse em sua história sátiras tão ferinas ao clero que a Inquisição proibiu qualquer edição posterior do livro até que fosse expurgado de toda ofensa.[59] Lazarillo é uma criança abandonada que, como guia de um mendigo cego, aprende todas as habilidades do pequeno furto e chega a grandes crimes como criado de um sacerdote, um frade, um capelão, um meirinho e um vendedor de indulgências. (Lazarillo é o pequeno Lázaro, uma referência ao mendigo deste nome em São Lucas 16; daí o "pequeno mendigo"; daí um garoto que conduz um mendigo cego.) Até o jovem ladrão, de sabedoria universal, impressiona-se com as artimanhas engendradas pelo bufarinheiro de indulgências para vender seus produtos. "Devo confessar que me enganei outra vez, e acho meu amo um milagre de santidade."[60] Essa narrativa galhofeira introduziu o *gosto picaresco* na ficção; evocou inumeráveis imitações, que culminam no mais renomado dos romances picarescos, o *Gil Blas* (1715-35) de Alain Lesage.

Exilado da corte de Filipe II por empregar a espada em uma discussão, Mendoza retirou-se para Granada, compôs versos incidentais, livres demais para serem impressos no decorrer de sua vida, e contou a revolta moura de 1568-1570 em uma *Historia de la Guerra de Granada* tão imparcial, tão justa para os mouros que não pôde achar editor e só foi impressa em 1610, e assim mesmo só em parte. Mendoza tomou Salústio como modelo, rivalizou com ele, e roubou um tema ou dois a Tácito; mas, de qualquer modo, foi a primeira obra espanhola que foi mais além das simples crônica ou propaganda e atingiu o nível de história verídica, interpretada com espírito filosófico e apresentada com arte literária. Mendoza morreu em 1575, aos 72 anos. Foi uma das personalidades mais completas de uma época rica em homens completos.

Através destas páginas apressadas sempre a consciência travou uma corrida com o tempo e advertiu a pena apressada que, como o viajante impaciente, só arranhou superfícies. Quantos editores, professores, eruditos, patronos, poetas, romancistas e re-

beldes temerários trabalharam, durante meio século, para produzir a literatura aqui tão estreitamente limitada, quantas obras-primas por nomear, quantas nações ignoradas, quantos gênios imortais desprezados com uma linha! Infelizmente, é assim. A tinta seca. E, enquanto ela dura, bastar-me-ia que de suas garatujas e salpicos se delineasse algum retrato esbatido dos homens e mulheres a descansar um pouco da teologia e da guerra, amando as formas da beleza assim como as miragens da verdade e do poder, e construindo, esculpindo e pintando palavras até que o pensamento achasse uma arte para vestir-se, até que a sabedoria e a música se juntassem, e emergisse a literatura que permite que uma nação fale, para permitir que uma era vaze o seu espírito em um molde tão carinhosamente talhado que o próprio tempo o acalentará e o conservará através de milhares de catástrofes, como um legado da raça.

CAPÍTULO XXXVI

Arte na Época de Holbein

1517-64

I. A ARTE, A REFORMA E A RENASCENÇA

A ARTE tinha de sofrer com a Reforma, ao menos porque o protestantismo acreditava nos Dez Mandamentos. Não tinha dito o Senhor: "Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra." (Êxodo, 20.4)? Como seria possível a arte representativa depois dessa lição peremptória? Os judeus obedeceram e omitiram a arte. Os muçulmanos quase obedeceram, mantiveram a arte decorativa, sobretudo abstrata, que amiúde representava coisas, raramente pessoas, jamais a Deus. O protestantismo, ao redescobrir o Velho Testamento, seguiu a linha semítica. O catolicismo, cuja herança greco-romana lhe eclipsara a origem judaica, ignorava cada vez mais a proibição: a escultura gótica modelara santos e deuses em pedra; a pintura italiana ilustrara a história da Bíblia e a Renascença esquecera completamente o Segundo Mandamento em uma exuberância viçosa de arte representativa. Talvez a velha proibição tivesse querido interdizer a representação para fins *mágicos;* e os patronos da arte, na Itália da Renascença, tiveram o bom senso de sobrepujar uma interdição primitiva e já agora sem significado.

A Igreja, o maior dos patronos, empregara a arte para formar os analfabetos nos dogmas e nas lendas da fé. Ao homem de estado eclesiástico, que sentia serem os mitos vitais para a moral, essa utilização da arte parecia razoável. Mas quando os mitos, como o purgatório, foram manipulados para financiar as extravagâncias e os abusos da Igreja, os reformadores rebelaram-se, desculpavelmente, contra a pintura e a escultura que inculcavam os mitos. A esse respeito Lutero foi moderado, mesmo tendo de rever os Mandamentos. "Não defendo que os Evangelhos destruam todas as artes, como certas pessoas supersticiosas crêem. Pelo contrário, de bom grado encaro todas as artes... servindo a Deus, que as criou e no-las deu. A lei de Moisés proíbe apenas a imagem de Deus."[1] Em 1526 convidou seus seguidores a "investir contra... os idólatras do Anticristo romano através da pintura".[2] O próprio Calvino, cujos seguidores constituíam os iconoclastas mais entusiásticos, deu aprovação limitada às imagens. "Não sou escrupuloso ao ponto de julgar que não se possam tolerar as imagens... mas, vendo que a arte da pintura e da escultura... provém de Deus, exijo que a prática da arte se mantenha pura e lícita. Portanto, os homens não devem pintar nem esculpir nada que se não possa ver com a vista."[3] Reformadores menos humanos que Lutero e menos cautelosos que Calvino preferiam pôr inteiramente fora da lei a pintura e a escultura e limpar as igrejas de todo ornamento; a "verdade" bania a beleza como infiel. Na Inglaterra, Escócia, Suíça e Alemanha do norte a destruição foi total e

indiscriminada; na França, os huguenotes fundiram os relicários, escrínios e outros vasos da igreja que caíram em seu poder. Teríamos de apreender o ardor dos homens que arriscavam a vida para reformar a religião antes de podermos compreender a paixão furiosa que, em momentos de vitória, destruiu as imagens que tinham contribuído para sua sujeição. A demolição foi brutal e bárbara, mas a culpa dela deve ser partilhada pela instituição que, durante séculos, obstruiu sua própria reforma.

A arte gótica terminou nesse período, mas a Reforma foi apenas uma das causas desse desaparecimento. A reação contra a Igreja medieval trouxe consigo o desgosto pelos estilos de arquitetura e ornamentação que lhe estavam há muito associados. E, contudo, o gótico já estava morrendo mesmo antes de Lutero falar. Agonizava na França católica, assim como na Alemanha e Inglaterra rebeldes: consumiu-se em sua própria resplandecência. E a Renascença, assim como a Reforma, foi fatal ao gótico. Pois a Renascença vinha da Itália, que nunca amara o gótico e o parodiara quando o adotou; além do que a Renascença espalhou-se sobretudo entre povos cultos cujo ceticismo polido não podia compreender a fé entusiástica das Cruzadas e dos tempos góticos. À medida que progredia a Reforma, a própria Igreja, que achara na arquitetura gótica sua expressão artística suprema, empobrecera muito com a perda da Inglaterra, da Alemanha e da Escandinávia e com as usurpações de suas rendas pelos reis católicos para financiar a arte tão prodigamente como antes ou para ditar o gosto e o estilo. Dia a dia, uma Renascença secularizante e paganizante afirmava suas predileções clássicas sobre as tradições sagradas da fé e da forma medievais. Os homens passavam impiedosamente sobre séculos pios e tementes para se agarrarem de novo às paixões terrenas e amorosas da antigüidade. Declarou-se guerra ao gótico como arte dos bárbaros que tinham destruído a Roma Imperial. Os romanos subjugados voltaram à vida, reconstruíram seus templos, exumaram as estátuas de seus deuses e fizeram primeiro a Itália, depois a França e a Inglaterra retomar a arte que tinha personificado a glória da Grécia e a grandeza de Roma. A Renascença venceu o gótico, vencendo ainda a Reforma na França.

II. A ARTE DA RENASCENÇA FRANCESA

1. "A Mania de Edificar"

Na arquitetura eclesiástica francesa o gótico lutou com êxito por uma prorrogação. Algumas velhas catedrais acrescentaram elementos novos, necessariamente góticos; assim, St.-Pierre de Caen completou o seu famoso coro; Beauvais construiu o transepto sul de sua catedral; e o gótico fez quase o último esforço quando Jean Vast levantou acima desse transepto um pináculo de 150 metros de altura (1553). Quando, no Dia da Ascensão de 1573, essa torre audaciosa se desmoronou sobre o coro arruinado, o desastre simbolizou o fim do mais nobre dos estilos da história da arquitetura.

Esplendores góticos menores ergueram-se, nesse período, em Pontoise, Coutances e em uma dúzia de outras cidades francesas. Em Paris, onde a cada relance apreciamos maravilhas de um passado de fé, construíram-se duas belas igrejas góticas: St.-Étienne-du-Mont (1492-1626) e St.-Eustache (1532-1654). O caráter da Renascença, porém, introduziu-se secretamente nelas: em St.-Étienne, a magnífica pedra divisória, em arco sobre o coro; em St.-Eustache, o conjunto de pilastras e capitéis quase coríntios.

A substituição do gótico eclesiástico com a arquitetura secular da Renascença refletia o gosto de Francisco I e a ênfase humanista no prazer terreno mais que na esperança celestial. Toda a fruição econômica, todo o patrocínio aristocrático e hedonismo pagão que tinham alimentado o fogo da arte na Itália da Renascença nutriam agora a devoção dos arquitetos, pintores, escultores, ceramistas e ourives da França. Trouxeram-se artistas italianos para misturar suas habilidades e motivos decorativos com as formas góticas sobreviventes. Não só em Paris, mas em Fontainebleau, Moulins, Tours, Bourges, Angers, Lyon, Dijon, Avinhão e Aix-en-Provence o brilho do desenho italiano, o realismo da pintura flamenga e o gosto e a graça bissexual da aristocracia francesa combinaram-se para produzir, na França, uma arte que desafiou e herdou a supremacia italiana.

À frente do movimento estava um rei que amava a arte com liberalidade, embora com discriminação. O despreocupado e sorridente espírito de Francisco I gravou-se a si mesmo na arquitetura do reinado. *Osez!* — dizia a seus artistas — "Ousai!"[4] — e deixava-os fazer experiências que mesmo a Itália não permitira. Reconhecia a predominância flamenga no retrato, manteve Jean Clouet como pintor da corte e encomendou retratos de si mesmo e de seus mais íntimos a Joos van Cleve. Em todas as artes de refinamento e decoração, porém, foi a Itália que o inspirou. Depois de sua vitória em Marignano (1515), visitou Milão, Pavia, Bologna e outras cidades italianas, estudando-lhes invejosamente a arquitetura, a pintura e as artes menores. Cellini conta que ele disse: "Lembro-me muito bem de ter examinado todas as grandes obras dos maiores mestres de toda a Itália";[5] é provável que o exagero seja do entusiástico Cellini. Vasari assinala uma série de exemplos de compra de arte italiana por Francisco I através de agentes em Roma, Florença, Veneza e Milão. Graças a esses esforços, a *Mona Lisa* de Leonardo, a *Leda* de Miguel Ângelo, *Vênus e Cupido* de Bronzino, a *Madalena* de Ticiano e uma infinidade de vasos, medalhas, desenhos, estatuetas, pinturas e tapeçarias, atravessaram os Alpes para terminar sua viagem no Louvre.

O monarca entusiástico, se pudesse, teria importado todos os melhores artistas da Itália. Era uma tentação dissipar dinheiro. "Sufocar-vos-ia em ouro" — prometeu ele a Cellini. Benvenuto veio e ficou intermitentemente (1541-45), o bastante para confirmar a ourivesaria francesa em uma tradição de desenho e técnica próprios. Domenico Bernabei "Boccadoro" viera para a França no reinado de Carlos VIII; Francisco encarregou-o de desenhar um novo *Hôtel de Ville* em Paris (1532); passou-se quase um século antes que ficasse pronto; a Comuna de 1871 arrasou-o a fogo; reconstruíram-no segundo o plano de Boccadoro. Leonardo veio em sua velhice (1516); todo o mundo da arte e da fidalgia francesas o venerava, mas não conhecemos nenhuma obra feita por ele na França. Andrea del Sarto também foi (1518) e logo partiu. Giovanni Battista "Il Rosso" foi atraído de Florença (1530) e ficou na França até seu suicídio. Giulio Romano recebeu convites repetidos, mas estava encantado com Mântua; contudo, enviou seu mais brilhante discípulo, Francesco Primaticcio (1532). Foram também Francesco Pellegrino, Giacomo da Vignola, Niccolo dell'Abbate, Sebastiano Serlio e talvez uma dúzia mais. Ao mesmo tempo, encorajavam-se os artistas franceses a ir à Itália para estudar os palácios de Florença, Ferrara e Milão, assim como a nova catedral de São Pedro em construção em Roma. Desde a conquista da antiga Roma pela arte e pelo pensamento gregos que não tinha havido tão rica transfusão de sangue cultural.

Ressentiam-se os artistas franceses e flamengos da sedução italiana; e por meio

século (1498-1545) a história da arquitetura francesa foi uma batalha real entre o estilo gótico, afeiçoadamente arraigado ao solo, e os modos italianos que se tinham infiltrado na França na esteira dos vencedores vencidos. A luta ilustra-se a si mesma nos *châteaux* em pedra do Loire. Aí, o gótico ainda predomina e os mestres pedreiros franceses dominam o desenho: um castelo feudal dentro de um fosso protetor, com torres ameadas nos cantos, em majestosa verticalidade; janelas espaçosas, gradeadas de ferro, para convidar o sol, telhados inclinados para arrastar a neve e águas-furtadas a espreitar como se fossem monóculos dos telhados. Permitiram, porém, aos invasores italianos abater o velho arco em ponta e transformá-lo na antiga forma arredondada, arranjar as fachadas em fileiras de janelas retangulares, reforçadas por pilastras e coroadas por frontões, bem como decorar os interiores com colunas clássicas, capitéis, frisos, cornijas, medalhões, arabescos e cornucópias esculpidas de plantas, flores, frutos, animais, bustos imperiais e divindades míticas. Teoricamente, os dois estilos, gótico e clássico, são incongruentes: a fusão deles pela discriminação e gosto franceses em uma beleza harmoniosa contribuiu para fazer da França a Hélade do mundo moderno.

Uma febre de construir — *une maladie de bâtir,* como um general surpreso a intitulou[6] — apoderou-se então da França — ou de Francisco. Ao velho *château* de Blois acrescentou Francisco I (1515-19), para a rainha Cláudia, uma ala norte, cujo arquiteto era francês, Jacques Sourdeau, mas cujo estilo era puro Renascença. Achando inconveniente construir uma escadaria dentro da ala, Sourdeau desenhou uma das atrações arquitetônicas da época — a escadaria em espiral externa elevando-se em uma torre octogonal, por três andares, a uma elegante galeria projetada do telhado, sendo cada andar ricamente adornado com um balcão esculpido.

Depois da morte da dispendiosa rainha, Francisco I voltou sua paixão arquitetônica para Chambord — a cinco quilômetros ao sul do Loire e a 16 a nordeste de Blois. Aí os duques de Orléans tinham construído um pavilhão de caça, que Francisco I substituiu (1526-44) por um *château* predominantemente gótico, tão vasto — com seus 440 quartos e estábulos para 1.200 cavalos — que exigiu o trabalho de 1.800 homens durante 12 anos. Os projetistas franceses fizeram a fachada norte fascinante, mas confundida por um labirinto de torres, "lanternas", pináculos e ornamentos escultóricos; e distiguiram o interior com uma escadaria em espiral de grande esplendor, única por uma passagem dupla que divide a parte ascendente da descendente. Francisco I favoreceu Chambord por ser um campo de caça adequado; onde sua corte gostava de reunir-se com toda a sua pompa; e aí o rei gastou os anos finais de sua vida. A maior parte do ornamento interior foi destruída pelos revolucionários, em 1793 em vingança retardada pela extravagância real. Outro palácio à moda de Francisco I — o *château* de Madri, no Bois de Boulogne, foi adornado com uma fachada majólica por Girolamo della Robbia, mas demoliram-no completamente durante a Revolução.

A extravagância não se limitava ao rei. Alguns de seus ajudantes construíram palácios para si que ainda parecem vindos de algum reino de fadas. Um dos mais perfeitos é o de Azay-le-Rideau, em uma ilha no Indre; Gilles Berthelot, que o construiu (1521), foi nada menos que tesoureiro da França. Thomas Bohier, recebedor-geral dos impostos da Normandia, construiu Chenonceaux (1513); Jean Cottereau, ministro das finanças, reconstruiu o *château* de Maintenon; Guillaume de Montmorency levantou um palácio senhorial em Chantilly (1530) — outro sinistrado durante a Revolução. Seu filho Anne de Montmorency, condestável de França, erigiu o *château* de

Ecouen (1531-40), próximo de Saint-Denis. O *château* de Villandry foi restaurado por Jean le Breton, secretário de Estado; Ussé foi completado por Charles d'Espinay. Acrescentemos os *hôtels* ou palácios de Valençay, de Semblançay, em Tours, de Escoville, em Caen, de Bernuys, em Toulouse, de Lallemont, em Bourges, de Bourgtheroulde, em Rouen e uma centena de outros, todos produtos desse reinado despreocupado, e poderemos avaliar da riqueza dos senhores e da pobreza do povo.

Sentindo-se inadequadamente instalado, Francisco I decidiu reconstruir o *château* que Luís VII e Luís IX tinham erigido em Fontainebleau, pois, segundo Cellini, era "o lugar em seu reino que o rei amava mais". Restauraram-se a torre principal e a capela e demoliu-se o resto; e, no lugar, Gilles de Breton e Pierre Chambiges levantaram, em estilo Renascença, uma congérie de palácios ligados por graciosa galeria, a *Galerie de François Premier.* O exterior não era atraente; talvez o rei, como os príncipes mercadores de Florença, achasse que uma fachada pretensiosa, tão próxima da cidade, pudesse atrair os maus olhares da populaçao. Reservou, assim, o talento estético para o interior, onde se seguiu a tradição decorativa de Rafael e Giulio Romano.

Durante 10 anos (1531-41), Il Rosso — assim chamado por causa de seu rosto rubicundo — trabalhou na decoração da Galeria de Francisco I. Vasari descreve o artista, então com 37 anos, como homem "de fina presença, fala grave e graciosa; músico completo, filósofo experimentado", e "arquiteto excelente", bem como escultor e pintor;[7] tais eram os homens dessa época de expansão. Rosso pintou 15 painéis nas paredes, cada um deles adornado em estilo Alta Renascença: uma base de lambril de nogueira esculpida e marchetada, um afresco de cenas da mitologia clássica ou da história, ricas decorações de estuque em forma de estátuas, conchas, armas, medalhões, figuras de animais e pessoas, grinaldas de frutos e flores e um teto de madeira profundamente artesoado que completa o efeito de cor quente, beleza sensual e deleite acariciante. Tudo isso era exatamente ao gosto do rei, que veio a dar uma casa a Rosso, em Paris, e uma pensão de 1.400 libras ($35.000?) por ano. O artista, segundo Vasari, "vivia como fidalgo, com criados e cavalos, dando banquetes a seus amigos".[8] Juntou, a seu serviço, meia dúzia de pintores e escultores italianos e franceses, que constituíram o núcleo da "Escola de Fontainebleau". No ápice do êxito e do esplendor, seu gênio italiano pôs fim a sua carreira: acusou um de seus ajudantes, Francesco Pellegrino, de roubá-lo; Pellegrino, depois de sofrer muitas torturas, foi considerado inocente; Rosso, cheio de vergonha e remorsos, ingeriu veneno e morreu torcido de dores na idade de 46 anos (1541).

Francisco I lamentou-o, mas já tinha achado, em Primaticcio, um artista capaz de continuar a obra de Rosso, no mesmo estilo de imaginação voluptuosa. Primaticcio era um formoso jovem de 27 anos quando chegou à França, em 1532. O rei logo reconheceu a versátil capacidade dele como arquiteto, escultor e pintor; deu-lhe um estado-maior de ajudantes, bom salário e, mais tarde, as rendas de uma abadia; assim, as contribuições dos fiéis transformavam-se em uma arte que, possivelmente, chocaria os frades. Primaticcio fez desenhos para os trabalhos de tapeçaria real; esculpiu uma lareira perfeitíssima para o quarto da rainha Eleonora, em Fontainebleau, e retribuiu o patrocínio e a proteção da duquesa d'Etampes adornando-lhe o quarto, no *château,* com pinturas e estatuária em estuque. As pinturas têm morrido mortes repetidas sob as restaurações, mas as estátuas continuam em plena glória; uma dama em estuque, levantando as mãos para uma cornija, é tida como das mais puras figuras

da arte francesa. Como poderia um rei, enamorado dessa impudência reservada, aceitar o austero calvinismo em lugar de uma Igreja que sorria tolerante a esses nus encantadores?

O falecimento do sátiro real e a ascensão do austero Henrique II não prejudicou a situação de Primaticcio nem baniu seu estilo. Agora (1551-56), ajudado por Philibert Delorme e Niccolo dell'Abbate, desenhava, pintava, esculpia e decorava a Galeria de Henrique II em Fontainebleau. Também aí as pinturas estão arruinadas, mas a graça das estátuas femininas é fascinante e a parede final é um esplendor surpreendente de elementos clássicos. Ainda mais bela, segundo se diz (pois foi destruída em 1738), era a Galeria de Ulisses, que Primaticcio e seus ajudantes ornamentaram com 161 temas da *Odisséia*.

O *château* de Fontainebleau assinalou o triunfo do estilo clássico na França. Francisco I encheu-lhe as salas de esculturas e objetos de arte que fizera comprar na Itália e que acentuavam a mensagem clássica, graças a sua excelência. Entrementes, Sebastiano Serlio, que trabalhou por uns tempos em Fontainebleau, publicava sua *Opere di architettura* (1548), defendendo o classicismo vitruviano de seu mestre Baldassare Peruzzi; foi imediatamente traduzida para o francês por Jean Martin, que também traduzira Vitrúvio (1547). Os artistas franceses da Escola de Fontainebleau, preparados por Rosso ou Primaticcio, espalharam as normas e os ideais clássicos através da França; e estes permaneceram dominantes no país por séculos, ao lado das correspondentes formas literárias clássicas inauguradas pela Plêiade. Estimulados por Serlio e Vitrúvio, artistas franceses como Jacques A. du Cerceau, Jean Bullant e Delorme deslocaram-se para a Itália a fim de estudar os restos da arquitetura romana e, ao regressar, escreveram tratados cheios de idéias clássicas. À maneira de Ronsard e Du Bellay, condenavam os estilos medievais como bárbaros e resolveram refinar a matéria na forma. Através desses homens, suas obras e seus livros, o arquiteto emergiu como artista distinto do mestre-pedreiro, e com posição elevada na escala social. Dentro em pouco a arquitetura francesa já não precisava de artistas italianos, pois a França ia agora buscar, para além da Itália, na própria Roma antiga, inspiração arquitetônica, efetuando uma síntese soberba das ordens clássicas com as tradições e o clima que lhe eram próprios.

Neste meio de pensamento e de arte tomou forma a arquitetura citadina nobre. Examinando, hoje, o Louvre da margem esquerda do Sena, ou atravessando seus pátios majestosos ou vagueando dia após dia através dessa casa que é o tesouro do mundo, o espírito retrai-se respeitosamente ante a imensidade do monumento. Se, em alguma devastação universal, pudéssemos escolher poupar um único edifício, escolheríamos esse. Filipe Augusto o levantara, em sua primeira forma, por volta de 1191, como fortaleza para guardar Paris de alguma invasão vinda do Sena. Carlos V de França acrescentou-lhe duas alas (1357), com uma escadaria externa que pode ter sugerido a jóia de Blois. Achando essa estrutura medieval, metade palácio e metade prisão, inadequada para residência e lugar de diversão, Francisco I derrubou-a e encarregou Pierre Lescot (1546) de edificar, em seu lugar, um *château* próprio de um rei francês da Renascença. Quando, passado um ano, Francisco I morreu, Henrique II prosseguiu na empresa.

Lescot era fidalgo e sacerdote, senhor de Clagny, abade de Clermont, cônego da Notre Dame, pintor, escultor e arquiteto. Foi ele quem desenhou a galeria em cruz da igreja de St.-Germain l'Auxerrois (destruída em 1745) e o palácio onde é agora o

Hôtel Carnavalet. Em ambas as tarefas contou com a ajuda de seu amigo Jean Goujon na escultura decorativa; e quando a obra do novo Louvre já ia adiantada, chamou Goujon para ornamentá-lo. Lescot levantou, em 1548, a ala ocidental do palácio que hoje cerca a *Cour Carrée* do Louvre. O estilo da Renascença Italiana ditou a fachada de cima a baixo: três fileiras de janelas retangulares, aquelas separadas por cornijas de mármore e estas por colunas clássicas, três pórticos sustentados por elegantes pilares clássicos; só o telhado em declive era francês, mas mesmo aí se contam os frisos de graça clássica. O aspecto geral resultaria muito severo se Goujon não inserisse estátuas nos nichos dos pórticos, não esculpisse relevos preciosos nos capitéis e nas bases das cornijas e não coroasse a projeção central com o emblema de Henrique e Diane. No interior dessa ala de Lescot construiu Goujon a *Salle des Cariatides* — quatro majestosas mulheres sustentando uma galeria para músicos; foi também Goujon quem decorou o vão da grande escadaria que leva à câmara real, onde dormiram os reis de França desde Henrique IV a Luís XIV. A obra do Louvre continuou sob Carlos IX, Henrique IV, Luís XIII e XIV, Napoleão I e III, sempre fiel ao estilo de Lescot e Goujon, até que, hoje, o edifício constitui a essência de 350 anos de uma civilização que elevou a labuta do povo aos esplendores da arte. Seria o Louvre possível se a aristocracia tivesse sido justa?

Philibert Delorme criou édens arquitetônicos para Henrique II e Diane de Poitiers. Enquanto jovem, Delorme estudou e examinou as ruínas da Roma clássica; apreciou-as muito, mas, voltando à França, anunciou que daí em diante a arquitetura francesa podia ser nacional. Seu espírito de idolatria clássica e patriotismo francês constituía precisamente o programa da Plêiade. Projetou a escadaria em ferradura na *Cour des Adieux* em Fontainebleau, e a lareira e o teto artesonado da Galeria de Henrique II. Construiu, para Diane, em Anet (1548-53), uma verdadeira cidade de palácios e jardins; lá Cellini colocou, em um frontão, sua *Ninfa de Fontainebleau*, e Goujon superou o florentino com seu grupo de Diana e seu veado. Grande parte desse dispendioso paraíso caiu em ruínas; resta um portão inexpressivo no pátio da Escola de Belas-Artes em Paris. Para a mesma amante vitoriosa Delorme completou Chenonceaux — pequeno presente de seu rei enamorado; foi Filipe quem concebeu a idéia de estender o palácio por sobre o rio Cher. Quando Catarina de Médicis tomou o *château* de Diane, Delorme continuou a trabalhar nele até que a obra-prima se completasse. Durante algum tempo seu estilo muito matemático caiu em desfavor, o que o levou a retirar-se para escrever um enciclopédico *Tratado da Arquitetura.* Já idoso, foi chamado de volta ao trabalho por Catarina, para quem projetou um novo palácio, as Tulherias (1564-70), que a Comuna de 1871 destruiu. Recebeu ricas recompensas de todos os seus patronos. Fez-se padre e ocupou vários domínios proveitosos. Morreu em 1570, cônego de Notre Dame, não se esquecendo de dois filhos ilegítimos no testamento.[9]

Jean Bullant completou o brilhante trio de arquitetos que embelezaram a França nos reinados do marido de Catarina e seus filhos. Quando tinha 30 anos, em Écouen, ganhou notoriedade por desenhar para Anne de Montmorency, um *château* perfeitíssimo em suas linhas clássicas. Nos seus 60 anos substituiu Delorme na construção das Tulherias, continuando a trabalhar até a morte. *De jour en jour en apprenant mourant,* dizia ele — "dia a dia morrendo enquanto aprendo".

É moda lamentar a importação dos estilos italianos na arquitetura francesa e insinuar que o gótico nacional, puro dessa influência, poderia ter-se desenvolvido em

uma arquitetura urbana mais congenial ao caráter do país do que as linhas relativamente rigorosas das ordens clássicas. O gótico, porém, estava morrendo de velhice, talvez de excesso senil e velhos ademanes à *flamboyant*; percorrera seu caminho, afinal. A ênfase grega sobre a contenção, simplicidade, estabilidade e linhas estruturais puras foi apropriada para conter exuberância francesa na maturidade disciplinada. Sacrificaram-se algumas singularidades medievais que, porém, já tinham tido seus dias, e que pareciam pitorescas precisamente por estarem mortas. À medida que a arquitetura francesa renascentista desenvolvia seu caráter nacional próprio, misturando trapeiras e telhados inclinados com colunas, capitéis e frontões, dava à França um estilo de construir que durou três séculos e que era a inveja da Europa Ocidental. E, agora que também ele está passando, percebemos que era belo.

2. *As Artes Ancilares*

Uma infinidade de artistas-artesãos enriquecia a vida nessa época vivaz de Francisco I e Henrique II. Entalhadores esculpiam os assentos do coro de Beauvais, Amiens, Auch e Brou, ousando decorar estruturas góticas com um jogo renascentista de faunos, sibilas, bacantes, sátiros, e mesmo, de vez em quando, uma Vênus, um Cupido, um Ganimedes. Ou faziam — para nossa louca procura — mesas, cadeiras, leitos, genuflexórios, dosséis e gabinetes, esculpindo-os com certo exagero de ornamentos, às vezes marchetando-os com metal, marfim ou pedras preciosas. Os trabalhadores em metal, então no clímax da perfeição, enriqueciam utensílios e armas tauxiando-os ou gravando-os, e desenhavam grades — poemas em ferro — para capelas, santuários, jardins e túmulos, ou faziam charneiras como as das portas ocidentais de Notre Dame, tão belas que a devoção as atribuía a mãos de anjos. Cellini, que tinha poucos louvores para os outros, confessava que na obra de prataria eclesiástica — ou baixelas particulares, como a que Jean Duret gravou para Henrique II — os ourives franceses "atingiram um grau de perfeição difícil de verificar em qualquer outra parte".[10] Os vitrais coloridos da capela de Margarida de Áustria, em Brou, ou da igreja de St.-Étienne, em Beauvais, ou de St.-Étienne-du-Mont, em Paris, proclamam uma glória nunca ultrapassada. Em Fontainebleau, fundou Francisco I uma manufatura em que se teciam tapetes inconsúteis, ao invés de terem suas partes depois reunidas, como anteriormente. Além disso, misturavam-se opulentamente fios de ouro e prata à seda e à lã. Depois de 1530 os modelos e temas da tapeçaria francesa deixaram de ser góticos e cavaleirescos e seguiram os desenhos e temas da Renascença italiana.

Os motivos da Renascença também dominavam a cerâmica na majólica de Lyon, na faiança da França do sul e nos esmaltes de Limoges. Léonard Limousin e outros pintaram, em cores esmaltadas brilhantemente fundidas, elegantes formas de plantas e animais, deuses e homens, em bacias, vasos, jarros, chávenas, saleiros e outros utensílios inferiores de cobre, assim elevados a obras de arte. Também aqui o rei Francisco I deu sua contribuição, fazendo Léonard chefe da manufatura real de esmaltes de Limoges e agraciando-o com o título de *valet de chambre du roi*. Léonard Limousin especializou-se na pintura de retratos a esmalte sobre pratos de cobre; excelente exemplo — retratando o próprio Francisco I — está no Museu Metropolitano de Nova York; muitos estão na Galeria Apolo do Louvre, testemunhando mais tranqüilamente uma época de ouro.

A arte do retrato estava plenamente desenvolvida na França antes da vinda dos italianos. Qual dos italianos na França poderia ter melhorado o retrato de Guillaume de Montmorency, pintado por um mestre anônimo por volta de 1520 e agora no Museu de Lyon? *Voilà un homme!* — não se trata de um cumprimento, é um homem mesmo. Rosso, Primaticcio, dell'Abbate e outros artistas da Escola de Fontainebleau levaram para a França o que tinham aprendido com Rafael, Perino del Vaga, Giovanni da Udine ou Giulio Romano na decoração de pilastras, cornijas, tetos... com "arabescos" ou figuras jocosas de querubins, crianças, espirais, arabescos e plantas. Um membro anônimo da escola pintou a *Diana de Poitiers* presentemente no Museu de Worcester, em Massachusetts — vista em seu toucador, adornada com um diadema. Depois de 1545, muitos pintores flamengos, incluindo Brueghel, o Velho, foram à França estudar a obra de Fontainebleau. Seu próprio estilo, porém, estava demasiadamente arraigado para se render à influência italiana; o vigor realista de seus retratos prevaleceu sobre a graça feminina dos herdeiros de Rafael.

Houve uma família flamenga que, na França, quase constituiu uma escola por si mesma. Jean (Jehan, Jehannet, Janet) Clouet juntou-se à corte de Francisco I em Tours e Paris; todo o mundo conhece o retrato que ele pintou do rei por volta de 1525, agora no Louvre: realeza orgulhosa, presunçosa e feliz exatamente antes de uma queda. O filho de Jean, François Clouet, sucedeu-lhe como pintor da corte e registrou os dignitários de quatro reinados em greda ou óleo. Seu *Henrique II* é melhor que o *Francisco I* do pai: ficamos admirados ao ver o abismo entre o alegre galante e o filho sombrio; podemos compreender como sancionou esse homem a *chambre ardente* para a perseguição da heresia, embora não vejamos, no rosto quase de Bórgia, qualquer vestígio de sua passada devoção por Diane. Durante algum tempo, Corneille de Lyon, dirigindo um ateliê rival, competiu com os Clouet em retratos tais como o do marechal Bonnivet, o amante de Margarida. Mas nenhum contemporâneo, na França, pôde igualar a galeria de retratos que François Clouet fez de Catarina de Médicis, de Francisco II, da rainha Maria da Escócia, de Isabel de Valois, de Filipe II, de Margarida, futura mulher de Henrique IV, e de Carlos IX quando jovem — demasiado atraente para prognosticar o aterrorizado rei do massacre de São Bartolomeu. O realismo e a veracidade da pintura flamenga estão, nesses retratos, temperados com a delicadeza, precisão e vivacidade francesas; a tonalidade é persuasiva, a linha é exata e confiante, os elementos de um caráter complexo são apreendidos e unificados. Só a Inglaterra de Holbein gozaria de tão vivo historiador.

A escultura não passava de serva da arquitetura, muito embora fossem os escultores que lhe dessem brilho. Realmente, da escultura francesa fluíam então obras-primas só inferiores às que Miguel Ângelo e outros talhavam em mármore de Carrara. Modelaram-se túmulos senhoriais: o de Luís XII e Ana da Bretanha, por Giovanni di Giusto Betti (em Saint-Denis), os de dois cardeais de Amboise, por Roland Leroux e Jean Goujon (em Rouen), e o de Louis de Brézé, marido de Diane, na mesma catedral, de autoria incerta. Os túmulos de Rouen parecem muito ornamentados para convir à moralidade, mas os cardeais estão quase revividos como administradores fortes e prosaicos para quem a religião era um incidente na arte da política. Francisco I, sua mulher Cláudia e sua filha Charlotte jazem em Saint-Denis, em um túmulo de estilo Renascença desenhado por Delorme, com soberbas esculturas de Pierre Bontemps. Próximo, uma pequena obra-prima deste último — uma urna funerária

para o coração do rei. Os escultores franceses já não precisavam da tutela italiana para herdar a arte clássica de Roma.

Jean Goujon herdou, pelo menos, a graça clássica. Ouvimos falar dele pela primeira vez em 1540, arrolado como "canteiro e pedreiro", em Rouen. Cortou, nessa cidade, as colunas que suportam o órgão da igreja de St.-Maclou, e talhou estátuas para os túmulos dos cardeais, inclusive, talvez, para o de Brézé. Enriqueceu a rótula divisória da igreja de St.-Germain l'Auxerrois com esculturas agora em parte preservadas no Louvre, recordando os relevos helênicos na elegância rítmica de suas linhas. A qualidade característica da graça feminina de Goujon alcançou a perfeição nas *Ninfas* que fez para a Fonte dos Inocentes projetada por Lescot (1547); Bernini considerava essas figuras as mais belas obras de arte em Paris. Já lembramos *Diana e o Veado* de Goujon, em Anet, assim como suas esculturas no Louvre. Suas deidades pagãs e sua idealização da forma feminina sugerem, para a França, o triunfo da Renascença sobre a Reforma, das idéias clássicas sobre as góticas, da mulher sobre seus detratores medievais. Contudo, a tradição descreve Goujon como huguenote. Por volta de 1542, em penitência por assistir a um sermão luterano, foi condenado a caminhar pelas ruas de Paris em camisa, e a testemunhar a queima de um pregador protestante.[11] Lá por volta de 1562 deixou a França pela Itália, onde morreu, em Bologna, antes de 1568, em uma obscuridade dificilmente merecida pelo homem que levara ao seu clímax a arte da Renascença na França.

III. PIETER BRUEGHEL: 1520-69

Exceto quanto a Brueghel e à tapeçaria, esta foi uma época de repouso para a arte nos Países-Baixos. A pintura flutuava entre a emulação dos italianos — em técnica refinada, cor rica, mitologia clássica, mulheres nuas e fundos arquitetônicos romanos — e a propensão nacional para o retrato realista de pessoas eminentes e coisas comuns. O patrocínio vinha não só da corte, da Igreja e da aristocracia, mas de modo crescente dos ricos mercadores que ofereciam suas formas robustas e bochechas exuberantes à admiração da posteridade, e que gostavam de se ver refletidos na pintura de cenas domésticas e paisagens rurais de sua vida real. Um senso de humor, que às vezes atingia o grotesco, substituiu o modo sublime dos mestres italianos. Miguel Ângelo criticava o que lhe parecia uma falta de discernimento e nobreza na arte flamenga: "Eles pintam, em Flandres, só para enganar o olho exterior, coisas que nos alegrem... a erva dos campos, as sombras das árvores, pontes e rios... e pequenos objetos aqui e ali... sem cuidado de escolha."[12] Para Miguel Ângelo, a arte constituía a seleção de sentido para ilustração da nobreza e não a representação indiscriminada da realidade; a natureza solene dele, encerrada nas botinas irremovíveis e no isolamento misantrópico, era imune à glória dos verdes campos e às afeições terrenas.

Por nossa parte, fazemos uma vênia agradecida a Joachim Patinir, ao menos pela paisagem leonardesca de seu *São Jerônimo;* a Joos van Cleve por seu atraente retrato de Eleonora; a Bernaert van Orley por sua *Sagrada Família,* no Prado, seus desenhos de tapeçarias e vitrais da catedral de St.-Gudule, em Bruxelas; a Lucas van Leyden por ter acumulado tantas belas gravuras em cobre e madeira em seus 39 anos; a Jan van Scorel pela *Madalena* com o vaso de ungüentos com que lavou os pés de Cristo; e a Anthonis Mor por seus vigorosos retratos do duque de Alba, do cardeal de Granvelle, de Filipe II, de Maria Tudor e dele mesmo.

Observemos como o ofício de pintar, nos Países-Baixos, era tradição de famílias. Joos van Cleve transmitiu algum talento a seu filho Cornelis, que pintou bons retratos antes de enlouquecer. Jan Massys, herdando a oficina de Quentin, seu pai, pintou, de preferência, nus como *Judite* e *Susana e os Anciãos;* seu filho, Quentin Massys II continuou o negócio, enquanto o irmão Cornelis levava sua arte para a Inglaterra e pintava Henrique VIII na velhice, inchado e

medonho. Pieter Pourbus e seu filho, Franz, pintaram retratos e *pietàs* em Bruges, bem como o filho de Franz, Franz Pourbus II, pintou retratos em Paris e Mântua. E houve Pieter "Bufão" Brueghel, com a mulher pintora, a sogra pintora, os filhos Pieter "Inferno" Brueghel e Jan "Veludo" Brueghel, os netos pintores, os bisnetos pintores...

Pieter Brueghel, o Velho, cuja fama está entre as inevitáveis modas de nosso tempo, pode ter derivado o nome de uma ou duas aldeias chamadas Brueghel, no Brabante; uma delas fica próximo de Hertogenbosch, onde também nasceu Hieronymus Bosch, e em cujas igrejas Pieter poderia apreciar inúmeras pinturas do homem que só influenciou sua obra menos que a própria natureza. Aos 25 anos (*ca.* de 1545), migrou para Antuérpia, onde foi aprendiz de Pieter Coecke, cujas paisagens gravadas em madeira podem ter contribuído para ajudar a formar o interesse do jovem pintor em campos, florestas, águas e céu. Pieter Coecker tinha uma filha, Maria, que Brueghel carregou nos braços quando menina e com quem mais tarde se casou. Em 1552 seguiu o hábito corrente em seu ofício e foi estudar pintura na Itália. Regressou a Antuérpia com um grosso caderno de esboços de paisagens italianas, que não acusava, porém, nenhuma influência italiana visível sobre sua técnica; para o fim, Brueghel ignorava, praticamente, as formas sutis, o *chiaroscuro* e a *coloratura* dos mestres mediterrâneos. De volta a Antuérpia, viveu, com uma governanta-concubina a quem prometeu desposar quando ela parasse de mentir; Pieter registrava suas mentiras com entalhes feitos em um pau e, como não tinha nenhum pau para registrar seus próprios pecados, deixou-a quando os entalhes transbordaram. Lá pela metade dos 40 anos (1563) desposou Maria Coecke, então com 17 anos, e obedeceu as suas instâncias para mudar-se para Bruxelas. Só teria mais seis anos de vida.

Embora seus quadros lhe tivessem valido o apelido de "Brueghel Aldeão", era homem culto, que lia Homero, Virgílio, Horácio, Ovídio, Rabelais e, provavelmente, Erasmo.[13] Karel Mander, o Vasari holandês, descreveu-o como "tranqüilo e ordeiro, falando pouco, embora divertido em companhia, deliciando-se em assustar pessoas... com contos de fantasmas e bruxas";[14] daí, talvez, sua outra alcunha de "Brueghel Bufão". Tinha um senso de humor que beirava à sátira, mas ele o temperava com a compaixão. Uma gravura em cobre contemporânea mostra-o fartamente barbado, com um rosto cujas rugas refletem pensamento sério.[15] Às vezes seguia Bosch ao encarar a vida como uma corrida insensata da maioria das almas para o inferno; e na *Caverna Sombria* pintou o inferno tão medonha e confusamente como o próprio Bosch; e em *O Triunfo da Morte* imaginou a morte não como um sono natural das formas exauridas, mas como um horrível trabalho de corte de membros e da vida — esqueletos atacando reis, cardeais, cavaleiros, e camponeses com virotões, achas, pedras e gadanhas — criminosos degolados, enforcados ou amarrados à uma roda — crânios e cadáveres separados em uma carroça; eis aí mais uma variante dessa "Dança da Morte" que esvoaçou através da arte dessa época sombria.

Os quadros religiosos de Brueghel apresentam feição séria. Não têm a grandeza nem a graça leve da pintura italiana: reinterpretam simplesmente a história da Bíblia em termos de clima, de fisionomia e do traje flamengos. Raramente revelam sentimento religioso; na maioria, são oportunidades para pintar aglomerações. Mesmo os rostos não expressam qualquer sentimento; as pessoas que se acotovelam umas às outras para ver Cristo carregar Sua cruz parecem despreocupadas de Seu sofrimento e só ansiosas de conseguir boa visão. Alguns dos quadros são parábolas bíblicas, como *O*

Semeador; outros, seguindo Bosch, têm provérbios como temas. *O Cego Guiando o Cego* mostra uma sucessão de camponeses de olhar sombrio, cruelmente disformes, seguindo-se uns aos outros dentro de um fosso; e *Provérbios Neerlandeses* ilustra, em um quadro cheio, quase um cento de velhos rifões, incluindo alguns de fragrância rabelaisiana.

O grande interesse de Brueghel estava nos ajuntamentos de camponeses e nas paisagens que abrangiam, com sua beneficência ou maleficência indiferentes, a fútil e perdoável atividade dos homens. Recusava-se a pintar uma pessoa que posasse por arte ou história: preferia mostrar homens, mulheres e crianças passeando, correndo, saltando, dançando, jogando, em toda a variada animação e naturalidade da vida. Voltou às cenas de sua infância e deleitava-se em contemplar, para se associar, as brincadeiras e festins, a música e os namoros dos camponeses. Ele e um amigo, em várias ocasiões, disfarçavam-se de lavradores, assistiam a feiras e bodas de aldeia e — alegando ser parentes — levavam presentes ao noivo e à noiva.[16] Pieter levava, sem dúvida, nessas excursões, seu caderno de esboços, pois entre os desenhos que deixou predominam figuras e acontecimentos rústicos. Não gostava nem tinha encomendas dos aristocratas que Mor e Ticiano achavam tão vantajosos de retratar; pintava só pessoas simples, e até seus cães eram vira-latas que se podiam encontrar em qualquer beco de cidade ou cabana rural. Conhecia o lado amargo da vida rural, que às vezes visionava como uma multitude confusa de loucos. Mas gostava de pintar os jogos das crianças aldeãs, as danças dos mais velhos e o alvoroço de suas bodas. Em O País da Cocanha, lavradores exaustos da lida, do amor ou da bebida esparramam-se na grama sonhando com a Utopia. É o lavrador — parece que Brueghel o diz — quem sabe como se divertir e dormir, assim como trabalhar, amar e morrer.

Para a morte não via senão um consolo — que ela é parte integral da Natureza que ele aceitava em todas as suas formas de beleza e terror, crescimento, decadência e renovação. A paisagem redime o homem; o absurdo da parte é perdoado na majestade do conjunto. Antes — com exceção de Altdorfer — as paisagens serviam como fundo e apêndice de figuras e eventos humanos: Brueghel fez da paisagem um quadro em si mesmo e dos homens existentes nela meros incidentes. Em *A Queda de Ícaro,* o céu, o mar, as montanhas e o sol absorveram a atenção do pintor e a dos participantes: Ícaro nada mais é que duas pernas ridiculamente submersas no mar; e em *A Tempestade* dificilmente se encontra o homem, perdido e desamparado na guerra e força dos elementos.

A arte e a filosofia de Brueghel culminaram nas cinco pinturas que restam de uma série planejada para ilustrar as estações do ano. *A Colheita do Trigo* retrata esquematicamente a sega e empilhamento dos feixes, os trabalhadores a comer ou cochilando sob o calor e a quietude visíveis do clima estival. Em *A Colheita do Feno,* moças e rapazes transportam o fruto outonal dos campos nas cestas em suas cabeça, um lavrador afia a foice, mulheres robustas juntam o feno, homens atiram-no para o alto da carga da carroça, os cavalos mastigam seu pasto num intervalo de descanso. *A Volta do Rebanho* anuncia o inverno — céu escurecido, o rebanho guiado para o estábulo. A mais fina das sérias é *Os Caçadores na Neve:* os telhados e o chão são brancos, as casas alinham-se em atraente perspectiva ao longo de planícies e colinas; homens patinam, jogam hóquei, caem no gelo; caçadores e seus cães começam a procurar alimento; as árvores estão desfolhadas, mas os pássaros nos ramos anunciam a primavera. O *Dia Triste* é o inverno fazendo a carranca de despedida. Nesses quadros, Brueghel alcan-

çou o máximo, estabelecendo um precedente para as paisagens nevadas da futura arte dos Países-Baixos.

Só um pintor ou um conhecedor podem julgar esses quadros em sua qualidade e técnica artísticas. Brueghel parece contente de dar duas dimensões a suas figuras, e não se importa de misturar sombreado à substância delas: deixa nossa imaginação, se ela existir, acrescentar uma terceira dimensão às duas que ele lá pôs. Brueghel interessava-se demais por aglomerações para cuidar de indivíduos; faz quase todos os aldeões iguais, volumes canhestros de carne. Não pretende ser realista, exceto em bloco. Coloca tantas pessoas ou episódios em um quadro que a unidade parece sacrificada; apreende, contudo, a inconsciente unidade de uma aldeia, uma multidão, uma explosão de vida.

O que quer ele dizer? Está simplesmente gracejando, rindo-se do homem como um grotesco "rabanete bifurcado" e da vida como uma caminhada inocente para o fim? Apreciava demais o vigoroso ritmo da dança dos aldeões, simpatizava com a lida deles e encarava com humor indulgente o sono provocado pelos copázios que bebiam. Contudo, nunca se libertou de Bosch. Como aquele impiedoso Hieronymus, sentia prazer sardônico em espelhar o lado amargo da comédia humana — os aleijados e criminosos, os inválidos ou obscenos, a inexorável vitória da morte. Parece ter procurado aldeões disformes; caricatura-os, nunca os deixa sorrir ou gargalhar; se lhes dá alguma expressão aos rostos, é apenas de indiferença sombria, de sensibilidade extinta pelos golpes da vida.[17] Impressionava-o e feria-o a apatia com que os afortunados permitiam a miséria dos desafortunados, a ligeireza e alívio com que os vivos esqueciam a morte. Oprimia-o a vasta perspectiva da natureza — a imensidade do céu sob o qual todos os eventos humanos parecem esmagar-se em insignificância, e a virtude e o vício, o progresso e a decadência, a nobreza e a ignomínia parecem igualmente perder-se em vasta e indiscriminada futilidade, e o homem é engolfado pela paisagem do mundo.

Não sabemos se essa seria a filosofia real de Brueghel ou simplesmente a jocosidade de sua arte. Nem sabemos por que desistiu da batalha tão depressa, morrendo aos 49 anos (1569); talvez mais anos tivessem suavizado a sua ira. Brueghel legou à mulher um quadro ambíguo, *O Caminho Alegre para o Patíbulo*, composição magistral em verdes frescos e azuis distantes, aldeões dançando perto da forca da vila, e, pousada nela, uma gralha, emblema do palavreado oco.

IV. CRANACH E OS ALEMÃES

A arquitetura eclesiástica alemã apagou-se durante a Reforma. Nenhuma igreja se edificou: muitas ficaram inacabadas, outras foram demolidas e deram pedras para construir castelos principescos. As igrejas protestantes adotavam simplicidade austera; as católicas, como em desafio, ornamentavam-se excessivamente à medida que a Renascença evoluía para o barroco.

A construção de palácios e residências citadinas substituiu as catedrais como os duques substituíam os bispos e o Estado englobava a Igreja. A Segunda Guerra Mundial destruiu algumas pitorescas estruturas urbanas desse período: a Althaus em Brunswick, a Casa da Corporação dos Açougueiros em Hildesheim, a Rathaus ou Câmara Municipal em estilo Renascença, de Nymegen. A arquitetura mais pretensiosa dessa época e da seguinte tomou a forma de castelos imensos para os príncipes territoriais: o Castelo de Dresden, que custou ao povo 100.000 florins ($ 2,500,000?); o palácio do duque Christopher em Stuttgart, tão pródigo em guarnições e mobiliário que os magistrados da cidade advertiram o duque de que o luxo de sua corte era escandaloso em contraste com a pobreza do povo; e o vasto Castelo de Heidelberg, iniciado no

século XIII, reconstruído à moda da Renascença entre 1556-63, e parcialmente destruído na Segunda Guerra Mundial.

Os artífices mantinham a perfeição ao serviço de príncipes, nobres, mercadores e banqueiros. Marceneiros, entalhadores, talhadores de marfim, gravadores, miniaturistas, tecelões, serralheiros, ceramistas, ourives, armeiros, joalheiros — todos tinham as velhas habilidades medievais, embora tendessem a sacrificar o gosto e a fôrma à complexidade de ornamento. Muitos pintores traçaram desenhos para entalhadores tão cuidadosamente como se estivessem fazendo retratos de reis; e entalhadores como Hans Lützeburger, de Basiléia, trabalhavam com a devoção de um Dürer. Os ourives de Nuremberg, Munique e Viena estavam à frente de todos; Wenzel Jamnitzer poderia ter desafiado Cellini. Por volta de 1547 artistas alemães começaram a pintar vidros com tintas esmaltadas; desse modo, vasos e janelas receberam desenhos rudes mas ricos, dando assim possibilidade ao burguês endinheirado de ter a sua imagem gravada nas vidraças das janelas de sua casa.

Os escultores alemães mantinham a preferência pela estatuária e relevos metálicos. Os filhos de Peter Vischer levaram avante o ofício: Peter, o Moço, fundiu uma placa em bronze de *Orfeu e Eurídice;* Hans desenhou formòsa *Fonte de Apolo* para o palácio da prefeitura de Nuremberg; a Paul atribui-se normalmente uma bela figura em madeira, conhecida como *A Madona de Nuremberg*. Peter Flötner, de Nuremberg, fundiu excelentes relevos da Inveja, Justiça, Saturno e da Musa da Dança. Um dos mais deliciosos objetos do Louvre é um busto, obra de Joachim Deschler, de Otto Heinrich, conde Palatino, com cerca de 16 cm de altura e quase outro tanto de largura, com um rosto formado por anos de bom apetite; eis o humor alemão em sua plenitude.

A glória da arte alemã continuava a ser a pintura. Holbein igualou Dürer, Cranach seguiu-os de perto e Baldung Grien, Altdorfer e Amberger formavam uma verdadeira segunda linha. Hans Baldung Grien ganhou notoriedade com uma peça de altar para a catedral de Freiburg-im-Breisgau; mais atrativa, porém, é *A Madona com o Papagaio* — uma teuta rosada de cabelos dourados e um papagaio a bicar-lhe as faces. Christopher Amberger pintou alguns retratos elegantes; o Museu de Lille possui o seu *Carlos V,* sincero, inteligente, incipientemente fanático; o *Retrato de um Homem,* do Instituto de Arte de Chicago, é uma face finamente traçada e nobre. Albrecht Altdorfer destaca-se desse grupo menor pela riqueza das paisagens. Em seu *São Jorge,* o cavaleiro e o dragão estão quase ocultos por um círculo de árvores aglomeradas; mesmo *A Batalha de Arbela* afunda as hostes beligerantes em uma abundância de torres, montanhas, águas, nuvens e sol. Esses quadros e *O Descanso Durante a Fuga Para o Egito* contam-se entre as primeiras verdadeiras paisagens na pintura moderna.

Lucas Cranach, o Velho, tomou o nome de sua cidade natal, Kronach, na Alta Francônia. Quase nada sabemos dele até sua nomeação, aos trinta e dois anos para pintor da corte do eleitor Frederico, o Sábio, em Wittenberg (1504). Manteve a posição na corte saxônica, ali e em Weimar, por quase 50 anos. Conheceu Lutero, gostou dele, pintou-o repetidas vezes e ilustrou alguns escritos do reformador com caricaturas dos papas; contudo, também retratou católicos notáveis como o duque de Alba e o arcebispo Albrecht de Mogúncia. Tinha bom tino comercial, transformou a oficina de pintura em manufatura de retratos e quadros religiosos, vendia livros e remédios ao lado, tornou-se burgomestre de Wittenberg em 1565 e morreu cheio de dinheiro e anos.

A influência italiana alcançara, por esse tempo, Wittenberg. É o que se pode verificar na graça dos quadros religiosos de Cranach; mais visivelmente em suas mitologias, e ainda mais em seus nus. Então, como na Itália, o panteão pagão competia com Maria, Cristo e os santos, mas o humor alemão avivava o tradicional fazendo pilhéria dos deuses mortos. No *Julgamento de Páris,* de Cranach, o sedutor troiano vai dormir enquanto as belezas febris esperam que ele acorde para julgar. Em *Vênus e Cupido,* a deusa do amor aparece em sua nudez habitual, exceto por um chapéu enorme — co-

mo se Cranach estivesse insinuando astutamente que o desejo é tão formado pelo hábito que se pode acalmar por um acessório desusado. Não obstante, Vênus revelou-se popular, e Cranach, ajudado, emitiu-a em uma dúzia de formas que brilham em Frankfurt, em Leningrado, na Galeria Borghese, no Museu Metropolitano de Arte.... Em Frankfurt ela oculta seus encantos atrás de uma dúzia de filamentos tênues, os quais serviram ainda para a *Lucrécia* de Berlim, que alegremente se prepara para redimir sua honra com um estilete desembainhado. A mesma dama posou para *A Ninfa da Primavera* (Nova York), que repousa sobre um leito de folhas verdes ao pé de um poço. No Museu de Genebra transformou-se em Judite, não já nua mas vestida para matar, mantendo a espada sobre a cabeça cortada de Holofernes, que pestaneja jocosamente ante sua desgraça. Finalmente a dama, redesnudada, torna-se a Eva em *Das Paradies*, em Viena, de *Adão e Eva*, em Dresden e de *Eva e a Serpente*, em Chicago, onde há ainda um formoso veado. Quase todos esses nus têm uma qualidade que os salva do erotismo — um humor malicioso, uma vivacidade de cor, uma finura italiana de linhas ou esbelteza impatriótica das figuras femininas; houve corajosas tentativas para reduzir a *Frau*.

Os retratos produzidos pelas mãos de Cranach ou de seus ajudantes são mais dignos de interesse do que os nus estereotipados, rivalizando, alguns, com os de Holbein. *Anna Cuspinian* é realismo temperado de delicadeza, vestidos suntuosos e um chapéu circular; o marido, Johannes Cuspinian, posou para um belo e tranqüilo quadro — todo o idealismo de um jovem humanista refletido nos olhos meditativos e simbolizado no livro afetuosamente apertado. Centenas de dignitários conservaram-se em tinta ou greda em seu popular ateliê — mas nenhum se presta tanto à sobrevivência como o pequeno *Príncipe da Saxônia* (Washington), todo inocência, gentileza e caracóis dourados. Do outro lado da vida está o retrato do Dr. Johannes Schöner, terrível em feições, nobre na qualidade artística. E em todos os lados da obra de Cranach há animais magníficos, de raça, e veados tão naturais que — dizia um amigo — "os cães ladravam quando os viam".[18]

Cranach poderia ter sido maior se não tivesse tido êxito tão depressa. A multiplicação de seus patronos dividiu-lhe o gênio; não tinha tempo para aplicá-lo inteiramente a qualquer tarefa. Inevitavelmente à medida que seus 81 anos transcorriam, se esgotava e relaxava; o traço, que já fora tão fino como o de Dürer, tornou-se descuidado, os pormenores desapareceram, e as mesmas faces, nus e árvores repetiam-se até a inércia. No fim temos de concordar com o julgamento proferido sobre o primitivo Cranach pelo velho Dürer — que Lucas podia representar as feições mas não a alma.[19]

Em 1550, quando tinha 78 anos, Cranach pintou seu próprio retrato: um conselheiro e mercador corpulento antes que pintor e gravador, de cabeça quadrada fortíssima, imponente, barba branca, nariz enorme, olhar cheio de orgulho e caráter. Três anos mais tarde submeteu sua carne ao tempo. Deixou atrás de si três filhos, todos artistas: Johannes Lucas, Hans e Lucas, o Jovem, cujo *Hércules Adormecido* transmitiu um tema de Rabelais a Swift, mostrando o gigante que tranqüilamente ignora os dardos com os quais os pigmeus à sua volta mal lhe conseguem trespassar a epiderme. Talvez Lucas, o Velho, ignorasse tão serenamente as ferroadas daqueles que o condenavam pelos ideais burgueses e celeridade inconsciente; e sob a pedra tumular que registra o ambíguo cumprimento *Celerrimus pictor* — pintor celérrimo — ele dorme bem.

Com ele, foi-se a grande época da pintura alemã. A causa básica do declínio foi,

provavelmente, mais a intensidade da disputa religiosa do queio repúdio protestante de imagens religiosas. Talvez um enfraquecimento moral tivesse tornado grosseira a pintura alemã depois de 1520; os nus começam a desempenhar papel de relevo; e, mesmo nos quadros bíblicos, os pintores apegavam-se a temas como Susana e os anciãos, a mulher de Potifar tentando José ou Betsabé no banho. Durante os dois séculos que se seguiram à morte de Cranach, a arte alemã regrediu na contracorrente de teologia e guerra.

V. O ESTILO TUDOR: 1517-58

O reinado de Henrique VIII começou com uma obra-prima gótica na capela de Henrique VII e terminou com a arquitetura renascentista dos palácios reais; a mudança de estilo refletiu perfeitamente a conquista da Igreja pelgiEstado. O ataque do governo a bispos, mosteiros e rendas eclesiásticas pôs fim à arquitetura eclesiástica inglesa por quase 100 anos.

Henrique VII, antecipando a morte, deixara 140.000 libras ($ 14.000.000?) para construir, na Abadia de Westminster, uma Capela de Nossa Senhora destinada a guardar seu túmulo. Trata-se de obra-prima não de construção mas de decoração, desde o próprio cenotáfio à intrincada lápide tumular da abóbada em leque, que se tem chamado "a mais maravilhosa obra de cantaria jamais produzida pela mão do homem".[20] Como a capela é gótica em plano e renascença em ornato, temos aí o início do Estilo Tudor ou Florido. Henrique VIII, como jovem humanista, inclinava-se facilmente para as formas arquitetônicas clássicas. Ele e Wolsey levaram vários artistas italianos para a Inglaterra. Um dêles, Pietro Torrigiano, foi encarregado de projetar o túmulo de Henrique VII. Sobre o sarcófago de mármore branco e granito negro o escultor florentino prodigalizou decorações em entalhes ou bronze dourado: *putti* roliços, grinaldas floridas de graça aérea, relevos da Virgem e diversos santos, anjos colocados no cimo do túmulo projetando pés belíssimos no espaço e, sobre o conjunto, as figuras reclinadas de Henrique VII e sua rainha Elizabeth. Tratava-se de uma escultura como a Inglaterra jamais vira antes e que nunca superou. Aí, disse Francis Bacon, o parcimonioso rei, que extorquira penies para gastar libras, "morava mais ricamente morto do que quando vivo em qualquer dos seus palácios".[21]

Henrique VIII não era homem de permitir a alguém sepultar-se mais suntuosamente do que ele. Em 1518 combinou pagar a Torrigiano duas mil libras por um túmulo "um quarto maior" que o de seu pai.[22] O túmulo nunca foi terminado, pois tanto o artista como o rei tinham temperamento real: Torrigiano abandonou a Inglaterra em um acesso de ira (1519) e, quando retornou, não trabalhou mais na obra. Projetou, porém, para a capela de Henrique VII, um grande altar, com retábulo e baldaquino, que os homens de Cromwell destruíram em 1643. Em 1521 Torrigiano partiu para a Espanha.

A comédia mortal recomeçou em 1524, quando Wolsey encarregou outro florentino, Benedetto da Rovezzano, de construir-lhe um túmulo na capela de São Jorge, em Windsor, "cujo desenho" — escreveu lorde Herbert of Cherbury — "era tão glorioso que excedia em muito o de Henrique VII".[23] Quando o cardeal caiu, solicitou ao rei que lhe deixasse manter, ao menos, a efígie em um túmulo humilde em York; Henrique recusou, confiscando o conjunto para seu próprio túmulo ordenou aos artistas a substituição da figura de Wolsey pela sua; mas a religião e o casamento

distraíram-no e o monumento funerário nunca se completou. Carlos I desejava ser sepultado nele, mas um parlamento hostil vendeu a decoração peça por peça, até que sobrou apenas o sarcófago de mármore negro, para servir, finalmente, (1810) como parte do relicário de Nelson, na catedral de São Paulo.

À parte esses trabalhos e a maravilha do guarda-vento, dos assentos do coro, dos vitrais e da abóbada da capela do King's College em Cambridge, a arquitetura notável dessa época dedicava-se a engrandecer as casas rurais da aristocracia em palácios encantados que surgiam por entre os campos e bosques da Inglaterra. Os arquitetos eram ingleses, mas uma dúzia de italianos eram encarregados da decoração. Uma ampla e imponente fachada, com mistura de gótico e renascença, um portal atorreado que leva a um jardim, uma sala espaçosa para festividades concorridas, uma escadaria maciça, usualmente de madeira entalhada, quartos adornados de murais ou tapeçaria e iluminados com janelas de gelosia ou balcões envidraçados e, à volta das construções, um jardim, um parque de cervos e, mais além, uma região de caça — eis a cética antecipação do paraíso dos fidalgos ingleses.

O mais famoso desses solares Tudor era o Hampton Court, construído por Wolsey (1515) para si mesmo, e legado, por medo, ao seu rei (1525). Não foi um arquiteto e sim uma coalizão de arquitetos ingleses que o criou, basicamente em gótico perpendicular e segundo um plano medieval, com fosso, torreões e muralhas ameadas; Giovanni da Maiano juntou-lhe um toque renascentista com medalhões de terracota na fachada. O duque de Württemberg, ao visitar a Inglaterra em 1592, classificou Hampton Court como o mais magnificente palácio do mundo.[24] Menos suntuosos, só o Place, Sutton em Surrey, construído entre 1521 e 1527 por *Sir* Richard Weston, e o Palácio Nonesuch, começado por Henrique VIII em 1538, em escala imperial. "Ele convidou para lá" — diz uma velha descrição — "os artífices mais excelentes, arquitetos, escultores e estatuários de diferentes nações — italianos, franceses, holandeses e ingleses; e todos eles apresentaram um exemplo maravilhoso de sua arte na decoração do palácio, e quer dentro quer fora adornaram-no com estátuas que são a reprodução literal das obras antigas de Roma e que as sobrepassam em excelência."[25] Ocupou a construção desse palácio 230 homens constantemente, pois se pretendia ultrapassar o de Chambord e o de Fontainebleau, de Francisco I. Raras vezes foram os reis tão ricos ou o povo inglês tão pobre. Henrique morreu antes que se terminasse Nonesuch. Elizabeth fez dele sua residência favorita; Carlos II deu-o a sua amante lady Castlemaine (1670), que o demoliu e vendeu-lhe as partes, como única forma de transferi-lo do passivo para o ativo.

VI. HOLBEIN, O JOVEM: 1497-1543

Quão fúteis são as palavras ante uma obra de arte! Cada arte resiste com êxito à translação para qualquer outro meio: tem sua própria qualidade inalienável, que deve falar por si mesma ou não. A história só pode registrar os mestres e as obras-primas; não pode transferi-los. Permanecer silencioso ante o quadro pintado por Holbein de sua mulher e filhos é melhor que uma biografia. Contudo...

Holbein foi mais afortunado quanto a sua ascendência do que quanto ao tempo em que viveu. Seu pai estava entre os principais pintores de Augsburg. Hans aprendeu com ele os elementos da arte e com Hans Burgkmair alguma coisa da graça e do

traçado italianos. Em 1512 pintou quatro painéis de altar, presentemente na Galeria de Augsburg — bastante medíocres, mas espantosamente bons para um rapaz de 15 anos. Dois anos mais tarde, ele e o irmão Ambrosius, também pintor, levantaram acampamento para Basiléia. Talvez o pai tivesse insistido demasiado em seu próprio estilo, ainda gótico; talvez não houvesse bastante dinheiro de gente culta em Augsburg para sustentar mais que alguns artistas; de qualquer forma, jovens e gênios raramente amam o lar. Em Basiléia os rapazes descobriram que a liberdade é uma provação. Hans ilustrou vários livros, inclusive o *Elogio da Loucura* de Erasmo; fez algumas obras de pintura grosseira, uma tabuleta de mestre-escola, e decorou uma tampa de mesa com vivos incidentes da história de São Ninguém — essa cômoda não-entidade que tem sido acusada de todos os danos anônimos e nunca disse uma palavra em defesa própria. A perícia mostrada nessa obra deu a Hans uma comissão lucrativa — pintar retratos do burgomestre Jacob Meyer e sua mulher (1517). A fama desses retratos espalhou-se: Jacob Hertenstein chamou Holbein a Lucerna, onde ele pintou a fresco a fachada e as paredes da casa do patrono, e fez o retrato de Benedict Hertenstein, que está agora no Museu Metropolitano de Nova York. De Lucerna passaria a Itália; sua obra, daí em diante, revelou influência italiana na exatidão anatômica, nos fundos arquitetônicos e na distribuição da luz. Quando regressou a Basiléia, com 22 anos, montou oficina própria e desposou uma viúva (1519). Seu irmão morreu nesse ano e seu pai em 1524.

O realismo alemão misturava-se à arquitetura românica e ao ornato clássico nos quadros religiosos que Holbein então produziu. É surpreendente o realismo — que lembra Mantegna — de *Cristo no Túmulo*: o corpo todo pele e osso, os olhos horrivelmente abertos, o cabelo desgrenhado, a boca escancarada em um último esforço para respirar; isto parece realmente a morte irrevogável, e não é de admirar que Dostoievski dissesse que o quadro poderia destruir a fé religiosa de um homem.[26] Por esse tempo pintou Holbein murais para a sala do Grande Conselho de Basiléia. Os conselheiros ficaram satisfeitos, encarregando-o um deles de providenciar uma peça de altar para um mosteiro cartuxo. Essa *Paixão de Cristo* sofreu com os tumultos iconoclastas de 1529, mas salvaram-se dois painéis, que foram presenteados à catedral de Freiburg-im-Breisgau. Acusam muito empréstimo de Baldung Grien, mas têm força própria na distribuição notável da luz que emana do Menino. Em 1522, o pároco da cidade de Basiléia encomendou outra peça de altar; para essa placidamente bela *Madonna,* agora preservada no Kunstmuseum de Solothurn, Holbein usou sua mulher e seu filho como modelos — a esposa, uma mulher de graça modesta, ainda não tocada pela tragédia. Por esse tempo, provavelmente,[27] produziu Holbein sua obra-prima religiosa, *A Virgem e o Menino com a Família do Burgomestre Meyer* — esplêndida em composição, linha e colorido, e intensa em sentimento; entendemos com mais compaixão a súplica do burgomestre à madona quando sabemos que, à época dessa pintura, os dois filhos que lhe estão aos pés e uma das mulheres ajoelhadas à direita tinham morrido.

Mas as gratificações por tais quadros religiosos eram pequenas em proporção ao cuidado e trabalho que requeriam. Fazer retratos era mais lucrativo, e havia a família crescente para sustentar. Em 1519 Holbein pintou o jovem literato Bonifacius Amerbach — rosto nobre, no qual o idealismo sobrevive a uma penetrante visão do mundo. Por volta de 1522 pintou o grande impressor Froben — homem dedicado, que a vida de criação alquebrara. Foi através de Froben que Holbein veio a conhecer Eras-

mo; e, em 1523 pintou dois dos muitos retratos do entristecido humanista. No retrato a três-quartos (coleção do conde de Radnor, em Salisbury) o artista, então na plenitude de suas faculdades, apreendeu a alma de um homem que tinha vivido muito; a doença e Lutero haviam-lhe cavado as linhas do rosto e aprofundado a melancolia dos olhos. O perfil no Kunstsammlung de Basiléia mostra-o mais calmo e vivo; o nariz avança para a frente como a espada de um gladiador; talvez o manuscrito sob a pena seja o esboço do *De libero arbitrio* (1524) com o qual entrou na liça contra Lutero. Holbein pintou, provavelmente, Erasmo de novo em 1524, no melhor de todos os retratos, expostos no Louvre; vendo esse rosto profundo e castigado, pensa-se no comentário inteligente de Nisard — que Erasmo foi um daqueles *dont la gloire a été de comprendre beaucoup et d'affirmer peu — cuja glória tem sido a de compreender muito e afirmar pouco*".[28]

Por volta de 1523 Holbein pintou-se a si mesmo, aos 26 anos de idade, aparentemente próspero; mas o olhar frio sugere algum ressentimento dos embates da vida. A tradição atribui-lhe um gosto moderado pela bebida e às mulheres, e apresenta-o como infeliz com a esposa. Aparentemente, partilhava de algumas opiniões luteranas; suas xilogravuras de *A Dança da Morte (ca.,* 1525) satirizavam o clero — mas até o clero o fazia nesses dias. A série mostra a morte acompanhando os passos de cada homem, mulher ou classe — Adão, Eva, o imperador, um nobre, um médico, um monge, um padre, um papa, um milionário, um astrólogo, uma duquesa, um truão, um jogador, um ladrão — todos a caminho do Juízo Final; trata-se de obra tão vigorosa como qualquer das de Dürer, nessa técnica. À parte essa obra-prima de desenho e a *Madona Meyer,* Holbein não tem devoção visível. Talvez se tivesse embebido de algum ceticismo vindo de Erasmo e dos humanistas de Basiléia.[29] Interessava-lhe mais a anatomia do que a religião.

A Reforma, embora presumivelmente ele a favorecesse, arruinou-lhe o mercado de Basiléia. Não lhe pediam mais quadros religiosos. Os pagamentos das pinturas para a sala do conselho foram suspensos. Os ricos, assustados com a Guerra dos Camponeses, recolhiam-se ao anonimato e à parcimônia e achavam o tempo pouco propício a retratos. "Aqui as artes estão congeladas" — escreveu Erasmo de Basiléia, em 1526.[30] Ele deu a Holbein cartas de apresentação a amigos em Antuérpia e Londres, e Holbein, deixando sua família em casa, tentou a sorte no norte. Visitou Quentin Massys e certamente trocaram notícias sobre Erasmo. De Antuérpia fez a travessia para a Inglaterra. A carta de Erasmo assegurou-lhe acolhida cordial por parte de Thomas More, que o abrigou em sua casa de Chelsea; e lá pintou (1526) o retrato de More, que agora está na Galeria Frick de Nova York. À visão do historiador, os olhos tensos e meio sombrios prefiguram a devoção e tenacidade do mártir; à visão do artista, o prodígio estará na peliça e nas pregas das mangas. Em 1527 Holbein pintou *Thomas More e Sua Família* — o mais velho retrato de grupo que se conhece da arte secular transalpina.

Mais tarde em 1528, Holbein, tendo ganho algumas libras e xelins, retornou a Basiléia, deu a Erasmo uma cópia de *More e Sua Família* e tornou a reunir-se à mulher. Pintou, então, um de seus maiores e mais honestos quadros, mostrando sua própria família com um realismo sem autocomplacência. Cada uma das três faces é triste: a menina resignada, quase desesperada; o rapaz contempla lamentosamente sua mãe; ela olha para eles com tristeza e afeição profundamente refletidas em seus olhos — a dor de uma mulher que perdeu o amor do marido, a afeição de uma mãe cujos filhos

são sua única razão de viver. Três anos depois de pintar essa magistral auto-acusação, Holbein deixou sua família novamente.

Durante sua estada em Basiléia o mestre pintou outro retrato de Froben e fez mais seis de Erasmo, embora não tão minuciosamente profundos como os de 1523-24. O conselho da cidade renovou-lhe o encargo de pintar a fresco em suas salas, mas, cedendo aos inconoclastas triunfantes, ele condenou todos os quadros religiosos e afirmou que "Deus amaldiçoou todos os que os fazem".[31] Caíram as encomendas e, em 1532, Holbein retornou à Inglaterra.

Lá pintou retratos tão copiosamente que a maioria das figuras que dominavam a cena inglesa naqueles anos turbulentos ainda vivem pela mágica da mão de Holbein. Na Biblioteca da Rainha, em Windsor, estão 87 esboços a carvão ou giz, alguns para caricaturas, a maioria de seus modelos para retratos; aparentemente o artista só exigia uma ou duas sessões de pose, pintando-lhes depois os retratos a partir desses croquis. Os mercadores hanseáticos que residiam em Londres solicitaram sua arte, mas não deu o melhor de sua inspiração. Para a Câmara da Hansa pintou dois murais de que só restam cópias ou desenhos: um representa *O Triunfo da Pobreza* e outro *O Triunfo da Riqueza*: ambos são maravilhas de caráter individualizado, movimento vivo e desenho coerente — e ilustram o lema da Corporação: "O ouro é o pai da alegria e o filho do cuidado; quem não o tem é triste, quem o tem está desassossegado".[32]

Thomas Cromwell, que serviria de exemplo a esse adágio, submeteu seu rosto duro e o corpo fraco ao pincel de Holbein em 1534. Através dele o artista pôde chegar às mais altas figuras da corte. Pintou *Os Embaixadores Franceses,* e um deles, Charles de Saulier, ele o retratou com êxito especial, revelando o homem sob as vestes e insígnias do cargo. Quatro outras personagens — *Sir* Henry Guilford (administrador da casa real), *Sir* Nicholas Carew (condel do rei), Robert Cheseman (falconeiro real) e o Dr. John Chambers (médico do rei) — sugerem cascas-grossas, únicos que poderiam viver em segurança perto de um rei temperamental. Holbein tornou-se uma delas, por volta de 1537, como pintor oficial da corte. Recebeu uma oficina no palácio de Whitehall, viveu confortavelmente, teve amantes e bastardos como qualquer outro e vestia-se com cores e sedas.[33] Foi convidado para decorar quartos, desenhar vestes cerimoniais, encadernações, armas, louça, brasões, botões e fivelas reais, bem como as jóias que Henrique presenteou a suas mulheres. Em 1538 o rei enviou-o a Bruxelas para pintar a princesa Cristina da Dinamarca; ela era encantadora e Henrique alegremente a desposaria, mas Cristina casou-se com o duque Francisco de Lorena; talvez ela tivesse preferido ficar pendurada em uma galeria do que morrer no cepo. Holbein aproveitou a oportunidade para fazer breve visita a Basiléia; conseguiu uma anuidade de quarenta florins ($1.000?) para sua esposa e correu de volta a Londres. Logo depois disso veio o encargo de pintar Ana de Clèves; Holbein quase prefigurou o resultado nos olhos tristes do retrato que está agora no Louvre.

Para o próprio rei pintou diversos quadros de grandes proporções, quase todos perdidos. Um sobrevive na Sala dos Cirurgiões-Barbeiros, em Londres: *Henrique VIII Concedendo uma Carta de Associação à Companhia dos Cirurgiões-Barbeiros*; Henrique domina a cena com seu traje oficial. O artista fez retratos atraentes da terceira esposa de Henrique VIII, Jane Seymour, e da quinta esposa, Catherine Howard. Quando o próprio Henrique posava para Holbein, o pintor aprimorava-se e produzia obras só ultrapassadas pelos retratos que ele mesmo fizera de Erasmo, agora no Louvre e em Basiléia. O retrato de 1536 mostra o monarca teutonicamente pomposo e robusto.

Henrique gostava do pintor apesar de tudo e encarregou-o de pintar a família real em um afresco no palácio de Whitehall; esse mural foi destruído pelo fogo em 1698, mas uma cópia mandada fazer por Carlos II em 1667 revela um desenho magistral: no lado superior esquerdo, Henrique VIII, piedoso e modesto; abaixo, seu filho, brandindo os símbolos do poder e estendendo suas pernas como um colosso; à direita, sua mãe e sua terceira esposa; e, ao centro, um monumento de mármore inventariando, em latim, as virtudes dos reis. A figura de Henrique VIII foi elaborada com tal realismo que nasceu uma lenda acerca de pessoas que, entrando no aposento, confundiam o retrato com o próprio rei vivo. Em 1540 Holbein pintou um ainda mais imponente *Henrique VIII em Trajes de Núpcias.* Finalmente em 1542 ele mostrou Henrique VIII em deterioração mental e física. Nêmesis trabalhou aí à vontade, estendendo a vingança dos deuses da morte certeira e súbita à prolongada e ignominiosa decadência.

Dois quadros encantadores redimem a galeria real: um do príncipe Eduardo, aos dois anos, todo inocência; o outro, de Eduardo aos seis anos (no Museu Metropolitano de Arte). Este segundo retrato é uma delícia de se contemplar. Podemos julgar a arte de Holbein quando o vemos, no período de um ano ou dois, retratar inflexivelmente o orgulho obeso do pai e depois captar com perícia tão misteriosa a ingênua bondade do filho.

Aos 45 anos (1542) o artista pintou-se a si mesmo de novo, com a mesma objetividade com que tinha retratado o rei: um sujeito desconfiado e pugnaz, ostentando descuidadamente barba e cabelo de cor cinza; e outra vez mais (1543) em um medalhão mostrando-se de modo mais suave. Nesse ano a peste alcançou Londres e escolheu-o como uma de suas vítimas.

Tecnicamente, Holbein foi um dos pintores supremos. Via meticulosamente e assim retratava; cada linha, cor ou atitude, cada incidente ou variação de luz que pudesse ter significado era captada e fixada sobre o papel, o linho, a madeira ou a parede. Que exatidão de linhas, que profundidade, suavidade e vivacidade de colorido, que perícia em ordenar pormenores em uma composição unificada! Mas em muitos retratos, em que o objetivo não era o sujeito e sim a remuneração, não notamos a simpatia que se poderia ver e sentir pela alma recôndita de um homem; achamo-la nos *Erasmo* do Louvre e de Basiléia, e no retrato de sua família. Falta-nos, exceto na *Madonna Meyer,* o idealismo que enobreceu o realismo da *Adoração do Cordeiro,* de Van Eyck. Sua indiferença à religião manteve-o pouco abaixo da grandeza de Grünewald, e destacou-o de Dürer, que sempre teve um pé na Idade Média. Holbein não pertenceu à Renascença como Ticiano nem à Reforma como Cranach: era todo prosaísmo e senso prático alemão-holandês-flamengo-inglês. Talvez seu êxito tivesse prevenido a entrada efetiva da finura e dos princípios pictóricos italianos na Inglaterra. Depois dele, o puritanismo triunfou sobre a paixão elisabetana e a pintura inglesa definhou até a chegada de Hogarth. Ao mesmo tempo a glória fugia da pintura alemã. Haveria de passar uma corrente de barbarismo pela Europa Central antes que o sentido do belo tivesse aí voz novamente.

VII. A ARTE NA ESPANHA E EM PORTUGAL: 1515-55

A despeito de El Greco e Velázquez, Cervantes e Calderón, a Espanha nunca teve uma Renascença, no rico sentido italiano do termo. Sua riqueza, há tanto tempo conquistada, deu novos ornamentos à cultura cristã, ofereceu recompensas generosas aos gênios nacionais na literatura e na arte, mas não contribuiu para uma retomada impulsora — como na Itália e na França — dessa civilização pagã que enriquecera o mundo mediterrâneo antes e depois de Cristo, e que gerara Sêneca, Lucano, Marcial, Quintiliano, Trajano e Adriano no próprio solo espanhol. A rememoração dessa era clássica fora extremamente sobrecarregada pela longa luta do cristianismo espanhol com os mouros; e todas as memórias gloriosas pertenciam a essa vitória protraída, tornando-se a fé que a tinha alcançado inseparável da recordação orgulhosa. Enquanto, em toda parte na Europa, o Estado humilhava a Igreja, na Espanha a organização eclesiástica fortalecia-se à medida que se sucediam as gerações; desafiava e ignorava o papado, mesmo quando espanhóis dirigiam o Vaticano; sobreviveu ao piedoso absolutismo de Fernando, Carlos V e Filipe II, e depois dominou todos os aspectos da vida espanhola. A Igreja, na Espanha, era quase o único patrono das artes; por essa razão ditava o tom, especificava os temas, e fazia da arte, como da filosofia, a serva da teologia. A Inquisição espanhola nomeava inspetores para proscrever a nudez, a imodéstia, o paganismo ou a heresia na arte, para especificar a maneira de tratar temas sacros na escultura e pintura, e para dirigir a arte espanhola no sentido da transmissão e confirmação da fé.

Todavia, a influência italiana instilava-se na Espanha. A elevação de espanhóis ao papado, a conquista de Nápoles e Milão por reis espanhóis, as campanhas dos exércitos e as missões de estadistas e eclesiásticos espanhóis na Itália, o ativo comércio entre os portos dos dois países, as visitas de artistas espanhóis como Forment e Berruguete à Itália e de artistas italianos como Torrigiano e Leone Leoni à Espanha — todos esses fatores afetaram a arte espanhola nos métodos, no ornamento e no estilo, dificilmente no espírito ou tema, mais na pintura que na escultura e muito menos na arquitetura.

As catedrais dominavam a paisagem e as cidades, assim como a fé dominava a vida. Viajar pela Espanha é fazer uma peregrinação de um a outro desses templos imensos. Sua imensidade impressionante, sua opulência de ornatos interiores, o silêncio sombrio de suas naves, o devotado trabalho de cantaria de seus claustros acentuam a simplicidade e a pobreza das pitorescas vivendas azulejadas amontoadas embaixo deles, olhando-os como a promessa de um mundo melhor. O estilo gótico ainda dominava nas gigantescas catedrais erigidas em Salamanca (1513) e Segóvia (1522); mas em Granada, Diego de Siloé, arquiteto filho de um escultor gótico, projetou o interior da catedral com colunas e capitéis clássicos, coroando o plano gótico com um domo clássico (1525). O estilo renascentista italiano deslocou completamente o gótico no palácio de Carlos V em Granada. Carlos reprovara o bispo de Córdova por danificar a grande mesquita, construindo dentro de seus 850 pilares uma igreja cristã;[34] mas ele pecou quase tão gravemente quando arrasou alguns salões e átrios do Alhambra para dar lugar a uma estrutura cuja massa austera e simetria enfadonha poderiam passar despercebidas entre construções semelhantes em Roma, mas que se mostravam totalmente desarmonizadas com a elegância frágil e a diversidade alegre da cidadela mourisca.

Algo da propensão moura para a decoração arquitetônica aparece no estilo "plateresco" que caracteriza principalmente a arquitetura civil desse reinado. O nome veio-lhe de sua semelhança com os complexos e delicados ornamentos prodigamente lavrados pelo prateiro (*platero*) ou ourives sobre baixela e outros objetos artísticos. O estilo coroou e flanqueou pórticos e janelas com intricados arabescos de pedra; sulcou ou espiralou ou floriu colunas com fantasia mourisca; trespassou grades e balaustradas com folhagens e rendilhados de mármore. Esse plateresco caracterizou a capela do Bispo em Madri, a igreja de Santo Tomás em Ávila, o coro da catedral de Córdova, e instalou-se sem contenção no *Ayuntamiento* ou prefeitura de Sevilha (1526). Portugal adotou o estilo em um pórtico cheio de ornatos, e em colunas entalhadas com decorações no magnífico mosteiro de Santa Maria de Belém (1517). Carlos V levou o estilo para os Países-Baixos e a Alemanha, onde ele floresceu nas câmaras municipais de Antuérpia e Leyden e no castelo de Heildelberg. Filipe II achava o plateresco muito florido para seu gosto, e sob seu desagrado ele teve morte precoce.

A escultura espanhola capitulou mais facilmente que a arquitetura ante a crescente maré italiana. Pietro Torrigiano, depois de quebrar o nariz de Miguel Ângelo em Florença e de desafiar Henrique VIII em Londres, estabeleceu-se em Sevilha (1521) e modelou, em terracota, um canhestro *São Jerônimo* que Goya erradamente julgou ser a suprema obra da escultura moderna.[35] Sentindo-se pobremente pago por uma imagem da Virgem, Torrigiano quebrou-a em pedaços, sendo preso pela Inquisição, em cujos cárceres morreu.[36] Damian Forment, regressando a Aragão vindo da Itália, trouxe o espírito da Renascença em seu cinzel e em suas vaidades: chamou-se o "rival de Fídias e Praxíteles" e foi aceito assim. As autoridades eclesiásticas permitiram-lhe esculpir imagens de si mesmo e da esposa na base do retábulo que fez para a abadia de Monte Aragão. Para a igreja de Nuestra Señora del Pilar, em Saragoça, cortou em alabastro um espaçoso retábulo em baixo-relevo, combinando o gótico com elementos renascentistas, a pintura com a escultura e a cor com a forma. A outro retábulo, na catedral de Huesca, devotou Forment os últimos 13 anos de sua vida (1520-33).

Do mesmo modo como Pedro Berruguete dominara a pintura espanhola no meio século que precedera Carlos V, assim seu filho tornou-se o principal escultor espanhol de sua época. Alonso aprendera a arte da cor com o pai, indo depois à Itália, onde trabalhou com Rafael em pintura e com Bramante e Miguel Ângelo em estatuária. Quando regressou à Espanha (1520) trouxe consigo a propensão de Miguel Ângelo por figuras captadas em tensa emoção ou atitudes violentas. Carlos V nomeou-o escultor e pintor da corte. Em Walladolid, trabalhou durante seis anos esculpindo em madeira um retábulo, de 13 metros por nove, para a igreja de San Benito el Real; só restam fragmentos, sobretudo um *San Sebastian* vividamente colorido, com o sangue que lhe corre das feridas. Em 1535, junto com seu grande rival, Felipe de Borgoña, entalhou assentos de coro na catedral de Toledo; também aqui o estilo de Miguel Ângelo dirigiu-lhe a mão, pressagiando o barroco na Espanha. Já próximo dos 80 anos, foi encarregado de erigir, no hospital de São João, em Toledo, um monumento a seu fundador, o cardeal Juan de Tavera; levou seu filho Alonso como ajudante, criou uma das obras-primas da escultura espanhola e morreu durante a empresa aos 75 anos (1561).

A pintura espanhola, ainda sob a tutela italiana e flamenga, não produziu nenhum mestre de projeção no reinado de Carlos V. O imperador favorecia pintores estrangeiros, importou Anthonis Mor para fazer retratos de notáveis espanhóis e, para

pintá-lo a ele mesmo, declarou que só permitiria que o fizesse o grande Ticiano. O único pintor espanhol dessa época cuja fama atravessou os Pireneus foi Luís de Morales. Passou os primeiros 50 anos de sua vida na obscuridade e na pobreza de Badajoz, fazendo pinturas para igrejas e capelas da província da Estremadura. Tinha 54 anos quando Filipe II o chamou para pintar no Escorial (1564). Apresentou-se em ostentação magnificente, que o rei considerou impróprio para um artista; Filipe II, porém, acalmou-se quando soube que Luis de Morales gastara todas as economias de sua vida a fim de se vestir adequadamente para a audiência com Sua Majestade. *O Cristo Carregando a Cruz* dele não estimulou o entusiasmo real, voltando o pintor a Badajoz e à penúria. Podem-se ver vários quadros seus na Sociedade Hispânica de Nova York, todos belos; contudo, o melhor exemplo de sua obra é uma *Virgem e o Menino*, no Prado — que lembra um pouco de Rafael. Filipe, passando por Badajoz, em 1581, concedeu tardia pensão ao artista — então inválido, devido à paralisia e à vista fraca — o que lhe permitiu comer regularmente durante os cinco anos restantes de sua vida.

Os artesãos espanhóis eram amiúde artistas em tudo menos no nome. A passamanaria e o couro espanhóis continuaram supremos na Europa. O mesmo se dava com os marceneiros; Théophile Gautier achava que a arte gótica nunca chegara mais perto da perfeição do que nos assentos do coro da catedral de Toledo. Os trabalhadores em metal faziam obras de arte de retábulos, grades de janela, balaustradas de balcão, charneiras de portas e até mesmo de pregos. Ourives e prateiros transformavam parte dos metais preciosos vindos da América em ornamentos para príncipes e vasos para a Igreja; eram famosas as custódias que faziam em filigrana de prata ou ouro para exibir a hóstia consagrada. Gil Vicente, não satisfeito com ser o mais importante dramaturgo de Portugal e Espanha desse período, executou um ostensório — para exibir a hóstia à congregação — que tem sido classificado como "a obra-prima da ourivesaria portuguesa".[37] E Francisco de Holanda, português apesar do nome, levou avante, com distinção, a arte agonizante da iluminura.

Levando tudo em conta, esse período de menos de meio século teve grande importância no campo da arte, apesar da absorção e da quebra de energias que a revolução religiosa trouxe consigo. Os mestres em arquitetura, escultura e pintura dificilmente se podem comparar aos gigantes que abalaram toda a Europa com a teologia; a religião constituía o espírito da época, de que a arte só podia ser acompanhante. Contudo Il Rosso, Primaticcio, Lescot, Delorme, Goujon e os Clouet na França, os Berruguete na Espanha, Brueghel em Flandres, Cranach na Alemanha, Holbein em toda a parte constituem honroso rol de artistas para época tão agitada e tão breve. A arte é ordem, e, todavia, tudo estava em caos — não só a religião, mas também a moral, a ordem social e a própria arte. O gótico travava sua batalha perdida com as formas clássicas, e o artista, desarraigado de seu próprio passado, tinha de tentar experiências que poderiam não lhe dar a grandeza de uma estabilidade conseguida em tempo certo. Dentro da turbulência universal a fé também era hesitante e deixava de dar imperativos claros à arte; atacavam-se e estilhaçavam-se imagens religiosas; temas sacros que tinham inspirado o criador e o espectador da beleza perdiam o poder de incitar o gênio, a admiração ou a fé. E, na ciência, a maior de todas as revoluções depunha a terra de seu trono teológico e abandonava, no infindável vácuo, o pequeno globo cuja visitação divina formara o espírito e a arte medievais. Quando voltaria outra vez a estabilidade?

CAPÍTULO XXXVII

A Ciência na Época de Copérnico

1517-65

I. O CULTO DO OCULTO

É NOTÁVEL que essa época, tão absorvida em teologia e erudição, tivesse produzido dois homens da mais alta importância na história da ciência — Copérnico e Vesalius (Vesálio); e é curioso que os livros que contêm seu sangue vital aparecessem em um *annus mirabilis*: 1543. A ciência foi favorecida por certas condições. O descobrimento da América e a exploração da Ásia, as exigências da indústria e a extensão do comércio aumentaram o conhecimento, que muitas vezes contradizia as crenças tradicionais e encorajava o pensamento novo. As traduções gregas e árabes, a impressão da *Teoria das Secções Cônicas* (1537), de Apolônio, e do texto grego de Arquimedes (1544) estimulavam os matemáticos e físicos. Muitos viajantes, porém, eram mentirosos ou descuidados; a imprensa espalhava mais amplamente absurdos do que conhecimento; e os instrumentos científicos, embora numerosos, eram quase primitivos. O microscópio, o telescópio, o termômetro, o barômetro, o micrômetro, o microcronômetro ainda estavam por vir. A Renascença enamorara-se da literatura e do estilo, interessava-se polidamente por filosofia e era quase indiferente à ciência. Os papas da Renascença não eram hostis à ciência: Leão X e Clemente VII prestavam atenção, de espírito aberto, às idéias copernicanas, e Paulo III recebeu, sem tremer, a dedicatória do *Livro das Revoluções* de Copérnico, que abalou o mundo. Todavia, a reação sob Paulo IV, o desenvolvimento da Inquisição na Itália e os decretos dogmáticos do Concílio de Trento tornaram os estudos científicos cada vez mais difíceis e perigosos depois de 1555.

O protestantismo não podia favorecer a ciência, pois se baseava em uma Bíblia infalível. Lutero desaprovou a astronomia copernicana porque a Bíblia fala de Josué ordenando ao sol — não à terra — para quedar parado. Melanchthon inclinava-se à ciência; estudou matemática, física, astronomia e medicina e lecionou história da matemática na antigüidade; seu espírito aberto, porém, estava oprimido pela natureza poderosa de seu mestre, e pela predominância de um luteranismo estreito após a morte de Lutero. Calvino sentia pouca necessidade da ciência; Knox, nenhuma.

Um desencorajador ambiente de ocultismo continuava a cercar, confundir e, às vezes — como no caso de Cardam e Paracelso — a ameaçar a sanidade do pretenso cientista. Saber hermético do Egito, pitagorismo e neoplatonismo místicos vindos da Grécia, a Cabala do judaísmo, confundiam mil espíritos indecisos. As 'endas e os milagres infestavam a historiografia e muitos viajantes falavam de dragões que cuspiam fogo, e de faquires que levantavam cordas no ar. Quase todo acontecimento inco-

mum na vida pública ou particular era interpretado como projetado por Deus ou Satanás para advertência, edificação, tentação ou ruína do homem. Muitos criam que os cometas e meteoros eram bolas de fogo arremessadas por uma divindade furiosa.[1] Toda casa alfabetizada acolhia literatura barata que garantia que os metais comuns poderiam ser convertidos em ouro; e (diz uma história contemporânea) "todos os alfaiates, sapateiros, criados e criadas que ouviam e liam algo a esse respeito davam todas as moedas que podiam poupar a... ambulantes e fraudulentos" praticantes de tais artes.[2] Em um julgamento na Inglaterra, em 1549, William Wycherley, um mágico, disse haver 500 como ele na ilha.[3] Na Alemanha, estudantes itinerantes vendiam proteções mágicas contra bruxas e diabos. Feitiços e talismãs para desviar balas de mosquetes eram populares entre os soldados.[4] A própria missa era empregada muitas vezes como um encantamento para trazer chuva ou sol, ou a vitória na guerra. Orações por chuva eram comuns e, às vezes, pareciam muito bem-sucedidas; nesses casos tangiam-se os sinos das igrejas para advertir o céu a parar.[5] Em 1526-31 os monges de Troyes excomungaram formalmente as lagartas que empestavam as colheitas — mas acrescentaram que o interdito só seria efetivo para as terras cujos lavradores tivessem pago seus dízimos à Igreja.[6]

É possível que se atribuíssem mais acontecimentos a Satanás do que a Deus. "Dificilmente se passa um ano" — lamentava um escritor protestante em 1563 — "sem as mais espantosas notícias vindas de numerosos principados, cidades e aldeias, sobre os modos descarados e horríveis como o príncipe do inferno, por aparição corporal e em toda espécie de formas, tenta extinguir a nova e brilhante luz do santo evangelho."[7] Lutero juntou-se à comunidade ao atribuir a maioria das doenças a demônios que se alojavam no corpo — o que, afinal de contas, não é completamente diferente da nossa teoria corrente. Muitos acreditavam que as doenças eram causadas por mau olhado ou outros meios mágicos e que se podiam curar por poções mágicas — o que ainda não está muito longe de nossa prática atual. Muitos remédios eram administrados segundo a posição dos planetas; daí os estudantes de medicina estudarem astrologia.

A astrologia aproximava-se da ciência por se arrogar uma regra de lei no universo e operar largamente através de experimentos. A crença de que os movimentos e as posições das estrelas determinavam os eventos humanos não era exatamente tão geral como anteriormente; todavia, existiam 30.000 astrólogos em Paris, no século XVI,[8] todos prontos a elaborar um horóscopo por uma moeda. Os almanaques de predições astrológicas eram *bestsellers*; Rabelais parodiou-os nos *Prognósticos Pantagruélicos* de Mestre Alcofribas. Lutero e a Sorbonne concordavam com ele nisso e condenaram a astrologia em todas as suas formas. A Igreja, oficialmente, encarava as predições astrológicas com desagrado, como implicando determinismo e sujeição de si mesma às estrelas; não obstante, Paulo III, um dos maiores espíritos do século, "não convocaria nenhuma reunião importante do Consistório" — disse um embaixador na corte papal — "nem viajaria sem escolher seus dias e observar as constelações".[9] Francisco I, Catarina de Médicis, Carlos IX, Júlio II, Leão X e Adriano VI consultavam astrólogos.[10] Melanchthon mudou a data de nascimento de Lutero para dar-lhe um horóscopo mais propício,[11] e suplicou-lhe não viajar sob lua nova.[12]

Há um astrólogo desse período que ainda é popular. Nostradamus era, em francês, Michel de Notredame. Protestou ser médico e astrônomo e foi aceito como astrólogo semi-oficial por Catarina de Médicis, que lhe mandou construir um observatório em Les Halles. Em 1564 predisse uma vida de 90 anos a Carlos IX,[13] que morreu 10 anos

mais tarde, com 24 anos de idade. Quando Nostradamus morreu (1566) deixou um livro de profecias tão sabiamente ambíguas que uma linha ou outra se pode aplicar a quase todo evento da história posterior.

Porque os cristãos do século XVI acreditavam na possibilidade de obter poderes sobrenaturais através dos demônios; e porque o medo dos demônios lhes estava profundamente arraigado, achavam uma obrigação queimar as bruxas. Lutero e Calvino secundaram o Papa Inocêncio VIII exigindo a execução de bruxas. "Não deveria ter compaixão dessas bruxas" — disse Lutero — "deveria queimá-las à todas."[14] Queimaram-se quatro no dia 29 de junho de 1540, em Wittenberg; e 34 em Genebra, no ano de 1545.[15] Os reformadores, é claro, tinham autorização bíblica para essas fogueiras e a dependência protestante das Escrituras deu nova urgência ao Êxodo 22.18. A prática católica do exorcismo encorajava a crença em bruxaria, por presumir o poder de demônios alojados em seres humanos. Lutero afirmou que seu oponente de Leipzig, Johannes Eck, assinara um pacto com o diabo; e Johannes Cochlaeus retorquiu que Lutero era um subproduto do conúbio de Satanás com Margaret Luther.[16]

Havia quem se utilizasse de acusações de bruxaria para livrar-se de inimigos pessoais. O acusado escolhia entre prolongada tortura para soltar uma confissão ou morrer em resultado da confissão; e, na Europa do século XVI, a administração da tortura estava sistematizada "com sangue frio cheio de ferocidade, desconhecido... para as nações gentias".[17] Muitas vítimas parecem ter acreditado em sua própria culpa — que haviam tido transações, às vezes sexuais, com demônios.[18] Alguns dos acusados cometeram suicídio; um juiz francês anotou assim 15 anos dentro de um ano.[19] Os magistrados seculares excediam muitas vezes os eclesiásticos no entusiasmo dessa perseguição. As leis de Henrique VIII (1541) puniam com a morte qualquer das várias práticas atribuídas às bruxas,[20] mas a Inquisição espanhola estigmatizava as histórias e confissões de bruxaria como ilusões de espíritos fracos, e prevenia seus agentes (1538) para ignorar a exigência popular de queima das bruxas.[21]

Menos vozes ergueram-se para proteger as bruxas do que para defender os heréticos, e estes mesmos acreditavam nelas. Em 1563, porém, Johannes Wier, médico de Cleves, publicou um tratado *De praestigiis daemonum*, que timidamente se atrevia a mitigar a mania. Não questionava a existência de demônios, mas propunha que as bruxas eram vítimas inocentes de possessão demoníaca, seduzidas pelo diabo e eram enganadas no sentido de crer nos absurdos que confessavam. As mulheres e as pessoas que sofressem de doença do corpo ou do espírito estavam, pensava ele, especialmente sujeitas à possessão por demônios. Concluía que a bruxaria não era crime e sim doença e apelava para os príncipes da Europa a fim de que sustassem a execução dessas mulheres desamparadas. Poucos anos mais tarde, Wier repôs-se em seu tempo, escrevendo pormenorizada descrição do inferno, com seus chefes, sua organização e operação.

O espírito da época falava na história de Fausto. Ouvimos falar pela primeira vez, em 1507, de George Faust, em uma carta de Johannes Trithemius, que o chama de charlatão; depois, em 1513, quando Mutianus Rufus não lhe concede termo mais decente. Philip Begardi, médico em Worms, escreveu em 1539: "Nos últimos anos, um homem notável tem viajado através de quase toda província, principado e reino... vangloriando-se muito de sua grande perícia, não só em medicina mas também em quiromancia, fisiognomonia, adivinhação pela bola de cristal e outras artes simila-

res... e não negou que se chamava Faustus''[22] — isto é, favorecido ou afortunado. O Fausto histórico parece ter morrido em 1539 — pelo fato de o diabo ter-lhe torcido o pescoço, disse Melanchthon. Quatro anos mais tarde a lenda de Fausto em pacto com o diabo apareceu nos *Sermones conviviales* de Johannes Gast, um pastor protestante de Basiléia. Duas velhas noções combinaram-se para transformar o charlatão histórico em uma figura de lenda, drama e arte: que o homem poderia obter poderes mágicos através de pactos com Satanás, e que a ciência secular constitui vaidade insolente, própria para levar o homem ao inferno. Durante uma fase supôs-se que a lenda fosse uma caricatura católica de Lutero; em visão mais profunda, expressava o repúdio religioso do conhecimento ''profano'', como oposto à humilde aceitação da Bíblia, por si mesma erudição e verdade suficientes. Goethe repudiou o repúdio e admitiu a fome de saber como autopurificação pela sua aplicação ao bem comum.

A lenda de Fausto transformou-se em vida amarga com Heinrick Cornelius Agrippa. Nascido em Colônia, de boa família (1487), foi para Paris, e lá se juntou a alguns místicos ou charlatães que alegavam sabedoria esotérica. Faminto de saber e de fama, aprendeu alquimia, estudou a Cabala e chegou à convicção de que havia um mundo de conhecimento inatingível pela percepção ou pelo raciocínio comuns. Enviou a Trithemius o manuscrito *De occulta philosophia* com uma carta pessoal:

> Admiro-me muito, e realmente me sinto indignado, que até agora ninguém se tenha levantado para defender tão sublime e sagrado estudo da acusação de impiedade. Assim, ergueu-se o meu espírito e... também concebi o desejo de filosofar, pensando que produziria uma obra não indigna de louvor... se pudesse justificar... essa Mágica antiga, estudada por todo sábio, expurgada e livre dos erros da impiedade e dotada de sistema racional próprio.[23]

Trithemius replicou-lhe com acertado conselho:

> Falai de coisas públicas ao público, mas de coisas eminentes e secretas só ao mais eminente e íntimo de vossos amigos. Feno para um boi e açúcar para um papagaio. Interpretai corretamente isto, para que vós, como já tem acontecido a outros, não sejais pisoteado por bois.[24]

Quer por cautela ou por falta de editor, Agrippa ficou 20 anos sem mandar seu livro ao prelo. O imperador Maximiliano convocou-o para a guerra na Itália; deu boa conta de si no campo de batalha, mas aproveitou a ocasião para lecionar Platão na Universidade de Pisa, e receber diplomas de direito e medicina em Pavia. Foi nomeado advogado da cidade em Metz (1518) mas logo perdeu essa posição por interferir no processo de uma moça acusada de bruxaria; procurou livrá-la dos cárceres da Inquisição — mas depois achou mais prudente mudar de habitat (1519). Durante dois anos serviu Luísa de Sabóia como médico; contudo, Agrippa meteu-se em tantas disputas que ela cancelou seu salário. Dirigiu-se, então, para Antuérpia, com sua segunda esposa e os filhos, formou-se cronista e bibliotecário da corte da regente Margarida da Áustria, e conseguiu comer regularmente. Compôs, então, sua mais importante obra, *De incertitudine et vanitate scientiarum*, que publicou em 1530; e então, bastante estranhamente, publicou o seu juvenil *De occulta philosophia*, com um prefácio negando crer no místico abracadabra ali pormenorizado. Os dois livros juntos ofenderam todo o mundo culto.

A *Filosofia Oculta* afirmava que, assim como a alma humana penetra e governa o

corpo, também o *spiritus mundi* penetra e governa o universo; que esse grande reservatório de alma-força podia ser empregado por um espírito moralmente purificado e pacientemente instruído em procedimentos mágicos. Assim reforçado, o espírito pode descobrir as qualidades ocultas de objetos, números, letras, palavras, penetrar os segredos dos astros e adquirir domínio sobre as forças da terra e os demônios do ar. O livro circulou amplamente, levando as várias edições póstumas a lendas sobre o pacto de Agrippa com o diabo, que o acompanhava na forma de seu cão[25] e lhe dava poderes para voar sobre o globo e para dormir na lua.[26]

As vicissitudes da vida abateram as alegações de Agrippa quanto à experiência supersensível. Aprendeu que nem a mágica nem a alquimia alimentariam sua família ou livrá-lo-iam da prisão por dívidas. Ficou possuído de colérica desilusão quanto à procura do conhecimento e, com a idade de 39 anos, escreveu *Da Incerteza e Vaidade das Ciências*, o livro mais cético do século XVI, antes de Montaigne. "Percebo muito bem" — declara o exórdio — "que tenho de travar sangrenta batalha.... Primeiro com os gramáticos piolhosos (*pediculose*), que farão uma algazarra... depois com os enfastiados poetas, os historiadores vendedores de frioleiras, os oradores fanfarrões, os lógicos obstinados... os astrólogos fatais... os mágicos monstruosos, os filósofos brigões..." Todo o conhecimento é incerto, toda a ciência é vã e "nada conhecer é a mais feliz das vidas". Foi o conhecimento que destruiu a felicidade de Adão e Eva; foi a confissão de ignorância feita por Sócrates que lhe trouxe satisfação e fama. "As ciências são apenas as ordenações e opiniões do homem, tão injustas como vantajosas, tão pestilentas como salutares, tão más como boas, nunca perfeitas e sim cheias de dúvida, erro e controvérsia."[27]

Agrippa começa sua devastação com o alfabeto, vituperando-o por suas incoerências desconcertantes de pronúncia. Ri-se dos gramáticos, cujas exceções são mais numerosas do que as regras, e são repetidamente derrotados pelo povo. Os poetas são loucos; ninguém "em seu juízo perfeito" pode escrever poesia. A maior parte da história é uma fábula; não *une fable convenue*, como Voltaire lhe chamaria com pouco acerto, mas uma fábula em perpétua mudança, que cada historiador e geração transforma de novo. A oratória é a sedução do espírito ao erro pela eloqüência. O ocultismo é uma trapaça; seu próprio livro sobre ele, diz Agrippa, era "falso ou, se o desejardes, mentiroso"; se antigamente ele praticara a astrologia, a magia, a adivinhação, a alquimia e outras "nesciências" que tais, fora sobretudo devido à solicitação importuna de patronos que pediam conhecimento esotérico, e prontos a pagar. A Cabala é "nada mais que uma superstição pestilenta". Quanto aos filósofos, a diversidade auto-anuladora de suas opiniões põe-nos fora de julgamento; podemos deixá-los refutar-se uns aos outros. Na medida em que a filosofia busca deduzir a moral da razão, é contrariada pela divergência irracional de costumes no espaço e no tempo; "de onde vem aquilo que em um tempo foi vício, já foi virtude noutro, e que em algum lugar foi virtude sendo vício em outro". As artes e ocupações estão tão corrompidas como as ciências pela falsidade e presunção. Cada corte é "uma escola de costumes corruptos, e um refúgio de detestável maldade". Comerciar é atraiçoar. Os tesoureiros são ladrões; suas mãos estão besuntadas de visco e seus dedos terminam em ganchos. A guerra é o massacre de muitos para o divertimento de poucos. A medicina é "uma certa arte de homicídio casual", e amiúde "há mais perigo no médico e na medicina do que na própria doença".

Qual é a conclusão de tudo isto? Se a ciência é opinião efêmera e a filosofia especu-

lação vã de fantasias mentais sobre a natureza do infinito, por que viverá o homem? Apenas pela Palavra de Deus, tal como está revelada na Bíblia. Essa afirmação tem um tom evangélico, e, de fato, dispersas entre as dúvidas de Agrippa, há diversas afirmações reformadoras. Agrippa rejeita o poder temporal dos papas e mesmo a autoridade espiritual deles, quando esta contradiz as Escrituras. Denuncia a Inquisição por persuadir os homens não com a razão e as Escrituras e sim com "fogo e lenha". Deseja que a Igreja gaste menos com catedrais e mais com caridade. Mas vai além dos reformadores quando admite que os autores do Velho e do Novo Testamentos estavam sujeitos a erro. Só Cristo é sempre certo e verdadeiro; só Ele deveria merecer-nos confiança; nele está o último refúgio do espírito e da alma.

Agrippa divertiu-se com o furor causado pela sua agitação, embora pagasse esse prazer em seus últimos anos. Carlos V exigiu que ele se retratasse de suas críticas à Igreja. Como recusasse, diminuíram-lhe o salário. Preso por dívidas, jogou a responsabilidade sobre o imperador, que estava atrasado nos pagamentos ao seu cronista na corte. O cardeal Campeggio e o bispo de Liège conseguiram libertá-lo, mas Carlos V baniu-o do território imperial (1531). Agrippa dirigiu-se para Lyon, onde, segundo tradição incerta, foi de novo encarcerado por dívidas. Posto em liberdade, foi para Grenoble; e lá, com a idade de 48 anos, veio a falecer. Cabe-lhe, talvez, uma parte na formação do ceticismo de Montaigne, mas seu único livro popular foi aquele, ao qual ele renunciara, sobre o ocultismo. O pensamento e as práticas ocultistas floresceram até o fim do século.

II. A REVOLUÇÃO COPERNICANA

Os progressos matemáticos que hoje nos parecem triviais revolucionaram os instrumentos de cálculo nessa época. A *Arithmetica integra* de Michael Stifel (1544) introduziu nossos sinais de mais e menos, e a *Whetstone of Wit* de Robert Recorde (1557) foi a primeira obra a usar o sinal de igualdade impresso. A antes famosa aritmética de Adam Riese induziu a Alemanha a passar da contagem ao cálculo escrito. Johannes Werner publicou (1522) o primeiro tratado moderno sobre secções cônicas; e Georg Rheticus, além de servir de parteiro a Copérnico, prosseguiu a obra de Regiomontanus em trigonometria.

A astronomia tinha à sua disposição melhores cálculos que instrumentos. Com base nesses cálculos, alguns astrólogos predisseram um segundo dilúvio para 11 de fevereiro de 1524, quando Júpiter e Saturno se juntariam em Peixes; em conseqüência disso, Toulouse construiu uma arca de refúgio e famílias cautelosas armazenaram alimentos no topo de montanhas.[28] A maior parte dos instrumentos astronômicos era de origem medieval: esferas celeste e terrestre, um astrolábio, uma esfera armilar, quadrantes, cilindros, relógios, compassos e vários outros instrumentos — mas nada de telescópio nem de fotografia. Com esse equipamento Copérnico deslocou a terra.

Nikolaj Kopernik, como a Polônia o chama, Niklas Koppernigk, como o chama a Alemanha, Nicolaus Copernicus, como o chamam os sábios, nasceu em 1473, em Thorn (Torun), sobre o Vístula, na Prússia Ocidental que, sete anos antes, fora cedida à Polônia pelos Cavaleiros Teutônicos; Copérnico foi prussiano no espaço e polaco no tempo. Sua mãe provinha de próspera família prussiana; o pai natural de Cracóvia fixou-se em Thorn e comerciava com cobre. Quando morreu o pai (1483), seu tio, ir-

mão de sua mãe, Lucas Watzelrode, bispo de Ermland, tomou conta dos filhos. Nicolau foi enviado, aos 18 anos, para a Universidade de Cracóvia, a fim de se preparar para o sacerdócio. Não gostando do escolasticismo que suprimira lá o humanismo, persuadiu o tio a deixá-lo ir estudar na Itália. O tio tinha-o nomeado cônego da catedral de Frauenburg, na Prússia Oriental polonesa, e deu-lhe licença de se ausentar por três anos. (Cônego é um eclesiástico do cabido de uma sé, que não é obrigado a ser padre. Nenhuma evidência existe de que Copérnico passasse das ordens menores ao sacerdócio antes de seus últimos anos. Em 1537 foi recomendado para um bispado, o que indicaria que já era sacerdote.[29])

Copérnico, na Universidade de Bologna (1497-1500), estudou matemática, física e astronomia. Um de seus professores, Domenico de Novara, antigo discípulo de Regiomontanus, criticava o sistema ptolomaico por ser absurdamente complexo, e iniciou seus alunos nos antigos astrônomos gregos, que tinham questionado a imobilidade e a posição central da Terra. Filolau, o pitagórico, no século V a.C., afirmara que a Terra e os outros planetas moviam-se à volta de Héstia, um fogo central que nos é invisível porque todas as partes conhecidas da Terra encontram-se de costas para ele. Cícero citou a Hicetas de Siracusa, também do século V a.C., o qual acreditava que o Sol, a Lua e as estrelas mantinham-se imóveis, e que seu movimento aparente devia-se à rotação axial da Terra. Arquimedes e Plutarco contam que Aristarco de Samos (310-230 a.C.) sugerira a revolução da Terra em torno do Sol e, acusado de impiedade, retirara a sugestão. Segundo Plutarco, Seleuco da Babilônia revivera a idéia no século II a.C. Essa visão heliocêntrica poderia ter triunfado na antigüidade, não tivesse Cláudio Ptolomeu de Alexandria, no século II de nossa era, restaurado a teoria geocêntrica com tanta força e saber que dificilmente alguém depois ousou mudá-la. O próprio Ptolomeu estabelecera que, na busca de esclarecimento dos fenômenos, a ciência deveria adotar a hipótese mais simples possível em coerência com observações aceitas. No entanto, Ptolomeu, como Hiparco antes dele, para explicar o movimento aparente dos planetas, fora compelido pela teoria geocêntrica a supor uma desconcertante complexidade de epiciclos e excêntricos. (Um epiciclo é um círculo cujo centro está dentro da circunferência de um círculo maior. Um excêntrico é um círculo que não tem o mesmo centro de outro círculo contido em alguma medida dentro dele.) Poder-se-ia encontrar alguma hipótese mais simples? Nicolau Oresme (1330-82) e Nicolau de Cusa (1401-64) tinham renovado a idéia do movimento terrestre; Leonardo da Vinci (1452-1519) havia escrito por aqueles tempos: "O Sol não se move.... A Terra não está no centro do círculo do Sol nem no centro do universo."[30]

Copérnico sentia que a teoria heliocêntrica podia "salvar as aparências" — explicar os fenômenos observados — de modo mais aceitável que a teoria ptolomaica. Em 1500, então com 27 anos, dirigiu-se a Roma, presumivelmente para o Jubileu, e fez conferências nas quais, segundo diz uma tradição, tentou propor o movimento da Terra. Entrementes expirara a licença de ausência, e ele retornou aos seus deveres de cônego em Frauenburg. A matemática geocêntrica, porém, confundia-lhe as orações. Pediu permissão para retomar seus estudos na Itália propondo dessa vez dedicar-se à medicina e ao direito canônico — o que pareceu, a seus superiores, mais adequado que a astronomia. Antes de terminar o século XV já estava de volta à Itália. Bacharelou-se em direito em Ferrara (1503) mas parece que não em medicina, regressando de novo a Frauenburg. Logo seu tio, provavelmente para dar-lhe tempo de completar os estudos, fez dele seu secretário e médico (1506); e, durante seis anos,

Copérnico viveu no palácio episcopal de Heilsberg. Lá produziu a matemática básica de sua teoria, e a registrou em manuscrito.

Quando o generoso bispo morreu, Copérnico retomou seu lugar em Frauenburg. Continuou a praticar medicina sem cobrar dinheiro aos pobres.[31] Representava o cabido da sé em missões diplomáticas e ainda preparou, para o rei Sigismundo da Polônia, um plano de reforma da moeda prussiana. Em um de seus vários ensaios eruditos sobre finanças formulou o que mais tarde se conheceria por lei de Gresham: "O mau dinheiro... afasta o velho e melhor dinheiro"[32] — isto é, quando o governo emite uma moeda depreciada, as boas moedas são entesouradas ou exportadas e desaparecem de circulação; as moedas fracas são oferecidas como impostos e o rei "recebe em sua própria moeda". Entre esses diversos interesses, porém, Copérnico continuou suas pesquisas em astronomia. Sua localização geográfica era imprópria: Frauenburg ficava próxima do Báltico, e durante metade do ano estava coberta de neblinas ou nuvens. Invejava Cláudio Ptolomeu, a quem "os céus eram mais prazenteiros, onde o Nilo não evola névoas como o faz nosso Vístula. A natureza negou-nos aquele conforto, aquele ar calmo";[33] não admira que Copérnico quase adorasse o Sol. Suas observações astronômicas não eram numerosas nem precisas, porém, não tinham interesse vital para seu propósito. Usava, na maioria das vezes, os dados astronômicos transmitidos por Ptolomeu e propôs-se provar que todas as observações admitidas estavam mais de acordo com a opinião heliocêntrica.

Por volta de 1514 sumariou suas conclusões em *Pequeno Comentário* (*Nicolai Copernici de hypothesibus motuum coelestium a se constitutis commentariolus*). A obra não foi impressa durante sua vida mas, não obstante, Copérnico emitiu algumas cópias como "balões de ensaio". Expôs suas conclusões com simplicidade prosaica, como se não constituíssem a maior revolução da história cristã:

1. Não há nenhum de todos os círculos ou esferas celestiais.
2. O centro da Terra não é o centro do universo, mas só o de gravidade e da esfera lunar.
3. Todas as esferas [planetas] giram em torno do Sol como seu ponto médio; por conseguinte, o Sol é o centro do universo.
4. A razão entre a distância da Terra e o Sol e a altura do firmamento é tão menor do que a razão entre o raio da Terra e sua distância do Sol, que a distância entre a Terra e o Sol é imperceptível em comparação com a altura de firmamento.
5. Qualquer movimento que apareça no firmamento não provém de nenhum movimento do firmamento e sim do movimento da Terra. A Terra, juntamente com seus elementos adjacentes, cumpre uma rotação completa sobre seus pólos fixos em um movimento diário, enquanto o firmamento e o mais alto dos céus permanecem inalterados.
6. O que nos parece serem movimentos do Sol provém não do seu movimento e sim do movimento da Terra e de nossa esfera, com o qual [movimento] nós giramos à volta do Sol como qualquer outro planeta....
7. O aparente movimento retrógrado e direto dos planetas não provém do movimento deles e sim do da Terra. O movimento da Terra só, portanto, basta para explicar tantas desigualdades aparentes nos céus.[34]

Os poucos astrônomos que viram o *Commentariolus* (*Pequeno Comentário*) não lhe prestaram grande atenção. O Papa Leão X, informado da teoria, mostrou interesse esclarecido e pediu a um cardeal para escrever a Copérnico pedindo-lhe uma demonstração de sua tese; durante algum tempo a hipótese gozou de considerável favor

na ilustrada corte papal.[35] Lutero, por volta de 1530, rejeitou a teoria: "O povo dá ouvidos a um astrólogo pretensioso que se empenha em mostrar que a Terra gira, e não os céus ou o firmamento; o Sol e a Lua.... Esse louco quer reverter o esquema inteiro da astronomia; as santas Escrituras, porém, falam-nos que Josué ordenou ao Sol quedar fixo, e não à Terra."[36] Calvino respondeu a Copérnico com uma linha do Salmo 93.1: "Firmou o mundo, que não vacila" — e perguntava: "Quem se aventuraria a colocar a autoridade de Copérnico acima da do Espírito Santo?"[37] Copérnico ficou tão desencorajado com a resposta ao *Commentariolus* que, quando, por volta de 1530, completou sua maior obra, decidiu não publicá-la. Continuou a cumprir calmamente seus deveres, meteu-se um pouco em política e, lá pelos 60 anos, acusaram-no de ter uma amante.[38]

Nessa resignada velhice surgiu, em 1539, um jovem matemático entusiasta, Georg Rheticus. Tinha 25 anos, era protestante, protegido de Melanchthon e professor em Wittenberg. Lera o *Commentariolus*, convencera-se de sua razão e desejava ajudar o velho astrônomo que, distante no Báltico em posto avançado da civilização, aguardava tão pacientemente que outros vissem, com ele, a rotação e a revolução invisíveis da Terra. O jovem apaixonou-se por Copérnico, chamou-o "o melhor e maior dos homens", profundamente impressionado que estava com sua devoção à ciência. Durante 10 semanas Rheticus estudou o grande manuscrito. Incentivou sua publicação. Copérnico recusou, mas concordou em que Rheticus publicasse uma análise simplificada de seus primeiros quatro livros. Assim, em Dantzig, no ano de 1540, o jovem erudito publicou sua *Narratio prima de libris revolutionum — Primeira Exposição dos Livros das Revoluções* dos corpos celestes. Enviou, esperançosamente, um exemplar a Melanchthon. O generoso teólogo não se convenceu. Quando Rheticus regressou a Wittenberg (em princípios de 1540) e elogiou a hipótese de Copérnico em suas aulas, foi-lhe "ordenado", diz ele, conferenciar sobre a *Sphaera* de Johannes de Sacrobosco.[39] No dia 16 de outubro de 1541, Melanchthon escreveu a um amigo: "Alguns acham uma realização importante construir uma coisa tão louca como esse astrônomo prussiano, que move a Terra e fixa o Sol. Com efeito, governantes sábios deviam domesticar o desenfreado espírito dos homens."[40]

No verão de 1540 Rheticus voltou de novo a Frauenburg, onde ficou até setembro de 1541. Solicitou repetidamente ao mestre que desse seu próprio texto ao mundo. Quando dois eminentes eclesiásticos juntaram-se no apelo, Copérnico, sentindo talvez que já tinha um pé na sepultura, condescendeu. Fez alguns acréscimos finais ao manuscrito e deu permissão a Rheticus para remetê-lo a um impressor em Nuremberg, que assumiu todos os custos e riscos financeiros (1542). Como Rheticus havia deixado Wittenberg para ensinar em Leipzig, delegou a seu amigo Andreas Osiander, ministro luterano em Nuremberg, a tarefa de acompanhar a impressão do livro.

Osiander escrevera já a Copérnico (20 de outubro de 1541) sugerindo que a nova teoria deveria apresentar-se como uma hipótese mais do que como verdade provada e, em uma carta do mesmo dia a Rheticus, destacava que, graças a esse procedimento, "os aristotélicos e os teólogos facilmente se deixariam aplacar".[41] O próprio Copérnico tinha repetidamente chamado suas teorias de hipóteses, não só no *Commentariolus* mas também em seu texto principal;[42] ao mesmo tempo, sua Dedicatória anunciava que ele apoiara suas opiniões com "as provas mais transparentes". Não sabemos como é que ele respondeu a Osiander. De qualquer forma, Osiander, sem subscrever seu próprio nome, prefaciou o livro da seguinte maneira:

> Ao leitor, a respeito das hipóteses deste livro.
> Muitos cientistas, em vista da já ampla reputação destas novas hipóteses, ficarão, sem dúvida, grandemente chocados pelas teorias deste livro.... Contudo... as hipóteses do mestre... não são necessariamente verdade; não precisam nem mesmo ser prováveis. Basta inteiramente que elas levem a uma computação que esteja de acordo com as observações astronômicas.... O astrônomo deve seguir mais facilmente as hipóteses que são mais facilmente compreendidas. O filósofo exigirá, talvez, maior probabilidade; mas nenhum dos dois será capaz de descobrir algo certo... a menos que lhe seja dado conhecer por revelações divinas. Por conseguinte, deixem-nos assegurar que as novas hipóteses que se seguem ficam ao lado das velhas, que não são, de modo algum, mais prováveis. Além disso, trata-se de hipóteses realmente admiráveis e de apreensão fácil, e ainda encontraremos nelas grande tesouro de observações eruditas. Quanto ao resto, não deixemos ninguém esperar certeza da astronomia no que diz respeito a hipóteses. Ela não pode dar essa certeza. Quem tomar tudo o que se desenvolveu para outros propósitos como verdade, deve deixar esta ciência provavelmente ainda mais ignorante do que quando se iniciou nela....[43]

Este prefácio foi muitas vezes condenado como uma interpolação insolente.[44] Copérnico deve ter-se ressentido dele, pois o velho homem, que vivera com sua teoria durante 30 anos, chegara a senti-la como parte de sua vida e de seu sangue e como descrição dos fatos reais do universo. O prefácio de Osiander, porém, foi judicioso e justo; reduziu a resistência natural de muitos espíritos a uma idéia perturbadora e revolucionária, e constitui ainda boa lembrança de que nossas descrições do universo são os pronunciamentos falíveis de gotas de água acerca do mar, prontas a serem rejeitadas ou corrigidas por seu turno.

O livro apareceu, finalmente, na primavera de 1543, com o título de *Nicolai Copernici revolutionum liber primus* (*Primeiro Livro das Revoluções por Nicolau Copérnico*); posteriormente o livro veio a ser conhecido como *De revolutionibus orbium coelestium* (*Das Revoluções dos Orbes Celestes*). Um dos primeiros exemplares chegou à mãos de Copérnico em 24 de maio de 1543. Ele estava em seu leito de morte. Leu o frontispício, sorriu e morreu na mesma hora.

A dedicatória ao Papa Paulo III era, em si mesma, um esforço para desarmar a resistência a uma teoria que, como Copérnico bem o sabia, contradizia flagrantemente a letra das Escrituras. Começa com afirmações pias: "Ainda creio que devemos evitar teorias inteiramente estranhas à ortodoxia." Hesitara longamente em publicar a obra, perguntando-se se "não seria melhor seguir o exemplo dos pitagóricos... habituados a transmitir os segredos da filosofia não por escrito e sim oralmente, e só a seus parentes e amigos". Mas eclesiásticos cultos — Nicholas Schonberg, cardeal de Cápua, e Tiedeman Giese, bispo de Kulm, tinham recomendado insistentemente que publicasse suas descobertas. (Copérnico achou sábio não mencionar o luterano Rheticus.) Reconhecia sua dívida aos astrônomos gregos mas, por lapso da pena, omitiu Aristarco. Acreditava que os astrônomos necessitavam de uma teoria melhor que a ptolomaica, pois encontravam agora muitas dificuldades na opinião geocêntrica, e eram incapazes de calcular exatamente, sobre essa base, a extensão do ano. E apelava ao papa, como homem "eminente... no amor de todo o saber, e até da matemática" para protegê-lo contra as "mordeduras dos caluniadores" que, sem adequado conhecimento matemático, quererão "presumir o direito de pronunciar julgamento sobre essas coisas" ou quererão "atacar esta minha teoria devido a algumas passagens das Escrituras...."[45]

A exposição começa com postulados: primeiro, que o universo é esférico; segundo, que a Terra é esférica — pois a matéria, deixada a si mesma, gravita em relação a um centro, e, portanto, organiza-se em forma esférica; terceiro, que os movimentos dos corpos celestes são uniformemente circulares ou se compõem de tais movimentos — pois o círculo é a "forma mais perfeita" e "o intelecto encolhe-se de horror" à suposição de que os movimentos celestes não sejam uniformes. (A razão no pensamento seria impossível, a menos que houvesse razão no comportamento dos objetos do pensamento.)

Copérnico nota a relatividade do movimento: "Toda mudança de posição que se vê, deve-se ao movimento do observador ou da coisa observada, ou a mudanças na posição de ambos, contanto que sejam diferentes. Pois, quando as coisas se movem igualmente em relação às mesmas coisas, não se percebe nenhum movimento entre o objeto visto e o observador".[46] Assim, a aparente rotação diária dos planetas em torno da Terra poderia ser explicada pela rotação diária da Terra sobre seu eixo; e o aparente movimento anual do Sol à volta da Terra pode explicar-se supondo que a Terra se move anualmente à volta do Sol.

Copérnico antecipa as objeções. Ptolomeu alegara que as nuvens e os objetos à superfície de uma Terra em rotação voariam e seriam deixados para trás. Copérnico respondeu que essa objeção manter-se-ia ainda mais contra a revolução dos grandes planetas em torno da Terra, dado que suas enormes distâncias implicariam órbitas vastas e velocidades extremas. Ptolomeu sustentara além disso que um objeto propelido diretamente para o alto de uma Terra em rotação não voltaria a cair em seu ponto de origem. Copérnico replicou que tais objetos, como as nuvens, constituem "partes da Terra" e são levados com ela. E, à objeção de que a revolução anual da Terra em torno do Sol deveria manifestar-se em um movimento das estrelas "fixas" (estrelas mais além de nosso sistema planetário) observados nos extremos opostos da órbita da Terra, Copérnico respondeu que existe tal movimento, mas que a grande distância das estrelas ("firmamento") no-lo torna imperceptível. (Observa-se, agora, um grau moderado de tal movimento.)

Copérnico resume seu sistema em um parágrafo compacto:

> Primeiro e acima de tudo está a esfera das estrelas fixas, contendo-se a si mesma e a todas as coisas, por essa mesma razão imóvel.... Dos corpos móveis [planetas] vem primeiro Saturno, que completa seu circuito em 30 anos. Depois dele, Júpiter, que se move em uma revolução de 12 anos. Depois Marte, que gira bienalmente. Em quarto lugar, ocorre um ciclo anual, no qual... está contida a Terra, com a órbita lunar como epiciclo. Em quinto lugar, Vênus perfaz o circuito em nove meses. Depois, cabe o sexto lugar a Mercúrio, que circula no espaço de oitenta dias. No meio de todos fica o Sol.... Alguns o chamam, não ineptamente, a lâmpada do universo, outros, seu espírito e outros ainda, seu governante... corretamente, porquanto o Sol, sentado em trono real, governa a família circum-ambiente dos astros.... Achamos, portanto, sob esse arranjo ordenado, uma simetria maravilhosa no universo e uma relação de harmonia definida no movimento e na magnitude dos orbes, de uma espécie que não é possível obter de qualquer outra forma.[47]

(Atualmente admitem os astrônomos nove planetas e períodos de revolução: Mercúrio com 88 dias, Vênus com 225 dias, a Terra com 365,26 dias, Marte com 687 dias, Júpiter com 11,86 anos, Saturno com 26,46 anos, Urano com 84,02 anos, Netuno com 164,79 anos e Plutão com 248 anos.)

De modo geral, um avanço de teoria humana traz consigo vários fragmentos da teoria posta de lado. Copérnico baseou suas concepções sobre observações legadas por Ptolomeu, e conservou muito da maquinaria celestial de esferas, epiciclos e excêntricos daquele sábio; e a rejeição disso esperaria por Kepler. O mais excêntrico de tudo foi o cálculo feito por Copérnico de que o Sol não estava exatamente no centro da órbita da Terra. O centro do universo, considerava ele, estaria "distanciado três diâmetros-sol a partir do Sol"; e os centros das órbitas planetárias eram, do mesmo modo, exteriores ao Sol e de forma alguma idênticos. Copérnico transferiu da Terra para o Sol duas idéias agora rejeitadas: de que o Sol é o centro aproximado do universo, e de que ele está em repouso. Pensava que a Terra não só tinha uma rotação axial e uma revolução orbital mas também um terceiro movimento, que supunha necessário para explicar a inclinação do eixo da Terra e a precessão dos equinócios.

Por conseqüência, não devemos sorrir ironicamente daqueles que levaram tanto tempo para adotar o sistema copernicano. As pessoas eram obrigadas não só a pôr a Terra girando e arremetendo no espaço a uma velocidade alarmante, ao contrário da evidência direta dos sentidos, mas também a aceitar um labirinto matemático apenas ligeiramente menos confuso que o de Ptolomeu. Até Kepler, Galileu e Newton não se produziria o mecanismo da nova teoria, no sentido da maior simplicidade e precisão que a mostraria claramente superior à velha; então poderíamos dizer do Sol o que Galileu deve ter dito da Terra — *eppur si muove*. Entrementes, Tycho Brahe rejeitou a hipótese heliocêntrica, baseando-se em que Copérnico não respondera convincentemente às objeções de Ptolomeu. Mais surpreendente que tal rejeição é a relativa celeridade com que o novo sistema foi aceito por astrônomos como Rheticus, Osiander, John Field, Thomas Digges e Erasmo Reinhold — cujas "Tábuas Prutênicas" (1551) dos movimentos celestes eram, em grande parte, baseadas em Copérnico. A Igreja Católica não levantou qualquer objeção à nova teoria enquanto ela se apresentou como hipótese; mas a Inquisição revidou sem misericórdia quando Giordano Bruno admitiu a hipótese como certeza, e explicitou suas conseqüências para a religião. Em 1616 a Congregação do Index proibiu a leitura do *De Revolutionibus* "até que seja corrigida"; em 1620, permitiu aos católicos a leitura de edições das quais se tinham removido nove sentenças que representavam a teoria como um fato. O livro desapareceu do Index revisto de 1758, embora a proibição não fosse explicitamente rescindida até 1828.

A teoria geocêntrica enquadrara-se razoavelmente bem a uma teologia que supunha que todas as coisas tinham sido criadas para o uso do homem. Agora, porém, os homens sentiam-se jogados sobre um planeta menor cuja história se reduzia a "simples parcela local das notícias do universo".[48] Que podia significar o "céu", quando "acima" e "abaixo" tinham perdido todo sentido, quando uma das coisas se poderia transformar noutra em meio dia? "Nenhum ataque ao cristianismo" — escreveu Jerome Wolf a Tycho Brahe em 1575 — "é mais perigoso que a amplidão e a profundidade infinitas dos céus" — embora Copérnico não tivesse ensinado a infinitude do universo. Quando os homens pararam para ponderar as implicações do novo sistema, devem ter-se espantado à suposição de que o Criador deste imenso e organizado cosmos mandara o Filho morrer neste planeta medíocre. Toda a encantadora poesia do cristianismo parecia "desfazer-se em fumaça" (como Goethe afirmou) ao toque do clérigo polonês. A astronomia heliocêntrica obrigava os homens a reconceber Deus em termos menos provincianos e menos antropomórficos; fez à teologia o maior desa-

fio da história da religião. Daí a revolução copernicana ser muitíssimo mais profunda que a Reforma; ela fez as diferenças entre os dogmas católicos e protestantes parecerem triviais; apontava, além da Reforma para o Iluminismo, de Erasmo e Lutero para Voltaire, e, mesmo além de Voltaire, o agnosticismo pessimista de um século XIX, que acrescentaria a catástrofe de Darwin à de Copérnico. Só havia uma proteção contra tais homens — era que só pequena minoria de cada geração reconhecesse as implicações de seu pensamento. O Sol "levantar-se-ia" e "pôr-se-ia" quando Copérnico fosse esquecido.

Em 1581 o bispo Kromer levantou um monumento a Copérnico junto à parede interior da catedral de Frauenburg, próximo ao túmulo do cônego. O monumento foi removido em 1746 para dar lugar a uma estátua do bispo Szembek. Quem foi ele? Quem sabe?

III. MAGALHÃES E O DESCOBRIMENTO DA TERRA

A exploração da terra progrediu mais rapidamente que a cartografia dos céus, e quase com as mesmas influências perturbadoras sobre a religião e a filosofia. A geologia avançava menos, pois a teoria bíblica da criação extrapunha-se à dúvida pela crença na autoria divina. "Se se chegasse a uma opinião errada a respeito da criação tal como está descrita no Gênesis" — disse um reformador ítalo-inglês, Peter Martyr Vermigli — "todas as promessas de Cristo dariam em nada e perder-se-ia toda a vida de nossa religião."[49] Ao lado das difundidas sugestões de Leonardo, a obra mais significativa, em geologia, da primeira metade do século XVI, deve-se a Georg Agricola. Note-se esta passagem do *De ortu et causis subterraneorum* (Basiléia, 1546) sobre a origem das montanhas:

> Morros e montanhas são produzidos por dois agentes, um deles é o poder da água, o outro é a força do vento; devemos acrescentar o fogo no interior da terra.... Pois as torrentes primeiro que tudo arrastam a terra macia, levando em seguida a terra mais dura e então caem as rochas, e assim em poucos anos, são escavadas as planícies ou encostas....Tal solapamento a uma grande profundidade por muitos anos, faz aparecer uma grande elevação....Correntezas... e nos produzem o mesmo resultado por suas precipitações e corredeiras; razão pela qual são vistos freqüentemente fluindo quer entre montanhas muito altas, criadas por eles, quer junto à costa que os margeia.... O vento produz montes e montanhas de duas maneiras: ou deslocando e agitando a areia, ou também quando, após ter se dirigido até recessos obscuros da terra... luta para sair.[50]

O *De natura fossilium* de Agricola (1546) foi o primeiro tratado sistemático sobre mineralogia; seu *De re metallica* continha a primeira estratigrafia sistemática e deu, como vimos, a primeira explicação dos depósitos de minérios.

A etnografia produziu duas grandes obras: a *Cosmographia universalis* (1544) de Sebastian Münster, e a *Descriptio Africae* (1550) de "Leão, o Africano". Al-Hasan ibn Muhammed al-Wazzan era mouro de Granada; viajou pela África e pelo sul do Sudão, com a avidez de Ibn Batuta. Capturado por piratas cristãos, foi enviado a Roma como presente para Leão X, que, impressionado com seus conhecimentos eruditos, libertou-o e deu-lhe uma pensão. Al-Hasan correspondeu aceitando o cristianismo e o nome de Leão. Durante os 30 anos seguintes, compôs seu livro, primeiro em

árabe e depois em italiano. Antes da impressão, Leão, o Africano, regressou a Túnis; lá morreu em 1552, aparentemente na fé de seus pais.[51]

A época era excitante para a geografia. Os relatos de missionários, conquistadores, navegadores, viajantes aumentavam imensamente o conhecimento que a Europa tinha do globo. Os espanhóis que, nesse período, conquistaram o México, a Califórnia, a América Central e o Peru eram, primeiro que tudo, aventureiros, cansados da pobreza e da rotina pátrias que enfrentavam com prazer os perigos de terras distantes e estranhas. Entre as provações de suas arrojadas empresas esqueciam as restrições da civilização e adotavam francamente a moral das armas superiores, cumprindo um ato de roubalheira, traição e assassínio continental, perdoável somente porque de todos os modos — se uma parte interessada puder julgá-lo — o resultado final foi um ganho para a civilização. Não obstante, há menos dúvida de que os conquistados eram, na época, mais civilizados que seus conquistadores. Pensemos na cultura dos Maias encontrada por Hernández de Córdoba em Yucatá (1517), no Império Asteca dos Montezuma conquistado por Hernán Cortés (1521) e na civilização socialista dos Incas, destruída na conquista do Peru por Francisco Pizarro (1526-32). Não sabemos em que formas, nobres ou ignóbeis, ter-se-iam desenvolvido essas civilizações se possuíssem armas para se defenderem.

A revelação geográfica continuou. Sebastião Caboto, sob a bandeira espanhola, explorou a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. De Soto atravessou a Flórida e os estados do Golfo até Oklahoma. Pedro de Alvarado descobriu o império do Texas, e Francisco de Coronado viajou através do Arizona e Oklahoma até Kansas. As minas de Potosí, na Bolívia, começaram a mandar prata para a Espanha em 1545. Ano a ano o mapa do Novo Mundo era cartografado em ouro, prata e sangue. Os ingleses e franceses ficaram para trás na grande incursão, pois as partes da América do Norte que espanhóis e portugueses lhes deixaram eram pobres de metais preciosos e proibitivas por causa das florestas. John Rut costeou a Terra Nova e o Maine. Giovanni da Verrazano foi enviado por Francisco I para descobrir uma passagem a noroeste para a Ásia; aportou na Carolina do Norte, entrou no porto de Nova York (que o celebra com uma estátua no *Battery*) e dobrou o Cabo Cod até o Maine. Jacques Cartier, sob a bandeira da França, subiu o São Lourenço até Montreal, estabelecendo um direito francês ao Canadá.

A mais impressionante aventura dessa segunda geração de explorações transoceânicas foi a circunavegação do globo. Fernão de Magalhães era um português que participou ativamente de muitas viagens e incursões sob a bandeira de sua pátria, mas caindo no desfavor da coroa, passou-se para o serviço da Espanha. Em 1518 persuadiu Carlos I (o imperador Carlos V) a financiar uma expedição que deveria procurar uma passagem a sudoeste para a Ásia. O jovem rei ainda não era rico, e os cinco navios concedidos a Magalhães estavam tão castigados pelo mau tempo que um capitão declarou-os incapazes de navegar. O maior era de 120 toneladas e o menor, 75. Os marinheiros experimentados relutavam em engajar-se; as tripulações eram compostas, em grande parte, da ralé de beira do cais. No dia 20 de setembro de 1519 saiu a frota do Guadalquivir, em Sanlúcar de Barrameda. Teve a vantagem de navegar do verão do Atlântico Norte para o verão do Atlântico Sul; em março de 1520, porém, chegou o inverno, ancoraram-se os navios e durante cinco enfadonhos meses as tripulações descansaram na Patagônia. Os gigantes nativos, que mediam por volta de 1,80 de altura, trataram comparativamente baixos espanhóis com uma amizade condes-

cendente; todavia, as provações eram tão intermináveis que três das cinco tripulações se amotinaram e Magalhães teve de travar guerra com seus próprios homens para obrigá-los a continuar a empresa. Um dos navios conseguiu escapar às escondidas e regressou à Espanha; outro despedaçou-se em um recife. Retomou-se a viagem em agosto de 1520, explorando-se cuidadosamente cada baía na esperança de que fosse a entrada de um caminho transcontinental. A 28 de novembro a busca teve êxito: a frota reduzida entrou no Estreito que recebeu o nome de Magalhães. Gastaram-se 38 dias na passagem de mar a mar, que é de 320 milhas.

E então começou a travessia monótona do aparentemente infindável Pacífico. Em 98 dias só se avistaram duas pequenas ilhas. As provisões tornavam-se perigosamente escassas e o escorbuto assolou a tripulação. No dia 6 de março de 1521 tocaram em Guam, mas os nativos eram tão hostis que Magalhães partiu de novo. A 6 de abril alcançaram as Filipinas; no dia 7 aportaram à ilha de Cebu. Aí, Fernão de Magalhães, para assegurar mantimentos, concordou em apoiar o chefe local contra inimigos vizinhos. Tomou parte em uma expedição contra a ilha de Mactan, onde morreu em combate no dia 27 de abril de 1521. Magalhães não circunavegou o globo, mas foi o primeiro a realizar o sonho de Colombo — alcançar a Ásia navegando a ocidente.[52]

As tripulações estavam tão dizimadas pela morte que só poderiam equipar dois barcos. Um deles voltou através, do Pacífico, talvez em busca de ouro americano. Só restava o *Victoria*. Juan Sebastian del Cano assumiu o comando e conduziu o pequeno vaso, de 85 toneladas, pelas Ilhas das Especiarias, através Oceano Índico, ao redor do Cabo da Boa Esperança e pela costa ocidental da África acima. Esfaimada, a tripulação fundeou o navio ao largo de uma das Ilhas de Cabo Verde, sendo, porém, atacada pelos portugueses, que aprisionaram metade. Os restantes 22 conseguiram escapar e, no dia 8 de setembro de 1522, o *Victoria* fez vela para Sevilha, só com 18 homens (os outros eram malios) dos 280 que tinham saído da Espanha quase três anos antes. O diário de bordo registrava a data de 7 de setembro, mas o cardeal Gasparo Contarini explicou que a diferença se devia à direção para oeste da viagem. Foi uma das mais corajosas empresas da história e das mais proveitosas para a geografia.

Faltava aos geógrafos alcançarem os exploradores. Giambattista Ramusio, o Hakluyt italiano, tornou a tarefa mais fácil reunindo, durante 30 anos, as narrativas trazidas por viajantes. Traduziu-as e editou-as, sendo publicadas em três volumes (1550-59), 13 anos depois de sua morte. O progresso feito pelos geógrafos em uma década torna-se visível ao comparar-se o globo de 1520 preservado no Germanisches National Museum de Nuremberg — que mostra as Índias Ocidentais mas não o continente americano, e salta de um estreito oceano para a Ásia — com os três mapas desenhados por Diogo Ribeiro (1527-29), que mostram as costas da Europa, da África e do sul da Ásia com grande exatidão, a costa oriental das Américas desde a Terra Nova ao Estreito de Magalhães, e a costa ocidental desde o Peru até o México. Copiado, provavelmente, de Diogo Ribeiro é o belo "Mapa de Ramusio" (Veneza, 1534) das Américas, presentemente na New York Public Library. Pertence à mesma escola o primitivo e defeituoso mapa de Garhadus Mercator (1538), no qual se nomeiam, pela primeira vez, a América do Norte e do Sul. (A "Projeção de Mercator" corresponde a 1569.) Peter Apian (1524) auxiliou a ciência tentando reduzir as distâncias geográficas a medidas exatas.

Os efeitos de tais explorações faziam sentir-se em cada fase da vida européia. As viagens feitas entre 1420 e 1560 quase quadruplicaram a superfície conhecida do glo-

bo. Fauna e flora novas, gemas, minerais, alimentos e drogas novos fizeram ampliar a botânica, a zoologia, a geologia, a culinária e a farmacopéia da Europa. O povo maravilhava-se de como os representantes de todas as novas espécies tinham achado lugar na arca de Noé. A literatura transformou-se: os velhos contos da cavalaria deram lugar às histórias de viagem ou de aventuras em terras distantes; a procura do ouro substituiu a busca do Santo Graal no simbolismo inconsciente do caráter moderno. A maior revolução comercial da história (antes do desenvolvimento do avião) abriu o Atlântico, e outros oceanos ao comércio europeu e deixou o Mediterrâneo em um remanso comercial — logo, portanto, cultural. A Renascença deslocou-se da Itália para os Estados atlânticos. A Europa, que possuía melhores navios e canhões, população mais ardorosa, aquisitiva e aventurosa, conquistou — algumas vezes colonizou — as terras recentemente descobertas, uma após outra. As populações nativas foram obrigadas a um trabalho árduo e constante, a que aliás estavam desacostumadas, para produzir mercadorias para a Europa; a escravatura tornou-se instituição estabelecida. O continente tornou-se o mais rico, embora fosse quase o menor; começou a europeização do globo, que foi tão rapidamente invertida em nosso tempo. O espírito do homem do Ocidente era poderosamente estimulado pela distância, imensidão e variedade das novas terras. Parte do ceticismo de Montaigne dever-se-á ao fascínio dos modos e das fés exóticas. Os costumes e a moral adotaram uma relatividade geográfica que minou os velhos dogmas e as velhas certezas. O próprio cristianismo tinha de ser encarado em nova perspectiva, como religião de um continente menor entre um mundo de credos rivais. Assim como o humanismo descobrira um mundo antes de Cristo e Copérnico expusera a insignificância astronômica da Terra, assim a exploração e o comércio que se seguiram a isso revelaram vastos reinos para além do cristianismo — e que o ignoravam. A autoridade de Aristóteles e de outros gregos foi prejudicada quando se viu quão pouco do planeta eles tinham conhecido. Declinou a idolatria da Renascença pelos gregos, e o homem, inchado de orgulho renascentista com suas novas descobertas, preparou-se para esquecer seu tamanho astronômico diminuído ante a expansão do seu conhecimento e do seu comércio. Assim nasceram a ciência e a filosofia modernas, que intentaram a tarefa crucial de reconceber o mundo.

IV. A RESSURREIÇÃO DA BIOLOGIA

As ciências biológicas, que pouquíssimos progressos haviam feito desde os gregos, voltaram agora à vida. A botânica lutava por libertar-se da farmácia e manter-se sobre seus próprios pés. Teve êxito, mas, inevitavelmente, os mestres da nova ciência eram ainda médicos. Otto Brunfels, médico da cidade em Berna, iniciou o movimento com seu *Herbarum vivae icones* (1530-36) — "imagens vivas das plantas"; cujo texto foi largamente surripiado de Teofrasto, Dioscórides e outros predecessores, mas, além disso, também descrevia as plantas nativas da Alemanha, e suas 135 xilogravuras constituíam modelos de fidelidade. Eurícius Cordus, médico da cidade de Bremen, construiu o primeiro jardim botânico (1530) do norte dos Alpes, tentou um sumário independente da nascente ciência em seu *Botanilogicon* (1534), e regressou depois ao meio médico com seu *Liber de urinis*. Seu filho Valérius Cordus caminhou temerariamente no estudo das plantas, encontrando a morte em sua imaginação aos 29 anos (1544). Deixou, porém, para publicação póstuma, sua *História plantarum*, que des-

creve de forma vívida e acuada 500 novas espécies. Leonhard Fuchs, professor de medicina em Tübingen, estudou botânica a princípio por causa da farmacêutica, depois por seu interesse e deleite próprios. Sua *Historia stirpium* que publicou em 1542 era típica da devoção científica; seus 343 capítulos analisavam 343 gêneros, ilustrados com 515 xilogravuras, cada uma ocupando uma página inteira. Preparou, ainda, obra mais ampla com 1.500 pranchas, mas nenhum impressor arcaria com os gastos da edição. O gênero *Fuchsia* constitui seu monumento vivo.

Talvez a mais importante idéia isolada trazida à biologia nesse período tenha sido a demonstração de Pierre Belon, na sua *Histoire... des oyseaux* (1555), da espantosa correspondência entre os ossos dos homens e das aves. Contudo, a maior figura na "ciência natural" da época foi Konrad Gesner, cuja obra e cultura abrangiam campo tão amplo que Cuvier chamou-o Plínio da Alemanha — e podia tê-lo denominado o Aristóteles. Nascido de família pobre em Zurique (1516), demonstrou tanta capacidade e esforço que a cidade combinou com benfeitores privados financiar seus estudos superiores em Estrasburgo, Bourges, Paris e Basiléia. Fez ou reuniu 1.500 desenhos para ilustrar sua *Historia plantarum*, mas, ante o enorme custo da impressão, a obra ficou em manuscrito até 1751; a brilhante classificação de gêneros de plantas pelas estruturas reprodutivas veio à luz muito tarde para ajudar Lineu. Gesner publicou, em vida, quatro volumes (1551-58), e deixou ainda um quinto da gigantesca *Historia animalium*, que registrava cada espécie animal pelo seu nome latino, descrevia-lhe a aparência, a origem, o habitat, os hábitos, as doenças, as qualidades mentais e emotivas, os usos médicos e domésticos e o lugar na literatura; a classificação era alfabética ao invés de científica, mas seu acúmulo enciclopédico de conhecimentos convidava a biologia a tomar forma. Ainda não exausto dessas tarefas, Gesner começou uma *Bibliotheca universalis* em 21 volumes, na qual exibe, para catalogar, todos os escritos gregos, latinos e hebraicos que se conheciam. Completou 20 volumes e ganhou o título de Pai da Bibliografia. Em uma separata intitulada *Mithridates* (1555) tentou classificar 130 línguas do mundo. Sua *Descriptio Montis Pilati* (1541) constitui aparentemente o primeiro estudo publicado das montanhas como formas de beleza; a Suíça soube, então, que era majestosa. Todas essas empresas se realizaram entre 1541 e 1565. Nesse ano, Konrad Gesner, o espírito encarnado do estudo, morreu.

Entretanto, o *De anima et vita* (1538) de Juan Vives quase criava a psicologia empírica moderna. Como se para baldar o ceticismo que Hume exporia dois séculos mais tarde acerca da existência de um "espírito" adicional às operações mentais, Vives aconselhava o estudante a não perguntar o que o espírito ou a alma *é*, desde que (achava ele) jamais o saberemos; devemos inquirir apenas o que o espírito *faz*; a psicologia deve deixar de ser metafísica teórica e tornar-se ciência baseada em observações específicas e acumuladas. Com isso, antecipou Vives, por um século, a ênfase de Francis Bacon sobre a indução. Estudou em pormenores a associação de idéias, a operação e o aumento da memória, o processo do conhecimento, e o papel do sentimento e da emoção. Nesse livro vemos a psicologia, como já acontecera com muitas outras ciências, emergir penosamente do seio da mãe comum — a filosofia.

V. VESÁLIO

Em 1543 Andreas Vesalius (Vesálio) publicou o que *Sir* William Osler considerou a maior obra médica jamais escrita.[53] O pai dele, Andreas Wessel, era um próspero far-

macêutico em Bruxelas; o avô fora médico de Maria de Borgonha e, depois, do marido desta, Maximiliano I; o bisavô fora médico da cidade de Bruxelas; o trisavô, médico, compusera um comentário sobre o *Kanun* de Avicena; havia, assim, uma herança social que sobrepujava a de Bach. Submetido a ela desde o nascimento, Vesálio logo sentiu paixão pela dissecação. "Nenhum animal lhe escapava. Cães e gatos, camundongos, ratazanas e toupeiras eram meticulosamente dissecados por ele."[54] Contudo, não negligenciava outros estudos. Aos 22 anos dava aulas em latim e lia facilmente em grego. Estudou anatomia em Paris (1533-36) com Jacques Dubois, que deu a muitos músculos e vasos sangüíneos os nomes que têm hoje. Durante muito tempo, como seus mestres, aceitou Galeno como uma Bíblia; nunca lhe perdeu o respeito, mas respeitava muito mais a autoridade da observação e da dissecação. Com alguns condiscípulos fez várias excursões ao ossuário onde estavam acumulados os ossos exumados do Cemitério dos Inocentes; lá tornaram-se tão familiarizados com as partes do esqueleto humano que, conta-nos ele, "mesmo de olhos vendados, às vezes ousávamos fazer apostas com nossos companheiros, e no espaço de meia hora nenhum osso nos poderia ser oferecido... que não identificássemos por contato".[55] Freqüentemente, nas aulas de Dubois, o jovem e corajoso anatomista substituía os "cirurgiões-barbeiros", a quem a dissecação real era normalmente delegada pelo médico professor, e destramente expunha ele próprio as partes importantes para a lição.[56]

Quando seu soberano, Carlos V, invadiu a França (1536), Vesálio retirou-se para Louvain. Embaraçado pela falta de cadáveres lá, ele e seu amigo Gemma Frisius (mais tarde famoso como matemático) agarraram um do ar. Sua narração revela sua paixão:

> Enquanto passeava, procurando ossos no lugar onde, sobre os caminhos da região... é costume colocar os que foram executados, descobrir por acaso um cadáver ressecado... Os ossos estavam inteiramente expostos, mantidos juntos só pelos ligamentos... Com a ajuda de Gemma, subi o poste de execução e arranquei o fêmur... Seguiram-se-lhes as omoplatas junto com os braços e as mãos... Depois de ter levado, em segredo, as pernas e os braços para casa em sucessivas viagens... pensei sair da cidade à noite para obter o tórax, que estava firmemente seguro por uma corrente. *Ardia de tanta ânsia*... No dia seguinte transportei os ossos peça por peça para casa, servindo-me de outra porta da cidade.[57]

O burgomestre compreendeu o caso e, depois disso, deu às aulas de anatomia todo cadáver que se pudesse ceder; "e ele mesmo" — diz Vesálio — "vinha assistir regularmente às minhas aulas de anatomia".[58]

Um homem que "ardia de tanta ânsia" não podia manter o temperamento frio. Travou uma ardorosa disputa com um professor a respeito dos métodos de flebotomia, deixou Lovain em 1537, desceu o Reno, atravessou os Alpes e foi para a Itália. Já era tão proficiente que, antes do fim daquele ano, recebeu o grau de doutor em Pádua *cum ultima diminutione* — "com a máxima diminuição" da taxa de exame — pois quanto melhor o desempenho de um estudante, menor a taxa de exame. Logo no dia seguinte (6 de dezembro de 1537), o Senado de Veneza nomeou-o professor de cirurgia e anatomia da Universidade de Pádua. Tinha 23 anos de idade.

Durante os seis anos seguintes Vesálio ensinou em Pádua, Bologna e Pisa, fazendo centenas de dissecações por suas próprias mãos e publicando algumas obras menores. Sob a direção dele, Jan Stefan van Kalkar, discípulo de Ticiano, desenhou seis pranchas que foram publicadas (1538) como *Tabulae anatomicae sex*. Um ano mais tarde,

Vesálio, em uma *Carta sobre a Flebotomia,* apoiava Pierre Brissot, de Paris, quanto aos métodos de sangria. No decorrer de sua argumentação revelou alguns resultados de suas dissecções do sistema venoso, e estas observações contribuíram para a descoberta da circulação do sangue. Entre 1541 e 1542 reuniu-se a outros eruditos em uma edição do texto grego de Galeno. Admirou-se com os erros de Galeno, que a mais simples das dissecações humanas teria desaprovado — que o maxilar inferior tem duas partes, o esterno sete ossos distintos, o fígado vários lóbulos. Só a suposição de que as dissecações feitas por Galeno foram de animais, e nunca de homens, é que poderia explicar e perdoar esses erros. Vesálio sentiu ter chegado a ocasião de rever a ciência da anatomia humana em termos da dissecação do homem. Preparava sua obra-prima.

Depois Johannes Oporinus imprimiu, em Basiléia, no ano de 1543, o *De humani corporis fabrica (Da Estrutura do Corpo Humano),* vasto *in folio* de 663 páginas, que deve ter impressionado imediatamente o leitor pela página de rosto — uma gravura digna de Dürer com Vesálio demonstrando a anatomia de um braço exposto, com meio cento de estudantes observando. E depois as ilustrações: 277 xilogravuras de exatidão anatômica sem precedentes e altíssima excelência técnica, feitas na maioria por Van Kalkar, com paisagens sem importância do ponto de vista científico mas artisticamente atrativas atrás das figuras — um esqueleto, por exemplo, ante uma estante de coro. Tão boas eram essas gravuras que se pensou terem sido desenhadas no estúdio de Ticiano, talvez sob a supervisão dele — ao que devemos acrescentar que Vesálio desenhou várias pelas suas próprias mãos. Quando atravessou os Alpes, de Veneza a Basiléia, a lombo de mula, acompanhou os clichês. Completada a impressão, preservaram-se cuidadosamente esses clichês; mais tarde foram vendidos, trocados e perdidos; acharam-nos em 1893, escondidos na biblioteca da Universidade de Munique; foram destruídos por um bombardeio durante a Segunda Guerra Mundial.

O que teria provocado mais espanto que os desenhos era que o texto — um triunfo da tipografia mas também uma revolução científica — devia-se a um jovem de 29 anos. Foi uma revolução porque acabou com o reinado de Galeno em anatomia, reviu a ciência toda em termos de dissecação, estabelecendo, assim, a base física da medicina moderna, que começa com esse livro. Nele se descreviam, pela primeira vez, o curso exato das veias e a anatomia do coração; nele estava a declaração histórica de que a dissecação mais cuidadosa não mostrava nenhum desses poros através dos quais Galeno supusera que o sangue passasse de um ventrículo do coração para outro; assim se preparou o caminho para Servet, Colombo e Harvey. Galeno foi corrigido repetidas vezes — quanto ao fígado, aos canais biliares, às maxilas, ao útero. Vesálio também cometeu erros, mesmo de observação, e malogrou ao tentar o grande salto desde a anatomia do coração à circulação do sangue. Contudo, há no livro descrições acuradas de grande número de órgãos nunca tão bem descritos anteriormente, e foram expostas todas as partes do corpo humano, à ciência, com mão segura e perfeita.

Vesálio sofria dos defeitos de suas qualidades. O orgulho que o mantivera durante anos de estudo minucioso tornou-o fácil de ofender, lento em reconhecer os feitos dos seus predecessores e a sensibilidade dos rivais. Estava tão apaixonado por "essa verdadeira Bíblia... o corpo humano e a natureza do homem"[59] que pisou muitos dedos teológicos. Referiu-se sarcasticamente aos eclesiásticos que pareciam ser mais atraídos à sua sala de aula quando se deviam estudar e exibir os órgãos reprodutores.[60] Fez muitos inimigos; e, conquanto Gesner e Fallopio lhe aclamassem a obra, os velhos professores, na maioria, incluindo seu antigo mestre Dubois, condenaram-no como

um pretensioso insolente, e esmiuçavam ativamente os erros de seu livro. Dubois explicou que Galeno não errara, mas que o corpo humano é que mudara desde o seu tempo; assim, pensava ele, os ossos retos da coxa, que, como todos viram, não eram curvos segundo a descrição de Galeno, eram resultado das calças apertadas dos europeus à época da Renascença.[61]

Em uma tempestade de decepção ante a atitude desses homens, Vesálio queimou um volume enorme de *Annotationes*, e uma paráfrase dos 10 livros do *Kitab al-Mansuri* de al-Razi — uma enciclopédia da medicina.[62] Deixou a Itália em 1544 e tornou-se médico-assistente na corte de Carlos V, a quem tinha judiciosamente dedicado a *Fabrica*. No mesmo ano morreu-lhe o pai, deixando-lhe considerável fortuna. Casou-se e construiu uma bela casa em Bruxelas. Em 1555 saiu a segunda edição da *Fabrica*, aumentada e corrigida. Mostrava que a respiração artificial podia manter um animal vivo apesar da incisão no seu tórax, e que um coração parado podia, às vezes, voltar a viver mediante foles. Depois disso Vesálio não voltou a fazer qualquer contribuição à anatomia. Absorveu-se em cuidar do seu imperador e de pacientes menores, e na prática e estudo da cirurgia. Quando Carlos V abdicou, Vesálio tornou-se médico-assistente de Filipe II. Em julho de 1559 o rei mandou-o ajudar Ambroise Paré, em uma tentativa para salvar Henrique II, que estava ferido; Vesálio empregou provas clínicas que não mostraram nenhuma possibilidade de recuperação. Pouco depois, nesse ano, ele e a família acompanharam Filipe à Espanha.

Entretanto, outros impulsionavam a anatomia. Giambattista Cano assinalou as válvulas venosas (1547); Servet explicou a circulação pulmonar do sangue (1553); Realdo Colombo fez a mesma descoberta (1558), e provou-a por experiências com o coração vivo; mas outros 70 anos se passariam antes da descrição histórica de Harvey do fluxo sangüíneo do coração aos pulmões, destes ao coração, deste às artérias, delas às veias e delas ao coração. O médico árabe Ibn al-Nafis antecipou-se a Servet em 1285,[63] podendo a tradição de sua doutrina ter chegado até a Espanha da juventude de Servet.

Vasálio passou por algumas aventuras. Os médicos espanhóis da corte faziam ponto de honra de lhe desprezar os diagnósticos. Quando *Don* Carlos, o único filho de Filipe, sofreu uma concussão cerebral por causa de uma queda (1562), Vesálio recomendou a trepanação. O conselho foi rejeitado e o jovem estava à morte. Aplicaram-se relíquias e talismãs à ferida e as pessoas devotas açoitavam-se para persuadir os céus a efetuar alguma cura miraculosa; tudo em vão. Finalmente, Vesálio insistiu em abrir o crânio. Procedendo-se à abertura, foi retirada enorme quantidade de pus. O príncipe logo melhorou e, oito dias após a operação, Filipe II compareceu a uma procissão solene de ação de graças a Deus.[64]

Dois anos mais tarde Vesálio deixou a Espanha, por motivos que ainda se discutem. Ambroise Paré falou de um anatomista que atraiu o rancor de muitos espanhóis por abrir o corpo de uma mulher supostamente morta por "estrangulação do útero"; com um golpe do bisturi do cirurgião, disse Paré, a mulher voltou subitamente à vida, "o que causou tal admiração e horror aos corações de todos os seus amigos... que deram o médico — antes de boa fama e notoriedade — como infame e detestável";[65] os parentes nem sempre apreciam tais recuperações inesperadas. "A partir daí" — continua o cirurgião huguenote — "o anatomista achou que não havia melhor solução, para viver em segurança, do que abandonar o país." Hubert Languet, outro huguenote, conta história semelhante (*ca.*, 1579), nomeando o médico como Vesálio, e

alegava que este, dissecando uma pessoa viva, tornara-se sujeito à Inquisição, à qual escapara prometendo fazer uma peregrinação de penitência à Palestina. Nenhuma fonte contemporânea menciona o incidente, que os historiadores católicos rejeitam como fábula.[66] Talvez Vesálio estivesse apenas farto da Espanha.

Regressou à Itália e zarpou de Veneza (abril de 1564), alcançando, aparentemente, Jerusalém. Naufragou na volta e morreu abandonado, longe de todos os amigos, na ilha de Zante, ao largo da costa ocidental da Grécia (15 de outubro de 1564). Tinha 50 anos de idade. No mesmo ano morria Miguel Ângelo e nascia Shakespeare. O esplendor que iluminara a Itália durante um século estava passando para o norte.

VI. O PROGRESSO DA CIRURGIA

Apesar dos progressos da anatomia, a ciência e a arte da medicina ainda estavam vinculadas às autoridades gregas e árabes. A evidência dos sentidos dificilmente valia contra a palavra de Galeno ou Avicena; mesmo Vesálio, depois de suas dissecações refutarem Galeno, afirmou: "Dificilmente acreditaria em meus olhos." As edições e traduções de Galeno ou Hipócrates, enquanto espalhavam o velho conhecimento, desencorajavam experiências novas — exatamente como os esforços de Petrarca e de Ronsard para escrever épicas virgilianas lhes desviaram e prejudicaram o gênio natural. Quando Linacre fundou o que mais tarde se chamaria Colégio Real de Médicos (1518), os textos principais eram suas traduções de Galeno.

A terapia beneficiou-se com as novas drogas trazidas para a Europa — quina, ipecacuanha e ruibarbo da América, gengibre e benjoim de Sumatra, cravo das Molucas, aloés da Cochinchina, cânfora e cinábrio da China; e o desenvolvimento ampliou o emprego das plantas nativas. Valerius Cordus compilou a primeira farmacopéia alemã (1546). O tratamento da sífilis com infusões de guaiacina vinda das Índias Ocidentais era tão polular que os Fugger fizeram outra fortuna obtendo de seu devedor, Carlos V, o monopólio da venda do produto nos reinos deste.

A pobreza e a sujeira traziam doenças constantes. Os montes de detritos ou excrementos envenenavam o ar, espalhando-se, às vezes, pelas ruas. Paris tinha um sistema de esgotos, que Henrique II propôs esvaziar no Sena; as autoridades municipais dissuadiram-no disso explicando que o rio era a única água potável que metade da população tinha para beber.[67] Em 1532 já havia comissões encarregadas dos esgotos na Inglaterra, mas ainda em 1844 somente em duas cidades inglesas removiam-se os detritos dos bairros miseráveis a expensas públicas.

As epidemias eram menos virulentas que na Idade Média, mas bastavam — ao lado da alta mortalidade puerperal e infantil — para manter a população quase estacionária. As pragas assolaram repetidamente a Alemanha e a França entre 1500 e 1568. A febre tifóide espalhou-se pela Inglaterra em 1422, 1577 e 1586, através de migrações de piolhos. A "doença sudativa" — provavelmente uma forma de *influenza* — desvastou a Inglaterra em 1528, 1529, 1551 e 1578; a Alemanha, de 1543 e 1545; a França, de 1550 a 1551; Hamburgo e Aschen, segundo se sabe, perderam cada uma mil amas em poucos dias.[68] Atribuía-se a *influenza* a influências celestiais — daí o nome da doença. A peste bubônica reapareceu na Alemanha em 1562, levando nove mil dos 40.000 habitantes de Nurembergue[69] — embora devamos suspeitar de todas as estatísticas de pragas como exageradas. Os lados mais bri-

lhantes do quadro são o desaparecimento da lepra e de certos distúrbios mentais, como a dança de São Vito.

A prática progredia mais lentamente que o conhecimento médico. Os curandeiros ainda abundavam, pois apesar de algumas leis restritivas era fácil praticar a medicina sem diploma. A maioria das crianças era posta no mundo por parteiras. A especialização mal começara. A odontologia não se separara da medicina e da cirurgia; os cirurgiões-barbeiros extraíam dentes, e substituíam-nos por outros de marfim. Quase todos os médicos — Vesálio foi uma das exceções — deixavam a cirurgia aos cirurgiões-barbeiros que, contudo, não deviam ter apenas conhecimento de barbeiros — muitos eram homens de experiência e técnica.

Ambroise Paré começou como aprendiz de barbeiro e chegou a ser cirurgião de reis. Nascido (1517) em Bourg-Hersent, no Maine, foi para Paris, instalando sua tenda de barbeiro na Place St.-Michel. Durante a guerra de 1536 serviu como cirurgião militar. Ao tratar de soldados, aceitou a teoria corrente de que os ferimentos de bala eram venenosos, e (como Vesálio) seguiu a prática de cauterizá-los com azeite fervente envelhecido, o que transformava a dor em agonia. Uma noite o azeite acabou e, na falta dele, Paré cobriu as feridas com ungüento de gema de ovo, essência de rosas e terebintina. Na manhã seguinte escreveu:

> Dificilmente pude dormir na noite passada, pensando continuamente nos homens feridos cujas chagas não pudera cauterizar. Esperava encontrá-los todos mortos pela manhã. Por causa disso, levantei-me muito cedo para visitá-los. Para minha grande surpresa, reparei que aqueles que tratara com o ungüento tinham poucas dores em suas feridas, nenhuma inflamação... e passaram uma noite confortável. Os outros, cujas feridas tinham sido tratadas com azeite velho fervente, estavam com febre alta e tinham as feridas inflamadas... e muitíssimo doloridas. Resolvi, portanto, que nunca mais cauterizaria os infortunados, de maneira tão cruel.[70]

Paré tinha pouca instrução, e só em 1545 publicou seu pequeno manual sobre o tratamento das feridas, agora um clássico médico (*Mêthode de traicter les plaies*). Durante a guerra de 1552 Paré provou que a ligadura da artéria era preferível à cauterização para estancar hemorragia em amputações. Capturado pelo inimigo, conseguiu sua liberdade graças a operações bem-sucedidas. Quando regressou a Paris, nomearam-no cirurgião-chefe do Collège St.-Côme, para horror da Sorbonne, a quem um professor ignorante de latim parecia monstruosidade biológica. Não obstante, tornou-se cirurgião de Henrique II, depois de Francisco II e ainda de Carlos IX; e apesar de huguenote professo, foi poupado na chacina da noite de São Bartolomeu por ordem real. Seus *Deux livres de chirurgie* (1573) acrescentaram pouco à teoria da cirurgia, mas muito a sua prática. Inventou novos instrumentos, introduziu membros artificiais, popularizou o uso de fundas na hérnia, melhorou a técnica do parto podálico, fez a primeira exarticulação da junta do cotovelo, descreveu o envenenamento por monóxido e indicou as moscas como propagadoras de doenças. Famosa nos anais da medicina é sua objeção às congratulações por causa do seu bom êxito em um caso difícil: *Je le pansay, Dieu le guarit* — "Eu o tratei, Deus o curou". Morreu em 1590, aos 73 anos. Melhorou consideravelmente a situação e a competência dos cirurgiões, e deu à França, em cirurgia, essa posição dianteira que ela reteria por vários séculos.

VII. PARACELSO E OS DOUTORES

Em todas as gerações surgem homens que, indignados com o conservantismo cauteloso da profissão médica, pretendem curas notáveis por meios heterodoxos, denunciam a profissão como cruelmente ronceira, executam portentos por algum tempo, e depois perdem-se numa névoa de extravagância e isolamento desesperados. É bom que apareçam, de vez em quando, tais importunos, para manter o pensamento médico atento e vigilante; e é bom que a medicina dificulte inovações apressadas ao tratar da vida humana. Nisso, como na política e na filosofia, a juventude radical e a velhice conservadora cooperam involuntariamente no equilíbrio entre variação e herança que é a técnica de desenvolvimento da natureza.

Philippus Theophrastus Bombastus von Hohenheim intitulava-se a si mesmo Aureolus, o que significava o quilate de seu brilho, e Paracelsus, provavelmente como latinização de Hohenheim.[71] O pai dele, Wilhelm Bombast von Hohenheim, era filho ilegítimo de um nobre suábio de gênio irascível. Abandonado a sua própria sorte, Wilhelm praticou medicina em aldeias pobres das redondezas de Einsiedeln, na Suíça, tendo desposado Elsa Ochsner, filha de um estalajadeiro e ajudante de enfermeira, que logo depois desenvolveu uma condição maníaco-depressiva. Essa ancestralidade ambivalente pode ter inclinado Philippus à instabilidade e uma idiossincrasia inadequada fomentada pelo seu ambiente. Nascido em 1493, cresceu entre os pacientes do pai e talvez em familiaridade indevida com estalagens, cuja vida desregrada permaneceu para sempre de seu gosto. Uma história dúbia alega que o rapaz foi emasculado por um javali ou por soldados bêbados. Não se sabe de nenhuma mulher que tenha figurado em sua vida adulta. Quando tinha nove anos sua mãe suicidou-se por afogamento. Talvez por essa razão, pai e filho transferiram-se para Villach, no Tirol. Lá, segundo a tradição, Wilhelm dava aulas em uma escola de minas e mexia com a alquimia. Certamente havia minas nas proximidades e uma fundição, pelo que é bem provável que Philippus aprendesse aí parte dos conhecimentos de química com que iria revolucionar a terapêutica.

Philippus partiu para Heidelberg, aos 14 anos, para estudar. A inquietação de sua natureza pode ser demonstrada pelas rápidas passagens de uma universidade para outra — Freiburg, Ingolstadt, Colônia, Tübingen, Viena, Erfurt e, finalmente (1513-15), Ferrara. Na verdade, tal peregrinação escolar era freqüente na Idade Média. Em 1515, sem estar diplomado, Philippus — agora Paracelso — alistou-se como cirurgião-barbeiro no exército de Carlos I de Espanha. Acabada a campanha, retomou sua vida de liberdade. Se podemos acreditar nele, praticou medicina em Granada, Lisboa, Inglaterra, Dinamarca, Prússia, Polônia, Lituânia, Hungria "e outras terras".[72] Estava em Salzburgo durante a Guerra dos Camponeses de 1525, tratou-lhes as feridas e solidarizou-se com seus objetivos. O caso é que teve uma inclinação socialista: atacou o dinheiro, o lucro, os mercadores, e advogou o comunismo da terra e do comércio, bem como remuneração igual para todos.[73] Em seu primeiro livro, *Archidoxa (Arqui-Sabedoria,* 1524), repeliu a teologia e elogiou a experimentação científica.[74] Preso depois do malogro da revolta dos camponeses, salvou-se do patíbulo graças à evidência de que nunca pegara em armas; foi, porém, banido de Salzburgo, que deixou às pressas.

Em 1527 encontrava-se em Estrasburgo, praticando a cirurgia e ensinando a cirurgiões-barbeiros. Sua doutrina era uma confusão de coisas sensatas e insensatas, de

magia e medicina — embora só Deus saiba como o futuro definirá as nossas certezas atuais. Rejeitou a astrologia, depois aceitou-a; não aplicava um clister quando a lua estava na fase errada. Ria-se da varinha mágica, mas alegava ter transformado metais em ouro.[75] Animado, como o jovem Agrippa, pela sede de conhecimento, buscou ansiosamente a "pedra filosofal" — isto é, alguma fórmula universal que explicasse o universo. Escreveu, credulamente, acerca de gnomos, salamandras de asbesto e "sinais" — tratamento dos órgãos doentes por drogas que se lhes assemelhavam na cor ou na forma. Não deixou de usar palavras mágicas e amuletos[76] — talvez como medicina sugestiva.

Este homem, porém, apesar das ilusões de seu tempo, incrementou audaciosamente a aplicação da química à medicina. Às vezes falava como um materialista: "O homem deriva da matéria, e a matéria é todo o universo."[77] O homem está para o universo como o microcosmo para o macrocosmo: ambos compõem-se dos mesmos elementos — basicamente, sais, enxofre e mercúrio; e os metais e minerais aparentemente inanimados estão impregnados de vida.[78] A quimioterapia é o uso do macrocosmo para curar o microcosmo. O homem é, quanto ao corpo, um composto químico; a doença é uma desarmonia, não dos "humores" de Galeno mas dos constituintes químicos do corpo; eis aí a primeira teoria moderna do metabolismo. De modo geral, a terapêutica da época dependia, para a feitura de remédios, do mundo vegetal e animal; Paracelso, hábil em alquimia, salientou as possibilidades curativas das matérias inorgânicas. Converteu o mercúrio, o chumbo, o enxofre, o ferro, o arsênico, o sulfato de cobre e o sulfato de potássio em partes da farmacopéia; ampliou o emprego de tinturas e extratos químicos; foi o primeiro a fazer a "tintura de ópio", a que chamamos láudano. Encorajou o uso de banhos minerais e explicou-lhes as propriedades e os efeitos diversos.

Chamou a atenção para os fatores profissionais e geográficos na doença, estudou a tísica fibróide em mineiros e ligou, pela primeira vez, o cretinismo à papeira endêmica. Incrementou a compreensão da epilepsia e atribuiu a paralisia e as perturbações da fala a males da cabeça. Enquanto que a gota e a artrite eram aceitas como acompanhamentos naturais e incuráveis da idade madura, Paracelso proclamava que eram curáveis, desde que o diagnóstico mostrasse que se deviam a ácidos formados por resíduos alimentares retidos demasiadamente no cólon. "Todas as doenças podem ser atribuídas à coagulação de matéria indigerida nos intestinos".[79] Paracelso dava a esses ácidos da putrefação intestinal o nome de "tártaros", pois quando eles se depositavam nas juntas, nos músculos, nos rins e na bexiga "queimam como o inferno, e Tártaro é o inferno".[80] "Os doutores vangloriam-se [do conhecimento] de sua anatomia" — disse ele — "mas não conseguem ver o tártaro grudado em seus dentes";[81] e a palavra pegou. Propôs impedir a formação de tais depósitos no corpo mediante uma dieta saudável, tônicos e melhor evacuação; tentou "amolecer" os depósitos através de óleo de louro e compostos de resina; em casos extremos advogava a cirurgia a fim de permitir que as acreções saíssem ou fossem removidas. Alegava ter curado muitos casos de gota por esses métodos — e alguns médicos de nosso tempo crêem ter feito curas seguindo o diagnóstico de Paracelso.

As notícias das curas realizadas por Paracelso em Estrasburgo chegaram a Basiléia, onde o famoso impressor Froben estava sofrendo de dor aguda no pé direito. Os médicos aconselhavam a amputação. Froben convidou Paracelso a ir a Basiléia e diag-

nosticar o caso. Paracelso foi e conseguiu curar o impressor sem empregar a faca. Erasmo, que vivia então com Froben e muitas doenças, consultou Paracelso, que lhe receitou algo — não sabemos com que êxito. De todos os modos, esses pacientes famosos deram nova fama ao jovem médico que, graças à interposição de estranhas circunstâncias, veio a entrar para o professorado universitário que cobiçava.

Por esse tempo os protestantes constituíam a maioria no conselho da cidade de Basiléia. Contra as objeções de Erasmo e da minoria católica, demitiram o Dr. Wonecker, o médico da cidade, baseado no fato de ter ele "pronunciado palavras atrevidas contra a Reforma"[82], e nomearam Paracelso para o lugar. O conselho e Paracelso admitiram que a nomeação trazia consigo o direito de ensinar na universidade; a faculdade, porém, condenou a nomeação e — conhecendo a fraqueza de Paracelso em anatomia — propôs um exame público da sua aptidão. Ele, porém, fugiu à prova, começou a praticar como médico da cidade, e a dar lições públicas em uma sala particular, sem sanção universitária (1527). Reuniu alunos mediante um convite característico:

> Theophrastus Bombastus von Hohenheim, doutor de ambas as medicinas e professor, saúda os estudantes de medicina. Só a medicina, entre todas as disciplinas... é reconhecida como arte sagrada. Todavia, poucos doutores a praticam hoje com êxito e, portanto, chegou a ocasião de reconduzi-la à sua primitiva dignidade, de purificá-la da influência dos bárbaros e de expurgar-lhe os erros. Faremos isso não com o aderir estritamente às regras dos antigos, e sim com o estudar exclusivamente a natureza e com o uso da experiência que adquirimos em longos anos de prática. Quem não sabe que muitos doutores de hoje malogram porque mantêm servilmente os preceitos de Avicena, Galeno e Hipócrates?... Isso pode conferir títulos esplêndidos, mas não faz um verdadeiro médico. Um médico não precisa da eloqüência ou conhecimento de linguagem ou de livros... e sim de conhecimento profundo da natureza e suas obras....
>
> Agradecido ao liberal estipêndio que os cavalheiros de Basiléia deram para esse fim, explicarei os manuais que escrevi sobre cirurgia e patologia, todos os dias, durante duas horas, como introdução a meus métodos de cura. Não os compilei de excertos de Hipócrates ou Galeno. Criei-os de forma nova, em labuta incessante, sobre os fundamentos da experiência, a mestra suprema de todas as coisas. Quando quero provar algo, não o faço citando autoridades e sim experimentando e raciocinando. Se, portanto, caro leitor, sentir o impulso de iniciar-se nesses mistérios divinos, se dentro de breve lapso de tempo quiser penetrar as profundezas da medicina, venha procurar-me em Basiléia.... Basiléia, 5 de junho de 1527.[83]

Registraram-se 30 alunos. Quando da abertura do curso, Paracelso apareceu com o capelo professoral costumeiro — mas imediatamente o pôs de lado e mostrou-se na tosca roupagem e escuro avental de couro de alquimista. Suas lições de medicina eram dadas em forma latina, preparada por seu secretário Oporinus (que, mais tarde, imprimiu a *Fabrica* de Vesálio); as lições de cirurgia eram dadas em alemão. Tratava-se de mais um choque para os médicos ortodoxos, mas não tão perturbador como quando ele propôs que "nenhum farmacêutico deveria atuar em conluio com qualquer médico".[84] Como que para assinalar o desprezo que tinha pela medicina tradicional, Paracelso atirou alegremente a uma fogueira — acesa por estudantes na noite de São João (24 de junho de 1527) — um texto médico recente, provavelmente a *Summa Jacobii.* "Atirei à fogueira de São João" — disse ele — "a *Summa* dos livros, de modo que todas as desventuras se perderam no ar com o fumo. Purgou-se, assim,

o reino da medicina."[85] Houve quem comparasse o gesto à queima de uma bula papal por Lutero.

A vida de Paracelso em Basiléia era tão heterodoxa como suas aulas. "Nos dois anos que passei em sua companhia" — disse Oporinus — "ele não fez outra coisa senão comer e beber, noite e dia.... Era um esbanjador, de modo que, às vezes, ficava sem um tostão.... Todos os meses fazia uma nova capa, dando a velha à primeira pessoa que encontrasse; normalmente, porém, estava tão suja que nunca quis nenhuma."[86] Heinrich Bullinger deu-nos imagem semelhante de Paracelso — bêbado inveterado e "homem extremamente sórdido e sujo".[87] Oporinus, porém, atesta as curas notáveis realizadas por seu mestre; "quase fazia milagres na cura de úlceras, em casos já abandonados por outros".[88]

A classe médica renegou-o como charlatão, empírico descuidado, que não sabia fazer uma dissecação nem conhecia anatomia. Contrapôs à dissecação o argumento de que os órgãos só podiam ser entendidos em seu funcionamento integrado e normal no organismo vivo. Devolveu o escárnio dos doutores com a linguagem vulgar mais viva. Ria-se das prescrições bárbaras deles, das suas camisas de seda, dos anéis, das luvas macias e do porte arrogante; desafiava-os a sair das salas de aula para o laboratório de química; a envergar aventais, a sujar suas mãos com os elementos e, curvando-se sobre os fornos, aprender os segredos da natureza através da experiência e com o suor de rostos. Compensou sua falta de diploma com a adoção de títulos tais como "Príncipe da Filosofia e da Medicina", "Doutor de Ambas as Medicinas" (isto é, médico e cirurgião) e "Propagador da Filosofia"; tratou as feridas de sua vaidade com a confiança de suas pretensões. "Todos me seguiram" — escreveu ele — "e a monarquia da medicina será minha.... Todas as universidades e todos os velhos escritores reunidos possuem menos talento que a minha b..."[89] Rejeitado pelos outros, adotou como lema a expressão *Alterius non sit qui suus esse potest* ("Não pertença a outro aquele que pode ser seu próprio").[90] A história respondeu a sua fanfarronice fazendo com que seu nome de família — Bombastus — desse origem a um adjetivo corrente.

Seja por conluio com a universidade seja pela revolta espontânea dos estudantes contra um professor dogmático, um brincalhão anônimo de Basiléia compôs — e expôs bem visivelmente — uma sátira em latim macarrônico, como se houvesse sido escrita pelo próprio Galeno, do Hades, contra seu detrator, a quem chamava Cacophrastus — falador de excremento. Fazia grande galhofa da terminologia mística de Paracelso, chamava-o de louco e sugeria-lhe que se enforcasse. Incapaz de achar o responsável, Paracelso pediu ao conselho da cidade para interrogar os estudantes um por um e punir o culpado. O conselho ignorou o pedido. Por esse tempo, um cônego da sé de Basiléia ofereceu 100 florins a quem o curasse de sua doença; Paracelso curou-o em três dias; o cônego pagou-lhe seis florins, negando o resto sob a alegação de que a cura levara pouquíssimo tempo. Paracelso levou o caso ao tribunal e perdeu. Perdeu a calma também, acusou seus críticos de *Bescheisser* e *Arschkrätzer* (embusteiros e caçadores de traseiro), e publicou, anonimamente, um panfleto que estigmatizava o clero e os magistrados como corruptos. O conselho ordenou sua prisão, adiando, porém, a execução da ordem para a manhã seguinte. Durante a noite Paracelso fugiu (1528). Estivera 10 meses em Basiléia.

Recapitulou, em Nuremberg, sua experiência em Basiléia. Os padres da cidade encarregaram-no de um hospital de uma prisão, onde realizou curas notáveis. Inves-

tiu, porém, contra os invejosos médicos da cidade pela desonestidade, opulência e pelo tamanho de suas mulheres. Notando que o conselho da cidade era, na maioria, protestante, defendeu o catolicismo. Os Fugger, que vendiam *guáiaco,* alarmaram-se quando ele afirmou que esse ''pau-santo'' não tinha qualquer utilidade no tratamento da sífilis. Em 1530 persuadiu um impressor obscuro a editar *Três Capítulos sobre o Mal Francês,* o qual censurava tanto os médicos que uma tempestade de oposição obrigou-o a retomar viagem. Desejava publicar uma obra maior sobre o mesmo tema, mas o conselho da cidade proibiu-lhe a impressão. Paracelso, em uma carta ao conselho, implorou, com eloqüência ineficaz, a liberdade de imprensa: o livro nunca foi publicado enquanto ele viveu. Registrava a melhor descrição clínica já escrita sobre a sífilis e aconselhava doses internas de mercúrio, em vez de aplicações externas. A sífilis tornou-se o campo de batalha entre as terapêuticas vegetal e química.

Deslocando-se para Saint-Gall, Paracelso viveu durante seis meses na casa de um paciente. Ali mais tarde escreveu seu *Opus paramirum* —''o trabalho muito maravilhoso'' — seu *Paragranum* — ''contra o grão''? — e *Die grosse Wundartzney(A Grande Cirurgia),* tudo em alemão antigo. São pilhas de minério em bruto, com gemas aqui e ali. Em 1534 voltou-se novamente para a magia, compondo a *Philosophia sagax* — compêndio de ocultismo.

Quando o paciente de Saint-Gall morreu, Paracelso recomeçou a perambulação, passando de um lugar para outro na Alemanha, às vezes mendigando seu pão. Quando jovem tinha expressado algumas heresias — que o batismo só tinha significado simbólico, que os sacramentos são bons para crianças e loucos mas inúteis para os homens inteligentes e que as orações aos santos constituem desperdício de tempo.[91] Agora (1532), pobre e vencido, ''convertia-se'' à religião. Jejuava, deu o resto de seus bens aos pobres, escreveu ensaios sobre a devoção, consolava-se com a esperança do paraíso. Em 1540 o bispo de Salzburgo ofereceu-lhe asilo — e o homem que encorajara a revolução nessa cidade 15 anos antes aceitou agradecidamente. Fez testamento, legando seu parco dinheiro a parentes e seus instrumentos aos cirurgiões-barbeiros da cidade; e a 24 de setembro de 1541, entregou seu corpo à terra.

Paracelso foi um homem dominado pelo próprio gênio, rico de experiência vária e percepções brilhantes, mas muitíssimo pouco instruído para separar a ciência da mágica, muito indisciplinado para dominar seu temperamento, demasiadamente furioso e hostil para influenciar seu tempo. Talvez sua vida, junto com a de Agrippa, contribuísse para espalhar a lenda de Fausto. Ainda um século atrás as pessoas que foram atingidas por uma epidemia na Áustria fizeram uma peregrinação ao túmulo dele, em Salzburgo, na esperança de se curarem graças à magia de seu espírito ou de seus ossos.[92]

VIII. OS CÉTICOS

O século XVI constituiu uma época pobre para a filosofia; a teologia absorvia os pensadores ativos, e a fé, dominando todas as coisas, mantinha a razão subjugada. Lutero rejeitava a razão, dizendo que ela inclinava ao ateísmo,[93] embora os casos de ateísmo fossem raros. Queimou-se um padre holandês em Haia (1512) por negar a criação, a imortalidade e a divindade de Cristo,[94] mas ele não era claramente ateu. ''Este ano'' — escreveu um cronista inglês em 1539 — ''morreu na Universidade de Paris um grande doutor, que dizia que Deus não existia, e que fora dessa opinião desde os

20 anos de idade, morrendo com mais de 80 anos; contudo, manteve esse erro em segredo durante todos aqueles anos."[95] Guillaume Postel, em 1552, publicou um livro *Contra atheos,* mas a palavra *ateu* raramente se distinguia de deísta, panteísta ou cético.

Os céticos eram bastante numerosos para merecer a atenção de Lutero. "Para as crianças cegas do mundo" — conta-se que ele disse — "os artigos da fé estão muito altos. Que as três pessoas são um só Deus, que o verdadeiro Filho de Deus foi homem, que em Cristo há duas naturezas, divina e humana, etc. — tudo isso os ofende como ficção e fábula"; e alguns, acrescentou, duvidam que Deus tivesse criado os homens cuja condenação anunciou.[96] Na França houve alguns céticos da imortalidade.[97] Bonaventure Desperiers, em seu *Cymbalum Mundi* (1537), ridicularizou os milagres, as contradições da Bíblia e a perseguição dos hereges. Calvino e a Sorbonne condenaram-lhe o livro, que foi queimado pelo carrasco oficial. Margarida pensou em bani-lo da corte de Nérac, mas remeteu-lhe dinheiro para que fosse viver em Lyon. Em 1544 Desperiers suicidou-se, legando todos os manuscritos a Margarida, "amparo e salvaguarda de todas as virtudes".[98]

O espírito da dúvida surgiu na política, na forma de ataques ao direito divino e à inviolabilidade dos reis; nesse caso, os céticos eram normalmente pensadores protestantes pouco à vontade sob governantes católicos, ou pensadores católicos que sofriam sob o triunfo do Estado. O bispo John Ponet, contrário a Maria Tudor, publicou, em 1558, um *Breve Tratado do Poder Político,* o qual argüía que "os vários e contínuos exemplos que se têm visto, de tempos a tempos, da deposição de reis, da morte de tiranos, confirmam muito certamente que tal prática deve ser justa, legítima e consoante ao julgamento de Deus.... Reis, príncipes e governantes recebem a autoridade do povo... e os homens podem recobrar as procurações que outorgaram... quando lhes aprouver."[99] John Major, professor escocês que contribuiu para formar o espírito de John Knox, argumentava de modo idêntico — que, dado que toda autoridade secular deriva da vontade comum, um mau rei deve ser deposto e executado, mas só pelo legítimo processo da lei.

O mais interessante oponente do absolutismo real foi um jovem católico, que alcançou imortalidade modesta por ter morrido nos braços de Montaigne. Étienne de la Boétie, disse o incomparável ensaísta, "foi, a meu ver, o maior homem de nossa época".[100] Filho de alto funcionário de Périgord, Étienne estudou direito em Orléans e, antes da idade prescrita, foi admitido como conselheiro do *parlement* de Bordéus. Por volta de 1549, jovem de 19 anos, inspirado pelas idéias republicanas hauridas do estudo da literatura greco-romana, escreveu — mas nunca publicou — um ataque apaixonado ao absolutismo. Intitulou-o *Discours sur la servitude volontaire,* mas, como denunciava a ditadura de um sobre muitos, veio a chamar-se *Contr'un — Contra Um*. Ouçamos o apelo férvido:

> Que vergonha e que desgraça quando inúmeros homens obedecem a um tirano pronta e servilmente! Um tirano que não lhes deixa direitos sobre a propriedade, os pais, a mulher e os filhos, nem mesmo sobre suas próprias vidas — que espécie de homem é tal tirano? Não é nenhum Hércules, nenhum Sansão! Muitas vezes é um pigmeu, muitas vezes o covarde mais efeminado que há entre todas as pessoas — a sua própria força não o faz poderoso, ele que é amiúde o escravo das prostitutas mais vis. Que criaturas miseráveis são seus súditos. Se dois, três ou quatro não se revoltam contra *um,* há incompreensível falta de coragem. Mas quando centenas e

> milhares não se libertam dos grilhões de um indivíduo, que resta da vontade individual e da dignidade humana?... Para nos libertarmos não é preciso empregar a força contra um tirano. Ele cairá logo que o país se canse dele. O povo que está sendo degradado e escravizado só precisa negar-lhe qualquer direito. Para ser livre basta a vontade enérgica de livrar-se do jugo.... Toma a resolução de não seres mais escravo — e serás livre! Nega a ajuda ao tirano e, como um colosso cujo pedestal é retirado, ele cairá e se fragmentará em pedaços.[101]

La Boétie continuou a predizer Rousseau e Tom Paine. O homem almeja naturalmente a liberdade; as desigualdades da fortuna são fortuitas, impondo ao afortunado a obrigação de servir seus semelhantes; todos os homens são irmãos, "feitos da mesma fôrma" pelo mesmo Deus. O que é estranho é que foi a leitura desta afirmação radical que atraiu o normalmente frio e cauteloso Montaigne a La Boétie, e que o conduziu (1557) a uma das mais famosas amizades da história. Montaigne tinha, então, 24 anos, Étienne 27; talvez Montaigne fosse, ainda, jovem bastante para albergar sentimentos radicais. A amizade deles logo terminou, devido à morte de La Boétie, na idade de 32 anos (1563). Montaigne descreveu os dias finais como se estivesse recordando relato da morte de Sócrates feito por Platão. Sentiu tão profundamente a perda do bondoso jovem que, 17 anos mais tarde, falava dela com sentimento mais sincero do que de qualquer outra coisa que lhe tenha ocorrido. Não favorecera a impressão do *Discours* e, assim, lamentou-se quando um pastor genebrino o editou (1576). Atribuiu a composição ao espírito generoso da juventude, atribuindo-a aos 16 anos. Quase que se ouvia ali a voz da Revolução Francesa.

IX. RAMUS E OS FILÓSOFOS

Petrus Ramus — Pierre de la Ramée — teve vida exatamente tão romântica e morte mais violenta — ele que empreendeu a derrocada da tirania de Aristóteles. Tratava-se do domínio de um homem que durava havia três séculos e mais, não sobre uma nação mas sobre várias, nem sobre o corpo mas sobre o espírito, quase sobre a alma, pois não fora o pensador pagão instituído filósofo oficial da Igreja? Os humanistas da Renascença pensaram em substituí-lo por Platão, mas a Reforma — ou o medo dela — estava abafando o humanismo, e na Alemanha protestante assim como na França católica a escolástica aristotélica ainda estava de pé quando Lutero, que a condenava, morreu (1546). Depor o Estagirita de seu trono parecia ao jovem intelectual a mais legítima forma de tiranicídio. Ao concluir o curso de professor na Universidade de Paris, em 1536, Ramus, que tinha 21 anos, adotou como sua tese — a ser defendida durante um dia todo, contra a faculdade e todos os opositores — a proposição inequívoca, *Quaecumque ab Aristotele dicta essent commentitia esse* — "Tudo o que seja dito por Aristóteles é falso".

A carreira de Ramus foi uma ode à educação. Nascido próximo de Noyon, terra natal de Calvino, na Picardia, duas vezes tentou ir para Paris, faminto por suas faculdades; duas vezes malogrou, regressando derrotado a sua aldeia. Em 1528, com 12 anos, conseguiu-o enfim, empregando-se como criado de um estudante rico matriculado no Collège de Navarre — o mesmo que Villon depredara. Trabalhando de dia e estudando de noite, Pierre fez o curso de oito anos, do pesado currículo da faculdade de "artes". Quase perdeu a visão no processo, mas encontrou Platão.

> Quando vim para Paris, caí entre as sutilezas dos sofistas, que me ensinaram as artes liberais mediante perguntas e disputas, sem me mostrarem qualquer outra vantagem ou utilidade. Quando me doutorei... concluí que essas disputas só me tinham trazido perda de tempo. Desanimado por esse pensamento, conduzido por algum anjo bom, dei com Xenofonte e depois Platão, aprendendo a conhecer a filosofia socrática.[102]

Quantos de nós não fizeram a mesma alegre descoberta na juventude, felizes de encontrar em Platão um filósofo que tinha vinho e poesia no sangue, que ouvia a filosofia no próprio ar de Atenas, apreendendo-a no vento e legando-a aos séculos ainda impregnada do sopro da vida, todas aquelas vozes de Sócrates e seus discípulos ecoando ainda com o prazer e o êxtase do debate sobre os temas mais excitantes do mundo! Que alívio depois das páginas fastidiosas de Aristóteles, depois de resmas de tergiversações e de significados indecisos! É claro que nós — e Ramus — somos injustos para com Aristóteles, comparando-lhe as compactas notas de aulas com os diálogos populares de seu mestre; só os cabelos brancos podem apreciar o Estagirita. O Aristóteles que Ramus conheceu era sobretudo o lógico do *Organon,* o Aristóteles das escolas, que mal sobrevive à provação da tradução para o latim escolástico, da transmutação em um bom tomista cristão ortodoxo. Ramus, segundo disse, gastou três anos estudando a lógica de Aristóteles, sem jamais lhe entrever uma simples utilidade ou aplicação na ciência ou na vida.[103]

Deve-se creditar à faculdade de Paris, assim como à cultura, saber e coragem de Ramus, que lhe tivessem conferido o grau de doutor; talvez os professores também estivessem cansados de lógica e moderação. Alguns, porém, ficaram escandalizados, e sentiram que seus recursos tinham sido prejudicados por esse debate de um dia. Começaram as inimizades que acompanhariam Ramus até à morte.

O diploma deu-lhe o direito de ministrar — e ele começou imediatamente — na universidade, um curso de conferências em que misturava filosofia com a literatura greco-latina. Suas aulas e os proventos aumentaram, o que lhe deu oportunidade de reembolsar a mãe, que era viúva, pelas economias que ela sacrificara para pagar a taxa de exame. Após sete anos de preparação, publicou, em 1543 (o *annus mirabilis* de Copérnico e Vesálio) duas obras que continuaram a sua campanha de destruição da lógica aristotélica. Uma — *Aristotelicae animadversiones* — era um ataque frontal, às vezes vazado com invectiva impetuosa; a outra — *Dialecticae partitiones (Divisões da Lógica)* — oferecia novo sistema para substituir o velho. Redefiniu a lógica como *ars disserendi,* a arte de dissertar, e juntou a lógica, a literatura e a oratória em uma técnica de persuasão. As autoridades universitárias viam, perdoavelmente, alguns perigos nesse caminho. Contudo, encaravam com suspeita certas proposições de Ramus, que cheiravam a heresia, tais como: "A descrença é o início do conhecimento"[104] — dúvida cartesiana antes de Descartes; ou a solicitação que fez para substituir os tomos escolásticos por maior estudo das Escrituras — o que soava a protestantismo; ou sua definição de teologia como *doctrina bene vivendi* — o que ameaçava reduzir a religião à moral. E havia o modo de ser irritante de Ramus, seu orgulho e sua pugnacidade, seu violento temperamento polêmico, sua dogmática superioridade ao dogma.

Logo após a publicação desses livros, o reitor da universidade citou Ramus ante o preboste de Paris, tachando-o de inimigo da fé, perturbador da paz pública e corruptor da juventude por causa de suas perigosas novidades. O julgamento realizou-se perante uma comissão real de cinco homens — dois apontados por Ramus, dois por seus

acusadores e um por Francisco I. Insatisfeito com o andamento do processo, Ramus retirou as pessoas que apontara. Os três restantes decidiram contra ele (1544), e um mandato real proibiu-lhe lecionar, publicar ou atacar Aristóteles daí em diante. A notícia da condenação foi afixada por toda a cidade e enviada a outras universidades. Os estudantes encenaram farsas que ridicularizavam Ramus, e Rabelais fez pesadas galhofas da disputa.

Em paz por algum tempo, Ramus abriu um curso de lições no Collège Ave Maria, mas limitou-se à retórica e à matemática, fechando o governo os olhos ante a desobediência dele. Em 1545 tornou-se vice-reitor do Collège de Presles, enchendo-se logo a sua sala de aulas. Quando Henrique II sucedeu a Francisco I, repeliu a sentença contra Ramus, deixou-o "livre tanto na língua como na pena" e, um ano depois, nomeou-o para uma cátedra no Collège Royale, onde estaria livre do controle universitário.

Sendo agora considerado o mais famoso professor de Paris, Ramus devotou muito tempo e esforço à reforma dos métodos pedagógicos. Se dava ênfase à "retórica" — que, então, significava literatura — não era só para revivificar a filosofia com a poesia, mas também para espalhar vibrante humanismo nos cursos, secos e rígidos pelas abstrações e regras escolásticas. Em cinco tratados sobre a gramática, aplicou a lógica à linguagem; seu máximo interesse era que a fala francesa se tornasse fonética, mas ela seguiu seu caminho de forma vacilante. Contudo, conseguiu introduzir no alfabeto francês as letras *j* e *v* em substituição do *i* e do *u* consonantais. Relembrando seu próprio esforço para se educar, encorajou a criação de bolsas de estudo para estudantes pobres e condenou as pesadas taxas exigidas para a graduação. Ao mesmo tempo, trabalhava para elevar a remuneração dos professores.

Em 1555 publicou a *Dialectique*, a primeira obra sobre lógica em francês. Argumentava agora não simplesmente acerca do raciocínio mas também a favor da razão. Ramus era, por temperamento, adversário do tradicionalismo e do *magister dixit;* a razão afigurava-se-lhe ser a única autoridade; e acreditava com ardor renascentista que, se se deixasse a razão livre, ela levaria todas as ciências perto da perfeição dentro de um século.[105] "Todo o meu estudo constante" — escreveu — "dirigia-se para remover do caminho das artes liberais... todos os obstáculos e retardamentos intelectuais, e para fazer o caminho uniforme e reto, a fim de chegar mais facilmente não só à inteligência mas também à *prática e ao uso* das artes liberais."[106]

O caráter e a filosofia dele inclinavam-no a simpatizar com a revolta protestante. Quando por um tempo, os huguenotes conseguiram a tolerância do governo e até participaram dele, Ramus anunciou sua adesão à fé reformada (1561). Já no início de 1562 alguns de seus alunos derrubaram as imagens religiosas da capela do Collège de Presles. O governo continuou a pagar-lhe os honorários, mas sua posição tornava-se cada vez mais precária. Quando estalou a guerra civil (1562), Ramus abandonou Paris, com um salvo-conduto de Catarina de Médicis; regressou um ano depois, quando da assinatura da paz. Recusou cortesmente o convite para assumir uma cátedra na Universidade de Bologna, dizendo que ainda devia muito à França para abandoná-la.

A disputa que o levou à morte surgiu quando seu principal inimigo, Jacques Charpentier, confessando francamente sua ignorância em matemática, comprou o lugar[107] de professor de matemática no Collège Royale (1565). Ramus denunciou a nomeação; Charpentier ameaçou-o; Ramus pediu proteção aos tribunais; Charpentier foi preso, mas logo posto em liberdade. Houve duas tentativas contra a vida de Ramus e,

quando recomeçou a guerra civil entre católicos e protestantes (1567), abandonou Paris novamente. Decretou então o governo que só um católico poderia ensinar na universidade ou no Collège Royale. Ramus, retornando, retirou-se à vida privada, mas Catarina continuou a pagar-lhe e dobrou-lhe o salário, o que lhe deu liberdade para se devotar ao estudo e à pena.

Em julho de 1572, Montluc, bispo de Valence, convidou-o a juntar-se a uma embaixada que ia à Polônia; talvez o bispo previsse o massacre de São Bartolomeu e pensasse em proteger o ativo filósofo. Ramus recusou o convite; não sentindo estômago para a empresa de colocar o príncipe Henrique de Anjou no trono da Polônia. Montluc partiu a 17 de agosto; a 24 começou o massacre. No dia 26, dois homens armados invadiram o Collège de Presles e subiram ao quinto andar, onde Ramus tinha seu gabinete. Encontraram-no a rezar. Um deu-lhe um tiro na cabeça, outro apunhalou-o; depois, jogaram-no pela janela. Estudantes ou vagabundos arrastaram o corpo ainda vivo e o atiraram ao Sena; outros o recuperaram e o fizeram em pedaços.[108] Não se sabe quem pagou os assassinos; parece não ter sido o governo, pois tanto Carlos IX quanto Catarina, segundo se crê, mantiveram Ramus em seu favor até o fim.[109] Charpentier alegrou-se com o massacre e o assassinato: "Este sol brilhante, que, durante o mês de agosto, iluminou a França.... A tolice e a insensatez desapareceram com seu autor. Todos os homens bons estão cheios de alegria."[110] Dois anos depois morria o próprio Charpentier, dizem alguns que de remorsos — mas talvez isso lhe faça demasiado crédito.

Ramus parecia derrotado em vida e influência. Seus inimigos triunfavam; e, embora se ouvissem alguns "ramistas" na geração seguinte da França, da Holanda e da Alemanha, o escolasticismo contra o qual lutara recuperara sua ascendência, e a filosofia francesa baixou sua cabeça até que viesse Descartes. Contudo, se a filosofia pouco avançara nesse período, os progressos da ciência foram notáveis: a ciência moderna começou com Copérnico e Vesálio. A terra conhecida duplicara; a visão do mundo mudara como nunca se teve lembrança. O conhecimento crescia rapidamente, em escopo e profundidade; o uso das línguas vernáculas na ciência e na filosofia — como por Paré e Paracelso na medicina, e por Ramus na filosofia — estendia à classe média a instrução e as idéias antigamente limitadas a eruditos e padres tonsurados. A "crosta do hábito", o modelo de crença, o suporte da autoridade estavam destruídos. Libertava-se a fé das amarras, continuando com liberdade nova em uma centena de formas.

Tudo estava em fluxo exceto a Igreja. Durante a revolução ficou por algum tempo desnorteada, dificilmente compreendendo, a princípio, a gravidade dos acontecimentos. Depois, enfrentou resolutamente a questão vital que se lhe impunha: devia ajustar sua doutrina ao novo clima e à fluidez das idéias, ou permanecer imóvel entre todas as mudanças e aguardar o pêndulo do pensamento e do sentimento para arrebanhar de novo os homens, em humildade e ânsia, sob suas consolações e sua autoridade? Sua resposta decidiu sua história moderna.

LIVRO V

A CONTRA-REFORMA

1517-65

CAPÍTULO XXXVIII

A Igreja e a Reforma

1517-65

I. REFORMADORES PROTESTANTES ITALIANOS

NA Itália climaticamente pagã, politeísta por constituição, favorecedora de uma fé temperada e a, povoada por santos imortais cujas imagens assustadoras ou amadas efígies moviam-se anualmente através das ruas, naquela Itália enriquecida pelo ouro que vinha para a Igreja de uma dúzia de terras tributárias não se poderia esperar encontrar homens e mulheres dedicados, às vezes com risco de vida, à substituição dessa fé pitoresca e consagrada por um credo sombrio cujo apoio político era a relutância das nações do norte de enriquecer a Itália com as rendas de sua devoção. Todavia existiam em toda a Itália pessoas que sentiam, mesmo mais viva e intimamente que os alemães, os suíços e os ingleses, os abusos que desmoralizavam a Igreja. E, na Itália, mais do que em qualquer outro lugar, a classe culta, embora já gozasse de alguma liberdade de ensino e de pensamento, exigia mesmo a libertação do intelecto da submissão externa aos mitos que tanto encantavam e disciplinavam a populaça.

Apareceram alguns escritos de Lutero nas livrarias de Milão em 1519, e nas de Veneza em 1520. Na própria catedral de São Marcos houve um frade que ousou pregar as doutrinas de Lutero. O cardeal Caraffa relatou ao Papa Clemente VII (1532) que a religião estava numa situação embaraçosa em Veneza, que pouquíssimos venezianos observavam as festividades ou iam à confissão, e que lá a literatura herética era muito popular. O próprio Clemente (1530) declarou que a heresia luterana estava amplamente disseminada entre o clero e os leigos da Itália; e, em 1535, os reformadores alemães diziam ter 30.000 adeptos na terra natal da Igreja.[1]

A mais nobre senhora de Ferrara era protestante fervorosa. Renata (Renée), filha de Luís XII, recebera as novas idéias em parte de Margarida de Navarra e em parte de sua própria governanta, madame Soubise. A princesa levou essa senhora consigo quando desposou (1528) Ercole d'Este, que se tornou (1534) o segundo duque desse nome a governar Ferrara. Calvino visitou-a aí (1536) e intensificou-lhe as convicções protestantes. O mesmo fez Clèment Marot, e, mais tarde, Hubert Languet, o publicista huguenote. Ercole aceitou-os a todos, à maneira da Renascença polida, até que um exclamou *Idolatria!* durante a adoração da Cruz no Sábado de Aleluia (1536); depois, deixou a Inquisição interrogá-los. Calvino e Marot fugiram; os outros parecem ter-se salvo afirmando sua ortodoxia. Depois de 1540, porém, Renata reuniu novo círculo protestante e deixou de assistir ao culto católico. Ercole apaziguou o Papa exilando-a para a vila ducal de Consandolo, no Pó; mas também aí ela se rodeou de

protestantes e criou as filhas na fé reformada. Ercole, temendo que as filhas protestantes apresentassem dificuldades no jogo dos casamentos políticos, encerrou-as em um convento. Finalmente, permitiu à Inquisição processar Renata e 24 de seus familiares. Foi considerada herética e sentenciada à prisão por toda a vida (1554). Renata retratou-se, recebeu a eucaristia e foi restaurada na graça religiosa e política;[2] as opiniões reais dela, porém, foram silenciosamente expressas pela solidão melancólica de seus últimos anos. Após a morte de Ercole (1559) Renata regressou à França, onde fez de seu lar em Montargis um refúgio de huguenotes.

Módena, também sob Ercole, teve um vívido momento protestante. Sua *Accademia* de cientistas e filósofos permitia grande liberdade nas discussões, e alguns de seus membros, incluindo o discípulo e sucessor de Vesálio, Gabriele Fallopio, tinham fama de hereges. Paulo Ricci, um ex-frade, pregava abertamente contra o papado; debatiam-se as idéias luteranas nas lojas, nas praças e nas igrejas. Ricci e outros foram presos. O cardeal Sadoleto protegeu os acadêmicos, proclamando que eram leais à Igreja, e que, como homens de letras, deviam gozar liberdade de pesquisa;[3] Paulo III contentou-se com uma profissão de fé assinada por eles, mas Ercole dispersou a Academia (1546), e um luterano não arrependido foi executado em Ferrara (1550). Em 1568, à medida que crescia a reação católica, foram queimados por heresia, em Módena, 13 homens e uma mulher.

Em Lucca, Pietro Martire Vermigli, prior dos cônegos de Austin, organizou uma academia culta, deu-lhe mestres excepcionais, encorajou a liberdade de discussão e declarou à sua ampla congregação que ela deveria encarar a Eucaristia não como uma transformação miraculosa e sim como recordação pia da Paixão de Cristo — o que ia além de Lutero. Intimado pelo cabido de sua ordem em Gênova, Vermigli fugiu da Itália, proclamou os erros e abusos do catolicismo e aceitou uma cátedra de teologia em Oxford (1548). Desempenhou papel disputado na formulação do Livro Comum de Orações (1552), abandonou a Inglaterra quando o catolicismo voltou ao poder e morreu como professor de hebraico na cidade de Zurique, em 1562. Dezoito cônegos de seu priorado de Lucca acompanharam-no quando ele abandonou a ordem e a Itália.

Vermigli, o bispo Sorano de Bérgamo, e vários outros foram convertidos às novas idéias por Juan Valdés. Este e seu irmão Alfonso, de alta linhagem castelhana, foram talvez os mais talentosos gêmeos da história. Alfonso, um entusiasta de Erasmo, foi secretário de Carlos V em língua latina e escreveu um *Dialogo de Lactancio* (1529) no qual defendia o saque de Roma, e alegava que Lutero nunca teria abandonado a Igreja se, em vez de condená-lo, ela tivesse reformado os abusos que ele justamente denunciara. Juan contribuiu para o volume com um *Diálogo de Mercúrio e Caronte*, cujas heresias eram políticas: os ricos deveriam ser obrigados a ganhar a vida; os pobres tinham direito a partilhar da renda dos ricos; a riqueza de um príncipe pertence ao povo e não deveria ser dissipada em guerras imperialistas ou religiosas.[4] Clemente VII preferiu naturalmente Juan, ao qual nomeou mordomo papal aos 30 anos. Este, contudo, passou-se para Nápoles onde se dedicou a escrever e a ensinar. Manteve-se leal à Igreja, mas aceitava a doutrina luterana de justificação pela fé e colocava o misticismo devoto acima de qualquer ritual externo de culto. Homens e mulheres de projeção reuniram-se à volta dele e aceitaram sua liderança: Vermigli, Ochino, Marcantonio Flaminio, o poeta, Pietro Carnesecchi, Vittoria Colonna, Constanza d'Avalos, a duquesa de Amalfi, Isabella Manriquez, irmã do grande inquisidor espanhol, e Giu-

lia Gonzaga, cuja beleza já reconhecemos. Após a morte de Juan Valdés (1541), seus discípulos espalharam-se pela Europa. Outros, como Vittoria Colonna, continuaram na Igreja; outros transformaram seus ensinamentos em aberta heresia. Três discípulos menores foram decapitados e queimados em Nápoles em 1564; Carnesecchi foi degolado e queimado em Roma em 1567. Giulia Gonzaga salvou-se pela morte do impiedoso Paulo IV; entrou para um convento em 1566, e com ela o partido napolitano de reforma acabou.

Bernardino Ochino atravessou todos os estádios de desenvolvimento religioso. Nascido próximo ao lugar de nascimento de Santa Catarina em Siena, rivalizou com ela em devoção. Entrou para a ordem de São Francisco mas, achando sua disciplina muito frouxa para seu modo de ser, transferiu-se para a ordem mais severa dos capuchinhos. Estes se maravilharam ante sua ascética autonegação e sua apaixonada mortificação da carne; e, quando o fizeram vigário-geral, sentiram que tinham escolhido um santo. Os sermões que ele fez — em Siena, Florença, Veneza, Nápoles, Roma — ressoaram por toda a Itália; não se ouvira ninguém como ele em fervor e eloqüência desde Savonarola, um século antes. Carlos V foi ouvi-lo; Vittoria Colonna emocionou-se profundamente com ele; Pietro Aretino, que experimentara quase todos os pecados, foi estimulado à devoção ao ouvi-lo. Nenhuma igreja era bastante ampla para conter seus ouvintes. Ninguém podia imaginar que esse homem morreria como herege.

Mas em Nápoles ele conheceu Valdés, e, através dele, familiarizou-se com as obras de Lutero e Calvino. A doutrina da justificação ajustava-se-lhe ao espírito; começou a aludir a ela em seus sermões. Em 1542 foi citado ante o núncio papal em Veneza, e foi proibido de pregar. Pouco tempo depois Paulo III convidou-o a ir a Roma discutir as opiniões religiosas de alguns capuchinhos. Ochino pode ter confiado no ilustrado Papa, mas temia o longo braço da Inquisição e o cardeal Contarini advertiu-o do perigo. Subitamente esse santo e ídolo da Itália encontrando Pietro Vermigli em Florença, decidiu, como ele, atravessar os Alpes para as terras protestantes. Um irmão de Vittoria Colonna deu-lhe um cavalo; em Ferrara, Renata deu-lhe roupa. Ochino partiu através dos Grisões para Zurique e dali para Genebra. Aplaudiu a disciplina puritana que Calvino aí estava estabelecendo, mas falando melhor alemão do que francês dirigiu-se para Basiléia, depois para Estrasburgo e Augsburg, tentando ganhar a vida pregando ou escrevendo. Em 1547, Carlos V, tendo esmagado os protestantes em Mühlberg, entrou em Augsburg como senhor da Alemanha. Soube que o capuchinho que ele ouvira em Nápoles estava vivendo aí como homem casado; ordenou aos magistrados que o prendessem, mas estes combinaram a fuga de Ochino. Fugiu, assim, para Zurique e Basiléia, e depois quando lhe pareceu que a comida chegara ao fim, recebeu um convite do arcebispo Cranmer para ir à Inglaterra. Lá, como prebendário pensionado de Cantuária, trabalhou durante seis anos (1547-53); escreveu um livro que influenciou fortemente o *Paraíso Perdido* de Milton; quando, porém, Maria Tudor subiu ao trono, apressou-se em fugir para a Suíça.

Ochino conseguiu ser nomeado pastor de uma congregação de Zurique; a congregação, porém, ofendeu-se com suas opiniões unitaristas e demitiu-o quando ele publicou um diálogo em que um defensor da poligamia parecia ter melhores argumentos que um partidário da monogamia. Embora fosse dezembro (1563), ordenaram-lhe deixar a cidade dentro de três semanas. Basiléia recusou-lhe residência; foi-lhe concedida em Nuremberg uma carta de permanência temporária; logo partiu com a família para a Polônia, então, em comparação a outros países, um refúgio dos pensadores in-

convenientes. Pregou em Cracóvia por algum tempo mas foi expulso quando o rei baniu todos os estrangeiros não-católicos (1564). Durante a viagem da Polônia para a Morávia, três de seus quatro filhos morreram de peste. Ele sobreviveu-lhes por três meses, morrendo em Schackau, em dezembro de 1564. Suas quase últimas palavras foram: "Não desejo ser bullingerita nem calvinista nem papista, mas simplesmente cristão."[5] Nada poderia ser mais perigoso.

Era impossível, é claro, que a Itália se tornasse protestante. As pessoas comuns, embora anticlericais, eram religiosas mesmo não indo à igreja. Amavam as cerimônias consagradas pelo tempo, os santos auxiliadores e consoladores, o credo raras vezes discutido que lhes elevava as vidas da pobreza do lar à sublimidade do maior drama jamais concebido — a redenção do homem perdido pela morte de seu Deus. A dominação política da Itália por uma Espanha intensamente religiosa contribuía para manter ambas as penínsulas no catolicismo. A riqueza do papado era uma herança italiana que trazia lucros; qualquer italiano que propusesse o fim dessa organização cobradora de tributos pareceria à maioria dos italianos estar próximo da loucura. As classes superiores altercavam com o papado como potência política na Itália central, embora apoiassem o catolicismo como ajuda vital à ordem social e ao governo pacífico. Compreendiam que a glória da arte italiana estivera em estreita ligação com a Igreja através da inspiração de suas lendas e do apoio de seu ouro. O próprio catolicismo tornara-se uma arte; seus elementos sensíveis submergiram os ascéticos e teológicos; vitrais, incenso, música, arquitetura, escultura, pintura, mesmo o drama — havia de tudo isso na Igreja e, em seu conjunto maravilhoso, pareciam inseparáveis dela. Os artistas e os eruditos da Itália não precisavam ser convertidos ao catolicismo, pois eles tinham convertido o catolicismo à erudição e à arte. Centenas, milhares de eruditos e artistas eram apoiados por bispos, cardeais e papas; vários humanistas, alguns de ceticismo polido, elevaram-se a alta posição dentro da Igreja. A Itália amava demais a beleza terrena para trocá-la pela verdade inatingível. E tinham esses teutões fanáticos, ou esse papazinho azedo de Genebra, ou aquele ogro cruel que estava no trono da Inglaterra, encontrado a verdade? Que insensatez deprimente esses reformadores estavam gritando — exatamente quando as classes intelectuais da Itália tinham esquecido por completo o inferno e a condenação eterna! Poder-se-ia compreender uma rejeição particular da teologia cristã em favor de um vago e temperado deísmo, mas substituir o mistério da transubstanciação pelo horror da predestinação seria como passar de um simbolismo encorajador para um absurdo suicida. Exatamente agora quando a Igreja tinha estendido suas asas do esquecimento sobre as propensões pagãs do povo italiano, Calvino convidava o mundo a acorrentar-se a um puritanismo que ameaçava expulsar todo o encanto e toda a espontaneidade da vida. E como poderiam a alegria e a arte italianas continuar se esses teutões e ingleses bárbaros parassem de enviar ou trazer dinheiro para a Itália?

II. REFORMADORES CATÓLICOS ITALIANOS

Por conseguinte, a argumentação italiana era toda a favor da reforma *dentro* da Igreja. E, realmente, os eclesiásticos leais tinham, durante séculos, admitido — proclamado — a necessidade de reforma eclesiástica. A deflagração e o progresso da Reforma deram nova urgência à necessidade e à exigência. "Caíam sobre o clero vastas torrentes de acusações em centenas e milhares de panfletos e caricaturas."[6] O saque

de Roma afetou a consciência e a renda dos cardeais e da populaça aterrorizados; centenas de padres afirmavam que a calamidade era uma advertência de Deus. O bispo Stafileo, pregando ante a Rota (um tribunal da Cúria), em 1528, explicou, quase em termos protestantes, por que Deus golpeara a capital da cristandade: "Porque toda a carne tornou-se corrupta; somos cidadãos não da cidade santa de Roma, mas da Babilônia, a cidade da corrupção."[7] Tal como o dissera Lutero.

Em data incerta, um pouco antes de 1517, Giovanni Pietro Caraffa e o conde Gaetano da Thiene fundaram em Roma o *Oratório do Amor Divino* — destinado à oração e à auto-reforma. Cerca de 50 homens preeminentes se lhe juntaram incluindo Iacopo Sadoleto, Gianmatteo Giberti, Giuliano Dati. Em 1524 Gaetano organizou uma ordem de clérigos regulares — isto é, padres seculares que se submetiam a votos monásticos. O oratório dispersou-se depois do saque de Roma, e Caraffa e outros fundaram nova ordem que tomou o nome de Teatina, originado da Sé episcopal de Caraffa, em Teate ou Chieti. Admitiram-se homens de alta distinção — Piero Bembo, Marcantonio Flaminio, Luigi Priuli, Gasparo Contarini, Reginaldo Pole.... Todos devotaram-se à pobreza, ao cuidado com a saúde, à vida moral estrita, "para combinar" — disse seu primeiro historiador — "o que estava faltando ao clero, corrompido pelo vício e pela ignorância, para a ruína do povo".[8] Os membros espalharam-se pela Itália e seu exemplo contribuiu com as reformas papais e conciliares, com o exemplo dos capuchinhos e dos jesuítas, para restaurar a fibra moral do clero e dos papas católicos. Caraffa ensinou o caminho, resignando a todos os seus benefícios e distribuindo sua riqueza substancial entre os pobres.

Giberti constituía, pela pessoa e pela carreira, a imagem da reforma católica. Foi, na corte de Leão X, o principal humanista; sob Clemente VII foi datário ou secretário-chefe da Cúria. Abalado pela catástrofe de 1527, retirou-se para seu bispado de Verona, vivendo como monge ascético enquanto administrava sua diocese. Alarmou-se com o declínio da religião lá — as igrejas dilapidadas, as orações raras, padres ignorantes do latim em que diziam missa e a rara afluência do povo ao confessionário. Pelo exemplo, o preceito e a disciplina firme, reformou seu clero; como diz um historiador católico "logo as masmorras encheram-se de padres amancebados".[9] Giberti restabeleceu (1531) a *Confraternità della Carità,* que fora fundada pelo cardeal Giuliano de Médicis em 1519; construiu orfanatos e abriu bancos populares para evitar empréstimos feitos com usurários. O cardeal Ercole Gonzaga (filho de Isabella d'Este) realizou reformas semelhantes em Mântua, o mesmo fazendo Marco Vida em Alba, Fabio Vigli em Spoleto, e muitos outros bispos que sabiam que a Igreja ou se reformava ou morria.

Muitos dos heróis da reforma ortodoxa foram mais tarde canonizados pela Igreja que tinham ajudado a salvar. São Filipe Neri, jovem fidalgo florentino, fundou, em Roma (*ca.*, 1540), peculiar *Trinità de' Pellegrini:* 12 leigos que, depois de assistir à missa aos domingos, deveriam fazer uma peregrinação a uma das basílicas, ou a algum parque, e aí fazer ou ouvir palestras piedosas e cantar músicas religiosas. Muitos dos membros tornaram-se padres, recebendo o nome de Padres do Oratório; de suas propensões musicais a palavra *oratório* juntou ao seu velho significado — lugar de oração — o novo significado de canto coral. São Carlos Borromeu, sobrinho do Papa Pio IV, resignou o alto cargo de cardeal romano para purificar a vida religiosa de Milão. Como arcebispo dessa cidade manteve a disciplina entre o clero, mostrando o caminho pela austeridade e devoção próprias. Verificou-se certa resistência. Os Umiliati,

ordem religiosa até então orgulhosa de sua humildade, degenerara em vida confortável e mesmo licenciosa; o cardeal ordenou-lhes a obediência à sua regra; um deles alvejou-o com um tiro quando ele rezava na capela: o resultado foi crescer a veneração popular por um homem que pensava que a reforma era a melhor resposta à Reforma. Enquanto ele viveu, a decência tornou-se a moda entre o clero e os leigos de sua arquidiocese. A influência dele foi sentida por toda a Itália, contribuindo para transformar os cardeais de aristocratas mundanos em padres devotos.

Estimulados por tais homens os papas começaram a dar atenção determinada à reforma eclesiástica. Já no pontificado de Paulo III o renomado jurista Giovanni Battista Caccia apresentara-lhe um tratado sobre a reforma da Igreja. "Vejo" — dizia o preâmbulo — "que nossa Santa Madre Igreja... mudou tanto que parece não possuir lembrança de seu caráter evangélico; não se lhe encontram vestígios de humildade, temperança, continência e força apostólica."[10] Paulo III revelou seu modo de ser aceitando a dedicatória dessa obra. No dia 20 de novembro de 1534, nomeou os cardeais Piccolomini, Sanseverino e Cesi para esboçar um programa de renovação moral para a Igreja; e no dia 15 de janeiro de 1535 ordenou o cumprimento estrito das bulas reformistas de 1513, emitidas por Leão X. Enredado na política papal e imperial, exposto ao avanço dos turcos, e relutante, nessas crises, em perturbar a estrutura ou o funcionamento da Cúria por mudanças radicais, Paulo adiou a reforma efetiva; mas os homens que elevara ao cardinalato eram quase todos conhecidos pela integridade e pela devoção. Em julho de 1536 convidou a ir a Roma, para uma conferência sobre a reforma, Contarini, Caraffa, Sadoleto, Cortese, Aleander, Pole, Tommaso Badia e o bispo Federigo Fregose de Gubbio, todos entregues à reforma, e convidou-os a pôr em escrito os abusos da Igreja, assim como os meios que eles recomendavam para atenuá-los. Sadoleto abriu a conferência dizendo ousadamente que os próprios papas, pelos seus pecados, crimes e avareza, tinham sido a primeira fonte da deterioração eclesiástica.[11] A conferência reuniu-se, quase diariamente, durante três meses. Por seu espírito condutor, Gasparo Contarini era a mais lídima figura da Contra-Reforma. Nascido em Veneza (1483) de linhagem aristocrática, e educado na liberal cidade de Pádua, logo se elevou a alta posição no governo veneziano. Foi enviado como embaixador junto de Carlos V na Alemanha, acompanhou-o à Inglaterra e à Espanha, servindo depois ao Senado de Veneza como seu representante na corte papal (1527-30). Retirando-se da política, devotou-se ao estudo e fez de sua casa em Veneza um lugar de reunião dos melhores estadistas, eclesiásticos, filósofos e humanistas. Embora fosse leigo estimava a reforma eclesiástica e colaborou ativamente com Caraffa, Giberti, Cortese e Pole. Toda a Itália reconhecia nele uma rara combinação de inteligência e caráter. Em 1535, sem que o tivesse solicitado, foi feito cardeal por Paulo III, a quem nunca tinha conhecido.[12]

A comissão apresentou ao Papa, em março de 1537, seu unânime *Consilium dilectorum cardinalium de emendanda Ecclesia.* Este *Conselho dos cardeais designados para a reforma da Igreja* expunha com liberdade espantosa os abusos do governo papal, e ousadamente os atribuía sobretudo ao "exagero imprudente da autoridade papal por canonistas inescrupulosos". Alguns papas, dizia o relatório, "tinham assumido o direito de vender cargos eclesiásticos, simonia que espalhara a venalidade e a corrupção tão amplamente através da Igreja que, agora, a grande organização estava à beira da destruição devido à falta de confiança que os homens sentiam em sua integridade. O relatório urgia a supervisão estrita de todas as atividades da Cúria, a suspen-

são das dispensas, o término de pagamentos em dinheiro por elas, um padrão mais alto em todas as nomeações assim como na eleição ao cardinalato e ao sacerdócio, e a proibição da posse plural e ausente dos benefícios religiosos. "Através de todo o mundo" — acrescentava o relatório — "a maioria dos pastores desertou de seus rebanhos, confiando-os a mercenários." As ordens monásticas deviam ser regeneradas, assim como os conventos de freiras deveriam submeter-se a supervisão episcopal, pois a visitação deles por monges tinha levado ao escândalo e ao sacrilégio. O documento concluía com solene exortação ao Papa:

> Satisfizemos nossas consciências, não sem a maior esperança de ver, sob vosso pontificado, a Igreja de Deus restaurada.... Tomastes o nome de Paulo. Esperamos que lhe imiteis a caridade. Ele foi escolhido como instrumento para levar o nome de Cristo aos pagãos; vós, esperamo-lo, fostes escolhido para reviver em nossos corações e em nossas realizações esse nome há tanto tempo esquecido entre os pagãos e por nós, o clero; para curar nossa moléstia, para unir as ovelhas de Cristo de novo em um só rebanho, e para desviar de nossas cabeças a ira e a vingança de Deus, que já nos ameaça.[13]

Paulo aceitou de bom grado esse *aureum consilium*, esse "conselho de ouro", como muitos lhe chamavam, e enviou uma cópia a cada cardeal. Lutero traduziu-o para o alemão, publicando-o como justificação plena de seu rompimento com Roma; contudo, considerou os autores do documento como "mentirosos... patifes desesperados que reformavam a Igreja com bajulações".[14] No dia 20 de abril de 1537, Paulo III nomeou quatro cardeais — Contarini, Caraffa, Simonetta e Ghinucci — para reformar a Dataria, a repartição da Cúria que se tornara especialmente venal na concessão das dispensas, graças, privilégios, indultos e benefícios que se reservavam ao poder papal. A empresa exigia coragem, pois a Dataria destinava 50.000 ducados ($1.250.000?) anualmente ao papa — quase metade de sua renda.[15] Levantou-se imediatamente um grito de angústia por parte dos oficiais e seus dependentes; alegavam o alto custo da vida em Roma, e que, se era para obedecer estritamente à letra da lei, suas famílias logo passariam necessidades. Paulo III procedeu cautelosamente; não obstante, escreveu Aleander a Morone (27 de abril de 1540), "o trabalho de reforma vai em frente". A 13 de dezembro, Paulo intimou oitenta arcebispos e bispos que residiam em Roma e ordenou-lhes que regressassem a suas dioceses. Levantaram-se de novo mil objeções. Morone advertiu o Papa de que a celeridade em executar essa ordem poderia arrastar alguns bispos, que regressavam a regiões agora predominantemente protestantes, a juntar-se aos luteranos. Realmente, verificou-se isso em vários casos. Logo Paulo se perdeu na política imperial, deixando a reforma a seus sucessores.

O movimento de reforma interna triunfou quando seu chefe, Caraffa, tornou-se o Papa Paulo IV (1555). Os monges ausentes de seus mosteiros sem sanção oficial e necessidade evidente foram obrigados a regressar imediatamente. Na noite de 22 de agosto de 1558, o Papa ordenou o fechamento de todas as portas da cidade de Roma, prendendo-se todos os monges vadios. Procedimentos semelhantes seguiram-se em todos os Estados papais, e alguns prevaricadores foram mandados para as galés... Os mosteiros deixaram de ser designados *in commendam*, para auxiliar funcionários ausentes com suas rendas. Os bispos e abades que não servissem realmente na Cúria, em um cargo determinado, foram obrigados a regressar a seus postos ou perdiam renda deles. Proibiu-se a posse de benefícios plurais. Todas as repartições da Cúria foram

obrigadas a reduzir seus honorários e a eliminar qualquer suspeita de simonia na nomeação para posições eclesiásticas. Diminuindo assim tanto a própria renda, Paulo fez um sacrifício a mais, e acabou com o pagamento de emolumentos para a confirmação em uma dignidade arquiepiscopal. Publicaram-se inúmeros editos papais contra usurários, atores e prostitutas; os alcoviteiros deviam ser mortos. Daniele da Volterra foi instruído a cobrir, como um alfaiate, os traços anatômicos mais evidentes do *Juízo Final* de Miguel Ângelo; e deve-se admitir que aquele sombrio matadouro de carne condenada ou salva dificilmente achara lugar próprio no altar dos papas. Roma assumia então um ar impróprio de piedade e moral externas. Na Itália — menos visivelmente além dela — a Igreja reformara seu clero e sua moral, enquanto deixava suas doutrinas orgulhosamente intactas. A reforma fora protelada por longo tempo mas, quando chegou, foi sincera e magnífica.

III. SANTA TERESA E A REFORMA MONÁSTICA

A regeneração moral estava, ao mesmo tempo, tomando lugar nas ordens monásticas. Podemos imaginar a reputação que elas tinham por uma observação do piedoso e ortodoxo Michelangelo, que, quando ouviu que Sebastião del Piombo ia pintar a imagem de um monge na capela de San Pietro de Montorio, deu conselho contrário, dizendo que, assim como os monges tinham despojado o mundo, que é tão vasto, não seria de surpreender se um despojasse a capela, que era tão pequena.[16] Gregorio Cortese dedicou-se pacientemente à reforma dos beneditinos em Pádua; Girolamo Seripando, dos cônegos de Austin; Egidio Canisio, dos eremitas agostinianos; Paolo Giustiniani, dos camáldulos.

Novas ordens monásticas apressaram a reforma. Antônio Maria Laccaria fundou, em Milão (1533), os Clérigos Regulares de São Paulo, comunidade de padres devotados à pobreza monástica. Reuniam-se originalmente na igreja de São Barnabé, de onde lhes veio o nome de barnabitas. Em 1535 Santa Ângela organizou as irmãs ursulinas para a educação de meninas e para cuidar dos enfermos e dos pobres; e, em 1540, São João de Deus fundou em Granada a Irmandade da Misericórdia, para auxílio hospitalar. Em 1523, Matteo de Bassi, em emulação fervorosa de São Francisco de Assis, determinou a observação à letra do regulamento final que o fundador deixara aos franciscanos. Outros frades se lhe juntaram e, por volta de 1525, o número deles encorajou Matteo a pedir a sanção papal para novo ramo dos franciscanos, dedicado ao regulamento mais estrito. O provincial de sua ordem mandou prendê-lo por desobediência, mas Matteo logo foi posto em liberdade e, em 1528, Clemente VII confirmou a nova ordem dos capuchinhos — assim chamada porque os frades usavam a mesma espécie de capuz (*cappuccio*) que São Francisco usara. Vestiam-se com os tecidos mais grosseiros, viviam de pão, verduras, fruta e água, mantinham jejum rigoroso, viviam em celas estreitíssimas em pobres cabanas, nunca viajavam a não ser a pé e andavam descalços todo o ano. Distinguiram-se pelo abnegado cuidado com que trataram dos infectados da peste de 1528-29. A devoção deles contribuiu para manter Vittoria Colonna e outros protestantes incipientes leais a uma Igreja que ainda podia produzir tão fervorosos cristãos.

A mais destacada figura dessa época de reforma monástica foi uma frágil e imperiosa abadessa de Espanha, Teresa de Cepeda. Era filha de um cavaleiro castelhano de Ávila, homem orgulhoso de sua retidão puritana e de sua lealdade à Igreja; todas as

noites lia para sua família trechos da vida dos santos.[17] A mãe, inválida crônica, distraía o tédio dos dias com romances de cavalaria, participando, do seu leito de dor, das aventuras de *Amadis de Gaula*. A imaginação infantil de Teresa vacilava entre o amor romântico e o santo martírio. Aos 10 anos decidiu tornar-se freira. Quatro anos depois, porém, ela desabrochou subitamente em uma belíssima jovem, transbordando de alegria com vida e esquecendo o hábito do claustro nas vestes coloridas que duplicavam seus encantos. Surgiram os admiradores; apaixonou-se timidamente por um deles, que a convidou para um encontro. No momento crucial ela se atemorizou e confessou ao pai a trama. Como a mãe já estava morta, Don Alonzo de Cepeda colocou a moça impressionável no mosteiro das freiras agostinianas de Ávila.

Teresa ressentiu-se da vida e da disciplina solenes do convento. Recusou-se a tomar os votos de freira mas esperava impacientemente o seu décimo sexto aniversário, quando lhe seria permitido abandonar o convento. Mas, à medida que seu objetivo se aproximava, Teresa adoeceu perigosamente e quase morreu. Recobrou-se, mas sua alegria juvenil extinguira-se. Aparentemente desenvolvera-se nela uma forma de hístero-epilepsia, derivada talvez da rebelião reprimida contra as restrições alheias a seus instintos. Ocorreram ataques que a deixaram exausta. O pai retirou-a do convento e mandou-a viver com sua meia-irmã no campo. No caminho um tio deu-lhe um volume de São Jerônimo. Aquelas cartas vívidas descreviam os terrores do inferno, e os namoros entre os sexos como a avenida atulhada de gente para a condenação eterna. Teresa leu-as ansiosamente. Depois de outro ataque severo ela abandonou todo pensamento de felicidade mundana e resolveu cumprir seu voto infantil. Regressou a Ávila e entrou para o Convento Carmelita da Encarnação em 1534.

Durante algum tempo ela se sentiu feliz na rotina calmante da missa, das orações e das purificantes confissões; e, quando tomou os sacramentos, sentiu o pão como verdadeiro Cristo na sua língua e no seu sangue. Perturbou-se, porém, com a disciplina frouxa do convento. As freiras não tinham celas e sim quartos confortáveis; comiam bem apesar dos jejuns semanais; enfeitavam-se com colares, braceletes e anéis; recebiam visitas no parlatório e gozavam extensas férias fora dos muros do convento. Teresa sentia que essas condições não a protegiam suficientemente das tentações e imaginações da carne. Talvez por isso e por seu descontentamento crescente, seus ataques tornaram-se mais freqüentes e dolorosos. De novo o pai a enviou para sua irmã e, de novo, no caminho, seu tio lhe deu um livro religioso, *O Terceiro Abecedário* de Francisco de Osuña. Era um ABC do orador místico, do orador sem palavras; pois, dizia o autor, "só aqueles que se aproximam de Deus em silêncio podem ser ouvidos e receberão resposta".[18] Em seu retiro rural Teresa praticou esse silêncio, a oração meditativa, que se coadunava tão bem com o estado aproximado do transe provocado por seus ataques.

Um médico herborista tentou curá-la, mas as misturas dele quase a mataram. Quando ela regressou ao claustro, em Ávila (1537), estava quase à morte, e ansiava por ela. Sobreveio-lhe, então, o mais violento de seus acessos; Teresa caiu em coma, que foi tomado erroneamente por morte; durante dois dias ficou fria e imóvel, aparentemente sem respirar; as freiras escavaram-lhe um túmulo. Teresa recuperou-se, mas continuou tão fraca que não podia ingerir nenhum alimento sólido e não podia sofrer nenhum contato. Durante oito meses permaneceu na enfermaria do convento, quase em paralisia total. Sua condição melhorou lentamente para paralisia parcial, mas "as vezes em que eu não era fustigada por dores severas eram realmente raras".[19]

Renunciou ao tratamento médico e resolveu fiar-se inteiramente à oração. Durante três anos sofreu e orou. Então, subitamente, numa manhã de 1540, a entrevada, que parecia uma inválida incurável, despertou para achar que seus membros não estavam paralisados. Levantou-se e caminhou. Dia a dia participava mais ativamente do regime conventual. Sua recuperação foi aclamada como um milagre, e ela assim acreditou. Talvez a oração tivesse acalmado um sistema nervoso exausto por desejos em conflito, o sentido do pecado e o medo do inferno; e os nervos aquietados, junto com a ausência de médicos, deram-lhe ao corpo a paz inusitada.

O Convento da Encarnação tornou-se famoso por ser o cenário de uma cura miraculosa. Chegaram pessoas de cidades circunvizinhas para ver a freira que Deus tinha curado; deixavam dinheiro e donativos para a casa santa; a madre superiora encorajava essas visitas e autorizou Teresa a mostrar-se quando viessem os visitantes. Teresa ficou perturbada ao descobrir que sentia prazer com essas visitas, com essa fama e com a presença de homens formosos. Voltou-lhe o senso do pecado. Um dia (1542), quando ela conversava, no parlatório, com um homem que a atraía especialmente, pensou ver Cristo parado ao lado do visitante. Caiu em transe e teve de ser carregada para sua cela em uma maca.

Durante todos os 16 anos seguintes Teresa continuou a ter tais visões. Tornaram-se-lhe mais reais que a vida. Em 1558, enquanto absorta em oração, sentiu a alma sair-lhe do corpo e subir ao céu, onde viu e ouviu a Cristo. Essas visões já não a enfraqueciam, alentavam-na. Escreveu:

> Muitas vezes, enfraquecida e tomada de dores horríveis antes do êxtase, a alma emerge cheia de saúde e admiravelmente disposta à ação... como se Deus tivesse determinado que o próprio corpo, já obediente aos desejos da alma, partilhasse da alegria desta... A alma, depois de tal benefício, é animada com um grau de coragem tão elevado que, se nesse momento o corpo fosse feito em pedaços pela causa de Deus, só sentiria o mais vívido conforto.[20]

Em outra ocasião pensou ver um "anjo excessivamente belo" enterrando "longo dardo de ouro" com ponta de fogo "através de meu coração várias vezes, de modo que me alcançou as entranhas"

> Tão real era a dor que me vi forçada a gemer alto, mas, contudo, era tão insuperavelmente doce que não desejava libertar-me dela. Nenhuma alegria da vida pode dar maior contentamento. À medida que o anjo retirava a seta, deixava-me toda em chamas com o amor de Deus.[21]

Estas e outras passagens dos escritos de Santa Teresa prestam-se facilmente à interpretação psicanalítica, mas ninguém pode duvidar da alta sinceridade da santa. Como Santo Inácio, ela estava convencida de que via Deus, e que os problemas mais recônditos se lhe tornavam claros nessas visões.

> Um dia, estando em oração, foi-me concedido perceber, em um instante, como todas as coisas são e estão contidas em Deus.... É um dos muitos sinais de todas as graças que o Senhor me tem concedido.... Nosso Senhor fez-me compreender de que modo um Deus pode estar em três pessoas. Fez-me compreender isso tão claramente que fiquei extremamente surpresa e confortada.... E, agora, quando penso na Santíssima Trindade... sinto uma felicidade indizível.[22]

As irmãs freiras de Teresa interpretavam suas visões como ilusões e acessos mórbidos.[23] Os confessores dela inclinavam-se à mesma opinião e diziam-lhe severamente: "O diabo alterou-lhe os sentidos." O povo da cidade achava-a possessa dos demônios, pediu que a Inquisição a examinasse e propôs que um padre, por exorcismo, lhe expulsasse os demônios. Um amigo aconselhou Teresa a enviar à Inquisição um relato de sua vida e suas visões; escreveu, então, seu clássico livro — *Vida*. Os inquisidores esquadrinharam-no e proclamaram-no um santo documento que reforçaria a fé de todos os que o lessem.

Com sua posição fortalecida por esse veredicto, Teresa, agora com 57 anos, resolveu reformar a ordem das freiras carmelitas. Em lugar de tentar restaurar a velha disciplina ascética no claustro da Encarnação, decidiu abrir um convento separado, para o qual convidou freiras e noviças que quisessem aceitar regime de pobreza absoluta. As primitivas carmelitas usavam pano de saco grosseiro, andavam sempre descalças, comiam frugalmente e jejuavam com freqüência. Teresa exigiu às Carmelitas Descalças aproximadamente a mesma regra austera, não como um fim em si, mas como símbolo de humildade e de renúncia ao mundo de tentações. Levantaram-se infindáveis obstáculos; os cidadãos de Ávila denunciaram o plano, dizendo que ele ameaçava acabar com toda a comunicação entre freiras e parentes. O provincial da ordem recusou permissão para o novo convento. Teresa apelou para o Papa Pio V e obteve seu consentimento. Achou quatro freiras que se lhe juntaram, e o novo convento de São José foi consagrado em 1562, em uma rua estreita de Ávila. As irmãs usavam sandálias de corda, dormiam sobre palha, não comiam carne e permaneciam estritamente dentro de casa.

As 180 freiras do antigo estabelecimento não se sentiram satisfeitas com esse simples abandono de seu fácil modo de viver. A prioresa, sustentando que Teresa lhe estava ligada pelo voto de obediência, mandou-a retomar seu antigo hábito branco, calçar sapatos e regressar ao convento da Encarnação. Teresa obedeceu. Foi julgada culpada de arrogância e confinada a sua cela. A câmara da cidade votou o encerramento do convento de São José, enviando quatro homens robustos para despejar as freiras agora sem chefia. As irmãs de sandálias disseram, porém: "Deus quer que fiquemos e, assim, ficaremos"; e os endurecidos oficiais da lei não ousaram forçá-las. Teresa amedrontou o provincial das carmelitas insinuando-lhe que, pelo fato de impedir a realização de seus planos, estava ofendendo o Espírito Santo; o provincial ordenou que a libertassem. Quatro freiras a acompanharam e as cinco mulheres caminharam através da neve para seu novo lar. As quatro irmãs que já estavam lá saudaram alegremente Teresa como *Madre*. Para quase toda a Espanha ela era agora Teresa de Jesus, a íntima de Deus.

Seu modo de dirigir era afetuoso, alegre e firme. A casa foi fechada ao mundo; nenhuma visita se permitia; as janelas foram cobertas de cortinas; o piso de ladrilhos servia de leito, mesa e cadeira. Construiu-se um disco giratório na parede; qualquer alimento colocado pelo povo em seu lado externo era agradecidamente aceito, mas as freiras não podiam esmolar. Supriam seu sustento fiando e bordando; os produtos eram colocados à porta do convento e o comprador escolhia o que desejava e deixava em paga o que quisesse. Apesar dessas austeridades vieram novos membros, um dos quais era a mais bela e mais cortejada mulher de Ávila. O Geral das Carmelitas, visitando o pequeno claustro, ficou tão profundamente impressionado que pediu a Teresa para fundar casas semelhantes por toda a Espanha. Em 1567, levando algumas frei-

ras consigo, viajou, em uma carroça tosca, cerca de 100 quilômetros de estradas acidentadas para estabelecer um convento de carmelitas descalças em Medina del Campo. A única casa que lhe deram era um edifício arruinado de paredes esburacadas e telhado desfeito; quando, porém, o povo da cidade viu as freiras nele, chegaram carpinteiros e pedreiros que, espontânea e graciosamente, consertaram a casa e fizeram mobiliário simples.

O prior do mosteiro carmelita de Medina, desejando reformar os monges relaxados, foi visitar Teresa e perguntou-lhe quais eram suas regras de disciplina. O prior era alto, mas vinha acompanhado por um jovem tão pequeno e frágil que Teresa, com o humor que lhe atenuava as austeridades, exclamou, quando eles saíram: "Louvado seja Deus, pois tenho um frade e meio para a fundação de meu novo mosteiro."[24] O frade pequenino, Juan de Yepis y Alvarez, estava destinado a ser São João da Cruz (San Juan de la Cruz), alma e glória dos monges carmelitas descalços.

Ainda não tinham acabado as dificuldades de Teresa. O provincial dos carmelitas, talvez para lhe experimentar o modo de dirigir e a coragem, nomeou-a prioresa do Convento da Encarnação. As freiras desse convento odiavam-na, e temiam que agora, em vingança, ela as submetesse a todas as humilhações. Teresa, porém, portou-se com tal modéstia e generosidade que todas lhe devotaram simpatia e o novo e mais estrito regime substituiu gradualmente a antiga frouxidão. Depois dessa vitória, Teresa partiu para fundar novo claustro em Sevilha.

Os frades de regime brando resolveram parar o avanço da reforma. Alguns deles introduziram uma agente, como freira descalça, no convento de Sevilha. Logo essa mulher proclamou à Espanha que Teresa flagelava as freiras e ouvia confissões como se fosse um padre. A Inquisição foi outra vez interrogá-la. Intimada a comparecer ao terrível tribunal, este lhe ouviu as declarações e pronunciou seu veredicto: "Estais inocente de todas as acusações.... Ide e continuai vossa obra."[25] Contudo, um núncio papal foi conquistado pelos inimigos dela; acusou Teresa de "desobediente, mulher contumaz que promulga doutrinas perniciosas sob a pretensão de devoção, que abandona o claustro contra as ordens dos superiores, que é ambiciosa e ensina teologia como se fosse doutor da Igreja, apesar do ensinamento de São Paulo, que proibia às mulheres ensinar." Ordenou-lhe que se retirasse à reclusão em um convento de Toledo (1575).

Não sabendo para quem se voltar nessa dificuldade, Teresa escreveu ao rei. Filipe II lera e gostara de sua *Vida*. Enviou um correio especial para convidá-la a uma audiência; ouviu-a e convenceu-se de sua santidade. O núncio, censurado pelo rei, retirou a ordem de reclusão contra Teresa e declarou que fora mal informado.

No intervalo de suas viagens e atribulações Teresa escreveu manuais famosos de devoção mística: *El camino de la perfección* (1567) (*O Caminho da Perfeição*) e *El castillo interior* (1577) (*O Castelo Interior*). Neste último revelou a volta de suas indisposições físicas. "É como se muitos rios caudalosos corressem, dentro de meu cérebro, sobre um precipício; depois, sufocada pelo ruído da água, são vozes de pássaros cantando e piando. Canso o cérebro e a dor de cabeça aumenta."[26] Sobrevieram ataques do coração e o estômago dificilmente retinha o alimento. Mesmo assim, ia, cheia de dores, de um a outro dos muitos conventos que fundara, examinando, melhorando, inspirando. Em Málaga foi acometida de paralisia; recobrou-se, partiu para Toledo e teve outro acesso; recobrou-se, partiu para Segóvia, Valladolid, Palência, Burgos e Alva. Lá, uma hemorragia dos pulmões forçou-a a parar. Aceitou a morte alegremente,

confiando em que deixava um mundo de dores e de males pela companhia eterna de Cristo.

Depois de vergonhosa competição e de raptos sucessivos de seu cadáver por Alva e Ávila, foi sepultada em sua cidade natal. Os crentes devotos proclamavam que seu corpo nunca se decompusera, atribuindo-se muitos milagres a seu túmulo. Em 1593 a ordem das Carmelitas Descalças recebeu sanção papal. Espanhóis famosos, como Cervantes e Lope de Vega, juntaram-se em um apelo ao Papa para que ao menos a beatificasse. Beatificada (1614), e Teresa foi proclamada, oito anos depois, ao lado do apóstolo Tiago, um dos dois santos patronos da Espanha.

Entretanto, alguém maior que Teresa aparecia na Espanha, para reformar a Igreja e agitar o mundo.

IV. INÁCIO DE LOYOLA

Don Íñigo de Oñez y Loyola nasceu no castelo de Loyola, na província basca de Guipúzcoa, em 1491. Seu pai, Don Beltran de Oñez y Loyola, membro da alta nobreza espanhola, tivera oito filhos e cinco filhas. Criado para a carreira das armas, Íñigo recebeu pouca instrução e não mostrou qualquer interesse pela religião. As leituras dele limitavam-se ao *Amadis de Gaula* e a romances idênticos de cavalaria. Aos sete anos foi servir como pajem a Don Juan Velasquez de Cuellar, através do qual teve algum acesso à corte real. Aos 14 anos enamorou-se da nova esposa de Fernando, o Católico, Germaine de Foix; e quando, no devido tempo, foi armado cavaleiro, escolheu-a para madrinha, vestiu-se com as cores dela e sonhou em ganhar um lenço rendado das mãos dela como prêmio de um torneio.[27] Tudo isso não o impediu de se entregar a amores e brigas casuais, que constituíam metade da vida de um soldado. Na simples e honesta autobiografia que ele ditou entre 1553 e 1556, não fez nenhum esforço para esconder essas escapadas naturais.

Sua juventude despreocupada acabou quando foi destacado para o serviço militar ativo em Pamplona, capital de Navarra. Ficou aí quatro anos, sonhando com a glória e acordando para a rotina. A certa altura veio-lhe a oportunidade de se distinguir: os franceses atacaram Pamplona e Íñigo comandou a defesa com bravura; não obstante, o inimigo tomou a fortaleza e Íñigo teve a perna direita fraturada por uma bala de canhão (20 de maio de 1521). Os vencedores trataram-no generosamente, uniram-lhe os ossos e mandaram-no em uma padiola para o castelo de seus ancestrais. Contudo, os ossos não se tinham unido perfeitamente e foi preciso quebrá-los de novo e recompô-los. A segunda operação foi ainda mais imperfeita que a primeira, pois um fragmento de osso ficou de fora da perna. Uma terceira operação colocou os ossos direito, mas a perna ficou muito curta; Íñigo sofreu, durante semanas, a tortura de um instrumento ortopédico que o deixava desamparado, fraco e com dores constantes.

Durante os fastidiosos meses de convalescença pediu que lhe trouxessem livros, de preferência de contos excitantes sobre a cavalaria ou princesas em perigo. A biblioteca do castelo, porém, só se compunha de dois livros: a *Vida de Cristo*, de Ludolfo, e o *Flos sanctorum*, que contava as vidas dos santos. A princípio o soldado entediou-se com esses dois volumes; depois, as figuras de Cristo e Maria cresceram dentro dele e as lendas dos santos revelaram-se tão maravilhosas quanto os poemas épicos sobre o amor cortês e a guerra — aqueles cavaleiros de Cristo eram tão heróicos quanto os *ca-*

balleros de Castela. Foi-se formando gradualmente em seu espírito o pensamento de que a mais nobre de todas as guerras era a do cristianismo contra o islamismo. Nele, como em São Domingos, a intensidade da fé espanhola não fez da religião uma devoção tranqüila como em Thomas à Kempis, mas uma paixão pelo conflito, uma guerra santa. Resolveu ir a Jerusalém e libertar os lugares santos do domínio infiel. Uma noite teve uma visão da Virgem e do Menino; depois disso (contou ele mais tarde ao padre González) nunca mais foi tentado pela concupiscência.[28] Levantou-se do leito, ajoelhou-se e jurou ser soldado de Cristo e Maria até à morte.

Íñigo lera que o Santo Graal fora uma vez escondido em um castelo de Montserrat, na província de Barcelona. Aí, dizia o mais famoso de todos os romances, Amadis ficara uma noite de vigília diante de uma imagem da Virgem a fim de preparar-se para ser armado cavaleiro. Logo que pôde viajar, Íñigo montou em uma mula e partiu para o distante santuário. Por algum tempo ainda se julgou um soldado equipado para combate físico. Mas, pelo que lera dos santos, sabia que eles não usaram nenhuma arma, nem armadura, e sim as vestes mais pobres e a fé mais firme. Chegado a Montserrat, purificou a alma com três dias de confissões e penitência; deu as ricas vestes que trazia a um mendigo e envergou um manto grosseiro de peregrino. Durante toda a noite de 24 para 25 de março de 1522 ficou encerrado na capela de um mosteiro beneditino, ajoelhado ou parado ante o altar da Mãe de Deus. Comprometeu-se a observar castidade e pobreza perpétuas. Na manhã seguinte recebeu a eucaristia, deu sua mula aos monges e partiu a pé, coxeando, para Jerusalém.

O porto mais próximo era Barcelona. Pelo caminho parou na aldeia de Manresa. Uma velha indicou-lhe uma caverna onde se abrigar. Por alguns dias foi seu lar, onde, ansioso de ultrapassar os santos em ascetismo, praticou austeridades que quase o mataram. Arrependendo-se do esmero orgulhoso que já tivera com sua aparência, deixou de lavar, cortar ou pentear seu cabelo — que logo caiu; não mais cortou as unhas, banhou o corpo ou lavou as mãos, o rosto e os pés;[29] vivia do que mendigava, mas nunca comia carne e jejuava durante dias. Flagelava-se três vezes por dia e passava horas em oração. Uma piedosa mulher, temendo que os rigores o matassem, levou-o para sua casa, onde cuidou dele até que recuperasse a saúde. Quando o removeram, porém, para uma cela do mosteiro dominicano de Manresa, recomeçou a autoflagelação. A lembrança dos pecados de outrora aterrorizava-o; declarou guerra ao seu corpo, tomando-o como agente de seus pecados. Resolveu flagelar sua carne até expulsar dela qualquer pensamento de pecado. Às vezes a luta parecia sem esperança e ele chegava a pensar no suicídio. Depois, sobrevinham visões que o animavam; quando comungava acreditava ver Cristo vivo e não uma hóstia de pão. Em outra ocasião, apareceram-lhe Cristo e Sua Mãe. Uma vez viu a Santíssima Trindade, e compreendeu, por um lampejo de discernimento, para além das palavras ou da razão, o mistério das três pessoas em um só Deus; e "de outra vez" — conta-nos ele — "Deus permitiu-lhe compreender como criara o mundo".[30] Essas visões sanaram o conflito espiritual que as provocara; deixou para trás todos os tormentos trazidos pelas loucuras da juventude; afrouxou o ascetismo, e, tendo vencido o corpo, podia agora limpá-lo sem vaidade. Da experiência dessa luta de quase um ano, projetou os Exercícios Espirituais pelos quais a carne pagã podia ser subjugada à vontade cristã. Podia, agora, apresentar-se ante os templos sagrados de Jerusalém.

Partiu de Barcelona em fevereiro de 1523. Durante a viagem, deixou-se ficar duas semanas em Roma, escapando antes que o espírito pagão da cidade pudesse desviá-lo

da santidade. A 14 de julho embarcou em Veneza, a caminho de Jafa. Passou por inúmeras adversidades antes de alcançar a Palestina, mas as visões contínuas sustentaram-no. A própria Jerusalém constituiu uma atribulação: os turcos que a dominavam permitiam visitantes cristãos, mas não o proselitismo. Não obstante, quando Íñigo propôs converter os muçulmanos, o provincial franciscano que fora encarregado pelo Papa de manter a paz obrigou o santo a regressar à Europa. Em março de 1524 chegava a Barcelona.

Talvez sentisse então que, embora fosse dono de seu corpo, estava sujeito a sua imaginação. Decidiu-se a castigar o espírito com a educação. Embora com 33 anos, juntou-se aos rapazes para estudar o latim. A ânsia de ensinar, porém, é mais forte que a vontade de aprender. Logo Inácio, como então passou a ser chamado escolasticamente, começou a pregar para um círculo de piedosas mas encantadoras mulheres. Os amantes delas acusaram-no de desmancha-prazeres e espancaram-no brutalmente. Inácio mudou-se para Alcalá (1526), onde aprendeu filosofia e teologia e também doutrinou pequeno grupo, sobretudo de mulheres pobres, algumas delas prostitutas ansiosas de redenção. Tentou exorcizar-lhes as propensões pecaminosas por meio de exercícios espirituais, mas algumas de suas discípulas foram atacadas por acessos ou transes e a Inquisição intimou-o. Esteve preso durante dois meses,[31] mas, finalmente, convenceu os inquisidores de sua ortodoxia e foi posto em liberdade; contudo, proibiram-lhe ensinar. Passou-se para Salamanca (1527), vivendo uma seqüência semelhante de ensino, julgamento pela Inquisição, encarceramento, absolvição e proibição de voltar a ensinar. Desanimado com a Espanha, partiu para Paris, sempre a pé e em vestes de peregrino, mas conduzindo a sua frente jumento carregado de livros.

Em Paris vivia no asilo e mendigava pelas ruas para comer e pagar os estudos. Entrou para o Collège de Montaigu, onde sua palidez, as faces encovadas, o corpo enfraquecido, a barba desleixada e as roupas velhas chamaram a atenção de olhos antipáticos; mas ele perseguia seus propósitos com intensidade tão absorta que alguns estudantes começaram a reverenciá-lo como um santo. Sob a chefia de Inácio dedicaram-se a exercícios espirituais de oração, penitência e contemplação. Em 1529 transferiu-se para o Collège Ste.-Barbe, onde também reuniu discípulos. Seus dois companheiros de quarto vieram por diferentes caminhos a crer na santidade dele. Petrus Faber, quando pastor nos Alpes saboianos, sofrera extremamente de medos supersticiosos ou reais, e sob a influência deles jurara castidade perpétua. Agora, com 20 anos de idade, ocultava, com suas maneiras disciplinadas, uma alma que lutava febrilmente contra as tentações da carne. Inácio, embora não tivesse qualquer pretensão a inteligente, tinha o poder de perceber a vida interior dos outros, graças à intensidade da sua. Conjeturou o problema de seu amigo mais jovem e assegurou-lhe que os impulsos do corpo podem ser dominados por uma vontade exercitada. Como exercitar a vontade? Com exercícios espirituais, respondeu Inácio. Praticaram-nos juntos.

O outro companheiro de quarto, Francisco Xavier, era de Pamplona, onde Loyola servira como militar. Possuía longa linha de ancestrais ilustres; era formoso, rico, orgulhoso, jovial espadachim que conhecia as tabernas de Paris e suas moças.[32] Ria-se dos dois ascetas e jactava-se do êxito que tinha com as mulheres. Todavia, era talentoso nos estudos: já possuía o grau de professor e almejava o doutorado. Um dia, Francisco Xavier avistou um homem cujo rosto estava coberto de pústulas de sífilis; parou para raciocinar. Uma vez, quando explanava sua ambição de brilhar no mundo, Inácio citou-lhe tranqüilamente o Evangelho: "De que vale um homem rico, se ele

ganhar o mundo todo e perder sua própria alma?" Xavier ressentiu-se com a pergunta, mas não podia esquecê-la. Começou a reunir-se a Inácio e a Faber em seus exercícios espirituais; talvez seu orgulho o estimulasse a igualar os outros dois na força para suportar as privações, o frio e a dor. Flagelavam-se, jejuavam, deitavam-se mal agasalhados no piso de um aposento frio; ficavam de pés descalços e quase despidos na neve, para endurecer até subjugar o corpo.

Os exercícios espirituais a princípio adotados em Manresa atingiam agora forma mais definida. Inácio modelou-os segundo o *Exercitatorio de la vida espiritual* (1500) de Don García de Cisneros, abade beneditino de Montserrat;[33] vazou, porém, nesse molde, um fervor de sentimento e imaginação que fez de seu livrinho uma força viva da história moderna. Inácio tomou como ponto de partida a infalibilidade da Bíblia e da Igreja; o juízo individual em religião, afirmava ele, constituía a pretensão vã e estéril dos espíritos orgulhosos e fracos. "Devemos estar sempre prontos a crer que o que nos parece branco é preto se a hierarquia da Igreja assim o definir."[34] Para escapar à condenação eterna devemos exercitar-nos para ser servos obedientes de Deus e de Seu vigário na terra, a Igreja.

Ao primeiro exercício espiritual devemos recordar nossos vários pecados, e considerar quanto castigo merecem. Lúcifer foi condenado ao inferno por um pecado; e não constitui cada pecado nosso como que uma rebelião contra Deus? Façamos a conta diária de nossos pecados por marcas em linhas que representam dias, e esforcemo-nos por reduzir todos os dias as marcas. Ajoelhando em nosso quarto ou em nossa cela às escuras, imaginemo-nos no inferno tão vividamente quanto o pudermos; devemos evocar todos os horrores desse fogo eterno; devemos visionar os tormentos dos condenados, ouvir seus choros de dor e gritos de desespero; devemos inspirar o cheiro fétido do enxofre e da carne queimando; devemos tentar sentir essas línguas de fogos lambendo nossos corpos e, então, perguntarmos a nós mesmos: Como podemos escapar dessa agonia eterna? Só através do sacrifício redentor que o próprio Deus, em Cristo, ofereceu na cruz. (Note-se que Lutero passou pelos mesmos medos do inferno, as mesmas austeridades de penitência, a mesma libertação através da fé no sacrifício redentor de Cristo, que caracterizam a vida de Inácio de Loyola.) Contemplemos depois a vida de Cristo em todos os pormenores; devemos ter presentes na imaginação esses acontecimentos, que são os mais profundos da história do mundo. Devemos em pensamento ajoelhar-nos ante as santas figuras dessa epopéia divina e beijar-lhes a orla de seus mantos. Depois de duas semanas de tais meditações, devemos acompanhar Cristo através de cada passo de Sua Paixão e de cada estação da via sacra; devemos rezar com Ele em Getsêmani, sentir-nos flagelados com Ele, cuspidos, pregados na cruz; devemos sofrer cada momento de Sua agonia, devemos morrer com Ele, jazer ao lado Dele no túmulo. E, na quarta semana, devemos imaginar-nos saindo triunfantes da sepultura, subindo finalmente com Ele aos céus. Fortalecidos por essa visão santa, devemos estar prontos a juntarmo-nos como soldados dedicados na batalha para derrotar Satanás e conquistar homens para Cristo; e nessa guerra santa devemos suportar alegremente todas as agruras e despender prazerosamente nossa vida.

Esse convite a uma vida de devoção achou nove estudantes de Paris dispostos a aceitá-la. Os jovens enérgicos, sentindo pela primeira vez a ininteligibilidade do mundo, e ansiando por algum ancoradouro de crença e esperança em um mar de dúvidas e temores, devem ter sido levados, graças à extensão das exigências que se lhes faziam, a dedicar seus destinos, vidas e salvação ao plano de Inácio. Ele propôs-

lhes que, na ocasião oportuna, fossem juntos à Palestina e vivessem lá vida tanto quanto possível igual à de Cristo. A 15 de agosto de 1534, Inácio, Faber, Xavier, Diego Laynez, Alonso Salmeron, Nicolau Bobadilla, Simon Rodriguez, Claude Le Jay, Jean Codure e Paschase Broet, em uma capelinha de Montmartre, fizeram os votos de castidade e pobreza, e prometeram a si mesmos que, após mais dois anos de estudo, iriam viver na Terra Santa. Não tinham, ainda, nenhuma noção aparente de combate ao protestantismo; o islamismo parecia-lhes ser o maior desafio. Não tinham nenhum interesse em disputas teológicas — o que almejavam era a santidade. O movimento deles funda-se mais no misticismo espanhol que nos conflitos intelectuais do tempo. O melhor argumento seria uma vida santa.

No inverno de 1536-37 atravessaram a França, subiram os Alpes, e cruzaram a Itália até Veneza, onde esperavam encontrar passagem para Jafa. Veneza, porém, estava em guerra com os turcos; a excursão era impossível. Durante a espera Inácio conheceu Caraffa, juntando-se por algum tempo aos teatinos. A experiência dele com esses padres devotos teve alguma influência na mudança de seu plano de viver na Palestina para servir à Igreja na Europa. Ele e seus discípulos concordaram em que, se depois de um ano de espera, a Palestina ainda lhes estivesse fechada, oferecer-se-iam ao papa para qualquer serviço que lhes quisesse atribuir. Faber obteve permissão para que todos fossem ordenados padres.

Por esse tempo Inácio tinha 46 anos. Estava calvo e ainda coxeava ligeiramente, por causa do ferimento. A sua altura, de 1,58 metro, tê-lo-ia feito insignificante não fora a finura aristocrática de feições, o nariz e o queixo afilados, os olhos negros, sombrios, profundos e penetrantes, o semblante grave e concentrado; era já o santo absorto e quase triste. Não foi, de modo algum, perseguidor de ninguém; embora aprovasse a Inquisição,[35] foi mais vítima do que agente dela. Era severo mas generoso; servia voluntariamente os doentes dos hospitais e da peste. Seu sonho era obter conversões não pela fogueira ou pela espada e sim com o cativar o caráter da juventude maleável e formá-lo firmemente para a fé. Fundador da ordem educativa mais bem-sucedida da história, pouca ênfase punha no saber ou no intelecto. Não foi um teólogo, não partilhou dos argumentos e refinamentos dos escolásticos; preferia a percepção direta à compreensão pelo raciocínio. Não discutiu a existência de Deus, de Maria e dos santos; estava convencido de que os vira. Sentia-os mais perto de si que qualquer objeto ou pessoa que estivesse à sua volta; a sua maneira era um homem impregnado de Deus. Todavia, as experiências místicas dele não o incapacitavam para as coisas práticas. Combinava a flexibilidade dos meios com a inflexibilidade dos fins. Não justificaria todos os meios por um fim que julgasse bom, mas aceitando seu tempo, moderou suas esperanças e exigências, ajustou seus métodos aos caracteres e às condições, empregou a diplomacia quando necessário, julgava os homens astutamente, escolhia ajudantes e agentes adequados e dirigia os homens como se fosse — como realmente se julgava — um general comandando uma companhia marcial. Deu ao seu pequeno bando um nome militar, *Compañia de Jesú*; eram soldados alistados por toda a vida na guerra contra a descrença e a dissolução da Igreja. Pela sua parte, como fato lógico e necessário, eles aceitaram a disciplina militar da ação coordenada sob comando absoluto.

No outono de 1537, Inácio, Faber e Laynez partiram de Veneza para Roma, a fim de pedir a aprovação papal aos seus planos. Fizeram toda a viagem a pé, mendigaram o sustento, vivendo sobretudo de pão e água. Mas cantavam alegremente salmos à

medida que caminhavam, como se soubessem que do seu pequeno número sairia uma poderosa e brilhante organização.

V. OS JESUÍTAS

Chegando a Roma não pediram imediatamente audiência ao Papa, pois Paulo III estava imerso em críticos problemas de diplomacia. Foram trabalhar no hospital espanhol, trataram os doentes e ensinaram os jovens. Em princípios de 1538 Paulo recebeu-os e ficou impressionado com seu desejo de ir para a Palestina e viver lá como monges exemplares; ele e alguns cardeais contribuíram com 210 coroas ($5,250?) para pagar a passagem do grupo. Quando aqueles homens devotados resolveram abandonar a idéia por impraticável, devolveram o dinheiro aos doadores.[36] Os membros que tinham ficado no norte foram convidados a vir a Roma, somando a companhia, agora, 11 padres. Paulo III nomeou Faber e Laynez professores da Sapienza (a Universidade de Roma) enquanto Inácio e os restantes devotavam-se a obras de caridade e de educação. Inácio desenvolveu uma missão especial para converter prostitutas; com fundos reunidos das doações de seus patronos fundou a Casa de Marta para receber tais mulheres; e sua pregação fervorosa contra as transgressões sexuais trouxe-lhe muitos inimigos em Roma.

À medida que se recebiam novos candidatos na companhia, tornava-se necessário definir-lhe os princípios e a regra. Acrescentou-se o voto de obediência aos de castidade e pobreza; o "geral" escolhido por eles devia receber obediência em grau só suplantado pelo papa. Adotou-se um quarto voto: "servir o Pontífice Romano como vigário de Deus na terra" e "executar imediatamente e sem hesitação ou desculpa tudo o que o papa reinante ou seus sucessores lhes puder ordenar para a salvação das almas ou para a propagação da fé", em qualquer parte do mundo. Em 1539 Inácio pediu ao cardeal Contarini para submeter esses artigos da organização a Paulo III e requerer a confirmação papal da companhia como uma nova ordem. O Papa mostrou-se favorável; alguns cardeais não concordaram pensando que o grupo fosse de extremistas difíceis de dirigir; Paulo, porém, venceu-lhes as objeções e, pela bula *Regimini militantis ecclesiae* ("Para o governo da Igreja Militante") estabeleceu formalmente o que a bula chamou *Societas Jesu* — Companhia de Jesus (27 de setembro de 1540). Os membros foram propriamente chamados "Clérigos Regulares da Companhia de Jesus"; o nome "Jesuíta" não apareceu até 1544, tomando então, sobretudo, o sentido de termo satírico usado por Calvino e outros críticos;[37] nunca foi usado pelo próprio Inácio. Após sua morte o êxito da nova ordem tirou ao termo seu velho significado e, no século XVI, tornou-se um sinal de honra.

A 17 de abril de 1541 Inácio foi eleito geral. Por muitos dias, depois disso, lavou pratos e desempenhou os mais humildes ofícios.[38] Durante os últimos anos de sua vida (estava então com 50 anos) fez de Roma o seu lar, tornando-se a cidade o quartel-general permanente da companhia. Entre 1547 e 1552, depois de muita reflexão e experiência, Inácio promulgou as Constituições que, com alterações menores, constituem a regra dos jesuítas de hoje. A autoridade final da ordem devia residir nos membros totalmente "professos". Estes deviam escolher dois delegados de cada província, e esses delegados — juntamente com os chefes provinciais, o geral e seus ajudantes — comporiam a "Congregação Geral". Esta deveria, quando o momento o exigisse, eleger um novo geral, e depois delegaria sua autoridade a ele, na medida em que não co-

metesse nenhuma ofensa grave. Foi-lhe atribuído um "admonitor" e quatro assistentes, que deveriam assistir a todos os seus atos, adverti-lo de qualquer falta grave e, se necessário, convocar a Congregação Geral para depô-lo.

Os candidatos à admissão eram obrigados a passar dois anos de noviciado, durante os quais deveriam ser exercitados nos propósitos e na disciplina da sociedade, instruir-se nos exercícios espirituais, realizar deveres servis e submeter-se aos superiores em absoluta "obediência santa". Deviam pôr de lado sua vontade individual e permitir que lhes dessem ordens como a soldados, devendo comportar-se "como cadáveres";[39] deviam aprender a sentir que ao obedecer aos superiores estavam obedecendo a Deus. Deviam concordar em relatar as faltas dos companheiros a seus superiores e a não guardar nenhum ressentimento quando eles próprios fossem delatados.[40] Essa disciplina era rigorosa mas discriminadora e flexível; raramente esmagou a vontade ou destruiu a iniciativa. Aparentemente a boa vontade em obedecer é o primeiro passo para aprender a mandar, por esse exercício produziu-se grande número de homens capazes e empreendedores.

Os que sobrevivessem a esse noviciado de experiência tomariam votos "simples" — revogáveis — de pobreza, castidade e obediência, entrando para a "segunda classe". Alguns ficariam nessa situação como irmãos leigos; alguns, como "escolásticos formados" que aspiravam ao sacerdócio, estudariam matemática, os clássicos, filosofia e teologia, e lecionariam em escolas e colégios. Os que passassem pelas provas seguintes seriam admitidos na terceira classe — "coadjutores formados"; e alguns destes podiam ascender à quarta classe — os "professos" — todos padres, preparados especialmente para empreender qualquer tarefa ou missão que lhes fosse designada pelo papa. Os "professos" constituíam geralmente pequena minoria — dificilmente mais que um décimo de toda a companhia.[41] As quatro classes deveriam viver em comum como monges, mas, em vista de seus vários deveres administrativos e pedagógicos, estavam isentas da obrigação monástica de recitar as horas canônicas. Não se exigia nenhuma prática ascética, embora, conforme os casos, pudessem ser aconselhadas. Deveria haver moderação no comer e no beber, mas nenhum jejum rigoroso; tanto o corpo quanto o espírito deviam estar preparados para todas as tarefas. Os membros podiam manter propriedades, na medida em que já as possuíssem no momento de entrar para a ordem; mas toda a renda delas proveniente devia reverter para a companhia, que esperava ser a herdeira final. Cada posse e cada ação dos jesuítas devia dedicar-se *ad majorem Dei gloriam* — para maior glória de Deus.

Raramente uma instituição levou de modo tão definido a marca de uma personalidade. Inácio viveu o tempo bastante para rever as Constituições, até ao nível de regra perfeitamente operante. De seu aposento pequeno e despojado guiou com autoridade severa e grande perícia os movimentos de seu reduzido exército em todos os cantos da Europa e em muitas outras partes do globo. A tarefa de governar a companhia e de estabelecer e administrar dois colégios e várias fundações de caridade em Roma mostrou-se demasiada para suas forças, à medida que ele envelhecia; e, embora bondoso para com os fracos, tornou-se cruelmente áspero para com os subordinados mais chegados.[42] Era mais severo para consigo mesmo. Fazia muitas refeições de um punhado de nozes, um pedaço de pão e um copo de água. Muitas vezes só destinava quatro horas por dia para dormir e chegou a reduzir a meia hora por dia o período em que se permitia visões e inspiração celestiais.[43] Quando ele morreu (1556) muitos romanos sentiram que deixara de soprar um vento cortante — e talvez alguns de seus

companheiros misturassem alívio com pesar. Os homens não podiam compreender, tão rapidamente, que esse espanhol indomável viria a ser uma das personalidades mais influentes da história moderna.

À sua morte a companhia tinha aproximadamente um milhar de membros, dos quais talvez 35 eram "professos".[44] Depois de disputas que demonstraram considerável vontade de poder em jesuítas supostamente falhos de vontade, Diego Laynez foi escolhido geral (1558); o fato de ter ele antepassados judeus na quarta geração tornou-o inaceitável para alguns grandes de Espanha, que tinham certa influência na ordem.[45] O Papa Paulo IV, temeroso de que o cargo de geral dos jesuítas, devido a sua natureza vitalícia, pudesse chegar a rivalizar com o papado, ordenou que se revissem as Constituições, a fim de limitar o termo do geral para três anos; Pio IV, porém, revogou a ordem, e o geral tornou-se (como as gerações posteriores o chamariam, por causa da sua batina negra) o "Papa Negro". Depois de Francisco Bórgia, duque de Gandia, entrar para a ordem e dotá-la com sua riqueza, a companhia cresceu rapidamente em tamanho e poder. Quando ele se tornou o terceiro geral (1565), ela possuía 3.500 membros, vivendo em 130 casas espalhadas por 18 províncias ou países.

A Europa não constituía senão pequeno setor de suas atividades. A companhia enviava missionários à Índia, à China, ao Japão e ao Novo Mundo. Na América do Norte foram exploradores aventureiros e indomáveis, sofrendo todas as atribulações como dádiva de Deus. Na América do Sul fizeram mais que qualquer outro grupo para desenvolver a educação e a agricultura científica. Em 1541, São Francisco Xavier deixou Lisboa em uma nau portuguesa e, após um ano de viagem e de trabalhos, chegou a Goa. Perambulou pelas ruas da cidade, com um sino na mão, para reunir uma audiência; isto feito, expôs a doutrina cristã com tal sinceridade e eloqüência, e exemplificou a ética cristã com tão alegre participação da vida de seus ouvintes mais pobres, que fez milhares de conversões entre hindus e muçulmanos, convencendo mesmo alguns cristãos portugueses expatriados endurecidos pela miséria. As curas que realizou foram, provavelmente, causadas pela sua confiança contagiante ou pelo incidental conhecimento de medicina que possuía; atribuíram-se-lhe, mais tarde, vários milagres, mas ele mesmo não proclamou nenhum. A bula papal que o canonizou (1622) atribuía-lhe o "dom das línguas" — a capacidade de falar qualquer língua quando o necessitasse; mas, na verdade, o heróico santo era lingüista pobre, que gastava horas para decorar sermões em tâmil, malaio ou japonês. Às vezes a fé que o possuía era muito forte para sua humanidade. Insistiu com Dom João III de Portugal para estabelecer a Inquisição em Goa,[46] e recomendou que não se ordenasse nenhum hindu, a menos que tivesse várias gerações de antepassados cristãos — não podia suportar o pensamento de um português confessando-se a um nativo.[47] Finalmente, deixou Goa, poliglota bastante para seus propósitos. "Quero estar onde não haja muçulmanos ou judeus. Dai-me pagãos completos!"[48] Estes eram mais fáceis de converter — achava ele — pois estavam menos enraizados em outra religião. Em 1549 partiu para o Japão, estudando a língua japonesa pelo caminho. Aportando a Kagoshima, São Francisco Xavier e seus companheiros pregaram nas ruas, sendo cortesmente ouvidos pelo povo. Dois anos mais tarde voltou a Goa, aplacou certa desordem que surgira entre os cristãos da cidade e, depois, partiu a converter a China (1552). Depois de muitas dificuldades, parou na ilha de Chang-Tschouen, abaixo da foz do rio de Cantão. O imperador da China considerava crime de morte a entrada de um europeu no país; todavia, São Francisco Xavier tê-lo-ia enfrentado se conseguisse achar a passa

gem. Enquanto aguardava, caiu doente. Morreu no dia 2 de dezembro de 1552, exclamando: "Em Vós confiei, Senhor; não me deixeis confundido para sempre."[49] Estava com 46 anos de idade.

Os jesuítas mostraram, na Europa, a mesma devoção que aplicavam nas missões estrangeiras. Continuavam nos postos em tempos de pestes, o que os inclinava à doença.[50] Pregavam a todas as classes, acomodando a linguagem a cada situação. A educação superior e as boas maneiras deles tornavam-nos os confessores favoritos das mulheres e dos fidalgos e, finalmente, dos reis. Participavam ativamente dos negócios do mundo, mas com prudência e tato; Inácio aconselhara-os de que mais prudência e menos piedade era melhor que menos prudência e mais piedade.[51] Em regra, eram homens de alta qualidade moral; as faltas que mais tarde lhes assacaram foram raríssimas no período de que falamos.[52] Embora os jesuítas, como ordem, aprovassem a Inquisição,[53] permaneceram afastados dela, preferindo operar através da educação. O seu número limitado obrigava-os a deixar aos outros a instrução de crianças; concentravam-se, pois, na educação secundária. Achando, porém, as universidades já ocupadas por outras ordens, ou pelo clero secular ou protestante, organizaram colégios próprios e procuraram instruir jovens escolhidos, os quais deveriam constituir centros de influência na geração seguinte. Os jesuítas tornaram-se os maiores educadores de seu tempo.

Em pontos importantes da Europa, estabeleceram *studia inferiora* — correspondentes aos *Gymnasien* alemães e aos *lycées* franceses — e *studia superiora* — universidades. Às vezes, como em Coimbra e Louvain, eram capazes de dirigir as universidades existentes. Espantavam os concorrentes porque davam instrução grátis. O currículo parece que devia algo às escolas fundadas na Holanda e na Alemanha pelos Irmãos da Vida Comum, algo ao *Gymnasium* de Sturm, em Estrasburgo, algo às academias humanistas da Alemanha e da Itália. Baseava-se nos clássicos e era dado em latim; o vernáculo era proibido aos estudantes, a não ser nos feriados.[54] Restaurou-se, nos graus superiores, a filosofia escolástica. A educação do caráter — da moral e das maneiras — recebeu ênfase nova e estava em ligação estreita, mais uma vez, com a crença religiosa. A fé tradicional era inculcada diariamente, e um regime de oração, meditação, confissão, comunhão, missa e teologia impregnou de tal modo os estudantes de ortodoxia que poucos, durante o século XVI, extraviaram-se desse caminho comum. O humanismo, expurgado do paganismo, tomou cor cristã. O sistema tinha sérios defeitos: confiava demasiado na memória e desencorajava a originalidade. Tal como os outros currículos do tempo, era deficiente nas ciências e expurgava a história para dominar o presente. E, todavia, um pensador tão independente quanto Francis Bacon diria das escolas jesuítas: "Tais como são, oxalá assim fossem as nossas."[55] Nos dois séculos seguintes, seus graduados destacar-se-iam em quase todos os setores da vida, com exceção da pesquisa científica.

Pelo tempo da morte de Inácio de Loyola havia uma centena de colégios jesuítas. Graças à educação, à diplomacia e à devoção, graças ao fervor dirigido pela disciplina, graças à coordenação de fins e à habil variação dos meios, os jesuítas fizeram retroceder a onda protestante e readquiriram, para a Igreja, grande parte da Alemanha, a maior parte da Hungria e da Boêmia e toda a Polônia cristã. Raras vezes um grupo tão pequeno conseguiu tanto tão rapidamente. O prestígio e a influência da companhia aumentavam de ano para ano, até que, decorridos 20 anos após seu estabelecimento formal, foi reconhecida como o mais brilhante produto da Reforma Católica. Quan-

do, finalmente, a Igreja ousou convocar o concílio geral que a Europa, havia tanto tempo, aguardava para lhe aquietar a luta teológica e tratar as feridas religiosas, foi a um punhado de jesuítas — à sua cultura, lealdade, discrição, desenvoltura e eloqüência — que os papas confiaram a defesa de sua autoridade desafiada e a preservação incólume da fé antiga.

CAPÍTULO XXXIX

Os Papas e o Concílio

1517-65

I. OS PAPAS EM BAY

DEIXAMOS para o fim a tarefa difícil, para um não-católico, de julgar e descrever imparcialmente a reação dos papas ao desafio da Reforma.

A princípio foi uma reação de surpresa dolorosa. Os papas do período reformista, talvez com uma exceção, foram homens bondosos, na medida em que um estadista pode sê-lo; não abnegados e puros, mas basicamente decentes, humanos e inteligentes, e sinceramente convencidos de que a Igreja era uma instituição não só magnífica em suas realizações mais ainda indispensável à saúde moral e à paz mental do homem europeu. Concedendo que os ministros humanos da Igreja tivessem caído em sérios abusos, não havia defeitos equivalentes ou piores em todas as administrações seculares? E, se alguém hesitava em derrubar governos civis por causa da voracidade dos príncipes e dos peculatos dos funcionários, se hesitaria menos em subverter uma Igreja que foi, durante mil anos, através da religião, da educação, da literatura, da filosofia e da arte, a mãe que alimentou a civilização européia? E se alguns dogmas, que se tinham considerado úteis para incrementar a moral e a ordem parecessem de digestão difícil ao historiador ou ao filósofo — seriam as doutrinas propostas pelos protestantes tão mais racionais ou críveis que a diferença justificasse a subversão da Europa? De todos os modos, as doutrinas religiosas determinam-se não pela lógica de poucos e sim pelas necessidades de muitos; essas doutrinas constituíam um arcabouço de crença dentro do qual o homem comum, inclinado por natureza a inúmeras ações insociais, podia tornar-se suficientemente disciplinado e autodominado, de modo a possibilitar a sociedade e a civilização. Deixemos ruir esse arcabouço e será preciso edificar outro, talvez depois de séculos de desordem moral e psíquica; pois não concordavam os reformadores com a Igreja em que um código moral seria ineficaz a menos que apoiado pela crença religiosa? Quanto às classes intelectuais, estavam elas mais livres ou felizes sob os príncipes protestantes do que sob os papas católicos? ("Antes da revolta luterana" — diz um dos mais vigorosos e eruditos críticos da Igreja — "permitia-se muito mais liberdade de pensamento e de palavra em toda a Europa católica." Henry C. Lea, *History of the Inquisition in Spain*, III, pág. 411.) Não tinha a arte florescido sob a chefia da Igreja e não estiolou sob a hostilidade dos reformadores, que queriam arrebatar ao povo as imagens que lhe alimentavam a poesia e a esperança de sua vida? Que razões imperiosas tinham os espíritos cultivados para pulverizar a cristandade em seitas sem conta, cada uma vilipendiando e nulificando a outra, individualmente impotentes ante os instintos humanos?

Não podemos saber quais eram os sentimentos dos papas da Reforma, pois os efetivos condutores de homens raramente publicam suas filosofias. Podemos, porém, imaginar o estado de espírito de Leão X (1513-21), que viu o papado oscilar sob seus pés tão logo subiu ao sólio pontifício. Leão era homem como muitos de nós — culpados de pecado e negligência criminosa, mas, seja como for, digno de perdão. Era, normalmente, o mais bondoso dos homens, alimentando metade dos poetas de Roma; todavia, perseguiu os hereges de Brescia até à morte e acreditava que se pudessem erradicar da humanidade as idéias revolucionárias pelo jogo. Foi tão paciente com Lutero quanto se podia exigir de um papa e de um Médici. Imaginemos a situação inversa — e como o Papa Martinho Lutero teria eliminado o rebelde Leão da terra! Leão entendeu mal a Reforma, tomando-a por uma disputa malcriada entre monges inocentes. E, todavia, já em 1516, no verdadeiro início de seu pontificado, Gianfrancesco Pico della Mirandola (sobrinho do mais famoso Pico della Mirandola), fizera ante o Papa e os cardeais notável exposição, "pintando da maneira mais sombria a corrupção que se alastrava no seio da Igreja" e predizendo que "se Leão... recusar tratar os ferimentos, deve-se temer que Deus não queira, de modo algum, aplicar um remédio tardio, e sim cortar e destruir os membros doentes mediante o fogo e a espada".[1] Apesar dessa advertência, Leão absorveu-se em manter, para a proteção dos Estados Papais, uma balança de poder entre a França e o Império; "ele nunca dedicou um pensamento" — diz um historiador católico — "à reforma em grande escala que se tornara necessária.... A Cúria Romana estava mais mundana do que nunca".[2]

A melhor prova de que a reforma só poderia vir por um sopro de fora foi o malogro de Adriano VI (1522-23). Admitindo candidamente os abusos e empreendendo reformá-los por cima, Adriano foi ridicularizado e ultrajado pelos romanos, sob a alegação de que ele lhes ameaçava o fluxo de ouro transalpino; e, depois de dois anos de luta contra esse egoísmo estúpido, Adriano morreu de frustração.

A tempestade acumulada desencadeou-se sobre a cabeça de Clemente VII (1523-34). Do ponto de vista intelectual e moral, Clemente estava entre os melhores papas, humano e generoso, defendendo os judeus acossados, puro entre a devassidão sexual e financeira que o cercava, e continuando a alimentar, com patrocínio inteligente, até o fim de sua agitada vida, a arte e a literatura da Itália. Talvez fosse demasiado culto para ser administrador bem-sucedido; a inteligência dele era aguda o bastante para ver as boas razões no caso de cada crise; seu saber debilitava-lhe a coragem e as vacilações anulavam-lhe todas as forças. Não podemos negar toda a simpatia a homem tão bem-intencionado, que viu Roma saqueada sob os próprios olhos e viu-se preso por um plebeu e um imperador; que foi impedido por esse imperador de buscar uma paz razoável com Henrique VIII; que teve de fazer a amarga escolha entre perder Henrique e a Inglaterra ou Carlos e a Alemanha; que, quando protestou contra a aliança de Francisco com os turcos, foi avisado por esse Rei Cristianíssimo de que se o Papa protestasse mais uma vez, a França se afastaria do papado. Nunca um papa bebera o cálice do ofício de borras tão amargas.

Os erros que cometeu foram catastróficos. Quando calculou erroneamente o caráter e os recursos de Carlos, e assim provocou o Saque de Roma, desferiu um golpe sobre o papado que encorajou a Alemanha do norte a renunciar à obediência a Roma. Quando coroou o homem que permitira esse ataque, perdeu até mesmo o respeito do mundo católico. Clemente rendeu-se a Carlos em parte devido à falta de força material pa-

ra resistir, e em parte porque temia que um imperador afastado de si pudesse convocar um concílio geral de leigos e clérigos, tomar as rédeas de ambos os poderes, eclesiástico e secular, completar a submissão da Igreja ao violento Estado e mesmo depô-lo como bastardo.[3] Se fosse dotado da coragem que seu tio Lourenço de Médicis demonstrara em Nápoles, em 1479, Clemente teria tomado a iniciativa e convocaria um concílio que, sob sua chefia liberal, poderia ter reformado a moral e a doutrina da Igreja e assim salvo a unidade da cristandade ocidental.

Seu sucessor parecia, à primeira vista, ter todos os requisitos de inteligência e caráter. Nascido em uma família rica e culta, instruído nos clássicos por Pomponius Laetus, crescendo como humanista entre os Médicis em Florença, favorecido por um papa a quem sua irmã enredara com seus encantos, feito cardeal aos 25 anos (1493), provando seu ânimo em difíceis tarefas diplomáticas, elevado à preeminência indiscutida no colégio de cardeais e unanimemente eleito papa em 1534, Alessandro Farnese, como Paulo III, foi universalmente reconhecido como o homem próprio para o mais alto cargo do mundo cristão. A consideração de que gozava sofreu pouco pelo fato de ter procriado quatro filhos antes de ser ordenado padre (1519). Todavia, tanto o caráter como a carreira dele revelam incerteza e contradições, em parte devido a sua posição oscilante entre a Renascença que amava e a Reforma que não podia compreender ou perdoar. Frágil de corpo, sobreviveu a 15 anos de tempestades políticas e domésticas. Provido de todo o saber de seu tempo, recorria regularmente a astrólogos para determinar a hora mais favorável para uma viagem, uma decisão e mesmo uma audiência.[4] Homem de sentimento forte, dado a temporários acessos de fúria, foi célebre pelo seu autodomínio. Cellini, que ele mandaria prender, descreve-o "como alguém que não tinha nenhuma fé em Deus ou em qualquer coisa".[5] Isto parece extremo. Certamente Paulo tinha fé em si mesmo, até que, nos últimos anos, o comportamento de sua progênie enfraqueceu-lhe a vontade de viver. Foi punido por onde pecara: restaurou o nepotismo que caracterizara o papado da Renascença, deu Piacenza e Parma a seu filho Pierluigi e Camerino a seu neto Otávio, tornou sobrinhos de 14 e 17 anos cardeais, elevando-os à dignidade apesar da notória imoralidade deles. Tinha caráter sem moral e inteligência sem sabedoria.

Paulo reconhecia a justiça das críticas dos reformadores à administração da Igreja e, se a regeneração eclesiástica fosse o único obstáculo à reconciliação, poderia ter acabado com a Reforma. Em 1535 enviou Pierpaolo Vergerio para sondar alguns chefes protestantes sobre a convocação de um concílio geral mas não prometeu qualquer mudança substancial na fé definida ou na autoridade dos papas. Vergerio regressou da Alemanha pior que de mãos vazias, pois informou que os católicos da terra juntavam-se aos protestantes na dúvida quanto à sinceridade do Papa em propor um concílio,[6] e que o arquiduque Fernando lamentava não poder encontrar um confessor que não fosse fornicador, bêbado ou ignorante.[7] Paulo tentou de novo em 1536: encarregou Peter van der Vorst de estabelecer as condições para um concílio com os luteranos, mas Peter foi repelido pelo eleitor da Saxônia e nada conseguiu. Finalmente, Paulo fez o esforço final da Igreja para chegar a entendimento com seus críticos: enviou, para uma conferência em Ratisbona, o cardeal Gasparo Contarini, homem de sinceridade indiscutida no movimento católico a favor da reforma.

Não podemos deixar de encarar com simpatia o velho cardeal que arrostou com as neves dos Apeninos e dos Alpes, nos meses de fevereiro e março de 1541, ansioso de coroar sua vida com a organização da paz religiosa. Em Ratisbona todos se impressio-

naram com a modéstia, a simplicidade e a boa vontade dele. Serviu, com santa paciência, de medianeiro entre os católicos Eck, Pflug e Gropper e os protestantes Melanchthon, Bucer e Pistorius. Chegou-se a acordo quanto ao pecado original, ao livre-arbítrio, ao batismo, à confirmação e às ordens sacras e, no dia 3 de maio, Contarini escreveu alegremente ao cardeal Farnese: "Deus seja louvado! Ontem os teólogos católicos e protestantes chegaram a acordo quanto à doutrina da justificação." Sobre a eucaristia, porém, não se chegou a nenhum ajuste aceitável. Os protestantes não queriam admitir que um sacerdote pudesse transformar o pão e o vinho no corpo e sangue de Cristo; os católicos, por sua vez, sentiam que capitular na transubstanciação seria entregar a verdadeira essência da missa e do ritual romano. Contarini regressou a Roma exausto de malogro e pesar, apenas para ser estigmatizado como luterano pelos adeptos rigidamente ortodoxos do cardeal Caraffa. O próprio Paulo III não estava certo de poder aceitar as fórmulas que Contarini assinara; contudo, fez-lhe recepção carinhosa e nomeou-o legado papal em Bologna. Contarini morreu nessa cidade, cinco meses depois de ter chegado.

A política religiosa tornou-se mais turva e confusa do que nunca. Paulo admirar-se-ia se a reconciliação dos protestantes com a Igreja desse a Carlos V uma Alemanha tão unida e pacífica que o imperador ficasse livre para ligar seus reinos do norte e do sul da Itália, apropriando-se dos Estados Papais e terminando com o poder temporal dos papas. Francisco I, temendo também a pacificação da Alemanha, acusou Contarini de ter-se rendido vergonhosamente aos hereges, prometendo apoio total a Paulo III se rejeitasse de modo firme a paz com os luteranos[8] — com os quais Francisco procurava aliar-se. Paulo parece ter chegado à conclusão de que o entendimento religioso seria politicamente um desastre. Em 1538, graças a uma diplomacia brilhante, levou Carlos V e Francisco I a assinarem uma trégua em Nice; depois, com Carlos V firme no Ocidente, insistiu para que ele caísse sobre os luteranos. Quando Carlos V estava próximo da vitória (1546), Paulo retirou o contingente papal que lhe remetera, pois se atemorizara de novo à idéia de que um imperador sem problemas protestantes na retaguarda fosse tentado a subjugar toda a Itália. O Papa tornou-se, por um momento, protestante, encarando o luteranismo como protetor do papado — tal como Solimão fora protetor do luteranismo. Entretanto, a outra defesa que tinha contra Carlos V — Francisco I — aliava-se com os turcos, que repetidamente ameaçavam invadir a Itália e atacar Roma. Deve-se perdoar alguma vacilação em um papa tão atormentado e acossado, armado com um punhado de homens e defendido por uma fé que só os fracos pareciam acarinhar. Percebemos quão pequeno era o papel desempenhado pela religião nessas lutas pelo poder ao ouvirmos o comentário de Carlos V ao núncio papal, ao saber que Paulo III estava se voltando para a França: o Papa, disse o imperador, contraiu na velhice uma infecção geralmente adquirida na juventude, o *morbus gallicus*, o mal-francês.[9]

Paulo não imobilizou o protestanismo nem efetuou quaisquer reformas substanciais, mas revitalizou o papado e restaurou-o na grandeza e influência antigas. Permaneceu até o fim um papa da Renascença. Encorajou e financiou a obra de Miguel Ângelo e outros artistas, embelezou Roma com novas edificações e o Vaticano com a Sala Regia e a Cappella Paolina, tomou parte em brilhantes recepções, acolheu belas mulheres à mesa e recebeu, em sua corte, músicos, bufões, cantoras e dançarinas;[10] mesmo aos 80 anos este Farnese não era nenhum desmancha-prazeres. Ticiano transmitiu-nos a imagem dele numa série de retratos vigorosos. O melhor (no Museu de

Nápoles) mostra o pontífice, aos 75 anos, ainda forte, de face enrugada pelos problemas de Estado e de família mas com a cabeça ainda não curvada pelo tempo. Três anos depois Ticiano pintou um retrato quase profético (também em Nápoles) de Paulo e seus sobrinhos Otávio e Alessandro; o Papa, agora curvado e cansado, parece interrogar Otávio de modo suspicaz. Em 1547, Pierluigi, filho de Paulo, foi assassinado; em 1548 Otávio rebelou-se contra o pai, entrando em acordo com os inimigos de Paulo III para transformar Parma em feudo imperial. O velho Papa, derrotado até pelos filhos, capitulou diante da morte (1549).

Júlio III (1550-55) impôs-se a si mesmo um nome impróprio. Não tinha nada da virilidade, força e propósitos grandiosos do Júlio II; pelo contrário, retomou os métodos fáceis de Leão X, usufruindo o papado com afável prodigalidade, como se a Reforma tivesse morrido com Lutero. Caçava, mantinha truões, jogava quantias avultadas, patrocinava touradas, fez cardeal a um pajem que cuidava de seu macaco, e, de modo geral, deu a Roma o último toque de paganismo renascentista na moral e na arte.[11] Fora a Porta del Popolo, construiram Vignola e outros, a mando dele, a encantadora Villa di Papa Giulio (1553), tornando-a um centro de artistas, poetas e festividades. Acomodou-se pacificamente à política de Carlos V. Sofreu muito cedo de gota, e tentou curá-la com jejuns; esse epicureu papal parece ter morrido de temperança,[12] ou, segundo outros, de dissipação.[13]

O Papa Marcelo II foi quase um santo. Sua vida moral era irrepreensível, sua devoção profunda, as nomeações que fez foram exemplares e os esforços para a reforma da Igreja, sinceros; mas morreu no vigésimo segundo dia de pontificado (5 de maio de 1555).

Como que para tornar evidente que a Contra-Reforma alcançara o papado, os cardeais elevaram então ao poder a alma e a voz do movimento de reforma da Igreja, o ascético Giovanni Pietro Caraffa, que adotou o nome de Paulo IV (1555-59). Já com 79 anos, era rigidamente fixo em suas opiniões, à execução das quais se dedicou com uma firmeza de vontade e uma intensidade de paixão que dificilmente se encontram em homens de sua idade. "O Papa" — escreveu o embaixador florentino — "é homem de ferro, e as próprias pedras sobre as quais caminha soltam faísca."[14] Nascido próximo a Benevento, trazia o ardor da Itália do sul no sangue, e seus olhos profundamente encovados pareciam irradiar fogo. Tinha temperamento vulcânico, e só o embaixador da Espanha, apoiado pelas legiões do duque de Alba, ousou opor-se a ele. Paulo IV odiava a Espanha por ter dominado a Itália; e como Júlio II e Leão X sonharam em expulsar os franceses, assim, o primeiro objetivo desse enérgico octogenário foi libertar a Itália e o papado do domínio hispânico-imperial. Acusou Carlos V de ser ateu em segredo,[15] filho lunático de mãe lunática, um "aleijado de corpo e alma";[16] estigmatizou o povo espanhol com o nome de ralé semítica[17] e jurou nunca reconhecer Filipe como vice-rei de Milão. Em dezembro de 1555 concluiu um tratado com Henrique II de França e Ercole II de Ferrara para expulsar todas as forças espanholas ou imperiais da Itália. Em caso de vitória, o papado ficaria com Siena, os franceses ganhariam Milão e fariam de Nápoles feudo papal; além disso, Carlos V e Fernando deviam ser depostos por terem aceito as condições luteranas em Augsburg.[18]

Por uma dessas comédias que podem ser vistas, a distância razoável, nas tragédias da história, Filipe II, o mais zeloso protetor da Igreja, viu-se em guerra com o papado. Ordenou, relutante, ao duque de Alba que conduzisse seu exército napolitano aos Estados Papais. Em poucas semanas, o duque, com 10.000 homens experimenta-

dos, esmagou as fracas forças do Papa, tomou cidade após cidade, saqueou Anagni, capturou Óstia e ameaçou Roma (novembro de 1556). Paulo sancionou um tratado entre a França e a Turquia, e seu secretário de Estado, cardeal Carlo Caraffa, apelou a Solimão para que atacasse Nápoles e a Sicília.[19] Henrique II enviou um exército à Itália, sob o comando de Francisco, duque de Guise, o qual retomou Óstia. O Papa exultou. A derrota dos franceses em Saint-Quentin, porém, obrigou o duque de Guise a voltar apressadamente para a França com seus homens, e Alba, sem resistência, avançou até as portas de Roma. Os romanos tremeram de horror, fazendo votos para que o pontífice estouvado morresse.[20] Paulo compreendeu que mais hostilidades poderiam repetir o Saque de Roma, e mesmo arrastar a Espanha à separação da Igreja Romana. No dia 12 de setembro de 1557 assinou a paz com o duque de Alba, que ofereceu condições suaves, pediu desculpas pela sua vitória e beijou o pé do Papa vencido.[21] Todo o território papal ocupado foi restaurado, mas confirmou-se a dominação espanhola de Nápoles, Milão e do papado. Tão completa foi essa vitória do Estado sobre a Igreja que, quando Fernando assumiu o título imperial de Carlos V em 1558, foi coroado pelos eleitores, sem que se permitisse, em qualquer parte da cerimônia, nenhum representante do Papa. Assim terminou a coroação, pelo papa, dos chefes do Sacro Império Romano Germânico; Carlos Magno ganhara finalmente o debate com Leão III.

Livre, de bom ou de mau grado, do peso da guerra, Paulo IV dedicou o resto de seu pontificado à reforma eclesiástica e moral já registrada. Rematou-a demitindo, tardiamente, seu licencioso secretário, o cardeal Carlo Caraffa, e banindo de Roma dois outros sobrinhos que lhe desonraram o pontificado. O nepotismo, que durante um século floresceu no Vaticano, foi enfim expulso.

II. CENSURA E INQUISIÇÃO

Foi sob o pontificado desse Papa de ferro que a censura de publicações alcançou a maior severidade e extensão, tornando-se a Inquisição um terror quase tão desumano em Roma quanto na Espanha. Provavelmente, Paulo IV sentia que a censura da literatura e a supressão da heresia constituíam deveres irrevogáveis de uma Igreja que — tanto na opinião protestante como na católica — fora fundada pelo Filho de Deus. Pois se a Igreja era divina, seus opositores deviam ser agentes de Satanás e, contra esses diabos, a guerra perpétua constituía obrigação religiosa para com um Deus insultado.

A censura era quase tão velha quanto a própria Igreja. Os cristãos de Éfeso, no tempo dos Apóstolos, queimavam livros de "artes singulares", diz-se que no valor de "50.000 peças de prata",[22] e o Concílio de Éfeso proibiu (150) a circulação dos *Acta Pauli*, por não serem canônicos.[23] Por diversas vezes os papas ordenaram a queima do Talmude ou de outros livros judeus. A tradução da Bíblia por Wyclif e outras versões protestantes foram proibidas, por conterem prefácios, notas e emendas anticatólicas. A imprensa aumentou a ansiedade da Igreja em manter seus membros livres da corrupção das falsas doutrinas. O Quinto Concílio de Latrão (1516) ordenou que daí em diante não se imprimisse nenhum livro sem exame e consentimento eclesiásticos. As autoridades seculares promulgaram suas próprias proibições de livros sem licença: o Senado de Veneza em 1508, a Dieta de Worms e os editos de Carlos V e Francisco I em 1521, o *parlement* de Paris em 1542; e, em 1543, Carlos V ampliou a fiscalização

eclesiástica de publicações à América espanhola. O primeiro índex geral de livros condenados foi publicado pela Sorbonne, em 1544, e a primeira lista italiana, pela Inquisição, em 1545.

Em 1559 Paulo IV publicou o primeiro *Index auctorum et librorum prohibitorum* papal. O documento registrava 48 edições heréticas da Bíblia e colocava 61 impressores e editores sob anátema.[24] Nenhum livro que tivesse sido publicado a partir de 1519, sem exibir os nomes do autor e do impressor, assim como o lugar e a data de publicação, devia ser lido por qualquer católico; e, por conseguinte, não era permitido ler nenhum livro que não tivesse obtido o *imprimatur* eclesiástico. Os livreiros e estudiosos alegaram que essas medidas os prejudicariam ou arruinariam, mas Paulo insistiu na absoluta obediência. Queimaram-se milhares de livros em Roma, Bologna, Nápoles, Milão, Florença e Veneza — 10.000 nesta cidade só em um dia.[25] Após a morte de Paulo, suas medidas foram criticadas por altos dignitários da Igreja como muito drásticas e indiscriminadas. O Concílio de Trento rejeitou o seu Índex, e promulgou uma proscrição mais ordenada, o "Índex Tridentino" de 1564. Em 1571 formou-se uma Congregação do Índex especial; para rever e reeditar a lista periodicamente.

Não é fácil julgar o efeito dessa censura. Paolo Sarpi, ex-monge e anticlerical, achava o índex "o melhor dos segredos jamais descobertos para... tornar os homens idiotas".[26] A censura contribuiu, provavelmente, para causar o declínio intelectual da Itália depois de 1600, da Espanha depois de 1700, mas os fatores econômicos e políticos foram mais importantes. A liberdade de pensamento, segundo o seu mais vigoroso historiador inglês, sobreviveu melhor nos países católicos do que nos protestantes; o absolutismo das Escrituras, imposto pelos teólogos protestantes, provou, até 1750, ser mais danoso à investigação e à especulação independentes que os índices e a Inquisição da Igreja.[27] De todos os modos o movimento humanista debilitou-se, tanto nos países católicos quanto nos protestantes. O interesse pela vida acentuou-se na literatura; o estudo do grego e o amor dos clássicos pagãos declinaram; e os teólogos triunfantes acusavam os humanistas italianos (não sem razão) de infiéis arrogantes e dissolutos.

A censura de livros foi frouxamente aplicada, até que Paulo IV confiou-a à Inquisição (1555). Essa instituição, estabelecida pela primeira vez em 1217, decaíra em poder e reputação sob a brandura dos papas da Renascença. Quando, porém, a tentativa final de reconciliação com os protestantes malogrou em Ratisbona, e as doutrinas protestantes surgiram na própria Itália, e mesmo entre o clero, e cidades inteiras como Luca e Módena ameaçaram tornar-se protestantes,[28] o cardeal Giovanni Caraffa, Inácio de Loyola e Carlos V insistiram na restauração da Inquisição. Paulo III rendeu-se (1542): nomeou Caraffa e outros cinco cardeais para reorganizar a instituição, dando-lhes poderes para delegar autoridade a certos eclesiásticos através da cristandade. Caraffa procedeu com a costumeira severidade, construiu quartéis-generais e uma prisão, e baixou regras aos subordinados:

1. Quando a fé está em perigo não deve haver nenhuma demora; ao contrário, à mais leve suspeita devem-se tomar medidas rigorosas com toda a celeridade.
2. Nenhuma consideração se deve ter por qualquer príncipe ou prelado, por muito alta que seja a sua posição.
3. Deve-se aplicar preferencialmente mais extrema severidade àqueles que ten-

tam abrigar-se sob a proteção dos poderosos. Só aquele que fizer confissão plena deverá ser tratado com bondade e compaixão paternal.

4. Nenhum homem se deve aviltar mostrando tolerância para com hereges de qualquer espécie, acima de tudo para com calvinistas.[29]

Paulo III e Marcelo II refrearam o ardor de Caraffa, reservaram-se o direito de perdão ante apelo. Júlio III era muito tíbio para interferir com Caraffa, queimando-se diversos hereges em Roma durante seu pontificado. Em 1550 a nova Inquisição ordenou o julgamento de qualquer clérigo católico que não pregasse contra o protestantismo. Quando Caraffa se tornou Paulo IV, a instituição foi posta em pleno movimento e, sob seu "rigor super-humano" — declarou o cardeal Seripando — "a Inquisição adquiriu tal reputação que de nenhum outro tribunal da terra se esperariam sentenças mais horríveis e atemorizadoras".[30] Ampliou-se a jurisdição dos inquisidores a fim de abranger a blasfêmia, a simonia, a sodomia, a poligamia, o estupro, o proxenetismo, a violação dos regulamentos da Igreja sobre o jejum e muitas outras transgressões que não tinham nada a ver com heresia. Citemos de novo um grande historiador católico.

> O açodado e crédulo Papa dava ouvidos a toda denúncia, mesmo à mais absurda.... Os inquisidores, constantemente instigados pelo Papa, sentenciavam heresia em numerosos casos onde um observador calmo e circunspecto não teria descoberto um vestígio dela.... O invejoso e o caluniador mantinham-se inflexíveis no trabalho de apanhar palavras suspeitas pronunciadas por homens que foram esteios firmes da Igreja contra os inovadores, fazendo-lhes acusações infundadas de heresia... Começou um verdadeiro reino de terror que encheu de medo toda a cidade de Roma.[31]

No auge da fúria (31 de maio de 1557) Paulo ordenou a prisão do cardeal Giovanni Morone, bispo de Módena, e, a 14 de junho, obrigou o cardeal Pole a abdicar de seu cargo de legado na Inglaterra e a vir a Roma enfrentar julgamento por heresia; o Colégio de Cardeais, disse o Papa, até ele estava infectado de heresia. Pole foi protegido pela rainha Maria, que impediu que a intimação papal lhe fosse entregue. Morone foi acusado de ter assinado o acordo de Ratisbona sobre a justificação pela fé, de ter sido muito benévolo com os hereges sob sua jurisdição, e de ter sido amigo de Pole, Vittoria Colonna, Flaminio, e de outros indivíduos perigosos. Depois de 18 dias de prisão no Castelo de Santo Ângelo ele foi considerado inocente pelos inquisidores e foi libertado, mas recusou-se a deixar a cela até que Paulo reconhecesse a sua inocência. Paulo não o fez e Morone continuou preso até que a morte do Papa o libertou. Flaminio livrou-se da Inquisição pela morte mas, disse Paulo IV "queimamos seu irmão Cesare na praça diante da igreja de Minerva".[32] Com resolução imparcial o furioso pontífice perseguiu seus próprios parentes sob a suspeita de heresia. "Ainda que meu próprio pai fosse herege" — disse ele — "juntaria a lenha para queimá-lo".[33]

Felizmente, Paulo era mortal, e teve sua recompensa depois de quatro anos de governo. Roma celebrou-lhe a morte com quatro dias de tumulto alegre durante o qual a multidão lhe derrubou a estátua, arrastou-a pelas ruas, jogou-a ao Tibre, queimou os edifícios da Inquisição, libertou os prisioneiros, e destruiu-lhe os documentos.[34] O Papa teria retrucado que só um homem de sua austeridade e coragem inflexíveis poderia reformar a moral de Roma e os abusos da Igreja, e que ele teve êxito nessa tarefa onde seus predecessores falharam. Foi pena que, ao reformar a Igreja, Paulo IV se tenha lembrado de Torquemada e esquecido Cristo.

Toda a Europa ocidental sentiu-se aliviada quando o conclave de 1559 escolheu Giovanni Angelo de Médicis como o Papa Pio IV. Não era nenhum Medici milionário, mas o filho de um coletor de impostos de Milão. Advogava para viver, ganhou a admiração e a confiança de Paulo III, foi feito cardeal e gozou de reputação pela inteligência e pela benevolência. Como pontífice, manteve-se longe de guerras, e reprovava aqueles que aconselhavam política agressiva. Não acabou com a Inquisição, mas deu a entender aos inquisidores que eles "lhe agradariam mais se procedessem com cortesia fidalga do que com aspereza fradesca".[35] Um fanático que o julgava muito benevolente planejou assassiná-lo, mas viu-se tolhido de medo quando o Papa passou por ele tranqüilo e indefeso. Pio IV executou, com firmeza polida, as reformas eclesiásticas estabelecidas por seu predecessor. Demonstrou espírito conciliador permitindo que os bispos católicos da Alemanha administrassem a eucaristia em pão e vinho. Reconvocou o Concílio de Trento, guiando-o para uma conclusão acertada. Em 1565, após um pontificado que consolidara pacificamente a Contra-Reforma, Pio IV deixou este mundo.

III. O CONCÍLIO DE TRENTO: 1545-63

Milhares de vozes, muito tempo antes de Lutero, haviam clamado por um concílio para reformar a Igreja. Lutero apelou ao papa pedindo um concílio livre e geral; Carlos V insistiu em um sínodo dessa natureza, na esperança de ver-se livre do problema protestante e, talvez, de disciplinar Clemente VII. Esse Papa perseguido podia encontrar uma centena de razões para adiar um concílio até que se pusesse fora de seu alcance. Recordava o que ocorrera ao poder papal nos concílios de Constança e Basiléia; além disso, não podia permitir-se ter bispos hostis ou delegados imperiais intrometendo-se em sua política, em suas dificuldades domésticas ou em sua origem. Ademais, como poderia um concílio favorecer a situação? Lutero não repudiara os concílios e os papas? Se os protestantes fossem admitidos em um concílio e recebessem liberdade de palavra, a disputa daí resultante ampliaria e exasperaria o cisma, perturbando toda a Europa. Por outro lado, se fossem excluídos, levantar-se-iam com o furor da rebeldia. Carlos V queria que o concílio se reunisse em terra alemã, mas Francisco I recusava deixar o clero francês assistir a uma reunião submetida ao domínio imperial; além disso, Francisco I preferia manter as fogueiras protestantes ardendo nas costas do imperador. Era uma trama complicada.

Paulo III tinha todos os temores de Clemente, porém mais coragem. Em 1536 publicou uma convocação para um concílio geral a reunir-se em Mântua no dia 23 de maio de 1537, para o qual convidou os protestantes. Supunha que todas as partes que assistissem aceitariam as conclusões da conferência; os protestantes, porém, que constituiriam minoria, dificilmente aceitariam tal obrigação. Lutero aconselhou a ausência, e o congresso de protestantes de Schmalkalder devolveu o convite do Papa sem abrir. O imperador ainda insistia em que o concílio se reunisse em solo alemão, pois, em terra italiana, povoar-se-ia de bispos italianos e tornar-se-ia um títere do Papa. Após muitas negociações e demoras, Paulo concordou em que o concílio se reunisse em Trento, que, embora predominantemente italiana, era cidade pertencente ao Império e estava submetida a Carlos V. Marcou-se a reunião para o dia 1º de novembro de 1542.

O rei de França, porém, não estava de acordo. Proibiu a publicação, em seu reino, das convocações papais, e ameaçou prender todo clérigo francês que tentasse assistir a um concílio reunido em terreno inimigo. Quando se inaugurou o concílio, só alguns bispos, todos italianos, estavam presentes. Paulo III adiou a reunião por algum tempo, até que Carlos V e Francisco I permitissem uma assembléia plena. A Paz de Crépy pareceu abrir caminho, e Paulo III convocou o concílio a se reunir a 14 de março de 1545. Mas, agora, a renovação do perigo turco obrigou o imperador a aplacar novamente os protestantes; pediu outro adiamento. Assim, só a 13 de dezembro de 1545 é que o "Décimo Nono Concílio Ecumênico da Igreja Cristã" iniciou suas sessões efetivas em Trento.

Mesmo aquele começo foi impróprio, ficando longe do desejado. O papa, com quase 80 anos, ficou em Roma, e presidia, por assim dizer, *in absentia;* mandou, porém, três cardeais para representá-lo — Del Monte, Cervini e Pole. O cardeal Madruzzo, de Trento, quatro arcebispos, 20 bispos, cinco gerais de ordens monásticas, alguns abades e um punhado de teólogos constituíam a assembléia — que dificilmente se poderia alegar fosse "ecumênica" — universal.[36] Enquanto que nos concílios de Constança e Basiléia padres, príncipes e certos leigos, assim como prelados, podiam votar, e a votação era por grupos nacionais, em Trento só os cardeais, bispos, gerais e abades podiam fazê-lo, e individualmente; daí os bispos italianos — na maioria endividados ou, por outras razões, leais ao papado — dominarem a assembléia com sua maioria numérica. "Congregações" estabelecidas em Roma, sob a supervisão do Papa, preparavam as únicas questões que poderiam ser submetidas a debate.[37] Dado que o concílio se dizia guiado pelo Espírito Santo, um delegado francês observou que a terceira pessoa da Santíssima Trindade vinha regularmente a Trento na mala do correio de Roma.[38]

O primeiro debate foi sobre procedimento: dever-se-ia definir primeiro a fé e depois considerar as reformas, ou vice-versa? O Papa e os italianos que o apoiavam queriam primeiro a definição dos dogmas. O imperador e seus adeptos buscavam primeiro as reformas: Carlos V, na esperança de satisfazer, enfraquecer ou ainda dividir os protestantes; os prelados alemães e espanhóis, na esperança de que as reformas reduzissem o poder do papa sobre os bispos e os concílios. Chegou-se a um acordo: comissões simultâneas preparariam resoluções sobre dogma e reforma, que seriam apresentadas ao concílio alternadamente.

Em maio de 1546, Paulo III mandou dois jesuítas, Laynez e Salmeron, para ajudar seus legados em assuntos de teologia e de defesa papal; mais tarde juntaram-se-lhes Peter Canisius e Claude Le Jay. A erudição inigualada dos jesuítas logo lhes conferiu influência preeminente nos debates, e a a ortodoxia irredutível deles levou o concílio a declarar guerra às idéias da Reforma mais que a buscar conciliação ou unidade. Aparentemente, era a opinião da maioria que as concessões aos protestantes não remediariam o cisma; que as seitas protestantes já eram tantas e tão diversas que nenhum acordo poderia satisfazer umas sem ofender as outras; que qualquer alteração substancial dos dogmas tradicionais enfraqueceria o conjunto da estrutura doutrinária e a estabilidade do catolicismo; que a atribuição de poderes clericais aos leigos minaria a autoridade moral do clero e da Igreja; que essa autoridade era indispensável à ordem social; e que a teologia livremente fundada na fé refutar-se-ia a si mesma ao submeter-se aos caprichos do raciocínio individual. Por conseguinte, a quarta sessão do Concílio (abril de 1546) reafirmou todos os itens do Credo de Nicéia, reivindicou au-

toridade igual para a tradição da Igreja e para as Escrituras, deu à Igreja o direito exclusivo de explicar e interpretar a Bíblia e declarou a Vulgata Latina de São Jerônimo como a tradução e o texto definitivos. Santo Tomás de Aquino foi nomeado como autoridade expoente da teologia ortodoxa, colocando-se a *Summa Theologica* em um altar, abaixo apenas da Bíblia e das Decretais.[39] O catolicismo, como religião de autoridade infalível, data, na prática, do Concílio de Trento, tomando a forma de resposta inflexível ao desafio do protestantismo, do racionalismo e do juízo individual. O ''acordo entre cavalheiros'' da Igreja renascentista com a classe intelectual acabara.

Se a fé, porém, era tão vital, também era suficiente, por si mesma para merecer a salvação, como Lutero afirmava? A quinta sessão (junho de 1546) assistiu violentos debates sobre esse ponto; um bispo agarrou outro pela barba e arrancou-lhe um punhado de cabelos brancos; sabendo disso, o imperador mandou avisar ao Concílio de que, se não se aquietasse, jogaria alguns prelados ao Adige para esfriá-los.[40] Reginaldo Pole argumentou a favor de uma opinião tão perigosamente aproximada à de Lutero que o cardeal Caraffa (futuro Paulo IV) estigmatizou-o como herege; Pole retirou-se da batalha para Pádua, escusando-se, sob a alegação de doença, de continuar a assistir ao Concílio.[41] O cardeal Seripando defendeu a fórmula que Contarini, então morto, oferecera em Ratisbona; Laynez, porém, persuadiu o Concílio a salientar, em oposição total a Lutero, a importância das boas obras e a liberdade da vontade.

As medidas de reforma eclesiástica tinham menos andamento que as definições do dogma. O bispo de São Marcos abrira a sessão de 6 de janeiro de 1546 pintando um quadro sombrio da corrupção espalhada pelo mundo, que ele julgava não pudesse ser ultrapassada pela posteridade, degeneração que atribuiu ''unicamente à iniqüidade dos pastores''; a heresia luterana, dizia, fora causada sobretudo pelos pecados do clero, cuja reforma constituía a melhor maneira de sufocar a rebelião.[42] Mas a única reforma substancial realizada nessas primeiras sessões foi a que proibia aos bispos de residir fora de suas dioceses, ou ocupar mais do que uma. O Concílio sugeriu ao Papa que a reforma da dataria tinha de passar das recomendações teóricas para diretivas reais. Paulo III, contudo, queria que os temas sobre a reforma fossem deixados ao papado; assim, quando o imperador insistiu, em maior urgência para as questões da reforma, durante a conferência, o papa ordenou a seus legados que propusessem a remoção do Concílio para Bologna — que, estando nos Estados Papais, permitiria domínio mais rápido de suas ações por Roma. Os bispos italianos concordaram; os prelados da Espanha e do Império protestaram. Uma peste menor fez uma aparição conveniente em Trento e matou um bispo, o que levou a maioria italiana a deslocar-se para Bologna (março de 1547); o resto ficou em Trento. Carlos V recusou-se a reconhecer as sessões de Bologna, ameaçando convocar um concílio separado na Alemanha. Depois de dois anos de discussões e intrigas, Paulo III rendeu-se e suspendeu a assembléia de Bologna (setembro de 1549).

A situação melhorou com a morte do Papa. Júlio III chegou a um entendimento com o imperador: em troca da promessa de Carlos V de retirar apoio a qualquer medida que reduzisse a autoridade papal, intimou o Concílio a reunir-se de novo em Trento no mês de maio de 1551, e concordou em que se ouvissem os luteranos. Henrique II de França, ressentindo tal *rapprochement* entre o Papa e o Imperador, recusou-se a reconhecer o Concílio. Assim, quando ele se reuniu, teve tão pouca assistência que foi adiado. Congregou-se de novo em 1º de setembro, com oito arcebis-

pos, 36 bispos, três abades, cinco gerais, 48 teólogos, o eleitor Joachim II do Brandemburgo e embaixadores de Carlos e Fernando.

A décima terceira sessão do Concílio (outubro de 1551) reafirmou a doutrina católica da transubstanciação: o sacerdote, ao consagrar o pão e o vinho da eucaristia, transforma-os, realmente, no corpo e sangue de Cristo. Depois disso parecia inútil ouvir os protestantes, mas Carlos V insistiu nisso. O duque de Württemberg, o eleitor Maurício da Saxônia e algumas cidades do sul da Alemanha escolheram os membros de uma delegação protestante, e Melanchthon escreveu uma declaração da doutrina luterana para ser submetida ao Concílio. Carlos deu aos delegados um salvo-conduto, mas eles, recordando-se de Constança e Hus, exigiram também um do próprio Concílio, o qual foi concedido após muita discussão. Contudo, um frade dominicano, pregando sobre a parábola das pragas, na própria catedral em que se realizavam as sessões, salientou que as pragas heréticas podiam ser toleradas por algum tempo, mas que no fim tinham de ser queimadas.[43]

No dia 24 de janeiro de 1552 os deputados protestantes falaram à assembléia. Propuseram que fossem confirmados os decretos dos Concílios de Constança e Basiléia, quanto à autoridade superior dos concílios sobre os papas; que os membros do grupo presente fossem liberados dos votos de fidelidade a Júlio III; que se anulassem todas as decisões até aí tomadas pelo Concílio; e que um sínodo em que os protestantes estivessem adequadamente representados discutisse de novo as declarações já feitas.[44] Júlio III proibiu a consideração dessas propostas. O Concílio votou o adiamento da discussão até 19 de março, quando se esperavam mais delegados protestantes.

Durante esse intervalo os acontecimentos militares sobrepuseram-se à teologia. Em janeiro de 1552, o rei de França assinou uma aliança com os protestantes alemães; em março, Maurício da Saxônia avançou contra Innsbruck; Carlos V fugiu, e nenhuma força poderia impedir Maurício, se o quisesse, de capturar Trento e engolir o Concílio. Um por um, os bispos desapareceram todos, suspendendo-se formalmente o Concílio no dia 28 de abril. Pelo tratado de Passau (2 de agosto), Fernando concedeu liberdade religiosa aos protestantes combativamente vitoriosos, que não mostraram mais nenhum interesse pelo Concílio.

Paulo IV achou prudente deixar o Concílio hibernar durante seu pontificado. Pio IV, um velho bondoso, achava que a concessão da comunhão sob as duas espécies apaziguaria os protestantes, tal como ocorrera com os boêmios. Intimou o Concílio a reunir-se de novo em Trento, no dia 6 de abril de 1561, convidando para ele todos os príncipes cristãos, católicos ou protestantes. Para esse conclave levaram os delegados franceses uma lista enorme das reformas que desejavam: missa em vernáculo, comunhão em pão e vinho, o casamento dos padres, a subordinação do papado aos concílios ecumênicos e o término do sistema de dispensas e isenções papais.[45] Aparentemente o governo francês estava, no momento, com disposição semi-huguenote. Fernando I, o novo imperador, secundou essas propostas e acrescentou que "o Papa... deveria ele mesmo humilhar-se e submeter-se a uma reforma de sua própria pessoa, de seu Estado e da Cúria"; as lendas dos santos deviam purificar-se dos absurdos, assim como os mosteiros deviam ser reformados de modo "que a grande riqueza deles não pudesse mais ser dissipada de maneira tão desbragada".[46] Os temas pareceram perigosos a Pio IV, e seus legados encaravam com certo temor a abertura da sessão.

Após vagarosas ou estratégicas demoras, a décima sétima sessão do Concílio reuniu-se a 18 de janeiro de 1562, com cinco cardeais, três patriarcas, 11 arcebispos, 90 bis-

pos, quatro gerais, quatro abades e vários representantes leigos dos príncipes católicos. A pedido de Fernando, ofereceu-se um salvo-conduto a todo delegado protestante que quisesse assistir; nenhum apareceu. O arcebispo de Granada, e Carlos, cardeal de Lorena, chefiaram um movimento para reduzir as prerrogativas do papa, afirmando que os bispos exerciam seu poder não através dele e sim diretamente por "direito divino"; por outro lado, o bispo de Segóvia repetiu uma das heresias de Lutero ao negar que o papa fosse supremo sobre os outros bispos na Igreja primitiva.[47] Esta insurreição episcopal foi extinta pela perícia parlamentar dos legados papais, pela lealdade dos bispos italianos e poloneses ao papa e por algumas cortesias oportunas do pontífice ao cardeal de Lorena. No fim, a autoridade papal não saiu diminuída e sim ampliada, obrigando-se todos os bispos a fazer um juramento de obediência completa ao Papa. Fernando foi apaziguado pela promessa de que, no término do Concílio, Sua Santidade permitiria a administração da eucaristia sob as duas espécies.

Vencida essa discussão básica, o Concílio resolveu rapidamente os negócios restantes. O casamento dos padres foi proibido e decretaram-se penas severas contra o concubinato sacerdotal. Promulgaram-se muitas reformas menores, para melhorar a moral e a disciplina do clero. Decidiu-se a fundação de seminários em que os candidatos ao sacerdócio seriam educados nos hábitos de austeridade e devoção. Refrearam-se os poderes da Cúria. Baixaram-se regras para a reforma da música e da arte religiosas; as figuras nuas deveriam ser suficientemente cobertas para evitar o estímulo da imaginação sensual. Esboçou-se uma distinção entre o culto de imagens e das pessoas por elas representadas; neste último sentido, manteve-se o uso das imagens religiosas. Defenderam-se e redefiniram-se o purgatório, as indulgências e a invocação dos santos. Quanto a isso, o Concílio reconheceu francamente os abusos que provocaram a rebelião de Lutero. Dizia um decreto:

> Na concessão de indulgências o Concílio... decreta que todo lucro criminoso daí proveniente será inteiramente abolido, como fonte de abuso grave entre o povo cristão; e quanto a outras desordens originadas da superstição, da ignorância, da irreverência ou de qualquer causa que seja — dado que estas, devido à corrupção generalizada, não se podem eliminar por proibições especiais — o Concílio impõe a cada bispo o dever de denunciar tais abusos desde que existam em sua própria diocese, de levá-los ante o próximo sínodo provincial e de comunicá-los, com o assentimento dos outros bispos, ao Pontífice Romano.[48]

O Papa e o Imperador concordaram em que o Concílio chegara, então, ao fim de sua utilidade. Assim, no dia 4 de dezembro de 1563, foi finalmente dissolvido, entre as aclamações felizes dos delegados exaustos. Fixara-se a direção da Igreja por séculos.

A Contra-Reforma teve êxito em seus propósitos principais. Os homens continuaram, tanto nos países católicos quanto nos protestantes, a mentir e a roubar, a seduzir donzelas e a vender cargos, a matar e a guerrear.[49] Mas a moral do clero melhorou, e a liberdade bárbara da Itália da Renascença foi atenuada até uma decente conformidade com as pretensões do gênero humano. A prostituição, que fora uma grande indústria na Roma e na Veneza renascentistas, recuava agora, a castidade tornou-se moda. A autoria ou publicação de obras obscenas tornou-se crime capital na Itália; assim, Niccolo Franco, secretário e inimigo de Aretino, foi enforcado a mando de Pio V, por ter escrito a *Priapéia*.[50] O efeito das novas restrições sobre a arte e a literatura não foi positivamente nocivo: a arte barroca está-se livrando timidamente da má re-

putação. Além disso, do ponto de vista puramente literário, Tasso, Guarini e Goldoni não caem precipitadamente do nível de Boiardo, Ariosto e do dramaturgo Maquiavel. A maior época da literatura e arte espanholas ocorreu na plenitude da "Reação Católica". Mas, desvaneceu-se o caráter alegre da Itália da Renascença; as mulheres italianas perderam parte do encanto e da jovialidade que lhes viera da liberdade anterior à Reforma. Sombria e consciente moralidade quase produziu uma época puritana na Itália. Renasceu o monasticismo. Do ponto de vista do espírito livre, constituiu uma perda para a humanidade que a censura eclesiástica e política tivesse acabado com a comparativa liberdade de pensamento da Renascença. E foi uma tragédia o fato de a Inquisição ser restaurada na Itália e em outras partes, exatamente quando a ciência estava rompendo a casca medieval. A Igreja sacrificou deliberadamente as classes intelectuais à maioria devota, a qual aplaudiu a supressão de idéias que lhes poderiam dissolver a fé consoladora.

As reformas eclesiásticas foram reais e permanentes. Embora fosse exaltada a monarquia papal em detrimento da aristocracia episcopal dos concílios, isso era do espírito da época, quando as aristocracias, por toda a parte, exceto na Alemanha, vinham perdendo poder para os reis. Os papas eram, agora, moralmente superiores aos bispos, e a disciplina necessária à reforma eclesiástica poderia ser melhor aplicada por uma autoridade centralizada do que dividida. Os papas acabaram com o nepotismo e livraram a Cúria das procrastinações dispendiosas, bem como da venalidade flagrante que a caracterizava. A administração da Igreja, segundo alguns estudiosos do assunto não-católicos, tornou-se modelo de eficiência e integridade.[51] Introduziu-se o confessionário escuro (1547), que se fez obrigatório (1614). O padre deixava assim de ser tentado pela beleza ocasional das penitentes. Desapareceram os vendedores ambulantes de indulgências; estas, em sua maioria, foram reservadas às orações piedosas e às obras de caridade mais que às contribuições em dinheiro. Em vez de se retirar ante o avanço do protestantismo ou do livre pensamento, o clero católico empreendeu a retomada do espírito dos jovens e da fidelidade ao poder. O espírito dos jesuítas, confiante, positivo, enérgico e disciplinado, tornou-se o espírito da Igreja militante.

Em tudo e por tudo, foi uma recuperação espantosa, um dos mais brilhantes resultados da Reforma protestante.

Epílogo

A RENASCENÇA, A REFORMA E O ILUMINISMO

A RENASCENÇA e a Reforma constituem as duas nascentes da história moderna, fontes concorrentes da renovação intelectual e moral da vida moderna. Nelas se podem dividir os homens por sua preferência e linhagem, ou pela dívida consciente à Renascença que libertou o espírito e embelezou a vida, ou pela gratidão à Reforma que estimulou a crença religiosa e o senso moral. O debate entre Erasmo e Lutero continua e continuará, pois nesses vastos temas toda a verdade que os homens possam atingir é gerada pela união dos opostos, e sempre será sentida sua dupla paternidade.

De certo modo o debate é étnico e geográfico, entre latinos e teutões, o sul ensolarado e sensual e o norte nebuloso e severo; entre povos vencidos por Roma e que receberam a herança clássica, e povos que resistiram a Roma — alguns que venceram Roma — e amam suas próprias raízes e regiões muito mais do que clássicos gregos ou leis romanas. A Itália e a Alemanha dividiram entre si a formação da alma moderna: a primeira pelo retorno à literatura, à filosofia e à arte clássicas, a segunda pelo retorno à fé e ao ritual cristãos primitivos. A Itália estava quase conseguindo, em seu segundo esforço, conquistar a Alemanha — dessa vez através dos dízimos e do humanismo; a Alemanha resistiu outra vez, repeliu a Igreja e silenciou os humanistas. A Reforma repudiou a Renascença e a ênfase desta sobre os negócios e os prazeres terrenos, regressando àquele aspecto (só um!) da Idade Média, que considerava as realizações e alegrias humanas triviais e vãs, chamava a vida um vale de lágrimas e convidava o homem pecador a crer, arrepender-se e orar. Ao italiano da Renascença; que lia Maquiavel e Aretino, isso parecia uma reação medieval, uma restauração da Idade da Fé na adolescência difícil da Idade da Razão. O italiano que ouvira Pomponazzi e vivia sob o governo fácil dos papas da Renascença sorria ao ver Lutero, Calvino e Henrique VIII mantendo todos os incompreensíveis dogmas do credo medieval — uma Bíblia ditada por Deus, uma divindade una e trina, a predestinação, a criação pelo *fiat* divino, o pecado original, a encarnação, a imaculada conceição, a expiação, o juízo final, o céu e o inferno — e rejeitando precisamente os elementos do cristianismo medieval — o culto da Virgem, um Deus de amor e misericórdia, a invocação de santos intercessores, um rito adornado com todas as artes — que deram a essa fé uma ternura, um conforto e uma beleza, concedendo, ao mesmo tempo, um convívio com os mitos que permitia fruição da arte.

O crente católico sincero tinha argumentos próprios contra a Reforma. Também ele

não gostava de dízimos, mas não sonharia destruir a Igreja. Sabia muito bem que os monges exageravam, mas sentia que devia haver lugar e instituições no mundo para homens dedicados à contemplação, ao estudo e à oração. Aceitava a palavra da Bíblia com duas condições: que a lei de Cristo ab-rogara a lei de Moisés, e que a Igreja, tendo sido fundada pelo Filho de Deus, igualava-se à Bíblia em autoridade, e deveria ter o direito final de interpretá-la e ajustá-la às necessidades mutáveis da vida. Que aconteceria se certas passagens ambíguas e aparentemente contraditórias das Santas Escrituras fossem deixadas à livre interpretação e juízo do homem? — não se fragmentaria a Bíblia em pedaços por mil espíritos e não se esfrangalharia o cristianismo em mil seitas inimigas?

O católico moderno continua a argumentação através de todas as fases da vida moderna. "Vossa ênfase sobre a fé em detrimento das obras foi ruinosa e levou a uma religião cuja frieza de coração se ocultou atrás da piedade de suas frases; por um século a caridade quase morreu nos centros de vossa vitória. Terminastes com o confessionário e gerastes inúmeras tensões na alma dos homens, que lutam entre o instinto e a civilização, e agora restaurais tardiamente essa instituição sob formas dúbias. Destruístes quase todas as escolas que estabelecemos e enfraquecestes até o limite da morte as universidades que a Igreja criou e desenvolveu. Vossos próprios chefes admitem que vosso afastamento da fé levou a uma perigosa degeneração da moral na Alemanha e na Inglaterra. Provocastes um caos de individualismo na moral, na filosofia, na indústria e no governo. Tirastes à religião toda a alegria e beleza e a enchestes de demonologia e de terror; condenastes as massas humanas à danação como "réprobas" e consolastes alguns poucos insolentes com o orgulho da "eleição" e da salvação. Sufocastes o crescimento da arte e onde triunfastes os estudos clássicos decaíram. Expropriastes a Igreja em favor do Estado e dos ricos, mas deixastes os pobres mais pobres que antes e acrescentastes o desdém à miséria. Tolerastes a usura e o capitalismo, mas privastes os trabalhadores dos feriados que a Igreja misericordiosa lhes dera. Rejeitastes o papado apenas para exaltar o Estado; destes a príncipes egoístas o direito de determinar a religião de seus súditos, e usar a religião para sancionar suas guerras. Dividistes nações contra nações, e muitas nações e cidades entre si; debilitastes os freios morais internacionais sobre poderes nacionais, e criastes um caos de Estados em guerra. Negastes a autoridade de uma Igreja fundada, segundo vós mesmo admitis, pelo Filho de Deus, mas sancionastes o absolutismo monárquico, e exaltastes o direito divino dos reis. Inadvertidamente destruistes o poder da Palavra, que é a única alternativa para o poder do dinheiro e da espada. Reivindicastes o direito do juízo individual, mas negaste-o aos outros logo que o pudestes; vossa recusa em tolerar a dissensão foi menos compreensível do que a nossa, pois nunca defendemos a tolerância; nenhum homem pode ser tolerante a não ser quando é indiferente. Vejamos, entrementes, a que levou o vosso juízo individual. Todo homem torna-se um papa e julga as doutrinas da religião antes de ser bastante velho para compreender as funções dela na sociedade e na moral, e a necessidade que o povo tem de uma crença religiosa. Uma espécie de mania de desintegração desimpedida por qualquer autoridade integradora arrasta vossos seguidores a disputas tão absurdas e violentas que os homens começam a duvidar de toda religião. O próprio cristianismo dissolver-se-ia e os homens ficariam espiritualmente despidos diante da morte, se a Igreja não se tivesse mantido firme em meio a todas as flutuações de opinião e argumentação e todas as novidades da ciência e da filosofia, e conservando coeso o seu rebanho até o momento

em que aqueles de vós que chegarem a compreender, e são realmente cristãos, submeterem vosso orgulho de individualidade e inteligência às necessidades religiosas da humanidade, e voltarem a uma congregação que possa preservar a religião a despeito das ideologias blasfemas desta era infeliz."

Podem os protestantes responder a esta acusação? "Não nos esqueçamos da causa de nossa divergência. A Igreja católica a que pertenceis corrompera-se na prática e na organização, vossos padres não sabiam comportar-se, vossos bispos eram mundanos, vossos papas eram o escândalo da cristandade; não o confessam vossos próprios historiadores? Os homens honestos pediram-vos a reforma, e, enquanto isso, mantiveram lealdade à Igreja; prometestes e pretendestes reformá-la, mas não o fizestes; pelo contrário, queimastes na fogueira homens como Hus e Jerônimo de Praga, por terem clamado por reforma. Fizeram-se inúmeros esforços para reformar a Igreja por dentro: malograram até que nossa Reforma vos forçou a agir; e mesmo depois de nossa revolta o papa que tentara purificar a Igreja tornou-se o escárnio de Roma.

"Sentis orgulho por terdes produzido a Renascença, mas todos concordam em que a Renascença descambou em tal imoralidade, violência e traição como a Europa não conhecera desde Nero; não tínhamos razão ao protestar contra esse paganismo que se pavoneava mesmo no Vaticano? Concordamos que a moral declinou um tanto depois que nossa Reforma começou; levou muito tempo reconstruir uma vida moral cujos fundamentos e ministrações religiosas tinham decaído; no fim, a moral dos países protestantes tornou-se muito superior à da França e da Itália católicas. Talvez devamos nosso despertar mental à Renascença, mas devemos nossa recuperação moral à Reforma; à libertação da inteligência acrescentou-se o fortalecimento do caráter. Vossa Renascença era para a aristocracia e para os intelectuais; escarnecia do povo e tolerava os vendedores de indulgências e os monges devassos que lucravam com a mitologia; não foi bom que essa crapulosa exploração financeira das esperanças e dos temores humanos fosse desafiada? Rejeitamos as pinturas e as estátuas com as quais atulhastes vossas igrejas porque permitistes ao povo adorar as próprias imagens assim como lhe exigistes que caísse de joelhos ante as imagens santas carregadas em procissão através das ruas. Ousamos basear nossa religião em uma fé forte e ativa, mais do que tentar envenenar o espírito do povo com liturgia.

Reconhecemos como divina a autoridade secular — como vossos próprios teólogos o fizeram antes de nós — porque a ordem social exige um governo respeitado. Rejeitamos a autoridade internacional dos papas só depois que eles a usaram, flagrantemente, não para administrar justiça entre as nações, mas para beneficiar seus próprios interesses materiais. A incapacidade de vossos papas egoístas em unificar a Europa numa cruzada contra os turcos demonstra que a desonestidade do papado destruíra a unidade do cristianismo muito antes da Reforma. E, embora apoiássemos o direito divino dos reis, também favorecemos na Inglaterra, na Escócia, na Suíça e na América, o desenvolvimento da democracia, enquanto vossos padres, na França, na Itália e na Espanha submetiam-se aos reis; e a rebelião que fizemos contra a autoridade de vossa Igreja quebrou o feitiço do despotismo e preparou a Europa para duvidar de todos os absolutismos, religiosos ou seculares. Achais que fizemos os pobres mais pobres. Mas também isso é uma fase transitória: o mesmo capitalismo que, por algum tempo, explorou a pobreza, aprendeu a enriquecer o homem médio como nunca o fizera antes; e o nível de vida é, sem dúvida, mais alto na Inglaterra, Alemanha e América protestantes do que na Itália, Espanha e França católicas.

"Se sois mais fortes hoje que outrora, a nós o deveis. Quem, a não ser a Reforma, vos obrigou a reformar a Cúria, a redimir vosso clero da concubinagem, a colocar homens religiosos, ao invés de pagãos, na cadeira papal? A quem deveis a alta reputação de integridade de que hoje goza vosso clero? Ao Concílio de Trento? Mas a quem deveis o Concílio de Trento, senão à Reforma? Sem esse obstáculo, vossa Igreja teria continuado a degeneração do cristianismo em paganismo; até que vossos papas fossem entronizados em um mundo agnóstico e epicureu. Mesmo com a regeneração que impusemos a vossa Igreja, as pessoas que aceitaram vosso credo são mais negligentes religiosamente, mais céticas do cristianismo, que as que adotaram a Reforma; comparemos a França com a Inglaterra.

"Aprendemos a conciliar nossa devoção com a liberdade de espírito — e é em nossos países protestantes que se vê o maior florescimento da ciência e da filosofia. Esperamos ajustar nosso cristianismo aos progressos do conhecimento — mas como é isso possível a uma Igreja que rejeita toda a ciência dos últimos quatro séculos?"

Aqui cabe a vez de o humanista argumentar, recebendo aplausos dos dois lados. "A honra e a fraqueza do protestantismo é que ele apela para o intelecto, que está sempre em mudança; e a força do catolicismo está em recusar ajustar-se às teorias da ciência, que, segundo a experiência da história, raramente sobrevivem ao século em que nasceram. O catolicismo propõe-se satisfazer as exigências religiosas das pessoas, que mal ouviram falar de Copérnico e Darwin e nunca de Spinoza e Kant; tais pessoas são muitas e férteis, mas, como pode uma religião que fala ao intelecto, e se centra em torno do sermão, ajustar-se a um universo em expansão no qual o planeta que pretende ter recebido o Filho de Deus tornou-se uma partícula transitória no espaço, e em que a espécie pela qual Ele morreu não é senão um momento na fantasmagoria da vida? Que acontece ao protestantismo quando a Bíblia que ele toma como base única e infalível for submetida a uma crítica elevada que a transforme da palavra de Deus na literatura dos hebreus, e da transfiguração de Cristo na teologia mística de São Paulo?

"O problema real, para o espírito moderno, não está entre catolicismo e protestantismo, nem entre a Reforma e a Renascença; está entre o Cristianismo e o Iluminismo — essa era dificilmente datável que começou na Europa com Francis Bacon e que prendeu suas esperanças à razão, à ciência e à filosofia. Assim como a arte foi a pedra fundamental da Renascença e a religião a alma da Reforma, também a ciência e a filosofia tornaram-se os deuses do Iluminismo. Deste ponto de vista, a Renascença estava na linha direta do desenvolvimento mental da Europa, conduzindo à *Illumination* e ao *Aufklärung;* a Reforma constituiu um desvio dessa linha, uma rejeição da razão, uma reafirmação da fé medieval.

"E, todavia, apesar dessa intolerância original, a Reforma prestou dois serviços ao Iluminismo: destruiu a autoridade do dogma, gerou uma infinidade de seitas que anteriormente teriam morrido na fogueira, e admitiu, entre elas, debate tão vigoroso que a razão se reconheceu finalmente como o tribunal ante o qual todas as seitas deviam justificar sua causa, a menos que estivessem armadas de força física irresistível. Nessa peroração, de acusação e defesa, enfraqueceram-se todas as seitas e todos os dogmas; e, um século depois que Lutero exaltou a fé, Francis Bacon proclamou que o conhecimento é poder. Durante o mesmo século XVII, pensadores como Descartes, Hobbes, Spinoza e Locke apresentaram a filosofia em substituição ou como base da religião. No século XVIII, Helvécio, Holbach e La Mettrie proclamaram ateísmo aberto e Voltaire foi tachado de beato porque acreditava em Deus. Eis o desafio que o cris-

tianismo enfrentou, em uma crise muitíssimo mais profunda que o debate entre a versão católica e a protestante do credo medieval. O esforço do cristianismo para sobreviver a Copérnico e a Darwin constitui o drama básico dos últimos 300 anos. Que representam as lutas entre Estados e classes ao lado desse imenso conflito da alma?"

E agora, à medida que voltamos o olhar para a intrincada narrativa destas quase mil páginas, percebemos que nossa simpatia pode ser dirigida a todos os combatentes. Podemos compreender a ira de Lutero ante a corrupção e o domínio de Roma, a relutância dos príncipes alemães ao ver as coletas de suas terras engordar a Itália, a resolução de Calvino e Knox em edificar comunidades modelo de moralidade, o desejo de Henrique VIII por um herdeiro e por autoridade em seu próprio reino. Mas podemos compreender, também, as esperanças de Erasmo por uma reforma que não envenenasse a cristandade com ódio; e podemos sentir a consternação de prelados romanos como Contarini ante o desmembramento em perspectiva de uma Igreja que, durante séculos, fora o mentor e o guarda da civilização ocidental e era ainda o mais forte baluarte contra a imoralidade, o caos e o desespero.

Nenhum desses esforços se perdeu. O indivíduo sucumbe, mas não morre se deixou alguma coisa à humanidade. O protestantismo ajudou, a tempo, a regenerar a vida moral da Europa, e a Igreja purificou-se tornando-se uma organização politicamente mais fraca porém moralmente mais forte do que antes. Há uma lição que emerge do fumo da batalha: uma religião atinge seu ponto maior quando tem de viver em competição; tende à intolerância quando e onde é indiscutida e suprema. A maior dádiva da Reforma foi trazer à Europa e à América essa competição de crenças que incita o ânimo de todos, recomenda-lhes a tolerância, e dá a nossos frágeis espíritos o sabor e a experiência da liberdade.

CORAGEM, LEITOR! ESTAMOS CHEGANDO AO FIM.

Bibliografia

para as edições referidas nas notas

As letras C, P, J e R, depois do nome de um autor, significam católico, protestante, judeu e racionalista, respectivamente.

ABBOTT, G. F. (P), *Israel in Europe*, Londres, 1907.
ABRAHAMS, ISRAEL (J), *Chapters on Jewish Literature*, Filadélfia, 1890.
ABRAHAMS, ISRAEL, (J), *Jewish Life in the Middle Ages*, Filadélfia, 1896.
ABRAM, A., *English Life and Manners in the Later Middle Ages*, Londres, 1913.
ACTON, JOHN E., Lorde (C), *Lectures on Modern History*, Londres, 1950.
ADAMS, BROOKS (P), *Law of Civilization and Decay*, N. Iorque, 1921.
ADDISON, JULIA, *Arts and Crafts in the Middle Ages*, Boston, 1908.
AGRICOLA, G., *De re metallica*, tr. de Herbert e Lou Hoover, Londres, 1912.
ALLEN, J. W. (P), *History of Political Thought in the Sixteenth Century*, Londres, 1951.
ALLEN, P. S. (P), *The Age of Erasmus*, Oxford, 1914.
ALTAMIRA, R., *History of Spanish Civilization*, Londres, 1930.
AMEER ALI, SYED, *Short History of the Saracens*, Londres, 1934.
ARCINIEGAS, GERMAN, *Amerigo and the New World*, Nova York, 1955.
ARETINO, PIETRO, *Works: Dialogues*, Nova York, 1926.
ARMSTRONG, EDWARD (P), *The Emperor Charles V*, 2 vols., Londres, 1910.
ARNOLD, SIR THOS., e GUILLAUME, ALFRED, *Legacy of Islam*, Oxford, 1931.
ARNOLD, SIR THOS., *Painting in Islam*, Oxford, 1928.
ARNOLD, SIR THOS., *The Preaching of Islam*, Nova York, 1913.
ASCHAM, ROGER, *The Scholemaster*, Londres, 1863.
ASHLEY, W. J., *Introd. to English Economic History*, 2 vols., N. York, 1894.

BACON, FRANCIS, *Philosophical Works*, ed. J. M. Robinson, Londres, 1905.
BACON, FRANCIS, *Works*, ed. Spedding, Ellis e Heath, 6 vols., Londres, 1870.
BAEDEKER, KARL, *Belgique et Holla paris*, 1910.
BAEDEKER, KARL, *Munich*, Nova York, 1950.
BAINTON, ROLAND (P), *Here I Stand: A Life of Martin Luther*, N. Y, 1950.
BAINTON, ROLAND (P), *Hunted Heretic: The Life of Michael Servetus*, Boston, 1953.
BAINTON, ROLAND (P), *The Reformation of the Sixteenth Century*, Boston, 1953.
BAKELESS, JOHN, *The Tragicall History of Christopher Marlowe*, Harvard, 1942.
BALDASS, LUDWIG VON, *Hans Memling*, Viena, 1942.

BALDASS, LUDWIG VON, *Jan van Eyck*, Phaidon Press.
BARNES, H. E., *Economic History of the Western World*, Nova York, 1942.
BARON, S. W. (J), *Social and Religious History of the Jews*, 3 vols., Nova York, 1937.
BATIFFOL, L., *The Century of the Renaissance*, Nova York, 1935.
BAX, BELFORT, *German Society at the Close of the Middle Ages*, Londres, 1894.
BAX, BELFORT, *The Peasants' War in Germany*, Londres, 1899.
BEARD, CHAS. (P), *Martin Luther and the Reformation*, Londres, 1896.
BEARD, CHAS. (P), *The Reformation of the Sixteenth Century in Relation to Modern Thought and Knowledge*, Londres, 1885.
BEARD, MIRIAM, *History of the Business Man*, Nova York, 1938.
BEAZLEY, C. R., *Prince Henry the Navigator*, Londres, 1901.
BEBEL, AUGUST, *Woman under Socialism*, Nova York 1923.
BEER, M., *Social Struggles in the Middle Ages*, Londres, 1924.
BELL, GERTRUDE, *Poems from the Divan of Hafiz*, Londres, 1928.
BELLOC, H. (C), *How the Reformation Happened*, Londres, 1950.
BEUF, CARLO, *Cesare Borgia*, Oxford, 1942.
BLOK, P. J., *History of the People of the United Netherlands*, 3 vols., Nova York, 1938.
BLOMFIELD, SIR R., *History of French Architecture from the Reigh of Charles VIII till the death of Mazarin*, 2 vols., Londres, 1911.
BLOMFIELD, SIR R., *Short History of Renaissance Architecture in England*, 1500-1800, Londres, 1893.
BOCK, ELFRIED, *Geschichte der Graphischen Kunst*, Berlim, 1930.
BOER, T. J. DE, *History of Philosophy in Islam*, Londres, 1903.
BOISSONNADE, P., *Life and Work in Medieval Europe*, Nova York, 1927
BOND, FRANCIS, *Westminster Abbey*, Londres, 1909.
BOYD, CATHERINE, *The French Renaissance*, Boston Museum of Fine Arts.
BRANTÔME, SIEGNEUR DE, *The Lives of Gallant Ladies*, Londres, 1943.
BRIFFAULT, ROBERT, *The Mothers*, 3 vols., Nova York, 1927.
BROWNE, EDWARD, *A Literary History of Persia*, 4 vols., Cambridge, Inglaterra, 1929.
BRUNETIÈRE, FERDINAND, *Manual of the History of French Literature*, Nova York, 1898.
BRYCE, JAMES, *The Holy Roman Empire*, Nova York, 1921.
BUCKLE, HENRY T., *History of Civilization in England*, 4 vols., N. Y., 1913.
BULLETIN OF THE AMERICAN INSTITUTE FOR IRANIAN ART AND ARCHAEOLOGY, Nova York, 1938.
BURCKHARDT, JACOB, *Civilization of the Renaissance in Italy*, Londres, 1914.
BURKE, U. R., *History of Spain*, 2 vols., Londres, 1940.
BURNET, GILBERT, *History of the Reformation of the Church of England*, 2 vols., Londres, 1841.
BURTON, R. F., *The Jew, the Gypsy, and El Islam*, Chicago, 1898.
BURY, J. B. (R), *History of Freedom of Thought*, N.Y., n.d.
BURY, J. B. (R), *History of the Later Roman Empire*, 2 vols., Londres, 1923.

CALVERT, A. F., *Cordova*, Londres, 1907.
CALVERT, A. F., *Moorish Remains in Spain*, Nova York, 1906.
CALVIN, JOHN (P), *Institutes of the Christian Religion*, 2 vols., Filadélfia, 1928.
CAMBRIDGE HISTORY OF ENGLISH LITERATURE, 14 vols., Nova York, 1910.
CAMBRIDGE HISTORY OF POLAND, 2 v., Cambridge, Inglaterra, 1950.
CAMBRIDGE MEDIEVAL HISTORY, 8 vols., Nova York, 1924.
CAMBRIDGE MODERN HISTORY, 12 vols., Nova York, 1907.
CAMÕES, LUÍS DE, *Lusiads*, tr. de Leonard Bacon, Nova York, 1950.
CAMPBELL, THOS., *Life and Times of Petrarch*, 2 vols., Londres, 1843.
CAMPBELL, THOS., (C), *The Jesuits*, Nova York, 1921.
CARLYLE, R. W., *History of Medieval Politieal Theory in the West*, 6 vols., Edinburgh, 1928.
CARLYLE, THOS. (P), *Heroes and Hero Worship*, em Works, N. Y., 1901.

CARPENTER, EDWARD (R), *Pagan and Christian Creeds*, N. Y., 1920.
CARTER, THOS., *The Invention of Printing in China, and Its Spread Westward*, N. Y., 1925.
CASTIGLIONI, ARTURO, *History of Medicine*, Nova York, 1941.
CATHOLIC ENCYCLOPEDIA, Nova York, 1912.
CELLINI, BENVENUTO, *Autobiography*, tr. Symonds, Nova York, 1948.
CHAMBERS, E. K., *The Medieval Stage*, 2 vols., Oxford, 1903.
CHAPIRO, JOSÉ, *Erasmus and Our Struggle for Peace*, Boston, 1950.
CHAPMAN, CHAS., *History of Spain*, Nova York, 1930.
CHENEY, EDWARD, *The Dawn of a New Era*, Nova York, 1936.
CHENEY, SHELDON, *A World History of Art*, Nova York, 1937.
CLAPHAM, J. H. e POWER, Eileen, *Cambridge Economic History of Europe*, Cambridge, Inglaterra, 1944.
CLAVIJO, GONZALES DE, *Embassy to Tamerlane*, Nova York, 1928.
COKER, F. W., *Readings in Political Philosophy*, Nova York, 1938.
COMINES, PHILIPPE DE, *Memoirs*, 2 vols., Londres, 1900.
CONWAY, SIR MARTIN, *The Van Eycks and Their Followers*, Nova York, 1921.
COPERNICUS, N., *Commentariolus*, *in* Rosen, *Three Copernican Treatises*.
COULTON, G. G. (P), *Art and the Reformation*, Nova York, 1925.
COULTON, G. G. (P), *The Black Death*, Nova York, 1930.
COULTON, G. G. (P), *Chaucer and His England*, Londres, 1921.
COULTON, G. G. (P), *Five Centuries of Religion*, 3 vols., Cambridge, Inglaterra, 1923.
COULTON, G. G. (P), *From St. Francis to Dante*, uma tradução da *Chronicle of Salimbene*, Londres, 1908.
COULTON, G. G. (P), *Inquisition and Liberty*, Londres, 1938.
COULTON, G. G. (P), *Life in the Middle Ages*, 4 vols., Cambridge, Inglaterra, 1930.
COULTON, G. G. (P), *Medieval Panorama*, Nova York, 1944.
COULTON, G. G. (P), *The Medieval Scene*, Cambridge, Inglaterra, 1930.
COULTON, G. G. (P), *The Medieval Village*, Cambridge, Inglaterra, 1925.
COULTON, G. G. (P), *Social Life in Britain from the Conquest to the Reformation*, Cambridge, Inglaterra, 1938.
CRAVEN, THOS., *A Treasury of Art Masterpieces*, Nova York, 1952.
CREASY, E. S., *History of the Ottoman Turks*, Londres, 1878.
CREIGHTON, MANDELL (P), *Cardinal Wolsey*, Londres, 1888.
CREIGHTON, MANDELL (P), *History of the Papacy during the Reformation*, 5 vols., Londres, 1882.
CRUMP, C. C., e JACOB, E. F., *The Legacy of the Middle Ages*, Oxford, 1926.
CUNNINGHAM, WM., *Growth of English History and Commerce*, Cambridge, Inglaterra, 1896.
CUST, LIONEL, *The Paintings and Drawings of Albrecht Dürer*, Londres, 1897.

D'ALTON, E. A. (C), *History of Ireland*, 6 vols., Dublim, s. d.
D'ARCY, M. C. (C), *Thomas Aquinas*, Londres, 1930.
DAVID, MAURICE (J), *Who Was Columbus?*, Nova York, 1933.
DAVIS, F. H., *The Persian Mystics: Jami*, Nova York, 1908.
DE VAUX, BARON CARRA, *Les penseurs de l'Islam*, 5 vols., Paris, 1921.
DE WULF, MAURICE (C), *History of Medieval Philosophy*, 2 vols., Londres, 1925.
DE WULF, MAURICE (C), *Philosophy and Civilization in the Middle Ages*, Princeton, 1922.
DIAZ DEL CASTILLO, BERNAL, *True History of the Conquest of Mexico*, N. Y., 1938.
DIEHL, CHAS., *Manuel d'art Byzantin*, Paris, 1910.
DIEULAFOY, MARCEL, *Art in Spain and Portugal*, Nova York, 1913.
DIMAND, M. S., *Guide to an Exhibition of Islamic Miniature Painting*, N. Y., 1933.
DIMAND, M. S., *Handbook of Muhammadan Art*, Nova York, 1944.
DIMIER, L., *French Painting in the Sixteenth Century*, Londres, 1904.
DIVALD, KORNEL, *Old Hungarian Art*, Oxford, 1931.

DOMANOVSZKY. SANDOR, *et alii, Magyar Muvelodestortenet (History of Hungarian Civilization)*, 3 vols., Budapest.
D'ORLIAC, JEHANNE, *The Lady of Beauty: Agnes Sorel*, Filadélfia, 1931.
D'ORLIAC, JEHANNE, *The Moon Mistress: Diane de Poitiers*, Filadélfia, 1930.
DOUGHTY, CHAS., *Travels in Arabia Deserta*, 2 vols., Nova York, 1923.
DOZY, REINHART, *Spanish Islam*. Nova York, 1913.
DRAPER, J. W. (R), *History of the Intellectual Development of Europe*, 2 vols., Nova York, 1876.
DUBNOW, S. M. (J), *History of the Jews in Russia and Poland*, 3 vols., Filadélfia, 1916.
DUHEM, PIERRE, *Études sur Léonard de Vinci*, 3 vols., Paris, 1906.

ECKARDT, HANS VON, *Russia*, Nova York, 1932.
EINSTEIN, ALFRED, *The Italian Madrigal*, 3 vols., Princeton, 1949.
EINSTEIN, LEWIS, *The Italian Renaissance in England*, Nova York, 1935.
ELLIS, HAVELOCK, *The Soul of Spain*, Boston, 1937.
ELYOT, SIR THOS., *The Boke Named The Governour*, Everyman's Library.
EMERTON, EPHRAIM, *The* Defensor Pacis *of Marsiglio of Padua*, Harvard, 1920.
ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 14ª ed., a menos que se indique outra.
ENGLISH HISTORICAL REVIEW, Londres.
ERASMUS, D., *Colloquies*, 2 vols., Londres, 1878.
ERASMUS, D., *Education of a Christian Prince*, Nova York, 1936.
ERASMUS, D., *Epistles*, 3 vols., Londres, 1901.
ERASMUS, D., *In Praise of Folly*, Nova York, Brentano, s. d.

FAGUET, ÉMILE, *Literary History of France*, Nova York, 1907.
FERRARA, ORESTES, *The Borgia Pope, Alexander VI*, Nova York, 1940.
FIGGIS, J. N. (P), *From Gerson to Grotius*, Cambridge, Inglaterra, 1916.
FINKELSTEIN, LOUIS (P), ed., *The Jews: Their History, Culture, and Religion*, 2 vols., Nova York, 1949.

FOSDICK, H. E., *Great Voices of the Reformation*, Nova York, 1952.
FOXE, JOHN, *Acts and Monuments (Book of Martyrs)*, 8 vols., Londres, 1841.
FRANCE, , ANATOLE (R), *Life of Joan of Arc*, 3 vols., Londres, 1925.
FRANCE, ANATOLE (R), *Rabelais*, N. Y., 1928.
FRANCKE, KUNO, *History of German Literature as Determined by Social Forces*, Nova York, 1901.
FREEMAN, E. A. (P), *Historical Essays, First Series*, Londres, 1896.
FRIEDELL, EGON (R), *Cultural History of the Modern Age*, Nova York, 1930.
FRIEDLÄNDER, LUDWIG, *Roman Life and Manners under the Early Empire*, 4 vols., Londres, 1928.
FROISSART, SIR JOHN, *Chronicles*, Everyman's Library.
FROISSART, SIR JOHN, *Chronicles*, 2 vols., Londres, 1848. Todas as referêcias são a esta edição, salvo as que afirmem o contrário.
FROUDE, J. A. (P), *The Divorce of Catherine of Aragon*, Nova York, 1881.
FROUDE, J. A. (P), *Lectures on the Council of Trent*, Nova York, 1896.
FROUDE, J. A. (P), *Life and Letters of Erasmus*, Nova York, 1894.
FROUDE, J. A. (P), *Reign of Edward VI*, Everyman's Library.
FROUDE, J. A. (P), *Reign of Elizabeth*, 5 vols., Everyman's Library.
FROUDE, J. A. (P), *Reign of Henry VIII*, 3 vols., Everyman's Library.
FROUDE, J. A. (P), *Reign of Mary Tudor*, Everyman's Library.
FÜLÖP-MILLER, RENÉ (C), *Saints That Moved the World*, Nova York, 1945.

GANZ, PAUL, *The Paintings of Hans Holbein*, Oxford, 1950.
GASQUET, FRANCIS CARDINAL (C), *Eve of the Reformation*, Londres, 1927.
GASQUET, FRANCIS CARDINAL (C), *Henry VIII and the English Monasteries*, 2 vols., Londres, 1888.

GIBB, E. J. W., *Ottoman Literature*, Nova York, 1901.
GIBBON, EDWARD (R), *Decline and Fall of the Roman Empire*, 7 vols., ed. J. B. Bury, Londres, 1900. Everyman's Library, 6 vols.
GIBBONS, H. A., *Foundation of the Ottoman Empire*, Nova York, 1916.
GIERKE, OTTO, *Political Theories of the Middle Ages*, Cambridge, Inglaterra, 1922.
GILSON, ÉTIENNE (C), *La Philosophie au Moyen Âge*, 2 vols., Paris, 1922.
GILSON, ÉTIENNE (C), *Reason and Revelation in the Middle Ages*, Nova York, 1938.
GLÜCK, GUSTAV, *Brueghel, Details from His Pictures*. Viena, 1936.
GLÜCK, GUSTAV, *Die Kunst der Renaissance in Deutschland*, Berlim, 1928.
GLÜCK, GUSTAV, *Pieter Brueghel le Vieux*, Paris, 1936.
GOTTHEIL, R. J., ed., *The Literature of Persia*, Nova York, 1900.
GRAETZ, H. (J), *History of the Jeus*, 6 vols., Filadélfia, 1891.
GRAVES, F. P. (P), *History of Education during the Middle Ages*, N. Y., 1931.
GRAVES, F. P. (P), *Peter Ramus*, Nova York, 1912.
GREEN, J. R. (P), *Short History of the English People*, 3 vols., Londres, 1898.
GREEN, Mrs. J. R., *Town Life in the Fifteenth Century*, 2 vols. Nova York, 1907.
GREGOROVIUS, FERDINAND (P), *History of the City of Rome in the Middle Ages*, 8 vols., Londres, 1900.
GROUSSET, RENÉ, *The Civilization of the East: The Near and Middle East*, Londres, 1931.
GROVE'S DICTIONARY OF MUSIC, 5 vols., Nova York, 1928.
GUICCIARDINI, FR., *History of the Wars in Italy*, 10 vols., Londres, 1753.
GUIZOT, FR. (P), *History of France*, 8 vols., Londres, 1872.

HACKETT, FR., *Francis I*, Nova York, 1935.
HAFIZ: *The Tongue of the Hidden, Paraphrase by Clarence Streit*, Nova York, 1928.
HALLAM, HENRY (P), *Introd. to the Literature of Europe in the Fifteenth, Sixteenth, and Seventeenth Centuries*, 4 vols. em 2, N. Y., 1880.
HAMMERTON, J. A., ed., *Universal History of the World*, 8 vols., Londres, s. d.
HARE, CHRISTOPHER, *Life of Louis XI*, Londres, 1907.
HARVARD CLASSICS, Nova York, 1938.
HASTINGS, JAS. (P), ed., *Encyclopedia of Religion and Ethics*, 12 vols., Nova York, 1928.
HAUG, HANS, *Grünewald*, , Paris, Éditions Braun, s. d.
HAYDN, HIRAM, *The Counter-Renaissance*, Nova York, 1950.
HAYES, CARLTON, J. H. (C), *Political and Social History of Modern Europe*, 2 vols., Nova York, 1919.
HEADLAM, CECIL, *The Story of Nuremberg*, Londres, 1911.
HEARNSHAW, F. J. (P), ed., *Medieval Contributions to Modern Civilization*, Nova York, 1922.
HEARNSHAW, F. J. (P), ed., *Social and Political Ideas of Some Great Thinkers of Renaissance and the Reformation*, Nova York, 1919.
HEFELE, K. J. VON (C), *Life and Times of Cardinal Ximenez*, Londres, 1885.
HENDERSON, E. F. (P), *History of Germany in the Middle Ages*, Londres, 1894.
HISTORY. *Quarterly Journal of the Historical Association*, Nova York.
HITTI, P. K., *History of the Arabs*, Londres, 1937.
HOLINSHED, RAPHAEL, *Chronicle*, Everyman's Library.
HOLZKNECHT, KARL, *Backgrounds of Shakespeare's Plays*, Nova York, 1950.
HORN, F. W., *History of the Literature of the Scandinavian North*, Chicago, 1884.
HUGHES, PHILIP (C), *The Reformation in England*, 2 vols., Londres, 1952.
HUGHES, T. P., *Dictionary of Islam*, Londres, 1935.
HUIZINGA, J., *Waning of the Middle Ages*, Londres, 1948.
HUME, MARTIN (P), *Spain: Its Greatness and Decay*, Cambridge, Inglaterra, 1899.
HUME, MARTIN (P), *The Spanish People*, Nova York, 1911.
HUSIK, I. (J), *History of Medieval Jewish Philosophy*, Nova York, 1930.
HUSS, JOHN, *De ecclesia*, tr. Schaff, Nova York, 1915.

IBN BATUTA, M., *Travels in Asia and Africa*, tr. Gibb., Nova York, 1929.
IBN KHALDUN, ABD-RAHMAN, *Les prolegomènes*, traduzido para o francês por M. de Slane, 3 vols., Paris, 1934.
IBN KHALDUN: *An Arab Philosophy of History*, Seleções dos Prolegômenos por Chas. Issawi, Londres, 1950.
INÁCIO DE LOYOLA, St., *Autobiography*, Nova York, 1900.
INGE, W. R. (P), *Christian Mysticism*, Londres, 1899.

JAMES, WM. (P), *Varieties of Religious Experience*, Nova York, 1935.
JAM'I, M. N., *Salaman and Absol*, tr. Edw. Fitzgerald, Boston, 1899.
JANELLE, PIERRE (C), *The Catholic Reformation*, Milwaukee, 1949.
JANSSEN, JOHANNES (C), *History of the German People at the Close of the Middle Ages*, 16 vols., St. Louis, Missouri, s. d.
JOYCE, P. W. (C), *Short History of Ireland*, Londres, 1924.
JUSSERAND, J. J., *English Wayfaring Life in the Middle Ages*, Londres, 1891.
JUSSERAND, J. J., *Literary History of the English People*, 2 vols., Nova York, 1926.

KASTEIN, JOSEF (J), *History and Destiny of the Jews*, Nova York, 1934.
KAUTSKY, KARL (R), *Communism in Central Europe in the Time of the Reformation*, Londres, 1897.
KEMPIS, THOS. À (C), *The Imitation of Christ*, Nova York, 1932.
KESTEN, HERMANN (R), *Copernicus and His World*, Nova York, 1945.
KITTREDGE, G. L., *Harvard Studies and Notes in Philology and Literature*, 2 vols., Harvard, 1896.
KLUCHEVSKY, V. O., *History of Russia*, 3 vols., Londres, 1912.
KNOX, JOHN (P), *History of the Reformation in Scotland*, 2 vols., Nova York, 1950.
KNOX, JOHN (P), *Works*, ed. David Laing, 6 vols., Edinburgh, 1854.

LACROIX, PAUL, *Arts of the Middle Ages*, Londres, s. d.
LACROIX, PAUL, *History of Prostitution*, 2 vols., Nova York, 1931.
LACROIX, PAUL, *Manners, Customs, and Dress During the Middle Ages*, Nova York, 1876.
LACROIX, PAUL, *Military and Religious Life in the Middle Ages*, Londres, s. d.
LACROIX, PAUL, *Science and Literature in the Middle Ages*, Londres, s. d.
LA FARGUE, JOHN, *Great Masters*, Nova York, 1903.
LAMB, HAROLD, *Tamerlane*, Nova York, 1928.
LANE-POOLE, STANLEY, *Cairo*, Londres, 1895.
LANE-POOLE, STANLEY, *Saladin*, Londres, 1926.
LANE-POOLE, STANLEY, *Story of the Moors in Spain*, Nova York, 1889.
LANE-POOLE, STANLEY, *Story of Turkey*, Nova York, 1895.
LANG, ANDREW, *Ballads and Lyrics of Old France*, Londres, 1872.
LANG, ANDREW, (R), *History of Scotland*, 4 vols., Edinburgh, 1902.
LANG, P. H., *Music in Western Civilization*, Nova York, 1941.
LANGLAND, WM., *Vision of William Concerning Piers Plowman*, Oxford, 1906.
LA TOUR, P. IMBERT DE (C), *Les origines de la Reforme*, 4 vols.:
I. *La France moderne*, Paris, 1905.
II. *L'église catholique: La Crise et la Renaissance*, Paris, 1909.
III. *L'évangelisme*, Paris, 1914.
IV. *Calvin et l'institution chrétienne*, Paris, 1935.
LEA, H. C. (P), *Historical Sketch of Sacerdotal Celibacy*, Boston, 1884.
LEA, H. C. (P), *History of Auricular Confession*, 3 vols., Filadélfia, 1896.
LEA, H. C. (P), *History of the Inquisition in the Middle Ages*, 3 vols., Nova York, 1888.
LEA, H. C. (P), *History of the Inquisition in Spain*, 4 vols., Nova York, 1906.
LEA, H. C. (P), *Studies in Church History*, Filadélfia, 1883.

LECKY. W. E. H. (R), *History of European Morals*, 2 vols., Nova York, 1926.
LECKY, W. E. H. (R), *History of Rationalism*, 2 vols., Londres, 1910.
LEDDERHOSE, C. F. (P), *Life of Philip Melanchthon*, Filadélfia, 1855.
LEDNICKI, WACLAW, *Life and Culture of Poland*, Nova York, 1944.
LEES-MILNE, JAMES, *The Tudor Renaissance*, Londres, 1951.
LEONARDO DA VINCI, *Notebooks*, edição Edward MacCurdy, 2 vols., N. Y., 1938.
LEWINSKI-CORWIN, E. H., *Political History of Poland*, Nova York. 1917.
LEWIS, D. B. WYNDHAM, *François Villon*, Nova York, 1928.
LINGARD, JOHN (C), *History of England*, 9 vols., Londres, 1855.
LIPPMANN, WALTER, *The Public Philosophy*, Nova York, 1955.
LOCY, W. A., *Biology and Its Makers*, Nova York, 1915.
LONGRIDGE, W. H., *The Spiritual Exercises of Ignatius Loyola*, Londres, 1919.
LOUNSBURY, THOS., *Studies in Chaucer*, 3 vols., Nova York, 1892.
LUTERO, M., *Table Talk*, edição Wm. Hazlitt, Londres, 1884. Referências por item.
LUTERO, M., *Werke*, Weimar ed., 1883 e seguintes; esta é a edição usualmente referida.
LUTERO, M., *Werke*, Erlangen ed., 1826 e seguintes.
LUTERO, M., *Werke*, Walch ed., St. Louis, Missouri.
LUTERO, M., *Works*, 6 vols., Filadélfia, 1943.
LUTZOW, COUNT VON, *Bohemia*, Everyman's Library.

MCCABE, JOS. (R), *Candid History of the Jesuits*, Nova York, 1913.
MCCABE, JOS. (R), *Crises in the History of the Papacy*, Nova York, 1916.
MÁQUIAVEL, N. (R), *Discourses*, Modern Library.
MCKINNEY, H. D., e ANDERSON, W. R., *Music in History*, Cincinnati, 1940.
MADARIAGA, SALVADOR DE, *Christopher Columbus*, Londres, 1949.
MAITLAND, S. R. (P), *Essays on the Reformation*, Londres, 1849.
MALORY, SIR THOS., *La Mort d'Arthur*, 2 vols. em 1, Londres, 1927.
MANTLE, BURN, e GASSNER, JOHN, *A Treasury of the Theater*, N. Y., 1935.
MANTZIUS, KARL, *History of Theatrical Art*, 6 vols., Londres, 1903 e seguintes.
MARCUS, JACOB, (J), *The Jew in the Medieval World*, Cincinnati, 1938.
MARGARIDA, RAINHA DE NAVARRA, *Heptameron*, Londres, s. d.
MARITAIN, JAQUES (C), *Three Reformers: Luther-Descartes-Rousseau*, Londres, 1950.
MARX, KARL, *Capital*, 2 vols., Chicago, 1919.
MATTINGLY, GARRET, *Catherine of Aragon*, Londres, 1942.
MAULDE LA CLAVIÈRE, R. DE, *The Women of the Renaissance*, Nova York, 1905.
MENDOZA, DIEGO HURTADO DE, *Life and Adventures of Lazarillo de Tormes*, Londres, 1881.
MERRIMAN, R. B., *Suleiman the Magnificent*, Harvard, 1944.
MICHELET, JULES (P), *Histoire de France*, 5 vols., Paris, s. d. As referências são por volume e página.
MICHELET, JULES (P), *History of France*, 2 vols., Nova York, 1880. As referências são por livro e capítulo.
MILMAN, H. H. (P), *History of Latin Christianity*, 8 vols. Nova York, 1860.
MONMARCHÉ, M., ed., *Châteaux of the Loire*, Paris, 1919.
MONTALEMBERT, COMTE DE (C) *Monks of the West*, 2 vols., Boston, s. d.
MONTESQUIEU, CHAS. DE, *Spirit of Laws*, Nova York, 1899.
THOS., *Utopia*, Burt Library, Nova York, s. d.
MORISON, SAMUEL ELIOT, *Admiral of the Ocean Sea: A Life of Christopher Columbus*, Boston, 1942.
MOTLEY, J. L. (P), *Rise of the Dutch Republic*, 2 vols., Nova York, s. d.
MUIR, EDWIN (P), *John Knox*, Londres, 1920.
MÜLLER-LYER, F., *Evolution of Modern Marriage*, Nova York, 1930.
MÜNTZ, EUGÈNE, *Leonardo da Vinci*, 2 vols., Londres, 1898.
MURRAY, ROBT. H. (P), *Erasmus and Luther*, Londres, 1920.

NEKAM, LOUIS, *The Cultural Aspirations of Hungary*, Budapest, 1935.
NEWMAN, LOUIS I. (J), *Jewish Influence on Christian Reform Movements*, Nova York, 1925.
NOCK, A. J., e WILSON, C. R., *Francis Rabelais*, Nova York, 1929.
NOSEK, VLADIMIR, *The Spirit of Bohemia*, Nova York, 1927.
NOYES, ELLA, *The Story of Ferrara*, Londres, 1904.
NUSSBAUM, F. L., *History of the Economic Institutions of Modern Europe*, Nova York, 1937.

O'BRIEN, GEORGE (C), *Essay on the Economic Effects of the Reformation*, Westminster, Md., 1944.
OGG, FREDERIC, *Source Book of Medieval History*, Nova York, 1907.
OMAN, CHAS., *The Great Revolt of 1381*, Oxford, 1906.
OUSELEY, SIR GORE, *Biographical Notices of Persian Poets*, Londres, 1846.
OWEN, JOHN (P), *Evenings with the Skeptics*, 2 vols., Londres, 1881.
OWEN, JOHN (P), *Skeptics of the French Renaissance*, Londres, 1893.
OXFORD HISTORY OF MUSIC, 7 vols., Oxford, 1929 e seguintes.

PACHTER, H. M., *Magic into Science: The Story of Paracelsus*, N. Y., 1951.
PANOFSKY, ERWIN, *Albrecht Dürer*, 2 vols., Princeton, 1948.
PASTON LETTERS, 2 vols., Everyman's Library.
PASTOR, LUDWIG (C), *History of the Popes*, 14 vols., St. Louis, 1898, e Londres, 1910 e seguintes.
PAULSEN, FRIEDRICH (P), *German Education*, Nova York, 1908.
PAUPHILET, ALBERT, ed., *Jeux et sapience du Moyen Âge*, Paris, 1940.
PAUPHILET, ALBERT, ed., *Poètes et romanciers du Moyen Âge*, Paris, 1943.
PAYNE, E. A. (P), *The Anabaptists of the Sixteenth Century*, Londres, 1949.
PENROSE, BOIES, *Travel and Discovery in the Renaissance*, Harvard, 1952.
PERCY, THOS., *Reliques of Ancient English Poetry*, 2 vols., Everyman's Library.
PERNOUD, REGINE, *La poésie mediévale*, Paris, 1947.
PIRENNE, H., *Belgian Democracy*, Manchester, Inglaterra, 1915.
PIRENNE, H., *Economic and Social History of Medieval Europe*, Nova York, s.d.
PIRENNE, H., *Histoire de Belgique*, 4 vols., Bruxelas, 1909.
POKROVSKY, M. N., *History of Russia*, Nova York, 1931.
POLLARD, A. F. (P), *Henry VIII*, Londres, 1925.
POOLE, R. L., *Illustrations of the History of Medieval Thought and Learning*, Nova York, 1920.
POOLE, R. L. (P), *Wycliffe and Movements for Reform*, Londres, 1909.
POPE, ARTHUR UPHAM, *Catalogue of a Loan Collection of Early Oriental Carpets*, Chicago, 1926.
POPE, ARTHUR UPHAM, *Introduction to Persian Art*, Londres, 1930.
POPE, ARTHUR UPHAM, *Masterpieces of Persian Art*, Nova York, 1945.
POPE, ARTHUR UPHAM, *Survey of Persian Art*, 8 vols., Oxford, 1938.
POST, C. R., *History of Spanish Painting*, 8 vols., Harvard, 1941.
POWER, EILEEN, *Medieval People*, Boston, 1924.
PRESCOTT, H. F. M. (C?), *Mary Tudor*.
PRESCOTT, WM. H. (P), *History of the Reign of Ferdinand and Isabella the Catholic*, 2 vols., Filadélfia, 1890.
PUTNAM, GEO. H. (P), *Books and Their Makers During the Middle Ages*, 2 vols., Nova York, 1898.
PUTNAM, GEO. H. (P), *The Censorship of the Church of Rome*, 2 vols., Nova York, 1906.

RABELAIS, FR., *Gargantua; Pantagruel*; edição Cluny, Paris, 1939.
RABELAIS, FR., *Works*, Londres, s. d.
RAUMBAUD, ALFRED, *History of Russia*, 3 vols., Boston, 1879,
RANKE, LEOPOLD (P), *History of the Popes*, 3 vols., Londres, 1878.

RANKE, LEOPOLD (P), *History of the Reformation in Germany*, Londres, 1905.
RASHDALL, HASTINGS, *Universities of Europe in the Middle Ages*, 3 vols., Oxford, 1936.
RÉAU, LOUIS, *L'art russe*, 2 vols., Paris, 1921.
REYNAUD, PAUL, *Unite or Perish*, Nova York, 1951.
RICHARD, ERNST (P), *History of German Civilization*, Nova York, 1911.
RICKARD, T. A., *Man and Metals*, 2 vols., Nova York, 1932.
RIEDL, FREDERICK, *History of Hungarian Literature*, Nova York, 1906.
ROBERTSON, J. M. (R), *Short History of Freethought*, 2 vols., Londres, 1914.
ROBERTSON, WM. (P), *History of the Reign of Charles V*, 2 vols., Londres, 1878.
ROBINSON, D. S., *Anthology of Modern Philosophy*, Nova York, 1931.
ROBINSON, J. H. *Readings in European History*, Boston, 1906.
ROCKER, RUDOLF (R), *Nationalism and Culture*, Los Angeles, 1937.
ROEDER, RALPH, *Catherine de'Medici and the Lost Revolution*, N. Y., 1937.
ROGERS, JAS. E. T., *Economic Interpretation of History*, Londres, 1891.
ROGERS, JAS. E. T., *Six Centuries of Work and Wages*, Nova York, 1890.
ROPER, WM., *Life of Sir Thomas More*, in More, *Utopia*, Nova York, s.d.
ROSCOE, WM. (P), *Life and Pontificate of Leo X*, 2 vols., Londres, 1853.
ROSEN, EDWARD, ed., *Three Copernican Treatises*, Nova York, 1939.
ROTH, CECIL (J), *History of the Marranos*, Filadélfia, 1941.
ROTH, CECIL (J), *The Jewish Contribution to Civilization*, Oxford, 1945.
RUSSELL, BERTRAND (R), *History of Western Philosophy*, Nova York, 1945.

SALADIN, H., e MIGEON, G., *Manuel d'art musulman*, 2 vols., Paris, 1907.
SALZMAN, L. F., *English Industries of the Middle Ages*, Oxford, 1923.
SANGER, WM., *History of Prostitution*, Nova York, 1910.
SANTOS Y OLIVERA, D., Guia de la cathedral de Sevilla, Madrid, 1930.
SARTON, GEORGE, *Introduction to the History of Science*, 3 vols. em 5, Baltimore, 1930 e seguintes.
SAUNDERS, J. B., e O'MALLEY, CHAS., *The Illustrations from the Works of Andreas Vesalius*, Cleveland, Ohio, 1950.
SCHAFF, PHILIP (P), *History of the Cristian Church:*
The German Reformation, 2 vols., Edinburgh, 1888; paginação contínua.
The Swiss Reformation, 2 vols., Edinburgh, 1893; paginação contínua.
SCHAPIRO, J. SALWYN (J), *Social Reform and the Reformation*, Nova York, 1909.
SCHEVILL, FERDINAND, *History of the Balkan Peninsula*, Nova York, 1922.
SCHOENFELD, HERMANN, *Women of the Teutonic Nations*, Filadélfia, 1908.
SCHOENHOF, J., *History of Money and Prices*, Nova York, 1896.
SCHULTZ, ALWIN, *Deutsches Leben in XIV un XV Jahrhundert*, 2 vols., Viena, 1892.
SCHUSTER, M. LINCOLN, ed., *Treasury of the World's Great Letters*, N. Y., 1940.
SCOTT, WM. B., *Albert Dürer*, Londres, 1869.
SEDGWICK, HENRY, D., *Ignatius Loyola*, Nova York, 1923.
SEEBOHM, FREDERIC (P), *The Oxford Reformers*, Londres, 1869.
SELLERY, G. C., *The Renaissance*, Madison, Wisconsin, 1950.
SHAKESPEARE, *Plays*.
SICHEL, EDITH (P), *Catherine de'Medici and the French Reformation*, Londres, 1905.
SICHEL, EDITH, *Michel de Montaigne*, Nova York, 1911.
SICHEL, EDITH, *Women and Men of the French Renaissance*, Londres, 1903.
SIGERIST, H. E., *The Great Doctors*, Nova Iorque, 1933.
SINGER, CHAS., ed., *Studies in the History and Method of Science*, 2 vols., Oxford, 1917 e seguintes.
SISMONDI, J. C. L., *History of the Italian Republics*, edição Wm. Boulting, Londres, s.d.
SMITH, PRESERVED (R), *The Age of the Reformation*, Nova York, 1920.
SMITH, PRESERVED (R), *Erasmus*, Nova York, 1923.
SMITH, PRESERVED (R), *History of Modern Culture*, 2 vols., N. Y. 1930.

SMITHSON, R. J. (P), *The Anabaptists*, Londres, 1935.
SOMBART, WERNER, *The Jews and Modern Capitalism*, Glencoe, Ill, 1951.
SPECULUM: *A Journal of Medieval Studies*, Cambridge, Massachussetts.
SPENCE, LEWIS, *Cornelius Agrippa, in* Waite, *Three Famous Alchemists*.
STANGE, ALFRED, *German Painting. XIV — XVI Centuries*, Nova York, 1950.
STIRLING-MAXWELL, Sir Wm., *Annals of the Artists of Spain*, 4 vols., Londres, 1891.
STRAUSS, D. F. (P), *Ulrich von Hutten*, Londres, 1874.
STRIEDER, JACOB, *Jacob Fugger*, Nova York, 1931.
STUBBS, WM., *Constitutional History of England*, 3 vols., Oxford, 1903.
SWINBURNE, A. C., *Poems*, Filadélfia, s.d.
SYKES, SIR PERCY, *History of Persia*, 2 vols., Londres, 1921.
SYMONDS, J. A. (P), *The Catholic Reaction*, 2 vols., Londres, 1914.

TAINE, HENRI, *Italy: Rome and Naples*, Nova York, 1889.
TAINE, HENRI, *Lectures on Art*, Nova York, 1884.
TAWNEY, R. H. (P), *Religion and the Rise of Capitalism*, Nova York, 1926.
TAYLOR, RACHEL, *Leonardo the Florentine*, Nova York, 1927.
THATCHER, O. J., e MACNEAL, E., *Source Book for Medieval History*, Nova York, 1905.
TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theologica*, 22 vols., Londres, 1920.
THOMPSON, JAS. W., *Economic and Social History of Europe in the Later Middle Ages*, Nova York, 1931.
THORNDIKE, LYNN, *History of Magic and Experimental Science*, 4 vols., Nova York, 1929 e seguintes.
THORNDIKE, LYNN, *Science and Thought in the Fifteenth Century*, Nova York, 1929.
TICKNOR, GEORGE, *History of Spanish Literature*, 3 vols., Nova York, 1854.
TILLEY, ARTHUR, *Studies in the French Renaissance*, Cambridge, Inglaterra, 1922.
TIMUR (?), *Autobiography*, tr. Stewart, Londres, 1830.
TORNAY, STEPHEN C., *Ockham: Studies and Sketches*, La Salle, Ill, 1938.
TOYNBEE, ARNOLD, J., *A Study of History*, 10 vols., 1935-54.
TRAILL, H. D., *Social England*, 6 vols., Nova York, 1902.
TRATTNER, ERNEST R., *Architects of Ideas*, Nova York, 1938.
TREND, J. B., *The Civilization of Spain*, Oxford, 1952.
TREVELYAN, GEO. M. (P), *England in the Age of Wycliffe*, Londres, 1925.
TREVELYAN, GEO. M. (P), *English Social History*, Londres, 1947.
TROYES, JEANS DE, *Chronique scandaleuse*, ou *Secret History of Louis XI, in* Comines, *Memoirs*, Vol. II.
TURNER, E. S., *History of Courting*, Nova York, 1955.

UEBERWEG, F. (P), *History of Philosophy*, 2 vols., Nova York, 1871.
USHER, ABBOT P., *History of Mechanical Inventions*, Nova York, 1929.

VACANDARD, E. (C), *The Inquisition*, Nova York, 1908.
VAMBÉRY, ARMINIUS, *The Story of Hungary*, Nova York, 1894.
VASARI, G., *Lives of the Painters, etc.*, Everyman's Library, 3 vols.
VASILIEV, A. A., *History of the Byzantine Empire*, 2 vols., Madison, Wis., 1929.
VERNADSKY, GEO., *History of Russia*, Yale, U. P., 1929.
VERNADSKY, GEO., *Kievan Russia*, Yale U. P., 1948.
VILLARI, PASQUALE, *Life and Times of Girolamo Savonarola*, Nova York, 1896.
VILLARI, PASQUALE, *Life and Times of Niccolò Machiavelli*, 2 vols., Nova York, s.d.
VILLON, FR., *Poems*, tr. John Payne, Modern Library.
VILLON, FR., *Poems in* Pauphilet, *Poètes et romanciers du Moyen Âge*.
VOLTAIRE, F. M. A. DE (R), *Selected Works*, tr. Jos. McCabe, Londres, 1911.
VOLTAIRE, F. M. A. DE (R), *Works*, 22 vols., Nova York, 1901.

WALISZEWSKY, K., *Ivan the Terrible*, Filadélfia, 1904.
WALKER, WILLISTON (P), *John Calvin*, Nova York, 1906.
WALPOLE, HORACE, *Letters*, 8 vols., Londres, 1880.
WALSH, J. J. (C), *The Popes and Science*, Nova York, 1913.
WALSH, J. J. (C), *The Thirteenth, Greatest of Centuries*, Nova York, 1920.
WARD, W. H., *Architecture of the Renaissance in France*, 2 vols., Londres, s.d.
WATSON, FOSTER, *Luis Vives, El Gran Valenciano*, Oxford, 1922.
WATSON, PAUL B., *The Swedish Revolution under Gustavus Vasa*, Boston, 1889.
WAXMAN, MEYER (J), *History of Jewish Literature*, 2 vols., Nova York, 1930 e seguintes.
WEBER, SIR HERMANN, *On Means for the Prolongation of Life*, Londres, 1914.
WEBER, MAX, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, Londres, 1948.
WHITCOMB, MERRICK, *Literary Source-Book of the German Renaissance*, Filadélfia, 1899.
WHITE, ANDREW D. (P), *History of the Warfare of Science with Theology in Christendom*, 2 vols., Nova York, 1929.
WILKINS, C. A. (P), *Spanish Protestants in the Sixteenth Century*, ed. Rachel Challice, Londres, 1897.
WOLTMANN, ALFRED, *Holbein and His Times*, Londres, 1872.
WRIGHT, THOS., ed., *The Book of the Knight of La Tour-Landry*, Londres, 1868.
WRIGHT, THOS., *History of Domestic Manners and Sentiments in England During the Middle Ages*, Londres, 1862.
WRIGHT, THOS., *The Home of Other Days*, Londres, 1871.
WRIGHT, THOS., *Womankind in Western Europe*, Londres, 1869.
WYCLIFFE, JOHN, *English Works*, ed. F. D. Matthew, Londres, 1880.

Notas

Para se usar este volume

1. Coulton, *Chaucer*, 62.
2. Michelet, x, 3.
3. Müntz, *Leonardo da Vinci*, I, 22.

CAPÍTULO I

1. Coulton, *Life in the Middle Ages*, I, 205.
2. Pastor, *History of the Popes*, I, 71, 66.
3. *Ibid.*
4. Bryce, *The Holy Roman Empire*, 226; *Cambridge Medieval History*, VIII, 623.
5. Sarton, *Introduction to the History of Science*, III - 1, 1034.
6. Pastor, I, 91.
7. Sismondi, *History of the Italien Republics*, 328.
8. Gierke, *Political Theories of the Middle Ages*, 52, 59; Hearnshaw, *Medieval Contributions to Modern Civilization*, 67.
9. Emerton, *The* Defensor Pacis *of Marsiglio of Padua*, 70-2.
10. Milman, *History of Latin Christianity*, VII, 328-31.
11. Ogg, *Source Book of Medieval History*, 391.
12. Creighton, *History of the Papacy during the Reformation*, I, 297; *Camb. Med. Hy*, VIII, 8n.
13. Pastor, I, 241.
14. Pastor, III, 269.
15. *Ibid.*, 324.
16. Para um simples resumo católico dos abusos eclesiásticos ocorridos por volta de 1500, cf. Janelle, *The Catholic Reformation*, Capítulos I-III.
17. *Cambridge Modern History*, I, 388.
18. Montalembert, *The Monks of the West*, I, 81.
19. Coulton, *Inquisition and Liberty*, 45.
20. Coulton, *Five Centuries of Religion*, I, 465.
21. Beard, Chas., *Martin Luther and the Reformation*, 42.
22. Maquiavel, *Discourses*, iii, I.
23. Robertson, *History of the Reign of Charles V*, I, 402.
24. Hayes, *Political and Social History of Modern Europe*, I, 126.
25. La Tour, *Les origines de la Reforme*, I, 361.
26. Cf. Pastor, V, 361-2.
27. *Camb. Mod. Hy*, I, 670.
28. *Ibid.*
29. *Ibid.*
30. Coulton, *Five Centuries of Religion*, II, 411.
31. Erasmo, 5 de março de 1518 *in Epistles*, III, 287.
32. Pastor, VIII, 124.
33. *Camb. Mod. Hy*, I, 670.
34. *Ibid.*, 659.
35. Smith, Preserved, *History of Modern Culture*, I, 19.
36. *Camb. Mod. Hy*, I, 674.
37. Coulton, *Five Centuries of Religion*, I, 410 e seguintes; II, 429.
38. *Ibid.*, 400.
39. Erasmo, Epístola 94 *in* Froude, *Life and Letters of Erasmus*, 352.
40. Blok, *History of the People of the Netherlands*, II, 299.
41. Coulton, *Life in the Middle Ages*, IV, 354.
42. Coulton, *Five Centuries*, II, 399.
43. Lea, *History of the Inquisition in Spain*, I, 427.
44. Coulton, *Five Centuries*, I, 410.
45. La Tour, *Les origines*, II, 297 e seguintes.
46. Coulton, *Medieval Panorama*, 150, 160.
47. *Ibid.*, 177.
48. Lea, *Inquisition in Spain*, IV, 95 e seguintes.
49. Lea, *Historical Sketch of Sacerdotal Celibacy*, 429-32; Kautsky, *Communism in Central Europe in the Time of the Reformation*, 268.
50. *Camb. Mod. Hy*, I, 672.
51. Pastor, V, 457 e seguintes.
52. Lea, *Inquisition in Spain*, I, 394.
53. *Ibid.*, 402.
54. *Ibid.*
55. 406.
56. 407.
57. Gascoigne, *Seven Rivers of Babylon*, in Coulton, *Social Life in Britain*, 203.
58. Lea, *Auricular Confession*, III, 277. Beard, *Luther*, 299.
59. Lea, *Auricular Confession*, III, 74.
60. *Ibid.*, 179.
61. 343 e seguintes.

62. Pastor, VII, 338, 340.
63. Ranke, *History of the Reformation in Germany*, 153.
64. *Camb. Mod. Hy*, 660.
65. Pastor, VII, 305.
66. Coulton, *The Black Death*, 114.
67. Erasmo, *Militis Christiani enchiridion, in* Lea, *Auricular Confession*, III, 429.
68. Lea, ibid.
69. Coulton, *Five Centuries*, I, 410.

CAPÍTULO II

1. Stubbs, *Constitutional History of England*, II, 331.
2. Headlam, *Story of Nuremberg*, 164.
3. Coulton, *Chaucer and His England*, 173.
4. Froissart, *Chronicles*, I, 77, 89.
5. Froissart, edição Everyman, 124.
6. Trevelyan, *England in the Age of Wycliffe*, 28.
7. Stubbs, III, 385.
8. Power, *Medieval People*, 78.
9. *Ibid.*, 68.
10. Green, Mrs. J. R., *Town Life in the Fifteenth Century*, I, 351 e seguintes.
11. Rogers, *Economic Interpretation of History*, 75.
12. Cheyney, *Dawn of a New Era*, 186.
13. Poole, R. L., *Wycliffe and Movements for Reform*, 88; Id., *Illustrations of the History of Medieval Thought*, 254.
14. Wyclif, *De civili dominio*, i, 30, in Poole, *Wycliffe*, 89.
15. Poole, *Illustrations*, 264.
16. Poole, *Wycliffe*, 65.
17. *Camb. Med. Hy*, VII, 489.
18. Thompson, J. W., *Economic and Social History of Europe in the Later Middle Ages*, 499.
19. Trevelyan, *England in the Age of Wycliffe*, 82.
20. Wyclif, "On the Pope", *in English Works*, 477.
21. Wyclif, "Of Prelates", *in English Works*, 80-1.
22. *Ibid.*, 81.
23. *Ibid.*, 100.
24. 143-63.
25. 96-104.
26. Wyclif, "Of Prelates", v, 66; vi, 68.
27. "On the Popes", iii.
28. *De officio pastorali in English Works*, 457.
29. I João, ii, 18.
30. Rev., xi, 7.
31. Janssen, *History of the German People*, IV, 119.
32. Wyclif, "On Dominion" (English), i.
33. *English Works*, 47-57.
34. "On Dominion", iv; *De Officio pastorali.*
35. *English Works*, 469-70.
36. "On Dominion" ii, in Poole *Illustrations*, 261.
37. *English Works*, 452.
38. *Ibid.*, 328.
39. 330-1.
40. Trevelyan, *England in the Age of Wycliffe*, 173.
41. *English Works*, 465.
42. *Ibid.*, 227-9.
43. 276 e seguintes.
44. Coulton, *Medieval Panorama*, 685.
45. Poole, *Wycliffe*, 110; Trevelyan *Wycliffe*, 316.
46. Coulton, *Black Death*, 68; *Medieval Panorama*, 89.
47. Mrs. Green, *Town Life*, I, 54.
48. Stubbs, III, 617-8.
49. Mrs. Green, I, 141.
50. Abram, A., *English Life and Manners*, 191.
51. Lounsbury, *Studies in Chaucer*, I, 14.
52. Abram, 191-3.
53. Coulton, *Black Death*, 96; *Camb. Med. Hy*, VII, 442:
54. Coulton, *Social Life*, 350.
55. Ashley, *Introd. to English Economic History and Theory*, II, 333.
56. Poole, *Wycliffe*, 106.
57. Oman, *The Great Revolt of 1381*, 42.
58. *Ibid.*, 51.
59. Froissart, ii, 73.
60. *Ibid.*
61. Oman, 38-43.
62. *Speculum*, Jan., 1940, 25.
63. Oman, 68-77.
64. *Ibid.*, 84.
65. Stubbs, II, 428 e seguintes.
66. Chambers, *Medieval Stage*, II, 185.
67. Langland, *Vision of William... concerning Piers the Plowman*, i, 73 e seguintes.
68. *Ibid.*, i, 68-99, 144-94; vi, 169 e seguintes; xiii, 4 e seguintes.
69. Jusserand, *Literary History of the English People*, 401.
70. Coulton, *Chaucer*, 30.
71. Lounsbury, I, 74; Coulton, *Chaucer*, 54.
72. *Ibid.*, 36.
73. Lounsbury, II, 228.
74. Chaucer, *Troilus*, i, 463.
75. *Ibid.*, iii, 1373 e seguintes.
76. The Nun's Priest's Tale, 413 e seguintes.
77. *Legend of Good Women*, 1-9.
78. Knight's Tale, 444 e seguintes.
79. Coulton, *Chaucer*, 60.
80. Lounsbury, I, 87.
81. Shakespeare, *Richard II*, iii, 3.
82. Holinshed, iii, 507.

CAPÍTULO III

1. Pirenne, *Economic and Social History of Medieval Europe*, 187, 207; Ashley, II. 101; Salzman, *English Industries of the Middle Ages*, 337.
2. Coulton, *The Medieval Village*, 126; Boissonade, *Life and Work in Medieval Europe*, 310.
3. Pirenne, op. cit., 198.
4. Milman, VII, 65-6; Thompson, *Economic History.... of Later Middle Ages*, 53.
5. Michelet, *History of France*, livro vi, capítulo 1.
6. Campbell, *Life and Times of Petrarch*, xxv.
7. Guizot, *History of France*. I, 616 e seguintes.
8. Encyc. Brit. XIX, 880b.
9. Froissart, i, 115.
10. *Ibid.*, 127-8.
11. Sarton, III - 1, 38.
12. Hammerton, *Universal History of the World*, VI, 3394.
13. Froissart, i, 151.
14. Boissonade, 284.
15. Bury, *History of the Later Roman Empire*, II, 65.
16. Sarton, III - 2, 1653.
17. Castiglioni, *History of Medicine*, 359.
18. Coulton, *Black Death*, 68.
19. Sarton, III - 2, 1654.
20. Thompson, *Economic History*, 383.
21. Michelet, vi, 3.
22. Froissart, i, 178.
23. Carlyle, R. W., *History of Medieval Political Theory*, VI, 213.
24. Clapman and Power, *Cambridge Economic Hy of Europe*, 559.
25. Froissart, I, 181, 183.
26. Michelet, vi, 3.
27. Michelet, vii, 1.
28. Guizot, *History of France*, II, 245.
29. Boissonade, 330.
30. Nussbaum, *History of the Economic Institutions of Modern Europe*. 108.
31. Boissonade, 315.
32. Wright, *Book of the Knight of La Tour-Landry*, capítulo 2.
33. Michelet, xi, 1.
34. En Br., iv, 85576.
35. Huizinga, *Waning of the Middle Ages*, 144-7.
36. Lacroix, *History of Prostitution*, I, 793.
37. *Ibid.*, II, 1114.
38. Sanger, *History of Prostitution*, 106.
39. Huizinga, *Waning*, 145.
40. *Ibid.*, 97.
41. Lacroix, *Prostitution*, I, 911.
42. Huizinga, 103, 108.
43. *Le menagier de Paris*, *in* Power, *Medieval People*, 85.
44. Coulton, *Life in the Middle Ages*, III, 152.
45. Huizinga, 133.
46. *Ibid.*, 21, 175.
47. Thompson, *Economic History*, 105.
48. Huizinga, 140.
49. *Speculum*, April, 1940, 148.
50. Friedländer, *Roman Life and Manners*, II, 196.
51. France, A., *Joan of Arc*, II, 254.
52. *In* Jussrand, *English Wayfaring Life in the Middle Ages*, 400.
53. Froissart, edição Everyman, 368, 292, 1.
54. *In* Pernoud, *La poési médiévale*, 80.
55. *In* Faguet, *Literary History of France*, 147. Margarida chegou à França em 1436; não há vestígio de Chartier depois de 1434.
56. *In* Pauphilet, *Poètes et romanciers du moyen âge*, 774.
57. Tr. *in* Lang, *Ballads and Lyrics of Old France*.
58. *In* Faguet, 151.
59. *In* Pauphilet, 792.
60. Michelet, x, 3.
61. *Ibid.*, France, *Joan of Arc*, I, 25.
62. Julgamento *in* Michelet, x, 3.
63. *Ibid.*; France, *Joan of Arc*, 139 e seguintes.
64. Michelet, 1. c.
65. *Ibid.*
66. France, *Joan*, II, 250.
67. *Ibid.*, I, xlvii.
68. Michelet, xi, l.
69. *Ibid.*, xi, 2; D'Orliac, *The Lady of Beauty*, 17-35.

CAPÍTULO IV

1. Guizot, *History of France*, II, 407.
2. *Ibid.*; Hare, *Life of Louis XI*, 69.
3. Comines, *Memoirs*, i, 10..
4. *Ibid.*, ii, 1; Hare 241.
5. Hare, 204.
6. Comines, vi, 2.
7. *Ibid.*, iv, 10.
8. *Ibid.*, vi, 7, 11; *Camb. Med. Hy*, VIII, 296.
9. Troyes, *Chronique scandaleuse*, *in* Comines, II, 379, 395.
10. Comines, vi, 12.
11. Lacroix,, *Prostitution*, II, 116.
12. Ferrara, *The Borgia Pope*, 184; Beuf, *Cesare Borgia*, 42; Michelet, *Histoire de France*, III, i, 1.
13. Lacroix, *Prostitution*, II, 1117.
14. Batiffol, *Century of the Renaissance*, 22.
15. Guizot, *France*, II, 627.
16. Michelet, iii, 109.
17. Ward, *Architecture of the Renaissance in France*, II, 16-17.
18. Boyd, *French Renaissance*, 9.

19. Cf. a bela reedição de *Les heures d'Anne de Bretagne*, Editions Verve, Paris, 1946.
20. Addison, J. D., *Arts and Crafts in the Middle Ages*, 265.
21. Comines, v, 18.
22. *Ibid.*, iii, 8-9; 11, 6.
23. Mantzius, *History of Theatrical Art*, II, 134.
24. Pauphilet, *Jeux et sapience du moyen âge*, 332.
25. Villon, *Ballade de la grosse Margot*; Lewis, *François Villon*, 6, 301.
26. Villon, *Le petit testament*, xxiii, xxxi, x.
27. Villon, *Poems*, tr. John Payne, 128.
28. *Ibid.*, 189.
29. *Ibid.*, 191.
30. *In* Lewis, 209.

CAPÍTULO V

1. *Camb. Med. Hy*, VIII, 357.
2. Holinshed, iii, 541.
3. Walsingham in Stubbs, III, 79.
4. Michelet, ix, 3.
5. Comines, ii, 12.
6. *Ibid.*, vi, 2.
7. Holinshed, iii, 712; cf. Shakespeare, 3 *Henry VI*, iii, 2; *Richard III*, i, 1.
8. Bacon, *Works*, VI, 240.
9. Coulton, *Medieval Village*, 136.
10. More, *Utopia*, 175.
11. Coulton, *Social Life in Britain*, 321.
12. Rogers, *Six Centuries of Work and Wages*, 73; Schoenhof, *History of Money and Prices*, 311-2.
13. Retirado de Sir E. Dudley, *Tree of the Commonwealth* (1509), *in* Coulton, *Social Life in Britain*, 354.
14. Green, J. R., *Short History of the English People*. II, 568; Mrs. Green, *Town Life*, II, 70.
15. *Camb. Med. Hy*, VIII, 441-2.
16. *Ibid.*
17. Holinshed, iii, 632.
18. *Ibid.*, 636.
19. Coulton, *Social Life*, 37.
20. Lounsbury, II, 346; Wright, *Homes of Other Days*, 429.
21. Paston Letters, I, 70.
22. Holinshed, iii, 508.
23. Cf. Percy, *Reliques*, II, 88 e seguintes.
24. Salzman, 230.
25. Mrs. Green, *Town Life*, I, 212-5; Coulton, *Chaucer*, 220.
26. *Camb. Med. Hy*, VIII, 365.
27. *In* Coulton, *Medieval Panorama*, 304.
28. Sarton, III-1, 158.
29. Wright, *Homes*, 379.
30. Hammerton, *Universal History*, VI, 3443.
31. Hearnshaw, *Social and Political Ideas of... the Renaissance and the Reformation*, 75.
32. Chaucer, Parson's Tale, linhas 415-30.
33. Stubbs, III, 288.
34. Hearnshaw, *op. cit.*, 82.
35. Coulton, *Medieval Panorama*, 126.
36. Id., *Black Death*, 112.
37. Catholic Encyclopedia, X, 334; Sarton III-2, 1046; Trevelyan, *England in the Age of Wycliffe*, 179, 317, 321, 327.
38. Coulton, *Medieval Panorama*, 490.
39. Trevelyan, *Wycliffe*, 334.
40. Shakespeare, 2 *Henry IV*, Epílogo.
41. Cath. Encyc., X, 335.
42. Trevelyan, *Wycliffe*, 347-9.
43. *In* Sellery, *Renaissance*, 207.
44. Jusserand, *English Wayfaring*, 192.
45. Mantle, Burns, e Gassner, *A Treasury of the Theater*, 1345.
46. Putman, G. H., *Books and Their Makers during the Middle Ages*, II, 104.
47. Kittredge, G. L., *Harvard Studies... in Philology and Literature*, II, 87 e seguintes.
48. Malory, *Mort d'Arthur*, iii, 15.
49. *Ibid.*, x, 5.
50. Paston Letters, I, 81.
51. Gasquet, *Eve of the Reformation*, 220.
52. Einstein, Lewis, *Italian Renaissance in England*, 36.
53. *Ibid.*, 38.
54. Smith, P., *Erasmus*, 95-6.
55. Seebohm, *The Oxford Reformers*, 70-1, 74-6, 110.

CAPÍTULO VI

1. Blok, *History... of the Netherlands*, II, 289.
2. Pirenne, *Histoire de Belgique*, II, 471; Michelet, x, 4; Blok, II, 289.
3. Pirenne, *Histoire*, II, 471.
4. Huizinga, 289.
5. *Ibid.*, 203.
6. Hastings, *Encyclopedia of Religion and Ethics*, II, 843a.
7. Janssen, *History of the German People*, I, 88.
8. Kempis, Thomas à, *Imitation of Christ*, i, 1, 3, 10, 22, 9, 20.
9. *In* Michelet, xii, 2.
10. Baldass, *Jan van Eyck*, 273.
11. Cheney, *World History of Art*, 623.
12. Conway, *The Van Eycks and Their Followers*, 141.
13. Comines, *Memoirs*, v, 9; Freeman, E. A., *Historical Essays*, 338.
14. Comines, ii, 3-4; Michelet, xv, 2-4.
15. Conway, 185.
16. *Ibid.*, 194.
17. Baedeker, *Belgique et Hollande*, 129.
18. Baldass, *Memling*, 148.
19. Isaías, xl, 6.

CAPÍTULO VII

1. Boissonade, 285.
2. Rickard, *Man and Metals*, II, 525.
3. Boissonade, 325.
4. *Camb. Med. Hy*, VII, 736 e seguintes.
5. Beard, Miriam, *History of the Business Man*, 63.
6. Headlam, *Nuremberg*, 32.
7. Thompson, *Later Middle Ages*, 402.
8. Janssen, IV, 132-6.
9. Freeman, *Historical Essays*, 360.
10. Gregorovius, *History of the City of Rome in the Middle Ages*, VI, 116; *Camb. Med. Hy*, VII, 120, 283 e seguintes.
11. Emerton, 66.
12. Gregorovius, VI, 151.
13. Emerton, 17; Ueberweg, *History of Philosophy*, I, 462; Owen, *Evenings with the Skeptics*, II, 357.
14. *Camb. Med. Hy*, VII, 130-1.
15. *Camb. Mod. Hy*, II, 602.
16. Lea, *Sacerdotal Celibacy*, 395.
17. Pastor, II, 48.
18. Kautsky, 102-3.
19. *In* Inge, *Christian Mysticism*, 160; James, Wm., *Varieties of Religious Experience*, 417; Huizinga, 203.
20. *In* Franke, *History of German Literature*, 110.
21. De Wulf, *Philosophy and Civilization in the Middle Ages*, 294-7; Id., *History of Medieval Philosophy*, II, 130; Coulton, *Medieval Panorama*, 522.
22. Inge, 162.
23. Coulton, *Medieval Scene*, 126.
24. Headlam, *Nuremberg*, 29.
25. Cheney, *History of Art*, 665.
26. *In* Walsh, J. J., *Thirteenth, Greatest of Centuries*, 158.
27. A suposição é de Carter, *Invention of Printing in China*, 24.
28. Sarton, III-1, 830.
29. Putnam, *Books*, I, 352-6.
30. En. Brit., XI, 12c.
31. Putnam, *Books*, I, 359.
32. Janssen, I, 19.

CAPÍTULO VIII

1. Lützow, *Bohemia*, 59.
2. *Ibid.*, 68.
3. Milman, VII, 487.
4. Kautsky, 46.
5. Hus, *De Eclesia*, 114.
6. *Ibid.*, 3, 16 e seguintes.
7. *Ibid.*, xvi, 127.
8. 220-1.
9. Kautsky, 47.
10. *In* Creighton, *History of the Papacy*, I, 359.
11. Kautsky, 48.
12. Bax, *German Society at the Close of the Middle Ages*, 43.
13. Kautsky, 58 e seguintes.
14. Nosek, *Spirit of Bohemia*, 76 e seguintes.
15. Kautsky, 61-4.
16. Creighton, *Papacy*, II, 471; Reynaud, *Unite or Perish*, 185.
17. Burton, *The Jew, the Gypsy, and Islam*, 123.
18. Lewinski, *Political History of Poland*, 58.

CAPÍTULO IX

1. Vasiliev, *History of the Byzantine Empire*, II, 395.
2. *Ibid.*, 388.
3. 419.
4. *In* Diehl, C., *Manuel d'art Byzantin*, 761.
5. Gibbons, H. A., *Foundation of the Ottoman Empire*, 134.
6. *Camb. Med. Hy*, IV, 546.
7. Lane-Poole, *Story of Turkey*, 52.
8. Froissart, iv, 90.
9. Gibbons, H. A., *Foundation*, 132.
10. *Camb. Med. Hy*, IV, 620 e seguintes.
11. *Ibid.*
12. *Ibid.*, 693; Pastor, II, 252.
13. O resto desta parte segue a incomparável narrativa de Gibbon, *Decline and Fall of the Roman Empire*, capítulo lxviii.
14. Voltaire, *Essai sur les moeurs*, *in* Works, XVI-1, 297.
15. *Camb. Med. Hy*, IV, 691.
16. Gibb, *Ottoman Literature*, 203.
17. Sismondi, *History of the Italian Republics*, 630.
18. Janssen, II, 198.
19. Vambéry, *Story of Hungary*, 221.
20. Ibid., 23.
21. Réau, *L'art russe*, I, 235; Riedl, F., *History of Hungarian Literature*, 27.
22. Domanovsky, S., *Magyar Muvelodestortenet*, I, 160.
23. Szoni, *Regi Magyar Templomok*, 203.
24. Cf. Divald, *Old Hungarian Art*, figs. 123, 145.
25. Riedl, 34.
26. Nekam, *Cultural Aspirations of Hungary*, 88.
27. Vambéry, 251.
28. Riedl, 28-9.
29. Vambéry, 272-5.

CAPÍTULO X

1. Camões, *Lusiads*, iii, 132.
2. *Camb. Mod. Hy*, I, 12.
3. Beazley, *Prince Henry the Navigator*, 213.
4. *Camb. Mod. Hy*, I, 10, 16.

CAPÍTULO XI

1. Thompson, *Economic and Social History*, 349, 422, 449.
2. Michelet; III, 348; *Camb. Mod. Hy*, I, 651; Belloc, *How the Reformation Happened*, 69.
3. Chapman, C. E., *History of Spain*, 139, 163.
4. *Ibid.*, 216.
5. Burke, U. R., *History of Spain*, I, 404; Prescott, *Ferdinand and Isabella*, I, 338; Lea, *Inquisition in Spain*, I, 16.
6. Carpenter, Ed., *Pagan and Christian Creeds*, 25.
7. Graetz, *Hy of the Jews*, IV, 77.
8. Lea, *op. cit.*, I, 64.
9. Graetz, IV, 79-84.
10. Michelet, vi, 4.
11. Roth C., *Hy of the Marranos*, 28.
12. Lea, *Inquisition in Spain*, I, 120.
13. Graetz, IV, 566.
14. Ibn Batuta, *Travels*, 315.
15. Ameer Ali, S., *Short History of the Saracens*, 570.
16. *In* Chapman, *Hy of Spain*, 200.
17. Pedraza *in* Prescott, *Ferdinand and Isabella*, I, 314.
18. Lane-Poole, *The Moors in Spain*, 232.
19. *Ibid.*, 267.
20. Prescott, *Ferdinand*, I, 169.
21. Cf. Lea, *Inquisition in Spain*, I, 560-6.
22. Prescott, II, 340, nota 46.
23. Lea, *Spain*, IV, 362.
24. Guizot, *Hy of France*, II, 564.
25. Carta a Fr. Vettori, *in* Machiavelli, *Hy of Florence*, Apêndice, pág. 498; cf. *The Prince*, capítulo xxi.
26. Guicciardini, *History*, IV, 108.
27. Hefele, K., *Cardinal Ximenes*, 40-4.
28. Graetz, IV, 315.
29. Lea, *Spain*, II, 511-13.
30. *Ibid.*, III, 2; Ellis, H., *Soul of Spain*, 42.
31. Lea, *Spain*, I, 268, 100, 193; II, 323, 385.
32. *Ibid.*, I, 235.
33. *Ibid.*, I, 233-6; Pastor, IV, 400.
34. Lea, I, 178; II, 104-9, 401 e seguintes; III, 184; Lacroix, P., *Military and Religious Life in the Middle Ages*, 433.
35. Graetz, IV, 313.
36. Lea, *Spain*, IV, 517.
37. *Ibid.*
38. Começo do Salmo CXIV da tradução da Vulgata.
39. Lea, *Spain*, I, 133.
40. *Ibid.*
41. *Ibid.*, I, 134.
42. Prescott, *Ferdinand*, I, 514.
43. Graetz, IV, 391.
44. *Ibid.*, 369.
45. *Ibid.*, 370.
46. *Ibid.*, 371; Abbott, *Israel in Europe*, 167.
47. Graetz, IV, 372.
48. *Ibid.*, 376.
49. Marcus, *The Jew in the Medieval World*, 56-9.
50. Dozy, *Spanish Islam*, 268.
51. Arnold, T. W., *The Preaching of Islam*, 143.
52. Lea, *Spain*, III, 325.
53. Lane-Poole, *Moors in Spain*, 279.
54. Coulton, *Inquisition and Liberty*, 315.
55. Vacandard, *The Inquisition*, 198.
56. Santos y Olivera, *La cathedral de Sevilla*, 8.
57. Calvert, *Moorish Remains in Spain*, 383.
58. Post, C. R., *History of Spanish Painting*, VIII-2, 705.
59. *In* Ticknor, *Hy of Spanish Literature*, I, 227.
60. Prescott, *Ferdinand*, II, 448-9.
61. *Ibid.*, 327.
62. *Ibid.*, 332.

CAPÍTULO XII

1. France, A., *Joan of Arc*, II, 17.
2. Lacroix, *Prostitution*, II, 1040 e seguintes.
3. Thorndike, Lynn, *History of Magic and Experimental Science*, III, 18.
4. Lacroix, *Science and Literature in the Middle Ages*, 187.
5. Thorndike, III, 520.
6. Sarton, III-2, 1246.
7. Coulton, *Social Life*, 505.
8. Singer, C., *Studies in the History and Method of Science*, 191.
9. Lea, *Inquisition in the Middle Ages*, III, 461-5; Jusserand, *English Wayfaring Life*, 333.
10. Smith, P., *Age of the Reformation*, 655.
11. Sanger, *Prostitution*, 104.
12. Lea, *Inquisition in the Middle Ages*, III, 519.
13. *Ibid.*, 543.
14. Sprenger, *Malleus maleficarum*, *in* Ibid., 502.
15. Michelet, III, 36.
16. Lea, *Middle Ages*, III, 549.
17. Cf. Thorndike, IV, cap. LI.
18. Id., III, 11.
19. III, 30, 33.
20. 454.
21. 398-469.
22. Jusserand, *Wayfaring Life*, 328.
23. Abram, *English Life and Manners*, 205.
24. *In* Seebohm, *Oxford Reformers*, 211.
25. Paston Letters, I, 117.
26. De Wulf, *Hy of Med. Philosophy*, II, 168.
27. Thorndike, *Science and Thought in the Fifteenth Century*, 254.
28. Cambridge, *Hy of Poland*, I, 274.

29. *Camb. Mod. Hy*, II, 117.
30. Duhem, *Études sur Léonard de Vinci*, III, 388.
31. Gilson, *La philosophie au Moyen Âge*, II, 135.
32. Kesten, *Copernicus*, 91.
33. Penrose, *Travel and Discovery in the Renaissance*, 19.
34. *In* Morison, S. E., *Admiral of the Ocean Sea*, 93.
35. Thorndike, IV, 102.
36. *Ibid.*, 108.
37. Gilson, *La philosophie au Moyen Âge*, II, 129; Sarton, III-1, 543-4; Duhem, III, càpítulos IX-X.
38. *Ibid.*, 181 e seguintes.
39. Sarton, III-2, 1429-31.
40. Thompson, *Social and Economic History*, 503.
41. Usher, A. P., *Hy of Mechanical Inventions*, 127.
42. Lacroix, *Science and Literature in the Middle Ages*, 186.
43. Thorndike, III, 483.
44. Walsh, J. J., *The Popes and Science*, 79.
45. Froissart, iv, 51.
46. *In* Sarton, III-1, 870.
47. Castiglioni, *Hy of Medicine*, 381.
48. Coulton, *Social Life*, 330.
49. Ashley, *Introd. to English Economic Hy*, II, 318.
50. Lecky, *Hy of European Morals*, II, 86.
51. *Ibid.*
52. Beard, C., *Luther*, 56.
53. De Wulf, *Hy of Med. Philosophy*, II, 172.
54. Ockham, *Super IV Lib. Sentent*, I, 27, 2, K, *in* Tornay, *Ockham*, 9.
55. *Summa totius logicae*, I, 12, *in* Tornay, 9.
56. Tomás de Aquino, *Summa theologica*, I, ii, 3.
57. Ockham, *Super IV Lib. Sentent.*, IV, 12, K, *in* Tornay, 119.
58. *Ibid.*, I, ii, 6, *in* Owen, *Evenings with the Skeptics*, II, 375.
59. *Ibid.*, I, iii, 2, *in* Owen, II, 378.
60. Tornay, 63.
61. Gilson, *Philosophie au Moyen Âge*, II, 104; Tornay, 58, 191-2.
62. Tornay, 186: Owen, II, 377.
63. De Wulf, *Med. Philosophy*, II, 184; Crump e Jacob, *Legacy of the Middle Ages*, 251.
64. Owen, II, 392.
65. Gilson, *Reason and Revelation in the Middle Ages*, 86.
66. Ockham, *Centiloquium theologicum*, ix, *in* Owen, II, 395.
67. Owen, II, 386.
68. *Ibid.*, 396, 399.
69. Allen, J. W., *Hy of Political Thought in the Sixteenth Century*, 124.
70. Beer, *Social Struggles in the Middle Ages*, 112; Tornay, 81.
71. Carlyle, R. W., *Medieval Political Theory*, VI, 44.
72. De Wulf, *Med. Philosophy*, II, 187.
73. Jacobs, E. F., *in History*, XVI, n.º 63, p. 218.
74. Rashdall, *Universities of Europe in the Middle Ages*, III, 265.
75. Owen, II, 410.
76. Duhem, *Études*, *in* Tornay, 51, 165.
77. Cunningham, W, *Growth of English Industry and Commerce*, 359.
78. Marsílio de Pádua *in* Emerton, 35, 45, e *passim*.
79. *Ibid.*, 39; Pastor, I, 78; Coulton, *Medieval Panorama*, 656.
80. Coker, F. W., *Readings in Political Philosophy*, 246-52.
81. *Ibid.*, 25; Emerton, 22.
82. *Defensor Pacis*, i, 15, *in* Carlyle, R. W., *Medieval Political Theory*, VI, 41.
83. Coker, 257; Duhem, II, 106-7.
84. Thorndike, IV, 388.
85. Id., *Science and Thought in Fifteenth Century*, 296.
86. *Ibid.*, 296, 136-7.
87. Nicolau de Cusa, *De concordantia Catholica*, *in* Hearshaw, *Thinkers of the Renaissance and Reformation*, 44.
88. Figgs, J. N., *From Gerson to Grotius*, 67.
89. *In* Pastor, II, 137.
90. Coulton, *Medieval Panorama*, 528.
91. *In* Janssen, I, 3.

CAPÍTULO XIII

1. Morison, 24. A narração daqui por diante segue esta fascinante biografia.
2. A evidência é apresentada nos primeiros capítulos de Madariaga, S. de, *Christopher Columbus*, esp. págs. 53-9, e 184.
3. Beazley, C. R., *in* En. Brit., VI, 78.
4. Penrose, 10.
5. Yenccy, *Medea*, 364 e seguintes.
6. Morison, 72.
7. Roth, C., *Jewish Contribution to Civilization*, 74.
8. Lea, *Spain*, I, 259.
9. Morison, 229.
10. *Ibid.*, 231-3.
11. 115.
12. David, M., *Who Was Columbus?*, 70.
13. Morison, 576.
14. *Ibid.*, 617.
15. En. Brit., XXIII, 107. Para uma recente defesa de Vespúcio cf. Arcinegas, G., *Amerigo and the New World*.

CAPÍTULO XIV

1. Froude, *Erasmus*, 11.
2. Um dos muitos *bon mots* expropriados da Sra. Will Durant pela lei da comunhão de bens.
3. Carta a Wn. Gauden *in* Froude, *Erasmus*, 32-3.
4. *In* Smith, P., *Erasmus*, 28.
5. Erasmo, *Colloquies*, II, 326 e seguintes.
6. Id., *Epistles*, I, 127.
7. Smith, *Erasmus*, 60; Froude, *Erasmus*, 45.
8. Smith, *Erasmus*, 63.
9. Erasmo, *Epistles*, II, 117.
10. Froude, *Erasmus*, 80.
11. Smith, 32.
12. *Epistles*, I, 301, 307.
13. Froude, 80-1.
14. *Epistles*, I, 370.
15. *Colloquies*, II, 13-35.
16. *In* Froude, 91.
17. Erasmo, *In Praise of Folly*, 14, 30, 33.
18. *Ibid.*, 51.
19. 127.
20. 138.
21. 67.
22. 131-4.
23. 86-8.
24. 175.
25. 169-74.
26. 207.
27. *Epistles*, II, 168.
28. Sobre a autoria de Erasmo cf. Allen, P. S., *The Age of Erasmus*, 185-9, e Chambers, R. W., *Thomas More*, 114-5.
29. *In* Froude, 150-68.
30. *Epistles*, III, 418.
31. *Colloquies*, I, 298.
32. *Ibid.*, 391; II, 13, 34.
33. *Colloquies*, I, 298.
34. *Ibid.*, 229, 236.
35. *Ibid.*, II, 161.
36. I, 22.
37. I, 24, 35.
38. Smith, 299.
39. Froude, 121 e Smith, 171.
40. *In* Froude, 126.
41. Smith, *Age of Reformation*, 58.
42. *Epistles*, II, 400.
43. *Ibid.*, 464.
44. 249.
45. Erasmo, *Education of a Christian Prince*, 173; Smith, *Erasmus*, 201, 217.
46. *Epistles*, II, 201.
47. *Education*, 253.
48. *Epistles*, II, 517.
49. "Peace Protests!" *in* Chapiro, J., *Erasmus and Our Struggle for Peace*, 153-65.
50. *Ibid.*, 168.
51. 81.
52. *Epistles*, II, 120.
53. Carta a Zwingli, 5 de setembro de 1522.
54. *Epistles*, II, 421.
55. "Peace Protests!" *in* Chapiro, 173, 183.
56. Panfleto "On the Immense Mercy of God" *in* Bainton, *Reformation of the Sexteenth Century*, 218.
57. Froude, 195.
58. Erasmo, *in Praise of Folly*, 48.
59. Froude, 108.
60. *Folly*, 215.
61. Froude, 130-1, 144.
62. Beard, *Luther*, 97.
63. Erasmo, *Encheiridion*, *in* Beard, 98.
64. Carta de 25 de março de 1520, *in* Murray, *Erasmus and Luther*, 83.
65. *Colloquies*, I, 98.
66. *Ibid.*, 182.
67. Carta de 5 de janeiro de 1523, *in* Chapiro, 105.
68. *Epistles*, II, 143; Froude, 171-2.
69. *Epistles*, II, 163, 327.
70. Smith, *Erasmus*, 150.
71. *Epistles*, III, 1.
72. Smith, 155.
73. Cf., e. g., Smith, 176-9.
74. *Epistles*, I, 42.
75. *In* Froude, 172.
76. *Epistles*, II, 176.
77. *Ibid.*, III, 186.
78. *Ibid.*, 94.
79. Cartas a Fabricius Capito, 26 de fev. de 1517, e a Leão X *in Epistles*, II, 505, 521.
80. *Epistles*, III, 48.

CAPÍTULO XV

1. Bax, *German Society at Close of the Middle Ages*, 54-6.
2. Rickard, *Man and Metals*, II, 562.
3. Janssen, II, 39, 41; Kautsky, 91.
4. Adams, B., *Law of Civilization and Decay*, 56.
5. Strieder, J., *Jacob Fugger*, 124.
6. *Ibid.*, 86-9.
7. Crump, *Legacy of Middle Ages*, 449; Janssen, II, 87; Schapiro, J. S., *Social Reform and the Reformation*, 32.
8. Janssen, II, 85.
9. *Ibid.*, 88.
10. Bax, *German Society*, 234-5; Schapiro, 29.
11. *In* Schapiro, 30.
12. Janssen, II, 88; Boissonade, *Life and Work in Medieval Europe*, 299.
13. Schapiro, 30.
14. *Ibid.*, 31.
15. Schoenhof, *Money and Prices*, 72.
16. Janssen, II, 82.
17. *Ibid.*, 3.
18. Adams, B., *Civilization and Decay*, 56.

19. Janssen, II, 60; Francke, *Hy of German Literature,* 103.
20. Janssen, I, 140.
21. Erasmo, *Epistles,* II, 175.
22. Comines, *Memoirs,* V, 18.
23. Ranke, *Reformation,* 100, 108-9.
24. *In* Villari, *Machiavelli,* I, 444; Janssen, II, 202.
25. Creighton, *Hy of the Papacy,* IV, 94.
26. Janssen, II, 260.
27. Schoenfeld, *Women of the Teutonic Nations,* 188 e seguintes.
28. Beard, *Luther,* 147.
29. Müller-Lyer, *Evolution of Modern Marriage,* 57.
30. En. Brit., XVIII, 598.
31. Schoenfeld, 181.
32. Schultz, A., *Deutsches Leben in XIV und XV Jahrhundert,* I, 277, 283.
33. Lacroix, *Prostitution,* I, 165-7.
34. Coulton, *Medieval Village,* 248; Headlam, *Nuremberg,* 163-4.
35. *Ibid.,* 164-8.
36. *Camb. Mod. Hy,* I, 638.
37. *In* Whitcomb, *Literary Source Book of the German Renaissance,* 63.
38. Richard, E., *Hy of German Civilization,* 219.
39. Janssen, II, 64.
40. *Ibid.,* 6.
41. Janssen, I, 168.
42. *Speculum,* jan. 1931.
43. *In* Headlam, *Nuremberg,* 208.
44. Cf. Glück, *Die Kunst der Renaissance in Deutschland,* 100-1; Haug, H., Grünewald, 1-3, 13-18.
45. Cf. Bock, *Geschichte der Graphischen Kunst,* 260-1.
46. A atribuição deste quadro a Grünewald foi feita por Haug. Stänge atribui-o ao Mestre da Casa do Livro.
47. N. Y. *Times,* 7 de abril de 1928.
48. *In* Cust, *Paintings and Drawings of Albrecht Dürer,* 17.
49. Camerarius *in* La Fargue, *Great Masters,* 197.
50. Panofsky, *Dürer,* I, 43.
51. *Ibid.,* 11.
52. *Ibid.,* 8.
53. Cust, 59; Janssen, XI, 94.
54. N. Y. *Times* magazine, 8 de abril de 1928, pág. 11.
55. Cust, 31.
56. *In* Panofsky, I, 44.
57. Panofsky, II, fig. 171.
58. Id., I, 6.
59. *Ibid.,* 208.
60. *In* Scott, W. B., *Albert Dürer,* 136.
61. *Ibid.,* 154-6.
62. Janssen, I, 301.
63. Hughes, P., *The Reformation in England,* I, 100; Beard, *Luther,* 53.
64. *In* La Tour, *Les origines de la Réforme,* II, 340.
65. *In* Janssen, I, 78.
66. *In* Thompson, *Social and Economic Hy,* 604.
67. Janssen, I, 108.
68. Schoenfeld, *Women of the Teutonic Nations,* 218.
69. *In* Smith, *Age of the Reformation,* 54.
70. Strauss, D., *Ulrich von Hutten,* 22.
71. Creighton, *Hy of the Papacy,* VI, 32.
72. Robertson, J. M., *Hy of Freethought,* I, 435.
73. Creighton, VI, 31.
74. *Ibid.,* 32.
75. Acton, *Lectures on Modern History,* 84.
76. Ranke, *Reformation,* 135; Beard, *Luther,* 85.
77. *In* Janssen, I, 104.
78. Strauss, *Hutten,* 112 e seguintes.
79. Henderson, E., *Hy of Germany in the Middle Ages,* 131.
80. Janssen, I, 278.
81. *Camb. Mod. Hy,* I, 675.
82. Lacroix, *Prostitution,* 960.
83. Strauss, 89.
84. Janssen, III, 74.
85. *Ibid.*
86. Strauss, 83.
87. Janssen, III, 72.
88. Carta de nov. de 1519 *in* Froude, *Erasmus,* 252.
89. Lea, *Inquisition in the Middle Ages,* III, 89.
90. Janssen, II, 298; Ranke, 140; Beard, *Luther,* 48.
91. Prefácio à edição de Lutero do Wessel de *Farrago in* Creighton, *Papacy,* VI, 7.
92. Ranke, 120.
93. Beard, *Luther,* 35.
94. *Camb. Mod. Hy,* II, 106.
95. Tawney, R. H., *Religion and the Rise of Capitalism,* 138.
96. *Camb. Mod. Hy,* II, 106.
97. Janssen, II, 292-6; cf. III, 77, e Catholic Encyclopedia, IX, 446.
98. Thompson, 500.
99. Pastor, VII, 326.
100. *In* Pastor, II, 413; o grifo é meu.
101. Pastor, III, 194; 98 e seguintes; *Camb. Mod. Hy,* I, 689.
102. Pastor, VI, 85.
103. Pastor, I, 157-8.
104. *Camb. Mod. Hy,* I, 690.

CAPÍTULO XVI

1. Acton, *Lectures on Modern Hy,* 91; Thompson, *Social and Economic Hy,* 425, 428; Ranke, *Reformation,* 151.

2. Friar Myconius *in* Thatcher, O. J., *Source Book for Medieval Hy*, 339.
3. *In* Robertson, W., *Charles* V, 372.
4. Pastor, VII, 349.
5. Lutero, *Works*, I, 26; Thesis, 75.
6. Beard, *Luther*, 257.
7. Acton, 97.
8. *Camb. Mod. Hy*, II, 127.
9. Ranke, *Reformation*, 154.
10. Beard, 121; Smith, P., *Luther*, 2.
11. *In* D'Arcy, M. C., *Thomas Aquinas*, 254.
12. Ranke, 144; Beard, 156.
13. Beard, 165.
14. Lutero, *Tischreden*, lxxvii, *in* Gregorovius, *Hy of Rome*, VIII-1, 249.
15. Ganss, H. G., *in* Cath. En., IX, 441.
16. *In* Janssen, III, 97.
17. *Ibid.*, 89.
18. Cath. En., IX, 442.
19. *In* Pastor, VII, 354.
20. Cath. En., IX, 443.
21. *In* Beard, 231-3.
22. *Camb. Mod. Hy*, II, 132.
23. Ranke, 160.
24. Roscoe, Wm., *Leo X*, II, 95, 105-7.
25. Pastor, VII, 367.
26. H. von Schubert *in* Smith, *Luther*, ix.
27. *In* Pastor, VII, 378.
28. Smith, *Reformation*, 700.
29. Beard, 270.
30. *Ibid.*, 273-4; Ranke, 195; Cath. En., IX, 443; Acton, 94-5.
31. Pastor, VII, 382; Beard, 272.
32. Smith, *Luther*, 56.
33. Cath. En., IX, 444.
34. Smith, *Luther*, 71.
35. Carta de 20 de agosto de 1531, *in* Froude, *Erasmus*, 397.
36. *In* Ledderhose, *Life of Melanchthon*. 38.
37. *In* Beard, 279.
38. *In* Strauss, *Hutten*, 263.
39. *In* Pastor, VII, 389; Janssen, III, 111.
40. Strauss, 225.
41. Werke, VIII, 203, *in* Beard, 352.
42. Pastor, VII, 384; Smith, *Luther*, 75.
43. Lutero, *Works*, II, 63.
44. *Ibid.*, 69-70.
45. 76.
46. 78.
47. 83-99, o grifo é meu.
48. 110-42.
49. 138-9.
50. *Babylonian Captivity*, *in* Works, II, 188.
51. *Ibid.*, 257.
52. *In* Janssen, III, 129.
53. Works, II, 269-71.
54. *Ibid.*, 293.
55. 302-10.
56. 299.
57. 331.
58. 318.
59. Ranke, 215; Pastor, VII, 400-8; Janssen, III, 30.
60. Ranke, 220; Beard, 375.
61. Hume, M., *The Spanish People*, 331.
62. Adams, Brooks, *Civilization and Decay*, 98.
63. Strieder, *Jacob Fugger*, 153.
64. Michelet, III, 174.
65. Thompson, *Social and Economic History*, 428.
66. Armstrong, E., *Charles V*, I, 69.
67. Janssen, III, 173.
68. Pastor, VII, 423.
69. Lingard, *Hy of England*, IV, 225.
70. *In* Janssen, III, 172; Baiton, *Here I Stand*, 175.
71. Strauss, 276 e seguintes.
72. Beard, 421-3.
73. Janssen, III, 182.
74. Beard, 432.
75. Bainton, *Here I Stand*, 185.
76. Ibid., Schaff, *German Reformation*, 29.
77. Bainton, *Here I Stand*, 185; cf. Cath. En. IX, 446, e os autores protestantes ali citados.
78. Creighton, *Hy of the Papacy*, VI, 176.
79. Carlyle, Thos., *Heroes and Hero Worship*, 360.
80. Bainton, *Here I Stand*, 186.
81. Acton, 101.
82. Bainton, 189.
83. *Ibid.*, 195.
84. Taylor, H. O., *Thought and Expression in the 16th Century*, II, 213.
85. Bax, *German Society*, 142; Lecky, *History of Rationalism*, I, 22.
86. Janssen, III, 246-8.
87. Bainton, 200.
88. *Ibid.*, 205-6; Ranke, 251.
89. Lutero, *Works*, III, 206-7.
90. *Ibid.*, 211.
91. Ranke, 254.
92. Bainton, 208.
93. Janssen, III, 259.
94. *Ibid.*, 263.
95. Bainton, 214.
96. Beard, 127.
97. Janssen, IV, 98.
98. Smith, *Luther*, 155.
99. *Ibid.*, 168.
100. 380.
101. Froude, *Erasmus*, 294.
102. Janssen, XIV, 408.
103. Lutero, *Table Talk*, 118.
104. *Werke* (Walch), VIII, 2042, *in* Beard, *The Reformation of the 16th Century in Relation to Modern Thought and Knowledge*, 161.
105. Lutero, *Table Talk*, 353.
106. Lutero, *Werke* (Erlangen), VI, 142-8, *in*

Maritain, *Three Reformers*, 33. e Beard, *Reformation*, 156.
107. *In* Paulsen, *German Education*, 47.
108. *In* Janssen, III, 240.
109. Schaff, *German Reformation*, 35-6
110. Lutero, *T. T.*, 24.
111. Smith, *Luther*, xi.
112. *T. T.*, 2.
113. *Ibid.*, 91, 96.
114. 67.
115. 15.
116. 797; Smith, *Luther*, 362.
117. *T. T.*, 574.
118. Sermão de 6 de março de 1521; Janssen, XII, 316.
119. Maritain, *Three Reformers*, 30.
120. Smith, *Reformation*, 653.
121. Lecky, *Rationalism*, I, 22.
122. *T. T.*, 577, 597; Janssen, XIV, 87.
123. Janssen, XII, 317.
124. Lecky, *Rationalism*, I, 23.
125. *T. T.*, 579-86, 608.
126. Lutero, *Works*, III, 235-7.
127. *Works*, II, 391.
128. *Ibid.*, 316.
129. *T. T.*, 283.
130. Romanos, x, 9.
131. Marcos, xvi, 16.
132. *Works*, II, 316.
133. *Werke*, XL, 436; XXV, 330, 142, 130; *Werke* (Erlangen), XVIII, 260.
134. *Werke* (Erlangen), XX, 58; LX, 107-8; *Werke* (Weimar), X-2, 276.
135. O'Brien, G., *Economic Effects of the Reformation*, 41.
136. *Works*, II, 328-9.
137. *Ibid.*, 331.
138. Romanos, ix, 18.
139. Lutero, *De servo arbitrio*, *in* Janssen, IV, 104.
140. *De servo arbitrio*, *in* Lecky, *Rationalism*, I, 140.
141. *In* Fülöp-Miller, R., *Saints That Moved the World*, 291.
142. Janssen, IV, 114.
143. *T. T.*, 96.
144. *Ibid.*, 178.
145. *Works*, II, 188.
146. *Werke*, XXVIII, 142-201, *in* Bax, *German Society*, 188-90.
147. *Works*, III, 258-61.
148. *In* Janssen, III, 268.
149. *In* Allen, J. W., *Political Thought*, 330.
150. *Works*, IV, 25.
151. *Ibid.*, 26, 29.
152. *Works*, II, 160.
153. Ibid., IV, 35.

CAPÍTULO XVII

1. Richard E., *German Civilization*, 250.
2. Janssen, III, 214.
3. Pastor, IX, 134.
4. Schapiro, J. S., *Social Reform*, 34-5.
5. Richard, 250; *Camb. Mod. Hy*, II, 174.
6. Lutero, *Works*, III, 204-5.
7. *Camb. Mod. Hy*, II, 183.
8. Janssen, III, 221; Schapiro, 103-14.
9. Janssen, III, 223; *Camb. Mod. Hy*, II, 177.
10. Janssen, III, 342.
11. *Camb. Mod. Hy*, II, 193.
12. Kautsky, 116-119.
13. *Ibid.*, 121.
14. 130.
15. Ranke, *Reformation*, 338.
16. *In* Kautsky, 139.
17. *Ibid.*, 144.
18. Lutero, *Works*, IV, 210-16.
19. *Ibid.*, 220-1.
20. 240.
21. 244.
22. Ranke, 459.
23. Janssen, IV, 166; Bax, *Peasants' War*, 79-84.
24. Ranke, 348-9.
25. Robinson, J. H., *Readings in European Hy*, 289 e seguintes; Bax, *Peasants' War*, 156-60.
26. Ranke, 344.
27. Bax, *Peasants' War*, 101.
28. *Ibid.*, 118-30.
29. *In* Janssen, IV, 208.
30. Bax, 76, 224.
31. *Ibid.*, 205.
32. 229.
33. Lutero, *Works*, IV, 248-54.
34. Bax, 265-6.
35. *Ibid.*, 312-5.
36. 303.
37. *Camb. Mod. Hy*, II, 191.
38. Bax, 336-7.
39. Armstrong, *Charles V*, I, 222.
40. Ranke, 360.
41. Schapiro, 86; Smith, *Luther*, 164.
42. *Ibid.*, 165.
43. 164.
44. *Works*, IV, 261.
45. *Ibid.*, 261-72.
46. *Camb. Mod. Hy*, II, 192.
47. Ranke, 728.
48. Payne, E. A., *Anabaptists*, 11.
49. Kautsky, 164.
50. *Ibid.*, 166.
51. Allen, *Political Thought*, 43.
52. Ranke, 732-3.
53. Schaff, *Swiss Reformation*, 82.
54. Janssen, IV, 114.
55. Kautsky, 176.

56. *Ibid.*, 185.
57. 187.
58. Ranke, 729.
59. Kautsky, 192.
60. Ranke, 757.
61. Kautsky, 255-6.
62. *Ibid.*, 257.
63. 260.
64. 273.
65. Ranke, 745-6.
66. Smithson, R. J., *Anabaptists*, 179-80.
67. Kautsky, 290; Ranke, 755.
68. Smithson, 181.
69. Fosdick, *Great Voices of the Reformation*, 285.
70. Payne, *Anabaptists*, 16.

CAPÍTULO XVIII

1. Cath. En., XV, 773.
2. Schaff, *Swiss Ref.*, 6.
3. *Ibid.*
4. Hughes, *Reformation*, I, 124.
5. Schaff, 24.
6. *Camb. Mod. Hy.*, II, 713.
7. Schaff, 32.
8. Ranke, 513.
9. Schaff, 52-3.
10. Fosdick, 183.
11. *Ibid.*, 173, 191.
12. Lea, *Auricular Confession*, I, 519.
13. Fosdick, 190.
14. Schaff, 59.
15. *Camb. Mod. Hy*, II, 321, 334.
16. Smith, *Erasmus*, 391.
17. Schaff, 94.
18. Bainton, *Hunted Heretic*, 36-8.
19. Erasmo, Epístola de 9 de maio de 1529, *in* Schaff, *Swiss Reformation*, 112.
20. *Camb. Mod. Hy*, II, 207-10.
21. *In* Janssen, V, 231.
22. Schaff, 177.
23. *Ibid.*
24. Bossuet, *Variations*, II, 29.
25. En. Brit., XXIII, 998.
26. Schaff, 188.
27. Smith, *Luther*, 290.
28. *T. T.*, 801.

CAPÍTULO XIX

1. Coleção Kauffmann Berlim.
2. *Werke*, XLII, 582, *in* Maritain, 171.
3. *Werke*, X-2, 304, *in* Maritain, 171.
4. *T. T.*, 715.
5. *Ibid.*, 752.
6. Maulde, *Women of the Renaissance*, 467.
7. *Werke*, X-2, 301, *in* Maritain, 184.
8. Bainton, *Here I Stand*, 299.
9. *T. T.*, 715.
10. Bainton, 301.
11. *T. T.*, 737.
12. *Ibid.*, 751.
13. *In* Schaff, *Swiss Reformation*, 417.
14. *In* Fosdick, 71.
15. Smith, *Luther*, 354.
16. Schaff, *German Reformation*, 465.
17. Bainton, 304.
18. Smith, 320.
19. Carta ao Papa Leão, 1520.
20. Lutero, *Works*, I, 7.
21. Janssen, XI, 349; Lutero, *Works*, II, 231; Bainton, 295.
22. Bainton, 295.
23. Janssen, III, 242.
24. Werke, VIII, 624, *in* Maritain, 188.
25. *In* Carpenter, *Pagan and Christian Creeds*, 207.
26. *T. T.*, 462.
27. *Werke*, XXV, 108, *in* Cath. En., IX, 447.
28. *T. T.*, 319.
29. Gasquet, Eve to the Reformation, 173.
30. Smith, *Luther*, 407; Bainton, *Here I Stand*, *295*.
31. *Smith*, *355*.
32. *Ibid.*, 326.
33. *In* Janssen, XI, 253.
34. Bainton, 225.
35. *T. T.*, 100.
36. Smith, *Luther*, 322.
37. *Ibid.*, 349.
38. *Ibid.*
39. Janssen, XII, 16, *T. T.*, 114
40. *Ibid.*, 257.
41. 91, 96.
42. 780.
43. Jusserand, *Literary History of the English People*, II, 167.
44. *T. T.*, 841.
45. *Ibid.*, 413.
46. Lutero, *Works*, I, 76.
47. *Ibid.*, 142.
48. *Works*, III, 251.
49. Bainton, *Here*, 314.
50. *Works*, III, 204, 207.
51. Prefácio ao Catecismo Menor.
52. *Werke* (Erlangen), XXIX, 46-74, *in Jewish* Encyc., VIII, 213.
53. *T.T.*, 275.
54. *Werke* (Erlangen), XXXII, 217-33, *in Janssen*, III, 211-12.
55. *Werke* (Erlangen), XXVIII, 144, *in Maritain*, 15.
56. Carta de 26 de agosto de 1529, a Jos Metsch, *in* Smith, *Luther*, 218.
57. *In* Froude, *Erasmus*, 389.
58. *T. T.*, 61.
59. Putnam, *Books*, II, 244.
60. *Werke*, XXXI-1, 208 e seguintes.

61. *Werke* (Erlangen), XVI, *in* Allen, *Political Thought*. 27.
62. Bax, *Peasants' War*, 352.
63. Smith, *Luther*, .
64. Id., *Reformation*. 645.
65. Janssen, IV, 140-1.
66. Murray, *Erasmus and Luther*, 366.
67. Janssen XIV, 503.
68. Janssen, V, 290.
69. Lutero, Comentário ao Salmo LXXXII.
70. Janssen, V, 491, 502, 505.
71. Jansen, VI, 46-63, 181, 190, 208-14, 348-49; Lecky, *Rationalism*, II, 15.
72. Janssen, IV, 232 e seguintes.
73. Lea, *Studies in Church History*, 492.
74. *T. T.*, 389.
75. *Smith, Reformation*, 104; Panofsky, Dürer, I, 233; Cath. En., IX, 447.
76. Janssen, III, 198.
77. *Ibid.* 342.
78. Robertson, J. M., Freethought, 1.455.
79. Erasmo, carta a Pirkheimer, 21 de fevereiro de 1529.
80. Janssen, III, 361
81. Strauss, *Hutten*, 290.
82. Smith, *Erasmus*, 233.
83. *In* Michelet, III, 170.
84. Smith, *Erasmus*, 334.
85. Carta de 5 de março de 1518.
86. Carta de 17 de outubro de 1518.
87. *In* Froude, *Erasmus*, 139.
88. Smith, *Erasmus*, 219.
89. *Ibid*, 221.
90. *Ibid.*, 22, Froude, Erasmus, 233-4
91 *In* Murray, *Erasmus*, 76
92. Froude, 270-2.
93. Smith, *Erasmus*, 241.
94. *Ibid.*, 255.
95. Erasmus, *Epistles*, I. ep. XXXV.
96. *Ibid.*, ep. CCCLXVI.
97. Froude, 308.
98. Carta de fevereiro de 1523, *in* Froude, 310.
99. Acton, 105; Lecky, *Rationalism*, I, 140.
100. *Ibid.*
101. Bainton, *Here I Stand*, 254-5.
102. Froude, 340, 381.
103. *In* Allen, *Political Thought*, 80.
104. Froude, 403.
105. *Ibid.*, 352.
106. *In* Froude, 400.
107. Erasmo, *Hyperaspistes*
108. *In* Froude, 352.
109. Walpole, H., *Letters*, III, 184.
110. Beard, *Luther*. 93.
111. Acton, 89.

CAPÍTULO XX

1. Janssen, IV, 62.
2. Cf. *Camb. Mod. Hy*, II, 159.
3. Janssen, VI, 534.
4. Janssen, V, 277.
5. Lea, *Clerical Celibacy*, 530.
6. Janssen, VII, 247.
7. Id., IV, 47.
8. Id., IX, 130
9. Id., XIII, 24.
10 Froude, *Erasmus*. 387.
11. Vambéry, 283.
12. Janssen, IV, 119.
13. *Ibid.*, 109-11.
14. En. Birt., XI, 288.
15. Janssen, V. 271; Ranke, 614.
16. Cath. En., XI, 453.
17. *Camb. Mod. Hy*. II, 219.
18. Janssen, V, 423.
19. Lutero, *Works*, V, 128; Pastor, XI, 69, 81-7.
20. Janssen, V, 495 e seguintes; *Camb. Mod. Hy*. II, 233.
21. Pastor, XI, 362-3.
22. *Ibid.*, 375-98.
23. Ledderhose, 177-82.
24. *Ibid.*, 188.
25. Cath. En., IX, 452.
26. *In* Bainton, *Here I Stand*. 346.
27. Pastor, XI, 67.
28. Smith, *Luther*, 309.
29. *Werke* (Walch), XX, 223, *in* Cath. En., IX, 456.
30. Lutero, *Works*, V, 163.
31. *In* Tawney, *Religion and the Rise of Capitalism*, 101; Bainton, *Here I Stand*. 238.
32. *Werke*, XIX, 626, *in* Allen. *Political Thought*, 22.
33. Bax, *Peasants' War*, 351.
34. *Werke*. XV, 276, *in* Bax, 352.
35. *Smith, Luther*, 374.
36. Carta de 3 de setembro de 1531.
37. Smith, 196.
38. *In* Bebel, *Woman under Socialism*. 68.
39. Janssen, VI, 81-6.
40. *Camb. Mod. Hy*, II, 241.
41. Ledderhose, 170.
42. Janssen, VI, 122.
43. *Camb. Mod. Hy*, II, 241.
44. *In* Smith, *Luther*, 399 e seguintes; Pastor, XI, 215 e seguintes.
45. *Werke*, XXV, 124-55, *in* Janssen, VI, 271-2, e Pastor, XII, 216 e seguintes.
46. Weber, Hermann, *On Means for the Prolongation of Life*, 48.
47. Smith, *Luther*. 405.
48. *Ibid.*, 409.
49. James, Wm., *Varieties of Religious Belief*. 137.

50. *Ibid.*
51. *T. T.*, 633.
52. Ibid., 15.
53. 19.
54. 235.
55. *In* Robertson, *Charles V*, II, 158.
56. Smith, *Luther*, 419.
57. Armstrong *Charles V*, I, 138.
58. *Camb. Mod. Hy*, II, 276.
59. *Ibid.*, 278.
60. Schaff, *Swiss Reformation*, 387, 548; Janssen, XIV, 149.
61. Id., VII, 139.
62. Id., IV, 362-3; Schapiro, 78; Allen, *Political Thoughts*, 33.
63. *In* La Tour, IV, 161.
64. *in* Janssen, VII, 139.

CAPÍTULO XXI

1. Cath. En., III, 196.
2. Beza *in* Schaff, *Swiss Ref.*, 302.
3. La Tour, IV, 11.
4. Calvin, *Institutes*, Prefácio, 20-2, 39-40.
5. *Institutes* I, viii, 1.
6. *Ibid.*, II, v, 19.
7. Efésios i, 3-7.
8. *Institutes* III, xxi-xxii.
9. Romanos, ix, 15.
10. *Institutes* II, xxi, 7.
11. Consensus Genevensis *in* Schaff, *Swiss Ref*, 554.
12. *Institutes* III, xxi, 1.
13. *Ibid.*
14. III, xxiii, 7.
15. IV, i, 10.
16. IV, i, 4.
17. Allen, *Political Thoughts*, 61; Hernshaw, *Thinkers of the Renaissance and the Reformation*, 211.
18. *Institutes*, IV, xix, 3.
19. III, xxi, 1.
20. Schaff, 558.
21. *Institutes* III, ix, 4.
22. *Ibid.*
23. III, ix, 6.
24. A favor: La Tour, IV, 32, e *Camb. Mod. Hy*, II, 358; contra: Cath. En., III, 196.
25. *Camb. Mod. Hy*, II, 360.
26. Robinson, *Readings*, 299.
27. Schaff, 361.
28. *Ibid.*, 414.
29. 412
30. 426.
31. 437
32. Robinson, *Readings*, 300.
33. La Tour, IV, 178.
34. Villari, *Savonarola*, 491.
35. Schaff, 492.
36. Beard, *The Reformation*, 250.
37. *Ibid.*, Schaff, 491.
38. *Ibid.*, 492.
39. O'Brien, *Economic Effects* 101.
40. Segundo Weber, Max, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, *passim*; Barnes, *Economic Hy of the Western World*, 201-2; e O'Brien, 129.
41. *Institutes*, III, vii, 5.
42. Cf. O'Brien, 100.
43. *Ibid.*, 20.
44. Tawney, 119.
45. Bernes, *Economic History*, 201.
46. Schaff, 644.
47. Beard, *The Reformation*, 252; Muir, *John Knox*, 108.
48. Smith, *Reformation*, 174.
49. Schaff, 519.
50. *Ibid.*, 839.
51. La Tour, IV, 206.
52. Schaff, 739.
53. La Tour, IV, 200; Schaff, 594.
54. Schaff, 618.
55. *Ibid.*, 502.
56. Robertson, J. M., *Freethought*, I, 443-4.
57. Servet, *De Trinitatis erroribus*. i, 94, *in* Bainton, *Hunted Heretic*, 48.
58. Servet, *ibid.*, i, 34; Newman, L. I., *Jewish Influence on Christian Reform Movements*, 584.
59. Bainton, *Hunted Heretic*, 144.
60. *Ibid.*
61. *Ibid.*, 147.
62. Schaff, 733.
63. Bury, J. B., *History of Freedom of Thought*, 64.
64. Schaff, 770.
65. *Ibid.*, 764, 773; Bainton, 191.
66. Bainton, 188.
67. Schaff, 777.
68. *Ibid.*, 778.
69. Bainton, 185.
70. *Ibid.*, 209-11; Schaff, 710, 781-4.
71. Schaff, 784.
72. Walker, *John Calvin*, 425.
73. Schaff, 707-8.
74. *Ibid.*
75. 709.
76. *In* Allen, *Political Thought*, 87.
77. Castellio *in* Allen, 90-4; Haydn, *Counter Renaissance*, 104.
78. *In* Allen, 98.
79. *Time* magazine, 22 de fevereiro de 1954.
80. Schaff, 652.

CAPÍTULO XXII

1. *In* Lacroix, *Prostitution*, II, 1142.
2. *Ibid.*, 1141.
3. 1130.
4. Taylor, R., *Leonardo*, 444.

5. Sichel, *Catherine de'Medici and the French Reformation*, 38.
6. Erasmo, *Colloquies*, II, 54.
7. Erasmo, *Epistles*, II, 468.
8. Michelet, III, 175.
9. E. g., Aretino, *La cortigiana, in Dialogues*, 228.
10. Batiffol, *Century of the Renaissance*, 44.
11. Lacroix, *Prostitution*, II, 1131.
12. Cellini, *Autobiography*, ii, 10.
13. Guizot, *Hy of France*, III, 81.
14. *Ibid.*, Michelet, III, 218.
15. Michelet, III, 148.
16. Sichel, *Women and Men of the French Renaissance*, 87.
17. *Ibid.*
18. Michelet, III, 135.
19. Sichel, *Women*, 193.
20. Faguet, *Literary History of France*, 281.
21. Margarida, rainha de Navarra, *Heptameron*, xli.
22. *In* Maulde, 354.
23. Margarida, *Heptameron*, 36.
24. *In* Maulde, 53.
25. *Ibid.*, 297.
26. *In* Sichel, *Women*, 195.
27. *Ibid.*, 371.
28. 180.
29. Boyd, *French Renaissance*, 25.
30. Sichel, *Catherine de'Medici and the French Reformation*, 138.
31. Sichel, *Women*, 104.
32. Michelet, III, 136.
33. *Camb. Mod. Hy*, I, 659.
34. *Ibid.*
35. Lacroix, *Prostitution*, II, 1247.
36. Margarida, *Heptameron*, Tale, 22.
37. *Ibid.*, xlii.
38. *In* Guizot, III, 187.
39. *Ibid.*, 196.
40. 197.
41. Roeder, *Catherine de'Medici*, 54.
42. La Tour, II, 237 e seguintes.
43. Michelet, III, 216.
44. Guizot, III, 216.
45. Schaff, *Swiss Reformation*, 320.
46. *Ibid.*, 320; La Tour, II, 556-7.
47. Sichel, *Women*, 18.
48. Guizot, III, 220.
49. La Tour, II, 612.
50. Michelet, III, 319; Guizot, III, 229; *Camb. Mod. Hy*, II, 289.
51. Guizot, III, 15.
52. *Ibid.*, 73.
53. *Ibid.*, 91; Michelet, III, 239.
54. Guizot, III, 95.
55. *Ibid.*, 91.
56. Michelet, III, 244.
57. Robertson, W., *Charles V*, 538.
58. Guizot, III, 105-6.
59. *Ibid.*, 116.
60. *Camb. Mod Hy*, III, 105.
61. Guizot, III, 129; Robertson, *Charles V*, II, 57-60.
62. Michelet, III, 316; *Camb. Mod. Hy*, II, 77.
63. Janssen, VI, 358.
64. Michelet, III, 293-4.
65. Hackett, *Francis I*, 428.
66. Brantôme *in* Guizot, III, 192.
67. Sichel, *Catherine*, 51.
68. D'Orliac, *The Moon Mistress*, 186.
69. Janssen, VI, 359.
70. Michelet, III, 366.
71. Guizot, III, 281.
72. Pastor, XII, 486.
73. Batiffol, 175.
74. Robertson, *Charles V*, II, 351.
75. Guizot, III, 261.

CAPÍTULO XXIII

1. Pollard, *Henry VIII*, 39.
2. Froude, *Erasmus*, 142.
3. Chambers, *Thomas More*, 99.
4. Erasmo, *Epistles*, I, 457.
5. Froude, *Henry VIII*, I, 30; Ep. 447 *in* Froude, *Erasmus*, 107.
6. Seebohm, *Oxford Reformers*, 261-6
7. Erasmo, *Epistles*, II, 546.
8. Guicciardini, VIII, 126.
9. Pollard, 67.
10. Creighton, *Cardinal Wolsey*, 48.
11. Gasquet, *Henry VIII and the English Monasteries*, I, 69.
12. Robinson, J. H., *Readings*, 303.
13. Burnet, *History of the Reformation*, I, 6.
14. Chambers, *More*, 158; Hughes, *Reformation*, I, 80.
15. *Ibid.*
16. Creighton, *Wolsey*, 59.
17. Burnet, I, 15.
18. Lingard, IV, 192.
19. Robinson, *Readings*, 303.
20. Pollard, 110.
21. Robinson, 1.
22. Lingard, IV, 193; Chambers, *More*, 173-4; Hughes, I, 109.
23. Froude, *Henry VIII*, I, 60; mas cf. Hughes, I, 58 e seguintes.
24. Hughes, I, 103.
25. Belloc, *How the Reformation Happened*, 117.
26. Seebohm, 230-46.
27. Coulton, *Panorama*, 718.
28. Froude, *Henry VIII*, II, 114-5.
29. Hughes, I, 49-50.
30. Froude, I, 350.
31. Hughes, I, 50-66.
32. Gasquet, *Monasteries*, II, 237; Trevelyan, *English Social Hy*, 73.

33. *Ibid.*
34. Hughes, I, 57-8.
35. Coulton, *Panorama*, 554.
36. Hughes, I, 150.
37. *Ibid.*, 127-9.
38. 202.
39. Smith, *Luther*, 193.
40. Coulton, *Life in the Middle Ages*, II, 143; Gasquet, *Eve*, 213.
41. *Camb. Mod. Hy*, I, 640.
42. Beard, *Reformation*, 395.
43. *Ibid.*
44. Hughes, I, 146.
45. Froude, I, 319, 336.
46. Burnet, I, 16.
47. Gasquet, *Monasteries*, I, 85-8.
48. Froude, I, 81.
49. Burnet, I, 26.
50. Hughes, I, 67-70.
51. Pollard, 174.
52. Burnet, I, 27.
53. Pollard, 76, 176.
54. Froude, I, 74.
55. Pollard, 183.
56. *Ibid.*, 135.
57. Froude, *Divorce of Catherine of Aragon*, 47.
58. Pastor, X, 241.
59. Froude, *Divorce*, 47.
60. *Camb. Mod. Hy*, II, 431.
61. Pastor, X, 244.
62. Pollard, 207.
63. *Ibid.*, 208.
64. Pastor, X, 257-8; Hughes, I, 175-9; Acton, 139.
65. Hughes, I, 176.
66. Pastor, X, 267.
67. Pollard, 225.
68. Burnet, I, 55.
69. Froude, *Reign of Elizabeth*, III, 259.
70. Froude, *Divorce*, 190.
71. Hughes, I, 181.
72. Cavendish, *Life of Wolsey*, *in* Froude, *Henry VIII*, III, 115.
73. Creighton, *Wolsey*, 186.
74. Pollard, 223-4.
75. Creighton, 185.
76. Burnet, I, 61.
77. Creighton, 194.
78. Froude, *Divorce*, 138.
79. Creighton, 205.

CAPÍTULO XXIV

1. Froude, *Divorce*, 166, 81.
2. Pollard, 250-1.
3. Trevelyan, *Social Hy*, 102.
4. Pollard, 237.
5. Froude, *Henry VIII*, I, 128-35.
6. *Ibid.*, 139.
7. 162.
8. Sichel, *Women*, 176.
9. Lingard, IV, 273.
10. Prescott, H. F., *Mary Tudor*, 38.
11. Schuster, M. L., *Treasury of the World's Great Letters*, 77.
12. Froude, *Henry VIII*, I, 218.
13. *Ibid.*, 265.
14. Pollard, 187.
15. *Ibid.*, 300.
16. Gasquet, *Monasteries*, I, 122, 129, 134 e seguintes.
17. Pollard, 304-5.
18. Chambers, *More*, 323, 326; Lingard, IV, 19.
19. Froude, *Henry VIII*, II, 82.
20. Burnet, I, 123-5.
21. Erasmo, *Epistles*, II, 186.
22. Pollard, 305; Froude, *Council of Trent*, 116-7.
23. Chambers, *More*, 334.
24. Prescott, *Mary Tudor*, 60.
25. Roper, *More*, 46.
26. Hughes, I, 345.
27. Cf., e. g., Chambers, *More*, 191, 193.
28. Erasmo, *Epistles*, II, 427.
29. Jusserand, *Wayfaring Life*, 354.
30. Froude, *Erasmus*, 103-7; Chambers, *More*, 75.
31. Chapiro, 36.
32. Erasmo, *Epistles*, II, 423.
33. Chambers, *More*, 125.
34. More, *Utopia*, 168.
35. *Ibid.*, 213.
36. 247.
37. *Ibid.*
38. 303.
39. 322-5.
40. 323.
41. 320.
42. 335.
43. 290-1.
44. 215, 347, 209.
45. 178-9.
46. 343-4.
47. Froude, *Henry VIII*, I, 347.
48. Chambers, *More*, 276.
49. *Ibid.*, 281.
50. Cf. Coulton, *Panorama*, 709.
51. More, *English Works*, 586, *in* Taylor, *Thought and Expression*, II, 68.
52. Roper, 89.
53. *Ibid.*, 109.
54. Hearnshaw, *Thinkers of the Renaissance*, 146.
55. Roper, 126.
56. Chambers, *More*, 349.
57. Froude, *Henry VIII*, II, 95.
58. Erasmo, Cartas de 24 e 31 de agosto de 1535.
59. Roper, 127.
60. Chambers, 277.
61. Burnet, I, 143.

62. Prescott, *Mary Tudor*, 50; Pollard, 304.
63. Froude, *Henry VIII*, II, 142.
64. Burnet, I, 113
65. Prescott, *Mary Tudor*, 70.
66. Pollard, 343.
67. *Ibid*.
68. Froude, *Henry VIII*, II, 159.
69. Lingard, V, 37.
70. Froude, II, 171.
71. Pollard, 346.
72. *Ibid*., 305.
73. Froude, *Henry VIII*, III, 26.
74. *Ibid*., II, 204

CAPÍTULO XXV

1. C. R. Beazley *in* Traill, *Social England*, III, 49.
2. Gasquet, *Eve*, 397-8.
3. Montesquieu, *Spirit of Laws*, xii, 10.
4. Froude, *Henry VIII*, II, 116.
5. *Ibid*., 240.
6. Pollard, 337; Gasquet, *Monasteries*, I, 254-336.
7. Pollard, 339.
8. Froude, II, 119-26.
9. Ashley, *Economic Hy*, II, 312.
10. Gasquet, I, 341-3.
11. *Ibid*., 291-5.
12. Froude, II, 240.
13. Gasquet, II, 82.
14. *Ibid*., I, 408-9.
15. Froude, II, 56.
16. Gasquet, I, 363; II, 33, 323.
17. *Ibid*., II, 386-7, 438.
18. Hughes, I, 328.
19. Gasquet, II, 447-8.
20. Traill, III, 129.
21. Salzman, *English Industries*, 232; *Camb. Mod. Hy*, II, 467.
22. Lecky, *Rationalism*, II, 126; Ashley, II, 316, Trevelyan, *Social Hy*, 112.
23. Traill, III, 128.
24. D'Alton, E. A., *Hy of Ireland*, II, 382-7; Joyce, *Short Hy of Ireland*, 317-20.
25. D'Alton, 530 e seguintes; Froude, *Henry VIII*, III, 166.
26. Pollard, 438.
27. Froude, III, 280.
28. Pocock *in English Historical Review*, Vol. X, p. 421.
29. Froude, III, 280.
30. Id., II, 363.
31. III, 23-4; Pollard, 390-1.
32. Lingard, V, 73-4; Pollard, 400; Froude, III, 104.
33. Froude, *Edward VI*, 68.
34. Ashley, II, 351.
35. Froude, *Edward VI*, 69.
36. Froude, *Henry VIII*, I, 52-5; II, 137; Traill, III, 250; Marx, *Capital*, I, 806.
37. Trevelyan, *Social Hy*, 137
38. Froude, *Henry VIII*, I, 16
39. Rogers, J., *Six Centuries of Work and Wages*, 78.
40. Hughes, I, 29.
41. Traill, III, 127.
42. Hughes, I, 159.
43. Lingard, V, 61.
44. Pollard, 403.
45. Lingard, V, 76.
46. Lees-Milne, *Tudor Renaissance*, 21.
47. Froude, *Henry VIII*, III, 281-2.
48. *Ibid*., 402-6.
49. *Camb. Mod. Hy*, II, 459; Traill, iii, 65.
50. *In* Coulton, *Medieval Village*, diverge. Cf. Froude, *Henry VIII*, I, 43.
51. Rogers, 79 e seguintes.

CAPÍTULO XXVI

1. Stow's *Chronicle*, *in* Froude, *Edward VI*, 21.
2. *Ibid*., 34.
3. Hughes, II, 162; *Camb. Mod. Hy*, II, 490-1
4. Rogers, 89.
5. Froude, *Edward*, 165.
6. *Ibid*., 183; Prescott, *Mary Tudor*, 25.
7. Hughes, II, 192-3.
8. Robertson, *Freethought*, I, 459.
9. Froude, *Edward*, 98-101
10. *Ibid*., 163.
11. *Camb. Mod. Hy*, II, 502.
12. Froude, *Edward*, 156.
13. *Ibid*., 278.
14. *Ibid*.
15. 163.
16. 176; Lingard, V, 228.
17. Froude, 176.
18. *Ibid*., 209.
19. *Camb. Mod. Hy*, II, 301.
20. Froude, 226.
21. Cf. Prescott, *Mary Tudor*, 17.
22. En. Brit., XIV, 1001.
23. Chapuys *in* Prescott, 50, 54.
24. *Ibid*.
25. En. Brit., XIV, 1000.
26. Prescott, 122.
27. *Ibid*., 209.
28. Pastor, XIV, 399.
29. Froude, *Mary Tudor*, 44.
30. Prescott, 191-2.
31. *Ibid*., 194.
32. 196.
33. Froude, *Mary Tudor*, 66.
34. Hughes, I, 18.
35. Froude, 56.
36. *Ibid*., 50.
37. 56.

38. Prescott, 285.
39. *Ibid.*, 247.
40. 266.
41. 284.
42. 315.
43. Froude, 325.
44. Prescott, 325.
45. Lingard, V, 230.
46. Prescott, 206.
47. *Ibid.*, 302.
48. 304.
49. Pastor, XIV, 360.
50. Froude, 119.
51. Prescott, 307.
52. *Camb. Mod. Hy*, II, 543.
53. Froude, 110.
54. Prescott, 311.
55. Foxe, *Acts and Monuments*, I, 231 e seguintes; Maitland, S. R., *Essays on the Reformation*, 409; Smith, *Reformation*, 586; Lee, Sidney, *Dictionary of National Biography*, XX, 146.
56. Hughes, II, 258-9.
57. Froude, *Mary Tudor*, 199.
58. Lingard, V, 231.
59. Pastor, XIV, 370.
60. Froude, 202.
61. *Ibid.*, 233.
62. Foxe, VIII, 82-3.
63. *Ibid.*, 88.
64. 90.
65. Froude, 235.
66. Beard, *Reformation*, 182.
67. Hughes, II, 198.
68. Hume, *Spain: Its Greatness and Decay*, 117.
69. Prescott, 332.
70. *Ibid.*, 381.
71. 390.

CAPÍTULO XXVII

1. Cf. Buckle, *Hy of Civilization*, II, cap. ii.
2. *Ibid.*, I, 150; Belloc, *How the Reformation Happened*, 188.
3. *Ibid.*, 189.
4. Lang, *Hy of Scotland*, I, 425.
5. Froude, *Elizabeth*, I, 73.
6. Knox, *Hy of the Reformation*, Introd. por W. C. Dickinson, xvii.
7. Lang, I, 300.
8. *Ibid.*, 476.
9. Froude, *Henry VIII*, III, 298.
10. *Ibid.*, 295, 300.
11. Knox, *History*, I, 76.
12. *Ibid.*, 78.
13. 8.
14. 55.
15. Lang, I, 484.
16. Knox, I, 84-5.
17. Muir, *Knox*, 119.
18. *Ibid.*, 133.
19. 120.
20. 202.
21. Froude, *Elizabeth*, I, 257.
22. Allen, *Political Thought*, 110.
23. Knox, *History*, Introd, lxxiii; Muir, 67.
24. Knox, I, 194 e nota 2.
25. Knox, Introd., xlv; cf. Muir, 300.
26. Muir, 157.
27. Lang, II, 37.
28. Knox, II, 18.
29. *Ibid.*, 4.
30. I, 6.
31. Knox, Introd., xli.
32. *Ibid.*, xxxix.
33. Knox, *Works*, IV, 365, 373-7.
34. *Ibid.*, 418-20.
35. Knox, *Book of Discipline*, *in* Allen, *Political Thought*, 113.
36. *Ibid.*, 113; Lecky, *Rationalism*, II, 16.
37. Knox, Introd., xlii, e Allen, 113.
38. *In* Muir, 142.
39. *Ibid.*, 148-9.
40. Lang, II, 45.
41. Knox, I, 161-2.
42. *Ibid.*
43. 163.
44. Lang, II, 51-3.
45. Knox, I, 164.
46. *Ibid.*, 171-2.
47. 182; Lang, II, 54-5.
48. Knox, I, 191.
49. Knox, II, Apêndice VI.

CAPÍTULO XXVIII

1. *Camb. Mod. Hy*, II, 602; En. Brit., VII, 210.
2. Watson, P. B., *Swedish Revolution under Gustavus Vasa*, 123.
3. *Ibid.*, 162.
4. 169.
5. Horn, *Literature of the Scandinavian North*, 147.
6. *In* Lednicki, *Life and Culture of Poland*, 107.
7. Kesten, *Copernicus*, 144.
8. *Camb. Hy of Poland*, I, 322-4.
9. *Ibid.*, 329.
10. Lützow, *Bohemia*, 206.
11. Tawney, 75.
12. Blok, II, 331.
13. *Camb. Mod. Hy*, II, 63; Taine, *Lectures on Art*, 272.
14. Pirenne, H., *Belgian Democracy*, 218.
15. Motley, J. L., *Rise of the Dutch Republic*, I, 101.
16. Smith, *Reformation*, 240.
17. Block, II, 314.
18. *In* Kautsky, 283.

19. Smith, 244.
20. Kautsky, 285 e seguintes; Ranke, 75 e seguintes.
21. Motley, I, 222-5.
22. Smith, 245.
23. Draper, *J. W., Intellectual Development of Europe*, II, 226.
24. Smith, 245.
25. Armstrong, *Charles V*, II, 382-3; Robertson, *Charles V*, II, 137; Michelet, III, 293.
26. *Ibid.*, 363.
27. 349.
28. Robinson, *Readings*, 317-9.
29. Altamira, *Hy of Spanish Civilization*, 135..
30. Hume, *Spanish People*, 222-3.
31. Vernadsky, G., *Kievan Russia*, 243.
32. Wilkins, *Spanish Protestantism in the 16th Century*, 19.
33. Lea, *Inquisition in Spain*, IV, 8-12.
34. Wilkins, 26; *Camb. Mod. Hy*, I, 403.
35. Lea, IV, 431-8.
36. *Ibid.*, 441.
37. Prescott, W. H. *in* Robertson, *Charles V*, II, 648.

CAPÍTULO XXIX

1. Waliszewski, *Ivan the Terrible*, 95.
2. Rambaud, *Hy of Russia*, I, 286.
3. Waliszewski, *Ivan*, 68.
4. Eckhardt, *Russia*, 29.
5. Réau, *L'art russe*, I, 244.
6. Kluchevsky, *Hy of Russia*, I, 275.
7. Pokrovsky, *Hy of Russia*, 104.
8. Vernadsky, *Hy of Russia*, 55.
9. Rambaud, I, 253.
10. Kluchevsky, I, 75, 95.
11. Pokrovsky, 144.
12. Rambaud, I, 266; Waliszewski, *Ivan*, 267.
13. *Ibid.*, 268, 272.
14. Pokrovsky, 157.
15. Waliszewski, 258.
16. Rambaud, I, 300.
17. Réau, I, 272.
18. Waliszewski, 374.
19. Roeder, *Catherine de Medici*, 495.
20. Waliszewski, 381.

CAPÍTULO XXX

1. Browne, E. G., *Literary Hy of Persia*, III, 43.
2. Lamb, H., *Tamerlane*, 293.
3. Clavijo, *Embassy to Tamerlane*, 153.
4. *Bulletin of the American Institute for Iraniam Art*, June, 1938, 248-52.
5. Arnold, T. W., *Painting in Islam*, 93.
6. Browne, III, 289.
7. *Ibid.*, 277.
8. Hafiz, tr. Streit, 80.
9. *In* Gottheil, ed., *Literature of Persia*, I, 408.
10. Hafiz, tr. Streit, estrofes 10, 11, 19, 21, 49.
11. Bell, G. L., *Poems from the Divan of Hafiz*, xxiii.
12. Ouseley, G., *Biographical Notices of Persian Poets*, 23 e seguintes.
13. *In* Grousset, R., *Civilizations of the East*, I, 338-9.
14. Hafiz, tr. Streit, 65.
15. *Ibid.*, estrofes, 38.
16. Bell, estrofes xliii.
17. Clavijo, 181.
18. *Ibid.*, 137.
19. Browne, III, 185. Alguns afirmam que o defeito de Timur foi adquirido em um período posterior; como Clavijo, 210, e Sykes, P., *History of Persia*, II, 121.
20. Timur, *Mulfuzat*, vol. 26.
21. Browne, III, 186.
22. *Ibid.*, 178; Lamb, 150.
23. Browne, III, 189.
24. *Ibid.*, 190.
25. Clavijo, 132.
26. *Ibid.*, 151, 278.
27. *Ibid.*, 249.
28. Pope, A. U., *Masterpieces of Persian Art*, 149.
29. Dawlatshah *in* Browne, III, 501.
30. Ibn Khaldun, *Les Prolegomènes*, I, p. lxxii.
31. Lane-Poole, S., *Cairo*, 50.
32. Gibbons, H. A., *Foundation of the Ottoman Empire*, 150.
33. Froissart, J., *Chronicles*, iv, 90.
34. Lane-Poole, S., *Story of Turkey*, 97.
35. *Cambridge Modern History*, IV, 705.
36. Vambery, A., *Story of Hungary*, 282.
37. Gibb, E. J., *Ottoman Literature*, 3.
38. *Ibid.*, 209 e seguintes.
39. Browne, III, 455)
40. *Jami, Mulla Nuru' d-Din*, tr. E. Fitzgerald, 69.
41. Pope, *Masterpieces*, 146.
42. Davis, F. H., *Persian Mystics: Jami*, 71.
43. Clavijo, 153.
44. Saladin, H., e Migeon, G., *Manuel d'art musulmane*, I, 357.
45. Cf. Pope, A. U., *Survey of Persian Art*, IV, 428 e seguintes.
46. *Ibid.*, III, 1324.
47. Sykes, II, 155.
48. *In* Dimand, M. S., *Handbook of Muhammadan Art*, 42.
49. Arnold, T., e Guillaume, A., *Legacy of Islam*, 96.
50. Ibn Battuta, M., *Travels*, tr. H. A., Gibb, 148.
51. *Ibid.*, 57.

52. Sarton, G., *Introd. to the History of Science,* II-2, 1100.
53. Arnold, *Legacy of Islam,* 340.
54. Ibn Khaldun, *Prolegomènes,* I, p. xxx.
55. *Ibid.*, lxxiii.
56. *Ibid.*, 4.
57. 71.
58. 12.
59. 67.
60. Boer, T., *History of Philosophy in Islam,* 203.
61. *Ibid.*, 205.
62. De Vaux, C., *Les penseurs de l'Islam,* I, 288.
63. Ibn Khaldun, I, 175.
64. Ibid., 176 e seguintes.
65. 170 e seguintes.
66. *Ibid.*, Introd., xxxii.
67. *Ibid.*, 95.
68. Introd., xxxii.
69. *Ibid.*, 324.
70. *Ibid.*, III, 44.
71. I, 303.
72. I, 345; III, 300-5.
73. I, 333, 354.
74. III, 227, 233, 240.
75. III, 115-20, 184, 188; I, 218.
76. De Vaux, I, 282.
77. Ibn Khaldun, III, 249; I, 347.
78. III, 456.
79. III, 125.
80. Issawi, C., *An Arab Philosophy of History,* 21.
81. Toynbee, A., *A Study of History,* III, 321.
82. Sarton, III-2, 1770.

CAPÍTULO XXXI

1. *Cambridge Mod. Hy,* III, 112.
2. Sykes, II, 164; Browne, IV, 21.
3. Browne, IV, 62.
4. *Ibid.*, 51.
5. Hughes, T. P., *Dictionary of Islam,* 572.
6. Doughty, Chas., *Arabia Deserta,* I, 59.
7. Sykes, II, 163.
8. Pope, A. U., *Introduction to Persian Art,* 224
9. Browne, IV, 93.
10. Sykes, II, 168-9.
11. Dimand, M. S., *Guide to an Exhibition of Islamic Miniature Painting,* 34.
12. Pope, A. U., *Catalogue of a Loan Exhibition of Early Oriental Carpets,* 39.
13. Merriman, R. B., *Suleiman the Magnificent,* 33.
14. *Ibid.*, 190.
15. *Camb. Mod. Hy,* I, 92.
16. Guicciardini, F., *History of the Wars in Italy,* VIII, 12; Schevill, F., *History of the Balkan Peninsula,* 217; *Camb. Mod. Hy,* I, 93.
17. Merriman, 60.
18. *Ibid.*, 61.
19. Bury, J. B., *in Camb. Mod. Hy,* I, 93.
20. Merriman, 72.
21. *Camb. Mod. Hy,* 94-5.
22. *Ibid.*, 95.
23. Ranke, L. von, *History of the Reformation in Germany,* 579.
24. Merriman, 124.
25. *Ibid.*, 141-2.
26. *Camb. Mod. Hy,* III, 123.
27. Gibbons, *Foundation of the Ottoman Empire,* 81; Schevill, 240.
28. Schevill, 233.
29. Merriman, 171.
30. Bury in *Camb. Mod. Hy,* I, 101.
31. Merriman, 202.
32. *Ibid.*, 165.
33. *Camb. Mod. Hy,* I, 101.
34. Creasy, E. S., *History of the Ottoman Turks,* 113; Merriman, 148.
35. Robertson, Wm., *History of the Reign of Charles V,* II, 367.
36. Schevill, 238.
37. Creasy, 109.
38. Lane-Poole, S., *Saladin,* 36.
39. Hitti, P. K., *History of the Arabs,* 19.
40. Merriman, 203.
41. Gibbons, 74; Creasy, 106.
42. Bacon, Fr., *Philosophical Works,* ed. Robertson, 749.
43. Creasy, 113.
44. Gibb, *Ottoman Literature,* 233.
45. *Camb. Mod. Hy,* VI, 420.
46. Creasy, 108.
47. *Ibid.*, 109.
48. Gibb, 123-8.
49. Lutero, *To the Christian Nobility, in* Works, II, 149.
50. Froude, J. A., *The Reign of Henry VIII,* II, 184.
51. Lang, A., *History of Scotland,* II, 78.
52. Gibb., 218.
53. Merriman, 185-93; Robertson, *Charles V,* II, 365-73.

CAPÍTULO XXXII

1. Percy, Thos., *Reliques of Ancient English Poetry,* II, 116; Jewish Encyc., XII, 462.
2. Marcus, J., *The Jew in the Medieval World,* 395-7.
3. Graetz, H., *History of the Jews,* IV, 272.
4. Erasmo, carta a Capito de 13 de março de 1518.

5. Graetz, IV, 296-9; Abbott, G. F., *Israel in Europe*, 198-9.
6. Abbott, 203.
7. Baron, Salo, *Social and Religious History of the Jews*, II, 58 e seguintes.
8. Sarton, *Introduction to the History of Science*, III-1, 57.
9. Graetz, IV, 220.
10. *Ibid.*, 407.
11. Pastor, L., *History of the Popes*, VIII, 444.
12. Id., X, 372.
13. Roth, C., *in* Finkelstein, L., ed., *The Jews*, 239.
14. Waxman, M., *History of Jewish Literature*, II, 66.
15. Roth, C., *The Jewish Contribution to Civilization*, 92.
16. Thompson, J. W., *Economic and Social History of Europe in the Later Middle Ages*, 30.
17. Newman, L. J., *Jewish Influence in Christian Reform Movements*, 436-50.
18. Dobnow, S. M., *History of the Jews in Russia and Poland*, I, 61.
19. *Ibid.*, 85-7.
20. Abrahams, Israel, *Jewish Life in the Middle Ages*, 403.
21. Newman, 483.
22. *Ibid.*, 473.
23. Graetz, IV, 549-51.
24. Finkelstein, 241.
25. Coulton, G. G., *Medieval Panorama*, 185.
26. Sarton, III-2, 1059.
27. Coulton, G. G., *From St. Francis to Dante*, 110.
28. Janssen, J., *History of the German People at the Close of the Middle Ages*, II, 73.
29. Roth, *Jewish Contribution*, 25.
30. Graetz, IV, 286.
31. *Ibid.*, 245.
32. Cf. e. g., Coulton, *Life in the Middle Ages*, II, 147.
33. Graetz, IV, 253.
34. *Ibid.*, 55-7; Baron, II, 29.
35. Monmarché, M., ed., *Châteaux of the Loire*, 190.
36. Graetz, IV, 98.
37. Lea, *Inquisition in Spain*, I, 101; Abbott, 103; Graetz, 103.
38. *Ibid.*, 101.
39. Abrahams, *Jewish Life*, 331.
40. Marcus, 44.
41. *Cambridge Medieval History*, VII, 657.
42. Baron, II, 29.
43. Lea, *Inquisition in the Middle Ages*, II, 379.
44. Graetz, 109-10.
45. Thompson, *Economic and Social History*, 214.
46. Kastein, J., *History and Destiny of the Jews*, 321.
47. Janssen, II, 78.
48. *Ibid.*, 76.
49. Jew. Encyc., III, 554.
50. Graetz, 302-7.
51. *Ibid.*, 513.
52. *Ibid.*, 515.
53. *Ibid.*, 520-1.
54. *Ibid.*, 523.
55. Prescott, W. H., *History of the Reign of Ferdinand and Isabella*, I, 517; Abbott, 191.
56. Burckhardt, J., *Civilization of the Renaissance in Italy*, 488.
57. Sombart, W., *The Jews and Modern Capitalism*, 17.
58. Finkelstein, 240.
59. Roth, *Jewish Contribution*, 210.
60. Graetz, 500.
61. *Ibid.*, 515.
62. *Ibid.*, 525-7.
63. *Ibid.*, 567; Pastor, XIV, 271-4.
64. Abbott, 203; Abrahams, *Jewish Life*, 67.
65. Pastor, XIV, 274.
66. Abbott, 204; Robertson, W., *History of the Reign of Charles V*, I, 206-7.
67. Pastor, i. c.
68. Graetz, 361-2.
69. *Ibid.*
70. *Ibid.*, 356.
71. Robertson, W., *Charles V*, I, 207.
72. Burton, R. F., *The Jew, The Gypsy, and El Islam*, 65.
73. Graetz, III, 511.
74. Durant, W., *Age of Faith*, 375.
75. Finkelstein, 229.
76. Abrahams, *Jewish Life*, 160.
77. Abbott, 202.
78. Marcus, 170 e seguintes.
79. Abrahams, I, *Chapters on Jewish Literature*, 226.
80. Waxman, II, 258.
81. Jew, Encyc., XII, 404.
82. Baron, II, 132.
83. Husik, I, *History of Medieval Jewish Philosophy*, 360; Waxman, 256.
84. Jew. Encyc., VIII, 29.
85. Baron, 85.

CAPÍTULO XXXIII

1. Mattingly, G., *Catherine of Aragon*, 109.
2. Agricola, *De re metallica*, 99, 100.
3. *Ibid.*, xiii, 46-7, 52.
4. Usher, 274.
5. Toynbee, A., *A Study of History*, IX, 365-6.
6. Erasmo, "Diversoria", *in Colloquies*, I, 288 e seguintes.
7. *Merchant of Venice*, III, iv, 271.
8. Smith, *Reformation*, 473.

9. Froude, *Edward VI*, 41-2; Marx, *Capital*, 808.
10. Smith, *Reformation*, 554-5.
11. *Ibid.*, 469.
12. Tomás de Aquino, *Summa theologica*, II IIae, lxvi, 7; cxviii, 1.
13. Lacroix, *Manners, Customs, and Dress during the Middle Ages*, 479.
14. *Camb. Mod. Hy*, II, 436.
15. Kesten, *Copernicus*, 33.
16. Coulton, *Medieval Village*, 338.
17. Lecky, *Rationalism*, II, 113.
18. Hackett, *Francis I*, 406.
19. Smith, *Reformation*, 483.
20. Beard, *Luther*, 126.
21. Froude, *Eduard VI*, 2.
22. Pollard, *Henry VIII*, 432.
23. Armstrong, *Charles V*, I, 59.
24. Starkey, Thos., *Dialogue between Reginald Pole and Thomas Lupset*, Londres, 1871, *in* Allen, *Political Thought*, 149.
25. Smith, *Erasmus*, 27.
26. Bakeless, *Tragicall Hy of Christopher Marlowe*, 50.
27. Friedländer, *Roman Life and Manners*, II, 93.
28. Janssen, XI, 239.
29. Brantôme, *Livres of Gallant Ladies*, 65, 68.
30. Maulde, 391.
31. Lacroix, *Prostitution*, II, 1151.
32. Janssen, XI, 233.
33. Lacroix, II, 1162 e seguintes.
34. Brantôme, 133.
35. Lacroix, Ii, 1189.
36. Smith, *Reformation*, 321.
37. Erasmo, *Colloquies*, I, 342.
38. Rabelais, iii, 48.
39. Ascham, *The Scholemaster*, 50.
40. *In* Smith, *Reformation*, 412.
41. Turner, *Hy of Courting*, 45-7; Briffault, *The Mothers*, III, 415; Smith, *Modern Culture*, I, 531.
42. Sichel, *Catherine de' Medici*, 6.
43. Cf. Lippmann, W., *The Public Philosophy*, 117.
44. Cf. O'Brien, *Economic Effects of the Reformation*, 75.
45. Schapiro, *Social Reform*, 31.
46. *Ibid.*
47. Froude, *Edward VI*, 166.
48. Maulde, 66.
49. Sichel, *Women*, 230.
50. O'Brien, 55.
51. Janssen, III, 367.
52. Froude, *Edward VI*, 69.
53. Prescott, *Mary Tudor*, 327.
54. Froude, 1.c.
55. Smith, *Reformation*, 559.
56. Ashley, II, 369.
57. *Ibid.*, 342.
58. Watson, F., *Luis Vives*, 61.
59. Froude, *Henry VIII*, II, 372.
60. Lecky, *Hy of European Morals*, II, 54.
61. *Ibid.*, 55.
62. Janssen, IV, 60 e seguintes.
63. Werke (Erlangen), I, 14, *in* Maritain, *Three Reformers*, 186.
64. O'Brien, 51, transpôs.
65. Janssen, VI, 275; Smith, *Luther*, 416.
66. Janssen, VII, 301.
67. Lea, *Auricular Confession*, III, 428.
68. Calvino, *Prefácio ao Catecismo de Genebra*.
69. Lang, *Hy of Scotland*, II, 402.
70. Froude, *Edward VI*, 265.
71. Traill, III, 160.
72. Lacroix, *Prostitution*, II, 1213-4.
73. Maulde, 217.
74. Schaff, *Swiss Reformation*, 722.
75. Wright, Thos., *Womankind in Western Europe*, 325.
76. Lacroix, *Prostitution*, II, 1205.
77. *Ibid.*, 1204.
78. Allen, P. S., *Age of Erasmus*, 203-4; Smith, *Reformation*, 510.
79. Wright, Thos., *Domestic Manners*, 491.
80. Coulton, *Social Life*, 376; *Medieval Panorama*, 313.
81. Baedeker, *Munich*, 12.
82. Huizinga, *Waning of Middle Ages*, 289.
83. Smith, *Reformation*, 500.
84. Wright, *Domestic Manners*, 485-8.
85. *In* Nock & Wilson, *Rabelais*, 41.
86. *In* Bainton, *Here I Stand*, 343.
87. Rashdall, *Universities*, III, 422.
88. *In* Lacroix, *Manners*, 241.

CAPÍTULO XXXIV

1. Sichel, *Women*, 246.
2. Lang, *Music in Western Civilization*, 300.
3. Einstein, A., *The Italian Madrigal*, I, 7.
4. Grove, *Dictionary of Music and Musicians*, III, 459.
5. Whitcomb, *Literary Source Book of the German Renaissance*, 22
6. Grove, III, 254.
7. McKinney e Anderson, *Music in History*, 210.
8. Block, II, 377.
9. Kiesewetter, *Hy of Music*, *in* Grove, III, 684.
10. Bainton, *Here I Stand*, 343.
11. McKinney, 303.
12. Guizot, *Hy of France*, III, 123.
13. Bainton, *Here I Stand*, 344.
14. Janelle, *Catholic Reformation*, 218.
15. Froude, *Erasmus*, 122.
16. Grove, IV, 20 e seguintes.
17. Cf. *Oxford Hy of Music*, II, 243.

CAPÍTULO XXXV

1. Putnam, *Books*, II, 40-1.
2. Lutero, *Works*, IV, 128.
3. Janssen, III, 355.
4. *Ibid.*, 356.
5. 363.
6. Lutero, IV, 156.
7. Richard, *German Civilization*, 289; Janssen, III, 358.
8. Paulsen, *German Education*, 56-7.
9. Lutero, IV, 128.
10. Janssen, XIII, 260, 264.
11. *Camb. Mod. Hy*, II, 468; Gasquet, *Eve*, 42.
12. Traill, III, 93.
13. Owen. J., *Skeptics of the French Renaissance*, 438.
14. Graves, F., *Peter Ramus*, 15.
15. *Camb. Hy of Poland*, I, 274.
16. Elyot, *The Governour*, i, 12.
17. *Ibid.*, i, 11.
18. Watson, F., *Luis Vives*, 33.
19. *In* Haydn, *Counter-Renaissance*, 242.
20. *Ibid.*, 199.
21. Sichel, *Women*, 47.
22. Marot, Rondeau 13, *in* Maulde, 165.
23. France, A., *Rabelais*, 6.
24. Smith, *Erasmus*, 414; France, *Rabelais*, 38.
25. Faguet, 211.
26. Rabelais. *Gargantua*, ed. Cluny, Introd., xxi.
27. Michelet, III, 300.
28. Rabelais, Introd., xxiii.
29. Owen, *French Renaissance*, 619.
30. Rabelais, *Works*, livro ii, cap. 8.
31. Tilley, *Studies in the French Renaissance*, 85 e seguintes.
32. Nock, *Rabelais*, 105.
33. Brunetière, *Manual of French Literature*, 46.
34. France, *Rabelais*, 216.
35. Smith, *Reformation*, 195.
36. France, 124.
37. Sichel, *Women*, 239.
38. Sichel, *Catherine de'Medici*, 245.
39. La Tour, *Origines*, IV, 413.
40. Roeder, *Catherine de'Medici*, 510.
41. Holzknecht, *Backgrounds of Shakespeare*, 270.
42. *Camb. Hy of English Literature*, III, 189.
43. Richard, *German Civilization*, 151.
44. Janssen, XIII, 467.
45. *In* Bainton, *Reformation*, 129.
46. En. Brit. IX. 675.
47. Putnan, *Books*, II, 243.
48. Janssen, XI, 317 e seguintes.
49. *In* Friedell, *Cultural Hy of the Modern Age*, I, 232.
50. Janssen, XII, 324 e seguintes.
51. En. Brit., XXXIII, 1192.
52. *In* Trend, *Civilization of Spain*, 101.
53. Prescott, *Ferdinand*, II, 568.
54. *Ibid.*, 569; *Camb. Mod. Hy*, V, 495.
55. Hefele, *Ximenez*, 101; Hume, *The Spanish People*, 348.
56. Allen, *Political Thought*, 119.
57. Diaz del Castillo, *True Hy of the Conquest of Mexico*, xi.
58. Mendonza, *Lazarillo de Tormes*, Introd., 3.
59. Ticknor, *Spanish Literature*, II, 512.
60. Mendoza, 71.

CAPÍTULO XXXVI

1. *In* Coulton, *Art and the Reformation*, 408.
2. Janssen, XI, 56.
3. Calvino, *Institutes*, I, xi, 12.
4. Michelet, III, 295.
5. Dimier, *French Painting in the Sixteenth Century*, 51.
6. Tavannes *in* Sichel, *Catherine*, 294.
7. Vasari, II, 355.
8. *Ibid.*
9. Blomfield, *Hy of French Architecture*, I, 81.
10. Lacroix, *Arts of the Middle Ages*, 151.
11. Ward, *Architecture of the Renaissance in France*, II, 125.
12. Sichel, *Catherine*, 394.
13. *Réalités* magazine, março de 1954, pág. 27.
14. Conway, *The Van Eycks*, 494.
15. Glück, *Pieter Brueghel le Vieux*, 7.
16. Conway, 492.
17. Glück, *Brueghel: Details from His Pictures*, 10-11.
18. Craven, *Treasury of Art Masterpieces*, 112.
19. Smith, *Luther*, 176.
20. Bond, Fr., *Westminster Abbey*, 131.
21. Bacon, Fr., *Henry VII, in Works*, VI, 245.
22. Blomfield, *Renaissance Architecture in England*, 8: Lees-Milne, *Tudor Renaissance*, 31.
23. *Ibid.*
24. 45.
25. Blomfield, 11.
26. Ganz, P., *The Paintings of Hans Holbein*, 218.
27. So Stange, *German Painting*, 28; mas Ganz, 223, atribui aos anos de 1528-30.
28. Enc. Brit., VIII, 679.
29. Stange, 22.
30. Janssen, XI, 48.
31. *Ibid.*
32. Ganz, 284.
33. Woltmann, *Holbein and His Time*, 454.
34. Calvert, *Cordova*, 97.
35. Dieulafoy, *Art in Spain and Portugal*, 230.

36. Calvert, *Sculpture in Spain*, 125; mas Stirling-Maxwell, *Annals of the Artists of Spain*, I, 126, contesta a história.
37. Dieulafoy, 336.

CAPÍTULO XXXVII

1. Schaff, *Swiss Refomartion*, 182.
2. Janssen, XII, 292.
3. Traill, III, 269.
4. Janssen, XII, 307.
5. Thorndike, *Hy of Magic and Experimental Science*, V, 231.
6. Coulton, *Medieval Village*, 268.
7. Janssen, XII, 372.
8. Bainton, *Hunted Heretic*, 112.
9. *In* Kesten, *Copernicus*, 96.
10. Lacroix, *Science and Literature in the Middle Ages*, 211; Thorndike, V, 175, 255-9.
11. Bainton, *Hunted Heretic*, 112.
12. Smith, *Luther*, 310.
13. Roeder, *Catherine de'Medici*, 368.
14. Lecky, *Rationalism*, II, 3.
15. Lacroix, *Military and Religious Life*, 444; Smith, *Reformation*, 656.
16. Friedell, I, 283.
17. Lea, *Studies in Church Hy*, 588.
18. Lea, *Inquisition in Spain*, IV, 220.
19. Lecky, *Hy of European Morals*, II, 54.
20. Traill, III, 326; Froude, *Henry VIII*, III, 191.
21. Lea, IV, 212-25.
22. Janssen, XII, 355.
23. Spence, *Cornelius Agrippa*, 84.
24. *Ibid.*
25. Thorndike, V, 136-7.
26. Spence, 79.
27. Owen, *Evenings with the Skeptics*, II, 495-6.
28. Kesten, 196; Thorndike, V, 178 e seguintes.
29. Cath. En., IV, 352.
30. Leonardo, *Notebooks*, I, 310, 298.
31. Gassendi *in* Kesten, 109.
32. Kesten, 132.
33. *Ibid.*, 153.
34. *Commentariolus*, *in* Rosen, *Three Copernican Treatises*, 58.
35. Trattner, *Architects of Ideas*, 28.
36. Lutero, *Table Talk*, 69, *in* Fosdick, *Great Voices of the Reformation*, xviii.
37. *In* Russel, B., *Hy of Western Philosophy*, 528.
38. Kesten, 233.
39. *Ibid.*, 382.
40. 309.
41. 295-6.
42. Rosen, 30.
43. Kesten, 297-8.
44. E. g., Kesten, 299; Trattner, 31.
45. *Prefaces and Prologues*, *in* Harvard Classics, XXXIX, 52 e seguintes.
46. Copernicus, *De revolutionibus*, i, 5.
47. *Ibid.*, i, 10.
48. Josiah Royce *in* Fletcher, J. B., *Dante*, 236.
49. *In* White, *Warfare of Science with Theology*, I, 212.
50. *In* Agricola, *De re metallica*, 595.
51. Penrose, *Travel and Discovery*, 306.
52. R. I. Mantiri da Indonésia argumentou inconvincentemente que Fernão de Magalhães não foi morto em Mactan, mas optou por ficar para trás e fundar um reino nas Celebes.
53. Castiglioni, *Hy of Medicine*, 421.
54. Sigerist, *The Great Doctors*, 125.
55. *In* Saunders & O'Malley, *The Illustrations from the Works of Andreas Vesalius*, 14.
56. Locy, *Biology and Its Makers*, 28.
57. Saunders, 14. O grifo é meu;
58. *Ibid.*, 15.
59. *In* Haydn, *Counter-Renaissance*, 198.
60. Vesalius, *De humani corporis fabrica*, v, 15, *in* Thorndike, V, 526.
61. Locy, 35.
62. Carta de Vesalius de 13 de junho de 1546, *in* Thorndike, V, 529.
63. Sarton, III-1, 267.
64. Saunders, 37.
65. *Ibid.*, 39.
66. Walsh, *Popes and Science*, 117.
67. *Speculum*, abril de 1928, pág. 193.
68. Castiglioni, 466.
69. Janssen, XIV, 68.
70. Sigerist, 131.
71. *Ibid.*, 111. A interpretação comum de *Paracelsus* como significando "Além de Celsus", perde o sentido ante a posição inexpressiva de Celsus (primeiro século da era cristã) na história da medicina.
72. Pachter, *Magic into Science: the Story of Paracelsus*, 92.
73. *Ibid.*, 105-6.
74. Cf. a passagem *in* Robinson, D. S., *Anthology of Modern Philosophy*, 13-14.
75. Pachter, 67, 112, 116.
76. Thorndike, V, 628.
77. *Opus Paramirum*, *in* Pachter, 129.
78. Thorndike, V, 665.
79. *In* Pachter, 210.
80. *Ibid.*, 211.
81. *Ibid.*
82. 147.
83. 152-3.
84. 163.
85. 158.
86. 155.
87. 168.
88. 187.
89. 167.

90. Inscrição sobre gravura de Paracelso, na Biblioteca Pública de Viena.
91. Pachter, 108, 229.
92. *Ibid.*, 4.
93. Comentário sobre os Gálatas, iii, 6, *in* Janssen, XIV, 121.
94. Robertson, *Freethought*, I, 399.
95. *Ibid.*, 389.
96. *Table Talk*, 66.
97. La Tour, IV, 417.
98. Sichel, *Women*, 225.
99. *In* Hallam, *Introd. to the Literature of Europe*, II, 140.
100. Montaigne, Carta a M. de Mesmes *in* Sichel, *Montaigne*, 21.
101. *In* Rocker, R., *Nationalism and Culture*, 134.
102. *In* Taylor, *Thought and Expression in the 16th Cy*, I, 381.
103. *Speculum*, outubro de 1933, pág. 431.
104. Owen, J., *Skeptics of the French Renaissance*, 505.
105. *Ibid.*, 539.
106. Graves, *Peter Ramus*, 108. Os grifos são meus.
107. Owen, 529.
108. *Ibid.*, 534-5; Michelet, III, 474; Graves, 106-7.
109. *Ibid.*, 106.
110. Michelet, III, 474.

CAPÍTULO XXXVIII

1. Pastor, X, 310; XII, 494; Robertson, *Freethought*, I, 408.
2. Noyes, *Ferrara*, 203-19.
3. *Camb. Mod. Hy*, II, 386.
4. Trend, *Civilization of Spain*, 123.
5. Schaff, *Swiss Reformation*, 651.
6. Pastor, XI, 3.
7. *Ibid.*, X, 444.
8. Carpacciolus *in* Ranke, *Hy of the Popes*, I, 131.
9. Janelle, *Catholic Reformation*, 64.
10. Pastor, XI, 134.
11. *Ibid.*, 155 e seguintes.
12. Ranke, *Popes*, I, 117.
13. *In* Pastor, XI, 164 e seguintes.
14. Ibid., 192.
15. McCabe, *Crises in the History of the Papacy*, 319.
16. Voltaire, *Selected Works*, edição McCabe, IV, 216.
17. Fülöp-Miller, *Saints That Moved the World*, 333.
18. *Ibid.*, 350.
19. 354.
20. James, *Varieties of Religious Experience*, 414.
21. Fülöp-Miller, 375.
22. James, 411.
23. Fülöp-Miller, 367.
24. *Ibid.*, 396.
25. 405.
26. 419.
27. 274.
28. Inácio, Sto., *Autobiography*, 28.
29. *Ibid.*, 40.
30. 54.
31. Catholic Enc., VII, 640.
32. Fülöp-Miller, 302
33. *Camb. Mod. Hy*, II, 657; McCabe, *Candid Hy of the Jesuits*, 8; Ranke, *Popes*, I, 173.
34. Longridge, *The Spiritual Exercises of St. Ignatius Loyola*, 119.
35. Sedgwick, *Ignatius Loyola*, 350; McCabe, *Candid Hy*, 40.
36. Sedgwick, 182.
37. Belloc, 228, 234.
38. McCabe, 32.
39. Sedgwick, 221.
40. *Ibid.*, 215.
41. Symonds, *The Catholic Reaction*, I, 215.
42. Narrativa do padre Gonzalez, *in* Sedgwick, 344.
43. Fülöp-Miller, 319-20.
44. Cath. Enc., VII, 643.
45. Sedgwick, 111.
46. Penrose, *Travel and Discovery*, 69.
47. Campbell, Thos., *The Jesuits*, 77-8.
48. *Ibid.*, 78.
49. 84.
50. McCabe, 84.
51. Acton, *Lectures*, 115.
52. Robertson, *Charles V*, II, 78.
53. Pastor, XIII, 222.
54. Graves, *Hy of Education during the Middle Ages*, 214.
55. Smith, *Reformation*, 666.

CAPÍTULO XXXIX

1. Pastor, VII, 6.
2. *Ibid.*, 5.
3. Pastor, X, 385.
4. XI, 40.
5. Cellini, *Autobiography*, i, 123.
6. Pastor, XI, 50.
7. *Camb. Mod. Hy*, II, 233.
8. Ranke, *Popes*, I, 125.
9. Froude, *Council of Trent*, 213.
10. Pastor, XI, 356.
11. XIII, 61 e seguintes.
12. *Ibid.*, 154.
13. Robertson, *Charles V*, II, 401.
14. Pastor, XIV, 72.
15. Armstrong, *Charles V*, II, 361.
16. Pastor, XIV, 126.
17. Ranke, *Popes*, I, 218.
18. Pastor, XIV, 345.

19. *Ibid.*, 142-3.
20. Ranke, I, 226.
21. *Ibid.*, 227.
22. Atos, xix, 19.
23. Putnam, *Censorship of the Church of Rome*, I, 1.
24. Draper, *Hy of Intellectual Development*, II, 214.
25. Pastor, XIV, 277 e seguintes.
26. Sarpi, *Istoria del Concilio Tridentino*, II, 91, *in* Symonds, *Catholic Reaction*, I, 154.
27. Robertson, *Freethought*, I, 456-7.
28. Pastor, XII, 503.
29. Ranke, I, 159.
30. Pastor, XII, 508.
31. XIV, 286.
32. *Ibid.*, 300.
33. *Ibid.*
34. 414 e seguintes; Ranke, I, 235.
35. *Ibid.*, 245.
36. Admitido por Janelle, 78.
37. Ibid., 71.
38. *Camb. Mod. Hy*, II, 664, 678.
39. Sarton, II-2, 916.
40. Ranke, I, 153; *Camb. Mod. Hy*, II, 667; Froude, *Edward VI*, 9 e seguintes.
41. Ranke, I, 155; *Camb. Mod. Hy*, II, 668.
42. Lea, *Sacerdotal Celibacy*, 518.
43. Froude, *Council of Trent*, 283.
44. Pastor, XIII, 116.
45. *Camb. Mod. Hy*, II, 675; Ranke, I, 252.
46. *Ibid.*, 251.
47. *Camb. Mod. Hy*, II, 680.
48. Sessão XXV; Catho. Enc., VII, 787.
49. Quanto à Itália, cf. Symonds, *Catholic Reaction*, I, 234, 333; quanto à Espanha, cf. Lea, *Auricular Confession*, II, 426.
50. Lacroix, *Prostitution*, II, 1156.
51. Figgis, *From Gerson to Grotius*, 43; Robertson, *Charles V*, II, 515-6; Taine, *Italy: Rome and Naples*, 240.

Sobre os Autores

WILL DURANT nasceu em North Adams, Estado de Massachusetts, em 1885. Cursou escolas paroquiais católicas em sua cidade natal, em Kearny, Estado de Nova Jersey, e posteriormente a faculdade jesuíta St. Peter's College, de Jersey City, Nova Jersey, bem como a Universidade Colúmbia, em Nova York. Trabalhou um verão como repórter no *Journal*, de Nova York, em 1907, mas, por temperamento, não conseguiu adaptar-se ao trabalho e passou a lecionar (1907-11) Latim, Francês, Inglês e Geometria no Seton Hall College, em South Orange, Nova Jersey. Entrou no seminário no Seton Hall em 1909, saindo dois anos depois por motivos que ele descreveu no seu livro *Transição*. Passou da tranqüila vida de seminarista para os círculos mais radicais de Nova York e tornou-se (1911-13) professor da Ferrer Modern School, onde se fazia uma experiência em educação livre. Em 1912 viajou pela Europa a convite e por conta de Alden Freeman, de quem se tornara amigo, e começou a alargar seus horizontes de cultura.

Voltando a Ferrer School, apaixonou-se por uma de suas alunas, demitiu-se do cargo e tomou-a como esposa (1913). Durante quatro anos fez estudos de pós-graduação na Universidade Colúmbia, especializando-se em Biologia e Filosofia. Recebeu o seu Ph.D. em 1917 e lecionou Filosofia um ano em Colúmbia. Em 1914, numa igreja presbiteriana de Nova York, Durant começou a pronunciar palestras bissemanais sobre História, Literatura e Filosofia, que se estenderam por 13 anos e lhe proporcionaram a base inicial para seus trabalhos posteriores.

O inesperado sucesso de *A História da Filosofia* (1926) permitiu-lhe aposentar-se do magistério. Daí em diante, com exceção da publicação de ocasionais ensaios, o casal Durant empregou a maior parte de seu tempo de trabalho (oito a quatorze horas diárias) ao livro *A História da Civilização*. Para se prepararem melhor para a obra, Will Durant e a mulher viajaram pela Europa em 1927, deram a volta ao mundo em 1930, para estudar o Egito, o Oriente Próximo, Índia, China e Japão, e novamente circularam a Terra em 1932, para visitar o Japão, a Manchúria, Sibéria, Rússia européia e Polônia. Essas viagens deram o *background* para o livro *Nossa Herança Oriental* (1935), como primeiro volume de *A História da Civilização*. Várias outras visitas à Europa serviram de preparo para o Volume II, *Nossa Herança Clássica* (1939), e Volume III, *César e Cristo* (1944). Em 1948, seis meses passados na Turquia, Iraque, Irã, Egito e continente europeu forneceram a perspectiva necessária para o Volume IV, *A Idade da Fé* (1950). Em 1951, o casal Durant voltou à Itália para acrescentar um mundo de conhecimentos adquiridos laboriosamente para o preparo e publicação (1953) do Volume V, *A Renascença*; e em 1954, estudos posteriores na Itália, Suíça, Alemanha, França e Inglaterra abriram novas vistas para o Volume VI, *A Reforma* (1957).

A participação da Sra. Durant no preparo desses volumes tornara-se, a cada ano, tão substancial que no caso do Volume VII, *Começa a Idade da Razão*, por justiça, seu nome juntou-se, na página-título, ao do marido como co-autora. O nome Ariel, de sua mulher, foi pela primeira vez usado por Will Durant no seu romance *Transição* (1927) e no seu livro *Mansões da Filosofia* (1929), republicado como *Os Prazeres da Filosofia*.

Com a publicação do Volume XI, *A Era de Napoleão*, os Durant concluíram uma obra que abrangeu mais de quatro décadas de trabalho.

Em *A Reforma,* Will Durant novamente enfoca e humaniza, com eloqüência, uma erudição escrupulosa mas luminosa, e calma sabedoria, os homens que se encontravam por trás das fés e das forças aguerridas de seu tempo. Foi uma época de notáveis personalidades, e Durant retrata praticamente todas em vinhetas reveladoras: Wyclif, Hus, Joana d'Arc, Villon, os reis católicos Fernando e Isabel, Colombo, Fernão de Magalhães, Erasmo, Lutero, Dürer, Holbein, Calvino, Knox, Francisco I, Carlos V, Diana de Poitiers, Catarina de Médicis, Henrique VIII, Thomas More, Maria Stuart, Ivan, o Terrível, Hafiz, Tamerlão, Suleiman, o Magnífico, Rabelais, Hans Sachs, Gutenberg, Copérnico, Vesalius, Leão X, Santo Inácio de Loiola, Santa Teresa de Ávila. Aqui estão reis e papas, rebeldes e hereges, gênios e destruidores, santos e cínicos, artistas, filósofos e cientistas — os criadores e impulsionadores de seu tempo, vistos tanto na intimidade quanto em todo seu poder e glória.

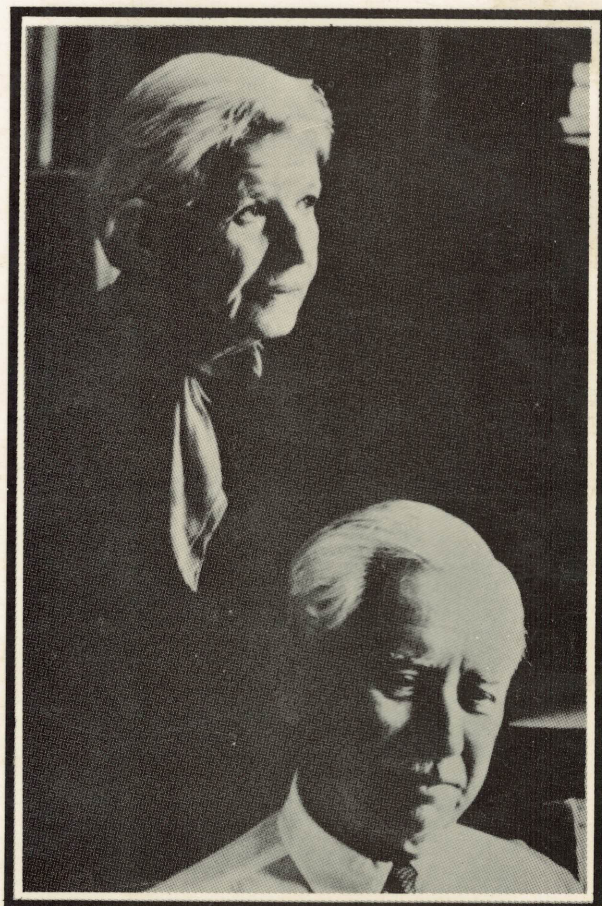
Durant ameniza suas mil páginas com sorrisos ocasionais. "Os homens mentem mais quando governam Estados." Cellini "pouco elogiava os outros depois de conseguir o que queria". No século XIV, dominado pelas guerras, "a morte natural era uma desgraça a que ninguém podia sobreviver". A invenção da imprensa "proporcionou, depois da fala, o instrumento mais poderoso para a disseminação de absurdos que o mundo conheceu até o nosso tempo". Muitas vezes ele é eloqüente, como nas primeiras páginas sobre a função da religião e nas últimas linhas do Capítulo XXV, em que sente que sua "tinta está secando" e lamenta "a escassez enlouquecedora de tempo".

"O presente é o passado enrolado para a ação, e o passado é o presente desenrolado para a nossa compreensão." Em todo o livro, este sentido majestoso da continuidade e da perspectiva, do eterno e do efêmero, conduz Durant à medida que, estudando a Idade da Reforma, ele tenta decompor o presente no passado que o constitui.

A Reforma é o volume VI da HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO de Will Durant, que começou com *Nossa Herança Oriental* e continuou com *Nossa Herança Clássica, César e Cristo, A Idade da Fé* e *A Renascença.* A coleção foi aclamada pela crítica e pela ampla aceitação dos leitores no mundo todo.

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

de
WILL e ARIEL DURANT

I. *Nossa Herança Oriental*
II. *Nossa Herança Clássica*
III. *César e Cristo*
IV. *A Idade da Fé*
V. *A Renascença*
VI. *A Reforma*
VII. *Começa a Idade da Razão*
VIII. *A Era de Luís XIV*
IX. *A Era de Voltaire*
X. *Rousseau e a Revolução*
XI. *A Era de Napoleão*

VI

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

A REFORMA

WILL DURANT

28326 6